



CONGRESSO DE PREFEITOS

Inovação, sustentabilidade e eficiência na gestão municipal



24 a 26 de Setembro de 2019 - Arena Petry - São José - SC



Conversas de
Impacto e Inovações



Cidades em Rede
e Redes de Inovação



Gestão Eficiente

**Cidades para pessoas,
soluções para municípios**

A exposição, denominada **Cidades para pessoas, soluções para municípios**, ocorre no coração do evento, no centro dos acontecimentos, em um espaço denominado **Arena ÁGORA**.

Inscrições Gratuitas

congresso.fecam.org.br

Realização:



Execução:



Patrocínio Ouro:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Patrocínio Bronze:



BADESC

Apoio:





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2915

Quinta-feira - 29 de Agosto de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	4	Dona Emma	339	Meleiro	679
Agronômica	5	Doutor Pedrinho	340	Modelo	680
Água Doce	8	Entre Rios	342	Mondaí	684
Águas de Chapecó	9	Ermo	343	Morro da Fumaça	685
Águas Frias	11	Fraiburgo	344	Morro Grande	686
Águas Mornas	12	Galvão	350	Navegantes	688
Alfredo Wagner	13	Garopaba	362	Nova Erechim	758
Anchieta	14	Garuva	367	Nova Itaberaba	760
Anitápolis	23	Gaspar	369	Nova Trento	763
Antônio Carlos	24	Governador Celso Ramos	387	Nova Veneza	767
Apiuna	28	Grão Pará	390	Novo Horizonte	768
Arabutã	31	Gravatal	393	Orleans	774
Arroio Trinta	33	Guaraciaba	398	Otacílio Costa	777
Arvoredo	35	Guarujá do Sul	399	Ouro	801
Ascurra	36	Herval d'Oeste	400	Ouro Verde	804
Atalanta	54	Ibirama	418	Paial	812
Balneário Arroio do Silva	58	Ilhota	434	Palhoça	816
Balneário Gaivota	60	Imbituba	439	Palma Sola	846
Balneário Piçarras	65	Imbuia	450	Palmeira	848
Balneário Rincão	71	Indaial	520	Palmitos	849
Bandeirante	72	Iomerê	525	Papanduva	850
Barra Bonita	77	Ipira	527	Passos Maia	851
Barra Velha	80	Iporã do Oeste	528	Paulo Lopes	856
Bela Vista do Toldo	83	Ipumirim	539	Penha	857
Benedito Novo	84	Iraceminha	541	Peritiba	872
Biguaçu	92	Irani	542	Pescaria Brava	877
Blumenau	97	Irineópolis	543	Petrolândia	878
Bom Jardim da Serra	140	Itá	544	Pinhalzinho	879
Botuvera	142	Itaiópolis	545	Pinheiro Preto	880
Brusque	145	Itapiranga	546	Piratuba	888
Caçador	157	Itapoá	549	Planalto Alegre	889
Caibi	160	Ituporanga	552	Pomerode	890
Camboriú	161	Jaraguá do Sul	554	Ponte Alta do Norte	893
Campo Alegre	202	Joaçaba	560	Ponte Serrada	895
Campo Erê	217	José Boiteux	572	Porto Belo	896
Campos Novos	218	Lacerdópolis	573	Porto União	898
Canoinhas	219	Lages	584	Praia Grande	899
Capinzal	240	Laguna	586	Presidente Getúlio	900
Catanduvas	270	Lajeado Grande	591	Presidente Nereu	902
Caxambu do Sul	276	Lauro Muller	592	Princesa	944
Chapadão do Lageado	277	Lebon Regis	596	Quilombo	959
Cocal do Sul	286	Luiz Alves	597	Rio das Antas	962
Concórdia	288	Luzerna	602	Rio do Campo	967
Cordilheira Alta	299	Macieira	603	Rio do Sul	969
Coronel Martins	301	Mafra	663	Rio Negrinho	982
Correia Pinto	302	Maracajá	664	Romelândia	984
Cunha Porã	311	Maravilha	665	Santa Cecília	988
Curitibanos	314	Massaranduba	666	Santa Helena	989
Descanso	337	Matos Costa	677	Santa Rosa de Lima	990

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2915

Quinta-feira - 29 de Agosto de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Santa Rosa do Sul	991	São José do Cedro.....	1105	Timbé do Sul	1267
Santa Terezinha do Progresso	1025	São Lourenço do Oeste.....	1115	Timbó	1270
Santo Amaro da Imperatriz	1026	São Miguel da Boa Vista	1125	Trombudo Central.....	1280
São Bento do Sul.....	1027	São Miguel do Oeste.....	1131	Tunápolis	1281
São Bernardino	1030	São Pedro de Alcântara.....	1146	Urubici	1282
São Bonifácio	1047	Saudades.....	1153	Urussanga	1294
São Carlos	1048	Schroeder	1161	Vargem Bonita	1299
São Domingos.....	1050	Seara	1172	Videira.....	1300
São Francisco do Sul.....	1051	Sombrio.....	1177	Vitor Meireles.....	1302
São João Batista.....	1076	Sul Brasil	1179	Witmarsum	1303
São João do Oeste	1086	Tangará	1182	Xanxerê.....	1304
São Joaquim	1088	Tigrinhos	1241	Xavantina	1308
São José.....	1095	Tijucas	1264	Xaxim.....	1310

Associações

AMAI.....	1311	AMESC	1326	AMREC	1326
-----------	------	-------------	------	-------------	------

Consórcios

AGIR	1345
CIMVI.....	1348
CIS/AMARP	1350
CIS/AMURES.....	1351
CISAM	1356



Abdon Batista

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 09/2019

Publicação Nº 2138604

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 85/2019

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 09/2019

Objeto: TOMADA DE PREÇOS PARA A MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO DA CANCHA DE BOCHA PARA OS IDOSOS, CONFORME RECURSOS DA ENERCAN, INFORMAÇÕES CONSTANTES CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL

TIPO : Menor preço GLOBAL

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 16 de setembro de 2019 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 28 de agosto de 2019

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

Agronômica

PREFEITURA

Nº 346/2019

Publicação Nº 2138335

PORTARIA N.º 346/2019 DE 29 DE AGOSTO DE 2019

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que o servidor da municipalidade Sr. ELCIO DELABENETA, matrícula n.º 671, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS – TSA 3.01 e lotação no Departamento de Obras encontra-se com as férias período aquisitivo 17/05/2018 a 17/05/2019, vencidas,

Considerando ainda o disposto no Art. 62 da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90, que recepcionou o Terço Constitucional por ocasião das férias dos servidores,

RESOLVE:

1-) Tornar sem efeitos a portaria Nº 339/2019 de 23 de agosto de 2019, revogando-se, portanto, a concessão do abono pecuniário ao qual referia-se na competência 08/2019.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 29 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 347/2019

Publicação Nº 2138336

PORTARIA Nº 347/2019 DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. VERONICA CABRAL DA SILVA VELHO, matrícula n.º 998 ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR – ANOS INICIAIS e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica remunerada pelo período de 03 (três) dia, iniciando-se em 27/08/2019 até 29/08/2019, à servidora municipal Sra. VERONICA CABRAL DA SILVA VELHO, matrícula n.º 998 ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR – ANOS INICIAIS e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 29 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 348/2019

Publicação Nº 2138338

PORTARIA Nº 348/2019 DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. MARINA GUCKERT, matrícula n.º 1011 ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica remunerada pelo período de 03 (três) dia, iniciando-se em 27/08/2019 até 29/08/2019, à servidora municipal Sra. MARINA GUCKERT, matrícula n.º 1011 ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 29 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 349/2019

Publicação Nº 2138339

PORTARIA Nº 349/2019 DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. PRISCILA BORK, matrícula n.º 875 ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO – DAS 01 e lotação no Departamento de Educação,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica remunerada pelo período de 01 (UM) dia, em 27/08/2019, à servidora municipal Sra. PRISCILA BORK, matrícula n.º 875 ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO – DAS 01 e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 29 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº350/2019

Publicação Nº 2138346

PORTARIA Nº 350/2019 DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido a servidora municipal Sra. LEIDE DAIANA ESPINDOLA, matrícula n.º 1029 ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO – DAS 01 e lotação no Departamento de Agricultura,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º “caput” foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica remunerada pelo período de 03 (TRÊS) dias, iniciando-se em 28/08/2019 à 30/08/2019, à servidora municipal Sra. LEIDE DAIANA ESPINDOLA, matrícula n.º 1029 ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO – DAS 01 e lotação no Departamento de Agricultura.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 29 DE AGOSTO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

234/2019

Publicação N° 2138092

PORTARIA N° 234/2019 – DE 28 DE AGOSTO DE 2019

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que o veículo Caminhão VW Modelo CRC 8x4, ano 2019, patrimônio nº 9319, usado na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, ficará à disposição da Secretaria de Infraestrutura a partir de 28/08/2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

235/2019

Publicação N° 2138107

PORTARIA N° 235/2019 – DE 28 DE AGOSTO DE 2019

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor VALDIR ALVES, inscrito no CPF nº 806.711.959-72, ocupante do cargo efetivo de Motorista, no período de 28/08/2019 até 26/09/2019, referente ao período 17/18.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 28 de agosto de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO Nº 092/2019

Publicação Nº 2138776

DECRETO Nº 92

DE 28 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 01/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o cargo e em conformidade com o artigo 70, VII E IX da Lei Orgânica Municipal: Art. 117 da Lei Complementar 003/2001 e demais disposições legais:

DECRETA

Art. 1º Ficam designados para integrarem o Processo Administrativo Disciplinar, os Servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro:

1- NOELI GIONGO BRAGHINI

2- MARCOS ANTONIO FEDRIGO

3- LURDES LUCILA PEGORARO HEINEN

4- GIOVANA SALETE GUGEL

Art. 2º - A Comissão do Processo Administrativo Disciplinar tem a incumbência de apurar possível infração disciplinar atribuída a Servidora em estágio probatório, GISELLE BELO MAZALOTTI matrícula 10.713, ocupante do cargo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme relatado no Ofício nº 020/2019, datado de 15 de agosto de 2019 e comunicado ao Prefeito Municipal.

Art.3 – As tipificações atribuídas a Servidora em estágio Probatório, estão enquadradas na Lei Complementar 003/2001 em seus Art., 92, V, VI, XIII e Art. 106, V, VI, todos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Aguas de Chapecó, e Art. 101 e seguintes.

Art. 5º Fica afastada a partir do dia 30 de agosto de 2019 a Servidora Giselle Belo Mazalotti de suas funções de Farmacêutica, por 60 (sessenta) dias prorrogáveis por igual período, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 4º As despesas decorrentes deste decreto correrão por conta da dotação orçamentaria municipal vigente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em 28 de agosto de 2019.

LEONIR ANTONIO HENTGES

Prefeito Municipal

EDITAL DE 14º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

Publicação Nº 2138761

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855

CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antônio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 14º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de Auxiliar de Serviços Internos, conforme abaixo especificado.

1. Da data e endereço:

DATA: 03 de Setembro de 2019

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

2. Do candidato convocado:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS – 01 VAGA

HORÁRIO: 10:00 h

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
94	VANESSA COSTA	21º

Águas de Chapecó, 28 de agosto de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº42/2019-DEIVID ANDRÉ DOS SANTOS-MEI

Publicação Nº 2138962

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº:	42/2019
Contratante:	MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Contratada :	DEIVID ANDRÉ DOS SANTOS-MEI
Objeto:	CONSTRUÇÃO DE JAZIGOS JUNTO AO CEMITÉRIO MUNICIPAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, CONFORME CRONOGRAMA;
P. Atividade:	
Orçamento Anual Vigente	
Vigência	Início: 28/08/2019 Término: 31/12/2019
Processo de Licitação nº57/2019 Dispensa de Licitação nº11/2019.	
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 27 de agosto de 2019	
LEONIR ANTONIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

PORTARIA Nº 293/2019

Publicação Nº 2138794

PORTARIA Nº 293/2019 De 28 de Agosto de 2019	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias para a seguinte servidora, conforme o quadro demonstrativo:

Matr.	Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Gozo
10578	NILZA ZANELLA GROTH	ASSESSORA ADMINISTRATIVA	06.04.2018 a 05.04.2019	02.09.2019 a 01.10.2019

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria são por conta da dotação orçamentária Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 28 de Agosto de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Águas Frias

PREFEITURA

DECRETO Nº233/2019

Publicação Nº 2139283

DECRETO Nº 233/2019

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº62/2019, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA, Prefeita em Exercício de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio de Pregão deste Município, do Processo Licitatório nº62/2019, na modalidade de "Pregão Presencial Para Registro de Preços" nº 28/2019, na sua exata ordem e classificação.

Art. 2º - Fica adjudicado o objeto Prestação de Serviços de Arbitragem no valor global de R\$ 126.675,00 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais), a proposta apresentada em favor da empresa proponente: Liga Coronelfreitense de Futebol para o cumprimento do objeto desta licitação.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente Decreto serão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 29 de agosto de 2019.

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

Prefeita em Exercício

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO

Sec. Adm. Finanças e Planejamento

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº31/2019

Publicação Nº 2139008

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº.: 71/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 31/2019

Tipo : Menor preço - Unitário

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

Entrega dos Envelopes : Até às 08:00 horas do dia 10 de setembro de 2019.

Abertura dos Envelopes : 08:30 horas do dia 10 de setembro de 2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Sete de Setembro nº 512, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (049) 3332-0019 ou no site www.aguasfrias.sc.gov.br.

Águas Frias -SC, 28 de agosto de 2019

JANETE ROLIM DE MOURA DAGA

PREFEITA EM EXERCÍCIO

Águas Mornas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 53/2019

Publicação Nº 2139296

MUNICIPIO DE ÁGUAS MORNAS. Aviso de licitação. Processo nº 53/2019. Modalidade: Convite. Objeto: Aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha, higiene e outros, para as Secretarias de Saúde, Educação e demais Secretarias e setores da Prefeitura Municipal de Águas Mornas, discriminado no anexo I do edital. Entrega dos envelopes de habilitação e propostas: Na Prefeitura, situada na Praça José Adão Lehmkuhl, 62 – Centro - Águas Mornas - SC, até as 09:00 horas do dia 05/09/2019. Apresentação das amostras: Prefeitura Municipal de Águas Mornas, sito a Praça José Adão Lehmkuhl, nº 62 – Centro, até o dia 02/09/2019, das 07:00 as 12:00 horas. Águas Mornas, 29 de agosto de 2019. Omero Prim – Prefeito Municipal.

Alfredo Wagner

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº05/2019

Publicação Nº 2139061

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº05/2019

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFREDO WAGNER

O Município de Alfredo Wagner ADJUDICA e HOMOLOGA a Dispensa de Licitação nº05/2019, no dia 28 de Agosto de 2019. Referente contratação de empresa para Elaboração de Projeto Executivo das Pontes de São Wendelino e Passo da Limeira. A empresa contratada foi Bagio & Engenheiros Associados S/S LTDA no valor de R\$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais). Informações pelo site: alfredowagner.sc.gov.br. Alfredo Wagner, em 28 de Agosto de 2019.

Wanderley da Silva

Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Anchieta

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CHAMADA PUBLICA

Publicação Nº 2139026

Anchieta (SC), 28 de Agosto de 2019.

Ilma Senhora
Elisangela Contini

Assunto: CONVOCAÇÃO – Chamada Pública nº 001/2019

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes bem como no setor de Recursos Humanos, para contratação através da Chamada Pública nº 001/2019 para o cargo de Professora de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais por um período de 30 (trinta) dias, substituição de Licença Prêmio.
Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a Chamada Pública nº 001/2019 Vossa Senhoria foi classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - Fotocópia do RG;
 - Fotocópia do CPF;
 - Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - Fotocópia do Título de Eleitor;
 - Comprovante de residência;
 - Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - Uma fotografia 3x4 atual;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Declaração de bens;
 - Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>
 - Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Elisangela Contini

CONVOCAÇÃO CHAMADA PUBLICA

Publicação Nº 2139023

Anchieta (SC), 28 de Agosto de 2019.

Ilma Senhora
Vera Lúcia Suffedini da Costa

Assunto: CONVOCAÇÃO – Chamada Pública nº 001/2019

Prezada Candidata,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes bem como no setor de Recursos Humanos, para contratação através da Chamada Pública nº 001/2019 para o cargo de Professora de Ensino Fundamental 1º ao 5º ano ACT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais por um período de 30 (trinta) dias, substituição de Licença Prêmio. Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

COMUNICADO

Com o presente, comunicamos que de acordo com a Chamada Pública nº 001/2019 Vossa Senhoria foi classificada para assumir a vaga na qual concorreu.

É necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
 - b) Fotocópia do RG;
 - c) Fotocópia do CPF;
 - d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
 - e) Fotocópia do Título de Eleitor;
 - f) Comprovante de residência;
 - g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
 - h) Uma fotografia 3x4 atual;
 - i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
 - j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos, sendo que não poderá ser conta poupança;
 - k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo e Registro no órgão competente;
 - l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
 - m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
 - o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
 - r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
 - s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
 - t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - u) Declaração de bens;
 - v) Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>
 - x) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Ilma. Senhora
Vera Lúcia Suffedini da Costa

DECRETO Nº 150/2019

Publicação Nº 2138263

DECRETO Nº. 150/2019, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.403, de 26 de novembro de 2018 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.403, de 26 de novembro de 2018, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 131.000,00 (cento e trinta e um mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0023.2.101 – Administração Geral Bens e Serviços Atenção Básica

(07) 3.1.90.00.00.00.00.0275 -Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 – EDUCAÇÃO INFANTIL

12.365.0009.2.018 – Administração Geral Bens e Serviços do Ensino Infantil

(209) 4.4.90.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 – EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

12.361.0008.2.015 – Administração Geral Bens e Serviços do Ensino Fundamental

(48) 3.1.90.00.00.00.00.0121 -Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 131.000,00

Art. 3º Para atendimento parcial da abertura dos Créditos constantes neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 11.000,00 (Onze mil reais), em conformidade com a seguinte conta, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0023.2.101 – Administração Geral Bens e Serviços Atenção Básica

(16) 3.3.90.00.00.00.00.0275 -Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

03 – EDUCAÇÃO INFANTIL

12.365.0009.2.018 – Administração Geral Bens e Serviços do Ensino Infantil

(70) 3.1.90.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL R\$ 11.000,00

Art. 4º Para atendimento do restante do Crédito constante deste ato fica utilizada o produto do Provável Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2019, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, Concernente a fonte de Recurso sob nº 275 (00.01.0275) Co-Financiamento P/ Atenção Básica - Estado, código reduzido na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 13.531-3 – código reduzido (61358), Rubrica nº 4.1.7.2.8.03.1.100.00.02 – Transf. Recursos Estado Co-Financiamento Atenção Básica Capacitação, e no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, Concernente a fonte de Recurso sob nº. 121 (00.01.0121) Transferências Recursos do FUNDEF/FUNDEB 60%, código reduzido na Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 10.052-8 – código reduzido (62933), Rubrica nº 4.1.7.5.8.01.1.100.00– Transferências de Recursos do FUNDEB, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

TOTAL R\$ 120.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.402 de 26 de novembro de 2018, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 6º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.401 de 26 de novembro de 2018, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Anchieta (SC), 28 de agosto de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

CAMILA BARONIO - Secretária de Administração e Gestão

DECRETO Nº 151/2019

Publicação Nº 2139177

DECRETO Nº 151/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGAVEL OU JUDICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVAN JOSÉ CANCI, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento no disposto do art. 84 da Lei Orgânica Municipal, bem como do Decreto-Lei 3.365 de 21 de junho de 1941; e

Considerando a necessidade de aquisição de área de terra na Linha São Paulo Alto, para fins de habitação de interesse social;

Considerando a previsão legal para a declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, estabelecida na alínea "i" do artigo 5º do Decreto-Lei 3.365 de 21 de junho de 1941;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a fração da chácara nº 64, nominada "Área 02", conforme Memorial Descritivo e Planta do Imóvel, de Responsabilidade do Engenheiro Agrônomo Eduardo Scholtze, com área de 9.000,00 m² (nove mil metros quadrados), de uma área total de 25.000,00 m² (vinte e cinco mil metros quadrados, matrícula nº 1.281 do Registro de Imóveis da Comarca de Anchieta, sem benfeitorias, situada na Linha São Paulo Alto, Município de Anchieta, de propriedade de Ivo José Scholtze com as seguintes confrontações:

I - NORDESTE: Por linhas secas, medindo: 30,00 metros com o lote nº 10 da quadra 03, matrícula CRI de Anchieta/SC nº 5.885, de Inocência de Oliveira Machado e Antonina Diniz Machado; 12,00 metros com a Rua Antônio Swirke, 30,00 metros com o lote nº 09, da quadra nº 04, matrícula CRI de Anchieta/SC nº 5.735, de Jaisson Castanha; 30,00 com o lote nº 10, da quadra nº 04, matrícula CRI de Anchieta/SC nº 5.509, de Sinval Camargo; 12,00 metros com a Rua Domingos Locatelli; 19,95 metros com o lote nº 06, da quadra nº 05, matrícula CRI de Anchieta/SC nº 5.577, de Gabriel Sarzi Sartori; e 23,63 metros com parte da chácara nº 67, matrícula CRI de Anchieta/SC nº 5.511, de Paulo Martinho Didomênico, Semerinda Maria Perin Didomênico, Fidenciano Swirke, Onilve Theresinha Swirke, João Pedro Perin e Eliane Fátima Seghetto.

II - NOROESTE: Com parte da Chácara nº 63, por linha seca, medindo 53,59 metros, matrícula CRI de Anchieta/SC nº 4.483, de Nelson Augustinho Scholtze e Nelsi Maria Scholtze.

III - SUDOESTE: Com parte da chácara nº 64, área "01", medindo 103,11 metros, por linha seca, matrícula CRI de Anchieta/SC nº 1.281, de Ivo José Scholtze e Edemilson Scholtze.

IV - SUDESTE: Com parte da chácara nº 64, área "01", medindo 12,44 metros, por linha seca, matrícula CRI de Anchieta/SC nº 1.281, de Ivo José Scholtze e Edemilson Scholtze.

a) Novamente ao SUDOESTE: Com parte da chácara nº 64, área "01", medindo 33,28 metros, por linha seca, matrícula CRI de Anchieta/SC nº 1.281, de Ivo José Scholtze e Edemilson Scholtze.

b) Novamente ao SUDESTE: Com a Antiga estrada geral Anchieta/Campo-Erê, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, por uma poligonal medindo 61,19 metros;

c) Novamente do NORDESTE: Com parte remanescente da chácara nº 64, área "03", medindo 28,38 metros, por linha seca, matrícula CRI de Anchieta/SC nº 1.281, de Ivo José Scholtze.

V - LESTE: Com parte remanescente da chácara nº 64, área "03", medindo 36,12 metros, por linha seca, matrícula CRI de Anchieta/SC nº 1.281, de Ivo José Scholtze.

Parágrafo único. O imóvel de que trata este artigo destina-se a habitação de interesse social.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Administração e Gestão adotará as providências necessárias para a efetivação da desapropriação.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão à conta da dotação orçamentária vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta – SC, 28 de agosto de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Ato foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – www.diariomunicipal.sc.gov.br Camila Baronio - Secretária Municipal de Administração e Gestão

DESISTENCIA DE VAGA CHAMADA PUBLICA

Publicação Nº 2139029

Ilmo. Senhor
Ivan José Canci
DD. Prefeito Municipal
Anchieta – Sc.

Eu Elisângela Contini, classificada na Chamada Pública nº 001/2019 para o cargo de Professora de Séries Iniciais- Ensino Fundamental – 1º ao 5º Ano ACT, ao qual fui convocada para assumir a vaga, venho por meio deste DECLARAR minha desistência da vaga referente ao cargo a qual fui convocada na data de 28/08/2019, pelo motivo de estar em Auxílio Doença bem como por ser substituição no mesmo turno que escolhi a vaga de efetiva.

Anchieta (SC), 28 Agosto de 2019.

Elisângela Contini

,

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DOS ANIMAIS SELECIONADOS E HORÁRIO PARA MUTIRÃO DA CASTRAÇÃO

Publicação Nº 2139213

NÚMERO	NOME	ESPÉCIE	SEXO	HORÁRIO
1.	ADÃO PIRES	CÃO	MACHO	7H30MIN
2.	PRISCILA SCHÚ	CÃO	FEMEA	7H30MIN
3.	PRISCILA SCHÚ	CÃO	MACHO	7H30MIN
4.	SAMARA BASSOTTO	CÃO	FEMEA	7H30MIN
5.	TÂNIA MARGARIA BARONIO	CÃO	FEMEA	7H30MIN
6.	CARINA BARONIO	GATO	MACHO	7H30MIN
7.	LEANDRO PANDOLFO	CÃO	FEMEA	7H30MIN
8.	LEANDRO PANDOLFO	GATO	FEMEA	7H30MIN
9.	JUREMA MARIA RIGONI	CÃO	MACHO	7H30MIN
10.	ELISA GRABIN	CÃO	FEMEA	7H30MIN
11.	ELISA GRABIN	CÃO	FEMEA	7H30MIN
12.	LEDA MAPELI ZUPPA	CÃO	MACHO	7H30MIN
13.	BRUNA ZUPPA	CÃO	FEMEA	7H30MIN
14.	BRUNA ZUPPA	CÃO	FEMEA	7H30MIN
15.	EDER ZUPPA	CÃO	FEMEA	7H30MIN
16.	CLEUSA ZUPPA	GATO	FEMEA	7H30MIN
17.	DARCI SABINO ZUPPA	CÃO	FEMEA	7H30MIN
18.	FATIMA CERVINSKI	CÃO	FEMEA	7H30MIN
19.	MARCELO KOUNRATH	CÃO	FEMEA	7H30MIN
20.	MARCELO KOUNRATH	CÃO	FEMEA	7H30MIN
21.	TIAGO SIGNORI	CÃO	FEMEA	7H30MIN
22.	LUCI SIGNORI	CÃO	FEMEA	7H30MIN
23.	JANDIR SIGNORI	CÃO	FEMEA	7H30MIN
24.	DANIELE MARCON	CÃO	FEMEA	8H30MIN
25.	DIRCE MARIA CANCI	CÃO	FEMEA	8H30MIN
26.	SANDRA CANCI	CÃO	FEMEA	8H30MIN
27.	CLAUDETE JUNGES	CÃO	FEMEA	8H30MIN

28.	LILIANA MARTINI LENHARDT	CÃO	FEMEA	8H30MIN
29.	ELIDA PIRES STEFANELLO	CÃO	MACHO	8H30MIN
30.	ANDREA AZEVEDO	CÃO	FEMEA	8H30MIN
31.	JONAS TIAGO BERNARDI	CÃO	FEMEA	8H30MIN
32.	EDINEA LUDKE	CÃO	FEMEA	8H30MIN
33.	VALMIR CRESTANI	CÃO	FEMEA	8H30MIN
34.	CATIANE DOMINGUES	CÃO	FEMEA	8H30MIN
35.	LEILA SCHENA	CÃO	FEMEA	8H30MIN
36.	NICLETO PEDRO KRAEMER	CÃO	MACHO	8H30MIN
37.	ARIEL BILUCA	CÃO	MACHO	8H30MIN
38.	ROSANE MARINI	CÃO	FEMEA	8H30MIN
39.	MARCO MARIANI	CÃO	FEMEA	8H30MIN
40.	ROSANE MARIANI	CÃO	FEMEA	8H30MIN
41.	ROBERTA DELLA MEA	CÃO	FEMEA	8H30MIN
42.	ONÓRIO PESSETTO	CÃO	FEMEA	9H30MIN
43.	DENISE BERNARDI	CÃO	FEMEA	9H30MIN
44.	DENISE BERNARDI	GATO	FEMEA	9H30MIN
45.	GILBERTO HOPPE	CÃO	FEMEA	9H30MIN
46.	GILBERTO HOPPE	CÃO	MACHO	9H30MIN
47.	SIMONE WIEZOREK	CÃO	MACHO	9H30MIN
48.	SIMONE WIEZOREK	CÃO	MACHO	9H30MIN
49.	SIMONE WIEZOREK	CÃO	FEMEA	9H30MIN
50.	SIMONE WIEZOREK	CÃO	FEMEA	9H30MIN
51.	SIMONE WIEZOREK	CÃO	FEMEA	9H30MIN
52.	SIMONE WIEZOREK	CÃO	FEMEA	9H30MIN
53.	SIMONE WIEZOREK	CÃO	FEMEA	9H30MIN
54.	GILMAR BILUCA	CÃO	FEMEA	9H30MIN
55.	GILMAR BILUCA	GATO	FEMEA	9H30MIN
56.	FRANCIELE DE NEGRI	CÃO	FEMEA	9H30MIN
57.	ZULMA PRIOR	CÃO	FEMEA	9H30MIN
58.	LIRIA SCOPEL	CÃO	FEMEA	9H30MIN
59.	ELSI LOLATO	CÃO	FEMEA	9H30MIN
60.	ROBSON SCHOLTZE	CÃO	FEMEA	9H30MIN
61.	FERNANDO SEVERO	CÃO	FEMEA	9H30MIN
62.	RAFAEL SCHENKEL	CÃO	FEMEA	10H30MIN
63.	ZELI TEREZINHA ALNOCH	GATO	FEMEA	10H30MIN
64.	DANIELA WILDNER BELLO	GATO	FEMEA	10H30MIN
65.	MARIA LORECI PETRI	GATO	MACHO	10H30MIN
66.	MARIA LORECI PETRI	GATO	FEMEA	10H30MIN
67.	SILVANE DE OLIVEIRA	GATO	FEMEA	10H30MIN
68.	ALINE ALBERTON BILUCA	GATO	FEMEA	10H30MIN
69.	CLEUSA PRESOTTO SOMA-VILLA	GATO	MACHO	10H30MIN
70.	GIANA ESCEMBACH	GATO	FEMEA	10H30MIN
71.	DIANA ESCEMBACH	GATO	FEMEA	10H30MIN
72.	FABIANE SOMAVILLA CAS-SOL	GATO	MACHO	10H30MIN
73.	GUILHERME CAVASIN	GATO	FEMEA	10H30MIN
74.	EDINEIA APARECIDA CAR-NEIRO	CÃO	FEMEA	10H30MIN
75.	ANA CAROLINA DAL RI HEINECK	CÃO	FEMEA	10H30MIN
76.	MARCELO PRESOTTO	CÃO	FEMEA	10H30MIN
77.	SABINO MILAN	CÃO	MACHO	10H30MIN
78.	ZENIRA RODRIGUES	CÃO	FEMEA	10H30MIN
79.	DEVERSINO LISSAK	CÃO	MACHO	10H30MIN
80.	SANDRA ROTH	CÃO	FEMEA	11H30MIN
81.	TEREZINHA CARTERI	GATO	MACHO	11H30MIN
82.	LUDMILA TREMARIN	CÃO	FEMEA	11H30MIN
83.	LUDMILA TREMARIN	CÃO	FEMEA	11H30MIN
84.	LUDMILA TREMARIN	CÃO	FEMEA	11H30MIN

85.	VERA CRISTINA CENCI	CÃO	FEMEA	11H30MIN
86.	ELIANE DOS SANTOS	GATO	MACHO	11H30MIN
87.	ODILA LOURDES SOARES	CÃO	FEMEA	11H30MIN
88.	PATRICIA DE LIMA	GATO	FEMEA	11H30MIN
89.	ELIZABETE ANA STEFFENS	GATO	FEMEA	11H30MIN
90.	ELIZABETE ANA STEFFENS	GATO	MACHO	11H30MIN
91.	CLAUDETE DE CEZARI	CÃO	FEMEA	11H30MIN
92.	CLAUDETE DE CEZARI	GATO	FEMEA	11H30MIN
93.	SUZAMARA FERREIRA	GATO	MACHO	11H30MIN
94.	ITAMARA DIAS FEO	CÃO	FEMEA	11H30MIN
95.	MARLENE ARENHARTH	CÃO	FEMEA	11H30MIN
96.	ARMELINDA FERNANDES	CÃO	FEMEA	11H30MIN
97.	MARCOS ALEXANDRE DIAS TEO	GATO	FEMEA	11H30MIN
98.	MARCOS ALEXANDRE DIAS TEO	GATO	MACHO	11H30MIN
99.	MARCOS ALEXANDRE DIAS TEO	GATO	MACHO	11H30MIN
100.	JANAINA DIAS	CÃO	FEMEA	12H30MIN
101.	JANAINA DIAS	GATO	MACHO	12H30MIN
102.	JANAINA DIAS	GATO	MACHO	12H30MIN
103.	JANAINA DIAS	GATO	MACHO	12H30MIN
104.	JANAINA DIAS	GATO	MACHO	12H30MIN
105.	JANAINA DIAS	CÃO	MACHO	12H30MIN
106.	JANAINA DIAS	CÃO	MACHO	12H30MIN
107.	CILDA CONTINI	GATO	FEMEA	12H30MIN
108.	IRIA CAVALLI	GATO	FEMEA	12H30MIN
109.	JANDREIA DOS SANTOS	CÃO	MACHO	12H30MIN
110.	JANDREIA DOS SANTOS	CÃO	FEMEA	12H30MIN
111.	MARIVANE SCHUSTER	CÃO	FEMEA	12H30MIN
112.	ROSARIA DE JESUS	CÃO	FEMEA	12H30MIN
113.	ROSARIA DE JESUS	CÃO	MACHO	12H30MIN
114.	PATRICIA BATISTA	GATO	MACHO	12H30MIN
115.	PATRICIA BATISTA	GATO	MACHO	12H30MIN
116.	CRISTIANE PROVIN	CÃO	FEMEA	12H30MIN
117.	CRISTIANE PROVIN	CÃO	FEMEA	12H30MIN
118.	IZABETE LEMES	CÃO	FEMEA	12H30MIN
119.	SABRINA PRADO SOUZA	CÃO	FEMEA	12H30MIN
120.	IZABEL MANTELLI	CÃO	FEMEA	13H30MIN
121.	CASSANDRA ROTH	GATO	FEMEA	13H30MIN
122.	CASSANDRA ROTH	GATO	MACHO	13H30MIN
123.	CASSANDRA ROTH	CÃO	MACHO	13H30MIN

OS ANIMAIS DE RUA SERÃO CASTRADOS A PARTIR DAS 13H30MIN.

PORTARIA Nº375/2019

Publicação Nº 2139085

PORTARIA nº. 375/2019
De, 23 de Agosto de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 62 da Lei Complementar nº 033/2011,

RESOLVE:

Alterar Portaria nº 186/2019 – Pagamento de aulas excedentes,

Art. 1º - Fica alterado o número de aulas excedentes para 02 (duas) aulas, ao Servidor Público Municipal efetivo Rafael Schenkel, ocupante do cargo de Professor de Educação Física.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.



Prefeitura Municipal de Anchieta, SC
Em, 23 de Agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº376/2019

Publicação Nº 2139086

PORTARIA nº. 376/2019
De, 27 de Agosto de 2019.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 1 – Chefe de Setor, à servidora pública municipal efetiva, senhora Rosângela Dondoefer à qual desempenhará funções como responsável pelos Programas da Vigilância Sanitária do Município.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 1 concedida, se dará no período de 01/08/2019 à 31/12/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 225/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 27 de Agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº377/2019

Publicação Nº 2139090

PORTARIA nº. 377/2019
De, 27 de Agosto de 2019.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 033/2011 – Plano de Carreira,

RESOLVE,

Conceder Gratificação Função de Confiança,

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Função de Confiança - FC 1 – Chefe de Setor, ao servidor público municipal efetivo, senhor Guilherme Tiago Flach à qual desempenhará funções como Coordenador, responsável pela VISA - Vigilância Sanitária do Município.

Art. 2º - A Gratificação de Função de Confiança - FC 1 concedida, se dará no período de 01/08/2019 à 31/12/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 225/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 27 de Agosto de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PREGÃO PRESENCIAL N 015/2019 - FMS

Publicação Nº 2138571

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 015/2019

O Gestor do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Aquisição de kits odontológicos (Adulto e Infantil) para serem distribuídos aos alunos das Escolas Municipais e do Estado, visando estimular a prática do cuidado com a higiene bucal através da Campanha Saúde na Escola. Pagos com recursos de Emenda, Incremento PAB/Proposta Nº 3600025241/2019. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 12/09/2019. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, de Segunda à Sexta – Feira.

Anchieta, 28 de Agosto de 2019.

MARTINHOS SCANTAMBURLO

Gestor do FMS

CÂMARA MUNICIPAL

ADENDO AO EDITAL DE ABERTURA TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

Publicação Nº 2138021

ADENDO AO EDITAL DE ABERTURA
TOMADA DE PREÇOS Nº001/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº003/2019
TOMADA DE PREÇO Nº001/2019
ESTADO DE SANTA CATARINA

3.3- . Poderão participar desta licitação todos os fornecedores, pessoa jurídica, cadastrada na Câmara Municipal de Vereadores de Anchieta e ainda os que se cadastrarem até o terceiro dia anterior ao recebimento das propostas.

Anchieta, 28 de agosto de 2019.

Maria Helena Trentin

Presidente Câmara Municipal de Vereadores

Anitápolis

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE EDITAL 003/2019

Publicação Nº 2138065

ANULAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2019

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO A ANULAÇÃO do Processo Seletivo Simplificado 003/2019.

Fica garantido aos candidatos inscritos o direito de receberem a devolução da Taxa de inscrição, comparecendo pessoalmente no setor de Recursos Humanos.

Anitápolis, 28 de agosto de 2019.

LAUDIR PEDRO COELHO
Prefeito Municipal

GABARITO DEFINITIVO PROCESSO SELETIVO 002/2019

Publicação Nº 2138070

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O GABARITO DEFINITIVO do Processo Seletivo Simplificado 002/2019, conforme segue:

GABARITO DEFINITIVO NUTRICIONISTA

Cargo/ questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
NUTRICIO- NISTA	C	B	B	D	D	B	B	D	B	C

Anitápolis, 27 de agosto de 2019.

LAUDIR PEDRO COELHO
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO Nº 123/2019

Publicação Nº 2138234

DECRETO Nº 000123/19 de 28 de Agosto de 2019

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0012.2.030-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 1.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Agosto de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 124/2019

Publicação Nº 2138964

DECRETO Nº 000124/19 de 28 de Agosto de 2019

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º -

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.361.0006.2.005-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

ara atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 3.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Agosto de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1625/2019

Publicação Nº 2138565

LEI Nº 1625/2019

"ALTERA LEI N. 1.356/2011, QUE INSTITUI O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES/PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica inserido no art. 39, inciso II, a alínea "d", com a seguinte redação:

"d) inferior a 100 alunos, 30% (trinta por cento);"

Art. 2º Fica alterado o art. 40 da Lei Municipal n. 1.356/2011, que passa a vigorar com a seguinte:

"Art. 40. O professor que assumir o exercício de direção de Unidades de Ensino e tiver carga horária inferior a 40 (quarenta) horas terá sua carga horária e seu vencimento suplementada até 40 (quarenta) horas, durante o tempo que permanecer no exercício de direção."

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 400/2019

Publicação Nº 2138993

PORTARIA Nº 400/2019

Concede licença prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder licença prêmio por 10 dias ao servidor RAFAEL GUESSER, ocupante do cargo efetivo de INSEMINADOR, referente ao período aquisitivo de 15/04/2014 a 14/04/2019, no período de 29/08/2019 a 07/09/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 28 de agosto de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 29 de agosto de 2019.

PORTARIA N 401/2019

Publicação Nº 2138997

PORTARIA Nº 401/2019

Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias por 10 dias ao servidor ELENO WEBER, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINA, referente ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 02/03/2019, no período de 04/09/2019 a 13/09/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 28 de agosto de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 29 de agosto de 2019.

PORTARIA N 402/2019

Publicação Nº 2138999

PORTARIA Nº 402/2019

Suspende férias de servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

Considerando o atestado médico entregue pela servidora no dia 28/08/2019;

RESOLVE:

Artigo 1º - Suspender as férias da servidora ZILDA VERONICA WEBER SILVEIRA, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, referente ao período aquisitivo de 16/08/2017 a 15/08/2018, que seriam gozadas no período de 02/09/2019 a 01/10/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 28 de agosto de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 29 de agosto de 2019.

PORTARIA N 403/2019

Publicação Nº 2139002

PORTARIA Nº 403/2019

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por 45 dias a servidora MARIZE TEREZINHA PRIM MULLER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, a partir de 16 de agosto de 2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16/08/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 28 de agosto de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de agosto de 2019.

PORTARIA N 404/2019

Publicação Nº 2139005

PORTARIA Nº 404/2019

Concede Licença Prêmio a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO por 30 dias ao servidor SILVERIO PETRI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE ARTES, referente ao período aquisitivo de 29/02/2012 a 28/02/2017, no período de 29/08/2019 a 27/09/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 28 de agosto de 2019.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 29 de agosto de 2019.

Apiuna

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 105/2019

Publicação Nº 2138904

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de Pregão Presencial- Registro De Preço nº 105/2019

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE CILINDROS E CARGA DE GÁS DE COZINHA PARA AS CRECHES, ESCOLAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 06, centro, Apiúna/SC, 89135-000. Data/ Hora autenticação de documentos, credenciamento e protocolo envelopes: 11/09/2019 – Das 09 horas às 09h20 min. Data/Hora da Abertura dos envelopes: 11/09/2019 – Após 09 horas e 20 minutos

Maiores Informações Fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br

José Gerson Gonçalves /Prefeito de Apiúna

DISPENSA Nº 13/2019 -FMS

Publicação Nº 2137969

Fundo Municipal de Saúde de Apiúna

Extrato de Dispensa de Licitação nº 13/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE REALIZA CURSOS DE MOTORISTAS PARA TRANSPORTE COLETIVO E TRANSPORTE EM VEÍCULO DE EMERGÊNCIA. Contratada: Espaço do Transito LTDA, CNPJ n.º 11.384.508/0001-57. Valor Total: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).

Fundamento: Art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

Data: 28/08/2019

PORTARIA Nº0607/2019

Publicação Nº 2138052

PORTARIA Nº 0607/2019

De 22 de agosto de 2019

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE
MATHEUS NOGUEIRA SANTOS ARAUJO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 17 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Tornar sem efeito a nomeação de MATHEUS NOGUEIRA SANTOS ARAUJO, nomeado pela Portaria nº 0528/2019 de 05 de agosto de 2019 para o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL haja vista o escoamento do prazo para entrega de documentos.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de agosto de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0608/2019

Publicação Nº 2138054

PORTARIA Nº 0608/2019

De 22 de agosto de 2019

DESIGNA CELIA TEREZINHA SCHULZ
COMO FISCAL DO CONTRATO 46/2019

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora comissionada CELIA TEREZINHA SCHULZ matrícula n. 17469 ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das

funções de seus auxiliares:

CONTRATOS	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
46/2019	Contratação de empresa para prestação de serviços de elaboração e acompanhamento do projeto cultural do evento Magia do Natal 2019, através da Lei de Incentivo à Cultura, junto ao Governo Federal - Inexigibilidade – Credenciamento nº 95/2019.	Sanson Gestão Cultural e Esportiva Ltda.

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Servidor: Carla Regina Zonta Lange

Cargo: Auxiliar Administrativo Nível Superior

Matricula: 81116

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado a servidora Carla Regina Zonta Lange, matrícula 81116, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de agosto de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N°0609/2019

Publicação N° 2138055

PORTARIA N° 0609/2019

De 27 de agosto de 2019

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE
MARCIA FERREIRA DO BOMFIM TOBIAS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 17 da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Tornar sem efeito a nomeação de MARCIA FERREIRA DO BOMFIM TOBIAS, nomeada pela Portaria nº 0538/2019 de 07 de agosto de 2019 para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS haja vista o escoamento do prazo para entrega de documentos.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 22 de agosto de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N°06102019

Publicação N° 2138057

PORTARIA N° 0610/2019

De 28 de setembro de 2019

DESIGNA ANA PAULA NAHRING
COMO FISCAL DO CONTRATO 30/2019

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva ANA PAULA NAHRING matrícula n. 104671 ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório, para desempenhar

a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATOS	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
30/2019	Contratação de empresa que realiza cursos de motoristas para transporte coletivo e transporte em veículo de emergência - Dispensa – nº 13/2019 - FMS	Espaço do Transito Ltda. Me

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Servidor: Fernando Vitor Jansen

Cargo: Diretor de Departamento

Matrícula: 97322

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o servidor Fernando Vitor Jansen, matrícula 97322, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de setembro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0611/2019

Publicação Nº 2138059

PORTARIA Nº 0611/2019

De 28 de agosto de 2019

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO

ANDERSON FERNANDO DA SILVA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 04/2018, com homologação do resultado final em 23/11/2018, RESOLVE

Art. 1º - Nomear em 28 de agosto de 2019, ANDERSON FERNANDO DA SILVA, em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS CRECHE - 44 horas semanais, inscrição nº 523 do Concurso Público nº. 04/2018.

Art. 2º - A partir da publicação desta, abre-se o prazo de 15 dias para que o candidato, acima mencionado, apresente o rol de documentos necessários para tomar posse conforme estabelece Arts. 17 e 18 da Lei Complementar n. 95/2008 de 01/09/2008.

Art. 3º - Será tornada sem efeito a nomeação e declarado extinto o direito do nomeado quando, por ato ou omissão de que for responsável, a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 28 de agosto de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA

Arabutã/SC, 28 de agosto de 2019.
LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Dulci Driemeier Losch
Responsável pela publicação.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 02/2019 DE 29 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139257

RESOLUÇÃO 002/2019
Dispõe sobre alteração no Regimento Interno, e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARABUTÃ, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 157 do Regimento Interno, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Altera o art. 119 do Regimento Interno que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 119. As quatro sessões ordinárias mensais serão realizadas sempre às segundas-feiras, com início às 18:30 (dezoito e trinta) horas, independentemente de convocação, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo".

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã SC, 29 de Agosto de 2019.
Ísolde Dulce Schuch Ruppenthal
Presidente

Registrado e Publicado em 29/08/2019, devendo ficar afixado no quadro mural por 30 dias a contar da publicação.

Marcio Fernando Kolling
Secretário Geral - Responsável pelas publicações.

Arroio Trinta

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 0008/2019 AO CONTRATO 0027/2016

Publicação Nº 2139062

TERMO ADITIVO 0008/2019 AO CONTRATO Nº0027/2016, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0025/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2016, SEGURO DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, neste ato representada por Prefeito Municipal o Senhor CLAUDIO SPRÍCIGO, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, Nº 33, no município de Arroio Trinta - SC, doravante denomina CONTRATANTE de outro lado à empresa PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº.61.198.164/0001-60, com sede na Avenida Guaianases,1238, CEP 01.205.0001 - Bairro Campos Eliseus, São Paulo- SP doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelos senhores ROBERTO DE SOUZA DIAS, brasileiro, divorciado, securitário, Portadora do CI sob nº 18.304.552-x e CPF sob nº 115.838.468-83, residente e domiciliada na Avenida Guaianases,1238, CEP 01.205.0001 - Bairro Campos Eliseus, São Paulo- SP e NEIDE OLIVEIRA SOUZA, Brasileira, casada, securitária, portadora do CI sob nº 28.543.390-8 e CPF sob Nº 205.408.568-51, residente e domiciliado na Avenida Guaianases,1238, CEP 01.205.0001 - Bairro Campos Eliseus, São Paulo,- SP, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0025/2016, Pregão Presencial Nº 0012/2016, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo de acordo a Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica incluído na lista de veículos assegurados pelo contratada, contrato nº 0027/2016, o seguinte veículo, conforme apólice, parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Total.
	SAÚDE – SEGURO VEÍCULO CITROEN – AIRCROSS START 1.6 16 V FLEX, MODELO 2018/2019 GASOLINA/ÁLCOOL, CHASSI 9355UNFN1KB520297. BÔNUS ATUAL NA APÓLICE: 1 COBERTURAS CASCO FRANQUIA REDUZIDA, R\$ 1.761,00 DANOS MATERIAIS A TERCEIROS R\$ 250.000,00, DANOS CORPORAIS A TERCEIROS R\$ 250.000,00, DANOS MORAIS A TERCEIROS R\$50.000,00 APP MORTE ACIDENTAL POR PASSAGEIRO R\$30.000,00 DMO R\$ 50.000,00, VIDROS VIP, ASSISTÊNCIA 24 HORAS SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM CARRO RESERVA GRATUITO POR 15 DIAS PORTO SEGURO, CONFORME APÓLICE.	Un	1	982,04	982,04

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato original, permanecem inalteradas.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 28 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ sob nº.61.198.164/0001-60
CONTRATADA

NEIDE OLIVEIRA SOUZA
CPF sob Nº 205.408.568-51

Testemunhas:

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

TARCISIO LIDANI
CPF: 613.139.809-78

TERMO ADITIVO 0008/2019 AO CONTRATO N° 0027/2016
PROCESSO LICITATÓRIO N° 00025/2016
PREGÃO PRESENCIAL N° 00012/2016
OBJETO: INCLUSÃO DE VEÍCULO SAÚDE
CONTRATADA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Arvoredo

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 027/2019 AVISO

Publicação Nº 2139299

MUNICÍPIO DE ARVOREDO - SC
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2019
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 004/2019

AVISO DE ABERTURA DE ENVELOPES CONTENDO PROPOSTA PREÇO

O Município de Arvoredo, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público que decorrido o prazo que apresentação de recursos referente ao julgamento de habilitação, conforme Ata Nº01, do Processo de Licitação Nº 027/2019, Modalidade Tomada de Preço Nº 004/2019, notifica as licitantes habilitados, que na data de 05 de setembro de 2019, no horário da 08h30min procedera a abertura dos envelopes contendo as proposta preço do referido certame, independentemente da presença de representantes das empresas habilitadas.

Arvoredo, 28 de agosto de 2019.

Comissão Permanente de Licitações.

Ascurra

PREFEITURA

CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL 001/2019/ASC

Publicação Nº 2137999

CONVÊNIO N. 001/2019/ASC

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ASCURRA E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA CIVIL E DA POLÍCIA MILITAR, VISANDO A CESSÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

O Município de Ascurra, doravante denominado – Município, situado à Rua Benjamin Constant, nº 221, Centro, cidade de Ascurra/SC, inscrito no CNPJ sob o n. 83.102.772/0001-61, neste ato representado pelo Exmo. Sr. LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito Municipal, portador do CPF nº 692.994.209-04, e o Estado de Santa Catarina e a Secretaria de Estado da Segurança Pública de Santa Catarina, com sede a Rua Artista Bittencourt, nº 30, Centro, na cidade de Florianópolis/SC, por intermédio Delegacia de Polícia Civil, neste ato representada pelo Delegado de Polícia RONNIE REIS STEVES, e da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominada PMSC, representada pelo seu Comandante Geral, CORONEL PM CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR, amparados pelo art. 72, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município, no inciso IV, celebram o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes e:

Considerando a grande demanda de trabalho e a gerência de recursos humanos, fatores estes que aliados impedem a prestação de um serviço célere, humano e eficaz, é de suma importância a disponibilização de servidores municipais, a fim de auxiliar nas seguintes demandas: atendimento às vítimas de violência doméstica; elaboração de procedimentos policiais, em especial Inquérito Policial; requerimento de medidas protetivas ao Poder Judiciário; acompanhamento, por meio de contato telefônico, da situação das vítimas beneficiadas com medidas protetivas, auxiliando na fiscalização do programa Patrulha Maria da Penha; além de contribuir com o atendimento ao público em geral, realização de contato telefônico com as demais unidades policiais e fornecedores, elaboração de mapa estatístico, distribuição de Boletins de Ocorrências despachados pelo Delegados e de procedimentos policiais, confecção de comunicações internas e ofícios, gestão de recursos humanos e logística.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Convênio tem por objeto a cessão de 03 (três) servidores públicos do Município de Ascurra em favor do Estado de Santa Catarina, sendo 01 (um) Auxiliar de Serviços Gerais, que prestará serviços de limpeza em geral na Delegacia de Polícia Civil e no Comando da Polícia Militar de Ascurra, e 02 (dois) Estagiários de Nível Superior de Graduação em Direito, que realizarão atividades junto à Delegacia de Polícia Civil de Ascurra, com todas as vantagens inerentes aos cargos e função, com ônus para o Município de Ascurra.

1.2 Por acerto entre as partes, o servidor cedido poderá ser substituído por outro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÔNUS

2.1 Os ônus do objeto deste Convênio serão suportados pelo Município de Ascurra e correção por conta das dotações consignadas no orçamento anual vigente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 DO MUNICÍPIO:

3.1.1 Disponibilizar o servidor, nos termos da Cláusula Primeira.

3.1.2 Manter as vantagens estatutárias e do Plano de Carreira do Servidor efetivo, contando o seu tempo de serviço na Prefeitura de Ascurra, para todos os fins.

3.1.3 Apurar a ocorrência de eventuais faltas disciplinares do servidor.

3.1.4 Manter a remuneração do servidor, segundo especificado na Cláusula Segunda.

3.1.5 Disponibilizar o servidor para o cumprimento dos dias trabalhados em acordo ao calendário da Polícia Civil e da Polícia Militar.

3.1.6 Fiscalizar para que os serviços desenvolvidos pelo servidor cedido esteja de conformidade com o disposto neste Convênio.

3.1.7 Solicitar trimestralmente relatório das atividades desenvolvidas pelo servidor.

3.1.8 Solicitar o encaminhamento da frequência mensal do servidor.

3.2 DA POLÍCIA CIVIL E DA POLÍCIA MILITAR:

3.2.1 Atribuir ao servidor somente as atividades relacionadas ao seu cargo.

3.2.2 Fazer o controle de frequência do servidor e encaminhar o referido documento mensalmente à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ascurra.

3.2.3 Fazer a avaliação periódica do servidor, nos termos da legislação municipal a respeito e encaminhar os documentos à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ascurra.

3.2.4 Comunicar ao MUNICÍPIO a ocorrência de eventuais faltas disciplinares.

3.2.5 Emitir relatório das atividades desenvolvidas pelo servidor cedido, a cada trimestre.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE, VIGÊNCIA E EFICÁCIA

4.1 Este Convênio terá validade a partir de sua assinatura, condicionada a publicação do seu extrato no Diário Oficial Eletrônico do Município, sendo vigente até 21/12/2020.

CLÁUSULA QUINTA - PUBLICAÇÃO

5.1 O Município de Ascurra providenciará a publicação do extrato deste Convênio no Diário Oficial Eletrônico do Município

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

6.1 É facultativo aos interessados promover o distrato do presente Convênio, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou pela iniciativa unilateral de qualquer um deles, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual tão-somente a responsabilidade pelas obrigações assumidas e vantagens auferidas no período anterior à notificação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

7.1 Os casos omissos, as dúvidas ou quaisquer divergências decorrentes da execução deste Convênio serão dirimidos pelos partícipes, por meio de consultas e mútuo entendimento.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ascurra para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Convênio.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 6 (seis) vias de igual teor, junto com duas testemunhas. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Ascurra/SC, 8 de julho de 2019.

MUNICÍPIO DE ASCURRA
LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI
PREFEITO MUNICIPAL

MIGUEL ANGELO SOAR
ASSESSOR JURÍDICO
OAB/SC 6.699

POLÍCIA MILITAR – SC
CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO GOMES JÚNIOR
Cel. PM Comandante Geral da PMSC

RONNIE ESTEVES
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE ASCURRA

Testemunhas:

VALMIR MOSER
3º SARGENTO – 2º GRUPAMENTO DE POLÍCIA MILITAR DE ASCURRA

ALBANO FINGER NETO
Escrivão de Polícia Civil

WILLY BAGATOLI
Chefe de Gabinete

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 47/2019

Publicação Nº 2138086

Município de Ascurra
Edital de Dispensa de Licitação 62-2019
Extrato de contrato n. 47/2019
Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra
Contratada: FABIANA WRZESINSKI NEGRI 00525612912
CNPJ: 33.655.334/0001-52

Objeto: Constitui objeto deste contrato o fornecimento de produtos diversos (câmeras, equipamentos e cabos) para realizar a instalação de sistema de segurança eletrônico na Secretaria de Saúde, para monitoramento em tempo real.

Validade: até 31/12/2019

Valor: R\$ R\$ 6.223,76

Ascurra, 29 de agosto de 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 48/2019

Publicação Nº 2138564

Município de Ascurra

Editais de Tomada de Preço 52-2019

Extrato de contrato n. 48/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 10.671.681/0001-73

Objeto: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO DA RUA JORGE LACERDA, BAIRRO ESTAÇÃO, ASCURRA (SC), PERFAZENDO UM TOTAL DE 746,30 METROS DE EXTENSÃO E 2.850,00M² DE ÁREA DO PASSEIO, COM O FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Validade: até 31/12/2019

Valor: R\$ 218.500,46

Ascurra, 28 de agosto de 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6612, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138763

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6612 de 16 de Agosto de 2019.

CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pelo servidor comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ADILSON PEREIRA, ocupante do cargo de Motorista, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Ensino Fundamental pela EEBM Padre Biagio Simonetti, da cidade de Fraiburgo/SC, passando assim do Nível XVI Referência 01 para o Nível XVII Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6613, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138765

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6613 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ADRIANA DOS SANTOS, matrícula 121681-01, ocupante do cargo de Professor II, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-II-B Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6614, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138766

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6614 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ADRIANA DOS SANTOS, matrícula 121681-02, ocupante do cargo de Professor II, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-II-B Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6615, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138767

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6615 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ALINE AKEMY TANAKA, matrícula 195154-00, ocupante do cargo de Atendente de Educação Infantil, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso de ARTES pela Universidade Regional de Blumenau - FURB, passando assim do Nível IV Referência 01 para o Nível V Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6616, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138768

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6616 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ANA PATRICIA BADALOTTI, matrícula 130613-00, ocupante do cargo de Atendente de Educação Infantil, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso Graduação em DIREITO pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, passando assim do Nível IV Referência 01 para o Nível V Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6617, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138770

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6617 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ANA PATRICIA ULLER, matrícula 191680-00, ocupante do cargo de Professor II, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso de Especialização, Pós-graduação, Lato Sensu em LUDOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO ESPECIAL pela Associação Catarinense de Ensino Faculdade Guilherme Guimbala, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-II-B Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6618, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138772

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6618 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ANDREIA FERETTI SCHMITZ, matrícula 130630-03, ocupante do cargo de Professor II, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso de Pós-graduação, Lato Sensu em ARTES E EDUCAÇÃO pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-II-B Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6619, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138774

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6619 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora CHARLINE DAIANA DE LIMA, matrícula 160288-00, ocupante do cargo de Professor II, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso de Pós-graduação, Lato Sensu, Especialização em LUDOPEDAGOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS COM ÊNFASE EM EDUCAÇÃO ESPECIAL pela Faculdade Porto das Águas - FAPAG, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-II-B Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6620, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138788

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6620 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIA CAROLINA BILK, matrícula 178047-01, ocupante do cargo de Professor II, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso de Especialização, Pós-graduação, Lato Sensu em EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA pela Associação Catarinense de Ensino Faculdade Guilherme Guimbala, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-II-B Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6621, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138789

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6621 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pelo servidor comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ROBERTO MOSER, matrícula 131547-01, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso EDUCAÇÃO FÍSICA pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, passando assim do Nível XIII Referência 02 para o Nível XIV Referência 02, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6622, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138790

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6622 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ROSECLER APARECIDA SEVEGNANI, matrícula 142948-05, ocupante do cargo de Crecheira, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Ensino Médio pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA, passando assim do Nível I Referência 01 para o Nível II Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6623, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138793

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6623 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ROSLEINE BASSANI TOMIO, matrícula 126870-02, ocupante do cargo de Professor II, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso de Pós-graduação, Lato Sensu em ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras - FACEL, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-II-B Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6624, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138795

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6624 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SIMONE POLI FERRARI, matrícula 112364-10, ocupante do cargo de Professor II, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso de Pós-graduação, Lato Sensu em PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA E INSTITUCIONAL pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci e Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-II-B Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6625, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138797

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6625 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SILVIA ROSITA POFFO MOSER, matrícula 122017-02, ocupante do cargo de Professor II, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso de Pós-graduação, Lato Sensu, Especialização em EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA pela Faculdade Porto das Águas - FAPAG, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-II-B Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6626, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138798

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6626 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora VANIA PESSOTTI DIAS, matrícula 112003-02, ocupante do cargo de Professor II, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso de Pós-graduação, Lato Sensu em ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-II-B Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6627, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138801

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6627 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO A SERVIDOR

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 118 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de nova titulação ou habilitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ZULEIDE APARECIDA PEREIRA DIAS DA SILVA, matrícula 144134-03, ocupante do cargo de Atendente de Educação Infantil, promoção por nova titulação ou habilitação prevista na Seção II, artigos 21 a 22 da Lei Complementar nº 118/2011 de 19/12/2011, diante da comprovação da conclusão do Curso Superior de Tecnologia em GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci - UNIASSELVI, passando assim do Nível IV Referência 01 para o Nível V Referência 01, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6628, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138804

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6628 de 16 de Agosto de 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 72 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o resultado do Concurso Público Nº 001/2016, homologado pelo Decreto n.º 2845 de 28/06/2016 e Decreto de prorrogação n.º 3137 de 28/06/2018.

CONSIDERANDO, a vaga em aberto para compor equipe da Secretária Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos;

CONSIDERANDO, o sétimo candidato aprovado na ordem de classificação do certame regido pelo Edital Nº 001/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear por Concurso Público DECÁSIO SERPA em caráter efetivo para o cargo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, Sigla – TSG, do Anexo II, do Quadro Geral de Cargos de Provimento Efetivo, do Grupo IV, Transporte, Obras e Serviços Gerais, nível salarial X-01, da Lei Complementar n.º 118 de 19/12/2011, com carga horária de 44 horas semanais e exercício na Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6629, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138806

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6629 de 16 de Agosto de 2019.

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 119 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pelo servidor comprovando a respectiva conclusão de cursos de aperfeiçoamento ou capacitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ADILSON PEREIRA matrícula 193801-00, ocupante do cargo de Motorista, a progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação, a que tem direito referente aos cursos realizados no período de 2017, prevista na Seção I, artigos 19 a 20 da Lei Complementar n.º 119/2011 de 19/12/2011, passando assim do Nível XVI Referência 01 para o Nível XVI Referência 02, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6630, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138809

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6630 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 119 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de cursos de aperfeiçoamento ou capacitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ADRIANA DOS SANTOS matrícula 121681-01 ocupante do cargo de Professor II, a progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação, a que tem direito referente aos cursos realizados no período de 2018, prevista na Seção I, artigos 19 a 20 da Lei Complementar n.º 119/2011 de 19/12/2011, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-I-B Referência 02, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6631, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138810

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6631 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 119 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de cursos de aperfeiçoamento ou capacitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ADRIANA DOS SANTOS matrícula 121681-02 ocupante do cargo de Professor II, a progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação, a que tem direito referente aos cursos realizados no período de 2018, prevista na Seção I, artigos 19 a 20 da Lei Complementar n.º 119/2011 de 19/12/2011, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-I-B Referência 02, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6632, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138813

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6632 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 119 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de cursos de aperfeiçoamento ou capacitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SIMONE POLI FERRARI matrícula 112364-10 ocupante do cargo de Professor II, a progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação, a que tem direito referente aos cursos realizados no período de 2014 a 2015, previstos na Seção I, artigos 19 a 20 da Lei Complementar n.º 119/2011 de 19/12/2011, passando assim do Nível M-I-B Referência 01 para o Nível M-I-B Referência 02, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6633, de 16/08/2019

Publicação Nº 2138814

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6633 de 16 de Agosto de 2019.
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 19 a 22, da Lei Complementar nº 119 de 19/12/2011, (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores do Poder Executivo Municipal de Ascurra),

CONSIDERANDO, o requerimento apresentado pela servidora comprovando a respectiva conclusão de cursos de aperfeiçoamento ou capacitação;

CONSIDERANDO, a ata de avaliação do Comitê Permanente de Progressão de Carreira;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER à servidora VANIA DUARTE MARIANO matrícula 185760-00 ocupante do cargo de Atendente de Educação Infantil, a progressão por curso de aperfeiçoamento ou capacitação, a que tem direito referente aos cursos realizados no período de 2018, prevista na Seção I, artigos 19 a 20 da Lei Complementar n.º 119/2011 de 19/12/2011, passando assim do Nível IV Referência 01 para o Nível IV Referência 02, fazendo jus ao recebimento do vencimento correspondente.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 16 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 16 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

PORTARIA Nº 6637, de 20/08/2019

Publicação Nº 2138819

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CNPJ: 83.102.772/0001-61

PORTARIA N.º 6637 de 20 de Agosto de 2019.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ATENDENTE GERAL

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 72 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, o resultado do Concurso Público nº 001/2019, homologado pelo Decreto n.º 3324 de 14/05/2019;

CONSIDERANDO, a vaga em aberto para ocupar o cargo de Atendente Geral; e

CONSIDERANDO, o quarto candidato aprovado na ordem de classificação do certame regido pelo Edital nº 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear por Concurso Público MARCELO ENGEL em caráter efetivo para o cargo de Atendente Geral, sigla - ATP, constante do Anexo II, Grupo II, Atividades Técnico-Profissionais de Nível Médio, nível salarial XIII-01, da Lei Complementar n.º 118 de 19/12/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Ascurra em, 20 de Agosto de 2019.

Cumpra-se, publique-se e registre-se.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal de Ascurra/SC

Esta Portaria foi publicada na forma regulamentar e registrada na Secretaria de Administração e Planejamento nesta data.

Ascurra, em 20 de Agosto de 2019.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Rua Benjamin Constant, n.º 221 Bairro Centro – Caixa Postal 25 – CEP 89138-000
ASCURRA – SC Home-page: www.ascurra.sc.gov.br E-mail: gabinete@ascurra.sc.gov.br

Atalanta

PREFEITURA

LEI Nº 1590/2019

Publicação Nº 2137986

LEI N.º 1590/2019

“Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 2.900.000,00 (Dois milhões e novecentos mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.1.90.00.00.00.00.03.0080 – Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0007.2.003 – Manutenção da Administração Geral

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

28.123.0016.2.008 – Pagamento de Inativos e Pensionistas

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.125.0007.2.047 – Manutenção das Atividades FUNREBOM

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

08.243.0079.2.048 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO

20.606.0025.2.010 – Manutenção das Atividades Produtoras

3.1.90.00.00.00.00.03.0080 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

20.606.0031.2.012 – Mecanização Agrícola

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas R\$ 330.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar

3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

12.361.0049.2.019 – Manutenção da Merenda Escolar – Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

12.365.0049.2.020 – Manutenção da Merenda Escolar – Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

12.362.0049.2.021 – Assistência aos Educandos – Apoio ao Ensino Médio

3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

13.392.0055.2.025 – Promoção da Cultura e Tradições Locais

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

27.812.0058.2.026 – Manutenção do Desporto Amador



3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS	
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS	
26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário	
3.1.90.00.00.00.00.03.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 230.000,00
15.452.0064.2.028 – Manutenção dos Serviços Urbanos	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
15.452.0064.2.051 – Manutenção das Atividades Policiam. Civil/Militar/Segurança no Trânsito	
3.3.90.00.00.00.00.03.0382 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
08.244.0076.2.042 – Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendim. Integral a Família - PAIF	
3.1.90.00.00.00.00.00.0074 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
08.244.0073.2.043 – Benefícios Eventuais	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
10.301.0088.2.037 – Manutenção Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI	
3.3.90.00.00.00.00.00.0059 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0063 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
10.301.0091.2.038 – Manutenção da Farmácia Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
10.304.0097.2.040 – Manutenção da Vigilância Sanitária	
3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária nas dotações do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º Os créditos abertos por esta Lei correrão por conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0106 – Transferências do Fundeb 60% no valor de R\$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais); provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0107 – Transferências do Fundeb 40% no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais); provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0080 – Recursos Ordinários no valor de R\$ 765.000,00 (Setecentos e sessenta e cinco mil reais); por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 da fonte de recursos 0080 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 530.000,00 (Quinhentos e trinta mil reais); por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 da fonte de recursos 0382 – Convênio de Trânsito - Prefeitura, no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) e das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO	
04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO	
20.606.0031.2.012 – Mecanização Agrícola	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
12.365.0043.1.003 – Construção/Ampliação da Rede Física – Educação Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas	R\$ 71.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas	R\$ 24.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
12.366.0052.2.024 – Educação de Jovens e Adultos	
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 34.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
13.392.0055.2.025 – Promoção da Cultura e Tradições Locais	

3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

16.482.0064.1.008 – Construção de Unidades Habitacionais

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

26.782.0061.1.009 – Construção e Reparos de Pontes e Pontilhões

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0076.2.030 – Manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

08.244.0076.2.042 – Manutenção dos Serviços de Proteção e Atendim. Integral a Família - PAIF

3.3.90.00.00.00.00.00.0074 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE

23.695.0034.2.013 – Realização de Promoções e Eventos

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

23.695.0082.2.034 – Promoção do Turismo

3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas R\$ 385.000,00

10.301.0091.2.038 – Manutenção da Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0059 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0063 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

10.305.0100.2.041 – Manutenção da Vigilância Epidemiológica

3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 23 de agosto de 2019.

CLÁUDIO VOLNEI SENS

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 093/2019

Publicação Nº 2137995

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 093/2019

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 45 em seu parágrafo 9 da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Reduzir a carga horária da Servidora ELFI SCHMAUCH JOCHEM, a pedido da Servidora, passando de 40h semanais para 20h semanais, conforme requerimento, a partir de 06 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Atalanta

16 de agosto de 2019.

CLAUDIO VOLNEI SENS

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 094/2019

Publicação Nº 2137996

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 094/2019

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 122 e 123 em seus parágrafos da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011, alterados pela Lei Complementar nº 034/2017,

RESOLVE:

Conceder Licença Premio em Pecúnia a Servidora INDIANARA VAN DEN BOOM, pelo período de 30 (trinta) dias, no mês de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Atalanta

20 de agosto de 2019.
CLAUDIO VOLNEI SENS
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 095/2019

Publicação Nº 2137997

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 095/2019

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 122 e 123 em seus parágrafos da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011, alterados pela Lei Complementar nº 034/2017,

RESOLVE:

Conceder Licença Premio em Pecúnia a Servidora ALBERTINA CLAUDETE BILCK, pelo período de 30 (trinta) dias, no mês de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Atalanta

21 de agosto de 2019.
CLAUDIO VOLNEI SENS
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 096/2019

Publicação Nº 2137998

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 096/2019

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Cessar efeito da Portaria nº 079/2018, que designa JESSICA ALANA DOS SANTOS, a ocupar FEC-2 e pela mesma designar ocupar FEC-3, a partir de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Atalanta
22 de agosto de 2019
CLAUDIO VOLNEI SENS
Prefeito Municipal em exercício

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

DECRETO Nº 183/2019

Publicação Nº 2138907

Decreto nº 183, de 27 de agosto de 2019.

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO Nº 146/2019, QUE INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATIVA, NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município, combinado com os Artigos 90 a 93, todos da Lei Complementar Municipal nº 004, de 28 de dezembro de 2001, que "Dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico dos Servidores Municipais", e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda o direito aos Municípios de Legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do Inciso I, do Artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus Atos e Ações, conforme determina o Artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público zelar pelo adequado funcionamento dos Órgãos da Administração Municipal e fazer cumprir os regramentos destinados aos Servidores Municipais, especialmente aqueles que dizem respeito aos deveres funcionais;

CONSIDERANDO que a Sindicância Investigativa é um Procedimento Administrativo destinado a investigar eventual responsabilidade de Servidor Público Municipal por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que esteja investido, sendo prescindível da observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO a importância do exercício do poder disciplinar, como garantia da ordem administrativa;

CONSIDERANDO que em respeito ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art.1º, III, CF 1988), o poder disciplinar não deverá ser exercitado de forma arbitrária, desproporcional ou desmotivada;

CONSIDERANDO a manifestação favorável da Assessoria Jurídica do Município, por meio de Parecer, constantes dos documentos que instruem o Processo Administrativo nº 000546/2019, a abertura de Sindicância, pelos fatos narrados pelo Vereador Vanderlei de Souza em sessão ordinária da Câmara Municipal no dia 9 de julho de 2019, durante a Palavra na Tribuna Livre, em relação aos serviços prestados e aquisições de peças para a manutenção de um Ônibus Escolar da frota Municipal;

CONSIDERANDO que é dever da administração Pública, apurar fatos que cheguem a seu conhecimento, especialmente aqueles contenham possíveis indícios de irregularidade e/ou ilegalidade com a finalidade de apurar os fatos e identificar a autoria e possíveis responsáveis, bem como verificar a existência ou não de prejuízos ao erário;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa, em seu Artigo 10, veda em tese condutas desta natureza;

CONSIDERANDO a necessidade de reformulação da Comissão de Sindicância Administrativa Investigativa, em manifestação expressa e formal do Servidor Público Municipal Fernando Triches dos Santos, pedindo a sua substituição da referida Comissão por ter assumido Cargo em Provimento de Comissão de Assessor Jurídico Trabalhista;

CONSIDERANDO que a atividade processante impõe conhecimento especializado para o atendimento das formalidades necessárias;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa, na questão,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o caput do Artigo 2º, do Decreto nº 146, de 16 de julho de 2019, que "INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA INVESTIGATIVA, NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 2º Para cumprimento ao disposto no Artigo 1º deste Ato, a Comissão de Sindicância Administrativa Investigativa será composta pelos Servidores, Ana Paula Damasceno Orcelli, Matrícula nº 4.595, Fiscal de Obras e Serviços, que a Presidirá, Valnice Girardi Flores de Souza, Matrícula nº 4.625, Assistente Social e Osvaldino Fernandes Junior, Matrícula nº 4.875, Agente Administrativo, todos Servidores Estáveis e integrantes do Quadro desta Municipalidade.

..."(NR)

Art. 2º Manter-se-ão os demais termos e membros nomeados pelo Decreto nº 146, de 16 de julho de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, em 27 de agosto de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 27 de agosto de 2019.

WANDERLEI LUCIANO NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

Balneário Gaivota

PREFEITURA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2139058

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Balneário Gaivota convida a todos os interessados para Audiência Pública a realizar-se no dia 02 de setembro de 2019, as 16:00 hs na sala de reuniões da Secretária de Educação, sito a Rua Guanabara nº 452 bloco "B" Bairro Turimar, para apresentação do Projeto de Lei da LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020.

Balneário Gaivota, 28 de agosto de 2019.
RONALDO PEREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 062/2019

Publicação Nº 2138922

DECRETO Nº 062 DE 20 DE AGOSTO 2019.

Designa pregoeiro e compõe equipe de apoio para atuar em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal, Fundos e do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) Da Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso de sua competência privativa que lhe confere o inciso V do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, combinado o artigo 3º, IV da Lei nº 10.520 de 17/07/2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor Marcus Vinicius da Cunha, para atuar como pregoeiro em licitações na modalidade de Pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal, Fundos e do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto) da Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal, Fundos e do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto), os servidores Elizandro Homem do Amaral, Samuel Farias Oliveira, Weslen de Carvalho Leandro.

Parágrafo primeiro. O Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com no mínimo dois integrantes.

Art. 3º Os membros da Equipe de Apoio, citados no artigo 2º, não serão remunerados pelas atividades exercidas na realização das licitações.

Art. 4º Fica revogado na integra o Decreto nº 060/2019 e demais disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 20 de Agosto de 2019.
RONALDO PEREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DECRETO 063/2019

Publicação Nº 2138266

DECRETO N. 063 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.
Abre crédito adicional ao orçamento vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso V e VII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inciso I do artigo 6º da Lei 1.002/2018,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias, conforme abaixo especificado:

07 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO GAIVOTA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO GAIVOTA

1.006 – Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.0072- Aplicações Diretas 3.000,00

2.015 – Ações Básicas de Saúde.

3.3.93.00.00.00.00.0030-Aplicações Diretas 160.000,00

Art. 2º Para atender ao crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos oriundos do excesso ou provável excesso de arrecadação, verificado por fonte de recursos, conforme artigo 6º da Lei 1.002/2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 20 de agosto de 2019.

RONALDO PEREIRA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 152/2019

Publicação Nº 2138928

PORTARIA N. 152 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, usando da competência privativa que lhe confere o inciso V do Artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, Artigos 81 ao 84 da Lei 045/1997, Lei nº 831/2014, em conformidade com o artigo 93 do Decreto 3.048/1999.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade à servidora Taciana Cechinel Silvério, portadora da matrícula nº 0164, sem prejuízo da remuneração, a contar de:

Licença Maternidade	Prorrogação da Licença Maternidade
19/08/2019 a 16/12/2019	17/12/2019 a 15/03/2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 19/08/2019.

Balneário Gaivota, 19 de Agosto de 2019.

RONALDO PEREIRA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

JEFERSON RAUPP

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 153/2019

Publicação Nº 2138931

PORTARIA N. 153 DE 20 DE AGOSTO DE 2019.
CONCEDE PROGRESSÃO POR HORAS DE CURSO DE APERFEIÇOAMENTO AOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA usando da competência privativa que lhe confere o inciso V do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal e artigos 15 e 16 da Lei nº 905, de 03 de agosto de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida progressão por Horas de Curso de Aperfeiçoamento, com avanço automático de uma referência para a imediatamente subsequente, para os Membros do Magistério Público Municipal abaixo relacionados, de acordo com o Ofício Nº 079/2019, expedido pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Balneário Gaivota/SC.

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Anterior	Nível Atual
1710	Adriana Selau da Silva Fiuza	Professor	3-A	3-B
1709	Adriane dos Santos Silva	Professor	3-A	3-B
1239	Alzeni Barbosa de Souza Cardoso	Professor	3-D	3-E
1893	Ana Paula Cardoso Bastos	Professor	2-C	2-D
601	Ana Paula Carvalho Bitencourt	Professor	4-E	5-A
58	Angelita Gomes Miranda	Professor	6-B	6-C
2551	Claudia Martins Gonçalves	Professor	2-B	2-C
588	Cleia Simone Machado	Professor	5-B	5-C
2526	Cristina de Oliveira Velho	Professor	2-B	2-C
850	Darci Humberto Vieira	Professor	4-D	4-E
2611	Debora Casagrande	Professor	2-A	2-B
59	Dersa Pires	Professor	5-B	5-C
1747	Diego Marcelo Rodrigues Silveira	Professor	3-A	3-B
1279	Edevar Boteon	Professor	2-D	2-E
767	Ednéia da Silva Machado	Professor	5-A	5-B
62	Eládio Assis Silvério	Professor	6-B	6-C
2527	Eliane Boselli	Professor	2-B	2-C
63	Elis Adriane da Silva Pereira	Professor	5-C	5-D
2469	Elizangela Esther Leite Rabelo	Professor	2-B	2-C
1708	Erotides Bressan Sorato	Professor	3-A	3-B
1257	Etel Martins de Oliveira	Professor	3-D	3-E
1256	Greice dos Santos Matias	Professor	3-D	3-E
1832	Indiara Isoppo da Silva	Professor	2-E	3-A
2575	Ivonei de Oliveira Generoso	Professor	2-B	2-C
1811	Jacira Semprebom Molgato	Professor	2-E	3-A
1921	Katieli Evaldt do Nascimento	Professor	2-D	2-E
2753	Keilane Estevam de Oliveira	Professor	2-A	2-B
163	Keli Cristina Silveira Ramos	Professor	3-E	4-A
2578	Luciana Venson	Professor	2-B	2-C
1258	Luciane Pereira Magenis	Professor	3-D	3-E
1254	Luciano Elias Silvano	Professor	3-C	3-D
569	Luiz Carlos Ferreira	Professor	5-B	5-C
2598	Marcia da Costa dos Santos	Professor	2-A	2-B
2534	Maria Mailete dos Santos Lima	Professor	2-B	2-C
2579	Renata da Rosa Crescencio	Professor	2-B	2-C
1705	Riciane Elias Delfino dos Santos	Professor	3-A	3-B
1706	Rosimeri Candioto M. Paulo	Professor	3-A	3-B
72	Rosimeri Sebold Albino	Professor	6-C	6-D
845	Rosinéa Alves Ferreira	Professor	4-E	5-A
2617	Suelen Maggi Scheffer Viera	Professor	2-A	2-B
2510	Susane Goulart Pereira Silveira	Professor	2-B	2-C
164	Taciana Cechinel Silvério	Professor	6-B	6-C
1932	Trícia Santi Helena Cardoso	Professor	2-D	2-E
2583	Valcirlene Silva da Rosa	Professor	2-B	2-C
1240	Vanderlei Roberto Vignali Alves	Professor	3-D	3-E
781	Vanderléia MontovaniCechinel	Professor	5-A	5-B
1749	Vanessa Ribeiro Souza	Professor	2-E	3-A
790	Esadir Gomes Machado	Orientadora Educacional	4-D	4-E
1416	Sandra da Silva Bendo Benedet	Orientadora Educacional	3-C	3-D
2065	Rita de Cássia Silveira	Supervisora Escolar	2-D	2-E
1264	Fabiana de Souza Rocho	Psicóloga	3-C	3-D
1843	Silviani da Silva Colares	Nutricionista	7-A	7-B
1252	Samuel Mori Junior	Auxiliar de Adm. Escolar	2-C	2-D
2523	Tuliane Jorge Matias	Auxiliar de Adm. Escolar	1-C	1-D
2550	Mariza da Costa dos Santos	Auxiliar de Biblioteca	1-B	1-C
2501	Alessa Nogueira Yamamoto	Auxiliar de Ens. de Educação	1-B	1-C
2577	Alessandro da Silva de Borba	Auxiliar de Ens. de Educação	1-B	1-C

1711	Aline da Silva Gomes	Auxiliar de Ens. De Educação	2-A	2-B
1724	Andressa Martins	Auxiliar de Ens. De Educação	1-E	2-A
1704	Camila Euzébio Lucrécio Silveira	Auxiliar de Ens. De Educação	2-A	2-B
1729	Clair Borges Velho	Auxiliar de Ens. De Educação	2-A	2-B
1728	Deise A. Euzébio Lucrécio	Auxiliar de Ens. De Educação	2-A	2-B
2774	Elizete Rocha de Souza Colares	Auxiliar de Ens. De Educação	1-A	1-B
2493	Fatima de Lourdes Rodrigues Piazza	Auxiliar de Ens. De Educação	1-B	1-C
2503	Géssica Cardoso	Auxiliar de Ens. De Educação	1-B	1-C
1718	Giane Gregorini Rodrigues	Auxiliar de Ens. De Educação	2-A	2-B
2498	Gislaine Nicolau da Silva	Auxiliar de Ens. De Educação	1-B	1-C
2500	Joice Boing Melo	Auxiliar de Ens. De Educação	1-B	1-C
2752	Jucileia Viera do Nascimento	Auxiliar de Ens. De Educação	1-A	1-B
1802	Juliana Porto Miguel	Auxiliar de Ens. De Educação	1-E	2-A
2491	Karoline da Silva Rampinelli de Santana	Auxiliar de Ens. de Educação	1-B	1-C
1809	Kátia Luana Pereira	Auxiliar de Ens. de Educação	1-D	1-E
1715	Lidiane Machado Peres	Auxiliar de Ens. de Educação	2-A	2-B
1716	Lilian Oliveira de Souza da Rosa	Auxiliar de Ens. de Educação	2-A	2-B
1731	Marcia Antunes Alves Batista	Auxiliar de Ens. de Educação	2-A	2-B
2580	Maria Aparecida Feck de Souza	Auxiliar de Ens. de Educação	1-B	1-C
1703	Mariluci Antunes Alves	Auxiliar de Ens. de Educação	2-A	2-B
1748	Moisés Barbosa Ferreira	Auxiliar de Ens. de Educação	2-A	2-B
2499	Priscila Albino Moraes	Auxiliar de Ens. de Educação	1-B	1-C
2771	Raquel Leão Trindade	Auxiliar de Ens. de Educação	1-A	1-B
2492	Rosimere Roldão da Silva	Auxiliar de Ens. de Educação	1-B	1-C
2775	Schirlei Antunes dos Santos	Auxiliar de Ens. de Educação	1-A	1-B
2783	Silvania Regina Rodrigues de Vargas	Auxiliar de Ens. de Educação	1-A	1-B
1712	Simone Pereira da Silva	Auxiliar de Ens. de Educação	2-A	2-B
2532	Taise Rabelo Possamai	Auxiliar de Ens. de Educação	1-B	1-C
1727	Viviane Posser Righi	Auxiliar de Ens. de Educação	2-A	2-B
1755	Kleber Costa Anchieta	Monitor de Transporte Escolar	2-A	2-B
1752	Luis Alves da Silva Filho	Monitor de Transporte Escolar	1-D	1-E
1875	Maicon Nunes Ramos	Monitor de Transporte Escolar	1-E	2-A

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 20 de Agosto de 2019.

RONALDO PEREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

jeferson raupp

Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA 154/2019

Publicação Nº 2138936

PORTARIA N. 154 DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, usando da competência privativa que lhe confere os incisos V e VII do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei 905/2016 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar carga horária da servidora Vanusa da Silva Costa de Souza, portadora da matrícula nº 3243, ocupante do cargo de Professor, alterando de 20 (vinte) horas para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 19 de Agosto de 2019.

Balneário Gaivota, 23 de Agosto de 2019.

RONALDO PEREIRA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PORTARIA 155/2019

Publicação Nº 2138938

PORTARIA N. 155, DE 26 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL PARA SERVIDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA.

O Prefeito Municipal de Balneário Gaivota, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos VII e XIII do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora Eduarda dos Santos Brogni, portadora da matrícula nº 3409, poderá no interesse do serviço público e no exercício de suas próprias atribuições, em havendo insuficiência de Motoristas Oficiais, dirigir motocicleta da Secretaria Municipal de Saúde, atendido o estabelecido nesta Portaria.

Art. 2º O uso indevido do veículo oficial implicará no imediato cancelamento desta e na sujeição do servidor às sanções disciplinares cabíveis.

Parágrafo único. Ao servidor caberá a responsabilidade administrativa, civil e penal pelas infrações decorrentes de atos por ele praticados na condução de veículo oficial.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 26 de Agosto de 2019.

RONALDO PEREIRA DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TOMADA DE PREÇOS Nº38/2019

Publicação Nº 2139053

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota - Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 38/2019 – Tomada de Preços nº 38/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para pavimentação com lajota sextavada de concreto e passeio nas ruas: Rodovia José Tiskoski – Passeio, Rua das Palmas, Rua das Figueiras e Rua das Arueiras, Rua das Laranjeiras, Rua Ataíde Cardoso Barbosa e Rua João Celino Borges, ambas no Bairro Lagoa de Fora; Rua Pelotas, Rua Joinville e Rua Lages, ambas no Bairro Santa Fé; no Município de Balneário Gaivota/SC. Abertura da Sessão: às 09h00min do dia 16/09/2019. O Edital, e informações complementares, encontram-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitação, sito a Av. Guanabara, 452 – Turimar, Balneário Gaivota/SC, das 07h30min às 17h00min em dias úteis. Fone (48) 3583-1408. Balneário Gaivota/SC, 28 de agosto de 2019. Marcus Vinicius da Cunha – Presidente da CPL

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PP 019/2019 PMBP

Publicação Nº 2138169

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO 031/2019 PMBP
PREGÃO PRESENCIAL 019/2019 PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
HOMOLOGADO 27/08/2019

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, pessoa jurídica de direito público, situado na EMANOEL PINTO Nº. 1655, CENTRO, cidade de Balneário Piçarras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 83.102.335/0001-48, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2019, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITA) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame

CANAL SERTANEJO RESTAURANTE LTDA – R\$ 300.000,00

Balneário Piçarras, 27 de agosto de 2019

LEONEL JOSE MARTINS – Prefeito Municipal

PARECER ADMINISTRATIVO REF. AO CONTRATO 061/2015 PMBP

Publicação Nº 2139031

PARECER ADMINISTRATIVO

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2015-PMBP

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2015-PMBP

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 075/2015-001, em desfavor da Empresa NICÁCIO CARDOSO ME

Em atendimento ao Processo Administrativo acima evidenciado e diante o exposto no Parecer Conclusivo nº 002/2019-PAD de 15/05/2019, somos pela CONCORDÂNCIA TOTAL do Parecer, que diz textualmente em seu final:

“Diante do exposto, tendo a Empresa promovido o cumprimento parcial do Edital e Contrato, esta Comissão SUGERE pela Rescisão Contratual, nos termos do inciso I, do art. 78 da Lei nº 8.666/93, mantendo-se a advertência por escrito, tal como seja aplicada a multa rescisória por descumprimento contratual, prevista no item 13.2.2, qual seja, multa compensatória, no percentual de 10 (dez) por cento, sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial.”

Conforme claramente a Presidente da Comissão Permanente de Licitações mencionou em seu Memorando nº 002/2019, de 09/07/2019, o valor da multa rescisória é de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato que deverá ser revertido aos cofres públicos e a cobrança deverá ser feita imediatamente por parte do Departamento de Compras e Licitação. Já a Rescisão Contratual ficará ao encargo de nosso Departamento Jurídico.

Balneário Piçarras (SC), 28 de agosto de 2018.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária de Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2019 – PMBP TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019 – PMBP ERRATA I

Publicação Nº 2139107

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2019 – PMBP
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019 – PMBP
ERRATA I

ONDE SE LÊ:

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

I. Atestado (s) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado (s) no CREA e acompanhado (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, que a Empresa comprove a execução dos seguintes:

a) Instalação de postes metálicos com no mínimo 5 unidades;

b) Instalação de luminárias tipo LED com no mínimo 5 unidades

II. A empresa participante deverá estar cadastrada na concessionária de energia nos seguintes grupos e subgrupos:

a. Grupo 2. Subgrupo 1.39 - Serviços de instalação de iluminação pública

LEIA-SE:

7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL

I. Atestado (s) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado (s) no CREA e acompanhado (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, que a Empresa comprove a execução dos seguintes:

a) Instalação de postes metálicos com no mínimo 5 unidades;

b) Instalação de luminárias tipo LED com no mínimo 5 unidades

II. SUPRIMIDO

a. SUPRIMIDO

Devido a alteração influenciar diretamente na elaboração da proposta, prorroga-se o presente certame para o dia 13 de setembro de 2019 as 09:00 horas.

Allan Diego Eleuterio
Departamento de Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019 – PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADE ERRATA II

Publicação Nº 2138001

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019 – PMBP
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 – PMBP
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
MULTIENTIDADE
ERRATA II

ONDE SE LÊ

6. DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº 1

III. Proposta: Conforme modelo do Anexo I - Termo de Referência. O valor da taxa de transação da proposta, não poderá ser negativo ou zero ou irrisório.

LEIA SE

6. DA PROPOSTA – ENVELOPE Nº 1

III. Proposta: Conforme modelo do Anexo I - Termo de Referência. O valor da taxa de transação da proposta, não poderá ser negativo ou zero.

Balneário Piçarras, 28 de agosto de 2019.

Allan Diego Eleuterio
Departamento de Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2018-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FMS

Publicação Nº 2138068

PARECER ADMINISTRATIVO

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2018-FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 021/2018-003, em desfavor da Empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.

Em atendimento ao Processo Administrativo acima evidenciado e diante o exposto no Parecer Conclusivo nº 012/2019-PAD de 14/08/2019, somos pela CONCORDÂNCIA TOTAL do Parecer, que diz textualmente em seu final:

Diante disto, em atenção aos princípios da eficiência, moralidade, do interesse público e razoabilidade/proporcionalidade, esta Comissão, sugere a aplicação da sanção, prevista no inciso III do art. 87, da Lei nº 8.666/93, nos termos do inciso III do item 12.1, do Edital, pelo período de 04 (quatro) meses, pelo fato da empresa não ter cumprido o item 2.1.8 do Edital, em atenção ao interesse público que deverá ser resguardado e a rescisão contratual poderá acarretar ainda mais prejuízos a secretaria de saúde, esta comissão é pelo afastamento da rescisão contratual.

Corroborando com a decisão da Comissão do PAD e também o comunicado nossa Pregoeira em seu Memorando nº 039/2019, de 21/08/2019, a Empresa em questão deverá ser SUSPENSA pelo período de 04 (QUATRO) meses em participar de Processos Licitatórios no nosso Município, mas em atenção ao interesse público, o contrato deverá ser resguardado, pois a rescisão contratual poderá acarretar ainda mais prejuízos a Secretaria de Saúde.

Balneário Piçarras (SC), 26 de agosto de 2019.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária de Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2018-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FMS

Publicação Nº 2138066

PARECER ADMINISTRATIVO

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2018-FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 021/2018-001, em desfavor da Empresa A.G. KIENEN & CIA. LTDA. - PROMEDIC

Em atendimento ao Processo Administrativo acima evidenciado e diante o exposto no Parecer Conclusivo nº 004/2019-PAD de 15/08/2019, somos pela CONCORDÂNCIA TOTAL do Parecer, que diz textualmente em seu final:

"Diante disto, em atenção aos princípios da eficiência, moralidade, do interesse público e razoabilidade/proporcionalidade, esta Comissão, sugere a aplicação da sanção, prevista no inciso III do art. 87, da Lei nº 8.666/93, nos termos do inciso III do item 12.1, do Edital, pelo período de 06 (seis) meses, pelo fato da empresa não ter cumprido o item 2.1.8 do Edital, em atenção ao interesse público que deverá ser resguardado e a rescisão contratual poderá acarretar ainda mais prejuízos a secretaria de saúde, esta comissão é pelo afastamento da rescisão contratual."

Corroborando com a decisão da Comissão do PAD e também o comunicado nossa Pregoeira em seu Memorando nº 040/2019, de 21/08/2019, a Empresa em questão deverá ser SUSPENSA pelo período de 06 (SEIS) meses em participar de Processos Licitatórios no nosso Município, mas em atenção ao interesse público, o contrato deverá ser resguardado, pois a rescisão contratual poderá acarretar ainda mais prejuízos a Secretaria de Saúde.

Balneário Piçarras (SC), 26 de agosto de 2019.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária de Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2018-FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FMS

Publicação Nº 2138069

PARECER ADMINISTRATIVO

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2018-FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 021/2018-002, em desfavor da Empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA.

Em atendimento ao Processo Administrativo acima evidenciado e diante o exposto no Parecer Conclusivo nº 013/2019-PAD de 15/08/2019, somos pela CONCORDÂNCIA TOTAL do Parecer, que diz textualmente em seu final:

"Diante disto, em atenção aos princípios da eficiência, moralidade, do interesse público e razoabilidade/proporcionalidade, esta Comissão, sugere a aplicação da sanção, prevista no inciso III do art. 87, da Lei nº 8.666/93, nos termos do inciso III do item 12.1, do Edital, pelo período de 04 (quatro) meses, pelo fato da empresa não ter cumprido o item 2.1.8 do Edital."

Corroborando com a decisão da Comissão do PAD e também o comunicado nossa Pregoeira em seu Memorando nº 042/2019, de 21/08/2019, a Empresa em questão deverá ser SUSPENSA pelo período de 04 (QUATRO) meses em participar de Processos Licitatórios no nosso Município, em virtude de a Empresa não ter cumprido o item 2.1.8 do Edital.

Balneário Piçarras (SC), 26 de agosto de 2019.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária de Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2018-FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FME

Publicação Nº 2138073

PARECER ADMINISTRATIVO

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2018-FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FME

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 023/2018-001, em desfavor da Empresa PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA. ME

Em atendimento ao Processo Administrativo acima evidenciado e diante o exposto no Parecer Conclusivo nº 009/2019-PAD de 02/07/2019, somos pela CONCORDÂNCIA TOTAL do Parecer, que diz textualmente em seu final:

"Diante disto, pelo fato da empresa ser reincidente, e sua conduta, apesar de não provocar danos de grande monta ao Erário, percebeu-se que a participação da mesma em certame sem que cumpra com os requisitos exigidos no Edital, é costumeira, o que embarça o processo licitatório, o tornando moroso, o que deve ser evitado por esta administração, uma vez que a mesma busca cumprir com suas obrigações de forma eficiente.

Outrossim, em atenção aos princípios da eficiência, moralidade, do interesse público e razoabilidade/proporcionalidade, esta Comissão, sugere a aplicação de suspensão de licitar com o Município de Balneário Piçarras, pelo período de 04 (quatro) meses, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e item 13.1 do Edital.

Destaca-se que a empresa possui contrato em vigência, uma vez que no presente certame restou vencedora em diversos itens, consoante homologação de fls. 47-49, assim, em atenção ao interesse público que deverá ser resguardado e a rescisão contratual poderá acarretar ainda mais prejuízos a secretaria de educação, esta comissão é pelo afastamento da rescisão contratual."

Corroborando com a decisão da Comissão do PAD e também o comunicado nossa Pregoeira em seu Memorando nº 043/2019, de 21/08/2019, a Empresa em questão deverá ser SUSPENSA pelo período de 04 (quatro) meses em participar de Processos Licitatórios no nosso Município, mas em atenção ao interesse público, o contrato deverá ser resguardado, pois a rescisão contratual poderá acarretar ainda mais prejuízos a Secretaria de Educação.

Balneário Piçarras (SC), 26 de agosto de 2019.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária de Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2018-FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FME

Publicação Nº 2138061

PARECER ADMINISTRATIVO

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2018-FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FME

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 023/2018-002, em desfavor da Empresa PERFORMANCE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

Em atendimento ao Processo Administrativo acima evidenciado e diante o exposto no Parecer Conclusivo nº 011/2019-PAD de 04/07/2019, somos pela CONCORDÂNCIA TOTAL do Parecer, que diz textualmente em seu final:

"Diante disto, pelo fato da empresa ser reincidente, e sua conduta, apesar de não provocar danos de grande monta ao Erário, percebeu-se que a participação da mesma em certame sem que cumpra com os requisitos exigidos no Edital, é costumeira, o que embarça o processo licitatório, o tornando moroso, o que deve ser evitado por esta administração, uma vez que a mesma busca cumprir com suas obrigações de forma eficiente.

Outrossim, em atenção aos princípios da eficiência, moralidade, do interesse público e razoabilidade/proporcionalidade, esta Comissão, sugere a aplicação de suspensão de licitar com o Município de Balneário Piçarras, pelo período de 06 (seis) meses, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e item 13.1 do Edital.

Destaca-se que a empresa possui contrato em vigência, uma vez que no presente certame restou vencedora em diversos itens, consoante homologação de fls. 45-47, assim, em atenção ao interesse público que deverá ser resguardado e a rescisão contratual poderá acarretar ainda mais prejuízos a secretaria de educação, esta comissão é pelo afastamento da rescisão contratual."

Corroborando com a decisão da Comissão do PAD e também o comunicado nossa Pregoeira em seu Memorando nº 038/2019, de 21/08/2019, a Empresa em questão deverá ser SUSPENSA pelo período de 06 (seis) meses em participar de Processos Licitatórios no nosso Município, mas em atenção ao interesse público, o contrato deverá ser resguardado, pois a rescisão contratual poderá acarretar ainda mais prejuízos a Secretaria de Educação.

Balneário Piçarras (SC), 26 de agosto de 2019.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária de Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2018-FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FME

Publicação Nº 2138050

PARECER ADMINISTRATIVO

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2018-FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FME

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 023/2018-003, em desfavor da Empresa AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO

Em atendimento ao Processo Administrativo acima evidenciado e diante o exposto no Parecer Conclusivo nº 010/2019-PAD de 02/07/2019, somos pela CONCORDÂNCIA TOTAL do Parecer, que diz textualmente em seu final:

"Diante disto, pelo fato da empresa ser reincidente, e sua conduta, apesar de não provocar danos de grande monta ao Erário, percebeu-se que a participação da mesma em certame sem que cumpra com os requisitos exigidos no Edital, é costumeira, o que embaraça o processo licitatório, o tornando moroso, o que deve ser evitado por esta administração, uma vez que a mesma busca cumprir com suas obrigações de forma eficiente.

Outrossim, em atenção aos princípios da eficiência, moralidade, do interesse público e razoabilidade/proporcionalidade, esta Comissão, sugere a aplicação de suspensão de licitar com o Município de Balneário Piçarras, pelo período de 04 (quatro) meses, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e item 13.1 do Edital.

Destaca-se que a empresa possui contrato em vigência, uma vez que no presente certame restou vencedora em diversos itens, consoante homologação de fls. 45-47, em atenção ao interesse público que deverá ser resguardado e a rescisão contratual poderá acarretar ainda mais prejuízos a secretaria de educação, esta comissão é pelo afastamento da rescisão contratual."

Corroborando com a decisão da Comissão do PAD e também o comunicado nossa Pregoeira em seu Memorando nº 041/2019, de 21/08/2019, a Empresa em questão deverá ser SUSPENSA pelo período de 04 (quatro) meses em participar de Processos Licitatórios no nosso Município, mas em atenção ao interesse público, o contrato deverá ser resguardado, pois a rescisão contratual poderá acarretar ainda mais prejuízos a Secretaria de Educação.

Balneário Piçarras (SC), 26 de agosto de 2019.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária de Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO 040/2019**

Publicação Nº 2138116

DECRETO LEGISLATIVO Nº 040/2019

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BENTO MORAES, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com os artigos 92, § 1º, inciso II, do Regimento Interno da Câmara de Vereadores;

CONSIDERANDO o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - Processo PCP nº 18/00333282 e Parecer Prévio nº 293/2018, recomendando a Aprovação das Contas do Executivo Municipal relativo ao ano de 2017;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente Única emitiu parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo relativamente às contas do Poder Executivo Municipal do exercício financeiro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Fica homologado e ratificado o Parecer Prévio nº 293/2018 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina que recomenda à Câmara de Vereadores a APROVAÇÃO das Contas Anuais do Poder Executivo Municipal de Balneário Piçarras-SC, relativas ao Exercício Financeiro de 2017, analisadas através do Processo nº 18/00333282.

Art. 2º Seja dado ciência ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e à Prefeitura Municipal da respectiva aprovação.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2019.

João Bento Moraes
Presidente

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/PMBR/2019

Publicação Nº 2139182

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/PMBR/2019

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Data e horário da sessão de abertura: 16/09/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de moveis planejados feito sob medida, para atender as necessidades inerentes à instalação do Berçário no CEI Peixinho Dourado, localizado no Centro e CEI Sonho Infantil localizado no Bairro Pedreiras no Município de Balneário Rincão/SC., conforme especificações previstas no Termo de Referência e Minuta Contratual em Anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 27 de Agosto de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

Bandeirante

PREFEITURA

DECRETO Nº 035/2019

Publicação Nº 2137927

DECRETO Nº 035, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

Altera parcialmente o Decreto Municipal nº 033, de 15 de agosto de 2019, designa Leiloeiro Administrativo e Equipe de Apoio do Leilão nº 001/2019, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes;

Considerando o art. 53, da Lei Federal nº 8.666/1993;

Considerando Decreto Municipal nº 033, de 15 de agosto de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica parcialmente alterado o Decreto Municipal nº 033, de 15 de agosto de 2019 que dispõe a designação de leiloeiro e equipe de apoio do Leilão nº 001/2019, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, passando o art. 1º a vigor integralmente com a seguinte redação:

“Art. 1º Designar o Senhor RODRIGO ANDREI GAIDXINSKI para exercer as funções de Leiloeiro Administrativo do Município objetivando deflagrar o procedimento licitatório na modalidade de Leilão nº 001/2019, com o objeto de alienação de Bens Móveis pertencentes ao Patrimônio do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC,
em 29 de agosto de 2019.

CELSO BIEGELMEIER
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMS Nº 001/2019

Publicação Nº 2138192

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS
MUNICÍPIO DE BANDEIRENTE – SC
Bandeirante – SC, 11 de março de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 01/2019
DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO
DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

1º - O Plenário do Conselho Municipal de Saúde em sua reunião ordinária realizada no dia 11 de março de 2019, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Resolução 453/2012, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e em consonância com a Resolução nº 594 do Conselho Nacional de Saúde, resolve:

Aprovar o Regimento da 5ª Conferência Municipal de Saúde do Município de Bandeirante etapa 8ª da conferência Estadual de Santa Catarina e etapa da 16ª Conferência Nacional de Saúde (=8ª+8), que tem por tema “Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS”.

2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data de aprovação.

3º - Registre e publique-se a presente resolução.

Silvane Aparecida Viana
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Eliane Baú
Secretária do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 002/019

Publicação Nº 2138195

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SC
Bandeirante – SC, 11 de Março de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 02/2019

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO 3º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2019.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Bandeirante – SC, de acordo com a Lei Complementar Nº 141, de 13 de Janeiro de 2012 os municípios deverão comprovar a observância do disposto no art. 36, mediante o envio de Relatório de Gestão Quadrimestral ao respectivo Conselho Municipal de Saúde que será objeto de deliberação.

RESOLVE:

1º - Aprovar RGQ – Relatório de Gestão Quadrimestral referente ao período de setembro à dezembro do ano de 2019, conforme deliberação/aprovação do Conselho Municipal de Saúde em reunião realizada no dia 11 de março de 2019.

2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data de aprovação.

3º - Registre e publique-se a presente resolução.

Alexandro Rodrigo Trampusch – Vice Presidente
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Eliane Baú
Secretária do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 003/2019

Publicação Nº 2138197

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SC

Bandeirante – SC, 11 de março de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 03/2019

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO SISPACTO DO ANO DE 2019.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Bandeirante – SC, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 5, DE 19 DE JUNHO DE 2013, Resolução 453 de 10 de maio de 2012, Leis Federais 8080/90 e 8142/90, Lei Complementar Nº 141, de 13 de Janeiro de 2012 que dispõe sobre as a necessidade de construção ascendente e de compatibilização sistêmica, deliberações dos instrumentos de planejamento e gestão em saúde:

RESOLVE:

1º - Aprovar o Instrumento do SISPACTO para o ano de 2019 conforme debate e deliberação do Conselho Municipal de Saúde em reunião realizada no dia 11 de março de 2019.

2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

3º - Registre e publique-se a presente resolução.

Silvane Aparecida Viana
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 004/2019

Publicação Nº 2138201

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SC
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Bandeirante – SC, 08 de abril de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 04/2019

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO REFERENTE AO ANO DE 2018.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Bandeirante – SC, de acordo com a Lei Complementar Nº 141, de 13 de Janeiro de 2012 os

municípios deverão comprovar a observância do disposto no art. 36 mediante o envio de Relatório Anual de Gestão ao respectivo Conselho Municipal de Saúde que será objeto de deliberação.

RESOLVE:

1º - Aprovar o RAG – Relatório Anual de Gestão do ano de 2018, referente aos princípios legais das receitas e despesas do Fundo Municipal de Saúde e procedimentos de produção no sistema, que foram apreciados e deliberados pelo Conselho Municipal de Saúde em reunião realizada no dia 08 de abril de 2019.

2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

3ª - Registre e publique a presente resolução.

Alexandro Rodrigo Trampusch – Vice Presidente do Conselho Municipal

Eliane Baú - Secretária do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 005/2019

Publicação Nº 2138203

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SC
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Bandeirante – SC, 08 de abril de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 05/2019

DISPÕE SOBRE APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Bandeirante – SC, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Resolução 453/2012, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e em consonância com a Resolução nº 594 do Conselho Nacional de Saúde.

RESOLVE:

1º - Aprovar o Relatório Final da 5ª Conferência Municipal de Saúde realizada no dia 29 de março de 2019, que tinha como tema central: "Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS" e Os eixos temáticos da 5ª. Conferência Municipal de Saúde foram:

I – Saúde como direito;

II – Consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS); e

III – Financiamento adequado e suficiente para o SUS.

2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

3ª - Registre e publique a presente resolução.

Alexandro Rodrigo Trampusch – Vice Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Eliane Baú - Secretária do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 006/2019

Publicação Nº 2138205

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SC
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Bandeirante – SC, 08 de abril de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 06/2019

DISPÕE SOBRE APRECIACÃO E APROVAÇÃO DE FORNECIMENTO DE APARELHOS AUDITIVOS.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Bandeirante – SC, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Resolução 453/2012, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012,

RESOLVE:

1º - Aprovar o fornecimento de APARELHOS AUDITIVOS pela Secretaria Municipal de Saúde para o ano de 2019 no valor máximo de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), obedecendo os critérios da fila do SISREG, urgência e emergência e princípio da equidade.

2º - Cada usuário terá direito no máximo de um aparelho no ano e sendo condicionada a disponibilidade de recurso financeiro no Fundo

Municipal de Saúde do município, obedecendo a legalidade do processo de compras.

2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

3ª - Registre e publique a presente resolução.

Alexandro Rodrigo Trampusch – Vice Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Eliane Baú - Secretária do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 007/2019

Publicação Nº 2138206

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SC
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Bandeirante – SC, 08 de abril de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 07/2019

DISPÕE SOBRE APRECIACÃO DE MOÇÃO APROVADO DO NA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Bandeirante – SC, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Resolução 453/2012, pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006, e em consonância com a Resolução nº 594 do Conselho Nacional de Saúde.

RESOLVE:

1º - Referendar Moção aprovado na 5 Conferência Municipal de Saúde para que a mesma seja encaminhada ao Congresso Nacional, Senado Federal, Plenário da Conferência Estadual de Saúde e Conferência Nacional de Saúde afim de solicitar a revogação da Emenda Constitucional/95 que congela os recursos da Saúde Educação por 20 anos e não votação da PEC da DRU – Desvinculação de Recursos da União, que busca desvincular esses recursos.

2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

3ª - Registre e publique a presente resolução.

Alexandro Rodrigo Trampusch – Vice Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Eliane Baú - Secretária do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 008/2019

Publicação Nº 2138208

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS
MUNICÍPIO DE BANDEIRENTE – SC
Bandeirante – SC, 31 de Maio de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 08/2019

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DO ANO DE 2019.

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Bandeirante – SC, de acordo com a Lei Complementar Nº 141, de 13 de Janeiro de 2012 os municípios deverão comprovar a observância do disposto no art. 36, mediante o envio de Relatório de Gestão Quadrimestral ao respectivo Conselho Municipal de Saúde que será objeto de deliberação.

RESOLVE:

1º - Aprovar RGQ – Relatório de Gestão Quadrimestral referente ao período de janeiro a abril do ano de 2019, conforme deliberação/aprovação do Conselho Municipal de Saúde em reunião realizada no dia 31 de maio de 2019.

2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data de aprovação.

3º - Registre e publique-se a presente resolução.

Silvane Aparecida Viana
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Eliane Baú
Secretária do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO CMS Nº 010/2019

Publicação Nº 2138210

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS
MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE – SC
Bandeirante – SC, 05 de agosto de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 10/2019
DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

O Conselho Municipal de Saúde do Município de Bandeirante – SC, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 453/2012, LEIS 8.080/90 e 8.142/90, LEI COMPLEMENTAR nº 141, de 13 de Janeiro de 2012 que dispõe sobre a necessidade de construção ascendente e de compatibilização sistêmica dos instrumentos de planejamento e gestão em saúde:

RESOLVE

1º - Aprovar o Plano de Aplicação de recursos em anexo com suas especificações de aplicações. Origem dos recursos de Emenda Parlamentar de Bancada.

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante - CNPJ: 11.290.422/0001-65
Componente: Média e alta complexidade - MAC
Ação/Serviço/Estratégia: Incremento Temporário do componente de Custeio do MAC/2019
Bloco: Atenção Básica
Proposta: 36000.264644/2019-00
Código da Emenda: 71260002
Valor: R\$ 139.420,00
Nº da Portaria: 1.658 de 28 de junho de 2019

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante - CNPJ: 11.290.422/0001-65
Componente: Piso de Atenção Básica - PAB
Ação/Serviço/Estratégia: Incremento Temporário do componente de Custeio do PAB/2019
Bloco: Atenção Básica
Proposta: 36000.264507/2019-00
Código da Emenda: 71260001
Valor: R\$ 339.300,00
Nº da Portaria: 1.651 de 28 de junho de 2019

2º - A prestação de contas da aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

3º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data de aprovação.

4º - Registre e publique-se a presente resolução.

Leoni Teresinha de Pra
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Eliane Baú
Secretária do Conselho Municipal de Saúde

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO Nº79/2019

Publicação Nº 2138707

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2019
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 79/2019

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço, objetivando a Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas (trator de esteira, escavadeira hidráulica, e caminhão basculante) para futura e eventual necessidade do município conforme termo de referência anexo ao presente edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 10:00 horas do dia 09 de setembro de 2019. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 28 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA
Prefeito

EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº80/2019

Publicação Nº 2138709

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 80/2019

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital Tomada de Preço, objetivando a Contratação de empresa para elaboração de projeto básico de engenharia para uma ponte em concreto armado com primimento aproximado de 80m sobre Rio das Antas, interior município de Barra Bonita/SC. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08h30min do dia 13 de setembro de 2019, iniciando-se a Sessão Pública às 08:30 horas do dia 13 de setembro de 2019. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 28 de agosto de 2019.

MOACIR PIROCA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 348, DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138216

PORTARIA Nº 348, de 26 de agosto de 2019

“Concede diária e da outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Tafarel Boss, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Ponte Serrada/SC, conforme Memorando Nº147/2019 e Roteiro de Viagem nº097/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 26 de agosto de 2019.
Moacir Piroca
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 349, DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138229

PORTARIA Nº 349, de 26 de agosto de 2019

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Maximino da Silva Dias, matrícula nº177203, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para viagem a cidade de Chapecó/SC, conforme Memorando Nº15/2019 e Roteiro de Viagem nº015/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 26 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 350, DE 29 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139298

PORTARIA Nº 350, de 29 de agosto de 2019

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Tafariel Boss, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº149/2019 e Roteiro de Viagem nº098/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 100,00 (cem reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando nº148//2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 29 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 351, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2139307

PORTARIA Nº 351, de 29 de agosto de 2019.

"Concede diária e da outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 2,0 (duas) diárias ao servidor Tafariel Boss, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 346,00 (trezentos e quarenta e seis reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº153/2019 e Roteiro de Viagem nº100/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº152/2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 29 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

PORTARIA Nº 352, DE 29 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139313

PORTARIA Nº 352, de 29 de agosto de 2019

“Concede diária e das outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Vanderlei Ferronato, Matrícula nº 420601, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinquenta centavos), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Cascavel/PR, conforme Memorando Nº151/2019 e Roteiro de Viagem nº99/2019 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 100,00 (cem reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Cascavel/PR, conforme Memorando nº150//2019, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 29 de agosto de 2019.

Moacir Piroca

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Barra Velha

PREFEITURA

CREENCIAMENTO 006/2019 FMS

Publicação Nº 2138287

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 018/2019 FMS
CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2019 FMS

O Prefeito de Barra Velha/SC, torna público, o chamamento para Credenciamento de entidades privadas e pessoas físicas, para prestação de serviços de sessões de fisioterapia respiratória, para pacientes que utilizam a Rede Municipal de Saúde, conforme especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria da Administração, no endereço supra, no horário das 08:00 ao 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Data de abertura: a partir de 30/08/2019

Barra Velha 27 de agosto de 2019

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

DECRETO Nº 1331/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139181

DECRETO Nº 1331/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019
Dispõe sobre abertura de crédito adicional, e da outras providencias.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1737/2018, de 10 de dezembro de 2018 e Lei Municipal nº 1619/2017, de 27 de setembro de 2017;

DECRETA:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Entidade – Prefeitura Municipal de Barra Velha
Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP
Unidade: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos
Funcional: 0015.0451.0009
Projeto/Atividade: 1.003 – Pavimentação/Urbanização de Vias Públicas
Fonte de Recursos: 0.1.8300.0000 – Operações de Crédito Internas –
Outros Programas
Elemento: 4.4.90.00.00.00/44 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 2.500.000,00

Art.2º O recurso necessário para atendimento do presente crédito suplementar correrá por conta do provável excesso de arrecadação da operação de crédito junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. para pavimentação de vias públicas.

Art. 3º Este Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC, 21 de agosto de 2019.

Valter Marino Zimmermann

Prefeito Municipal

LEI Nº 1794, DE 23 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139186

LEI Nº 1794, DE 23 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a instalação de bloqueador de ar, mediante solicitação do consumidor, pelas empresas concessionárias do serviço público de abastecimento de água no Município de Barra Velha.

O Prefeito do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º As empresas concessionárias do serviço público de abastecimento de água no Município de Barra Velha, mediante solicitação do consumidor, devem instalar bloqueador de ar no hidrômetro do respectivo imóvel.

§ 1º As despesas com aquisição e instalação do bloqueador de ar serão suportadas pela empresa concessionária.

§ 2º O bloqueador de ar deve estar de acordo com a legislação editada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

Art. 2º A possibilidade de instalação de bloqueador de ar, mediante solicitação, deve ser informada ao consumidor na conta mensal de água emitida pela empresa concessionária, durante três anos subsequentes à publicação desta Lei.

Art. 3º A partir da publicação desta Lei, os hidrômetros devem ser instalados já dotados de bloqueador de ar, independentemente de solicitação do consumidor.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 23 de agosto de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

LEI N° 1795, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação N° 2139193

LEI N° 1795, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PRÊMIO EM PECÚNIA PARA O CONCURSO “FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO”, ATRAÇÃO DA 23ª FESTA NACIONAL DO PIRÃO”.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art.1º Concede prêmio em pecúnia para o vencedor do Tradicional concurso “Farinha pouca, meu pirão primeiro”, que consiste no mais rápido comedor de pirão do Brasil, fazendo parte da 23ª Festa Nacional do Pirão, sendo:

I - Vencedor R\$ 1.000,00 (Um mil reais);

Art.2º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária da Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura de Barra Velha, como segue:

Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Turismo - FUMTEC

Programa de Trabalho: 0023.0695.0017

Atividade: 2.087 – Festas Cívicas/Tradicionais e Comemorações Populares/FENAP

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 – Recursos Ordinários

Modalidade de Aplicação: 3339000000000000/418 – Aplicações diretas

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC, 28 de agosto de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito Municipal

LEI N° 1796, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação N° 2139202

LEI N° 1796, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Autoriza a permutar área de terras pertencente ao município, e dá outras providências

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; Faço Saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a permutar área de terras pertencente ao Município, situada nas proximidades da Av. Gov. Celso Ramos, nesta Cidade e Comarca, assim descrita e caracterizada:

DESCRIÇÃO DA ÁREA: UM TERRENO, sem benfeitorias, denominado como Caminho do Atalho 01 (caminho 1770), situado na zona urbana desta cidade e Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: Partindo-se do vértice V5 com coordenadas X=729910.6925 e Y=7051845.6315, seguindo com azimuth 350°17'11" e distância 3,95m chega-se ao vértice A1 com coordenadas X=729910.0268 e Y=7051849.5205, confrontando com RUA ORIDIO MULLER. Deste com azimuth de 44°40'14" e distância 19,10m chega-se ao vértice A2 com coordenadas X=729923.4568 e Y=7051863.1059. Deste com azimuth de 44°07'06" e distância 22,58m chega-se ao vértice A3 com coordenadas X=729939.1722 e Y=7051879.3126. Deste com azimuth de 43°25'04" e distância 21,94m chega-se ao vértice A4 com coordenadas X=729954.2549 e Y=7051895.2522, perfazendo um total de 63,62m confrontando com LOTEAMENTO

ICARAI. Deste com azimute de 36°18'46" e distância 3,91m chega-se ao vértice A5 com coordenadas X=729956.5724 e Y=7051898.4055. Deste com azimute de 59°56'16" e distância 7,61m chega-se ao vértice A6 com coordenadas X=729963.1594 e Y=7051902.2181. Deste com azimute de 43°45'04" e distância 2,85m chega-se ao vértice A7 com coordenadas X=729965.1327 e Y=7051904.2793, perfazendo um total de 14,38m confrontando com RUA NELSON DOS SANTOS BARROS. Deste com azimute de 55°48'28" e distância 28,84m chega-se ao vértice A8 com coordenadas X=729988.9852 e Y=7051920.4846. Deste com azimute de 46°53'31" e distância 29,72m chega-se ao vértice A9 com coordenadas X=730010.6857 e Y=7051940.7974, perfazendo um total de 58,56m confrontando com LOTEAMENTO ICARAI. Deste com azimute de 170°45'56" e distância 3,61m chega-se ao vértice V11 com coordenadas X=730011.2656 e Y=7051937.2310, confrontando com RUA DIRCE REGINA MACCAGNAN e parte com ÁREA 03. Deste com azimute de 226°53'31" e distância 27,94m chega-se ao vértice V10 com coordenadas X=729990.8645 e Y=7051918.1346. Deste com azimute de 235°48'28" e distância 28,75m chega-se ao vértice V9 com coordenadas X=729967.0806 e Y=7051901.9759. Deste com azimute de 223°15'06" e distância 2,88m chega-se ao vértice V8 com coordenadas X=729965.1093 e Y=7051899.8804. Deste com azimute de 239°56'16" e distância 7,50m chega-se ao vértice V7 com coordenadas X=729958.6182 e Y=7051896.1234. Deste com azimute de 216°18'46" e distância 3,48m chega-se ao vértice V6 com coordenadas X=729956.5548 e Y=7051893.3156. Deste com azimute de 223°53'04" e distância 66,16m chega-se ao vértice V5, ponto origem deste memorial, perfazendo um total de 136,72m confrontando com ESPÓLIO DE LAURO ANTUNES RAMOS. Perfazendo a área total de 405,85 metros quadrados.

DESCRIÇÃO DA ÁREA: UM TERRENO, sem benfeitorias, denominado como Caminho do Atalho 02 (caminho 1770), situado na zona urbana desta Cidade e Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, com as seguintes características e confrontações: Partindo-se do vértice R1 com coordenadas X=729900.2847 e Y=7051833.5711, seguindo com azimute 212°16'38" e distância 75,01m chega-se ao vértice R2 com coordenadas X=729860.2282 e Y=7051770.1522, confrontando com ESPÓLIO DE LAURO ANTUNES RAMOS. Deste com azimute de 350°19'41" e distância 4,49m chega-se ao vértice R3 com coordenadas X=729859.4745 e Y=7051774.5746, confrontando com RUA CLARICE ROSA MULLER. Deste com azimute de 32°16'38" e distância 75,30m chega-se ao vértice R4 com coordenadas X=729899.6842 e Y=7051838.2359, confrontando com LOTE 20 e 22 DA QUADRA 42 LOTEAMENTO JARDIM ICARAI. Deste com azimute de 172°39'52" e distância 4,70m chega-se ao vértice R1, ponto origem deste memorial, confrontando com RUA ORIDIO MULLER. Perfazendo a área total de 225,37 metros quadrados.

§ 1º De acordo com a média das avaliações realizadas, os valores dos imóveis representados pelo Caminho do atalho 01, é de R\$ 105.402,95 (cento e cinco mil quatrocentos e dois mil reais e noventa e cinco centavos), e pelo Caminho do Atalho 02 é de R\$. 60.098,07 (sessenta mil noventa e oito reais e sete centavos).

§ 2º Que referido imóvel não possui título de propriedade e sua respectiva regularização será de responsabilidade exclusiva do adquirente, isentando o Município de qualquer responsabilidade.

Art. 2º Ficam os imóveis descritos no artigo primeiro, desafetados da classe dos bens públicos indisponíveis, passando-os para a classe de bens públicos disponíveis, permitindo-se sua alienação.

Art. 3º A área descrita no artigo anterior será permutada com Espólio de Lauro Antunes Ramos, pelo imóvel abaixo descrito:

I – DESCRIÇÃO DA ÁREA: UM TERRENO, denominado como ÁREA 03, constituída por parte do Lote K, sem benfeitorias, situado na zona urbana desta cidade e Comarca de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, com as seguintes medidas e confrontações: Frente ao Sul, partindo-se do vértice T1 com coordenadas X=730025.6074 e Y=7051914.7924, seguindo com azimute 222°58'05" e distância 13,70m chega-se ao vértice V1 com coordenadas X=730016.2672 e Y=7051904.7651, confrontando com AVENIDA GOVERNADOR CELSO RAMOS. Lado esquerdo de quem de frente olha o imóvel ao Oeste, deste com azimute de 351°14'31" e distância 32,85m chega-se ao vértice V11 com coordenadas X=730011.2656 e Y=7051937.2310, confrontando com ESPÓLIO DE LAURO ANTUNES RAMOS. Fundos, ao Norte, deste com azimute de 350°31'07" e distância 2,29m chega-se ao vértice T2 com coordenadas X=730010.8878 e Y=7051939.4929, confrontando com CAMINHO DO ATALHO 01. Deste com azimute de 71°16'31" e distância 10,89m chega-se ao vértice T3 com coordenadas X=730021.1983 e Y=7051942.9878, confrontando com RUA DIRCE REGINA MACCAGNAN. Deste com azimute de 171°15'20" e distância 3,18m chega-se ao vértice T4 com coordenadas X=730021.6817 e Y=7051939.8451. Deste com azimute de 171°05'40" e distância 25,36m chega-se ao vértice T1, ponto origem deste memorial, perfazendo um total de 28,54m confrontando com SANTOS E NEGOCIOS ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - ME. Perfazendo a área total de 341,62 metros quadrados.

Parágrafo Único De acordo com a média das avaliações realizadas, o valor do imóvel é de R\$ 247.466,73 (duzentos e quarenta e sete mil quatrocentos e sessenta e seis reais e setenta e três centavos).

Art. 4º O Espólio de Lauro Antunes Ramos renuncia expressamente a qualquer crédito relativo à diferença dos valores dos imóveis objeto desta Lei.

Art. 5º O imóvel recebido pelo Município servirá para fins de abertura de um prolongamento de via pública, Rua Dirce Regina Maccagnan, que servirá de ligação entre a Av. Thiago Aguiar e a Av. Gov. Celso Ramos.

Parágrafo Único As despesas decorrentes com a execução da obra de abertura do referido prolongamento da via pública será de inteira e exclusiva responsabilidade do Município de Barra Velha.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 28 de agosto de 2019.
VALTER MARINO ZIMMERMANN
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETO Nº 709/2019

Publicação Nº 2138616

DECRETO Nº 709/2019, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

“ALTERA DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº 646 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 67, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art.1º. Ficam alterados os incisos III e VIII do Artigo 2º do Decreto nº 646, de 05 de dezembro de 2018, passando a ter a seguinte redação:

III – DÉBORA LEILANE MELLO, como representante dos Diretos das Escolas Públicas Municipais, que terá como suplente JUCELIA APARECIDA WOLFF;

VIII – EDENISE CORDEIRO VIEIRA, como representante do Conselho Tutelar, que terá como suplente LEANDRA SCHIESSL IACHITZKI;

Art. 2º. As demais disposições do referido Decreto permanecem inalteradas.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 26 de agosto de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 49/2019

Publicação Nº 2138271

RESOLUÇÃO Nº 49, de 28 de agosto de 2019.

Convoca conselheiro tutelar suplente para exercer função.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e pela Lei Municipal nº 1.184, de 07 de novembro de 2016 que institui a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Lei nº 1.331 de 01 de abril de 2019 que estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar de Bela Vista do Toldo,

Considerando o Edital de nº 01/2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bela Vista do Toldo/SC, homologado em 30 de março de 2015.

Considerando que a Conselheira Tutelar titular Sra. Kelly Caroline Lietz Alves David, encontra-se em licença maternidade.

Considerando a necessidade de substituição de 01(um) membro do conselho tutelar, mandato 2016/2020;

Resolve:

Art. 1º. Convocar para substituir o próximo candidato do mandato de (2016- 2020), conforme o Edital nº. 01/2015, o candidato: Sinézio Schiessl (5º suplente) para se apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo/SC, munido de seus documentos pessoais, até o dia 02 de setembro de 2019, no horário de expediente.

Art. 2º. Em caso de não comparecimento até o dia 02 de setembro de 2019, as 17:00hs, determinará a vacância do cargo.

Art. 3º. O candidato suplente passará a ser candidato titular na vaga iniciando seu trabalho no dia 03 de setembro de 2019.

Bela Vista do Toldo/SC, 28 de setembro de 2019.

Silvana do C. Dambroski

Presidente do CMDCA

Benedito Novo**PREFEITURA****4º PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2018**

Publicação Nº 2138238

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2018

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS

FISTAROL PRESTADORA DE SERVICOS EIRELI			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	CONDICIONADOR DE AR 9.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO QUENTE/FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO.	AGRATTO	1.033,00
2	CONDICIONADOR DE AR 9.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO.	AGRATTO	975,00
3	CONDICIONADOR DE AR 12.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO QUENTE/FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO.	CONSUL	1.133,00
4	CONDICIONADOR DE AR 12.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO.	SPRINGER	1.027,00
5	CONDICIONADOR DE AR 18.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO QUENTE/FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO.	CONSUL	1.568,00
6	CONDICIONADOR DE AR 18.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO.	CONSUL	1.400,00
7	CONDICIONADOR DE AR 24.000 BTU/H. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: TIPO SPLIT, CICLO FRIO; 220 V, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA -A PROCEL; COMPOSTO POR 1 (UMA) UNIDADE EXTERNA CONDENSADORA E 1 (UMA) UNIDADE INTERNA EVAPORADORA; COM CONTROLE REMOTO DE TEMPERATURA; GARANTIA MÍNIMA DE 1 (UM) ANO E SELO DO INMETRO.	ELECTRLOUX	2.210,00

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 13 de novembro de 2018 a 13 de novembro de 2019.

Benedito Novo (SC), 13 de novembro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 081/2019 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO VIGENTE

Publicação Nº 2138419

DECRETO Nº 081 de 15 de agosto de 2019

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.917, de 21 de novembro de 2018.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

03.001.0006.0181.0302.2307 - Manutenção das Polícias Civil e Militar.33390000000000000000 - Aplicações diretas	03110000	15.000,00
--	----------	-----------

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit			03110000	15.000,00
-----------	--	--	----------	-----------

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 15 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 081/2019 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 15 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativa I

DECRETO Nº 082/2019 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

Publicação Nº 2138422

DECRETO Nº 082 DE 15 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.917, de 21 de novembro de 2018.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

03.001.0004.0122.0300.2301 Manutenção das Atividades Administrativas Financeiras 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	50.000,00
09.001.0004.0122.0900.2901 Manutenção das Ativ. da Secretaria de Planejamento 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00
05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	26.000,00
05.001.0012.0365.0500.2505 Desenvolvimento do Ensino Infantil 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	20.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

03.001.0004.0122.0300.2301 Manutenção das Atividades Administrativas Financeiras 33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	50.000,00
09.001.0004.0122.0900.2901 Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento 34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	10.000,00
05.001.0012.0365.0500.2505 Desenvolvimento do Ensino Infantil 33190000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	20.000,00

05.001.0012.0361.0500.2502 Desenvolvimento do Ensino Fundamental 33190000000000000000 - Aplicações diretas	01010000	26.000,00
--	----------	-----------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 15 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 082/2019 foi publicado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 15 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativa I

DECRETO Nº 083/2019 - ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO CONFORME MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2138426

	ESTADO DE SANTA CANTARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº. 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5.070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	---

DECRETO Nº 083/2019, de 19 de agosto de 2019

Estabelece horário de trabalho conforme menciona e dá outras providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, nos seus artigos 50, VII, e 70, I, "n", e

Considerando a necessidade de regulamentar um horário diferenciado para os serviços de limpeza, bem como a carga horária de servidor que desempenha suas funções no referido serviço;

Considerando o Art. 249 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995;

DECRETA:

Art. 1º - O serviço de limpeza na sede da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; e Delegacia da Polícia Civil, será efetuada pela Servidora Iraci Krohn, ocupante do cargo de Servente, na seguinte carga horária:

- De segunda a quarta-feira – turno matutino – das 6:00 horas às 12:00 horas, e no turno vespertino – das 13:00 horas às 15:15 horas e das 15:30 horas às 17:45 horas;

- De quinta-feira – no turno vespertino – das 13:00 horas às 15:15 e das 15:30 às 17:45 horas;

- De sexta-feira – no turno matutino – das 6:00 horas às 8:00 horas e das 8:15 às 10:15 horas.

Art. 2º - Igualmente fica atribuída a carga horária de 40 (vinte) quarenta horas semanais da servidora mencionada no Art. 1º deste Decreto.

Art. 3º - A inobservância às regras dispostas no presente decreto culminará à infratora a incidência nas sanções impostas pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Benedito Novo, por desrespeito ao dever funcional.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Benedito Novo, aos 19 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 083/2019 foi publicado e registrado na forma da Lei.

Benedito Novo, aos 19 de agosto de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativo I

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2019

Publicação Nº 2138482

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2019

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO, CANCELAMENTO, REMARCAÇÃO, E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS, E CORRELATOS, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS

AEROMIX AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO EIRELI ME			
Item	Und	Produto	Percentual
1	%	AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS	6,00%

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 26 de agosto de 2019 a 26 de agosto de 2020.

Benedito Novo (SC), 26 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 228/2019 - DESIGNA COMISSÃO PARA INSPEÇÃO MÉDICA

Publicação Nº 2138033

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 228/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

**DESIGNA COMISSÃO PARA
INSPEÇÃO MÉDICA**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município; art. 216 da Lei Complementar 004/95 de 22-12-1995;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar as Médicas Dra. JAQUELINE FERRAREIS MENEGASSO e Dr. DIMAS KONKOL JUNIOR, para comporem a Comissão de Inspeção Médica, para efeito de Prorrogação de aposentadoria da Servidora MIRIAM GIRARDI, Professor I-20, P-I-20.

Art. 2º - A inspeção Médica será no dia 30 de agosto de 2019, as 14:45 horas, na Unidade de Saúde Centro, para a análise e elaboração do laudo.

Art. 3º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 19 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 229/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 050/2019

Publicação Nº 2138034

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 229/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 050/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo do resultado do Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 30 de setembro de 2019, o prazo da Portaria nº 050/2019, de 20-02-2019, que contratou, a Servidora ROSANGELA WOLTER, ocupante do cargo de Professor I-40, Símbolo P-I-40, Anexo IV, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 001/2019, no aguardo do resultado do Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 19 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 230/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 051/2019

Publicação Nº 2138035

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 230/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 051/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo do resultado do Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 30 de setembro de 2019, o prazo da Portaria nº 051/2019, de 20-02-2019, que contratou, a Servidora GREICI LUANA RODRIGUES, ocupante do cargo de Professor I-40, Símbolo P-I-40, Anexo IV, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 001/2019, no aguardo do resultado do Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 19 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 231/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 053/2019

Publicação Nº 2138036

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 231/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 053/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 18/2001; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo do resultado do Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 30 de setembro de 2019, o prazo da Portaria nº 053/2019, de 20-02-2019, que contratou, a Servidora, SAMARA STEIN BEYER, ocupante do cargo de Professor I-20, Símbolo P-I-20, Anexo I, do Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério, através do Processo Seletivo 001/2019, no aguardo do resultado do Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 19 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 232/2019 - PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 055/2019

Publicação Nº 2138038

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 232/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA Nº 055/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a" c/c "e", da Lei Orgânica do Município; e de conformidade com o art. 1º, I, e art. 2º, § 1º, da Lei nº 642/89, com acréscimo pela Lei nº 828/93; cargo criado pela Lei Complementar nº 131/2015; Regime Jurídico Lei Complementar nº 004/1995; e no aguardo do resultado do Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, até 30 de setembro de 2019, o prazo da Portaria nº 055/2019, de 20-02-2019, que contratou, o Servidor CLOVIS ODAIR SCHREIBER, ocupante do cargo de Motorista de Ônibus Escolar, Símbolo MO-E, Anexo II, subanexo I, do Quadro dos Servidores Público Municipal, através do Processo Seletivo 001/2019, no aguardo da realização de Concurso Público, no aguardo do resultado do Concurso Público.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 19 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN,

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 233/2019 - LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Publicação Nº 2138039

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 233/2019 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", Lei Orgânica do Município; e, art. 227 da Lei Complementar nº 004, de 22-12-95.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde para os servidores municipais, conforme Relatório dos Atestados Médicos, do período de 05 de julho de 2019 a 06 de agosto de 2019, contendo 11 páginas, em anexo, e de acordo com a Lei nº 1.808 de 18 de novembro de 2015 onde institui Prêmio-Eficiência e Auxílio-Alimentação.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 19 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 234/2019 - APLICA MEDIDA DISCIPLINAR

Publicação Nº 2138040

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 234/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

APLICA MEDIDA DISCIPLINAR.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Aplicar medida disciplinar, com Desconto na Folha de Pagamento das horas não trabalhadas e faltas ao serviço público não justificadas, conforme a Lei 1.334 de 28-09-2005, não registradas no Cartão Ponto do período de dia 05-07-2019 a 06-08-2019, dos Servidores em anexo:

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 19 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 235/2019 - LICENÇA PARA GESTAÇÃO

Publicação Nº 2138041

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 235/2019, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

LICENÇA PARA GESTAÇÃO

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município; e, art. 232 da Lei Complementar nº 004, de 22-12-95;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para gestação à servidora ANALISE AMARAL, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, símbolo ASG-I, anexo II, sub anexo I, do Quadro dos Servidores Públicos Municipal de Benedito Novo, de 120 (cento e vinte) dias, pelo período de 21 de agosto de 2019 a 18 de dezembro de 2019, de conformidade com o art. 232 da LC nº 004/1995.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 21 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

PORTARIA Nº 236/2019 - DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E/OU INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2138044

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC	
--	--	--

PORTARIA Nº 236/2019, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

**DESIGNA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA
E/OU INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, art. 165 e seguintes da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995, e art. 149 da Lei Federal nº 8.112/1990;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, nos termos do art. 172 da Lei Complementar nº 004, de 22-12-1995, os senhores, ALAN RAFAEL KINDER, MARIZA PASQUALI e JESSICA NASATO BEBER, respectivamente Auxiliar Administrativo I, Auxiliar Administrativo I e Nutricionista, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância e/ou Inquérito Administrativo, destinada a apurar os fatos em conduta adotada durante expediente de trabalho, por Auxiliar de Serviços Gerais, no Centro Educacional Infantil Profª Marina Alves Maus, neste Município, conforme comunicado à municipalidade. No inquérito administrativo fica assegurada a ampla defesa e ao contraditório e a utilização de todos os meios e recursos admitidos, com o prazo para conclusão dos trabalhos de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 22 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS

Declaro que estou ciente da designação de membro da comissão de sindicância e/ou inquérito administrativo e das funções inerentes a Portaria nº 236/2019, de 22-08-2019, ora atribuídas.

ALAN RAFAEL KINDER

MARIZA PASQUALI

JESSICA NASATO BEBER

PORTARIA Nº 237/2019 - AFASTAMENTO PREVENTIVO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

Publicação Nº 2138045

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--	--

PORTARIA Nº 237/2019, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

**AFASTAMENTO PREVENTIVO
DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I**

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pelo artigo 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, art. 169 da Lei Complementar nº 004, de 22 de dezembro de 1995 e art. nº 147 da Lei Federal nº 8.112/1990, e Considerando a instalação do Processo de Sindicância e/ou Inquérito Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar o afastamento preventivo da servidora LUCEMARA DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, símbolo ASG-I, Anexo II, I, do Quadro Geral dos Servidores Públicos do Município, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência dos termos desta Portaria.

Art. 2º - Dê-se ciência, registra-se, publica-se e cumpra-se.

Município de Benedito Novo, aos 22 de agosto de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Biguaçu

PREFEITURA

ATA CP18-2019-FMS

Publicação Nº 2138480

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

ATA DE AVALIAÇÃO DAS DOCUMENTAÇÕES E OFERTA DOS SERVIÇOS PARA O CREDENCIAMENTO CHAMADA PÚBLICA Nº 18/2019-FMS

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2019, na sede da Prefeitura Municipal de Biguaçu, na Sala de reuniões de Licitação, às 16:00 horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 406/2019, para dar início à avaliação das documentações de habilitação apresentada pela empresa SOS CARDIO CLÍNICA MÉDICA LTDA, para o Credenciamento CP18/2018-FMS, que tem como objeto "a realização e possível contratação de empresa especializada na realização de exames do sistema digestivo, de diagnóstico por imagem e exames cardiológicos para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu". Declarada aberta à reunião, passou-se para análise das documentações de habilitação. Após abertura dos envelopes contendo as documentações, os mesmos foram analisados e rubricados pela Comissão de Licitação, ficando constatado que a empresa não atendeu o item 5.1.3, letra "a" (Certidão de Falência e Concordata).

Concluídas as análises das documentações apresentadas, passou-se a análise da oferta dos serviços. Foi verificado que a mesma não cumpriu integralmente o lote 05, conforme Termo de Referência, somente o lote 01.

Diante do acima exposto, esta Comissão Permanente de Licitação decidiu por unanimidade de votos de seus membros inabilitar a empresa SOS CARDIO CLÍNICA MÉDICA LTDA, por não atender integralmente o solicitado no edital, convocando o participante para que, no prazo de 08 (oito) dias úteis, apresentar nova documentação, inclusive o envelope 02 – Oferta dos Serviços, nos termos § 3º do Artigo 48 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitação.

NABEL ANA M. DE CAMPOS RAFAEL EMÍLIO POLLMANN
Presidente da Comissão Membro

ANA CLÁUDIA SAGÁS
Membro

MARISTELA LIRA BITTENCOURT DE ÁVILA
Membro

CONVOCAÇÃO Nº 27 EDITAL 003/2016

Publicação Nº 2138621

CONVOCAÇÃO Nº 27 – EDITAL 003/2016

"Sub Judice - Autos nº 5000572-40.2019.8.24.0007/SC

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 003/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 27 de agosto de 2019.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

CARGO: ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (40H)

30 – NADJA REGINA SOUSA MAGALHÃES

DECRETO Nº 174/2019

Publicação Nº 2138989

DECRETO Nº 174/2019 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

SUBSTITUI OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (COMED), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e de conformidade com a Lei Municipal nº 737, de 22 de setembro de 1992;

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros do Conselho Municipal de Educação -COMED/Biguaçu, para o mandato de 2019/2020, o qual passará a funcionar da seguinte forma:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Kátia Bernadeth da Silva

Suplente: Leia Roselaine Raup Trajano Wetsphal

REPRESENTANTE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL)

Titular: Andreia Cristina dos Santos

Suplente: Roberto Carlos Paliarini

REPRESENTANTE DAS ESCOLAS ESTADUAIS

Titular: Paula Andreia dos Passos

Suplente: Rosangela dos Santos

REPRESENTANTE DO ENSINO SUPERIOR

Titular: Marcelo dos Santos

Suplente: Vivian De Gann dos Santos

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL E DOS CLUBES DE SERVIÇOS

Titular: Hanae Takahama Schulenburg

Suplente: Luiz Renato Ramos Petry

REPRESENTANTES DAS ESCOLAS PARTICULARES DO ENSINO ESPECIAL E DO ENSINO LIVRE

Titular: Patrícia Simas

Suplente: Gilmara Hilda Lisboa Reis

REPRESENTANTES DOS PAIS E PROFESSORES DA COMUNIDADE E DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Titular: Tayse Daiane Ribeiro

Suplente: José Jacinto Ceron

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 36/2019, de 19 de março de 2019.

Biguaçu, 26 de agosto de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Diretoria Executiva de Legislação

e Expediente

DECRETO Nº 175/2019

Publicação Nº 2139256

DECRETO Nº 175/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3890/2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3895/2018 - Lei Orçamentária para 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2019, Lei Municipal nº 3895/2018:

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0902.12.306.0003.2017	Oferta de Merenda Escolar - Ensino Fundamental	15.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal Encargos Sociais/Aplicação Direta Intra	15.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais/ Aplicação Direta	15.000,00
0902.12.306.0003.2018	Oferta de Merenda Escolar - Pré-Escola	8.000,00
	ANULA:	
4.4..90.00/0.1.00.000000	Investimentos/ Aplicação Direta	8.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Outras despesas Correntes/Aplicação Direta Intra	8.000,00

20. CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

2001.04.124.0001.2085	Manutenção da Controladoria Geral do Município	2.000,00
	ANULA:	
4.4..90.00/0.1.00.000000	Investimentos/ Aplicação Direta	2.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras despesas Correntes/Aplicação Direta	2.000,00

25. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO

2501.26.782.0007.2092	Manutenção da Secretaria de Trânsito e Desenvolvimento Urbano	2.800,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal Encargos Sociais/Aplicação Direta Intra	2.800,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais/ Aplicação Direta	2.800,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de agosto de 2019.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO Nº 176/2019

Publicação Nº 2139258

DECRETO Nº 176/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2019.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3890/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 557.140 (Quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e quarenta reais) por conta do excesso de arrecadação nas fontes de recursos: 0.1.01.000000 e 0.1.00.000000. Nas dotações abaixo relacionadas:

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0902.12.361.0003.2020	Manutenção do Ensino Fundamental	487.000,00

3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta	460.000,00
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	7.000,00
3.1.91.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais/Aplicação Direta Intra	20.000,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0902.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil - Creche	42.000,00
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	42.000,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0902.12.365.0003.2025	Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escola	1.040,00
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	1.040,00

21. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.04.121.0002.2086	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA	5.200,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.200,00

22. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2201.08.243.0002.2016	Manutenção do Conselho Tutelar	600,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	600,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2201.04.122.0002.2087	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	20.700,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	20.700,00

25. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2501.26.782.0007.2092	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO	600,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	600,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de agosto de 2019.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

REVOGAÇÃO PE 28/2019 FMS

Publicação Nº 2138995

Despacho de revogação

O Município de Biguaçu comunica a Revogação do Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 28/2019 - FMS, objetivando AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA UPA E UBS DO MUNICÍPIO, motivo pelo qual, restou o referido pregão DESERTO. Deste modo, determino que o processo de licitação do PE 28/2019-PMB seja REVOGADO.

Biguaçu, 28 de agosto de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2019 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2019

Publicação Nº 2138633

Extrato do Contrato nº 04/2019 – Inexigibilidade de Licitação nº 003/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços postais e telegramas (ECT) na modalidade nacional e internacional para a Câmara Municipal de Biguaçu.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Biguaçu- CNPJ 73.564.064/0001-99.

CONTRATADA: ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Filial- CNPJ nº 34.028.316/0028-23.

Valor global estimado anual: R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)

Dotação Orçamentária: 3.33.90.39.47.00.00.00

Forma de Pagamento: Será efetuado mensalmente, mediante apresentação de relatório de postagens, através de boleto bancário, que deverá ser entregue via Sedex à Câmara Municipal ou ainda disponibilizar a fatura via internet. A quitação do boleto bancário se dará até o vigésimo primeiro dia do mês subsequente aos serviços ou produtos adquiridos.

Vigência contratual: 27/08/2019 a 27/08/2020.

Fundamento Legal: Art. 25, I, da Lei Federal n. 8.666/93.

Biguaçu/SC, 29 de agosto de 2019.

Salmir da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.761/2019

Publicação Nº 2139112



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 8.761, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais especiais no orçamento vigente, no valor de R\$ 73.456.796,06 (setenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, setecentos e noventa e seis reais e seis centavos), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

04 - PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

0407 - Diretoria de Titulação Imobiliária

Atividade	04.07.00.000.0000.2530 - Manut. Ativ. Diretoria de Titulação Imobiliária		
Modalidade	3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recurso	0100.00000		
Total Geral		R\$	102.000,00

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

07 -Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária

Atividade	12.07.16.482.0036.2531 - Manut. Ativ. Diretoria de Habitação e Regularização Fundiária		
Modalidade	3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$	792.310,62
Modalidade	3.1.91 () Aplicações Diretas	R\$	150.139,77
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	17.552,91
Modalidade	3.3.91 () Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	13.901,40
Fonte de Recursos	0100.00000		
Projeto	1207.16.482.0063.1206 - Execução de Obras/Serviços do Programa Habitacional		
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	165.172,58
Fonte de Recursos	0134.00000		
Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 1.200.000,00
Fonte de Recursos 0134.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 10.000.000,00
Fonte de Recursos 0183.00000	
Sub-Total.....	R\$ 12.440.077,28

1208 - Fundo Municipal de Habitação

Atividade 12.08.04.16.482.0036.2532 - Manut. Ativ. Fundo de Habitação	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0606.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 72.449,40
Fonte de Recursos 0606.00000	
Projeto 12.08.16.482.0063.1207 - Construção/Serviços de Unidades Habitacionais	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 2.500.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 1.000.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000	
Projeto 12.08.04.16.482.0063.1208 - Regularização/Reurbanização das Áreas de Ocupação Irregular	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.000000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0606.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 32.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 300.000,00
Fonte de Recursos 0234.0000	
Atividade 12.08.16.482.0063.2533 - Recuperação e Melhorias de Unidades Habitacionais	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.0000	
Atividade 12.08.16.482.0063.2534 - Apoio Financ. p/Locação de Unidades Habitacionais à Famílias	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 129.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 124.825,00
Fonte de Recursos 0606.00000	
Sub-Total.....	R\$ 4.489.274,40
Total Geral.....	R\$ 16.929.351,68

13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1310 - Diretoria de Drenagem

Atividade 13.10.15.451.0052.2535 - Manut. Ativ. Diretoria de Drenagem	
Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Fonte de Recursos 0100.00000

Total Geral.....R\$ 102.000,00

19 - SECRETARIA EXECUTIVA PROG.SUST. E DE PROJETOS ESPECIAIS

1902 - Diretoria de Projetos Especiais

Atividade 19.02.15.451.0035.2536 - Manut. Ativ. Diretoria de Projetos Especiais

Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Sub-Total.....R\$ 102.000,00

1903 - Diretoria de Gestão e Programas

Atividade 19.03.15.451.0035.2537 - Manut. Ativ. Diretoria de Gestão e Programas

Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Sub-Total.....R\$ 102.000,00

Total Geral.....R\$ 204.000,00

35 - SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

3501 - Diretoria de Cultura

Atividade 35.01.13.392.0084.2492 - Manut. Ativ. Diretoria de Cultura

Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas R\$ 100,00

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 35.01.13.392.0084.2493 - Banda Municipal

Modalidade 3.3.50 () Transf.Inst.Priv.S/Fins Lucr. R\$ 145.257,50

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 35.01.13.392.0084.2494 - Promoção de Eventos Culturais

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 53,92

Fonte de Recursos 0606.00000

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0234.00000

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas R\$ 399.899,58

Fonte de Recursos 0264.0000

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0234.00000

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0264.00000

Sub-Total.....R\$ 1.326.311,00

3502 - Diretoria Histórico Museológica



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Atividade	35.02.13.392.0084.2495	- Manut. Ativ. Diretoria de Histórico Museológica		
Modalidade	3.1.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	100,00
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	8.479,62
Fonte de Recursos	0206.000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Atividade	35.02.13.392.0084.2496	- Preservação e Difusão de Acervo e Patrimônio Cultural		
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	35.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000			
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000			
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos	0264.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de recursos	0234.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos	0264.00000			
Atividade	35.02.13.392.0084.2497	- Centro Braille		
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Atividade	35.02.13.392.0084.2498	- Promoção e Difusão da Literatura e do Acervo		
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000			
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000			
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos	0264.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos	0264.00000			
Sub-Total			R\$	964.579,62

3503 - Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade	35.03.13.122.0037.2498	- Manut. Ativ. Diretoria Administrativo Financeira da Cultura		
Modalidade	3.1.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	1.066.302,27
Modalidade	3.1.91 ()	Aplicações Diretas	R\$	114.381,86
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	325.010,26
Fonte de Recursos	0100.00000			
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	20.658,21
Fonte de Recursos	0206.00000			



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	6.320,19
Fonte de Recursos 0606.00000		
Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas	R\$	2.500,00
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	140.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	56,59
Fonte de Recursos 0300.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	3.097,35
Fonte de Recursos 0300.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	3,70
Fonte de Recursos 0689.00000		
Projeto 35.03.13.392.0084.1200 - Constr/Ref/Restauração de Espaços Culturais		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	2.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	476.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	2.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	1.200.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	448.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Sub-Total.....	R\$	3.901.330,43

3504 - Fundo Municipal de Apoio a Cultura

Atividade 35.04.13.392.0084.2500 - Fundo Municipal de Apoio a Cultura		
Modalidade 3.3.50 () Transf.Inst.Priv.s/Fins Lucr.	R\$	5.000,00
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	44.468,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	21.117,00
Fonte de Recursos 0300.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	25.157,23
Fonte de Recursos 0606.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	2.886,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Sub-Total.....	R\$	213.628,23

Total Geral.....R\$ 6.405.849,28

36 - SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE

3601 - Diretoria de Esporte de Base

Atividade 36.01.27.813.0057.2501 - Manut. Ativ. Diretoria de Esporte de Base		
Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$	100,00
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	100,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	100,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Atividade	36.01.27.813.0057.2502 - Realização de Ações e Eventos de Qualidade de Vida		
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	100,00
Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	100,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Sub-Total		R\$	500,00

3602 - Diretoria de Esporte de Alto Rendimento

Atividade	36.02.27.813.0057.2503 - Manut. Ativ. Diretoria de Esporte de Alto Rendimento		
Modalidade	3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$	100,00
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	100,00
Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	100,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Atividade	36.02.27.811.0058.2504 - Participação/Realização de Eventos Esportivos		
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	515.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000		
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	491.561,73
Fonte de Recursos	0264.00000		
Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	100,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000		
Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
Fonte de Recursos	0264.00000		
Atividade	36.02.27.811.0058.2505 - Apoio Financeiro à Atletas/Bolsa Desportista		
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	1.894.033,78
Fonte de Recursos	0100.00000		
Sub-Total		R\$	4.400.995,51

3603 - Diretoria Administrativo-Financeira

Atividade	36.03.27.122.0038.2506 - Manut. Ativ. Diretoria Administrativo-Financeira do Esporte		
Modalidade	3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$	380.153,20
Modalidade	3.1.91 () Aplicações Diretas	R\$	7.847,43
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	74.124,62
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	270,96
Fonte de Recursos	0606.00000		
Modalidade	3.3.91 () Aplicações Diretas	R\$	3.500,00
Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	1.395,62
Fonte de Recursos	0689.00000		
Projeto	36.03.27.813.0057.1201 - Contr/Ampl/Ref. Espaço Esportivo e Parques/Áreas de Lazer		
Modalidade	3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	100,00
Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	100,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	1.000.000,00
Fonte de recursos	0234.00000		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	1.000.000,00
Fonte de Recursos	0264.00000			
Atividade	36.03.27.813.0057.2507	- Manutenção de Espaços Esportivos e Parques de Lazer		
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	100,00
Modalidade	3.3.91 ()	Aplicações Diretas	R\$	100,00
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	100,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Atividade	36.03.28.846.0000.2508	- Execução de Sentenças Judiciais/Precatórios		
Modalidade	3.1.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	100,00
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	100,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Sub-Total			R\$	2.469.991,83
Total Geral			R\$	6.871.487,34

37 - SECRET. MUNIC. DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

3701 - Diretoria Geral

Atividade	37.01.18.122.0039.2509	- Manut. Ativ. Diretoria Geral do Meio Ambiente		
Modalidade	3.1.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	500,00
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	500,00
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	500,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Sub-Total			R\$	1.500,00

3702 - Diretoria de Licenciamento e Controle Ambiental

Atividade	37.02.18.541.0003.2510	- Diretoria de Licenciamento e Controle Ambiental		
Modalidade	3.1.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	500,00
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	500,00
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	500,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Sub-Total			R\$	1.500,00

3703 - Diretoria de Gestão Florestal, Recursos Naturais e Planejamento Ambiental

Modalidade	37.03.18.541.0003.2511	- Manut. Ativ. Diretoria de Gestão Florestal, Recursos Naturais e Planejamento Ambiental		
Modalidade	3.1.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	500,00
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	500,00
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	500,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Atividade	37.03.18.541.0003.2512	- Manut. De Unidades de Conservação e Áreas Protegidas		
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
Fonte De Recursos	0206.00000			
Sub-Total			R\$	161.500,00

3704 - Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira

Atividade	37.04.18.122.0039.2513	- Manut. Ativ. Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira Meio Ambiente		
Modalidade	3.1.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	1.055.194,33
Fonte de Recursos	0100.00000			



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$	303.206,02
Modalidade 3.1.91 () Aplicações Diretas	R\$	158.578,29
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.1.91 () Aplicações Diretas	R\$	136.088,57
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.2.90 () Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	7.343,38
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	242.044,77
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas	R\$	6.791,67
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	34.161,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	221.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 4.6.90 () Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Sub-Total.....	R\$	2.176.408,03

3705 - Diretoria de Educação Ambiental e Bem Estar Animal

Atividade 37.05.18.541.0003.2514 - Manut. Ativ. Diretoria de Educação Ambiental e Bem Estar Animal		
Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Modalidade 3.1.91 () Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	84.193,26
Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas	R\$	657,98
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	90.126,20
Fonte de Recursos 0100.00000		
Atividade 37.05.18.541.0003.2515 - Manut./Ampliação das Ações de Educação Ambiental		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	196.014,09
Fonte de Recursos 0280.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de Recursos 0280.00000		
Sub-Total.....	R\$	800.991,53

3706 - Diretoria de Desenvolvimento Rural

Projeto 37.06.20.606.0095.1209 - Construção/Ampliação/Reforma de Feiras		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	500,00
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	500,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Projeto 37.06.20.606.0095.1210 - Projetos Especiais p/Ações de Desenvolvimento Rural		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	2.000,00
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	98.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	1.000.000,00
Fonte de Recursos 0134.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	1.000.000,00
Fonte de Recursos 0164.00000		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	1.000.000,00
Fonte de Recursos	0183.00000			
Atividade	37.06.20.606.0095.2538	- Manut. Ativ. Desenv. Rural		
Modalidade	3.1.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	996.427,35
Modalidade	3.1.91 ()	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Modalidade	3.3.71 ()	Transf. A Consórcios Públ.	R\$	5.000,00
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	159.417,57
Modalidade	3.3.91 ()	Aplicações Diretas	R\$	5.500,00
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	14.624,85
Fonte de Recursos	0100.00000			
Atividade	37.06.20.606.0095.2539	- Apoio Financeiro a Epagri		
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	6.077,75
Fonte de Recursos	0100.00000			
Sub-Total.....			R\$	4.388.047,52

3707 - Fundo Munic. Meio Ambiente e Reconst. Bens Lesados

Projeto	37.07.18.541.0003.1202	- Revitalização/Reforma do Museu Fritz Muller		
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	85.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000			
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Fonte de Recursos	0606.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000			
Atividade	37.07.18.541.0003.2516	- Manut. Ativ. Do Fundo de Meio Ambiente de Rec. Bens Lesados		
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	129.000,00
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	31.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	31.000,00
Fonte de Recursos	0264.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	106.000,00
Fonte de Recursos	0606.00000			
Sub-Total.....			R\$	562.000,00

3708 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto	37.08.20.606.0095.1211	- Projetos Especiais p/Ações de Desenvolvimento Rural- Fundo		
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos	0264.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000			
Modalidade	4.4.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
Fonte de Recursos	0264.00000			
Atividade	37.08.20.606.0095.2540	- Manut. Ativ. Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural		
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	36.864,23
Fonte de Recursos	0206.00000			
Modalidade	3.3.90 ()	Aplicações Diretas	R\$	12.042,00
Fonte de Recursos	0100.00000			



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	10.954,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Atividade 37.08.20.606.0095.2541 - Apoio Financ. A Cooperativa Prove de Blumenau - Cooperprove		
Modalidade 3.3.50 () Transf.Inst.Priv.S/Fins Lucr.	R\$	80.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Atividade 37.08.20.606.0095.2542 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	210.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	36.872,08
Fonte de Recursos 0606.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	37.958,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos 0606.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Sub-Total.....	R\$	1.729.690,31
Total Geral.....	R\$	9.821.637,39

38 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

3801 - Diretoria Administrativa

Atividade 38.01.04.122.0043.2517 - Manut. Ativ. Diretoria Administrativa da SMTT		
Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$	1.264.400,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
Modalidade 3.1.91 () Aplicações Diretas	R\$	146.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	1.152.948,33
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	2.756,55
Fonte de Recursos 0606.00000		
Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas	R\$	6.750,00
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	400.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$	75.277,48
Fonte de Recursos 0689.00000		
Atividade 38.01.28.846.0000.2518 - Execução de Sentenças Judiciais/Precatórios		
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Sub-Total.....	R\$	3.163.132,36

3802 - Diretoria de Trânsito

Atividade 38.02.06.125.0079.2519 - Manut. Atividades de Trânsito		
Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$	5.112.498,17
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$	431.900,00
Modalidade 3.1.91 () Aplicações Diretas	R\$	495.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade 3.3.20 () Transferência da União	R\$ 700.000,00
Fonte de Recursos 0212.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 422.956,05
Fonte de Recursos 0107.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 45.800,00
Fonte de Recursos 0206.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 3.773.819,51
Fonte de Recursos 0212.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 2.074.329,53
Fonte de Recursos 0612.00000	
Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas	R\$ 400,00
Fonte de Recursos 0206.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 4.735.000,00
Fonte de Recursos 0212.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
Fonte de Recursos 0289.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 281.860,00
Fonte de Recursos 0612.00000	
Atividade 38.02.06.125.0079.2520 - Manut. Ativ. Escola Pública de Trânsito	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 1.900.000,00
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0212.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 7.500,00
Fonte de Recursos 0612.00000	
Atividade 38.02.06.125.0079.2521 - Manut. Convenio de Trânsito - PMSC	
Modalidade 3.3.30 () Transf. Estado e Dist.Fed.	R\$ 528.141,19
Fonte de Recursos 0210.00000	
Atividade 38.02.06.125.0079.2522 - Manut. Convenio de Trânsito - SSPSC	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 323.939,95
Fonte de Recursos 0211.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 569.702,02
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 405.415,12
Fonte de Recursos 0611.00000	
Atividade 38.02.06.125.0079.2523 - Manut. Ativ. Sist. De Estacionamento Regulamentado - Área Azul	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 0212.00000	
Sub-Total.....	R\$ 22.028.261,54

3803 - Diretoria de Transporte

Projeto 38.03.26.781.0079.1203 - Revitalização do Aeroporto Quero-Quero	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000	
Projeto 38.03.26.782.0079.1204 - Revitalização de Terminais Urbanos e Rodoviários	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 26.500,00
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 2.070.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000	
Atividade 38.03.26.782.0079.2524 - Manut. Atividades de Transporte	
Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$ 685.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00
Modalidade 3.1.91 () Aplicações Diretas	R\$ 101.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 932.771,86
Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas	R\$ 300,00
Fonte de Recursos 0206.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 147.853,43
Fonte de Recursos 0380.00000	
Sub-Total.....	R\$ 4.046.425,29
Total Geral.....	R\$ 29.237.819,19

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA

3901 - Diretoria Administrativa

Atividade 39.01.08.122.0044.2525 - Manut. Ativ. Diretoria Administrativa da Família	
Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$ 1.303.026,21
Modalidade 3.1.91 () Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 59.244,58
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 88.848,37
Fonte de Recursos 0206.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 4.891,25
Fonte de Recursos 0300.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 7.279,51
Fonte de Recursos 0606.00000	
Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas	R\$ 7.529,95
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Sub-Total.....	R\$ 1.488.819,87

3902 - Diretoria de Atividades para Família

Atividade 39.02.08.244.0085.2526 - Manut. Atividades Voltadas à Família	
Modalidade 3.1.90 () Aplicações Diretas	R\$ 100,00
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 100,00
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 100,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Atividade 39.02.08.243.0085.2527 - Promoção da Criança e do Adolescente	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 63.927,12
Modalidade 3.3.91 () Aplicações Diretas	R\$ 5.438,66
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000	
Atividade 39.02.08.243.0085.2528 - Formação do Adolescente Aprendiz	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 1.228,85
Fonte de Recursos 0100.00000	
Atividade 39.02.08.244.0085.2529 - Promoção do Idoso e Grupos Organizados	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 182.936,68
Fonte de Recursos 0100.00000	
Projeto 39.02.08.244.0085.1205 - Projeto Especiais p/Execução de Ações da Pró Família	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000	
Modalidade 3.3.90 () Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0280.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 950.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 950.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000	
Modalidade 4.4.90 () Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0280.00000	
Sub-Total.....	R\$ 2.293.831,31
Total Geral.....	R\$ 3.782.651,18

Art. 2º Os créditos adicionais especiais abertos no artigo 1º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 - Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0020.2322 - Manut.Conc.Benef.ao Serv.Público	
Modalidade 3.3.90 (62) Aplicações Diretas	R\$ 732.977,44
Fonte de Recursos 0100.00000	
Total Geral.....	R\$ 732.977,44

14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO URBANA

1404 - Diretoria de Iluminação Pública e Sinaliz. Viária

Atividade 14.04.15.452.0094.2278 - Manut.das Ativ.de Ilumin.Pública e Sinaliz. Viária	
Modalidade 3.3.90 (594) Aplicações Diretas	R\$ 422.956,05
Fonte de Recursos 0107.00000	
Total Geral.....	R\$ 422.956,05

15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

1503 - Diretoria de Desenvolvimento Rural

Projeto 15.03.20.606.0095.1036 - Construção/Ampliação/Reforma de Feiras	
Modalidade 3.3.90 (621) Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Modalidade 4.4.90 (622) Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Projeto 15.03.20.606.0095.1037 - Proj.Especiais p/Ações Desenv. Rural	
Modalidade 3.3.90 (623) Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
Modalidade 4.4.90 (624) Aplicações Diretas	R\$ 98.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade 4.4.90 (625) Aplicações Diretas	R\$ 1.000.000,00
Fonte de Recursos 0134.00000	
Modalidade 4.4.90 (626) Aplicações Diretas	R\$ 1.000.000,00
Fonte de Recursos 0164.00000	
Modalidade 4.4.90 (627) Aplicações Diretas	R\$ 1.000.000,00
Fonte de Recursos 0183.00000	
Atividade 15.03.20.606.0095.2085 - Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural	
Modalidade 3.1.90 (628) aplicações Diretas	R\$ 1.082.883,97
Modalidade 3.3.71 (629) Transf. a Consórcio Público	R\$ 5.000,00
Modalidade 3.3.90 (630) Exec. Orç. Del. Con.Pub.	R\$ 144.519,27
Modalidade 3.3.91 (631) Aplicações Diretas	R\$ 5.500,00
Modalidade 4.4.90 (632) Transf. a Consórcio Público	R\$ 4.624,85
Fonte de Recursos 0100.00000	
Atividade 15.03.20.606.0095.2086 - Apoio Financeiro a Epagri	
Modalidade 3.3.90 (633) Aplicações Diretas	R\$ 25.519,43
Fonte de Recursos 0100.00000	
Sub-Total.....	R\$ 4.388.047,52

1506 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto 15.06.20.606.0095.1034 - Proj. Especiais p/Ações Desenv. Rural	
Modalidade 3.3.90 (652) Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 3.3.90 (653) Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000	
Modalidade 4.4.90 (654) Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 4.4.90 (655) Aplicações Diretas	R\$ 500.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000	
Modalidade 4.4.90 (656) Aplicações Diretas	R\$ 500.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000	
Atividade 15.06.20.606.0095.2095 - Manut. Ativ. Fundo Munic. Desenv. Rural	
Modalidade 3.3.90 (657) Aplicações Diretas	R\$ 36.864,23
Fonte de Recursos 0206.00000	
Modalidade 3.3.90 (808) Aplicações Diretas	R\$ 12.042,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 4.4.90 (658) Aplicações Diretas	R\$ 10.954,00
Fonte de Recursos 0206.00000	
Atividade 15.06.20.606.0095.2096 - Apoio Financeiro a Cooperativa Prove de Blumenau - Cooperprove	
Modalidade 3.3.50 (659) Transf.Inst.Priv.s/fins Luc.	R\$ 80.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Atividade 15.06.20.606.0095.2265 - Apoio ao Pequeno/Médio Produtor Agropecuário	
Modalidade 3.3.90 (660) Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 3.3.90 (661) Aplicações Diretas	R\$ 210.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000	
Modalidade 3.3.90 (788) Aplicações Diretas	R\$ 36.872,08
Fonte de Recursos 0606.00000	
Modalidade 4.4.90 (662) Aplicações Diretas	R\$ 37.958,00
Fonte de Recursos 0100.00000	
Modalidade 4.4.90 (663) Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000	
Modalidade 4.4.90 (664) Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000	



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade	4.4.90 (789) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos	0606.00000		
Sub-Total		R\$	1.729.690,31
Total Geral		R\$	6.117.737,83

20 - SECRETARIA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

2001 - Administrativo do Gabinete

Atividade	20.01.04.122.0036.2343 - Manut. Ativ. Administrativa da Serefh		
Modalidade	3.1.90 (731) Aplicações Diretas	R\$	77.870,97
Modalidade	3.1.91 (732) Aplicações Diretas	R\$	150.139,77
Modalidade	3.3.90 (733) Aplicações Diretas	R\$	7.468,20
Modalidade	3.3.91 (734) Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Modalidade	4.4.90 (735) Aplicações Diretas	R\$	3.901,40
Fonte de Recursos	0100.00000		
Sub-Total		R\$	240.380,34

2002 - Diretoria de Habitação

Atividade	20.02.16.482.0036.2350 - Manut. Ativ. Habitação		
Modalidade	3.1.90 (736) Aplicações Diretas	R\$	475.126,65
Modalidade	3.3.90 (737) Aplicações Diretas	R\$	6.458,94
Modalidade	4.4.90 (738) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Projeto	20.02.16.482.0063.1177 - Execução de Obras/Serviços do Programa Habitacional		
Modalidade	3.3.90 (739) Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.3.90 (778) Aplicações Diretas	R\$	165.172,58
Fonte de Recursos	0134.00000		
Modalidade	4.4.90 (740) Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.3.90 (741) Aplicações Diretas	R\$	1.200.000,00
Fonte de Recursos	0134.00000		
Modalidade	4.4.90 (742) Aplicações diretas	R\$	10.000.000,00
Fonte de Recursos	0183.00000		
Sub-Total		R\$	11.951.758,17

2003 - Diretoria de Regularização Fundiária

Atividade	20.03.16.482.0036.2351 - Manut. Ativ. De Regularização Fundiária		
Modalidade	3.1.90 (743) Aplicações Diretas	R\$	239.313,00
Modalidade	3.3.90 (744) Aplicações Diretas	R\$	3.625,77
Modalidade	4.4.90 (745) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Sub-Total		R\$	247.938,77

2004 - Fundo Municipal de Habitação

Atividade	20.04.16.482.0036.2352 - Manut. Ativ. Fundo de Habitação		
Modalidade	4.4.90 (747) Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000		
Modalidade	4.4.90 (799) Aplicações Diretas	R\$	92.449,40
Fonte de Recursos	0606.00000		
Projeto	20.04.16.482.0063.1178 - Constr/Serviços de Unidades Habitacionais		
Modalidade	3.3.90 (748) Aplicações Diretas	R\$	25.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade 4.4.90 (749) Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 4.4.90 (750) Aplicações Diretas	R\$	2.500.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 4.4.90 (751) Aplicações Diretas	R\$	1.000.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Projeto 20.04.16.482.0063.1180 - Regularização/Reurbanização das Áreas de Ocupação Irregular		
Modalidade 3.3.90 (752) Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Modalidade 4.4.90 (753) Aplicações Diretas	R\$	32.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 4.4.90 (754) Aplicações Diretas	R\$	300.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Atividade 20.04.16.482.0063.2353 - Recuperação e Melhorias de Unidades Habitacionais		
Modalidade 3.3.90 (755) Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Modalidade 4.4.90 (756) Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Atividade 20.04.16.482.0063.2354 - Apoio Financ./Locação de Unid. Habitac. À Famílias		
Modalidade 3.3.90 (757) Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 (758) Aplicações Diretas	R\$	129.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 (773) Aplicações Diretas	R\$	124.825,00
Fonte de Recursos 0606.00000		
Sub-Total.....	R\$	4.489.274,40
Total Geral.....	R\$	16.929.351,68

23 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 - Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.122.0037.2130 - Manut. Ativ. Fundação		
Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas	R\$	918.438,44
Modalidade 3.1.91 (2) Aplicações Diretas	R\$	125.455,72
Modalidade 3.2.90 (3) Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Modalidade 3.2.91 (4) Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Modalidade 3.3.90 (5) Aplicações Diretas	R\$	128.365,09
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 (6) Aplicações Diretas	R\$	24.605,57
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 3.3.90 (8) Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Modalidade 3.3.90 (52) Aplicações Diretas	R\$	56,59
Fonte de Recursos 0300.00000		
Modalidade 3.3.90 (53) Aplicações Diretas	R\$	6.201,19
Fonte de Recursos 0606.00000		
Modalidade 3.3.91 (9) Aplicações Diretas	R\$	4.621,14
Modalidade 4.4.90 (10) Aplicações Diretas	R\$	3.400,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 4.4.90 (11) Aplicações Diretas	R\$	1.900,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 4.4.90 (12) Aplicações Diretas	R\$	100.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 4.4.90 (13) Aplicações Diretas	R\$	25.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Fonte de Recursos 0264.00000		
Modalidade 4.4.90 (54) Aplicações Diretas	R\$	3.097,35
Fonte de Recursos 0300.00000		
Modalidade 4.4.90 (55) Aplicações Diretas	R\$	119,00
Fonte de Recursos 0606.00000		
Modalidade 4.4.90 (56) Aplicações Diretas	R\$	3,70
Fonte de Recursos 0689.00000		
Modalidade 4.6.91 (14) Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Projeto 23.01.13.392.0084.1064 - Constr/Ref/Rest.de Espaços Culturais		
Modalidade 3.3.90 (15) Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 (16) Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 (17) Aplicações Diretas	R\$	276.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 3.3.90 (18) Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Modalidade 4.4.90 (19) Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 4.4.90 (20) Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 4.4.90 (21) Aplicações Diretas	R\$	1.200.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 4.4.90 (22) Aplicações Diretas	R\$	448.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Atividade 23.01.13.392.0084.2131 - Banda Municipal		
Modalidade 3.3.50 (23) Transf.Inst.Priv.s/fins Lucr.	R\$	145.257,50
Fonte de Recursos 0100.00000		
Atividade 23.01.13.392.0084.2235 - Promoção de Eventos Culturais		
Modalidade 3.3.90 (24) Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 (25) Aplicações Diretas	R\$	6.361,67
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas	R\$	300.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 3.3.90 (27) Aplicações Diretas	R\$	399.899,58
Fonte de Recursos 0264.00000		
Modalidade 3.3.90 (57) Aplicações Diretas	R\$	53,92
Fonte de Recursos 0606.00000		
Modalidade 4.4.90 (28) Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 4.4.90 (29) Aplicações Diretas	R\$	300.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 4.4.90 (30) Aplicações Diretas	R\$	150.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Atividade 23.01.13.392.0084.2306 - Preser. Difusão Acervo e Patr.Cultural		
Modalidade 3.3.90 (31) Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 (32) Aplicações Diretas	R\$	11.926,34
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 (33) Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 3.3.90 (34) Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Modalidade 4.4.90 (35) Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 4.4.90 (36) Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade 4.4.90 (37) Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Atividade 23.01.13.392.0084.2398 - Centro Braille		
Modalidade 3.3.90 (38) Aplicações Diretas	R\$	3.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Atividade 23.01.13.392.0084.2399 - Promoção e Difusão da Literatura e do Acervo		
Modalidade 3.3.90 (39) Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 (40) Aplicações Diretas	R\$	9.344,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 (41) Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 3.3.90 (42) Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Modalidade 4.4.90 (43) Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 4.4.90 (44) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 4.4.90 (45) Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 4.4.90 (46) Aplicações Diretas	R\$	25.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Sub-Total.....	R\$	5.750.106,80

2303 - Fundo Municipal de Apoio a Cultura

Atividade 23.03.13.392.0084.2129 - Fundo Municipal de Apoio a Cultura		
Modalidade 3.3.50 (47) Transf.Inst.Priv.s/fins Lucr.	R\$	50.000,00
Modalidade 3.3.90 (48) Aplicações Diretas	R\$	495.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 (49) Aplicações Diretas	R\$	44.468,25
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 (59) Aplicações Diretas	R\$	21.117,00
Fonte de Recursos 0300.00000		
Modalidade 3.3.90 (60) Aplicações Diretas	R\$	25.157,23
Fonte de Recursos 0606.00000		
Modalidade 4.4.90 (50) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 4.4.90 (51) Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000		
Sub-Total.....	R\$	655.742,48

Total Geral.....R\$ 6.405.849,28

24 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2401 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade 24.01.27.122.0038.2133 - Manutenção Atividade da F.M.D		
Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas	R\$	380.153,20
Modalidade 3.1.91 (2) Aplicações Diretas	R\$	7.847,43
Modalidade 3.3.90 (3) Aplicações Diretas	R\$	77.912,50
Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas	R\$	270,96
Fonte de Recursos 0606.00000		
Modalidade 3.3.91 (4) Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
Modalidade 4.4.90 (5) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 4.4.90 (25) Aplicações Diretas	R\$	1.395,62
Fonte de Recursos 0689.00000		
Atividade 24.01.27.811.0009.2135 - Participação e Realização de Eventos		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Esportivos

Modalidade	3.3.90 (6) Aplicações Diretas	R\$	663.257,42
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.3.90 (7) Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000		
Modalidade	3.3.90 (8) Aplicações Diretas	R\$	491.561,73
Fonte de Recursos	0264.00000		
Modalidade	4.4.90 (9) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	4.4.90 (10) Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000		
Modalidade	4.4.90 (11) Aplicações Diretas	R\$	500.000,00
Fonte de Recursos	0264.00000		
Atividade	24.01.27.811.0058.2348 - Apoio Financeiro á Atletas/Bolsa - Desportista		
Modalidade	3.3.90 (12) Aplicações Diretas	R\$	1.597.088,48
Fonte de Recursos	0100.00000		
Projeto	24.01.27.813.0057.1045 - Constr/Ampl./Ref.Espaço Esportivo e Parques/Áreas de Lazer		
Modalidade	3.3.90 (13) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Modalidade	4.4.90 (14) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	4.4.90 (15) Aplicações Diretas	R\$	1.000.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000		
Modalidade	4.4.90 (16) Aplicações Diretas	R\$	1.000.000,00
Fonte de Recursos	0264.00000		
Atividade	24.01.27.813.0057.2134 - Manut. Espaço Esport. Parques de Lazer		
Modalidade	3.3.90 (17) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Modalidade	3.3.91 (18) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Modalidade	4.4.90 (19) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Atividade	24.01.27.813.0057.2381 - Realização de Ações e Eventos de Qualidade de Vida		
Modalidade	3.3.90 (20) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Modalidade	4.4.90 (21) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Atividade	24.01.28.846.0000.2323 - Exec. Sentenças Judiciais/Precatórios		
Modalidade	3.1.90 (22) Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Modalidade	3.3.90 (23) Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Total Geral		R\$	6.871.487,34

25 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

2501 - Fundação Municipal do Meio Ambiente

Atividade	25.01.18.122.0039.2137 - Manutenção Atividades da Faema		
Modalidade	3.1.90 (1) Aplicações Diretas	R\$	1.159.694,33
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.1.90 (25) Aplicações Diretas	R\$	13.206,02
Fonte de Recursos	0206.00000		
Modalidade	3.1.91 (2) Aplicações Diretas	R\$	36.088,57
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.1.91 (3) Aplicações Diretas	R\$	158.578,29
Modalidade	3.2.90 (4) Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000		
Modalidade	3.3.90 (5) Aplicações Diretas	R\$	7.343,38
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.3.90 (6) Aplicações Diretas	R\$	694.878,16
Fonte de Recursos	0206.00000		



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade	3.3.90 (7) Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000		
Modalidade	3.3.91 (8) Aplicações Diretas	R\$	6.791,67
Modalidade	4.4.90 (9) Aplicações Diretas	R\$	34.161,00
Fonte de Recursos	0206.00000		
Modalidade	4.4.90 (10) Aplicações Diretas	R\$	221.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000		
Modalidade	4.6.90 (11) Aplicações Diretas	R\$	1.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000		
Atividade	25.01.18.541.0003.2136 - Manut.Unid.Conserv. e Áreas Protegidas		
Modalidade	3.3.90 (12) Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
Modalidade	4.4.90 (13) Aplicações Diretas	R\$	80.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000		
Atividade	25.01.18.541.0003.2264 - Manut./Ampl. das Ações de Educação Ambiental		
Modalidade	3.3.90 (14) Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Modalidade	3.3.90 (15) Aplicações Diretas	R\$	196.014,09
Fonte de Recursos	0280.00000		
Modalidade	4.4.90 (16) Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000		
Modalidade	4.4.90 (17) Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
Fonte de Recursos	0280.00000		
Sub-Total		R\$	3.174.543,16

2502 - Fundo Munic. Meio Ambiente e Recon. Bens Lesados

Projeto	25.02.18.541.0003.1046 - Revit./Ampl/Ref.do Museu Fritz Muller		
Modalidade	3.3.90 (18) Aplicações Diretas	R\$	85.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000		
Modalidade	3.3.90 (26) Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Fonte de Recursos	0606.00000		
Modalidade	4.4.90 (19) Aplicações Diretas	R\$	59.787,65
Fonte de Recursos	0206.00000		
Atividade	25.02.18.541.0003.2221 - Manut.Ativ.Fundo Meio Amb.Rec.Bens Les		
Modalidade	3.3.90 (20) Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.3.90 (21) Aplicações Diretas	R\$	6.378,96
Fonte de Recursos	0206.00000		
Modalidade	3.3.90 (28) Aplicações Diretas	R\$	84.000,00
Fonte de Recursos	0606.00000		
Modalidade	4.4.90 (22) Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000		
Modalidade	4.4.90 (23) Aplicações Diretas	R\$	31.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000		
Modalidade	4.4.90 (24) Aplicações Diretas	R\$	31.000,00
Fonte de Recursos	0264.00000		
Modalidade	4.4.90 (27) Aplicações Diretas	R\$	22.000,00
Fonte de Recursos	0606.00000		
Sub-Total		R\$	204.378,96

Total Geral.....**R\$ 3.378.922,12**

27 - FUNDAÇÃO DO BEM-ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

2701 - Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Atividade	27.01.08.122.0044.2142 - Manut. Ativ. Fundação Pró-Família		
Modalidade	3.1.90 (1) Aplicações Diretas	R\$	1.303.026,21
Modalidade	3.1.91 (2) Aplicações Diretas	R\$	8.000,00
Modalidade	3.3.90 (3) Aplicações Diretas	R\$	38.705,22



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas	R\$	88.848,37
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 (25) Aplicações Diretas	R\$	4.891,25
Fonte de Recursos 0300.00000		
Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas	R\$	7.279,51
Fonte de Recursos 0606.00000		
Modalidade 3.3.91 (5) Aplicações Diretas	R\$	12.748,31
Modalidade 4.4.90 (6) Aplicações Diretas	R\$	12.923,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Atividade 27.01.08.243.0085.2145 - Promoção da Criança e do Adolescente		
Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas	R\$	63.927,12
Modalidade 3.3.91 (8) Aplicações Diretas	R\$	5.438,66
Modalidade 4.4.90 (9) Aplicações Diretas	R\$	4.622,00
Fonte de Recursos 0100.000		
Modalidade 4.4.90 (10) Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 4.4.90 (11) Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Atividade 27.01.08.243.0085.2251 - Formação do Adolescente Aprendiz		
Modalidade 3.3.90 (12) Aplicações Diretas	R\$	1.228,85
Modalidade 4.4.90 (13) Aplicações Diretas	R\$	2.076,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Atividade 27.01.08.244.0085.2143 - Promoção do Idoso e Grupos Organizados		
Modalidade 3.3.50 (14) Transf. Inst. Priv. S/F Lucr.	R\$	1.000,00
Modalidade 3.3.90 (15) Aplicações Diretas	R\$	182.936,68
Modalidade 4.4.90 (16) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Atividade 27.01.08.244.0085.2146 - Proj.Espec. p/Exec.Ações Pró-Família		
Modalidade 3.3.90 (17) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 (18) Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 3.3.90 (19) Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Modalidade 3.3.90 (20) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos 0280.00000		
Modalidade 4.4.90 (21) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 4.4.90 (22) Aplicações Diretas	R\$	950.000,00
Fonte de Recursos 0234.00000		
Modalidade 4.4.90 (23) Aplicações Diretas	R\$	950.000,00
Fonte de Recursos 0264.00000		
Modalidade 4.4.90 (24) Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
Fonte de Recursos 0280.00000		
Total Geral.....	R\$	3.782.651,18

33 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES DE
BLUMENAU - SETERB

3301 - Gabinete do Diretor -Presidente

Atividade 33.01.04.122.0043.2212 - Manut. Ativ. da Presidência		
Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas	R\$	595.305,45
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.1.90 (2) Aplicações Diretas	R\$	68,62
Fonte de Recursos 0206.00000		
Modalidade 3.3.90 (3) Aplicações Diretas	R\$	23.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000		
Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas	R\$	15.207,76



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Modalidade 4.4.90 (5) Aplicações Diretas R\$ 9.510,00
 Fonte de Recursos 0206.00000

Sub-Total.....R\$ 643.091,83

3302 - Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 33.02.04.122.0043.2213 - Manut. Ativ. Adm. e Financ.do Seterb

Modalidade 3.1.90 (6) Aplicações Diretas R\$ 2.229.399,52

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.1.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 9.396,32

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 3.1.91 (8) Aplicações Diretas R\$ 202.789,87

Fonte de Recursos 0100.0000

Modalidade 3.3.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 58.907,58

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (10) Aplicações Diretas R\$ 638.305,68

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 3.3.90 (53) Aplicações Diretas R\$ 2.334,48

Fonte de Recursos 0606.00000

Modalidade 3.3.91 (11) Aplicações Diretas R\$ 106.547,41

Modalidade 4.4.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 62.623,35

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 4.4.90 (55) Aplicações Diretas R\$ 75.277,48

Fonte de Recursos 0689.00000

Atividade 33.02.28.846.0000.2215 - Exec.Sent.Judiciais/Precatórios Seterb

Modalidade 3.1.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 4.319,78

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 789.449,80

Fonte de Recursos 0206.00000

Sub-Total.....R\$ 4.179.351,27

3303 - Diretoria de Transito

Atividade 33.03.06.125.0079.2217 - Manut. Ativ. De Trânsito

Modalidade 3.1.90 (15) Aplicações Diretas R\$ 1.546.681,64

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.1.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 246.602,70

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 3.1.91 (17) Aplicações Diretas R\$ 259.128,80

Fonte de recursos 0206.00000

Modalidade 3.3.20 (18) Aplicações Diretas R\$ 598.708,89

Fonte de Recursos 0212.00000

Modalidade 3.3.90 (19) Aplicações Diretas R\$ 221.705,20

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 3.3.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 477.921,48

Fonte de Recursos 0206.00000

Modalidade 3.3.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 5.704.485,31

Fonte de Recursos 0212.00000

Modalidade 3.3.90 (22) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0234.00000

Modalidade 3.3.90 (60) Aplicações Diretas R\$ 1.436.614,53

Fonte de Recursos 0612.00000

Modalidade 4.4.90 (24) Aplicações Diretas R\$ 3.686.089,00

Fonte de Recursos 0212.00000

Modalidade 4.4.90 (25) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0234.00000

Modalidade 4.4.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Fonte de Recursos 0289.00000

Modalidade 4.4.90 (59) Aplicações Diretas R\$ 919.575,00

Fonte de Recursos 0612.00000



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

BLUMENAU

Atividade	33.03.06.125.0079.2218 - Manut.Ativ.Escola Pública de Trânsito		
Modalidade	3.3.90 (27) Aplicações Diretas	R\$	636.330,46
Modalidade	4.4.90 (28) Aplicações Diretas	R\$	93.339,00
Fonte de Recursos	0212.00000		
Modalidade	4.4.90 (61) Aplicações Diretas	R\$	7.500,00
Fonte de Recursos	0612.00000		
Atividade	33.03.06.125.0079.2219 - Manut.de Convênios de Transito - PMSC		
Modalidade	3.3.90 (29) Aplicações Diretas	R\$	528.141,19
Fonte de Recursos	0210.00000		
Atividade	33.03.06.125.0079.2220 - Manut. Do Convênio de Transito - SSPSC		
Modalidade	3.3.90 (30) Aplicações Diretas	R\$	288.862,85
Fonte de Recursos	0211.00000		
Modalidade	3.3.90 (56) Aplicações Diretas	R\$	569.702,02
Fonte de Recursos	0611.00000		
Modalidade	4.4.90 (31) Aplicações Diretas	R\$	35.077,10
Fonte de Recursos	0211.00000		
Modalidade	4.4.90 (57) Aplicações Diretas	R\$	405.415,12
Fonte de Recursos	0611.00000		
Atividade	33.03.06.125.0079.2392 - Manut. Ativ. Do Sist. De Estacion.		
Regulamentado	- Área Azul		
Modalidade	3.3.90 (32) Aplicações Diretas	R\$	499.866,85
Modalidade	4.4.90 (33) Aplicações Diretas	R\$	50.000,00
Fonte de Recursos	0212.00000		
Sub-Total		R\$	18.245.747,14

3304 - Diretoria de Transportes

Projeto	33.04.26.781.0079.1066 - Revitalização do Aeroporto Quero-Quero		
Modalidade	3.3.90 (34) Aplicações Diretas	R\$	15.000,00
Modalidade	4.4.90 (35) Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000		
Projeto	33.04.26.782.0079.1059 - Revitalização de Terminais Urbanos e Rodoviários		
Modalidade	3.3.90 (36) Aplicações Diretas	R\$	26.500,00
Modalidade	4.4.90 (37) Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
Fonte de Recursos	0206.00000		
Modalidade	4.4.90 (38) Aplicações Diretas	R\$	2.070.000,00
Fonte de Recursos	0234.00000		
Atividade	33.04.26.782.0079.2216 - Manut. Ativ. de Transportes		
Modalidade	3.1.90 (40) Aplicações Diretas	R\$	2.391.298,78
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.1.90 (41) Aplicações Diretas	R\$	163.172,55
Fonte de Recursos	0206.00000		
Modalidade	3.1.90 (52) Aplicações Diretas	R\$	422,07
Fonte de Recursos	0606.00000		
Modalidade	3.1.91 (42) Aplicações Diretas	R\$	240.916,04
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.3.90 (44) Aplicações Diretas	R\$	47.600,00
Fonte de Recursos	0100.00000		
Modalidade	3.3.90 (45) Aplicações Diretas	R\$	400.159,32
Modalidade	3.3.91 (46) Aplicações Diretas	R\$	2.135,61
Modalidade	4.4.71 (47) Aplicações Diretas	R\$	4.000,00
Modalidade	4.4.90 (48) Aplicações Diretas	R\$	207.615,10
Fonte de Recursos	0206.00000		
Modalidade	4.4.90 (58) Aplicações Diretas	R\$	147.853,43
Fonte de Recursos	0380.00000		
Sub-Total		R\$	5.746.672,90

Total Geral.....R\$ 28.814.863,14



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.762/2019

Publicação Nº 2139117

LEI nº 8.762, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 12.285.000,00(doze milhões e duzentos e oitenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente

Atividade 02.01.04.122.0017.2005 – Aporte de Capital P/ Empresa de Economia Mista

Modalidade 4.5.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 6.815.388,07

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

0802 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.02.04.131.0023.2031 – Man.Ativ.Divulg.Ações do Governo

Modalidade 3.3.90 (131) Aplicações Diretas R\$ 469.611,93

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0048.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90 (169) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.361.0048.2036 – Transporte Escolar – Ens.Fundamental

Modalidade 3.3.90 (830) Aplicações Diretas R\$ 1.400.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2413 – Manut. Ativ. Educação Infantil - Creche

Modalidade 3.3.90 (229) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2414 – Man. Ativ. Educ. Infantil – Pré-Escola

Modalidade 3.3.90 (239) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.28.846.0000.2012 – Exec. Sent. Judiciais/Precatórios

Modalidade 3.3.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.06.182.0090.1101 – Exec. Obras P/Prevenção Minimização Desastres Alertablu

Modalidade 4.4.90 (345) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.06.182.0090.1120 – Prev.Errad.Riscos Amb. e Sociais

Modalidade 4.4.90 (348) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1008 – Exec. Pav. Dren. Ruas Badesc

Modalidade 4.4.90 (354) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1009 – Via Expressa – Acesso BR-470

Modalidade 4.4.90 (356) Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1013 – Constr. Rotulas Trevos, Ilhas e Ciclovias

Modalidade 4.4.90 (367) Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1017 – Constr./Instal/Retif. Galerias

Modalidade 4.4.90 (376) Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1018 – Construção Reforma de Pontes

Modalidade 4.4.90 (379) Aplicações Diretas R\$ 315.812,20

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1071 – Prol. Rua Humberto de Campos – Progr. Mobil. Sust. Bnau

Modalidade 4.4.90 (383) Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1074 – Impl. Corred. Exclusivos Ônibus

Modalidade 4.4.90 (385) Aplicações Diretas R\$ 132.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1103 – Const. Terminais Integ. Norte e Oeste Prog. Mobil. Sust. Bnau

Modalidade 4.4.90 (388) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1105 – Ter/Dren/Pav/Lig. Chile C/ Rep. Arg. Prog. Mobil. Sust. Bnau

Modalidade 4.4.90 (393) Aplicações Diretas R\$ 225.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1138 – Elab/Proj/Exec/ Obras Pav.Sup.Qual. R. Arnaldo Hemmer – Pac Pav

Modalidade 4.4.90 (400) Aplicações Diretas R\$ 945.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1142 – Elab/Proj/Super/Fisc/Asses.Tec.Obras Infra Estrut.

Modalidade 4.4.90 (403) Aplicações Diretas R\$ 490.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1143 – Prog. Mobil. Sustentável de Blumenau

Modalidade 4.4.90 (407) Aplicações Diretas R\$ 245.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1147 – Exec. Ver. Rec. Vias Públicas

Modalidade 4.4.90 (409) Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1155 – Implementação e Recup.Acessos Viários do Município

Modalidade 4.4.90 (417) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1156 – Limpeza,Des. Prot. Margens e Ribeirões

Modalidade 4.4.90 (420) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1157 – Ligação Viária Ponte R. Alwin Sharader/ Itajai C/Paraguay/Port

Modalidade 4.4.90 (422) Aplicações Diretas R\$ 380.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1161 – Superv/Proj/Melh/Ampl.Corredor Est.Nrte Progr.Mob.Sust.Bnau

Modalidade 4.4.90 (425) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1162 – Sup/Proj/Impl./pav. Corrdor Estr. Oeste Prog. Mobil. Sust. Bnau

Modalidade 4.4.90 (427) Aplicações Diretas R\$ 94.309,82

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1183 – Dupl. Rua Humberto de Campos Trecho 4

Modalidade 4.4.90 (432) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1184 – Readequação R. General Osório (Entre R. Bahia e Tóquio)
Modalidade 4.4.90 (434) Aplicações Diretas R\$ 120.877,98
Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1185 – Implant. Pav. Corredor Estrt. Norte – Trecho 2A
Modalidade 4.4.90 (436) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1186 – Implant. Pav. Corredor Estrt. Norte – Trecho 2B
Modalidade 4.4.90 (438) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1187 – Progr. Avançar Cidades
Modalidade 4.4.90 (440) Aplicações Diretas R\$ 52.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1189 – Progr. Mobil. Urbana - Fonplata
Modalidade 4.4.90 (442) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.453.0052.1166 – Imp.Corredor Estr. Transp. Publ. (Fonte-Garcia) Pac mob. Med. Cidades
Modalidade 4.4.90 (452) Aplicações Diretas R\$ 750.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.813.0052.1167 – Imp.Amp.Parques e Áreas de Lazer
Modalidade 4.4.90 (456) Aplicações Diretas R\$ 450.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1104 – Diretoria de Obras
Projeto 11.04.15.451.0052.1022 – Exec. Obras Pav. Dren. Sist. Mutirão
Modalidade 4.4.90 (465) Aplicações Diretas R\$ 970.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de agosto de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.294/2019

Publicação Nº 2139121

DECRETO Nº 12.294, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 5º, DO DECRETO Nº 12.227, DE 04 DE JUNHO DE 2019, QUE “DISPÕE SOBRE AS ÁREAS COM RESTRIÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, V, combinado com o artigo 75, I, alíneas “a” e “f”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

DECRETA:

Art. 1º O parágrafo único do art. 5º do Decreto nº 12.227, de 04 de junho de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º [...]

Parágrafo único. Os processos administrativos relacionados a obras de terraplanagem serão analisados sob a ótica de perigo ou risco, considerando, exclusivamente, os condicionantes do meio físico local e sua relação com a validação das classes de APR’s.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de agosto de 2019.
MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.301/2019

Publicação Nº 2139122

DECRETO Nº 12.301, DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA DISPOSITIVO NO DECRETO Nº 12.142, DE 21 DE MARÇO DE 2019, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO imóveis DESTINADOS Ao binário da rua chile e ao melhoramento da rua república argentina.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, usando das atribuições que lhe confere o artigo 59, inciso XIII da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto n. 12.142, de 21 de março de 2019, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º [...]

[...]

V - O terreno pertencente a LUIZ ROBERTO NUNES DE ATHAYDE E OUTROS, localizado na Rua República Argentina, contendo 588,50m², fazendo frente em 34,00m com o lado esquerdo da referida rua, fundos em 8,82m, estremando com terras de Luiz Roberto Nunes de Athayde e Outros; e pelo lado direito com 37,17m estremando com a Rua Canadá; e pelo lado esquerdo em 27,03m estremando com Luiz Roberto Nunes de Athayde e Outros (Mat. 21.940); edificada com duas benfeitorias, sendo uma casa de alvenaria de 118,25m² com um porão de 83,43m² e uma garagem de 30,81m²; transcrito no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº 55.665 fls. 197 Livro 3-AP e inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob 4.2.14.0007.0443.000;

[...]

XIII – o terreno pertencente a LUIZ ROBERTO NUNES DE ATHAYDE E OUTROS, localizado na Rua República Argentina, contendo 347,85m², fazendo frente em 19,00m com o lado esquerdo da referida rua, fundos em uma linha, de 19,80m, estremando com terras de Oswaldo Augusto de Athayde; Pelo lado direito em 10,60m estremando com terras de Luiz Roberto Nunes de Athayde e Outros (Transcrição nº 55.665 fls 197 Livro 3-AP) e pelo lado esquerdo em 27,35m com terras de Alexandre Pinheiro Barbieri (mat. 23.554), sem benfeitorias; matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº 21.940 e inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob 4.2.14.0007.0721.000;

[...]

XV - O terreno pertencente a LUIZ ROBERTO NUNES DE ATHAYDE E OUTROS, localizado na Rua Canadá, contendo 419,40m², fazendo frente em 18,00m com o lado par da referida rua, fundos em uma linha de 19,80m, estremando com terras de Oswaldo Augusto de Athayde (Mat. 21.940); estremando lado direito em duas linhas, sendo de frente para os fundos em 11,30m com terras de Tânia Rosane Maba, e a segunda linha em 8,30m com terras pertencentes à Rede Ferroviária Federal S/A, pelo lado esquerdo em 27,80m em linha curva estremando com Neusa Estela Nunes de Athayde e Luiz Roberto Nunes de Athayde; matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau sob nº 21.941 e inscrito no cadastro técnico imobiliário municipal sob 4.2.14.0007.0442.000.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 12.313/2019

Publicação Nº 2139125

DECRETO Nº 12.313, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei nº 8.762, de 28 de agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, no valor de R\$ 12.285.000,00 (doze milhões e duzentos e oitenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente

Atividade 02.01.04.122.0017.2005 – Aporte de Capital P/ Empresa de Economia Mista

Modalidade 4.5.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 6.815.388,07

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SEC. MUN.DE COMUM.SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

0802 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.02.04.131.0023.2031 – Man.Ativ.Divulg.Ações do Governo

Modalidade 3.3.90 (131) Aplicações Diretas R\$ 469.611,93

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0048.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90 (169) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000
Atividade 09.03.12.361.0048.2036 – Transporte Escolar – Ens.Fundamental
Modalidade 3.3.90 (830) Aplicações Diretas R\$ 1.400.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000
Atividade 09.03.12.365.0049.2413 – Manut. Ativ. Educação Infantil - Creche
Modalidade 3.3.90 (229) Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000
Atividade 09.03.12.365.0049.2414 – Man. Ativ. Educ. Infantil – Pré-Escola
Modalidade 3.3.90 (239) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.28.846.0000.2012 – Exec. Sent. Judiciais/Precatórios

Modalidade 3.3.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.06.182.0090.1101 – Exec. Obras P/Prevenção Minimização Desastres Alertablu

Modalidade 4.4.90 (345) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.06.182.0090.1120 – Prev.Errad.Riscos Amb. e Sociais

Modalidade 4.4.90 (348) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1008 – Exec. Pav. Dren. Ruas Badesc

Modalidade 4.4.90 (354) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1009 – Via Expressa – Acesso BR-470

Modalidade 4.4.90 (356) Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1013 – Constr. Rotulas Trevos, Ilhas e Ciclovias

Modalidade 4.4.90 (367) Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1017 – Constr./Instal/Retif. Galerias

Modalidade 4.4.90 (376) Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1018 – Construção Reforma de Pontes

Modalidade 4.4.90 (379) Aplicações Diretas R\$ 315.812,20

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1071 – Prol. Rua Humberto de Campos – Progr. Mobil. Sust. Bnau

Modalidade 4.4.90 (383) Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1074 – Impl. Corred. Exclusivos Ônibus

Modalidade 4.4.90 (385) Aplicações Diretas R\$ 132.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1103 – Const. Terminais Integ. Norte e Oeste Prog. Mobil. Sust. Bnau

Modalidade 4.4.90 (388) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1105 – Ter/Dren/Pav/Lig. Chile C/ Rep. Arg. Prog. Mobil. Sust. Bnau

Modalidade 4.4.90 (393) Aplicações Diretas R\$ 225.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1138 – Elab/Proj/Exec/ Obras Pav.Sup.Qual. R. Arnoldo Hemmer – Pac Pav

Modalidade 4.4.90 (400) Aplicações Diretas R\$ 945.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1142 – Elab/Proj/Super/Fisc/Asses.Tec.Obras Infra Estrut.

Modalidade 4.4.90 (403) Aplicações Diretas R\$ 490.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1143 – Prog. Mobil. Sustentável de Blumenau

Modalidade 4.4.90 (407) Aplicações Diretas R\$ 245.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1147 – Exec. Ver. Rec. Vias Públicas

Modalidade 4.4.90 (409) Aplicações Diretas R\$ 280.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0052.1155 – Implementação e Recup.Acessos Viários do Município

Modalidade 4.4.90 (417) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1156 – Limpeza, Des. Prot. Margens e Ribeirões
Modalidade 4.4.90 (420) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1157 – Ligação Viária Ponte R. Alwin Sharader/ Itajai C/Paraguay/Port
Modalidade 4.4.90 (422) Aplicações Diretas R\$ 380.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1161 – Superv/Proj/Melh/Ampl.Corredor Estr.Nrte Progr.Mob.Sust.Bnau
Modalidade 4.4.90 (425) Aplicações Diretas R\$ 650.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1162 – Sup/Proj/Impl./pav. Corrdor Estr. Oeste Prog. Mob. Sust. Bnau
Modalidade 4.4.90 (427) Aplicações Diretas R\$ 94.309,82
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1183 – Dupl. Rua Humberto de Campos Trecho 4
Modalidade 4.4.90 (432) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1184 – Readequação R. General Osório (Entre R. Bahia e Tóquio)
Modalidade 4.4.90 (434) Aplicações Diretas R\$ 120.877,98
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1185 – Implant. Pav. Corredor Estrt. Norte – Trecho 2A
Modalidade 4.4.90 (436) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1186 – Implant. Pav. Corredor Estrt. Norte – Trecho 2B
Modalidade 4.4.90 (438) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1187 – Progr. Avançar Cidades
Modalidade 4.4.90 (440) Aplicações Diretas R\$ 52.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0052.1189 – Progr. Mobil. Urbana - Fonplata
Modalidade 4.4.90 (442) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.453.0052.1166 – Imp.Corredor Estr. Transp. Publ. (Fonte-Garcia) Pac mob. Med. Cidades
Modalidade 4.4.90 (452) Aplicações Diretas R\$ 750.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.813.0052.1167 – Imp.Amp.Parques e Áreas de Lazer
Modalidade 4.4.90 (456) Aplicações Diretas R\$ 450.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1104 – Diretoria de Obras
Projeto 11.04.15.451.0052.1022 – Exec. Obras Pav. Dren. Sist. Mutirão
Modalidade 4.4.90 (465) Aplicações Diretas R\$ 970.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de agosto de 2019.
MARIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.250/2019

Publicação Nº 2139137

PORTARIA Nº 23.250, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

INSTITUI O COMITÊ DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, DESIGNA SEUS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “d” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê de Implementação do Programa Municipal de Incentivo às Organizações Sociais, no Município de Blumenau.

Art. 2º O Comitê terá por atribuição auxiliar e facilitar na concepção, formatação e implementação de parcerias com organizações sociais e celebração de contratos de gestão para a execução de serviços públicos.

Art. 3º Ficam designados os seguintes membros para comporem o Comitê:

ÉDER ANTÔNIO BORON, Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FAEMA, que funcionará como Coordenador;

ROBSON BELLI CAVALLI, Diretor de Licitações, Contratos e Convênios, representante da Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios da Procuradoria-Geral do Município - PGM;

PAULA PADILHA PENTEADO KLEIN, Procuradora do Município, representante da Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa da Procuradoria-Geral do Município - PGM;

MAURO TESSARI, Diretor Administrativo-Financeiro, representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMED;

ALBERTO ROBERGE CAUSS, Diretor Jurídico, representante do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE;

SUZANA MARA PASSOLD, Diretora Financeira, representante da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

Art. 4º O Comitê funcionará por prazo indeterminado.

Art. 5º O exercício de atribuições no Comitê não será remunerado e as atividades serão consideradas de relevante interesse público.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.253/2019

Publicação Nº 2139149

PORTARIA Nº 23.253, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

EXONERA KACYUMARA LORENZETTE DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE BENEFÍCIOS E TRANSFERÊNCIA DE RENDA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, a pedido, no dia 21 de agosto de 2019, KACYUMARA LORENZETTE, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Benefícios e Transferência de Renda, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, nomeada pela Portaria nº 23.104, de 04 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 22 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.278/2019

Publicação Nº 2139150

PORTARIA Nº 23.278, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de conformidade com o art. 46, II, da LC nº 660, de 28/11/2007, resolve:

EXONERAR, no dia 31 de agosto de 2019, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento em comissão:

CRISTIANE MARTA LOUREIRO, do cargo de provimento em comissão de Presidente da Fundação do Bem-Estar da Família Blumenauense - PRÓ-FAMÍLIA, nomeada pela Portaria nº 20.434, de 13/02/2017;

MARCELO SCHRUBBE, do cargo de provimento em comissão de Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, nomeado pela Portaria nº 22.326, de 05/11/2018;

RODRIGO ROGÉRIO RAMOS, do cargo de provimento em comissão de Presidente da Fundação Cultural de Blumenau - FCB, nomeado pela Portaria nº 19.584, de 04/04/2016;

ÉDER ANTÔNIO BORON, do cargo de provimento em comissão de Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, nomeado pela Portaria nº 21.945, de 21/06/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.279/2019

Publicação Nº 2139151

PORTARIA Nº 23.279, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 31 de agosto de 2019, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento em comissão:

NEUSA PASTA FELIZETTI, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Bem-Estar Animal, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, nomeado pela Portaria nº 22.591, de 13 de fevereiro de 2019;

FÁBIO FELSKY, do cargo de provimento em comissão de Gerente do CEPREAD, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, nomeado pela Portaria nº 22.824, de 15 de abril de 2019;

LUIZ CARLOS MOREIRA DA MAIA, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Desenvolvimento Rural, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo - SEDEC, nomeado pela Portaria nº 22.642, de 25 de fevereiro de 2019;

ROSELI NILSA PAGEL, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Desenvolvimento Rural, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo - SEDEC, nomeada pela Portaria nº 20.496, de 02 de março de 2017;

CRISTINA STUEBER ODEBRECHT, do cargo de provimento em comissão de Gerente do Serviço de Inspeção Municipal, símbolo CC-3, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo - SEDEC, nomeada pela Portaria nº 20.496, de 02 de março de 2017;

RAFAEL KOGA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Central Semafórica, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, nomeado pela Portaria nº 23.223, de 13 de agosto de 2019;

LEANDRO NERI DE SOUZA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Sinalização, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, nomeado pela Portaria nº 20.547, de 08 de março de 2017;

FULVIO CAMPOS SANTOS, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Sinalização, símbolo CC-4, Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, nomeado pela Portaria nº 22.784, de 04 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.280/2019

Publicação Nº 2139153

PORTARIA Nº 23.280, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS - FMD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o parágrafo único do art. 7º, da Lei nº 3.679, de 20/12/1989, e o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, resolve:

EXONERAR, no dia 31 de agosto de 2019, os servidores públicos municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento em comissão na Fundação Municipal de Desportos - FMD:

EGÍDIO BECKHAUSER, do cargo de provimento em comissão de Diretor Executivo, símbolo CC-1, nomeado pela Portaria nº 20.435, de 13 de fevereiro de 2017;

AIRTON MANOEL MAÇANEIRO, do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo CC-2, nomeado pela Portaria nº 23.110, de 04 de julho de 2019;

RICARDO MATYSZIM, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Esportes de Base, símbolo CC-2, nomeado pela Portaria nº 22.842, de 18 de abril de 2019;

SERGIO LUIS VICENTE, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Esporte de Alto Rendimento, símbolo CC-2, nomeado pela Portaria nº 21.966, de 03 de julho de 2018;

RÔMULO MORITZ DOS SANTOS, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Planejamento e Captação de Recursos, símbolo CC-3, nomeado pela Portaria nº 21.642, de 16 de março de 2017;

MILTON CARVALHO FILHO, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Bolsa Atleta, símbolo CC-3, nomeado pela Portaria nº 20.509, de 02 de março de 2017;

SIMONE KNOTH, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Esporte de Alto Rendimento, símbolo CC-3, nomeada pela Portaria nº 20.592, de 16 de março de 2017;

SAMIR DE MATOS OLIVEIRA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Iniciação Esportiva símbolo CC-3, nomeado pela Portaria nº 23.134, de 15 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de agosto de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 220/2019

Publicação Nº 2139154

NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 220/2019– SEGEFI**MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA**

CONTRIBUINTE : BLUPACK AIR CARGO SERVICE LTDA
ENDEREÇO : Rua Antonio Treis, 409 fundos - Vorstadt - Blumenau/SC
Nº INSCR. MUNICIPAL: 59.482
CNPJ: 01.890.619/0001-81
Processo Fiscal : 2019/158
SÓCIOS : Silvio Flores

Notifica-se o sujeito passivo, com fundamento nos artigos 70, V e 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à ciência desta notificação recolher à Fazenda Municipal o valor referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a seguir discriminado, facultada a reclamação contra este lançamento nos termos do Art. 207 da mesma lei e Art. 49 do Decreto 8.664/2008:

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	245.981,91
Imposto a Recolher	12.299,10
Atualização Monetária	608,92
Juros de Mora	2.604,81
Multa p/ infração	6.454,01
Total Geral a Pagar	21.966,83

1) DOS FATOS :

- 1.1) Período notificado : 01/11/2016 à 30/11/2018.
- 1.2) Documentos examinados : Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas-NFS'e emitidas (Notablu).
- 1.3) Expediu-se a Intimação de nº 59/2019, ao contribuinte para apresentação dos comprovantes de pagamento do ISSQN concernente aos Serviços Prestados, conforme Notas Fiscais emitidas no Notablu.

Após diligência sem sucesso no endereço cadastral do contribuinte, sito a Rua Antonio Treis, 409 fundos, Bairro Vorstadt, em Blumenau/SC, a referida intimação foi enviada pelo correio para o endereço residencial, conforme consulta na Base CPF da Receita Federal, sito a Rua Dr. Osvaldo Neves Espindola, 191, Bairro Vorstadt em Blumenau/SC, que foi recebida pelo Sr. Nelson Marcos Flores em 18/06/2019.

Decorrido o prazo, não houve o cumprimento da intimação com a comprovação de recolhimento do ISSQN.

Foi expedida a notificação, que foi enviada para o endereço residencial, na Rua Dr. Osvaldo Neves Espindola, 191, bairro Vorstadt, em Blumenau/SC, a qual foi devolvida com a informação “mudou-se”, informada pela Sra. Devanil.

Como foi devolvida com a informação de “mudou-se”, foi enviada a notificação para o endereço residencial, conforme pesquisa no cadastro de pessoa física, sito a Rua Henrique Conrad, 1299, bairro Vila Itoupava em Blumenau/SC, que foi devolvida com a informação “desconhecido”, informado pelo Sra. Alzira Flores.

Não obtendo êxito em localizar o contribuinte, emitiu-se a Notificação dos referidos valores de ISSQN, enviando a Notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município de Blumenau, conforme Art. 153, III, LC 632/2007. (DIANTE DO EXPOSTO, EMITIDA A NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 220/2019-PERÍODO : 11/2016 à 11/2018).

2) **DA INCIDÊNCIA DO ISSQN**

- 2.1) Presta serviços de coleta e entrega de documentos, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.

3) **DA INFRAÇÃO**

- 3.1) O sujeito passivo deixou de cumprir a obrigação de recolher o ISSQN apurado nas NFS-e indicadas, infringindo a legislação tributária municipal (Art. 295, §1º da LC 632/2007).

Não recolheu guias de ISS referente meses de : 11/2016 à 11/2018.

4) **DA COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO**

- 4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se dos valores das NFS-e, emitidas pelo próprio sujeito passivo e ISSQN devido pelo prestador sem comprovação de recolhimento, NFSe nºs 165 à 299.
- 4.2) O detalhamento mensal e anual da base de cálculo, apresentado nos anexos Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo, que integram a presente notificação.

5) **DO CÁLCULO DO VALOR A PAGAR**

- 5.1) Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 5% conforme Art. 276 LC 632/2007.
- 5.2) Sobre o valor histórico do imposto incidiram, com fundamento no art. 82 da LC 632/2007: juros de mora de 1% ao mês e atualização monetária pelo INPC, com índices fixado nos Decretos nºs 10.820/2015, Decreto nº 11.146/2016, Decreto nº 11.580/2017, Decreto nº 12.030/2018.
- 5.3) Sobre o valor atualizado do imposto, foi aplicada multa de 50% (cinquenta por cento), cfe. Art. 305 da LC 632/2007.

6) **Observações:**

- 6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poder ser quitada ou parcelada nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.
- 6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terão início os procedimentos de cobrança.
- 6.3) Esta Notificação Fiscal não implica em homologação, podendo o sujeito passivo sofrer fiscalização relativo ao período a que se referem os documentos inclusos nesta Notificação Fiscal.

ANGÉLICA MARIA BACHMANN
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA
Matrícula 21573-2

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO
 MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO
 ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 220/2019

Exercício 2016	Receita Bruta	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros Mora	Valor Total Apurado
Meses							
Novembro	15.521,00	776,05	776,05	879,85	103,80	290,35	1.170,19
Dezembro	14.963,68	748,18	748,18	789,87	41,68	252,76	1.042,62
TOTAL	30.484,68	1.524,23	1.524,23	1.669,71	145,48	543,11	2.212,12

ANGÉLICA MARIA BACHMANN
 AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA
 Matrícula 21573-2

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO
 MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO
 ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº:220/2019

Exercício 2017	Receita Bruta	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros Mora	Valor Total Apurado
Meses							
Janeiro	7.281,35	364,07	364,07	384,35	20,28	119,15	503,50
Fevereiro	6.606,73	330,34	330,34	348,74	18,40	104,62	453,36
Março	7.537,94	376,90	376,90	397,89	21,00	115,39	513,28
Abril	8.192,14	409,61	409,61	432,43	22,82	121,08	553,51
Mai	7.778,48	388,92	388,92	410,59	21,67	110,86	521,45
Junho	7.893,62	394,68	394,68	416,67	21,99	108,33	525,00
Julho	8.116,51	405,83	405,83	428,43	22,61	107,11	535,54
Agosto	9.349,55	467,48	467,48	493,53	26,04	118,45	611,97
Setembro	6.311,04	315,55	315,55	333,13	17,58	76,62	409,75
Outubro	6.483,38	324,17	324,17	342,23	18,06	75,29	417,52
Novembro	3.878,96	193,95	193,95	204,75	10,81	43,00	247,75
Dezembro	4.691,21	234,56	234,56	242,91	8,35	48,58	291,49
TOTAL	84.120,91	4.206,05	4.206,05	4.435,65	229,61	1.148,48	5.584,13

ANGÉLICA MARIA BACHMANN
 AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA
 Matrícula 21573-2

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO

MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº:220/2019

Exercício 2018 Meses	Receita Bruta	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros Mora	Valor Total Apurado
Janeiro	2.529,54	126,48	126,48	130,98	4,5	24,89	155,87
Fevereiro	9.591,46	479,57	479,57	496,64	17,07	89,40	586,04
Março	8.439,15	421,96	421,96	436,98	15,02	74,29	511,26
Abril	13.341,69	667,08	667,08	690,83	23,75	110,53	801,36
Maiο	11.633,22	581,66	581,66	602,37	20,71	90,36	692,72
Junho	13.684,47	684,22	684,22	708,58	24,36	99,20	807,78
Julho	18.937,14	946,86	946,86	980,56	33,71	127,47	1.108,04
Agosto	13.297,77	664,89	664,89	688,56	23,67	82,63	771,18
Setembro	16.622,2	831,11	831,11	860,70	29,59	94,68	955,37
Outubro	21.642,41	1.082,12	1.082,12	1.120,64	38,52	112,06	1.232,71
Novembro	1.657,27	82,86	82,86	85,81	2,95	7,72	92,34
TOTAL	131.376,32	6.568,82	6.568,82	6.802,65	233,84	913,22	7.715,87

ANGÉLICA MARIA BACHMANN
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA
Matrícula 21573-2

PORTARIA Nº 181/2019 - SETERB

Publicação Nº 2139163

PORTARIA Nº. 181/2019

DISPENSA SERVIDORES DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DISPENSAR, a contar de 31.08.2019,

a servidora SANDRA IARA BALDO ZIEGLER, matrícula n. 183, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Chefe de Fiscalização Eletrônica (FGC - 100%), designada pela Portaria nº. 204/2018;

a servidora ANDRÉA MARTINS SOARES DE OLIVEIRA, matrícula n. 673, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Chefe de Escritório Jurídico (FGC - 100%), designada pela Portaria nº. 205/2018;

o servidor LUIZ PERON, matrícula n. 295, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Chefe de Planejamento (FGC - 100%), designado pela Portaria nº. 024/2015;

o servidor ANTONIO JOSE GUMS, matrícula n. 360, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Chefe da Guarda de Trânsito (FGC - 100%), designado pela Portaria nº. 202/2018;

o servidor JOAQUIM CAMPESTRINI, matrícula n. 162, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Chefe de Gestão de Pessoas (FGC - 100%), designado pela Portaria nº. 076/2013;

o servidor MARCO ANTONIO LEAL, matrícula n. 118, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Fiscalização e Vistoria de Transportes Coletivos (FGC - 80%), designado pela Portaria nº. 121/2016;

a servidora ANDREIA BEDUSCHI SCHWAB, matrícula n. 653, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Aeroporto (FGC - 80%), designada pela Portaria nº. 079/2014;

o servidor ALFONSO DIETRICH, matrícula n. 614, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Bilhetagem Eletrônica (FGC - 70%) designado pela Portaria nº. 025/2015;

o servidor MARCELO STRUTZ, matrícula n. 283, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Vistoria de Transportes Especiais (FGC - 70%), designado pela Portaria nº. 125/2017;

o servidor JOÃO ALBERTO KUSZKOWSKI, matrícula n. 495, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Pátio e Leilão (FGC - 70%), designado pela Portaria nº. 164/2018;

o servidor DENILSON ALÍPIO DE BRITTO, matrícula n. 174, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Manutenção (FGC - 70%), designado pela Portaria nº. 107/2016;

o servidor GILMAR FARIAS, matrícula n. 066, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Equipes de Ostensivo Noturno (FGC - 70%), designado pela Portaria nº. 209/2018;

o servidor GLAUCO GEVARD, matrícula n. 229744, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Licitações e Contratos (FGC - 70%), designado pela Portaria nº. 152/2019;

a servidora RAFAELA ELISA MACHADO BAUMANN, matrícula n. 688, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Liberação de Veículos (FGC - 70%), designado pela Portaria nº. 164/2018;

a servidora JOSELAINE MALBURG, matrícula n. 243, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Compras (FGC - 70%), designado pela Portaria nº. 030/2016;

o servidor RUDINEI JOÃO SCHETZ, matrícula n. 709, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Administração do Terminal Rodoviário (FGC - 60%), designado pela Portaria nº. 162/2018;

o servidor JAMES REIMUNDO KIRSTEN, matrícula n. 626, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Equipe de Plantão 1 (FGC - 60%), designado pela Portaria nº. 133/2018;

o servidor JULIO CESAR PEREIRA, matrícula n. 631, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Equipe de Plantão 2 (FGC - 60%), designado pela Portaria nº. 134/2018;

o servidor TARCÍSIO DOS SANTOS, matrícula n. 644, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Equipe de Plantão 3 (FGC - 60%), designado pela Portaria nº. 123/2018;

o servidor ANTONIO CIRO BUTCI, matrícula n. 101, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Equipe de Plantão 4 (FGC - 60%), designado pela Portaria nº. 044/2016;

o servidor NEDSON BARCELLOS E SILVA, matrícula n. 637, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Equipes de Ostensivo Diurno 1 (FGC – 60%), designado pela Portaria nº. 148/2017;

o servidor JONATHAN DA SILVA, matrícula n. 403, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Equipes de Ostensivo Diurno 2 (FGC – 60%), designado pela Portaria nº. 164/2018;

o servidor DARLEI SCOTTINI, matrícula n. 621, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Equipes de Ostensivo Diurno 3 (FGC – 60%), designado pela Portaria nº. 135/2018;

o servidor ALDOIR CESAR SCHNEIDER, matrícula n. 034, do exercício da função gratificada de confiança de coordenador de sinalização horizontal (FGC – 60%), designado pela portaria nº. 076/2013;

o servidor PAULO RUARO, matrícula n. 341, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Abrigos de Ônibus (FGC – 60%), designado pela Portaria nº. 159/2017;

o servidor EDEMILSON DAROS, matrícula n. 395, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Auditoria de Informações (FGC – 60%), designado pela Portaria nº. 164/2018;

a servidora LUCIANA ECCEL, matrícula n. 172, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador do Blufácil (FGC – 60%), designada pela Portaria nº. 120/2015;

a servidora MARCIA MARIA MOURA, matrícula n. 202, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador do Serviço de Atendimento ao Público e Ouvidoria (FGC – 60%), designada pela Portaria nº. 123/2014;

a servidora DANIELE CRISTINE SCHAEFER LINDNER, matrícula n. 597, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Estágios e Benefícios (FGC – 60%), designada pela Portaria nº. 076/2013;

o servidor FRIDOLINO BECKER, matrícula n. 313, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Pesquisa Operacional (FGC – 50%), designado pela Portaria nº. 076/2013;

o servidor LUIS HENRIQUE ZIMMER, matrícula n. 669, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Cadastro de Autuação (FGC – 50%), designado pela Portaria nº. 013/2019;

o servidor EDSON LUIS TREVISANI, matrícula n. 776, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Suporte e Manutenção de Hardware (FGC – 50%), designado pela Portaria nº. 111/2016;

o servidor MARCOS DORING, matrícula n. 430, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Tesouraria (FGC – 50%), designado pela Portaria nº. 191/2016;

a servidora CLEUSA APARECIDA FARIAS, matrícula n. 081, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Área Azul (FGC – 50%) , designada pela Portaria nº. 076/2013;

a servidora KATIA REGINA CUSTÓDIO SCHMIDT, matrícula n. 050, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador do Setor de Defesa da Autuação (FGC – 50%), designada pela Portaria nº. 168/2015;

a servidora DORILDE MARCOLINA JAQUES, matrícula n. 111, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Emissão de Laudos (FGC – 50%), designado pela Portaria nº. 076/2013;

a servidora NELICIE MARIA FORNARDI, matrícula n. 178900, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Recursos Administrativos (FGC – 50%), designado pela Portaria nº. 025/2017;

a servidora CINDHY ELISA RATKE, matrícula n. 797, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Almoxarifado (FGC – 50%), designado pela Portaria nº. 148/2018;

a servidora BRUNA CORREA ZAGO, matrícula n. 780, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Estatísticas de Trânsito (FGC – 50%), designado pela Portaria nº. 207/2018;

a servidora SUELI TEREZINHA TAKAC, matrícula n. 690, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Estatística de Transporte (FGC – 50%), designado pela Portaria nº. 092/2014;

o servidor CÉLIO DIAS, matrícula n. 563, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Mobilidade Urbana (FGC – 40%), designado pela Portaria nº. 196/2018;

o servidor THIAGO DA GAMA TEIXEIRA, matrícula n. 777, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Controle Interno (FGC – 40%), designado pela Portaria nº. 166/2018;

o servidor EDENIR ROGERIO TELES, matrícula n. 352, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Equipe de Blitz (FGC – 40%), designado pela Portaria nº. 041/2018;

a servidora ROSANE FRITZKE SABEL, matrícula n. 099, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Patrimônio (FGC – 40%), designado pela Portaria nº. 092/2019;

a servidora SIMONE HERKENHOFF, matrícula n. 198, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Protocolo 1, designado pela Portaria nº. 076/2013;

a servidora MARI SOLANGE DE OLIVEIRA, matrícula n. 536, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Protocolo 3 (FGC – 30%), designado pela Portaria nº. 050/2017;

a servidora KELLY CRISTINA FISCHER ARMELIN, matrícula n. 698, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Protocolo 7 (FGC – 30%), designado pela Portaria nº. 166/2018;

o servidor JADIR DA SILVA, matrícula n. 715, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Protocolo 6 (FGC – 30%), designado pela Portaria nº. 076/2013;

o servidor LUIZ ANTONIO BLASI, matrícula n. 634, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Protocolo 2 (FGC – 30%), designado pela Portaria nº. 093/2015;

a servidora ELENIR CARDOSO DA SILVA, matrícula n. 474, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Protocolo 5 (FGC – 30%), designada pela Portaria nº. 071/2017;

o servidor AMARILDO RUSSI, matrícula n. 265, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor dos Serviços de Vistoria Veicular 1 (FGC – 20%), designado pela Portaria nº. 049/2019;

o servidor VILMAR MACHADO, matrícula n. 264, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor dos Serviços de Vistoria Veicular 2 (FGC – 20%), designado pela Portaria nº. 160/2019;

o servidor LUIZ CARLOS ALBERTO, matrícula n. 455, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor dos Serviços de Vistoria Veicular 3 (FGC – 20%), designado pela Portaria nº. 076/2013;

o servidor ANTONIO GILMAR ROSA DA SILVA, matrícula n. 490, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor dos Serviços de Vistoria Veicular 4 (FGC – 20%), designado pela Portaria nº. 076/2013;

o servidor MICHEL JENSEN, matrícula n. 485, do exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor dos Serviços de Vistoria Veicular 5 (FGC – 20%), designada pela Portaria nº. 130/2015;

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 31.08.2019.

Blumenau, 22 de agosto de 2019.

MARCELO SCHRUBBE

Diretor Presidente – SETERB

PORTARIA Nº 182/2019 - SETERB

Publicação Nº 2139168

PORTARIA Nº. 182/2019

EXONERA NEIVA APARECIDA WOLFF DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

EXONERAR, a contar de 15.08.2019,

NEIVA APARECIDA WOLFF, matrícula nº. 678 do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, conforme Processo Administrativo nº. 195/2019 de 23.08.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 15.08.2019.

Blumenau, 23 de agosto de 2019.

MARCELO SCHRUBBE

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 183/2019 - SETERB

Publicação Nº 2139170

PORTARIA Nº. 183/2019

EXONERA SERVIDORES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MARCELO SCHRUBBE, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau – SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

EXONERAR, a contar de 31.08.2019,

Juliana Damian Silva do cargo de provimento em comissão de Gerente de Comunicação Social, nomeada pela Portaria nº. 049 de 25.03.2013;

Evanir da Silva do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, nomeada pela Portaria nº. 52 de 19.03.2019;

João Leopoldino Spengler Sobrinho do cargo de provimento em comissão de Gerente Administrativo-Financeiro, nomeado pela Portaria nº. 53 de 19.03.2019;

Gislaine Meira da Silva do cargo de provimento em comissão de Gerente de Apoio Operacional, nomeada pela Portaria nº. 36 de 12.02.2014;

Jailson Rogerio Candido do cargo de provimento em comissão de Diretor de Trânsito, nomeado pela Portaria nº. 200 de 04.12.2018;

Marco Antonio Rebello do cargo de provimento em comissão de Gerente de Escola Pública de Trânsito, nomeado pela Portaria nº. 144 de 27.08.2018;

Guilherme Bernhard Disse do cargo de provimento em comissão de Gerente de Atendimento ao Público, nomeado pela Portaria nº. 183 de 19.10.2018;

Lairto Leite do cargo de provimento em comissão de Diretor de Transportes, nomeado pela Portaria nº. 073 de 16.05.2018;

Alexandre Faht do cargo de provimento em comissão de Gerente de Fiscalização do Transporte Coletivo, nomeado pela Portaria nº. 069 de 08.04.2019;

Nilson Siqueira do cargo de provimento em comissão de Gerente de Programação Operacional, nomeado pela Portaria nº. 048 de 01.03.2017;

Carlos Roberto Oechsler do cargo de provimento em comissão de Gerente de Terminais Urbanos, nomeado pela Portaria nº. 056 de 13.03.2017;

Marcello Schiliro do cargo de provimento em comissão de Diretor Jurídico, nomeado pela Portaria nº. 140 de 20.08.2018.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 31.08.2019.

Blumenau, 26 de agosto de 2019.

MARCELO SCHRUBBE

Diretor Presidente - SETERB

EXTRATO Nº 413/2019 - FURB

Publicação Nº 2139173

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 413/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

Fundação Hospitalar de Blumenau – Hospital Santo Antônio

ADITIVO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 183/2018

OBJETO: utilização de espaços físicos para ensino/aprendizagem, do diagnóstico e tratamento de patologias nas áreas clínicas e cirúrgicas, por parte de alunos e professores da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inex nº. 302/2018 e Contrato Nº 183/2018, de 1º de agosto de 2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica registrado no presente instrumento, as alterações conforme disposto abaixo:

A Cláusula Quarta, Itens 4.2., 4.3., 4.7., 4.9., 4.10., 4.12.1. do Contrato nº. 183/2018 passam a ter a seguinte redação, a partir da assinatura

do presente Termo Aditivo:

"4.2. Fornecer, com a necessária antecedência, antes de iniciar as aulas práticas, orientação possibilitando que os acadêmicos tomem prévio conhecimento das rotinas estabelecidas e regras".

"4.3. Esclarecer aos profissionais de saúde, corpo administrativo e demais funcionários, sobre a finalidade das práticas de ensino, para obter por parte destes, a necessária consideração, respeito e colaboração no desenvolvimento do aprendizado dos acadêmicos".

"4.7. Esclarecer aos profissionais de saúde, corpo administrativo e demais funcionários, sobre a finalidade da prática de ensino, para obter por parte destes, o necessário acolhimento consideração, respeito e colaboração no desenvolvimento do aprendizado dos acadêmicos".

"4.9. Permitir o contato pessoal dos acadêmicos com os pacientes internados, condicionando, porém, à direta supervisão do médico vinculado ao Hospital Santo Antônio ou do professor da FURB, à existência de expresso consentimento do paciente ou de representante legal deste respeitado, ainda, o projeto aprovado por comitê de ética da CONTRATANTE".

"4.10. Obter o consentimento, informando aos pacientes ou de seus representantes legais, quanto à possibilidade de serem assistidos e ou acompanhados, durante o período de internação, pelos acadêmicos, cuja atuação será sempre acompanhada por um docente ou profissional devidamente habilitado da CONTRATADA".

"4.12.1. Permitir o acesso dos acadêmicos e docentes nas suas dependências, instalações e serviços, necessárias ao bom andamento das práticas de ensino, objeto do presente contrato, desde que autorizados, os primeiros, pelo setor de capacitação e devidamente identificados com crachá, acessando via ICDS antes de se dirigirem às respectivas unidades e devolvido ao final de cada aula, de forma que se possa manter um rigoroso controle dos residentes presentes diariamente nas instalações da CONTRATADA".

A Cláusula Quinta, Itens 5.1., 5.2., 5.3., 5.6., 5.8., 5.10., 5.11., 5.12. do Contrato nº. 183/2018 passam a ter a seguinte redação, a partir da assinatura do presente Termo Aditivo:

"5.1. Acompanhar, através dos docentes, todas as atividades a serem desenvolvidas pelos acadêmicos nas dependências da CONTRATADA, responsabilizando-se pela coordenação e fiscalização das práticas de ensino, desde que não ocorram conflitos de interesses com a CONTRATADA".

"5.2. Planejar as atividades a serem desenvolvidas durante as práticas de ensino, em conjunto com a área de capacitação e desenvolvimento da CONTRATADA".

"5.3. Fornecer à CONTRATADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, da data prevista para o início das práticas de ensino, relação contendo os nomes dos profissionais docentes e dos acadêmicos, bem como cronograma das disciplinas e respectivas cargas-horárias".

"5.6. Dar, aos professores e acadêmicos, ciência das condições estatutárias da CONTRATADA, do regulamento interno, bem como toda e qualquer orientação que vier a ser emitida pela administração ou seu corpo clínico durante a realização da prática de ensino, alertando-os quanto à correta postura e apresentação pessoal dos mesmos nas dependências da CONTRATADA".

"5.8. Entregar, no setor de ensino da CONTRATADA, antes do início das práticas de ensino, cópia autenticada do contrato de seguro, mencionado no item anterior, discriminado as garantias seguradas, além do certificado individual e respectiva apólice de cada um dos acadêmicos sob pena de não ser permitido a realização das atividades acadêmicas".

"5.10. Respeitar a vontade do paciente ou do seu representante legal, que não tenha consentido, expressamente, em ser assistido e ou acompanhado por acadêmicos direito que lhe é assegurado no Manual internacional de Padrões de Acreditação Hospitalar".

"5.11. Responsabilizar-se por eventuais danos, inclusive de ordem moral, causados a terceiros, pacientes ou não, resultantes de atos ou omissões de acadêmicos ou docentes no exercício das atividades acadêmicas, aqui, entendidos, também, os casos decorrentes da administração errônea e/ou da realização de procedimento incorreto".

"5.12. Advertir os docentes e alunos de que devem se abster de qualquer declaração à Imprensa relativamente a FHB/HSA, a menos que devidamente autorizados, por escrito, pelos seus representantes que subscrevem este termo".

A Cláusula Sexta, Itens 6.2., 6.8., 6.13. do Contrato nº. 183/2018 passam a ter a seguinte redação, a partir da assinatura do presente Termo Aditivo:

"6.2. Caso solicitado, é obrigatório, no início de cada semestre, a participação de todos os alunos no programa de integração da CONTRATADA. O aluno que não participar da integração, se solicitado, não estará apto a frequentar as práticas de ensino na CONTRATADA".

"6.8. A CONTRATANTE ficará responsável pela elaboração do termo de compromisso e/ou documentos necessários de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos estabelecidos pelas resoluções da CONTRATADA, que será assinado pelas partes e pelo discente e/ou acadêmico, o qual constituirá comprovante exigível da inexistência de vínculo empregatício".

"6.13. Os acadêmicos de medicina cumprirão seus turnos na área objeto do convênio, incluindo a possibilidade de plantões, em consonância com a disponibilidade ofertada por cada espaço físico disponibilizado pela CONTRATADA, respeitando seus protocolos, normas, resoluções e atividades extracurriculares".

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº 183/2018, que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 30/08/2019.

EXTRATO Nº 397/2019 - FURB

Publicação Nº 2139174

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 397/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
CARLOS PATRICIO CAMUSSETTI MUNOZ ME

OBJETO: Aquisição de materiais laboratoriais para uso da Universidade.**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 262/2019 e Contrato nº 174/2019, com validade a partir de 19 de agosto de 2019.**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará o preço constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**:

Item	Código FURB	Qtde	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	10217	20	caixa	Papel filtro quantitativo / faixa preta / diâmetro 9cm / caixa com 100 folhas	J. Prolab	28,00	560,00
4	9665	6	caixa	Papel indicador de pH / de 00 a 14 / caixa com 100 tiras / validade mínima de 01 ano	Merck	30,50	183,00
7	20087	2	peça	Termo-higrômetro de leitura direta / com 2 termômetros / bulbo seco e úmido / tabela de conversão direta / visor de aumento para leitura	Incoterm	139,00	278,00
9	19879	250	peça	Placa de Petri / completa / sem divisão / descartável / diâmetro 60mm / altura 15mm / fabricado em poliestireno cristal	Olen	1,80	450,00
10	32011	2	caixa	Pipeta sorológica estéril / descartável / com filtro / capacidade 1 ml / caixa com 100 peças.	Kasvi	270,00	540,00
14	22008	2	pacote	Ponteira para micropipeta / volume de 20 a 200ul / pacote com 1000 unidades	Olen	11,00	22,00
18	28698	1	caixa	Cubeta em acrílico para espectrofotômetro / capacidade total de volume de 1,5 ml / volume de amostra de 1,4ml / caixa com 100 unidades	Kasvi	55,00	55,00
20	16114	2	peça	Micropipetador automático mecânico / monocal / volume fixo 1000 microlitros / com ejetor automático de ponteiros.	Kasvi	270,00	540,00
21	9112	10	peça	Pipeta volumétrica / volume 2ml / esgotamento total (1 traço) / graduação permanente / bocal e bico temperados	Uniglas	18,20	182,00
22	9083	10	peça	Pipeta volumétrica / volume 5ml / esgotamento total (1 traço) / graduação permanente / bocal e bico temperados	Uniglas	20,50	205,00
23	39442	1	caixa	Unidade filtrante Millipak Express 20; 0,22 uM de poro; não estéril; 1 unidade/caixa.	Millipore	935,00	935,00
24	33490	1	peça	Filtro Smartpak para ultrapurificador de água modelo DQ3 SPR00SIA1.	Millipore	2.635,00	2.635,00
25	39364	1	peça	Lâmpada de UV de duplo comprimento para uso em Sistema de Ultra-Purificação de Água Direct-Q3UV; código de referência da Millisul: SYN185UV1.	Millipore	1.429,00	1.429,00
31	18421	20	caixa	Lâminula de vidro para microscopia / tamanho 24mm x 60mm / caixa com 100 unidades.	Kasvi	8,00	160,00
37	10381	3	pacote	Saco para autoclavação / capacidade de 20L / pacote com 20 sacos	Olen	20,50	61,50
38	10081	150	peça	Tubo porta lâminas para citologia / em polipropileno / com tampa rosca / capacidade 3 lâminas.	J. Prolab	10,50	1.575,00
39	9600	6	peça	Copo de Griffin (Becker) / volume 250ml /	Uniglas	7,50	45,00

				graduado / forma baixa / em vidro borossilicato branco			
40	19880	300	peça	Placa de Petri / completa / com divisão / descartável / diâmetro 90mm / altura 15mm	J. Prolab	2,70	810,00
46	14342	1	peça	Micropipetador automático mecânico / monocal / volume variável 20-200 microlitros / com ejeter automático de ponteiras.	Olen	245,00	245,00
53	39636	2	peça	Termômetro digital de máxima e mínima interno/externo, com alarme; ponta e sensor em aço inox; faixa de medição de - 50°C a 70°C; resolução de 0,1°C; calibrado nos pontos 8,10,15, 20, 25 e 30°C.	Incoterm	435,00	870,00
Preço Total (em reais, em algarismos)				11.780,50			
Preço Total (em reais, por extenso)				Onze mil, setecentos e oitenta reais e cinquenta centavos			

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais desde que estas sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 19/08/2019

EXTRATO Nº 422/2019 - FURB

Publicação Nº 2139176

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 422/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 317/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, inexigível o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, Inciso I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 405/2019/PROGEF, para a AQUISIÇÃO DE REAGENTES PARA O EQUIPAMENTO "MINI VIDAS" DA MARCA BIOMÉRIEUX PARA O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO. Contratada(s): SULLAB DISTRIBUIDORA PROD. DIAGNÓSTICOS HOSP. E FARM. LTDA (CNPJ: 88.484.969/0001-26). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25 Inciso I da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 082/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos com apresentação de NF. Prazo de Entrega: Em até 07 (sete) dias pós o recebimento da ordem de compra. Local Entrega: Almoxarifado Central da Divisão de Administração de Materiais (DAM) da Universidade, localizado no Campus I da mesma, com estacionamento acessível através da entrada localizada na Rua São Paulo. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 15.101,30 (quinze mil, cento e um reais e trinta centavos) / 01.33.10.302.0109.2013 (Manutenção das Atividades Hospitalares e Ambulatoriais Hum.)/ 3.3.90.30 (Outras Despesas Correntes)/ 3.3.90.30.40 (Material Biológico). Blumenau, 28 de agosto de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2019

Publicação Nº 2139084

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 22/2019
PARA OS APROVADOS NO EDITAL Nº 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Edital nº 001/2018 de Concurso Público, realizado no dia 04 de Março de 2018, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, nº 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 29/08/2019 a 27/09/2019, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

Os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital nº 001/2018, quando da sua convocação, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a publicação no site da Prefeitura Municipal, para apresentar todos os documentos exigidos e descritos no ato da convocação, conforme item 17.11 do Edital nº 001/2018.

O Convocado que não apresentar a documentação exigida, não comprovar os requisitos para investidura do cargo ou não pedir prorrogação de posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso, conforme item 17.16 do Edital nº 001/2018.

Relação dos Convocados:

Cargo: Médico Clínico Geral

Nome	Nº Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Natalia Magalhaes Rodrigues	871500	06/08/1989	18º

Relação de Documentos para Admissão:

- I – CPF;
- II – Identidade;
- III – Título de Eleitor;
- IV – Comprovação da quitação eleitoral;
- V- Carteira de Trabalho;
- VI – Número do PIS/PASEP;
- VII – Carteira de Reservista (Homens);
- VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);
- IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);
- X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);
- XI – 1 foto 3x4;
- XII – Comprovação de dependentes;
- XIII – Comprovação de Estado Civil;
- XIV – Certidão Cível e Criminal (Estadual e Federal);
- XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)
- XVI – Grupo sanguíneo;
- XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
- XVIII – Número de conta corrente;
- XIX – Comprovante de Endereço; e
- XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 28 de agosto de 2019.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL - PL 02/2019**

Publicação Nº 2138467

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
BOM JARDIM DA SERRA - SC
EXTRATO DE CONTRATO N. 02/2019

Processo Licitatório nº 02/2019

MODALIDADE: Dispensa de Licitação n. 02/2019

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JARDIM DA SERRA – SC, torna público o EXTRATO DA RESCISÃO CONTRATUAL referente ao processo licitatório nº 02/2019 – Dispensa de Licitação n. 02/2019 com objeto “contratação de arquiteto especializado para assumir a responsabilidade técnica pelo acompanhamento, fiscalização e controle da obra referente a construção da sede da Câmara de Vereadores conforme projeto e memorial descritivo constantes do edital de tomada de preço n. 01/2018, com emissão de boletins de medição e diário de obra”.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jardim da Serra/SC

Contratado: Daniel Mazon

Bom Jardim da Serra (SC) 08 de agosto de 2019.

Ademir Nunes de Jesus

Presidente da Câmara Municipal de
Vereadores de Bom Jardim da Serra.

Botuvera

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.361-2019 - ANULAÇÃO DOC

Publicação Nº 2138745

=====

D E C R E T O Nº 2.361/2019

=====

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2019"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.10º da Lei nº Lei nº 1.445/2018, de 05 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 45.070,00 (Quarenta e cinco mil e setenta reais), conforme abaixo especificado:

4000 - Secretaria De Educação
4001 - Divisão De Educação
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
4 - Gestão Em Educação
2.14 - Manutenção E Funcionamento Do Ensino Fundamental
Cod. 44 – 3.3.9.0.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso:101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01 R\$ 20.000,00
365 - Educação Infantil
4 - Gestão Em Educação
2.19 - Manutenção E Funcionamento Do Ensino Infantil
Cod. 72 – 3.3.9.0.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso:101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01 R\$ 20.000,00
7000 - Secretaria De Transportes
7001 - Divisão De Transportes
26 - Transporte
782 - Transporte Rodoviário
16 - Transporte Rodoviário
2.36 - Implantação E Conservação De Abrigos De Passageiros
Cod. 126 – 4.4.9.0.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: - 100 - Recursos Ordinários - 0.1.00 R\$ 5.070,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

4000 - Secretaria De Educação
4001 - Divisão De Educação
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
4 - Gestão Em Educação
2.14 - Manutenção E Funcionamento Do Ensino Fundamental
Cod. 39 – 3.1.9.0.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso:101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01 R\$ 20.000,00
365 - Educação Infantil
4 - Gestão Em Educação
2.19 - Manutenção E Funcionamento Do Ensino Infantil
Cod. 68 – 3.1.9.0.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso:101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação - 0.1.01 R\$ 20.000,00
7000 - Secretaria De Transportes
7001 - Divisão De Transportes
26 - Transporte
782 - Transporte Rodoviário
16 - Transporte Rodoviário
2.36 - Implantação E Conservação De Abrigos De Passageiros
Cod. 125 – 3.3.9.0.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: - 100 - Recursos Ordinários - 0.1.00 R\$ 5.070,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 28 de agosto de 2019.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 28 de agosto de 2019.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

Publicação Nº 2139287

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

Processo Administrativo PMB-011/2019

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação dos Idosos da Amizade de Botuverá, inscrita no CNPJ sob o nº 81.285.934/0001-19, com sede na Rua Padre Carlos Enderlin, s/nr, bairro Centro, na cidade de Botuverá-SC, fundada em 03 de maio de 1990, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento.

RESUMO: Termo de Fomento com a Associação dos Idosos da Amizade de Botuverá-SC.

DA JUSTIFICATIVA:

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada." Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

No que tange às parcerias, o Estado busca "por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal".

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a Associação dos Idosos da Amizade de Botuverá, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos.

Nesta ótica a Associação dos Idosos da Amizade de Botuverá, desenvolve há cerca de vinte e nove anos, atividades voltadas a serviços de assistência social e cultura, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Se observa ainda que a Associação dos Idosos da Amizade de Botuverá tem em seus estatutos, que é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, defesa e garantia de direitos, cultura, lazer e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, e tem por MISSÃO inovar na qualidade dos serviços, satisfazendo seus usuários, com ética, respeito às necessidades especiais, ao capital humano, ao meio ambiente, gerando resultados na inclusão social.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da Associação dos Idosos da Amizade de Botuverá ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho.

O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

A Associação dos Idosos da Amizade de Botuverá desenvolve suas atividades há vários anos, sendo de importante valia e de fundamental necessidade, registrar a reciprocidade de interesse das partes (Prefeitura e Associação dos Idosos da Amizade de Botuverá) na realização, em mútua cooperação, desta parceria.

Se observa pelo Plano apresentado, com descrição da infraestrutura e da equipe de profissionais, a viabilidade de sua execução. Para tanto compõem o mesmo o cronograma de desembolso dos recursos, que está dentro de valores de mercado.

A comissão de Monitoramento e Avaliação irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Fomento com a Associação dos Idosos da Amizade de Botuverá, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, regulamentada em âmbito municipal pelo Decreto nº 2.036/2017, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentado, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, regulamentada em âmbito municipal pelo Decreto nº 2.036/2017, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Fomento.

Botuverá(SC), 28 de agosto de 2019.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

DECRETO N. 8.433 -2019

Publicação Nº 2139178

DECRETO N. 8.433, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre horário especial na Unidade Básica de Saúde Bateas.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

Considerando que compete ao Chefe do Poder Executivo estabelecer a organização e o funcionamento dos órgãos da administração pública, de acordo com o art. 82, VIII, da Lei Orgânica do Município de Brusque;

Considerando o Memorando n. 898/2019, de 26 de agosto de 2019, expedido pela Secretaria Municipal de Saúde, em que informa o início das obras de reforma na Unidade Básica de Saúde Bateas no dia 26 de agosto de 2019, bem como declara a necessidade de alteração do horário de funcionamento;

Considerando que os servidores lotados na referida Unidade de Saúde cumprirão jornada de trabalho no prédio da Policlínica, e que neste funciona o Pronto Atendimento no período da tarde;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido horário especial na Unidade Básica de Saúde Bateas, em turno único de seis horas diárias de segunda a sexta-feira, das 7h às 13h, pelo período de 27 de agosto de 2019 a 06 de setembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de agosto de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO N. 8.434-2019

Publicação Nº 2139179

DECRETO N. 8.434, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar e especial.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do artigo 82 da Lei Orgânica do Município, devidamente autorizado pela Lei n. 4.238/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no valor de R\$ 1.425.494,52 (um milhão, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos), para atender a programação abaixo especificada:

Órgão: 80	SAMAE
Unidade: 001	Administração
Função: 0004	Administração
Subfunção: 0122	Administração Geral
Programa: 0300	Gestão Administrativa do SAMAE
Atividade: 2291	Manutenção e Modernização dos Serviços Administrativos

Despesa: 3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	368.766,12
Recursos:		Próprios
Vínculo:		60.000
Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 002	Técnica	
Função: 0017	Saneamento	
Subfunção: 0512	Saneamento Básico urbano	
Programa: 0301	Abastecimento de Água	
Atividade: 2292	Operação e Manutenção do Sistema de Água	
Despesa: 3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	880.289,94
Despesa: 3.3.91.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	50.000,00
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	46.438,46
Recursos:		Próprios
Vínculo:		60.000
Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 003	Encargos Gerais do SAMAE	
Função: 0028	Encargos Especiais	
Subfunção: 0846	Outros Encargos Especiais	
Programa: 0302	Encargos Gerais do SAMAE	
Operações Especiais: 0091	Contribuição PASEP	
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	50.000,00
Recursos:		Próprios
Vínculo:		60.000
Órgão: 80	SAMAE	
Unidade: 003	Encargos Gerais do SAMAE	
Função: 0028	Encargos Especiais	
Subfunção: 0846	Outros Encargos Especiais	
Programa: 0302	Encargos Gerais do SAMAE	
Operações Especiais: 0092	Precatórios	
Despesa: 3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	30.000,00
Recursos:		Próprios
Vínculo:		60.000

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º deste Decreto correrão por conta do superavit financeiro do exercício anterior, conforme art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de agosto de 2019.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

DEJAIR MACHADO
Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de
Água e Esgoto - SAMAE

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 001-2019 -TERMO DE CONVOCAÇÃO- SAMAE

Publicação Nº 2139171

EDITAL 001/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

CONVOCAÇÃO

Convocamos os candidatos a seguir relacionados para comparecer na sede do SAMAE, à Rua Doutor Penido, 297 – Centro – Brusque/SC, até o dia 04/09/2019, a partir das 12:00h para apresentação de documentos e encaminhamento para realização de exame médico admissional.

Em caso de desistência do cargo, fica o (a) candidato (a) ora convocado(a), a comparecer ou encaminhar o Termo de Desistência para o mesmo endereço supracitado.

AGENTE HIDRÁULICO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO
4º	ADRIANO ESPINOZE DA COSTA	8,40	700
5º	RODRIGO MORAES BARATA	7,68	1073
6º	JOSUÉ NUNES	7,41	739

Brusque, 27 de agosto de 2019.

DEJAIR MACHADO

Diretor Presidente

EMENDA À LOM Nº 1, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2139180

Emenda à LOM Nº 1, de 27 de agosto de 2019.

Altera os incisos I, II e III do § 5º do artigo 149 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Brusque, nos termos do art. 47 da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte Emenda à LOM:

Art. 1º Os incisos I, II e III do § 5º do artigo 149 da Lei Orgânica do Município de Brusque passam a ter a seguinte redação:

“Art. 149. (...)

§ 5º (...)

I - o Projeto de Lei do Plano Plurianual será enviado até trinta de junho do primeiro ano de mandato do Prefeito e devolvido para sanção até trinta e um de agosto;

II - o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado até trinta de junho e devolvido para sanção até trinta e um de agosto;

III - o Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado até trinta de setembro e devolvido para sanção até o término da Sessão Legislativa.”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor em 1º de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 2019.

Ver. José Zancanaro

Presidente

Ver. Gerson Luis Morelli Ver. Cleiton Luiz Bittelbrunn

1º Secretário 2º Secretário

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor Geral

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017-2018

Publicação Nº 2139164

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017-2018

Espécie: 4º Termo Aditivo, Contrato nº 017/2018 entre o Município de Brusque e WDF SERVIÇOS LTDA Objeto: termo aditivo qualitativo R\$ 7.577,66. Origem Tomada de preço nº 004/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Humberto Martins Fornari e Wilson José de Franceschi

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 086-2018

Publicação Nº 2139167

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 086-2018-DGI

Espécie: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 086/2018 entre o Município de Brusque e PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA Objeto: termo aditivo de prazo 28/08/2019 a 27/11/2019. Origem Dispensa de Licitação nº 021/2018 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Edena Beatris Censi e Gisiele Adaise De Souza Schramm

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117-2017

Publicação Nº 2139169

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117-2017

Espécie: 7º Termo Aditivo, Contrato nº 117/2017 entre o Município de Brusque e FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, Objeto: termo aditivo de prazo .Origem concorrência nº 006/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Andrea Patricia Volkmann e Luciano Thiesen

EXTRATO OUTORGA DE CONCESSÃO Nº 109-2019

Publicação Nº 2139183

EXTRATO OUTORGA DE CONCESSÃO Nº 109-2019

ESPÉCIE: Outorga de Concessão nº 109/2019, entre o Município de Brusque e a empresa FUNERÁRIO GRACIOLA LTDA. Objeto: outorga de Concessão dos Serviços Funerários. Valor: R\$ 339.933,93. VIGÊNCIA: até 03/05/2025. Signatários: Cristiano Bittencourt e Almir Ricardo Zuchi

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092-2019

Publicação Nº 2139264

PREGÃO nº 69/2019

Processo Licitatório nº092/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 11/09/2019, às 15h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 29/08/2019

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139-2019

Publicação Nº 2139265

PREGÃO nº 101/2019

Processo Licitatório nº 139/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADMINISTRAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO TIPICAMENTE ALEMÃ (RESTAURANTE) NA FESTA NACIONAL DO MARRECO (FENARRECO), NO CENTRO DE PROMOÇÕES MARIA CELINA VIDOTTO IMHOF.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 11/09/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 29/08/2019

SIDNEI DEMATE

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022-2019

Publicação Nº 2139175

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 022/2019 PREGÃO nº 014/2019 OBJETO: Aquisição de Gaveteiro Plástico Bin, para as Unidades de Farmácia Instaladas nas Unidades Básicas de Saúde. RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário definido no edital e, observada a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública, declarou-se deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura. Brusque/SC, 28/08/2019. CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Pregoeira da Administração Pública Municipal

PORTARIA N. 13.081 -2019

Publicação Nº 2139188

PORTARIA N. 13.081, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Substitui membros representantes de entidade governamental e não governamental no Conselho Municipal de Esporte - CME, nomeados por meio da Portaria n. 12.937/2019.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Ordinária n. 3.523/2012, alterada pela Lei n. 3.741/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membros representantes de entidade governamental e não governamental no Conselho Municipal de Esporte - CME, nomeados por meio da Portaria n. 12.937/2019, conforme segue:

I - Entidades Governamentais:

a) 02 (dois) representantes da Fundação Municipal de Esportes - FME:

Titular: Olavo Laranjeira Telles da Silva

Suplente: Aladin Farias Segundo

(...) omissis

II - Entidades Não Governamentais:

(...) omissis

g) 01 (um) representante de entidades de grupos de idosos e/ou do Conselho Municipal do Idoso:

Titular: Marcelo Debrassi

(...) omissis

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de agosto de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA N. 13.082 -2019

Publicação Nº 2139189

PORTARIA N. 13.082, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Substitui membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA, nomeado por meio da Portaria n. 12.380/2018.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir membro representante de entidade governamental no Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, nomeado pela Portaria n. 12.380/2018, conforme segue:

I – Entidades Governamentais:

(...) omissis

g) Representante do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE:

(...) omissis

Suplente: Luciano Camargo

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de agosto de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13084 -2019

Publicação Nº 2139266

PORTARIA nº 13.084, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do 111 da Lei Orgânica do Município, e

Considerando o Decreto nº 7.403, de 27 de março de 2014, que regulamentou a concessão de gratificação de condução,

Considerando a instauração de Procedimento Administrativo para apurar as atribuições de servidores nominados no Memorando nº 803/2019, ocupantes do cargo de Motorista, expedido pela Secretaria de Obras, conforme Portaria nº 1832, de 20 de agosto de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC – Edição nº 2908, página 21/08/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Manter gratificação de condução aos servidores abaixo nominados, calculada sobre o padrão de vencimento “A”, da faixa de vencimento I, da categoria 3, do Quadro Suplementar de Pessoal do Poder Executivo – Anexo da Lei Complementar nº 218, de 11 de dezembro de 2013:

- ACIR FERNANDES
- AGOSTINHO LOMBARDI
- DARCI BERTOLDI
- GILMAR HILLESHEIN
- JOSÉ NATAL VICENTINI
- LUIS CESARI
- MATEUS DE MODESTI

Art. 2º Esta Portaria retroage seus efeitos a 1º de abril de 2019, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de agosto de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 1833-2019

Publicação Nº 2139192

PORTARIA Nº 1833/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor ANTENOR GRAF, matrícula nº 33634-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de veículos pesados, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a contar de 10/08/2019.

Parágrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 10/08/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de agosto de 2019
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza
Secretário de Obras e Serviços Públicos

PORTARIA Nº 1842-2019

Publicação Nº 2139195

PORTARIA Nº 1.842/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora LUCIMARA PRETI FORBES, matrícula nº 660841-08, ocupante do cargo de DIRETOR DE ESCOLA, lotada na Secretaria Municipal de Educação por 180 (cento e oitenta) dias, no período compreendido entre 21/08/2019 à 16/02/2020.

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo foi concedida com fulcro nos artigos nº 157, VI da LC 147/2009, artigo 41, §§ 1º ao 5º da LC 174/2011 e decreto 6.118 de 30 de setembro 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21/08/2019 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de agosto de 2019
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1844-2019

Publicação Nº 2139197

PORTARIA Nº 1.844/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora CIBELE FURBRINGER, matrícula nº 517992-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 20/07/2019.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20/07/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 23 de agosto de 2019
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 1846-2019

Publicação Nº 2139199

PORTARIA Nº 1846/2019, de 26 de agosto de 2019.

“Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão, designado através da Portaria nº 13.074/2019, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, c/c Lei Municipal nº 3.248/09 c/c Decreto Municipal nº 8.207/18, em desfavor do servidor A. R. M. E. (matrícula nº 642576-02); para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao expediente encaminhado pela Procuradoria Geral do Município / Diretoria de Recursos Humanos, mediante Memorando nº 615/2019/RH, de 09/07/2019; c/c Memorando nº 0494/2019/PGMB, de 08/07/2019; c/c Memorando nº 1049/2018/PGMB, de 17/10/2018; c/c Memorando nº 01123/2018/PGMB, de 21/11/2018; c/c Memorando nº 01191/2018/PGMB, de 13/12/2018; c/c Memorando nº 0082/2019/PGMB, de 13/02/2019; c/c Memorando nº 0301/2019/PGMB, de 03/05/2019; envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, onde relata-se as condutas, sendo: - "faltas, chegadas tardias e antecipadas, sem qualquer justificativa, atestado ou comunicado prévio ao superior hierárquico, questões estas compreendidas no período de 02.10.2018 à 02.04.2019 (obsevando-se, contudo, os interregnos ocorridos), consoante Memorando nº 615/2019/RH, de 09/07/2019; c/c Memorando nº 0494/2019/PGMB, de 08/07/2019; c/c Memorando nº 1049/2018/PGMB, de 17/10/2018; c/c Memorando nº 01123/2018/PGMB, de 21/11/2018; c/c Memorando nº 01191/2018/PGMB, de 13/12/2018; c/c Memorando nº 0082/2019/PGMB, de 13/02/2019; c/c Memorando nº 0301/2019/PGMB, de 03/05/2019"; - "estar ausente de seu local e horário de trabalho sem qualquer justificativa, atestado ou comunicado prévio ao superior hierárquico, nos dias 02/10/2018, 03/10/2018, 09/10/2018, 10/10/2018 e 11/10/2018; consoante Memorando nº 1049/2018/PGMB, de 17/10/2018"; - "estar ausente de seu local e horário de trabalho sem qualquer justificativa, atestado ou comunicado prévio ao superior hierárquico, nos dias 30/10/2018, 09/11/2018, 14/11/2018, e 21/11/2018; consoante Memorando nº 01123/2018/PGMB, de 21/11/2018"; - "não cumprir sua jornada de trabalho no âmbito da Procuradoria-Geral do Município, sendo: em 22/10/2018, chegou às 15:30hs, e saiu às 18:00hs; em 23/10/2018, chegou às 14:15hs, saindo às 14:30hs para não mais retornar; em 24/10/2018, chegou às 13:30hs, ausentou-se às 15:50hs, retornando somente às 16:45hs; em 31/10/2018, chegou às 16:10hs, e saiu às 18:10hs; em 01/11/2018, chegou às 13:30hs, e saiu às 18:05hs; em 05/11/2018, ausentou-se às 16:10hs para não mais retornar; em 06/11/2018, ausentou-se às 17:15hs para não mais retornar; em 12/11/2018, chegou às 14:00hs; em 13/11/2018, chegou às 15:00hs; em 19/11/2018, chegou às 14:30hs; em 20/11/2018, chegou às 13:00hs; consoante Memorando nº 01123/2018/PGMB, de 21/11/2018"; - "estar ausente de seu local e horário de trabalho sem qualquer justificativa, atestado ou comunicado prévio ao superior hierárquico, de que tenha participado de audiências, sessões no TJSC ou reuniões representando o Poder Público nos dias 28/11/2018, 04/12/2018, 05/12/2018; consoante Memorando nº 01191/2018/PGMB, de 13/12/2018"; - "não cumprir na forma estatutária sua jornada de trabalho no âmbito da Procuradoria-Geral do Município, sendo: em 22/11/2018 esteve ausente das 12:00hs às 14:00hs quando apenas compareceu para participar de audiência que se encerrou às 15:00hs; em 27/11/2018 chegou às 14:00hs; em 29/11/2018 chegou às 13:45hs e saiu às 17:40hs; em 30/11/2018 chegou às 13:30hs e saiu às 17:30hs; em 03/12/2018 chegou às 15:30hs; em 06/12/2018 chegou às 14:00hs para participar de audiência no mesmo horário; em 07/12/2018 chegou às 15:30hs; em 10/12/2018 chegou às 13:30hs, ausentou-se às 15:30hs e retornou às 16:00hs; em 12/12/2018 chegou às 14:00hs; em 13/12/2018 chegou às 13:00hs; consoante Memorando nº 01191/2018/PGMB, de 13/12/2018"; - "estar ausente de seu local e horário de trabalho sem qualquer justificativa, atestado ou comunicado prévio ao superior hierárquico, de que tenha participado de audiências, sessões no TJSC ou reuniões representando o Poder Público nos dias 17/12/2018, 25/01/2019, 31/01/2019, 08/02/2019 e 12/02/2019; consoante Memorando nº 0082/2019/PGMB, de 13/02/2019"; - "não cumprir na forma estatutária sua jornada de trabalho no âmbito da Procuradoria-Geral do Município, sendo: em 28/01/2019 e 04/02/2019 esteve ausente até às 13:00hs; em 06/02/2019 esteve ausente até às 16:00hs; em 07/02/2019 esteve ausente até às 13:30hs; consoante Memorando nº 0082/2019/PGMB, de 13/02/2019"; - "não cumprir na forma estatutária sua jornada de trabalho no âmbito da Procuradoria-Geral do Município, sendo: em 11/02/2019 iniciou sua jornada às 10:00hs saindo às 16:00hs sem ofertar nenhuma manifestação; consoante Memorando nº 0082/2019/PGMB, de 13/02/2019"; - "estar ausente de seu local e horário de trabalho sem qualquer justificativa, atestado ou comunicado prévio ao superior hierárquico, de que tenha participado de audiências, sessões no TJSC ou reuniões representando o Poder Público nos dias 15/02/2019, 22/02/2019, 25/02/2019, 27/02/2019, 01/03/2019, 13/03/2019, 14/03/2019, 20/03/2019, 01/04/2019, 03/04/2019, 04/04/2019, 10/04/2019 e 15/04/2019; consoante Memorando nº 0301/2019/PGMB, de 03/05/2019"; - "não cumprir na forma estatutária sua jornada de trabalho no âmbito da

Procuradoria-Geral do Município, sendo: em 13/02/2019 chegou às 13:30hs; em 14/02/2019 chegou às 14:00hs; em 20/02/2019 chegou às 13:00hs; em 21/02/2019 esteve ausente até às 14:10hs; em 28/02/2019 chegou às 13:30hs; em 12/03/2019 chegou às 13:00hs; em 26/03/2019 chegou às 13:30hs; em 27/03/2019 esteve ausente entre 15:00hs e 17:00 hs; em 29/03/2019 chegou às 14:00hs e saiu às 17:00hs; em 02/04/2019 chegou às 13:0hs; consoante Memorando nº 0301/2019/PGMB, de 03/05/2019"; objetivando apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: artigos: Art. 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); II (assiduidade); III (pontualidade); VI (observar as normas legais e regulamentares); X (fazer pronta comunicação à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço); Art. 175 (Ao servidor público é proibido:); I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato); XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho); XIX (proceder de forma desidiosa); e Art. 188 (A demissão será aplicada nos seguintes casos:); VI (insubordinação grave em serviço); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, c/c Lei Municipal nº 3.248/09 c/c Decreto Municipal nº 8.207/18, com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade; c/c disposições do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro);

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Fabiana Demetrio (matrícula nº 944181-00); Precila Andrade Tadiotto Villar (matrícula nº 673838-03), e Tânia Mara Vieira Pompermayer (matrícula nº 717-0) – representante sindical;

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, devendo ser observados durante todo o trâmite, os princípios e garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 26 de agosto de 2019.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretaria de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1851-2019

Publicação Nº 2139201

PORTARIA Nº 1851/2019, de 27 de agosto de 2019.

"Instaura Processo Administrativo Disciplinar, nomeia Comissão Processante e dá outras providências."

O Secretário Municipal de Orçamento e Gestão, designado através da Portaria nº 13.074/2019, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009;

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo Administrativo Disciplinar com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor M. A. L. (matrícula nº 726079-00); para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao expediente encaminhado mediante Memorando nº 761/2019/RH, de 16/08/2019; c/c Memorando nº 794/2019/SOSP, de 15/08/2019; e anexos (Recibos de Pagamento de Salário ref. competências de 01/2017 até 07/2019; Relatório de Registro Ponto / Ponto Eletrônico – período de 01/01/2017 à 14/08/2019; Anexo IV – Decreto 6287/2010 – Formulário de Avisos e Recomendações – data do ocorrido: 12/09/2018; Anexo IV – Decreto 6287/2010 – Formulário de Avisos e Recomendações – data do ocorrido: 10/05/2019); envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, onde relata-se as condutas, sendo: - "ocorrência de mais de 60 – sessenta – dias de falta sem justificativa, interpoladamente, durante o período de 12 – doze – meses, consoante Recibos de Pagamento de Salário ref. competências de 01/2017 até 07/2019; Relatório de Registro Ponto / Ponto Eletrônico – período de 01/01/2017 à 14/08/2019; Anexo IV – Decreto 6287/2010 – Formulário de Avisos e Recomendações – data do ocorrido: 12/09/2018; Anexo IV – Decreto 6287/2010 – Formulário de Avisos e Recomendações – data do ocorrido: 10/05/2019"; objetivando apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação de que amoldam-se ou não, aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: artigos: Art. 174 (São deveres do servidor:); I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); II (assiduidade); III (pontualidade); VI (observar as normas legais e regulamentares); X (fazer pronta comunicação à chefia imediata do motivo de seu não comparecimento ao serviço); Art.

175 (Ao servidor público é proibido:); I (ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do superior imediato); XII (exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho); XIX (proceder de forma desidiosa); e Art. 188 (A demissão será aplicada nos seguintes casos:); III (inassiduidade habitual); VI (insubordinação grave em serviço); que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque, com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade; c/c disposições do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro);

Art. 2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Suzana Marcia Machado Mafra (matrícula nº 587-8); Anelise Cardoso (matrícula nº 717711-01); e Maria Mecias Pinheiro (matrícula nº 689955-04) – representante sindical;

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O indiciado poderá ser representado por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, devendo ser observados durante todo o trâmite, os princípios e garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 27 de agosto de 2019.

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretaria de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1853-2019

Publicação Nº 2139204

PORTARIA Nº 1853/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor, CRISTIANO TITO CORREA , matrícula nº 1042440-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de EDUCADOR SOCIAL , lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, em decorrência do atestado médico do dia 12/08/2019, sendo seu afastamento no dia 27/08/2019.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 12/08/2019 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de agosto de 2019
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

Deivis da Silva
Secretário de Assistência Social

PORTARIA Nº 1854-2019

Publicação Nº 2139206

PORTARIA Nº 1854/2019

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o servidor VALDEMIRO NASCIMENTO, matrícula nº 13137-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotado na Fundação Ecológica e Zootécnica de Brusque, em decorrência do atestado médico do dia 20/08/2019, sendo seu afastamento no dia 04/09/2019

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 20/08/2019 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de agosto de 2019

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Anelise Nagel Ketzer de Souza
Diretora de Recursos Humanos

João Roberto Beuting
Designado Responsável

PORTARIA Nº 234-2019-SAMAE

Publicação Nº 2139209

PORTARIA Nº 234/2019

O Diretor Presidente da Autarquia, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, e Considerando o Ofício nº 038/2019, emitido em 26/08/2019 pela Comissão Permanente de Avaliação Funcional;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional vertical para a servidora Silviane Studnicka, matrícula 20974-00, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-01E passando para o padrão de vencimento 3GF-02E por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, provocando efeitos financeiros a partir de 01/08/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque, 27 de agosto de 2019
DEJAIR MACHADO
DIRETOR PRESIDENTE

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 7- 2019- LEGISLATIVO

Publicação Nº 2139211

Resolução Administrativa Nº 7, de 26 de agosto de 2019.

Autoriza a participação de Servidores no Seminário de Comunicação na Administração Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições Regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a participação dos Servidores Aline Polzin Bortoluzzi, Talita Garcia e Cláudio Augusto dos Santos no Seminário de Comunicação na Administração Municipal – Impactos Atuais e Jurídicos em Tempo de Mídia Eletrônica, a ser realizado pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, no dia 28 de agosto de 2019, em São José/SC.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução Administrativa correrão à conta de dotação orçamentária do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 26 de agosto de 2019.

José Zancanaro

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

RESOLUÇÃO Nº 4-2019- LEGISLATIVO

Publicação Nº 2139212

Resolução Nº 4, de 27 de agosto de 2019.

Promove alterações na Resolução nº 3, de 17 de abril de 2019, que institui o Programa Câmara Itinerante no Município de Brusque e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterada a redação dos itens “III – DA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES”, “IV – DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE”, e “VI – DO COMPROMISSO DA CÂMARA COM A COMUNIDADE”, todos do Anexo Único da Resolução nº 3/2019, passando a constar com as seguintes redações:

III - DA PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES

Os Vereadores serão convidados a participar das reuniões de trabalho do Programa “Câmara Itinerante”. Para este fim, poderão usar da palavra durante três minutos cada um, em cada reunião. Caso seja o Vereador citado por qualquer membro da comunidade, indagado ou se sentir na necessidade de manifestar sua opinião, por motivo de defesa de seu posicionamento ideológico, poderá o mesmo utilizar o prazo máximo de mais três minutos. Caso o Presidente da reunião informal e itinerante perceba que o assunto se distanciou do objetivo principal, poderá dar prosseguimento ao evento, passando a palavra ao próximo orador.

IV - DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E CONVIDADOS

Em todas as reuniões de trabalho serão convidados a participar o Prefeito Municipal, as lideranças comunitárias, assim como os agentes públicos que residam em cada região, bem como profissionais liberais, empresários, autoridades classistas, políticas, da segurança, judiciárias, enfim, os cidadãos (ãs) identificados como agentes ativos das mesmas regiões comunitárias.

VI - DO COMPROMISSO DA CÂMARA COM A COMUNIDADE

As Reuniões de Trabalho servirão para debater assuntos mais importantes de cada região comunitária, sempre na busca de suas soluções, e na análise global da estrutura de cada região com o intuito de prepará-las para o futuro. No encerramento, os vereadores informarão a comunidade acerca das ações que serão realizadas em relação aos temas abordados, buscando atingir os fundamentos para que foi criado o Programa. Concluídos os atos praticados, a comunidade receberá informações sobre as providências tomadas pela Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 2019.

José Zancanaro

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira
Diretor Geral

Caçador

PREFEITURA

DECRETO N° 8.341

Publicação N° 2138702

DECRETO N° 8.341, de 28 de agosto de 2019.

Abre Crédito Adicional Suplementar nas dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município de Caçador, exercício de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 15, da Lei nº 3.484, de 13 de dezembro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2019, na importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2004 – DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

06.181.4.1.36 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

3.3.90.00.00 – 0.1.12 - Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes do provável excesso de arrecadação no exercício corrente na fonte de recurso 0.1.12 – Recursos Arrecadados do Convênio de Trânsito - Prefeitura, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de agosto de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

DECRETO N° 8.342

Publicação N° 2139159

DECRETO N° 8.342, de 28 de agosto de 2019.

Designa fiscal de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Senhor Maykow Christian Almeida para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 84/2019, vinculado ao Processo Licitatório nº 115/2019 – Pregão Presencial nº 71/2019, que tem por objeto a aquisição de 02 (dois) veículos novos (zero-quilômetro) destinados para os Bombeiros Militares do Município de Caçador/SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 28 de agosto de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

EDITAL PROCON 2019

Publicação Nº 2138753

PAD Nº 63/2018 Cip nº 42.006.001.18.0002267
Reclamante: DAYANE JÉSSICA MARTINS GREGÓRIO
Reclamado: GLAIDSON SULZBACHER
CNPJ Nº 03.651.207/0001-14

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Cristiano Zanchi, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 63/2018, figurando como reclamado GLAIDSON SULZBACHER, com vistas a apurar prática infrativa pois a consumidora comprou através do site da reclamada Sulgraf Camisetas – Gleadson Sulzbacher, 01 (um) moletom bordado Administração – ADM M08, pelo valor de R\$ 111,01, conforme pedido nº 5221793, datado de 25/06/18. Realizou o pagamento no valor de R\$ 111,01, através de boleto bancário. O produto não foi encaminhado. A consumidora postulou o ressarcimento dos valores pagos e não foi atendida.

Certificamos que através das fls. 10/12, a tentativa de notificação ao reclamado, o que restou inexitosa.

Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada que está aberto o processo administrativo nº 63/2018, a fim de comparecer neste Órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento do presente processo.

Caçador (SC), 22 de agosto de 2019.

CRISTIANO ZANCHI

Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON

Município de Caçador (SC)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**ATA Nº 27- REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONSELHO FISCAL**

Publicação Nº 2139166

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal do IPASC, em sua sede, sita a Rua General Osório, 52, Centro, nesta cidade, em reunião extraordinária, tendo na pauta os seguintes assuntos: 1 – Leitura da ata anterior; 2 – Discussão do Regimento Interno; 3 – Procedimentos a serem adotados para análise dos balancetes; 4 – Assuntos Gerais. Referente a ata da reunião anterior foi sugerido que não contasse mais os nomes dos conselheiros no início da ata, apenas no final o nome dos presentes. Esteve presente na reunião a Senhora Elizabeth Olsen, diretora presidente do IPASC e o Senhor Fabio Deniz Casagrande, fazendo a entrega do convite e explanação do 1º Seminário de Educação Previdenciária e Financeira, no dia 04 (quatro) de setembro, do corrente ano. Dando continuidade a reunião passou-se a discutir as sugestões de alterações do Regimento Interno, ficando acertado que as discussões darão continuidade na próxima reunião. Referente as análise dos balancetes, ficou definido que será solicitada a Contadora do IPASC que apresente um resumo das Receitas e Despesas. Ficou definido que a próxima reunião extraordinária será no dia 11 de setembro, às 15 horas.

Nada mais havendo a ser tratado, a Presidente encerrou a presente reunião, e eu Airton Carlos Leite, lavrei a presente ata, que vai por todos os presentes assinado.

CAROLINA FRUET DE LIMA AIRTON CARLOS LEITE

FERNANDO SCOLARO FRANCIELE A. DE MACEDO

VITOR HUGO DE LIMA ANDREA RUI PISTORE

JULIANA MACIEL KOHL

LISTA DE PRESENÇA – REUNIÃO ORDINÁRIA – 06/08/2019

NOME	ASSINATURA

Caibi

PREFEITURA

LEI Nº 2.573/2019

Publicação Nº 2138779

LEI Nº 2.573/2019, de 28 de Agosto de 2019.

Autoriza o Município de Caibi firmar Termo de Colaboração com organização da sociedade Civil, sem fins lucrativos, e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a firmar termo de colaboração para repasse de recursos financeiros com organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com transferência de recursos no valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) que destinar-se-ão, para custeio de despesas decorrentes das atividades do "Doce Natal" 2019.

Parágrafo único – A organização da Sociedade Civil que firmará o Termo de Colaboração com o Município, será selecionada através de Edital de Chamamento Público, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art. 2º - A transferência financeira, a aplicação dos recursos, a prestação de contas e demais procedimentos referente a execução do convênio deverão obedecer o disposto no Decreto Municipal nº 027/2014, de 20 de Fevereiro de 2014 bem como as disposições da Lei nº 13.019/2014, de 31 de Julho de 2014.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação orçamentária do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revoga-se a Lei municipal nº 2.569/2019, de 19 de Agosto de 2019, e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi, em 28 de Agosto de 2019.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Administração

Camboriú

PREFEITURA

1326/2019

Publicação Nº 2138311

PORTARIA Nº1.326/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 674/2018 de 02/07/2018, firmado entre REGINALDO DE CASTRO VIANA, matrícula nº 23641-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO(A) ENFERMAGEM - ESF, a partir de 01/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 01/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 14 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1327/2019

Publicação Nº 2138312

PORTARIA Nº1.327/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 847/2019 de 01/08/2019, firmado entre JANIO ROBERTO DALAGO DEICHMANN, matrícula nº 21328-4, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de RECEPCIONISTA, a partir de 06/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 06/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 14 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1328/2019

Publicação Nº 2138313

PORTARIA Nº1.328/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 570/2018 de 04/06/2018, firmado entre INGRID SANTANA MONTEIRO, matrícula nº 23527-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de AGENTE DE ENDEMIAS, a partir de 12/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 12/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1329/2019

Publicação Nº 2138314

PORTARIA Nº1.329/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 171/2019 de 12/02/2019, firmado entre MARCILENE DA SILVA SANTOS DIAS, matrícula nº 22736-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO(A) ENFERMAGEM, a partir de 30/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 30/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1330/2019

Publicação Nº 2138315

PORTARIA Nº1.330/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 582/2018 de 07/06/2018, firmado entre MARLI PEREIRA DEITOS, matrícula nº 23543-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de RECEPCIONISTA, a partir de 31/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1331/2019

Publicação Nº 2138316

PORTARIA Nº1.331/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 820/2018 de 22/11/2018, firmado entre ANA BEATRIZ ALTVATER BIAGIO, matrícula nº 23903-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MEDICO ESF, a partir de 31/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1332/2019

Publicação N° 2138317

PORTARIA N°1.332/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 550/2018 de 04/06/2018, firmado entre ANDRESSA RIGHETTO, matrícula nº 23501-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MEDICO ESF, a partir de 31/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1333/2019

Publicação N° 2138318

PORTARIA N°1.333/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 551/2018 de 04/06/2018, firmado entre LEANDRO GUEDES CORREIA, matrícula nº 23502-3, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MEDICO ESF, a partir de 31/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1334/2019

Publicação Nº 2138319

PORTARIA Nº1.334/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 549/2018 de 04/06/2018, firmado entre EDUARDO MULLER PEDOTT, matrícula nº 23500-5, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MEDICO ESF, a partir de 31/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1335/2019

Publicação Nº 2138320

PORTARIA Nº1.335/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 587/2019 de 03/04/2019, firmado entre DANIELA MASSANEIRO, matrícula nº 21878-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO- ESF, a partir de 31/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1336/2019

Publicação Nº 2138321

PORTARIA Nº1.336/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 130/2019 de 11/02/2019, firmado entre MONIQUE FUSCALDO COELHO, matrícula nº 23995-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MEDICO ESF, a partir de 31/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1337/2019

Publicação Nº 2138322

PORTARIA Nº1.337/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 492/2018 de 01/06/2018, firmado entre TONI ATANASIO, matrícula nº 23442-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU, a partir de 31/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1338/2019

Publicação Nº 2138323

PORTARIA Nº1.338/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 697/2019 de 03/05/2019, firmado entre MAURIZIA AZEVEDO, matrícula nº 21990-5, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO(A) ENFERMAGEM, a partir de 31/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1339/2019

Publicação Nº 2138326

PORTARIA Nº1.339/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 441/2019 de 06/03/2019, firmado entre LUCIANA THEODORO JACQUES, matrícula nº 24147-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de FARMACÊUTICO - NASF, a partir de 31/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1341/2019

Publicação Nº 2138327

PORTARIA Nº1.341/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 844/2019 de 01/08/2019, firmado entre ADALBERTO MIGUEL DE ARAUJO JUNIOR, matrícula nº 24365-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de FARMACEUTICO - PROG DST/AIDS, a partir de 31/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1342/2019

Publicação Nº 2138328

PORTARIA Nº1.342/2019

EXONERA ASSESSOR ADJUNTO DE
DEPARTAMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, ROSANA ESPINDOLA DA SILVA, matrícula nº 22688-3, do cargo em comissão de ASSESSOR ADJUNTO DE DEPARTAMENTO da Secretaria Municipal de Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 09/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1343/2019

Publicação Nº 2138329

PORTARIA Nº1.343/2019

RESCINDE CONTRATO POR TÉRMINO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato firmado entre o Município de Camboriú e os servidores da secretária da saúde, com suas respectivas datas de término, da relação que segue a baixo:

MATRÍ.	NOME	TÉRMINO
22533-1	ANA PAULA DA SILVA LINDNER	06/08/2019
17280-5	ANA VALERIA DOS SANTOS	24/08/2019
21198-2	DALNI LEONTINA PEREIRA	29/08/2019
22560-2	EDLAYNE GISELE SEVERINO	31/08/2019
13354-8	ELIANI REBELO OLEGARIO	24/08/2019
23712-2	FLAVIO AUGUSTO DORILEO DA SILVA	31/08/2019
22563-1	REGINA RODRIGUES FRANÇA	31/08/2019
22561-2	TAINARA SABRINA HESPANHOL	31/08/2019
22559-1	TAMIRIS FRANCISCA MEDEIROS	31/08/2019
22558-1	TAYLANE CECILIA DIAS DE OLIVEIRA	31/08/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1344/2019

Publicação Nº 2138330

PORTARIA Nº1.344/2019

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016 de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a servidora DANIELA ESPINDULA, matrícula nº. 21347-1, contratada no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – PACS, a partir de 07/06/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 07/06/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1345/2019

Publicação Nº 2138331

PORTARIA Nº1.345/2019
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO CERFIS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, BARBARA APARECIDA DEMETRIO no cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO CERFIS da Secretaria Municipal de Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1346/2019

Publicação Nº 2138332

PORTARIA Nº1.346/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/07/2019 á 10/10/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
VERA LUCIA BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	690/2019	664/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1347/2019

Publicação Nº 2138333

PORTARIA Nº1.347/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/07/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
DULCICLEIDE ADRIANA XAVIER DE LIZ	ORIENTADORA EDUCACIONAL 40 HORAS	522/2019	665/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1348/2019

Publicação Nº 2138334

PORTARIA Nº1.348/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/07/2019 á 31/10/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
DAIANA SILVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	731/2019	666/2019
DAIANE MILKE	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	367/2019	667/2019
MARILU DA SILVA BATISTA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	521/2019	668/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1349/2019

Publicação Nº 2138375

PORTARIA Nº1.349/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/07/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
DAIANA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	746/2019	669/2019
ELIANE ORTIZ	PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS 40 HORAS	560/2019	670/2019
WAGNER MATIAS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	614/2019	671/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1350/2019

Publicação Nº 2138377

PORTARIA Nº1.350/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/07/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ALDEMIR GOMES DE FREITAS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	743/2019	672/2019
ANA CARLA DIONISIO DA SILVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	747/2019	673/2019
CRISTIANA APARECIDA PUSSININI	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	592/2019	674/2019
DIONETE BARROS DA COSTA VEDOVATO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	641/2019	675/2019
ELAINE ALEXSANDRA RODRIGUES	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	268/2019	676/2019
JULIANA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	260/2019	677/2019
TERESINHA CLAUDETE DOS SANTOS VICENTE	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	258/2019	678/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1351/2019

Publicação Nº 2138380

PORTARIA Nº1.351/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 01/08/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
FERNANDA TULER CANCELLA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	789/2019	679/2019
ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	755/2019	680/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1352/2019

Publicação Nº 2138382

PORTARIA Nº1.352/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 05/08/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ALINE THAIS DO ROSÁRIO DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	136/2019	681/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1353/2019

Publicação Nº 2138389

PORTARIA Nº1.353/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 21/08/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ELIANE APARECIDA TEIXEIRA ME-DEIROS KUHN	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	180/2019	682/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1354/2019

Publicação Nº 2138390

PORTARIA Nº1.354/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 14/08/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ELISSANDRA DE SOUZA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS	256/2019	683/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1355/2019

Publicação Nº 2138391

PORTARIA Nº1.355/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 09/08/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ITAMARI PIRES JENEI TEIXEIRA	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 20 HORAS	791/2019	684/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1356/2019

Publicação Nº 2138392

PORTARIA Nº1.356/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 02/08/2019 á 11/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
JURACI CABRAL	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	617/2019	685/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1357/2019

Publicação Nº 2138393

PORTARIA Nº1.357/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 08/08/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
PRISCILLA LOPES DUARTE	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	800/2019	686/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1358/2019

Publicação Nº 2138394

PORTARIA Nº1.358/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 05/08/2019 á 04/10/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
VALÉRIA APARECIDA CAMILO DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 40 HORAS	643/2019	687/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 14 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1359/2019

Publicação Nº 2138395

PORTARIA Nº1.359/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 19/08/2019 á 20/08/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ALESSANDRA DE DEUS SILVA	ENFERMEIRA – DST/AIDS 40 HORAS	751/2018	688/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1360/2019

Publicação Nº 2138397

PORTARIA Nº1.360/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/08/2019 á 30/11/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ANGELO MARCIO RAMOS	TECNICO DE ENFERMAGEM - SAMU 40 HORAS	491/2018	689/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1361/2019

Publicação Nº 2138399

PORTARIA Nº1.361/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 17/08/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
AYMÉE CONSTANCIO FERREIRA	MÉDICA ESF 40 HORAS	646/2019	690/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1362/2019

Publicação Nº 2138401

PORTARIA Nº1.362/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 19/09/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
ELISABETH FIGUEREDO BANTIM COELHO	ENFERMEIRA ESF 40 HORAS	784/2018	691/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1363/2019

Publicação Nº 2138402

PORTARIA Nº1.363/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 22/08/2019 á 23/08/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
EMANUELLY APARECIDA DO VALE	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS	752/2018	692/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1364/2019

Publicação Nº 2138427

PORTARIA Nº1.364/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 26/08/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
NILSE TEREZINHA JOAY	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESF 40 HORAS	755/2018	693/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1365/2019

Publicação Nº 2138429

PORTARIA Nº1.365/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 07/08/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
PATRICIA PIMENTEL	TECNICO DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	744/2018	694/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1366/2019

Publicação Nº 2138432

PORTARIA Nº1.366/2019**Prorroga contrato de funcionários**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 23/08/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
VALQUIRIA EMILIA DOS SANTOS PEREIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	753/2018	695/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1367/2019

Publicação Nº 2138433

,PORTARIA Nº1.367/2019**Designa funcionários (as)**

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 15/08/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CRISTIANE DOS SANTOS MONÇÃO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	876/2019	360º
FRANCIELLE TEREZINHA DOS SANTOS MACIEL	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	877/2019	372º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1368/2019

Publicação Nº 2138436

PORTARIA Nº1.368/2019
NOMEIA ASSESSOR DE COMPRAS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, PAULA PICCOLI MERICO no cargo em comissão de ASSESSOR DE COMPRAS da Secretaria Municipal da Administração, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 19/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1369/2019

Publicação Nº 2138439

PORTARIA Nº1.369/2019

RESCINDE CONTRATO POR TÉRMINO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato firmado entre o Município de Camboriú e os servidores da secretária da educação, com suas respectivas datas de término, da relação que segue a baixo:

MATRÍ.	NOME	TÉRMINO
20349-2	CHRISTIANE GUEDES DE LIMA CAMARGO	31/07/2019
23007-3	NATALIA MARIA ANTERO ALEXANDRE DOS SANTOS AMARO	27/08/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1370/2019

Publicação N° 2138441

PORTARIA N°1.370/2019

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016 de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a servidora TATIANA FERNANDA PEREIRA DA COSTA, matrícula nº. 23327-4, contratada no cargo de MERENDEIRA, a partir de 14/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 14/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1371/2019

Publicação N° 2138443

PORTARIA N°1.371/2019

READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO
DO SERVIDOR EFETIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº39/2012, de 02/01/2012, Artº44 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que o servidor encontra-se de auxílio doença por tempo determinado e necessita ser readaptado;

CONSIDERANDO parecer expedido pela perícia médica do município;

RESOLVE:

Art. 1º. Readaptar a servidora efetiva MARIA APARECIDA TODESCO, matrícula nº. 11511-2, do cargo de MONITOR (A), pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, na função designada pela secretaria da Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1372/2019

Publicação Nº 2138444

PORTARIA Nº1.372/2019

**READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO
DO SERVIDOR EFETIVO**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº39/2012, de 02/01/2012, Artº44 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que o servidor encontra-se de auxílio doença por tempo determinado e necessita ser readaptado;

CONSIDERANDO parecer expedido pela perícia médica do município;

RESOLVE:

Art. 1º. Readaptar a servidora efetiva ROSELAINE DE ANDRADE BONES, matrícula nº. 20081-3, do cargo de PROFESSORA, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, na função designada pela secretaria da Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1373/2019

Publicação Nº 2138446

PORTARIA Nº1.373/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 112/2019 de 11/02/2019, firmado entre ELIETE ALVES, matrícula nº 16521-3, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSORA, a partir de 05/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 05/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1374/2019

Publicação Nº 2138447

PORTARIA Nº1.374/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 375/2019 de 01/03/2019, firmado entre ALLAN SERGIO VIEIRA JUNIOR, matrícula nº 22117-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de VIGIA, a partir de 08/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 08/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1375/2019

Publicação Nº 2138449

PORTARIA Nº1.375/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 457/2019 de 07/03/2019, firmado entre AMANDA GALDINE BOLDA, matrícula nº 20864-5, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR, a partir de 08/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 08/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1376/2019

Publicação Nº 2138450

PORTARIA Nº1.376/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 477/2019 de 11/03/2019, firmado entre ANDREIA MIRIAM SCHNEIDER, matrícula nº 16426-10, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR, a partir de 09/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 09/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1377/2019

Publicação Nº 2138451

PORTARIA Nº1.377/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 557/2019 de 21/03/2019, firmado entre CLAUDIA REGINA FERNANDES, matrícula nº 20941-3, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR, a partir de 14/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 14/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1378/2019

Publicação Nº 2138452

PORTARIA Nº1.378/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 780/2019 de 01/07/2019, firmado entre CLAUDIA REGINA FERNANDES, matrícula nº 20941-4, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR, a partir de 14/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 14/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1379/2019

Publicação Nº 2138453

PORTARIA Nº1.379/2019

RESCINDE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 573/2019 de 01/04/2019, firmado entre ELIZABETH RODRIGUES, matrícula nº 24212-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MONITOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20H, a partir de 14/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 14/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1380/2019

Publicação Nº 2138455

,PORTARIA Nº1.380/2019

Exonera Servidor (a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012, de 02/01/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, ELUSA BATISTA, portador do CPF Nº057.355.789-60, matrícula nº. 19357-1, do cargo efetivo de PROFESSORA, concurso público nº 025/2013, a partir de 08/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seu efeito à 08/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1381/2019

Publicação Nº 2138457

,PORTARIA Nº1.381/2019

Exonera Servidor (a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012, de 02/01/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, CARMELIRIA LOURENÇO, portador do CPF Nº 834.792.879-72, matrícula nº. 19212-2, do cargo efetivo de SERVENTE, concurso público nº 025/2013, a partir de 12/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeito á 12/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1382/2019

Publicação Nº 2138458

,PORTARIA Nº1.382/2019

Exonera Servidor (a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012, de 02/01/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, SIRLENE RAQUEL DE SOUZA NASCIMENTO, portador do CPF Nº 044.196.129-08, matrícula nº. 19122-6, do cargo efetivo de MONITOR (A), concurso público nº 025/2013, a partir de 12/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeito á 12/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1383/2019

Publicação Nº 2138459

,PORTARIA Nº1.383/2019

Exonera Servidor (a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012, de 02/01/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, MARCIA ELIZABETH RADICHESKI, portador do CPF N° 063.154.049-01, matrícula nº. 19282-2, do cargo efetivo de MERENDEIRA, concurso público nº 025/2013, a partir de 13/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeito á 13/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1384/2019

Publicação N° 2138460

,PORTARIA N°1.384/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) ZELI PORTO DA ROSA, portador do CPF nº 920.194.639-20, matrícula nº2034-1, a contar de 06/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 06/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1385/2019

Publicação N° 2138462

,PORTARIA N°1.385/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) JOSIANE ROSSI, portador do CPF nº 041.177.539-16, matrícula nº12721-9, a contar de 07/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 07/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1386/2019

Publicação Nº 2138463

PORTARIA Nº1.386/2019

exclui função gratificada do(s) servidor(es)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Excluir Função Gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

12108-2	EVERSON DA SILVA	FG3
---------	------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1387/2019

Publicação Nº 2138465

PORTARIA Nº1.387/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

11672-5	ROSELENE DA SILVA	FG4
---------	-------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1388/2019

Publicação Nº 2138466

,PORTARIA Nº1.388/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ROSANGELA REGINALDO, matrícula Nº. 19099-7, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 1, que ocupa, para MONITOR (A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1389/2019

Publicação Nº 2138468

,PORTARIA Nº1.389/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ANDREIA MULLER, matrícula Nº. 4394-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 1, que ocupa, para MONITOR (A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1390/2019

Publicação Nº 2138471

,PORTARIA Nº1.390/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ELIANE MARA TEIXEIRA PEREIRA, matrícula Nº. 19307-2, acesso da categoria de MONITOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA nível 1, que ocupa, para MONITOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1391/2019

Publicação Nº 2138472

,PORTARIA Nº1.391/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a DANIELA WELTER DA SILVEIRA, matrícula Nº. 19104-4, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1392/2019

Publicação Nº 2138474

,PORTARIA Nº1.392/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ANA CAROLINA BATISTA, matrícula Nº. 19032-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1393/2019

Publicação Nº 2138475

,PORTARIA Nº1.393/2019
Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a GISELE KUHN HADDAD, matrícula Nº. 19040-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1394/2019

Publicação Nº 2138476

,PORTARIA Nº1.394/2019
Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a JUCILENE DOS SANTOS QUEVEDO EDUARDO, matrícula Nº. 19066-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1395/2019

Publicação Nº 2138477

,PORTARIA Nº1.395/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ANA ESTER PADILHA DE FREITAS, matrícula Nº. 4766-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1396/2019

Publicação Nº 2138486

,PORTARIA Nº1.396/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a CRISLAINE PEREIRA, matrícula Nº. 19079-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1397/2019

Publicação Nº 2138488

,PORTARIA Nº1.397/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a VIVIANE VIGNOLI, matrícula Nº. 19046-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 15 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1398/2019

Publicação Nº 2138496

,PORTARIA Nº1.398/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a MARIA EDUARDA CAMPOS DE FIGUEIREDO, matrícula Nº. 19113-1, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 15 de agosto de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

1399/2019

Publicação Nº 2138498

,PORTARIA Nº1.399/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a RENATA CRISTINA CAETANO ALIXANDRE, matrícula Nº. 19565-5, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1400/2019

Publicação Nº 2138499

,PORTARIA Nº1.400/2019**Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a GABRIELI GALL, matrícula Nº. 19178-2, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1401/2019

Publicação Nº 2138500

,PORTARIA Nº1.401/2019**Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a LUIZANDRA TEREZINHA CABRAL, matrícula Nº. 19068-9, acesso da categoria de MONITOR (A) nível 2, que ocupa, para MONITOR (A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 15 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1402/2019

Publicação Nº 2138501

PORTARIA Nº1.402/2019

Exonera Servidor(a) Por
Aposentadoria

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei 039/2012, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO Portaria nº.31/2019 de 16/08/2019, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, por aposentadoria, o(a) Servidor(a) CELIO JOSE AZEVEDO, portador do CPF Nº 291.705.089-68, matrícula nº. 12051-3, do cargo efetivo de PINTOR, a partir de 31/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 31/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 16 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1403/2019

Publicação Nº 2138502

PORTARIA Nº1.403/2019

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016 de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a servidora ALINE MARTINS POLICARPO BAMBINETTI, matrícula nº. 23231-8, contratada no cargo de PROFESSORA, a partir de 17/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 17/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1405/2019

Publicação Nº 2138503

PORTARIA Nº1.405/2019

Exonera Servidor (a) por
falecimento

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 039/2012, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, por falecimento, o(a) Servidor(a) MAURO ANTONIO FIDENCIO, portador do CPF Nº. 534.352.309-91, matrícula nº12658-2, do cargo efetivo de VIGIA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 19 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1406/2019

Publicação Nº 2138506

,PORTARIA Nº1.406/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo simplificado nº015/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 20/08/2019 á 30/09/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARIZILDA GARDINI BAMBINETTI	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	878/2019	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 20 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1407/2019

Publicação Nº 2138508

,PORTARIA Nº1.407/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo seletivo simplificado nº015/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 20/08/2019 á 12/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MICHELÍ LIMA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	879/2019	21º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 20 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1408/2019

Publicação Nº 2138510

PORTARIA Nº1.408/2019

RESCINDE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO memorando PMC/CI nº1.054/2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº 707/2018 de 18/07/2018, firmado entre CLAYTON RODRIGUES RAMOS, matrícula nº 23686-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de VIGIA, a partir de 21/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 21/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 20 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1409/2019

Publicação Nº 2138512

,PORTARIA Nº1.409/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) MARCO AURELIO ROCHA DA SILVA TORINA, portador do CPF nº 895.085.139-34, matrícula nº2425-1, a contar de 13/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 13/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 20 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

1410/2019

Publicação Nº 2138513

,PORTARIA Nº1.410/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) WAGNER E SILVA DE SOUZA, portador do CPF nº 307.630.539-53, matrícula nº23151-4, a contar de 15/08/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 15/08/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 20 de agosto de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH
Secretário da Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2019 - PMC

Publicação Nº 2138624

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 076/2019 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 112/2019 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM MÁQUINAS PESADAS DIVERSAS PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA DO OBRAS, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 28/08/2019

1ª Publicação.

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2019

Publicação Nº 2138669

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 65/2019)

Às 14h do dia 28/08/2019, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de larvicida biológico para aplicação em rios e córregos para combate ao inseto borrachudo. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

ATA TP Nº 60/2019

Publicação Nº 2138304

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 60/2019 – Tomada de preços)

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Presidente da Comissão de Licitação, Daniela Saldanha e Ana Luiza Telma, membros da Comissão de Licitação, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 60/2019, modalidade Tomada de Preço, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para reforma e ampliação de Creche na Rua Francisco Dranka, Distrito de Fragosos, neste Município. Empresas proponentes: LN CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ – 10.834.999/0001-28, GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI – CNPJ: 32.137.794/0001-26, JDI CONSTRUTORA LTDA – CNPJ: 00.532.657/0001-08, PRK ENGENHARIA E COSNTRUÇÕES LTDA EPP – CNPJ: 05.515.251/0001-63. A licitante GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI credenciou o Sr. Andre Diogo Mafra, a licitante JDI CONSTRUTORA LTDA credenciou o Sr. Edson José Maes, as licitantes LN CONSTRUÇÕES LTDA e PRK ENGENHARIA E COSNTRUÇÕES LTDA EPP não credenciaram representante na sessão. Passou-se à análise dos documentos, a licitante GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI comprovou enquadramento como Microempresa e as licitantes LN CONSTRUÇÕES LTDA, JDI CONSTRUTORA LTDA e PRK ENGENHARIA E COSNTRUÇÕES LTDA EPP comprovaram enquadramento como EPP (Empresa de Pequeno Porte) através da Certidão Simplificada. Os documentos foram analisados e rubricados pela comissão e pelos representantes credenciados na sessão, todas as licitantes foram declaradas HABILITADAS pela Comissão de Licitação. Todas as licitantes apresentaram a Declaração de desistência de recursos quanto ao julgamento dos documentos. Passou-se à abertura das propostas, o julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO GLOBAL, as licitantes apresentaram propostas conforme segue:

GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI	R\$ 528.052,41
JDI CONSTRUTORA LTDA	R\$ 563.757,57
LN CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 575.249,77
PRK ENGENHARIA E COSNTRUÇÕES LTDA EPP	R\$ 614.024,12

Está aberto prazo recursal que trata a Lei de Licitações, quanto o julgamento das propostas. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Maria Cristina Marciniak Munhoz Presidente da Comissão de Licitação	Andre Diogo Mafra GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI
Daniela Saldanha Membro da Comissão de Licitação	Edson José Maes JDI CONSTRUTORA LTDA
Ana Luiza Telma Membro da Comissão de Licitação	

CONVOCAÇÃO Nº 190/2019

Publicação Nº 2139191

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018

CONVOCAÇÃO Nº 190/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr^a. MARCIA JEDITZ, inscrita no CPF/MF sob nº 003.449.269-07 aprovada em 67º lugar no Processo Seletivo nº 02/2018, para o Cargo Público de PROFESSOR I na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada

deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 02 de setembro de 2019, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 28 de agosto de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 191/2019

Publicação Nº 2139200

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2018
CONVOCAÇÃO Nº 191/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. SUZANA BONACIN, inscrita no CPF/MF sob nº 621.390.299-68 aprovada em 69º lugar no Processo Seletivo nº 02/2018, para o Cargo Público de PROFESSOR I na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 02 de setembro de 2019, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 28 de agosto de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC
Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 192/2019

Publicação Nº 2139207

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019
CONVOCAÇÃO Nº 192/2019

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. LAÍS TOMMASI MARCON inscrita no CPF/MF sob nº 080.333.449-46 aprovada em 1º lugar no Concurso Público nº 01/2019, para o Cargo Público na Função de ENGENHEIRO SANITARISTA para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 02 de setembro de 2019, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 28 de agosto de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PETERSON ALUÍSIO KOHLER
Secretária Municipal de Saneamento Ambiental

DECRETO Nº 12.191 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139152

DECRETO Nº 12.191 DE 28 DE AGOSTO DE 2019
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:
Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	

04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa Cidadania e PROCON.	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial do Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0003.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito, Casa Cidadania e PROCON.	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339014.00.0896 -	Diárias - Civil	R\$ 3.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de agosto de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.087 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138731

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 17.087 DE 28 DE AGOSTO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal LOURDES SAIDOCK DERENIEVICZ, matrícula funcional nº 000852, registro no sistema sob nº 955551, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 01 de fevereiro de 2016 a 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º A Servidora gozará a Licença Prêmio no período de 02 de setembro de 2019 a 01 de outubro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal, requerimento devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 25 de junho de 2019 sob o nº 004783.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 28 de agosto de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.088 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138743

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.088 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal IZOLETE GODOIS DOS SANTOS JESUS, matrícula funcional nº 000597, registro no sistema sob nº 954832, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 27 de abril de 2016 a 27 de abril de 2019, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 22 de julho de 2019 sob o nº 005696.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 28 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.089 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138883

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.089 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal CLAUDIA INÊS CARDOSO, matrícula funcional nº 000508, registro no sistema sob nº 954592, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 10 de agosto de 2016 a 10 de agosto de 2019, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 19 de agosto de 2019 sob o nº 006621.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 28 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.090 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138912

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.090 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal NEUSA DO CARMO CALISTRO, matrícula funcional nº 000762, registro no sistema sob nº 955368, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 19 de março de 2014 a 19 de março de 2017, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 14 de agosto de 2019 sob o nº 006422.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 28 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.091 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139034

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.091 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal CLÓVIS NENEVÊ, matrícula funcional nº 000583, registro no sistema sob nº 954778, ocupante do Cargo Público de Motorista, exercendo a Função de Motorista da Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: aquisitivo 07 de agosto de 2018 a 06 de agosto de 2019.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 02 de setembro de 2019 a 21 de setembro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 29 de julho de 2019 sob nº 005849.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

28 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.092 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139041

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.092 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal SÉRGIO DA COSTA, matrícula funcional nº 000449, registro no sistema sob nº 954399, ocupante do Cargo Público de Fiscal de Obras, Postura e Meio Ambiente, exercendo atualmente o Cargo Público de Provimento em Comissão de Coordenador do Serviço de Iluminação Pública, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo: 01 de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: aquisitivo 01 de novembro de 2017 a 31 de outubro de 2018.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 02 de setembro de 2019 a 11 de setembro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 19 de agosto de 2019 sob nº 006649.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

28 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.093 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139077

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.093 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, matrícula funcional nº 000707, registro no sistema sob nº 955153, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo III, exercendo atualmente o Cargo Público de Provimento em Comissão de Agente do Controle Interno, lotado no Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: aquisitivo 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 16 de setembro de 2019 a 05 de outubro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 27 de agosto de 2019 sob nº 006961.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de setembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

28 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.094 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139100

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.094 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal DANIELA SALDANHA, matrícula funcional nº 000841, registro no sistema sob nº 955528, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: aquisitivo 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 04 de setembro de 2019 a 13 de setembro de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 28 de agosto de 2019 sob nº 006975.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de setembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
28 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.095 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139103

PORTARIA Nº 17.043 DE 05 DE AGOSTO DE 2019

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal SILVANEI MAIA, matrícula funcional nº 000672, registro no sistema sob nº 955103, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função, Pedreiro/ Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 06 de agosto de 2019 a 15 de agosto de 2019, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 05 de agosto de 2019 sob nº 006028.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
05 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAMILA BRAUN MACHADO
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 06/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.096 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139115

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.096 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Servidor Público Municipal IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, matrícula funcional nº 000707, registro no sistema sob nº 955153, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo III, exercendo atualmente o Cargo Público de Provimento em Comissão de Agente do Controle Interno, lotado no Gabinete do Prefeito.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Servidor Público Municipal o qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 27 de agosto de 2019, sob nº 006962.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

28 de agosto de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 29/08/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 68/2019

Publicação Nº 2137939

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC
 AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2019
 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

ITENS EXCLUSIVOS PARA EPP OU ME, AMPLA CONCORRÊNCIA E COM COTA RESERVADA PARA EPP OU ME

A licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática para as unidades de ensino da Secretaria de Educação do Município de Campo Alegre - SC, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado abaixo:

EXCLUSIVO ME OU EPP					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	50		Mouse Óptico USB – Cor Preto - Scroll macio - Design ergonômico - Informações técnicas - Compatível com: Windows 98,2000, ME, XP, Vista, 7 / MacOS x 9.0 ou superior - Resolução: 800 dpi - Dimensões aprox. do produto: 97 x 55 x 34mm	14,71	735,63
02	30		Teclado Multimídia USB - Cor Preto - Teclas slim - 105 teclas - Compatível com: Windows 98,2000, ME, XP, Vista, 7 / MacOS x 9.0 ou superior - Multimídia	30,49	914,78
03	10		Projetor Multimídia – Cor Preto/Branco -Sistema de Projeção - DLP® -Resolução Nativa 1024x768 -Resoluções máximas :UXGA (1.600 x 1.200), WUXGA (1.920 x 1.200) -Modos de Video:480p, 720p, 1080i, 1080p, 480i, 576i, 576p - 3000 ANSI Lumens (Standard), 2400 ANSI Lumens (ECO) - Entradas/conexões - 1 HDMI (vídeo, Áudio HDCP) * 2- RGB/Vídeo Componente (D-sub) *1- S-Vídeo (Mini DIN) * 1- Vídeo Composto (RCA) * 2 PC Áudio (Estéreo) - Tela projetada (diagonal): 24 (61cm) ~ 300 (762cm) - Compatibilidade: IBM PC e Compatíveis, Apple iMac/MacBook e VESA Standards - Suporte de Cor: 1,07bilhões de cores - Tipo de lâmpada: Osram 190W	3.519,14	35.191,43

		<ul style="list-style-type: none"> - Duração da Lâmpada: Duração: 5.000 horas (normal) a 10.000 horas (modo econômico) - Fonte de alimentação: AC input 100~240V Bivolt automático. - Consumo de energia: 235 Watts (Operação), <0.5Watts (Standby) - Digital Connectivity-HDMI™ - MHL™ Connectivity - Botão Função 3D - DLP 3D preparado (BD) - HDMI 3D ready - Gerenciamento 3D - 24p (HDMI) Real - Baixo nível de ruído - Dual D-Sub Input (VGA) - Instant Pack - Incluso: AC Power Cord - Cabo VGA – Controle Remoto - Maleta para transporte – Apresentador Multimídia. 		
04	12	Impressora, copiadora e scanner - TANQUE DE TINTA Tecnologia de Impressão: Jato de Tinta Wireless: sim Tamanho de Papel: A4 Página por Minuto em Preto: 33 ppm Página por Minuto em Color: 15 ppm Resolução de Impressão: 5760 x 1440 dpi Capacidade de Papel: Entrada 100fls /Saída 30fls Voltagem: BIVOLT Rendimento em Páginas: 4.000 páginas PRETO/ 6.500 páginas COLOR Garantia: 1 ano (ou 15 mil páginas, o que ocorrer primeiro)	1.387,39	16.648,71
05	12	Telefones Com Fio – Cor preto <ul style="list-style-type: none"> - Modo de operação PABX - Funções flash, Rediscador, Pause e Mudo - 3 Níveis de Volume de Campainha - 2 tipos de toque - Uso em mesa ou parede - Design moderno e ergonômico - Tempo de Garantia 1 ano 	66,19	794,31
06	10	Telefones Sem Fio – Cor Preto <ul style="list-style-type: none"> -Tecnologia DECT 6.0 (1,910 –1,920 GHz) -Identificação de chamadas DTMF e FSK -Display alfanumérico, não luminoso -Capacidade para até 7 ramais (base + 6 ramais) -Agenda para 70 nomes/números -Discagem rápida para 10 números (teclas 0 - 9) -Bloqueio de teclado 	116,81	1.168,13

		<ul style="list-style-type: none"> -Som de teclado (on/off) -Bloqueio de discagem com uso de senha -Data, hora e despertador -Pre dialing -Atendimento programável (ao retirar o fone da base ou tecla liga) -4 opções de volume de toque + silencioso -3 opções de volume de recepção de áudio -Menu em português Indicador de carga de bateria (ícone no display) -Temporização de chamadas -Duração da chamada (cronômetro) -Código de área -Flash programável -Tom/Pulso -Funções flash, Rediscador e Mudo -LED no fone -LED na base (carregando e em uso) -Page (localizador) na base 		
07	01	Nobreak Senoidal <ul style="list-style-type: none"> - Potência (VA/W) 1500va 1050w - Tomadas 8 - Bateria 4x 7ah selada - Exp. Bateria Opcional - Tensão Bateria 48v - Carga Típica 6 Micros - Autonomia Típica 12 Minutos - Dimensões Aprox. Mm/Kg 415x192x236 26kg - Controlado Por Dsp (DIGITAL Signal Processor) - Pode Ser Ligado Em Grupo Gerador 47hz A 63Hz - Display Digital Indicador De Potência Va, Watts, Volts E °c (modelos A Partie De 3kva) - Faixa De Entrada Ampliada - Alta Performance Com True Rms E Gerenciador De Baterias - Onda Senoidal Pura - Fatores De Potência: 0,7 - Bivolt De Entrada E Saída -Alta Tecnologia Com Placa Smt -Senoidal De Baixa Distorção Harmônica 	1.842,14	1.842,14
08	16	NOTEBOOK - processador: Intel Core i3 de 7ª geração ou superior – com no mínimo 2.30ghz memória: 4gb ddr4 2133mhz armazenamento: 1tb tamanho de tela: 15,6" led antirreflexo conexões hdmi conexões usb-c 2 conexões usb 3.0 leitor de cartões:	2.758,00	44.128,00

			4x1 (mmc, sd, sdhc, sdxc) web cam: 1.0mp (1280x720) rede: 10/100/1000 rede wireless: wireless 1x1 ac Bluetooth: 4.1 Windows 10 Original bateria: 2 células lithium ion (30wh) teclado: português (br) com teclado numérico drive óptico: não - Mouse e maleta para transporte		
09	10		Roteador Wireless N 300Mbps - Interface 4 Portas LAN 10/100Mbps 1 Porta WAN 10/100Mbps - Botão Liga/Desliga o Wireless, Botão Liga/Desliga WPS, Botão Liga/Desliga para energia - Fonte de alimentação externa 9VDC / 0.6A - Padrões Wireless IEEE 802.11n, IEEE 802.11g, IEEE 802.11b - Antena Três (3) antenas Onidirecionais Destacáveis de 3dBi - Dimensões aproximadas (L X C X A) 200 x 140 x 28mm (7,9 x 5,5 x 1,2 pol) - Frequência 2,4 a 2,4835 GHz - Taxa do Sinal 11n: Até 300Mbps (dinâmico)/11g: Até 54Mbps (dinâmico)/ 11b: Até 11Mbps (dinâmico) - Sensibilidade da Recepção 270M: - EIRP <20dBm (EIRP) - Funções Wireless Ativa/desativa rádio wireless, bridge WDS, WMM, estatísticas - Segurança Wireless WEP / WPA / WPA2, WPAPSK / WPA2-PSK 64/128/152 bits - Tipo de WAN IP dinâmico/ IP estático/ PPPoE/PPTP/L2TP BigPond - DHCP Servidor, Cliente, Lista de clientes DHCP, Reserva de Endereços - Qualidade do Serviço WMM, Controle de largura de banda - Encaminhamento de Porta Servidor virtual, Acionamento de Portas, UPnP, DMZ - DNS Dinâmico DynDns, Comexe, NO-IP - Passagem VPN PPTP, L2TP, IPSec (Cabeçalho ESP) - Controle de Acesso Controle Parental, Controle de Gerenciamento Local, Lista de Hosts, Programação de Acesso, Gerenciamento de Regras - Segurança Firewall DoS, Firewall SPI, Filtragem de Endereço IP/Mac Filtro de	148,12	1.481,18

			endereços, Filtro de domínios, Junção de Endereço IP e MAC - Gerenciamento Controle de Acesso, Gerenciamento Local, Gerenciamento Remoto - Certificação CE, FCC, RoHS - Conteúdo do Pacote 3 antenas onidirecionais destacáveis, Fonte de alimentação, Guia de Rápida Instalação - Requisitos do Sistema Microsoft® Windows® 10, 98SE, NT, 2000, XP, Vista™, 7 ou 8. - Ambiente Temperatura de Operação: 0º a 40ºC (32º a 104ºF), Temperatura de armazenamento: -40º a 70ºC (-40º a 158ºF), Umidade de operação: 10% a 90% sem condensação Umidade de armazenamento: 5% a 90% sem condensação		
10	50		NOBREAK - Potência 600VA - Tomadas: 6 - Autonomia a plena carga: 15 minutos - Entrada BIVOLT - Saída 110 a 120 V	389,69	19.484,63
11	50		MONITOR. Led 18,5". Cor: Preto.	483,17	24.158,38
12	20		PEN DRIVE USB 3.0 256GB – - Capacidade: 256GB - Velocidade: 256GB: 130MB/s para leitura - Dimensões: 60 x 21,2 x 10 mm - Temperatura de Operação 0º a 60ºC - Temperatura de armazenamento -20ºC a 85ºC - Modelo sem tampa - USB 3.1 Ger 1 (USB 3.0) - Compatível com a tecnologia anterior: que possa ser usado com portas USB 3.0 e 2.0 Compatibilidade: Windows 10,8.1,8,7.1(SP1); Mac OS v. 10.12x+, Mac; OS (v. 10/10/x+); Linux v. 2.6.x+; Chrome OS - Garantia de 1 ano	330,53	6.610,67
VALOR TOTAL ESTIMADO					

AMPLA CONCORRÊNCIA					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
13	39		COMPUTADOR DESKTOP Placa mãe: asus h310m-a r2.0 prime vga / hdmi / dv i/ m.2 / ddr4 / usb3.1 / som Processador: Intel core i3 – 8100 (3.6ghz/6 mb cache) ou de geração superior.	2.921,33	113.931,87

			Memoria: 8gb ddr4 2400 mhz Hdd: 2 tb 3.5" 7200rpm + ssd 120 gb Placa de vídeo: onboard – Intel uhd graphics 610 Sistema operacional: Windows 10 (original)		
--	--	--	---	--	--

COTA RESERVADA PARA ME E EPP					
IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
14	11		COMPUTADOR DESKTOP Placa mãe: asus h310m-a r2.0 prime vga / hdmi / dv i/ m.2 / ddr4 / usb3.1 / som Processador: Intel core i3 – 8100 (3.6ghz/6 mb cache) Memoria: 8gb ddr4 2400 mhz Hdd: 2 tb 3.5" 7200rpm + ssd 120 gb Placa de vídeo: onboard – Intel uhd graphics 610 Sistema operacional: Windows 10 (original)	2.921,33	32.134,633

Critério de julgamento: **MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM).**

Recebimento das Propostas: das **0h** do dia **29/08/2019** até as **09h45min** do dia **11/09/2019**;
Início da Sessão de Disputa de Preços: às **10h** do dia **11/09/2019** no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta de dotações orçamentárias nas seguintes classificações:

Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo
Elemento de Despesa	4.4.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 28 de agosto de 2019.

CAMILA BRAUN MACHADO
Secretária Municipal de Administração Interina

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 32/2019

Publicação Nº 2138755

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1124/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 11 de setembro de 2019, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1124/2019 na modalidade de Pregão Presencial Nº 32/2019, tipo menor Menor preço - Unitário por Item para a Aquisição de componentes, peças e acessórios elétricos automotivos, incluso serviço de mão-de-obra para substituição, teste de alternador e motor de partida. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15 e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 28 de agosto de 2019. Clezio Comonelo – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 68/2019

Publicação Nº 2139147

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 117/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2019

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 17 de Setembro de 2019 às 09:00 horas Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Lote, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA CONSERTOS, MONTAGEM, GEOMETRIA, BALANCEAMENTO, RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 28 de agosto de 2019.
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL 12/2019

Publicação Nº 2138859

AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE de Campos Novos –SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1- LICITAÇÃO Nº 17/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019

2- OBJETO: Registro de Preços para a aquisição de 100.000 kg de mistura asfáltica, usinada a quente (CBUQ), acondicionadas em sacos com 25 kg cada, a serem utilizadas para consertos de ruas, o qual será utilizado conforme necessidade do SAMAE, com entrega estimada para o período de 12 (doze) meses, conforme descrito e especificado no Anexo I do edital.

3- DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 09h00min do dia 11/09/2019, para abertura de invólucros. Credenciamento até 08h30min do dia 11/09/2019. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site www.samaecn.com.br ou no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a Rua Caetano Carlos, nº 466, centro em Campos Novos/SC, no seguinte horário: das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 17h00min.

ALEXANDRE KUNEN
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2019

Publicação Nº 2138357

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2019
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº. 09/2019

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-84, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Felipe Schmidt, n. 10, Canoinhas/SC, por intermédio da Secretária Municipal de Saúde, ZENICI DREHER HERBST, resolve impor:

DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2019

em face da empresa NOVA EXPANSÃO ASSESSORIA E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.109.937/0001-04, com sede na rua Emílio Blum, nº 131, Centro, CEP 88.020-010, Florianópolis/SC, pelas razões a seguir transcritas.

A empresa notificada restou vencedora nos Processos Licitatórios FMS nº 12/2019 (Pregão Presencial FMS nº 10/2019), Processo Licitatório FMS nº 10/2019 (Pregão Presencial FMS nº 08/2019), Processo Licitatório FMS nº 18/2019 (Pregão Presencial nº 16/2019), cujas especialidades eram, respectivamente, cirurgia geral, clínica médica e obstetrícia e ginecologia, sendo que manifestou desistência, consoante comunicado emitido a esta Administração, incidindo à espécie o item 19.2 dos respectivos editais:

19.2 A Prefeitura, diante da recusa, apurará as razões do interessado no próprio processo que deu origem à contratação, de que poderá resultar a liberação do compromisso por ele assumido, ou a rejeição da recusa e consequente aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste edital, sem embargo de lhe ser franqueado o contraditório e a ampla defesa.

Notificada para apresentar defesa acerca da recusa, a empresa não foi localizada em seu endereço, na rua Emílio Blum, nº 131, Centro, CEP 88.020-010, Florianópolis/SC, tendo em vista que o aviso de recebimento da carta (AR) voltou negativo em duas oportunidades. Dessa forma, houve a intimação mediante publicação do Diário Oficial dos Municípios (DOM).

Após a publicação da notificação e o transcurso do prazo de resposta, não houve o oferecimento de defesa. Desta forma, não resta alternativa outra para a Administração senão aplicar as penalidades cabíveis ao caso segundo previsão editalícia nos mencionados processos licitatórios e contratos respectivos.

O item 1 e o item 2, "c", cláusula décima primeira dos contratos estipulam as seguintes sanções:

1- A Empresa licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Canoinhas e será descredenciado do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais; (destacado)

2 - Com fundamento nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos, bem como, impedimento da participação da sancionada em procedimentos promovidos pela Administração, para as condutas a seguir discriminadas:

c.1) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração; (destacado)

Assim sendo, em que pese a alegação, em seu comunicado, de que seria forçada a desistir do contrato em virtude da classe médica do Município de Canoinhas desejar receber a mais os valores pelas horas trabalhadas do que era pago na região, e pelo próprio Município de Canoinhas, tem-se que, ainda assim, a imposição de penalidade é a medida cabível, pois a recusa decorreu de entendimento da própria empresa sem que tenha feito qualquer prova do alegado.

Imperioso mencionar que os próprios tribunais pátrios entendem que se o licitante adjudicatário se recusar a assinar o contrato, cabível é a imposição de penalidade:

AÇÃO ANULATÓRIA. SANÇÕES IMPOSTAS DIANTE DE RECUSA DE ADJUDICATÁRIO EM ASSINAR CONTRATO ADMINISTRATIVO. SENTENÇA ORIGINÁRIA DE IMPROCEDÊNCIA. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo ser infligidas as sanções elencadas no art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Parcial provimento da apelação. (TJSP; Apelação Cível 0009306-66.2010.8.26.0220; Relator (a): Ricardo Dip; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Público; Foro de Guaratinguetá - 1ª. Vara Judicial; Data do Julgamento: 05/12/2011; Data de Registro: 12/12/2011)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA (INFRAERO). LICITAÇÃO. ADJUDICAÇÃO À EMPRESA SAGRADA VENCEDORA NO CERTAME. RECUSA DE ASSINATURA DO CONTRATO. PENALIDADES IMPOSTAS. POSSIBILIDADE. PREVISÃO NO EDITAL E NO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA INFRAERO. 1. Ao que consta dos autos, a Infraero aplicou penalidades à empresa vencedora da licitação, porque ela se recusou a assinar o contrato, pleiteando, antes, reajuste de preços, o que lhe foi negado, com fulcro no item 16.1, alíneas "a" e "c" do Edital, e no art. 81 do Regulamento de Licitações e Contratos da Infraero, os quais preconizam que, se o licitante adjudicatário se recusar a assinar o contrato, no prazo assinalado, será considerado inadimplente, ficando sujeito à multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação e suspensão temporária do direito de participar de licitação. 2. A empresa autora descumpriu o Edital e o Regulamento de Licitações e Contratos da Infraero, razão por que são legítimas as penalidades que lhe foram impostas. 3. Sentença confirmada. 4. Apelação desprovida. (Acórdão 2004.32.00.004492-4, Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, TRF1 – Sexta Turma, e-DJF1 DATA:31/05/2016 PAGINA:.)

Do último julgado acima colacionado merece menção o voto do Relator no sentido de que "a recusa decorreu de entendimento da própria empresa, de que, em razão de aumentos verificados em alguns materiais, seria "totalmente inviável" assinar o contrato, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro da empresa". (destacado).

Logo, com base no entendimento dos tribunais, resta injustificada a recusa da empresa NOVA EXPANSÃO ASSESSORIA E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, uma vez que a declaração de que não poderia assumir com o contrato decorreu unilateralmente, devendo, portanto, ser aplicadas as penalidades cabíveis à espécie, conforme previsão em edital.

Igualmente, há que argumentar que as propostas oferecidas ainda estavam vigentes quando da recusa, datada de 28/03/2019, uma vez que nos Pregões nº 08/2019 e nº 10/2019, a sessão ocorreu dia 27/02/2019, e no Pregão nº 16/2019, a sessão ocorreu dia 07/03/2019. Logo, considerando que o prazo de validade das propostas era de 60 (sessenta dias), conforme art. 6º da Lei 10.520/2002 e nos respectivos editais, estava a empresa obrigada a manter seu preço, de modo que apenas estaria liberada do compromisso se transpassado o prazo de validade da proposta, o que não foi o caso.

Assim, interpretando-se em conjunto as penalidades em edital, já transcritas, e dando-se prevalência ao item 1 em virtude do princípio da especialidade da lei reguladora do pregão, aplica-se à empresa NOVA EXPANSÃO ASSESSORIA E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., a penalidade de suspensão de contratar pelo período de 2 (dois) anos com esta Administração com base no art. 7º da Lei 10.520/2002.

Preclusa a presente decisão, registrem-se as penalidades aplicadas no Cadastro de Fornecedores ou de Prestadores de Serviços do Município e promova-se o descredenciamento da empresa pelo período da penalidade aplicada.

Por fim, conforme prevê o art. 109, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, conceda-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta decisão, para que, querendo, apresente recurso. Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Diante do exposto,

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2019.

ZENICI DREHER HERBST
Secretária Municipal de Saúde

DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO 17/2019

Publicação Nº 2138603

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 17/2019
NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL Nº. 16/2019

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.384/0001-80, com sede e foro nesta cidade, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Planejamento, RAFAEL ROTTILI ROEDER, resolve impor:

DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2019

Em face da empresa CONTRANSIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.390.052/0001-11, estabelecida na Avenida Quinto Centenário, 1555, Parque Municipal, na cidade de Três Corações/MG, na pessoa de seu representante legal.

Cuida-se de Processo Administrativo instaurado em desfavor da empresa CONTRANSIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - ME em razão de que esta deixou escoar o prazo estabelecido no contrato nº. PMC 32/2019 sem entregar e instalar o objeto licitado (Tomada de Preço nº. PMC 02/2019).

Assim, em 15 de maio de 2019, a empresa foi notificada para promover "a entrega e instalação do objeto licitado, nos termos do contrato nº. PMC 32/2019, sob pena da rescisão do contrato e aplicação das penalidades previstas na cláusula décima segunda do contrato firmado e na Lei nº. 8.666/93".

No decorrer do presente processo administrativo, a empresa ora notificada promoveu a entrega e instalação do objeto contratado, entretanto,

foi constatado o desatendimento de condições estabelecidas no termo de referência.

Por meio da contranotificação juntada aos autos do presente processo administrativo, a empresa notificada requereu o prazo de 40 (quarenta) dias para adequar o objeto licitado nos termos requeridos, o que foi concedido pela Administração Pública.

Decorrido o prazo estipulado, a contratada regularizou todas as divergências apontadas, conforme informado no Memorando nº. 5.584/2019 da Secretaria Municipal de Planejamento.

Logo, tendo em vista que a empresa atendeu aos termos da notificação, não se justifica a continuidade do presente processo administrativo.

DIANTE DO EXPOSTO, serve o presente para CIENTIFICAR Vossa Senhoria acerca do arquivamento do processo administrativo nº. 17/2019.

Canoinhas/SC, 13 de agosto de 2019.

RAFAEL ROTTILI ROEDER
Secretário Municipal de Planejamento

DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO 22/2019

Publicação Nº 2138611

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2019

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.384/0001-80, com sede e foro nesta cidade, representado neste ato pelo, por intermédio de seu Secretário Municipal de Planejamento, RAFAEL ROTTILI ROEDER, com fulcro dos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº. 8.666/93, bem como respaldada nas demais atribuições constantes na Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve impor:

DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2019

Em face de A.F. DOS SANTOS SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.318.167/0001-38, com sede na Rua Rui Barbosa, 1320, sala 14, Centro, Campo Grande/MS, CEP 79004-440, na pessoa de seu representante legal.

A empresa notificada participou do Processo de Licitação nº. PMC 135/2018, sagrando-se vencedora da Tomada de Preços nº. PMC 11/2018, razão pela qual foi firmado o contrato nº. PMC 02/2019, com prazo de vigência até 10/05/2019, que objetivou a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA A REGULARIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS DA CIDADE DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTA EDITAL".

Segundo o disposto na cláusula sexta do contrato firmado, o prazo para execução do objeto começaria a contar a partir do recebimento da Ordem de Serviço, da seguinte forma:

- Lote 1 – 14 (catorze) semanas;
- Lote 2 – 13 (treze) semanas;
- Lote 3 – 14 (catorze) semanas.

Ocorre que a Ordem de Serviço foi encaminhada à empresa contratada, ora notificada, em 29 de janeiro de 2019, entretanto, a prestação do serviço não foi iniciada. Diante da inércia da empresa, esta foi notificada em data de 26 de março de 2019, apresentando então os protocolos dos projetos em 29 de março de 2019.

Em 26 de abril de 2019 a notificada requereu a prorrogação contratual, tendo em vista que os projetos apresentados foram indeferidos pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. O pedido foi deferido pela Administração Pública, prorrogando-se o contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias, conforme o Primeiro Termo Aditivo do Contrato nº. PMC 02/2019, passando a ter vigência até 10/07/2019.

Ainda, em 31 de maio de 2019 houve novo pedido de prorrogação, sendo então o contrato prorrogado por mais 30 (trinta) dias, conforme o Segundo Termo Aditivo do Contrato nº. PMC 02/2019.

Diante da inércia da notificada e dos diversos Termos de Indeferimento de Projeto emitidos pelo Corpo de Bombeiros de Santa Catarina (anexos o processo administrativo), a empresa foi novamente notificada, em data de 25 de junho de 2019, ciente de que não haveria nova prorrogação contratual.

Considerando que o prazo de vigência do contrato nº. PMC 02/2019 já se esgotou em 10/07/2019, e que até a referida data a empresa notificada não havia regularizado os projetos apresentados, resta configurada a inexecução total do objeto. Assim, a notificada está sujeita às penalidades previstas na cláusula décima segunda do contrato firmado, nos seguintes termos:

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato ou a prática dos atos indicados nesta cláusula, constatado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993 e neste instrumento, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme a seguir descrito:

- a) Advertência, que poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, por culpa da CONTRATADA, bem como no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento das atividades do Município de Canoinhas, a critério da Fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- b) Multa, que será aplicada nas hipóteses de falhas, atraso injustificado, inexecução parcial ou total do Contrato, sendo observadas a tipificação e a base de cálculo constantes da alínea seguinte;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com do Município de Canoinhas, pelo prazo de até 02 (dois) anos, conforme os seguintes parâmetros, sem prejuízo das multas previstas e das demais penalidades legais:
- Parágrafo Segundo. Em caso de descumprimento dos itens dispostos de referência serão aplicadas à contratada penalidades, da seguinte forma:

LISTA DE PENALIDADES

Relatórios	Indeferimento sumário	Relatório de Indeferimento	Penalidade
1º Relatório de Indeferimento	x	< 10 itens	5% do total da edificação
	x		5% do total da edificação
		< 10 itens	5% do total da edificação
2º Relatório de Indeferimento	x	< 5 itens	10% do total da edificação
	x		10% do total da edificação
		< 5 itens	10% do total da edificação
3º Relatório de Indeferimento		< 3 itens	15% do total da edificação
			15% do total da edificação
		< 3 itens	15% do total da edificação
4º Relatório de Indeferimento		< 3 itens	20% do total da edificação
			20% do total da edificação
		< 3 itens	20% do total da edificação

- a) Relatório de Indeferimento: serão aplicadas penalidade no valor de 5% do total do contrato a empresa que apresentar indeferimento sumário e/ou mais de 10 itens para serem corrigidos no relatório de indeferimento do CBMSC.
- b) Relatório de Indeferimento: serão aplicadas penalidade no valor de 5% do total do contrato a empresa que apresentar indeferimento sumário e/ou mais de 5 itens para serem corrigidos no segundo relatório de indeferimento do CBMSC.
- c) Relatório de Indeferimento: serão aplicadas penalidade no valor de 5% do total do contrato a empresa que apresentar indeferimento sumário e/ou mais de 5 itens para serem corrigidos no terceiro relatório de indeferimento do CBMSC.
- d) Relatório de Indeferimento: serão aplicadas penalidade no valor de 5% do total do contrato a empresa que apresentar indeferimento sumário e/ou mais de 5 itens para serem corrigidos no quarto relatório de indeferimento do CBMSC.
- f) Será configurada a inexecução total do objeto nas seguintes hipóteses, sem prejuízos a rescisão por inadimplência, ocasião em que incidirá multa no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato quando:
- 1- Houver atraso injustificado para o início da execução do objeto por mais de 05 (cinco) dias;
- 2- o objeto não for aceito pela fiscalização, por deixar de atender as especificações deste instrumento.
- Parágrafo Terceiro. AS sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Canoinhas, poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- Parágrafo Quarto. O MUNICÍPIO DE CANOINHAS observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízos ao Município de Canoinhas ou a terceiros.
- Parágrafo Quinto. Na aplicação das sanções o Município de Canoinhas considerará, motivadamente, as

razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da CONTRATADA, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 87, da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Sexto. Na hipótese da CONTRATADA não possuir valor a receber do Município de Canoinhas e/ou não for possível suprir por meio da eventual garantia, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao departamento competente para que seja inscrito na dívida ativa do Município de Canoinhas, podendo ainda proceder à cobrança judicial.

Parágrafo Sétimo. O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, cumulativamente, poderá:

- a) Reter o pagamento que se originaria na obrigação não cumprida;
- b) Reter todo e qualquer pagamento que extrapole a diferença da eventual garantia prestada, até o efetivo adimplemento da multa, ou abater tal diferença diretamente do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA, independentemente de notificação extrajudicial.

Parágrafo Oitavo. Na ocorrência de qualquer fato que possa implicar na imposição de uma eventual penalidade, a CONTRATADA será notificada a apresentar defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, de forma a garantir o exercício dos princípios do contraditório e ampla defesa.

Nesse norte, importa consignar que o poder administrativo sancionador não é uma faculdade do administrador, mas um poder-dever de aplicar as sanções previstas quando constatadas práticas que contrariem o interesse e a execução de serviços públicos, como ocorreu no caso em tela.

Diante do exposto, com fundamento no parágrafo primeiro, alíneas "a" e "b", e parágrafo segundo, alínea "f", item 2, ambos da Décima Segunda Cláusula do Contrato nº. PMC 02/2019, e artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, imponho à empresa A.F. DOS SANTOS SERVIÇOS a pena de multa contratual correspondente a 20% sobre o valor total do contrato e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública local pelo prazo de 12 (doze) meses;

Preclusa a presente decisão, registrem-se as penalidades aplicadas no Cadastro de Fornecedores ou de Prestadores de Serviços do Município e promova-se o descredenciamento da empresa pelo período da penalidade aplicada.

Por fim, conforme prevê o art. 109, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93, concedo prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta decisão, para que, querendo, apresente recurso.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Canoinhas/SC, 15 de agosto de 2019.

RAFAEL ROTTILI ROEDER
Secretário Municipal de Planejamento

DECRETO Nº 189/2019

Publicação Nº 2138597

DECRETO Nº 189/2019

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 5.738 de 10/12/2015:

Art. 1º. Ficam nomeados para o Conselho Municipal do idoso:

Representantes do Poder Executivo:

Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Titular: Fernando Seleme Bordin;
- Suplente: Veridiana Trindade.

Secretaria Municipal de Saúde:

- Titular: Dirazéli do Prado;
- Suplente: Marilene Terezinha Paulo Artner

Fundação Cultural " Helmy Wendt Mayer":

- Titular: Marcos Aurélio Budant;
- Suplente: Marcio Bonetti Cavaleiro.

- Secretaria Municipal de Esportes:

- Titular: Mara Marlene Falquevicz;
- Suplente: Jailson Alves Ribeiro.

Secretaria Municipal de Educação:

- Titular: Flávia Lúcia Haensch Sorg;
- Suplente: Rosemari Schiessl Passos.

Representantes de Organizações da Sociedade Civil:

Hospital Santa Cruz de Canoinhas:

- Titular: Clailson Trapp;
- Suplente: Cristine Ribeiro Isphair Maziero.

Associação da Terceira Idade de Canoinhas:

- Titular: Lázara de Toledo Todt;
- Suplente: Altevir Postol.

Associação dos Aposentados e Pensionistas de Canoinhas:

- Titular: Francisco Ferreira;
- Suplente: Nivaldo Burgardt.

Universidade do Contestado Campus Canoinhas:

- Titular: Jaqueline Conceição;
- Suplente: Luiz Alberto Brandes.

- Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Canoinhas:

- Titular: Rogério dos Santos Piechontkoski;
- Suplente: Felipe Mirando do Prado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

CINTIA MÜLLER DE AGUIAR

Secretária Municipal de Assistência Social

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 199/2019

Publicação Nº 2138596

DECRETO Nº. 199/2019

“AUTORIZA AS EQUIPES DE FUTSAL MASCULINO E BOLÃO 23 A REPRESENTAR O MUNICÍPIO NOS JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 6.253 de 08/08/2018, resolve:

AUTORIZAR

Art. 1º - Fica autorizado a custear despesas das equipes de Futsal Masculino e Bolão 23 que irão representar o Município de Canoinhas nos JOGOS ABERTOS DE SANTA CATARINA, etapa Microrregional, que será realizada na cidade de Mafra/SC, nos dias 30 á 31 de agosto de 2019, conforme lista nominal da delegação:

CHEFE DA DELEGAÇÃO: DIMAS ANTONIO CHAGAS

Atletas Futsal Masculino:

RG

1	RUAN PHILIPPE RODRIGUES	2811089
2	GABRIEL PAULO LANGA	4358214
3	LUCAS EDUARDO LEITE	5036031
4	HELTON ANDRÉ SCHUPEL WITT	5036564

5	JAMES PATRICK COSTA DE SOUZA	5807288
6	DIEGO PEREIRA DO AMARAL	5807388
7	ERIQUE FERREIRA SOARES	5886479
8	LUAN KOTETSKI	6442609
9	BRUNO ALVES DE GOES	6695807
10	DIEGO SOARES LOURENÇO	6979935
11	EDUARDO GONÇALVES FERREIRA DOS SANTOS	7228299
12	DAVID WILLIAN SOARES	7453341
13	GUSTAVO GRILO BARROS	47423647

Atletas Bolão 23 Masculino:

1	MARCELO ERHARDT	1797314
2	DOUGLAS LEIMAR WENDT	2735703
3	JOSE ROBERTO KRZESINSKI FILHO	2810484
4	JACKSON LUCIO WENDT	2812740
5	EDSON MARCIEL LANKE	2814143
6	RICARDO ERHARDT	3117328
7	TIAGO ERHARDT	3118909
8	WALTER ROLF PRUST	4769196
9	TIAGO LUIS PAULO	4966337
10	RICARDO JOSÉ KRZESINSKI	4967888
11	FELIPE EDUARDO FLENIK	5254006
12	JAILSON ALVES RIBEIRO	5254789
13	WILSON ALEX CORNELSEN FERNANDES	5345608

Art. 2º - As despesas serão o custeio de alimentação nos dias 30 á 31 de agosto, no valor de R\$ 1.710,00, mais despesas emergenciais no valor de R\$ 290,00. Totalizando R\$2.000,00.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

DECRETO Nº 200/2019

Publicação Nº 2138595

DECRETO Nº 200/2019

HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2019 SMDR

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

HOMOLOGAR

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo de Médico Veterinário, para atuar junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, no Edital nº 01/2019, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Resultado Final do Processo Seletivo Para contratação temporária Médico Veterinário Edital Nº 01/2019 SMDR:

CLASSIFICAÇÃO	NOME	CPF
01	DANILO JOSÉ LEITE DUBIELA	068.373.099-19
02	VIVIAN DO CARMO ARTNER	044.180.529-92
03	FRANCIELE LOUIZE DAIANE LEITE	080.893.929-70
04	RICARDO SCHIVINSKI	004.877.279-83
05	GIANE HELENITA PONTAROLO	042.691.509-71
06	ELY CLELIA FERREIRA ALVES ZIMMERMANN	029.302.029-98
07	NORDON RODRIGO STEPTJUK	052.227.469-25

Canoinhas, 26 de agosto de 2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 75/2019

Publicação Nº 2138349

EDITAL Nº. 75/2019

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 004/SMS/2019.

A Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 004/SMS/2019.

Considerando a necessidade de convocação de candidatos aprovados para preencher cargos relacionados no Anexo I do Presente Edital. Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para contratação temporária, os candidatos a seguir relacionados (ANEXO I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 004/SMS/2019, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento dos candidatos ora convocados no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. Os candidatos, convocados por este Edital, caso não apresentem ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderão automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 75/2019

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: PSICÓLOGO – 40 HORAS
Nome: Bárbara Evers

CARGO: MÉDICO ESF – 40 HORAS
Nome: Tayane Duarte de Oliveira
Nome: Juliane Carla Gmach

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 76/2019

Publicação Nº 2138353

EDITAL Nº. 76/2019

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2018/PMC.

A Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 01/2018/PMC.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Instrutor Agrícola.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, a candidata FLAVIA NATANA GUESSER, aprovada no Concurso Público previsto no Edital nº 01/2018/PMC, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);

- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica a candidata convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso Público os candidatos que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata, convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1126/2019

Publicação Nº 2138563

PORTARIA Nº. 1126/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de ROSECLEIA FRANCO, contratada no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/09/2019 a 23/10/2019 ou até o retorno da servidora efetiva ocupante do cargo, conforme Memorando nº 7.529/SMS/2019.

Art. 2º - Fica prorrogada a contratação de NERILDA VIEIRA DO NASCIMENTO, contratada no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 01/09/2019 a 29/10/2019 ou até o retorno da servidora efetiva ocupante do cargo, conforme Memorando nº 7.529/SMS/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1185/2019

Publicação Nº 2138550

PORTARIA Nº. 1185/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora LEILA CARDOSO, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 04/09/2019 a 13/09/2019, conforme Memorando nº 8.433/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1186/2019

Publicação Nº 2138549

PORTARIA Nº. 1186/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional MARIA APARECIDA CHAVES CUSTODIO, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/10/2019, Conforme Memorando nº 8.500/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1187/2019

Publicação Nº 2138545

PORTARIA Nº. 1187/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora LUCIMARA PEPES, efetiva no cargo de Psicólogo, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 16/09/2019 a 15/10/2019, conforme Memorando nº 7.877/SEMAS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 23/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1189/2019

Publicação Nº 2138552

PORTARIA Nº. 1189/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho da servidora CAROLINA DOS SANTOS MACHADO DRANSFELD, contratada no cargo de Professor de Inglês, 20 horas semanais, lotada no GEM Gertrudes Muller, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/08/2019, conforme Memorando nº 8.503/SME/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1190/2019

Publicação Nº 2138566

PORTARIA Nº. 1190/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora MICHELE APARECIDA LEITE, efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir 23/08/2019 a 19/09/2019, conforme Memorando nº 8.280/SME/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1191/2019

Publicação Nº 2138569

PORTARIA Nº. 1191/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de GRAZIELE RIBEIRO SCHULTZ, contratada no cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, atuando no CEI Landi Ama Neppel, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 23/08/2019 a 19/09/2019, conforme Memorando nº 8.290/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1192/2019

Publicação Nº 2138553

PORTARIA Nº. 1192/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor JESSE CARLOS BATISTA, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 16/09/2019 a 25/09/2019, conforme Memorando nº 8.202/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1193/2019

Publicação Nº 2138557

PORTARIA Nº. 1193/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora PRISCILA SZUCK, efetiva no cargo de Telefonista, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 16/09/2019 a 25/09/2019, conforme Memorando nº 8.199/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1194/2019

Publicação Nº 2138559

PORTARIA Nº. 1194/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora KARIN APARECIDA HAUERBACH, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 02/09/2019 a 11/09/2019, conforme Memorando nº 5.833/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1195/2019

Publicação Nº 2138562

PORTARIA Nº. 1195/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 1173/2019, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a JUSSARA RIBAS PINTO, efetiva no cargo de Professor de Ensino Religioso, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/08/2019 a 20/10/2019, conforme Memorando nº 8.320/SME/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1196/2019

Publicação Nº 2138572

PORTARIA Nº. 1196/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora ROSICLEIA DO PRADO, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 02/09/2019 a 16/09/2019, conforme Memorando nº 5.723/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1197/2019

Publicação Nº 2138574

PORTARIA Nº. 1197/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/SME/2017, Edital nº 006/SME/2017 de 08/12/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2019

Art. 1º - Fica contratada LUCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA DELLER, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG I, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Gertrudes Muller, no período de 26/08/2019 a 14/10/2019. Em vaga temporária/ transitória. Vaga ocupada pela servidora ACT Aglaci Sabatke Iurkiv, a qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 8.498/SME/2019.

Art. 2º - Fica contratada SANDRA REGINA RODRIGUES, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 26/08/2019 a 14/10/2019. Em vaga temporária/ transitória. Vaga ocupada pela servidora ACT Aglaci Sabatke Iurkiv, a qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 8.498/SME/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1198/2019

Publicação Nº 2138576

PORTARIA Nº. 1198/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho da servidora VIVIANE MACHADO, contratada no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 26/08/2019, considerando o retorno da servidora efetiva ocupante do cargo, conforme Memorando nº 8.561/SMS/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1199/2019

Publicação Nº 2138577

PORTARIA Nº. 1199/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/SME/2017, Edital nº 006/SME/2017 de 08/12/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2019

Art. 1º - Fica contratado ELIAS PADILHA, no cargo de Professor de Ensino Religioso, MAG I, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho e EBM Presidente Castelo Branco, no período de 26/08/2019 a 18/10/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Jussara Ribas Pinto, a qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 8.460/SME/2019.

Art. 2º - Fica contratada JULIANE CORRÊA DE ALMEIDA BUENO DE OLIVEIRA CORDEIRO, no cargo de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 20 horas semanais, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho (um aluno com Deficiência Intelectual), no período de 26/08/2019 a 13/12/2019. Em conformidade com a Nota Técnica do SEESP/GAB nº 19/2010 e Lei 13.146 de 06/07/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conforme Memorando nº 8.460/SME/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1200/2019

Publicação Nº 2138578

PORTARIA Nº. 1200/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho do servidor LUCAS ALVES DE ALMEIDA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, no CEI Emília Ferrero, junto a Secretaria Municipal de Educação, para agora atuar, 40 horas, junto ao CEI Carlos Drummond de Andrade, conforme Memorando nº 8.514/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1201/2019

Publicação Nº 2138581

PORTARIA Nº. 1201/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional ROSA MARIA DE SOUZA CORREA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, atuando 20 horas semanais na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa e 20 horas semanais na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/09/2019, Conforme Memorando nº 8.523/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1202/2019

Publicação Nº 2138580

PORTARIA Nº. 1202/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor HAROLDO FERREIRA NETO, efetivo no cargo de Médico Ortopedista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 03/09/2019 a 12/09/2019, conforme Memorando nº 7.469/SMS/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 27/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1203/2019

Publicação Nº 2138586

PORTARIA Nº. 1203/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 05 (cinco) dias de Férias a servidora PAULA CRISTINA DA SILVA, efetiva no cargo de Fiscal II, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 16/09/2019 a 20/09/2019, conforme Memorando nº 8.689/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 1204/2019

Publicação Nº 2138589

PORTARIA Nº. 1204/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença Prêmio a servidora FABIA SAGAZ DIAS, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, a desfrutar no período de 02/09/2019 a 16/09/2019, conforme Memorando nº 8.406/SMS/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1205/2019

Publicação Nº 2138590

PORTARIA Nº. 1205/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado, por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 1165/2018, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1206/2019

Publicação Nº 2138593

PORTARIA Nº. 1206/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado, por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 1003/2019, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 1207/2019

Publicação Nº 2138583

PORTARIA Nº. 1207/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990;
CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90;
CONSIDERANDO o disposto nas Leis nº 5.556/2015, 5.574/2015 e 5.819/2016, que instituem a comissão permanente de sindicâncias e processos administrativos; resolve:

NOMEAR COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 1º - Nos termos da Lei nº 5.556/2015, e suas alterações, ficam nomeados os membros da COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, conforme abaixo relacionados:

1. DANIELA CRISTINA DA SILVA;
2. FRANCIELI JOANA BIALESKI;
3. MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ;
4. SÉRGIO MURILO MIGUEL;
5. CAMILA WALTER;
6. NELSON VARELA DE OLIVEIRA;
7. FABRICIO JOSNEI PEREIRA;
8. MARILIN ROSANA MUNHOZ DA SILVA WERKA;
9. SIMONE MARIA WENDT;
10. DANIELLE LUDKA;
11. MOZARA CARVALHO SCHADEK;
12. EVERTON RANTUM;

Art. 2º - Nos termos do §4º do artigo 1º da Lei nº 5.556/2015, caberá aos participantes da comissão de sindicância e processos administrativos

a escolha do presidente e secretário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 992/2019.

Canoinhas/SC, 28 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

PORTARIA Nº 198/2019

Publicação Nº 2138599

DECRETO Nº. 198/2019

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DA ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.328 de 19/12/2018 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2019, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 2.38 – Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas10.000,00

Recurso: 10000 – Recursos Ordinários

Art. 2º - Para suporte do que trata o artigo 1º deste decreto, fica anulado no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 (Lei nº. 6.327/2018) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2019 (Lei nº. 6.328/2018) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 6: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 2.38 – Ações atinentes ao Convênio Rádio Patrulha

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas10.000,00

Recurso: 10000 – Recursos Ordinários

Art. 3º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2019, o valor de R\$ 25.320,91 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte reais e noventa e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 3001: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 3: Modernização Administrativa

Ação 2.3 – Manutenção da Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas25.320,91

Recurso: 10000 – Recursos Ordinários

Art. 4º - Para suporte do que trata o artigo 3º deste decreto, fica anulado no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 (Lei nº. 6.327/2018) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2019 (Lei nº. 6.328/2018) e seus anexos.

anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 25.320,91 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte reais e noventa e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 3001: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Função 4: Administração

Subfunção 122: Administração Geral

Programa 3: Modernização Administrativa

Ação 2.3 – Manutenção da Sec. Mun. de Adm., Finanças e Orçamento

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas25.320,91

Recurso: 10000 – Recursos Ordinários

Art. 5º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 26 de agosto de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/08/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº FMS 03/2019

Publicação Nº 2138219

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de agosto do ano de 2019, às 10h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas - SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Bairro Centro, Canoinhas/SC, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 120/2019, sob a Presidência do primeiro, a fim de analisar a documentação apresentada pela empresa CASA DE APOIO HOPE LTDA, referente ao Credenciamento nº FMS 03/2019, para realizar Atendimento médico psiquiátrico com internamento e tratamento de pacientes do Município de Canoinhas maiores de 18 anos (ambos os sexos) portadores de transtornos mentais, transtornos decorrentes de álcool e drogas e/ou dependentes químicos. Atendimento médico psiquiátrico com internamento e tratamento de pacientes do Município de Canoinhas com idade entre 12 e 18 anos (crianças e adolescentes - ambos os sexos) portadores de transtornos mentais, transtornos decorrentes de álcool e drogas, e dependentes químicos. Após analisada a documentação, a Comissão julgou que a empresa acima mencionada deixou de apresentar os seguintes documentos: alvará sanitário (item 3.9), atestado de capacidade técnica (item 3.10), documentos que comprovem que a licitante possui no mínimo 01 (um) profissional com Certificado de Qualificação das Especialidades na área pretendida, ou seja, apresentação do RQE (item 3.13), Cópia do Diploma ou certificado de conclusão de curso de medicina do profissional (item 3.14), cópia do curriculum vitae, do profissional apresentado no item "m" deste edital, com documentos que comprovem a especialidade médica na áreas em que pretende atuar (item 3.15), cópia do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), emitido pela Secretaria de Saúde do Município sede da licitante (3.16). Devido à falta de documentos, a comissão declarou a empresa CASA DE APOIO HOPE LTDA inabilitada. Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta ata, para que a empresa regularize os documentos faltantes. Caso não seja regularizada, a empresa será considerada definitivamente inabilitada. Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva Presidente Secretário Membro Membro

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 19/2019

Publicação Nº 2138448

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. PMC 19/2019

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/10/2019, às 14h15min, licitação para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL. Recebimento de propostas até às 14h00min do dia 03/10/2019, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Lei Complementar nº 224/2019

Publicação Nº 2139097

LEI COMPLEMENTAR No 224, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Altera dispositivos da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Capinzal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas “e” e “f” do inciso I do § 2º e acrescentado parágrafo único ao inciso V, ambos do artigo 1º da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar a seguinte redação:

Art. 1º [...]

[...]

§2º [...]

I - [...]

e) caixas d'água e barriletes;

f) poços de elevador e casas de máquinas e manutenção;

[...]

V - [...]

Parágrafo único. Para fins desta Lei consideram-se:

I - materiais permeáveis - 100% (cem por cento):

a) brita;

b) pedrisco;

c) areia; e

d) grama;

II - materiais parcialmente permeáveis - até 50% (cinquenta por cento):

a) blocos de concreto vazado (concregrama);

III - materiais parcialmente permeáveis – até 25% (vinte e cinco por cento):

a) Blocos de concreto intertravado (paver).

Art. 2º Fica alterado o caput e acrescentado o inciso IV ao art. 22 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 22. Em todo edifício ou conjunto residencial acima de oito unidades habitacionais será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

[...]

IV - em unidades habitacionais não contempladas com área de recreação comum no edifício deverão conter varanda ou sacada com área mínima de 3m² (três metros quadrados).

Art. 3º Fica alterado o caput do art. 25 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. Os espaços destinados à garagem e ou estacionamento de veículos só poderão sofrer alteração de uso quando destinado em outro local do mesmo imóvel, número de vagas na mesma quantidade.

Art. 4º Ficam alterados o caput do art. 26 e o seu inciso II, da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 26. No cálculo do número mínimo de vagas de estacionamento deverão ser reservadas vagas para pessoas com deficiência localizadas próximo às entradas dos edifícios destinados aos usos comerciais e de serviços públicos, com largura mínima de 3,70m (três metros vírgula setenta centímetros) e comprimento de 5,00m (cinco metros), nas seguintes proporções:

[...]

II - de 26 a 50 vagas: 2 vagas;

[...].

Art. 5º Ficam alterados o caput do art. 27 e o seu § 3º, da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 27. Para as edificações já existentes até a data de aprovação desta Lei Complementar que forem objeto de obras de reforma, sem ampliação da área construída, mesmo com mudança de uso, não se aplica a exigência referente à quantidade de vagas de garagem e estacionamento previstas no Anexo VII da presente Lei.

[...]

§ 3º As vagas de estacionamento de que trata o § 2º, em terrenos com área inferior a 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados), poderão localizar-se em outro imóvel, no Município, a uma distância máxima de 500,00m (quinhentos metros), desde que vinculadas à edificação através de averbação na escritura pública, anterior ao registro da ampliação.

Art. 6º Fica alterado o § 4º e acrescentado o § 9º ao art. 29 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 29. [...]

[...]

§ 4º Nos recuos laterais serão permitidas paredes cegas até o 4º (quarto) pavimento. Não será exigido o recuo lateral de que trata este artigo nas edificações novas onde houver mais de uma testada para as ruas, caracterizando dois acessos para descarga comercial. Onde a diferença de desnível do terreno seja superior a 4 (quatro) pavimentos, será permitida a dispensa do recuo lateral até o acesso de descarga superior.

[...]

§ 9º Será permitida construção de torre de elevador e de escada junto a uma das divisas laterais, parede cega, não transparente, desde que não ultrapasse a dimensão de até 7,50 (sete metros e cinquenta centímetros).

Art. 7º Fica revogado o inciso III, alterado o inciso VII e renumerados os incisos do caput do art. 30 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 30. Os espaços livres definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, prevendo ser tratados como áreas verdes conforme taxa de permeabilidade especificada na Tabela I - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, desta Lei Complementar, ressalvando-se o direito à realização das seguintes obras:

I - muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, plataformas elevatórias necessárias em função da declividade natural do terreno;

II - estacionamento com capacidade máxima para dois veículos no afastamento frontal das edificações residenciais, quando implantadas em terrenos que não permitam a execução de rampas de acesso no afastamento frontal com declividade de até 30% (trinta por cento), sendo vedada qualquer edificação sobre a mesma;

III - central de gás, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;

IV - edícula ocupando os recuos laterais e de fundos;

V - poços de elevadores e vãos de escadarias, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;

VI - sacadas, desde que não vinculadas à área de serviço, poderão avançar até 50% (cinquenta por cento), sobre os recuos, porém nunca distar menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da(s) divisa(s);

VII - lixeiras, na forma das exigências do art. 279 da Lei Complementar no 213, de 19 de dezembro de 2017 - Código de Edificações.

Art. 8º Fica alterado o inciso I e acrescentado o inciso III ao § 3º do art. 32, da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 32. [...]

[...]

§ 3º [...]

I - tratando-se de edificações construídas sobre o recuo, 1 (uma) Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM – por m² (metro quadrado) de área construída irregularmente;

[...]

III – A multa de que trata este artigo poderá ser parcelada em até 12 (doze) vezes, com vencimentos mensais e parcela mínima no valor de 1 (uma) UFRM, na forma do art. 176 da Lei Complementar no 134, de 22 de dezembro de 2009 - Código Tributário.

Art. 9º Fica acrescentado o § 3º ao art. 33 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. [...]

[...]

§ 3º Os protocolos de que trata o presente artigo terão seu prazo de validade de até 1 (um) ano e os protocolos vencidos na data da promulgação da presente Lei Complementar terão seus prazos prorrogados por até 90 (noventa) dias para regularização.

Art. 10. Fica alterado o caput do art. 34 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar a seguinte redação:

Art. 34. Os novos alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviços ou industrial, somente serão concedidos quando observadas as normas estabelecidas nesta Lei Complementar quanto ao uso do solo previsto para cada zona, exceto quando se tratar de edificações comprovadamente existentes quando da vigência da presente Lei Complementar.

Art. 11. Fica alterado o caput do art. 40 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. Os parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona Urbana, Macrozona de Expansão Urbana Mista, Macrozonas de Qualificação Urbana e Macrozona de Expansão Urbana Industrial, de acordo com os Limites e Parâmetros fixado na Tabela I - De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V e nos Mapas de Macrozoneamento e Zoneamento, constante nos Anexos III e IV da presente Lei Complementar.

Art. 12. Fica alterado o caput, acrescentado o inciso IV ao caput e acrescentado o § 6º, todos do art. 41, da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 41. Os loteamentos serão divididos em quatro categorias:

[...]

IV – Loteamentos empresariais.

[...]

§ 6º Loteamentos empresariais são considerados aqueles destinados ao uso comercial, industrial ou de serviços, implantados em zonas que assim os permitam, nos termos da Lei Complementar Municipal no 184, de 25 de junho de 2015.

Art. 13. Ficam alterados os incisos I e III do art. 42 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com

as seguintes redações:

Art. 42. [...]

I - área total do parcelamento é a área que o loteamento, condomínio, desmembramento ou remembramento abrange;

[...]

III - área total de lotes é a resultante da diferença entre a área do parcelamento e a área de domínio público, exceto nos casos de condomínios urbanísticos;

[...]

Art. 14. Fica alterado o caput do art. 44 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em Zonas Urbanas definidas em Lei Municipal de Perímetro Urbano e nas Macrozonas de Expansão Urbana Mista, Macrozonas de Qualificação Urbana e Macrozonas de Expansão Urbana Industrial.

Art. 15. Fica revogado o inciso XI e reenumerados os incisos, alterado o inciso IV, acrescentado parágrafo único ao inciso XI, todos do art. 45 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 45. [...]

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as medidas saneadoras e assegurado o escoamento das águas;

II - nas nascentes, mesmo os chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;

III - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que tenham sido previamente saneados;

IV - nos novos loteamentos, nas partes do terreno com declividade acima de 30% (trinta por cento).

V - em terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação, podendo o Município exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;

VI - em terrenos situados em fundos de vale essenciais para o escoamento das águas e abastecimento público, a critério do órgão estadual competente e a anuência do Município;

VII - em terrenos situados em áreas consideradas reservas ecológicas, de acordo com a resolução da Legislação Federal e Estadual;

VIII - em terrenos onde exista degradação da qualidade ambiental, até sua correção;

IX - em faixa de 15,00m (quinze metros) para cada lado das redes de alta tensão, rodovias, ferrovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos competentes;

X - em terrenos onde for necessária a sua preservação para o sistema de controle da erosão urbana;

XI - em imóveis dos quais resultem terrenos encravados ou lotes em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;

Parágrafo único. Considera-se terreno encravado aquele que não se comunica com a via pública.

XII - em imóveis que não possuam frente para logradouros públicos oficiais;

XIII - em distância mínima de 50,00m (cinquenta metros) das estações de tratamento de esgoto.

Art. 16. Fica alterado o art. 52 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 52. As vias de acesso sem saída só serão autorizadas se providas de praça de retorno com raio igual ou superior à largura da caixa de rua, sendo o raio mínimo de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros).

Art. 17. Fica revogado o parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 54. Os loteamentos com testada para a Rodovia Estadual deverão ter licença e acessos previamente concedidos e aprovados pelo órgão competente, sob pena de serem indeferidos.

Art. 18. Fica alterado o art. 59 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 59. Os passeios públicos, vias destinadas à circulação exclusiva de pedestres, deverão possuir largura mínima de 2,00m (dois metros) de cada lado e declividade máxima de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 19. Fica alterado o art. 61 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 61. A colocação de postes e caixas de passagem das vias com previsão de alargamento deverão ocorrer fora da área de alargamento da via, sempre que viável, ficando assim localizados dentro da faixa de serviço, na forma da norma de acessibilidade.

Art. 20. Fica revogado o art. 67 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 67. Revogado.

Art. 21. Fica alterado o caput e acrescentado parágrafo único ao artigo 69 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 69. Para os efeitos desta Lei Complementar, a infraestrutura para os novos loteamentos será composta por:

[...]

Parágrafo único. A infraestrutura de que trata este artigo não será exigida para os casos de desmembramento, remembramento e anexação, para os quais será exigida a infraestrutura constante na legislação federal sobre parcelamento do solo.

Art. 22. Fica alterado o inciso V do art. 71 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 71. [...]

[...]

V - viabilidade técnica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, água e esgoto, quanto à capacidade de atendimento do empreendimento;

[...]

Art. 23. Fica revogado o inciso V do caput, alterado o § 2º e acrescentado o § 4º, todos do art. 72 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 72. [...]

[...]

§ 2º As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 3 (três) anos, após o qual deverá ser solicitada nova consulta prévia.

[...]

§ 4º A viabilidade deferida, concedida na vigência da legislação anterior, terá o prazo de até 3 (três) anos para aprovação do projeto definitivo do loteamento, contado a partir de 19/12/2017 – data de promulgação da Lei Complementar no 211/2017.

Art. 24. Ficam revogadas as alíneas “f” e “g” do inciso VIII do § 2º do art. 73 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 73.[...]

[...]

§2º

[...]

VIII – [...]

[...]

f) Revogada;

g) Revogada.

Art. 25. Fica alterado o caput do art. 99 e revogado o seu parágrafo único, da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 99. Os condomínios urbanísticos edificados deverão ser constituídos em consonância com o disposto nesta Lei Complementar, respeitada a legislação federal aplicável.

Art. 26. Fica alterado o título da Seção III e o caput do art. 108 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Seção III

Dos Condomínios de Chácaras

Art. 108. Os condomínios de chácaras poderão ser implantados nas Macrozonas de Expansão Urbana Mista e Macrozonas de Qualificação Urbana.

Art. 27. Ficam alterados o caput, o inciso III e o § 2º do art. 109 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 109. Constituem exigências mínimas de infraestrutura para os condomínios de chácaras:

[...]

III - abertura e terraplenagem das vias internas, execução de passeio, colocação de meios-fios e sarjetas e acesso às vias públicas implementadas no Município;

[...]

§ 2º A aprovação e implantação de condomínios de chácaras fica condicionada à autorização expressa do Conselho da Cidade, que fixará os percentuais mínimos destinados às áreas comuns.

Art. 28. Ficam alterados os Anexos V e VI constantes no artigo 125 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com nova redação, conforme anexos.

Art. 29. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 28 de agosto de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

ANEXO V

ANEXO VI

CLASSIFICAÇÃO DE USO

USO 1 - RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES

USO 2 - RESIDÊNCIAS MULTIFAMILIARES (Vertical)

USO 3 - CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

Vila;

Condomínio;

Horizontal;

Condomínio Vertical.

USO 4 - COMÉRCIO VICINAL

Açougues;
Ateliês Profissionais;
Aviamentos;
Banca de revista;
Bares/Lanchonetes/Sorvetarias;
Escritórios Profissionais e Consultórios (médicos e odontológicos);
Farmácias;
Feiras-Livres;
Mercearias;
Mini Mercados até A= 100m²;
Padarias;
Pet Shops;
Quitandas;
Salões de Beleza;
Sapatarias.

USO 5. A - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 1

Academias;
Auto Peças;
Bancos/Agências e Similares;
Centros de Treinamento de Condutores (Auto Escolas);
Comércios Varejistas de Extintores;
Comércios Varejistas de Gás GLP;
Confeitarias;
Escritórios;
Estacionamentos;
Floriculturas;
Funilaria;
Imobiliárias;
Joalherias;
Livrarias;
Lojas/Butiques;
Lotéricas/Jogos Eletrônicos/Lan Houses;
Micro Empreendedores Individuais;
Ópticas;
Reparo de Eletrodomésticos;
Representações Comerciais/Microempresas Individuais;
Restaurantes;
Transportadoras EPP (somente representação comercial);
Vídeo Locadoras;
Vidraçarias.

USO 5. B - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2

Centros Comerciais;
Construtoras;
Distribuidoras de Peças;
Lojas de Departamentos;
Lojas de Material de Construção;
Montagem Industrial;
Shoppings Centers;
Supermercados.

USO 6 - COMÉRCIO ATACADISTA

Armazéns de gás liquefeito de petróleo – GLP;
Armazéns gerais de estocagem;
Cooperativas;
Depósito de Materiais de Construção e Ferragens;
Depósito de Plásticos;
Depósitos de Aparas de Papel;
Distribuidoras.

USO 7 - COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIAIS

Depósitos pesados (sucatas);
Garagens de empresa de ônibus;
Guinchos;
Oficinas de Máquinas Pesadas;

Postos de Serviços Pesados;
Prédios de Garagens;
Revendas de Caminhões e Máquinas Pesadas;
Transportadoras (médio e grande porte).

USO 8 - PARA VEÍCULOS

Chapeações e Pinturas;
Oficinas Mecânicas;
Postos de Serviços Leves (Abastecimentos, Lubrificação, Borracharia e Lavação);
Retíficas de automóveis/motores.

USO 9 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LEVES

Agências e Revendas de Automóveis;
Agências e Revendas de Motocicletas;

USO 10 - EDUCACIONAL

Centros Comunitários;
Creches;
Cursos Profissionalizantes;
Estabelecimentos de Ensino (1º / 2º e 3º Graus e Específicos).

USO 11 - INSTITUCIONAL

Correios;
Sedes de Órgãos Públicos e Autarquias;
Telecomunicações;
Terminais Rodoviários.

USO 12.A - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 1

Bombeiros;
Delegacias;
Fórum de Justiça;
Quartéis.

USO 12.B - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 2

Capelas Mortuárias;
Cemitérios;
Crematórios;
Funerárias.

USO 13 - SAÚDE / ASSISTÊNCIA SOCIAL

Abrigos/Albergues;
Ambulatórios/ Laboratórios e Postos de Saúde;
Asilos e Orfanatos;
Clínicas (com ou sem internação);
CRAS/ CREAS;
Hospitais e Prontos Socorros.

USO 14 - RELIGIOSOS

Igrejas;
Salões Paroquiais;
Templos.

USO 15 - CULTURAL

Auditórios;
Bibliotecas;
Centros de Eventos;
Cinemas;
Museus;
Teatros.

USO 16.A - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 1

Clubes e Associações Recreativas e/ou Desportivas;
Ginásios e Estádios;
Parques Ambientais;
Pequenas Feiras (Eventuais);
Praças e Áreas de Lazer.

USO 16.B - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 2

Associações de Funcionários (Sede Campestre);

Campings;
Circos;
Parques de Diversão;
Parques de Exposições e Feiras de Evento.

USO 17 - ATIVIDADES NOTURNAS/COMÉRCIO NOTURNO

Boates;
Casas de Espetáculos;
Danceterias;
Discotecas;
Salões de Bailes e Similares;
Salões de Jogos.

USO 18 – HOSPEDAGEM

Hospedarias;
Hotéis;
Pensões;
Pousadas.

USO 19 – MOTÉIS

Para os Usos 20, 21, 22 e 23, respeitar a Portaria Nº 049/97 da FATMA, que dispõe sobre a listagem das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental com impacto local.

USO 20 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 1

Fabricação de artefatos de papel ou papelão, não associados à produção de papel ou papelão;
Fabricação de artigos de madeira para uso residencial, comercial ou industrial;
Fabricação de massas alimentícias, doces em geral, balas, biscoitos e produtos de padaria;
Fabricação de produtos de perfumaria;
Fabricação de velas;
Indústrias de artigos do vestuário, artefatos de tecidos e acessórios do vestuário;
Indústrias de materiais elétricos e de comunicações, com exceção de pilhas, baterias e acumuladores;
Indústrias editoriais e gráficas;
Vidraçarias.

USO 21 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 2

Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, granito e outras pedras;
Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares;
Desdobramentos de madeira, inclusive serraria;
Fabricação de artefatos de couro e peles, calçados em geral;
Fabricação de artigos de borracha em geral;
Fabricação de artigos de metal, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura de aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação;
Fabricação de cerveja, chopes, maltes e bebidas;
Fabricação de madeira aglomerada ou prensada;
Fabricação de máquinas com tratamento galvanotécnico ou fundição;
Fabricação de máquinas de artigos de metal com tratamento químico superficial e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação;
Fabricação de máquinas sem tratamento galvanotécnico e fundição;
Fabricação de móveis e artigos de mobiliário;
Fabricação de peças ornamentais e ou estruturais de cimento, gesso e/ou amianto;
Ferros velhos;
Fiação ou tecelagem;
Indústrias que produzem artigos de material plástico, exceto fabricação de resinas plásticas, fibras artificiais e matérias plásticas;
Jatos de Areia.
Todas as atividades de extração de produtos vegetais;
Usinas de produção de concreto.

USO 22 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 3

Abate e industrialização de produtos animais;
Britamento de pedra/extração mineral;
Curtimento e outras preparações de couros ou peles;
Fabricação de baterias;
Fabricação de carvão Vegetal;
Fabricação de celulose;
Fabricação de papel e pasta mecânica;
Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais;
Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido;
Frigoríficos e laticínios.

Metalúrgica dos metais não ferrosos em forma primária;
 Produção de formas, moldes e peças de metais não ferrosos, com fusão e tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico;
 Produção de fundidos ou forjados de ferro e aço com tratamento superficial e/ou galvanotécnico;
 Secagem e salga de couros e pelos.

USO 23 – PRODUTOS PERIGOSOS

Explosivos;
 Tóxicos e químicos.

ANEXO VII

TABELA II
 DAS GARAGENS E ESTACIONAMENTOS

PADRÕES PARA GARAGENS RESIDENCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
1*	Unifamiliar	1 vaga por unidade
2*	Multifamiliar até 120m ² de área construída por apartamento	1 vaga por unidade habitacional, considerando para efeito de cálculo da vaga de garagem, apenas a área privativa principal do apartamento
-	Multifamiliar acima de 120m ² de área construída por apartamento	2 vagas por unidade habitacional, podendo ser encravada quando for da mesma unidade habitacional

PADRÕES PARA GARAGENS COMERCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Comércio varejista até 150m ²	1 vaga por 150m ² ou fração de área adicionada
-	Centro comercial, loja de departamentos	Até 750m ² , 1 vaga a cada 150m ² ; acima de 750m ² , 1 vaga a cada 50m ²
-	Supermercados acima de 150m ²	Até 750m ² , 1 vaga a cada 150m ² ; acima de 750m ² , 1 vaga a cada 50m ² ; 1 vaga para caminhões por área construída acima de 750m ²
-	Comércio de materiais de construção	1 vaga por 150m ² de área construção; vaga para carga e descarga acima de 750 m ²
-	Depósitos acima de 250m ²	1 vaga por 250m ² de área construção; 1 vaga para caminhões acima de 250m ²
-	Comércio atacadista acima de 750m ²	1 vaga por 250m ² ou fração de área adicionada; 1 vaga para caminhão por 750m ² de área construção; vaga para carga e descarga acima de 750m ²

1* Para unidades habitacionais unifamiliares populares/ZEIS não será exigido vaga de estacionamento.

2* Para os conjuntos habitacionais populares multifamiliares será reduzido em 50%.

PADRÕES PARA GARAGENS SERVIÇOS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Consultórios e escritórios em geral	1 vaga por 150m ² de área construção

-	Oficinas de reparos e serviços de manutenção em veículos	1 vaga por 150m ² de área construção
-	Oficina de reparos em geral	1 vaga por 150m ² de área construção
-	Laboratórios, casas de repouso, ambulatórios, clínicas, policlínicas, hospitais, maternidades e similares	1 vaga por 150m ² de área construção
-	Hotéis e demais meios de hospedagem	Com até 16 unidades de alojamento, 1 vaga para cada 4 unidades; com mais de 16 unidades, 1 vaga para cada 4 unidades para as primeiras 16 unidades, após, 1 vaga para cada 3 unidades, não sendo necessário acesso e circulação exclusivos; 1 vaga para ônibus/40 unidades de alojamento.
-	Transportadoras com coleta e distribuição de mercadorias	1 vaga para caminhão/250m ² de área construção
-	Motéis	1 vaga para cada unidade de alojamento
-	Quadras para esporte, estádios, ginásios cobertos e similares	1 vaga para cada 10m ² de arquibancada
	Bancos e demais serviços de crédito	1 vaga por 150m ² de área construção
*	Ensino de 3º Grau, 2º Grau, particular e cursinhos	1 vaga por 150m ² de área construção
-	Cemitérios	1 vaga para 500m ² de terreno com o mínimo de 10 vagas
**	Templos religiosos e casas de eventos/shows	Até 750m ² , 1 vaga a cada 150m ² ; acima de 750m ² , 1 vaga a cada 50m ²

* Para os estabelecimentos públicos será reduzido em 30%.

PADRÕES PARA GARAGENS INDÚSTRIAS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Atividades industriais acima de 250m ²	1 vaga por 250m ² de área construção; 1 vaga para caminhão/750m ² de área construção

Lei Complementar nº 225/2019

Publicação Nº 2139098

LEI COMPLEMENTAR No 225, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Altera dispositivo da Lei Complementar no 213, de 19 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a redação do caput do art. 154 da Lei Complementar no 213, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 154. O Alvará de Licença para Localização e Funcionamento para os estabelecimentos construídos no perímetro urbano, após a publicação desta lei, somente será concedido mediante a apresentação da certidão de Habite-se. (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 28 de agosto de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0144/2019 PREGÃO ELETRÔNICO 0075/2019

Publicação Nº 2138594

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0144/2019

Pregão Eletrônico Nº 0075/2019

OBJETO: Aquisição de equipamentos laboratoriais, para realização de análises de água e efluentes, destinados ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, em conformidade com o Termo de Compromisso TC/PAC 0328/07 e seus Temos Aditivos, firmado entre a Fundação Nacional da Saúde - FUNASA/SC e o Município de Capinzal/SC.

PROPOSTAS: até dia 10/09/2019 às 08h25min.

ABERTURA DA SESSÃO: dia 10/09/2019 às 08h30min.

TIPO: Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.
Horário: Das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Telefone: (049) 3555-8739 / (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br

Capinzal-SC, 29 de Agosto de 2019.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

Município de Capinzal

PORTARIA 0353/2019

Publicação Nº 2138028

PORTARIA Nº 0353, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Concede Função de Chefia

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Função de Chefia (FC – 1) à servidora Fabiane Zambão, matrícula nº 117480/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência B, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar no Projeto de Teatro e Cultura.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes, interina

PORTARIA 0354/2019

Publicação Nº 2138031

PORTARIA Nº 0354, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019
Concede Função de Chefia

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Função de Chefia (FC – 1) à servidora Luci Ramos Fachin, matrícula nº 323837/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretário de Escola, nível 231, referência E, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Secretaria e pelo setor de Informática da Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes, interina

PORTARIA 0355/2019

Publicação Nº 2138032

PORTARIA Nº 0355, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019
Concede Função de Chefia

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Função de Chefia (FC – 1) à servidora Luciana Milesqui Wilbert, matrícula nº 313700/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência B, conforme o Anexo VI da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelos Projetos do MEC, pela divulgação de atos da Secretaria da Educação, pelo ponto e pela elaboração de relatórios enviados para a Diretoria de Recursos Humanos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes, interina

PORTARIA 0356/2019

Publicação Nº 2138042

PORTARIA Nº 0356, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Carlos Alberto da Silva, matrícula nº 307050/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 5, referência B, conforme o anexo IV da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo Setor da Escola Municipal de Música.

Art. 2º Conceder FC – 2 ao servidor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO
Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes, interina

PORTARIA 0357/2019

Publicação Nº 2138047

PORTARIA Nº 0357, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Inês Rossetti Baron, matrícula nº 310794/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 9, referência E, conforme o anexo IV da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica do Ensino Fundamental.

Art. 2º Conceder FC – 2 à servidora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes, interina

PORTARIA 0358/2019

Publicação Nº 2138051

PORTARIA Nº 0358, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Leila Vieira Kerschner Dambros, matrícula nº 313165/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escrivão, nível 153, referência J, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo Setor da Biblioteca Pública Municipal.

Art. 2º Conceder FC – 2 à servidora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Educação, Cultura e Esportes, interina

PORTARIA 0360/2019

Publicação Nº 2138063

PORTARIA Nº 0360, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2019

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Silvia Maria da Rosa, matrícula nº 333409/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o anexo IV da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Coordenação Pedagógica da Educação Infantil da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Conceder FC – 2 à servidora.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de fevereiro de 2019.

NOEMIA MARIA BONAMIGO PIZZAMIGLIO

Prefeita de Capinzal, em exercício

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes, interina

PORTARIA 1090/2019

Publicação Nº 2138255

PORTARIA Nº 1090, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Dalva Maria Helt Marques, matrícula nº 307785/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pela Direção da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho.

Art. 2º Conceder gratificação de 50% (cinquenta por cento) à servidora, conforme o artigo 24, inciso II da Lei Complementar nº 045/2000.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 12 de agosto de 2019.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 1091/2019

Publicação Nº 2138253

PORTARIA Nº 1091, DE 20 DE AGOSTO DE 2019

Concede Função de Chefia

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Função de Chefia (FC – 1) ao servidor Everson Gabriel Klauz, matrícula nº 328448/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência E, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

CLEBERSON CARLOS CORDEIRO DOS SANTOS
Secretário da Infraestrutura

PORTARIA 1096/2019

Publicação Nº 2138759

PORTARIA Nº 1096, DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Designa servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Designar Vilmar Leal da Silva, matrícula nº 325686/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Pesada, nível 200, referência E, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para responder pelo Setor da Patrulha Agrícola Mecanizada.

Art. 2º Conceder FC – 2 ao servidor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

LEIMAR BERNARDI
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 1099/2019

Publicação Nº 2138256

PORTARIA Nº 1099, DE 27 DE AGOSTO DE 2019
Concede Função de Chefia

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009 e pela Lei Complementar nº 186, de 11 de novembro de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Função de Chefia (FC – 1) à servidora Elaine Fatima Gotardo, matrícula nº 327999/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriurário, nível 153, referência J, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de agosto de 2019.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

RESOLUÇÃO CIALAR 13/2019

Publicação Nº 2138777

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Contrata Servidor

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no artigo 22 do Estatuto Social;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar Luciane Regina Pawlak, matrícula nº 402496/01, para exercer as funções do cargo de Servente no Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR).

Art. 2º A servidora exercerá as funções inerentes ao cargo, em regime de trabalho conforme o § 2º do art. 22 do Estatuto Social e remuneração na forma do Anexo Único do Estatuto Social do CIALAR e nos termos do Edital nº 01/2018.

Art. 3º A servidora fica contratada pelo período de 22 de agosto de 2019 a 04 de maio de 2020.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 22 de agosto de 2019.

NERI LUIZ MIQUELOTO
Prefeito de Ouro
Presidente do CIALAR

CÂMARA MUNICIPAL**COMISSÃO DE AGRICULTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E OUTROS - PARECER PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4/2019**

Publicação Nº 2138152

COMISSÃO DE AGRICULTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E OUTROS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N

º 4/2019

(Do Poder Executivo)

Ementa: Altera dispositivos da Lei Complementar nº 211, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Capinzal.

RELATÓRIO

O Projeto foi protocolado nesta Casa no dia 1º de julho do corrente ano e lido no expediente da sessão plenária do dia 9 do mesmo mês, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, o projeto deu entrada nesta Comissão na reunião ordinária do dia 19 de agosto.

Na ocasião, fora designada audiência pública para discussão conjunta dos Projetos de Lei Complementar de nºs 4 e 5, de 2019, realizada no dia 26 de agosto, mesma oportunidade em que fora designado o relator.

VOTO

O projeto não encontra qualquer óbice de ordem técnica ou material, estando adequado às políticas públicas municipais, motivo pelo qual nada obsta o seu prosseguimento.

Há que se destacar, também, a realização de audiências públicas, promovidas tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo, que confirmaram o apoio popular a necessidade das alterações propostas.

Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Lucas Antonio Dorini

Relator

PARECER

Os Vereadores que compõem a Comissão de Agricultura, Serviços Públicos, Obras e outros, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2019.

Lucas Antonio Dorini

Presidente

Gilmar Junior da Silveira

Membro

Valmor de Vargas

Membro

COMISSÃO DE AGRICULTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E OUTROS - PARECER PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2019

Publicação Nº 2138168

COMISSÃO DE AGRICULTURA, SERVIÇOS PÚBLICOS, OBRAS E OUTROS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N

º 5/2019

(Do Poder Executivo)

Ementa: Altera dispositivo da Lei Complementar nº 213, de 19 de dezembro de 2017.

RELATÓRIO

O Projeto foi protocolado nesta Casa no dia 1º de julho do corrente ano e lido no expediente da sessão plenária do dia 9 do mesmo mês, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, o projeto deu entrada nesta Comissão na reunião ordinária do dia 19 de agosto.

Na ocasião, fora designada audiência pública para discussão conjunta dos Projetos de Lei Complementar de nºs 4 e 5, de 2019, realizada no dia 26 de agosto, mesma oportunidade em que fora designado o relator.

VOTO

O projeto não encontra qualquer óbice de ordem técnica ou material, estando adequado às políticas públicas municipais, motivo pelo qual nada obsta o seu prosseguimento.

Há que se destacar, também, a realização de audiências públicas, promovidas tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo, que confirmaram o apoio popular a necessidade das alterações propostas.

Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Lucas Antonio Dorini
Relator

PARECER

Os Vereadores que compõem a Comissão de Agricultura, Serviços Públicos, Obras e outros, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2019.

Lucas Antonio Dorini
Presidente

Gilmar Junior da Silveira
Membro
Valmor de Vargas
Membro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4/2019

Publicação Nº 2138160

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei Complementar nº 4, de 2019, de origem do Poder Executivo, dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 211, de 2017, que dispõe sobre a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Capinzal.

A presente redação contém a Emenda Modificativa nº 1/2019, lida na Sessão Plenária Ordinária de 13 de agosto de 2019 e aprovada em Plenário em 27 de agosto de 2019, bem como apresentada e aprovada em Audiência Pública promovida por esta Câmara Municipal no dia 26 de agosto de 2019.

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 4, de 2019.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR No 4, DE 28 DE JUNHO DE 2019.

Altera dispositivos da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Capinzal.

Art. 1º Ficam alteradas as alíneas "e" e "f" do inciso I do § 2º e acrescentado parágrafo único ao inciso V, ambos do artigo 1º da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar a seguinte redação:

Art. 1º [...]

[...]

§2º [...]

I - [...]

e) caixas d'água e barriletes;

f) poços de elevador e casas de máquinas e manutenção;

[...]

V - [...]

Parágrafo único. Para fins desta Lei consideram-se:

I - materiais permeáveis - 100% (cem por cento):

a) brita;

b) pedrisco;

c) areia; e

d) grama;

II - materiais parcialmente permeáveis - até 50% (cinquenta por cento):

a) blocos de concreto vazado (concregrama);

III - materiais parcialmente permeáveis – até 25% (vinte e cinco por cento):

a) Blocos de concreto intertravado (paver).

Art. 2o Fica alterado o caput e acrescentado o inciso IV ao art. 22 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 22. Em todo edifício ou conjunto residencial acima de oito unidades habitacionais será exigida uma área de recreação equipada, a qual deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos:

[...]

IV - em unidades habitacionais não contempladas com área de recreação comum no edifício deverão conter varanda ou sacada com área mínima de 3m² (três metros quadrados).

Art. 3o Fica alterado o caput do art. 25 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. Os espaços destinados à garagem e ou estacionamento de veículos só poderão sofrer alteração de uso quando destinado em outro local do mesmo imóvel, número de vagas na mesma quantidade.

Art. 4o Ficam alterados o caput do art. 26 e o seu inciso II, da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 26. No cálculo do número mínimo de vagas de estacionamento deverão ser reservadas vagas para pessoas com deficiência localizadas próximo às entradas dos edifícios destinados aos usos comerciais e de serviços públicos, com largura mínima de 3,70m (três metros vírgula setenta centímetros) e comprimento de 5,00m (cinco metros), nas seguintes proporções:

[...]

II - de 26 a 50 vagas: 2 vagas;

[...].

Art. 5o Ficam alterados o caput do art. 27 e o seu § 3o, da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 27. Para as edificações já existentes até a data de aprovação desta Lei Complementar que forem objeto de obras de reforma, sem ampliação da área construída, mesmo com mudança de uso, não se aplica a exigência referente à quantidade de vagas de garagem e estacionamento previstas no Anexo VII da presente Lei.

[...]

§ 3o As vagas de estacionamento de que trata o § 2o, em terrenos com área inferior a 360m² (trezentos e sessenta metros quadrados), poderão localizar-se em outro imóvel, no Município, a uma distância máxima de 500,00m (quinhentos metros), desde que vinculadas à edificação através de averbação na escritura pública, anterior ao registro da ampliação.

Art. 6o Fica alterado o § 4o e acrescentado o § 9o ao art. 29 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 29. [...]

[...]

§ 4o Nos recuos laterais serão permitidas paredes cegas até o 4º (quarto) pavimento. Não será exigido o recuo lateral de que trata este artigo nas edificações novas onde houver mais de uma testada para as ruas, caracterizando dois acessos para descarga comercial. Onde a diferença de desnível do terreno seja superior a 4 (quatro) pavimentos, será permitida a dispensa do recuo lateral até o acesso de descarga superior.

[...]

§ 9o Será permitida construção de torre de elevador e de escada junto a uma das divisas laterais, parede cega, não transparente, desde que não ultrapasse a dimensão de até 7,50 (sete metros e cinquenta centímetros).

Art. 7o Fica revogado o inciso III, alterado o inciso VII e renumerados os incisos do caput do art. 30 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 30. Os espaços livres definidos como recuos e afastamentos não são edificáveis, prevendo ser tratados como áreas verdes conforme taxa de permeabilidade especificada na Tabela I - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V, desta Lei Complementar, ressalvando-se o direito à realização das seguintes obras:

I - muros de arrimo e de vedação dos terrenos, tapumes, cercas divisórias, escadarias e rampas de acesso, plataformas elevatórias necessárias em função da declividade natural do terreno;

II - estacionamento com capacidade máxima para dois veículos no afastamento frontal das edificações residenciais, quando implantadas em terrenos que não permitam a execução de rampas de acesso no afastamento frontal com declividade de até 30% (trinta por cento), sendo vedada qualquer edificação sobre a mesma;

III - central de gás, de acordo com as normas do Corpo de Bombeiros;

IV - edícula ocupando os recuos laterais e de fundos;

V - poços de elevadores e vãos de escadarias, ocupando apenas parte de um dos afastamentos laterais;

VI – sacadas, desde que não vinculadas à área de serviço, poderão avançar até 50% (cinquenta por cento), sobre os recuos, porém nunca distar menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) da(s) divisa(s);

VII - lixeiras, na forma das exigências do art. 279 da Lei Complementar no 213, de 19 de dezembro de 2017 - Código de Edificações.

Art. 8o Fica alterado o inciso I e acrescentado o inciso III ao § 3o do art. 32, da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 32. [...]

[...]

§ 3o [...]

I - tratando-se de edificações construídas sobre o recuo, 1 (uma) Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM – por m² (metro quadrado)

de área construída irregularmente;

[...]

III – A multa de que trata este artigo poderá ser parcelada em até 12 (doze) vezes, com vencimentos mensais e parcela mínima no valor de 1 (uma) URFM, na forma do art. 176 da Lei Complementar no 134, de 22 de dezembro de 2009 - Código Tributário.

Art. 9º Fica acrescentado o § 3º ao art. 33 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. [...]

[...]

§ 3º Os protocolos de que trata o presente artigo terão seu prazo de validade de até 1 (um) ano e os protocolos vencidos na data da promulgação da presente Lei Complementar terão seus prazos prorrogados por até 90 (noventa) dias para regularização.

Art. 10. Fica alterado o caput do art. 34 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar a seguinte redação:

Art. 34. Os novos alvarás de localização e funcionamento de estabelecimento comercial, de prestação de serviços ou industrial, somente serão concedidos quando observadas as normas estabelecidas nesta Lei Complementar quanto ao uso do solo previsto para cada zona, exceto quando se tratar de edificações comprovadamente existentes quando da vigência da presente Lei Complementar.

Art. 11. Fica alterado o caput do art. 40 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. Os parcelamentos para fins urbanos só poderão ser aprovados e executados se localizados na Macrozona Urbana, Macrozona de Expansão Urbana Mista, Macrozonas de Qualificação Urbana e Macrozona de Expansão Urbana Industrial, de acordo com os Limites e Parâmetros fixado na Tabela I - De Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Anexo V e nos Mapas de Macrozoneamento e Zoneamento, constante nos Anexos III e IV da presente Lei Complementar.

Art. 12. Fica alterado o caput, acrescentado o inciso IV ao caput e acrescentado o § 6º, todos do art. 41, da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 41. Os loteamentos serão divididos em quatro categorias:

[...]

IV – Loteamentos empresariais.

[...]

§ 6º Loteamentos empresariais são considerados aqueles destinados ao uso comercial, industrial ou de serviços, implantados em zonas que assim os permitam, nos termos da Lei Complementar Municipal no 184, de 25 de junho de 2015.

Art. 13. Ficam alterados os incisos I e III do art. 42 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 42. [...]

I - área total do parcelamento é a área que o loteamento, condomínio, desmembramento ou remembramento abrange;

[...]

III - área total de lotes é a resultante da diferença entre a área do parcelamento e a área de domínio público, exceto nos casos de condomínios urbanísticos;

[...]

Art. 14. Fica alterado o caput do art. 44 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 44. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em Zonas Urbanas definidas em Lei Municipal de Perímetro Urbano e nas Macrozonas de Expansão Urbana Mista, Macrozonas de Qualificação Urbana e Macrozonas de Expansão Urbana Industrial.

Art. 15. Fica revogado o inciso XI e renumerados os incisos, alterado o inciso IV, acrescentado parágrafo único ao inciso XI, todos do art. 45 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 45. [...]

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as medidas saneadoras e assegurado o escoamento das águas;

II - nas nascentes, mesmo os chamados "olhos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;

III - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que tenham sido previamente saneados;

IV - nos novos loteamentos, nas partes do terreno com declividade acima de 30% (trinta por cento).

V - em terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação, podendo o Município exigir laudo técnico e sondagem sempre que achar necessário;

VI - em terrenos situados em fundos de vale essenciais para o escoamento das águas e abastecimento público, a critério do órgão estadual competente e a anuência do Município;

VII - em terrenos situados em áreas consideradas reservas ecológicas, de acordo com a resolução da Legislação Federal e Estadual;

VIII - em terrenos onde exista degradação da qualidade ambiental, até sua correção;

IX - em faixa de 15,00m (quinze metros) para cada lado das redes de alta tensão, rodovias, ferrovias e dutos, salvo maiores exigências dos órgãos competentes;

X - em terrenos onde for necessária a sua preservação para o sistema de controle da erosão urbana;

XI - em imóveis dos quais resultem terrenos encravados ou lotes em desacordo com os padrões estabelecidos em lei;

Parágrafo único. Considera-se terreno encravado aquele que não se comunica com a via pública.

XII - em imóveis que não possuam frente para logradouros públicos oficiais;

XIII - em distância mínima de 50,00m (cinquenta metros) das estações de tratamento de esgoto.

Art. 16. Fica alterado o art. 52 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 52. As vias de acesso sem saída só serão autorizadas se providas de praça de retorno com raio igual ou superior à largura da caixa de rua, sendo o raio mínimo de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros).

Art. 17. Fica revogado o parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 54. Os loteamentos com testada para a Rodovia Estadual deverão ter licença e acessos previamente concedidos e aprovados pelo órgão competente, sob pena de serem indeferidos.

Art. 18. Fica alterado o art. 59 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 59. Os passeios públicos, vias destinadas à circulação exclusiva de pedestres, deverão possuir largura mínima de 2,00m (dois metros) de cada lado e declividade máxima de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 19. Fica alterado o art. 61 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 61. A colocação de postes e caixas de passagem das vias com previsão de alargamento deverão ocorrer fora da área de alargamento da via, sempre que viável, ficando assim localizados dentro da faixa de serviço, na forma da norma de acessibilidade.

Art. 20. Fica revogado o art. 67 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 67. Revogado.

Art. 21. Fica alterado o caput e acrescentado parágrafo único ao artigo 69 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 69. Para os efeitos desta Lei Complementar, a infraestrutura para os novos loteamentos será composta por:

[...]

Parágrafo único. A infraestrutura de que trata este artigo não será exigida para os casos de desmembramento, remembramento e anexação, para os quais será exigida a infraestrutura constante na legislação federal sobre parcelamento do solo.

Art. 22. Fica alterado o inciso V do art. 71 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 71. [...]

[...]

V - viabilidade técnica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, água e esgoto, quanto à capacidade de atendimento do empreendimento;

[...]

Art. 23. Fica revogado o inciso V do caput, alterado o § 2º e acrescentado o § 4º, todos do art. 72 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 72. [...]

[...]

§ 2º As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 3 (três) anos, após o qual deverá ser solicitada nova consulta prévia.

[...]

§ 4º A viabilidade deferida, concedida na vigência da legislação anterior, terá o prazo de até 3 (três) anos para aprovação do projeto definitivo do loteamento, contado a partir de 19/12/2017 – data de promulgação da Lei Complementar no 211/2017.

Art. 24. Ficam revogadas as alíneas “f” e “g” do inciso VIII do § 2º do art. 73 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 73. [...]

[...]

§2º

[...]

VIII – [...]

[...]

f) Revogada;

g) Revogada.

Art. 25. Fica alterado o caput do art. 99 e revogado o seu parágrafo único, da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 99. Os condomínios urbanísticos edificados deverão ser constituídos em consonância com o disposto nesta Lei Complementar, respeitada a legislação federal aplicável.

Art. 26. Fica alterado o título da Seção III e o caput do art. 108 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Seção III

Dos Condomínios de Chácaras

Art. 108. Os condomínios de chácaras poderão ser implantados nas Macrozonas de Expansão Urbana Mista e Macrozonas de Qualificação Urbana.

Art. 27. Ficam alterados o caput, o inciso III e o § 2º do art. 109 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 109. Constituem exigências mínimas de infraestrutura para os condomínios de chácaras:

[...]

III - abertura e terraplenagem das vias internas, execução de passeio, colocação de meios-fios e sarjetas e acesso às vias públicas implementadas no Município;

[...]

§ 2º A aprovação e implantação de condomínios de chácaras fica condicionada à autorização expressa do Conselho da Cidade, que fixará os percentuais mínimos destinados às áreas comuns.

Art. 28. Ficam alterados os Anexos V e VI constantes no artigo 125 da Lei Complementar no 211, de 19 de dezembro de 2017, que passam a vigorar com nova redação, conforme anexos.

Art. 29. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), 27 de agosto de 2019.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Os membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Bruno Michel Fávero-SD
Presidente/Relator

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB
Membro
Vereador Kelvis Borges-PP
Membro

ANEXO V

ANEXO VI

CLASSIFICAÇÃO DE USO

USO 1 - RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES

USO 2 - RESIDÊNCIAS MULTIFAMILIARES (Vertical)

USO 3 - CONJUNTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL

Vila;
Condomínio;
Horizontal;
Condomínio Vertical.

USO 4 - COMÉRCIO VICINAL

Açougues;
Ateliês Profissionais;
Aviamentos;
Banca de revista;
Bares/Lanchonetes/Sorveterias;
Escritórios Profissionais e Consultórios (médicos e odontológicos);
Farmácias;
Feiras-Livres;
Mercearias;
Mini Mercados até A= 100m²;
Padarias;
Pet Shops;
Quitandas;
Salões de Beleza;
Sapatarias.

USO 5. A - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 1

Academias;
Auto Peças;
Bancos/Agências e Similares;
Centros de Treinamento de Condutores (Auto Escolas);
Comércios Varejistas de Extintores;
Comércios Varejistas de Gás GLP;
Confeitarias;
Escritórios;
Estacionamentos;
Floriculturas;
Funilaria;
Imobiliárias;

Joalherias;
Livrarias;
Lojas/Butiques;
Lotéricas/Jogos Eletrônicos/Lan Houses;
Micro Empreendedores Individuais;
Ópticas;
Reparo de Eletrodomésticos;
Representações Comerciais/Microempresas Individuais;
Restaurantes;
Transportadoras EPP (somente representação comercial);
Vídeo Locadoras;
Vidraçarias.

USO 5. B - COMÉRCIO VAREJISTA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 2

Centros Comerciais;
Construtoras;
Distribuidoras de Peças;
Lojas de Departamentos;
Lojas de Material de Construção;
Montagem Industrial;
Shoppings Centers;
Supermercados.

USO 6 - COMÉRCIO ATACADISTA

Armazéns de gás liquefeito de petróleo – GLP;
Armazéns gerais de estocagem;
Cooperativas;
Depósito de Materiais de Construção e Ferragens;
Depósito de Plásticos;
Depósitos de Aparas de Papel;
Distribuidoras.

USO 7 - COMÉRCIO E SERVIÇOS ESPECIAIS

Depósitos pesados (sucatas);
Garagens de empresa de ônibus;
Guinchos;
Oficinas de Máquinas Pesadas;
Postos de Serviços Pesados;
Prédios de Garagens;
Revendas de Caminhões e Máquinas Pesadas;
Transportadoras (médio e grande porte).

USO 8 - PARA VEÍCULOS

Chapeações e Pinturas;
Oficinas Mecânicas;
Postos de Serviços Leves (Abastecimentos, Lubrificação, Borracharia e Lavação);
Retíficas de automóveis/motores.

USO 9 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LEVES

Agências e Revendas de Automóveis;
Agências e Revendas de Motocicletas;

USO 10 - EDUCACIONAL

Centros Comunitários;
Creches;
Cursos Profissionalizantes;
Estabelecimentos de Ensino (1º / 2º e 3º Graus e Específicos).

USO 11 - INSTITUCIONAL

Correios;
Sedes de Órgãos Públicos e Autarquias;
Telecomunicações;
Terminais Rodoviários.

USO 12.A - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 1

Bombeiros;
Delegacias;
Fórum de Justiça;
Quartéis.

USO 12.B - INSTITUCIONAIS ESPECIAIS 2

Capelas Mortuárias;
Cemitérios;
Crematórios;
Funerárias.

USO 13 - SAÚDE / ASSISTÊNCIA SOCIAL

Abrigos/Albergues;
Ambulatórios/ Laboratórios e Postos de Saúde;
Asilos e Orfanatos;
Clínicas (com ou sem internação);
CRAS/ CREAS;
Hospitais e Prontos Socorros.

USO 14 - RELIGIOSOS

Igrejas;
Salões Paroquiais;
Templos.

USO 15 - CULTURAL

Auditórios;
Bibliotecas;
Centros de Eventos;
Cinemas;
Museus;
Teatros.

USO 16.A - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 1

Clubes e Associações Recreativas e/ou Desportivas;
Ginásios e Estádios;
Parques Ambientais;
Pequenas Feiras (Eventuais);
Praças e Áreas de Lazer.

USO 16.B - RECREAÇÃO E LAZER ESPECIAL 2

Associações de Funcionários (Sede Campestre);
Campings;
Circos;
Parques de Diversão;
Parques de Exposições e Feiras de Evento.

USO 17 - ATIVIDADES NOTURNAS/COMÉRCIO NOTURNO

Boates;
Casas de Espetáculos;
Danceterias;
Discotecas;
Salões de Bailes e Similares;
Salões de Jogos.

USO 18 – HOSPEDAGEM

Hospedarias;
Hotéis;
Pensões;
Pousadas.

USO 19 – MOTÉIS

Para os Usos 20, 21, 22 e 23, respeitar a Portaria Nº 049/97 da FATMA, que dispõe sobre a listagem das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental com impacto local.

USO 20 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 1

Fabricação de artefatos de papel ou papelão, não associados à produção de papel ou papelão;
Fabricação de artigos de madeira para uso residencial, comercial ou industrial;
Fabricação de massas alimentícias, doces em geral, balas, biscoitos e produtos de padaria;
Fabricação de produtos de perfumaria;
Fabricação de velas;
Indústrias de artigos do vestuário, artefatos de tecidos e acessórios do vestuário;
Indústrias de materiais elétricos e de comunicações, com exceção de pilhas, baterias e acumuladores;

Indústrias editoriais e gráficas;
Vidraçarias.

USO 21 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 2

Aparelhamento de pedras para construção e execução de trabalhos em mármore, granito e outras pedras;
Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares;
Desdobramentos de madeira, inclusive serraria;
Fabricação de artefatos de couro e peles, calçados em geral;
Fabricação de artigos de borracha em geral;
Fabricação de artigos de metal, sem tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico e/ou pintura de aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação;
Fabricação de cerveja, chopes, maltes e bebidas;
Fabricação de madeira aglomerada ou prensada;
Fabricação de máquinas com tratamento galvanotécnico ou fundição;
Fabricação de máquinas de artigos de metal com tratamento químico superficial e/ou pintura por aspersão e/ou aplicação de verniz e/ou esmaltação;
Fabricação de máquinas sem tratamento galvanotécnico e fundição;
Fabricação de móveis e artigos de mobiliário;
Fabricação de peças ornamentais e ou estruturais de cimento, gesso e/ou amianto;
Ferros velhos;
Fiação ou tecelagem;
Indústrias que produzem artigos de material plástico, exceto fabricação de resinas plásticas, fibras artificiais e matérias plásticas;
Jatos de Areia.
Todas as atividades de extração de produtos vegetais;
Usinas de produção de concreto.

USO 22 - ATIVIDADES DE NÍVEL DE INCÔMODO 3

Abate e industrialização de produtos animais;
Britamento de pedra/extração mineral;
Curtimento e outras preparações de couros ou peles;
Fabricação de baterias;
Fabricação de carvão Vegetal;
Fabricação de celulose;
Fabricação de papel e pasta mecânica;
Fabricação de rações balanceadas e de alimentos preparados para animais;
Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido;
Frigoríficos e laticínios.
Metalúrgica dos metais não ferrosos em forma primária;
Produção de formas, moldes e peças de metais não ferrosos, com fusão e tratamento químico superficial e/ou galvanotécnico;
Produção de fundidos ou forjados de ferro e aço com tratamento superficial e/ou galvanotécnico;
Secagem e salga de couros e pelos.

USO 23 – PRODUTOS PERIGOSOS

Explosivos;
Tóxicos e químicos.

ANEXO VII

TABELA II DAS GARAGENS E ESTACIONAMENTOS

PADRÕES PARA GARAGENS RESIDENCIAIS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
1*	Unifamiliar	1 vaga por unidade
2*	Multifamiliar até 120m ² de área construída por apartamento	1 vaga por unidade habitacional, considerando para efeito de cálculo da vaga de garagem, apenas a área privativa principal do apartamento
-	Multifamiliar acima de 120m ² de área construída por apartamento	2 vagas por unidade habitacional, podendo ser encravada quando for da mesma unidade habitacional

PADRÕES PARA GARAGENS COMERCIAIS

NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Comércio varejista até 150m²	1 vaga por 150m² ou fração de área adicionada
-	Centro comercial, loja de departamentos	Até 750m², 1 vaga a cada 150m²; acima de 750m², 1 vaga a cada 50m²
-	Supermercados acima de 150m²	Até 750m², 1 vaga a cada 150m²; acima de 750m², 1 vaga a cada 50m²; 1 vaga para caminhões por área construída acima de 750m²
-	Comércio de materiais de construção	1 vaga por 150m² de área construção; vaga para carga e descarga acima de 750 m²
-	Depósitos acima de 250m²	1 vaga por 250m² de área construção; 1 vaga para caminhões acima de 250m²
-	Comércio atacadista acima de 750m²	1 vaga por 250m² ou fração de área adicionada; 1 vaga para caminhão por 750m² de área construção; vaga para carga e descarga acima de 750m²

1* Para unidades habitacionais unifamiliares populares/ZEIS não será exigido vaga de estacionamento.

2* Para os conjuntos habitacionais populares multifamiliares será reduzido em 50%.

PADRÕES PARA GARAGENS SERVIÇOS

NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Consultórios e escritórios em geral	1 vaga por 150m² de área construção
-	Oficinas de reparos e serviços de manutenção em veículos	1 vaga por 150m² de área construção
-	Oficina de reparos em geral	1 vaga por 150m² de área construção
-	Laboratórios, casas de repouso, ambulatórios, clínicas, policlínicas, hospitais, maternidades e similares	1 vaga por 150m² de área construção
-	Hotéis e demais meios de hospedagem	Com até 16 unidades de alojamento, 1 vaga para cada 4 unidades; com mais de 16 unidades, 1 vaga para cada 4 unidades para as primeiras 16 unidades, após, 1 vaga para cada 3 unidades, não sendo necessário acesso e circulação exclusivos; 1 vaga para ônibus/40 unidades de alojamento.
-	Transportadoras com coleta e distribuição de mercadorias	1 vaga para caminhão/250m² de área construção
-	Motéis	1 vaga para cada unidade de alojamento
-	Quadras para esporte, estádios, ginásios cobertos e similares	1 vaga para cada 10m² de arquibancada
-	Bancos e demais serviços de crédito	1 vaga por 150m² de área construção
*	Ensino de 3º Grau, 2º Grau, particular e cursinhos	1 vaga por 150m² de área construção

-	Cemitérios	1 vaga para 500m² de terreno com o mínimo de 10 vagas
**	Templos religiosos e casas de eventos/shows	Até 750m², 1 vaga a cada 150m²; acima de 750m², 1 vaga a cada 50m²

* Para os estabelecimentos públicos será reduzido em 30%.

PADRÕES PARA GARAGENS INDÚSTRIAS		
NOTAS	ATIVIDADES	Nº DE VAGAS P/ ESTACIONAMENTO
-	Atividades industriais acima de 250m²	1 vaga por 250m² de área construção; 1 vaga para caminho/750m² de área construção

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2019

Publicação Nº 2138175

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

O Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2019, de origem do Poder Executivo, dispõe sobre a alteração de dispositivo da Lei Complementar nº 213, de 2017.

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2019.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR No 5, DE 28 DE JUNHO DE 2019.

Altera dispositivo da Lei Complementar no 213, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 1º Fica alterada a redação do caput do art. 154 da Lei Complementar no 213, de 19 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 154. O Alvará de Licença para Localização e Funcionamento para os estabelecimentos construídos no perímetro urbano, após a publicação desta lei, somente será concedido mediante a apresentação da certidão de Habite-se. (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), 27 de agosto de 2019.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final
Os membros desta CCJ acompanham o voto do Relator

Vereador Bruno Michel Fávero-SD
Presidente/Relator

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB
Membro
Vereador Kelvis Borges-PP
Membro

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - PARECER PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2019

Publicação Nº 2138165

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N
º 5/2019
(Do Poder Executivo)

Ementa: Altera dispositivo da Lei Complementar nº 213, de 19 de dezembro de 2017.

RELATÓRIO

O Projeto foi protocolado nesta Casa no dia 1º de julho do corrente ano e lido no expediente da sessão plenária do dia 9 do mesmo mês, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

O projeto deu entrada nesta Comissão na reunião ordinária do dia 30 de julho, vindo a ser designado relator na reunião extraordinária do dia 8 de agosto.

VOTO

A viabilidade jurídica do projeto está evidenciada em orientação técnico-jurídica, uma vez que o projeto respeita as normas atinentes à competência e iniciativa, bem como não apresenta qualquer vício de ordem material ou formal.

Ante o exposto, este relator vota pela aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em Plenário.

Bruno Michel Favero
Relator

PARECER

Os Vereadores que compõem a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto, seguindo o voto do relator.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2019.

Bruno Michel Favero
Presidente

Carlos Adriano Zocoli
Membro
Kelvis Borges
Membro

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - PARECER DE REDAÇÃO FINAL PROJETO DE LEI Nº 15/2019

Publicação Nº 2138185

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**PARECER DE REDAÇÃO FINAL**

O Projeto de Lei nº 15, de 2019, de origem do Poder Executivo, dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais).

O texto do Projeto foi adequado à técnica legislativa quanto à linguagem e forma, sem que isso implicasse prejuízo ao conteúdo, nos termos do art. 144 do Regimento Interno.

Após estas considerações, submeto a esta Comissão o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 15, de 2019.

PROJETO DE LEI Nº 15, DE 9 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais).

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais), para reforço das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, na forma do quadro a seguir:

0302.06.181.0190.2021	MANUT CONV TRANSI-TO COM SESP	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-037	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	80.000,00
1701.04.122.0055.2091	MANUT. DA SECRET DE DES ECONÔM	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-228	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	60.000,00
33900000-229	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	60.500,00
	Total			R\$	200.500,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1º desta Lei é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo das dotações orçamentárias vinculadas ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais), na forma do quadro a seguir:

0301.04.122.0015.2010	MODERNIZAÇÃO DA ADM TRIB G. S. S.	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-019	Aplicações Diretas	1083	00	R\$	40.000,00
44900000-021	Aplicações Diretas	1083	00	R\$	40.000,00
1701.23.695.0055.1046	CONST DE PORTAIS TURIST. COM G. I.	FTE	DR	R\$	0,00
44900000-240	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	120.500,00
	Total			R\$	200.500,00

Art. 3 o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal (SC), 27 de agosto de 2019.

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação
Os membros desta Comissão acompanham o voto do Relator

Vereador Rafael Edgar Tonial-PSB
Presidente/Relator

Vereador Alcidir Afonso Coronetti-MDB
MembroVereador Valmor de Vargas-PPS
Membro

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - PARECER PROJETO DE LEI Nº 15/2019

Publicação Nº 2138179

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI N
º 15/2019
(Do Executivo)

Ementa: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais).

RELATÓRIO

O Projeto foi protocolado nesta Casa no dia 12 de agosto do corrente ano e lido na sessão plenária do dia seguinte, sendo posteriormente encaminhado às comissões competentes.

O projeto deu entrada nesta Comissão na reunião ordinária do dia 26 de agosto, oportunidade em que fora designado o relator.

VOTO

O projeto em análise respeita às normas e diretrizes orçamentárias vigentes, não havendo, portanto, qualquer óbice à sua aprovação. Ante o exposto, este relator vota favoravelmente à aprovação do projeto em análise pela Comissão e pela sua regular tramitação até deliberação em plenário.

Rafael Edgar Tonial
Relator

PARECER

Os Vereadores que compõem a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, por unanimidade de votos, decidiram aprovar o referido projeto, seguindo o voto do relator.

Sala das Comissões, 26 de agosto de 2019.
Rafael Edgar Tonial
Presidente

Alcidir Afonso Coronetti
Membro
Valmor de Vargas
Membro

PROJETO DE LEI Nº 16/2019

Publicação Nº 2138188

PROJETO DE LEI Nº 016, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Ratifica a Segunda Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, e dá outras providências.

Art. 1º Fica ratificado na íntegra a Segunda Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, em anexo, nos termos da Lei Federal no 11.107/05 e Decreto Federal no 6.017/07.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 26 de agosto de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI Nº 17/2019

Publicação Nº 2138194

PROJETO DE LEI Nº 017, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza celebrar Termo de Cessão de Uso de bem imóvel com o Clube de Mães Auxiliadora de Vidal Ramos, na forma que especifica.

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a celebrar Termo de Cessão de Uso de bem imóvel com o Clube de Mães Auxiliadora de Vidal Ramos, inscrito no CNPJ sob o nº 01.765.126/0001-10.

Parágrafo único. O bem imóvel é constituído por 01 (uma) Sala e 01 (uma) Cozinha, com área de 96,00 m² (noventa e seis metros quadrados), situado na localidade de Vidal Ramos, Capinzal, SC, para uso exclusivo do Clube de Mães Auxiliadora de Vidal Ramos.

Art. 2º O prazo de vigência do Termo de Cessão de Uso será partir da sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado por igual período, através de Termo Aditivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 26 de agosto de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito de Capinzal

MINUTA

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº

Termo de Cessão de Uso que entre si celebram o Município de Capinzal e o Clube de Mães Auxiliadora de Vidal Ramos.

Pelo presente instrumento de CESSÃO DE USO, de um lado o MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.406/0001-07, com sede administrativa à Rua Carmelo Zócolli, nº 155, Centro, Capinzal, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Nilvo Dorini, CPF nº 482.175.149-68, RG nº 11/R-1.515.892, expedida por SSP, em 20/12/2001, residente na Rua Luiz Dorini, Edifício Diamond, Nº 333 - Apto. Nº 602, Centro, CEP: 89.665-000, Capinzal – SC, doravante denominado CEDENTE, e de outro lado o CLUBE DE MÃES AUXILIADORA DE VIDAL RAMOS, pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos e econômicos, de caráter filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, CNPJ/MF nº 01.765.126/0001-10, represento por sua Presidente Marilei da Silva Pinto Bergamo, brasileira, maior, natural de Machadinho/RS, casada, portadora do CPF/MF nº 017.513.309-31, residente e domiciliado na Localidade de Vidal Ramos, Interior de Capinzal/SC, de ora em diante denominado CESSIONÁRIO, autorizado pela Lei Municipal nº _____, de _____, de 2019, têm justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Cessão de Uso consiste na cedência ao cessionário, a título gratuito, das dependências de um imóvel onde funcionava a extinta Escola Municipal de Vidal Ramos, no Interior de Capinzal, SC, descrita no parágrafo único a seguir:

Parágrafo único. O bem imóvel é constituído por 01 (uma) Sala e 01 (uma) Cozinha, com área de 96,00m² (noventa e seis metros quadrados), situada na localidade de Vidal Ramos, Capinzal, SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO

O imóvel objeto da cessão de que trata o presente Termo de Cessão de Uso, destina-se a abrigar, no prazo previsto para vigência do presente termo, a Sede do Clube de Mães Auxiliadora de Vidal Ramos Renascer, a fim de desenvolver as finalidades do Clube conforme dispõe o Estatuto Social do Cessionário, sendo elas:

- I – defender os direitos da mulher no campo social, do trabalho, da saúde, na educação, na cultura e no conhecimento das leis;
- II – organizar atividades que visem proporcionar a melhoria da qualidade de vida associadas, defendendo-as, organizando-as e desenvolvendo trabalhos sociais e de preservação do meio ambiente, atuando junto à comunidade, auxiliando pessoas, distribuindo, gratuitamente,

benefícios obtidos de Órgãos Municipais, Estaduais, Federais e da iniciativa Privada;
III – reunir as mulheres para estudos e palestras de interesse das mesmas e da comunidade, promover cursos, bem como atividades recreativas, sociais e culturais e de ajuda a comunidade;
IV – firmar convênios com instituições públicas e privadas, objetivando promover e desenvolver atividades de interesse da mulher;
V – manter relações com outras entidades afins, visando à promoção da solidariedade social e a defesa dos interesses comunitários.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste termo será a partir da sua assinatura até 31 de dezembro de 2020, podendo ter vigência prorrogada por igual período, se for interesse mútuo das partes, cabendo ainda ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das cláusulas aqui pactuadas ou de comum acordo entre as partes, ambos mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias de antecedência, conforme previsto a seguir.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO

A rescisão deste instrumento poderá ocorrer por iniciativa do CEDENTE, unilateralmente, mediante circunstância justificativa com 60 (sessenta) dias de antecedência.

§ 1º Ocorrerá rescisão unilateral pelo CESSIONÁRIO, independente de interpelação ou de procedimento judicial, no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude na execução do contrato.

§ 2º A rescisão do contrato poderá ser amigável por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o CEDENTE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

Ao Clube de Mães Auxiliadora de Vidal Ramos, na condição de Cessionário, caberá:

I – preservar e manter o imóvel com o máximo de cuidado e zelo;

II – responsabilizar-se por eventuais danos causados ao imóvel durante sua utilização e providenciar sua restauração, retornando ao status quo, na forma como lhe fora entregue;

III – não promover quaisquer alterações físicas substanciais do imóvel objeto da presente cessão, sem a autorização prévia e expressa do CEDENTE;

IV – utilizar o objeto da presente cessão SOMENTE para as atividades descritas na Cláusula Segunda, sob pena de rescisão antecipada do presente pacto cessionário.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

O Município de Capinzal, na condição de cedente, caberá:

I – disponibilizar o imóvel, objeto do presente termo de cessão de uso, livre de qualquer embaraço, ressalvada a hipótese de desfazimento da propriedade do bem imóvel, por determinação judicial, não cabendo quaisquer ressarcimentos por parte do CEDENTE, à CESSIONÁRIA;

II – intervir na consecução do objeto do presente instrumento se constatar divergências quanto à execução do objeto do presente pacto, por parte do CESSIONÁRIO, ou diante de descumprimento de qualquer das Cláusulas aqui pactuadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS DO CESSIONÁRIO

O CESSIONÁRIO terá o direito de utilizar o objeto do presente termo de cessão de uso, bem como suspender, temporária ou definitivamente, a utilização do mesmo, durante o prazo de vigência do presente instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem de pleno acordo, lavram, datam e assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em duas (02) vias de igual teor e forma.

Capinzal - SC, ____ de _____ de 2019.

MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Nilvo Dorini

Cedente

CLUBE DE MÃES AUXILIADORA DE VIDAL RAMOS

Marilei da Silva Pinto Bergamo

Cessionário

TESTEMUNHAS

1ª _____

Nome:

CPF:

2ª _____

Nome:

CPF:

RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138200

RESUMO DA
SESSÃO PLENÁRIA
27 DE AGOSTO DE 2019

- Aprovada a Ata nº 3.015, de 2019, referente à Sessão Plenária do dia 20/8/2019.

- Leitura dos ofícios recebidos e expedidos.

- Deu entrada na Casa e lido na Sessão:

Ø Projeto de Lei nº 16, de 2019, ratifica a Segunda Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, e dá outras providências.

Ø Projeto de Lei nº 17, de 2019, autoriza celebrar Termo de Cessão de Uso de bem imóvel com o Clube de Mães Auxiliadora de Vidal Ramos, na forma que especifica.

à Os Projetos foram encaminhados as Comissões competentes para análise e Pareceres.

- Aprovado:

Ø Projeto de Lei Complementar nº 4, de 2019, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 211, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de Capinzal, com a Emenda Modificativa nº 1, de 2019.

Ø Projeto de Lei Complementar nº 5, de 2019, altera dispositivo da Lei Complementar nº 213, de 19 de dezembro de 2017, que dispõe sobre normas relativas às edificações do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina - Código de Edificações.

Ø Projeto de Lei nº 15, de 2019, autoriza a abertura Crédito Adicional Suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais), para cobertura de despesas com a manutenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e para manutenção do convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando a manutenção das ações conjuntas, Estado Município.

Ø Requerimento nº 16, de 2019, de autoria do Vereador Lucas Antonio Dorini, subscrito pelos demais Vereadores, solicitando à Bancada Federal dos Deputados e Senadores de Santa Catarina, para que sejam realizados ajustes na Lei de Licenciamento Ambiental, quanto às medidas de preservação nas margens onde a cursos d'água, levando em consideração os Municípios/cidades Ribeirinhas. Revendo os limites de permissão para a construção civil e atividades agrícolas.

- Expediente dos Vereadores: Indicações: o Vereador Kelvis Borges solicitou a pavimentação da Rua Romeu Gasser no Loteamento Parizotto e redutor de velocidade (lombada), na Rua Antônio Pelissaro, próximo a empresa AGN, no Loteamento Jardim Cidade Alta. Pedidos de Informações: os Vereadores Kelvis Borges e Rafael Edgar Tonial solicitaram informações referentes aos imóveis locados para as novas instalações do Posto de saúde e também para a secretaria da saúde no centro de Capinzal. O Vereador Valmor de Vargas solicitou informação quanto ao Salão comunitário da Vila União, interior do município de Capinzal. O Vereador Gilmar Junior da Silveira solicitou informação quanto aos incentivos fiscais para o desenvolvimento econômico do município.

- Palavra Livre.

- Convocação dos Vereadores para Sessão Plenária, no dia 3 de setembro de 2019, às 18h30min.

- O Vídeo da Sessão está disponível no site www.camaracapinzal.sc.gov.br, no Link "Sessões Gravadas", pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts> e pelo Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCPckMKQPWEUVbP9QMOJ-dfw>.

Câmara de Vereadores, 28 de agosto de 2019.

Vereador Renato Marcelo Markus

Presidente

Catanduvas

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO - PL 0103/2019 - CC 001/2019

Publicação Nº 2138839

CONVOCAÇÃO

PL 0103/2019 - CC 001/2019

Aos vinte oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, as 09h30min, na Sala de Licitações do Município de Catanduvas – SC, eu, Leandro Guerra, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Licitações do Município, relativamente ao Processo Licitatório nº 0103/2019 – CC 001/2019, tendo como objeto a Pavimentação Asfáltica em C.A.U.Q. da 1ª etapa da Rua Nereu Ramos, após verifiquei na abertura dos envelopes a existência de empate ficto, nos termos do §1º do art. 44 da LC 123/06, entre a melhor proposta, ofertada pela empresa Viga Pavimentações e Obras Ltda, no valor de R\$ 2.689.995,39 e a proposta ofertada pela Triângulo Engenharia Eireli (ME/EPP), no valor de R\$ 2.799.095,15.

Diante do exposto e conforme estabelece o §1º do art. 44 da LC 123/2006, em que a empresa ME e EPP (que compete com o preço de até 10% de uma empresa normal) tem o direito de cobrir o preço da empresa normal, CONVOCO a empresa Triângulo Engenharia Eireli, para, nos termos do art. 45, I, da LC 123/2006, oferecer lance inferior ao do primeiro colocado, em até 02 (dois) dias úteis de sua publicação e convocação. A nova proposta deverá ser protocolada até às 17h30min do dia 02 de setembro de 2019, junto ao Setor de Licitações do Município de Catanduvas – SC.

Era o que tinha a apresentar.

Subscrevo-me

Leandro Guerra

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Município de Catanduvas - SC

DECRETO 2.531/2019

Publicação Nº 2138771

DECRETO Nº 2.531/2019, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII do artigo 103, combinado com o artigo 12, II da Lei Orgânica Municipal e artigo 17, II da Lei 8.666/93, e

CONSIDERANDO, que junto as Secretarias Municipais existem alguns bens móveis que se tornaram inservíveis ante o uso ao longo do tempo, bem como pela ação do tempo;

CONSIDERANDO, que a reparação e a manutenção de tais bens depende de valores elevados e que o resultado prático seria duvidoso;

CONSIDERANDO, que a alienação de bens da Administração Pública, deve estar subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, e deverá ser precedida de avaliação prévia, autorização legislativa e licitação na forma estabelecida no artigo 12, II da Lei Orgânica Municipal e artigo 17, II da Lei 8.666/93;

CONSIDERANDO, que alguns bens pela sua natureza serão separados por lotes e a destinação poderá ser a doação para entidades estabelecidas no Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica formada Comissão de Avaliação dos bens móveis inservíveis e obsoletos do Município, composta pelos seguintes membros:

WOLNY MENEGAZZO – Presidente

LEANDRO GUERRA – Membro

RODRIGO SCHMIDTKE – Membro

Art. 2º. A lista dos bens móveis devidamente avaliados pela Comissão será publicada oportunamente.

Art. 3º. A Comissão terá um prazo de 15 (quinze) dias, para a conclusão dos trabalhos, devendo emitir o Laudo de Avaliação com a assinatura de todos os seus membros.

Art. 4º Pelo desempenho das atribuições previstas no presente Decreto, os membros da Comissão não serão remunerados, sendo considerado serviço de relevância para o Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas em, 27 de agosto de 2019.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

LUCIMARI SPADER
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 2.532/2019

Publicação Nº 2138879

DECRETO nº 2.532/2019, de 27 de agosto de 2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal, com amparo no artigo 43, inciso I, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e Lei Orçamentária Municipal nº 2.655/2018, de 28 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 78.196,04 (Setenta e oito mil cento e noventa e seis reais e quatro centavos), por conta do Excesso de Arrecadação do Exercício 2019 e Anulação Parcial/total de dotação, na fonte que especifica.

ÓRGÃO: 08 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 08.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto Atividade: 08.01.10.301.0015.1.020 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (003)4.4.90.00.00.00 00.00.0133 Aplicações Diretas

R\$ 9.117,04

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Projeto Atividade: 03.01.28.846.0016.0.002 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (008)3.3.90.00.00.00 00.00.0139 Aplicações Diretas

R\$ 500,00

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 05.02 DIRETORIA DE URBANISMO

Projeto Atividade: 05.02.15.452.0008.2.021 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (067)3.3.90.00.00.00 00.00.0139 Aplicações Diretas

R\$ 38.600,00

Unidade Orçamentária: 05.03 DIRETORIA DO DESENV. RURAL E AGROPECUARIO

Projeto Atividade: 05.03.20.606.0010.2.024 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (079)3.1.90.00.00.00 00.00.0100 Aplicações Diretas

R\$ 28.000,00

Unidade Orçamentária: 05.07 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Projeto Atividade: 05.07.18.541.0012.2.027 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (085)3.1.90.00.00.00 00.00.0100 Aplicações Diretas

R\$ 1.979,00

Art. 2º Para atender as suplementações do artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso De Arrecadação do exercício 2.019 e Anulação Parcial/Total das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 05.03 DIRETORIA DO DESENV. RURAL E AGROPECUARIO

Projeto Atividade: 05.03.20.606.0010.2.024 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (080)3.3.50.00.00.00 00.00.0100 Aplicações Diretas

R\$ 28.000,00

Unidade Orçamentária: 05.07 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Projeto Atividade: 05.07.18.541.0012.2.027 – APLICAÇÕES DIRETAS

Elemento de Despesa: (086)3.3.90.00.00.00 00.00.0100 Aplicações Diretas

R\$ 1.979,00

Fonte de Recursos: 133 – Excesso De Arrecadação

Fonte Financiadora: Excesso De Arrecadação

Descrição da Fonte: Recursos Vinculados Saúde

Valor do Excesso: R\$ 9.117,04

Fonte de Recursos: 139 – Excesso De Arrecadação
Fonte Financiadora: Excesso De Arrecadação
Descrição da Fonte: Recursos Fundo Especial Petróleo
Valor do Excesso: R\$ 39.100,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 27 de agosto de 2019.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito de Catanduvas/SC

Registrado nesta Secretaria e publicado nesta data.

LUCIMARI SPADER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

EDITAL PARA CIENTIFICAÇÃO DA CONSTRUÇÃO E COBRANÇA DE PASSEIOS E CALÇADAS NA RUA NEREU RAMOS 2019

Publicação Nº 2138855

EDITAL PARA CIENTIFICAÇÃO DA CONSTRUÇÃO E COBRANÇA DE PASSEIOS E CALÇADAS NA RUA NEREU RAMOS

O Município de Catanduvas, por intermédio do Prefeito Municipal, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e de acordo com as disposições da Lei Municipal nº 2.685/2019, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados na Avenida Nereu Ramos, no trecho entre a Rua Duque de Caxias e a Rua Ângelo Guerra, que serão executadas pelo Município as obras de construção das calçadas e passeios públicos no referido trecho, servindo o presente edital para cientificar os interessados, conforme segue:

1. O Poder Executivo Municipal executará obras de construção das calçadas e passeios públicos no trecho da rua supracitada, conforme Anexo II, e consoante autoriza a Lei Municipal nº 2.685/2019 e o art. 36 da Lei Complementar nº 124/2016, cobrará dos proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis fronteiros ao passeio 50% (cinquenta por cento) do custo das obras a serem executadas.
2. Os proprietários ou possuidores a qualquer título dos imóveis fronteiros ao passeio, listados no Anexo I, ou qualquer outro proprietário, possuidor ou interessado eventualmente não listado, deverão, no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação do presente Edital no site do Município, informar se preferem executar às suas expensas a construção das calçadas que confrontam com a testada dos seus imóveis.
3. O proprietário ou possuidor a qualquer título do imóvel fronteiro ao passeio que pretender construir a calçada e passeio às suas expensas, deverá arcar com todo o custo da obra sem qualquer subsídio municipal, e deverá executá-la de acordo com o projeto, materiais, prazo e cronograma indicado pelo Município.
4. O interessado em executar as obras às suas expensas deverá, no prazo estipulado, protocolar requerimento no Setor de Engenharia da Prefeitura.
5. Para os que não se manifestarem por escrito no prazo previsto, o Município executará a obra e cobrará 50% (cinquenta por cento) dos seus custos.
6. O custo a ser pago se refere à construção dos passeios e calçadas ao longo da testada de cada imóvel.
7. O custo individual da obra poderá ser pago à vista ou em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, iguais e consecutivas, atualizadas pela UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, e será cobrado após a conclusão da obra de cada imóvel, a partir da notificação do Município.
8. O valor de cada parcela não poderá ser inferior a 28 (vinte e oito) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.
9. Concluídas as obras, o Município fará publicar edital com o custo individualizado da construção dos passeios e calçadas de cada imóvel e com as instruções para pagamento do serviço e notificará os proprietários e possuidores no endereço constante do cadastro imobiliário.
10. Mais informações poderão ser obtidas no Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal.

Catanduvas, 27 de agosto de 2019.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

MÁRCIA PASQUALI
Secretária Municipal de Infraestrutura

ANEXO I

Proprietários dos Imóveis do trecho da Rua Nereu Ramos			
Quadra	Lote	Testada (m)	Proprietário
19	161+183P	44,2	Auto Posto Gemelli
	183P	35,8	Edifício Bela Vista Gemelli
Edifício Bela Vista Gemelli Leonildo Gemelli Auto Posto Gemelli Auto Posto Gemelli Amanda Gemelli Claudemir Tchoi Bucco Leonildo Gemelli Armando Gemelli			Auto Posto Gemelli
14	159+160Pa	20	Rosita Weiser Pancera
	159+160Pb	20	Raul Pancera
	182+181P	40	Clube Sharuc
20	214Pa	20	Ivoni Southier Carl
	214Pb	20	Valdemir Marques Colombo
	234Pa	10	Ronaldo Luis Brezolin
	234Pb	10	Cauan Guerra
	234Pc	20	Espólio de Nereu Guerra
15	212+213Pa	20	Espólio de Nilo Antonio Bassotto
	212+213Pb	20	Nilton Antônio Bassoto
	233A	16,7	Leonel Francisco Sartori
	233P	23,3	Ademir Karg
21	254Pa	20	Camile Renata Johann Ferraz
	254Pb	20	Ademir e Leila Garbin
	263P	20	Marisete Bittencourt
	263A	10	Rudimar Mendes
	263B	10	Ivan Cristovão Tiepo
16	253	40	Neri Biazus
	262Pa	20	Ceno Schneider
	262Pb	20	Leonel Francisco Sartori
36	332	40	Sirlei Terezinha Bittencourt
	372A	20	Jair Ribeiro de Souza
	372B	10	Fabiano Amadei
	372C	10	Lucas Ramon Sartori
37	331A	20	Alexandre Ralf Machado
	331B	20	Giovane Aparecida da Silva
	371	40	Wolmar Lima de Souza
81	22	16	Cidnei Angelo Cervelin
	23	16	Eloi Claudio Paviani
	24	16	Juçara Aparecida Rodrigues da Silva
	25+26	32	Ovídio Pedro Danielli

80	1	16	Galdino Paganini
	2	16	Valdir Antônio Paganini
	3	16	Sheikno Pires Breda
	4	16	Espólio de Maria dos Santos Conceição
	5	16	Espólio de Nair Volpato Nora
84	48	15	Mepita Mecânica Pesada LTDA
	49	15	Marina Amorim Correia
	50	15	Juliane Lais Amorim
	51	15	Juliane Lais Amorim
83	52	15	Mario Pancera
	53	15	Mario Pancera
	54	15	Carlos Pancera
	55	15	Emerson Rafaloski
89	116	15	Rosita Weiser Pancera
	115	15	Carlos Pancera
	114	15	Rosita Weiser Pancera
	113	15	Laionara Sampietro da Costa
88	112	15	Irene Reato Meras
	111	15	J.I. Comércio de Alimentos LTDA
	110	15	Espólio de Rene Fernando Roseghni
	109	15	Espólio de Rene Fernando Roseghni
94	155	15	Moacir Flâmia
	154	15	Sonia Maria Flâmia
	153	15	Lindomar Marcos Flâmia
	152	15	Moacir Flâmia
87	158+159P	30	Noelite Maria Pinto
	157	15	Vera Lucia Rodrigues
	156	15	Lucia Elidia de Lima
93	200	9	Leonardo Zechini Garbin
95	196	9,4	Mitra Diocesana de Joaçaba/ Capela Nossa Senhora da Aparecida

Anexo II

PROCESSO LICITATÓRIO 0125/2019 - CREDENCIAMENTO 0008/2019

Publicação Nº 2138808

AVISO DE LICITAÇÃO

CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 008/2019
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Objeto: Credenciamento de leiloeiros oficiais que comprovem capacidade técnica para a realização de alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao Patrimônio do Município de Catanduvas - SC

Abertura da Documentação: às 13h30min, do dia 23 de setembro de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 28 de agosto de 2019, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas - SC, 28 de agosto de 2019.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2019**

Publicação Nº 2137970

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2019

A Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na RUA SEVERIANO GUERREIRO, s/n, nesta cidade de CATANDUVAS, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 73.240.236/0001-79, neste ato representado pelo Senhor IVACIR CARDOSO MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 025.084.849-03, e,

CONTRATADA:

THAIS FERNANDA BARAUNA, arquiteta e urbanista, CAU/BR nº A1504045, inscrita no CPF nº 088.125.049-06 e RG 55688553-3 com endereço na Rua Almirante Barroso nº 3022, centro- Catanduvas/SC, doravante simplesmente designada contratada.

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 06 de março de 2019.

CONSIDERANDO que a contratada fornece serviços de FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE ARQUITETURA, sendo a mesma responsável pelo acompanhamento de toda fase de execução e fabricação do mobiliário até a finalização destes;

CONSIDERANDO que a questão de instalação deste mobiliário e sua fiscalização ainda requer um prazo de mais 45 dias, no mínimo, haja vista que a finalização dos móveis demandou maior prazo, em razão de atraso na entrega do material ao contratado pelo fornecedor, bem como pelo fato de ter surgido a necessidade de licitar novos itens que também dependem de fiscalização;

CONSIDERANDO o que prevê a cláusula oitava, sub-cláusula primeira e segunda, da vigência e alterações, existe a previsão legal para o aditivo conforme art. 57, inciso II, e art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8666/93, necessário se faz o referido aditivo de prazo e de valor do presente contrato.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O referente ADITIVO DE PRAZO terá sua vigência do dia 06/09/2019 à 20/10/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – O referente ADITIVO DE VALOR se dará conforme art. 65, I, "a" e § 1º.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666 /1993.

E, por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente termo Aditivo de prazo, em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas (SC), 28 de agosto de 2019.

IVACIR CARDOSO MOREIRA
CÂMARA MUN. DE VEREADORES

THAÍS FERNANDA BARAUNA
ARQUITETA E URBANISTA CAU/BR A1504045

Visto Jurídico:

MÔNIA KITIANE TONIAL - OAB/SC 38.589
Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Vereadores

TESTEMUNHAS

Testemunha: Testemunha:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Caxambu do Sul

PREFEITURA

REVOGA PP Nº 018/2019 PCS

Publicação Nº 2138101

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2019 PCS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 018/2019 PCS

O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.816/0001-29, com sede administrativa na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Glauber Burtet, TORNA PÚBLICO, que por meio deste REVOGA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2019 PCS, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 018/2019 PCS, haja visto que a empresa SOLERA BRASIL, empresa esta que gerencia o sistema AUDATEX informou o setor de compras deste Município que não poderá dispor da tabela de preços para as peças para as máquinas objeto deste processo licitatório.

Caxambu do Sul - SC, em 28 de agosto de 2019.

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

DECRETO Nº 065, DE 28.08.2019

Publicação Nº 2139286

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 065, DE 28.08.2019

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, III, "b", da Lei nº 0710 de 21.12.2018,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 90 (recursos ordinários – orçamentos municipais) no valor de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

04 – Administração

122 – Administração Geral

06 – Administração Geral

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 60.000,00

04 – Secretaria da Fazenda

04 – Secretaria da Fazenda

04 – Administração

123 – Administração Financeira

02 – Administração Financeira

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.005 - Manutenção/Pessoal da Secretaria da Fazenda R\$ 40.000,00

07 – Secretaria da Agricultura

01 – Divisão de Agricultura

20 – Agricultura

606 – Extensão Rural

12 – Agricultura Sustentável

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.033 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com Veículo para Assistência Técnica ao Produtor R\$ 38.000,00

09 – Fundo de Assistência Social

01 – Divisão do Fundo de Assistência Social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

17 – Gestão – Assistência Social

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.051 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social R\$ 10.000,00

12 – Gabinete do Prefeito e Vice

02 – Gabinete do Prefeito e Vice

04 – Administração

122 – Administração Geral

03 – Gestão Administrativa Superior

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice R\$ 60.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de agosto de 2019.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

DECRETO N° 066, DE 28.08.2019

Publicação N° 2139289

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 066, DE 28.08.2019

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, III, "b", da Lei nº 0710 de 21.12.2018,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 101 (receita de impostos e transferência de impostos - saúde) no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301– Atenção Básica

11 – Saúde – Prioridade é Você

101 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.056 - Manutenção/Pessoal da Secretaria Municipal da Saúde, Palestras Preventivas e Capacitação de Funcionários
..... R\$ 120.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde

01 – Divisão do Fundo de Saúde

10 – Saúde

301– Atenção Básica

11 – Saúde – Prioridade é Você

101 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.056 - Manutenção/Pessoal da Secretaria Municipal da Saúde, Palestras Preventivas e Capacitação de Funcionários
..... R\$ 80.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de agosto de 2019.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

DECRETO N° 067, DE 28.08.2019

Publicação N° 2139293

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 067, DE 28.08.2019

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, IV, da Lei nº 0710 de 21.12.2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no Orçamento Fiscal de 2019, por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2018, na fonte 123 (recursos ordinários – tesouro exercício anterior), crédito adicional especial de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

04 – Administração

122 – Administração Geral

06 – Administração Geral

123 – Recursos Ordinário – Tesouro Exercício Anterior

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 150.000,00

08 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços

01 – Divisão de Serviços Urbanos
15 – Urbanismo
451 – Infraestrutura Urbana
21 – Urbanismo
123 – Recursos Ordinário – Tesouro Exercício Anterior
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.090 - Manutenção/Pessoal R\$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de agosto de 2019.
Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

DECRETO N° 068, DE 28.08.2019

Publicação N° 2139301

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 068, DE 28.08.2019

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, I, da Lei nº 0710 de 21.12.2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 24.376,10 (vinte e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e dez centavos) das seguintes dotações do orçamento vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
06 – Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.1.71.00.00.00.00.00 - Transferência a Consórcios Públicos
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 1.000,00

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
06 – Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 5.000,00

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
06 – Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.3.71.00.00.00.00.00 - Transferência a Consórcios Públicos
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 1.000,00

03 – Secretaria de Administração e Planejamento
03 – Secretaria de Administração e Planejamento
04 – Administração
122 – Administração Geral
06 – Administração Geral
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.3.93.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos
2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 1.000,00

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

04 – Administração

122 – Administração Geral

06 – Administração Geral

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.71.00.00.00.00.00 - Transferência a Consórcios Públicos

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 1.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

03 – Divisão de Esportes

27 – Desporto e Laser

812 – Desporto Comunitário

08 – Esporte é Vida

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.025 - Construção, Ampliação e Manutenção de Ginásios, Quadras Esportivas e Estádio Municipal

..... R\$ 2.000,00

07 – Secretaria da Agricultura

01 – Divisão de Agricultura

20 – Agricultura

606 – Extensão Rural

12 – Agricultura Sustentável

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.033 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com veículo para assistência técnica ao produtor

..... R\$ 201,00

09 – Fundo de Assistência Social

01 – Divisão do Fundo de Assistência Social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Social

15 – Proteção Social Básica

117 – Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.043 - Manutenção do CRAS R\$ 1.000,00

09 – Fundo de Assistência Social

01 – Divisão do Fundo de Assistência Social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Social

15 – Proteção Social Básica

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.043 - Manutenção do CRAS R\$ 1.000,00

09 – Fundo de Assistência Social

01 – Divisão do Fundo de Assistência Social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Social

15 – Proteção Social Básica

117 – Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.043 - Manutenção do CRAS R\$ 1.000,00

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 – Divisão do Meio Ambiente

18 – Gestão Ambiental

541 – Preservação e Conservação Ambiental

18 – Sustentabilidade Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.066 - Proteção de Fontes D'água e Recuperação das Nascentes R\$ 1.000,00

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 – Divisão do Meio Ambiente

18 – Gestão Ambiental

541 – Preservação e Conservação Ambiental

18 – Sustentabilidade Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.069 - Manutenção/pessoal da Secretaria do Meio Ambiente e Turismo ... R\$ 4.175,10

12 – Gabinete do Prefeito e Vice

02 – Gabinete do Prefeito e Vice

04 – Administração

122 – Administração Geral

03 – Gestão Administrativa Superior

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.022 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice R\$ 5.000,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 24.376,10 (vinte e quatro mil, trezentos e setenta e seis reais e dez centavos), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

03 – Secretaria de Administração e Planejamento

04 – Administração

122 – Administração Geral

06 – Administração Geral

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento R\$ 9.000,00

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes

03 – Divisão de Esportes

27 – Desporto e Laser

812 – Desporto Comunitário

08 – Esporte é Vida

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

1.025 - Construção, Ampliação e Manutenção de Ginásios, Quadras Esportivas e Estádio Municipal R\$ 2.000,00

07 – Secretaria da Agricultura

01 – Divisão de Agricultura

20 – Agricultura

606 – Extensão Rural

12 – Agricultura Sustentável

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.033 - Manutenção/Pessoal da Secretaria, com veículo para assistência técnica ao produtor R\$ 201,00

09 – Fundo de Assistência Social

01 – Divisão do Fundo de Assistência Social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Social

15 – Proteção Social Básica

117 – Outras Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.043 - Manutenção do CRAS R\$ 2.000,00

09 – Fundo de Assistência Social

01 – Divisão do Fundo de Assistência Social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Social

15 – Proteção Social Básica

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

2.043 - Manutenção do CRAS R\$ 1.000,00

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo

01 – Divisão do Meio Ambiente

18 – Gestão Ambiental

541 – Preservação e Conservação Ambiental

18 – Sustentabilidade Ambiental

90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais

3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.066 - Proteção de Fontes D'água e Recuperação das Nascentes R\$ 1.000,00

10 – Secretaria do Meio Ambiente e Turismo
01 – Divisão do Meio Ambiente
18 – Gestão Ambiental
541 – Preservação e Conservação Ambiental
18 – Sustentabilidade Ambiental
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.069 - Manutenção/pessoal da Secretaria do Meio Ambiente e Turismo ... R\$ 4.175,10

12 – Gabinete do Prefeito e Vice
02 – Gabinete do Prefeito e Vice
04 – Administração
122 – Administração Geral
03 – Gestão Administrativa Superior
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais
3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.022 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice R\$ 5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de agosto de 2019.
Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 069, DE 28.08.2019

Publicação Nº 2139309

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 069, DE 28.08.2019
Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, III, "a", da Lei nº 0710 de 21.12.2018,

DECRETA:

Art. 1º Por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 120 (programa nacional de apoio ao transporte escolar) no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

05 – Secretaria da Educação, Cultura e Esportes
01 – Divisão de Ensino
12 – Educação
361– Ensino Fundamental
07 – Educação para o Futuro
120 – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.099 - Manutenção do Programa Transporte Escolar Fundamental R\$ 10.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de agosto de 2019.
Marli Goretti Kammers
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 070, DE 28.08.2019

Publicação Nº 2139317

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 070, DE 28.08.2019

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.3º, I, da Lei nº 0710 de 21.12.2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 11.243,00 (onze mil, duzentos e quarenta e três reais) das seguintes dotações do orçamento vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Vigilância Epidemiológica
11 – Saúde – Prioridade é Você
103 – Atenção Básica
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.063 - Reestruturação e Reforma dos Postos de Saúde R\$ 10.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Vigilância Epidemiológica
11 – Saúde – Prioridade é Você
106 – Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.062 - Execução e Manutenção do Programa Saúde da Família e PACS R\$ 250,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
103 – Atenção Básica
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.056 - Manutenção/Pessoal da Secretaria Municipal da Saúde, palestras preventivas e capacitação de funcionários
..... R\$ 993,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 11.243,00 (onze mil, duzentos e quarenta e três reais), fica aberto um crédito suplementar nas seguintes dotações do Orçamento Vigente:

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Vigilância Epidemiológica
11 – Saúde – Prioridade é Você
103 – Atenção Básica
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.063 - Reestruturação e Reforma dos Postos de Saúde R\$ 10.000,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde
301 – Vigilância Epidemiológica
11 – Saúde – Prioridade é Você
106 – Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.062 - Execução e Manutenção do Programa Saúde da Família e PACS R\$ 250,00

06 – Fundo Municipal de Saúde
01 – Divisão do Fundo de Saúde
10 – Saúde

301 – Atenção Básica
11 – Saúde – Prioridade é Você
103 – Atenção Básica
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
2.056 - Manutenção/Pessoal da Secretaria Municipal da Saúde, palestras preventivas e capacitação de funcionários
..... R\$ 993,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de agosto de 2019.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2019

Publicação Nº 2137948

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2019 – PM

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 10 de setembro de 2019, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto a selecionar a proposta mais vantajosa para a Contratação de Empresa ou Entidade Especializada à realização de Processo Seletivo, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 29 de agosto de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 265/2019

Publicação Nº 2138180

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 265/2019

- CONSIDERANDO, a apresentação de atestado médico para tratamento de saúde, do Servidor Público JEAN CARLOS AIRES;
- CONSIDERANDO, as disposições da Portaria nº 253/2019, de 16.08.2019;
- CONSIDERANDO, a avaliação da Junta Médica Oficial, através do Laudo Médico, datado em 21.08.2019;

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município, em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99, e Lei Complementar 0019/05 de 15.03.2005;

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público JEAN CARLOS AIRES, ocupante do cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Recursos Humanos, pelo período de 13.08.2019 à 27.08.2019 (15 dias), conforme Laudo da Junta Médica Oficial, nomeada pela Portaria 253/2019 de 16.08.2019.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir 13.08.2019.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 26 de agosto de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 269/2019

Publicação N° 2138343

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 269/2019

- CONSIDERANDO, a apresentação de atestado médico para tratamento de saúde, da Servidora Pública LENIR PAUL KERSCHBAUM;
- CONSIDERANDO, as disposições da Portaria nº 253/2019, de 16.08.2019;
- CONSIDERANDO, a avaliação da Junta Médica Oficial, através do Laudo Médico, datado em 22.08.2019.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município, em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99, e Lei Complementar 0019/05 de 15.03.2005;

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde a Servidora Pública LENIR PAUL KERSCHBAUM, pelo período de 14 dias, conforme Laudo da Junta Médica Oficial, nomeada pela Portaria 253/2019 de 16.08.2019.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir 19.08.2019.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 28 de agosto de 2019.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Cocal do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº. 1493/2019

Publicação Nº 2138072

LEI Nº. 1493/19, de 28 de agosto de 2019.

ESTABELECE A SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFICAÇÕES, CRIA A CONTA CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO E O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ERIK PEREIRA ZEFERINO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica estabelecido que as edificações, excluídas as residenciais unifamiliares, deverão ser dotadas de sistemas de segurança contra sinistros, conforme legislação estadual pertinente.

Art. 2º Fica criada a conta convênio denominada "PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR" com a finalidade de concentrar os recursos para investimento em equipamentos e materiais permanentes, equipamentos para atividades técnicas, periciais, serviço pré-hospitalar, busca e salvamento, proteção e combate a sinistros, construção e ampliação de instalações e despesas de custeio das Organizações de Bombeiros Militar que atendem o município.

Art. 3º Os recursos financeiros serão constituídos de:

- a) Receita proveniente da taxa de prevenção contra sinistros – TPCS, conforme Anexo IV da Lei Estadual nº. 7.541/88, arrecadada diretamente no município mediante convênio com o Corpo de Bombeiros Militar;
- b) Auxílios, subvenções ou doações municipais, estaduais, federais ou privadas, dotações orçamentárias e créditos adicionais que venham a ser autorizados pelo Legislativo Municipal ao Corpo de Bombeiros Militar;
- c) Juros bancários e rendas de capital, provenientes da imobilização ou ampliação dos recursos.

Art. 4º Contra a conta bancária de que trata o art. 2º desta lei, somente serão admitidos transferências financeiras eletrônicas e saques, mediante cheques assinados por no mínimo dois dos seguintes membros: Prefeito Municipal e o Secretário de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas.

Art. 5º Da aplicação dos recursos provenientes do convênio será feita prestação de contas nos prazos e na forma da legislação.

Art. 6º A receita atribuída ao convênio será destinada para investimentos e custeio do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, sendo realizada a prestação de contas nos prazos e na forma da legislação.

Parágrafo Único: Para os investimentos estipulados nesta lei, o conselho de segurança publica obterá conhecimento da real necessidade.

Art. 7º Competirá ao Comandante da Organização de Bombeiros Militar que atende o Município, a elaboração e a execução dos planos de aplicação dos recursos, mediante diretrizes do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 8º O convênio terá, ainda, um serviço administrativo responsável pela administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros e será composto por servidores capacitados para tal função.

§ 1º Serão designados, para o serviço administrativo, servidores municipais que possuam atividades e capacitação funcional inerente às funções, contando com o assessoramento dos órgãos próprios da Administração Municipal.

§ 2º. É vedada a concessão de gratificações aos componentes do serviço administrativo por conta do convênio.

Art. 9º Ao serviço administrativo do convênio compete:

- a) receber os recursos previstos nesta lei e depositá-los em conta bancária do convênio, mantendo sob sua guarda, todos os documentos das receitas e despesas;
- b) assinar, quando necessário, juntamente com o Prefeito ou Secretário Municipal de Finanças, os cheques sacados contra a conta bancária do convênio.
- c) contabilizar todos os documentos pertinentes à movimentação dos recursos financeiros do convênio, observados os dispositivos legais;
- d) elaborar, juntamente com o Secretário Municipal de Finanças, as prestações de contas da gestão financeira do convênio.

Art. 10. Os alvarás de localização e/ou funcionamento, somente serão concedidos, pelo setor competente da Prefeitura Municipal com comprovação de que a edificação está de acordo com as normas de segurança contra incêndios do Estado de Santa Catarina, mediante a apresentação do atestado de vistoria para funcionamento.

Parágrafo único. As edificações residenciais privativas multifamiliares ficam obrigadas à renovação anual do atestado de vistoria de funcionamento para as áreas comuns.

Art. 11. O Corpo de Bombeiros Militar, através da seção de atividades técnicas, executará vistorias periódicas nas edificações que trata o Art. 1º desta Lei, para verificar a segurança contra sinistros nas edificações.

Art. 12. Os bens adquiridos serão destinados ao uso exclusivo das Organizações de Bombeiros Militar que atendem o município e serão doados ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 13. Esta lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 14. Revoga-se a Lei Municipal nº 970, de 03 de dezembro de 2009.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 28 de agosto de 2019.

ERIK PEREIRA ZEFERINO

Presidente da Câmara

Concórdia

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 36/2019.

Publicação Nº 2138260

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 36/2019.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do Ministério das Cidades/Caixa Econômica - Contrato de Repasse 867589/2018 — Pavimentação da Rua Victor Sopelsa, no valor de R\$ 73.142,86 (Setenta e três mil cento e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos).

Concórdia SC, 28 de Agosto de 2019.

ENORI ANTONIO BOLSI.
Secretário Municipal de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 37/2019.

Publicação Nº 2139003

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 37/2019.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos provenientes do FINISA/Financiamento com a Caixa Econômica – Contrato 2623.0504.452/2017 – Reforma e Ampliação das Escolas, depósito dia 07/05/2019 no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), depósito dia 03/07/2019 no valor de R\$ 322.180,48 (trezentos e vinte e dois mil cento e oitenta reais e quarenta e oito centavos), depósito dia 27/08/2019 no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Concórdia SC, 28 de Agosto de 2019.

ENORI ANTONIO BOLSI.
Secretário Municipal de Finanças

EXTRATO 12º TA CONTRATO Nº 202/2018 - PMC

Publicação Nº 2138153

Contrato Nº : 202/2018

Aditivo Nº : 12TA CT 202/2018/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 7/2018

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de pavimentação asfáltica, de diversas ruas localizadas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital. As ruas de execução da obra são: Rua Auri Pereira da Costa, Loteamento Vitória; Rua Pico das Neblinas, Bairro Colibri; Rua Gilmar José Ampese, Loteamento Frei Lency; Travessa Angico, Bairro Arvoredo.

Vigência : Início: 01/09/2019 Término: 01/10/2019

Assinatura : 22/08/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

EXTRATO 1º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 161/2019 - PMC

Publicação N° 2138140

Contrato N° : 161/2019
Aditivo N° : 1AP CTR 161/2019/2019
Tipo Aditivo : Apostila
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : GEOVIAS ENGENHARIA LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2019
Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e arquitetura para realizar a revisão, ampliação e atualização do projeto de Revitalização da Rua Tancredo de Almeida Neves, no trecho que compreende a interseção de entrada do Parque de Exposições Senador Atílio Xavier Fontana até a interseção com a Rodovia BR 153/SC, neste Município, de acordo com as especificações do Anexo "A" do Edital.
Vigência : Início: 22/08/2019 Término: 18/11/2019
Assinatura : 22/08/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: EMANUELE LETICIA TEDESCO

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

Fiscal Técnico: GLAUBER DIEHL XAVIER

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 151/2019 - PMC

Publicação N° 2138149

Contrato N° : 151/2019
Aditivo N° : 1TA CTR 151/2019/2019
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : CONSTRUTORA JR EIRELI - EPP
Licitação : Pregão Presencial 37/2019
Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de reforma de cobertura, das edificações que abrigam a EBM Santa Rita e o GEM Petrópolis, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 22/08/2019 Término: 21/10/2019
Assinatura : 22/08/2019
Valor R\$: 4.923,83 (Quatro Mil, Novecentos e Vinte e Três Reais e Oitenta e Três Centavos)

Dotação : 43 - 06.002.1004.34490519800000000000.01360000

Dotação : 45 - 06.002.1005.34490519800000000000.01810000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: FERNANDO SVILLEN

Fiscal Técnico: TAMYRA HACK

EXTRATO 1º TA CONTRATO N° 156/2019 - PMC

Publicação N° 2138110

Contrato N° : 156/2019
Aditivo N° : 1TA Ctr 156/2019/2019
Tipo Aditivo : Supressão
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Licitação : Pregão Presencial 19/2019
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva, limpeza e conservação de áreas internas e externas de edificações de espaços utilizados pela Administração Municipal e, vias públicas e calçadas do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 14/08/2019 Término: 19/05/2020
Assinatura : 14/08/2019
Valor R\$: (59.727,46) (Cinquenta e Nove Mil, Setecentos e Vinte e Sete Reais e Quarenta e Seis Centavos)

Dotação : 126 - 08.001.2029.33390340100000000000.01000001

Dotação : 185 - 11.001.2041.3339034010000000000.01000001

Dotação : 310 - 17.001.2452.3339034010000000000.01000001

Dotação : 313 - 17.001.2454.3339034010000000000.01000001

Dotação : 351 - 08.001.2029.3339034010000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

Fiscal Técnico-Administrativo: ALINE VICTORIA SCHMIDT

Fiscal Técnico-Administrativo: ANDREIA DE PINHO

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 162/2019 - PMC

Publicação Nº 2138136

Contrato Nº : 162/2019

Aditivo Nº : 1TA Ctr 162/2019/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FABIANO FRANCHIN ME

Licitação : Pregão Presencial 64/2019

Objeto : contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para a execução de readequação de trecho de rede elétrica na Rua Victor Sopelsa, no Bairro Parque de Exposições, neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital

Vigência : Início: 21/08/2019 Término: 28/01/2020

Assinatura : 21/08/2019

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: EMANUELE LETICIA TEDESCO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 181/2019 - PMC

Publicação Nº 2138163

Contrato Nº : 181/2019

Aditivo Nº : 1TA CT 181/2019/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NEIVALDO ZAMPRONIO E CIA LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 72/2019

Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalação de sistema de sonorização, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para execução de instalações de sistema de sonorização em toda a extensão do Parque de Exposições, visando o evento Expo Concórdia 2019, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 01/09/2019 Término: 09/11/2019

Assinatura : 23/08/2019

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: EMANUELE LETICIA TEDESCO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO 2º TA CONTRATO N° 81/2018 - PMC

Publicação N° 2138141

Contrato N° : 81/2018

Aditivo N° : 2TA CTR81/2018/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 3/2017

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para prestação de serviços especializados de manutenção e ampliação do parque de iluminação pública, deste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 01/10/2019 Término: 29/03/2020

Assinatura : 22/08/2019

Valor R\$: 294.560,46 (Duzentos e Noventa e Quatro Mil, Quinhentos e Sessenta Reais e Quarenta e Seis Centavos)

Dotação : 115 - 08.001.1009.34490302600000000000.01080000

Dotação : 115 - 08.001.1009.34490399900000000000.01080000

Dotação : 115 - 08.001.1009.34490519800000000000.01080000

Dotação : 127 - 08.001.2029.33390302600000000000.01080000

Dotação : 127 - 08.001.2029.33390399900000000000.01080000

Dotação : 128 - 08.001.2029.33390302600000000000.01390002

Dotação : 128 - 08.001.2029.33390399900000000000.01390002

Dotação : 412 - 08.001.2029.33390302600000000000.03080000

Dotação : 412 - 08.001.2029.33390399900000000000.03080000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: JONAS TOIGO BITTENCOURT

Fiscal Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 14/2016 - FMC

Publicação N° 2137975

Contrato N° : 14/2016

Aditivo N° : 3TA Ctr 14/2019/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : UNITECNO-COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 2/2016

Objeto : Contratação de empresa especializada em informática para prestação de serviços de conversão de dados, customização, migração, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas, específicos para o gerenciamento de dados para a Biblioteca Pública Municipal, Júlio da Costa Neves, localizada no Centro Cultural Concórdia, INCLUINDO A LICENÇA DE DIREITO DE USO, CUSTOMIZAÇÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO/MANUTENÇÃO, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, constante no anexo "A" do Edital.

Vigência : Início: 15/08/2019 Término: 14/08/2020

Assinatura : 13/08/2019

Valor R\$: 8.800,44 (Oito Mil, Oitocentos Reais e Quarenta e Quatro Centavos)

Dotação : 295 - 16.001.2401.33390400100000000000.01000001

Dotação : 401 - 16.001.2401.33390400100000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: LUCAS ROMAN

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 160/2019 - PMC

Publicação N° 2138177

Contrato N° : 160/2019
Aditivo N° : 3TA Ctr 160/2019/2019
Tipo Aditivo : Normal
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : SRV PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME
Licitação : Pregão Presencial 62/2019
Objeto : contratação de empresa em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para melhoria no acesso ao Parque de Exposições Attílio Francisco Xavier Fontana com a execução de passeios, cercas e guarda corpo, pintura, instalação de totem de identificação e comunicação orientativa, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital
Vigência : Início: 23/08/2019 Término: 18/09/2019
Assinatura : 23/08/2019
Valor R\$: 10.801,71 (Dez Mil, Oitocentos e Um Reais e Setenta e Um Centavos)

Dotação : 118 - 08.001.1009.3449051980000000000.01390002

Dotação : 414 - 08.001.1009.3449051980000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: GABRIELE SIEGA

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTTI

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 178/2018 - PMC

Publicação N° 2138137

Contrato N° : 178/2018
Aditivo N° : 3TA CT 178/2018/2019
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Licitação : Pregão Presencial 30/2018
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de limpeza, higienização, organização e preparo de merenda, visando ao atendimento das necessidades das unidades de ensino no Município.
Vigência : Início: 01/09/2019 Término: 31/05/2020
Assinatura : 21/08/2019
Valor R\$: 836.174,43 (Oitocentos e Trinta e Seis Mil, Cento e Setenta e Quatro Reais e Quarenta e Três Centavos)

Dotação : 52 - 06.002.2013.3339034010000000000.01190000

Dotação : 58 - 06.002.2015.3339034010000000000.01190000

Dotação : 73 - 06.004.2018.3339034010000000000.01190000

Dotação : 83 - 06.004.2608.3339034010000000000.01190000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JUSSARA APARECIDA DA SILVA GAVA

EXTRATO 3º TA CONTRATO N° 229/2018 - PMC

Publicação N° 2139016

Contrato N° : 229/2018
Aditivo N° : 3TA CTR 229/2018/2019
Tipo Aditivo : Supressão
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : VEJA SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI
Licitação : Pregão Presencial 61/2018
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços técnico-especializados continuados, de cuidadores e psicólogos, visando ao atendimento, auxílio e orientação de crianças e adolescentes, acolhidos no Abrigo Provisório Anjo Gabriel e em atendimento à demanda de famílias em situação de vulnerabilidade temporária, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 26/08/2019 Término: 31/08/2019
Assinatura : 26/08/2019
Valor R\$: (13.180,64) (Treze Mil Cento e Oitenta Reais e Sessenta e Quatro Centavos)

Dotação : 142 - 09.001.2032.3339039990000000000.01000001

Dotação : 144 - 09.001.2035.3339039990000000000.01000001

Dotação : 282 - 15.001.2623.3339034010000000000.01000001

Dotação : 371 - 15.001.2201.3339034010000000000.03000001

Dotação : 385 - 15.001.2623.3339034010000000000.03350002

Dotação : 386 - 15.001.2623.3339034010000000000.03350008

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: SILVANA CASAGRANDE

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 275/2018 - PMC

Publicação Nº 2138146

Contrato Nº : 275/2018

Aditivo Nº : 3TA CT 275/2018/2019

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GEOVIAS ENGENHARIA LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 15/2018

Objeto : Contratação de serviços de engenharia para elaboração de projetos executivos para obra de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária em diversas vias do Município de Concórdia, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 27/08/2019 Término: 25/11/2019

Assinatura : 22/08/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

EXTRATO 5º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 30/2019 - PMC

Publicação Nº 2138157

Contrato Nº : 30/2019

Aditivo Nº : 5AP CTR 30/2019/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COSTA & CIA LTDA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 167/2018

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva da frota de máquinas pesadas (Motoni-veladoras, Trator de esteiras, Escavadeira hidráulica e afins) com fornecimento de peças e acessórios originais e novos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 22/08/2019 Término: 30/09/2019

Assinatura : 22/08/2019

Valor R\$: 505.000,40 (Quinhentos e Cinco Mil Reais e Quarenta Centavos)

Dotação : 98 - 07.001.2026.3339030390000000000.01000001

Dotação : 98 - 07.001.2026.3339039190000000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.3339030390000000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.2029.3339039190000000000.01000001

Dotação : 128 - 08.001.2029.3339030390000000000.01390002

Dotação : 128 - 08.001.2029.3339039190000000000.01390002

Dotação : 185 - 11.001.2041.3339030390000000000.01000001

Dotação : 185 - 11.001.2041.3339039190000000000.01000001

Dotação : 351 - 08.001.2029.3339030390000000000.03000001

Dotação : 351 - 08.001.2029.3339039190000000000.03000001

Dotação : 403 - 11.001.2041.3339030390000000000.01390002

Dotação : 403 - 11.001.2041.3339039190000000000.01390002

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

Fiscal Técnico-Administrativo: MAURO FRIGO

Fiscal Técnico-Administrativo: JAIR MACHADO DA SILVA

Fiscal Técnico-Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 250/2018 - PMC

Publicação Nº 2139033

Contrato Nº : 250/2015

Aditivo Nº : 5TA CTR 250/2015/2019

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CLAIR PIERINA FACIN & CIA LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 37/2015

Objeto : Locação de um imóvel, com 249,42m², localizado na Rua Domingos Machado de Lima, nº 574, Centro, neste Município, para instalação da Secretaria Municipal de Agricultura.

Vigência : Início: 01/09/2019 Término: 31/08/2020

Assinatura : 26/08/2019

Valor R\$: 75.090,60 (Setenta e Cinco Mil, Noventa Reais e Sessenta Centavos)

Dotação : 94 - 07.001.2022.3339039020000000000.01000001

Dotação : 94 - 07.001.2022.3339039100000000000.01000001

Dotação : 98 - 07.001.2026.3339039020000000000.01000001

Dotação : 98 - 07.001.2026.3339039100000000000.01000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: LAURINDO FRANCISCO KUFNER

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 311/2015 - PMC

Publicação Nº 2138130

Contrato Nº : 311/2015

Aditivo Nº : 5TA CTR 311/2015/2019

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CETRIC CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS, INDS E COMS DE CHAPECO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 118/2015

Objeto : Contratação de Empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos líquidos classe I sólidos e lodos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 21/08/2019 Término: 16/11/2019

Assinatura : 21/08/2019

Valor R\$: 2.036,25 (Dois Mil, Trinta e Seis Reais e Vinte e Cinco Centavos)

Dotação : 184 - 11.001.2040.3339039280000000000.01000001

Dotação : 403 - 11.001.2041.3339039280000000000.01390002

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: IVETE APARECIDA BATISTA DELGADO RAHMEIER

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 295/2018 - PMC

Publicação Nº 2138186

Contrato Nº : 295/2018

Aditivo Nº : 6TA CTR 295/2018/2019

Tipo Aditivo : Prazo/Acréscimo/Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 145/2018

Objeto : Contratação em regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos) para execução de recapeamento asfáltico com CBUQ, de parte das Ruas Japão, Israel e Albânia no Bairro Nações, parte das Ruas Itália, Espanha, Argentina, Canadá no Bairro Nações, das Ruas Rio de Janeiro e São Paulo no Bairro dos Estados e da Rua Clóvis Cesar de Oliveira no Bairro Santa Cruz, todas neste Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 02/08/2019 Término: 09/12/2019

Assinatura : 23/08/2019

Valor Acrescido R\$: 3.930,35 (Três Mil Novecentos e Trinta Reais e Trinta e Cinco Centavos)

Valor Suprimido R\$: 11.934,25 (Onze Mil e Novecentos e Trinta e Quatro Reais e Vinte e Cinco Centavos)

Dotação : 113 - 08.001.1009.34490519800000000000.01000001

Dotação : 118 - 08.001.1009.34490519800000000000.01390002

Dotação : 414 - 08.001.1009.34490519800000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: EDEVANDRO DA ROCHA

Fiscal Técnico: MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON

EXTRATO 9º TA CONTRATO Nº 248/2018 - PMC

Publicação Nº 2139022

Contrato Nº : 248/2018

Aditivo Nº : 9TA Ctr 248/2018/2019

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BRITAX BRITAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 8/2018

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra), para execução de obra de pavimentação asfáltica, de diversas ruas localizadas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital. As ruas de execução da obra são: Rua das Enseadas, Bairro Natureza; Rua Thereza Gulowski Vanzo, Loteamento Poente do Sol; Rua Seringueiras, Loteamento Petrópolis; Rua Silvino Ciarini e Jairo Goss, Bairro Gruta.

Vigência : Início: 27/08/2018 Término: 07/10/2019

Assinatura : 27/08/2019

Valor R\$: (1.526,80) (Um Mil Quinhentos e Vinte e Seis reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 113 - 08.001.1009.34490519800000000000.01000001

Dotação : 118 - 08.001.1009.34490519800000000000.01390002

Dotação : 414 - 08.001.1009.34490519800000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTI

Fiscal Técnico: GABRIELE SIEGA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2019 - FMC

Publicação Nº 2137973

Contrato Nº : 12/2019

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : EQUIPE TEATRAL PILIQUINHA LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 11/2019

Objeto : Contratação de serviço de apresentações artísticas de espetáculos teatrais, contações de história e intervenção artística de palhaço, visando a realização da Mostra Local do Festival de Teatro Tecendo O Riso, durante a Expo Concórdia 2019, entre os dias 07 e 15 de setembro de 2019, como parte integrante das atividades inerentes ao projeto beneficiado pelo Ministério da Cidadania denominado "Plano Anual de Atividades do Centro Cultural Concórdia 2019", cadastrado junto ao MINC sob o nº PRONAC 184080, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 22/08/2019 Término: 20/11/2019

Assinatura : 22/08/2019

Valor R\$: 25.240,00 (Vinte e Cinco Mil e Duzentos e Quarenta Reais)

Dotação : 299 - 16.001.2403.33390392300000000000.01000001

Dotação : 300 - 16.001.2403.33390392300000000000.01340000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: BRUNO DARIVA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 225/2019 - PMC

Publicação Nº 2138128

Contrato Nº : 225/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BARONI COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 121/2019

Objeto : Concessão de espaço para o fornecimento, no atacado, exclusivamente para os comerciantes credenciados para o comércio de alimentação e bebidas, durante a Expo Concórdia 2019, a ser realizada no período de 06 a 15 de setembro de 2019, no Parque Municipal de Exposições Atilio Francisco Xavier Fontana, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 21/08/2019 Término: 30/09/2019

Assinatura : 21/08/2019

Valor R\$: 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais)

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDILA GRACIELI SOUZA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 226/2019 - PMC

Publicação Nº 2138139

Contrato Nº : 226/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ATI - COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE ELETRÔNICOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 84/2019

Objeto : Aquisição e instalação de servidor e câmeras de videomonitoramento conforme projeto do 20º Batalhão de Polícia Militar, com recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 22/08/2019 Término: 18/02/2020

Assinatura : 22/08/2019

Valor R\$: 98.500,00 (Noventa e Oito Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 344 - 04.002.2045.34490522400000000000.03000002

Fiscal Técnico-Administrativo: MATHEUS ILKIV FOGGIATTO

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

EXTRATO DO CONTRATO N° 227/2019 - PMC

Publicação N° 2138171

Contrato N° : 227/2019
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : G2 - EMPREENDIMENTOS E LOGÍSTICA LTDA - ME
Licitação : Dispensa de Licitação 32/2019
Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento das vias e logradouros públicos do Município de Concórdia, que compõem a chamada "Área Azul".
Vigência : Início: 29/08/2019 Término: 31/10/2019
Assinatura : 23/08/2019
Valor R\$: 144.899,97 (Cento e Quarenta e Quatro Mil, Oitocentos e Noventa e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos)

Dotação : 133 - 08.001.2031.3339034010000000000.01000009

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: VANDERLEI FERRI

EXTRATO DO CONTRATO N° 228/2019 - PMC

Publicação N° 2138191

Contrato N° : 228/2019
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : BROCCAR INDUSTRIA E COMERCIO DE ESTRUTURAS PARA EVENTOS EIRELI
Licitação : Pregão Presencial 114/2019
Objeto : Contratação de empresa para locação de estruturas temporárias de estandes e tendas, para a estrutura física do Setor de Agronegócio e do Setor de Comércio de Ambulantes, visando atender às necessidades da Expo Concórdia 2019, a ser realizada no período de 06 a 15 de setembro de 2019, autorizada pela Lei n° 5.193/2019, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 26/08/2019 Término: 30/09/2019
Assinatura : 26/08/2019
Valor R\$: 10.120,00 (Dez Mil e Cento e Vinte Reais)

Dotação : 99 - 07.001.2026.3339039140000000000.01390002

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDILA GRACIELI SOUZA

EXTRATO DO CONTRATO N° 229/2019 - PMC

Publicação N° 2138196

Contrato N° : 229/2019
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : STANISQUASKI PRODUÇÕES LTDA
Licitação : Pregão Presencial 114/2019
Objeto : Contratação de empresa para locação de estruturas temporárias de estandes e tendas, para a estrutura física do Setor de Agronegócio e do Setor de Comércio de Ambulantes, visando atender às necessidades da Expo Concórdia 2019, a ser realizada no período de 06 a 15 de setembro de 2019, autorizada pela Lei n° 5.193/2019, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 26/08/2019 Término: 30/09/2019
Assinatura : 26/08/2019
Valor R\$: 77.000,00 (Setenta e Sete Mil Reais)

Dotação : 99 - 07.001.2026.3339039140000000000.01390002

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: EDILA GRACIELI SOUZA

EXTRATO DO CONTRATO N° 230/2019 - PMC

Publicação N° 2138198

Contrato N° : 230/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 7/2019

Objeto : contratação de serviços de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada por preços unitários (material e mão de obra), para reforma do terminal de embarque de passageiros e da sala de controle do aeroporto Olavo Cecco Rigon, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital

Vigência : Início: 27/08/2019 Término: 25/12/2019

Assinatura : 27/08/2019

Valor R\$: 86.273,81 (Oitenta e Seis Mil, Duzentos e Setenta e Três Reais e Oitenta e Um Centavos)

Dotação : 113 - 08.001.1009.34490510700000000000.01000001

Dotação : 414 - 08.001.1009.34490510700000000000.03000001

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico: GABRIELE SIEGA

Fiscal Administrativo: GABRIELA CAMILA CHIAMENTTI

PORTARIA N° 17/2019, DE 08 DE JULHO DE 2019.

Publicação N° 2138202

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA N° 17/2019, DE 08 DE JULHO DE 2019.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no inciso XI do art. 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, e no Decreto nº 6.023, de 9 de novembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria nº 32/2017, de 14 de agosto de 2017, que designou o servidor

IGOR AUGUSTO BOLOGNEST, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, como Gestor das Parcerias celebradas pela Fundação Municipal de Esportes de Concórdia – FMEC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes.

GIL ARTIFON

Superintendente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 269/2019

Publicação Nº 2138081

DECRETO Nº 269/2019

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL, DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal Em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir do dia 30 de Agosto de 2019, do cargo efetivo de Psicóloga, a Sra. ELIZETE RENOSTO SERAGLIO, matrícula n. 1354501, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Em razão da referida exoneração, fica declarado vago o cargo mencionado no artigo 1º, na forma prevista no artigo 32, inciso I, da Lei Complementar Municipal n. 018/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cordilheira Alta).

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 28 de Agosto de 2019.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 270/2019

Publicação Nº 2138492

DECRETO Nº 270/2019

“DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO AOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALTEMIR PEDERSSETTI, Prefeito Municipal Em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 71, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada aos Secretários Municipais a atribuição de aplicar multas previstas em leis e contratos, elencada no artigo 70, inciso XIX, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º Os titulares da atribuição delegada incorrerão nos mesmos impedimentos do Prefeito e respondem pelos seus atos nos termos da legislação federal aplicável, sem prejuízo do disposto na legislação municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 28 de Agosto de 2019.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

RETIFICAÇÃO EDITAL 01/2019 CMDCA

Publicação Nº 2137954

Retificação Edital Nº 01/2019/CMDCA
Dispõe sobre o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de
Cordilheira Alta

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais toma pública a seguinte Retificação ao EDITAL CMDCA Nº 01/2019, cujas alterações estão a seguir elencadas:

1º. Do item 8.11, onde se lê , o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda a comunidade para a apresentação dos candidatos habilitados, no dia 05(cinco) de setembro de 2019, às 18:30, no auditório da Prefeitura Municipal.

LEIA-SE:
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda a comunidade para a apresentação dos candidatos habilitados, no dia 05(cinco) de setembro de 2019, às 13:30, no auditório da Prefeitura Municipal.
2º Ficam inalterados os demais itens e subitens do edital.

Cordilheira Alta 23 de agosto de 2019.
Vanessa Lorenzetti
Presidente do CMDCA

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 145/2019

Publicação Nº 2137947

DECRETO Nº 145, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDORA APROVADA EM CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL 002/2019

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Atestado Apresentado pela professora Efetiva no Cargo,

Considerando que diante da necessidade de suprir a vaga foi realizada chamada pública nº 002/2019;

Considerando edital de chamamento 001/2019 conforme classificação em chamada pública emergencial 002/2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente através da chamada pública 002/2019, a servidora abaixo relacionada, iniciando as atividades em 28/08/2019 até retorno dos professora efetiva, podendo ocorrer à rescisão antecipada a critério da Administração Municipal por conveniência administrativa ou interesse público, conforme especificado no quadro a seguir:

Nome	Cargo	Carga Horária
Crescelia Aparecida de Oliveira	PROFESSOR	10 Horas

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC,
em 28 de Agosto de 2019

ADEMIR MADELLA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Munic. de Administração, Planejamento e Finanças

Correia Pinto**PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA Nº 012 /2019 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2138532

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 012/2019

O Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, tendo em vista que foram esgotados e chamados todos os classificados na área, segundo a classificação final do Processo Seletivo realizado através do Edital nº 005/2017 da Secretaria Municipal de Educação, bem como, pela existência temporária de vagas para o cargo de PROFESSOR, torna público pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, que será regida pela Lei Complementar nº 019/2007 que será regida pela Lei Municipal nº 1010/2001, que trata das contratações temporárias por excepcional interesse público.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Pelo presente edital ficam convocados os interessados em assumir as vagas temporárias existentes, para comparecerem junto à Secretaria Municipal de Educação, com sede na Rua Av. Tancredo Neves, nº 1879, Loteamento Gracílio Felipe, Município de Correia Pinto/SC – Fone: (49) 3243-1426, munidos da documentação exigida, a fim de participarem de PROVA DE TÍTULOS e TEMPO DE SERVIÇO, nos dias e horários estabelecidos abaixo:

CARGO	DATA	HORÁRIO
Professor de Educação Infantil	02/09/2019	10:00 Horas

1.2. O número de vagas/aulas, os valores dos respectivos vencimentos, a jornada de trabalho são os constantes do Anexo I deste Edital.

2. Requisitos Básicos para Contratação

- 2.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- 2.2. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
- 2.3. Quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- 2.4. Nível de escolaridade e capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;
- 2.5. Idade mínima de 18 anos;
- 2.6. Ter aptidão física e mental para o exercício e atribuições do cargo;
- 2.7. Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, no ato da posse, o competente; registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- 2.8. Apresentar declaração firmada de não possuir acúmulo de cargo público, exceto aqueles previstos na Constituição Federal;
- 2.9. Apresentar declaração firmada pelo interessado na qual conste não haver sofrido condenação definitiva por crime doloso ou contravenção, nem penalidade disciplinar de demissão a bem do serviço público no exercício de função pública qualquer.

3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

- 3.1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no art.º 4º, do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, comprovada através de laudo médico com data inferior a 1 (um) ano, garantida a sua participação desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo ao qual concorre.
- 3.2. Os candidatos com deficiência participarão da Chamada Pública em igualdade de condições com os demais candidatos.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CHAMADA PÚBLICA

- 4.1. A participação na presente Chamada Pública implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital e das demais informações que porventura venham a ser divulgadas, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.
- 4.2. É de inteira responsabilidade do candidato à conferência da documentação exigida, razão pela qual deve ser atenciosamente conferida antes do horário da chamada, pois não será permitida apresentação de documentos após o encerramento do prazo.
- 4.3. Não há possibilidade de alteração/troca de cargos após a escolha.

5. TÍTULOS E TEMPO DE SERVIÇO

- 5.1. Serão atribuídos pontos, mediante comprovação de tempo de serviço e aos títulos apresentados pelos candidatos aos cargos de Professor mediante apresentação de documentação original e cópia (a ser autenticada no ato da apresentação) ou cópia autenticada em cartório.
- 5.2. Os pontos referidos no item anterior obedecerão aos critérios a seguir:
 - Ø Formação continuada: Cursos de capacitação com certificado de conclusão com registro no MEC, Secretarias Estaduais ou Municipais, desde que sejam relacionados à área de atuação e que realizados nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. Serão creditados 04 (quatro) pontos a cada 40 horas de curso. Máximo a ser considerado: 200 horas.
 - Ø Curso de Magistério – 10 (dez) pontos.
 - Ø Comprovante de matrícula, a partir do 2º semestre, em curso de licenciatura na área, sendo considerado 0,5 ponto para cada período já concluído.
 - Ø Diploma de conclusão de licenciatura na área, reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, ou Declaração/Atestado de conclusão de licenciatura na área com a respectiva colação de grau: 20 (vinte) pontos.

Ø Especialização lato sensu: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, com o mínimo de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula, desde que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 15 (quinze) pontos. Somente será considerado um certificado.

Ø Mestrado: reconhecido pelo MEC – Ministério da Educação, desde que não seja requisito para provimento, e que seja afim a área de atuação: 20 (vinte) pontos.

Ø Tempo de Serviço: Certidão de tempo de serviço emitida por órgão público municipal, estadual ou federal e ou declaração firmada por estabelecimento de ensino particular, certificando o tempo de serviço no exercício de Magistério do requerente, em qualquer nível de escolaridade e ou disciplina, expresso em meses e dias, sendo considerado 01 (um) ponto por período de 12 (doze) meses completos, limitado ao máximo de 120 meses.

ü Será considerada como válida a experiência comprovada a partir do mês de janeiro de 2007.

ü O tempo de serviço será contado em meses até o dia da Chamada Pública, sendo arredondado para 01 mês quando superior a 15 dias.

ü Se duas, ou mais, certidões de tempo de serviço corresponder ao mesmo período, uma única será computada para atribuição de pontuação.

ü Não será computado o tempo de estágio ou de serviço em Secretaria, Direção ou Coordenação de qualquer natureza.

5.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto neste Edital, não entregues no prazo e local determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregue pelo próprio candidato.

6. CONTAGEM DOS PONTOS

6.1. A contagem dos pontos será obtida pela soma dos pontos atribuída aos Títulos e ao Tempo de Serviço.

6.2. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

1º) maior número de filhos;

2º) maior idade;

3º) sorteio.

8. RECURSOS E REVISÕES

8.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em todas as etapas do Processo de Chamada.

8.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) Seja dirigido ao Presidente da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Chamada Pública e protocolado no setor de Recursos Humanos da Prefeitura, Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro horário das 8h às 11h 30 min e das 13h30min às 17h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação;

b) Conste obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, denominação do cargo o qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos.

8.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender ao estabelecido no item 7.2.

8.4. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

8.5. Será dada publicidade às decisões dos recursos.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A presente Chamada Pública será processada pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação.

9.2. O resultado e demais atos da Chamada Pública será homologado pelo Prefeito e publicado no Mural da Prefeitura de Correia Pinto, no Diário Oficial dos Municípios e no site www.correiapinto.sc.gov.br.

9.3. No ato de contratação o candidato deve apresentar os documentos exigidos, bem como os exames médicos admissionais solicitados, sob pena de perda da vaga.

9.4. Os casos omissos nesse Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação da presente Chamada Pública.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A contratação gerada através da Chamada Pública terá vigência enquanto perdurar o afastamento do titular, ou condicionado à existência de aluno especial, conforme o caso.

10.2. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo nos casos de retorno do titular, por abandono ao serviço sem justificativa, pelo não cumprimento do horário, pelo excesso de faltas ou por problemas de ordem pedagógica e/ou administrativa, desde que devidamente justificado e registrado em Ata de reunião da equipe gestora da Unidade Escolar e Conselho Municipal de Educação.

10.3. Será partes integrantes deste Edital o anexo I e II.

Correia Pinto, 28 de agosto de 2019.

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito

ANEXO I

DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA e VENCIMENTO.

1.1 – Os cargos, vagas, carga horária e vencimento, estão definidos no quadro abaixo:

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO
-------	-------	---------------	------------

Professor de Educação Infantil	01	20h/s – Vespertino – José do Patrocínio	R\$ 1.278,87
--------------------------------	----	---	--------------

ANEXO II
REQUERIMENTO PARA RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Candidato: _____
Cargo Pretendido: _____ Fone: (____) _____
E-mail: _____

À COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA
O PRESENTE RECURSO REFERE-SE À: _____

RAZÕES DO RECURSO:

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do candidato

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2019- FIA -BOMBEIRO

Publicação Nº 2139133

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2019

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIO DE CORREIA PINTO.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 3601, junto à Prefeitura Municipal, Centro, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado, pelo Senhor Prefeito Celso Rogério Alves Ribeiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 7.295.615/SSP-SC, inscrito no CPF sob nº 217.068.839-00, domiciliado e residente em Correia Pinto/SC, e de outro lado ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIO DE CORREIA PINTO, inscrito no CNPJ sob nº 04.802.642/0001-65, com sede BR-116, s/nº Km 221, Área Industrial, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominada OSC, representada pelo seu presidente, Senhor Robson Riscarolli, portador do CPF nº 040.435.799-77 e CI 4.169.375, domiciliado e residente na Rua Getúlio Vargas nº 371, centro, Correia Pinto-SC, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, tendo em vista a transferência de recursos financeiros para a execução do projeto “BOMBEIRO MIRIM NA ESCOLA: FORMANDO CIDADÃOS CONSCIENTES”, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº. 101/2000, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº. 13.019/2014 e Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução Conanda nº 137/2010, Edital de Chamamento Público nº 005/2019 – FIA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto geral deste termo de colaboração, com base no Edital do chamamento público 05.2019 - FIA com fulcro na Lei nº. 13.019/2014, a concessão e apoio a projetos de cunho social, complementares e inovadores, voltadas à Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentária Municipal e pela Lei 13.019/2014 e alterações.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tem por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício e do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

a) instruir a organização da sociedade civil quanto à prestação de contas do seu objeto de execução, em consoante com as predeterminações constantes no projeto delineado e tendo como base a legislação vigente e o edital;

b) realizar, nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e

no ajuste das metas e atividades definidas;

c) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

d) promover o monitoramento e avaliação do objeto da parceria e emitir relatório técnico, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

f) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

g) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

h) instaurar Tomada de Contas Especial, com base na Instrução Normativa TCE/SC nº. 13/2012, antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) cumprir rigorosamente o objeto específico deste Termo de Colaboração, conforme itens previstos no Plano de Trabalho;

b) manter escrituração contábil regular;

c) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração;

d) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas na Lei nº. 13.019/2014;

e) providenciar a colocação de PLACA ou BANNER VISÍVEL COMPATÍVEL COM O AMBIENTE na sede da entidade e no local onde acontecerá o projeto além de divulgar na internet (Art. 11 da Lei 13.019/94) a formalização da parceria, indicando o nome da organização executora; CNPJ da organização executora; nome do projeto; descrição do objeto da parceria; número do termo de parceria; data da assinatura do termo de parceria; data do início e fim do projeto; valor repassado; valor de contrapartida; valor total do projeto; entidades envolvidas e a expressão: PROJETO FINANCIADO PELO FIA (CMDCA). Quando promover a publicidade nos meios de comunicação e redes sociais do projeto sempre fazer referência das informações aqui exigidas. A não observância desta condição implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura pelo prazo de 05 (cinco) anos, estando também sujeita às penalidades previstas em lei;

f) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica exclusiva ao projeto, observado o disposto na Lei nº. 13.019/2014;

g) realizar todos os pagamentos mediante TRANSAÇÃO ELETRÔNICA DE VALORES, observando sempre o titular da conta bancária e o respectivo credor;

h) dar livre acesso aos servidores públicos do órgão ou das entidades repassadores dos recursos, do CMDCA, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº. 13.019/2014, bem como, aos locais de execução do objeto;

i) responder, exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

j) responder, exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

k) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo pelo menos, o objeto, a finalidade e do detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente Termo de Colaboração, recursos no valor de R\$ 14.931,60 (Quatorze mil, novecentos e trinta e um reais e sessenta centavos), correndo a despesa conforme abaixo:

I - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - Projeto atividade 2.046 – Manutenção dos Projetos para a Infância e Adolescência, 3.3.50.00.00.00.00 1000 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos. Não será exigida contrapartida da OSC.

3.2 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso abaixo, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito

em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

CONCEDENTE	ANO 2019/2020 - MESES					
	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro
	14.931,60	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
	Fevereiro.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho
	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx

3.3 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em POUPANÇA CORRENTE de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeiro de curto prazo, ou operação de mercado aberta lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

3.4 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão restituídos à concedente, ou mediante termo aditivo sujeito a aprovação do CMDCA, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

3.5 - As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

3.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

3.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1 – O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As despesas decorrentes deste Termo de Colaboração deverão seguir rigorosamente o Plano de Trabalho.

4.2 - Fica expressamente vedada à utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, além das expressamente previstas no edital, estas:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público vinculado ao órgão concedente com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até o prazo máximo de 12 meses, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho da ASSOCIAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE CORREIA PINTO, para a consecução do objeto, dentre vigência inicial e prorrogação.

5.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

5.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, independente da proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

5.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada à celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SEXTA – DO MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

6.1 - O Relatório Técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº. 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Colaboração;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interna e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

6.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria, avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, nome da organização da sociedade e a observação: Despesa realizada com recursos do TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2019 firmado com o FIA de Correia Pinto;

III – comprovante de pagamento (TED / TEV);

IV – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

V – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

VI – foto da placa ou banner com informações do termo de parceria;

VII – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VIII – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º - A organização da sociedade civil prestará conta FINAL, da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 3º - Quando o repasse for parcelado, a OSC prestará contas no prazo máximo de até 30 dias após o recebimento da parcela, ficando condicionado pagamento da parcela subsequente ao parecer favorável da comissão de avaliação e monitoramento, ou seja: feito o primeiro e o segundo repasse, o terceiro está condicionado à aprovação das contas do primeiro.

7.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do Termo de Colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

7.3 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará, ainda, em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório de visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Colaboração.

7.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que tratar o art. 67 da Lei nº. 13.019/2014 deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

7.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº. 13.019/2014, devendo concluir alternativamente pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação imediata instauração de tomada de contas especial.

7.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização de a sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo de que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados. Nos casos de pagamento parcelado, suspendem-se os repasses.

§ 2º - Transcorrido o prazo para saneamento de irregularidades ou omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.7 - A administração pública apreciará a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogado justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi a última apreciação pela administração pública.

7.8 - As prestações de contas deverão ser avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

7.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

7.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

8.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

8.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

8.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

8.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014, a administração pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas do governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias de abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2 - Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS BENS REMANESCENTES

10.1 - Para os fins deste ajuste consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente, adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas a que ele não se incorpora.

10.2 - Para os fins deste Termo equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicação em razão deste Termo de Colaboração.

10.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, formalizando a organização da sociedade civil neste ato promessa de transferência de propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

10.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doada a outra

Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

10.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução do objeto igual ou semelhante ao previsto no Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1 - O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses;

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº. 13/2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I – as comunicação relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência física ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II – as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via correspondência eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias e;

III – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o Foro da Comarca de Correia Pinto, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

14.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Correia Pinto (SC), 27 de agosto de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO ROBSON RISCAROLLI

Prefeito Presidente/OSC

RITA DE CÁSSIA ALVES JULIO EDER MESQUITA

Secretária de Municipal de Assistência Social Coordenador - CMDCA

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 144/2019

Publicação Nº 2138627

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 144/2019.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E T & R SECCHI MECÂNICA LTDA – ME

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS DIVERSAS, ÓLEO LUBRIFICANTE E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA PARA CONSERTAR O SISTEMA DE TRAÇÃO DO CAMINHÃO FORD CARGO, MODELO 2629, ANO 2013, PLACA MLV 3295, USADO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC

Processo Licitatório: 1160/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 1094/2019

Do Valor Total do Contrato: R\$ 10.963,00 (dez mil, novecentos e sessenta e três reais)

Data do Contrato: 16/08/2019.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 145/2019, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138690

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 145/2019.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA

Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE FILANTRÓPICA, SEM FINS LUCRATIVOS, COM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA DE DIREITO PRIVADO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS DE SELEÇÃO DE PESSOAL – TESTE SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO COM NÚMERO ILIMITADO DE CANDIDATOS INSCRITOS – CONSOANTE DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO ART. 37 E SEQUENTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, CORRESPONDENDO À ELABORAÇÃO DOS EDITAIS, REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PELO SISTEMA ON-LINE, A ELABORAÇÃO, A IMPRESSÃO, A APLICAÇÃO E A CORREÇÃO DAS PROVAS, BEM COMO RESPOSTA E JULGAMENTO DOS RECURSOS INTERPOSTOS E DEMAIS ATOS INERENTES E INDISPENSÁVEIS AO PERFEITO ANDAMENTO DOS PROCESSOS DE SELEÇÃO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM 18 CARGOS CONSTANTES DOS QUADROS DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, SAÚDE, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO

Processo Licitatório: 1161/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 1095/2019

Do Valor Total do Contrato: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).

Data do Contrato: 19/08/2019.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2019, DE 23 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138756

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 146/2019.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E DAS COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS DIVERSAS, ÓLEO LUBRIFICANTE E SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA PARA CONSERTAR O SISTEMA DE CÂMBIO, EMBREAGEM, EMBUCHAMENTO, TROCAR FORRAÇÃO E VEDAR ENTRADA DE ÁGUA NO TETO, REALIZAR SERVIÇOS DE ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA E DEMAIS SERVIÇOS DE CONserto DO MICRO-ÔNIBUS AGRAL V8L, PLACA MHV 6444, PERTENCENTE A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E USADO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Processo Licitatório: 1190/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Inexigibilidade nº 10/2019

Do Valor Total do Contrato: R\$ 13.225,69 (treze mil, duzentos e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos)

Data do Contrato: 23/08/2019.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 147/2019, DE 23 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138762

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 147/2019.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E OESTE MÁQUINAS INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TORNEARIA LTDA – EPP

Do Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS DIVERSAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PARA CONSERTAR A TURBINA DA MOTO-NIVELADORA CATERPILLAR, MODELO CAT 120K, PERTENCENTE A FROTA DE MÁQUINAS DO MUNICÍPIO, USADA NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA/AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC

Processo Licitatório: 1191/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Limite de Preços nº 1123/2019

Do Valor Total do Contrato: R\$ 5.996,60 (cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta centavos).

Data do Contrato: 23/08/2019.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2019, DE 23 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138775

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 148/2019.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E REISEBUS AUF TURISMO LTDA. – EPP

Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DEVIDAMENTE CONSTITUÍDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS DESTINADO AOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC E QUE ESTUDAM EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO NA CIDADE DE CHAPECÓ/SC – COLÉGIO ENERGIA, UNOESC, FACULDADE SANTA RITA, INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO E UCEFF, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC

Processo Licitatório: 1193/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Limite de Preços nº 1125/2019

Do Valor Total do Contrato: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Data do Contrato: 23/08/2019.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 415, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138659

PORTARIANº 415 de 28 de Agosto de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO À SERVIDORA MUNICIPAL CINTIA LISIANE KLOCK CHAVES OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 90 da Lei Complementar n. 002/90;

CONSIDERANDO a apresentação do Certificado e Histórico escolar, expedido por instituição credenciada e reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC;

CONSIDERANDO requerimento da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO à Servidora Municipal CINTIA LISIANE KLOCK CHAVES, matrícula n. 29980, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - A gratificação de que trata o artigo 1º incidirá sobre o Piso Municipal de Vencimento, na porcentagem de 10% (dez por cento) para a CONCLUSÃO DE 1º GRAU, de acordo com o Art. 90, incisos I e II, da Lei Complementar 02/90.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 28 de Agosto de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2019, DE 08 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138686

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Termo de Rescisão do Contrato Administrativo nº 134/2019.

Das Partes: MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E INSTITUTO FILADÉLFIA DE LONDRINA

Do Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato Administrativo nº 134/2019, resultante do Processo Licitatório nº 1026/2019, na modalidade de Dispensa de Licitação Por Justificativa nº 964/2019, firmado no dia 19 de julho de 2019 e que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE FILANTRÓPICA, SEM FINS LUCRATIVOS, COM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA DE DIREITO PRIVADO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSOS DE SELEÇÃO DE PESSOAL – TESTE SELETIVO E CONCURSO PÚBLICO COM NÚMERO ILIMITADO DE CANDIDATOS INSCRITOS – CONSOANTE DISPOSIÇÕES CONTIDAS NO ART. 37 E SEQUINTE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL, CORRESPONDENDO À ELABORAÇÃO DOS EDITAIS, REALIZAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PELO SISTEMA ON-LINE, A ELABORAÇÃO, A IMPRESSÃO, A APLICAÇÃO E A CORREÇÃO DAS PROVAS, BEM COMO RESPOSTA E JULGAMENTO DOS RECURSOS INTERPOSTOS E DEMAIS ATOS INERENTES E INDISPENSÁVEIS AO PERFEITO ANDAMENTO DOS PROCESSOS DE SELEÇÃO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM 17 CARGOS CONSTANTES DOS QUADROS DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC, NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, SAÚDE, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO.

Processo Licitatório: 1026/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação por Justificativa nº 964/2019

Data da Rescisão : 08/08/2019.

Jairo Rivelino Ebeling – Prefeito Municipal.

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.185/2019

Publicação Nº 2138713

DECRETO Nº 5.185/2019

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, e.e., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma determinada pela Lei Complementar nº 005/91 com as alterações da Lei Complementar nº 037/2005:

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo para compor o Conselho Municipal de Educação, para a gestão 2019/2021 na forma estabelecida pela Lei Complementar nº. 05/1991 com as alterações promovidas pela Lei complementar nº 037/2005 e 41/2005:

a) Um professor, de Livre indicação do Poder Executivo Municipal:

Titular: Elis Regina Franciosi do Carmo

Suplente: Sirley Manosso de Mello

b) Cinco professores da Rede Municipal de Ensino, indicados pelos Núcleos Municipais e Centros de Educação Infantil:

1. Titular: Nelci Terezinha Kohler

Suplente: Cerilo Felis Pit

2. Titular: Kelly Cristina Barp

Suplente: Alessandra Pires de Moraes

3. Titular: Marcia Catschor

Suplente: Ivone Maria Alves Bianeck

4. Titular: Arlete Sibeli Scur de Lima

Suplente: Graciele Soares

5. Titular: Ana Carolina Garcia

Suplente: Mariel Aparecida Campos Terra

c) Um representante da Secretaria da Educação e Cultura:

Titular: Cleusa Maria Pomiecinski

Suplente: Patrícia Maciel Bastos

d) Um representante dos Diretores dos Núcleos Municipais e Centros de Educação Infantil:

Titular: Vera Fabiana Almeida Borges de Souza

Suplente: Vanessa Furtado de Oliveira Zanini Granemann

e) Um representante de Escolas Particulares:

Titular: Raquel Stanguerlin Fogaça

Suplente: Jéssica Tives Corrêa

f) Um representante da Secretaria Estadual de Educação:

Titular: Jeanine Rodermeil

Suplente: Valmir José Turcatto

g) Um representante da Universidade do Contestado, Campus de Curitibanos:

Titular: Simone Rocha

Suplente: Débora Aparecida Almeida

h) Um representante da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina - Campus Curitibanos:

Titular: Guilherme Jurkevitz Delben

Suplente: Larissa Regina Topanotti

i) Um representante dos Programas Sócio-educacionais:

Titular: Mary Hellen Bordignon Dacol Ribeiro

Suplente: Giovana Aparecida dos Santos

j) Um representante da Câmara de Vereadores:

Titular: Izabel Padilha

Suplente: Rafael Gobbi

k) Um representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: José Greison da Silva Rocha

Suplente: Débora Aparecida Mendes

l) Um representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba:

Titular: Fabiana Hemkemaier

Suplente: Sem indicação

m) Dois representantes de Pais:

1. Titular: Eduardo Ribeiro de Moraes

Suplente: Humberto José Ferraz

2. Titular: Kelly Beatriz Ribeiro

Suplente: Marilurdes de Moraes Almeida

n) Um representante dos estudantes de Maioridade:

Titular: Amanda de Oliveira das Almas

Suplente: Marcieli Banderlof de Oliveira

o) Um representante do Sistema S do Município (SENAI SENAC, SESI):

Titular: Carlos Eduardo Schuller

Suplente: Sem indicação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 14 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

DECRETO Nº 5.186/2019

Publicação Nº 2138714

DECRETO Nº 5.186/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL AUTORIZADAS PELA LEI Nº 6.177/2019.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba

DECRETA

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 6.177/2019 no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO

23.695.0026.1038 CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 300.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 300.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIA, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 21 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5.187/2019

Publicação Nº 2138716

DECRETO Nº 5.187/2019

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA FORMA DA LEI Nº 6.178/2019

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba
DECRETA

Art. 1º. Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei nº 6.178/2019:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO
4490000000.00.3012 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei nº 6.178/2019, no montante de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTA
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO
4490000000.00.3012 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 340.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 340.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO DE TRÂNSITO, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 4º. Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei nº 6.178/2019:

INCLUI FONTE DE RECURSO
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
25.752.0027.2020 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3390000000.00.3008 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 5º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei nº 6.178/2019, no montante de R\$ 1.128.000,00 (um milhão cento e vinte e oito mil reais) a saber:

SUPLEMENTA
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
25.752.0027.2020 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
3390000000.00.3008 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 1.128.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.128.000,00

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso COSIP, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 7º. Ficam incluídas no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei nº 6.178/2019

INCLUI FONTE DE RECURSO
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.453.0018.1041 CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ÔNIBUS
4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 8º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei nº 6.178/2019, no montante de R\$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTA
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.453.0018.1041 CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ÔNIBUS
4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 120.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS
4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 550.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 670.000,00

Art. 9º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIA, ocorrido no

exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5.188/2019

Publicação Nº 2138718

DECRETO Nº 5.188/2019

REGULAMENTA PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE ESPECÍFICO (REURB-E) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 6.172/2019 e 6.048/2018, Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018

DECRETA

Art. 1º. Regulamenta os processos de REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA na modalidade Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população cuja renda seja superior ao quíntuplo do salário mínimo vigente no País.

Art. 2º. A regularização fundiária de núcleos urbanos informais constituídos por unidades imobiliárias não residenciais poderá ser feita por meio da Reurb-E.

Parágrafo único – Consideram-se unidades imobiliárias não residenciais àquelas unidades comerciais, industriais, mistas, dentre outras, desde que atendam os objetivos da Reurb.

Art. 3º. Na REURB-E poderão ser utilizados mais de um dos instrumentos previstos no art. 8º do Decreto Federal nº 9.310/2018;

Art. 4º. Na REURB que trata este Decreto, promovida sobre bem público, havendo solução consensual, a aquisição de direitos reais pelo particular ficará condicionada ao pagamento do justo valor da unidade imobiliária regularizada.

§ 1º - Considera-se justo valor da unidade imobiliária regularizada:

I – o valor venal territorial do imóvel, quando se tratar de imóveis públicos ocupados sem qualquer documento comprobatório de aquisição;
II - o pagamento no percentual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor atual da propriedade plena e a comprovação do pagamento de 10 (dez) pensões anuais, nos casos de o possuidor ser detentor de Cartas ou transferências de aforamento, devidamente anotadas no livro próprio do Município, porém, não levadas a registros ou averbações no Ofício do Registro de Imóveis competente e à época própria;
III - O valor da pensão anual (foro) anual será igual ao valor do Imposto Predial Anual do imóvel;

§ 2º. No pagamento previsto nos incisos I e II do parágrafo antecedente não será considerado o valor das acessões e benfeitorias do ocupante e a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias;

§ 3º. Caso o interessado não comprove, à data do requerimento, o pagamento das 10 (dez) pensões anuais de que trata o inciso III do parágrafo 1º, deverá realizar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, por meio de recolhimento de guia municipal;

§ 4º. Os demais casos não abrangidos por este decreto, serão decididos por ato do Poder Executivo.

§5º. O beneficiário ficará dispensado do pagamento previsto no parágrafo 1º, se comprovar que a aquisição do imóvel ocorreu por meio de doação ou comprove o efetivo pagamento realizado integralmente à época, caso a aquisição tenha ocorrido por outra forma.

§6º. As áreas de propriedade do poder público registrado no Ofício do Registro de Imóveis, que sejam objeto de ação judicial versando sobre a sua titularidade, poderão ser objeto da REURB, desde que celebrado acordo judicial ou extrajudicial, na forma da Lei Federal nº 13.465/2017 e homologado pelo juiz.

Art. 5º. A REURB-E será objeto de processo administrativo próprio, de iniciativa de qualquer dos legitimados indicados no art. 11 deste Decreto e obedecerá as seguintes fases:

I - requerimento dos legitimados, instruído com a documentação prevista no art. 12 deste Decreto e o pagamento da taxa prevista no art. 10 deste;

II – classificação e fixação da modalidade da REURB no prazo previsto no art. 30, §2º da Lei Federal nº 13.465/2017;

III – Instauração da REURB;

IV- processamento administrativo do requerimento, no qual será conferido prazo para manifestação dos titulares de direitos reais sobre o imóvel e dos confrontantes;

V - elaboração do projeto de regularização fundiária nos termos do art. 35 e seguintes da Lei Federal nº 13.465/2017;

VI - saneamento do processo administrativo;

VII – Assinatura de Termo de compromisso de realização das obras previstas no projeto, se for o caso;

VIII –pronunciamento da autoridade competente, nos termos do art. art. 40 da Lei Federal nº 13.465/2017;

IX –Envio ao Poder Legislativo do projeto de REURB aprovadopara autorização da emissão da Certidão de Regularização Fundiária - CRF.

X - expedição da CRF pelo Município e

XI – requerimento do registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado no Ofício do registro de imóveis desta Comarca.

Art. 6º. Instaurada a Reurb de que trata este Decreto, compete ao Município, cumpridos os requisitos legais, aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.

Parágrafo único. A elaboração e o custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial obedecerão aos seguintes procedimentos:

I - A regularização fundiária será contratada e custeada por seus potenciais beneficiários ou requerentes privados;

II – na Reurb-E sobre áreas públicas, se houver interesse público, o Município poderá proceder à elaboração e ao custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial, com posterior cobrança aos seus beneficiários.

III – os custos incluem a elaboração de projetos, compensações urbanísticas e ambientais necessárias e implantação de infraestrutura.

Art. 7º. Na REURB de que trata este Decreto, o Município deverá definir, por ocasião da aprovação dos projetos de regularização fundiária, nos limites da legislação de regência, os responsáveis pela:

I - implantação dos sistemas viários;

II - implantação da infraestrutura essencial e dos equipamentos públicos ou comunitários, quando for o caso; e

III - implementação das medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental, e dos estudos técnicos, quando for o caso.

§ 1º As responsabilidades de que trata o caput deste artigo poderão ser atribuídas aos beneficiários da Reurb.

§ 2º Os responsáveis pela adoção de medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental deverão celebrar termo de compromisso com as autoridades competentes como condição de aprovação da Reurb.

Art. 8º. Na Reurb dos núcleos urbanos informais que ocupam Áreas de Preservação Permanente não identificadas como áreas de risco, a regularização fundiária será admitida por meio da aprovação do projeto de regularização fundiária, na forma da lei específica de regularização fundiária urbana.

§ 1º O processo de regularização fundiária de interesse específico deverá incluir estudo técnico que demonstre a melhoria das condições ambientais em relação à situação anterior e ser instruído com, no mínimo, os seguintes elementos:

I - a caracterização físico-ambiental, social, cultural e econômica da área;

II - a identificação dos recursos ambientais, dos passivos e fragilidades ambientais e das restrições e potencialidades da área;

III - a especificação e a avaliação dos sistemas de infraestrutura urbana e de saneamento básico implantados, outros serviços e equipamentos públicos;

IV - a identificação das unidades de conservação e das áreas de proteção de mananciais na área de influência direta da ocupação, sejam elas águas superficiais ou subterrâneas;

V - a especificação da ocupação consolidada existente na área;

VI - a identificação das áreas consideradas de risco de inundações e de movimentos de massa rochosa, tais como deslizamento, queda e rolamento de blocos, corrida de lama e outras definidas como de risco geotécnico;

VII - a indicação das faixas ou áreas em que devem ser resguardadas as características típicas da Área de Preservação Permanente com a devida proposta de recuperação de áreas degradadas e daquelas não passíveis de regularização;

VIII - a avaliação dos riscos ambientais;

IX - a comprovação da melhoria das condições de sustentabilidade urbano-ambiental e de habitabilidade dos moradores a partir da regularização; e

X - a demonstração de garantia de acesso livre e gratuito pela população às praias e aos corpos d'água, quando couber.

§ 2º Para fins da regularização ambiental prevista no caput, ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, será mantida faixa não edificável com largura mínima definida por leis específicas.

§ 3º Em áreas urbanas tombadas como patrimônio histórico e cultural, se for o caso, a faixa não edificável de que trata o § 2º poderá ser redefinida de maneira a atender aos parâmetros do ato do tombamento.

Art. 9º. Na REURB-E em área de risco que não comporte eliminação, correção ou administração, a realocação dos ocupantes do núcleo urbano informal a ser regularizado será providenciada pelo titular de domínio, pelos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, pelos beneficiários ou pelo legitimado promotor da Reurb.

Art. 10. Em caso de loteamento ou desmembramento o Poder Público municipal notificará os titulares de domínio ou os responsáveis pelos núcleos urbanos informais consolidados, de interesse específico, existentes na data de publicação deste Decreto, para que, no prazo de noventa dias, protocolem o pedido da Reurb-E acompanhado da documentação e dos projetos necessários, visando à sua análise e sua aprovação.

§ 1º - A critério do Poder Público municipal, o prazo previsto no caput para protocolo do pedido da Reurb-E poderá ser prorrogado, no máximo, por igual período.

§ 2º - Não atendida a notificação prevista neste artigo, o órgão municipal responsável poderá tomar as providências para promoção da Reurb-E, nos termos da Lei nº 13.465, de 2017, e deste Decreto, sem prejuízo das ações e das penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 11. Fica fixado o valor equivalente a 13 (treze) Unidades Fiscais do Município a título de Taxas diversas a serem cobradas pelos serviços prestados e necessários a aprovação do projeto de regularização fundiária e emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) na forma do que determina o inciso XI do art. 5º da Lei nº 6.048/2018.

§1º. A elaboração do projeto de regularização fundiária que trata o art. 3º, inciso IV deste Decreto será elaborado a expensas do beneficiário e apresentado no prazo previsto no parágrafo seguinte;

§ 2º. O pagamento da taxa que dispõe o caput deste artigo será recolhido no prazo de 10 (dez) dias a contar da classificação e fixação da modalidade da REURB;

§3º. O não pagamento no prazo previsto no parágrafo antecedente será considerado como desistência;

Art. 12. Poderão requerer a instauração da REURB-E:

- I - a União, o Estado e o Município, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta;
- II - os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atuar nas áreas de desenvolvimento urbano ou de regularização fundiária urbana;
- III - os proprietários dos imóveis ou dos terrenos, os loteadores ou os incorporadores;
- Parágrafo Único. Os legitimados poderão promover os atos necessários à regularização fundiária, inclusive requerer os atos de registro.

Art. 13. Do requerimento deverá constar

- I - Nome completo, estado civil e inscrição no CPF do interessado.
- II - Mapa georreferenciado e memorial descritivo devidamente assinado por profissional e pelos confrontantes.
- III - Comprovante de quitação da Anotação de responsabilidade técnica – ART
- IV - Cadastro do imóvel – espelho do IPTU
- V - Documento indicativo do direito real constituído do ocupante

Parágrafo único - Na Reurb-E, compete ao requerente legitimado fornecer as certidões que comprovem a titularidade de domínio da área, providenciar o levantamento topográfico georreferenciado e apresentar o memorial descritivo da área e a planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração, quando possível, das matrículas ou das transcrições atingidas.

Art. 14. Este decreto é aplicado supletivamente à Lei Municipal nº 6.172/2019 e 6.048/2018, Lei Federal nº 13.465/2017 e Decreto Federal nº 9.310/2018.

Art. 15. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/SC, 22 de agosto de 2019.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e dois dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove na Secretaria e no Mural Público

Angelo Scolaro

Secretário Municipal de Habitação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA 013/2019.

Publicação Nº 2139082

	ESTADO DE SANTA CATARINA				
	PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS				
	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA				
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÍVIDA ATIVA 013/2019.					

Ficam os contribuintes abaixo relacionados notificados a comparecer ao Departamento de Tributação da Prefeitura para, no prazo de 30 (trinta) dias, promover a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa na forma do Artigo 180 da Lei Complementar 184/2017.

Os débitos poderão ser pagos à vista ou em até 36 parcelas mensais com juro de 1% (um) ao mês. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo do débito tributário, o município de Curitiba não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da ação competente Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária, e todos os demais encargos originados pela demanda civil fiscal (despesas processuais e honorários advocatícios), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que os tributos sejam rigorosamente arrecadados.

Nº	NOME	CPF/CNPJ	ANO	RECEITA	VALOR
738/2019	Eidmara Ribeiro de Souza	053.556.509-70	2016	100	287,99
738/2019	Eidmara Ribeiro de Souza	053.556.509-70	2017	100	258,69
738/2019	Eidmara Ribeiro de Souza	053.556.509-70	2018	100	237,82
729/2019	Serraria Bela Vista Ltda	S/ CNPJ	2016	100	345,34
729/2019	Serraria Bela Vista Ltda	S/ CNPJ	2017	100	313,40
729/2019	Serraria Bela Vista Ltda	S/ CNPJ	2018	100	503,85
728/2019	Daniela Janaina Varela da Silva	059.850.749-35	2016	100	339,56
728/2019	Daniela Janaina Varela da Silva	059.850.749-35	2017	100	268,75
728/2019	Daniela Janaina Varela da Silva	059.850.749-35	2018	100	181,42

746/2019	Lori Francisco Sasso	693.256.349-53	2016	100	895,65
746/2019	Lori Francisco Sasso	693.256.349-53	2017	100	1.061,29
746/2019	Lori Francisco Sasso	693.256.349-53	2018	100	424,15
740/2019	Marcelo Montibeller	10.968.963/0001-37	2015	300	539,05
740/2019	Marcelo Montibeller	10.968.963/0001-37	2016	300	544,08
740/2019	Marcelo Montibeller	10.968.963/0001-37	2017	300	524,10
740/2019	Marcelo Montibeller	10.968.963/0001-37	2018	300	599,95
740/2019	Marcelo Montibeller	10.968.963/0001-37	2019	300	588,72
747/2019	Gilberto de Liz Camargo	020.837.379-97	2016	100	1.030,30
747/2019	Gilberto de Liz Camargo	020.837.379-97	2017	100	984,60
747/2019	Gilberto de Liz Camargo	020.837.379-97	2018	100	982,90
713/2019	Alcione Davet Alves	12.211.530/0001-68	2015	300	539,05
695/2019	Sandro Palhano Ferreira	080.246.419-09	2015	100	172,91
695/2019	Sandro Palhano Ferreira	080.246.419-09	2016	100	424,31
695/2019	Sandro Palhano Ferreira	080.246.419-09	2017	100	238,47
695/2019	Sandro Palhano Ferreira	080.246.419-09	2018	100	210,75
742/2019	Itamara Barbosa Fogaça	S/ CPF	2015	100	174,86
742/2019	Itamara Barbosa Fogaça	S/ CPF	2016	100	118,14
742/2019	Itamara Barbosa Fogaça	S/ CPF	2017	100	284,54
742/2019	Itamara Barbosa Fogaça	S/ CPF	2018	100	360,09
742/2019	Itamara Barbosa Fogaça	S/ CPF	2019	100	237,04
719/2019	Celio Carlos Pellizzaro	353.647.859-04	2016	100	391,49
692/2019	Suedem Augusto Candal	S/ CPF	2015	100	431,80
692/2019	Suedem Augusto Candal	S/ CPF	2016	100	476,81
692/2019	Suedem Augusto Candal	S/ CPF	2017	100	438,64
692/2019	Suedem Augusto Candal	S/ CPF	2018	100	532,14
686/2019	Laudiceia Giani Breyer	10.508.561/0001-50	2016	300	1.035,35
686/2019	Laudiceia Giani Breyer	10.508.561/0001-50	2017	300	996,85
686/2019	Laudiceia Giani Breyer	10.508.561/0001-50	2018	300	918,56
686/2019	Laudiceia Giani Breyer	10.508.561/0001-50	2019	300	901,09
654/2019	Araucaria Industria e Comercio de Cereais Ltda	85.126.746/0005-22	2015	300	947,54
654/2019	Araucaria Industria e Comercio de Cereais Ltda	85.126.746/0005-22	2016	300	956,00
654/2019	Araucaria Industria e Comercio de Cereais Ltda	85.126.746/0005-22	2017	300	920,47
654/2019	Araucaria Industria e Comercio de Cereais Ltda	85.126.746/0005-22	2018	300	824,20
654/2019	Araucaria Industria e Comercio de Cereais Ltda	85.126.746/0005-22	2019	300	808,52
626/2019	Saulo Souza Santos Engenharia Ambiental Eireli	21.713.036/0001-92	2017	300	276,14
626/2019	Saulo Souza Santos Engenharia Ambiental Eireli	21.713.036/0001-92	2015	400	5.264,55
626/2019	Saulo Souza Santos Engenharia Ambiental Eireli	21.713.036/0001-92	2016	5000	32,14
626/2019	Saulo Souza Santos Engenharia Ambiental Eireli	21.713.036/0001-92	2017	5000	28,68
649/2019	Atlantic Ltda	02.458.928/0002-20	2016	300	414,27
649/2019	Atlantic Ltda	02.458.928/0002-20	2017	300	398,87
649/2019	Atlantic Ltda	02.458.928/0002-20	2018	300	483,14
660/2019	Plasmal Ind. E Comercio de Plasticos Ltda	03.110.211/0001-75	2015	300	536,93
660/2019	Plasmal Ind. E Comercio de Plasticos Ltda	03.110.211/0001-75	2016	300	541,74
660/2019	Plasmal Ind. E Comercio de Plasticos Ltda	03.110.211/0001-75	2017	300	521,59
660/2019	Plasmal Ind. E Comercio de Plasticos Ltda	03.110.211/0001-75	2018	300	596,83
660/2019	Plasmal Ind. E Comercio de Plasticos Ltda	03.110.211/0001-75	2019	300	585,48
661/2019	Valdemir Vaz ME	10.895.881/0001-00	2015	300	536,93
661/2019	Valdemir Vaz ME	10.895.881/0001-00	2016	300	541,74
661/2019	Valdemir Vaz ME	10.895.881/0001-00	2017	300	521,59
661/2019	Valdemir Vaz ME	10.895.881/0001-00	2018	300	483,14

661/2019	Valdemir Vaz ME	10.895.881/0001-00	2019	300	473,95
656/2019	Vilson Vaz	592.030.809-53	2015	300	284,26
656/2019	Vilson Vaz	592.030.809-53	2016	300	286,80
656/2019	Vilson Vaz	592.030.809-53	2017	300	276,14
656/2019	Vilson Vaz	592.030.809-53	2018	300	369,46
656/2019	Vilson Vaz	592.030.809-53	2015	400	433,30
656/2019	Vilson Vaz	592.030.809-53	2016	400	435,05
656/2019	Vilson Vaz	592.030.809-53	2017	400	419,52
656/2019	Vilson Vaz	592.030.809-53	2018	400	397,89
655/2019	Kaique de Lima & Cia Ltda ME	12.565.441/0002-09	2016	300	669,20
613/2019	Reinaldo Erckmann	S/ CPF	2018	100	517,79
602/2019	MV Cobrança Ltda – ME	10.777.168/0001-61	2018	300	481,06
602/2019	MV Cobrança Ltda – ME	10.777.168/0001-61	2019	300	471,80
646/2019	Agrocampo Com. de Prod. Agropec. Ltda ME	06.316.779/0001-35	2016	300	669,20
643/2019	Maria Teresinha de Abreu Talamini	12.337.817/0001-39	2016	300	573,60
643/2019	Maria Teresinha de Abreu Talamini	12.337.817/0001-39	2017	300	552,28
643/2019	Maria Teresinha de Abreu Talamini	12.337.817/0001-39	2018	300	738,92
637/2019	Ivan Veloso Junior ME	10.273.987/0001-71	2015	300	410,59
637/2019	Ivan Veloso Junior ME	10.273.987/0001-71	2016	300	414,27
637/2019	Ivan Veloso Junior ME	10.273.987/0001-71	2017	300	398,87
637/2019	Ivan Veloso Junior ME	10.273.987/0001-71	2018	300	483,14
650/2019	Ester Kudreck Rohden	12.495.675/0001-38	2016	300	414,27
650/2019	Ester Kudreck Rohden	12.495.675/0001-38	2017	300	398,87
650/2019	Ester Kudreck Rohden	12.495.675/0001-38	2018	300	483,14
650/2019	Ester Kudreck Rohden	12.495.675/0001-38	2019	300	473,95
652/2019	Maria Aparecida de Oliveira Bazar ME	04.636.576/0001-09	2019	300	362,44
639/2019	Elza Maria Oliveira da Silva EPP	02.080.988/0001-71	2015	300	410,59
639/2019	Elza Maria Oliveira da Silva EPP	02.080.988/0001-71	2016	300	414,27
639/2019	Elza Maria Oliveira da Silva EPP	02.080.988/0001-71	2017	300	398,87
639/2019	Elza Maria Oliveira da Silva EPP	02.080.988/0001-71	2018	300	483,14
				TOTAL	49.611,62

Legenda Receitas:

Imposto Predial e Territorial Urbano: 100 Curitibaanos (SC), 27 de agosto de 2019.

Taxas do Econômico: 300

Imposto Sobre Serviço: 400

Taxas Protocolo: 5000 _____

Marcio Jose Prandi

Fiscal de Tributos

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 165/2019

Publicação Nº 2139142

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 165/2019

REFERENTE: Contrato de prestação de serviços firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitibaanos e a empresa NETDONIL INFORMÁTICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA com o valor de R\$ 1.648,50 (Um mil seiscentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MATERIAL ELÉTRICO PARA REPARO NO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, TENDO EM VISTA A LOCAÇÃO DO LOCAL NO DIA 31/08/2019, CONFORME CONTRATO E DOCUMENTAÇÃO ANEXA, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:



- IV – “Nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracteriza urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 28 de agosto de 2019.

Diego Sebem Wordell Paulo A. Costa Granemann Cristina Melo Menegotto

Presidente da Comissão Membro Membro

Cristiano França Pereira Roberto Carlos da Silva Cristiane P. Sandri

Membro Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitibanos, 28 de agosto de 2019.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 28 de agosto de 2019.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 216/2019

Publicação Nº 2138729

LEI COMPLEMENTAR Nº 216/2019

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 214/2019 QUE ESTABELECE OBRIGAÇÕES, CRITÉRIOS E DEMAIS CONDIÇÕES PARA AQUISIÇÃO DE LOTES EM PARQUE INDUSTRIAL.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica alterado o caput do art. 5º. s seguintes dispositivos da Lei Complementar . 214/2019 de 19 de julho de 2019 que estabelece obrigações, critérios e demais condições para aquisição de lotes em parque industrial:

“ Art. 5º. Os interessados em adquirir um dos lotes na área Industrial de Curitibanos deverão formalizar carta de intenção que deverá vir acompanhada dos seguintes documentos:”

Art. 2º. Ficam revogados os incisos XIII e XIV do art. 5º da Lei Complementar n. 214/2019.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 21 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Ângelo Scolari

Secretário de Habitação

LEI COMPLEMENTAR Nº 217/2019

Publicação Nº 2138732

LEI COMPLEMENTAR Nº 217/2019

INSTITUI O CÓDIGO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitiba,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

TÍTULO I**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Curitiba, o Código de Proteção e Bem-Estar Animal, estabelecendo diretrizes e normas para a efetiva proteção e garantia do bem-estar dos animais domésticos e domesticados.

Art. 2º. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por:

I - Bem-estar animal: garantia de atendimento às necessidades físicas, mentais, fisiológicas e naturais do animal, a fim de prover-lhe uma mínima qualidade de vida;

II - Animal doméstico: aquele que, por meio de processos tradicionais e sistematizados de manejo e ou melhoramento zootécnico, tornou-se doméstico, com características biológicas e comportamentais em estreita dependência do ser humano, podendo apresentar fenótipos variáveis diferentes das espécies silvestres que os originaram;

III - animal domesticado: aquele de populações ou espécies advindas da seleção artificial imposta pelo ser humano, o qual alterou características presentes nas espécies silvestres originais;

IV - Tutela responsável: conjunto de deveres destinados ao atendimento das necessidades físicas, mentais fisiológicas e naturais do animal e à prevenção dos danos que ele possa causar;

V - Tutor: toda pessoa natural responsável pela tutela do animal, seja ele advindo de ninhada, compra e venda, permuta, doação ou adoção;

VI - Cão comunitário: animal sem proprietário ou tutor identificado, e que estabelece com a comunidade em que vive, laços de dependência e de manutenção, embora não possua responsável único e definido;

VII - maus tratos: toda e qualquer ação ou omissão, decorrente de negligência ou imperícia, ato voluntário e intencional, voltada contra os animais, que lhes acarrete a ausência de atendimento às suas necessidades físicas, mentais, fisiológicas e naturais e o abandono em quaisquer condições;

VIII - abandono: ato intencional, consistente em deixar o animal doméstico ou domesticado desamparado em áreas públicas ou privadas, com o intuito de não mais reavê-lo;

IX - condições inadequadas: a manutenção de animais em contato direto ou indireto com outros animais de comportamento agressivo ou portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ou, ainda, em alojamentos de dimensões inapropriadas à sua espécie e porte;

X - Adoção: aceitação voluntária e legal de tutela de animais por pessoas naturais que se comprometem a mantê-los permanentemente em condições de bem-estar;

XI - eutanásia: morte induzida, sem dor, agonia e sofrimento, por meio da utilização ou emprego de substância apta a produzir a insensibilização e inconscientização antes da parada cardíaca e respiratória do animal.

TÍTULO II**DISPOSIÇÕES GERAIS****Capítulo I****DA TUTELA RESPONSÁVEL**

Art. 3º. Todo proprietário de animal doméstico ou domesticado é considerado seu tutor, devendo zelar por sua saúde, higiene e bem-estar e exercer a tutela responsável que consiste em:

I - mantê-lo em perfeitas condições de saúde e higiene, proporcionando-lhe fácil acesso à água e à alimentação;

II - manter a sua vacinação em dia;

III - proporcionar-lhe cuidados médico-veterinários sempre que necessário;

IV - mantê-lo em local adequado ao seu porte, limpo, arejado, com acesso à luz solar e com proteção contra as intempéries climáticas;

V - remover os dejetos deixados pelo animal em vias e logradouros públicos, bem como reparar e ressarcir eventuais danos por ele causados;

VI - no caso de falecimento do animal, conferir a destinação adequada ao seu cadáver.

Parágrafo único. Os cuidados elencados nos incisos I a V, deste artigo deverão perdurar durante toda a vida do animal.

Art. 4º. É expressamente proibido:

I - privar os animais de alimento, água e cuidados médico-veterinários;

II - manter os animais em local desabrigado, expostos às intempéries climáticas;

III - manter os animais em locais insalubres ou em precárias condições sanitárias;

IV - deixar os animais soltos em vias e logradouros públicos sem o acompanhamento de um tutor;

V - abandonar, sob qualquer pretexto, o animal em áreas públicas ou privadas;

VI - praticar ato de abuso, maus tratos, ferir, queimar, mutilar, ou outro ato que cause dor, agonia ou sofrimento aos animais;

VII - utilizar ou empregar métodos que causem sofrimento, aumento da dor ou morte lenta a todo animal cuja recuperação seja considerada impossível e a eutanásia seja necessária.

Art. 5º. É permitido o passeio de animais domésticos ou domesticados em vias e logradouros públicos do Município desde que o tutor porte os objetos necessários para recolher eventuais dejetos de seu animal.

Parágrafo único. O passeio de cães em vias e demais logradouros públicos do Município, deve ser realizado com acompanhamento do tutor, munido de coleira e guia. Para os animais de comportamento agressivo, também será exigido a utilização de focinheira.

Capítulo II**DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA DE BEM-ESTAR ANIMAL**

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, é o órgão responsável pela execução da política pública municipal de proteção e bem-estar dos animais domésticos e domesticados no Município de Curitiba.

Parágrafo único. Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, visando a garantia do bem estar animal, dentre outras atribuições:

I - difundir na coletividade, promovendo campanhas educativas e de conscientização, a necessidade de tratamento digno e respeitoso aos

animais e a prática de tutela responsável;

II - prevenir, monitorar, fiscalizar e penalizar administrativamente os responsáveis por maus tratos e abandono de animais no Município, sem prejuízo da competência das demais autoridades públicas;

III - envolver a comunidade e a iniciativa privada no combate aos maus tratos e ao abandono de animais no Município;

IV - executar as ações governamentais para o controle populacional de Cães e Gatos de rua junto à população de baixa renda, com vacinação, esterilização e identificação de animais;

V - realizar outras atividades destinadas à efetiva proteção e garantia do bem-estar dos animais domésticos e domesticados.

SEÇÃO I

DA DESTINAÇÃO DOS ANIMAIS ERRANTES OU EM SITUAÇÃO DE ABANDONO

Art. 7º. Os animais de rua ou em situação de abandono devem ter as seguintes destinações, a critério da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

I – resgate, com posterior devolução ao local de procedência, devidamente vacinado, esterilizado e identificado;

II – resgate e encaminhamento para doação e adoção, devidamente vacinado, esterilizado e identificado;

III – eutanásia, mediante recomendação de médico veterinário.

§ 1º Não pode ser dada a destinação prevista no inciso I, do caput deste artigo, os animais que possuam histórico de mordeduras ou outros agravos produzidos contra seres humanos ou outros animais;

§ 2º Não pode ser dada a destinação prevista no inciso I e II, do caput deste artigo, os animais que apresentem sinais ou sintomas de doenças infecto-parasitárias que ofereçam risco de comprometimento à saúde de humanos e de outros animais, bem como risco de comprometimento ambiental.

SUBSEÇÃO I

DO RESGATE

Art. 8º. Cães e gatos errantes ou em situação de abandono, excetuados os que tiverem que ser imediatamente eutanasiados, poderão ser resgatados e encaminhados para avaliação e eventual tratamento médico-veterinário, sendo, após, vacinados, esterilizados e identificados, e então encaminhados a uma das destinações previstas nos incisos I e II, do caput do art. 7º desta Lei Complementar.

Art. 9º. O tutor de um animal doméstico ou domesticado, já identificado e cadastrado, e que venha a ser encontrado em situação errante ou de abandono, será prontamente notificado para resgatá-lo no prazo máximo de 24 horas, sob pena de multa.

Parágrafo único – Sem prejuízo da multa aplicável ao tutor, não havendo o resgate no prazo estipulado, o animal ficará sujeito ao encaminhamento para uma das destinações previstas no artigo 7º desta Lei Complementar.

Art. 10. Todas as despesas decorrentes do resgate, tais como transporte, tratamento médico-veterinário, vacinação, hospedagem, esterilização, identificação e cadastramento correrão às expensas do tutor.

SUBSEÇÃO II

DO CÃO COMUNITÁRIO

Art. 11. Fica reconhecida a figura do cão comunitário, sendo o animal sem proprietário ou tutor identificado, e que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, embora não possua responsável único e definido.

Art. 12. O acesso à água, alimentação, cuidados com a saúde, higiene e demais atos necessários à preservação do bem-estar dos cães comunitários, não poderão ser realizados em vias de circulação, passeio, praças e demais ambientes públicos.

SUBSEÇÃO III

DOAÇÃO E ADOÇÃO

Art. 13. O animal destinado à adoção deve:

I - ser submetido a exame clínico para que sejam atestadas suas condições de saúde;

II - estar socializado, em conformidade com sua idade;

III - estar esterilizado e vacinado contra doenças infecto-parasitárias que ofereçam risco de comprometimento à saúde de humanos e de outros animais, a critério do profissional médico veterinário;

IV - estar identificado e cadastrado.

Art. 14. O adotante deve assinar o termo de responsabilidade e receber informações sobre comportamento e bem-estar animal, bem como ser cientificado da possibilidade de visitas da autoridade de bem-estar animal à sua residência para acompanhar o desenvolvimento da adoção.

Art. 15. Os animais também podem ser doados a entidades de proteção animal que possuam programas de adoção.

Parágrafo único. Os abrigos das entidades de proteção animal devem oferecer todas as condições necessárias para o bem-estar dos animais, em consonância com as disposições desta Lei Complementar e demais normas vigentes.

Capítulo III

DO PROGRAMA PERMANENTE DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS

Art. 16. Fica criado, no âmbito do Município de Curitiba, o Programa Permanente de Controle Populacional de Cães e Gatos, que consiste no conjunto de ações dirigidas ao controle reprodutivo destes animais, conforme metodologia que garanta a promoção da saúde, a preservação do meio ambiente e do bem-estar animal.

Parágrafo único. São ações do Programa Permanente de Controle Populacional de Cães e Gatos:

I - identificação e cadastramento;

II - controle reprodutivo das populações de cães e gatos;

III – vacinação e esterilização periódica de animais errantes, abandonados, e cuja tutela seja exercida por população de baixa renda, ou ainda, programa de esterilização a preço social;

IV - controle e fiscalização da criação, comercialização e doação;

V - a implantação de programas educativos.

SEÇÃO I

IDENTIFICAÇÃO E CADASTRAMENTO

Art. 17. Todo tutor de cães e gatos deverá, obrigatoriamente, identificá-los e cadastrá-los no órgão de bem-estar animal.

Parágrafo único. Ficam dispensados do cadastramento de que trata o caput deste artigo, os animais que ingressarem no Município em caráter temporário, assim compreendidos aqueles cuja permanência no município perdure por prazo não superior a 90 dias.

Art. 18. Entende-se por identificação a atribuição de um código individual permanente a cada animal, que deverá garantir a eficácia e a segurança do mecanismo em relacionar o tutor ao cadastro do seu animal, podendo ser, a critério da autoridade competente, por tatuagem ou método eletrônico (microchip).

Art. 19. Entende-se por cadastro a anotação oficial dos dados relativos aos tutores e seus animais, relacionando-os.

Parágrafo único. O cadastro de cães e gatos deverá ser providenciado por seus tutores junto ao órgão de bem-estar animal no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da edição da presente lei complementar, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, por ato do poder executivo municipal, devidamente fundamentado.

Art. 20. Havendo transferência da tutela do animal, o novo tutor deverá proceder à atualização dos dados do cadastro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Inexistindo documentação de transferência, o tutor anterior permanecerá como responsável pelo animal para todos os efeitos legais.

Art. 21. Em caso de saída do município em caráter definitivo ou de óbito do animal cadastrado, cabe ao tutor comunicar o ocorrido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao órgão de bem-estar animal, bem como atender ao disposto no inciso VI do art. 3º desta Lei Complementar.

SEÇÃO II

CONTROLE REPRODUTIVO DE CÃES E GATOS

Art. 22. O Município, através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, providenciará, de acordo com sua disponibilidade orçamentária:

I - a esterilização periódica e gratuita de cães e gatos errantes, abandonados e tutelados por indivíduo de baixa renda, por intermédio de métodos cirúrgicos minimamente invasivos;

II - a informação e conscientização da população sobre a importância do controle reprodutivo de seus animais e tutela responsável.

§ 1º Para efeitos exclusivos desta lei complementar, entende-se como indivíduo de baixa renda, aquele cujos rendimentos não ultrapasse a 2 salários mínimos mensais, devidamente comprovado mediante a realização de estudo social e apresentação de documentos comprobatórios, a encargo da Secretaria de Assistência Social.

§ 2º Para a consecução dessas ações, poderão ser firmadas parcerias com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, realização de mutirões de esterilização e ou atendimento individual pré-definido em calendários anuais.

SEÇÃO III

CRIAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO, DOAÇÃO E ADOÇÃO DE CÃES E GATOS

Art. 23. A reprodução, criação, comercialização e doação de cães e gatos são livres, desde que obedecidas as regras estabelecidas na presente Lei Complementar e legislação estadual e federal vigentes.

Art. 24. Todo estabelecimento que comercialize, exponha à venda, hospede ou aloje cães e gatos deve possuir parecer técnico favorável do órgão municipal de bem-estar animal antes da liberação definitiva do alvará de localização e funcionamento.

Art. 25. Além dos demais requisitos exigidos pela legislação local, para obtenção do alvará de localização e funcionamento de estabelecimento que explore as atividades de que tratam a presente seção junto ao Município, o interessado ainda deverá apresentar:

I - responsável técnico com habilitação profissional de médico veterinário junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV;

II - cópia do contrato social ou documento equivalente;

III - demais documentos estipulados em regulamento e outros de âmbito estadual ou federal pertinente.

Art. 26. Os estabelecimentos comerciais, incluindo canis e gatis estabelecidos no Município de Curitiba, somente poderão comercializar, permutar ou doar animais previamente identificados e cadastrados junto ao órgão responsável pelo bem-estar animal.

§ 1º O animal somente será repassado após o seu cadastro junto ao órgão de bem-estar animal, com identificação do adquirente ou doador, cujo custo correrá por conta do interessado.

§ 2º Os animais somente podem ser comercializados, permutados ou doados após o prazo de 50 (cinquenta dias) dias de vida, que corresponde ao período mínimo de desmame.

§ 3º O comerciante, permutante ou doador deverá fornecer comprovante individual de vacinação, no qual deverá constar, no mínimo:

I - o número do cadastro do animal;

II - informações quanto a espécie, raça, sexo, tipo e cor da pelagem predominante e sinais característicos do animal;

III - as vacinas já aplicadas no animal;

IV - assinatura e carimbo do médico veterinário responsável.

§ 4º Aquele que manter sob sua tutela, a quantia superior a 6 (seis) animais, ainda que sem fins comerciais, fica obrigado ao cumprimento das condições instituídas no caput e demais parágrafos deste dispositivo, excetuados os protetores e lares temporários, devidamente cadastrados.

Art. 27. Somente será permitida a realização de eventos de adoção de cães e gatos após a obtenção de autorização do órgão municipal responsável pelo bem-estar animal.

§ 1º Os eventos poderão ser realizados em locais públicos ou privados.

§ 2º O evento poderá ser realizado sob a responsabilidade de pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, mantenedoras ou responsáveis por cães e gatos, após cumpridas as exigências desta lei, e com a autorização do órgão municipal responsável pelo bem-estar animal.

§ 3º Para fins de obtenção da autorização, o promotor do evento deverá apresentar ao órgão de bem-estar animal, relação individual dos animais a serem expostos, informando a espécie, raça, sexo, tipo e cor da pelagem predominante, sinais característicos e ou outros elementos pertinentes, além de cumprir as exigências previstas no artigo anterior.

§ 4º Não será permitida a participação de animal no evento de adoção que não esteja informado na relação de animais apresentada anteriormente ao órgão de bem-estar animal.

§ 5º O possível adquirente ou adotante deve ser amplamente informado e conscientizado sobre a convivência da família com um animal, noções de comportamento, expectativa de vida, provável porte do animal na fase adulta, em se tratando de filhotes, necessidades nutricionais e de saúde e demais fatores relevantes e que digam respeito ao bem estar animal.

Art. 28. Os animais somente poderão ser expostos por um período máximo de 8 (oito) horas e desde que o local ou recinto utilizado para a manutenção de animais, possua dimensão compatível com o tamanho e o número dos animais que ali habitam, de modo a permitir-lhes, de forma natural e confortável, ficar de pé, sentar e deitar, esticar seus membros, além de virar-se e movimentar-se livremente.

Capítulo IV

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 29. Sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil ou penal cabíveis, os infratores das disposições desta lei complementar sofrerão, alternativa ou cumulativamente, as seguintes penalidades, a critério da autoridade de bem-estar animal, no qual observará a gravidade do fato, as circunstâncias da infração, os antecedentes e os aspectos econômicos do infrator:

I – advertência;

II – multa;

III – interdição total ou parcial, temporária ou permanente, de locais e estabelecimentos;

IV – Suspensão parcial ou total, temporária ou permanente das atividades;

V – Apreensão de instrumentos, apetrechos ou equipamentos de qualquer natureza utilizados na infração;

VI – Destruição ou inutilização de produtos;

VII – Proibição de aquisição, guarda ou tutela de animais de qualquer gênero ou espécie, pelo período de 2 (dois) anos.

§ 1º A cumulatividade de penalidades será avaliada pela autoridade no ato de fiscalização, que levará em conta a reincidência, condições físicas dos animais, colaboração com a fiscalização, entre outros fatores relevantes.

§ 2º A penalidade de multa será aplicada de forma dobrada, na hipótese de reincidência ou ocorrência de morte do animal.

§ 3º Responderá pela infração aquele que por qualquer modo a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

Art. 30. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em três categorias:

I - infração de natureza leve: punida com multa no valor correspondente 2,5 (duas vírgula cinco) UFM's;

II - infração de natureza média: punida com multa no valor correspondente a 5 (cinco) UFM's;

III - infração de natureza grave: punida com multa no valor correspondente a 10 (dez) UFM's.

Art. 31. A penalidade de multa, aplicada à infração de natureza leve, poderá ser convertida em advertência, não sendo reincidente o infrator, nos últimos 12 (doze) meses, quando a autoridade, considerando a gravidade do fato, as circunstâncias da infração, os antecedentes e aspectos econômicos do infrator, entender esta providência como mais educativa.

Art. 32. Sendo reincidente o infrator, ainda que genericamente, a penalidade de multa será aplicada em dobro.

Parágrafo único. Constitui reincidência a prática de nova infração cometida pelo mesmo agente infrator dentro do período de 2 (dois) anos subsequentes à primeira.

Art. 33. Quando o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as respectivas penalidades, ficando vedada a conversão em advertência, ainda que de natureza leve as infrações.

Art. 34. Constitui infração contra as normas de bem-estar dos animais domésticos ou domesticados, a inobservância de qualquer preceito desta lei ou da legislação complementar, ficando o infrator sujeito às penalidades e medidas administrativas previstas nos artigos 30 e 31, desta Lei Complementar, conforme o caso, além das demais punições legalmente previstas:

I – Constitui-se infração de natureza leve:

a) Manter animal sem abrigo ou em lugares em condições inadequadas ao seu porte e espécie;

b) Manter animal em abrigo sem área para exercícios que impeçam a movimentação adequada ao seu porte;

c) Manter animal em abrigo com presença de fezes e urina que caracterize dias sem recolhimento;

d) Manter animal em espaços que não permitam a higienização adequada e que não propiciem escoamento dos dejetos;

e) Manter animal em abrigo com presença de lixo, entulho, mato ou outra condição considerada inadequada;

f) Não remover os dejetos deixados pelo animal em vias e logradouros públicos;

g) Deixar os animais soltos em vias e logradouros públicos sem o acompanhamento de um tutor;

h) Realizar ou permitir que se realize o passeio de cães em vias e demais logradouros públicos, sem coleira e guia, além de focinheira, quando exigido.

II – Constitui-se infração de natureza média:

a) A exposição contínua do animal ao sol, chuva, calor e frio e, em caso de confinamento, enclausurá-los em espaços úmidos, sem ventilação;

b) Privar o animal de água limpa e potável e alimento adequado e em abundância, em recipientes limpos;

c) Exercitá-los de maneira excessiva e sem descanso adequado;

d) Utilizar o animal em situações de enfrentamento físico, entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes em locais públicos ou privados;

e) Disponibilizar alimentação e água em vias de circulação, passeio, praças e demais ambientes públicos.

III – Constitui-se infração de natureza grave:

a) Praticar ato de maus-tratos, assim entendida toda e qualquer ação ou omissão, decorrente de negligência ou imperícia, ato voluntário e intencional, voltada contra os animais, que lhes acarrete a ausência de atendimento às suas necessidades físicas, mentais, fisiológicas e naturais e o abandono em quaisquer condições;

b) Lesar ou agredir os animais (por espancamento, lapidação, por instrumento cortantes, contundentes, por substâncias químicas, escaldantes, tóxicas, por fogo ou outros) ou qualquer prática ou atividade capaz de causar-lhes sofrimento, dano físico, mental ou morte;

c) Abandonar animal, em quaisquer circunstâncias em espaços públicos, privados e ermos;

d) Deixar de resgatar, quando notificado e no prazo legal, o animal cadastrado em seu nome, e encontrado em situação errante ou de abandono;

e) Submeter o animal a trabalho excessivo ou superior as suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento, para deles obter esforços ou comportamento que não se alcançariam senão sob coerção;

f) Provocar-lhes envenenamento, podendo causar-lhes morte ou não;

g) Eliminar animais como método de controle de dinâmica populacional;

h) Não propiciar morte rápida e indolor a todo animal cuja eutanásia seja necessária;

i) Abusá-los sexualmente;

j) Enclausurá-los com outros que os molestem;

k) Promover distúrbio psicológico e comportamental ao animal;

l) Privar o animal de assistência veterinária, quando necessário;

m) Outras práticas que possam ser consideradas e constatadas como maus tratos pela autoridade competente.

Capítulo V

AUTUAÇÃO, PROCESSO ADMINISTRATIVO E ARRECADAÇÃO

Art. 35. Constatada a infração aos dispositivos desta Lei Complementar, lavrar-se-á o auto de infração, do qual constará:

I - tipificação da infração;

II - local, data e hora do cometimento da infração;

III - identificação do infrator;

IV - declaração do agente público autuador acerca da ocorrência da infração;

V - identificação do agente público autuador.

Art. 36. Lavrado o auto de infração, será expedida notificação de autuação ao infrator para o exercício do contraditório e da ampla defesa em prazo de até 15 (quinze) dias do seu recebimento.

Parágrafo único. O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente se considerado inconsistente ou irregular.

Art. 37. Não sendo apresentada defesa ou sendo ela indeferida, será aplicada a penalidade legalmente prevista pelo órgão de bem-estar animal, que expedirá notificação de imposição de penalidade ao infrator.

Art. 38. Da decisão administrativa penalizante, caberá recurso administrativo no prazo de até 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. O recurso deverá ser dirigido para a autoridade que proferiu a decisão, a qual, caso não reconsidere sua decisão, encaminhará à autoridade superior para apreciação.

Art. 39. No caso de penalidade pecuniária, o pagamento da multa deverá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação de imposição de penalidade, que não será inferior a 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Art. 40. Os valores arrecadados com o pagamento das multas serão recolhidos para o Fundo vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, para aplicação em programas, projetos e ações ambientais voltadas a defesa e proteção aos animais.

TÍTULO III**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 41. Esta Lei Complementar não se aplica à avifauna silvestre, nativa ou exótica, doméstica e domesticada, criada em ambiente doméstico, cuja atribuição foi conferida ao órgão estadual competente pela Lei Complementar Federal nº 140/2011, sequer limita a atuação e competência dos demais órgãos ambientais das demais esferas do poder público.

Art. 42. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento do órgão de bem-estar animal.

Art. 43. Esta Lei Complementar entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a data de sua publicação.

Curitibanos/SC, 26 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal

Luiz Fernandes Popinhack França

Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

LEI Nº 6.179/2019

Publicação Nº 2138747

LEI Nº 6.179/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMITIR CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (CRF) DE INTERESSE SOCIAL (REUR-B-s) COMPLEMENTAR À LEI 6083/2018 DAS QUADRAS Nº 62 e 71 DO BAIRRO SÃO LUIZ, NESTE MUNICÍPIO E RECONHECER O DIREITO DE PROPRIEDADE AOS OCUPANTES DO NÚCLEO URBANO INFORMAL REGULARIZADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 14 da Lei Municipal nº 6.048/2018, autorizado a emitir Certidão de Regularização Fundiária (CRF) do núcleo urbano informal de interesse social COMPLEMENTAR das quadras nº 62 e 71 do Bairro São Luiz, neste Município;

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 23, §6º da Lei Federal nº 13.465/2017, art. 16, §7º do Decreto Federal nº 9.310/2018 e art. 14 da Lei Municipal nº 6.048/2018, AUTORIZADO a reconhecer o direito de propriedade aos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado alterando o anexo I da lei nº 6083/2018 para incluir os beneficiários aqui contemplados.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos/SC, 26 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Ângelo Scolari

Secretário de Habitação

ANEXO I

QUADRA Nº 62

LOTE	MEDIDA	BENEFICIÁRIO(S)
06	300,00m²	ZENAIDE MACIEL DOS SANTOS, Brasileira, divorciada, pensionista, portadora do RG: 1.068.526 SESPDC/SC, inscrita no CPF: 036.658.269-00, nascida em data de 22/02/1958, filha de Heitor Maciel dos Santos e Maria Delordes Lourenço dos Santos, domiciliada e residente na Rua Valdelírio Cordeiro Sampaio, nº 65, bairro São Luiz, Curitiba/SC. CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO nº 14298, INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA nº 01.04.062.0064.001.001
13	300,00m²	JOSÉ CARLOS ZANON, Brasileiro, solteiro, operador de máquinas, portador do RG nº 3.706.414 SESP/SC, inscrito no CPF nº 023.926.069-43, nascido em data de 07/11/1967, filho de Luiz Zanon e Rosa Zanon, domiciliado e residente na Rua Apolinário da Silva Ribeiro, nº 56, bairro São Luiz, Curitiba/SC. CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO nº 14307, INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA nº 01.04.062.0216.001.001
18	272,00m²	TEREZINHA VENTURA FERRAIS, Brasileira, viúva, aposentada, portadora do RG nº 859.133-4 – SESP/SC, inscrita no CPF nº 539.634.909-34, nascida em data de 02/05/1937, filha de Avelino Francisco Ventura e Maria Custódia Marquer, domiciliada e residente na Rua Valdelírio Cordeiro Sampaio nº 105, Bairro São Luiz, Curitiba/SC. CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO nº 14314, INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA nº 01.04.062.0330.001.001

QUADRA Nº 71

LOTE	MEDIDA	BENEFICIÁRIO(S)
14	325,00m²	ADILSON LUIZ ALBUQUERQUE, brasileiro, construtor civil, solteiro, portador do RG nº 1.916.401 SSP/SC, inscrito no CPF nº 594.827.969-34, nascido em 09/03/1972, filho de Salete Albuquerque, domiciliado e residente na Rua Valdelírio Camargo Sampaio nº 331, Bairro São Luiz, Curitiba/SC. CADASTRO FISCAL IMOBILIÁRIO nº 17134, INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA nº 01.04.071.0013.001.001

LEI Nº 6.172/2019

Publicação Nº 2138734

LEI Nº 6.172/2019

ESTABELECE NORMAS PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA NA MODALIDADE REURB DE INTERESSE ESPECÍFICO (REURB-E) INSTITUIDA PELA LEI MUNICIPAL Nº 6.048/2018 e ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Esta lei estabelece normas necessárias para regularização fundiária urbana na modalidade Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população cuja renda seja superior ao quíntuplo do salário mínimo vigente no País.

Art. 2º - A regularização fundiária de núcleos urbanos informais constituídos por unidades imobiliárias residenciais e não residenciais poderá ser feita por meio da Reurb-E.

Parágrafo único – Consideram-se unidades imobiliárias não residenciais àquelas unidades comerciais, industriais, mistas, dentre outras, desde que atendam os objetivos da Reurb.

Art. 3º - Na REURB que trata esta Lei, promovida sobre bem público, havendo solução consensual, a aquisição de direitos reais pelo particular ficará condicionada ao pagamento do justo valor da unidade imobiliária regularizada.

§ 1º - Considera-se justo valor da unidade imobiliária regularizada:

I – o valor venal territorial do imóvel, quando se tratar de imóveis públicos ocupados sem qualquer documento comprobatório de aquisição;
II - o pagamento no percentual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) sobre o valor atual da propriedade plena e a comprovação do pagamento de 10 (dez) pensões anuais, nos casos de o possuidor ser detentor de Cartas ou transferências de aforamento, devidamente anotadas no livro próprio do Município, porém, não levadas a registros ou averbações no Ofício do Registro de Imóveis competente e à época própria;
§ 2º O valor da pensão anual (foro) anual de que trata o inciso II do parágrafo antecedente, será igual ao valor do Imposto predial anual do imóvel;

§ 3º. No pagamento previsto nos incisos I e II do § 1º não será considerado o valor das acessões e benfeitorias do ocupante e a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias;

§ 4º. Caso o interessado não comprove, à data do requerimento, o pagamento das 10 (dez) pensões anuais de que trata o § 2º, deverá realizar o pagamento no prazo de 10 (dez) dias, mediante Documento de Arrecadação Municipal - DAM;

§ 5º. Os demais casos serão decididos por ato do Poder Executivo Municipal.

§ 6º- O beneficiário ficará dispensado do pagamento previsto no parágrafo 1º deste artigo, se comprovar que a aquisição do imóvel ocorreu por meio de doação ou comprove o efetivo pagamento realizado integralmente à época, caso a aquisição tenha ocorrido por outra forma.

§ 7º - As áreas de propriedade do poder público registradas no Cartório de Registro de Imóveis, que sejam objeto de ação judicial versando sobre a sua titularidade, poderão ser objeto da REURB, desde que celebrado acordo judicial ou extrajudicial, na forma da Lei Federal nº 13.465/2017 e homologado pelo juiz.

Art. 4º. A REURB-E será objeto de processo administrativo próprio, de iniciativa de qualquer dos legitimados indicados no art. 4º da Lei Municipal nº 6.048/2018 e obedecerá as fases previstas na legislação específica e demais exigências do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º. Instaurada a Reurb, compete ao Município, cumpridos os requisitos legais, aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.

Parágrafo único. A elaboração e o custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial obedecerão aos procedimentos previstos no art. 33 da Lei Federal nº 13.465 e art. 26, §3º do Decreto Federal nº 9310/2018;

Art. 6º. Na REURB de que trata esta Lei, o Município deverá definir, por ocasião da aprovação dos projetos de regularização fundiária, nos limites da legislação de regência, os responsáveis pela implantação de sistemas, infraestrutura, equipamentos e demais medidas conforme previsto no art. 38 da lei federal citada.

Art. 7º. Na REURB dos núcleos urbanos informais que ocupam Áreas de Preservação Permanente não identificadas como áreas de risco, a regularização fundiária será admitida por meio da aprovação do projeto de regularização fundiária, na forma da lei específica de regularização fundiária urbana, cujo processo deverá incluir estudo técnico que demonstre a melhoria das condições ambientais em relação à situação anterior e ser instruído com, no mínimo, os elementos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 12.651/2012

§ 1º Para fins da regularização ambiental prevista no caput, ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, será mantida faixa não edificável com largura mínima definida por leis específicas.

§ 2º Em áreas urbanas tombadas como patrimônio histórico e cultural, se for o caso, a faixa não edificável de que trata o § 1º poderá ser redefinida de maneira a atender aos parâmetros do ato do tombamento.

Art. 8º. Na REURB-E de área de risco que não comporte eliminação, correção ou administração, a realocação dos ocupantes do núcleo urbano informal a ser regularizado será providenciada pelo titular de domínio, pelos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, pelos beneficiários ou pelo legitimado promotor da Reurb nos termos do art. 36 do Decreto Federal citado.

Art. 9º. Os casos que envolvam loteamento ou desmembramento não inscritos e registrados observarão o disposto no art. 75 e seguintes do decreto federal nº 9310/2018

Art. 10. Fica fixado o valor equivalente a 13 (treze) Unidades Fiscais do Município a título de Taxas diversas a serem cobradas pelos serviços prestados e necessários a aprovação do projeto de regularização fundiária e emissão da Certidão de Regularização Fundiária (CRF) na forma do que determina o inciso XI do art. 5º da Lei nº 6.048/2018.

Art. 11. O Poder executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Ângelo Scolaro
Secretário de Habitação

LEI Nº 6.175/2019

Publicação Nº 2138736

LEI Nº 6.175/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CURITIBANOS – ACIC

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo autorizado a firmar Termo de Colaboração com Associação Empresarial de Curitiba - ACIC inscrita no CNPJ nº 83.453.001/0001-19, com o objetivo de executar ações de fortalecimento do comércio local, conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado no Edital de Chamamento Público n. 003/2019.

Art. 2º O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do Presente termo de colaboração é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cujo repasse será efetuado em parcela única.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme a seguir:

PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
22.661.0025.2065 MANUT. DA SECRET. DA IND. COM. E TURISMO
3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 10.000,00

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 19 de agosto de 2019.
José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezanove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezanove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Marcos Aurélio Scapini
Secretário de Indústria, Comércio e Turismo
TERMO DE COLABORAÇÃO Nº

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS/SC, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CURITIBANOS - ACIC.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal Ramos, 860, neste ato representado por seu titular, Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CURITIBANOS - ACIC, inscrita no CNPJ sob nº. 83.453.001/0001-19, com sede na Avenida Salomão Carneiro de Almeida, nº 388 – Centro, doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, por seu representante legal Irene Pivetta Sonda, inscrito no CPF sob n. 384.762.909-34, RG 459.772, residente e domiciliado em Curitibanos, resolvem celebrar o presente termo de colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal 4.870/2017, consoante Edital de Chamamento Público 003/2019 e Lei Municipal nº 6.175/2019 mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de colaboração, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 003/2019, tem por objeto executar ações de fortalecimento do comércio local, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Federal 13.019/14 e Decreto 4.870/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;
- b) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) responder exclusivamente pelas despesas decorrentes de aquisição de equipamentos e materiais permanentes;
- g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos do Município a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cujo repasse será efetuado em parcela única.

3.2 – Os Créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente termo são provenientes do orçamento da

Prefeitura Municipal, autorizado pela Lei 6.080/2018, funcional programática:

PREFEITURA MUNICIPAL
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO
02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
22.661.0025.2065 MANUT. DA SECRET. DA IND. COM. E TURISMO
3350000000.00.1000 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCR R\$ 10.000,00

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Colaboração, a título de contrapartida, na forma de bens ou serviços economicamente mensuráveis, percentual igual ou superior ao recurso recebido da Administração Pública Municipal. Não será exigido o depósito do valor correspondente.

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

4.3 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VI - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

VII – pagar despesas com remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas,

VIII - aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Colaboração terá vigência no período compreendido entre a data de assinatura do termo colaboração até dia 20/12/2019, sem interrupção de atendimento durante o prazo de vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - Relatório de Execução do Objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado.

II - Relatório de Execução Físico-Financeira assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas.

III - Notas e comprovantes fiscais originais ou em cópias autenticadas, incluindo recibos emitidos em nome da organização da sociedade civil;

IV - Extrato bancário da conta específica vinculada à execução da parceria;

V - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica quando houver;

VI - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes quando houver;

VII - relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos quando for o caso;

VIII - lista de presença de treinados ou capacitados, quando for o caso;

Parágrafo único: A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

7.2 - A Administração pública considerará ainda em sua análise, relatório da visita técnica in loco, realizada durante a execução da parceria, quando houver:

7.3 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

7.4 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, adotará providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.5 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

- 8.1 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.
- 8.2 Os valores previstos para a execução do plano de trabalho poderão ser remanejados entre si até o limite de 20%.

CLÁUSULA NONA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

9.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com a administração pública, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Curitiba, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único: As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

9.2. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

9.3 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O presente termo de colaboração poderá ser:

I - Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;

e) pela superveniência de norma legal, ou fato que o torne materialmente inexecutável;

f) pela extinção da OSC durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo, por ato de um dos partícipes, mediante prévio aviso daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

12.1 - Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo de colaboração.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento, o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes.

Curitiba, ____ de ____ de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Marcos Aurélio Scapini

Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Turismo

Representante legal da organização da sociedade civil

LEI Nº 6.176/2019

Publicação Nº 2138738

LEI Nº 6.176/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR PARCERIA COM MORADORES PARA FORNECIMENTO DE PEDRAS DE REVESTIMENTO.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parceria com moradores das ruas abaixo relacionadas objetivando a conjugação de esforços para pavimentação das vias públicas:

I – Ruas área Total

1) Rua Edgar Ko Freitag – trecho entre a rua Aldo Pereira Scoss e a rua Prudente de Moraes	2.052,67 m²
2) Rua Jovino Rosa – trecho entre a rua Paulo de Assis Mendes com a rua Raulino de Almeida	1.113,42 m²
3) Rua Soldado Frnacisco José Coelho (trecho entre a rua Prudente Visconde de Mores e o final da rua	1.104,30 m²

Art. 2º. Caberá ao Município o fornecimento de lajotas ou paralelepípedos, bem como o nivelamento das ruas e assessoramento técnico, devendo os moradores responsabilizar-se pela execução do projeto e seus respectivos custos, dentre os quais, meio fio, pó de pedra, Mão de obra do calceteiro e tubos se necessário para a rede pluvial, devendo ainda os moradores indicar um representante para execução da obra.

Parágrafo Único: A desistência de qualquer morador que tenha firmado o termo de compromisso implicará na rescisão e extinção da parceria firmada.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Hercílio Beppler

Secretário de Transportes e Obras

LEI Nº 6.178/2019

Publicação Nº 2138742

LEI Nº 6.178/2019

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 6.080/2018:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

4490000000.00.3012 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 6.080/2018, no montante de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

06.181.0004.2010 APLICAÇÃO RECURSOS DE CONVÊNIO DE TRÂNSITO

4490000000.00.3012 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 340.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 340.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso CONVÊNIO DE TRÂNSITO, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 6.080/2018:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

25.752.0027.2020 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3390000000.00.3008 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 5º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 6.080/2018, no montante de R\$ 1.128.000,00 (um milhão cento e vinte e oito mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

25.752.0027.2020 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3390000000.00.3008 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 1.128.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.128.000,00

Art. 6º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso COSIP, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento da Prefeitura Municipal as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 6.080/2018:

INCLUI FONTE DE RECURSO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.453.0018.1041 CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ÔNIBUS

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 8º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal na forma da Lei nº 6.080/2018, no montante de R\$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais) a saber:

SUPLEMENTA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.453.0018.1041 CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE ÔNIBUS

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 120.000,00

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

15.452.0018.1016 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 550.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 670.000,00

Art. 9º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIA, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 21 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 6.180/2019

Publicação Nº 2138749

LEI Nº 6.180/2019

ALTERA LEI Nº 5.921/2017 DE 20 DE JULHO DE 2017 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER ÁREA DE TERRAS POR DOAÇÃO SEM ENCARGO.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica alterado o inciso V do art. 1º da Lei n. 5.921/2017 de 20 de julho de 2017 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“V – Área 06 com 1.331,37 m² (um mil, trezentos e trinta e um metros, trinta e sete centímetros quadrados) de propriedade de Atlas Compensados Industria e Comercio Ltda., e objeto parcial da matrícula Matrícula: 27.454.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/SC, 26 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº Nº 6.177/2019

Publicação Nº 2138741

LEI Nº Nº 6.177/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.

José Antônio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal na forma autorizada pela Lei n. 6.080/2018 no montante de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a saber :

SUPLEMENTAÇÃO:

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COM. E TURISMO

23.695.0026.1038 CONSTRUÇÃO DO MERCADO PÚBLICO

4490000000.00.3000 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 300.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 300.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso ORDINÁRIA, ocorrido no exercício de 2018, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 5.111/2019.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 21 de agosto de 2019.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva

Secretário de Administração e Finanças

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 33/2019

Publicação Nº 2138708

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 33/2019

O Fundo de Educação de Curitibanos, SC neste ato representado por seu Presidente, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ESTACIONAMENTO COBERTO PARA ÔNIBUS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 16/09/2019, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 16/09/2019, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 28 de Agosto de 2019.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

Descanso

PREFEITURA

DECRETO 986/2019, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 16.408,61 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2137921

DECRETO Nº 986/2019-SF, de 26 de agosto de 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 16.408,61 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1668/2018, de 27 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 16.408,61 (dezesesseis mil, quatrocentos e oito reais e sessenta e um centavos), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	10.00	SECRET.MUNIC.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	10.15	DPTO.DE AGRICULTURA
Proj./Ativ.	20.608.0011.2.035	Incentivo e Assistência ao Produtor Rural
3.3.90.00.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (106) 16.408,61

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior a redução em igual valor das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	10.00	SECRET.MUNIC.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	10.15	DPTO.DE AGRICULTURA
Proj./Ativ.	20.608.0011.2.035	Incentivo e Assistência ao Produtor Rural
3.3.71.00.00.00.00.00.0500		Transferências a Consórcios Públicos (105) 2.008,61
4.4.90.00.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (108) 14.400,00
		T O T A L 16.408,61

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017 e alterações para o exercício de 2019, da LDO 2019 - Lei Municipal nº 1655/2018 e da LOA 2019 - Lei Municipal nº 1668/2018, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 16.408,61 (dezesesseis mil, quatrocentos e oito reais e sessenta e um centavos)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 26 de agosto de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello

Chefe da Divisão de Pessoal - RH

DECRETO 987/2019 - SF, ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 11.300,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2137926

DECRETO Nº 987/2019-SF, de 26 de agosto de 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 11.300,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 8º, I e II da Lei Municipal nº 1668/2018, de 27 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais), para reforço das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Órgão:	09.00	SECRET.MUNIC.OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade:	09.13	DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Proj./Ativ.	15.451.0034.2.029	Manut.e Func.Dpto.Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.00.00.00.00.00.0500		Aplicações Diretas (89) 1.300,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0617		Aplicações Diretas (204) 10.000,00
		TOTAL 11.300,00

Art. 2º - Servirá de recursos para cobertura do crédito aberto no artigo anterior:

I – A transposição da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	09.00	SECRET.MUNIC.OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Unidade:	09.13	DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
Proj./Ativ.	15.451.0034.2.029	Manut.e Func.Dpto.Obras e Serviços Urbanos
4.4.90.00.00.00.00.0500	Aplicações Diretas (90)	1.300,00

II - Em conformidade com o Art. 8º, II, "b" da Lei Municipal nº 1668/2018, fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2018, da seguinte fonte de recurso:

Descrição	Recurso	Valor
Recursos Ordinários	500/617	10.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar constante deste Decreto, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017 e alterações para o exercício de 2019, da LDO 2019 - Lei Municipal nº 1655/2018 e da LOA 2019 – Lei Municipal nº 1668/2018, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 11.300,00 (onze mil e trezentos reais)

Art. 4º A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pelo presente Decreto.

Art. 5º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 26 de agosto de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello

Chefe da Divisão de Pessoal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2019 - PMD

Publicação Nº 2138878

MUNICÍPIO DE DESCANSO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2019

Objeto: Aquisição de materiais e peças para substituição, conserto em tander e diferencial e serviço de torno para recuperação de flange e tubo da carcaça do diferencial, para a Motoniveladora Volvo G720, nº 42, ano 2006, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 10h00min do dia 11/09/2019, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146, iniciando a fase de lances às 10h00min do mesmo dia. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 29 de Agosto de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° 2/2019-FMS

Publicação N° 2138639

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EMMA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 06/2019 - fms

Pregão Presencial n°. 02/2019 – fms

O Fundo Municipal de Saúde de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob n°. 10.416.064/0001-21, de conformidade com a Lei Federal n°. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal n°. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 9:00 horas do dia 10 de setembro de 2019, em sua sede à Rua Alberto Koglin n°. 3493, realizará processo licitatório objetivando a aquisição de peças e serviço prestado, em regime de urgência, para a recuperação do motor do veículo ambulância marca Renault, modelo Master TCA MIC, placa QID-7638, da Secretaria da Saúde do Município de Dona Emma. O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 27 de agosto de 2019.

SIMÃO HESCKEL

Gestor do FMS

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 08/2019 - PROFESSOR 20H

Publicação Nº 2138591

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 08/2019

A Secretaria Municipal de Educação de Doutor Pedrinho/SC, torna pública pelo presente, as normas da CHAMADA PÚBLICA 08/2019 para a contratação temporária de Professor I para atuar no ano letivo 2019.

CONSIDERANDO o amparo legal dado pelo inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e da Lei Municipal Complementar 47/2006;
CONSIDERANDO a necessidade excepcional de contratação professor 1 para a carga horária semanal de 20 horas
CONSIDERANDO a necessidade emergencial de novas contratações para a continuidade do ano letivo 2019.
RESOLVE

Realizar CHAMADA PÚBLICA para vaga de PROFESSOR I (20h);

1. DA INSCRIÇÃO

0.1 Os candidatos interessados deverão dirigir-se ao Gabinete da Prefeita, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Brasília, nº 02, Centro, Doutor Pedrinho/SC, no dia

30/08/2019 das 8h às 11h e das 14h às 16h para a entrega da INSCRIÇÃO.

1.2 Os candidatos interessados deverão entregar pessoalmente ou por procuração reconhecida em cartório os seguintes documentos em envelope devidamente lacrado e rubricado pelo candidato com identificação da vaga pleiteada:

- a) Ficha de inscrição preenchida (Anexo I);
- b) Fotocópia de documento de identidade;
- c) Fotocópia do documento comprobatório de estudo;
- d) Comprovante de tempo de serviço de atuação na disciplina da vaga pleiteada (Anexo II deste edital) emitido pelo departamento responsável pela Unidade Escolar (Secretarias ou Regências de Educação).

1.3 Uma cópia da ficha de inscrição preenchida e assinada avulsa, fora do envelope lacrado, para o protocolo da documentação, a ser feito junto ao Gabinete da Prefeita.

OBS.: OS DOCUMENTOS ENTREGUES PARA INSCRIÇÃO PODERÃO SER RESGATADOS PELO CANDIDATO NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, APÓS 90 DIAS DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO.

2. DO PROCESSO DE ESCOLHA

2.1 O processo de seleção se dará em fase única, de caráter classificatória e eliminatória, que consistirá na análise da documentação e do tempo de serviço na área de atuação.

2.2 Serão considerados os seguintes documentos para comprovação do tempo de serviço:

- a) Declaração que especifique a função e as atividades exercidas como professor, com as datas exatas de início e término do vínculo (se já encerrado), emitida pelo setor competente de Órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta;
- b) Cópia das páginas da Carteira de Trabalho desde que especifique a função de professor, e que especifique as datas inicial e final do contrato de trabalho.

2.3 Havendo dois ou mais candidatos interessados na vaga com a mesma formação serão considerados na ordem os seguintes critérios de desempate:

- a) Profissional com Licenciatura em PEDAGOGIA;
- b) Maior tempo de atuação na disciplina da vaga (mediante apresentação do respectivo comprovante (anexo II deste edital);
- c) Maior idade.

3. DO RESULTADO

3.1 O resultado provisório será divulgado em até 2 (dois) dias úteis após o término das inscrições, cabendo recurso em 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado preliminar.

3.2 A lista com o resultado final será publicada no site da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho/SC, www.doutorpedrinho.sc.gov.br e no Diário Oficial do Município em até 2 (dois) dias úteis após finalizado o prazo para recursos.

3.3 Uma comissão avaliadora dos documentos apresentados pelos candidatos será constituída por um profissional da área administrativa da

Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, um representante da Assessoria Jurídica do Município e um agente da Controladoria Interna.

3.4 A presente Chamada Pública terá validade de 90 dias.

Doutor Pedrinho, 28 de agosto de 2019.

JANAÍNA LENZI DE CASTILHO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome completo: _____
RG: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Telefone: _____ Celular: _____
E-mail: _____
Cargo pleiteado: _____
Formação: _____

ASSINATURA DO CANDIDATO

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO NA DISCIPLINA PLEITEADA
UNIDADE ESCOLAR (Nome, endereço, CNPJ): _____

Atestamos para fins de contagem de tempo de serviço, conforme estabelece o Edital de Chamada Pública Nº 05/2019 para Admissão de Professores em Caráter Temporário para o ano letivo de 2019, que o(a) Senhor(a) _____, nascido(a) em ____/____/____ portador(a) do documento de identidade nº _____ e CPF nº _____ exerceu ou ainda exerce atividades no magistério nessa instituição, no cargo de PROFESSOR, conforme abaixo especificado:

PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____ na disciplina de

PERÍODO DE: ____/____/____ a ____/____/____ na disciplina de

TOTAL: ____ ANOS ____ MESES ____ DIAS.

Declaramos, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que as informações constantes desta declaração são a expressão da verdade.

Local e Data: _____, ____/____/____.

Assinatura e carimbo do responsável pela instituição

ANEXO III
8ª CHAMADA PÚBLICA 2019
QUADRO DE CARGOS, VAGAS E HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

Cargo	Carga horária semanal	Habilitação mínima	Vagas
Professor I	20 horas	HABILITADO: Licenciatura Plena em Pedagogia	01

Entre Rios

PREFEITURA

EDITAL 01 DE 2019/CMDCA

Publicação Nº 2138214

Processo de Escolha de Membros de Conselheiros Tutelares do Município de Entre Rios - Estado de Santa Catarina
Edital nº. 01/2019/CMDCA

DEFINE SESSÃO ABERTA A COMUNIDADE PARA APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS HABILITADOS AO PLEITO DO DIA 06/10/2019

O presidente do CMDCA, de acordo com o Edital 001/2019 e suas retificações Resolve: definir a data do dia 05 de Setembro de 2019, a partir das 18:30 hs, junto ao CRAS de Entre Rios, realizar Sessão aberta a população em geral, para apresentação dos candidatos habilitados a participar do pleito eleitoral do dia 06/10/2019, sendo que cada candidato terá o tempo de 10 minutos para fazer a sua apresentação oral.

ENTRE RIOS – SC, 28 DE AGOSTO DE 2019
JOSÉ LENOIR VELOSO
Presidente do CMDCA

EDITAL 01 DE 2019/CMDCA

Publicação Nº 2138217

Processo de Escolha de Membros de Conselheiros Tutelares do Município de Entre Rios - Estado de Santa Catarina
Edital nº. 01/2019/CMDCA

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL

O presidente do CMDCA, de acordo com a decisão dos membros em reunião do dia 27 de agosto de 2019, seguindo a orientação conjunta 02/2019/GTICT1, Resolve renomear a Comissão Especial Eleitoral que passa a ser composta pelos seguintes membros:

- 1 – José Lenoir Veloso
- 2 – Luiz da Costa Varella
- 3 – Cleberson Leandro Biasi

ENTRE RIOS – SC, 28 DE AGOSTO DE 2019
JOSÉ LENOIR VELOSO
Presidente do CMDCA

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 208, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138876

PORTARIA Nº 208, de 28 de agosto de 2019.

Concede Adicional de Nova Titulação de Nível Superior a Servidor Público Municipal e dá Outras Providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 70 da Lei nº 039 de 01 de agosto de 2018 e Art. 18 da Lei Complementar nº. 025/2014, de 16 de dezembro de 2014.

Considerando que o servidor concluiu e apresentou Certificado devidamente autenticado em curso de Pós-graduação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Adicional de Nova Titulação de Nível Superior conforme Art. 18 da Lei Complementar nº. 025/2014, de 16 de dezembro de 2014, ao servidor abaixo especificado:

Nome/Matrícula	Título	Denominação da Verba	Adicional sobre o Vencimento
Giane Pires Leonardo - 363	Especialização	Pós Graduação	10%

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 28 de agosto de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DONATO DELLA VECCHIA

Secretário de Administração e Finanças Interino

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0086_2019 RP 0079 - PMF-DOM

Publicação Nº 2138727

Aviso do Pregão Presencial nº 0086/2019 – PMF
Registro de Preços nº 0079/2019
Processo Administrativo Licitatório nº 0158/2019
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
EDITAL COM COTA RESERVADA PARA ME/EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando futuras aquisições de vestuário/uniforme para funcionários da Secretaria Municipal de Educação de Fraiburgo – SC, no período de 12 (doze) meses. Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 11.09.2019, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 27 de agosto de 2019.
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

Decreto nº 219 - 2019

Publicação Nº 2138531

DECRETO Nº 219, DE 28 DE AGOSTO DE 2019
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2428 de 05 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2019 no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.2.052 – Manutenção da Secretaria de infraestrutura e Mobilidade Urbana		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0200 (121)	R\$	10.000,00
TOTAL	R\$	10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício de acordo com cada fonte de recurso.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 28 DE AGOSTO DE 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nr. 2915 e 29/08/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 112-2019 (PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA)

Publicação Nº 2138945

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 112/2019

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2019, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0005/2019.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0004/2019, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0005/2019 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2019:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	Professor Educação Física	1º – Adriano Alberti	29-08-2019 às 08:00

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2019.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0005/2019 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0005/2019, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 0005/2019.

2.4 – De acordo com o item 3.9 do Edital de Contratação nº 0005/2019 “No ato da contratação o candidato deverá apresentar:

I – Atestado de aptidão para o desempenho da atividade, fornecido por Médico do Trabalho ou pela equipe multiprofissional do município, conforme dispuser o regulamento específico;

II – Declaração que o exercício da função pública de professor não implica em acumulação proibida de cargo, emprego ou função pública;

III – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pelo Departamento de Gestão de Pessoal.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não

aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 28 de agosto de 2019.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Lei nº 2448 - 2019

Publicação Nº 2139106

LEI Nº 2448, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

DENOMINA "PRAÇA DA BÍBLIA" O IMÓVEL PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica denominada "Praça da Bíblia" a área institucional com 618,88 m2, localizada na quadra 571, lote 0001, código 8466, matrícula 0592 do Cartório de Registro de Imóveis, delimitada pelas Ruas Antonio Zago e Irmãos Rudeck, centro da cidade, no Município de Fraiburgo-SC.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à colocação de monumento e placa alusivos à Bíblia na mencionada Praça.

Art. 3º. As despesas para execução do objeto da presente Lei dependerão de disponibilidade financeira no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 28 DE AGOSTO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2915 e 29/08/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Lei nº 2449 - 2019

Publicação Nº 2139109

LEI Nº 2449, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

RETIFICA A DENOMINAÇÃO DA RUA LEOPOLDO D. LEITE, NO BAIRRO SÃO MIGUEL.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica retificada a denominação da Rua Leopoldo D. Leite, localizada no Bairro São Miguel, nominada através da Lei nº 951, de 17 de dezembro de 1992, para Rua Leopoldo Domingos Leite.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 28 DE AGOSTO DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2915 e 29/08/2019, disponibilizada no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Publicação Nº 2138534

A COMISSÃO PARA ANÁLISE DO PROCESSO DE AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE PROFESSORES EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE FRABURGO, NOMEADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº 206 DE 07 DE AGOSTO DE 2019 DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DE INSCRITOS NO EDITAL DE AMPLIAÇÃO 001/2019:

QUADRO I – PROFESSORES EDUCAÇÃO INFANTIL

Ordem de Classificação	NOME DO PROFESSOR	Maior grau de formação	Cursos, seminários, Jornada, Simposio na área da Educação	TOTAL DE PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE			OBSERVAÇÃO
					Maiores tempo efetivo no magistério público municipal	Cursos, seminários, Jornada, Simposio na área da Educação	Data de nascimento	
1º	Angelica Melo Mathias	10 pontos	200 pontos	210	21 anos e 6 meses	200 horas	06-06-1978	DEFERIDO
2º	Marisa Alves da Cruz	10 pontos	200 pontos	210	21 anos e 5 meses	200 horas	22-01-1973	DEFERIDO
3º	Joice Aparecida Andrade	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	21-11-1957	DEFERIDO
4º	Maria Elizabeth Pereira Santos	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	15-08-1958	DEFERIDO
5º	Odete Dedomenico Santos	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	28-08-1963	DEFERIDO
6º	Arlene Alves Santos Gonçalves	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	18-08-1965	DEFERIDO
7º	Solange de Paula Pereira	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	09-05-1967	DEFERIDO
8º	Dulce Aparecida Rigo de Moraes	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	09-07-1967	DEFERIDO
9º	Nilva de Fátima Zanon	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	24-10-1967	DEFERIDO
10º	Margareth Correa Paulino	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	07-12-1967	DEFERIDO
11º	Eliane Terezinha de Souza Anton	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	06-12-1973	DEFERIDO
12º	Elizabeth Canonica Rissardi	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	11-02-1974	DEFERIDO
13º	Lucimere Ribeiro Correa de Oliveira	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	18-02-1974	DEFERIDO
14º	Maria da Glória Palhano	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	17-05-1974	DEFERIDO
15º	Adriana Leffer Luciano Carpinha	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	07-08-1975	DEFERIDO
16º	Eliane Aparecida Moraes da Silva	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	18-08-1975	DEFERIDO
17º	Tatiana Rezzadori	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	15-11-1975	DEFERIDO
18º	Diana Fátima Ribeiro	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	13-03-1977	DEFERIDO
19º	Viviane Aparecida Ferreira Mozzer	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	18-12-1977	DEFERIDO
20º	Ana Elba Chaves Ferreira da Silva	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	06-04-1978	DEFERIDO
21º	Martete Piles Mineiro	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	08-09-1978	DEFERIDO
22º	Cristiane Aparecida dos Santos de Andrade	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	14-11-1978	DEFERIDO
23º	Gislaine Angelica Pessoa de Freitas	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	16-01-1980	DEFERIDO
24º	Viviane de Cordova Ronchi	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	29-01-1980	DEFERIDO
25º	Silvia Maria Moreira Gatti	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	17-03-1981	DEFERIDO
26º	Francieli Terezinha Comerlatto Alves	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	28-06-1981	DEFERIDO
27º	Quella Maria Vzzoli Chaves	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	05-08-1981	DEFERIDO
28º	Micheli Hildebrando dos Santos Polese	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	06-12-1981	DEFERIDO
29º	Iluir Thibes dos Santos	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	09-02-1982	DEFERIDO
30º	Viviane Silva	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	17-03-1983	DEFERIDO
31º	Elixa Fátima Domingues	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	23-07-1983	DEFERIDO
32º	Luciane Faber Didomenico	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	20-08-1983	DEFERIDO
33º	Rubia Correia	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	21-06-1984	DEFERIDO
34º	Mônica Campanharo Zanella	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	04-09-1985	DEFERIDO
35º	Lilian Schirmer	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 6 meses	200 horas	02-11-1984	DEFERIDO
36º	Michelly Ferlin Hildebrando dos Santos	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 4 meses	200 horas	29-11-1980	DEFERIDO
37º	Patrícia Fraquoso Possa	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 4 meses	200 horas	04-04-1988	DEFERIDO
38º	Lucilides Dalgolnol Gareis	10 pontos	200 pontos	210	7 anos e 1 mês	200 horas	16-10-1982	DEFERIDO
39º	Marcia de Fátima da Cruz Savian	10 pontos	200 pontos	210	6 anos e 11 meses	200 horas	24-08-1965	DEFERIDO
40º	Odete Meimberg	5 pontos	200 pontos	205	21 anos e 6 meses	200 horas	22-02-1978	DEFERIDO
41º	Fernanda de Freitas Subili	10 pontos	174 pontos	184	6 anos e 9 meses	174 horas	05-01-1978	DEFERIDO
42º	Mariana Bitencourt Dias	10 pontos	101 pontos	111	8 anos e 7 meses	101 horas	16-02-1983	DEFERIDO
43º	Jane Aparecida ozório	10 pontos	94 pontos	104	8 anos e 7 meses	94 horas	30-07-1968	DEFERIDO
44º	Armanda do Anaral	10 pontos	92 pontos	102	8 anos e 7 meses	92 horas	21-04-1965	DEFERIDO
45º	Janice dos Santos	10 pontos	78 pontos	88	8 anos e 7 meses	78 horas	14-02-1977	DEFERIDO
46º	Adriana Justiniano Toffoli	10 pontos	65 pontos	75	8 anos e 7 meses	65 horas	04-10-1976	DEFERIDO
47º	Rosângela Lima da Rocha	10 pontos	62 pontos	72	8 anos e 7 meses	62 horas	19-10-1976	DEFERIDO
48º	Loreni Marcelino Alves Sao	não pontuou	66 pontos	66	21 anos e 5 meses	66 horas	10-08-1977	DEFERIDO
49º	Iluir Trombeta	10 pontos	18 pontos	28	8 anos e 7 meses	18 horas	10-09-1961	DEFERIDO



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FRABURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
DIVULGA CLASSIFICAÇÃO DE INSCRITOS NO EDITAL DE AMPLIAÇÃO 001/2019

QUADRO II – PROFESSORES DE CIÊNCIAS

Ordem de Classificação	NOME DO PROFESSOR	Maior grau de formação	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	TOTAL DE PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		
					Maior tempo efetivo no magistério público municipal	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	OBSERVAÇÃO
1º	Denise Categnato Neres	10 pontos	200 pontos	210	1 ano	200 horas	DEFERIDO
2º	Fabiane Petry	20 pontos	146 pontos	166	8 anos e 6 meses	146 horas	DEFERIDO
3º	Alex Zanella	10 pontos	40 pontos	50	6 meses	50 horas	DEFERIDO

QUADRO III – PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA

Ordem de Classificação	NOME DO PROFESSOR	Maior grau de formação	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	TOTAL DE PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		
					Maior tempo efetivo no magistério público municipal	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	OBSERVAÇÃO
1º	Carolina Aparecida Meneghini Chechi	10 pontos	200 pontos	210	6 meses	200 horas	DEFERIDO

QUADRO IV – PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Ordem de Classificação	NOME DO PROFESSOR	Maior grau de formação	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	TOTAL DE PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		
					Maior tempo efetivo no magistério público municipal	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	OBSERVAÇÃO
1º	Sirlei de Fátima Cruz dos Passos	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
2º	Juliana Tribes Ribeiro Calais	10 pontos	149 pontos	159	8 anos e 6 meses	149 horas	DEFERIDO
3º	Jussara Gonçalves Seis Solanha	10 pontos	12 pontos	22	1 ano e 6 meses	12 horas	DEFERIDO

QUADRO V – PROFESSORES DE HISTÓRIA

Ordem de Classificação	NOME DO PROFESSOR	Maior grau de formação	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	TOTAL DE PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		
					Maior tempo efetivo no magistério público municipal	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	OBSERVAÇÃO
1º	Karoline Fin	20 pontos	200 pontos	220	11 meses	200 horas	DEFERIDO
2º	Roselei Gólynski Nogueira	10 pontos	200 pontos	210	1 ano e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
3º	Grasieli Roberta Juraski	10 pontos	135 pontos	145	1 ano e 6 meses	135 horas	DEFERIDO
4º	Maria da Glória Vargias Lazzarotto	10 pontos	60 pontos	70	1 ano e 6 meses	60 horas	DEFERIDO

QUADRO VI – PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ordem de Classificação	NOME DO PROFESSOR	Maior grau de formação	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	TOTAL DE PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		
					Maior tempo efetivo no magistério público municipal	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	OBSERVAÇÃO
1º	Jocellita Lorencini	10 pontos	200 pontos	210	1 ano	200 horas	DEFERIDO
2º	Zulmira Dinora dos Santos	10 pontos	200 pontos	210	6 meses	200 horas	DEFERIDO
3º	Denelze Aparecida Matteucci	10 pontos	200 pontos	210	6 meses	200 horas	DEFERIDO
4º	Jacira Alves Ribeiro	10 pontos	98 pontos	108	21 anos e 6 meses	98 horas	DEFERIDO
5º	Andreza Fuzinato Calderan	10 pontos	73 pontos	83	5 anos e 9 meses	73 horas	DEFERIDO

QUADRO VII – PROFESSORES DE MATEMÁTICA

Ordem de Classificação	NOME DO PROFESSOR	Maior grau de formação	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	TOTAL DE PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		
					Maior tempo efetivo no magistério público municipal	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	OBSERVAÇÃO
1º	Fernanda de Lima Rigo	10 pontos	200 pontos	210	5 anos e 9 meses	200 horas	DEFERIDO
2º	Marieli Bento Moreira	10 pontos	200 pontos	210	11 meses	200 horas	DEFERIDO
3º	Jessica Batista	10 pontos	200 pontos	210	6 meses	200 horas	DEFERIDO
4º	Flavia Bastos Prates	10 pontos	200 pontos	210	6 meses	200 horas	DEFERIDO
5º	Sandro Emanuel Caripuna	10 pontos	183 pontos	193	16 anos e 5 meses	183 horas	DEFERIDO
6º	Aline Weber	10 pontos	64 pontos	74	8 anos e 6 meses	64 horas	DEFERIDO
7º	Luiz Henrique Moreira	10 pontos	8 pontos	18	1 ano e 6 meses	8 horas	DEFERIDO

QUADRO VIII – PROFESSORES DE ARTE

Ordem de Classificação	NOME DO PROFESSOR	Maior grau de formação	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	TOTAL DE PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		
					Maior tempo efetivo no magistério público municipal	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	OBSERVAÇÃO
1º	Aline Morganti Pinto	10 pontos	200 pontos	210	1 ano e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
2º	Rosane Rodrigues dos Santos	10 pontos	200 pontos	210	6 meses	200 horas	DEFERIDO
3º	Fernanda Aparecida Mattos Dalagnol	10 pontos	157 pontos	167	8 anos e 6 meses	157 horas	DEFERIDO
4º	Claudete Tibes Zonta	10 pontos	152 pontos	162	8 anos e 6 meses	152 horas	DEFERIDO
5º	Thaíra Rafaela Justti dos Santos	10 pontos	não pontuou	10	1 ano	não pontuou	DEFERIDO

QUADRO IX – PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Ordem de Classificação	NOME DO PROFESSOR	Maior grau de formação	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	TOTAL DE PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		
					Maior tempo efetivo no magistério público municipal	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	OBSERVAÇÃO
1º	Roberto Rivelino Lemos	10 pontos	200 pontos	210	16 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
2º	Maurício Cicere	10 pontos	200 pontos	210	7 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
3º	Elaine Regina da Cruz	10 pontos	200 pontos	210	7 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
4º	Gesely Aparecida da Silva Matos	10 pontos	200 pontos	210	1 ano e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
5º	Valdeci Lopes Antunes Pinto	10 pontos	200 pontos	210	1 ano e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
6º	Jean Carlos de Andrade	10 pontos	200 pontos	210	1 ano	200 horas	DEFERIDO
7º	Jean Carlos Liesch	10 pontos	153 pontos	163	1 ano e 6 meses	153 horas	DEFERIDO
8º	Maurício Vicente Bartolomeu	10 pontos	149 pontos	159	16 anos e 6 meses	149 horas	DEFERIDO
9º	Patrícia Aparecida Domingues dos Santos T.	10 pontos	124 pontos	134	1 ano	124	DEFERIDO
10º	Alexsandro Ribeiro das Almas	10 pontos	não pontuou	10	1 ano	não pontuou	DEFERIDO
11º	Taise Gugiel da Silva	5 pontos	não pontuou	5	6 meses	não pontuou	DEFERIDO

QUADRO X – PROFESSORES ANOS INICIAIS

Ordem de Classificação	NOME DO PROFESSOR	Maior grau de formação	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	TOTAL DE PONTOS	CRITÉRIOS DE DESEMPATE		
					Maior tempo efetivo no magistério público municipal	Cursos, seminários, Jornada, Simpósio na área da Educação	OBSERVAÇÃO
1º	Rosângela Aparecida Sraginski Dias	10 pontos	200 pontos	210	22 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
2º	Vania Aparecida Fagherazzi Kaefer	10 pontos	200 pontos	210	21 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
3º	Monica Gato Greef	10 pontos	200 pontos	210	21 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
4º	Monica Cristina de Barros Sestren	10 pontos	200 pontos	210	21 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
5º	Helena Silva Frigotto	10 pontos	200 pontos	210	19 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
6º	Rosângela Luciano	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	Indefinida – Item 3.1.2
7º	Simone Pillon Delfes Constantino	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	DEFERIDO
8º	Daniela Pillon Delfes	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 7 meses	200 horas	DEFERIDO
9º	Ana Tiara Dorneles	10 pontos	200 pontos	210	8 anos e 5 meses	200 horas	DEFERIDO
10º	Teresinha Fortes Mello	10 pontos	200 pontos	210	7 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
11º	Sandra Soletti	10 pontos	200 pontos	210	7 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
12º	Cristiane Terezinha Pereira Guedes	10 pontos	200 pontos	210	7 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
13º	Roselinda de Fatima Ribeiro	10 pontos	200 pontos	210	4 anos e 8 meses	200 horas	DEFERIDO
14º	Aricleir Domingues Pepes	10 pontos	180 pontos	185	7 anos e 6 meses	200 horas	DEFERIDO
15º	Elaine Fatima de Andrade Matias	10 pontos	139 pontos	140	4 anos e 8 meses	200 horas	DEFERIDO
16º	Sidlei Milani Muller	10 pontos	28 pontos	38	7 anos e 6 meses	28 horas	DEFERIDO
17º	Aydlir Fatima Balvedi	10 pontos	26 pontos	36	22 anos e 6 meses	26 horas	DEFERIDO
18º	Lucia Anelieta Sartori	5 pontos	não pontuou	5	21 anos e 6 meses	não pontuou	DEFERIDO

Fraiburgo: 28 de agosto de 2019

Galvão

PREFEITURA

LEIS 2019 - 913 A 913

Publicação Nº 2138654

LEI Nº 913/2019

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE GALVÃO-SC NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;
Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, em anexo.

Art. 2º. Fica autorizado o ingresso do Município de Galvão-SC, no Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de agosto de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Roberval Dalla Cort
Registrado e Publicado

LEIS 2019 - 914 A 914

Publicação Nº 2138657

LEI Nº 914/2019

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GALVÃO AMPLIAR A REDE DE ENERGIA ELÉTRICA NO PERÍMETRO URBANO, PROMOVER SUA DOAÇÃO PARA AS CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA – CELESC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;
Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Galvão-SC, autorizado a ampliar a rede de energia elétrica no perímetro urbano e promover sua doação para as Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, no valor de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), conforme projetos técnicos aprovados, sendo nos seguintes locais:

- a) Rua Nereu Ramos, trecho a partir da Rua Saudadinha, sentido a Rua Josué Emílio Campos, na extensão de 228 metros;
- b) Rua Tiradentes, trecho entre a Rua Josino Antonio dos Santos e a Rua José Pitam Severo, na extensão de 68 metros;
- c) Rua Frei Barnabé, trecho entre a Avenida Sete de Setembro e a Rua Manoel Lustosa Martins, na extensão de 94 metros;
- d) Rua Vital Brasil, trecho entre a Avenida Sete de Setembro e a Rua Manoel Lustosa Martins, na extensão de 105 metros;
- e) Rua Orestes Vieira Borba, trecho a partir da Rua Jorge Lacerda, sentido a Mariópolis, na extensão de 131 metros;
- f) Avenida Sete de Setembro, trecho a partir da Rua Josino Antonio dos Santos, sentido São Domingos, na extensão de 85 metros;
- g) Avenida Sete de Setembro, trecho a partir da Avenida Sete de Setembro, sentido Comunidade de Linha Santin, na extensão de 156 metros.

Art. 2º. As despesas decorrentes pela execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente e futuros.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de agosto de 2019.

Admir Edi Dalla Cort
Prefeito Municipal

Roberval Dalla Cort
Registrado e Publicado

LEIS 2019 - 915 A 915

Publicação Nº 2138660

LEI Nº 915/2019

DISPÕE SOBRE a Política Municipal de Videomonitoramento de GALVÃO-SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Galvão, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;
Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criada a Política Municipal de Videomonitoramento de Galvão/SC - PMVG, com o propósito de normatizar o monitoramento por imagens das vias públicas, compreendendo logradouros, áreas, ambientes, veículos, equipamentos e eventos públicos no Município.

§ 1º. A PMVG visa a captação de imagens, o tratamento de dados e informações produzidas no âmbito municipal, mantendo estrito respeito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, bem como preservando demais direitos e garantias fundamentais.

§ 2º. A PMVG tem por objetivo o aperfeiçoamento das atividades de controle operacional voltados para o atendimento das demandas rotineiras e, porventura, emergenciais no município.

§ 3º. A PMVG abrange aplicações diversificadas conforme o interesse público municipal, atendendo áreas como trânsito, transporte coletivo, segurança preventiva, proteção e defesa civil, saúde, assistência social, obras públicas, polícias, entre outros.

§ 4º. Diante de emergências ambientais ou de causas humanas que exijam ações de Proteção e Defesa Civil, o monitoramento poderá ser prioritariamente coordenado pela Defesa Civil e/ou pelas Polícias, até a volta da normalidade.

Art. 2º. São diretrizes da PMVG:

I - gestão e processamento de imagens, a fim de controlar a rotina municipal e orientar operações em situações de crise e outras emergências;

II - prevenção inibitória de qualquer ocorrência, interna e externa, de contravenções e/ou ilícitos penais, bem como administrativos, nas áreas abrangidas pelo sistema;

III - comprovação da materialidade de possíveis contravenções ou ilícitos penais que porventura sejam captados pelo sistema, respeitadas às formalidades mediante devida autorização ou requisição legal;

IV - cooperação e integração entre os órgãos de serviços públicos;

V - regulamentação das iniciativas comunitárias de videomonitoramento, visando se aproveitamento, eventual, em situações de interesse público.

VI – as imagens captadas pelo sistema de Videomonitoramento deverão ficar no mínimo 03 (três) dias a disposição em arquivo digital, com vistas a ser solicitada por órgão competente que eventualmente venha a requerer.

Art. 3º. A gestão da PMVG será integrada e realizada por um Comitê formado pelo seguinte Colegiado Gestor:

- I – Município de Galvão;
- II – Conselho Comunitário de Segurança Pública;
- III – Polícia Militar de Santa Catarina;
- IV – Polícia Civil de Santa Catarina.

§ 1º. A gestão integrada, prevista no caput deste artigo, compreende o planejamento, a implantação, manutenção, evolução e expansão dos sistemas de videomonitoramento.

§ 2º. O Município poderá centralizar a gestão e controle da PMVG, a fim de racionalizar recursos e aprimorar suas aplicações.

§ 3º. Outros órgãos poderão participar do Colegiado Gestor da PMVG, conforme interesse público, que poderão ser definidor através de ato próprio do executivo municipal.

Art. 4º. Os ambientes públicos abrangidos pelos sistemas de videomonitoramento municipal deverão ser divulgados, devendo ainda, as câmeras responsáveis pela captação das imagens de videomonitoramento serem instaladas em locais visíveis, contendo placas com sua devida identificação.

Art. 5º. Fica permitida a implantação por particulares de sistemas de videomonitoramento com captação de imagens, estabilizadas e focadas em passeio e/ou em vias de áreas públicas.

§ 1º. A licença à implantação está condicionada à submissão de pedido formalizado pelo interessado e autorização junto ao Colegiado Gestor da PMVG, observado o respeito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, bem como a preservação dos demais direitos e garantias constitucionais.

§ 2º. Os particulares que já possuem câmeras ficam automaticamente autorizados, devendo apenas realizar cadastro das mesmas junto ao Colegiado Gestor da PMVG.

§ 3º. Os particulares somente poderão instalar fisicamente as câmeras dentro dos limites de suas propriedades, sendo vedada essa instalação no passeio, vias, áreas públicos ou externas.

§ 4º. As imagens das câmeras de particulares direcionadas para o passeio ou vias e áreas públicas, caso solicitadas, serão disponibilizadas para o Colegiado Gestor, seja fisicamente ou através de acessos diretos, eventuais, conforme o interesse público, mesmo que momentâneos, por meio de Internet Protocolo (IP).

§ 5º. Os particulares que optarem por não requererem autorização junto ao Colegiado Gestor da PMVG, poderão promover a captação de imagens do passeio ou de vias e áreas públicas próximas aos seus imóveis, para a finalidade exclusiva de segurança privada, desde que respeitados os direitos fundamentais à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Art. 6º. O Município poderá estabelecer parcerias, a fim de instalar, evoluir ou expandir sistemas de videomonitoramento, como também exigir, nas medidas compensatórias, de grandes empreendimentos imobiliários investimentos nessa área.

Art. 7º. Fica vedada a disponibilização de acesso por terceiros dos dados, informações e imagens de videomonitoramento dos sistemas públicos ou de particulares, seja fisicamente ou através de endereço digital da rede mundial de computadores (IP).

Parágrafo Único. Excepcionalmente, a cessão, publicação ou veiculação dos itens previstos nesse artigo, em qualquer meio de comunicação, exceto mediante prévia requisição ou autorização legal pertinente, está condicionada à anuência expressa do Colegiado Gestor da PMVG.

Art. 8º. Ficam definidos os locais e quantitativos de instalação dos equipamentos de imagens de videomonitoramento, aqueles constantes na planta de locação elaborada pelo Município, ficando o Executivo Municipal autorizado a regulamentar a implantação de novos pontos de captação de imagens.

Art. 9º. As despesas decorrentes pela execução da presente lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente e futuros.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 28 de agosto de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Roberval Dalla Cort

Registrado e Publicado

HOMOLOGAÇÃO PL 075/2019

Publicação Nº 2138647

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GALVAO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2019 - PR
CNPJ: 13.509.695/0001-83 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P: 89838-000 - Galvão - SC	Processo Administrativo: 75/2019 Processo de Licitação: 75/2019 Data do Processo: 01/08/2019
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADMIR EDI DALLA CORT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 75/2019
b) Licitação Nr.: 1/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 16/08/2019
e) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS OFICINAS DO SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - CRAS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI (26921)

1	FIBRA SILICONADA, BRANCA - Marca: FIBRAN	KG	100,00	0,0000	25,90	2.590,00
2	ELÁSTICO Nº 14 63% POLIESTER E 37 % ELASTADIENITO, LARGURA 10 MM ROLO C/ 10M - Marca: ZANOTTI	ROL	3,00	0,0000	10,50	31,50
4	Linha de Crochê 100% algodão mercerizado com 1000 mts, fio nº 8/2 - Marca: ENOVELAR	UND	5,00	0,0000	14,00	70,00
5	ELASTICO 63% POLIESTER E 37% ELASTADIENITO, LARGURA 3 CM ROLO C/ 25 M. - Marca: ZANOTTI	ROL	3,00	0,0000	12,00	36,00
8	PASSA FITA 80% POLIESTER 20% ALGODÃO COMPOSIÇÃO BORDADO 100% NA COR BRANCA - Marca: MARILDA	MTS	50,00	0,0000	2,80	140,00
10	AGULHA PARA CROCHE Nº 02 DE ALUMÍNIO - Marca: CORRENTE	UND	10,00	0,0000	4,60	46,00
11	AGULHA PARA CROCHÊ Nº 05 DE ALUMÍNIO - Marca: CORRENTE	UND	10,00	0,0000	5,45	54,50

Galvão, 16 de Agosto de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GALVAO CNPJ: 13.509.695/0001-83 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P.: 89838-000 - Galvão - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2019 - PR Processo Administrativo: 75/2019 Processo de Licitação: 75/2019 Data do Processo: 01/08/2019
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

AVIAMENTOS PIGELLI EIRELI (26921)

12	AGULHA PARA MAQUINA RETA INDUSTRIAL PCT C/10 UND Nº 80/11 - Marca: SINGER	PCT	10,00	0,0000	13,00	130,00
13	FITA DE CETIM DE 38 MM DIVERSAS CORES 100% POLIESTER ROLO C/ 50 METROS - Marca: GITEX	UND	10,00	0,0000	64,00	640,00
14	FITA DE CETIM DE 1MM DIVERSAS CORES 100% POLIESTER ROLO C/ 100 METROS - Marca: GITEX	UND	10,00	0,0000	24,00	240,00
15	FITA DE CETIM DE 5 MM DIVERSAS CORES 100 % POLIESTER ROLO C/ 100 METROS - Marca: GITEX	UND	10,00	0,0000	22,90	229,00
16	FUSTÃO 100% ALGODÃO METROS TONS CLAROS, AMARELO, AZUL, VERDE, BRANCO E ROSA, TODOS COM ESTAMPAS DE BEBE. - Marca: AD TEXTIL	MTS	20,00	0,0000	13,00	260,00
19	BOTÕES 2 FUROS, FOSCO TAMANHO 11MM PCT C/50 DIVERSAS CORES - Marca: DENP	UND	2,00	0,0000	14,95	29,90
20	BOTÕES 2 FUROS, ESTAMPADO TAMANHO 15MM PCT C/50 DIVERSAS CORES - Marca: DENP	UND	3,00	0,0000	19,00	57,00
21	MEIA PÉROLA TAMANHO 5MM PACOTE 500G - Marca: COLORADO	PCT	2,00	0,0000	77,90	155,80
22	MEIA PÉROLA TAMANHO 8MM PACOTE 500G - Marca: COLORADO	PCT	3,00	0,0000	77,45	232,35
26	KIT VARÃO COMPLETO CONTENDO UM TUBO DE AÇO REVESTIDO, DOIS SUPORTES PLÁSTICOS COM PARAFUSOS E BUCHAS, E DUAS PONTEIRAS DE PLÁSTICO, COM 4 METROS DE COMPRIMENTO - Marca: ALUMAV	UND	5,00	0,0000	55,70	278,50
27	LINHA PARA TRICOT, COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO ACRÍLICO, PESO 100G, APROXIM. 200M - Marca: MDF	UND	50,00	0,0000	12,40	620,00
31	LINHA LASTEX BRANCA COMPOSIÇÃO 58% LÁTEX+42%POLIÉSTER, COM 10M - Marca: LASTEX	UND	10,00	0,0000	2,75	27,50
35	LINHA CARRETEL 100% ALGODÃO COR BRANCA E PRETO ROLO C/150 METROS - Marca: CORRENTE	UND	100,00	0,0000	6,90	690,00
36	VIÉS LARGO 23 MM 100% ALGODÃO DIVERSAS CORES E ESTAMPADOS C/100 METROS - Marca: DESTAQUE	UND	25,00	0,0000	82,50	2.062,50
37	VIÉS ESTREITO 12 MM 100% ALGODÃO DIVERSAS CORES E ESTAMPADOS C/100 METROS - Marca: DESTAQUE	UND	25,00	0,0000	53,50	1.337,50
40	TECIDO BLACKOUT CINZA PVC 100%POLIÉSTER, GRAMATURA 500G/M LINEAR - Marca: DISPARADA	MTS	50,00	0,0000	16,20	810,00

Total do Fornecedor: 10.768,05

Galvão, 16 de Agosto de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GALVAO CNPJ: 13.509.695/0001-83 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P.: 89838-000 - Galvão - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2019 - PR Processo Administrativo: 75/2019 Processo de Licitação: 75/2019 Data do Processo: 01/08/2019
	Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISTRIBUIDORA LIMA LTDA (26773)

3	TOALHA ROSTO PARA BORDAR 99% ALGODÃO 1% VISCOSE 49 X 80 TONS CLAROS - Marca: FLABON	UND	50,00	0,0000	13,90	695,00
9	TECIDO OXFORD CORES LISOS EM TONS CLAROS - Marca: ENROLADO	MTS	160,00	0,0000	10,80	1.728,00
17	TOALHA LAVABO DE BOCA 100% ALGODÃO 28 CM X 48 CM, DIVERSAS CORES - Marca: FLABON	UND	100,00	0,0000	5,75	575,00
23	TECIDO PERCAL, 100% ALGODÃO DE BOA QUALIDADE TONS CLAROS - Marca: ENROLADO	MTS	60,00	0,0000	28,75	1.725,00
24	TECIDO VOAL 100% POLIESTER DE BOA QUALIDADE NAS CORES: BRANCO, VERDE ESCURO, ROSA CLARO E ROSA ESCURO. - Marca: ENROLADO	MTS	40,00	0,0000	15,15	606,00
25	TECIDO MALHA 95% ALGODÃO E 5% ELASTANO DE BOA QUALIDADE NAS CORES: BRANCO, VERDE ESCURO, ROSA CLARO E ROSA ESCURO. - Marca: LORI TEXTIL	MTS	30,00	0,0000	21,80	654,00
28	TALAGARÇA FINA, 100% ALGODÃO ROLO COM - Marca: ESTILOTEX	MTS	50,00	0,0000	31,50	1.575,00
29	ARGOLA PARA CHAVEIRO COM CORRENTE DE 20MM, PACOTE COM 100 UND - Marca: JOWANA	PCT	2,00	0,0000	49,90	99,80
38	BOLSA 100% ALGODÃO 1,10 X 0,80 ALVEJADA - Marca: FLABON	UND	250,00	0,0000	10,00	2.500,00
Total do Fornecedor:						10.157,80

J DOS PASSOS XAVIER DA SILVA EIRELI (656)

18	TINTA PARA TECIDO 37 ML NAS CORES: branco, violeta cobalto, ouro ocre, violeta, verde musgo, verde oliva, verde pinheiro, amarelo ouro, amarelo limão, purpura, siena natural, magenta, laranja, vermelho carmin, azul turquesa, rosa escuro, amarelo pele, amarelo bebê, azul caribe, fúcsia, azul celeste, vermelho tomate, vinho, verde maçã, sépia, vermelho fogo, azul bebê, verde pântano, azul cobalto, azul caribe, goiaba queimada, vermelho escarlata, verde pistache, marrom, cerâmica, verde oliva, rosa chá, rosa ciclame, vermelho vivo, amarelo pelé. - Marca: ACRILEX	UND	300,00	0,0000	5,00	1.500,00
Total do Fornecedor:						1.500,00

JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME (25815)

6	FITAS CETIM 15 MM ROLO C/ 50 M DIVERSAS CORES - Marca: Progresso	UND	5,00	0,0000	63,00	315,00
---	--	-----	------	--------	-------	--------

Galvão, 16 de Agosto de 2019.

 ADMIR EDI DALLA CORT
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GALVAO****CNPJ:** 13.509.695/0001-83
AV. SETE DE SETEMBRO, 548
C.E.P.: 89838-000 - Galvão - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 1/2019 - PR****Processo Administrativo:** 75/2019
Processo de Licitação: 75/2019
Data do Processo: 01/08/2019

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME (25815)**

7	COLA PARA TECIDO PERMANENTE, 37 G - Marca: Acrilex	UND	30,00	0,0000	7,98	239,40
30	LINHA PARA CROCHÊ E BORDAR, 100% ALGODÃO GAZADO E MERCERIZADO, COM 40M - Marca: Circulo	UND	25,00	0,0000	5,15	128,75
32	PINCEL PARA PINTURA EM TECIDO Nº08, CABO LONGO - Marca: Tigre	UND	15,00	0,0000	5,95	89,25
33	PINCEL PARA PINTURA EM TECIDO Nº 10, CABO LONGO - Marca: Tigre	UND	15,00	0,0000	6,05	90,75
34	PINCEL PARA PINTURA EM TECIDO Nº 12, CABO LONGO - Marca: Tigre	UND	15,00	0,0000	6,15	92,25
39	TINTA PARA TECIDO 250 ML NAS CORES PRETO E BRANCO - Marca: Acrilex	UND	10,00	0,0000	17,90	179,00

Total do Fornecedor: 1.134,40**Total Geral:** 23.560,25

Galvão, 16 de Agosto de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PL 076/2019

Publicação Nº 2138598

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE GALVAO CNPJ: 83.009.902/0001-16 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P: 89838-000 - Galvão - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 33/2019 - PR Processo Administrativo: 76/2019 Processo de Licitação: 76/2019 Data do Processo: 02/08/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADMIR EDI DALLA CORT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 76/2019
b) Licitação Nr.: 33/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 20/08/2019
e) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO EM LUGARES A SEREM DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**TURFGREEN COMERCIO DE GRAMA SINTETICA E CONSTRUCAO (26923)**

1	Aquisição de grama sintética, na cor verde, com altura de fios de no mínimo 12 mm esportiva, cola e serviço de instalação incluso. - Marca: TURFGREEN	M2	500,00	0,0000	43,6924	21.846,20
2	Aquisição de grama sintética, na cor verde, com altura de fios de no mínimo 40 mm esportiva, cola e serviço de instalação incluso. - Marca: TURFGREEN	M2	2.000,00	0,0000	60,8269	121.653,80

Total do Fornecedor: 143.500,00

Total Geral: 143.500,00

Galvão, 20 de Agosto de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO PL 079/2019

Publicação Nº 2138649

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GALVAO CNPJ: 13.509.695/0001-83 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P: 89838-000 - Galvão - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2019 - PR Processo Administrativo: 79/2019 Processo de Licitação: 79/2019 Data do Processo: 07/08/2019
	Folha: 1/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ADMIR EDI DALLA CORT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 79/2019
b) Licitação Nr.: 2/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 22/08/2019
e) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SEREM UTILIZADOS NOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - CRAS DO MUNICÍPIO DE GALVÃO - SC

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

DISTRIBUIDORA LIMA LTDA (26773)

3	BOLINHA DE PING PONG TENIS DE MESA - Marca: KLOP	UND	20,00	0,0000	0,77	15,40
8	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA FINA- COR PRETA- CANETA ESFEROGRAFICA 07 ESCRITA FINA ESFERA DE TUNGSTÊNIO: 0,8 MM, TAMPA NA COR DA TINTA, CORPO SXETAVADO, CX C/ 50 UNIDADES - Marca: BRW	CX	5,00	0,0000	43,05	215,25
14	FITA CREPE ROLO COM 100 M X 7 MM POLIESTER EM DIVERSAS CORES. - Marca: SAMPA	UND	10,00	0,0000	5,19	51,90
17	GRAMPEADOR ALICATE 26/6- GRANDE DE MESA; CAPACIDADE PARA 20 FOLHAS 75 GRAMAS TRILHO COM CAPACIDADE PARA 58 GRAMPOS 26/6 , PROFUNDIDADE DE GRAMPEAMENTO DE 52 MM. - Marca: BRW	UND	5,00	0,0000	29,67	148,35
18	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 EM AÇO COBREADO CX C-5000UND. - Marca: RAFA	CX	20,00	0,0000	2,74	54,80

Galvão, 22 de Agosto de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GALVAO CNPJ: 13.509.695/0001-83 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P.: 89838-000 - Galvão - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2019 - PR Processo Administrativo: 79/2019 Processo de Licitação: 79/2019 Data do Processo: 07/08/2019
	Folha: 2/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISTRIBUIDORA LIMA LTDA (26773)

19	LAPIS PRETO Nº 02 REDONDO MAXIMO RESISTENCIA E MACIEZ NA ESCRITA COM EXCELENTE APAGABILIDADE GRADUAÇÃO NC2 B APROVADO PELO INMETRO. CX C/ 144 UND - Marca: BRW	UND	2,00	0,0000	59,90	119,80
26	PISTOLA DE COLA QUENTE FINA DE QUALIDADE 10 W COM PROTETOR DE BICO APLICADOR - Marca: BOLDOG	UND	20,00	0,0000	13,00	260,00
27	PISTOLA DE COLA QUENTE GROSSA DE QUALIDADE 40W C/ PROTETOR DE BICO APLICADOR - Marca: BOLDOG	UND	20,00	0,0000	20,55	411,00
28	PISTOLA DE COLA QUENTE INDUSTRIAL PROFISSIONAL 150 W COM SUPORTE E BASTÃO DE COLA BIVOLT - Marca: RB	UND	2,00	0,0000	86,30	172,60
29	REFIL DE COLA QUENTE FINA TRANSPARENTE 10W PACOTE DE 1 KG - Marca: BRW	UND	10,00	0,0000	28,60	286,00
30	REFIL DE COLA QUENTE GROSSA 40 W TRANSPARENTE. PACOTE DE 1 KG - Marca: BRW	KG	10,00	0,0000	28,60	286,00
Total do Fornecedor:						2.021,10

J DOS PASSOS XAVIER DA SILVA EIRELI (656)

1	Alfinete normal caixa com 50 gramas nº 29 - Marca: ACC	CX	20,00	0,0000	5,50	110,00
2	BALÃO ELABORADO COM LATEX DE BORRACHA, NATURAL Nº 07, LISO C/50 UNIDADES NAS CORES, BRANCO, VERMELHO, ROSA, ROXO. - Marca: SÃO ROQUE	UND	15,00	0,0000	5,40	81,00
4	CADERNO ASPIRAL CADA DURA PEQUENO FORMATO:139 MM X 210 MM, 96 FOLHAS, CAPA PLASTIFICADA COM GRAMADURA MINIMA DE 1200 GM - Marca: CREDEAL	UND	20,00	0,0000	4,23	84,60
5	CADERNO ESPIRAL CAPA DURA GRANDE, FORMATO 200MM X 275 MM, 96 FOLHAS, CAPA PLASTIFICADA COM GRAMATURA MINIMA DE 1200 GM. - Marca: CREDEAL	UND	20,00	0,0000	6,00	120,00
11	ESTILETE PLASTICO CQ LAMINA 18MM - Marca: BRW	UND	10,00	0,0000	2,11	21,10
12	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 48 MM X 50 M. - Marca: ADELBRAS	UND	30,00	0,0000	3,31	99,30
13	FITA ADESIVA KRAFT AMADEIRADA 18MM X 50M - Marca: ADELBRAS	UND	50,00	0,0000	6,15	307,50
16	FOLHAS DE EVA EMBORRACHADO 40 X 60 COM DIVERSAS CORES - Marca: MAKE	UND	150,00	0,0000	1,09	163,50

Galvão, 22 de Agosto de 2019.

 ADMIR EDI DALLA CORT
 PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GALVAO CNPJ: 13.509.695/0001-83 AV. SETE DE SETEMBRO, 548 C.E.P.: 89838-000 - Galvão - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 2/2019 - PR Processo Administrativo: 79/2019 Processo de Licitação: 79/2019 Data do Processo: 07/08/2019
	Folha: 3/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

J DOS PASSOS XAVIER DA SILVA EIRELI (656)

22	PAPEL DE PRESENTE ROLO DE 1 KG, NAS CORES: VERMELHO, VERDE, AZUL, COM ESTAMPA DE FLORES E DESENHO DE ANIMAIS. - Marca: TRENTON	ROL	3,00	0,0000	21,00	63,00
23	PAPEL FOTOGRAFICO A4, 85G, ADESIVO PARA IMPRESSORA JATO DETINTA, IMPRESSÕES EM ALTA RESOLUÇÃO, EMBALAGEM COM 10 FOLHAS - Marca: MASTERPRINT	UND	20,00	0,0000	13,00	260,00
24	Pendrive 16 GB - Marca: MULTILASER	UND	5,00	0,0000	24,85	124,25
25	PERCEVEJO AÇO LATONADO CAIXA C/ 100 UNIDADES - Marca: BRW	CX	5,00	0,0000	2,36	11,80
37	TESOURA GRANDE MULTIUSO 21 CM DE AÇO INOX. - Marca: BRW	UND	20,00	0,0000	9,90	198,00
38	PAPEL COUCHÊ BRANCO A4, 180 G COM 50 FOLHAS - Marca: CEMIL	UND	10,00	0,0000	20,00	200,00
39	COLA BRANCA, PVA ADESIVO EXTRA FORTE 500 GR - Marca: PIRATININGA	UND	4,00	0,0000	10,90	43,60
Total do Fornecedor:						1.887,65

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA (25534)

6	Calculadora eletrônica com bateria de 8 dígitos e placa de alimentação solar. - Marca: CLASSE JL	UND	3,00	0,0000	11,90	35,70
7	CANETA ESFEROGRÁFICA ESCRITA FINA- COR AZUL- CANETA ESFEROGRÁFICA 07 ESCRITA FINA ESFERA DE TUNGSTÊNIO: 0,8 MM, TAMPÃO NA COR DA TINTA, CORPO SXETAVADO, CX C/ 50 UNIDADES - Marca: COMPACTOR	CX	5,00	0,0000	43,00	215,00
9	CLIPS EM METAL NIQUELADO Nº 02 CAIXA C/500 GRAMAS - Marca: CLIPS NEW	CX	4,00	0,0000	11,93	47,72
10	CLIPS EM METAL NIQUELADO Nº 03 CAIXA C/500 GRAMA - Marca: CLIPS NEW	CX	3,00	0,0000	11,93	35,79
15	FOLHAS DE EVA COM GLITTER 40 X 60 COM DIVERSAS CORES - Marca: EVAMAX	UND	150,00	0,0000	3,45	517,50
20	Papel Contact transparente 45 x 25 m - Marca: IMPRI	UND	1,00	0,0000	83,50	83,50
21	PAPEL CONTACT ESTAMPADO DE 45 X 10 METROS DIVERSAS ESTAMPAS - Marca: VMP	UND	2,00	0,0000	75,50	151,00
31	ROLO DE TNT BRANCO COM 50 METROS 40G - Marca: SUL BRASIL	UND	3,00	0,0000	60,30	180,90

Galvão, 22 de Agosto de 2019.

 ADMIR EDI DALLA CORT
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GALVAO****CNPJ:** 13.509.695/0001-83
AV. SETE DE SETEMBRO, 548
C.E.P.: 89838-000 - Galvão - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 2/2019 - PR****Processo Administrativo:** 79/2019
Processo de Licitação: 79/2019
Data do Processo: 07/08/2019

Folha: 4/4

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA (25534)**

32	ROLO DE TNT PRETO COM 50 METROS 40G - Marca: SUL BRASIL	UND	1,00	0,0000	60,30	60,30
33	ROLO DE TNT VERMELHO COM 50 METROS 40 G - Marca: SUL BRASIL	UND	3,00	0,0000	60,30	180,90
34	ROLO TNT VERDE 50 METROS 40G - Marca: SUL BRASIL	UND	3,00	0,0000	60,30	180,90
35	ROLO DE TNT COM 50 METROS NA COR ROSA DE POÁ - Marca: CGS	UND	1,00	0,0000	210,00	210,00
36	ROLO DE TNT COM 50 METROS NA COR ROSA 40G - Marca: SUL BRASIL	UND	3,00	0,0000	60,30	180,90

Total do Fornecedor: 2.080,11**Total Geral:** 5.988,86

Galvão, 22 de Agosto de 2019.

ADMIR EDI DALLA CORT
PREFEITO MUNICIPAL

Garopaba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 046/2019 – CONCURSO PUBLICO 001/2015.

Publicação Nº 2139248

CONVOCAÇÃO 046/2019 – CONCURSO PÚBLICO – 001/2015

Ilmo(a). Sr(a).
RICHARD JESUS ASSIMOS
Candidato(a): 264909
Cargo: PSICÓLOGO
Classificação: 12º LUGAR

Garopaba, 28 de agosto de 2019.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, manifestar interesse na vaga de PSICÓLOGO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 12º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 196/2019

Publicação Nº 2139252

DECRETO N.º 196, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 80.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.151 de 04/12/2018 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	80.000,00
10301252.079 - Manutenção da Assistência Farmacêutica	80.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	80.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de agosto de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 29/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 197/2019

Publicação Nº 2139253

DECRETO N.º 197, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.
ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, abaixo relacionados:

SECRETARIA DE SAÚDE			
EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$	
2544/2017	Construtora de Ângelo Eireli EPP	R\$ 91.147,78	
0031/2018	Brasil Digital Telecomunicações Ltda	R\$ 2.200,00	
1668/2018	Air Liquide Brasil Ltda	R\$ 89,04	

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de agosto de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 29/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 156/2019

Publicação Nº 2139215

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA Nº. 156/2019; PROCESSO Nº 084/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA ELO COMERCIO E SERVICOS EIRELI CNPJ Nº 14.990.312/0001-02 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR: R\$61.400,01 DATA DA ASSINATURA: 28/08/2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 157/2019

Publicação Nº 2139218

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA Nº. 157/2019; PROCESSO Nº 084/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA VALDECI CARDOSO DA SILVA - EPP CNPJ Nº 74.196.502/0001-76 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR: R\$202.427,10 DATA DA ASSINATURA: 28/08/2019.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 158/2019

Publicação Nº 2139220

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA Nº. 158/2019; PROCESSO Nº 084/2019; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA CONTRATADA PAOLA TYBUSCH MICHEL - ME CNPJ Nº 27.389.837/0001-20 OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA EVENTOS REALIZADOS PELA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA VALOR: R\$50.728,20 DATA DA ASSINATURA: 28/08/2019.

PORTARIA N.º 1080/2019.

Publicação Nº 2139247

PORTARIA N.º 1080, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.
DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILTON BATISTA RAUPP, Prefeito do Município de Garopaba em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 28/08/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Matrícula Funcional n.º 6744, concedidas através da Portaria n.º 844/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a contar de 28/08/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 27 de agosto de 2019.

NILTON BATISTA RAUPP

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1085/2019.

Publicação Nº 2139250

PORTARIA N.º 1085, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.
DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. READAPTAR, sem prejuízo de remuneração, nos termos dos artigos 38 e 39, § 1º, da Lei n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) DULCINEIA DE CAMPOS, Professora, matrícula funcional n.º 3854, da Secretaria Municipal de Educação, onde conforme Laudo Médico Pericial a servidora deverá ser readaptada em atividades fora da sala de aula e poderá dar aulas de reforço para pequenas turmas de acordo com a disponibilidade da escola, por 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 27/08/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de agosto de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 29/08/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138862

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Aluísio Tadeu Curi da Silva Junior”.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela promulga a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Aluísio Tadeu Curi da Silva Junior, em razão dos relevantes serviços prestados a população Garopababense e ao Título de “Policial Civil Destaque 2019”, conferido ao agente de Polícia como “Destaque 2019”.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba em, 28 de agosto de 2019.

Micheline Aranha de Araujo Luiz

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução nº 20/2019, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2019.

Publicada a presente Resolução nº 20/2019 no DOM/SC em ____/____/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho
Secretário
Câmara Municipal de Garopaba

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138863

RESOLUÇÃO Nº 21 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

“Concede Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Fabiano Pereira Silva”.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela promulga a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica concedido a Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba ao Senhor Fabiano Pereira Silva, em razão da Polícia Militar de Garopaba receber o Prêmio Destaque em solenidade no Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

Art. 2º A Câmara Municipal fará a entrega da respectiva honraria em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba em, 28 de agosto de 2019.
Micheline Aranha de Araujo Luiz
Presidente
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução nº 21/2019, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2019.

Publicada a presente Resolução nº 21/2019 no DOM/SC em ____/____/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho
Secretário
Câmara Municipal de Garopaba

RESOLUÇÃO Nº 22 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138865

RESOLUÇÃO Nº 22 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

“Concede a Medalha São Francisco de Assis no âmbito do Município de Garopaba a Senhora Eliane Santana Figueredo”.

MICHELINE ARANHA DE ARAUJO LUIZ, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ela promulga a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. É concedida a “Medalha São Francisco de Assis no âmbito do Município de Garopaba”, a Nobre Senhora Eliane Santana Figueredo, natural de Garopaba/SC, residente no Município, fundadora do “Grupo Amigas do Bem”, e está sempre atuando e zelando pelo bem estar animal.

Art. 2º. A Câmara Municipal de Garopaba fará a entrega do respectivo Título em Sessão Solene, especialmente marcada.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 28 de agosto de 2019.
Micheline Aranha de Araujo Luiz
Presidente
Câmara Municipal de Garopaba

Publicada a presente Resolução nº 22/2019, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2019.

Publicada a presente Resolução nº 22/2019 no DOM/SC em ____/____/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Ivaldo da Silva Lobo Filho
Secretário
Câmara Municipal de Garopaba

Garuva

PREFEITURA

PORTARIA Nº 153/2019

Publicação Nº 2138286

PORTARIA Nº 153 de 27 de agosto de 2019.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 91/2016 de 30 de junho de 2016;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, a vacância do cargo;

CONSIDERANDO, o Processo nº 91627/2019;

CONSIDERANDO, a desistência de candidato.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público, constante do anexo I desta Portaria, para o cargo de Provimento Efetivo, no regime estatutário.

Art. 2º Os nomeados constante no Anexo I desta Portaria deverão comparecer, no prazo legal, no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1.614, Centro, no horário das 08 às 12 horas e das 13:30 às 17 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica, destinados à deflagração do processo de Posse.

1. Certidão de nascimento (se solteiro)
2. Certidão de casamento (se casado)
3. Comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone)
4. RG e CPF
5. Título de eleitor
6. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil)
7. Cartão do PIS/PASEP
8. Certificado de reservista (p/ homens)
9. Certidão de nascimento dos filhos menores de 7 anos
10. RG e CPF dos filhos maiores de 7 anos e menores de 24 anos e/ou dependentes em geral para fins de imposto de renda
11. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos
12. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)
13. Carteira de habilitação (quando o cargo requerer)
14. Qualificação cadastral e-social, retirada no link: (<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>)
15. Certidão negativa de antecedente criminal e civil – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos, retirada no link abaixo:
16. (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>)
17. Certidão de quitação eleitoral, retirada no link abaixo:
18. (<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>)
19. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa, retirada no link abaixo:
20. (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
21. Certidão emitida pela Justiça Federal da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª região no link: <http://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa>
22. Certidão de Antecedentes Criminais – Polícia Federal retirada no link: <http://www.dpf.gov.br/servicos/antecedentes-criminais>
23. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)
24. Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
25. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho.
26. Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto à Cooperativa Sicredi, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário
27. 01 foto 3x4 RECENTE

28. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)
29. Declaração de encargos de família para fins de imposto de renda (fornecida pelo RH)
30. ASO (a guia será entregue após a entrega correta de toda a documentação)

OBS. Todas as cópias deverão estar legíveis

Cópia autenticada

31. Comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA e histórico escolar)
32. Certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer)
33. Certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer)
34. Registro no órgão de classe (quando o cargo requerer)

Art. 3º - Somente tomará posse aquele que cumprir as exigências do artigo anterior.

Art. 4º Os nomeados constante no Anexo I desta Portaria que não tomar posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, renunciarão, tacitamente, à vaga para qual foi nomeado. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

Art. 5º Os nomeados constante no Anexo I desta Portaria que não desejar ser empossado no cargo poderá formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

ANEXO I - Portaria 153/2019
REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Professor de Educação Infantil

Matrícula	Nome	Colocação
173000228	RAQUEL ALVES DUARTE CASTILHO	4º

PORTARIA Nº155/2019

Publicação Nº 2138084

PORTARIA Nº. 155 de 27 de agosto de 2019.

“Nomeia Comissão Permanente para análise e seleção dos estudantes aptos a serem contemplados com o Auxílio-transporte.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, os ofícios recebidos das Secretarias de Assistência Social e Educação, e da União Garuvense dos Estudantes (UGE),
Considerando, o art. 7º da Lei 2030 de 07 de março de 2018,

RESOLVE:

Art. 10. – Designam-se os membros para comporem a Comissão Permanente para análise e seleção dos estudantes aptos a serem contemplados com o Auxílio-transporte:

Titulares:

Pamela Casagrande – Representante da Secretaria Municipal de Educação;
Ana Patrícia da Rosa – Representante do quadro efetivo de Assistente Social do Município;
Camila Campigotto – Representante da União Garuvense dos Estudantes (UGE).

Suplentes:

Marilene S. Oliveira Duarte – Representante da Secretaria Municipal de Educação;
Diaime Elizandra Hacker da Rocha – Representante do quadro efetivo de Assistente Social do Município;
Giliane Lisboa dos Santos – Representante da União Garuvense dos Estudantes (UGE).

Art. 20. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, a Portaria nº 232/2018.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2019

Publicação Nº 2138410

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 207/2019

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2019

OBJETO: Aquisição de mobiliário e demais utensílios necessários para a estruturação completa de uma sala de reuniões. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 10/09/2019, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 28/08/2019.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

DECRETO Nº 8.962, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2139297

DECRETO Nº 8.962, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

EXONERA CARLA ALINE DOLZAN DO CARGO EM COMISSÃO DE PROCURADOR-ADJUNTO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir de 21 de agosto de 2019, CARLA ALINE DOLZAN, inscrita no CPF sob o nº 071.652.019-20, do cargo em comissão de Procurador-Adjunto, da Procuradoria-Geral do Município, ref. 78, nomeada pelo Decreto nº 8.554, de 11 de janeiro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 21 de agosto de 2019.

Gaspar, 21 de agosto de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 8.963, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2139300

DECRETO Nº 8.963, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

NOMEIA FABIANO ANDRÉ DA SILVA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE PROCURADOR-ADJUNTO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 22 de agosto de 2019, FABIANO ANDRÉ DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 988.306.199-49, para o exercício de cargo em comissão de Procurador-Adjunto, da Procuradoria-Geral do Município, ref. 78, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 22 de agosto de 2019.

Gaspar, 22 de agosto de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 8.970, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2137936

DECRETO Nº 8.970, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

NOMEIA JANICE CRISTINA ELEOTERIO PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA-GERAL DE CONTABILIDADE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 1º de agosto de 2019, a servidora efetiva JANICE CRISTINA ELEOTERIO, inscrita no CPF sob o nº 988.336.779-15, para o exercício de cargo em comissão de Diretora-Geral de Contabilidade, da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, ref. 64, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de agosto de 2019.

Gaspar, 22 de agosto de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 8.977, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2135325

DECRETO Nº 8.977, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

NOMEIA, EM SUBSTITUIÇÃO TEMPORÁRIA, MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, em substituição temporária, a servidora ELIZABETH OTIQUIR JUNGES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especializados I, para integrar a Comissão Permanente de Licitação no dia 30 de agosto de 2019, por motivo de ausência do membro Daniela Barkhofen.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de agosto de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 8.982, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2139302

DECRETO Nº 8.982, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

DISPENSA A SERVIDORA KARLA MEDEIROS LUIZ LOPEZ DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica dispensada, a partir de 1º de agosto de 2019, a servidora efetiva KARLA MEDEIROS LUIZ LOPEZ, inscrita no CPF sob o nº 004.871.059-82, do exercício de Função Gratificada de Encarregado-Geral Administrativo, nível II, da Secretaria Municipal de Educação, designada pelo Decreto nº 6.980, de 18 de maio de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de agosto de 2019.

Gaspar, 28 de agosto de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 8.983, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2139304

DECRETO Nº 8.983, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.
DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, a partir de 1º de agosto de 2019, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, o servidor efetivo CRISTIANO MORAES MEDEIROS, inscrito no CPF sob o nº 080.088.289-00, para o exercício de Função Gratificada de Encarregado-Geral Administrativo, nível II, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de agosto de 2019.

Gaspar, 28 de agosto de 2019.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

LEI Nº 3.998, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2139306

LEI Nº 3.998, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.
REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.330, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam revogados o inciso IV do parágrafo único do artigo 183, e o inciso II do artigo 190 da Lei nº 1.330, de 13 de dezembro de 1991.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 16 de agosto de 2019.
Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito

LEI Nº 4.000, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138049

LEI Nº 4.000, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.
DENOMINA DE RUA FLÓRIDA VIA PÚBLICA SITUADA NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Flórida a via que inicia na Rua Evandro Schneider, lado direito, distando 297,00m (duzentos e noventa e sete metros) da Rua José Rafael Schmitt, atual Rua "A" do Loteamento Mirante, no Bairro Santa Teresinha.

Parágrafo único. A via ora denominada possui:

- I - extensão de 306,00m (trezentos e seis metros);
- II - largura de 12,00m (doze metros);
- III - caixa de rolamento de via de 7,00m (sete metros);
- IV - passeio de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 23 de agosto de 2019.
Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 81/2018

Publicação N° 2137951

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 81/2018

Objeto: Aditivo do item 2 da presente Ata que tem por objeto o Registro de Preços para futuras aquisições de Materiais Odontológicos para uso da Secretaria Municipal de Saúde conforme especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência e Anexo II – Proposta de Preços do Edital de Pregão Presencial n° 126/2018. Contratante: Prefeitura Municipal de Gaspar (CNPJ n° 83.102.244/0001-02). Contratada: Dental Cremer Produtos Odontológicos S.A. (CNPJ n° 14.190.675/0002-36). Valor total: R\$ 30,80 (trinta reais e oitenta centavos).

Gaspar/SC, 28 de agosto de 2019

JOSE CARLOS DE CARVALHO JÚNIOR

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA N° 5.992, DE 07 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação N° 2139294

PORTARIA N° 5.992, DE 07 DE AGOSTO DE 2019.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal n° 3.839, de 19 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo n° 06/2017, da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
PAULA SABRINA MERLO CONCEICAO	29/07/2019	PROFESSOR DOC-III-8
EDELEUSA CASAS LANA	29/07/2019	AUXILIAR DE PROFESSOR 8 ACT
ANTONINA BENEVENUTTI	01/07/2019	MERENDEIRA/SERVENTE
MARIA CLAUDETE DE BORBA	01/07/2019	MERENDEIRA/SERVENTE

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo n° 03/2019, da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
DORALINO JOAO FRANZOSI	01/07/2019	ZELADOR
JOSE ANTONIO VANSUITA	03/07/2019	ZELADOR
LUIS GONZAGA DA ROCHA	01/07/2019	ZELADOR

Art. 3º Nomear a servidora abaixo relacionada, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo n° 02/2019, da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, conforme segue:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
ELIETE MARIA DIAS	24/07/2019	AGENTE SERV. GERAIS

Art. 4º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo n° 04/2019, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme segue:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
ALEXANDRE EICHSTADT	10/07/2019	MOTORISTA CAMINHÃO
JONAS WEBER	15/07/2019	OPERADOR DE MÁQUINA
OZEIAS JOSE CAVALHEIRO	17/07/2019	MOTORISTA CAMINHÃO

Art. 5º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo n° 13/2018, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
ANGELICA DO AMARAL LOPES	02/07/2019	ENFERMEIRO(A)
FATIMA APARECIDA DE LIZ	24/07/2019	TECNICO ENFERMAGEM

Art. 6º Nomear a servidora abaixo relacionada, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo n° 02/2019, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
IARA CEZARIO DE FREITAS	08/07/2019	AGENTE SERV. GERAIS

Art. 7º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital do Processo Seletivo nº 04/2019, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

NOME	ADMISSÃO	CARGO
CRISTIANO DA SILVA HULL	11/07/2019	MOTORISTA AMBULÂNCIA
EDNEI ALEXANDRE BORBA	26/07/2019	MOTORISTA AMBULÂNCIA
JOSIEIDY SOARES DOS SANTOS	15/07/2019	MOTORISTA CAT. D
MARCO AURELIO MAZZINI	11/07/2019	MOTORISTA
SIDNEI RIFFEL	17/07/2019	MOTORISTA
VALMOR DA SILVA	11/07/2019	MOTORISTA
MARIANA DO AMARAL FERREIRA	15/07/2019	MÉDICO DERMATOLOGISTA
JULIA VIEIRA OBERGER MARQUES	29/07/2019	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA
LUCAS THIAGO BORGES	22/07/2019	MÉDICO GERAL COM.PSF
RENATA CRISTINA MULLER	17/07/2019	MÉDICO GERAL COM.PSF

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de julho de 2019.

Gaspar, 07 de agosto de 2019.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 6.001, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2137987

PORTARIA Nº 6.001, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.
DISPENSA CONTRATADOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar, a pedido, os servidores contratados em caráter temporário abaixo especificados:

NOME	DEMISSÃO	CARGO
MAICO GAVINHO MONTORIL	31/07/2019	AUX.PROFESSOR EDUC.ESP.8 ACT
CRISTIANE APARECIDA CAETANO	31/07/2019	AUX.PROFESSOR EDUC.ESP.8 ACT
LUCIANO VANOLLI	01/07/2019	MEDICO CLIN.GERAL
LUIS GONZAGA DA ROCHA	19/07/2019	ZELADOR

Art. 2º Dispensar, em razão do término do contrato, os servidores contratados em caráter temporário, abaixo especificados:

NOME	DEMISSÃO	CARGO
REGINALDO PEREIRA DOS SANTOS	31/07/2019	MOTORISTA AMBULANCIA
PAULA SABRINA MERLO CONCEICAO	08/07/2019	PROFESSOR DOC-III-8
ELIANE FERRARI MOSER	11/07/2019	PROFESSOR DOC-III-8
ANNA PAULA MILANI PIECHNIK KLEIN	31/07/2019	MEDICO ORTOPEDISTA
JAQUELINE OLIVEIRA ANDRADE	21/07/2019	PROFESSOR DOC-III-8
ODETE BURIGO	01/07/2019	MERENDEIRA/SERVENTE
MARIA DE FATIMA APARECIDA DOS SANTOS	10/07/2019	AGENTE SERV. GERAIS
GENOAR DANIELA MACHADO	02/07/2019	AUXILIAR DE PROFESSOR 8 ACT
LUANA PEREIRA	07/07/2019	PROFESSOR DOC-III-8
NELSON LOURENCO LUZIA	09/07/2019	PROFESSOR DOC-III-7

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1º de julho de 2019.

Gaspar, 08 de agosto de 2019.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 6.005, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2137990

PORTARIA Nº 6.005, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

NOME	CADASTRO	CARGO	DATA DA POSSE	TÉRMINO ESTÁGIO PROBATÓRIO
LILIANA MICHELA DOS SANTOS	12529	MEDIADOR DE LEITURA	01/02/2016	02/02/2019
JAQUELINE FUSINATO	13261	EDUCADOR SOCIAL	04/07/2016	16/07/2019
RAQUEL ROLIM DE MOURA GALGOWSKI	13264	TECNICO DE ENFERMAGEM	04/07/2016	04/07/2019
THYAGO MILET DOS SANTOS	13260	EDUCADOR FÍSICO	01/07/2016	03/07/2019
ALESSANDRO SOARES CORREA	14912	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	13/06/2016	13/06/2019

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de agosto de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 6.013, DE 24 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2137971

PORTARIA Nº 6.013, DE 24 DE AGOSTO de 2019.

CONCEDE **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE** PARTICULAR, SEM REMUNERAÇÃO, AO SERVIDOR LUIZ CARLOS PEREIRA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no artigo 92, inciso VII, e artigo 109, da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor LUIZ CARLOS PEREIRA, inscrito no CPF sob o nº 380.204.089-91, ocupante do cargo de provimento efetivo de Zelador, lotado na Secretaria Municipal de Educação e à disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, licença para tratar de interesse particular, sem remuneração, pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir de 19 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 19 de agosto de 2019.

Gaspar, 24 de agosto de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE AJUSTE DO CONTRATO Nº 40/2016

Publicação Nº 2138083

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE AJUSTE DO CONTRATO Nº 40/2016

Pregão Presencial nº: 84/2016. OBJETO: Atualiza a tecnologia envolvida na prestação dos serviços de conectividade à internet através da instalação de fibra ótica sem custos adicionais ao Município de Gaspar nas seguintes unidades: a) Praça do Céu; b) Escola Municipal Ferandino Dagnoni; c) CDI Fátima Regina e d) Escola Luiz Franzoi. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: DKIOS NET SERVIÇOS DE INTERNET LTDA - ME (11.778.954/0001-46).

ZILMA MÔNICA SANÇÃO BENEVENUTTI

Secretária Municipal de Educação

LEI COMPLEMENTAR Nº 113, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138043



MUNICÍPIO DE GASPAR

LEI COMPLEMENTAR Nº 113, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.**ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 65, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o gabarito da Rua José Rafael Schmitt, Bairro Santa Terezinha, no Anexo IX – Gabarito de Vias Básicas da Lei Complementar nº 65, de 23 de novembro de 2015, que havia sido alterado pela Lei Complementar nº 71, de 13 de outubro de 2016, e que passa a ser dividida em dois trechos:

I – Trecho 01: da Rua Barão do Rio Branco até a Rua Anselmo P. da Silva, os passeios passam a ter 2,5 metros de cada lado da via, a ciclovia passa a ter 2 metros, a faixa de rolamento passa a ter 10 metros e o gabarito total da rua passa a ter 17 metros;

II – Trecho 02: a partir da Rua Anselmo P. da Silva, o passeio do lado esquerdo da rua passa a ter 2 metros, o passeio do lado direito da rua passa a ter 2,5 metros, a ciclovia passa a ter 2,5 metros no lado esquerdo, a faixa de rolamento passa a ter 14 metros mais 1 metro de canteiro central e o gabarito total da rua passa a ser de 22 metros.

Art. 2º Fica alterado o gabarito da Via Projetada - VP 116, criada pela Lei Complementar nº 100, de 17 de outubro de 2018, no Anexo XVIII – Tabela de Vias Projetadas da Lei Complementar nº 65, de 2015, passando a faixa de rolamento a ter 7 metros, a ciclovia a ter 2 metros, o passeio a ter 5 metros, sendo 2,5 metros de cada lado da via e o gabarito total da rua passa a ser de 14 metros, ficando a via sem previsão de estacionamento/acostamento e canteiro central.

Art. 3º Fica alterado o gabarito da Via Projetada - VP 27, Anexo XVIII – Tabela de Vias Projetadas da Lei Complementar nº 65, de 2015, passando a ter o gabarito total de 12 metros, sendo 8 metros de faixa de rolamento e 2 metros de passeios de cada lado da via, ficando a via sem previsão de estacionamento/acostamento e ciclovia.

Art. 4º Fica alterado o traçado da Via Projetada - VP 27, no Anexo II – Mapa de Vias Projetadas e no Anexo XVIII – Tabela de Vias Projetadas da Lei Complementar nº 65, de 2015.

Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435 – Praça Getúlio Vargas – Centro – Fone: (47) 3331-6300 – CEP 89110-900 – Gaspar – SC
site: www.gaspar.sc.gov.br CNPJ 83.102.244/0001-02 e-mail: gabinete@gaspar.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE GASPAR

Art. 5º Fica alterado o traçado da Via Projetada - VP 113, criada pela Lei Complementar nº 100, de 2018, no Anexo II - Mapa de Vias Projetadas e no Anexo XVIII - Tabela de Vias Projetadas da Lei Complementar nº 65, de 2015.

Art. 6º Com as alterações realizadas, fica alterado o Anexo II - Mapa de Vias Projetadas, da Lei Complementar nº 65, de 2015, que passa a vigorar com as alterações dos Anexos I e II desta Lei Complementar.

Art. 7º Com as alterações realizadas, fica alterado o Anexo XVIII - Tabela de Vias Projetadas, da Lei Complementar nº 65, de 2015, que passa a vigorar com as alterações dos Anexos III, IV e V desta Lei Complementar.

Art. 8º Fica alterado na íntegra o Anexo IX - Características Geométricas das Vias Básicas, da Lei Complementar nº 65, de 2015, que passa a vigorar de acordo com o Anexo VI desta Lei Complementar.

Art. 9º Fica revogada na íntegra a Lei Complementar nº 71, de 13 de outubro de 2016, o artigo 1º da Lei Complementar nº 100, de 17 de outubro de 2018, e demais disposições em contrário.

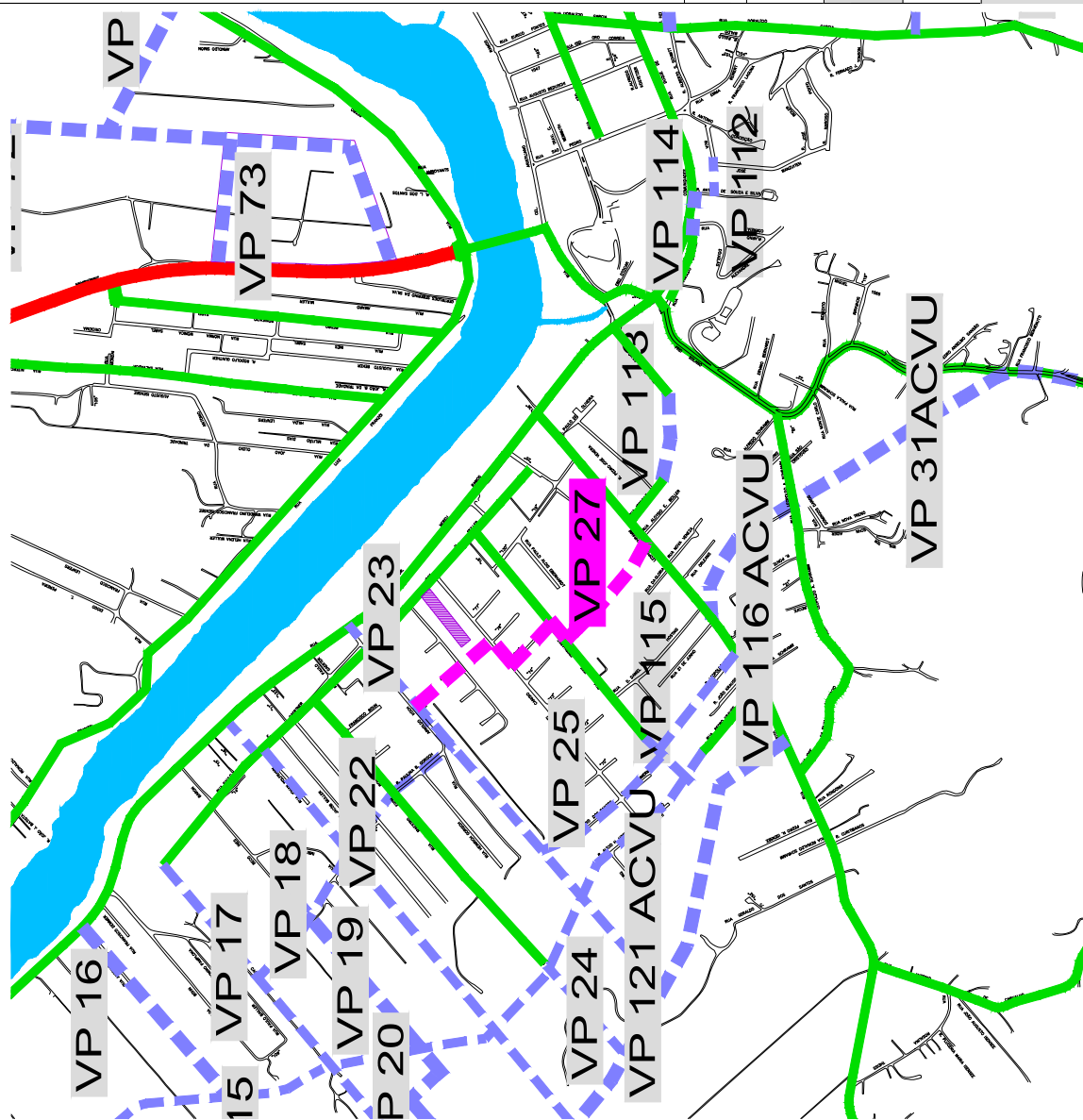
Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 23 de agosto de 2019.

Kleber Edson Wan-Dall
Prefeito

ANEXO I - NOVO TRAÇADO
DA VP 27

PROPOSTA NOVO
TRAJETO VP 27



PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
PRAÇA GETÚLIO VARGAS Nº 435 - CENTRO - GASPAR - CEP 89100-000

MAPA DE VIAS PROJETADAS

CONTEÚDO:

NOVO TRAÇADO DA VP 27

ESCALA:
NÃO INFORMADA

REVISÃO:

00

ARQUIVO:

17/01/2019

NÃO ESPECIFICADO

FRANCHA:

1/1

ANEXO II - NOVO TRAÇADO DA VP 113

PROPOSTA NOVO
TRAJETO VP 113

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
RUA GETULIO VARGAS Nº 435 - CENTRO - GASPAR - CEP 89100-000

MAPA DE VIAS PROJETADAS

CONTEÚDO:

NOVO TRAÇADO DA VP 113

ESCALA:
NÃO INFORMADA

REVISÃO:

00

DATA:

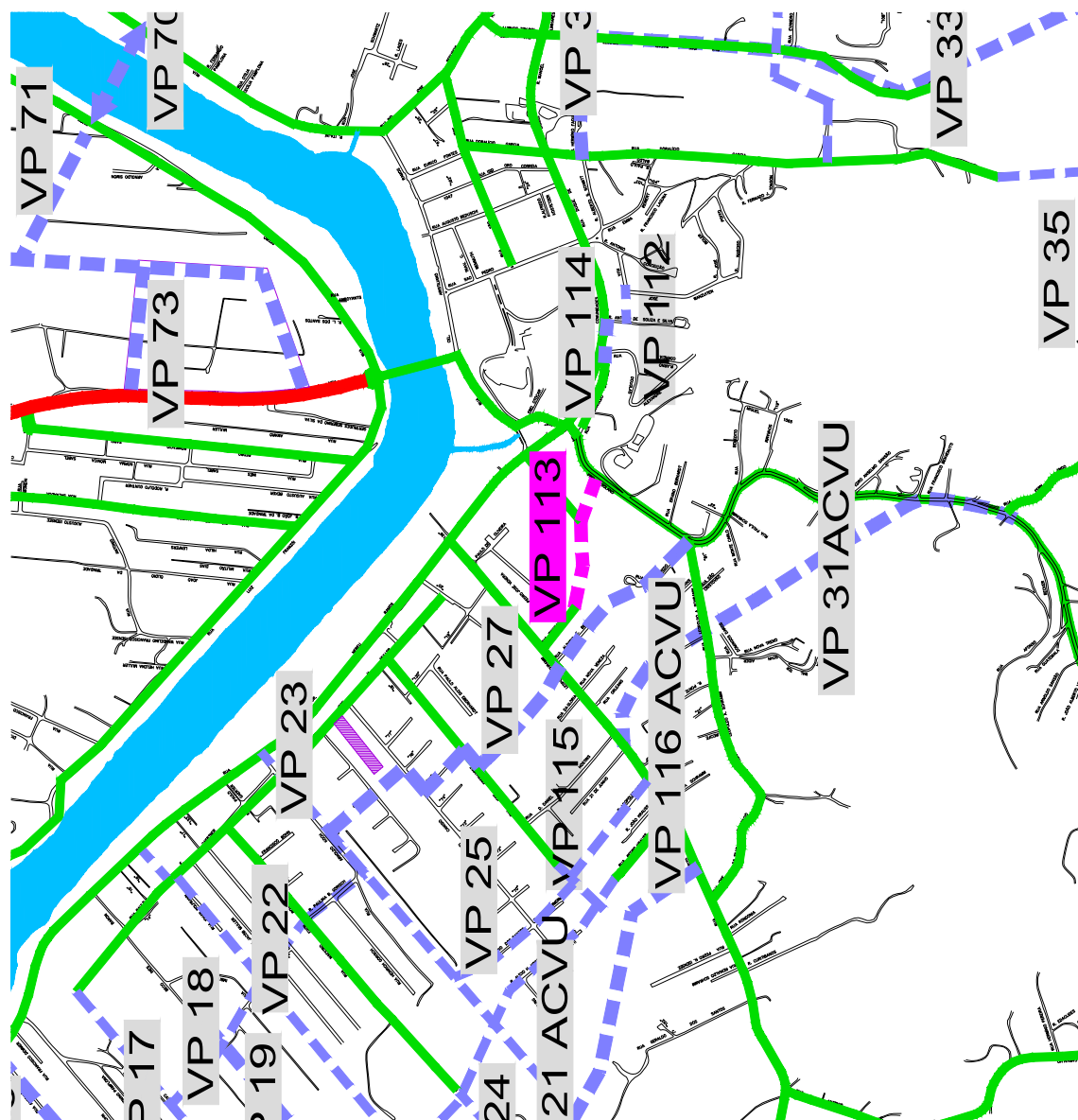
17/01/2019

ARQUIVO:

NÃO ESPECIFICADO

FRANCHA:

1/1



ANEXO III - NOVO TRAÇADO DA VP 113

Descrição Vigente

Anexo XVIII da Lei 65/2015: Tabela de Vias Projetadas

Nº	DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	GABARITO (m)					TOTAL
			HIERARQUIA	FAIXAS DE ROLAMENTO	ESTACIONAMENTO / ACOSTAMENTO	CICLOVIA	CANTEIRO	TIPO DE PAV.
VP113	Rua Joinville x Rua 31 de Julho	Coloninha	COLETORA	7,00				ASFALTO
							5,00	
								12,00

Descrição Proposta/Alterada

Anexo XVIII da Lei 65/2015: Tabela de Vias Projetadas

Nº	DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	GABARITO (m)					TOTAL
			HIERARQUIA	FAIXAS DE ROLAMENTO	ESTACIONAMENTO / ACOSTAMENTO	CICLOVIA	CANTEIRO	TIPO DE PAV.
VP113	Rua Joinville x Rua Frei Solano	Coloninha	COLETORA	7,00				ASFALTO
							5,00	
								12,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
PRAÇA GETÚLIO VARGAS Nº 435 - CENTRO - GASPAR - CEP 89110-000

MAPA DE VIAS PROJETADAS

CONTEÚDO:

TABELA NOVO TRAÇADO DA VP 113

ESCALA:
NÃO INFORMADA

REVISÃO:
00

DATA:
17/10/2018

ARQUIVO:
NÃO ESPECIFICADO

PRANCHA:

1/1

ANEXO IV - ALTERAÇÃO DO GABARITO DA VP 116

Descrição Vigente

Anexo XVIII da Lei 65/2015: Tabela de Vias Projetadas

Nº	DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	HIERARQUIA	GABARITO (m)					TOTAL
				FAIXAS DE ROLAMENTO	ESTACIONAMENTO / ACOSTAMENTO	CICLOVIA	CANTEIRO	PASSEIO	
VP 116	VP 31 x Prefeito Leopoldo Schramm (ACVU)	Gasparinho / Colônia	BÁSICA / ESTRUTURAL	14,00	4,00	2,50	1,00	4,50	26,00

Descrição Proposta/Alterada

Anexo XVIII da Lei 65/2015: Tabela de Vias Projetadas

Nº	DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	HIERARQUIA	GABARITO (m)					TOTAL
				FAIXAS DE ROLAMENTO	ESTACIONAMENTO / ACOSTAMENTO	CICLOVIA	CANTEIRO	PASSEIO	
VP 116	VP 31 x Prefeito Leopoldo Schramm (ACVU)	Gasparinho / Colônia	BÁSICA / ESTRUTURAL	7,00	NÃO	2,00	NÃO	5,00	14,00

TABELA DE VIAS PROJETADAS

CONTEÚDO:	GABARITO VP 116
ESCALA:	NÃO INFORMADA
DATA:	17/01/2019
PRANCHA:	NÃO ESPECIFICADO
REVISÃO:	00
ARQUIVO:	NÃO ESPECIFICADO
1/1	

ANEXO V - ALTERAÇÃO DO GABARITO DA VP 27

Descrição Vigente

Anexo XVIII da Lei 65/2015: Tabela de Vias Projetadas									
Nº	DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	GABARITO (m)						
			HIERARQUIA	FAIXAS DE ROLAMENTO	ESTACIONAMENTO / ACOSTAMENTO	CICLOVIA	CANTEIRO CENTRAL	7ºPASSEIO	TIPO DE PAV. TOTAL
VP27	Rua Frei Solano x VP23	Gaspar Grande	COLETORA	7,00	2,00	2,00	-	3,00	ASFALTO 14,00

Descrição Proposta/Alterada

Anexo XVIII da Lei 65/2015: Tabela de Vias Projetadas									
Nº	DENOMINAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	GABARITO (m)						
			HIERARQUIA	FAIXAS DE ROLAMENTO	ESTACIONAMENTO / ACOSTAMENTO	CICLOVIA	CANTEIRO CENTRAL	7ºPASSEIO	TIPO DE PAV. TOTAL
VP27	Rua Prefeito Leopoldo Schramm x VP23	Gaspar Grande	COLETORA	8,00	-	-	-	4,00	ASFALTO 12,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
PRAÇA GETÚLIO VARGAS Nº 433 - CENTRO - GASPAR - CEP 89110-000

TABELA DE VIAS PROJETADAS

CONTEÚDO:
GABARITO VP 27

ESCALA:
NÃO INFORMADA
DATA:
17/01/2019
ARQUIVO:
NÃO ESPECIFICADO

PRANCHA:
1/1

PLANO DIRETOR DE TRANSPORTES E MOBILIDADE

ANEXO IX - TABELA COM AS CARACTERÍSTICAS GEOMÉTRICAS DAS VIAS BÁSICAS

Nome	Bairro	Gabarito				
		Passeio		Ciclovía	Faixa Rolamento	Total
		L.E.	L.D.			
Av. Construtor Augusto V. Deschamps	Santa Terezinha	2	2	2	8	14
Av. das Comunidades	Centro	4	4	2	14	24
Av. Santa Terezinha	Santa Terezinha	2,5	2	2,5	19	26
Av. Frei Godofredo Trecho 1 - do Trevo Av. Francisco Mastela até VP 57	Santa Terezinha	-	-	-	Gab. Específico	30
Av. Frei Godofredo Trecho 2 - da VP 57 até Rua Ivo Silveira (Trecho 3 da ACVU).	Santa Terezinha	-	-	-	Gab. Específico	26
Av. Olga Wehmuth	Sete de Setembro	-	-	-	Gab. Específico	30
Estrada Geral Águas Negras	Figueira	2,5	2,5	2	7	14
Rua 13 de Maio	Sete de Setembro	1,5	1,5	-	8	11
Rua 1º de Janeiro	Sete de Setembro	1,5	1,5	-	9	12
Rua Adolfo Wehmuth	Sete de Setembro	2,5	2,5	-	9	14
Rua Adriano Kormann	Bela Vista	2,5	2,5	2	7	14
Rua Albertina Maba	Margem Esquerda	2,5	2,5	-	9	14
Rua Alberto Serafim Schmitt	Centro	2,5	2,5	-	9	14
Rua Amádio Beduschi	Barracão	2,5	2,5	3	7	15
Rua Ambrósio Spengler	Poço Grande	2,5	2,5	2	7	14
Rua André Schmitt	Belchior Central	2	2	-	8	12
Rua Anfíloquio Nunes Pires	Bela Vista / Figueira	-	-	-	Gab. Específico	30
Rua Ângela Maria Hostert	Bela Vista	1,5	1,5	-	7	10
Rua Angelina Motter	Sete de Setembro	1,5	1,5	-	9	12
Rua Anselmo Paschoal da Silva	Santa Terezinha	3	3	2	9	17
Rua Antônio Benedito de Amorim	Belchior Baixo	2,75	2,75	3,5	9	18
Rua Antônio Conceição – Trecho 1 - Até Rua José Vanzuiten.	Centro	2	2	-	8	12
Rua Antônio Conceição – Trecho 2 - (Rua José Vanzuiten até 45 m)	Centro	3	2	-	6	11
Rua Antônio Conceição – Trecho 3 - do trecho 2 até o final da rua.	Centro	2	2	-	5	9
Rua Antônio de Souza e Silva – Trecho 1 - (Início até 83m)	Centro	1,5	1,5	-	6	9
Rua Antônio de Souza e Silva – Trecho 2 - (A partir 83m)	Centro	3	-	-	6	9
Rua Antônio Francisco de Carvalho	Gaspar Grande	2,5	2,5	2	7	14
Rua Antônio Moser	Bela Vista	2	2	-	8	12
Rua Antônio Rainert	Belchior Central	2	2	-	8	12
Rua Antônio Zendron	Margem Esquerda	1,5	1,5	2	7	12
Rua Arnaldo Koch	Coloninha	1,5	1,5	2	7	12
Rua Arnaldo Schramm	Centro	3	3	-	8	14
Rua Artur Poffo – Trecho 1 – da Rua Álvaro Fernando Wandalen até a Capela Bom Jesus.	Santa Terezinha	2,5	2,5	-	8	13
Rua Artur Poffo – Trecho 2 – da Capela Bom Jesus até a Rua Pedro Schmitt Junior.	Santa Terezinha	4	2	2 L.D.	7	15
Rua Barão do Rio Branco	Santa Terezinha	2	2	-	9	13

Nome	Bairro	Gabarito				
		Passeio		Ciclovias	Faixa Rolamento	Total
		L.E.	L.D.			
Rua Blumenau	Sete de Setembro	2	2	-	8	12
Rua Bonifácio Haendchen	Belchior Central	2	2	2	7	13
Rua Botuverá	Santa Terezinha	1,5	1,5	-	9	12
Rua Camboriú	Santa Terezinha	1,5	1,5	-	9	12
Rua Cantídio Machado	Santa Terezinha	1,5	1,5	-	7	10
Rua Catarina Horstert	Bela Vista	1,5	1,5	-	7	10
Rua Clara Bitencourt	Sete de Setembro	2	2	-	8	12
Rua Coronel Aristiliano Ramos	Centro	-	-	-	Gab. Específico	12
Rua Criciúma	Margem Esquerda	2	2	-	8	12
Rua da Conceição	Poço Grande	2	2	2	9	15
Rua Daniel Werner	Arraial	2,5	2,5	2	7	14
Rua Doralício Garcia – Trecho 1 - São José /Duque de Caxias	Centro	1,5	1,5	-	8	11
Rua Doralício Garcia – Trecho 2 - Duque de Caxias/ final da via	Centro	2,5	2,5	-	9	14
Rua Dr. Nereu Ramos	Coloninha	2	2	2	7	13
Rua Duque de Caxias	Centro	4	4	2	14	24
Rua Eleotéria Jesuina de Souza	Santa Terezinha	1,5	1,5	-	7	10
Rua Ernesto Censi	Macucos	2,5	2,5	2	9	16
Rua Eurico Fontes	Centro	1,5	1,5	-	9	12
Rua Fausto Dagnoni	Gasparinho	2	2	2	9	15
Rua Fernando Krauss	Gasparinho	2	2	1,5	7	12,5
Rua Florianópolis	Bela Vista	2	2	-	10	14
Rua Frederico Nicolau da Silva	Sete de Setembro	2	2	-	9	13
Rua Frei Antonino - Trecho 1 – da Rua Dr. Nereu Ramos até a Rua José Honorato Muller.	Coloninha	2	2	-	9	13
Rua Frei Antonino - Trecho 2 – da Rua José Honorato Muller até a Rua Gustavo J. da Costa.	Coloninha	1,5	1,5	-	9	12
Rua Frei Antonino - Trecho 3 – da Rua Gustavo J. da Costa até a Rua Prefeito Leopoldo Schramm.	Coloninha	1,5	1,5	-	7	10
Rua Frei Solano	Gasparinho	2,5	2,5	2	7	14
Rua Geral Poço Grande	Lagoa	2,5	2,5	2	9	16
Rua Goiânia	Bela Vista	2	2	-	10	14
Rua Helder Florentino Wan-Dall	Belchior Central	2	2	-	8	12
Rua Helena Augusta Gaertner	Figueira	2	2	-	8	12
Rua Helmuth Becker	Sete de Setembro	3	3	-	10	16
Rua Henrique Deschamps	Figueira	2	2	-	10	14
Rua Hermínio Faquini	Centro	3	3	2	9	17
Rua Hilário da Silva	Sete de Setembro	2	2	-	8	12
Rua Hilário dos Santos	Coloninha	2	2	-	8	12
Rua Ignês Hilária Schneider	Sete de Setembro	1,5	1,5	-	9	12
Rua Industrial José Beduschi	Centro	-	-	-	Gab. Específico	12
Rua Industrial Leopoldo Schmalz	Sete de Setembro	3	3	-	12	18
Rua Itajaí	Sete de Setembro	-	-	-	Gab. Específico	30
Rua Itália	Alto Gasparinho	2,5	2,5	2	7	14
Rua Jacob Junkes	Santa Terezinha	2,5	2,5	-	7	12
Rua João José Schmitz	Bela Vista	2,5	2,5	2	7	14

Nome	Bairro	Gabarito				
		Passeio		Ciclovía	Faixa Rolamento	Total
		L.E.	L.D.			
Rua João Krauss	Coloninha	1,5	1,5	-	7	10
Rua João Mathias Zimmermann	Alto Gasparinho	2,5	2,5	2	7	14
Rua João Pedro da Silva	Gasparinho	2,5	2,5	-	7	12
Rua João Silvino da Cunha	Sete de Setembro	1,5	1,5	-	8	11
Rua João Vieira	Santa Terezinha	1,5	1,5	-	9	12
Rua Joaquim Alves de Andrade	Lagoa	2,5	2,5	2	9	16
Rua Joaquim Silvino da Cunha	Santa Terezinha	1,5	1,5	-	7	10
Rua José Antônio Soares	Belchior Central	2	2	-	8	12
Rua José Censi	Macucos	2,5	2,5	2	7	14
Rua José Eberhardt	Coloninha	1,5	1,5	-	9	12
Rua José Honorato Muller	Coloninha	1,5	1,5	-	9	12
Rua José Jensen	Belchior	1,5	1,5	2	7	12
Rua José Joaquim Alves	Lagoa	2,5	2,5	2	9	16
Rua José Junges	Arraial	2,5	2,5	2	9	16
Rua José Patrocínio dos Santos	Belchior Central	2,5	2,5	-	9	14
Rua José Rafael Schmitt - Trecho 01 - da Rua Barão do Rio Branco até a Rua Anselmo P. da Silva	Santa Terezinha	2,5	2,5	2	10	17
Rua José Rafael Schmitt - Trecho 02 - a partir da Rua Anselmo P. da Silva. (VP 33).	Santa Terezinha	2	2,5	2,5	15	22
Rua José Rangel	Bateias	1,5	1,5	-	7	10
Rua José Schmitt Sobrinho	Belchior Alto	2,5	2,5	-	7	12
Rua José Vanzuiten	Centro	2	2	-	8	12
Rua Júlio Zimmermann	Coloninha	2	2	-	8	12
Rua Leonardo Pedro Schmitt	Macucos	2,5	2,5	3	10	18
Rua Leopoldo Alberto Schramm	Gasparinho	1,5	1,5	-	7,5	10,5
Rua Luiz Franzoi	Margem Esquerda	1,5	1,5	-	8	11
Rua Luzia Alves de Andrade	Lagoa	1,5	1,5	-	9	12
Rua Madre Paulina	Sete de Setembro	-	-	-	Gab. Específico	18
Rua Manoel Bittencourt	Sete de Setembro	1,5	1,5	-	9	12
Rua Marcos Zimmermann	Bela Vista	1,5	1,5	-	7	10
Rua Margarida Zimmermann	Bela Vista	1,5	1,5	-	9	12
Rua Nagib S. Barbieri	Bateias	2	2	-	8	12
Rua Nelson Goedert	Sete de Setembro	1,0 à 1,5	1,0 à 1,5	-	6	Variável
Rua Nilton Cardoso	Bela Vista	1,5	1,5	-	7	10
Rua Niterói	Margem Esquerda	1,5	1,5	-	9	12
Rua Oriente	Sete de Setembro	2	2	-	10	14
Rua Oswaldo Spengler	Macucos	2,5	2,5	2	9	16
Rua Paraíso dos Pôneis	Bela Vista	1,5	1,5	2	7	12
Rua Paulo Bernardo Schmitt	Santa Terezinha	2	2	-	8	12
Rua Paulo de Oliveira	Coloninha	1,5	1,5	2	7	12
Rua Paulo Evaldo Gaertner	Coloninha	1,5	1,5	-	9	12
Rua Paulo Zendon	Margem Esquerda	1,5	1,5	-	7	10
Rua Pedro A. Zimmermann	Bela Vista	2	2	-	8	12
Rua Pedro Berti	Bateias	2	2	-	8	12
Rua Pedro Bonifácio Sabel	Margem Esquerda	1,5	1,5	-	9	12
Rua Pedro João de Deus Correia	Santa Terezinha	2,5	2,5	-	9	14

Nome	Bairro	Gabarito				
		Passeio		Ciclovias	Faixa Rolamento	Total
		L.E.	L.D.			
Rua Pedro Schmitt Júnior	Poço Grande	4	2	2 LE	7	15
Rua Pedro Simon	Margem Esquerda	1,5	1,5	2	7	12
Rua Porcínio L. da Silva	Gasparinho	1,5	1,5	2	7	12
Rua Porto União	Figueira	2	2	-	8	12
Rua Prefeito Bernardino A. de Souza	Bela Vista	1,5	1,5	2	7	12
Rua Prefeito Júlio Schramm	Sete de Setembro	-	-	-	Gab. Específico	14
Rua Prefeito Leopoldo Schramm - Trecho 1 - da Dr. Nereu Ramos até Antonio Francisco de carvalho	Coloninha	2	2	2	7	13
Rua Prefeito Leopoldo Schramm - Trecho 2 - da Antonio francisco Carvalho até Estrada geral Garuba	Coloninha	2	2	2	6	12
Rua Professor Vitório Anacleto Cardoso	Figueira	2	2	-	8	12
Rua Ricardo Stanke	Margem Esquerda	2	2	-	8	12
Rua Rio de Janeiro	Margem Esquerda	1,5	1,5	2	7	12
Rua Rio Negrinho	Figueira	2	2	-	8	12
Rua Rodolfo Vieira Pamplona - Trecho 1 - da Rua Barão do Rio Branco até a ponte/ Av. das Torres	Santa Terezinha	2	2	1,5	7	12,5
Rua Rodolfo Vieira Pamplona - Trecho 2 - da ponte/ Av. das Torres até Rua São Bento (VP33)	Santa Terezinha	2,5	2	2,5	15	22
Rua Rodolfo Vieira Pamplona - Trecho 3 - da Rua São Bento até a Rua Fausto Dagnoni	Santa Terezinha	2	2	1,5	7	12,5
Rua Salvador	Margem Esquerda	1,5	1,5	-	7	10
Rua São Bento	Santa Terezinha	2	2	-	8	12
Rua São José	Centro	-	-	-	Gab. Específico	11
Rua São Paulo	Bela Vista	1,5	1,5	-	7	10
Rua São Pedro	Centro	1,5	1,5	-	9	12
Rua Sete de Setembro	Sete de Setembro	1,5	1,5	-	9	12
Rua Tijucas	Bela Vista	2	2	-	8	12
Rua Vereador Augusto Beduschi	Centro	1,5	1,5	-	9	12
Rua Vereador Gilberto Francisco Sabel	Sete de Setembro	3	3	-	10	16
Rua Vereador Reinoldo Bornhausen	Sete de Setembro	5	5	-	12	22
Rua Vicente Andrietti	Barracão	2	2	-	8	12
Rua Vidal Flávio Dias	Belchior Baixo	2	2	2	10	16
Rua Vitório Fantoni	Bateias	1,5	1,5	2	7	12

• **L.D.** – Passeio Lado Direito

L.E. – Passeio Lado Esquerdo

• Gab. (Gabarito) Específico apresenta passeio e faixa de rolamento variáveis, podendo estar incluso ciclovias, canteiro central e/ou estacionamento .

• Quando não houver Gabarito Específico e não estiver definido LD/LE na ciclovias, a medida desta é acrescentada na faixa de rolamento para fins de aprovação de projeto, podendo haver estacionamento e ou canteiro central na faixa de rolamento.

• As Vias não constantes nesta tabela deverão respeitar o gabarito determinada em Lei Específica / Guia de Rua;

03/05/2019

SAMAE - GASPAR**PORTARIA Nº 75 DE 28 DE AGOSTO DE 2019**

Publicação Nº 2137988

PORTARIA Nº 75 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR ÁLVARO LUIZ SPENGLER

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica declarada a partir do dia 31 de agosto de 2019, a vacância do cargo de provimento efetivo de Mecânico de Hidrômetro, do servidor ÁLVARO LUIZ SPENGLER, portador do CPF nº. 528.150.649-87 e da CI nº. 1.048.283-0, pertencente ao quadro do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em decorrência de sua aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC), 28 de agosto de 2019.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 75/2019

Publicação Nº 2138988

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 75/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ITENS PARA MANUTENÇÃO E PREVENÇÃO EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, INCLUINDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/09/2019 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 12/09/2019 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelsoramos.sc.gov.br através do link Licitações.

Governador Celso Ramos, 28 de Agosto de 2019.

PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA

Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 76/2019

Publicação Nº 2139244

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 76/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna públicoque realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS LEVES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 10/09/2019 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 10/09/2019 às14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 28 de Agosto de 2019.

PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA

Secretário de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 77/2019

Publicação Nº 2139245

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 77/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna públicoque realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 10/09/2019 até às 17h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 10/09/2019 às17h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br

Governador Celso Ramos, 28 de Agosto de 2019.

PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 089/2019 CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 10/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 2139020

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 089/2019

Concurso Público Edital nº 10/2018 - saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a homologação dos resultados do Concurso Público Edital nº 10/2018, com fundamentos na Lei Complementar Municipal nº 1085/16, através do secretário municipal de administração CONVOCA o(s) candidato(s) relacionado(s) abaixo:

Classificação/Inscrição/Nome	Cargo
033 118973 FERNANDA FAGUNDES RIBEIRO	MEDICO (PSF) – 40hrs

1) Os Convocados deverão comparecer em até 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, das 13:30 às 18:00 horas no Paço Municipal junto ao setor de Recursos Humanos, sito a Praça 6 de novembro, 01 – Centro, para manifestar seu interesse de ingressar no quadro de servidores da administração municipal.

2) Decorrido o prazo acima especificado, o não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) caracterizará sua desistência, implicando, de imediato, na extinção de todo e qualquer direito de nomeação.

3) Os convocados deverão apresentar os documentos abaixo:

3.1.comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo, elaborado por junta médica funcional municipal; 3.2.prova de nacionalidade, para estrangeiros naturalizados; 3.3.declaração de não acumulação, de acumulação lícita ou impedimento para o exercício de cargos, empregos ou funções públicas, se aposentado em outro cargo ou emprego público e a não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário 3.4.prova de gozo dos direitos políticos; no site do tribunal de justiça; [https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do\(certidão para fins eleitorais](https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do(certidão para fins eleitorais) 3.5.certidão criminal, na comarca de Biguaçu e onde reside; <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrircadastro.do> 3.6.certidão de quitação eleitoral (no site do tse) 3.7.declaração de bens (cópia de declaração de imposto de renda ou formulário próprio no setor de pessoal 3.8.cópia e original do comprovante de escolaridade (certificado/diploma) 3.9.cópia e original da comprovação de registro em entidade de classe (para os cargos que a exige) 3.10.cópia e original do certificado de dispensa de incorporação ou documento similar (para o sexo masculino 3.11.cópia e original da c.n.h. carteira nacional de habilitação (para os cargos de motorista) 3.12.cópia e original da carteira de identidade (rg) 3.13.cópia e original do cpf (regular) certidão no site da receita federal 3.14.cópia e original da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais) 3.15.cópia e original do cartão de pis 3.16.cópia e original do título de eleitor 3.17.cópia e original da certidão de nascimento dos dependentes (caso tenha) 3.18.foto ¾ recente (Se possível em encaminhar em meio digital) e-mail: rhgovcsr@gmail.com

4) Para emissão do comprovante de aptidão física e mental conforme item 3.1, o candidato deverá comparecer de imediato na Prefeitura para se apresentar a junta médica afim de receber a relação de exames a serem providenciados os quais deverão ser entregues junto aos demais documentos até o prazo estipulado no item 1.

5) Além dos documentos do item 3, poderá ser solicitado outros documentos complementares que se fizerem necessário.

Governador Celso Ramos, 28 de agosto de 2019

PAULO HENRIQUE SILVEIRA SOUZA
Secretário Municipal Administração

RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 71/2019

Publicação Nº 2138856

RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 71/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

RETIFICAÇÃO: NO ANEXO I DO EDITAL ALGUNS ITENS FORAM RETIFICADOS E SUAS ESPECIFICAÇÕES SERÃO EM CONFORMIDADE COM O DESCRITIVO ABAIXO:

-ITEM 32: BECLOMETASONA 50MCG, 200 DOSES, 24 ML, SPRAY ACOMPANHADO DE BOCAL-

-ITEM 40: COLECALCIFEROL D 200 UI + CARBONATO DE CÁLCIO 500MG –

-ITEM 56: CETOCONAZOL XAMPU FRASCO COM 100 ML

- ITEM 72: COLAGENASE 1,2 UI

- ITEM 190: QUANTIDADE 600 FRASCOS

-ITENS 198 e 199 VENLAFAXINA 75MG E 150MG - CÁPSULAS DE LIBERAÇÃO PROLONGADA.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 11/09/2019 até às 10h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 11/09/2019 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelsoramos.sc.gov.br através do link Licitações.

Governador Celso Ramos, 28 de Agosto de 2019.
PAULO HENRIQUE SILVEIRA DE SOUZA
Secretário de Administração

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS

AVISO DE LICITAÇÃO RP 12/2019 PROCESSO 18/2019

Publicação Nº 2138896

AVISO DE LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL RP12/2019
PROCESSO 18/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA COMUM E BIODIESEL) PARA ABASTECER A FROTA VEICULAR DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 10/09/2019 até às 15h30min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 10/09/2019 às 16h00min.

Os interessados deverão retirar o edital no site do SAMAE de Governador Celso Ramos – www.samaegcr.com.br, na sede do SAMAE de segunda a sexta feira, das 13:30 às 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda, presencialmente, requisitando pelo e-mail: compraslicitacoes@samaegcr.com.br.

Governador Celso Ramos, 27 de agosto de 2019.
DANILO VALDENIR MARTINS
Diretor Geral

Grão Pará

PREFEITURA

CONTRATO N 93-2019 - KOLINA ARANRAGUAENSE

Publicação Nº 2139228

CONTRATO N. 93/2019

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIU, e KOLINA ARARANGUAENSE VEÍCULOS LTDA, empresa estabelecida Rodovia BR 101, KM 336, s/n, Bairro São João, margem Esquerda, 88.708.352, inscrita no CNPJ/MF sob n. 03.903.881/0003-00, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu Por sua Procuradora Srª. EDNA FAVARIN DANDOLINI, brasileira, gerente, casada, natural de Gravatal, inscrita no CNPF nº. 584.260.359-49, RG nº. 1903757, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS ZERO QUILOMETRO SENDO UM PARA O CENTRO DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E UM PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com recurso oriundo do Ministério do Desenvolvimento Social conforme Espelho da Programação 420610820180002 e 420610820180003/Emenda Parlamentar Nº201828510008, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, conforme descrições e marcas adiante descritas.

AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEICULOS AUTOMOTOR, TIPO CAMIONETA/MINIVAN NOVO ZERO KM, ANO/MODELO 2019/2020 MARCA GM/CHEVROLET, MODELO SPIN 1.8 08 VÁLVULAS, COR BRANCA, CAPACIDADE PARA 07 PASSAGEIROS INCLUINDO MOTORISTA, 05 PORTAS, MOVIDO A BIOCOMBUSTÍVEL (FLEX), POTÊNCIA 106/111 CV (GASOLINA/ETANOL), CÂMBIO MANUAL DE 06 VELOCIDADES, CAPACIDADE DO TANQUE 53 LITROS, DIREÇÃO ELÉTRICA, AIR BAGS DUPLO FRONTAL MOTORISTA E PASSAGEIRO, SISTEMA DE FREIOS ABS, VIDROS E TRAVAS ELÉTRICOS, ALARME ANTIFURTO COM CONTROLE NA CHAVE, COMPUTADOR DE BORDO, CÂMERA DE RÉ, FARÓIS DE NEBLINA, LIMPADOR, LAVADOR E DESEMBAÇADOR VIDRO TRASEIRO, AR CONDICIONADO, SOM MULTIMÍDIA COM TELA LCD 7" COM RÁDIO E USB, SENSOR DE ESTACIONAMENTO TRASEIRO, RETROVISORES COM CONTROLE INTERNO ELÉTRICO, TAPETES E DEMAIS EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS OBRIGATÓRIOS POR LEI E EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXPRESSAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 63/2019 - Edital de Pregão Presencial n. 28/2019-PR, de 06 de agosto de 2019, no valor total de R\$173.980,00 (cento e setenta e três mil, novecentos e oitenta reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A entrega deverá ocorrer no pátio da PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, no Município de Grão-Pará/SC, no Município de Grão-Pará/SC, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS, após a assinatura deste Contrato.

CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS CONTADOS DA DATA DE ENTREGA DOS VEÍCULOS e apresentação das respectivas notas fiscais, com recurso oriundo do Ministério do Desenvolvimento Social conforme Espelho da Programação 420610820180002 e 420610820180003/Emenda Parlamentar Nº201828510008. Os preços homologados, adjudicados e contratados serão fixos e irrevogáveis.

CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 22 de agosto de 2019, com vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos veículos a serem adquiridos e verificar se os mesmos encontram-se em conformidade com as especificações técnicas estipuladas contratualmente

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Entregar, no pátio da PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, no Município de Grão-Pará/SC, no Município de Grão-Pará/SC, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 30 (TRINTA) DIAS, os veículos com as especificações e marcas estipuladas contratualmente, após homologação e adjudicação da licitação e após a assinatura do Contrato;

II. Emitir notas fiscais dos veículos a serem entregues;

III. Prestar garantia contratual mínima de 01 (um) ano após fornecimento dos objetos, acrescida da garantia legal de que trata do CDC;

CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

15.01.2.033.4.4.90.52.52.00.00.00.0053 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 249);

15.01.2.033.4.4.90.52.52.00.00.00.0053 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 250);

15.01.2.033.4.4.90.52.52.00.00.00.0053 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 251);

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO



O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 63/2019 - Edital de Pregão Presencial n. 28/2019-PR, de 06 de agosto de 2019, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará.

CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não manter a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer o objeto deste Contrato em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/SC, 22 de agosto de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

EDNA FAVARIN DANDOLINI

Prefeito Municipal

Procuradora da Vendedora

TESTEMUNHAS

PORTARIA N. 270-2019 I&E

Publicação Nº 2139226

PORTARIA Nº 270/2019

de 28 de agosto de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão Pará, no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando a contratação da empresa I & E COMÉRCIO ATACADISTA DE DESCARTÁVEIS EIRELI, por intermédio da Licitação nº 08/2019, na modalidade de Pregão Presencial nº 02/2019, tendo sido firmado o Contrato Administrativo nº 20/2019 para aquisição de produtos para merenda escolar;

Considerando que referida empresa firmou contrato 20/2019, em 31 de janeiro de 2019, no valor de R\$ 39.564,00 (trinta e nove mil, quinhentos e sessenta e quatro reais);

Considerando que houve a notificação da empresa para a entrega dos produtos e que a mesma não cumpriu o contrato;

Considerando que a situação elencada caracteriza, em tese, a inexecução contratual, passível de aplicação das penalidades legais previstas no art. 7º da Lei nº 10.502/2003 (Lei do Pregão), em virtude dos prejuízos e transtornos causados à Administração Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar à Comissão Permanente de Licitação a abertura de procedimento administrativo em face da empresa I & E COMÉRCIO ATACADISTA DE DESCARTÁVEIS EIRELI, para apurar a inexecução do Contrato Administrativo nº 20/2019, garantindo à mesma o direito à ampla defesa, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão Pará, 28 de agosto de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

DIONE HEINZEN
Secretário de Administração e Fazenda

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 20-2019

Publicação Nº 2138710

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO
CONTRATO N. 20/2019, DE 31 DE JANEIRO DE 2019.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS,

CONSIDERANDO:

- o Contrato n. 20/2019, firmado em 31/01/2019, entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ e a empresa I&E COMÉRCIO ATACADISTA DE DESCARTÁVEIS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob n. 30.881.869/0001-53, para AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA E HIGIENE PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GRÃO-PARÁ ;

- o que preceitua o art. 78, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93: "Constituem motivo para rescisão do contrato: [...]; I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.";

- o que prevê o art. 79, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93: "A rescisão do contrato poderá ser: I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;" e, ainda,

RESOLVE:

RESCINDIR, unilateralmente, o Contrato n. 20/2019, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ e a empresa I&E COMÉRCIO ATACADISTA DE DESCARTÁVEIS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob n. 30.881.869/0001-53, para execução do objeto supra citado, pois as Secretarias Municipais não podem ficar sem o fornecimento dos produtos de Copa e Higiene.

Grão-Pará/ SC, 28 de agosto de 2019.

MARCIO BORBA BLASIVUS

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 25-2019

Publicação Nº 2138636

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO
CONTRATO N. 25/2019, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIVUS,

CONSIDERANDO:

- o Contrato n. 25/2019, firmado em 11/02/2019, entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ e a empresa ARTEDÂNIO SILVA VIEIRA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob n. 28.358.842/0001-39, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA O GRUPO GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ;

- o que preceitua o art. 78, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93: "Constituem motivo para rescisão do contrato: [...]; I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.";

- o que prevê o art. 79, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93: "A rescisão do contrato poderá ser: I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;" e, ainda,

RESOLVE:

RESCINDIR, unilateralmente, o Contrato n. 25/2019, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ e a empresa ARTEDÂNIO SILVA VIEIRA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob n. 28.358.842/0001-39, para execução do objeto supra citado, pois a Secretaria Municipal Social não pode ficar sem o fornecimento dos materiais de artesanato.

Grão-Pará/ SC, 27 de agosto de 2019.

MARCIO BORBA BLASIVUS

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS

Gravatal

PREFEITURA

DECRETO 46/2019

Publicação Nº 2138278

DECRETO N.º 46, 28 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2019 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Nº 1.975/2019 de 28 de agosto de 2019:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 190.000,00(Cento e noventa mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Projeto/Atividade:	2.018 – CONST. REF. AMP. MELHORIAS ACESSIBILIDADE E MANUT. DAS UNIDADES DE SAÚDE	
Despesa:	(7) 3.3.90.00.00.00.00.0064 -	R\$ 20.000,00
Despesa:	(8) 4.4.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 15.000,00
Despesa:	(9) 4.4.90.00.00.00.00.0024 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(10) 4.4.90.00.00.00.00.0034 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(11) 4.4.90.00.00.00.00.0064 -	R\$ 5.000,00
Projeto/Atividade:	2.025 – MANUTENÇÃO DA FROTA DO FUNDO MUN. DE SAÚDE	
Despesa:	(18) 3.3.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(19) 3.3.90.00.00.00.00.0064 -	R\$ 40.000,00
Despesa:	(21) 4.4.90.00.00.00.00.0064 -	R\$ 5.000,00
Projeto/Atividade:	2.019 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	
Despesa:	(16) 4.4.90.00.00.00.00.0064 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(12) 3.3.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 10.000,00
Projeto/Atividade:	2.075 – PROGRAMA DE ASSISTENCIAFARMACEUTICA BASICA	
Despesa:	(31) 3.3.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 30.000,00
Projeto/Atividade:	2.087 – VIGILANCIA EM SAÚDE	
Despesa:	(35) 4.4.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(33) 3.3.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 15.000,00
Total		R\$ 190.000,00

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar o valor de R\$190.000,00 (Cento e noventa mil reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Projeto/Atividade:	2.088 – GESTÃO DE PESSOAS	
Despesa:	(1) 3.1.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 190.000,00
Total		R\$ 190.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal, em 28 de agosto de 2019.
EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial do Município em 29/08/2019.

EXTRATO 5º ADT AO CTR Nº 08/2017 BETHA SISTEMAS - PMG

Publicação Nº 2138445

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

OBJETO: "V TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº 08/2017 ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ Nº 00.456.865/0001-67.

Endereço: Rua João Pessoa, n.º 134– bairro – Centro – Criciúma/SC

CLÁUSULA I - Fica acrescido no objeto do contrato mais usuários ao sistema de Protocolo Fly abaixo detalhado, totalizando um acréscimo mensal de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais), nos termos do art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93, conforme detalhamento:

Produto	Acessos			Valores		
	Atual	A ser acrescido	Total	Locação Atual	A ser acrescido	Locação Total
Protocolo Fly	10	10	20	R\$490,00	R\$ 490,00	R\$ 980,00

Cláusula ii - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:

(10) 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Manutenção da Sec. De Administração Planejamento e Fazenda – R\$ 2.450,00

Cláusula iii - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Fundamento Legal, art. 65, inciso II da Lei 8.666/93.

Gravatal (SC), 12 de agosto de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2017 - BETHA SISTEMAS - PMG

Publicação Nº 2138440

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2017
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017

OBJETO: "IV TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº 08/2017 ORIUNDO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2017, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GRAVATAL E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ Nº 00.456.865/0001-67.

Endereço: Rua João Pessoa, n.º 134– bairro – Centro – Criciúma/SC

CLÁUSULA I - DO OBJETO - Fica acrescido ao objeto o aplicativo de aplicativo e-Social, no valor mensal de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) e Portal do Gestor no valor mensal de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais). Pelos serviços de implantação, será pago em parcela única R\$ 1.680,00 (um mil seiscentos e oitenta reais) referente a implantação, conversão e treinamento dos respectivos aplicativos.

Cláusula Segunda – DO REAJUSTE

Os valores dos novos aplicativos contratados através deste instrumento serão reajustados depois de decorrido o interregno mínimo de 12 meses, com base no índice INPC, apurado no período de referência.

Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:

(10) 3.3.90.00.00.00.00.0000 – Manutenção da Sec. De Administração Planejamento e Fazenda – R\$ 5.980,00

Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Fundamento Legal, art. 65, inciso II da Lei 8.666/93.

Gravatal (SC), 02 de agosto de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI 1975/2019

Publicação Nº 2138268

LEI ORDINÁRIA Nº 1.975 28DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2019 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Projeto/Atividade:	2.018 – CONST. REF. AMP. MELHORIAS ACESSIBILIDADE E MANUT. DAS UNIDADES DE SAÚDE	
Despesa:	(7) 3.3.90.00.00.00.00.0064 -	R\$ 20.000,00
Despesa:	(8) 4.4.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 15.000,00
Despesa:	(9) 4.4.90.00.00.00.00.00024 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(10) 4.4.90.00.00.00.00.00034 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(11) 4.4.90.00.00.00.00.00064 -	R\$ 5.000,00
Projeto/Atividade:	2.025 – MANUTENÇÃO DA FROTA DO FUNDO MUN. DE SAÚDE	
Despesa:	(18) 3.3.90.00.00.00.00.00002 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(19) 3.3.90.00.00.00.00.00064 -	R\$ 40.000,00
Despesa:	(21) 4.4.90.00.00.00.00.00064 -	R\$ 5.000,00
Projeto/Atividade:	2.019 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	
Despesa:	(16) 4.4.90.00.00.00.00.00064 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(12) 3.3.90.00.00.00.00.00002 -	R\$ 10.000,00
Projeto/Atividade:	2.075 – PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA	
Despesa:	(31) 3.3.90.00.00.00.00.00002 -	R\$ 30.000,00
Projeto/Atividade:	2.087 – VIGILANCIA EM SAÚDE	
Despesa:	(35) 4.4.90.00.00.00.00.00002 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(33) 3.3.90.00.00.00.00.00002 -	R\$ 15.000,00
Total		R\$ 190.000,00

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar o valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Projeto/Atividade:	2.088 – GESTÃO DE PESSOAS	
Despesa:	(1) 3.1.90.00.00.00.00.00002 -	R\$ 190.000,00
Total		R\$ 190.000,00

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gravatal (SC), 28 de agosto de 2019

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito de Gravatal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 29/08/2019

LEI N. 1975-2019

Publicação Nº 2138247

LEI ORDINÁRIA Nº 1.975 28 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE VALORES ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO VIGENTE DE 2019 DO MUNICÍPIO DE GRAVATAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no inc. I, do art. 46, corroborada com o art. 19 e 20, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação, no valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais) existente nas seguintes Dotações:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Projeto/Atividade:	2.018 – CONST. REF. AMP. MELHORIAS ACESSIBILIDADE E MANUT. DAS UNIDADES DE SAÚDE	
Despesa:	(7) 3.3.90.00.00.00.00.0064 -	R\$ 20.000,00
Despesa:	(8) 4.4.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 15.000,00
Despesa:	(9) 4.4.90.00.00.00.00.0024 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(10) 4.4.90.00.00.00.00.0034 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(11) 4.4.90.00.00.00.00.0064 -	R\$ 5.000,00
Projeto/Atividade:	2.025 – MANUTENÇÃO DA FROTA DO FUNDO MUN. DE SAÚDE	
Despesa:	(18) 3.3.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(19) 3.3.90.00.00.00.00.0064 -	R\$ 40.000,00
Despesa:	(21) 4.4.90.00.00.00.00.0064 -	R\$ 5.000,00
Projeto/Atividade:	2.019 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO BÁSICA	
Despesa:	(16) 4.4.90.00.00.00.00.0064 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(12) 3.3.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 10.000,00
Projeto/Atividade:	2.075 – PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA	
Despesa:	(31) 3.3.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 30.000,00
Projeto/Atividade:	2.087 – VIGILANCIA EM SAÚDE	
Despesa:	(35) 4.4.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 10.000,00
Despesa:	(33) 3.3.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 15.000,00
Total		R\$ 190.000,00

Art. 2º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a Suplementar o valor de R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais), por conta das anulações previstas no artigo anterior, obedecendo as seguintes distribuições:

Órgão:	03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Projeto/Atividade:	2.088 – GESTÃO DE PESSOAS	
Despesa:	(1) 3.1.90.00.00.00.00.0002 -	R\$ 190.000,00
Total		R\$ 190.000,00

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gravatal (SC), 28 de agosto de 2019

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito de Gravatal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 29/08/2019

RESOLUÇÃO CMAS 06/2019 (DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Publicação Nº 2138277

RESOLUÇÃO Nº 06 de 28 de agosto de 2019

Dispõe sobre a convocação da VII Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal De Gravatal, Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, conforme constituição federal, Lei nº 8742 de 7 dezembro de 1993 - LOAS, NOB-SUAS/2012, Leis Municipais Nº 1892 de 16 de janeiro de 2018 e Nº 1905 de 09 de maio de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar para a VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, com a finalidade de levantamento de propostas para as 03 (três) esferas Municipais, Estaduais e da União tendo como tema central "Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social".

Art. 2º - A VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL acontecerá no dia 25 de setembro de 2019, a partir das 12h30min, tendo como local Salão Paroquial do Centro de Gravatal.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gravatal (SC), 28 de agosto de 2019.

Josimar Martins Correa

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal de Gravatal/SC

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 91.2019.DOCX

Publicação Nº 2138113

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 91/2019
Contratante.: MUNICÍPIO DE GUARACIABA
Contratada.: POTENTI - SOLUCOES EM ELETRO ENERGIA LTDA - EPP
Valor : 17.000,00 (dezesete mil reais)
Vigência : Início: 28/08/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 109/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE TRANSFORMADORES, VERIFICAÇÃO E REVISÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES E LOCAL DO SHOW, COM FORNECIMENTO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA; INSTALAÇÃO DE QUADRO EM POSTE PARA DERIVAÇÃO DE ENERGIA DOS TRANSFORMADORES EM BAIXA TENSÃO, COM PLANTÃO TÉCNICO, COM DOIS ELETRICISTAS E CAMINHÃO CESTO ÁEREO ISOLADO NR-12, PARA OS TRÊS DIAS DE EVENTO DA FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUARACIABA - FACIG EDIÇÃO 2019.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 130.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 2138106

PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2019
PROCESSO Nº 130/2019 HOMOLOGAÇÃO: 28/08/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO E REMOÇÃO DE TRANSFORMADORES, VERIFICAÇÃO E REVISÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES E LOCAL DO SHOW, COM FORNECIMENTO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA;
INSTALAÇÃO DE QUADRO EM POSTE PARA DERIVAÇÃO DE ENERGIA DOS TRANSFORMADORES EM BAIXA TENSÃO, COM PLANTÃO TÉCNICO, COM DOIS ELETRICISTAS E CAMINHÃO CESTO ÁEREO ISOLADO NR-12, PARA OS TRÊS DIAS DE EVENTO DA FEIRA AGROPECUÁRIA, COMERCIAL E INDUSTRIAL DE GUARACIABA - FACIG EDIÇÃO 2019.

CONTRATADO: POTENTI - SOLUCOES EM ELETRO ENERGIA
LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 116.19 AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS MERENDA ESCOLAR.DOC

Publicação Nº 2138723

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº116/2019.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 138/19, Edital de Pregão Presencial Nº 116/19, Objeto: Aquisição de Gêneros alimentícios para alunos das escolas da rede municipal de ensino, para uso nas escolas do ensino fundamental, infantil, e creche e Sec. Administração; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 10/09/19; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 10/09/19, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h as 17:30h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 28 de agosto de 2019.
Vandecir Dorigon,
Prefeito Municipal em Exercício

Guarujá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - FMS 05/2019

Publicação Nº 2138442

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 05/2019

PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de material de expediente e outros para ser utilizado na Fundo Municipal de Saúde do Município de Guarujá do Sul.

COMERCIO DE TRICOT CROCHET LTDA - ITENS 2,17,20,25,40,50,57,59,62,67,69,75,89,88,89,91,92,93,94,95,97,99,101,104,107,108,114

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - ITES 14,16,31,41,44,55,58,72,77,79,80,109

POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA - ITENS 6,10,22,26,27,28,29,30,35,49,100

JP EQUIPAMENTOS LTDA – ITENS 5,11,13,15,24,33,34,45,46,48,68,71,74,76,83,96,98,103,106

BELINKI & SOUZA LTDA) – ITENS 1,3,4,8,9,23,32,39,42,43,57,52,56,60,61,66,70,78,82,85,87,90,102,111,113

DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA – ITENS 7,12,36,51,53,54,63,64,65,81,84,110,112

PRIMIER COMERCIO LTDA – ITEM 73

ZIMMER& CIA LTDA – ITEM 18,19,21,37,38,105,115,116,117

VIGENCIA: 28/08/2020

Guarujá do Sul, SC, 28 de agosto de 2019.

Volnei Luis Gossler,

Secretaria Municipal de Saúde.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 059/2019

Publicação Nº 2139050

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2019
EXTRATO CONTRATO Nº 059/2019
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
TRIANGULO ENGENHARIA EIRELI - EPP

OBJETO: Recapeamento em CAUQ, sinalização vertical e horizontal em quatro ruas do perímetro urbano do Município de Herval d' Oeste Ruas Atílio Pagnoncelli e Travessa Industrial; Rua José Bonifácio e Rui Barbosa (parcial)

VALOR: R\$ 426.970,40 (quatrocentos e vinte e seis mil, novecentos e setenta reais e quarenta centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.313/2018 de 28/12/2018.

Herval d'Oeste (SC), 26 de agosto de 2019.
Américo Lorini
Prefeito
Rudi Ohlweiler
Pela contratada

CONVOCAÇÃO VERA LÚCIA RODRIGUES

Publicação Nº 2139110

CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a senhora VERA LÚCIA RODRIGUES, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 573.643.979-49, aprovada em 9º (nono) lugar no Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto Municipal nº 3.793/2017 para o Cargo de Monitor Social, 40 horas semanais.

Art 2º - A convocada terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito à Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro - Herval d'Oeste para apresentar documentos, exames e laudo médico admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º - A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á a medida em que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se na Secretaria Municipal de Assistência Social.
§ 1º - O não atendimento a esta convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Herval D'Oeste, 27 de Agosto de 2019.
AMÉRICO LORINI
Prefeito

Ciente em ____/____/____ VERA LÚCIA RODRIGUES

PORTARIA Nº 1172/2019

Publicação Nº 2138853

PORTARIA Nº 1172/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 04 (QUATRO) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 104, parágrafo único da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora SIMONE ROSELI MARTINS (MATRÍCULA 1808), ocupante do cargo em provimento efetivo de PROFESSOR, Nível - 8, Referência - C, 40 horas semanais, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de janeiro de 2011 e 18 de agosto de 2011, para serem gozadas a partir de 26 de agosto de 2019 a 29 de agosto de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 26 de agosto de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1173/2019

Publicação Nº 2138867

PORTARIA Nº 1173/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, à servidora LUCINARA COSTA (MATRÍCULA 4050), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 8, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme prevê o artigo 103 da Lei Complementar nº 281/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 07 de janeiro de 2018 a 06 de janeiro de 2019, para serem gozadas a contar de 26 de agosto de 2019 a 06 de setembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 26 de Agosto de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1174/2019

Publicação Nº 2138868

PORTARIA Nº 1174/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (DOZE) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO, nos termos do art. 103 da Lei Complementar nº 281/2011, ao servidor ANTÔNIO BRUNO ANTUNES (MATRÍCULA 507), ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - J, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 19 de agosto de 2018 e 18 de agosto de 2019, para serem gozadas a partir de 26 de agosto de 2019 a 06 de setembro de 2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 26 de Agosto de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1175/2019

Publicação Nº 2138870

PORTARIA Nº 1175/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar de 27 de agosto de 2019, a servidora CIBELE TEREZINHA COPPI (MATRÍCULA 69), ocupante do cargo de provimento efetivo de BIOQUÍMICO, Nível – 10/2, Referência - J, 20 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 27 de Agosto de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1176/2019

Publicação Nº 2138891

PORTARIA Nº 1176/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora LILIAN TÂNIA AMORIM (MATRÍCULA 2547), ocupante do cargo em provimento efetivo de MÉDICO, Nível – 14, Referência - D, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 28 de janeiro de 2018 e 28 de janeiro de 2019, para serem usufruídas a contar de 05 de agosto de 2019 a 03 de setembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de agosto de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 27 de Agosto de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1177/2019

Publicação Nº 2138975

PORTARIA Nº 1177/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

REVOGAR A PORTARIA Nº 1061/2019 da servidora LINDONÊS ALVES (MATRÍCULA 2584), ocupante do cargo em provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível – 3, Referência - D, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de julho de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 28 de Agosto de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1178/2019

Publicação Nº 2139083

PORTARIA Nº 1178/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER ADICIONAL DE TITULAÇÃO, conforme o disposto no artigo 92, § 3º, inciso III, "a", da Lei Complementar Nº 281/2011 de 19 de Agosto de 2011, à GABRIELLA BRESSAN (MATRÍCULA 4058), a qual ocupou o cargo de provimento efetivo de MONITOR SOCIAL - ABRIGO, Nível – 4/2, Referência – A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a contar de 09 de abril de 2018.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de abril de 2018.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 28 de Agosto de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PROCESSO Nº 005/2019 - SOLUÇÃO DE SINDICÂNCIA

Publicação Nº 2138799

PROCESSO Nº 005/2019

SOLUÇÃO DE SINDICÂNCIA

1- DO RELATÓRIO

O presente Processo Administrativo foi instaurado, através da Portaria nº 729 de 23 de abril de 2019, para apurar se a Agente Comunitária de Saúde Adriana Márcia da Silva, cometeu infração à Lei Complementar nº 281/2011, na Lei 11.350/2006 e na CLT.

O processo teve início devido a reclamação feita pela senhora Secretária Municipal de Saúde (fls. 11/12), a qual relatou que referida servidora, lotada no ESF da Vila Rica, sem justificativa plausível, no ano de 2018 não cumpriu sua meta mínima de atendimento às famílias de sua micro área de atuação, sendo que 75 pessoas cadastradas com risco cardiovascular somente 06 receberam 01 visita no ano de 2018, tendo algumas destas pessoas que não recebem a visita da investigada há mais de 02 anos.

Ainda, que referida servidora deixou de visitar pessoas da Atenção Básica da Saúde, sendo das 12 crianças cadastradas em sua micro área, somente 01 (uma) recebeu a visita da ACS no ano de 2018.

Ainda, em relação a gestantes e puérperas, na lista da ACS somente se encontram duas pessoas, mas mesmo assim, sem nenhum atendimento no ano de 2018.

Acostou a reclamação o Relatório da Secretaria de Saúde do Município de fls. 14/22. Juntou ainda o Relatório Operacional de Crianças Menores de Cinco Anos de fls. 23/24. Relatório Operacional de Gestantes/Puérperas de fls. 25.

Foi acostado nos autos a reclamação feita pela senhora Lurdes Riva (fls. 26). Relatório da Secretaria Municipal de Saúde- Posto ESF bairro Santo Antônio de fls. 27/321. As fls. 33/35 foi juntado e-mail da investigada. Às fls. 36/37 foi juntada a escala de trabalho da investigada. As fls. 38 foi comunicado à denunciante o início dos trabalhos pela Comissão Processante. Às fls. 40 foi dado ciência à investigada do procedimento administrativo contra si instaurado. Às fls. 41 foi solicitado pela Comissão Processante cópia dos assentos funcionais da investigada. Às fls. 43/46 foi juntada as cópias do comprovante de EPI's fornecidos à investigada.

Intimação de testemunhas as fls.48/50. Intimação da investigada para participar do ato as fls. 50/51. Habilitação de procurador devidamente constituído as fls. 55/58. Fls.65/66, ciência da investigada e de seu defensor da audiência designada pela Comissão Processante.

Pedido de afastamento de servidor público apresentada pela investigada as fls. 68/73. Apresentação de defesa prévia às fls. 76/78. Oitiva das testemunhas de acusação às fls. 79/84. Às fls. 88/89 solicitação de oitiva de servidor público por parte da investigada. As fls. 91/93 Parecer Jurídico pelo indeferimento do requerimento de afastamento de servidora pública. Intimação das testemunhas de defesa às fls. 95/96,100/101,104. Intimação da investigada para comparecer na audiência designada pela Comissão Processante às fls. 105. Às fls. 110/111. Às fls. 112/113,116/121 oitiva das testemunhas de defesa.

Às fls. 122 solicitação de documentos à Secretaria de Saúde do Município, com sua juntada às fls. 130/131, 137/138. Intimação da investigada para seu interrogatório às fls. 124, com sua realização às fls.144/146. Às fls. 129 nova queixa feita em desfavor da investigada. Às fls. 147 nova solicitação de documentos pela Comissão Processante com sua juntada às fls. 159/161. Pedido de defesa para ouvir novas testemunhas às fls. 149, com a intimação das novas testemunhas de defesa às fls. 153/154 e intimação da investigada às fls. 155. Fls., 168 comunicação de treinamento recebido pela investigada. Fls. 169, oitiva de uma testemunha indicada pela investigada, com a renúncia de outra testemunha as fls. 171.

Indiciação da investigada às fls. 173. Juntada de documentos às fls. 178,184/184. Alegações Finais da investigada às fls. 191/196, a qual diz que a Administração Pública faz processos administrativos infundados, apenas buscando prejudicar servidores, que repassa as responsabilidades dos superiores hierárquicos da investigada como se fosse sua obrigação. Diz que não foi respeitado a ampla defesa, uma vez que não foi concedido o afastamento solicitado pela defesa e que não foi deferido seu pedido de juntada de protocolo de pacientes. Ao final pelo o arquivamento do Procedimento Administrativo. O Relatório Final da Comissão Processante as fls. 197/200 aonde conclui-se pelo cometimento por parte da investigada das sanções contidas no artigo 10, inciso IV da Lei 11.350/2006 e pela rescisão do contrato com a investigada. Os autos vieram conclusos, para decisão desta Autoridade Administrativa.

É o relatório. Passo a decidir o presente Processo Administrativo.

2-DA FUNDAMENTAÇÃO

O (a) Agente Comunitário (a) de Saúde é alguém que se destaca pela boa capacidade de se comunicar com as pessoas e pela natural habilidade de liderar equipes. Ele (a) deve residir obrigatoriamente na localidade onde exerce a sua função, visando à criação de vínculo com a comunidade, ou seja, funcionando como elo entre essa e a Unidade Básica de Saúde através do contato permanente com as famílias; e assim, facilitando os trabalhos de vigilância e de promoção da saúde realizados por equipe multiprofissional. Atua ainda, como elo cultural, ao reforçar o trabalho educativo e unir dois universos culturais distintos: o do saber científico e o do saber popular. Desse modo, o profissional em tela reveste-se de fundamental importância para a reorganização da Atenção Básica, pois pode atuar em diversos contextos como, por exemplo, em casos de minimização dos agravos de saúde da família.

A boa capacidade para se comunicar com as pessoas e comprometimento pela saúde de sua comunidade, fazendo a vigilância tanto da população quanto de suas casas, comércios e terrenos. Esses são princípios que regem os agentes comunitários de saúde e agentes comunitários de endemias.

Esses agentes exercem a função contando, principalmente, com o vínculo já existente com a comunidade em que vive. Ou seja, eles funcionam como elo entre essa população e as unidades de saúde, por meio do contato permanente com as famílias da região em que atuam. O trabalho dos agentes, em realizar visitas casa a casa, é de extrema importância para a saúde da comunidade, pois é através da visita domiciliar que os Agentes Comunitários de Saúde, conseguem um retrato epidemiológico do que está ocorrendo na saúde do Município, pois com este trabalho é que se consegue identificar quais são as áreas de risco, quais são as áreas de maior probabilidade de transmissão de doenças e quais as melhores ações a serem tomadas.

À medida que os Agentes Comunitários de Saúde visitam as casas das pessoas de sua micro área, é que passam orientações à população, ensinam conceitos de educação em saúde, que para muita gente pode parecer básico, mas para algumas comunidades mais carentes pode ser um esclarecimento, uma novidade. Além disso, tiram dúvidas sobre doenças e agravos, verificam a evolução no quadro clínico de quem precisa. Enfim, podem acompanhar a saúde das famílias ao longo do tempo, servindo de elo entre a população mais carente e os serviços públicos que são prestados pela Administração Pública.

Pelas considerações alhures mencionadas, constata-se a importância dos serviços prestados pelos Agentes Comunitários de Saúde, que são remunerados pelos cofres públicos e que tem por obrigação dar a contrapartida à comunidade, com a prestação de qualidade e excelência na prestação de seu labor para com a comunidade que paga os valores de seus salários.

A instrução processual demonstrou que, por dissídia ou má vontade a investigada não cumpre com suas obrigações de fazer as visitas que está obrigada a fazer em sua micro área de atuação.

Como se percebe da instrução processual a investigada teria que visitar no mínimo cinco mil pessoas no ano de 2018 e nem chegou perto de cumprir sua meta de trabalho, possuindo em sua micro área um total de 75 pessoas cadastradas com risco cardiovascular, sendo visitadas apenas 06 pessoas no ano de 2018. Ainda não fez nenhuma visita a crianças menores de cinco anos no ano de 2018 e desde o ano de 2016 não faz visitas à gestantes e puérperas, ou seja, comete falta grave no cumprimento de suas obrigações.

Os documentos de fls. 15/22 (Relatório Operacional de Risco Cardiovascular) traz em seu bojo setenta e oito (78) pessoas. Destas pessoas somente sete (07) tiveram uma visita pela investigada no ano de 2018 e nenhuma visita nos autos de 2016/2017. Já os documentos de fls. 23/24 traz em seu bojo doze crianças, todas com menos de cinco (05) anos, e destas crianças apenas uma (01) recebeu visita da investigada no ano de 2018. (Ana Carolyn Cordeiro fls. 24), fatos graves, uma vez que a função da Agente Comunitária de Saúde é tão somente cadastrar referidas pessoas e eventualmente encaminhá-las para os atendimentos em seu ESF.

Desta forma é de se dar credibilidade à reclamação da senhora Lurdes Riva, que assim relatou, verbis:

"(...) que as Agentes Comunitárias de Saúde do bairro Santo Antônio onde mora não saem de dentro da Unidade para visita domiciliar, que tomam chimarrão nas casa, que quando vão para visita depois das 10 da manhã e que visitam menos de duas casa, que saem do posto de saúde para ir no mercado comprar pão para o café em horário de trabalho."

O documento de fls. 11/13, esclarece que:

(...) A Agente Comunitária de Saúde em questão, tem 494 pessoas cadastradas em sua micro área nº 02 no referido ESF, tendo registrado em 2018, 2.185 visitas domiciliares, ou seja, não cumprindo sua meta mínima de visitas domiciliares, considerando que a PNAB (Política Nacional de Atenção Básica), define nas atribuições do Agente Comunitário de Saúde, que a mencionada Agente deveria ter realizado uma média de 5.000 visitas ao ano. Analisando 11 meses de trabalho para 494 pessoas cadastradas teríamos 5.434 visitas no ano de 2018. Em breve avaliação do Relatório de Produção do Ministério da Saúde, pode se observar que alguns públicos alvos importantíssimos ficaram sem atendimentos, ou seja, sem nenhuma visita. Observa-se que 75 (setenta e cinco) pessoas cadastradas com Risco Cardiovascular, somente 06 receberam 01 visita no ano de 2018 e alguns com mais de 2 anos sem nenhuma visita da ACS (anexo 02). Outro público alvo na Atenção Básica são crianças menores de 5 anos, onde os registros da área de abrangência da referida ACS há 12 (doze) crianças cadastradas, porém somente 01 recebeu visita da Agente Comunitário no ano de 2018. (anexo 03)."

A queixa que ora ser reproduz em parte, está devidamente provada pelos documentos acostados ao processo, não sendo necessário discorrer acerca de tão robusta prova do não cumprimento de suas obrigações por parte da investigada.

Consta ainda no anexo 06 (fls. 27/35) que: (...) Com relação aos EPs deixei bem claro que o uso era diário e se estivesse faltando me comunicasse, a ACES ADRIANA SEMPRE SE RECUSOU A USAR (...) Eu Daniela Enfermeira fiz visita à essa família no dia 13 de março e constatei que existe um cachorro muito manso por sinal, e também conversei com a Avô das crianças o qual me falou que está sempre em casa e na ocasião a nora também estava, pois cumpre horário de serviços alternados estão nos dois períodos encontra-se gente em casa. (...) mas além de não digitar reclamante por ESTE NÃO É O SERVIÇO DELAS. PRINCIPALMENTE A ACES ADRIANA ONDE JÁ USOU COMO DEBOCHE FALANDO PRA ARRUMAREM UM DIGITADOR PARA ELAS. FALTA DE RESPEITO TOTAL SENDO QUE TODA A EQUIPE PRECISA DIGITAR SUA PRODUÇÃO (...) PORÉM A ACES ADRIANA NÃO RESPEITA ESTA ORDEM. (...) TEMOS UM NÚMERO EXPRESSIVO DE GESTANTES AQUI NO BAIRRO, PORÉM QUANDO QUESTIONADAS SOBRE QUANTAS GESTANTES AS ACS LACIA E ADRIANA NÃO SABEM DIZER AO CERTO, CHUTAM QUALQUER NÚMERO (...) ADRIANA NÃO EXISTEM DADOS PARA GERAR RELATÓRIOS." Grifei e destaquei.

Ainda o documento de fls. 32 traz a seguinte informação: (...) A noite nossa estagiária Daniela Nunes começou a receber as seguintes mensagens via wats da agente de saúde Adriana. Relatando que sua mesa estaria em outro lugar e quando voltasse de férias iria colocá-la novamente no lugar a não aceitaria sentar ao lado da Mônica. Certos momentos da conversa disse que irá resolver no braço e que até a estagiária entraria no rolo, a mesma se defende na conversa e pede que deixem ela fora disso."

Diga-se por verdadeiro que referidas informações são comprovadas pelas cópias das mensagens do aplicativo whatsapp acostado às fls. 33/34.

Da prova documental existentes nos autos não há qualquer resquícios de dúvidas da dissídia e atos atentatórios contra seus pares e superiores hierárquicos praticados pela investigada.

O senhor Willian César Gavasso, responsável pelo ESF aonde a investigada presta seu labor declarou (fls. 79) que: (...) Com base nos

relatórios de desempenho apresentados a agente não está cumprindo as metas de visitas a ela atribuídas.(...) Sim. Em 2017 foram realizados vários treinamentos com as agentes de saúde e também com as enfermeiras das unidades.(...) Não conhece fala no sistema que possibilite tal problema. Que o sistema é fornecido pelo Ministério da Saúde e por ele também é desenvolvido como também seu suporte." A testemunha senhor Augustinho de Paula assim declarou à Comissão Processante, verbis: (...)"O senhor confirma as informações contidas na reclamação realizada na Secretaria de Saúde? R: Sim. Confirmando.(...) Que já viu agente de saúde tomando chimarrão em horário de serviços. O senhor já testemunhou uma agente de saúde presente em alguma casa? R: Não. (...) Que sua esposa necessita de acompanhamento quanto a medicação controlada.(...) Que não poderia provar, pois não gravou e nem filmou, mas viu as agentes. E ao sair as 0930 horas as agentes ainda estavam na unidade de saúde. Que lembra de três agentes sendo a Alessandra, Adriana e uma terceira que não sabe o nome."

Daniela C.S Pasquali, enfermeira chefe do ESF do bairro Santo Antônio, assim esclareceu: (...) Confirma as informações dos relatórios (...)Na sua avaliação a agente Adriana descumpra suas obrigações quanto as visitas domiciliares? R: Não está cumprindo com estas obrigações. (...) Que quanto a digitação dos dados no sistema, entende que está atrasado. Que chamou a atenção da acusada quanto aos atrasos. Que notou um certo desinteresse da agente em relação à digitação dos dados."

A senhora Daniela da Silva Nunes (fls. 112) ao ser indagada pela Comissão Processante, se confirmava as conversas do whatsapp de fls. 33/34 foi categorica em confirmar o teor das conversas alhures mencionadas.

As demais testemunhas ouvidas pela Comissão Processante, data vênica, a senhora Ecile Espagnol Deitos não tem nenhuma prova das alegadas visitas. Já em relação a testemunhas Valtair Ribeiro, há apenas três visitas e somente no ano de 2018, nos outros anos, nenhuma prova há das alegadas visitas (dos. Fls. 137/138). Já a outra testemunha da investigada senhora Saionara trata-se de uma colega de trabalho da investigada, sendo certo que tem interesse em ajudar a investigada.

O documento de fls. 129 traz em seu bojo a informações que no dia 23 de maio de 2019 a investigada preencheu a folha de atendimento fazendo constar que atendia o senhor Darci Pertile sendo que neste dia o senhor Darci foi atendido diretamente no ESF do bairro Santo Antônio e não pela investigada. Este fato é confirmado pelo depoimento de fls. 169 aonde a senhora Maria Trindade Pertile, diz categoricamente que (...) No dia em que o marido levou picada de aranha ele assinou a ficha de vista? Não assinou porque não conseguia assinar. Quem assinou foi a agente de saúde, a pedido do senhor Darci."

O depoimento antes mencionado prova que a investigada atendeu pessoa diversa daquela que consta nos documentos de fls.130, porque de fato a investigada atendeu a senhora Maria e não o senhor Darci, que neste dia foi atendido no ESF do bairro Santo Antônio, mesmo porque se confrontarmos a assinatura de fls.154, há uma distância solar entre a assinatura constante no documento de fls. 154 e aquela constante no documento de fls. 130.

A defesa em suas alegações finais (fls.191/196), alegou que houve cerceamento de defesa pelo fato da Comissão Processante ter indeferido seu pedido de afastamento da enfermeira responsável pelo ESF do bairro Santo Antônio e pelo não fornecimento de prontuários médicos. Não assiste razão à defesa. É que o afastamento da enfermeira chefe do ESF do bairro Santo Antônio em nada influenciou na instrução do processo, sequer a investigada alegou algum prejuízo pela manutenção da referida enfermeira em seu posto. E data vênica, nem poderia, pois a denúncia aqui investigada está sobejamente comprovada nestes autos, tanto pela prova testemunhal como documental. O fato do não fornecimento de prontuários de usuários do Sistema SUS, não foi indeferido pela Comissão Processante, apenas foi respondido à defesa da impossibilidade de ser fornecido referidos documentos pelos profissionais médicos (fls. 159/161)e não pela Comissão Processante.

No interrogatório prestado pela investigada, ela assim declarou à Comissão Processante, verbis:

"(...) Tem pleno conhecimento de todas as atribuições e responsabilidades de seu cargo? R:Sim. Quais foram os motivos do não cumprimento das metas pela agente de saúde em 2018? Alega que trabalhou para cumprir a metas. Declarou que chegou a digitar datas erradas no sistema, que foi digitado janeiro de 2019 como janeiro de 2018, que consultou o coordenador para corrigir essas falhas e não foi possível corrigir, Alega que há muitas falhas no sistema. Alega que o cumprimento das metas é em razão do recebimento dos recursos do PMAQ. (...) Quais foram os motivos do não atendimento das pessoas do grupo de risco em sua micro área e atuação? R\$: Não acredita que não tenha cumprido. A maioria são pessoas idosos. Tem hipertensos e diabéticos que são atendidos. Possui 68 hipertensos e 42 diabéticos que não atendidos pela agente. Que no sistema constam campos obrigatórios de preenchimento. Que o descumprimento está relacionado às falhas de sistema.(...) Não tem conhecimento de queixas de usuárias de sua área de atuação.Quanto ai atendimento às gestantes e puérperas de sua micro área que não recebem visitas desde o ano de 2016 o que tem a declarar? R: Possui 04 gestantes em sua área. Dessas 02 já ganharam bebês. Que a agentes faz a primeira visita à gestante logo após o parto e as demais visitas são realizadas pela enfermeira. Alega que não houve descumprimento das visitas as gestantes e puérperas."

No depoimento prestado pela investigada, está dissociado de todas as demais provas produzidas durante a instrução do processo, em especial a prova documental, a qual prova que a mesma não cumpre com as mínimas obrigações laborais que tem com seus subordinados. Ou seja, a instrução processual demonstrou que Agente Comunitária de Saúde, não fez os atendimentos que tinha por obrigação fazer, especialmente com crianças menores de cinco anos, gestantes e puérperas.

As alegações da investigada de que há falhas no sistema de E-SUS, também não se sustentam. Primeiro porque recebeu treinamento para assim proceder (fls., 168) e as pessoas estão à sua disposição para ajudá-la em caso de necessidade e segundo porque os documentos de fls.178,183/184 fazem prova contrária as suas alegações.

Desta forma, a investigada infringiu o artigo 10 inciso I e IV da lei 11.350/2006 que assim estabelece:, verbis:

"Art. 10. A administração pública somente poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde ou do Agente de Combate às Endemias, de acordo com o regime jurídico de trabalho adotado, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei nº 9.801, de 14 de junho de 1999 ; ou

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

Parágrafo único. No caso do Agente Comunitário de Saúde, o contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não-atendimento ao disposto no inciso I do art. 6º , ou em função de apresentação de declaração falsa de residência.

O artigo 482 da CLT estabelece os seguintes parâmetros para a despedida do colaborador, verbis:

Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

a) ato de improbidade;

b) incontinência de conduta ou mau procedimento;

(...)

e) desídia no desempenho das respectivas funções;

(...)

m) perda da habilitação ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão, em decorrência de conduta dolosa do empregado. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017)

Parágrafo único - Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional. (Incluído pelo Decreto-lei nº 3, de 27.1.1966)

Além dos dispositivos legais antes mencionados, a investigada infringiu os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 281/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste-SC) verbis:

Art. 141 São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;

b) a expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade os colegas de trabalho e o público em geral, tanto no próprio local de trabalho como nos demais setores;

XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

XIII - utilizar os equipamentos de proteção individual fornecidos pela administração municipal.

Parágrafo Único. A representação de que trata o inciso XII do artigo 141 desta Lei Complementar, será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

Art. 142 Ao servidor é proibido:

(...)

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

Art. 157 A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI e XX do art. 142, desta Lei Complementar.

Desta forma a Autoridade Administrativa, agiu corretamente, na forma do artigo 168 do mesmo Estatuto, verbis:

Art. 168 A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

O procedimento disciplinar serve justamente para apurar os motivos que levaram o servidor público a cometer uma infração disciplinar, conforme artigo 173 da LC 281/2011, verbis:

"Art. 173 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido."

Administração pública é o conjunto de órgãos, serviços e agentes da União; Estado e/ou Município que procuram satisfazer as necessidades da sociedade, tais como educação, cultura, segurança, saúde, etc. Em outras palavras, administração pública é a gestão dos interesses públicos por meio da prestação de serviços públicos, dentre os quais a obrigação de dar saúde aos seus municípios.

A expressão "administração pública" pode ser definida em sentido subjetivo e formal, que compreende das pessoas jurídicas e agentes públicos delegados a exercer a função administrativa. Podendo também, expressar-se em sentido objetivo e material que é a natureza da função exercida pelos funcionários públicos administrativos.

Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

"A administração pública é a própria função administrativa que incube, predominantemente, ao poder executivo." (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; Direito Administrativo. 23ª edição, Editora Atlas).

Na Constituição de 1988 encontram-se mencionados explicitamente como princípios os seguintes: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, ou seja, a administração pública segue alguns princípios que estão dispostos no art. 37 da CF. Princípios estes que

são norteadores de toda e qualquer atividade administrativa. Temos como princípios, ideias que tem o papel de direcionar, conferir sentido lógico, harmonioso e racional, à estrutura administrativa, possibilitando assim uma adequada compreensão da mesma.

É sabido que deve a Administração Pública, na tomada de suas decisões, observar o princípio da razoabilidade, ou seja, o princípio da razoabilidade tem sua origem e desenvolvimento ligados à garantia do devido processo legal, antigo instituto do direito anglo-saxão, desenvolvendo-se também mais tarde nos Estados Unidos com um aspecto muito mais substantivo ou material, para permitir ao Judiciário investigar o próprio mérito dos atos do poder público, a fim de verificar se esses atos são razoáveis, ou seja, se estão conforme a razão, supondo equilíbrio, moderação e harmonia.

José Roberto Pimenta de Oliveira define:

“o princípio da razoabilidade, no contexto jurídico-sistemático da busca do interesse público primário, a exigência de justificada e adequada ponderação administrativa, aberta nos exatos limites constitucionais em que a regra de competência habilitadora autorizar, dos princípios, valores, interesses, bens ou direitos consagrados no ordenamento jurídico, impondo aos agentes administrativos que maximize a proteção jurídica dispensada para cada qual, segundo o peso, importância ou preponderância que venham adquirir e ostentar em cada caso objeto de decisão.”

No caso sub judice, é razoável que a Administração Pública, tome todas as medidas para que seus servidores, que são remunerados às custas do dinheiro público, desempenhem suas tarefas com dedicação e afinco, não podendo coadunar com as simples alegações de que seus servidores, treinados que são, aleguem que não sabem o que aconteceu no desempenho de suas obrigações primárias, ou que neguem que não cumpriram com suas obrigações, quando existe prova documental do referido descumprimento.

Deverá ainda a Administração Pública observar o princípio da proporcionalidade, entre o ato administrativo e o comportamento que se que coibir. O princípio da proporcionalidade, se resume na relação de causalidade entre um meio e um fim, de tal sorte que se possa proceder aos três exames fundamentais inerentes a ela, quais sejam: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito. Sem um meio, um fim concreto e a relação de causalidade entre eles, não há a aplicação do princípio da proporcionalidade em seu caráter trifásico. Assim assegura-se que não sejam restringidos direitos do particular além do necessário mantendo-se dessa forma o ato na legalidade, já que ninguém está obrigado a suportar restrições em sua liberdade ou propriedade além do necessário para a satisfação do interesse público. No caso sub judice, entendo que este princípio foi devidamente cumprido pela Administração Pública Municipal, já que deu a investigada todos os meios de defesa possível, ficando provado que agiu com dissídia, não se importou com as consequências de seu comportamento, não cumpriu com suas obrigações primárias, causou prejuízos aos cofres públicos, uma vez que foi devidamente remunerada e não deu a contra prestação através de seu trabalho, praticou falta grave em suas obrigações, uma vez que deixou a descoberta pessoas que tinha a obrigação de visitar, passando mais de dois anos sem cumprir sua obrigação, pelo que a pena de demissão é a pena correta a ser-lhe aplicada, por infração ao contido no artigo 10 inciso I da Lei 11.350/206 c/c artigo 482 letra “e” da CLT e Artigo 157 I, II, IV, VI e X da Lei Complementar nº 281/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Herval d’Oeste-SC).

3- CONCLUSÃO

Face a fundamentação acima mencionada, concordo com a conclusão da Comissão Processante e aplico a Agente Comunitária de Saúde, senhora Adriana Márcia de Silva, servidora pública municipal matrícula nº 2817, lotado no ESF do bairro Santo Antônio, neste município, a pena de demissão c/c a impossibilidade de ser contratada no serviço público pelo prazo de até cinco (05) anos, na forma do artigo 10 inciso I da Lei 11.350/206 c/c artigo 482 letra “e” da CLT e artigo 157 inciso I, II, III, IV, VI e X c/c artigo 162 da Lei Complementar nº 281/2011.

Ao Setor de Recursos Humanos do Município de Herval d’Oeste-SC, para que tome as medidas administrativas para a extinção do contrato da referida servidora pública.

Intime-se.

Publique-se.

Herval d’Oeste-SC, 22 de agosto de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 056/2019

Publicação Nº 2139064

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D’OESTE
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D’OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA
EMPRESA: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ/MF Nº 00.456.865/0001-67
Endereço: Rua João Pessoa, Nº 134, Centro.
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 056/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Pelo presente instrumento, o Município de Herval D’Oeste, por intermédio de Unidade Gestora - PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D’OESTE - pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Herval d’Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita

no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. MAURO SÉRGIO MARTINI, brasileiro, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134 - Centro - Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67, neste ato representado por sua Procuradora, Sra. Daniela Ramos Silva Guollo, brasileira, inscrita no CPF nº 007.395.609-05, doravante, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto o reajustamento dos valores no aporte 6,39 % (seis vírgula trinta e nove por cento), com base no índice previsto IGP-M/FGV em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, e a prorrogação do mesmo até 13/09/2020.

Parágrafo único - É acrescida a planilha os seguintes valores:

Licenciamento dos Sistemas para Prefeitura Municipal							
Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Original	Valor Reajuste	Valor Atual
1	1	12	Mês	Sistema de Contabilidade Pública - Prefeitura Municipal	R\$ 1.450,42	R\$ 92,68	1.543,10
	2	12	Mês	Sistema de Planejamento Público	R\$ 357,19	R\$ 22,82	R\$ 380,01
	3	12	Mês	Sistema de Compras e Licitações - Prefeitura Municipal	R\$ 714,38	R\$ 45,65	R\$ 760,03
	4	12	Mês	Sistema de Patrimônio Público	R\$ 216,48	R\$13,83	R\$ 230,31
	5	12	Mês	Sistema de Folha de Pagamento	R\$ 757,68	R\$ 48,42	R\$ 806,10
	6	12	Mês	Sistema de Tributação Municipal	R\$ 1.298,88	R\$ 83,00	R\$ 1.381,88
	7	12	Mês	Sistema de Atendimento ao Cidadão via internet	R\$1019,62	R\$ 65,16	R\$ 1.084,78
	8	12	Mês	Sistema de Escrituração Eletrônica do ISS via internet	R\$ 1.396,27	R\$83,86	R\$ 1.396,27
	9	12	Mês	Sistema de Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	R\$ 3.084,84	R\$ 197,12	R\$ 3.281,96
	10	12	Mês	Sistema de Gestão e Controle de Frota Municipal	R\$ 216,48	R\$ 13,83	R\$ 230,31
	11	12	Mês	Sistema de Recursos Humanos	R\$ 390,75	R\$ 24,97	R\$ 415,72
	12	12	Mês	Portal da Transparência	R\$ 316,06	R\$ 20,00	R\$ 336,26
	14	12	Mês	Atendimento ao Servidor Público via internet	R\$ 403,00	R\$ 33,21	R\$ 436,21
		12	Mês	Preparação do banco de dados, ajustes de lançamentos, parametrização e implantação do sistema.	R\$675,00	R\$ 43,13	R\$718,13
		12	Mês	Licenciamento de uso sistema de Gestão do E-Social.	R\$ 420,00	R\$ 26,84	R\$ 446,84

Serviços Técnicos – Prefeitura Municipal							
Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Original	Valor Reajuste	Valor Atual
	24	97	Hrs	Suporte técnico e treinamentos in loco (Hora Técnica) - PM e FM	R\$ 86,59	R\$ 5,53	R\$ 92,12
	25	1.182	Km	Reembolso de despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco (Quilometro Rodado) PM e FM	R\$ 0,87	R\$ 0,06	R\$ 0,93
	26	16	Dia	Reembolso das despesas de estada e alimentação no suporte, quando exigida a presença do técnico "in loco" (diária) PM e FM	R\$ 108,24	R\$ 6,92	R\$ 115,16

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, II, §2º 65 inciso I, alínea "b," e artigos 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Cláusula 3ª do contrato e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA– Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 040/2017, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em plena vigência sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

O reajuste que trata a cláusula primeira passa a vigorar a partir do dia 24/08/2019.

Herval d'Oeste, 15 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

CPF: 713.164.509-53

Contratante

DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO

Sócio- Administradora

CPF: 007.395.609-05

Contratada

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia

CPF: 687.857.399-87

Raphael Anzolin Witte

CPF: 066.259.739-71

TERMO ADITIVO Nº 057/2019

Publicação Nº 2139067

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

CNPJ/MF Nº 17.799.033/0001-46

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

EMPRESA: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ/MF Nº 00.456.865/0001-67

Endereço: Rua João Pessoa, Nº 134, Centro.

CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 057/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Pelo presente instrumento, o Município de Herval D' Oeste, por intermédio de Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob nº 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. MAURO SÉRGIO MARTINI, brasileiro, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134 - Centro - Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67, neste ato representado por sua Procuradora, Sra. Daniela Ramos Silva Guollo, brasileira, inscrita no CPF nº 007.395.609-05, doravante denominada, CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto o reajustamento dos valores no aporte 6,39 % (seis vírgula trinta e nove por cento), com base no índice previsto IGP-M/FGV em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, e a prorrogação do mesmo até 13/09/2020.

Parágrafo único - É acrescida a planilha os seguintes valores:

Licenciamento dos Sistemas para Fundo Municipal de Saúde							
Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Original	Valor Reajuste	Valor Atual
3	19	12	Mês	Sistema de Contabilidade Pública - Saúde	R\$ 327,97	R\$ 20,96	R\$ 348,93
	20	12	Mês	Sistema de Compras e Licitações - Saúde	R\$ 232,72	R\$ 14,87	R\$ 247,59

Serviços Técnicos – Fundo Municipal de Saúde							
Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Original	Valor Reajuste	Valor Atual

24	97	Hrs	Suporte técnico e treinamentos in loco (Hora Técnica) - PM e FM	R\$ 86,59	R\$ 5,53	R\$ 92,12
25	1.182	Km	Reembolso de despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco (Quilometro Rodado) PM e FM	R\$ 0,87	R\$ 0,06	R\$ 0,93
26	16	Dia	Reembolso das despesas de estada e alimentação no suporte, quando exigida a presença do técnico "in loco" (diária) PM e FM	R\$ 108,24	R\$ 6,92	R\$ 115,16

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 57, II, §2º 65 inciso I, alínea "b," e artigos 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Cláusula 3ª do contrato e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA– Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 044/2017, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em plena vigência sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

O reajuste que trata a cláusula primeira passa a vigorar a partir do dia 24/08/2019

Herval d'Oeste, 15 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

CPF: 713.164.509-53

Contratante

DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO

Sócio- Administrador

CPF: 007.395.609-05

Contratada

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia

CPF: 687.857.399-87

Raphael Anzolin Witte

CPF: 066.259.739-71

TERMO ADITIVO Nº 058/2019

Publicação Nº 2139068

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D' OESTE
CNPJ Nº: 12.816.323/0001-37
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro.
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA
EMPRESA: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ/MF Nº 00.456.865/0001-67
Endereço: Rua João Pessoa, Nº 134, Centro.
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 058/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Pelo presente instrumento, o Município de Herval D' Oeste, por intermédio de Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D' OESTE - pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 12.816.323/0001-37, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. MAURO SÉRGIO MARTINI, brasileiro, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134 - Centro - Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67, neste ato representado por sua Procuradora, Sra. Daniela Ramos Silva Guollo, brasileira, inscrita no CPF nº 007.395.609-05, doravante denominada, CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto o reajustamento dos valores no aporte 6,39 % (seis vírgula trinta e nove por cento), com base no índice previsto IGP-M/FGV em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, e a prorrogação do mesmo até 13/09/2020.

Parágrafo único - É acrescida a planilha os seguintes valores:

Licenciamento dos Sistemas para Fundo Municipal de Assistência Social

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Original	Valor Reajuste	Valor Atual
2	15	12	MÊS	Sistema de Contabilidade Pública - Assistência Social	R\$ 273,85	R\$ 17,50	R\$ 291,35
	16	12	MÊS	Sistema de Compras e Licitações - Assistência Social	R\$ 156,95	R\$ 10,33	R\$ 166,98

Serviços Técnicos – Fundo Municipal de Assistência Social

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Original	Valor Reajuste	Valor Atual
	24	97	HRS	Suporte técnico e treinamentos in loco (Hora Técnica) - PM e FM.	R\$ 86,59	R\$ 5,53	R\$ 92,12
	25	1.182	KM	Reembolso de despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco (Quilometro Rodado) PM e FM.	R\$ 0,87	R\$ 0,06	R\$ 0,93
	26	16	DIA	Reembolso das despesas de estada e alimentação no suporte, quando exigida a presença do técnico "in loco" (diária) PM e FM.	R\$ 108,24	R\$ 6,92	R\$ 115,16

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, II, §2º 65 inciso I, alínea "b," e artigos 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Cláusula 3ª do contrato e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA– Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 041/2017, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em plena vigência, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

O reajuste que trata a cláusula primeira passa a vigorar a partir do dia 24/08/2019.

Herval d'Oeste, 15 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito em Exercício
CPF: 713.164.509-53
Contratante

DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO
Sócio- Administrador
CPF: 007.395.609-05
Contratada

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia
CPF: 687.857.399-87

Raphael Anzolin Witte
CPF: 066.259.739-71

TERMO ADITIVO Nº 059/2019

Publicação Nº 2139071

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE HERVAL D' OESTE
CNPJ Nº: 14.424.724/0001-77
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro.
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA
EMPRESA: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ/MF Nº 00.456.865/0001-67
Endereço: Rua João Pessoa, Nº 134, Centro.
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 059/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Pelo presente instrumento, o Município de Herval D' Oeste, por intermédio de Unidade Gestora - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE HERVAL D' OESTE - pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 14.424.724/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. MAURO SÉRGIO MARTINI, brasileiro, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., estabelecida na Rua João

Pessoa, nº 134 - Centro - Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67, neste ato representado por sua Procuradora, Sra. Daniela Ramos Silva Guollo, brasileira, inscrita no CPF nº 007.395.609-05, doravante, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto o reajustamento dos valores no aporte 6,39% (seis vírgula trinta e nove por cento), com base no índice previsto IGP-M/FGV em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, e a prorrogação do mesmo até 13/09/2020.

Parágrafo único - É acrescida a planilha os seguintes valores:

Licenciamento dos Sistemas para Fundo Municipal de Habitação							
Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Original	Valor Reajuste	Valor Atual
2	17	12	Mês	Sistema de Contabilidade Pública - Habitação	R\$ 211,07	R\$ 13,49	R\$ 224,56
	18	12	Mês	Sistema de Compras e Licitações - Habitação	R\$ 117,98	R\$ 7,54	R\$ 125,52

Serviços Técnicos – Fundo Municipal de Fundo Municipal de Habitação							
Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Original	Valor Reajuste	Valor Atual
	24	97	Hrs	Suporte técnico e treinamentos in loco (Hora Técnica) - PM e FM.	R\$ 86,59	R\$ 5,53	R\$ 92,12
	25	1.182	Km	Reembolso de despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco (Quilometro Rodado) PM e FM.	R\$ 0,87	R\$ 0,06	R\$ 0,93
	26	16	Dia	Reembolso das despesas de estada e alimentação no suporte, quando exigida a presença do técnico "in loco" (diária) PM e FM.	R\$ 108,24	R\$ 6,24	R\$ 115,16

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 57, II, §2º 65 inciso I, alínea "b," e artigos 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Cláusula 3ª do contrato e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA– Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 042/2017, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em plena vigência sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

O reajuste que trata a cláusula primeira passa a vigorar a partir do dia 24/08/2019.

Herval d'Oeste, 15 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

CPF: 713.164.509-53.

Contratante

DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO

Sócio- Administrador

CPF: 007.395.609-05.

Contratada

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia

CPF: 687.857.399-87

Raphael Anzolin Witte

CPF: 066.259.739-71

TERMO ADITIVO Nº 060/2019

Publicação Nº 2139074

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE HERVAL D' OESTE

CNPJ Nº: 09.217.081/0001-50

Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro.

CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE CRICIÚMA

EMPRESA: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ/MF Nº 00.456.865/0001-67
Endereço: Rua João Pessoa, Nº 134, Centro.
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 060/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Pelo presente instrumento, o Município de Herval D' Oeste, por intermédio de Unidade Gestora FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE HERVAL D' OESTE - pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 09.217.081/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Sr. MAURO SÉRGIO MARTINI, brasileiro, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., estabelecida na Rua João Pessoa, nº 134 - Centro - Criciúma, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 00.456.865/0001-67, neste ato representado por sua Procuradora, Sra. Daniela Ramos Silva Guollo, brasileira, inscrita no CPF nº 007.395.609-05, doravante, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo, em conformidade com o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017, Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2017, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 pelas seguintes cláusulas que seguem:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O Presente termo tem por objeto o reajustamento dos valores no aporte 6,39 % (seis vírgula trinta e nove por cento), com base no índice previsto IGP-M/FGV em virtude da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, e a prorrogação do mesmo até 13/09/2020.

Parágrafo único - É acrescida a planilha os seguintes valores:

Licenciamento dos Sistemas para Fundo Municipal Infância e Adolescência							
Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Original	Valor Reajuste	Valor Atual
3	19	12	Mês	Sistema de Contabilidade Pública - Infância e Adolescência	R\$ 211,07	R\$ 13,49	R\$ 224,56
	20	12	Mês	Sistema de Compras e Licitações - Infância e Adolescência	R\$ 117,98	R\$ 7,54	R\$ 125,52

Serviços Técnicos – Fundo Municipal Infância e Adolescência

Lote	Item	Qtde	Und	Descrição	Valor Original	Valor Reajuste	Valor Atual
	24	97	Hrs	Suporte técnico e treinamentos in loco (Hora Técnica) - PM e FM.	R\$ 86,59	R\$ 5,53	R\$ 92,12
	25	1.182	Km	Reembolso de despesas de deslocamento no suporte, quando exigida a presença do técnico in loco (Quilometro Rodado) PM e FM.	R\$ 0,87	R\$ 0,06	R\$ 0,93
	26	16	Dia	Reembolso das despesas de estada e alimentação no suporte, quando exigida a presença do técnico "in loco" (diária) PM e FM.	R\$ 108,24	R\$ 6,92	R\$ 115,16

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 57, II, §2º 65 inciso I, alínea "b," e artigos 40 inciso XI e no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Cláusula 3ª do contrato e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA– Das Disposições Finais

Todos os demais itens e cláusulas do Contrato nº 043/2017, que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em plena vigência sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

O reajuste que trata a cláusula primeira passa a vigorar a partir do dia 24/08/2019.

Herval d'Oeste, 15 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI
Prefeito em Exercício
CPF: 713.164.509-53.
Contratante

DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO
Sócio- Administrador
CPF: 007.395.609-05.
Contratada

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia
CPF: 687.857.399-87

Raphael Anzolin Witte
CPF: 066.259.739-71

TERMO ADITIVO Nº 062/2019

Publicação Nº 2139055

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro

Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE TAPEJARA
BORILLI PNEUS LTDA
CNPJ nº 88.644.877/0001-66
Rodovia - RS 463; Km 03 – Distrito Industrial.

TERMO ADITIVO Nº 062/2019 DE 20 DE AGOSTO DE 2019

Pelo presente instrumento a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D' OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos nº 389 Centro do Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AMÉRICO LORINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 167.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BORILLI PNEUS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rodovia - RS 463; Km 03 – Distrito Industrial -Município de Tapejara – RS – Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ nº 88.644.877/0001-66, neste ato representado por seu Administrador, Sr. JANEI MOCCELIN, Procurador, CPF Nº 324.969.150-04, doravante denominada CONTRATADO, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO referente à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 023B/2018, que tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus da frota municipal pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 066/2018, modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 038/2018, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 25 % no item registrado para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Marca Registrada	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
03	RECAPAGEM DE PNEU 700 X16-BORRACHUDO.	UNID.	VIPAL	15	269,00	4.035,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Com o acréscimo nos quantitativos o valor total dos itens registrados passará de R\$ 52.694,00 (cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais) para R\$ 56.729,00 (cinquenta e seis mil setecentos e vinte e nove reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65 inciso I , da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecidas as legislações pertinentes, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste TERMO ADITIVO, permanecem em plena vigência, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 20 de agosto de 2019.

AMÉRICO LORINI
Prefeito Municipal.
CPF: 162.730.799-00.
Pelo Município.

JANEI MOCCELIN
Procurador.
CPF nº 324.969.150-04.
Pela Empresa.

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia
CPF: 687.857.399-87

Raphael Anzolin Witte
CPF 066.259.739-71

TERMO DE AJUSTE Nº 009/2019

Publicação Nº 2138990

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
 UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE.
 CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
 Rua Nereu Ramos, nº 389 – Centro.
 CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE CAÇADOR
 EMPRESA: REUNIDAS TRANSPORTES S/A.
 CNPJ/MF Nº 04.176.082/0001-80
 Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, nº 555.
 CONTRATADA

TERMO DE AJUSTE Nº 009/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019.

Pelo presente instrumento de contrato a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro - Herval d'Oeste/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito em Exercício, Sr. MAURO SÉRGIO MARTINI, brasileiro, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa REUNIDAS TRANSPORTES S/A., estabelecida na Rua Dr. Herculano Coelho de Souza, nº 555, no Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 04.176.082/0001-80, neste ato representado por seu Procurador, Sr. VINICIUS MARINS, brasileiro, inscrito no CPF nº 022.094.279-08, doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente TERMO DE AJUSTE, referente à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 018B/2019, que tem por objeto o eventual aquisição de bilhetes de passagens de ônibus intermunicipais, para doação, conforme benefícios aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social, e para pacientes que necessitem de deslocamento a outras localidades para tratamento de saúde, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 meses, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº046/2019, na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para o fornecimento de passagens de ônibus intermunicipal, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12(doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores para o fornecimento de passagens de ônibus intermunicipal em conformidade com a Resolução nº001/2019 do DETER, no aporte de 6,60 % nas tarifas intermunicipais, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição	Valor Anterior.	Valor Repactuado.
1	PASSAGEM DE ONIBUS DE BLUMENAU A JOAÇABA	37,00	39,44
2	PASSAGEM DE ONIBUS DE CAÇADOR A JOAÇABA	40,53	43,08
3	PASSAGEM DE ONIBUS DE CAMPOS NOVOS A JOAÇABA	18,29	19,38
4	PASSAGEM DE ONIBUS DE CATANDUVAS A JOAÇABA	10,49	11,12
5	PASSAGEM DE ONIBUS DE CHAPECÓ A JOAÇABA	59,57	63,12
6	PASSAGEM DE ONIBUS DE CONCORDIA A JOAÇABA	29,23	31,03
8	PASSAGEM DE ÔNIBUS DE CURITIBANOS À JOAÇABA	38,33	40,72
10	PASSAGEM DE ONIBUS DE ERVAL VELHO A JOAÇABA	8,08	8,56
11	PASSAGEM DE ONIBUS DE FLORIANÓPOLIS A JOAÇABA	140,59	149,34
12	PASSAGEM DE ONIBUS DE IBICARE A JOAÇABA	8,42	8,94
13	PASSAGEM DE ONIBUS DE ITAJAI A JOAÇABA	132,73	140,91
14	PASSAGEM DE ÔNIBUS DE JOAÇABA À SÃO DOMINGOS	57,59	61,04
15	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A BLUMENAU	32,00	34,11
16	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CAÇADOR	43,27	45,82
17	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CAMPOS NOVOS	20,73	21,82
18	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CATANDUVAS	13,25	13,88
19	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CHAPECÓ	58,83	62,38
21	PASSAGEM DE ÔNIBUS DE JOAÇABA À CURITIBANOS	41,07	43,46
23	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A ERVAL VELHO	11,05	11,53
24	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A FLORIANÓPOLIS	139,50	148,25
25	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A IBICARE	11,68	12,20
26	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A ITAJAI	124,33	132,11
27	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A JOINVILLE	48,00	51,17
28	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A LAGES	64,83	68,76
29	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A MAFRA	113,75	120,78
30	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A RIO DO SUL	24,00	25,58
32	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A VIDEIRA	27,35	28,87
33	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A XANXERE	43,59	46,15
34	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOAÇABA A CONCORDIA	31,44	33,24
35	PASSAGEM DE ONIBUS DE JOINVILLE A JOAÇABA	48,00	147,25

36	PASSAGEM DE ONIBUS DE LAGES A JOAÇABA	65,77	69,70
37	PASSAGEM DE ONIBUS DE MAFRA A JOAÇABA	111,29	118,32
40	PASSAGEM DE ONIBUS DE VIDEIRA A JOAÇABA	24,59	26,45
41	PASSAGEM DE ONIBUS DE XANXERE A JOAÇABA	40,87	43,43

Parágrafo único: O AJUSTE se aplica a partir da publicação do presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO ADITIVO é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º, da Lei 8.666/93 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA – Das Disposições Finais

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas da ATA acima referida e ora aditada, que não conflitem com o presente TERMO DE AJUSTE, permanecendo em plena vigência, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 15 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

CPF: 713.164.509-53

Contratante

VINICIUS MARINS

Procurador

CPF: 022.094.279-08

Contratado

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia.

CPF: 687.857.399-87

Raphael Anzolin Witte

CPF: 066.259.739-71.

TERMO DE AJUSTE Nº 010/2019

Publicação Nº 2138996

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro

CONTRATANTE

Estado do Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF Nº 25.137.947.0001-70

Rua José de Anchieta nº 1.367 sala 01 – Bairro Areias

CONTRATADA

TERMO DE AJUSTE Nº 010/2019 DE 15 DE AGOSTO DE 2019

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d' Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito em Exercício, Senhor Mauro Sérgio Martini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 713.164.509-53, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA., estabelecida na Rua José de Anchieta nº 1.367 sala 01 – Bairro Areias, no município de São José, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 20.693.893/0001-70, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Senhor Ulrich Wagner, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 416.621.6059-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de ajuste ao contrato nº 039/2018 que tem por objeto a prestação de serviços de Limpeza e Conservação (com fornecimento de material e o emprego de equipamentos necessários à execução dos serviços), nas dependências do 11º Corpo de Bombeiros Militar na cidade de Herval d'Oeste, em decorrência do processo licitatório nº 059/2018, modalidade de pregão presencial nº 032/2018, e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

O presente termo tem por objeto a repactuação dos valores contratados para prestação de serviços de Limpeza e Conservação (com fornecimento de material e o emprego de equipamentos necessários à execução dos serviços), nas dependências do 11º Corpo de Bombeiros Militar na cidade de Herval d'Oeste.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS VALORES

Considerando o acordo entre as partes, são repactuados os valores para o a prestação de serviços conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR Contratado	%	VALOR REAJUSTADO
01	Serviços de Limpeza e Conservação	Und	Master	R\$. 1.820,00	+ 4,640 %	R\$ 1.904,46

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



O presente termo é celebrado com base no artigo 65, inciso II, alínea d da Lei Federal 8.666/ 93 de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA - Das Disposições Finais

A publicação deste Termo de Ajuste não supre a necessidade de emissão de autorização escrita, para a prestação dos serviços previstos no instrumento contratual.

Todos os demais itens e cláusulas do contrato nº 039/2018, que não foram modificados por força deste termo permanecem em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 15 de agosto de 2019.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito em Exercício

CPF: 713.164.509-53

Pelo Município

ULRICH WAGNER

Sócio administrador

CPF nº 416.621.6059-91

Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antônio Correia

CPF: 687.857.399-87

Raphael Anzolin Witte

CPF 066.259.739-71

Ibirama

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.392, DE 27 DE AGOSTO DE 2019 - ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO - COMUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2138344

DECRETO nº 4.392, de 27 de agosto de 2019.

“ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO - COMUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros, respectivamente com seus membros suplentes, conforme Lei Municipal nº 2.444, de 26 de setembro de 2006, com alterações pela Lei Municipal nº 3.144, de 03 de março de 2015, para comporem o Conselho Municipal de Saneamento – COMUSA, a saber:

[...]

IV – 01 (um) representante de entidades técnicas, sendo:

a) 01 (um) da UDESC;

Titular: Angela Mara de Blatt Ortiga

Suplente: Helenne Jungblut Geissler

[...]

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a alínea “a” do Item IV, Art. 1º do Decreto nº 4.194, de 26 de fevereiro de 2018.

Art. 3º Ficam mantidas as demais determinações do Decreto nº 4.194, de 26 de fevereiro de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 27 de agosto de 2019.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 56 A 63/2019

Publicação Nº 2139099


ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBIRAMA

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (047) 33578500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: obras@ibirama.sc.gov.br

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 56 A 63/2019

a) Processo Nr.:83 / 2019

b) Licitação Nr.:83 / 2019

c) Modalidade: Pregão

d) Data Homologação: 22/08/2019

e) Data da Adjudicação: 22/08/2019

f) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS FUTURAS COMPRAS PARCELADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIO EM GERAL DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR EM ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DESTE MUNICÍPIO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

85006 - COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA - ME							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
3	ALHO BRANCO OU ROXO, SUB GRUPO NOBRE, TIPO ESPECIAL	QUILO	in natura	282	R\$10,45	R\$2.946,90	
23	FEIJÃO PRETO DE 1ª QUALIDADE, SAFRA NOVA - A GRANEL, EM PCTS DE 1KG	QUILO	FLOR DO VALE	1.710	R\$3,75	R\$6.412,50	
49	ABACATE FORTUNA, EM INÍCIO DE MATURAÇÃO, QUE SUPORTE A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO PARA CONSUMO IMEDIATO.	QUILO	in natura	2.288	R\$3,85	R\$8.808,80	
50	ABACAXI, POLPA BRANCA, CATEGORIA 1	QUILO	in natura	5.788	R\$2,55	R\$14.759,40	
51	ABÓBORA COMUM, COM NO MÍNIMO 1,5KG, COM CARACTERÍSTICAS DE CULTIVAR BEM DEFINIDAS, SEM RACHADURAS E CORTES NA CASCA.	QUILO	in natura	718	R\$1,65	R\$1.184,70	
52	ABOBRINHA, COM TAMANHO, AROMA E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE, SEM DANOS, COM POLPA ÍNTEGRA, NÃO APRESENTAR RACHADURAS E CORTES NA CASCA.	QUILO	in natura	1.178	R\$2,22	R\$2.615,16	
53	Acelga, tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvida, firme, sem danos físicos e mecânicos	QUILO	in natura	180	R\$4,30	R\$774,00	
55	Alface Liso ou Crespo, livre de danos e pragas, bem formada, sem manchas e apodrecimentos	QUILO	in natura	672	R\$5,75	R\$3.864,00	
56	AGRIÃO COM FOLHAS VERDES E NÃO FLORADO (MÇS)	QUILO	in natura	50	R\$5,99	R\$299,50	
57	BANANA BRANCA/PRATA, TIPO ESPECIAL	QUILO	in natura	8.200	R\$1,27	R\$10.414,00	
58	BANANA CATURRA/NANICA TIPO ESPECIAL	QUILO	in natura	6.410	R\$1,10	R\$7.051,00	
59	BATATA DOCE, ROXA OU BRANCA, COM NO MÍNIMO 200 GR A UNIDADE	QUILO	in natura	2.236	R\$1,39	R\$3.108,04	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (047) 33578500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: obras@ibirama.sc.gov.br

85006 - COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA - ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
60	BATATA SALSA/BAROA TIPO ESPECIAL	QUILO	in natura	1.186	R\$4,60	R\$5.455,60
61	BATATA INGLESA ESCOVADA, TIPO ESPECIAL	QUILO	in natura	4.112	R\$1,52	R\$6.250,24
62	BETERRABA ISENTA DE FOLHAS, TAMANHO MÉDIO DE 250GR A UNIDADE, COM BOA FORMAÇÃO.	QUILO	in natura	1.258	R\$1,75	R\$2.201,50
63	BRÓCOLIS VERDE E NÃO FLORADO, COM COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORME, DE COLHEITA RECENTE, EM CABEÇA.	QUILO	in natura	1.078	R\$5,80	R\$6.252,40
68	CEBOLA TIPO ESPECIAL	QUILO	in natura	2.366	R\$1,45	R\$3.430,70
69	CENOURA, CATEGORIA 1, LIVRE DE DANOS E PRAGAS, BEM DESENVOLVIDAS, DE COLHEITA RECENTE.	QUILO	in natura	2.488	R\$1,35	R\$3.358,80
70	CHUCHU CLASSE MÉDIO, TIPO ESPECIAL	QUILO	in natura	2.236	R\$1,30	R\$2.906,80
71	COUVE COM FOLHAS VERDES - MAÇOS DE 500 GR.	QUILO	in natura	635	R\$1,50	R\$952,50
76	INHAME, SELECIONADO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, FRESCO, COMPACTO E FIRME, ISENTO DE ENFERMIDADES, PARASITAS E LARVAS, MATERIAL TERROSO E SUJIDADES, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, DE COLHEITA RECENTE.	QUILO	in natura	728	R\$5,40	R\$3.931,20
78	LARANJA LIMA, GRUPO 1, CATEGORIA ESPECIAL	QUILO	in natura	2.600	R\$3,09	R\$8.034,00
79	LARANJA PÊRA/ BAHIA, GRUPO 1, CATEGORIA ESPECIAL	QUILO	in natura	7.320	R\$1,22	R\$8.930,40
80	MAÇÃ GALA, GRUPO RAJADA, COM NO MÍNIMO 120 GRAMAS, TIPO 2	QUILO	in natura	5.980	R\$1,48	R\$8.850,40
81	MAÇA FUGI, COM NO MÍNIMO 120 GRAMAS A UNIDADE	QUILO	in natura	4.000	R\$2,85	R\$11.400,00
82	MAMAO PAPAIA, NO PONTO DE MATURACAO	QUILO	in natura	2.548	R\$8,65	R\$22.040,20
83	MAMÃO FORMOSA, CLASSE B, CATEGORIA 1	QUILO	in natura	950	R\$3,25	R\$3.087,50
84	MANGA, FRUTO PERFEITO, MADURO ISENTO DE DANOS MECANICOS	QUILO	in natura	2.340	R\$3,24	R\$7.581,60
85	MELANCIA, ENTRE 8 - 10 KG A UNIDADE, FRUTOS PERFEITOS, ISENTO DE DANOS MECANICOS, PRAGAS OU DOENCAS.	QUILO	in natura	10.285	R\$1,38	R\$14.193,30
86	MELÃO, CASCA LISA, SEM FERIMENTO OU DEFEITOS, UNIDADES COM PESO MÉDIO DE 1,5 KG, DE 1º QUALIDADE	QUILO	in natura	1.768	R\$4,29	R\$7.584,72
87	OVOS VERMELHOS SEM RACHADURAS C/ CASCA ÁSPERA E OPACA, EMBALADOS EM CAIXAS DE 1 DUZIA	DÚZIA	CENTENARIO	3.528	R\$4,65	R\$16.405,20
91	PERA COMUM D' AGUA, C/ PESO MINIMO DE 120 GRAMAS, LIMPAS E LIVRES DE DANOS E PRAGAS	QUILO	in natura	1.560	R\$5,09	R\$7.940,40



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (047) 33578500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: obras@ibirama.sc.gov.br

85006 - COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA - ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
92	PEPINO SALADA, IN NATURA, DE BOA QUALIDADE, SEM DEFEITOS, AROMA E SABOR TÍPICOS DE VARIEDADE, UNIFORMIDADE NO TAMANHO E COR, SEM RACHADURA, PERFURAÇÕES E CORTES	QUILO	in natura	20	R\$1,62	R\$32,40
94	REPOLHO COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRE DE DANOS E PRAGAS, COM TAMANHO MÉDIO, PESANDO DE 1,5 A 2,2 KG A UNIDADE.	QUILO	in natura	1.360	R\$1,14	R\$1.550,40
95	REPOLHO ROXO COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRE DE DANOS E PRAGAS COM TAMANHO MÉDIO, PESANDO ENTRE 1,5 A 2,2 KG A UNIDADE	QUILO	in natura	1.210	R\$3,99	R\$4.827,90
98	TANGERINA COMUM/MURCOTE/MONTENEGRINA, POLPA SUCULENTA, COM GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE PERMITA E MANIPULAÇÃO E CONSERVAÇÃO	QUILO	in natura	2.350	R\$2,76	R\$6.486,00
99	TOMATE MADURO, POLPA FIRME, GRUPO REDONDO, CLASSE MÉDIO, TIPO ESPECIAL, DE COLHEITA RECENTE.	QUILO	in natura	5.362	R\$2,45	R\$13.136,90
100	TOMATE CEREJA, FRESCO, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO, FIRME, INTACTO, ISENTO DE MATERIAL TERROSO, LIVRE DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES, SUJIDADES, PARASITAS, LAVRAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS, ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	QUILO	in natura	432	R\$9,90	R\$4.276,80
101	UVA COMUM, COM CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS (COR, TEXTURA E SABOR), BEM DESENVOLVIDA, GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA SUPOORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO, EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO, COM CACHOS BEM FORMADOS, SEM MANCHAS, DOENÇAS, RACHADURAS E DANOS MECÂNICOS.	QUILO	in natura	2.818	R\$5,70	R\$16.062,60
102	VAGEM DE FORMATO RETILÍNIO, PARTINDO-SE NAS PONTAS FACILMENTE AO SEREM VERGADAS, LIMPAS, LIVRES DE DANOS PRAGAS E FERRUGEM.	QUILO	in natura	1.140	R\$3,80	R\$4.332,00
Total do Fornecedor:					R\$263.730,46	

6226442 - Sarivam Atacadista Ltda ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	AMIDO DE MILHO DE 1ª QUALIDADE (PACOTES 1KG)	QUILO	MAISCERTA	306	R\$7,88	R\$2.411,28



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (047) 33578500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: obras@ibirama.sc.gov.br

6226442 - Sarivam Atacadista Ltda ME							
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total	
9	BISCOITO CREAM CRACKER INTEGRAL SEM LACTOSE, ZERO GORDURA TRANS, PRAZO DE VALIDADE 12 MESES, PORÇÃO DE 30G VALOR CALÓRICO DE 121 CALORIAS, PAC 400G, DUPLA PROTEÇÃO	QUILO	ORQUIDEA	420	R\$11,40	R\$4.788,00	
10	BISCOITO/ROSQUINHA SABOR LEITE, ZERO LACTOSE, ISENTOS DE PROTEINA DO LEITE, IDEAL PARA INTOLERANTES A LEITE E LACTOSE, AROMATIZADA ARTIFICIALMENTE. INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, AÇÚCAR REFINADO, GORDURA VEGETAL, ZERO GORDURA TRANS EM 30G, AMIGO DE MILHO, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL REFINADO, FERMENTOS QUIMICOS (BICARBONATO DE SÓDIO, BICARBONATO DE HAMONIO E PIROFOSFATO ACIDO DE SODIO), EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, VALIDADE DE 1 ANO, PAC 300G	QUILO	Liane	420	R\$14,80	R\$6.216,00	
14	CANELA EM PÓ PURA E SEM AÇÚCAR UNIDADES DE 25gr	QUILO	HORTA E SABOR	9	R\$79,98	R\$719,82	
15	Doce de Frutas de açúcar mascavo, sabores Diversos, em embalagem de 1Kg	QUILO	Pfleger	416	R\$14,40	R\$5.990,40	
16	FARELO DE AVEIA PELICULA (PERICARPO) QUE ENVOLVE O GRÃO DE AVEIA, CONHECIDO COMO FARELO DE AVEIA, EMBALADO EM EMBALAGEM PLASTICA, ESTABELECIDO PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, FINO, 100% AVEIA, O PRODUTO DEVE ESTAR INTEGRAL, ISENTO DE SUJIDADES, LARVAS, PARASITAS E MATERIAL ESTRANHO. ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO APROPRIADO, FECHADO, REEMBALADO EM CAIXA DE PAPEL VEDADA, NÃO AMASSADA E RESISTENTE, DE 500G, QUE DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDENCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, LOTE, VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO E ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES E CONTAR DA ENTREGA.	QUILO	YOKI	132	R\$31,90	R\$4.210,80	
18	FARINHA DE MANDIOCA, CLASSE MÉDIA, TIPO 1, GRUPO SECA, NÃO TORRADA. EM PACOTES DE 1KG.	QUILO	SUPER 10	570	R\$3,72	R\$2.120,40	
19	FARINHA DE MILHO PRE COZIDA, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS, EM PCTS DE 1 KG	QUILO	YOKI	1.418	R\$4,60	R\$6.522,80	
28	FARINHA DE AVEIA EM FLOCOS FINOS EM PACOTES DE 250 GRAMAS	QUILO	YOKI	147	R\$20,98	R\$3.084,06	
29	FARINHA DE AVEIA EM FLOCOS GROSSOS EM PACOTES DE 250 GRAMAS	QUILO	YOKI	10	R\$21,98	R\$219,80	



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (047) 33578500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: obras@ibirama.sc.gov.br

6226442 - Sarivam Atacadista Ltda ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
30	GELATINA EM PÓ, FONTE DE VITAMINAS A, D, B1, B2, FE e ZN E MINERAIS, COM POLPA DE MORANGO E CENOURA E CORANTES NATURAIS - UNIDADES DE 75 GRAMAS	Unidade	Minha Gelatina	5.160	R\$3,45	R\$17.802,00
31	GOMA XANTANA, ESPESSANTE NATURAL. NÃO CONTEM GLUTEN, PODE CONTER DERIVADOS DE SOJA, PAC 500G	QUILO	Adicel	100	R\$74,98	R\$7.498,00
32	LEITE INTEGRAL PASTEURIZADO, HOMOGENIZADO, TIPO C, EM EMBALAGENS INTEGRAS, SEM VAZAMENTO (PACOTES DE 01 LITRO).	Litros	TIROL	11.440	R\$3,65	R\$41.756,00
33	LEITE INTEGRAL SEM LACTOSE UHT.	Litros	PIRACANJUB	150	R\$3,95	R\$592,50
35	LENTILHA, TIPO 1, NÃO MISTURADA, EM PACOTES DE 500G.	QUILO	KANTY	1.082	R\$12,50	R\$13.525,00
41	MANTEIGA COM SAL EM EMBALAGENS DE 500 GRAMAS	QUILO	PREDILETO	508	R\$36,60	R\$18.592,80
47	SAGU TIPO 1, EMBALAGEM DE 500GR, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	QUILO	CALDAO	150	R\$6,19	R\$928,50
64	CARNE BOVINA CONGELADA (TIRAS DE PALETA) MÁX 10% GORDURA/KG DE CARNE, CORTADA EM TIRAS (2cm x 4cm), COM INSPEÇÃO, COM PESO DESCRITO NA EMBALAGEM (PCTS 1KG)	QUILO	SCOZ	3.176	R\$19,80	R\$62.884,80
77	IOGURTE NATURAL CONSISTÊNCIA FIRME - POTES 200 ML	Unidade	VIGOR	1.066	R\$2,99	R\$3.187,34
88	ORÉGANO, PACOTES DE 200 GRAMAS	QUILO	TELL	20	R\$79,00	R\$1.580,00
89	PÃO CASEIRO DE BATATA/AIPIM EM FATIAS, UNIDADES DE 580G	QUILO	Da Mãe	700	R\$8,50	R\$5.950,00
93	QUEIJO MUSSARELA FATIADO, EMBALADO PCTS 500 GR	QUILO	SCHOTTEN	696	R\$29,70	R\$20.671,20
96	SARDINHA EM SALMOURA, INGREDIENTES: SARDINHAS, SAL E CONDIMENTOS, NÃO DEVE CONTER GLUTEN, EMBALAGEM EM LATAS, PESO LIQUIDO DE 1,4KG E 1KG DE PESO DRENADO.	QUILO	GOMES DA COSTA	1.374	R\$58,90	R\$80.928,60
Total do Fornecedor:						R\$312.180,10

62417819 - JOSIANI FRAGA - ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
54	AIPIM DESCASCADO, RAIZ NOVA, LIMPO E SEM MANCHAS, CONGELADO, EM PACOTES DE 1KG, COM PESO, DATA DE EMBALAGEM, VENCIMENTO E ROTULAGEM.	QUILO	JOSIANI FRAGA	1.152	R\$2,83	R\$3.260,16
72	COUVE-FLOR TONALIDADE BRANCA OU CREME, TIPO 1	QUILO	JOSIANI FRAGA	1.372	R\$6,94	R\$9.521,68
Total do Fornecedor:						R\$12.781,84



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (047) 33578500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: obras@ibirama.sc.gov.br

62433245 - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
26	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, EM PÓ, INDICADA P/ LACTENTES ATÉ 6 MESES COM PREBIÓTICOS GOS/ FOS(LTS 400GR)	QUILO	NESTLE	240	R\$54,00	R\$12.960,00
27	FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNAS LÁCTEAS, EM PÓ, INDICADA P/ LACTENTES APARTIR DE 6 MESES COM PREBIÓTICOS GOS/ FOS(LTS 400GR)	QUILO	NESTLE	240	R\$56,76	R\$13.622,40
Total do Fornecedor:						R\$26.582,40

62440756 - PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL (50% CACAU), AÇÚCAR E AROMA DE CHOCOLATE, NÃO CONTÉM GLÚTEN, EM PCTS DE 1KG, PRAZO DE VALIDADE DE 12 MESES, EM 20GR CONTÉM: (67KCAL, CHOS 12GR, PTNS 2,6GR, GORD TOTAIS 1,2GR, GORD SATURADA 0,6GR, FIBRA ALIMENTAR 3,4GR E NA 7,2MG)	QUILO	LEO	2.198	R\$15,40	R\$33.849,20
2	AÇÚCAR CRISTAL (PCT 5KG)	QUILO	CEDRO	1.930	R\$2,02	R\$3.898,60
5	ARROZ BRANCO, GRUPO PARBOILIZADO - CLASSE LONGO FINO - TIPO 1 EM PACOTES DE 05 KG	QUILO	MINUTINHO	300	R\$2,52	R\$756,00
6	ARROZ, GRUPO PARBOILIZADO - CLASSE LONGO FINO - TIPO 1 EM PCTS DE 5KG.	QUILO	MINUTINHO	6.080	R\$2,50	R\$15.200,00
7	ARROZ INTEGRAL, GRUPO PARBOILIZADO, CLASSE LONGO FINO - TIPO 1 - EM PCTS DE 5KG.	QUILO	DELLARROZ	300	R\$2,99	R\$897,00
8	BISCOITO DOCE DE MAISENA, SENTO DE GORDURA TRANS, NÃO PODERÁ APRESENTAR BOLOR, UMIDADE OU BISCOITOS QUEBRADOS (PCTS 400Gr).	QUILO	diana	1.584	R\$9,20	R\$14.572,80
11	BISCOITO SALGADO DE GERILIN, NÃO PODERÁ APRESENTAR BOLOR, UMIDADE OU BISCOITOS QUEBRADOS PACOTES DE 400G.	QUILO	ORQUIDEA	280	R\$12,40	R\$3.472,00
12	BISCOITO SALGADO, ISENTO DE GORDURA TRANS, NÃO PODERÁ APRESENTAR BOLOR, UMIDADE OU BISCOITOS QUEBRADOS EMBALAGEM DE 400 GR	QUILO	diana	920	R\$8,60	R\$7.912,00
17	FARINHA DE ARROZ, SEM GLÚTEN, IDEAL PARA O PREPARO DE PÃES E BOLOS, EM EMBALAGENS DE 1KG	QUILO	URBANO	660	R\$3,94	R\$2.600,40
20	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, TIPO 1, PCTS 5KG	QUILO	GARDENIA	2.960	R\$2,16	R\$6.393,60
21	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL - TIPO 1- PAC. DE 01 KG	QUILO	PANFACIL	180	R\$3,50	R\$630,00
25	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO EM EMBALAGENS DE 250 G.	QUILO	APTI	206	R\$25,30	R\$5.211,80



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (047) 33578500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: obras@ibirama.sc.gov.br

62440756 - PARANA FOODS COMERCIO EIRELI EPP

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
34	LEITE EM PÓ INTEGRAL, AO SER RECONSTITUÍDO, CONFORME INDICAÇÃO NA ROTULAGEM, DEVERÁ SATISFAZER AOS PADRÕES DE LEITE INTEGRAL (PCTS. 400GR)	QUILO	AURORA	950	R\$22,30	R\$21.185,00
37	MACARRÃO GRANO DURO PENNE, INGR. TRIGO, DERIVADOS DE AVEIA, SOJA E LEITE, PODE CONTER CEVADA, CENTEIO E GERGELIM, PAC 500G	QUILO	GERMANI	1.226	R\$10,40	R\$12.750,40
38	MACARRÃO ESPAGUETE INTEGRAL. INGRED. FARINHA DE TRIGO INTEGRAL ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO E CORANTE NATURAL DE URUCUM E CURCUMA. EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE, RESISTENTE, BEM VEDADA, CONTENDO 500G, ISENTA DE QUALQUER SUBSTÂNCIA ESTRANHA OU NOCIVA. PRAZO DE VALIDADE NO MÍNIMO DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA	QUILO	DALLAS	300	R\$9,20	R\$2.760,00
40	MACARRÃO TIPO PADRE NOSSO DE SÉMOLA, COM OVOS. RENDIMENTO: 6 PORÇÕES DE 80G (PACOTES DE 500G).	QUILO	ROSANE	426	R\$8,00	R\$3.408,00
42	MILHO VERDE EM CONSERVA, SACHE DE 200G	QUILO	PREDILECTA	260	R\$7,85	R\$2.041,00
44	ÓLEO DE GIRASSOL REFINADO - EMBALAGENS 900 ML	Unidade	SUAVIT	1.038	R\$7,44	R\$7.722,72
45	POLVILHO DOCE TIPO 1, GRUPO FÉCULA, EM PCTS DE 500GR.	QUILO	PRATA	750	R\$7,30	R\$5.475,00
46	POLVILHO AZEDO TIPO 1, GRUPO FÉCULA, EM PCTS DE 500GR	QUILO	PRATA	820	R\$6,90	R\$5.658,00
48	SAL REFINADO IODADO, PCTS DE 1KG	QUILO	GARCA	780	R\$1,30	R\$1.014,00
Total do Fornecedor:						R\$157.407,52

62455214 - BR COMERCIO DE CARNES LTDA ME

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
65	CARNE MOÍDA DE RECORTES DE 1ª, ESPECIAL, CONGELADA, DATA DE EMBALAGEM E VENCIMENTO C/ INSPEÇÃO, COM PESO DESCRITO NA EMBALAGEM (PCTS 1KG)	QUILO	machado	3.176	R\$18,90	R\$60.026,40
73	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO, EMBALAGENS COM DATA DE VENCIMENTO E DE EMBALAGEM, COM INSPEÇÃO, COM PESO DESCRITO NA EMBALAGEM (PCTS 1KG)	QUILO	granjeiro	3.132	R\$6,75	R\$21.141,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE IBIRAMA**

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (047) 33578500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: obras@ibirama.sc.gov.br

62455214 - BR COMERCIO DE CARNES LTDA ME

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
75	PEIXE TILÁPIA EM FILÉ, CONGELADO, ISENTO DE ESPINHAS, COM COR, CHEIRO E SABOR PRÓPRIOS, SEM MANCHAS ESVERDEADAS E SEM PARASITAS, EM EMBALAGEM DE 1KG, COM IDENTIFICAÇÃO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE, LOTE E CARIMBOS ESPECIAIS E INSPEÇÃO, COM PESO DESCRITO NA EMBALAGEM (PCTS 1KG)	QUILO	luzitania	1.392	R\$27,45	R\$38.210,40

Total do Fornecedor: R\$119.377,80

62456326 - ELZA HELENA DOS SANTOS PETERS

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
43	MOELA DE GALINHA, CONGELADA, SEM REVESTIMENTO INTERNO E SEM RESÍDUOS, LIMPA E CONGELADA, EMBALADAS EM SACOS PLÁSTICOS, COM ROTULAGEM, PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DE 3 MESES, A PARTIR DA DATA DA ENTREGA, COM REGISTRO DE INSPEÇÃO E CARIMBO DO SIF, COM PESO DESCRITO NA EMBALAGEM (PCTS 1KG)	QUILO	DIPLOMATA	564	R\$8,00	R\$4.512,00
66	PERNIL SUÍNO, CONGELADO, CORTADO EM CUBOS (4X4CM), EM PACOTES DE 1KG, COM INSPEÇÃO, COM PESO DESCRITO NA EMBALAGEM (PCTS 1KG)	QUILO	DESTAQUE	1.200	R\$12,45	R\$14.940,00
67	CARNE COM OSSO (MÚSCULO BOVINO), CONGELADO, DATA DE EMBALAGEM E VENCIMENTO, COM INSPEÇÃO, COM PESO DESCRITO NA EMBALAGEM (PCTS 1KG)	QUILO	DESTAQUE	1.162	R\$12,75	R\$14.815,50
74	FIGADO DE GALINHA, COM DATA DE EMBALAGEM, E VENCIMENTO, C/ INSPEÇÃO, COM PESO DESCRITO NA EMBALAGEM (PCTS 1KG)	QUILO	DIPLOMATA	364	R\$6,00	R\$2.184,00
90	PEITO DE FRANGO, CONGELADO, DATA DE EMBALAGEM E VENCIMENTO NA EMBALAGEM, C/ INSPEÇÃO, COM PESO DESCRITO NA EMBALAGEM (PCTS 1KG)	QUILO	friaves	1.196	R\$9,10	R\$10.883,60



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBIRAMA**

RUA DR GETULIO VARGAS - 70 | Ibirama - SC | Cep 89.140-000

Fone: (047) 33578500 | CNPJ: 83.102.418/0001-37

e-mail: obras@ibirama.sc.gov.br

62456326 - ELZA HELENA DOS SANTOS PETERS

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
97	FILE DE PEITO DE FRANGO - SASSAMI, IN NATURA, CONGELADO, ISENTO DE OSSO, PELES, APONEVROSES E CARTILAGENS. O PRODUTO DEVERÁ SER SUBMETIDO A ADEQUADO PROCESSAMENTO TECNOLÓGICO E SER PROVENIENTE DE ESTABELECIMENTO SOB INSPEÇÃO OFICIAL, DEVENDO SER ACONDICIONADO EM EMBALAGEM APROPRIADA. DEVERÁ SER ARMAZENADO A TEMPERATURA DE -18°C OU INFERIOR E TRANSPORTADA EM TEMPERATURA INFERIOR A -12°C, EM CONDIÇÕES QUE PRESERVEM A QUALIDADE E CARACTERÍSTICAS DO ALIMENTO CONGELADO. O PRODUTO DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. COM PESO DESCRITO NA EMBALAGEM (PCTS 1KG)	QUILO	C VALE	3.332	R\$14,40	R\$47.980,80

Total do Fornecedor: R\$95.315,90

62456334 - FRANCINI GIANA GUIDO E CIA. LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
13	CACAU PURO, EM PÓ, EM PCTS DE 1KG	QUILO	APTI	324	R\$69,60	R\$22.550,40
22	FEIJÃO VERMELHO DE 1ª QUALIDADE, SAFRA NOVA, A GRANEL EM PACOTES DE 01 KG	QUILO	Caldo de Ouro	1.610	R\$6,88	R\$11.076,80
24	FERMENTO BIOLÓGICO INSTANTÂNEO SECO - PACOTE 500 G.	QUILO	APTI	90	R\$22,90	R\$2.061,00
36	MACARRÃO PARAFUSO DE SÊMOLA, ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, COM CORANTES NATURAIS, URUCUM E CÚRCUMA. RENDIMENTO: 6 PORÇÕES DE 80G (PACOTES DE 500G).	QUILO	Viviana	1.226	R\$6,69	R\$8.201,94
39	MACARRÃO LETRA ALFABETO. PACOTES DE 500G.	QUILO	ISABELA	96	R\$5,88	R\$564,48

Total do Fornecedor: R\$44.454,62

Total da Homologação: 1.031.830,64

Ibirama, 22 de agosto de 2019.

Adriano Poffo
PREFEITO MUNICIPAL
CPF: 056.499.899-07

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EDITAL DE NOTIFICAÇÃO: PROCEDIMENTO Nº 1200/2018

Publicação Nº 2138347

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO: PROCEDIMENTO Nº 1200/2018**

O **MUNICÍPIO DE IBIRAMA**, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.418/0001-37, neste ato representado pela Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, por meio deste edital, NOTIFICA a todos os moradores, posseiros internos, lindeiros e confrontantes externos e a quem interessar que a localidade da proprietária Ana Zenke, com poligonal inserida na transcrição nº 20.513, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama/SC, é objeto de procedimento administrativo de Regularização Fundiária, na modalidade Reurb-E e utilizando o instrumento da Legitimação Fundiária, tendo sido realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) para a emissão de matrículas individualizada aos possuidores dos respectivos lotes.

DESCRIÇÃO SUCINTA DA ÁREA:

Lote 01, terreno urbano situado no lado ímpar da Avenida Missler, (Acesso Estadual Pavimentado), distante a 22,75 metros da esquina com o lado par da Rua Francisca Martendal, Distrito de Dalbérgia, Cidade e Comarca de Ibirama, Santa Catarina, contendo a área de 884,47m², confrontando do ponto 3 - UTM (E, N) - 639939,35;7008100,15 com a Avenida Missler, (Acesso Estadual Pavimentado), até o ponto 4 - UTM (E, N) - 639934,31;7008121,43, em 22,75 metros, e segue do ponto 4 - UTM (E, N) - 639934,31;7008121,43 com o lote 02 em 39,00 metros até o ponto 20 - UTM (E, N) - 639942,71;7008127,98, e segue do ponto 20 - UTM (E, N) - 639942,71;7008127,98, com o lote 03, em 22,61 metros até o ponto 16 - UTM (E, N) - 639980,23;7008106,31, e segue do ponto 16 - UTM (E, N) - 639980,23;7008106,31, com área remanescente em 4,00 metros, até o ponto 15 - UTM (E, N) - 639972,95;7008105,75, e segue do ponto 15 - UTM (E, N) - 639972,95;7008105,75, com terras de Aires dos Santos, Matrícula 17.712, em 35,00 metros, até o ponto 3 - UTM (E, N) - 639939,35;7008100,15. Sem benfeitorias. Obs. Fica respeitada uma faixa de domínio da Avenida Missler, (Acesso Estadual Pavimentado) em 10,00 metros, e uma faixa de área não *edificandi* de 15,00 metros.

Lote 02, terreno urbano situado no lado ímpar da Avenida Missler, (Acesso Estadual Pavimentado), esquina com o lado par da Rua Francisca Martendal, Distrito de Dalbérgia, Cidade e Comarca de Ibirama, Santa Catarina, contendo a área de 884,39m²,

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Rua Danilo Marchetti, 20 | Bairro: Centro – Ibirama (SC) | Tel: 3357-8530
habitacao@ibirama.sc.gov.br / social@ibirama.sc.gov.br



confrontando do ponto 4 - UTM (E, N) - 639934,31;7008121,43, em 22,75 metros, com a Avenida Missler, (Acesso Estadual Pavimentado), até o ponto 5 - UTM (E, N) - 639930,39;7008144,95, segue até o ponto 6 - UTM (E, N) - 639967,91;7008151,67, com o lado par da Rua Francisca Martendal, em 39,00 metros, e segue do ponto 6 - UTM (E, N) - 639967,91;7008151,67, até o ponto 20 - UTM (E, N) - 639942,71;7008127,98, com o lote 03, em 22,61 metros, e segue do ponto 20 - UTM (E, N) - 639942,71;7008127,98, com o lote 01, em 39,00 metros, até o ponto 4 - UTM (E, N) - 639934,31;7008121,43. Sem benfeitorias. Obs. Fica respeitada uma faixa de domínio da Avenida Missler, (Acesso Estadual Pavimentado) em 10,00 metros, e uma faixa de área não *edificandi* de 15,00 metros.

Lote 03, terreno urbano situado no lado par da Rua Francisca Martendal, distante a 39,00 metros da esquina com o lado ímpar da Avenida Missler, Acesso Estadual Pavimentado, Distrito de Dalbérgia, Cidade e Comarca de Ibirama, Santa Catarina, contendo a área de 903,10m², confrontando do ponto 6 - UTM (E, N) - 639967,91;7008151,67, com a Rua Francisca Martendal, em 20,00 metros, até o ponto 7 - UTM (E, N) - 639988,07;7008155,03, e segue do ponto 7 - UTM (E, N) - 639988,07;7008155,03, com o lote 04 em 45,08 metros, até o ponto 17 - UTM (E, N) - 639999,27;7008110,23, e segue do ponto 17 - UTM (E, N) - 639999,27;7008110,23, com a área remanescente em 20,00 metros, até o ponto 16 - UTM (E, N) - 639980,23;7008106,31, e segue do ponto 16 - UTM (E, N) - 639980,23;7008106,31, com o lote 01, em 22,61 metros, até o ponto o ponto 20 - UTM (E, N) - 639942,71;7008127,98, e segue do ponto 20 - UTM (E, N) - 639942,71;7008127,98, com o lote 02, em 22,61 metros, até o ponto 6 - UTM (E, N) - 639967,91;7008151,67. Edificado com uma residência em alvenaria com a área de 144,28m², com Alvará de Construção de nº 038/2011 da Prefeitura Municipal de Ibirama, emitido em 08 de abril de 2011.

Lote 04, terreno urbano situado no lado par da Rua Francisca Martendal, distante a 59,00 metros da esquina com o lado ímpar da Avenida Missler, Acesso Estadual Pavimentado, Distrito de Dalbérgia, Cidade e Comarca de Ibirama, Santa Catarina, contendo a área de 899,95m², confrontando do ponto 7 - UTM (E, N) - 639988,07;7008155,03, com a Rua Francisca Martendal, em 20,00 metros, até o ponto 8 - UTM (E, N) - 640007,11;7008157,27, e segue do ponto 8 - UTM (E, N) - 640007,11;7008157,27, com o lote 05 em 44,94 metros, até o ponto 18 - UTM (E, N) - 640020,55;7008113,59, e segue do ponto 18 - UTM (E, N) - 640020,55;7008113,59, com a área remanescente em 20,00 metros, até o ponto 17 - UTM (E, N) - 639999,27;7008110,23, e segue do

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Rua Danilo Marchetti, 20 | Bairro: Centro – Ibirama (SC) | Tel: 3357-8530
habitacao@ibirama.sc.gov.br / social@ibirama.sc.gov.br



ponto 17 - UTM (E, N) - 639999,27;7008110,23, com o lote 03 ,em 45,08 metros, até o ponto o ponto 7 - UTM (E, N) - 639988,07;7008155,03. Edificado com uma residência em alvenaria com a área de 132,61m2, com Alvará de Construção de nº 055/2010 da Prefeitura Municipal de Ibirama, emitido em 08 de julho de 2010.

Lote 05, terreno urbano situado no lado par da Rua Francisca Martendal, distante a 79,00 metros da esquina com o lado impar da Avenida Missler, Acesso Estadual Pavimentado, Distrito de Dalbérgia, Cidade e Comarca de Ibirama, Santa Catarina, contendo a área de 807,62m2, confrontando do ponto 8 - UTM (E, N) - 640007,11;7008157,27, com a Rua Francisca Martendal, em 15,90 metros, até o ponto 9 - UTM (E, N) - 640023,15;7008161,93, e segue do ponto 9 - UTM (E, N) - 640027,15;7008161,93, com o lote 06 em 2,10 metros, até o ponto 10 – UTM (E, N) – 640028,75;7008165,37, e segue do ponto 10 – UTM (E, N) – 640028,75;7008165,37 com o lote 06 em 44,82 metros, até o ponto 19 - UTM (E, N) - 640038,47;7008116,95, e segue do ponto 19 - UTM (E, N) - 640038,47;7008116,95, com a área remanescente em 18,00 metros, até o ponto 18 - UTM (E, N) - 640020,55;7008113,59, e segue do ponto 18 - UTM (E, N) - 640020,55;7008113,59, com o lote 04 ,em 44,94 metros, até o ponto o ponto 8 - UTM (E, N) - 640007,11;7008157,27. Sem benfeitorias.

Lote 06, terreno urbano situado no final do lado par da Rua Francisca Martendal, distante a 94,90 metros da esquina com o lado impar da Avenida Missler, Acesso Estadual Pavimentado, Distrito de Dalbérgia, Cidade e Comarca de Ibirama, Santa Catarina, contendo a área de 2.666,77m2, confrontando do ponto 9 - UTM (E, N) - 640023,15;7008161,93, com a Rua Francisca Martendal, em 5,50 metros, até o ponto 11 - UTM (E, N) - 640016,99;7008165,85, e segue do ponto 11 - UTM (E, N) - 640016,99;7008165,85, com terras de Jairo Zwang e Iara Comper Matricula nº. 18.438, em 55,10 metros, até o ponto 12 - UTM (E, N) - 640072,43;7008171,45, e segue do ponto 12 - UTM (E, N) - 640072,43;7008171,45, com o Rio Hercílio em 44,44 metros, até o ponto 13 - UTM (E, N) - 640077,67;7008125,91, e segue do ponto 13 - UTM (E, N) - 640077,67;7008125,91, com a área remanescente em 53,00 metros, até o ponto 19 - UTM (E, N) - 640038,47;7008116,95, e segue do ponto 19 - UTM (E, N) - 640038,47;7008116,95, com o lote 05 ,em 44,82 metros, até o ponto 10 – UTM (E, N) – 640028,75;7008165,37 e segue do ponto 10 – UTM (E, N) – 640028,75;7008165,37 com o lote 05 em 2,10 metros, até o ponto 9 - UTM (E, N) - 640027,83;7008163,43. Sem benfeitorias. Obs. Fica respeitada uma área de preservação permanente em uma extensão de 44,44 metros por 15,00 metros. Área que se encontra preservada ao longo das margens do Rio Hercílio.

Área Remanescente. Terreno urbano situado no lado impar da Avenida Missler, (Acesso Estadual Pavimentado), nº. 1.811,

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Rua Danilo Marchetti, 20 | Bairro: Centro – Ibirama (SC) | Tel: 3357-8530
habitacao@ibirama.sc.gov.br / social@ibirama.sc.gov.br



Distrito de Dalbérgia, Cidade e Comarca de Ibirama, Santa Catarina, contendo a área de 6.058,41m², confrontando do ponto 1 - UTM (E, N) - 639946,07;7008056,47, frente com a Avenida Missler, (Acesso Estadual Pavimentado) em 20,50 metros, até o ponto 2 - UTM (E, N) - 639942,71;7008074,95, e segue do 2 - UTM (E, N) - 639942,71;7008074,95, com terras de Aires dos Santos matrícula nº. 17.712, em 35,00 metros, até o ponto 21 - UTM (E, N) - 639978,55;7008082,23, e segue do ponto 21 - UTM (E, N) - 639978,55;7008082,23, com terras de Aires dos Santos matrícula nº. 17.712, em 25,30 metros, até o ponto 15 - UTM (E, N) - 639972,95;7008105,75, e segue do ponto 15 - UTM (E, N) - 639972,95;7008105,75, com o lote 01, em 4,00 metros, até o ponto 16 - UTM (E, N) - 639980,23;7008106,31, e segue do ponto 16 - UTM (E, N) - 639980,23;7008106,31, com o lote 03, em 20,00 metros, até o ponto 17 - UTM (E, N) - 639999,27;7008110,23, e segue do ponto 17 - UTM (E, N) - 639999,27;7008110,23, com o lote 04, em 20,00 metros, até o ponto 18 - UTM (E, N) - 640020,55;7008113,59, e segue do ponto 18 - UTM (E, N) - 640020,55;7008113,59, com o lote 05 em 18,00 metros, até o ponto 19 - UTM (E, N) - 640038,47;7008116,95, e segue do ponto 19 - UTM (E, N) - 640038,47;7008116,95, com o lote 06, em 53,00 metros, até o ponto 13 - UTM (E, N) - 640077,67;7008125,91, e segue do ponto 13 - UTM (E, N) - 640077,67;7008125,91, com o Rio Hercílio, em 46,86 metros, até o ponto 14 - UTM (E, N) - 640089,99;7008178,31, e segue do ponto 14 - UTM (E, N) - 640089,99;7008178,31, com terras de Prefeitura Municipal de Ibirama, Matrícula nº. 17.575, em 150,00 metros, até o ponto 1 - UTM (E, N) - 639946,07; 7008056,47, edificado com uma casa de alvenaria de um pavimento residencial, com a área de 416,22 m², de número 1.811 da Avenida Missler. Obs. Fica respeitada uma faixa de domínio da Avenida Missler, (Acesso Estadual Pavimentado) em 10,00 metros, e uma faixa de área não *edificandi* de 15,00 metros. Fica respeitada uma área de preservação permanente em uma extensão de 46,86 metros por 15,00 metros. Área que se encontra preservada ao longo da margem do Rio Hercílio. Descrição de área a ser incluída na área da Rua Francisca Martendal. Tendo início no ponto 05 UTM (E, N) - 639930,39; 7008144,95 em 94,90 metros até o ponto 09 UTM (E, N) - 640023,15; 7008161,93, segue com 5,50 metros até o ponto 11 UTM (E, N) - 640016,99; 7008165,85, segue com 94,90 metros até o ponto 22 UTM (E, N) - 639929,39; 7008148,54, segue com 5,50 metros até o ponto 05 UTM (E, N) - 639930,39; 7008144,95, contendo a área de 521,79 metros quadrados. Denominados Rua Francisca Martendal.

DOS EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS PRESENTES NA REFERIDA ÁREA:

- Atendimento da comunidade por Escola Municipal;
- Arruamentos com calçamento e pavimentado;
- Energia Elétrica fornecida pela CELESC;

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Rua Danilo Marchetti, 20 | Bairro: Centro – Ibirama (SC) | Tel: 3357-8530
habitacao@ibirama.sc.gov.br / social@ibirama.sc.gov.br



- Água potável fornecida pela CASAN;
- Esgotamento sanitário individual;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos;
- Telefonia fixa fornecida pela concessionária Oi/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel fornecido pelas operadoras: Claro, Vivo, Tim e Oi;
- Transporte escolar cedido pelo município;
- Atendimentos de transporte público coletivo entre outros;
- Área a ser regularizada totalmente integrada ao perímetro urbano municipal.

CONFINANTES: Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento de Divisa e Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados no qual será alvo deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1o. da Lei 13.465/2017.

IMPUGNAÇÕES: As impugnações ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM (Diário Oficial Municipal) sendo que poderão ser protocoladas no prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, localizado na Rua Danilo Marchetti, nº 20, Bairro Centro, Ibirama/ SC, Fone: (47) 3357-8530, com as devidas justificativas plausíveis.

CONCLUSÃO: Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao loteamento conforme art. 20, § 1o da Lei Federal 13.465/2017, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do art. 31, § 5º e 6º do mesmo Diploma Legal.

Ibirama/SC, 27 de agosto de 2019.

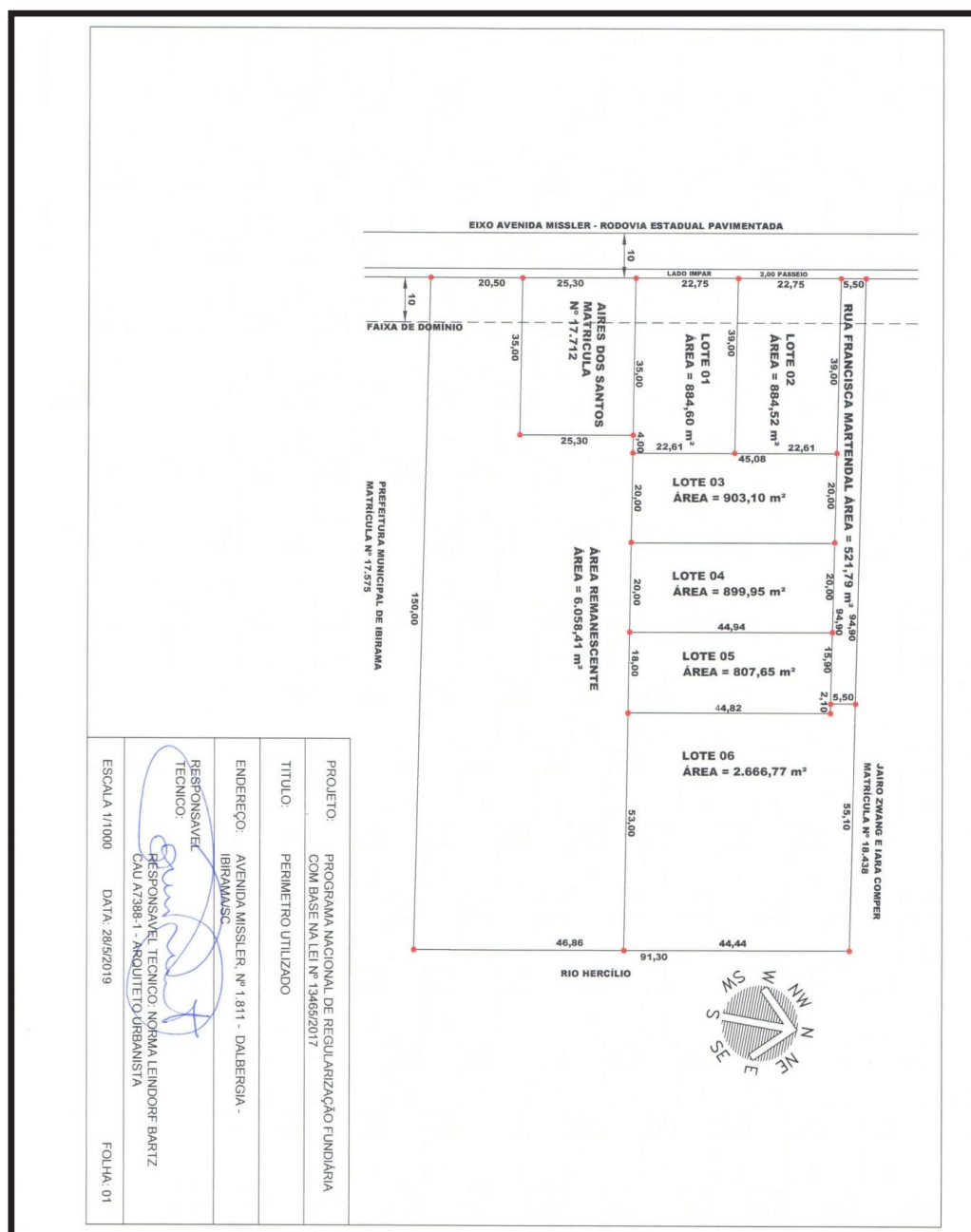
Fabiani Tenfen Soberanski

Presidente da Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de Ibirama

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Rua Danilo Marchetti, 20 | Bairro: Centro – Ibirama (SC) | Tel: 3357-8530
habitacao@ibirama.sc.gov.br / social@ibirama.sc.gov.br



ANEXO I – PLANTA DO IMÓVEL:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
Rua Danilo Marchetti, 20 | Bairro: Centro – Ibirama (SC) | Tel: 3357-8530
habitacao@ibirama.sc.gov.br / social@ibirama.sc.gov.br

Ilhota

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO - CONTRATO 42-2019 - TP 09-2019

Publicação Nº 2138866

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 042/2019, firmado em 10 de junho de 2019, com vigência a partir de 25 de junho de 2019 da data da ordem de serviço.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A SLM Transporte e Construção Eireli EPP SITUADA NA RUA Carlos Riescghbiter, 1974 – Bairro Boa Vista – Blumenau, com Registro no CNPJ SOB NÚMERO 18.806.639/0001-24, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: 165/2019.
Tomada de Preço: nº 09/19 - FME
Contrato: 042/2019

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO: Reforma da Quadra da Escola Domingos Jose Machado.

CLÁUSULA SEGUNDA – ADITIVO DE VALOR - Em decorrência da Justificativa Técnica apresentada pelo engenheiro e de acordo com o Art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei n. 8.666/93, acrescenta-se o valor de R\$ 8.715,56 (Oito Mil e Setecentos e Quinze Reais e Cinquenta e Seis Centavos) do valor de R\$50.145,27 (Cinquenta Mil e Cento e Quarenta e Cinco Reais e Vinte e Sete Centavos) equivalentes a 17,38% do valor original global do contrato, totalizando o valor total do contrato de R\$ 58.860,83 (Cinquenta e Oito Mil e Oitocentos e Sessenta Reais e Oitenta e Três Centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA - Para as despesas previstas neste termo aditivo, serão utilizados recursos do seguinte crédito orçamentário:

As despesas são do ano de 2019, dentro do Fundo Municipal de Educação, na atividade: 12.361.0040.2046 – Manutenção do Ensino Fundamental - Fonte de Recurso (101) - código reduzido (342) - elemento (51.07).

CLÁUSULA QUARTA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUINTA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA SEXTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 28 de agosto de 2019.

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO 056 - 2019 MUL - REGISTRO DE PREÇO - BRINQUEDOS EDUCATIVOS

Publicação Nº 2138845

PROCESSO Nº. 396/2019

PREGÃO PRESENCIAL – Nº. 056/2019 – MUL

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

OBJETO	DO OBJETO – REFERENTE A AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS EDUCATIVOS PARA ATENDER AS CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS O CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRÁS), conforme anexo I do edital.
--------	--

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 11/09/2019 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 11/09/2019 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
Ilhota, 27 de Agosto de 2019.

AVISO DE LICITAÇÃO TP 015-2019 - REVITALIZAÇÃO DO PAVIMENTO DA SC 412

Publicação Nº 2138284

PROCESSO Nº 348/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2019 PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
OBJETO	REFERENTE A EXECUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DO PAVIMENTO DA RODOVIA SC 412, DO KM 12+460 AO KM 13+080 DO TRECHO URBANO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA DA PARTE 1, conforme projeto de engenharia de execução, memorial e orçamento e no demais anexos do edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 27/09/2019 às 09h00min, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 27/09/2019 às 09h30min, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00	

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
Ilhota, 26 de agosto de 2019.

DECRETO 456/2019

Publicação Nº 2139263

DECRETO Nº 456 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17º, inciso II, da Lei Municipal 1.931 de 05/12/2018 (LOA) e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 101.000,00 (Cento e um mil reais) destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 11 –Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Ensino Fundamental
Funcional-programática: 12.361.0040
Projeto: 1.024–Reforma e Ampliação de Unidades Escolares do Ensino Fundamental.
Modalidade de Aplicação/Dotação: 4.4.90.00.00/315
Fonte de Recurso: 36 – Salário Educação
Valor: R\$ 101.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior, será coberto com recurso proveniente da anulação parcial da dotação abaixo descrita, na mesma importância:

Órgão: 11 –Fundo Municipal de Educação
Unidade Orçamentária: 001 – Departamento de Ensino Fundamental
Funcional-programática: 12.361.0040
Projeto: 1.024–Reforma e Ampliação de Unidades Escolares do Ensino Fundamental.
Modalidade de Aplicação/Dotação: 3.3.90.00.00/313
Fonte de Recurso: 36 – Salário Educação
Valor: R\$ 101.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 28 de Agosto de 2019.
Erico de Oliveira
Prefeito Municipal de Ilhota

EDITAL REUNIÃO CONSELHO CIDADE 4/2019

Publicação Nº 2138067

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DO CONSELHO DA CIDADE Nº 04/2019

A Secretaria de Planejamento do Município de Ilhota, através de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 172/2017, conforme dispõe a Lei Complementar nº 16/2007 que trata do Código Urbanístico do Município de Ilhota, além das disposições contidas no Decreto nº 16/2017 convoca os integrantes do Conselho da Cidade de Ilhota, Mandato 2017-2019, para a reunião que se realizará no dia 16 de setembro de 2019, às 17h00min, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ilhota, localizada a Rua Leoberto Leal, 160, Centro, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

Possível regularização de obra no bairro Barranco Alto, acesso antigo a BR 470.

Assuntos diversos.

Ilhota, 27 de agosto de 2019.

Carlos Eduardo Schmitt

Secretario de Planejamento

LEI ORDINÁRIA 1966/2019

Publicação Nº 2138176

Lei Ordinária nº 1966/2019

Republicação por erro. A publicação do dia 23/08/2019 trouxe a ementa errada.

Altera artigos do Código Tributário Municipal e dá outras providências.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Ilhota aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 247 do Código Tributário Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 247 [...];

I – Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens penhorados, o valor da arrematação.

Art. 2º A tabela prevista no artigo 322 do Código Tributário Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA IV (art. 322)

LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS PARTICULARES

ITENS	DISCRIMINAÇÃO	UFM
I	- Construção de prédios	10,00
	1- Até 70 m²	0,25
	2- Acima de 70 m², por m²	
II	- Reforma de prédios ou ampliação:	0,25
	1- Reforma por imóvel (metros quadrados da área total construída)	
III	2- Por m² de construção ampliada	0,25
	- Construção de andaimes e tapumes nos passeios	
IV	1- por metro e semestre	2,50
	- Demolição de prédios:	
V	1- Por imóvel	20,00
	- Diversos:	
VI	1- Substituição de plantas aprovadas de construções - por m²:	0,12
	a) Projeto arquitetônico - por m²	0,12
VII	b) Projeto hidrossanitário - por m²	0,25
	2- Revalidação de Licenças de construção - por m²	30,00
VIII	3- Transferência de responsável técnico -	
	- Habite-se de prédios novos, reformados e ampliados:	0,30
IX	1- Por m²	
	- Aprovação de anúncios:	15,00
X	1- Por unidade	
	- Aprovação de plantas de arruamento em loteamentos:	0,015
XI	1- Por m²	
	- Fornecimento de diretrizes para loteamento:	30,00
	1- Por m²	
	- Aprovação de subdivisão e anexação de terrenos:	15,00
	1- Por subdivisão ou anexação	
	- Substituição de plantas aprovadas de loteamentos, desmembramentos, unificações, condomínios - por m²	0,05

Art. 3º A tabela prevista no artigo 345 do Código Tributário Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

TABELA VII (art. 345)

	TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	
	DISCRIMINAÇÃO	UFM
1-	Emissão de alvarás, cartões de inscrição, atestados, certidões e 2ºs vias	10,00
2-	Análise de projetos de construção Por metro quadrado	0,40
3-	Vistorias de qualquer natureza	20,00
4-	Alinhamento de muro	20,00
5-	Análise de loteamentos, desmembramentos e condomínio por processo	100,00
6-	Cópias: - Tipo "Xerox", por folha - Tipo "Heliografia", por folha	0,20 12,00
7-	Taxa de numeração de casas e prédios - por emplacamento (inclusive fornecimento da placa)	12,00
8-	Taxa de ligações de esgoto	3,00
9-	Taxa de arrecadação de bens moveis e semoventes aos depósitos municipais, por dia ou fração a) Bens moveis por unidade: 1- pelo primeiro dia 2- por dia seguinte b) de animais vacum, cavalos, muar por cabeça: 1- pelo primeiro dia 2- por dia subsequente c) de caprino, suíno e canino, por cabeça: 1- pelo primeiro dia 2- por dia seguinte	79,00 3,00 98,00 20,00 20,00 08,00
10-	Taxa para elaboração de laudo de avaliação de imóvel	80,00

Parágrafo único. No que se refere ao item 09, além da taxa, responderá o contribuinte pelas despesas decorrentes da arrecadação, transporte, conservação e manutenção dos bens apreendidos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 21 de agosto de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 135/2019

Publicação Nº 2138058

PORTARIA Nº 135/2019

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Reconhecer a aprovação em estágio probatório com a consequente estabilidade no serviço público à servidora Leticia Regina Ferreira, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, a partir de 01 de agosto de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 27 de agosto de 2019.
ERICO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 136/2019

Publicação Nº 2138062

PORTARIA Nº 136/2019

REVOGA PORTARIA 187/2018

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

Revogar portaria 187/2018, que nomeava o Sr. Luis Fernando Melcher e Maba, nas atribuições, funções e responsabilidades do cargo de Secretário de Meio Ambiente, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 26 de agosto de 2019.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 28 de agosto de 2019.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO EMERGENCIAL 02/2019**

Publicação Nº 2138725

Câmara Municipal de Ilhota
Estado de Santa Catarina
Rua Bertoldo Simon, 98
Centro - Ilhota - SC
CEP: 88.320-000
Fone/Fax: (047) 3343-1182 E-mail contabil@camarailhota.sc.gov.br

CONTRATO EMERGENCIAL Nº 02/2019

CONTRATANTE – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA

CONTRATADO – BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica estabelecida na Rua João Pessoa, n.º 134, centro, na cidade de Criciúma/SC, inscrito no CNPJ 00.456.865/0001-67.

OBJETO: fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Contabilidade/SAPO, Compras, Patrimônio, Recursos Humanos e Folha com acessos simultâneos, em ambiente Windows, e Transparência Fly com acessos ilimitados utilizando banco de dados relacional, IMPLANTAÇÃO E LICENÇA DO APLICATIVO E-SOCIAL.

VALOR – O contratante pagará à contratada o valor global de R\$ 4.740,00 (quatro mil, setecentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA – O presente contrato terá vigência até 06 de outubro de 2019.

Dotação orçamentária

01 – CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ILHOTA

014.031.0001.2001 – Manut. e Funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.90.39.11.00.00.00 – Locação de Softwares

Ilhota 07 de agosto 2019.

Juarez Antônio da Cunha

Presidente DO Legislativo

BETHA SISTEMAS LTDA

Contratada

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO PROCESSO Nº 92/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2019 (MULTIENTIDADE)

Publicação Nº 2138653

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI - MULTIENTIDADE

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº. 64/2019, Processo Licitatório nº 92/2019, para revisão de edital.

Imbituba, 29 de agosto de 2019.
Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 94/2019 DISPENSA Nº 17/2019 (PMI-SEAD)

Publicação Nº 2139259

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 94/2019
DISPENSA Nº 17/2019

Objeto: REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EXISTENTES NOS QUADROS PERMANENTE E TEMPORÁRIO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

Empresa: IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal.
CNPJ: 33.645.482/0001-96
Fundamento: Artigo 24, XIII da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 29 de agosto de 2019.
Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
(Interina).

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 05/2019

Publicação Nº 2139039

MUNICÍPIO DE IMBITUBA	
EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO	
Termo de Colaboração Nº 05/2019. PARTICÍPES: Município de Imbituba, através da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação e o Atlético Clube Imbituba. FUNDAMENTO: Lei Nº 13.019/2014. OBJETO: Execução de práticas esportivas de integração e socialização para crianças e adolescentes. VALOR: Para execução do presente Termo, serão destinados recursos financeiros na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa ocorrerá por conta do Orçamento do Município para 2019 - FIA. VIGÊNCIA: De 28/08/2019 a 31/12/2019. SIGNATÁRIOS: Sra. Rosiane da Silva Costa pelo Município de Imbituba e Sr. André Bainha dos Santos pelo ACI.	

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 253/2019

Publicação Nº 2138464

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 253/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 790, de 28 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Camila Miranda de Oliveira Gomes	Prof I Anos Iniciais – 20h	011.513.360-76

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 29/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 254/2019

Publicação Nº 2138483

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 254/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 791, de 28 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Milena Tavares Fernandes	Prof I Ed Especial – 20h	932.200.739-72

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 29/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 255/2019

Publicação Nº 2138521

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 255/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 792, de 28 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Michelli dos Santos	Prof I Ed Especial – 20h	053.945.939-90

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 29/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 256/2019

Publicação Nº 2138546

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 256/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 793, de 28 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Daniela Sabino Santos	Prof I Ed Especial – 20h	085.896.709-02

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 29/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 257/2019

Publicação Nº 2138637

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 257/2019

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 784, de 27 de agosto de 2019, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA TÉCNICA, junto a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Maria Aline Dias	Assessora Técnica	073.897.219-36

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entra em exercício em 29/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade

competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 258/2019

Publicação Nº 2138758

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 258/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 794, de 28 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSORA, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Eliete Liduino Luciano	Prof I Ed Infantil – 20h	034.019.469-35

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entrou em exercício em 21/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 259/2019

Publicação Nº 2138805

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 259/2019

A Secretária Municipal de Administração Interina, Sra. ADRIANE MARTINS LUIZ, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 795, de 28 de agosto de 2019, para exercer a função temporária de PROFESSOR, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 16/2019.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
Nivaldo Soares Espesim	Prof II Matemática – 30h	049.477.229-83

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, o servidor entrou em exercício em 26/08/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 29 de agosto de 2019.
Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 788/2019

Publicação Nº 2138400

PORTARIA PMI/SEAD Nº 788, de 27 de agosto de 2019.
Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, admitida em 15 de julho de 2019 através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 606/2019, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Milena Tavares Fernandes	Prof I Anos Iniciais - 20h	932.200.739-72	27/08/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 27 de agosto de 2019.
Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 789/2019

Publicação Nº 2138421

PORTARIA PMI/SEAD Nº 789, de 28 de agosto de 2019.
Dispõe sobre a Nomeação de Motorista e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 29 de agosto de 2019, o Sr. ERNANI SEBASTIÃO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 039.941.019-80, em decorrência de sua aprovação em 5º lugar no Processo Seletivo Simplificado n. 14/2018, para exercer a função temporária de Motorista, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em virtude da desistência do candidato anterior, devido ao afastamento do Sr. Jeferson dos Santos, servidor de carreira, que encontra-se exercendo Função Gratificada.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de agosto de 2019.
Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 790/2019

Publicação Nº 2138454

PORTARIA PMI/SEAD Nº 790, de 28 de agosto de 2019.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Camila Miranda de Oliveira Gomes	Prof I Anos Iniciais – 20h	011.513.360-76	29/08/2019	Em substituição da Professora Sra. Telma Gonçalves Pires da Costa

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de agosto de 2019.
Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 791/2019

Publicação Nº 2138479

PORTARIA PMI/SEAD Nº 791, de 28 de agosto de 2019.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Milena Tavares Fernandes	Prof I Ed Especial – 20h	932.200.739-72	29/08/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de agosto de 2019.

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 793/2019

Publicação Nº 2138538

PORTARIA PMI/SEAD Nº 793, de 28 de agosto de 2019.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2019, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Daniela Sabino Santos	Prof I Ed Especial – 20h	085.896.709-02	29/08/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de agosto de 2019.
Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 794/2019

Publicação Nº 2138750

PORTARIA PMI/SEAD Nº 794, de 28 de agosto de 2019.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, para exercer a função temporária de Professora, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Eliete Liduino Luciano	Prof I Ed Infantil – 20h	034.019.469-35	21/08/2019	Atendimento de aumento excepcional de demanda temporária

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º A servidora admitida para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de agosto de 2019.
Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 795/2019

Publicação Nº 2138784

PORTARIA PMI/SEAD Nº 795, de 28 de agosto de 2019.
Dispõe sobre a admissão de Professor, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 16/2019, para exercer a função temporária de Professor, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Motivo da Contratação
Nivaldo Soares Espezim	Prof II Matemática – 30h	049.477.229-83	26/08/2019	Em substituição da Professora Sra. Nadia Romagna da Rosa

Art. 2º A rescisão contratual ocorrerá no dia útil seguinte ao término do ano letivo de 2019, ou se houver punição disciplinar, ou no momento em que cessar o motivo que justificou a contratação acima, o que ocorrer primeiro.

Parágrafo Único. A critério da Administração Pública, se não houver punição disciplinar ou cessação do motivo que justificou a contratação acima, tal contrato temporário pode ser prorrogado do término do ano letivo de 2019 até o término da colônia de férias.

Art. 3º O servidor admitido para a referida função, dará início ao seu efetivo exercício laborativo, tão-somente, após a entrega de toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação, bem como, a assinatura do termo de posse caso constatado a sua aptidão, de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de agosto de 2019.
Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração
(Interina)

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 796/2019

Publicação Nº 2138994

PORTARIA PMI/SEAD Nº 796, de 28 de agosto de 2019.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 13.805/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. MANOEL JOSÉ DE SOUZA, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 290.945.509-20, admitido em 14 de maio de 1998, contrato nº 298, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2013 a 2018	01.11.2020 a 30.12.2020	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de agosto de 2019.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 797/2019

Publicação Nº 2139269

PORTARIA PMI/SEAD Nº 797, de 28 de agosto de 2019.
Dispõe sobre a nomeação de servidores em cargos de provimento em comissão, junto aos órgãos superiores correspondentes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 14.838/2019 e ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores abaixo descritos, nos cargos de provimento em comissão dos órgãos superiores correspondentes, de acordo com o quadro a seguir.

LC nº 4.800/2017				
Nome	Órgão Superior	Cargo	CPF	Nomeação
WALTER JOSÉ ROUSSENG SOUSA	SEDUCE	Assistente de Chefe de Departamento	886.897.609-97	29/08/2019
LUCILENO MATTOS DE OLIVEIRA	SEDUCE	Assistente de Chefe de Departamento	058.400.429-00	29/08/2019
ROBSON PIRES	SEMUSA	Assistente de Chefe de Departamento	578.639.469-72	29/08/2019
MHAYARA CARDOSO DA SILVA	SEDAP	Assistente de Chefe de Departamento	091.519.689-16	29/08/2019
GLAUCIA DA ROSA DAMAZIO	SEINFRA	Assistente de Chefe de Departamento	021.287.270-22	29/08/2019
ANA JULIA AMORIM DE SOUZA	PGM	Assistente de Chefe de Departamento	104.718.769-84	29/08/2019

Art. 2º Os (as) nomeados (as) para os referidos cargos, tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, os (as) nomeados (as) terão o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º Os servidores empossados que não entrarem em exercício no prazo estabelecido no art. 3º, serão exonerados (as), de ofício, dos cargos ao qual foram nomeados (as)

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de agosto de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal
(Interina)

Adriane Martins Luiz
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO EDITAL – PREGÃO Nº 1/2019

Publicação Nº 2138620

EXTRATO DO EDITAL – PREGÃO Nº1/2019

A CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA-SC, com sede na Rua Ernani Cotrin, nº555, Centro, Imbituba-SC, inscrita no CNPJ nº 79.680.005/0001-62, torna público a realização de Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo “Menor Preço Global”, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 c/c Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como as condições deste edital, com vencimento previsto para entrega de envelopes, contendo os documentos de habilitação e proposta de preço no Plenário da Câmara Municipal de Imbituba, local acima indicado, no dia 13 de setembro de 2019 às 15:00 horas. O objeto da presente licitação consiste na aquisição de equipamentos de Informática conforme especificações contidas no Anexo I do Edital. O edital na íntegra está disponível no site: www.imbituba.sc.leg.br. (Editais de Licitações).

Imbituba/SC, 28 de agosto de 2019.

Roberto Luiz Rodrigues
Presidente da CMI

PORTARIA CMI Nº 065/2019

Publicação Nº 2138900

PORTARIA CMI Nº 065/2019

“Nomear Geraldo Flor Pedro para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar Especial”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear Geraldo Flor Pedro para exercer o cargo em comissão de Assessor Parlamentar Especial;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor para efeitos financeiros a partir do dia 22/08/2019.

Imbituba, 21 de agosto de 2019.

Roberto Luiz Rodrigues
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 21/08/2019.

PORTARIA CMI Nº 066/2019

Publicação Nº 2138903

PORTARIA CMI Nº 066/2019

"Exonerar Vitor Antônio Alves do cargo em comissão de Ouvidor Geral"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Exonerar Vitor Antônio Alves do cargo em comissão de Ouvidor Geral;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor para efeitos financeiros a partir do dia 28/08/2019.

Imbituba, 28 de agosto de 2019.

Roberto Luiz Rodrigues

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 28/08/2019.

Imbuia

PREFEITURA

EDITAL 40/2019

Publicação Nº 2139078

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA

Divisão de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL N.º 40/2019.

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA

Tipo "Menor Preço" (POR ITEM), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de Sistema de Segurança e instalação para o MUNICÍPIO DE IMBUIA, conforme o Edital de Licitação n.º 40/2019. LEGISLAÇÃO: Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica, Lei Complementar nº 147/2014, artigo 48, inciso I e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Av Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 80:30h, de 12/09/2019. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. No www.imbuia.sc.gov.br; ou e-mail adriana@imbuia.sc.gov.br. Informações no fone (47) 3557 – 2419. Em 29/08/2019. JOÃO SCHWAMBACH – Prefeito Municipal.

ERRATA DO EDITAL 36-2019

Publicação Nº 2138909

MUNICÍPIO DE IMBUIA/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2019

ERRATA DO EDITAL

ERRATA do Edital de Pregão Presencial nº 36/2019, de 20 de agosto de 2019, tendo como objeto: Contratação de empresa para realização de evento em homenagem aos agricultores e população em geral do Município de Imbuia, que ocorrerá entre os dias 06 a 10 de setembro de 2019, objetivando a execução de ações relativas a Proposta no SIGEF n. 21627/2019, vinculado ao Programa SIGEF n. 2019008023, Governo do Estado de SC, por intermédio da ADR de Rio do Sul e o Município de Imbuia.

ONDE SE LÊ:

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.2 - CABE À CONTRATADA:

e) as instalações e estruturas deverão estar montadas até o dia 05 de setembro de 2019 para vistoria e aprovação da Comissão Fiscalizadora da Prefeitura e demais órgãos fiscalizadores (Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil/Militar e outros). A empresa vencedora deverá fornecer laudos e Art's (Anotações de Responsabilidade Técnica) das Estruturas;

LÊ-SE:

5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.2 - CABE À CONTRATADA:

e) as instalações e estruturas deverão estar montadas até as 8:00 horas do dia 06 de setembro de 2019 para vistoria e aprovação da Comissão Fiscalizadora da Prefeitura e demais órgãos fiscalizadores (Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil/Militar e outros). A empresa vencedora deverá fornecer laudos e Art's (Anotações de Responsabilidade Técnica) das Estruturas;

INFORMAÇÃO:

Informamos ainda que a responsabilidade pela iluminação e sonorização da tarde dançante é de responsabilidade da Contratada, não sendo necessário corrigir o item pelo motivo de toda banda ou grupo musical possuir seus próprios equipamentos.

Demais questionamentos foram respondidos na Decisão da Impugnação, que se encontra publicada no site <https://www.imbuia.sc.gov.br/licitacoes>.

Fica mantida a data de abertura do certame para o dia 02 de agosto de 2019 às 08:00 horas.

Imbuia, em 28 de agosto de 2019.

João Schwambach

Prefeito Municipal

CONTRATOS - 01/JANEIRO FMS

Publicação Nº 2138672

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 1/12

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** POSTO DE COMBUSTIVEL SAMAMBAIA LTDA**CNPJ:** 30.864.632/0001-64**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA RP 12/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ALCOOL**Data da Assinatura:** 03/01/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/01/2019**Vigência:** 03/01/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 150.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** HOSPITAL BOM JESUS**CNPJ:** 86.185.220/0006-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** T.A. CT 01/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS-HOSPITALARES DE AMBULATORIO NA ESPECIALIDADE DE TRAUMO/ORTOPEDIA**Data da Assinatura:** 03/01/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/01/2019**Vigência:** 03/01/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

]

,

,

,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 2/12

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CLINICA MEDICA SAWADA E TRIERWEILER LTDA

CNPJ: 20.404.274/0001-53

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: CT 07/2019

Fundamento Legal:

Objeto: O objeto do presente contrato é: CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESPECIALIDADES EM GINECOLOGIA E ATENDIMENTO AMBULATORIAL EM ULTRASSONOGRAFIA COM LAUDO PARA ATENDIMENTO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTROS.

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 153.600,00

Forma de Pagamento: 10 DIAS APOS A ENTRE DA NOTA FISCAL

Contratado: INDIANARA MULLER & CIA LTDA

CNPJ: 19.761.893/0001-16

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: CT 06/2019

Fundamento Legal:

Objeto: O objeto do presente contrato é: CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESPECIALIDADES EM GINECOLOGIA PARA ATENDIMENTO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTROS.

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 86.400,00

Forma de Pagamento: 10 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

]

,

,

,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 3/12

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: SAN ANTONIO SERVICOS MEDICOS EIRELI

CNPJ: 27.777.306/0001-05

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: CT 05/2019

Fundamento Legal:

Objeto: O objeto do presente contrato é: CONTRATAÇÃO DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL EM ULTRASSONOGRAFIA COM LAUDO, PARA ATENDIMENTO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTROS

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 192.332,00

Forma de Pagamento: 10 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

Contratado: INSTITUTO DO CORAÇÃO DE RIO DO SUL SC LTDA

CNPJ: 08.486.905/0001-25

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: CT 04/2019

Fundamento Legal:

Objeto: O objeto do presente contrato é: CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESPECIALIDADES EM CARDIOLOGIA PARA ATENDIMENTO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTROS.

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 60.000,00

Forma de Pagamento: 10 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

]

,

,

,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 4/12

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PRONTOPED PEDIATRIA LTDA**CNPJ:** 82.870.189/0001-38**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 03/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** O objeto do presente contrato é: CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESPECIALIDADES DE PEDIATRIA PARA ATENDIMENTO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTROS.**Data da Assinatura:** 03/01/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/01/2019**Vigência:** 03/01/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 121.680,00**Forma de Pagamento:** 10 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA**Contratado:** CIS-AMAVI - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE**CNPJ:** 09.069.217/0001-22**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 02/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** É objeto do presente instrumento a disponibilização, ao MUNICÍPIO, de serviços de saúde especializados de referência de média e alta complexidade e de medicamentos e suplementos alimentares mediante a aquisição, pelo CIS-AMAVI, de referidos bens e serviços, conjugadas as demandas dos Municípios Consorciados.**Data da Assinatura:** 03/01/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/01/2019**Vigência:** 03/01/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 130.400,00**Forma de Pagamento:** 15 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

]

,

,

,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 5/12

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 05.531.725/0001-20

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 17/2018

Número do Processo: 17/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 12.02/19PR17

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 13.944,50

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

Contratado: INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI

CNPJ: 23.240.000/0001-64

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 17/2018

Número do Processo: 17/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 11.02/19PR17

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 54.793,50

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

]

,

,

,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 6/12

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** HOSPITAL BOM JESUS**CNPJ:** 86.185.220/0006-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** T.A. CT 02/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS-HOSPITALARES PARA ATENDIMENTOS NO PRONTO ATENDIMENTO AOS USUARIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE**Data da Assinatura:** 03/01/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/01/2019**Vigência:** 03/01/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 36.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** MF DE ALMEIDA & CIA LTDA (SUPRIDENTAL)**CNPJ:** 05.021.932/0001-34**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 17/2018**Número do Processo:** 17/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 10.02/19PR17**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia**Data da Assinatura:** 03/01/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/01/2019**Vigência:** 03/01/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.018,70**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

]

,

,

,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 7/12

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: METROMED-COM.MAT.MED.HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 83.157.032/0001-22

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 17/2018

Número do Processo: 17/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 8.02/19PR17

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 93.054,33

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

Contratado: MORIMED COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 26.499.522/0001-73

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 17/2018

Número do Processo: 17/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 7.02/19PR17

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 14.698,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

]

,

,

,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 8/12

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** L A DALLA PORTA JUNIOR**CNPJ:** 11.145.401/0001-56**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 17/2018**Número do Processo:** 17/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 6.02/19PR17**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia**Data da Assinatura:** 03/01/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/01/2019**Vigência:** 03/01/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 41.798,61**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** AGUAMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E OD**CNPJ:** 25.137.947/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 17/2018**Número do Processo:** 17/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 5.02/19PR17**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia**Data da Assinatura:** 03/01/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/01/2019**Vigência:** 03/01/2019 a 05/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 21.914,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

]

,

,

,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 9/12

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: MUNDIAL SOLUCÕES LABORATORIAIS

CNPJ: 23.996.430/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 17/2018

Número do Processo: 17/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 4.02/19PR17

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 05/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 9.679,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

Contratado: PROHOSPITAL SUL COM. DE MAT. MEDICOS E ODONT LTDA

CNPJ: 05.077.346/0001-01

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 17/2018

Número do Processo: 17/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA3.02/19PR17

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 80.155,80

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

]

,

,

,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 10/12

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 17/2018

Número do Processo: 17/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 2.02/19PR17

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 05/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 74.949,85

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA

Contratado: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

CNPJ: 03.612.312/0004-97

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 12/2018

Número do Processo: 12/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 2.01/19PR12

Fundamento Legal:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais Aquisições de leites para alimentação nutricional para a Unidade Hospitalar do Município de Imbuia.

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 73.180,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

]

,

,

,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 11/12

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI

CNPJ: 26.554.718/0001-13

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 12/2018

Número do Processo: 12/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 1.01/18PR12

Fundamento Legal:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais Aquisições de leites para alimentação nutricional para a Unidade Hospitalar do Município de Imbuia.

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 2.440,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Contratado: FUFA - SC COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ: 07.164.711/0001-40

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 17/2018

Número do Processo: 17/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: ATA 9.02/19PR17

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de materiais hospitalares/laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde Município de Imbuia

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 9.820,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

]

,

,

,

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 12/12

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:

Janeiro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: CDI TELECOM LTDA

CNPJ: 08.584.873/0001-09

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Contrato ou Aditivo: T.A. CT 67/2018

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LINK DE CONEXAO A REDE INTERNET VIA FIBRA OPTICA NO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Data da Assinatura: 03/01/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/01/2019

Vigência: 03/01/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 4.872,00

Forma de Pagamento: À Vista

]

,

,

CONTRATOS - 03/ MARÇO FMS

Publicação Nº 2138670

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 1/1

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Março/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CLINICA DE CARDIOLOGIA DR. FRONZA EIRELI**CNPJ:** 31.049.393/0001-51**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 01/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** 1.1 - O objeto do presente contrato é: CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS ESPECIALIDADES DE CARDIOLOGIA PARA ATENDIMENTO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTROS.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

Data da Assinatura: 11/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/03/2019**Vigência:** 11/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 60.000,00**Forma de Pagamento:** 10 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

CONTRATOS - 07/JULHO FMS

Publicação Nº 2138681

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 1/1

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Julho/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MATEUS ALVES PACHECO**C.P.F.:** 081.806.099-95**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 5/2019**Número do Processo:** 5/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 10/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - PROCESSO Nº 04/2019, O Fundo Municipal de Saúde, objetiva a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA EXERCER A FUNÇÃO DE MÉDICO REGULADOR, NA CENTRAL MUNICIPAL DE REGULAÇÃO, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGULAÇÃO - SIREG COM CARGA HORÁRIA MÍNIMA DE 1H (UMA) DIÁRIA NA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE E REGULAR TODOS OS PEDIDOS DE EXAMES E CONSULTAS ESPECIALIZADAS DIARIAMENTE NO SISTEMA ONLINE**Data da Assinatura:** 08/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/07/2019**Vigência:** 08/07/2019 a 08/07/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.600,00**Forma de Pagamento:** 10 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

CONTRATOS - 07/JULHO PREF

Publicação Nº 2138698

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Folha: 1/4

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Julho/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ROGER FERNANDO MIELKE PERIUS**C.P.F.:** 046.104.479-08**Modalidade:** Concorrência p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2019**Número do Processo:** 21/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 44/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a escolha da melhor proposta para outorga de permissão remunerada de uso de bem público para o Lote 1, a seguir discriminados:
LOTE 1: Consiste numa área de 30 (trinta) m² no CENTRO ESPORTIVO MUNICIPAL "OLGA KEMPNER VERMOHLEN", para a utilização, pelo vencedor do certame, na exploração do ramo de lanchonete e/ou similar.

Data da Assinatura: 01/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/07/2019**Vigência:** 01/07/2019 a 01/07/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 600,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA**CNPJ:** 28.474.582/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 45/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INFORMATIVOS TÉCNICOS MENSAIS "ON LINE".

Data da Assinatura: 01/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/07/2019**Vigência:** 01/07/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.200,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 2/4

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MAURICIO CLAUDOMIR DOS SANTOS ME**CNPJ:** 95.840.716/0001-03**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 29/2019**Número do Processo:** 29/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 27.1/19PP29**Fundamento Legal:****Objeto:** contratação de empresa para serviços de mão de obra para prestação de serviços de mecânica, serviços de eletricista veicular e serviços de tornearia para manutenção preventiva e corretiva para manutenção da frota do Município de Imbuí**Data da Assinatura:** 08/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/07/2019**Vigência:** 08/07/2019 a 08/07/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** LEANDRO RICARDO RENGEL**CNPJ:** 24.705.419/0001-07**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 29/2019**Número do Processo:** 29/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 27.2/19PP29**Fundamento Legal:****Objeto:** contratação de empresa para serviços de mão de obra para prestação de serviços de mecânica, serviços de eletricista veicular e serviços de tornearia para manutenção preventiva e corretiva para manutenção da frota do Município de Imbuí**Data da Assinatura:** 08/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/07/2019**Vigência:** 08/07/2019 a 08/07/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.800,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 3/4

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JAIRO FERREIRA - ME**CNPJ:** 01.961.773/0001-05**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 29/2019**Número do Processo:** 29/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 27.3/19PP29**Fundamento Legal:**

Objeto: contratação de empresa para serviços de mão de obra para prestação de serviços de mecânica, serviços de eletricitista veicular e serviços de tornearia para manutenção preventiva e corretiva para manutenção da frota do Município de Imbuí

Data da Assinatura: 08/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/07/2019**Vigência:** 08/07/2019 a 08/07/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 203.870,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** JOSE ALBONI FARIAS - ME**CNPJ:** 11.212.300/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 29/2019**Número do Processo:** 29/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 27.4/19PP29**Fundamento Legal:**

Objeto: contratação de empresa para serviços de mão de obra para prestação de serviços de mecânica, serviços de eletricitista veicular e serviços de tornearia para manutenção preventiva e corretiva para manutenção da frota do Município de Imbuí

Data da Assinatura: 08/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/07/2019**Vigência:** 08/07/2019 a 08/07/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 229.575,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 4/4

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Julho/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CLEUSA DE FATIMA ALLEIN DA SILVA**CNPJ:** 01.793.670/0001-75**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 29/2019**Número do Processo:** 29/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 27.5/19PP29**Fundamento Legal:****Objeto:** contratação de empresa para serviços de mão de obra para prestação de serviços de mecânica, serviços de eletricitista veicular e serviços de tornearia para manutenção preventiva e corretiva para manutenção da frota do Município de Imbuí**Data da Assinatura:** 08/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/07/2019**Vigência:** 08/07/2019 a 08/07/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.500,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** MINERACAO RIO DO OURO LTDA.**CNPJ:** 78.266.566/0002-38**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 30/2019**Número do Processo:** 30/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 29/2019 PP30**Fundamento Legal:****Objeto:** EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MACADAME BRITADO E DEMAIS MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE IMBUÍ/SC.**Data da Assinatura:** 10/07/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/07/2019**Vigência:** 10/07/2019 a 10/07/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.196.400,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

CONTRATOS - 3/MARÇO PRE

Publicação Nº 2138692

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 1/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Março/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GRAZIELI ERHARDT BURGER ME**CNPJ:** 12.775.499/0001-98**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 24/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: O presente Chamamento Público tem como Objetivo o Credenciamento para contratações de prestação de serviços de professores (as) / Orientadores na área de Música, Gaita/Acordeon, Dança/Coreógrafo (a), Judô, para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, no Projeto Complementar José Schlickmann no Município de Imbuí/SC.

Data da Assinatura: 05/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/03/2019**Vigência:** 05/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 24.800,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** TOP FISIOTERAPIA E ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO F**CNPJ:** 20.694.959/0001-81**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 26/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: O presente Chamamento Público tem como Objetivo o Credenciamento para contratações de prestação de serviços de professores (as) / Orientadores na área de Música, Gaita/Acordeon, Dança/Coreógrafo (a), Judô, para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, no Projeto Complementar José Schlickmann no Município de Imbuí/SC.

Data da Assinatura: 05/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/03/2019**Vigência:** 05/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.400,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 2/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** RONI QUEIROZ DE MIRANDA**C.P.F.:** 386.728.168-89**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 27/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** É objeto do presente Contrato a contratação de pedreiro conforme especificações contidas na função por ele credenciado e no termo de referência, que são partes integrantes deste contrato**Data da Assinatura:** 08/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 08/03/2019**Vigência:** 08/03/2019 a 08/03/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA**CNPJ:** 75.415.075/0002-13**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 62/2018**Número do Processo:** 62/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1ºAD ATA12**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições de ÓLEO DIESEL S500, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM, para consumo da frota da Prefeitura Municipal de Imbuí.**Data da Assinatura:** 12/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/03/2019**Vigência:** 12/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 53.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 3/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Março/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ANDREI ERAT**C.P.F.:** 078.759.279-00**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 29/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** OBJETIVANDO O Credenciamento para contratação de prestação de serviços de professor/Orientador de dança e coreografia, para todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, no Projeto Complementar José Schlickmann no Município de Imbuí/SC, nos termos e condições a seguir:**Data da Assinatura:** 12/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/03/2019**Vigência:** 12/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.200,00**Forma de Pagamento:** 5º DIA UTEL DO MES SUBSEQUENTE**Contratado:** TECER PEDAGÓGICO AMBIENTAL E REPRE. COM.LTDA ME**CNPJ:** 10.455.375/0001-08**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 28/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** O presente tem por objeto a contratação de Empresa para prestação de serviços técnicos ambientais, a seguir:
1.1. Acompanhamento técnico na adequação das instalações do CMTVRSD (Centro Municipal de Triagem e Valorização de Resíduos Sólidos Domiciliares), bem como das etapas operacionais;
1.2. Elaboração e execução de um programa de EA (Educação Ambiental) específico: palestras, abordagens domiciliares, capacitação dos funcionários envolvidos nas etapas operacionais do CMTVRSD (Centro Municíp**Data da Assinatura:** 14/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/03/2019**Vigência:** 14/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.000,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍA**

Folha: 4/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuíá - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SUPERAR EIRELI**CNPJ:** 13.482.516/0001-61**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2019**Número do Processo:** 9/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** AT 18.1/19 PR09**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de aparelhos de ar-condicionado para as repartições públicas do Município de Imbuíá**Data da Assinatura:** 18/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/03/2019**Vigência:** 18/03/2019 a 18/03/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 30.600,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** CLIMAR ELETRO REFRIGERACAO EIRELI**CNPJ:** 17.848.143/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 9/2019**Número do Processo:** 9/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 18.2/19 PR09**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para aquisição parcelada de aparelhos de ar-condicionado para as repartições públicas do Município de Imbuíá**Data da Assinatura:** 18/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/03/2019**Vigência:** 18/03/2019 a 18/03/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.964,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 5/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Março/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CDI TELECOM LTDA**CNPJ:** 08.584.873/0001-09**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 45/2018**Número do Processo:** 45/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2 AD CT67/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada nos serviços de link de internet para as Secretarias Municipais e para as Unidades Escolares, incluindo os equipamentos e serviços utilizados para as instalações, conforme especificado no Termo de Referência - Anexo I, deste edital.**Data da Assinatura:** 25/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/03/2019**Vigência:** 25/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.200,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.**CNPJ:** 77.894.863/0001-84**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 41/2018**Número do Processo:** 41/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1º AD CT 70/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de empresa para a execução da Segunda Etapa do Ginásio de Esportes (da Escola Municipal Umbelina Lorenzi no Município de Imbuí/SC, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do presente Edital.**Data da Assinatura:** 26/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 26/03/2019**Vigência:** 26/03/2019 a 26/09/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 6/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Março/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TERRAPLENAGEM COSTA LTDA ME**CNPJ:** 02.929.535/0001-77**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4º AD CT 32/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** O presente termo tem por objeto a prestação de serviços de máquinas**Data da Assinatura:** 29/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/03/2019**Vigência:** 29/03/2019 a 29/03/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** LUANA ABREU 10189276975**CNPJ:** 27.200.008/0001-58**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 7/2019**Número do Processo:** 7/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 30/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de prestação de serviço de repórter/assessor de imprensa, destinado à divulgação de boletim de atos oficiais da Prefeitura de Imbuí, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I deste Edital.**Data da Assinatura:** 29/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/03/2019**Vigência:** 29/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.800,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 7/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Março/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** RSTV LTDA EPP**CNPJ:** 08.057.453/0001-66**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 10/2019**Número do Processo:** 10/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 31/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de emissora de televisão online que possua uma programação diária, para prestação de serviços de comunicação, destinado à divulgação de atos e boletim oficiais da Prefeitura de Imbuí, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I deste Edital**Data da Assinatura:** 29/03/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/03/2019**Vigência:** 29/03/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.600,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

CONTRATOS - 4/ABRIL FMS

Publicação Nº 2138675

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 1/1

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Abril/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SINNC - SOLUCOES LTDA**CNPJ:** 13.809.328/0001-03**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 08/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Licença de uso, manutenção e suporte de Software para a Farmácia/Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde".
1.2. Fica a CONTRATANTE ciente que os softwares, objeto deste contrato são de propriedade única e exclusiva da CONTRATADA, ficando proibido qualquer desenvolvimento dos programas ou eventual sublocação dos mesmos por parte da CONTRATANTE, sendo os direitos da CONTRATANTE restritos ao uso de tais programas.

Data da Assinatura: 01/04/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/04/2019**Vigência:** 01/04/2019 a 01/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.160,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** FUSAVI-FUND.DE SAUDE DO A.V.DO ITAJAI**CNPJ:** 73.433.427/0001-57**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 2/2018**Número do Processo:** 6/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2º AD CT07/18**Fundamento Legal:**

Objeto: Contratação dos serviços através de inexigibilidade de licitação, onde a escolha recai sobre a empresa FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ (FUSAVI), inscrita no CNPJ sob Nº 73.433.427/0001-57, com sede Rua Tuiuti, 218, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, representada neste ato, pelo seu presidente Sr. OSMAR PETERS, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de Rio do Sul (SC) para realização de prestação de serviços médicos, por parte da CONTRATADA,

Data da Assinatura: 01/04/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/04/2019**Vigência:** 01/04/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

CONTRATOS - 4/ABRIL PRE

Publicação Nº 2138693

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Folha: 1/5

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Abril/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PAULO CESAR MARTINS ME**CNPJ:** 19.690.706/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 13/2019**Número do Processo:** 13/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 32/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL - PROCESSO Nº 13/2019, visando a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de organização da 5ª Copa FEMIVE do ano de 2019, no Município de Imbuia/SC,**Data da Assinatura:** 02/04/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/04/2019**Vigência:** 02/04/2019 a 31/05/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 14.100,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** DIONE DA LUZ SILVA**CNPJ:** 23.504.808/0001-01**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2º AD CT 49/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** É objeto do presente Contrato a contratação de pedreiro conforme especificações contidas na função por ele credenciado e no termo de referência, que são partes integrantes deste contrato.**Data da Assinatura:** 04/04/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/04/2019**Vigência:** 04/04/2019 a 04/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 2/5

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Abril/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MARIA SALETE SILVINO ME**CNPJ:** 09.506.281/0001-23**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4º AD CT 34/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** Credenciamento para contratação de prestação de serviços de escavadeira hidráulica e trator de esteira, para o Município de Imbuí**Data da Assinatura:** 05/04/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 05/04/2019**Vigência:** 05/04/2019 a 05/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** NÁGILA CRISTINA HINCKEL**C.P.F.:** 006.587.739-09**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 35/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de prestação de serviço de consultoria na validação de dois (02) projetos políticos pedagógicos (PPP), a descrição detalhada dos serviços é: leitura e alinhamento textual (coerência e coesão) de dois (02) projetos políticos pedagógicos; validação e indicação de teorias e legislação adequada; sugestão de estratégias para finalização do documento; auxílio e orientação para a organização dos planos e metas de cada uma das escolas; orientações para envio do documento ao Conselho Municipal**Data da Assinatura:** 12/04/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 12/04/2019**Vigência:** 12/04/2019 a 30/11/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.641,02**Forma de Pagamento:** 02 PARCELAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 3/5

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Abril/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA ME**CNPJ:** 21.593.746/0001-26**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 16/2018**Número do Processo:** 16/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 33/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de cestas básicas para benefício eventual através da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Imbuí, a Social do Município de Imbuí, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do município.**Data da Assinatura:** 16/04/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/04/2019**Vigência:** 16/04/2019 a 16/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.490,63**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 37/2016**Número do Processo:** 37/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 7º AD CT 01/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários.**Data da Assinatura:** 22/04/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/04/2019**Vigência:** 22/04/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.568,83**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 4/5

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Abril/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JAIRO FERREIRA - ME**CNPJ:** 01.961.773/0001-05**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 19/2019**Número do Processo:** 19/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 20/2019PP19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisições de peças para o veículo Van da Marca Ford, Modelo Transit TCA MIC, ano 2011, com placas MIV 3646 do Município de Imbuí/SC**Data da Assinatura:** 25/04/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/04/2019**Vigência:** 25/04/2019 a 25/04/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 16.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** JULIO SILVESTRE FILHO ME**CNPJ:** 15.608.150/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 12/2019**Número do Processo:** 12/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 19/2019PP12**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais aquisições de Lâminas para uso da frota de máquinas do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 30/04/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/04/2019**Vigência:** 30/04/2019 a 30/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 118.083,20**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 5/5

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Abril/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ENEDINA LOTÉRIO DE SOUZA**C.P.F.:** 020.830.449-59**Modalidade:** Concorrência p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2017**Número do Processo:** 17/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1 AD CT 43/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a escolha da melhor proposta para outorga de permissão remunerada de uso de bem público localizados no Terminal Rodoviário "Verônica Sebold Drabzinski" de Imbuí, a seguir discriminados:
Sala de 15 (quinze) m² equipada com, 01 freezer horizontal Consul 2 portas 415 litros (patr. 2079), 02 (dois) bancos de madeira com encosto 2,70m (patrs. 4648 e 4649), elétrica localizados no Terminal Rodoviário "Verônica Sebold Drabzinski" de Imbuí.

Data da Assinatura: 30/04/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/04/2019**Vigência:** 30/04/2019 a 30/04/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

CONTRATOS - 5/MAIO FMS

Publicação Nº 2138677

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 1/1

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROMEN COM. DE GASES INDUSTRIAIS LTDA**CNPJ:** 07.971.675/0001-27**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2019**Número do Processo:** 1/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 03 PR01/19**Fundamento Legal:**

Objeto: objeto para eventuais aquisições de oxigênio gasoso medicinal e Cilindro de Oxigênio, para atender as necessidades da Unidade Hospitalar do Município de Imbuia, e de acordo com a classificação das empresas para cada item constantes da Ata do Pregão em anexo.

Data da Assinatura: 23/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/05/2019**Vigência:** 23/05/2019 a 23/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 14.550,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOPTA FISCAL**Contratado:** GABRIEL BUCCO PAROLIN**CNPJ:** 22.337.051/0001-46**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2019**Número do Processo:** 1/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 03.1 PR01/19**Fundamento Legal:**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições de oxigênio gasoso medicinal e Cilindro de Oxigênio, para atender as necessidades da Unidade Hospitalar do Município de Imbuia

Data da Assinatura: 23/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/05/2019**Vigência:** 23/05/2019 a 23/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 21.030,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

CONTRATOS - 5/MAIO PREF

Publicação Nº 2138695

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 1/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ASSISTEL- ASSIST.EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA**CNPJ:** 73.715.856/0001-17**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 18/2019**Número do Processo:** 18/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 36/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - PROCESSO Nº 18/2019, visando a contratação de empresa especializada em locação/ instalação e a manutenção preventiva e corretiva de 02 equipamentos central privativa de comutação telefônica CPCT do tipo PABX e demais acessórios necessários para prestação de serviços, para atender as necessidades do Município de Imbuí

Data da Assinatura: 02/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/05/2019**Vigência:** 02/05/2019 a 02/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 29.640,00**Forma de Pagamento:** 15 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** DAMARIS ESTER POTTKER 05940078958**CNPJ:** 32.879.650/0001-45**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 14/2019**Número do Processo:** 14/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 37/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: A presente licitação tem por objeto as Contratações de prestação de serviços de Orientador Social e Facilitadores nas áreas de Artes/Artesanato e Recreador, para os Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com a População (crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos e idosos) do Município de Imbuí/SC, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I deste Edital.

Data da Assinatura: 02/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/05/2019**Vigência:** 02/05/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 19.530,00**Forma de Pagamento:** 15 APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ

Folha: 2/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Maio/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AGROP.EX.RURAL - RIO DO**CNPJ:** 83.052.191/0027-00**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 1/2019**Número do Processo:** 11/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1º AD CT 25/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** O presente instrumento de dispensa tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.**Data da Assinatura:** 03/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/05/2019**Vigência:** 03/05/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** VALMIR BARBOSA DE OLIVEIRA**C.P.F.:** 481.274.189-00**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 38/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Contrato a contratação de pedreiro conforme especificações contidas na função por ele credenciado e no termo de referência, que são partes integrantes deste contrato. Segue descrição detalhada abaixo:**Data da Assinatura:** 09/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/05/2019**Vigência:** 09/05/2019 a 09/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 3/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Maio/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JUAREZ SERGIO CAPISTRANO**C.P.F.:** 551.980.319-68**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1º AD CT 47/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** É objeto do presente Contrato a contratação de pedreiro conforme especificações contidas na função por ele credenciado e no termo de referência.**Data da Assinatura:** 09/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/05/2019**Vigência:** 09/05/2019 a 08/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ANTONIO HORTHOPF**C.P.F.:** 016.123.169-13**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 39/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Contrato a contratação de SERVIÇOS DE PINTOR, conforme especificações contidas na função por ele credenciado e no termo de referência, que são partes integrantes deste contrato**Data da Assinatura:** 14/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/05/2019**Vigência:** 14/05/2019 a 14/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 4/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ALAN CRISTIAN ANDRE**C.P.F.:** 063.372.989-26**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1º AD CT 23/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prestação de serviços na melhorias nos projetos, relatórios e justificativas para aprovação da Fundação Nacional de saúde (FUNASA) através do Ministério da Saúde, tal proposta visa a necessidade de possuir o sistema de tratamento de esgoto domiciliar, tendo como finalidade garantir as melhorias sanitárias domiciliares, os serviços deste termo aditivo ainda incluem a obrigação do contratado a realizar visitas técnicas em todo o território do Município

Data da Assinatura: 15/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/05/2019**Vigência:** 15/05/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.000,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** CELIO ANTONIO GOEDERT**C.P.F.:** 446.371.449-49**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 40/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Contrato a contratação de pedreiro conforme especificações contidas na função por ele credenciado e no termo de referência

Data da Assinatura: 16/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/05/2019**Vigência:** 16/05/2019 a 15/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 20.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A EMISSÃO DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 5/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Maio/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.**CNPJ:** 77.894.863/0001-84**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 41/2018**Número do Processo:** 41/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2 AD CT 70/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de empresa para a execução da Segunda Etapa do Ginásio de Esportes (da Escola Municipal Umbelina Lorenzi no Município de Imbuí/SC, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos do presente Edital.**Data da Assinatura:** 20/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 20/05/2019**Vigência:** 20/05/2019 a 26/09/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 61.014,52**Forma de Pagamento:** 10 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** ADRIANO KAMER**C.P.F.:** 115.475.289-58**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 41/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Contrato a contratação de SERVIÇOS DE SERVENTE DE PEDREIRO conforme especificações contidas na função por ele credenciado e no termo de referência**Data da Assinatura:** 21/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 21/05/2019**Vigência:** 21/05/2019 a 21/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 6/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JGB EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA SA**CNPJ:** 90.278.565/0001-28**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 22/2019**Número do Processo:** 22/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 22.1/19 PP22**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisições de BOTAS E LUVAS para combate de incêndio, previstos no Plano de Aplicação dos Recursos do Convênio nº 027/2013 firmando entre o Corpo de Bombeiros Militar de Ituporanga e o Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 22/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/05/2019**Vigência:** 22/05/2019 a 22/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.600,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** S.O.S SUL RESGATE-COM. E SER. DE SEGURANCA E SINAL**CNPJ:** 03.928.511/0001-66**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 22/2019**Número do Processo:** 22/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 22.2/19 PP22**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisições de BOTAS E LUVAS para combate de incêndio, previstos no Plano de Aplicação dos Recursos do Convênio nº 027/2013 firmando entre o Corpo de Bombeiros Militar de Ituporanga e o Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 22/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/05/2019**Vigência:** 22/05/2019 a 22/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.640,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍA**

Folha: 7/7

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuíá - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PRINT PROPAGANDA LTDA**CNPJ:** 03.923.774/0001-82**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 26/2019**Número do Processo:** 26/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 23/2019PP26**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventual contratação de empresa para fornecimento de chapa de ACM com arte gráfica a ser instalada no portal de acesso secundário da Cidade de Imbuíá.**Data da Assinatura:** 27/05/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/05/2019**Vigência:** 27/05/2019 a 27/05/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.480,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

CONTRATOS - 6/JUNHO FMS

Publicação Nº 2138679

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 1/1

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ALINE RAITZ ME**CNPJ:** 23.970.820/0001-01**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 2/2019**Número do Processo:** 2/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 04 PR02/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual Aquisições de materiais/produtos para higienização e lavanderia hospitalar para a Fundação Hospitalar do Município de Imbuia.. Conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do Município.

Data da Assinatura: 03/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2019**Vigência:** 03/06/2019 a 03/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 100.810,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** KARIN BERNDT**C.P.F.:** 910.579.819-15**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 0/0**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 09/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Objetiva a Contratação de serviços especializados na área de Fonoaudiologia, com o atendimento médio de 10 consultas/semanais, totalizando em média 40 consultas e Retornos/ mês, sendo nas sextas quintas na área de atuação, os serviços deverá ser prestada em seu consultório particular na Rua Governador Celso Ramos, nº 364, 4º Andar, Sala 406 - Centro, Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, sem custo algum para os pacientes e também, e se necessário encaminhamento para o Hospital de Re

Data da Assinatura: 25/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/06/2019**Vigência:** 25/06/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 17.000,00**Forma de Pagamento:** 10 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

CONTRATOS - 6/JUNHO PREF

Publicação Nº 2138696

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 1/8

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FREITAS MELO TOPOGRAFIA LTDA**CNPJ:** 13.278.051/0001-21**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 17/2019**Número do Processo:** 17/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 24.1/19 PP17**Fundamento Legal:**

Objeto: eventuais CONTRATAÇÕES DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA SERVIÇOS TÉCNICOS EM TOPOGRAFIA, GEOLOGIA E BIOLOGIA PARA MEDIÇÕES DIVERSAS NO MUNICÍPIO DE IMBUÍ, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada.

Data da Assinatura: 03/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2019**Vigência:** 03/06/2019 a 03/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 31.325,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** GEOMAPA LTDA.**CNPJ:** 03.339.646/0001-96**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 17/2019**Número do Processo:** 17/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 24.2/19 PP17**Fundamento Legal:**

Objeto: eventuais CONTRATAÇÕES DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS COM EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA SERVIÇOS TÉCNICOS EM TOPOGRAFIA, GEOLOGIA E BIOLOGIA PARA MEDIÇÕES DIVERSAS NO MUNICÍPIO DE IMBUÍ, conforme anexo I, sendo adquirido de forma parcelada.

Data da Assinatura: 03/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2019**Vigência:** 03/06/2019 a 03/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 22.500,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ

Folha: 2/8

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Junho/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA**CNPJ:** 04.584.756/0001-86**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 16/2019**Número do Processo:** 16/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 21/19PR16**Fundamento Legal:****Objeto:** PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - PROCESSO Nº 16/2019, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de matérias de EPI - Equipamento de Proteção Individual para as Repartições Públicas do Município de Imbuí, conforme anexo I**Data da Assinatura:** 03/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2019**Vigência:** 03/06/2019 a 03/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 86.832,40**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** FOOT. COMERCIAL LTDA**CNPJ:** 11.397.879/0001-73**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 16/2019**Número do Processo:** 16/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 21.1/19PR16**Fundamento Legal:****Objeto:** PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - PROCESSO Nº 16/2019, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de matérias de EPI - Equipamento de Proteção Individual para as Repartições Públicas do Município de Imbuí, conforme anexo I**Data da Assinatura:** 03/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2019**Vigência:** 03/06/2019 a 03/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.773,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 3/8

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Junho/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** RP COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME**CNPJ:** 20.604.417/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 16/2019**Número do Processo:** 16/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 21.2/19PR16**Fundamento Legal:****Objeto:** PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - PROCESSO Nº 16/2019, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de matérias de EPI - Equipamento de Proteção Individual para as Repartições Públicas do Município de Imbuí, conforme anexo I**Data da Assinatura:** 03/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2019**Vigência:** 03/06/2019 a 03/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 38.348,25**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA**CNPJ:** 18.274.923/0001-05**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 16/2019**Número do Processo:** 16/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 21.3/19PR16**Fundamento Legal:****Objeto:** PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - PROCESSO Nº 16/2019, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de matérias de EPI - Equipamento de Proteção Individual para as Repartições Públicas do Município de Imbuí, conforme anexo I**Data da Assinatura:** 03/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/06/2019**Vigência:** 03/06/2019 a 03/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.056,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 4/8

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Junho/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP**CNPJ:** 82.989.096/0001-27**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2019**Número do Processo:** 20/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 25.1/19 PP20**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais contratações de Serviços de Recapagem, Recauchutagem e Vulcanização de Pneus da frota do município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 07/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/06/2019**Vigência:** 07/06/2019 a 07/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 130.250,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** GRANDO PNEUS LTDA**CNPJ:** 03.562.696/0001-38**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2019**Número do Processo:** 20/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 25.2/19 PP20**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais contratações de Serviços de Recapagem, Recauchutagem e Vulcanização de Pneus da frota do município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 07/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/06/2019**Vigência:** 07/06/2019 a 07/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 122.296,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 5/8

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Junho/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** RB - RECAPAGENS BLUMENAU LTDA**CNPJ:** 07.564.353/0001-63**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2019**Número do Processo:** 20/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 25.3/19 PP20**Fundamento Legal:****Objeto:** Eventuais contratações de Serviços de Recapagem, Recauchutagem e Vulcanização de Pneus da frota do município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 07/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/06/2019**Vigência:** 07/06/2019 a 07/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 111.598,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** CIM-AMAVI - CONSORCIO INTERM. MULT. MUN. DA AMAVI**CNPJ:** 14.695.989/0001-00**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 34/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Constitui objeto do presente contrato o rateio de despesas administrativas e de pessoal do CIM-AMAVI para execução das finalidades previstas no Contrato de Programa CIM-AMAVI nº 01/2019, formalizado no Município como, Contrato nº 34/2019.**Data da Assinatura:** 11/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/06/2019**Vigência:** 11/06/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.666,72**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 6/8

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Junho/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** TEREZINHA CAPISTRANO DOS SANTOS**CNPJ:** 33.510.548/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 28/2019**Número do Processo:** 28/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 42/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de equipamentos agrícolas, sendo 07 espalhadores de calcário e esterco seco, objetivando a execução de ações relativas a Proposta do SICONV nº 035674/2018, Convênio/Contrato de Repasse nº 871467/2018, Operação nº 1056232-41, vinculado ao Programa de Apoio a Projetos de Desenvolvimento e Fomento do Setor Agropecuário, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA/CEF e o município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 14/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/06/2019**Vigência:** 14/06/2019 a 30/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 115.500,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A EMISSÃO DA NF**Contratado:** P & P COMERCIO DE VEICULOS E REPRESENTACOES EIRELI**CNPJ:** 31.758.155/0001-15**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 15/2019**Número do Processo:** 15/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 43/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisição de um veículo automotor, tipo Minibus, para o município de Imbuí, objetivando a execução de ações relativas ao Convênio Siconv n. 856224/2017, vinculado ao Programa Estruturação da Rede De Serviços De Proteção Social Especial, celebrado pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Social e o município de Imbuí, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I deste Edital.**Data da Assinatura:** 14/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/06/2019**Vigência:** 14/06/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 142.400,00**Forma de Pagamento:** CONFORME CONTRATO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 7/8

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Junho/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA**CNPJ:** 95.886.735/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 30/2018**Número do Processo:** 30/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1º AD CT53/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de tratamento e destinação final em aterro sanitário devidamente licenciado, de resíduos sólidos domiciliares produzidos no Município de Imbuí**Data da Assinatura:** 18/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/06/2019**Vigência:** 18/06/2019 a 18/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 78.806,00**Forma de Pagamento:** 10 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTRA FISCAL**Contratado:** JÚLIO RAMOS LUZ**C.P.F.:** 582.420.409-82**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 34/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1º AD CT54/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL**Data da Assinatura:** 25/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/06/2019**Vigência:** 25/06/2019 a 25/09/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 8/8

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Junho/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ANDRÉ ALVES**C.P.F.:** 006.913.089-26**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 43/2016**Número do Processo:** 43/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3 AD CT 03/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de serviços de assessoria de natureza jurídica para atendimento nas áreas pública administrativa, civil e tributária, para o Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 27/06/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/06/2019**Vigência:** 27/06/2019 a 27/06/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 51.600,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

CONTRATOS - 8/AGOSTO FMS

Publicação Nº 2138683

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 1/3

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BAZA MEDICAMENTOS LTDA**CNPJ:** 31.030.858/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2019**Número do Processo:** 3/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 06 PR 03/19**Fundamento Legal:****Objeto:** A presente Ata tem por objeto para EVENTUAL AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE IMBUIA**Data da Assinatura:** 19/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/08/2019**Vigência:** 19/08/2019 a 19/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.036,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES - EIRELI**CNPJ:** 01.328.535/0001-59**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2019**Número do Processo:** 3/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 06 PR03/19**Fundamento Legal:****Objeto:** 1.1 REGISTRO DE PREÇOS para eventuais A AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE IMBUIA, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, que acompanha este edital.**Data da Assinatura:** 19/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/08/2019**Vigência:** 19/08/2019 a 19/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 225.797,04**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA

Folha: 2/3

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Agosto/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**CNPJ:** 12.014.370/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2019**Número do Processo:** 3/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 06 PR 03/19**Fundamento Legal:****Objeto:** 1.1 REGISTRO DE PREÇOS para eventuais A AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE IMBUIA, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, que acompanha este edital.**Data da Assinatura:** 19/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/08/2019**Vigência:** 19/08/2019 a 19/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 491.450,04**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**CNPJ:** 28.093.678/0001-85**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2019**Número do Processo:** 3/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 06.1 PR03/19**Fundamento Legal:****Objeto:** 1.1 REGISTRO DE PREÇOS para eventuais A AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE IMBUIA, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, que acompanha este edital.**Data da Assinatura:** 19/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/08/2019**Vigência:** 19/08/2019 a 19/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 229.348,50**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA**

Folha: 3/3

CNPJ: 02.666.499/0001-04
RUA FREI SILVIO, 240
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Agosto/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** MEDITON FARMACEUTICA LTDA -**CNPJ:** 29.614.830/0001-90**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2019**Número do Processo:** 3/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 06.2 PR03/19**Fundamento Legal:****Objeto:** 1.1 REGISTRO DE PREÇOS para eventuais A AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS DE USO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE IMBUIA, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, que acompanha este edital.**Data da Assinatura:** 19/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/08/2019**Vigência:** 19/08/2019 a 19/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 98.991,15**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

CONTRATOS - 8/AGOSTO PREF

Publicação Nº 2138701

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA**

Folha: 1/6

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuia - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Agosto/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** PAULO CESAR MARTINS ME**CNPJ:** 19.690.706/0001-50**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 33/2019**Número do Processo:** 33/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** CT 46/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: Contratação de empresa para Realização de ALMOÇO E SHOW NACIONAL em homenagem aos agricultores e população em geral do município, que ocorrerá no dia 10 de setembro de 2019 no município de Imbuia/SC, conforme especificações técnicas do Termo de Referência, Anexo I do edital, para atender as necessidades do Município.

Data da Assinatura: 15/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/08/2019**Vigência:** 15/08/2019 a 15/11/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A EMISSÃO DA NF**Contratado:** BBW DO BRASIL COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI**CNPJ:** 17.450.564/0001-29**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 27/2019**Número do Processo:** 27/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 31 PR27/19**Fundamento Legal:**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de PNEUS, CÂMERAS DE AR E PROTETORES PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE IMBUIA. Conforme Relação dos Itens da Licitação ou arquivo Beta AutoCotação (anexo ao processo), sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do Município.

Data da Assinatura: 16/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/08/2019**Vigência:** 16/08/2019 a 16/08/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 229.835,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 2/6

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI**CNPJ:** 09.072.808/0001-59**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 27/2019**Número do Processo:** 27/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 31.1PR27/19**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de PNEUS, CÂMERAS DE AR E PROTETORES PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE IMBUÍ. Conforme Relação dos Itens da Licitação ou arquivo Beta AutoCotação (anexo ao processo), sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do Município.**Data da Assinatura:** 16/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/08/2019**Vigência:** 16/08/2019 a 16/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 114.589,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA**CNPJ:** 03.725.261/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 27/2019**Número do Processo:** 27/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 31.2PR27/19**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de PNEUS, CÂMERAS DE AR E PROTETORES PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE IMBUÍ. Conforme Relação dos Itens da Licitação ou arquivo Beta AutoCotação (anexo ao processo), sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do Município.**Data da Assinatura:** 16/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/08/2019**Vigência:** 16/08/2019 a 16/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 160.136,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 3/6

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LUDA PNEUS LTDA.**CNPJ:** 20.122.244/0001-54**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 27/2019**Número do Processo:** 27/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 31.3PR27/19**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de PNEUS, CÂMERAS DE AR E PROTETORES PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE IMBUÍ. Conforme Relação dos Itens da Licitação ou arquivo Beta AutoCotação (anexo ao processo), sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do Município.**Data da Assinatura:** 16/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/08/2019**Vigência:** 16/08/2019 a 16/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 61.020,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** PNEUBRAS COMERCIO DE PNEUS LTDA**CNPJ:** 23.794.633/0001-14**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 27/2019**Número do Processo:** 27/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 31.4PR27/19**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de PNEUS, CÂMERAS DE AR E PROTETORES PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE IMBUÍ. Conforme Relação dos Itens da Licitação ou arquivo Beta AutoCotação (anexo ao processo), sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do Município.**Data da Assinatura:** 16/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/08/2019**Vigência:** 16/08/2019 a 20/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 42.560,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 4/6

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:****Agosto/2019.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI**CNPJ:** 26.723.181/0001-78**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 27/2019**Número do Processo:** 27/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 31.5PR27/19**Fundamento Legal:****Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de PNEUS, CÂMERAS DE AR E PROTETORES PARA TODA A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE IMBUÍ. Conforme Relação dos Itens da Licitação ou arquivo Betha AutoCotação (anexo ao processo), sendo adquirido de forma parcelada conforme a necessidade do Município.**Data da Assinatura:** 16/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/08/2019**Vigência:** 16/08/2019 a 16/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 179.966,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NOTA FISCAL**Contratado:** CLEUSA DE FATIMA ALLEIN DA SILVA**CNPJ:** 01.793.670/0001-75**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 23/2019**Número do Processo:** 23/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 30.3PP23/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisições de FILTROS E BATERIAS para toda a frota do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 19/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/08/2019**Vigência:** 19/08/2019 a 19/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 94.700,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 5/6

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC**Mês/Ano da Assinatura:**
Agosto/2019.**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** LEANDRO RICARDO RENGEL**CNPJ:** 24.705.419/0001-07**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 23/2019**Número do Processo:** 23/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 30.1PP23/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisições de FILTROS E BATERIAS para toda a frota do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 19/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/08/2019**Vigência:** 19/08/2019 a 19/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 31.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF**Contratado:** FILTROSUL COMERCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA EPP**CNPJ:** 01.031.105/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 23/2019**Número do Processo:** 23/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 30.2PP23/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisições de FILTROS E BATERIAS para toda a frota do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 19/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/08/2019**Vigência:** 19/08/2019 a 19/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 60.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUÍ**

Folha: 6/6

CNPJ: 83.102.632/0001-93
AV. BERNARDINO DE ANDRADE, 86
C.E.P.: 88440-000 - Imbuí - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Agosto/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MGS COMERCIO DE PECAS LTDA**CNPJ:** 27.720.223/0001-80**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 23/2019**Número do Processo:** 23/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** ATA 30.4PP23/19**Fundamento Legal:****Objeto:** Aquisições de FILTROS E BATERIAS para toda a frota do Município de Imbuí.**Data da Assinatura:** 19/08/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/08/2019**Vigência:** 19/08/2019 a 19/08/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 30.200,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS APOS A ENTREGA DA NF

Indaial

PREFEITURA

ATO DE POSSE Nº 143/19

Publicação Nº 2138849

ATO DE POSSE Nº 143/19

De 26 de agosto de 2019

Termo de Posse e Compromisso

O Município de Indaial, nos termos do artigo 14 e 15 da Lei Complementar nº 105/10, EMPOSSA, nesta data, Ingrid Santana Monteiro, nomeada através da Portaria nº 1357/19 para o cargo de Fiscal de Meio Ambiente, 40 horas semanais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, habilitada pelo Concurso Público nº 001/2017.

A servidora apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, nos termos da Lei Complementar 105/10, de 01 de dezembro de 2010.

A servidora apresentou Declaração de Bens, atestando não exercer outro cargo, emprego ou função, na Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, ressalvado os casos previstos na Constituição Federal.

E, para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado pela autoridade competente e pela empossada.

Prefeitura Municipal de Indaial em 26 de agosto de 2019.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Ingrid Santana Monteiro

Empossada

DECRETO Nº 1326/19

Publicação Nº 2138009

. DECRETO Nº 1326/19

. De 28 de agosto de 2019

AUTORIZA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO

Andre Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5693/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular o valor de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) das dotações orçamentárias, conforme segue:

Anula:

01.01.- Câmara Municipal de Indaial

2001. – Manutenção Atividades Legislativas

3319000000000000 - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 340.000,00

Anula:

01.01.- Câmara Municipal de Indaial

1001 – Ações de Modernização do Legislativo Municipal

3449000000000000 - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 200.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do município de Indaial as seguintes dotações:

Suplementa:

1.01. – Câmara Municipal de Indaial

2001. – Manutenção Atividades Legislativas

3390000000000000 – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 410.000,00

Suplementa:

01.01– Câmara Municipal de Indaial

1002. – Aquisição de Veículo, Equipamentos e Mobiliário em Geral
3449000000000000 – Aplicações Diretas
Valor: R\$ 130.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1327/19

Publicação Nº 2139096

. DECRETO Nº 1327/19

. De 28 de agosto de 2019

RECONHECE DESPESAS EXERCICIO ANTERIOR / FIC

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º- Ficam reconhecidas, pelo Município de Indaial, Fundação Indaialense de Cultura-FIC, as seguintes despesas de competência de Exercício anterior, conforme abaixo:

ENTIDADE	FUNDAÇÃO INDIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS
O.U.	41.001
P.A.	2700
ELEMENTO/CTA	331919299000000
VINCULO	01000000
CREDOR	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSOES DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE INDIAIAL - IN-DAPREV
VALOR	R\$ 3.186,51
N.FISC/FAT./REC.	PARECER GESTÃO DE PESSOAL N.º 482/19 E ANEXO I DESTE PARECER

ENTIDADE	FUNDAÇÃO INDIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS
O.U.	41.001
P.A.	2700
ELEMENTO/CTA	333919299000000
VINCULO	01000000
CREDOR	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSOES DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE INDIAIAL - IN-DAPREV
VALOR	R\$ 275,24
N.FISC/FAT./REC.	PARECER GESTÃO DE PESSOAL N.º 482/19 E ANEXO I DESTE PARECER

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1328/19

Publicação Nº 2138618

. DECRETO Nº 1328/19
. De 28 de agosto de 2019
RECONHECE DESPESAS EXERCICIO ANTERIOR / FIC

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º- Ficam reconhecidas, pelo Município de Indaial, Fundação Indaialense de Cultura-FIC, as seguintes despesas de competência de Exercício anterior, conforme abaixo:

ENTIDADE	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS
O.U.	41.001
P.A.	2700
ELEMENTO/CTA	333919299000000
VINCULO	01000000
CREDOR	INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSOES DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE INDAIAL - INDAPREV
VALOR	R\$ 195,34
N.FISC./FAT./REC.	PARECER GESTÃO DE PESSOAL N.º 482/19 E ANEXO I DESTE PARECER

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 28 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1329/19

Publicação Nº 2138740

. DECRETO Nº 1329/19
. De 28 de agosto de 2019
Altera Decreto nº 542/18
Declara de Utilidade Pública para Fins de Desapropriação Amigável e Regularização de Via Pública.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e considerando uma via pública denominada em 1988, através da LEI Nº 1781/1988,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a área declarada de Utilidade Pública, de acordo com o Decreto-Lei nº 3.365 de 21/06/41 e alterações, para fins de desapropriação amigável e domínio municipal, a seguinte área do imóvel urbano Matrícula nº 4346, Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Indaial, de propriedade de JW SERVOÇOS LTDA.

Descrição:

Área com 4.171,66 m²(Quatro mil, cento e setenta e um metros e sessenta e seis decímetros quadrados);distante a partir do ponto PP localizado no vértice da frente com o lado ímpar da rua Adolfo Molinari, distante 1.303,00 m da curva de concordância formada pela rua Adolfo Molinari com a rua Marechal Floriano Peixoto, bairro Polaquia, município de Indaial SC, com as seguintes confrontações e especificações:

Inicia-se a descrição do imóvel no ponto PP, localizado no vértice da frente com o lado ímpar da Rua Adolfo Molinari, e seguindo em direção aos fundos em doze linhas retas com comprimento total de 380,13 metros, sendo a primeira com 49,04 metros e ângulo interno de 97°45'37"até o ponto P1, a segunda com 19,12 metros e ângulo interno de 165°53'47" até o ponto P2, a terceira com 41,29 metros e ângulo interno de 157°23'20" até o ponto P3, a quarta com 1,42 metros e ângulo interno de 191°50'50" até o ponto P4, a quinta com 14,03 metros e ângulo interno de 187°07'51" até o ponto P5, a sexta com 23,64 metros e ângulo interno de 198°01'20" até o ponto P6, a sétima com 28,31 metros e ângulo interno de 168°58'48" até o ponto P7, a oitava com 44,87 metros e ângulo interno de 142°44'00" até o ponto P8, nona com 27,31 metros e ângulo interno de 201°52'41" até o ponto P9, a décima com 32,05 metros e ângulo interno de 209°12'22" até o ponto P10, a décima primeira com 34,35 metros e ângulo interno de 196°07'59" até o ponto P11, a décima segunda com 64,70 metros e ângulo interno de 216°07'21" até o ponto P12, todas confrontando com terras de JW SERVIÇOS LTDA ME (Matricula nº 4.346 - 1º Of. de Registro de Imóveis de Indaial), sendo este o lado DIREITO, deste ponto segue em direção ao lado esquerdo, em linha reta de 12,00 metros e ângulo interno de 90°00'00" até o ponto P13, confrontando com a Rua Adolfo Molinari, sendo este os FUNDOS, deste ponto segue

em direção à frente em doze linhas retas com comprimento total de 393,44 metros, sendo a primeira com 68,62 metros e ângulo interno de 90°00'00" até o ponto P14, a segunda com 39,96 metros e ângulo interno de 143°52'39" até o ponto P15, a terceira com 36,88 metros e ângulo interno de 163°52'01" até o ponto P16, a quarta com 32,75 metros e ângulo interno de 150°47'38" até o ponto P17, a quinta com 43,15 metros e ângulo interno de 158°07'19" até o ponto P18, a sexta com 23,11 metros e ângulo interno de 217°16'00" até o ponto P19, a sétima com 24,38 metros e ângulo interno de 191°01'12" até o ponto P20, a oitava com 16,68 metros e ângulo interno de 161°58'40" até o ponto P21, a nona com 3,39 metros e ângulo interno de 172°52'09" até o ponto P22, a décima com 40,85 metros e ângulo interno de 168°09'10" até o ponto P23, a décima primeira com 14,91 metros e ângulo interno de 203°36'40" até o ponto P24, a décima segunda com 48,74 metros e ângulo interno de 194°06'13" até o ponto P25, confrontando com terras de EDELBERT LADWIG E ELDA LADWIG (Matrícula nº 14.013 - 1º Ofício de Registro de Imóveis de Indaial), sendo este o lado ESQUERDO, deste ponto segue em direção ao lado direito em linha reta de 12,00 metros e ângulo interno de 82°14'23" até o ponto PP, confrontando com a Rua Adolfo Molinari, sendo esta a FRENTE.

Art. 2º - A área de terras ora desapropriadas com base no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, combinado com a Lei 6.602/78 e 9785/99, destinar-se-á a regularização de parte de via pública, via esta já consolidada e denominada Rua Adolfo Molinari, Bairro Polaquia, através da Lei nº 1781/1988.

Art. 3º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, sem ônus para o Município, ficando sob a responsabilidade do Município a escrituração da área ora desapropriada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 542/18.

Município de Indaial, em 28 de agosto de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONVENIO Nº 004-2019

Publicação Nº 2138687

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONVÊNIO Nº 004/2019

CONVENIADA: CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI (UNIASSELVI).

OBJETO DO CONTRATO: O objeto do presente CONVÊNIO é a cooperação técnica entre as PARTES visando a promoção de educação física e práticas esportivas, onde a UNIASSELVI ofertará, por meio de seu POLO DE APOIO EAD na Cidade de Indaial/SC, o curso superior de Licenciatura em Educação Física, na modalidade a distância ("EAD") e a PREFEITURA, por sua vez, disponibilizará à UNIASSELVI o uso gratuito do Ginásio de Esportes Sérgio Luiz Petters, localizado na Avenida Getúlio Vargas, s/n, bairro Centro, nesta cidade de Indaial/SC e da Piscina Municipal, anexa ao Complexo Esportivo PAME, localizada na Rua Leoberto Leal, s/n, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial/SC, para a realização de atividades práticas de Educação Física pelos alunos do curso em questão.

PRAZO: Este Convênio vigorará a partir de sua assinatura pelo prazo de 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONVENIO Nº 005-2019

Publicação Nº 2138711

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONVÊNIO Nº 005/2019

CONVENIADA: MUNICÍPIO DE INDAIAL.

OBJETO DO CONTRATO: O objeto do presente Convênio é a cessão do servidor da Fundação Indaialense de Cultura, Sr. Luiz Alberto da Silva Souza, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pelas requisições do Departamento de Comunicação e criação de artes gráficas para todas as secretarias do Município, conforme Decreto nº 357, de 24 de Março de 2017.

PRAZO: 31 de julho de 2019 até 31 de julho de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO 142-2019

Publicação Nº 2138630

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 142/2019

CONTRATADA: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa a retificação da Cláusula Terceira – Do Objeto, item 3.1, do Contrato original, de forma que onde se lê "pavimentação asfáltica", leia-se "pavimentação em blocos de concreto", conforme Planilha de Orçamento e Proposta de Preços apresentada e homologada.

OBJETO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a execução de pavimentação em blocos de concreto da Rua Arnold Alfath Trecho 01, com início na interseção com a Rua Doutor Blumenau (estaca 0+5,00PP), finalizando na interseção com a Rua Tecla Maria Alfath (estaca 15+18,00PF), perfazendo um total 313,00 metros de extensão, conforme Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos, constantes nos anexos III, IV e V, respectivamente, do edital mencionado na Cláusula Primeira.

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO 142-2018

Publicação Nº 2138551

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 142/2018

CONTRATADA: FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa o acréscimo dos itens 1.0, 2.1, 2.2 e 2.3, da planilha de quantidade e preços unitários e totais da proposta de preços apresentada, no valor total de R\$ 18.097,07 (dezoito mil, noventa e sete reais e sete centavos).

VALOR: R\$ 779.382,27 (setecentos e setenta e nove mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e sete centavos).

DATA DA ASSINATURA: 31/07/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO 145-2018

Publicação Nº 2138648

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 145/2018

CONTRATADA: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa a concessão de reajuste contratual, no valor total de R\$ 32.933,98 (trinta e dois mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e oito centavos).

VALOR: R\$ 2.017.445,86 (dois milhões, dezessete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 1º/08/2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/2019

Publicação Nº 2138215

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 187/2019

Edital de Pregão Presencial nº 001/2019-28983

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de serviços de sonorização e iluminação para a FIC.

Entrega dos envelopes: 11/09/2019 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 11/09/2019 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2019

Publicação Nº 2138218

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 188/2019

Edital de Inexigibilidade nº 025/2019-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de serviço da empresa A.A. Cardoso Produções para a apresentação teatral "Calota e Gasolina em trânsito" com a temática voltada a educação no trânsito, para a Semana Nacional do Trânsito.

Entrega dos envelopes: 29/08/2019

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 189/2019

Publicação Nº 2138473

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 189/2019

Edital de Concorrência nº 009/2019-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Execução de Pavimentação e Urbanização que contempla a Avenida Carlos Schroeder, a Rua Prefeito Doutor Nilo de Freitas, Avenida João Hennings, a Rua Kunibero Milbratz e a Rua Curt Hering.

Entrega dos envelopes: 30/09/2019 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 30/09/2019 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

LEI 911/2019

Publicação Nº 2137934

LEI Nº. 911, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa Badesc Cidades e tomar empréstimo junto ao BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º - A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento da construção de mini-ginásio escolar, infraestrutura do parque de máquinas, pavimentação do pátio/estacionamento do paço Municipal e do Centro Educacional Municipal de Iomerê – CEMI e parte da rua Irmão Guzzetti.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 1.5000.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
IOMERÊ, 28 DE AGOSTO DE 2019
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 3472/2019.

Publicação Nº 2138363

PORTARIA Nº 3472 DE 23 DE AGOSTO DE 2019
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias ao Sec. Municipal de Saúde, MILTO LUIZ BORG, pelo período de 15 (quinze) dias, referente ao período aquisitivo de 04/10/2016 a 03/10/2017 a contar de 26/08/2019 a 09/09/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 23 de agosto de 2019
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 3473/2019

Publicação Nº 2138372

PORTARIA Nº 3473 DE 26 DE AGOSTO DE 2019
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a Servidor Municipal, ODIR PAGNO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 19/03/2018 a 18/03/2019 a contar de 02/09/2019 a 01/10/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 26 de agosto de 2019
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

PORTARIA 3474/2019

Publicação Nº 2138376

PORTARIA Nº 3474 DE 26 DE AGOSTO DE 2019
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a Servidor Municipal, SIBELE ORSATTO, pelo período de 10 (dez) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2017 a 28/02/2018 a contar de 28/08/2019 a 06/09/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 26 de agosto de 2019
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

8TAC1/2019-CISAMAUC

Publicação Nº 2139155

21/08/2019 31/12/2019 21/08/2019 868 8TAC-CISAMAUC 1/19-CISAMAUC 2 Atender as despesas com a contratação de atendimentos médico clínicos especializados e exames, nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, junto aos profissionais credenciados no consórcio. 50000,00 7354 Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Urug. Cat J 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

CONTRATOS 045 A 059-2019-FMS

Publicação Nº 2139158

22/08/2019 22/08/2019 22/08/2019 2019 5 857 45/2019 0 1 Aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e mobiliário em geral e informática para as Secretarias Municipais de Agricultura, Administração, Educação e Câmara Municipal de Vereadores. 8222,70 8999 ALTERMED Materiais Médicos Hospitalares Ltda. J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 2 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

22/08/2019 22/08/2020 22/08/2019 2019 5 858 46/2019 0 1 Aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e mobiliário em geral e informática para as Secretarias Municipais de Agricultura, Administração, Educação e Câmara Municipal de Vereadores. 1604,00 102515 COOPERMEDICA COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 2 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

22/08/2019 22/08/2020 22/08/2019 2019 5 859 47/2019 0 1 Aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e mobiliário em geral e informática para as Secretarias Municipais de Agricultura, Administração, Educação e Câmara Municipal de Vereadores. 2794,00 102595 D-X INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO L J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 2 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

22/08/2019 22/08/2020 22/08/2019 2019 5 860 48/2019 0 1 Aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e mobiliário em geral e informática para as Secretarias Municipais de Agricultura, Administração, Educação e Câmara Municipal de Vereadores. 8739,36 102891 DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPIT J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 2 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

22/08/2019 22/08/2020 22/08/2019 2019 5 861 49/2019 0 1 Aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e mobiliário em geral e informática para as Secretarias Municipais de Agricultura, Administração, Educação e Câmara Municipal de Vereadores. 5661,87 10343 DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLOGICOS J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 2 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

22/08/2019 22/08/2020 22/08/2019 2019 5 862 50/2019 0 1 Aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e mobiliário em geral e informática para as Secretarias Municipais de Agricultura, Administração, Educação e Câmara Municipal de Vereadores. 2824,26 8703 DENTAL OESTE EIRELI J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 2 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

22/08/2019 22/08/2020 22/08/2019 2019 5 863 53/2019 0 1 Aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e mobiliário em geral e informática para as Secretarias Municipais de Agricultura, Administração, Educação e Câmara Municipal de Vereadores. 612,64 102890 MARILICE KEIL J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 2 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

22/08/2019 22/08/2020 22/08/2019 2019 5 864 55/2019 0 1 Aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e mobiliário em geral e informática para as Secretarias Municipais de Agricultura, Administração, Educação e Câmara Municipal de Vereadores. 8050,20 7013 OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 2 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

22/08/2019 22/08/2020 22/08/2019 2019 5 865 56/2019 0 1 Aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e mobiliário em geral e informática para as Secretarias Municipais de Agricultura, Administração, Educação e Câmara Municipal de Vereadores. 4327,47 102061 POSSATTO & POSSATO LTDA - ME J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 2 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

22/08/2019 22/08/2020 22/08/2019 2019 5 866 57/2019 0 1 Aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e mobiliário em geral e informática para as Secretarias Municipais de Agricultura, Administração, Educação e Câmara Municipal de Vereadores. 4829,03 9077 Prhodent - Com. e Repres. Prod.Hosp.Dent. Ltda. J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 2 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

22/08/2019 22/08/2020 22/08/2019 2019 5 867 58/2019 0 1 Aquisição de materiais e equipamentos odontológicos e de enfermagem em atenção básica e programas das Unidades do Fundo Municipal de Saúde e mobiliário em geral e informática para as Secretarias Municipais de Agricultura, Administração, Educação e Câmara Municipal de Vereadores. 682,30 10406 Tata Com. de Equip. p/Saúde Odonto Médico Ltda. J 1 0 0 0 36 C 0 0 14 PE 2 2019 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038-2019

Publicação Nº 2138080

Ata de Registro de Preços nº 038/2019

Processo Administrativo nº 109/2019

Pregão Presencial nº 050/2019

O Município de Iporã do Oeste, Estado Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Lúcio Mallmann, no uso de suas atribuições legais, em face da classificação das propostas apresentadas, classificadas e adjudicadas no Pregão Presencial nº 050/2019, homologadas no dia 28 de Agosto de 2019, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS EM ATENDIMENTO A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC, conforme especificações abaixo.

1.2. As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Fornecedor: 74845 - LEIDIMARA LAGUNA RENZ						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
10	CARIMBO AUTOMÁTICO PERSONALIZADO - Tamanho da Impressão: 4,7 x 1,8 cm - - Cor da impressão: Preta; Confeccionado em borracha de alta qualidade com gravação a laser.	Unidade		15,00000	R\$60,0000	R\$900,0000
11	CARIMBO AUTOMÁTICO PERSONALIZADO - Tamanho da Impressão: 6x4 cm - - Cor da impressão: Preta; Confeccionado em borracha de alta qualidade com gravação a laser.	Unidade		15,00000	R\$110,0000	R\$1.650,0000
12	CARIMBO AUTOMÁTICO PERSONALIZADO - Tamanho da Impressão: 58x23mm - - Cor da impressão: Preta; Confeccionado em borracha de alta qualidade com gravação a laser.	Unidade		15,00000	R\$69,0000	R\$1.035,0000
19	CARIMBO AUTOMÁTICO CONFECCIONADO EM BORRACHA DE ALTA QUALIDADE REDONDO TAMANHO C 20.	Unidade		25,00000	R\$60,0000	R\$1.500,0000
20	CARIMBO AUTOMÁTICO CONFECCIONADO EM BORRACHA DE ALTA QUALIDADE REDONDO TAMANHO C 30.	Unidade		25,00000	R\$71,0000	R\$1.775,0000
21	CARIMBO AUTOMÁTICO CONFECCIONADO EM BORRACHA DE ALTA QUALIDADE QUADRADO TAMANHO C 20.	Unidade		25,00000	R\$72,0000	R\$1.800,0000
22	CARIMBO AUTOMÁTICO CONFECCIONADO EM BORRACHA DE ALTA QUALIDADE QUADRADO TAMANHO C 30.	Unidade		25,00000	R\$79,0000	R\$1.975,0000
23	CARIMBO AUTOMÁTICO CONFECCIONADO EM BORRACHA DE ALTA QUALIDADE QUADRADO TAMANHO C 40.	Unidade		25,00000	R\$86,0000	R\$2.150,0000
24	CARIMBO AUTOMÁTICO CONFECCIONADO EM BORRACHA DE ALTA QUALIDADE QUADRADO TAMANHO C 55.	Unidade		25,00000	R\$104,0000	R\$2.600,0000
Total do Fornecedor:						R\$15.385,0000
Fornecedor: 142190 - NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - EPP						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
9	BLOCOS DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - TAMANHO 16 X 22CM - - 03 VIAS AUTOCOPIATIVAS, SENDO 1 E 2ª VIAS SERRILHADAS PARA DESTACAR. COLADO E GRAMPEADO, NUMERADO, VIAS EM CORES DIFERENTES E ESCRITA EM PRETO. COM LAYOUT DIVERSOS - DETERMINADO PELA SECRETARIA EMISSORA DA REQUISICÃO DE COMPRA.	Unidade		300,00000	R\$4,0000	R\$1.200,0000
Total do Fornecedor:						R\$1.200,0000
Fornecedor: 149861 - POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
4	NOTA DE PRODUTOR RURAL - FORMULÁRIO CONTÍNUO. - 4 VIAS - 1ª, 2ª E 3 VIAS PICOTADAS (DE FÁCIL DESTAQUE), 4ª VIA NÃO PICOTADA. PAPEL AUTO-COPIATIVO. TAMANHO: 21,6 X 24CM. MODELO CONFORME DETERMINAÇÃO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	Unidade		30.000,00000	R\$0,2600	R\$7.800,0000

5	CAPAS PARA BLOCO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL. - CONFECCIONADO EM PAPEL 230/GM², COM VINCOS, 4X1 CORES, 48 CM x 22,00 CM. CONFORME MODELO DETERMINADO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	Unidade		4.000,00000	R\$0,5900	R\$2.360,0000
8	BLOCO PARA USOS DIVERSOS - TAMANHO PAPEL OFÍCIO A4 (50X3) - - 03 VIAS AUTOCOPIATIVAS, SENDO 1 E 2ª VIAS SERRILHADAS PARA DESTACAR. COLADO E GRAMPEADO, NUMERADO, VIAS EM CORES DIFERENTES E ESCRITA EM PRETO. COM LAYOUT DIVERSOS - DETERMINADO PELA SECRETARIA EMISSORA DA REQUISICÃO DE COMPRA.	Unidade		200,00000	R\$10,9000	R\$2.180,0000
14	BLOCO PARA USOS DIVERSOS - TAMANHO 18X16 EM 02 VIAS C/50 FOLHAS (50X2) - - VIAS AUTOCOPIATIVAS, SENDO 1ª VIA SERRILHADA PARA DESTACAR. COLADO E GRAMPEADO, NUMERADO, VIAS EM CORES DIFERENTES E ESCRITA EM PRETO. COM LAYOUT DIVERSOS - DETERMINADO PELA SECRETARIA EMISSORA DA REQUISICÃO DE COMPRA.	Unidade		150,00000	R\$4,9900	R\$748,5000
15	PAPEL TIMBRADO - TAMANHO PADRAO A4, SULFITE 90gr, 4x0 CORES,- COM FOTOLITO. CONFORME ANEXO DO PRESENTE EDITAL. O MODELO ESTÁ DISPONIVEL EM CD.	Unidade		12.000,00000	R\$0,0900	R\$1.080,0000
16	ENVELOPE PERSONALIZADO saco pequeno	Unidade		500,00000	R\$0,4900	R\$245,0000
17	PASTA PERSONALIZADA ESTREITA	Unidade		2.000,00000	R\$0,8900	R\$1.780,0000
Total do Fornecedor:						R\$16.193,5000
Fornecedor: 166766 - MARCELO SIMONI ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	BLOCO DE RECEITUARIO MEDICO SIMPLES, PAPEL 56GR, TAM 20 X 15CM. BLOCO COM 50 FOLHAS. (MODELO ANEXO)	Unidade		150,00000	R\$2,1900	R\$328,5000
2	BLOCO RECEITUARIO MEDICO, DUAS VIAS, PAPEL SULFITE 56GR BRANCO NA 1ª VIA E PAPEL CARBONADO 56GR AMARELO NA 2ª VIA. TAM 20 X 15CM. BLOCO COM 50 RECEITAS	Unidade		100,00000	R\$4,8800	R\$488,0000
3	BLOCO DE RECEITUARIO MEDICO DE CONTROLE ESPECIAL (TIPO B), PAPEL SULFITE 75 GR EM COR AZUL, BLOCO COM 50 FOLHAS, MEDINDO 25 X 8,7 CM, COM PARTE DESTACAVEL (PICOTADA). NUMERACAO CONFORME AUTORIZACAO ANEXA.	Unidade		50,00000	R\$4,7000	R\$235,0000
6	BLOCO PARA INSEMINAÇÃO - TAMANHO: 21 X 11,5 CM (50 X 3). - 03 VIAS EM PAPEL AUTOCOPIATIVO CB 54G, SENDO CADA VIA EM COR DIFERENTE. 1ª E 2ª VIAS SERRILHADAS PARA SEREM DESTACADAS. COLADO E GRAMPEADO. NUMERADO. MODELO CONFORME DETERMINAÇÃO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.	Unidade		200,00000	R\$5,9900	R\$1.198,0000
7	BLOCOS DE VALES INSEMINAÇÃO 50X1 - TAMANHO 140 x 90 mm - - NUMERADAS, COLADO E GRAMPEADO. COM SERRILHA IRREGULAR PARA DESTACAR.	Unidade		600,00000	R\$1,3900	R\$834,0000
13	BLOCOS DE ORIENTAÇÃO DO ENGENHEIRO AGRÔNOMO - TAMANHO PAPEL OFÍCIO A4 (50X2) - - COM 2 VIAS AUTOCOPIATIVAS, COM 50 FOLHAS, NUMERADAS SENDO 1ª VIA SERRILHADA PARA DESTACAR. COLADO E GRAMPEADO, NUMERADO, VIAS EM CORES DIFERENTES E ESCRITA EM PRETO. COM LAYOUT DETERMINADO PELA SECRETARIA EMISSORA DA REQUISICÃO DE COMPRA.	Unidade		50,00000	R\$9,9900	R\$499,5000
18	PASTA PERSONALIZADA LARGA	Unidade		1.000,00000	R\$1,6900	R\$1.690,0000
Total do Fornecedor:						R\$5.273,0000
Total Geral dos Itens:						R\$38.051,5000

1.3. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassará os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1. Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Processo Administrativo nº 109/2019 - Pregão Presencial nº 050/2019 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s);
- c) Ata de Julgamento.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará a partir de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1. A entrega dos materiais gráficos deverá ser realizada parcelada de acordo com a necessidade das Secretarias Municipais, sendo que alguns layouts encontram-se disponíveis em anexo ao site do município e outros serão definidos pelas Secretarias na emissão da Ordem de Fornecimento.

4.2. Os produtos licitados deverão ser entregues nas Secretarias Municipais solicitantes, em até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento com as quantidades solicitadas.

4.3. O objeto licitado deverá ser executado pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado e aprovado.

4.4. A não entrega do objeto conforme estabelecido nos itens acima ensejará a revogação da Ata de Registro de Preços e a aplicação das sanções legais previstas, depois de proporcionada a contraditória e ampla defesa.

4.5. A detentora da ATA comprometer-se-á integralmente pela boa qualidade dos produtos que fornecer, aplicando no que couber o Código de Defesa do Consumidor.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega dos produtos, acompanhada da Nota Fiscal/Fatura, a qual será certificada pelo responsável da Secretaria e encaminhada à Contabilidade para que se proceda ao pagamento, de acordo com a ordem cronológica de pagamento.

5.2. O Município de Iporã do Oeste não se responsabiliza pelo atraso dos pagamentos nos casos da empresa CONTRATADA não entregar os produtos de acordo com o solicitado ou ainda não entregar a nota fiscal.

5.3. A Administração Municipal reserva-se ao direito de devolução da nota fiscal/fatura não aprovada, e em hipótese alguma servirá de pretexto para que a licitante suspenda a entrega dos produtos ao município e realize a cobrança financeira dos que não tenham sido autorizada pelo responsável pela Secretaria.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos consignados no orçamento do Município de Iporã do Oeste/SC, por ação, programa, projeto atividade, fonte de recursos e elemento da despesa para este exercício e o exercício seguinte.

7. RESPONSABILIDADES

7.1. A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

7.2. A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. A empresa fornecedora é responsável também pela entrega dos produtos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

7.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

8. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

8.1. Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada na execução do objeto;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

9. DA INEXECUÇÃO, CANCELAMENTO E ALT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

9.1.1. Automaticamente:

- por decurso de prazo de vigência;
- quando não restarem fornecedores registrados;
- pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

9.2. A Ata de Registro de Preços poderá ainda ser cancelada de pleno direito:

9.2.1. Pela autoridade administrativa competente, quando:

- a empresa não cumprir com as obrigações dela constantes;
- a empresa der causa para a rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no artigo 78 d, inciso I a XII, ou XVII da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores;
- em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
- por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- o fornecedor não comparece ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.2.2. Pela empresa quando:

- o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado;

9.2.2.1. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultado a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei, caso não aceitas as razões do pedido.

10. PENALIDADES

10.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e alterações posteriores.

10.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

10.3. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste termo, a Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste poderá aplicar à empresa vencedora as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.4. Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido

o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.6. Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

11.2. Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Mondai/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Iporã do Oeste/SC, 28 de Agosto de 2019.

LUCIO MALLMANN

Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

LEIDIMARA LAGUNA RENZ: _____;

NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA – EPP: _____;

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA: _____;

MARCELO SIMONI ME: _____.

Decreto nº 117/2019

Publicação Nº 2139024

DECRETO Nº 117 DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, SUPERÁVIT E REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.841/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	07.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	07.01	Fundo Munic. Desenvolvimento Rural - FMDR	
Proj./Ativ.	20.606.0016.2039	Manut. Ações Dpto de Agricultura e Meio Ambiente	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	10.000,00
01.00.00.00		Recursos Ordinários	15.000,00
Conta de Receita		41118023100000000000	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	15.000,00
Conta de Receita		41118014100000000000	
Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade:	06.01	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS	
Proj./Ativ.	026.0782.0018.2043	Manut. Departamento de Transporte e Obras	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações diretas	
03.00.00.00		Superávit – Recursos Ordinários	88.000,00
		Total	128.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, redução parcial ou total das dotações orçamentárias abaixo especificadas, com fulcro no inciso IIIº do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes:

Órgão:	07.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	07.01	Fundo Munic. Desenvolvimento Rural - FMDR

Proj./Ativ.	20.606.0016.2039	Manut. Ações Dpto de Agricultura e Meio Ambiente	
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	10.000,00
		Total	10.000,00

Art. 3º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, o provável excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), oriundos da Fonte de Recursos 01.00.00.00 – Recursos Ordinários, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 4º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, o superávit financeiro verificado no exercício de 2018, no valor de R\$ 20.179,77 (vinte mil cento e setenta e nove reais com setenta e sete centavos), oriundos da Fonte de Recursos 03.00.00.00 – Superávit - Recursos Ordinários, nas contas Banco do Brasil conta nº 8.496-4, e o valor de R\$ 67.820,23, conta Banco do Brasil nº 11.953-9, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 5º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2019 - Lei Municipal nº 1.838/2018 e da LOA 2019 – Lei Municipal nº 1.841/2018, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 19 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Decreto nº 111/2019

Publicação Nº 2139091

DECRETO Nº 111 DE 07 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO O PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.841/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	05.00	SEC. EDUCAÇÃO, DESP, CULTURA E TURISMO	
Unidade:	05.02	Departamento de Desporto	
Proj./Ativ.	27.813.0019.2044	Manutenções Ações Departamento de Desporto	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
03.00.00.00		Superávit - Recursos Ordinários	18.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
03.00.00.00		Superávit - Recursos Ordinários	27.000,00
Unidade:	05.04	Fundo Municipal de Cultura - FMC	
Proj./Ativ.	0013.0392.0014.2074	Ações do Fundo Municipal de Cultura - FMC	
3.3.50.00.00.00.00.00		Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	2.000,00
Conta Receita		4.1113.0311.0000.0000.00	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	3.000,00
Órgão:	11.00	SEC. DESENVOLV. ECONÔMICO E URBANO	
Unidade:	11.03	DEPARTAMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Proj./Ativ.	023.691.0017.2042	Manut. Departamento Indústria e Comércio	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	20.000,00
		Total	70.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, o provável excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, o

valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), oriundos da Fonte de Recursos 01.00.00.00 – Recursos Ordinários, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 3º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, o superávit financeiro verificado no exercício de 2018 no valor de R\$ 31.941,51 (trinta e um mil novecentos e quarenta e um reais com cinquenta e um centavos), oriundos da Fonte de Recursos 03.00.00.00 – Superávit – Recursos Ordinários, Banco do Brasil conta nº 10.349-6 e o valor de R\$ 13.058,49 (treze mil e cinquenta e oito reais com quarenta e nove centavos), oriundos da Fonte de Recursos 03.00.00.00 – Superávit – Recursos Ordinários, Banco do Brasil conta nº 51.050-5, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 4º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, redução parcial ou total das dotações orçamentárias abaixo especificadas, com fulcro no inciso IIIº do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes:

Órgão:	05.00	SEC. EDUCAÇÃO, DESP., CULTURA E TURISMO	
Proj./Ativ.	0013.0392.0014.2074	Ações do Fundo Municipal de Cultura - FMC	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	3.000,00
Órgão:	11.00	SEC. DESENVOLV. ECONÔMICO E URBANO	
Unidade:	11.03	DEPARTAMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
Proj./Ativ.	023.691.0017.2042	Manut. Departamento Indústria e Comércio	
3.1.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	20.000,00
		Total	23.000,00

Art. 5º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2019 - Lei Municipal nº 1.838/2018 e da LOA 2019 – Lei Municipal nº 1.841/2018, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.
Iporã do Oeste - SC, 07 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se
LÚCIO MALLMANN
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
Secretário de Administração e Finanças

Decreto nº 115/2019

Publicação Nº 2139094

DECRETO Nº 115 DE 14 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.841/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 218.645,59 (duzentos e dezoito mil seiscentos e quarenta e cinco reais com cinquenta e nove centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	02.00	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade:	02.001	Gabinete do Prefeito	
Proj./Ativ.	04.122.0022.2002	Manutenções Ações Gabinete do Prefeito	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	10.000,00
Conta de Receita		4172801210000000000	
Unidade:	02.08	Apoio a Pessoa Idosa	
Proj./Ativ.	04.122.0022.2016	Manutenção das Ações da Terceira Idade	
3.1.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	16.380,00
Conta de Receita		4161002110000000000	
Órgão:	05.00	SEC. EDUCAÇÃO, DESP., CULTURA E TURISMO	
Unidade:	05.02	Departamento de Desporto	

Proj./Ativ.	27.813.0019.2044	Manutenções Ações Departamento de Desporto	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	2.400,00
Conta de Receita		4111802330000000000	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	2.900,00
Conta de Receita		4111802340000000000	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	6.000,00
Conta de Receita		4112101140300000000	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	20.000,00
Conta de Receita		4172801110000000000	
Unidade:	05.03	Departamento de Cultura e Turismo	
Proj./Ativ.	13.392.0014.2034	Manut. Ações do Departamento Cultura e Turismo	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	10.000,00
Conta Receita		4172801210000000000	
Órgão:	06.00	SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	
Unidade:	06.01	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS	
Proj./Ativ.	026.0782.0018.2043	Manut. Departamento de Transporte e Obras	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	82.000,00
Conta de Receita		4172801110000000000	
Órgão:	07.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	07.01	Fundo Munic. Desenvolvimento Rural - FMDR	
Proj./Ativ.	20.606.0016.2039	Manut. Ações Dpto de Agricultura e Meio Ambiente	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	20.000,00
Conta de Receita		4112201110100000000	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	20.000,00
Conta de Receita		4172801210000000000	
Órgão:	11.00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E URBANO	
Unidade:	11.01	Depart. de Desenvolvimento Econômico e Urbano	
Proj./Ativ.	006.181.0015.2045	Manutenção de Ações de Segurança Pública	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.12.13.00		Convênio de Trânsito - Prefeitura	4.376,21
Conta de Receita		4172810910400000000	
01.11.13.00		Convênio de Trânsito - Civil	5.105,53
Conta de Receita		4172810910200000000	
01.10.13.00		Convênio de Trânsito - Militar	5.105,53
Conta de Receita		4172810910300000000	
Proj./Ativ.	15.452.0015.2046	Manutenção Ações do Departamento de Urbanismo	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	14.378,32
Conta de Receita		4112201110100000000	
		Total	218.645,59

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, o provável excesso de arrecadação verificado no exercício de 2019, o valor de R\$ 204.058,32 (duzentos e quatro mil e cinquenta e oito reais com trinta e dois centavos), oriundos da Fonte de Recursos 01.00.00.00 – Recursos Ordinários, o valor de R\$ 4.376,21 (quatro mil trezentos e setenta e seis reais com vinte e um centavos), oriundos da Fonte de Recursos 01.12.13.00 – Convênio de Trânsito – Prefeitura, o valor de R\$ 5.105,53 (cinco mil cento e cinco reais com cinquenta e três centavos), oriundos da Fonte de Recursos 01.11.13.00 – Convênio de Trânsito – Civil, e o valor de R\$ 5.105,53 (cinco mil cento e cinco reais com cinquenta e três centavos), oriundos da Fonte de Recursos 01.10.13.00 – Convênio de Trânsito – Militar, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2019 - Lei Municipal nº 1.838/2018 e da LOA 2019 – Lei Municipal nº 1.841/2018, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 218.645,59 (duzentos e dezoito mil seiscentos e quarenta e cinco reais com cinquenta e nove centavos).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 14 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Decreto nº 118/2019

Publicação Nº 2139037

DECRETO Nº 118 DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.865/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	07.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	07.02	Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA	
Proj./Ativ.	0018.541.0024.2040	Manutenção das Ações do Departamento do Meio Ambiente	
3.1.71.00.00.00.00.00		Transferências a consórcios públicos mediante contrato de rateio	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	3.346,80
3.3.71.00.00.00.00.00		Transferências a consórcios públicos	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	5.020,20
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	750,00
4.4.71.00.00.00.00.00		Transferências a consórcios públicos	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	7.789,00
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	94,00
		Total	17.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 3º, redução parcial e/ou total das dotações orçamentárias abaixo especificadas, com fulcro no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes:

Órgão:	07.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	07.01	Fundo Munic. Desenvolvimento Rural - FMDR	
Proj./Ativ.	20.606.0016.2039	Manutenção Ações Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	17.000,00
		Total	17.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional especial autorizado no artigo 3º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2019 - Lei Municipal nº 1.838/2018 e da LOA 2019 - Lei Municipal nº 1.841/2018, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 17.000,00 (dezessete reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 21 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Decreto nº 119/2019

Publicação Nº 2139043

DECRETO Nº 119 DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE DESCAUCIONAMENTO DE LOTES DADOS COMO GARANTIA DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA DO LOTEAMENTO SCHWAB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o definido no Art. 109, inciso XXXI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 81 da Lei Complementar n. 086, de 18 de julho de 2012;

CONSIDERANDO o pedido da proprietária da Chácara Urbana, solicitando o descaucionamento parcial dos lotes, haja vista a conclusão de parte das obras de infraestrutura;

CONSIDERANDO o laudo de vistoria, datado de 20 de agosto de 2019, emitido pelo setor de tributação, fiscalização e engenharia, que atestam a conclusão de 95% do loteamento até o momento;

DECRETA:

Art. 1º Ficam descaucionados, os lotes a seguir descritos dados em garantia de execução de obras de infraestrutura do Loteamento denominado "SCHWAB", de propriedade de Ilga Schwab, aprovado pelo Decreto nº 088, de 08 de maio de 2018:

I - Lotes nº40; 53; 66; 79; 91; 104; 117; 266; 279; 292; 305; 318; 331; 371; 385 e 400 da Quadra nº272;

II - Lotes nº43; 56; 69; 82; 95; 108; 121; 270; 282; 295; 308; da quadra nº275.

Art. 2º O descaucionamento dos lotes é motivado face ao cumprimento parcial das obras de infraestrutura atestadas em Laudo de Vistoria que é parte integrante deste decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Iporã do Oeste - SC, 23 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
Secretário de Administração e Finanças

Decreto nº 122/2019

Publicação Nº 2139072

DECRETO Nº 122 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE PROGRESSÃO POR MERECIMENTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, de conformidade com a competência privativa prevista no art. 109, incisos XXXI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar Edital visando a Progressão Por Merecimento do Magistério Público Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica CONSTITUÍDA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE PROGRESSÃO POR MERECIMENTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, responsável pelo julgamento das inscrições e Títulos (Diplomas e Certificados) do Concurso Público de Títulos para Progressão por Merecimento, a ser realizado pelo Município de Iporã do Oeste, conforme, Edital nº 008/2019, datado de 27 de Agosto de 2019.

Art. 2º DESIGNAR a Comissão de Avaliação de que trata o artigo 1o, sendo composta da seguinte forma: Simone Schaefer Bourscheidt, representante da Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Cultura e Turismo; Rafaela Matte, representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Setor Pessoal; Selmira Nyland Schwengber, representante dos membros do Magistério Público Municipal; Diana Carla Barth, representante dos Servidores Públicos Municipais; Itamara Pivatto Batista Da Silva, representante do Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º A Comissão de Avaliação compete receber as inscrições, avaliar os títulos apresentados e emitir o relatório final.

Art. 4º A decisão da Comissão de Avaliação será soberana e terá plena validade quando contar com a presença da maioria dos membros.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 28 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Decreto nº 123/2019

Publicação Nº 2139080

DECRETO Nº 123 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE TURNO ÚNICO DE TRABALHO NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 109, incisos XXXI, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, a realização da FAIC nos dias 05 a 08 de setembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido turno único de trabalho, nas repartições públicas municipais de Iporã do Oeste no dia 06 de setembro de 2019, sexta-feira, no horário das 7h00 às 13h00.

Parágrafo Único: Não haverá atendimento ao público no período vespertino, deste dia, sendo que os atendimentos de urgência e emergência na área da saúde serão prestados na forma de plantão médico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 28 de agosto de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.431 DE 27 DE AGOSTO DE 2.019

Publicação Nº 2138048

DECRETO Nº 2.431 de 27 de agosto de 2.019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 215.000,00.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.810 de 16 de outubro de 2.017 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.018 – LDO e dá outras providências e combinado com os incisos I e II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I ao III do § 4º do artigo da Lei Municipal nº 1.813 de 11 de dezembro de 2.017, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.018 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 37, Projeto/Atividade 26.782.0026.2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 100.000,00.

II. Código reduzido 73, Projeto/Atividade 13.392.0023.2.043 - Gestão das Políticas e Ações da Cultura, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura, no valor de R\$ 15.000,00.

III. Código reduzido 79, Projeto/Atividade 20.605.0019.2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 30.000,00.

IV. Código reduzido 113, Projeto/Atividade 15.452.0027.2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 20.000,00.

V. Código reduzido 4, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 50.000,00.

TOTAL GERALR\$ 215.000,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 165.000,00.

II. Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 50.000,00.

TOTAL GERALR\$ 215.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 21 de agosto de 2.019.

Ipumirim-SC, 27 de agosto de 2.019

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

EDITAL 07 /2019 CMDCA

Publicação Nº 2138860

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente em conjunto com a Comissão Especial Eleitoral para escolha de novos Conselheiros Tutelares do Município de Ipumirim, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução Conanda n. 170/2014 e na Lei Municipal 179/2019 e:

_ Considerando que as eleições serão realizadas com a utilização de urnas eletrônicas;

_ Considerando que serão utilizadas 02 (duas) urnas, o que demanda a necessidade de local com dois ambientes para serem utilizados como local de votação;

_ Considerando que na data da realização das eleições para o Conselho Tutelar também haverá no Município de Ipumirim festa realizada pela Associação dos Idosos;

_ Considerando que a festa acima referida será realizada no Salão Paroquial, que fica ao lado do Centro de Convivência dos Idosos, local este previamente escolhido como local de votação;

Torna Publico que a votação para as eleições dos Conselheiros Tutelares do Município de Ipumirim serão realizadas nas dependências do Núcleo Educacional Municipal Claudino Locatelli, com endereço na Avenida Assis Brasil, 349, centro, no município de Ipumirim/SC.

Para tanto, ficam alteradas as seguintes cláusulas editalícias:

Item 9.3 .12 do edital, onde se lê:

9.3.O local de votação será no Centro de Convivência dos Idosos, Rua Sete de Setembro nº. 60, centro.

Leia-se:

9.3.O local de votação será no Núcleo Educacional Municipal Claudino Locatelli, com endereço na Avenida Assis Brasil, 349, centro, no município de Ipumirim/SC.

No calendário simplificado das eleições, item 12.1 do edital:

Onde se lê:

06/10/2019	Processo de escolha (votação)	Centro de Convivência dos Idosos, Rua sete de setembro, n.º 60, centro	9h às 16h sem intervalo para almoço
------------	-------------------------------	--	-------------------------------------

Leia-se:

06/10/2019	Processo de escolha (votação)	Núcleo Educacional Municipal Claudino Locatelli, com endereço na Avenida Assis Brasil, 349, centro	9h às 16h sem intervalo para almoço
------------	-------------------------------	--	-------------------------------------

Ipumirim/SC, 28 de agosto de 2019

MOIRA COMBOSKI SCHNEIDER

Presidente do CMDCA

CÁSSIO CANTON

Presidente da Comissão Especial Eleitoral

EDITAL Nº. 06/2019-CMDCA

Publicação Nº 2138857

Divulgação dos números e respectivos nomes dos candidatos aptos ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Ipumirim.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de IPUMIRIM, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no art. 132 e 139 da Lei Federal nº. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Resolução do CONANDA nº. 170/2014 e na Lei Complementar nº. 179/2019 torna público a relação de números e respectivos nomes dos candidatos aptos a participarem do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Ipumirim.

1. Relação:

Nº.	Nome
456	Andréia Benelli
234	Anilde Eisenhardt (Enfermeira)
567	Bruno Trojan
169	Dyonatan Scalco
232	Eluana Schwertz
380	Fabio Otfinovski (Binho)
175	Luciane Petry
280	Marilete Schneider
160	Marinalda Gabiatti Vogt
124	Morgana Cason Weimer
666	Nadia Canzi

Ipumirim, SC, 28 de agosto de 2019.

MOIRA COMBOSKI SCHNEIDER

Presidente do CMDCA

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PL 052/2019 TP 005/2019

Publicação Nº 2137974

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Iraceminha

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 052/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2019

A Comissão de Licitações designada pelo Decreto nº 001/2019, no uso das prerrogativas que lhe confere a lei, comunica aos interessados que a licitação referente à Tomada de Preços 005/2019, objetivando Contratação de empresa para EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, drenagem pluvial e sinalização, com área total de 26.290,90 m², a ser executado em várias ruas do interior e perímetro urbano do Município de Iraceminha, está SUSPENSA em virtude da necessidade de alterações no Edital.

Após serem realizadas as referidas alterações, o Aviso de Licitação e Edital serão republicados com uma nova data para abertura do certame. Informações pelo E-mail: compras@iraceminha.sc.gov.br

Iraceminha, SC, 28 de agosto de 2019
Daniela Assoni Bolfe
Presidente da Comissão

Irani

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA - TP N° 009/2019

Publicação N° 2138272

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI

O MUNICÍPIO DE IRANI torna público que o Processo Licitatório nº 092/2019 – Tomada de Preço nº 009/2019, agendado para o dia 27 de agosto do corrente ano, cujo objeto Contratação de empresa, por empreitada global, para execução do projeto de pavimentação asfáltica com C.A.U.Q., drenagem pluvial, sinalização viária e passeios públicos da Av. Prefeito Élio de Gregori, conforme Contrato de Repasse nº 8656013/2018/MDR/CAIXA, e documentos constantes do Anexo I deste Edital, restou DESERTO em virtude do não comparecimento de empresas licitantes no certame.

Irani, SC, 28 de agosto de 2019.
SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

ATA DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2019

Publicação Nº 2137972

Presentes à Sessão Pública, referente ao Processo Licitatório nº 29/2019, Pregão Presencial nº 19/2019, "AQUISIÇÃO DE 500 TONELADAS DE CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE), COM CAP, PARA MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA", a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sr. Cristiano Back membros da comissão designados pela Portaria nº 344/2018.

Aberta a Sessão Pública, a Comissão de licitação, através de seus membros presentes constatou que até o presente momento nenhuma Empresa manifestou interesse em participar, caracterizando a licitação como DESERTA. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ATA NEGATIVA, encaminhando o resultado para o Excelentíssimo Senhor Juliano Pozzi Pereira - Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 059/2019, TOMADA DE PREÇOS N° 007/2019

Publicação N° 2138817

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 059/2019

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N° 007/2019

O Prefeito Municipal em Exercício de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 16 de setembro de 2019, visando a contratação de empresa para implantação de passeio e ciclovia, as margens da SC 155, neste município. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 16 de setembro de 2019 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510.

Itá - SC, 28 de agosto de 2019.

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

Itaiópolis

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 02/2019

Publicação Nº 2138715

Portaria nº 362/2019, de 11 de março de 2019, alterada pela Portaria nº 684/2019, 07/08/2019.

Processo Administrativo Disciplinar instaurado em face à Servidora I.L.M. Dê-se ciência à Servidora I.L.M., para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, da juntada de novos documentos, através de sua Procuradora FABIANA GAUDÊNCIO BASCHERA – OAB/SC 43.578.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2019

Publicação Nº 2138264

Extrato do contrato nº 39/2019. Pregão Presencial nº 18/2019. Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo novo, zero Km, tipo Sedan, com 5 lugares, para uso do Programa de Educação Permanente em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde. Contratante: Fundo Municipal de Saúde. Contratada: Maxicar Distribuidora de Veículos Ltda. Valor Total R\$ 62.000,00 (Sessenta e dois mil reais). Vigência 12 meses. Itaiópolis, 28/08/2019. Felipe Tavares – Secretário Municipal da Saúde.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 127, DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138671

DECRETO Nº 127, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

DESIGNA E DELEGA ATRIBUIÇÕES AO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a:

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições ao Chefe de Gabinete do Prefeito, Jaime Luis Henkes, matrícula nº 15557/01, para cumulativamente, efetuar a assinatura de toda documentação da Secretaria de Fazenda e Planejamento, de 26 de agosto a 08 de setembro de 2019, período de atestado médico da Secretária Tecla Royer Scholz, matrícula nº 15262/01.

Parágrafo único. Esta delegação não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 26 de agosto de 2019.

Itapiranga, 26 de agosto de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 128, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138673

DECRETO Nº 128, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.247, de 27 de agosto de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte dotação:

1001 – Recursos de Impostos para Educação 25% R\$ 170.000,00

006.002 – Ensino Fundamental

0012.0361.0035.1017 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 27 de agosto de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM ☐ Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 129, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138676

DECRETO Nº 129, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.248, de 27 de agosto de 2019:

Decreta:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superavit Financeiro na seguinte dotação: 31000 – Rec. do Tes. do Exerc. Anterior – Recurso Ordinário, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

011.0001 – Secretaria Municipal de Transportes

0026.0782.0031.2047 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes

33.90.00.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, 27 de agosto de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM ☐ Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretaria de Administração.

DECRETO Nº 130, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138680

DECRETO Nº 130, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA-SC, POR CONTA DA PREVISÃO DO "EXCESSO DE ARRECAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.206, de 28 de dezembro de 2018:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2019, por conta da previsão do "excesso de arrecadação" na seguinte fonte de recurso: 1000 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e na fonte de recursos 1001 – Recursos de Impostos para Educação, no valor de R\$ 44.600,00 (quarenta e quatro mil e seiscentos reais).

002.0001 – Gabinete do Prefeito

0004.0122.0017.2003 – Procuradoria Geral do Município

33.90.00.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

006.0004 – Educação Infantil Creche

0012.0365.0016.2028 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil - Creche

33.90.00.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas R\$ 44.600,00

012.0001 – Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente

0020.0606.0032.2048 – Manut. das Ativid. Da Secret. da Agricultura e Meio Ambiente

33.90.00.00.00.00.00.1001 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos do dia 27 de agosto de 2019.

Itapiranga, 27 de agosto de 2019.

JORGE WELTER

Prefeito

Publicado no DOM ☐ Diário Oficial dos Municípios

José Gilvane Lauer

Secretaria Municipal de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.247, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138682

LEI MUNICIPAL Nº 3.247, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DO "EXCESSO DE ARRECADAÇÃO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Excesso de Arrecadação" na seguinte dotação:

1001 – Recursos de Impostos para Educação 25% R\$ 170.000,00

006.002 – Ensino Fundamental

0012.0361.0035.1017 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Materiais Permanente

44.90.00.00.00.00.01001 – Aplicações Diretas R\$ 170.000,00

Art. 2º - Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 27 de agosto de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretaria de Administração.

LEI MUNICIPAL Nº 3.248, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138689

LEI MUNICIPAL Nº 3.248, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superavit Financeiro na seguinte dotação: 31000 – Rec. do Tes. do Exerc. Anterior – Recurso Ordinário, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais):

011.0001 – Secretaria Municipal de Transportes

0026.0782.0031.2047 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Transportes

33.90.00.00.00.00.00.31000 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 27 de agosto de 2019.

Jorge Welter

Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios
Secretaria de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

ATA CMI 008.2019 ORDINARIA 27.08.2019

Publicação Nº 2137979

Ata: 008/2019

Reunião: ORDINÁRIA

Data: 27/08/2019

Horário: 14h00

Local: Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de 2019, no SCFV, às 14h00 foi efetuada a contagem dos presentes. Não houve quórum. Em nova contagem realizada às 14h28, não houve quórum novamente, estando presentes os conselheiros: Juliane Schuster (SMAS), Pedrolino Pires Neves (AMBRA), Roseli Itner (SAF), Neuci Mormito Freire (SAF), Nereu de Castro (Maria Izabel), Suely de Fátima Magalhães (Grupo Amorasas). Relata-se a presença da conselheira Neusa Maria Gomes Lopes (SMTC) às 15h05. Justificaram Ausência: Noeli Schwetler Saidel (SMS), Maria Aparecida Ramos de Farias (Grupo Reviver), Gleydis Elizabeth Favero (Grupo Amorasas). Ausentes os conselheiros: Manoel Proença Pereira (AMBRA), Claudia da Silva Barboza (SMAS), Mauricio Dimas Propst (Grupo Reviver), Vera Lúcia Soares (SME), Joseane Maria Soares de Lima (SMS), Geane Silva (SMTC), Mara Gouvêa Fantin (ILPI), Ângela da Silva Maria (ILPI), Rosemary Vital de Castro (Maria Izabel). Dando início a reunião a presidente Sra. Juliane Schuster deu boas vindas a todos, informou que a reunião será gravada e iniciou pela pauta anteriormente enviada: Iniciou pelo Decreto de Nomeação 4087 de 08 de agosto de 2019 que nomeou os membros da SMS. Em continuidade, o Expediente (correspondências): Item 01. Of. 0167/2019/PJ/ITP que consulta a existência de denúncias envolvendo o tema Transporte Intermunicipal/Interestadual nos últimos seis meses. ENCAMINHE-SE a resposta prévia ao Ministério Público. Item 02. Ofício 017/2019 CMAS que apresenta recomendações para a Prestação de Contas, em especial a alocação das despesas com as conferências Municipais do Idoso em rubrica específica. Deliberativa (Apreciação e Votação). Item 01. Relatório da Comissão de Políticas Públicas/Orçamento e Finanças sobre o projeto "Cuidador de Idosos". Fica para a próxima reunião, face não haver quórum. Informes/Outros Assuntos. a) Conferência Estadual da Pessoa Idosa em 02 de setembro de 2019, delegados Juliane (Governamental) e Suely (Sociedade Civil) e Janayna (Observador). Relatou-se que no decorrer do tempo houve alteração das orientações e que atualmente os custos da sociedade civil precisam ser custeados pelo município. b) Plano de Ação e Aplicação para o exercício 2020 (apresentação das atividades). Atualização dos avanços da comissão. c) Ofício ao TRE - Atualização cadastral dos votantes. OFICIE-SE o TRE consultando o órgão sobre prioritariamente a possibilidade de recadastramento dos eleitores e ofertando alternativamente, caso necessário, através do COMPI ou do município, as despesas com alimentação e hospedagem ou o plantão aos sábados ou o transporte de idosos para o recadastramento. d) Audiência pública - Outubro de 2019 data de 02/10/2019 agendada. Câmara solicita início a partir das 08h30 e programação do evento. AGUARDE-SE programação da comissão. e) Solicitação de capacitação para a AMUNESC. Câmara autorizou reserva de data para 04 e 05/09/2019. Porém a Secretaria aguarda formalização por parte da gestão/AMUNESC. Se possível reservar estas datas o dia todo. Inicialmente destacou-se a preocupação com a baixa aderência dos conselheiros em prazo tão curto. Ainda, a necessidade de foco específico à política do Idoso. Explanou-se o investimento para capacitação específica ao idoso com o qual o conselho se posicionou favoravelmente. Solicitando agenda para meados de outubro, 16 e 17 de outubro, preferencialmente, conforme disponibilidade Câmara. f) Atividades para o mês de outubro. g) A Secretaria Executiva informa que ainda está pendente o Decreto de Nomeação dos representantes da Secretaria Municipal de Educação. Em 25/06/2019 protocolou o ofício 019/2019 SEC o qual encaminhou o ofício 156/2019 SME de 17/06/2019, estabelecendo as Sra. Roseli Gonçalves Pinheiro (tit.) e Rode Ester Pessanha (supl.) Segundo a Lei Complementar 070/2019 em seu Art. 9º: "O exercício do mandato dos membros de Conselho Municipal iniciar-se-á com a posse, a qual deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias, contados da cientificação do órgão competente do Executivo Municipal.". h) Resposta Estudo de Caso referente ao Ofício CMI 014/2019. Relatou a presidente que até o presente momento, não houve resposta por parte parte SMAS. Encaminhe-se novamente para a SMAS. Requeira-se ação em regime de urgência. i) Definiu-se a entrega durante esta semana dos Relatórios Finais da Audiência Pública do Idoso e o convencimento sobre a participação das secretarias na audiência apresentando as respectivas devolutivas. Convoca-se o conselho para o dia 02/10/2019. Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a reunião as 15h43. Assinam a presente:

Juliane Schuster (SMAS)

Neusa Maria Gomes Lopes (SMTC)

Roseli Itner (SAF)

Neuci Mormito Freire (SAF)

Pedrolino Pires Neves (AMBRA)

Nereu de Castro (Maria Izabel)

Suely de Fátima Magalhães (Grupo Amorasas)

ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 46/2019 - DESERTA

Publicação Nº 2138306

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	28/08/2019	Horário: 11h:30min
Licitação /Modalidade	PREGÃO REGISTRO DE PREÇO PROCESSO	Nº 46/2019 Nº 31/2019 Nº 77/2019

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE GRELHAS E COLARINHOS DE CONCRETO PARA CONFECÇÃO DE CAIXAS DE CAPTAÇÃO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se a Pregoeira Oficial do Município, Sra. Fernanda Cristina Rosa, e Membros da Equipe de Apoio ao Pregão, conforme Decreto Municipal nº 4065/2019 do dia 23/07/2018. Observando que a Licitação foi publicada em Site Oficial do Município e Diário Oficial dos Municípios no dia 06/08/2019, a fim de ampla divulgação. Iniciada a sessão foi constatado que não houve entrega de envelopes, desta forma o presente certame foi considerado DESERTO. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão indo esta assinada por todos os presentes exatamente às 11h:35min.

FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL

KARINA JUSSARA DOS SANTOS
MEMBRO

CELSO CUNICO
MEMBRO

DECRETO MUNICIPAL Nº 4115, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138365

DECRETO MUNICIPAL Nº 4115, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Nomeia Ouvidor da Ouvidoria, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito de Itapoá, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 68, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr Claudio Roberson Lemonie na função de Ouvidor da Ouvidoria, da Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º O Coordenador da Ouvidoria deverá elaborar o projeto de lei instituindo a Ouvidoria no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação deste Decreto.

Parágrafo único. No mesmo prazo do caput, deverão estar concluídos o plano de ação e as diretrizes do respectivo órgão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 28 de agosto de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
Prefeito de Itapoá

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 101/2019 EDITAL 040/2018

Publicação Nº 2138623

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 101/2019

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretaria de Educação no dia 30/08/2019, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

09H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
32	20h	Professor Auxiliar de Turma	Shenia Siqueira de Jesus Oleari	04/09/2019	20/12/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;

- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 28 de agosto de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 102/2019 EDITAL 040/2018

Publicação Nº 2138651

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 102/2019

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 30/08/2019, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

09H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
33	20h	Professor Auxiliar de Turma	Neuci Mormitto Freire	04/09/2019	20/12/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 28 de agosto de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

TERMO DE SUSPENSÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 13/2019

Publicação Nº 2138325

Prefeitura Municipal de Itapoá / SC

Secretaria de Administração– Setor de Licitações e Contratos

Rua 960, nº 201 –Itapema do Norte –89249-000 Itapoá (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

DATA: 30 de agosto de 2019. HORÁRIO: 09h:00min (abertura)

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2019 - PROCESSO Nº 80/2019 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA SALA DE MÚSICA DA ESCOLA MUNICIPAL EUCLIDES EMÍDIO DA SILVA, LOCALIZADA A RUA PRINCESA IZABEL, Nº366, BAIRRO BARRA DO SAÍ, COM METRAGEM DE 540 M2, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL.

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, fica no presente ato suspensa, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa para análise dos pedidos de esclarecimentos protocolado sob o nº 10409/2019, pela empresa requerente: AOK ENGENHARIA CONSTRUÇÃO E LIMPEZA LTDA ME, CNPJ/MF: 28.254.470/0001-09, com sede à Rua Rio Araguaia, Bairro: Roça Grande, na cidade de Colombo/PR, CEP: 84.403-330.

Itapoá, 28 de agosto de 2019.

ANGELA MARIA PUERARI DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ituporanga

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1.071, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138952

PORTARIA Nº 1.071, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias, RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) VIRGILINO MEES, ocupante do cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO na Secretaria da INFRAESTRUTURA, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 12/08/2019 a 10/09/2019, referente ao período aquisitivo de 01/10/2015 a 01/10/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de agosto de 2019.

Ituporanga, SC, 26 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LEANDRO MAY
Secretário de Infraestrutura

PORTARIA Nº 1.075, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138950

PORTARIA Nº 1.075, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com os Incisos VII do Art. 65 da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 97 da Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2018 e conforme Comunicação Interna de Afastamento de Férias, RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o(a) servidor(a) CLAUDINEY DA CRUZ, ocupante do cargo de CHAPEADOR na Secretaria da INFRAESTRUTURA, a gozar férias pelo período de 30 (trinta) dias a contar de 13/08/2019 a 11/09/2019, referente ao período aquisitivo de 16/03/2018 a 15/03/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de agosto de 2019.

Ituporanga, SC, 26 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

LEANDRO MAY
Secretário de Infraestrutura

PORTARIA Nº 1.089, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139275

PORTARIA Nº 1.089, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

GERVÁSIO MACIEL Prefeito em Exercício do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e inciso VI, do artigo 3º, bem como o artigo 12 e seu parágrafo único, da Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007, RESOLVE:

Art.1º - Conceder função de confiança ao servidor LUIS AUGUSTO WAGNER SCHEEREN, ocupante do Cargo Efetivo de Contador na Secretaria da Fazenda, para exercer a Função de Confiança de Diretor do Departamento de Contabilidade, no Grupo Profissional – Função de Confiança 1 – FC – 1, na Secretaria da Fazenda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 28 de agosto de 2019.

GERVÁSIO MACIEL
Prefeito em Exercício

INÃ CARINI ZAPELINI ZANELLA
Secretária Interina da Administração

NILSON WERTER
Secretário Interino da Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 03/2019

Publicação Nº 2138585

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

DESPACHO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Acolhendo os termos do item ii) da conclusão do parecer jurídico, cuja fundamentação integra o presente ato, julgo procedente o recurso apresentado pela empresa Master Clean Limpeza e Conservação Ltda. (fls. 172/182), razão pela qual desclassifico a empresa licitante Via Nova Administradora de Serviços Eireli em razão do não cumprimento do item 4.2. do edital (não comprovação da capacidade técnica - art. 30, II, da Lei nº 8.666/93).

Convoque-se a próxima licitante na ordem de classificação para fins de análise dos documentos de habilitação e eventual ultimação da contratação.

Publique-se e intime-se.

Ituporanga – SC, 28 de agosto de 2019.

Jardel Pandini Regueira
Pregoeiro
Portaria nº 458/2019

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DO EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 10/2019 VERSÃO II

Publicação Nº 2139270

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DO EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 10/2019 VERSÃO II

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, com início às oito horas, na sala de reuniões da Diretoria de Habitação, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 12.730/2019, formada pelos membros Taciana Tecilla Gessner, Verenice Aparecida Cordeiro e Adrieli Bubinski Linhares, para sob a presidência da primeira, presente também o servidor Rodrigo José Branco de Moraes, agente administrativo da Diretoria da Habitação para acompanhamento dos trabalhos, procederem à abertura dos envelopes referentes ao CREDENCIAMENTO Nº 10/2019 VERSÃO II, que tem como objeto "o Credenciamento de empresa especializada em Regularização Fundiária para execução do Projeto "LAR LEGAL" neste município, através de Termo de Cooperação firmado com a Prefeitura Municipal. Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Empresa	Representante	Identificação
ADEHASC Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina	Tiago Silvano Coelho	004.415.539-58
Geosky Aerolevantamentos e Engenharia Ltda	Sem representante	xx-xx-xx
Ragserv Gestão e Serviços	Sem representante	xx-xx-xx
SC Engenharia e Geotecnologia Ltda	Sem representante	xx-xx-xx
Terra Firme Consultoria e Assessoria Ltda	Sem representante	xx-xx-xx

Após a identificação dos envelopes e Representantes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes Único - Habilitações. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes Único – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pelo Representante presente. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da Proponente	Quantidade de Folhas	Numeração de Folhas
ADEHASC Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina	113	Sem numeração
Geosky Aerolevantamentos e Engenharia Ltda	38	Sem numeração
Ragserv Gestão e Serviços Documentais Eireli	42	Sem numeração
SC Engenharia e Geotecnologia Ltda	54	Numeradas
Terra Firme Consultoria e Assessoria Ltda	62	Numeradas

Após análise criteriosa das Habilitações, à Comissão declara INABILITADA a empresa Geosky Aerolevantamentos e Engenharia Ltda por não apresentar o "projeto de credenciamento", exigido no item 3.5.1 do Edital. As demais empresas participantes foram habilitadas. A seguir foi colocada a palavra livre ao representante presente que não se manifestou. Tendo em vista que as demais empresas não possuem representantes presentes, abre-se o prazo para recurso de 05 (cinco) dias úteis para manifestar recurso sobre a Habilitação, concedendo-se vistas às partes. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se o presente Ata, a qual vai assinada pelos membros da Comissão Especial e pelo Representante presente, a qual será fornecida cópia desta. Jaraguá do Sul, 28 de agosto de 2019.

Taciana Tecilla Gessner	
Verenice Aparecida Cordeiro	
Adrieli Bubinski Linhares	
Rodrigo José Branco de Moraes	
Tiago Silvano Coelho	

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 057/2019/PAS

Publicação Nº 2138733

Edital de Notificação 057/2019/PAS
Jaraguá do Sul, 28 de agosto de 2019.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a Sra. NEUSA OLIVEIRA EICHENBERGER inscrita no CPF 587.434.649-04, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 055/2016 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 010526/A, decidindo pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 058/2019/PAS

Publicação Nº 2138735

Edital de Notificação 058/2019/PAS

Jaraguá do Sul, 28 de agosto de 2019.

A Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, NOTIFICA a empresa ADRIANO COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA inscrita no CNPJ 84.986.454/0002-54, atualmente em lugar incerto e não sabido, que foi proferida DECISÃO no Processo Administrativo Sanitário nº 041/2016 sendo acolhido e julgado procedente o Auto de Infração nº 001/VISA/2016, decidindo pela aplicação da penalidade de MULTA correspondente a 2500% da UPM.

A presente notificação será considerada efetivada 5 (cinco) dias após a publicação. Querendo o infrator, poderá oferecer recurso no prazo de 15 (quinze) dias contados da efetivação da notificação via Protocolo com Requerimento específico "VISA – DEFESA – RECURSO (I INSTÂNCIA) IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE".

Nilceane Aparecida Junckes Costa
Gerente de Vigilância Sanitária e Saúde do Trabalhador

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 171/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2018

Publicação Nº 2138100

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 171/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMAS, FMS e FMHIS

CONTRATADA: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 169/2019/SEMAD/DA, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
05.001.04.122.0300.2050	Manutenção das atividades administrativas - Administração	4.4.90 – Aplicações Diretas	47	0.1.00.0080
05.001.04.122.0300.2057	Manutenção das atividades do Patrimônio	4.4.90 – Aplicações Diretas	54	0.1.06.0557
05.001.04.122.0300.2057	Manutenção das atividades do Patrimônio	4.4.90 – Aplicações Diretas	54	0.1.89.0201
05.001.04.122.0300.2057	Manutenção das atividades do Patrimônio	4.4.90 – Aplicações Diretas	54	0.3.00.0080
05.001.04.122.0300.2059	Manutenção patrimonial - Administração	4.4.90 – Aplicações Diretas	56	0.1.00.0080
05.001.04.122.0300.2059	Manutenção patrimonial - Administração	4.4.90 – Aplicações Diretas	56	0.1.06.0557
05.001.04.122.0300.2059	Manutenção patrimonial - Administração	4.4.90 – Aplicações Diretas	56	0.3.00.0080
05.001.04.122.0300.2059	Manutenção patrimonial - Administração	4.4.90 – Aplicações Diretas	56	0.3.06.0557

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 15/08/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Alceu Gilmar Moretti, Maria Santin Camello, Luís Fernando Almeida e Martinho José Lehnert.

Argos José Burgardt
Secretario Municipal da Administração

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 348/2019 AO CONTRATO Nº 202/2019

Publicação Nº 2138103

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 348/2019 AO CONTRATO Nº 202/2019

DO PROCESSO – origem: Dispensa nº 83/2019

DO FUNDAMENTO LEGAL: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

Do CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Da CONTRATADA: Sociedade Cultura Artística – SCAR – CNPJ sob o nº 82.901.638/0001-68

Do OBJETO E VALOR: locação de espaços da Sociedade Cultura Artística – SCAR, como: grande e pequeno teatro, salas multi uso, camarins, piano-bar e outros com os profissionais (técnico de som e luz e ajudante de técnico) e os equipamentos (sonorização e iluminação), necessários para a realização dos eventos promovidos pela Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, elencados abaixo:

Eventos*:	Período 2019	Valor R\$	Avaliação nº
2º Festival de Cinema	15 a 19 de maio	16.947,00	4571/2019

Festival da Canção Estudantil	29 e 30 de maio	10.584,00	4572/2019
2º Festival de Corais de Jaraguá do Sul	25 a 29 de julho	34.458,00	4573/2019
13ª Feira do Livro e 28º Concurso de Declamação	07 a 19 de agosto	93.660,00	4574/2019
25º Jaraguá em Dança	31 de agosto a 16 de setembro	196.074,00	4575/2019
14º INTEJS (Integração do Teatro Estudantil de Jaraguá do Sul)	22 a 27 de outubro	12.004,80	4576/2019

*Eventos culturais e abertos ao público.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, bem como no Ofício nº 063/2019/SECEL encaminhado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, fica acrescido o espaço "Teatro Grande", no dia 28/08/2019, pelo valor de R\$ 6.796,00 (seis mil setecentos e noventa e seis reais). Em consequência, o valor do contrato passa a ser de R\$ 370.523,80 (trezentos e setenta mil quinhentos e vinte e três reais e oitenta centavos), correspondendo a 1,86% (um inteiro e oitenta e seis por cento) do valor original do contrato.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2019, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.001.13.392.1100.4103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 – Aplicações Diretas	506	0.1.00.0080

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 26/08/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lúcia Petry e Gilmar Antônio Moretti

Natália Lúcia Petry

Secretária de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 331/2019 AO CONTRATO Nº 232/2018

Publicação Nº 2138102

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 331/2019 AO CONTRATO Nº 232/2018

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 023/2018.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos I e IV c/c artigo 65 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para realização de obra de contenção das margens e ampliação de vazão, no Rio Jaraguá nas proximidades da ponte Tavares Sobrinho, no município de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Considerando que o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original foi suspenso em 01/08/2018 através da Ordem de Paralisação da Obra; bem como considerando o reinício das atividades em 12/02/2019, vide a Ordem de Reinício, e, ainda, que o prazo de execução não havia encerrado, sendo o prazo remanescente de mais 63 (sessenta e três) dias para a execução dos serviços, a contar do dia 12/02/2019; prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 170/2019, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 263/2019, fica prorrogado, com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos I e IV da Lei Federal 8.666/93, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 30/07/2019 com término em 12/09/2019. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 3.617,96 (três mil seiscentos e dezessete reais e noventa e seis centavos), correspondentes a 1,00% (um por cento) de redução em relação ao valor do contrato original. Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 3.597,15 (três mil quinhentos e noventa e sete reais e quinze centavos), correspondentes a 1,00% (um por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original. Em consequência do acréscimo e supressão, o valor total da obra fica em R\$ 376.022,60 (trezentos e setenta e seis mil e vinte e dois reais e sessenta centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2019, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
09.001.15.543.0451.2307	Preservação, recuperação, manutenção de áreas interditadas e/ou em situação de risco	4.4.90 – Aplicações Diretas	236	0.1.00.0080
09.001.15.543.0451.2307	Preservação, recuperação, manutenção de áreas interditadas e/ou em situação de risco	4.4.90 – Aplicações Diretas	236	0.3.00.0080

DA COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel

cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 11 de novembro de 2019, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 5.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 5.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 11.915/2018, servidor público Engenheiro Uwe Roberto Buhr, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 05/08/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Onésimo José Sell e Jaime Barbosa Soares Filho.

Onésimo José Sell

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

SAMAE - ATA Nº 4370

Publicação Nº 2138726

ATA Nº:	4370		
REF. LICITAÇÃO Nº:	082/2019		
MODALIDADE:	CONCORRÊNCIA – MENOR PREÇO GLOBAL		
OBJETO:	ELABORAÇÃO DE PROJETO E FORNECIMENTO DE RESERVATÓRIOS		
DATA DA SESSÃO:	28/08/2019	HORÁRIO DA SESSÃO:	14h

COMISSÃO DE LICITAÇÃO: (Designada pela Portaria nº 139/2019)

Fabiano Laube
Thiago Martins
Enio Evandro Luchtenberg

Na presente data, na sala de reuniões do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sita na Rua Erwino Menegotti, 478, bairro Água Verde, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação para dar continuidade ao processo licitatório Concorrência 082/2019. Após a conferência da inviolabilidade do Envelope nº 02 pela Comissão, procedeu-se a abertura do invólucro para análise das Proposta Comercial da empresa concorrente habilitada para esta fase do certame, a seguir identificada:

EMPRESA HABILITADA PARA A SEGUNDA FASE:	REPRESENTANTE:
SM7 ENGENHARIA, TECNOLOGIA E IMPORTAÇÃO LTDA.	SEM REPRESENTANTE

Ato contínuo a empresa restante foi classificada de acordo com o tipo da Licitação - "MENOR PREÇO GLOBAL", conforme mapa de preços anexo. A Comissão de Licitação encaminhará a Proposta Comercial da empresa vencedora, SM7 Engenharia, Tecnologia e Importação Ltda., para análise da Assessoria de Apoio Técnico para verificação de atendimento às condições exigidas no edital. Na forma da lei, abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, concedendo-se vistas às partes. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ATA, a qual vai assinada pelos presentes.

MAPA DE PREÇOS				EMPRESA HABILITADA		
				SM7 ENGENHARIA		Menor Preço
ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UN.	QUANT.	UN.	TOTAL	GLOBAL
1	ELABORAÇÃO DE PROJETO E FORNECIMENTO DE RESERVATÓRIOS	obra	1	R\$ 4.713.654,42	R\$ 4.713.654,42	R\$ 4.713.654,42
TOTAL GERAL				R\$ 4.713.654,42		

Jaraguá do Sul, 28 de agosto de 2019.

Comissão de Licitação: Fabiano Laube, Enio Evandro Luchtenberg e Thiago Martins

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2019**

Publicação Nº 2138703

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº20/2019

OBJETO: aquisição de placas e medalhas.

A Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, de acordo com as atribuições que lhes foram conferidas, em conformidade com o resultado do Pregão Presencial N.º 20/2019, devidamente homologado, RESOLVE, nos termos da Lei nº. 8.666/93 e das demais normas legais aplicáveis, tornar público o Extrato da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS do presente Pregão:

VENCEDOR: HB COMÉRCIO DE BRINDES LTDA – ME.

CNPJ- 09.483.154/0001-56

Valor Total Homologado: R\$ 2.531,75 (Dois mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta e cinco centavos).

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	EMPRESA
5	8	Cabeçalho para Plenário,	1	R\$ 640,00	R\$ 640,00	HB Comércio de Brindes Ltda-ME
9	12	Medalha de Mérito	1	R\$ 280,00	R\$ 280,00	HB Comércio de Brindes Ltda-ME
10	13	Medalha cunhada em metal	2	R\$ 320,00	R\$ 640,00	HB Comércio de Brindes Ltda-ME
11	14	Pin fundido e prendedor borboleta metálica	65	R\$ 14,95	R\$ 971,75	HB Comércio de Brindes Ltda-ME

VENCEDOR: RÉGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA

CNPJ- 79.912.788/0001-62

Valor Total Homologado: R\$ 13.446,00 (Treze mil, quatrocentos e quarenta e seis reais).

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	EMPRESA
7	10	Placa de homenagem em metal. Embalagem plástica transparente.	57	R\$ 78,00	R\$ 4.446,00	Regis Comércio de Brinquedos Ltda-ME
8	11	Placa de homenagem em metal dourado. Estojo em MDF revestido de veludo.	100	R\$ 90,00	R\$ 9.000,00	Regis Comércio de Brinquedos Ltda-ME

VENCEDOR: CLEUSA DO NASCIMENTO GOULART ME

CNPJ- 15.186.477/0001-80

Valor Total Homologado: R\$ 14.040,00 (Quatorze mil e quarenta reais).

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	EMPRESA
1	1	Placa de porta para gabinete de Vereador,	11	R\$ 110,00	R\$ 4.450,00	Cleusa do Nascimento Goulart-ME
	2	Placa de porta, com impressão digital	30	R\$ 108,00		
2	3	Prisma de mesa,	22	R\$ 106,00	R\$ 2.332,00	Cleusa do Nascimento Goulart-ME
3	4	Quadro para Galeria dos Vereadores Mirins,	11	R\$ 225,00	R\$ 2.859,00	Cleusa do Nascimento Goulart-ME
	5	Cabeçalho para Galeria Vereadores Mirins,	1	R\$ 384,00		

4	6	Quadro para Galeria das Vereadoras,	7	R\$ 230,71	R\$ 1.999,00	Cleusa do Nascimento Goulart-ME
	7	Cabeçalho para Galeria Vereadoras,	1	R\$ 384,03		
6	9	Conjunto de letras caixa em latão dourado brilhante	1	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	Cleusa do Nascimento Goulart-ME

Jaraguá do Sul, 29 de agosto de 2019.

Marcelindo Carlos Gruner

Presidente

TERMO DE RATIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2019

Publicação Nº 2138685

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico por este termo, a Dispensa de Licitação conforme segue abaixo:

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24 II da Lei nº 8.666/93 e Decreto nº 9.412/2018 Art. 1º e alterações posteriores.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: CIA CATARINENSE CONTROLE DE PRAGAS LTDA. – CNPJ: 29.284.085/0001-69

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização serviços de desinsetização, desratização e limpeza de caixas de água e cisterna do prédio sede da Câmara Municipal.

VALOR TOTAL: R\$ 2.100,00 (Dois mil e cem reais)

PRAZOS DE ENTREGA : conforme contrato

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.3.90 – Manutenção das Atividades Administrativas do Legislativo.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2019.

Marcelindo Carlos Gruner

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

ESCALA PLANTÃO - MÊS DE SETEMBRO/2019

Publicação N° 2138481

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA- SC
COMISSÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS- CMSF

Obedecendo ao disposto na Lei nº 4.085/2011 e suas alterações, de acordo com o art. 3º, § 2º segue a escala de plantão mensal da Central de Óbitos de Joaçaba – SC:

ESCALA PLANTÃO - MÊS DE SETEMBRO/2019

FUNERÁRIA	INÍCIO PLANTÃO	FIM DO PLANTÃO
SÃO RAFAEL	02/09/2019 AS 7:30H	09/09/2019 AS 7:30H
SÃO JOÃO BATISTA	09/09/2019 AS 7:30H	16/09/2019 AS 7:30H
FREI BRUNO	16/09/2019 AS 7:30H	23/09/2019 AS 7:30H
SÃO RAFAEL	30/09/2019 AS 7:30H	07/10/2019 AS 7:30H

Telefone de plantão: (49) 99808-9747

Inês Maria Picoli
Presidente Comissão

EXTRATO PL 04/2019/FUNREBOM - PP 03/2019/FUNREBOM

Publicação N° 2138986

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2019/FUNREBOM
PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2019/FUNREBOM

Objeto: contratação de empresa especializada para executar a revitalização de viatura Auto Bomba Tanque e Resgate do 11º Batalhão de Bombeiros Militar de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço - Global Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 12/09/2019. Processamento do Pregão: às 14h do dia 12/09/2019, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 28 agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNREBOM
DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

EXTRATO PL 76/2019/PMJ - TP 09/2019/PMJ

Publicação N° 2138905

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 76/2019/PMJ
TOMADA DE PREÇO N° 09/2019/PMJ

Objeto: contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para instalação de poço de monitoramento no Cemitério Frei Edgar, no Município de Joaçaba, SC. Forma de julgamento: Menor Preço Global. Data da abertura: Dia 16/09/2019, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min, do dia 16/09/2019 no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone

(049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 28 de agosto 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA
VILSON SARTORI - Secretário

PL 70/2019/PMJ - PP 47/2019/PMJ

Publicação Nº 2139113

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2019/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2019/PMJ

Objeto: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, bem como, instalação de câmeras de vídeo monitoramento, para as unidades escolares da rede municipal e demais prédios e locais públicos do Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 13/09/2019. Processamento do Pregão: às 14h do dia 13/09/2019, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 28 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
JORGE LUIZ DRESCH - Secretário

PORTARIA Nº 5.152

Publicação Nº 2139216

PORTARIA Nº 5.152 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ALCEU SEBASTIÃO DE LIMA, Fiscal de Vigilância de Sanitária, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 446/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 26 de agosto de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 26 de agosto de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.153

Publicação Nº 2139217

PORTARIA Nº 5.153 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIANE GONÇALVES LAMPERTI, Professor Nível I (Licenciatura), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 25 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (10 dias), por um período de 10 (dez) dias, a partir de 26 de agosto de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 26 de agosto de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.154

Publicação Nº 2139219

PORTARIA Nº 5.154 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CARLOS AUGUSTO NASCIMENTO DA SILVA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento, referente ao período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 27 de agosto de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 27 de agosto de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 26 de agosto de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.155

Publicação Nº 2139221

PORTARIA Nº 5.155 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JANDIRA SALETE ALVES COSTENARO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 1639/2019 de 26 de fevereiro de 2019, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 29 de agosto de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 29 de agosto de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 26 de agosto de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

RESOLUÇÃO Nº 007/2019

Publicação Nº 2138872

RESOLUÇÃO nº 007/2019

Define procedimentos para impugnação de candidaturas e demais incidentes que possam ocorrer durante a campanha eleitoral do Processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do município de Joaçaba, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 382/2019, de 21 de março de 2019, Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo art. 7º, da Resolução do CONANDA nº 170/14, que lhe conferem a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e, Considerando que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução do CONANDA nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Especial Eleitoral do CMDCA analisar e decidir em primeira instância administrativa os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como os casos omissos,

RESOLVE:

Art. 1º - A campanha dos(as) candidatos(as) a membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos(as) candidatos(as) habilitados(as) no Processo de Escolha e será encerrada à meia-noite da véspera do dia da votação.

Art. 2º - Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as vedações dispostas no art. 23, 24 e 25 da lei 382/2019, item 8 do Edital 001/2019.

Art. 3º - Qualquer cidadão ou candidato(a) poderá representar à Comissão Especial Eleitoral do CMDCA contra aquele(a) que infringir as normas estabelecidas por meio desta Resolução, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

Parágrafo único - Cabe à Comissão Especial Eleitoral do CMDCA registrar e fornecer protocolo ao representante, com envio de cópia da representação ao Ministério Público.

Art. 4º - No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Especial Eleitoral do CMDCA deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao(à) infrator(a) para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução do CONANDA nº 170/14).

Parágrafo único - O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Especial Eleitoral do CMDCA, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

Art. 5º - A Comissão Especial Eleitoral do CMDCA poderá, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I - arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se pessoalmente o representado e o representante, se for o caso;

II - determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, § 3º, inciso II, da Resolução do CONANDA nº 170/14).

§ 1º - No caso do inciso II supra, o representante será intimado pessoalmente a, querendo, comparecer à reunião designada e efetuar sustentação, oral ou por escrito, à luz das provas e argumentos apresentados pela defesa;

§ 2º - Após a manifestação do representante, ou mesmo na ausência deste, será facultado ao representado a efetuar sustentação, oral ou por escrito, por si ou por defensor constituído;

§ 3º - Eventual ausência do representante ou do representado não impedem a realização da reunião a que se refere o inciso II supra, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

Art. 6º - Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Especial Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o(a) representado(a) e, se o caso, o(a) representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, § 4º, da Resolução do CONANDA nº 170/14).

§ 1º - A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução do CONANDA nº 170/14);

§ 2º - No julgamento do recurso será observado o mesmo procedimento indicado no art. 6º, §§ 1º a 3º da presente Resolução.

Art. 7º - Caso seja cassado o registro da candidatura, em havendo tempo hábil, o nome do candidato cassado poderá ser excluído da programação da urna eletrônica.

Parágrafo único - Em não havendo tempo hábil para exclusão do nome do candidato cassado da programação da urna eletrônica, os votos

a ele porventura creditados serão considerados nulos.

Art. 8º - O(A) representante do Ministério Público, tal qual determina o art. 11, § 7º, da Resolução do CONANDA nº 170/14, deverá ser cientificado de todas as decisões da Comissão Especial Eleitoral do CMDCA e de sua Plenária, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

Art. 9º - Os prazos previstos no art. 3º seguirão a regra do art. 212 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105/2015), ou seja, realizar-se-ão em dias úteis, das 06 (seis) às 20 (vinte) horas.

Art. 10 - Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos(as), ela deverá ter ampla publicidade, sendo publicada no Diário Oficial do Município ou meios equivalentes, além de ser afixada em locais de grande acesso ao público e noticiada em rádios, jornais e outros meios de divulgação, inclusive pela internet.

Parágrafo único - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha;

Art. 11 - A fim de que os(as) candidatos(as) não aleguem desconhecimento do teor desta Resolução, a Comissão Especial Eleitoral do CMDCA fará uma reunião antes do início da campanha, tão logo seja publicada a relação dos(as) candidatos(as) inscritos(as) e considerados(as) habilitados(as) - art. 11, §§ 5º e 6º, da Resolução CONANDA nº 170/14.

Parágrafo único – Nesta reunião será lavrado Termo de Compromisso, assinado por todos(as) candidatos(as) e membros do Conselho Tutelar e integrantes da Comissão Especial Eleitoral, no sentido de que as regras previstas nesta Resolução serão devidamente respeitadas, sob pena de impugnação da candidatura (art. 11, §6º, inciso I, da Resolução do CONANDA nº 170/14).

Joaçaba/SC 27 de agosto de 2019.

Rubia Karen Provensi

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Joaçaba/SC

Gestão 2018 - 2020

ATA 112-113/2019 PMJ

Publicação Nº 2139012

Página: 1 / 2
Data: 27/08/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo



Número Registro de Preço: 112/2019 **Data do Registro :** 27/08/2019 **Válido até :** 27/08/2020
Objeto da Compra: Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de mudas de flores e de plantas ornamentais diversas.

Item / Especificação	Marca	Quantidade	% / Valor
DARCI PEDRO FACIN 42341450920			
2 Muda Liríópolis - pote G		45	6,99
3 Grama Preta - leiva		75	12,80
4 Muda de Azaléia (lilás, branca, sulferina e matizada)		350	6,90
Valor Total:			3.689,55



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Atas de Registro de Preços por Processo

Página: 2 / 2
Data: 27/08/2019

Número Registro de Preço: 113/2019

Data do Registro : 27/08/2019

Válido até : 27/08/2020

Objeto da Compra: Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de mudas de flores e de plantas ornamentais diversas.

Item / Especificação

Marca

Quantidade

% / Valor

CBS TRANSPORTES E COMERCIO DE PLANTAS LTDA

1 Mudas de flores de época - com 15 unidades

2325 7,70

Valor Total: 17.902,50

HOMOLOG PL 69/2019 PMJ

Publicação Nº 2139010

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA**CNPJ:** 82.939.380/0001-99 **Telefone:** (49) 3527-8800
Endereço: Av. XV de Novembro, 378 - Centro
CEP: 89600-000 - Joaçaba**PREGÃO PRESENCIAL**
Nr.: 46/2019**Processo Adm.:** 69/2019
Data do Processo: 10/07/2019

Folha: 1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 10.520/02, e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

- a) **Nr. Processo:** 69/2019
b) **Nr. Licitação:** 46/2019 - PR
c) **Modalidade:** Pregão presencial
d) **Data de Homologação:** 27/08/2019
e) **Objeto da Licitação:** Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de mudas de flores e de plantas ornamentais diversas.

f) Fornecedores e Resumo de Itens Vencedores:

	Un.	Quantidade	VI. Unitário	Total dos Itens
CBS TRANSPORTES E COMERCIO DE PLANTAS LTDA				
1 - Mudas de flores de época - com 15 unidades - Marca:	CX	2.325,000	7,7000	R\$ 17.902,50
Total do Fornecedor :				17.902,50
DARCI PEDRO FACIN 42341450920				
4 - Muda de Azaléia (lilás, branca, sulferina e matizada) - Marca:	UN	350,000	6,9000	R\$ 2.415,00
2 - Muda Liriópolis - pote G - Marca:	UN	45,000	6,9900	R\$ 314,55
3 - Grama Preta - leiva - Marca:	CX	75,000	12,8000	R\$ 960,00
Total do Fornecedor :				3.689,55
Total geral :				R\$ 21.592,05

Joaçaba, 27/08/2019

.....
Assinatura do Responsável

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA**AVISO PL 14/2019/FMS - TP 03/2019/FMS**

Publicação Nº 2138967

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2019/FMS
TOMADA DE PREÇO Nº 03/2019/FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para reforma, alteração de layout interno e recuperação da estrutura de edifício localizado na Rua Getúlio Vargas, Bairro Cruzeiro do Sul, neste Município. Forma de julgamento: Menor preço global. Tipo: Empreitada por preço unitário. Data da abertura: Dia 17/09/2019, às 13h30min, na Secretaria Municipal de Saúde, na Avenida XV de Novembro, 223, Centro - Joaçaba - SC. Entrega dos envelopes: até as 11h30 do dia 17/09/2019, no Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Saúde. O edital está disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br). Maiores informações pelo telefone (49) 3521-1555 ou pelo e-mail licitacaosaudejba@hotmail.com.

Joaçaba, 28 de agosto de 2019.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CELSO VILMAR BRANCHER
SECRETÁRIO DE SAÚDE

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 389/2019**

Publicação Nº 2138783

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 389/2019 DE 28.08.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC - Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) Julio Cesar Trindade de Mattos, Advogado, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 2391/2019 de 23 de agosto de 2019, referente ao período aquisitivo de 06.07.2016 à 05.07.2017 (12 dias) para serem fruídos no período de 16.09.2019 à 27.09.2019, de acordo com o Artigo 80, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de setembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2019.
Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 390/2019

Publicação Nº 2139092

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 390/2019 DE 28.08.2019

Paulo Cesar Lamin Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria JHL 162/2017 de 21.03.2017 e CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Reginaldo da Silva, em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Valdinei Antônio Gusatto
Helison Carvalho Ferreira
André Francisco Fiorin

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 28 de agosto de 2019.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Presidente

BALANCETE FINANCEIRO JUNHO DE 2019

Publicação Nº 2138005

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Exercício de 2019

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Período: Junho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.818.896,35	ORÇAMENTÁRIAS	1.484.759,48
Receita Patrimonial	96.155,39	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.346.952,55
Receita de Serviços	1.673.783,12	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	689.621,63
Outras Receitas Correntes	28.392,47	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	604.592,68
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA OFSS	20.348,97	INVESTIMENTOS	52.738,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA JBA	216,40	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	137.806,93
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.380,31
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.426,62
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.694.732,15	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.919.439,64
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	206.868,53	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	209.147,51
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.487.863,62	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.523.523,37
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	186.768,76
SALDOS ANTERIORES	21.044.921,70	SALDOS ATUAIS	21.154.351,08
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	20.723.854,77	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	21.099.752,85
BANCO C/ MOVIMENTO	311.367,63	BANCO C/ MOVIMENTO	44.862,90
POUPANÇA	9.699,30	POUPANÇA	9.735,33
TOTAL	24.558.550,20	TOTAL	24.558.550,20

JOACABA, 28/08/2019

 PAULO CESAR LAMIN
 Diretor Presidente

 CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO
 CONTADOR CRC 039259/O-8

BALANCETE FINANCEIRO MAIO DE 2019

Publicação Nº 2137982

SANTA CATARINA

Betha Sistemas

SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Exercício de 2019

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Liquidada

Período: Maio

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.029.136,30	ORÇAMENTÁRIAS	1.413.328,38
Receita Patrimonial	113.296,08	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.265.955,87
Receita de Serviços	1.835.590,62	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	468.120,14
Outras Receitas Correntes	58.021,86	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	709.671,06
RECEITA DE SERVIÇOS - INTRA OFSS	22.227,74	INVESTIMENTOS	88.164,67
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	147.372,51
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.005,87
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	52.366,64
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.640.505,92	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.242.323,21
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	211.030,22	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	213.941,68
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.429.475,70	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	1.434.168,19
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	594.213,34
SALDOS ANTERIORES	21.030.931,07	SALDOS ATUAIS	21.044.921,70
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	20.651.005,16	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	20.723.854,77
BANCO C/ MOVIMENTO	370.262,51	BANCO C/ MOVIMENTO	311.367,63
POUPANÇA	9.663,40	POUPANÇA	9.699,30
TOTAL	24.700.573,29	TOTAL	24.700.573,29

JOACABA, 28/08/2019

 PAULO CESAR LAMIN
 Diretor Presidente

 CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO
 CONTADOR CRC 039259/O-8

José Boiteux

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 008/2019

Publicação Nº 2138371

PORTARIA nº 008 de 27 de agosto de 2019

"CONCESSÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA".

Lindolfo Brehmer, Presidente da Câmara Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e

Considerando o Artigo 37, Inciso XXXV, alínea a, do Regimento Interno da Câmara Municipal de José Boiteux/SC;

Considerando o que dispõe a Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992 que "Institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de José Boiteux";

Considerando o cumprimento dos requisitos legais pelo servidora para a solicitação da referida licença; e

Considerando o parecer favorável expedido pela Assessoria Jurídica do Poder Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora INÊS IVETE PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Agente Serviços Gerais, licença por motivo de doença em pessoa da família, conforme Atestado Médico e Declarações Particulares anexos, pelo período de 3 (três) meses, com vencimentos integrais, em conformidade com a subseção III, seção II, capítulo II do Título III da Lei nº 170 de 28 de fevereiro de 1992.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, com vigência a partir de 19/08/2019, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Câmara Municipal de José Boiteux, 27 de agosto de 2019.

Lindolfo Brehmer

Presidente

Lacerdópolis

PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO 10-2019

Publicação Nº 2139045

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS

Página: 1/7
Processo Nº.: 30/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2019

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2019, o MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.471/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA 31 DE MARCO 1050, bairro CENTRO, CEP nº. 89660-000, nesta cidade de Lacerdópolis/SC, neste ato representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). SERGIO LUIZ CALEGARI, inscrito no CPF sob o nº. 596.847.989-20, no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto Federal nº. 7.892/2013, Decreto Municipal nº 024/2011, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL nº. 14/2019 Processo Licitatório nº 30/2019. RESOLVE: registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO E DO PREÇO UNITÁRIO E TOTAL

1.1. A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS visando futuras e possíveis contratações, com pedidos parcelados de:

Código	Nome da Empresa	Itens
10364	JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA	30, 33, 34, 35
10688	PORTO UNIAO COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI ME	15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 31, 32
6967	SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 26, 28, 29

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA	26.979.673/0001-29	ANDERSON JOSE PALUDO	03417429960
PORTO UNIAO COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI ME	33.159.931/0001-96	ARILDO PASCOALINO CARDOSO	42034000900
SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA	02.898.145/0001-87	WILLIAN PABLO LAMPERTI	08164093904

Fornecedor: 6967 - SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Fornecimento e implantação de placas de regulamentação, com dimensão de d=60cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte, de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suporte em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,20m de comprimento com chumbadores para fixação.	UN	SINALTEC	50,000	265,0000	13.250,00
2	Fornecimento e implantação de placas de advertência com dimensão de 60x60cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suporte em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,20m de comprimento com chumbadores para fixação.	UN	SINALTEC	50,000	258,0000	12.900,00
3		CJ	SINALTEC	30,000	240,0000	7.200,00

	Fornecimento e implantação de placas de Logradouros, conjunto com duas placas em chapa de aço galvanizado 25x50cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suporte em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,0m de comprimento com chumbadores para fixação.					
4	Fornecimento e implantação de placas de regulamentação R1 L=25CM com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suporte em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,2m de comprimento com chumbadores para fixação.	UN	SINALTEC	10,000	272,0000	2.720,00
5	Fornecimento e implantação de placas com dimensão 60x100, película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suporte em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,2m de comprimento com chumbadores para fixação.	UN	SINALTEC	10,000	285,0000	2.850,00
6	Cone rodovia 75cm com faixas refletivas podem ser utilizados sinalização de transito, estacionamentos, obras e sinalização de práticas esportivas. Material flexível, base com sapatas (pés de apoio), corpo cor laranja, duas faixas refletivas brancas, altura 75cm, possui encaixe para fitas.	UN	SINALTEC	20,000	62,0000	1.240,00
7	Fornecimento e implantação de tachões refletivos: Tronco prismático, dimensões aproximadas 250x150x50mm, dimensões do elemento refletivo. Conforme ABNT NBR 15.576/2015.	UN	SINALTEC	100,000	24,0000	2.400,00
8	Fornecimento e implantação de tachas refletivas com corpo em resina de poliéster, com dimensões 100x80x20mm de	UN	SINALTEC	200,000	8,0000	1.600,00

9	acordo com a ABNT NBR 14636. Mão de obra e material para pintura manual de faixa de pedestre , lombadas, setas e dizeres na pista, com tinta acrílica a base de solvente e micro esfera de vidro. Solicitar Atestado de NR13;	M2	SINALTEC	200,000	14,3000	2.860,00
10	Mão de obra e material para pintura mecanizada de eixo e bordas, com tinta acrílica a base de solvente e micro esfera de vidro. Solicitar Atestado de NR13;	M2	SINALTEC	7.000,000	14,0000	98.000,00
11	Fornecimento e implantação de placa de 200x100cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte, de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suportes em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,0m de comprimento com chumbadores para fixação.	UN	SINALTEC	15,000	700,0000	10.500,00
12	Fornecimento e implantação de Placa de 200x50cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suportes em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,0m de comprimento com chumbadores para fixação.	UN	SINALTEC	20,000	345,9000	6.918,00
13	Fornecimento e implantação de Placa de 50x66cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015. Suportes em aço zincado 2" parede 1,95mm de espessura, 3,0m de comprimento com chumbadores para fixação. IDOSO,	UN	SINALTEC	10,000	262,0000	2.620,00
14	CADEIRANTE Fornecimento e implantação de semi-pórtico tipo bandeira simples, com coluna 114,30mm Galvanizado com 6metros, parede de 4,75mm braço projetado 101,60mm galvanizado, 6 metros parede 4,75mm, com estrutura para sustentação da placa aérea com tubo quadrado de 20x20cm zincado, placa de 200x100cm (chapa de	UN	SINALTEC	2,000	4.650,0000	9.300,00

aço galvanizado nº 18
parede de 1,25mm
película totalmente
refletiva Gt/GT pelo
sistema de
recorte, garantia de 5
anos.

26	Fornecimento de fita Zebrada amarela com preto, rolo com 200 metros largura de 7 cm.	RL	SINALTEC	30,000	23,4000	702,00
28	Fornecimento de Placa 60x40cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013.	UN	SINALTEC	1,000	96,0000	96,00
29	Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015, sem suporte. Fornecimento de Placa 60x30cm com película totalmente refletiva, pelo processo de recorte de acordo com a ABNT NBR 14644/2013. Chapa Zincada 1,25mm de acordo com a norma ABNT NBR 11904/2015, sem suporte.	UN	SINALTEC	1,000	85,0000	85,00
Total						175.241,00

Fornecedor: 10364 - JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
30	TINTA ESMALTE SINTETICO IMOBILIÁRIO PREMIUM, LATA DE 3,6L, CORES DIVERSAS - 1ª LINHA- para construção civil, indicada para superfícies externas e internas (madeira e metais) previamente preparadas. Excelente cobertura, e resistente a fungos. Rendimento 7 a 9m² por demão por litro, de fácil aplicação com rolos de lã ou pincéis. Secagem Primeira demão: ao toque 3hrs, entre demãos 6hrs e 24hrs para secagem completa. Diluição 10 a 15% com solvente aguarráz. Obs: Apresentar CERTIFICADO DE CONFORMIDADE da ABNT pela NBR 15494 atualizado. Deverá estar litografado na embalagem que o produto atende a NBR 15494 e classificado conforme a norma da ABNT NBR 11702 tipo 4.2.1.1.	UN	SANTA COR	70,000	52,0000	3.640,00
33		UN	SANTA COR	50,000	153,0000	7.650,00

	<p>TINTA ACRILICA LINHA PREMIUM, LATA DE 18L, FOSCA PREMIUM, CORES DIVERSAS - A BASE DE RESINA ACRILICA, 1ª LINHA - de alta qualidade, lavável, indicada para pinturas internas e externa de alvenaria, massa pva ou acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e gesso. Ter boa cobertura (à seco). Diluição em água limpa, de 10 a 15%, Rendimento: Rebôco 7 a 9m² por demão por litro; massa corrida: 10 a 14m² por demão por litro. Secagem: ao toque 01hora, entre demãos 04horas e 24h para secagem completa, 120 horas para cura completa. Obs: Apresentar CERTIFICADO DE CONFORMIDADE da ABNT pela NBR 15079 atualizado. Deverá estar litografado na embalagem que o produto atende a NBR 15079 e classificado conforme a norma da ABNT NBR 11702 tipo 4.5.1.</p>					
34	<p>TINTA ACRILICA LINHA PREMIUM, LATA DE 3,6L, FOSCA PREMIUM, CORES DIVERSAS - A BASE DE RESINA ACRILICA, 1ª LINHA - de alta qualidade, lavável, indicada para pinturas internas e externa de alvenaria, massa pva ou acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e gesso. Ter boa cobertura (à seco). Diluição em água limpa, de 10 a 15%, Rendimento: Rebôco 7 a 9m² por demão por litro; massa corrida: 10 a 14m² por demão por litro. Secagem: ao toque 01hora, entre demãos 04horas e 24h para secagem completa, 120 horas para cura completa. Obs: Apresentar CERTIFICADO DE CONFORMIDADE da ABNT pela NBR 15079 atualizado. Deverá estar litografado na embalagem que o produto atende a NBR 15079 e classificado conforme a norma da ABNT NBR 11702 tipo 4.5.1.</p>	UN	SANTA COR	50,000	36,0000	1.800,00
35		UN	SANTA COR	50,000	100,0000	5.000,00

TINTA ACRILICA LINHA STANDARD, LATA DE 18L, FOSCA STANDARD, CORES DIVERSAS - A BASE DE RESINA ACRILICA, 1ª LINHA - de alta qualidade, lavável, indicada para pinturas internas e externa de alvenaria, massa pva ou acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e gesso. Ter boa cobertura (à seco). Diluição em água limpa, de 10 a 15%, Rendimento: Rebôco 7 a 9m² por demão por litro; massa corrida: 10 a 14m² por demão por litro. Secagem: ao toque 01hora, entre demãos 04horas e 24h para secagem completa, 120 horas para cura completa. Obs: Apresentar CERTIFICADO DE CONFORMIDADE da ABNT pela NBR 15079 atualizado. Deverá estar litografado na embalagem que o produto atende a NBR 15079 e classificado conforme a norma da ABNT NBR 11702 tipo 4.5.2.

Total 18.090,00

Fornecedor: 10688 - PORTO UNIAO COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	Fornecimento de micro esfera de vidro drop-on, embalagem de 25kg.	UN	MADEQUIMICA	10,000	129,0000	1.290,00
16	Fornecimento de tinta acrílica a base de solvente, para demarcação viária embalagem de 18 litros na cor amarela de acordo com a NBR ABNT 11862.	BD	MADE VIA	30,000	185,0000	5.550,00
17	Fornecimento de tinta acrílica a base de solvente, para demarcação viária embalagem de 18 litros na cor Branca de acordo com a NBR ABNT 11862.	BD	MADE VIA	50,000	179,0000	8.950,00
18	Fornecimento de tinta acrílica a base de solvente, para demarcação viária embalagem de 18 litros na cor Azul Munsell de acordo com a NBR ABNT 11862.	BD	MADE VIA	5,000	189,0000	945,00
19	Fornecimento de tinta acrílica a base de solvente, para demarcação viária embalagem de 18 litros na cor preta de acordo com a NBR ABNT 11862.	BD	MADE VIA	5,000	189,0000	945,00
20	Fornecimento de solvente para	BD	MADEQUIMICA	25,000	118,9000	2.972,50

21	demarcação viária embalagem de 18 litros. Fornecimento de tinta acrílica a base de solvente, para pintura de muros e postes embalagem de 18 litros na cor Azul padrão município.	BD	SHOW	25,000	120,0000	3.000,00
22	Fornecimento de tinta acrílica a base de solvente, para pintura de meio fio embalagem de 18 litros na cor branca padrão município.	BD	SHOW	25,000	110,0000	2.750,00
31	TINTA ACRILICA LINHA PREMIUM, LATA DE 18L, SEMI-BRILHO, CORES DIVERSAS - A BASE DE RESINA ACRILICA, 1ª LINHA - de alta qualidade, super lavável, indicada para pinturas internas e externa de alvenaria, massa pva ou acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e gesso. Ter boa cobertura (à seco). Diluição em água limpa, de 10 a 15%, Rendimento: Rebôco 7 a 9m² por demão por litro; massa corrida: 10 a 14m² por demão por litro. Secagem: ao toque 01hora, entre demãos 04horas e 24h para secagem completa, 120 horas para cura completa.	UN	SHOW	50,000	149,0000	7.450,00
32	TINTA ACRILICA LINHA PREMIUM, LATA DE 3,6L, SEMI-BRILHO, CORES DIVERSAS - A BASE DE RESINA ACRILICA, 1ª LINHA - de alta qualidade,super lavável, indicada para pinturas internas e externa de alvenaria, massa pva ou acrílica, texturas, concreto, fibrocimento e gesso. Ter boa cobertura (à seco). Diluição em água limpa, de 10 a 15%, Rendimento: Rebôco 7 a 9m² por demão por litro; massa corrida: 10 a 14m² por demão por litro. Secagem: ao toque 01hora, entre demãos 04horas e 24h para secagem completa, 120 horas para cura completa.	UN	SHOW	50,000	40,0000	2.000,00
Total						35.852,50

1.2. Os quantitativos são mera expectativa de contratação. O Município de Lacerdópolis e o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis reservam-se o direito de contratar apenas as quantidades necessárias para suprir as necessidades das Secretarias. Após o término da vigência da Ata os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba ao Fornecedor, qualquer direito de indenização ou reclamação.

1.3. Integram a presente Ata de Registro de Preços o Edital de Pregão Presencial nº 14/2019, Processo Licitatório nº 30/2019 e a proposta apresentada pelo Fornecedor acima discriminado, bem como a planilha de lances ofertados pelo Fornecedor vencedor dos itens acima, conforme NORMAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS.

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E DO REAJUSTE

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade pelo período de 12 meses, contados a partir da data de assinatura da presente Ata de registro de preços.

2.2. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá ao Secretário Solicitante ou pessoa designada, conforme conste no respectivo Termo de Referência, anexo ao processo.

3.2. O gerenciador da presente Ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Município de Lacerdópolis/Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

3.3. Não será aceito valores superior à média dos preços conforme valores do Anexo I.

3.4. Caso seja constatado, ao longo da vigência da ata, que o preço registrado, se torne muito inferior à média dos preços de mercado, e o Fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata poderá convocar os demais licitantes, visando igual oportunidade de negociação.

3.5. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá ao cancelamento do registro.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente Ata poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Município de Lacerdópolis, observadas as exigências contidas no art. 22º, do Decreto Federal nº. 7.892/2013.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços, as empresas, as quantidades e as especificações do produto registrados na presente Ata encontram-se indicados no Anexo I, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

6. DO CONTRATO

6.1. Durante o prazo de validade da presente Ata as empresas mencionadas no item 5, a critério do Município de Lacerdópolis e do Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, serão convocadas para retirar a respectiva Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento ou formalização de Contrato, estando as obrigações assumidas vinculadas a esta Ata, devendo fazê-lo no prazo de até 02 (dois) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

6.2. Se a Empresa recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou formalizar o Contrato sem justificativa por escrito e aceita pelo ordenador da despesa, aplicar-se-á o disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, e sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

7 - DA DESPESA

7.1. Fica dispensada a indicação de rubrica orçamentária conforme previsão contida no § 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892/2013, o que deverá ocorrer somente quando da formalização do Contrato.

8. DO PAGAMENTO, DAS CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS ITENS

8.3. Os pagamentos serão efetuados pelo Município de Lacerdópolis e ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, em até 15 (quinze) dias após o fornecimento dos itens e entrega das Notas Fiscais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

8.4. Não serão pagos valores antecipadamente.

8.5. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao Município de Lacerdópolis, com endereço na Rua 31 de março nº 1050, CNPJ/MF 82.939.471/0001-24 ou Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis, com endereço na Rua Sete de Setembro nº 1600, CNPJ/MF 11.417.744/0001-22 e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

8.6. A apresentação do documento fiscal que apresentem incorreções ou contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento e serão devolvidas, isentando o Município de Lacerdópolis ou o Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis do ressarcimento de qualquer prejuízo para o fornecedor.

8.7. As Notas Fiscais devolvidas pelos motivos mencionados nos item anterior serão pagas em até 10 (dez) dias da reapresentação.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. São obrigações do órgão gerenciador:

- a) Gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do Fornecedor, o preço, e as especificações dos itens registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;
- b) observar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- d) consultar o Fornecedor registrado (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer o produto a outro(s) órgão da Administração Pública que externe a intenção de utilizar a presente Ata;
- e) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente Ata;
- f) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

9.2. A fiscalização da Ata de Registro de Preço, decorrente do Pregão Presencial nº 14/2019, Processo Licitatório nº 30/2019 será exercida pelo Município de Lacerdópolis / Fundo Municipal de Saúde de Lacerdópolis.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10.1. O órgão participante, através de gestor próprio indicado, obrigar-se-á:

- a) Tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;
- b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias;
- c) verificar a conformidade das condições registradas na presente Ata junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas;
- d) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas na presente Ata, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

11.1. São obrigações do Fornecedor, além das legais e inerentes ao ramo de atividade:

- a) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, quanto à aceitação ou não do fornecimento do objeto desta licitação a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente Ata;
- b) fornecer os itens contratados obedecendo rigorosamente ao disposto no item 1 do Edital do Pregão nº. 14/2019 e Ata do respectivo processo;
- c) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referente às condições firmadas na presente Ata;
- d) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da publicação da presente Ata;
- e) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão nº. 14/2019;
- f) prestar os serviços no perímetro urbano do município de Lacerdópolis.

12. DAS PENALIDADES

12.1. À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer, isolada ou conjuntamente, a critério do Órgão Gerenciador e após regular processo administrativo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 e ss., da Lei 8.666/93, atualizada.

12.2. Na hipótese de adoção da sanção administrativa na forma de multa, esta será aplicada da seguinte forma:

- a) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos produtos a Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada, em percentual não superior a 10% do total dos itens atribuídos à Contratada;
- b) No caso de atraso na entrega dos produtos percentual de 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do item(s), limitado a 30 (trinta) dias de atraso, quando a Administração poderá decidir pela continuidade ou rescisão contratual, em razão da inexecução total;
- c) Na hipótese de não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, multa equivalente a 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato;
- d) Nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

12.3. Incorre nas mesmas sanções quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

§ 1º. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 30 (trinta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

§ 2º. No caso de a CONTRATADA ser credora de valor suficiente, a CONTRATANTE poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

§ 3º. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

§ 4º. As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à CONTRATANTE, decorrentes das infrações cometidas.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. A presente Ata poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93, as quais serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo.

13.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual oscilação de mercado ou de fato que modifique seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto ao Fornecedor para negociar o novo valor compatível ao mercado.

14. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

14.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não retirar a Nota de Empenho/Autorização de Fornecimento e/ou formalização de Contrato no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

14.2. O Fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

15. DA PUBLICIDADE

15.1. O(s) preço(s), o(s) fornecedor(s) e a(s) especificação(s) resumidas do objeto, como também, possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público Municipal.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Integram presente Ata, o Processo Licitatório nº. 30/2019; o Edital do Pregão nº 14/2019 as propostas com preços e especificações.

17. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, para dirimir questões oriundas desta Ata, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Lacerdópolis, 28 de Agosto de 2019.

Município de Lacerdópolis

SERGIO LUIZ CALEGARI
PREFEITO

Lages

PREFEITURA

PP 37/2019 - PML

Publicação Nº 2138366

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 37/2019 PML

Objeto: Registro de Preços destinado à Aquisição de Conjuntos de Aproximação para Combate à Incêndio, compostos por Capacete, Bala-clava, Luva, Bota, Blusão e Calça, para uso pelo Corpo de Bombeiros Militar de Lages/SC. Abertura: 16/09/2019 às 9h.

Valor Estimado: R\$ 103.896,83.

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 29 de agosto de 2019

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

RERRATIFICAÇÃO CC 03/2019 SEMASA, SUSPENSÃO CC 03/2018 PML

Publicação Nº 2138301

RERRATIFICAÇÃO

REF:CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2019 – SEMASA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE ADEQUAÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBAS DO TIPO ANFÍBIA NA ERAB-3 SEMASA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento estarão disponíveis no site www.lages.sc.gov.br. Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 03/09/2019 às 09:00 horas, para o dia 30/09/2019 às 09:00 horas. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 29 de agosto de 2019.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

SUSPENSÃO

ASSUNTO:CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2018-PML (REPUBLICADO)

OBJETO: OUTORGA DE PERMISSÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE LAGES.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, fundamentado na Decisão Singular do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos autos sob nº REP 19/00711840, torna notório aos interessados, a SUSPENSÃO do Processo Licitatório em epigrafe, até manifestação ulterior que revogue a medida ex officio ou até deliberação do Tribunal Pleno. Cumpra-se, comunique-se e publique-se.

Lages, 29 de agosto de 2019.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

RERRATIFICAÇÃO PE 44/2019 PML/SMS

Publicação Nº 2138643

RERRATIFICAÇÃO

REF:PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2019 – pml/SMS

OBJETO:AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO UTILITÁRIO PARA O SETOR DE PATRIMÔNIO E, VEÍCULOS DO TIPO PICK-UP E MINI-VAN, PARA UTILIZAÇÃO NO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR (SAD), VIGILÂNCIA SANITÁRIA E UNIDADE DE VIGILÂNCIA DE ZONÓSES.

O Município de Lages, representado neste ato pelo Secretário de Administração e Fazenda, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento estarão disponíveis no site www.lages.sc.gov.br.

Em consequência, adia-se os prazos para:

- Credenciamento, para até as 23:59 horas do dia 12/09/2019;
- Recebimento das Propostas Comerciais, até as 13:30 horas do dia 13/09/2019;
- Recebimento dos Lances para o Item 1 estará aberta das 14:30 às 14:40 horas do dia 13/09/2019;
- Recebimento dos Lances para os Itens 2 e 3, estará aberta das 15:10 às 15:20 horas do dia 13/09/2019;
- Impugnação, até as 23:59 horas do dia 10/09/2019;
- Esclarecimentos, para até as 23:59 horas do dia 09/09/2019.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 29 de agosto de 2019.

Antônio Cesar Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL Nº 016/2019

Publicação Nº 2139013

EDITAL Nº 0016/2019

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999 fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Realização de Audiência Pública sobre a coleta de lixo na área central do município de Lages.

Data: 12/09/2019

Hora: 19h00

Local: Plenário da Câmara de Vereadores

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site www.camaralages.sc.gov.br.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2019.

JOSÉ VOLNIR SCHEUERMANN

PRESIDENTE

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 929/2019

Publicação Nº 2139184

PORTARIA RH Nº 929/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

PRORROGAR a partir de 15/08/2019, a vigência do contrato temporário de LEANDRO FRANCO SANTANA, Enfermeiro, pelo período de mais 01 (um) ano, nos termos do Edital Nº 001/2018 e em conformidade com a Lei nº 217/2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 932/2019

Publicação Nº 2139187

PORTARIA RH Nº 932/2019

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora GILENE OLIVEIRA BARROS, Auxiliar de Consultório Dentário, do dia 13.08.2019 a 11.09.2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2019.
VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 933/2019

Publicação Nº 2139190

PORTARIA RH Nº 933/2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 19 de Agosto de 2019 a 16 de Novembro de 2019, ao Servidor ÂNGELO LUIZ MATOS Professor de Educação Física, referente ao período 2008/2013, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2019.

JANAINA PREVE COSTA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 934/2019

Publicação Nº 2139194

PORTARIA RH Nº 934/2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor SÉRGIO MATIAS PEREIRA, Assistente de Administração, do dia 15.08.2019 a 13.09.2019, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2019.

JANAINA PREVE COSTA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 935/2019

Publicação Nº 2139196

PORTARIA RH Nº 935/2019

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 02.01.2019 a 31.01.2019.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Ana Aparecida Adriano Prates	2017/2019
Ana Carla dos Santos Silva	2018/2019
Andrea Terezinha Adriano	2018/2019
Bianca do Carmo Paz	2018/2019
Carolina Bittencourt Bertelli	2018/2019
Clarisse Cabreira Souza	2018/2019
Cláudia do Nascimento Peixoto	2017/2018
Claudiane Correa da Silva	2018/2019
Celina Neves Duarte	2018/2019
Cristiana de Oliveira Simão	2018/2019
Edinamar Cardoso Antunes de Souza	2018/2019
Edna Soares Severino	2018/2019
Edgleide Lima de Oliveira	2018/2019
Elisabel Pereira dos Santos	2018/2019
Gisleide Candioto Marques	2018/2019
Grasiele Márcilio Alves	2018/2019
Humberto José da Silva	2017/2018
Janaina João Luz	2018/2019
Janice Domingos	2018/2019
Karina Vieira Montini Fernandes	2017/2018
Karine Vieira Oliveira Medeiros	2018/2019
Katheriny Westrup	2018/2019
Marcelo Lucas Silva	2018/2019
Maria Aparecida da Silva Gazzola	2018/2019
Marinez Montemezzo	2017/2018
Mário Martins Alano	2016/2018
Rosimar da Silva	2018/2019
Rosvânia da Gléria Delfino Thomé	2018/2019
Simone Maria de Oliveira Vergílio	2018/2019
Simoni Cristina da Silva	2017/2018
Steffy Kaleine Marcos Gonçalves	2018/2019
Tadeu César Henrique Rodrigues	2017/2018
Tamara Cardoso dos Santos	2018/2019
Tânia Preuss	2017/2018
Terezinha Machado Rodrigues	2018/2019

Valdelir da Silva Geremias	2016/2017
Yane Cardoso Mokos	2018/2019

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 20 de Agosto de 2019.

JANAINA PREVE COSTA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 936/2019

Publicação Nº 2139222

PORTARIA RH Nº 936/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, LUANA ANTUNES MOTTA do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Educação e Esportes, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 21 de Agosto de 2019.

MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 937/2019

Publicação Nº 2139198

PORTARIA RH Nº 937/2019

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, ao Servidor LUIZ CRISTOVAM DOS SANTOS GUTERRO Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 23.08.2019 a 21.09.2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 23 de Agosto de 2019.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 938/2019

Publicação Nº 2139223

PORTARIA RH Nº 938/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

ADMITIR em caráter temporário pelo excepcional interesse público, pelo prazo máximo e improrrogável de 120 (cento e vinte) dias, nos termos do art. 3º, §4º, da Lei Complementar Municipal nº 217/2010 e edital de chamamento público nº 06/2019, os servidores abaixo relacionados, para exercerem o Cargo de Técnico em Enfermagem, nível ANTS, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

- Cleber Gonçalves Siqueira – CAPS
- Edilene Duarte de Oliveira – ESF Barranceira;
- Luciana de Bem Silva – ESF Mar Grosso;
- Maria Inês Linenburg – ESF Ribeirão Pequeno;
- Maristela dos Santos Sá – DST/AIDS.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 939/2019

Publicação Nº 2139224

PORTARIA RH Nº 939/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO BRUNA MARTINS DAMASCENO, do Cargo de Médico no ESF Barranceira, 20 horas semanais, nível ANSS1, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 940/2019

Publicação Nº 2139203

PORTARIA RH Nº 940/2019

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, a Servidora CAROLINE DA SILVA FLORENTINO, Diretor de Departamento, do dia 26.08.2019 a 24.09.2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Agosto de 2019.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 941/2019

Publicação Nº 2139205

PORTARIA RH Nº 941/2019

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0003968/2019;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 26 de Agosto de 2019 a 24 de Setembro de 2019, a Servidora PATRÍCIA MOREIRA JOAQUIM, Enfermeiro, referente ao período 2014/2019, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Agosto de 2019.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 942/2019

Publicação Nº 2139225

PORTARIA RH Nº 942/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR, ADHER LOPES SILVA do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível ANB, 40 horas, com lotação na Secretaria de Transporte e Obras, a partir de 13/08/2019.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 26 de Agosto de 2019.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 943/2019

Publicação Nº 2139208

PORTARIA RH Nº 943/2019

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0004537/2019;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 27 de Agosto de 2019 a 25 de Setembro de 2019, a Servidora GRASIELA VIEIRA, Técnico em Enfermagem, referente ao período 2012/2017, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 27 de Agosto de 2019.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

TOMADA 06/2019-PML

Publicação Nº 2138493

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS 06/2019-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de empresa especializada para execução da obra do muro de contenção da Rua Júlia Nascimento, no dia 16 de setembro de 2019, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme edital disponível no portal www.laguna.sc.gov.br, ou solicitação ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48) 3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 28 de agosto de 2019.
Waldomiro Souza Netto - Presidente da COPELI

Lajeado Grande

PREFEITURA

PROCESSO ADM. Nº 178/2019 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALMOÇOS E JANTARES PARA AS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE EM DATAS A SEREM AGENDADAS

Publicação Nº 2138555

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 178/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2019

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa para fornecimento de almoços e jantares para as festividades do Município de Lajeado Grande em datas a serem agendadas, na quantidade estimada constante do ANEXO I – Termo de Referência.

Entrega dos Envelopes: até às 08h15min do dia 11 de Setembro de 2019

Abertura dos Envelopes: 08h30min do dia 11 de Setembro de 2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Vitória, nº 503, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min. às 17h00min, pelo fone (0**49) 3355.0012 ou na pagina eletrônica do município www.lajeadogrande.sc.gov.br. Lajeado Grande/SC, 28 de Agosto de 2019. Noeli José Dal Magro. Prefeito Municipal .

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 114/2019**

Publicação Nº 2138289

DECRETO Nº 114/2019.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

09 - Secretaria de Assistência Social

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.044 - Manutenção das Ações Vinculadas FMAS - Estado

3.3.90.00.00.00.5061 Aplicação Direta R\$ 25.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item:

09 - Secretaria de Assistência Social

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.044 - Manutenção das Ações Vinculadas FMAS - Estado

3.3.50.00.00.00.5061 Transf. a Inst. Privadas sem Fim Luc R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 22 DE AGOSTO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 115/2019

Publicação Nº 2138290

DECRETO Nº 115/2019.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

09 - Secretaria de Assistência Social

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.036 - Manutenção da Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.5035 Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item:

09 - Secretaria de Assistência Social

09.02 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.036 - Manutenção da Proteção Social Básica

3.1.90.00.00.00.5035 Aplicação Direta R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 22 DE AGOSTO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 116/2019

Publicação Nº 2138293

DECRETO Nº 116/2019.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO, CONDUÇÃO E SANEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 JULHO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a "Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana" do Município de Lauro Müller, sendo composta pelos seguintes membros:

I – Ricardo Fontanella, representante do Chefe do Executivo;

II – Augusto Bianchini, representante da Procuradoria Geral do Município;

III – Carlos Francisco de Oliveira Souza, representante da Secretaria Municipal de Planejamento;

IV – Marisa de Moura Dorigon, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

V – Camila Flor, representante da Fundação Ambiental Municipal;

VI – Rafael Bonoti, representante da Defesa Civil.

Art. 2º. A presidência da Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de Lauro Müller será exercida pelo membro Ricardo Fontanella, do inciso I do art. 1º deste Decreto.

Art. 3º. A comissão desempenhará suas funções sem ônus para o erário municipal.

Art. 4º. São atribuições da Comissão:

§1º Quando o Município não for o Requerente da Regularização Fundiária Urbana:

I – Processar administrativamente o requerimento;

II – Classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb;

III – Processar, analisar e aprovar p projeto de regularização fundiária;

IV – Sanear o procedimento administrativo;

V – Elaborar a Certidão de Regularização Fundiária – CRF.

Art. 5º. A Comissão Municipal de Regularização Fundiária Urbana ficará instalada na Secretaria Municipal de Assistência Social utilizando sua infraestrutura e corpo técnico sempre que necessário.

Art. 6º. O Presidente da Comissão de Regularização Fundiária Urbana poderá publicar portaria ou instrução normativa com o fluxograma das fases dos procedimentos administrativos e a relação da documentação necessária para a efetivação da regularização, nos limites impostos aos Secretários Municipais pela lei Orgânica Municipal.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 26 DE AGOSTO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que aceito fazer parte da Comissão para instrução, condução e saneamento dos procedimentos administrativos tendo por objeto a aplicação da regularização fundiária urbana.

Nº	NOME	SECRETARIA	ASSINATURA
01			
02			
03			
04			
05			
06			

DECRETO Nº 117/2019

Publicação Nº 2138296

DECRETO Nº 117/2019

CRIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, PARA ACOMPANHAR E AVALIAR AS PARCERIAS CELEBRADAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e considerando disposições da Lei Federal nº 13.019/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante convênios, termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação.

Art. 2º - A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta pelos seguintes membros:

I – Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

LETÍCIA RIGHETTO

CIBELE APARECIDA CITADIN

II – Secretaria Municipal de Saúde

Rubens da Silva Júnior

III – Secretaria Municipal de Assistência Social

Paloma Ferreira de Oliveira

IV – Secretaria Municipal de Educação

REGINA DA SILVA ANTUNES JOÃO

Art. 3º - Compete à Comissão de avaliação e monitoramento apoiar e acompanhar a execução das parcerias celebradas por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, a fim de aprimorar os procedimentos, os entendimentos, solucionar controvérsias, padronizar objetos, custos e indicadores, fomentar o controle de resultados e avaliar os relatórios técnicos de monitoramento.

§ 1º - Para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto poderá ser efetuada visita in loco, dispensada quando a mesma for incompatível com o objeto da parceria;

§ 2º - O monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto levará em consideração, quando for o caso, os mecanismos de escuta ao público-alvo acerca dos serviços efetivamente oferecidos no âmbito da parceria, aferindo-se o padrão de qualidade definido em consonância com a política pública setorial.

Art. 4º - A comissão deverá ser composta no mínimo por 05 (cinco) membros, devendo pelo menos, 01 (um) ser servidor ocupante de cargo efetivo do quadro de pessoal do Município.

Parágrafo único. A Comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações previstas nos arts. 58 a 60, da Lei Federal nº 13.019 de 2014, devendo haver quórum mínimo de 03 (três) membros.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 063/2019.

LAURO MÜLLER, 26 DE AGOSTO DE 2019.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que aceito fazer parte da Comissão de Monitoramento e Avaliação, para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil.

Nº	NOME	SECRETARIA	ASSINATURA
01			
02			
03			
04			
05			

Lebon Regis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019 - DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº DL15/2019

Publicação Nº 2138942

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019 - Dispensa por Justificativa Nº DL15/2019

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através da Presidente da Comissão de Licitações conforme decreto nº 016/2019, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Dispensa por Justificativa, do tipo Por item, sob a forma de execução indireta. OBJETO: Esta contratação tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para pagamento das ações executadas pelo CONTRATADO na prestação de serviços de complementação para LAP do desassoreamento do Rio Trombudo. As ações executadas estão previstas no Protocolo de Intenções do CIMCATARINA, que foi integralmente ratificado pelo município através da Lei Municipal 1471/2014, sem qualquer ressalva. O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 152,00 (cento e cinquenta e dois reais) por hora técnica trabalhada, sendo um total de 18 (dezoito) horas, perfazendo o valor global do contrato de R\$ 2.736,00 (dois mil, setecentos e trinta e seis reais). Maiores informações pelo e-mail: licita2@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 23/08/2019.

Vania Regina Maraffon – Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2019 – CONCORRÊNCIA Nº CC02/2019

Publicação Nº 2138955

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2019 – CONCORRÊNCIA Nº CC02/2019

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através da Presidente da Comissão de Licitações conforme Decreto nº 016/2019, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade de CONCORRÊNCIA, conforme especificações do Edital, cuja execução se fará na forma de empreitada por preço unitário e o critério de julgamento pelo tipo menor preço global. OBJETO: A presente licitação visa à contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica de ruas com CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado à Quente), com drenagem das águas pluviais, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentárias e projetos em anexo, vinculado ao Contrato de Financiamento nº 2623.500.809-68/2017, firmado junto à Caixa Econômica Federal e este Município, no âmbito do Pró-Transporte. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09:00h do dia 15 de outubro de 2019. A sessão de abertura será no mesmo dia (15/10/2019), às 09:10 min. Cadastramento conforme Lei Federal nº 8.666/93. Maiores informações pelo e-mail: licita2@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 28/08/2019.

Vania Regina Maraffon – Presidente da CPL

Luiz Alves**PREFEITURA****AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2020**

Publicação Nº 2139271

Luiz Alves, 26 de agosto de 2019.

CONVITE

A Prefeitura Municipal de Luiz Alves vem através da Secretaria Municipal de Finanças, convidar Vossa Senhoria, a participar da Audiência Pública, para discussão e elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2020, do município de Luiz Alves, SC, de acordo com a Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A audiência será realizada no dia 10 de Setembro de 2019, terça-feira, às 16:00 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Luiz Alves.

Certos de podermos contar com a vossa presença, desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Adriana Teresinha Schmitz Zimmermann
Secretária Municipal de Finanças

DECRETO N.º 177/2019

Publicação Nº 2139214

DECRETO N.º 177/2019

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2019 - Lei Municipal n.º 1.748, de 30 de novembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 24 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

Unidade: 01 – Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

15.452.0004.2.072 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Obras e Planejamento

(125) 3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.00 (0.3.0000) – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2018, por conta de recursos ordinários, na importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 28 de agosto de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 02/2019 (FME)

Publicação Nº 2138273

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 02/2019**

Após a verificação dos fatos anteriormente registrados e da habilitação do fornecedor individual IVAN ALTAIR DA COSTA (DAP nº SDW0067902539120508190316), através da avaliação da Comissão Permanente de Licitação instituída para esta finalidade, o Senhor Prefeito Municipal Marcos Pedro Veber, homologa, conforme a Lei nº 8.666/93, a INEXIGIBILIDADE Nº 02/2019, objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS-HORTIFRÚTIS, ATENDENDO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES. Dê-se ciência. Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 28 de agosto de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 03/2019 (FME)

Publicação Nº 2138274

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2019**

Após a verificação dos fatos anteriormente registrados e da habilitação do grupo formal COOPERATIVA DE PRODUTORES RURAIS DE ITAJAÍ - COOPERAR (DAP nº SDW0933305200010305191258), através da avaliação da Comissão Permanente de Licitação instituída para esta finalidade, o Senhor Prefeito Municipal Marcos Pedro Veber, homologa, conforme a Lei nº 8.666/93, a INEXIGIBILIDADE Nº 03/2019, objetivando a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS-HORTIFRÚTIS, ATENDENDO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES. Dê-se ciência.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8600 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas.

Luiz Alves, 28 de agosto de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO N.º 10/2019 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2137994

EXTRATO DE RESCISÃO AO CONTRATO N.º 10/2019 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: STEFANES CONFECÇÕES EIRELI., inscrita no CNPJ sob o n.º 30.926.925/0001-29.

Do objeto: Fornecimento de uniformes escolares para alunos da Educação Infantil e de Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Luiz Alves/SC.

Da rescisão: Trata-se de rescisão unilateral do CONTRATANTE, fulcros no artigo 77 e inciso I do artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como na decisão proferida nos autos de n.º 0003649-78.2019.8.16.0165, que determinou, em caráter liminar, a suspensão os contratos firmados com o Poder Público que eventualmente estejam em vigência, resguardados todos os direitos da Administração Pública Municipal.

Luiz Alves, 23 de agosto de 2019.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

PORTARIA 320/2019

Publicação Nº 2138720

PORTARIA N.º 320/2019

Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Sr. JONATAR CÉSAR VIEIRA, motorista junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com início no dia 09 de setembro de 2019 e término no dia 13 setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 27 de agosto de 2019.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 321/2019

Publicação Nº 2138721

PORTARIA N.º 321/2019
Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor Sr. ALAN MONSINI, motorista junto à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, com início no dia 09 de setembro de 2019 e término no dia 13 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 27 de agosto de 2019.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 319/2019

Publicação Nº 2138719

PORTARIA N.º 319/2019
Concede férias a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao servidor efetivo Sr. EDGAR WRUCK, operário braçal junto à Secretaria Municipal de Obras e Planejamento, com início no dia 28 de agosto de 2019 e término no dia 06 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 26 de agosto de 2019.
MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 322/2019

Publicação N° 2138965

PORTARIA N.º 322/2019

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva Sr.ª MARINA KREMER, atendente de educação infantil junto à Secretaria Municipal de Educação, com início no dia 02 de setembro de 2019 e término no dia 06 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 28 de agosto de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 323/2019

Publicação N° 2138968

PORTARIA N.º 323/2019

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª JOELMA APARECIDA DOS ANJOS, agente comunitária de saúde junto à Secretaria Municipal de Saúde, com início no dia 29 de agosto de 2019 e término no dia 07 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 28 de agosto de 2019

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 324/2019

Publicação N° 2138969

PORTARIA N.º 324/2019

Rescinde contrato de servidora admitida em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato firmado com a servidora Sr.ª GEOVANA PENTEADO SARTORI, admitida em caráter temporário para desempenhar a função de médica clínico geral, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor no dia 30 de agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 28 de agosto de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 077/2019 - PP 053/2019 - KIT DE ADAPTAÇÃO VEICULAR (PMSC) - PML

Publicação N° 2138267

MUNICIPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 077/2019 - PML
Pregão Presencial nº 053/2019 - PML

O Secretário de Coordenação de Governo e Gestão, Sr. JULIANO SCHNEIDER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 077/2019, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado à contratação de empresa para fornecimento e instalação de kit de adaptação veicular para a nova viatura da Polícia Militar de Luzerna, conforme padrão PMSC, tudo em atendimento às condições e especificações constantes deste Edital e seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* C.S. COMERCIO DE PEÇAS PARA VEICULOS LTDA.

- Valor total: R\$ 6.900,00

Luzerna (SC), 29 de agosto de 2019.

JULIANO SCHNEIDER

Secretário de Coordenação de Governo e Gestão

Macieira

PREFEITURA

decreto 1846

Publicação N° 2138409

DECRETO N° 1846, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei 953/19.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 987, de 27 de agosto de 2019;
DECRETO:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente.

12.00 Fundo Municipal de Saúde
12.01 Fundo Municipal de Saúde
20.37 Manutenção das Atividades da Saúde
33.72.13.67 Execução orcam. delegada a consorcio
R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

12.00 Fundo Municipal de Saúde
12.01 Fundo Municipal de Saúde
20.44 Manutenção dos Programas SUS, Estado
33.90.13.67 Aplicações Diretas
R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,
27 de agosto de 2019.
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

decreto 1847

Publicação N° 2138415

DECRETO N° 1847, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.
Abre Crédito Suplementar pelo superávit financeiro 2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 988, de 27 de agosto de 2019;
DECRETO:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, pelo superávit financeiro de 2018.

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano
20.22 Sinalização e Manutenção vias Publicas
33.90.3 Aplicações Diretas
R\$ 6.072,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,
27 de agosto de 2019.
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

lei 985

Publicação Nº 2138416

LEI Nº 985, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2018/2021, instituído pela Lei nº 878/2017 do Município de MACIEIRA e dá outras providências.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2020, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º Foram atualizados os valores para o exercício de 2020, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, em 27 de agosto de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

Anexo
I

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00
PLANEJAMENTO

Relatórios dos Programas

Código	Função	Programa
01.01	Legislativa	Processo Legislativo
04.01	Administração	Gestão Administrativa Superior
04.02	Administração	Administração Geral
06.01	Segurança Pública	Segurança Municipal
08.01	Assistência Social	Assistência Social Geral
08.02	Assistência Social	Assistência A Crianças E Adolescentes
09.01	Previdência Social	Previdência Aos Servidores Públicos
10.01	Saúde	Saúde Com Qualidade
10.02	Saúde	Alimentação Escolar
10.03	Saúde	Conservação Água Potável
12.01	Educação	Desenvolvimento Educacional
13.01	Cultura	Desenvolvimento Cultural
15.01	Urbanismo	Urbanização De Vias
15.02	Urbanismo	Trânsito Seguro
15.03	Urbanismo	Serviços De Utilidade Pública
16.01	Habitação	Sistema Habitacional
17.01	Saneamento	Prevenção De Doenças
18.01	Gestão Ambiental	Conservação Ambiental
20.01	Agricultura	Assistência Ao Produtor Rural
22.01	Industria	Desenvolvimento Industrial
23.01	Comercio E Serviços	Promoção Do Turismo
26.01	Transporte	Estradas Vicinais
27.01	Desporto E Lazer	Esporte É Vida
28.00	Encargos Especiais	Outros Encargos Especiais
99.99	Reserva De Contingencia	Reserva De Contingencia

MUNICÍPIO DE MACIEIRA
ANEXO II – DESTINAÇÃO DA RECEITA PÚBLICA

Tabela 1

28/12/2017 11:06:39

Pág.: 1 de 1

FAEE Sistemas

IDUSO	
0	Recursos não destinados a contrapartida
1	Contrapartida - BIRD
2	Contrapartida - BID
3	Contrapartida de empréstimos em enfoque setorial amplo
4	Contrapartida de outros empréstimos
5	Contrapartida de doações
6	Contrapartida de Convênios

Tabela 2

GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	
1	Recursos do Tesouro – Exercício Corrente
2	Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente
3	Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores
6	Recursos de Outras Fontes – Exercícios Anteriores
9	Recursos Condicionados

Tabela 3

I - PRIMÁRIAS	
ESPECIFICAÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	
00	Recursos ordinários
01	Receitas e Transferências de Impostos - Educação
02	Receitas e Transferências de Impostos - Saúde
03	Contribuição ao Fundo Previdenciário - RPPS
04	Contribuição ao Fundo Financeiro - RPPS
05	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS
06	Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos
07	Contribuição CIDE
08	Contribuição COSIP
09	Fia Imposto de Renda
10	Convênio Trânsito - Militar
11	Convênio Trânsito - Civil
12	Convênio Trânsito - Prefeitura
18	Transferências Fundeb – Prof. Magistério
19	Transferências Fundeb – Outras Despesas
31	Transferências de Convênios – União/Assist. Social
32	Transferências de Convênios – União/Educação
33	Transferências de Convênios – União/Saúde
34	Transferências de Convênios – União/Outros
35	Transferências Suas/União
36	Salário Educação
37	Outras Transf. Do FNDE (PNATE, PDDE, PNAE)
38	Transferências do SUS/União

39	Fundo Especial de Petróleo
40	Royalties de Petróleo - Educação
41	Royalties de Petróleo - Saúde
42	Outras Transf. Legais e Constitucionais - União
61	Transferências de Convênios – Estado/Assist. Social
62	Transferências de Convênios – Estado/Educação
63	Transferências de Convênios – Estado/Saúde
64	Transferências de Convênios – Estado/Outros
65	Transferências Estado/Suas
66	Transferências Estado/Educação
67	Transferências Estado/Sus
68	Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado
75	Taxa de Admin. RPPS
80	Outras Especificações

Tabela 4

II - NÃO PRIMÁRIAS	
ESPECIFICAÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS	
81	Operações de Crédito Internas para programas da Educação Básica
82	Operações de Crédito Internas Para Programas da Saúde
83	Operações de Crédito Internas Para Outros Programas
84	Operações de Crédito Externas para programas da Educação Básica
85	Operações de Crédito Externas Para Programas da Saúde
86	Operações de Crédito Externas Para Outros Programas
87	Alienações de Bens Destinados a Programas da Educação Básica
88	Alienações de Bens Destinados a Programas da Saúde
89	Alienações de Bens Destinados a Outros Programas
93	Outras Receitas Não Primárias
95	Antecipação de Depósitos Judiciais

Tabela 5

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO DETALHAMENTO DE FONTE DE RECURSOS
000000	Sem detalhamento das fontes de recursos
000001	Impostos para Educação
000002	Impostos para Saúde
000003	BL. Atenção Básica
000004	BL. Média e alta Compl.
000005	BL. Vigilância em Saúde
000006	BL. Assist. Farm. Básica
000007	BL. Gestão do SUS
000008	Piso de atenção básica – PAB fixo
000009	Vigilância em Saúde
000010	Programa da saúde da família - PSF
000011	Saúde Bucal – PSF Odonto
000012	Agentes Comunitários de Saúde

000013	Farmácia Básica
000014	Carências Nutricionais
000015	Vigilância Sanitária
000016	Vigilância Epidemiológica
000017	Média e alta complexidade MAC
000018	Doenças sexualmente transm. DST/AIDS
000019	NASF
000020	Progr. PMAQ
000021	Programa Saúde na Escola
000022	Cofinanc. Atenção básica/estado
000023	Cofinanc. Assist. farmacêutica básica
000024	Outros Programas SUS/UNIÃO
000025	Outros Programas SUS/ESTADO
000026	Progr. Dinheiro Direto na Escola - PDDE
000027	Progr. Nac. Alim. Escolar – PNAE
000028	Progr. Nac. Transp. Escolar - PNATE
000029	Outros Rec. Do FNDE
000030	Brasil carinhoso
000031	
000032	Bloco.PMCV
000033	
000034	
000035	Bloco PSB-SCFV
000036	Bloco PSB-PBF
000037	Bloco GSUAS
000038	Bloco GBF
000039	Cofinanc. De Benefícios eventuais
000040	Serv. De Prot. Social Básica
000041	Serv. De Prot. Soc. Especial de Média Complex.
000042	Serv. De Prot. Soc. Especial de Alta Complex.

28/12/2017 11:04:59 Pág.: 1 de 42 FAEF Sistemas

28/12/2017 11:04:59

Anexo III	Estado de Santa Catarina Planilha Nº 003 PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00 PLANO PLURIANUAL 2018/2021 Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração					
Função: 04 Administração Programa: 04.02 Administração Geral						
Diagnóstico: Este programa será executado pela estrutura do setor de recursos Humanos, pelo setor de Patrimônio e Material e pelo setor de Licitações, Tributação, Controladoria e Assessoria Jurídica.						
Diretrizes: Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamento funcional dos servidores municipais; controle da lotação dos cargos, cálculo da folha de pagamento mensal e das obrigações patronais; cadastro, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário periódico dos bens; atualização periódica dos valores dos bens; controle da frota, do almoxarifado e conservação do patrimônio público; elaboração dos processos licitatórios e atualização dos cadastros de fornecedores; planejar, executar e controlar as atividades administrativas e aperfeiçoar o controle interno.						
Objetivos: Manter o controle dos atos de pessoal, do patrimônio público, licitações e serviços gerais da administração, produzindo informações gerenciais objetivando atender a demanda.						
ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA						
Código	Descrição da Unidade					
03.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA					
VINCULAÇÃO DA AÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL E HORIZONTE TEMPORAL						
Unidade Vincula	Projeto/Atividade	Descrição Projeto/Atividade	Contínuo	Temporal	Início	Término
03.01	2004	Manut. das Ativ. Administrativas e Financeiras	X		01/01/2018	31/12/2021
03.01	1060	Aquisição de Veículos - Administração		X	01/01/2018	31/12/2021
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES						
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 28/12/2017 11:04:59 Pág.: 3 de 42 FAEE Sistemas </div>						

Planilha Nº 003

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANO PLURIANUAL 2018/2021

Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração

Programa: 04.02 Administração Geral														
Função: 04 Administração					Destin. Recurso	Fonte Recurso	Meta Física		Und. Med.	Produto	Tp	Sub-Função	Ação	Cód.
Ano		Qtde												

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 4 de 42

FAEE Sistemas

Anexo III	Estado de Santa Catarina Planilha Nº 004 PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00 PLANO PLURIANUAL 2018/2021																								
Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração																									
Função: 06 Segurança Pública Programa: 06.01 Segurança Municipal																									
Diagnóstico: Este programa visa o atendimento aos convênios firmados com a Secretaria de Segurança Pública																									
Diretrizes: Captar recursos para manter os equipamentos de segurança, material de consumo e demais despesas correntes, bem como, fazer a conservação das instalações da Polícia Militar, Polícia Civil.																									
Objetivos: Regular e implantar a sinalização nas vias públicas, fiscalizar e aplicar penalidades sobre de circulação, parada, estacionamento, excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como, as relativas a ciclo motores, veículos de propulsão humana, de tração humana e animal, nas vias de circunscção do municipal, visando a segurança dos usuários.																									
ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA																									
Código	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="width: 30%;">Descrição Orgão</th> <th style="width: 70%;">Descrição da Unidade</th> </tr> <tr> <td>06.02</td> <td>SECR. DE INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Depto. De Desenvolvimento Urbano</td> </tr> </table>	Descrição Orgão	Descrição da Unidade	06.02	SECR. DE INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO		Depto. De Desenvolvimento Urbano																		
Descrição Orgão	Descrição da Unidade																								
06.02	SECR. DE INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO																								
	Depto. De Desenvolvimento Urbano																								
VINCULAÇÃO DA AÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL E HORIZONTE TEMPORAL																									
Unidade Vincula	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th style="width: 20%;">Projeto/Atividade</th> <th style="width: 20%;">Descrição Projeto/Atividade</th> <th style="width: 10%;">Contínuo</th> <th style="width: 10%;">Temporal</th> <th style="width: 10%;">Início</th> <th style="width: 10%;">Término</th> </tr> <tr> <td>06.02</td> <td>Manut. Conv. Secr. Segurança Pública</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td>01/01/2018</td> <td>31/12/2021</td> </tr> <tr> <td>06.02</td> <td>Manut. do Fundo M. de Defesa Civil</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td>01/01/2018</td> <td>31/12/2021</td> </tr> <tr> <td>06.02</td> <td>Manut. Conv. com o Funrebo</td> <td style="text-align: center;">X</td> <td></td> <td>01/01/2018</td> <td>31/12/2021</td> </tr> </table>	Projeto/Atividade	Descrição Projeto/Atividade	Contínuo	Temporal	Início	Término	06.02	Manut. Conv. Secr. Segurança Pública	X		01/01/2018	31/12/2021	06.02	Manut. do Fundo M. de Defesa Civil	X		01/01/2018	31/12/2021	06.02	Manut. Conv. com o Funrebo	X		01/01/2018	31/12/2021
Projeto/Atividade	Descrição Projeto/Atividade	Contínuo	Temporal	Início	Término																				
06.02	Manut. Conv. Secr. Segurança Pública	X		01/01/2018	31/12/2021																				
06.02	Manut. do Fundo M. de Defesa Civil	X		01/01/2018	31/12/2021																				
06.02	Manut. Conv. com o Funrebo	X		01/01/2018	31/12/2021																				
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES																									

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 5 de 42

FAEE Sistemas

28/12/2017 11:04:59

Anexo III	Estado de Santa Catarina Planilha Nº 005 PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00 PLANO PLURIANUAL 2018/2021					
Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração						
Função: 08 Assistência Social Programa: 08.01 Assistência Social Geral						
Diagnóstico: O município possui cerca de 150 famílias necessitadas de atenção do poder público municipal, também possui 02 grupo de idosos com 380 pessoas cadastradas, 02 programas do governo federal SCFV e CRAS, que demandam atenção e subsídios em forma de equipamentos e profissionais, bem como pessoal lotado na secretaria						
Diretrizes: Atendimento e orientação à família através de programas direcionados às necessidades básicas, fortalecimento e integração dos grupos de idosos e clubes de mães e adolescentes pertencentes ao CRAS.						
Objetivos: Criar alternativas de renda para as famílias necessitadas, proporcionar a integração do idoso à sociedade e melhoria da qualidade de vida, oferecer, através de cursos e palestras, oportunizando para que os mesmos descubram suas potencialidades, participando na composição da renda familiar e buscando a integração dos mesmos e atender a demanda						
ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA						
Código	Descrição da Unidade					
05.01	SECR. M. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
11.01	FUNDO M. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
VINCULAÇÃO DA AÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL E HORIZONTE TEMPORAL						
Unidade Vincula	Projeto/Atividade	Descrição Projeto/Atividade	Contínuo	Temporal	Início	Término
05.01	2015	Manut. Funcional do Setor Social e comunitário	X		01/01/2018	31/12/2021
05.01	1065	Obras de Infraestrutura Social		X	01/01/2018	31/12/2021
11.01	2031	Manut. do Fundo M. de Assistência Social	X		01/01/2018	31/12/2021
11.01	2032	Manut. das Ativ. de Assist. a Terceira Idade	X		01/01/2018	31/12/2021
11.01	2033	Manutenção Bl. PSB - FNAS	X		01/01/2018	31/12/2021
11.01	2034	Manutenção Bl. GBF - FNAS	X		01/01/2018	31/12/2021
11.01	2035	Manutenção Bl. GSU/AS - FNAS	X		01/01/2018	31/12/2021
11.01	2036	Manut. Programas Sociais - Estado	X		01/01/2018	31/12/2021
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES						

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 7 de 42

FAEE Sistemas

Planilha Nº 005

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANO PLURIANUAL 2018/2021

Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração

Programa: 08.01 Assistência Social Geral														
Função: 08 Assistência Social														
Cód.	Ação	Sub-Função	Tp	Produto	Und. Med.	Meta Física		Fonte Recurso	Destin. Recurso	2018 Valor	2019 Valor	2020 Valor	2021 Valor	Total
						Ano	Qtde							
015	Manut. Funcional do Setor Social e comunitário	244	2	Expediente	Horas	2018	2.000	0.1.0.0	0.0.0.0.0.0	112.000,00	140.000,00	140.500,00	127.000,00	519.500,00
						2019	2.000							
						2020	2.000							
						2021	2.000							
031	Manut. da Fundo M. de Assistência Social	241	2	Expediente	Horas	2018	2.000	0.1.0.0	0.0.0.0.0.0	398.400,00	408.020,00	433.366,00	448.405,00	1.688.191,00
						2019	2.000							
						2020	2.000							
						2021	2.000							
032	Manut. das Ativ. de Assist. a Terceira Idade	241	2	Grupos	Unidade	2018	1	0.1.0.0	0.0.0.0.0.0	30.000,00	30.500,00	35.000,00	31.000,00	126.500,00
						2019	1							
						2020	2							
						2021	1							
033	Manutenção Bl. PSB - FNAS	244	2	Bloco	Unidade	2018	1	0.1.3.5	0.0.0.0.3.5	60.500,00	63.525,00	20.551,00	70.036,00	214.612,00
						2019	1							
						2020	1							
						2021	1	0.1.3.5	0.0.0.0.3.6	72.500,00	76.125,00	20.551,00	83.927,00	253.103,00
034	Manutenção Bl. GBF - FNAS	244	2	Bloco	Unidade	2018	1	0.1.3.5	0.0.0.0.3.8	10.200,00	10.710,00	18.220,00	11.807,00	50.937,00
						2019	1							
						2020	1							
						2021	1							
035	Manutenção Bl. GSUAS - FNAS	244	2	Bloco	Unidade	2018	1	0.1.3.5	0.0.0.0.3.7	6.200,00	6.510,00	5.220,00	7.177,00	25.107,00
						2019	1							
						2020	1							
						2021	1							
036	Manut. Programas Sociais - Estado	244	2	Programas	Unidade	2018	3	0.1.6.5	0.0.0.0.3.9	8.100,00	8.505,00	8.930,00	9.376,00	34.911,00
						2019	3							
						2020	3							
						2021	3							

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 8 de 42

FAEE Sistemas

III Anexo													Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00 PLANO PLURIANUAL 2018/2021 Planilha Nº 005												
Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração																									
Função: 08 Assistência Social													Programa: 08.01 Assistência Social Geral												
036	Manut. Programas Sociais - Estado	244	2	Programas	Unidade		0.1.6.5	0.0.0.0.4.0	20.100,00	21.105,00	22.160,00	23.268,00	86.633,00												
065	Obras de Infraestrutura Social	244	1	Obras	M²	2018 2019 2020 2021	0.1.0.0 50 50 100 50	0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0	2.000,00 1.000,00 1.000,00 1.000,00	5.000,00 1.000,00 1.000,00 1.000,00	10.000,00 1.000,00 1.000,00 1.000,00	3.000,00 1.000,00 1.000,00 1.000,00	20.000,00 4.000,00 4.000,00 4.000,00												
Total das Ações/Programa										722.000,00	772.000,00	716.498,00	816.996,00	3.027.494,00											
28/12/2017 11:04:59 Págo.: 9 de 42 FAFS-Sistemas																									

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 9 de 42

FAEE Sistemas

28/12/2017 11:04:59
 Pág.: 10 de 42
 FAEF Sistemas

28/12/2017 11:04:59 Pág.: 11 de 42 FAEF Sistemas

III Anexo		Estado de Santa Catarina		Planilha Nº 008	
		PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00			
		PLANO PLURIANUAL 2018/2021			
		Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração			
Função: 10 Saúde		Programa: 10.01 Saúde Com Qualidade			
<p>Diagnóstico: O município possui 02 unidade sanitária localizada uma no perímetro urbano e outra no km 30, com atendimento médico e odontológico. Possui uma frota de 02 ambulância, 06 veículos pequenos, 2 veículos utilitários. No quadro de pessoal possui 03 dentista e 02 médicos, 04 enfermeira, 01 psicóloga, 04 auxiliares Administrativo, 6 agentes comunitários de saúde, 07 motoristas, 1 farmacêutica, 3 fisioterapeuta, 4 agente de copa, 4 técnica de enfermagem e 5 outros cargos.</p>					
<p>Diretrizes: Ampliação e melhorias da unidade sanitária central, aquisição de equipamentos e manutenção da estrutura administrativa da saúde.</p>					
<p>Objetivos: Realizar medicina preventiva e curativa com recursos próprios e conveniados, objetivando melhorar a qualidade de vida da população, manter convênio com o Hospital Maice, convênio com CIS-AMARP e Consorcio CIMCATARINA.</p>					
ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA					
Código	Descrição Orgão	Descrição da Unidade			
12.01	FUNDO M. DE SAÚDE	Fundo M. De Saúde			
VINCULAÇÃO DA AÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL E HORIZONTE TEMPORAL					
Unidade Vincula	Projeto/Atividade	Descrição Projeto/Atividade	Contínuo	Temporal	Início Término
12.01	1073	Ampliação da Rede Física da Saúde		X	01/01/2018 31/12/2021
12.01	1074	Aquisição de Veículos - saúde		X	01/01/2018 31/12/2021
12.01	2037	Manut. das Atividades da Saúde	X		01/01/2018 31/12/2021
12.01	2038	Manut. Bl. de Atenção Básica	X		01/01/2018 31/12/2021
12.01	2039	Manut. Bl. de Atenção Básica Variável	X		01/01/2018 31/12/2021
12.01	2040	Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Finance.	X		01/01/2018 31/12/2021
12.01	2041	Manut. Bl. Vigilância em saúde	X		01/01/2018 31/12/2021
12.01	2042	Manut. Bl. Assistência Farmacêutica	X		01/01/2018 31/12/2021
12.01	2043	Manut. Bl. Gestão do SUS	X		01/01/2018 31/12/2021
12.01	2044	Manut. Programas do SUS - Estado	X		01/01/2018 31/12/2021
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES					

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 12 de 42

FAEE Sistemas

Anexo
III

Estado de Santa Catarina

Planilha Nº 008

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANO PLURIANUAL 2018/2021

Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração

Programa: 10.01 Saúde Com Qualidade														
Função: 10 Saúde						10.01 Saúde Com Qualidade								
Cód.	Ação	Sub-Função	Tip	Produto	Und. Med.	Meta Física		Fonte Recurso	Destin. Recurso	2018 Valor	2019 Valor	2020 Valor	2021 Valor	Total
037	Manut. das Atividades da Saúde	301	2	Expediente	Horas		2,000	0.1.0.0	0.0.0.0.0.0	3,500,00	3,625,00	3,356,00	3,624,00	14,105,00
							2,000							
							2,000							
							2,000							
038	Manut. Bl. de Atenção Básica	301	2	Bloco	Unidade		1	0.1.3.8	0.0.0.0.0.0	0,00	57,225,00	54,000,00	63,090,00	174,315,00
							1							
							1							
							1							
039	Manut. Bl. de Atenção Básica Variável	301	2	Bloco	Unidade		1	0.1.3.8	0.0.0.0.0.0	0,00	455,195,00	472,646,00	446,727,00	1,374,568,00
							1							
							1							
							1							
							1	0.1.3.8	0.0.0.0.1.0	90,400,00	0,00	0,00	0,00	90,400,00
							1	0.1.3.8	0.0.0.0.1.1	28,200,00	0,00	0,00	0,00	28,200,00
							1	0.1.3.8	0.0.0.0.1.2	68,400,00	0,00	0,00	0,00	68,400,00

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 13 de 42

FAEE Sistemas

Planilha Nº 008

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANO PLURIANUAL 2018/2021

Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração

Programa: 10.01 Saúde Com Qualidade														
Função: 10 Saúde														
039	Manut. Bl. de Atenção Básica Variável	301	2	Bloco	Unidade			0.1.3.8	0.0.0.0.1.9	100.400,00	0,00	0,00	0,00	100.400,00
								0.1.3.8	0.0.0.0.2.0	98.500,00	0,00	0,00	0,00	98.500,00
040	Manut. Bl. MAC Amb. e Hosp. e Lim. de Financ.	301	2	Bloco	Unidade	2018 2019 2020 2021	1 1 1 1	0.1.3.8	0.0.0.0.0.0	0,00	5.355,00	34.110,00	5.903,00	45.368,00
								0.1.3.8	0.0.0.0.1.7	5.100,00	0,00	0,00	0,00	5.100,00
041	Manut. Bl. Vigilância em saúde	301	2	Bloco	Unidade	2018 2019 2020 2021	1 1 1 1	0.1.3.8	0.0.0.0.0.0	0,00	42.210,00	38.220,00	46.536,00	126.966,00
								0.1.3.8	0.0.0.0.1.5	30.200,00	0,00	0,00	0,00	30.200,00
								0.1.3.8	0.0.0.0.1.6	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
042	Manut. Bl. Assistência Farmacêutica	301	2	Bloco	Unidade	2018 2019 2020 2021	1 1 1 1	0.1.3.8	0.0.0.0.0.0	0,00	21.210,00	36.220,00	23.384,00	80.814,00
								0.1.3.8	0.0.0.0.1.3	20.200,00	0,00	0,00	0,00	20.200,00

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 14 de 42

FAEE Sistemas

III Anexo		Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00 PLANO PLURIANUAL 2018/2021										Planilha Nº 008		
Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração														
Programa: 10.01 Saúde Com Qualidade														
Função: 10 Saúde		Programa: 10.01 Saúde Com Qualidade												
043	Manut. Bl. Gestão do SUS	301	2	Bloco	Valor	2018 2019 2020 2021	1 1 1 1	0.1.3.8 0.1.3.8	0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.7	0,00 4.000,00	4.200,00 0,00	4.410,00 0,00	4.630,00 0,00	13.240,00 4.000,00
044	Manut. Programas do SUS - Estado	301	2	Programas	Unidade	2018 2019 2020 2021	3 3 3 3	0.1.6.7 0.1.6.7	0.0.0.0.2.2 0.0.0.0.2.3	32.300,00 10.300,00	38.915,00 10.815,00	140.330,00 12.330,00	42.391,00 11.923,00	253.936,00 45.368,00
073	Ampliação da Rede Física da Saúde	301	1	Obras	M²	2018 2019 2020 2021	60 60 60 60	0.1.0.2 0.1.3.3	0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0	6.000,00 1.000,00	6.000,00 1.000,00	6.000,00 1.000,00	6.000,00 1.000,00	24.000,00 4.000,00
074	Aquisição de Veículos - saúde	301	1	Veículos	Unidade	2018 2019 2020 2021	2 2 2 2	0.1.0.2 0.1.3.3	0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0	40.000,00 1.000,00	50.000,00 1.000,00	211.580,00 1.000,00	46.000,00 1.000,00	347.580,00 4.000,00
FAFE-Sistemas														
Página: 15 de 42														
28/12/2017 11:04:59														

FAEE Sistemas

Pág.: 15 de 42

28/12/2017 11:04:59

Planilha Nº 008

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANO PLURIANUAL 2018/2021

III
Anexo

Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração

Função: 10 Saúde				Programa: 10.01 Saúde Com Qualidade							
074	Aquisição de Veículos - saúde	301	1	Veículos	Unidade	0.1.6.3	0.0.0.0.0.0	1.000.00	1.000.00	1.000.00	4.000.00
Total das Ações/Programa								2.971.870,00	3.191.263,00	3.731.343,00	13.338.725,00

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 16 de 42

FAEE Sistemas

28/12/2017 11:04:59 Pág.: 17 de 42 FAEF Sistemas

28/12/2017 11:04:59 Pág.: 18 de 42 FAEF Sistemas

<div>III Anexo</div>	<div>Estado de Santa Catarina</div> <div>PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00</div> <div>PLANO PLURIANUAL 2018/2021</div>		<div>Planilha Nº 011</div>
<div>Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração</div>			
<div>Função: 12 Educação</div>			
<div>Programa: 12.01 Desenvolvimento Educacional</div>			
<div>Diagnóstico: O município possui 2 escolas na rede de ensino fundamental que beneficia de 395 alunos entre escola municipal e estadual, 36 professores-4 merendeiras, 5 agente de copa e higienização, O transporte Escolar diário de 395 alunos, é realizados por veículos próprios 01 micro ônibus 4 ônibus, sendo também 3 Kombi, 1 micro ônibus e 1 Van com serviços de transporte terceirizado.</div>			
<div>Diretrizes: Melhoria, ampliação e manutenção da rede física, equipar as escolas, melhoria das condições de transporte escolar, aplicação da rede física do ensino infantil e reciclagem dos professores.</div>			
<div>Objetivos: Proporcionar melhor qualidade de ensino garantindo a permanência dos educando na escola</div>			
<div>ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA</div>			
<div>Código</div>	<div>Descrição Órgão</div>	<div>Descrição da Unidade</div>	
<div>04.01</div>	<div>SECR. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</div>	<div>Depto. De Educação</div>	
<div>VINCULAÇÃO DA AÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL E HORIZONTE TEMPORAL</div>			
<div>Unidade Vincula</div>	<div>Projeto/Atividade</div>	<div>Descrição Projeto/Atividade</div>	<div>Contínuo</div>
			<div>Temporal</div>
			<div>Início</div>
			<div>Término</div>
<div>04.01</div>	<div>1061</div>	<div>Ampliação da Rede Física do Ens. Fundamental</div>	<div>X</div>
<div>04.01</div>	<div>1062</div>	<div>Aquisição de Veículos - Educação</div>	<div>X</div>
<div>04.01</div>	<div>1063</div>	<div>Ampliação da Rede Física Infantil</div>	<div>X</div>
<div>04.01</div>	<div>2006</div>	<div>Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental</div>	<div>X</div>
<div>04.01</div>	<div>2007</div>	<div>Apoio a Educação de Jovens e Adultos</div>	<div>X</div>
<div>04.01</div>	<div>2008</div>	<div>Apoio ao Ensino Médio</div>	<div>X</div>
<div>04.01</div>	<div>2009</div>	<div>Apoio ao Ensino Superior</div>	<div>X</div>
<div>04.01</div>	<div>2010</div>	<div>Apoio a Educação Especial</div>	<div>X</div>
<div>04.01</div>	<div>2012</div>	<div>Manut. da Educação Infantil creches</div>	<div>X</div>
<div>04.01</div>	<div>2047</div>	<div>Manutenção do Transporte Escolar</div>	<div>X</div>
<div>04.01</div>	<div>2048</div>	<div>Manutenção da Educação Infantil Pré-escola</div>	<div>X</div>
<div>IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES</div>			
<div>28/12/2017 11:04:59</div>			
<div>Pág.: 19 de 42</div>			
<div>FAEE Sistemas</div>			

28/12/2017 11:04:59

Planilha Nº 011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANO PLURIANUAL 2018/2021

Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração

Função: 12 Educação												
Programa: 12.01 Desenvolvimento Educacional												
006	Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental	361	2	Expediente	Horas		0.1.3.7	0.0.0.0.2.8	30.200,00	0,00	0,00	30.200,00
007	Apoio a Educação de Jovens e Adultos	366	2	Programa	Unidade	2018 2019 2020 2021	1 1 1 1	0.1.0.0 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
008	Apoio ao Ensino Médio	362	2	Programa	Unidade	2018 2019 2020 2021	1 1 1 1	0.1.0.0 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0	8.000,00	8.000,00	8.400,00	30.900,00
009	Apoio ao Ensino Superior	364	2	Programa	Unidade	2018 2019 2020 2021	1 1 1 1	0.1.0.0 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0	8.000,00	8.000,00	15.000,00	47.000,00
010	Apoio a Educação Especial	367	2	Programa	Unidade	2018 2019 2020 2021	1 1 1 1	0.1.0.0 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0	10.000,00	9.000,00	11.000,00	42.000,00
012	Manut. da Educação Infantil creches	365	2	Expediente	Horas	2018 2019 2020 2021	2.000 2.000 2.000 2.000	0.1.0.1 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0	92.000,00	26.000,00	25.000,00	171.000,00
047	Manutenção do Transporte Escolar	361	2	Programa	Unidade	2018 2019 2020 2021	1 1 1 1	0.1.0.1 0.0.0.0.0.0 0.0.0.0.0.0 0.1.1.9	0,00	325.350,00	100.000,00	500.350,00
								0.0.0.0.0.0	0,00	304.410,00	0,00	304.410,00
							0.1.6.2	0.0.0.0.0.0	0,00	86.100,00	90.405,00	271.430,00

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 21 de 42

FAEE Sistemas

Planilha Nº 011

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANO PLURIANUAL 2018/2021

Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração

III
Anexo

Programa: 12.01 Desenvolvimento Educacional										
Função: 12 Educação										
		361	2	Programa	Unidade		0.1.3.7	0.0.0.0.2.8	0.00	36.210.00
047	Manutenção do Transporte Escolar									111.390,00
048	Manutenção da Educação Infantil Pré-escola	365	2	Expediente	Horas	2018 2019 2020 2021	0.1.0.1	0.0.0.0.0.0	0.00	25.000,00
						2.000 2.000 2.000				0.00
061	Ampliação da Rede Física do Ens. Fundamental	361	1	Obras	M²	2018 2019 2020 2021	0.1.0.1	0.0.0.0.0.0	8.000,00	9.000,00
						80 80 50 50	0.1.3.2	0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.000,00
							0.1.6.2	0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.000,00
062	Aquisição de Veículos - Educação	361	1	Veículos	Unidade	2018 2019 2020 2021	0.1.0.1	0.0.0.0.0.0	3.000,00	5.000,00
						2 2 1 2	0.1.3.2	0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.000,00
							0.1.6.2	0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.000,00
063	Ampliação da Rede Física Infantil	365	1	Obras	M²	2018 2019 2020 2021	0.1.0.1	0.0.0.0.0.0	5.000,00	5.000,00
						60 60 60 80				5.000,00
										4.000,00
										4.000,00
										4.000,00
										18.000,00
										5.000,00
										1.000,00
										1.000,00
										4.000,00
										20.000,00

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 22 de 42

FAEE Sistemas

III Anexo	<p>Estado de Santa Catarina</p> <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00</p> <p>PLANO PLURIANUAL 2018/2021</p> <p>Planilha Nº 011</p> <p>Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração</p>									
Função: 12 Educação	Programa: 12.01 Desenvolvimento Educacional									
063 Ampliação da Rede Física Infantil	365	1	Obras	MF	0.1.3.2	0.0.0.0.0.0	1.000.00	1.000.00	1.000.00	1.000.00
					0.1.6.2	0.0.0.0.0.0	1.000.00	1.000.00	1.000.00	1.000.00
Total das Ações/Programa										
							3.527.850,00	3.527.842,00	3.694.153,00	4.082.408,00
										14.832.253,00

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 23 de 42

FAEE Sistemas

III Anexo		Estado de Santa Catarina		Planilha Nº 012								
		PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00										
		PLANO PLURIANUAL 2018/2021										
		Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração										
Função: 13 Cultura		Programa: 13.01 Desenvolvimento Cultural										
<p>Diagnóstico: O departamento de cultura esta em fase de implantação o Coralm Infantil e Fanfara , bem como possui 01 biblioteca pública municipal que é única na cidade, possui 02 computadores para para atender os estudantes e leitores do município, e um Museu.</p> <p>Diretrizes: Incentivar a produção artesanal, resgate e preservação da cultura, melhoria do acervo bibliográfico</p> <p>Objetivos: Desenvolver e aprimorar as manifestações culturais.</p>												
ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA												
Código	Descrição Orgão		Descrição da Unidade									
04.02	SECR. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		Depto. Da Cultura, Esporte E Lazer									
VINCULAÇÃO DA AÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL E HORIZONTE TEMPORAL												
Unidade Vincula	Projeto/Atividade	Descrição Projeto/Atividade	Contínuo	Temporal	Início Término							
04.02	2014	Manut. das Ativ. e Festividades Culturais	X		01/01/2018 31/12/2021							
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES												
Cód. Ação	Sub-Função	Tp Produto	Und. Med.	Meta Física		Fonte Recurso	Destin. Recurso	2018 Valor	2019 Valor	2020 Valor	2021 Valor	Total
				Ano	Qtd							
014	Manut. das Ativ. e Festividades Culturais	2	Expediente	Horas	2018	2.000	0.0.0.0.0.0	70.000,00	70.000,00	70.000,00	95.000,00	305.000,00
					2019	2.000						
					2020	2.000						
					2021	2.000						
Total das Ações/Programa												305.000,00

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 24 de 42

FAEE Sistemas

28/12/2017 11:04:59

III Anexo	<p style="text-align: center;">Estado de Santa Catarina</p> <p style="text-align: center;">PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00</p> <p style="text-align: center;">PLANO PLURIANUAL 2018/2021</p> <p style="text-align: right;">Planilha Nº 014</p>				
<p style="text-align: center;">Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração</p>					
<p>Função: 15 Urbanismo Programa: 15.02 Trânsito Seguro</p>					
<p>Diagnóstico: O município possui 1,80 km de vias urbanas sob sua jurisdição.</p>					
<p>Diretrizes: Sinalizar e conservar a sinalização nas vias urbanas sob jurisdição do município</p>					
<p>Objetivos: Dar maior segurança aos motoristas e pedestres, usuários do sistema viário municipal</p>					
<p style="text-align: center;">ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA</p>					
Código	Descrição Orgão	Descrição da Unidade			
06.01	SECR. DE INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO	Depto. De Transportes E Obras			
06.02	SECR. DE INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO	Depto. De Desenvolvimento Urbano			
<p style="text-align: center;">VINCULAÇÃO DA AÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL E HORIZONTE TEMPORAL</p>					
Unidade Vincula	Projeto/Atividade	Descrição Projeto/Atividade	Contínuo	Temporal	Início
06.01	1067	Obras de Infraestrutura Urbana		X	01/01/2018
06.02	2022	Sinalização e Manut. de Vias Públicas	X		31/12/2021
<p style="text-align: center;">IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES</p>					

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 26 de 42

FAEE Sistemas

Planilha Nº 014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANO PLURIANUAL 2018/2021

Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração

Função: 15 Urbanismo									
Programa: 15.02 Trânsito Seguro									
Cód.	Ação	Sub-Função	Tp	Produto	Und. Med.	Meta Física		Fonte Recurso	Destin. Recurso
						Ano	Qtde		
022	Sinalização e Manut. de Vias Públicas	452	2	Vias	KM	2018	4	0.1.0.0	0.0.0.0.0.0
						2019	4		
						2020	4		
						2021	4		
								0.1.1.2	0.0.0.0.0.0
									3.300,00
									4.815,00
									3.638,00
									3.400,00
									3.600,00
									13.200,00
067	Obras de Infraestrutura Urbana	452	1	Obras	M²	2018	80	0.1.0.0	0.0.0.0.0.0
						2019	40		
						2020	50		
						2021	50		
								0.1.3.4	0.0.0.0.0.0
									1.000,00
									1.000,00
									1.000,00
									1.000,00
									1.000,00
									4.000,00
									4.000,00
									13.000,00
									21.000,00
									22.420,00
									30.038,00
									26.015,00
									19.300,00
									97.773,00
Total das Ações/Programa									

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 27 de 42

FAEE Sistemas

III Anexo	Estado de Santa Catarina		Planilha Nº 015	
	PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00		PLANO PLURIANUAL 2018/2021	
Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração				
Função: 15 Urbanismo		Programa: 15.03 Serviços De Utilidade Pública		
Diagnóstico: O município possui uma população de aproximadamente 1.799 (hum mil, setecentos e noventa e nove) habitantes, dos quais cerca de 30% (trinta por cento) residem na zona urbana e os demais na zona rural.				
Diretrizes: Em parceria com a Celesc Distribuidora de Energia Elétrica, manter e melhorar o sistema de iluminação pública na cidade e sede das comunidades do interior. Realizar a coleta seletiva do lixo sólido, manter a limpeza e conservação da área urbana e locais de lazer.				
Objetivos: Oferecer segurança aos usuários noturnos das vias e áreas de lazer, evitar a proliferação de doenças, bem como manter e oferecer local adequado a população do município				
ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA				
Código	Descrição Orgão		Descrição da Unidade	
06.02	SECR. DE INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO		Depto. De Desenvolvimento Urbano	
VINCULAÇÃO DA AÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL E HORIZONTE TEMPORAL				
Unidade Vincula	Projeto/Atividade	Descrição Projeto/Atividade	Contínuo	Temporário
06.02	2021	Manut. Serviços de Utilidade Pública	X	01/01/2018
31/12/2021				
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES				
Cód.	Ação	Sub-Função	Tip	Produto
			Und. Med.	
			Meta Física	
			Ano	Qtd
021	Manut. Serviços de Utilidade Pública	452	2	Expediente
			Horas	
			Fonte Recurso	Destin. Recurso
			2000	0.0.0.0.0.0
			2000	0.0.0.0.0.0
			2000	0.0.0.0.0.0
			2000	0.0.0.0.0.0
			0.1.0.8	44.100,00
			300.000,00	46.305,00
			300.000,00	42.110,00
			250.000,00	51.051,00
			1.070.000,00	183.566,00
Total das Ações/Programa			264.100,00	346.305,00
			342.110,00	301.051,00
			1.253.566,00	

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 28 de 42

FAEE Sistemas

28/12/2017 11:04:59 Pág.: 29 de 42 FAEF Sistemas

28/12/2017 11:04:59 Pág.: 30 de 42 FAEF Sistemas

28/12/2017 11:04:59 Pág.: 31 de 42 FAEF Sistemas

III Anexo	<p style="text-align: center;">Estado de Santa Catarina</p> <p style="text-align: center;">PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00</p> <p style="text-align: center;">PLANO PLURIANUAL 2018/2021</p> <p style="text-align: center;">Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração</p>		Planilha Nº 019	
<p>Função: 20 Agricultura</p> <p>Programa: 20.01 Assistência Ao Produtor Rural</p>				
<p>Diagnóstico: O município possui cerca de 450 propriedades rurais, as quais são assistidas pelo departamento Municipal da Agricultura e desenvolvimento econômico. Os serviços da agricultura estão estruturados por 01 médico veterinário, 01 engenheiro agrônomo, 2 inseminadores, 05 operadores de máquinas, . O setor possui uma estrutura de 02 veículos e 05 tratores de pneu, com seus respectivos equipamentos, 01 retroescavadeira, 01 trator de esteira, 1 escavadeira hidráulica 2 caminhões e 1 camioneta utilitária</p> <p>Diretrizes: Assistência técnica, profissionalização de agricultores, melhoramento genético de bovinos, atendimentos veterinários, inspeção de produtos de origem animal, viabilização de programas estaduais e federais, elaboração de projetos de crédito, correção, adubação e conservação do solo, educação ambiental, fruticultura, floricultura e piscicultura, ações direcionadas às famílias de baixa renda, serviços de trator de pneus, teraplenagens, abertura de fontes, produção de flores, árvores de sombra e plantas medicinais, combate à formiga cortadeira, aquisição de máquinas e equipamentos.</p> <p>Objetivos: Assistência técnica, profissionalização de agricultores, melhoramento genético de bovinos, atendimentos veterinários, inspeção de produtos de origem animal, viabilização de programas estaduais e federais, elaboração de projetos de crédito, correção, adubação e conservação do Aumentar a produtividade, a renda e a qualidade de vida do produtor rural.</p>				
<p style="text-align: center;">ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA</p>				
Código	Descrição Orgão	Descrição da Unidade		
07.01	SECR. DA AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO	Depto. Desenv. Rural E Agropecuário		
<p style="text-align: center;">VINCULAÇÃO DA AÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL E HORIZONTE TEMPORAL</p>				
Unidade Vincula	Projeto/Atividade	Descrição Projeto/Atividade	Contínuo	Temporal
07.01	1070	Obras de Infraestrutura Rural	X	X
07.01	1071	Ampliação da Patrulha Agrícola	X	X
07.01	2023	Atividades de Desenvolvimento Agropecuário	X	X
<p style="text-align: center;">IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES</p>				
<p>28/12/2017 11:04:59</p>				

Planilha Nº 019

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANO PLURIANUAL 2018/2021

Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração

Programa: 20.01 Assistência Ao Produtor Rural														
Cód.	Ação	Sub-Função	Tp	Produto	Und. Med.	Meta Física		Fonte Recurso	Destin. Recurso	2018 Valor	2019 Valor	2020 Valor	2021 Valor	Total
						Ano	Qtde							
023	Atividades de Desenvolvimento Agropecuário	608	2	Expediente	Unidade	2018	2.000	0.1.0.0	0.0.0.0.0.0	930.000,00	1.143.000,00	1.161.000,00	1.071.999,00	4.305.999,00
						2019	2.000							
						2020	2.000							
						2021	2.000							
070	Obras de Infraestrutura Rural	608	1	Obras	M²	2018	80	0.1.0.0	0.0.0.0.0.0	15.000,00	16.000,00	20.000,00	18.000,00	69.000,00
						2019	60							
						2020	60	0.1.3.4	0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
						2021	60							
								0.1.6.4	0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
071	Ampliada Patrulha Agrícola	608	1	Maq/equip	Unidade	2018	3	0.1.0.0	0.0.0.0.0.0	25.000,00	30.000,00	40.000,00	27.000,00	122.000,00
						2019	3							
						2020	3							
						2021	3	0.1.3.4	0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
								0.1.6.4	0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Total das Ações/Programa										974.000,00	1.193.000,00	1.225.000,00	1.120.999,00	4.512.999,00

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 33 de 42

FAEE Sistemas

III Anexo		Estado de Santa Catarina		Planilha Nº 020										
		PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00												
		PLANO PLURIANUAL 2018/2021												
		Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração												
Função: 22 Indústria		Programa: 22.01 Desenvolvimento Industrial												
<p>Diagnóstico: O município possui uma população de aproximadamente 1.799 habitantes e objetivando a diminuição da taxa de desemprego e a promoção industrial participando com terraplenagem de terrenos para instalação de empresas, podendo se necessário doar terrenos para incentivar o ingresso de empresas no nosso Município.</p> <p>Diretrizes: Aquisição de área de terra e disponibilização de maquinários para terraplenagem, visando a promoção industrial e promoção de cursos profissionalizantes</p> <p>Objetivos: Promover o desenvolvimento industrial, profissionalizar através de cursos objetivando o acesso ao emprego e o sustento familiar.</p>														
ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA														
Código	Descrição Orgão	Descrição da Unidade												
07.01	SECR. DA AGRICULTURA E DESENV. ECONÔMICO	Depto. Desenv. Rural E Agropecuário												
VINCULAÇÃO DA AÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL E HORIZONTE TEMPORAL														
Unidade Vincula	Projeto/Atividade	Descrição Projeto/Atividade	Contínuo	Temporal	Início									
07.01	2026	Promoção da Indústria e Comércio	X		01/01/2018									
31/12/2021														
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES														
Cód.	Ação	Sub-Função	Tp	Produto	Und. Med.	Meta Física		Fonte Recurso	Destin. Recurso	2018 Valor	2019 Valor	2020 Valor	2021 Valor	Total
						Ano	Qtd							
026	Promoção da Indústria e Comércio	661	2	Expediente	Horas	2018	2.000	0.1.0.0	0.0.0.0.0.0	4.000,00	4.500,00	5.000,00	5.500,00	19.000,00
						2019	2.000							
						2020	2.000							
						2021	2.000							
						0.1.3.4		0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00	
						0.1.6.4		0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00	
Total das Ações/Programa										6.000,00	6.500,00	7.000,00	7.500,00	27.000,00

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 34 de 42

FAEE Sistemas

Pág.: 35 de 42

FAEE Sistemas

Anexo III	Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00 PLANO PLURIANUAL 2018/2021 Planilha Nº 022					
Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração						
Função: 26 Transporte Programa: 26.01 Estradas Vicinais						
Diagnóstico: Para atender as estradas vicinais o município possui 06 caminhões, 01 retroescavadeiras, 02 motoniveladoras, 01 rolo compactador, 01 trator de pneu, 01 veículo tipo utilitário						
Diretrizes: Cascalhamento, patrolamento e limpeza de estradas vicinais, construção e conservação de pontes e bueiros, abertura de novas estradas, aquisição e manutenção de novos equipamentos, construção de abrigos de passageiros.						
Objetivos: Permitir o escoamento da produção agrícola a qualquer tempo e oferecer mais conforto aos usuários do transporte coletivo.						
ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA						
Código	Descrição da Unidade					
06.01	SECR. DE INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO					
VINCULAÇÃO DA AÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL E HORIZONTE TEMPORAL						
Unidade Vincula	Projeto/Atividade	Descrição Projeto/Atividade	Contínuo	Temporal	Início	Término
06.01	1069	Aquisição de Máquinas e Veículos		X	01/01/2018	31/12/2021
06.01	2017	Manut. da Malha Rodoviária	X		01/01/2018	31/12/2021
IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES						

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 36 de 42

FAEE Sistemas

28/12/2017 11:04:59

III Anexo												Estado de Santa Catarina PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00 PLANO PLURIANUAL 2018/2021 Planilha Nº 022											
Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração																							
Função: 26 Transporte												Programa: 26.01 Estradas Vicinais											
069	Aquisição de Máquinas e Veículos	782	1	Maq/veic	Unidade	0.1.8.9	0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.050,00	1.102,00	1.157,00	4.309,00											
Total das Ações/Programa								1.251.000,00	1.618.334,00	1.721.228,00	1.427.653,00	6.018.215,00											

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 38 de 42

FAEE Sistemas

III Anexo	<p style="text-align: center;">Estado de Santa Catarina</p> <p style="text-align: center;">PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00</p> <p style="text-align: center;">PLANO PLURIANUAL 2018/2021</p> <p style="text-align: right;">Planilha Nº 023</p>	
<p style="text-align: center;">Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração</p>		
<p>Função: 27 Desporto E Lazer Programa: 27.01 Esporte É Vida</p>		
<p>Diagnóstico: No município existe 01 ginásios de esportes pertencente ao Estado, e 1 quadra coberta no km 30 sendo sua manutenção feita pelo município, 02 campos de futebol comunitários.</p>		
<p>Diretrizes: Auxílio na manutenção de ginásios de esportes, Manutenção campo de futebol, assistência ao esporte amador através de promoção de eventos esportivos</p>		
<p>Objetivos: Estimular a prática esportiva; para desenvolver o espírito competitivo e a integração entre as diversas comunidades; descobrir novos talentos e manter os jovens longe das drogas.</p>		
<p style="text-align: center;">ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA</p>		
Código	Descrição Orgão	
04.02	SECR. M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Depo. Da Cultura, Esporte E Lazer
<p style="text-align: center;">VINCULAÇÃO DA AÇÃO DE PROJETO/ATIVIDADE/OPERAÇÃO ESPECIAL E HORIZONTE TEMPORAL</p>		
Unidade Vincula	Projeto/Atividade	
04.02	Ampliação da Rede Física Esportiva	
04.02	Manut. das Atividades Esportivas	
<p style="text-align: center;">IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES</p>		

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 39 de 42

FAEE Sistemas

Planilha Nº 023

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANO PLURIANUAL 2018/2021

Anexo de Função, Subfunção, Programa, Diagnóstico, Diretrizes, Objetivos e Metas de Administração

Função: 27 Desporto E Lazer						Programa: 27.01 Esporte É Vida								
Cód.	Ação	Sub-Função	Tp	Produto	Und. Med.	Meta Física		Fonte Recurso	Destin. Recurso	2018 Valor	2019 Valor	2020 Valor	2021 Valor	Total
						Ano	Qtde							
013	Manut. das Atividades Esportivas	812	2	Expediente	Horas	2018	2,000	0.1.0.0	0.0.0.0.0.0	30.000,00	32.000,00	47.000,00	36.000,00	145.000,00
						2019	2,000							
						2020	2,000							
						2021	2,000							
064	Ampliação da Rede Física Esportiva	812	1	Obras	M²	2018	100	0.1.0.0	0.0.0.0.0.0	10.000,00	15.000,00	12.000,00	12.000,00	49.000,00
						2019	80							
						2020	50							
						2021	50							
						0.1.3.4	0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00		
								0.1.6.4	0.0.0.0.0.0	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
Total das Ações/Programa										42.000,00	49.000,00	61.000,00	50.000,00	202.000,00

28/12/2017 11:04:59

Pág.: 40 de 42

FAEE Sistemas

28/12/2017 11:04:59

28/12/2017 11:04:59 Pág.: 42 de 42 FAEF Sistemas

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANEJAMENTO

Anexo
IV

Relatório da Receita Consolidada

codigo	F.Recurso/Dest	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
1.0.0.0.00.00		RECEITAS CORRENTES	14.420.000,00	15.537.000,00	16.971.159,00	16.739.762,45	63.667.921,45
1.1.0.0.00.00		RECEITAS TRIBUTÁRIAS	447.800,00	478.490,00	751.500,00	518.069,25	2.195.919,25
1.1.1.0.00.00		IMPOSTOS	413.800,00	434.490,00	521.920,00	479.025,26	1.849.235,26
1.1.1.3.03.11		I.R. SOBRE O REND. DO TRABALHO	220.000,00	231.000,00	260.000,00	254.677,50	965.677,50
1.1.1.3.03.11	0100 000000	Ordinários 60%	132.000,00	138.600,00	156.000,00	152.806,50	579.406,50
1.1.1.3.03.11	0101 000000	Educação 25%	55.000,00	57.750,00	65.000,00	63.669,38	241.419,38
1.1.1.3.03.11	0102 000000	Saúde 15%	33.000,00	34.650,00	39.000,00	38.201,63	144.851,63
1.1.1.8.01.10		IPU	58.000,00	60.900,00	76.410,00	67.142,26	262.452,26
1.1.1.8.01.11		IPU - RECEITA DO IPTU	50.000,00	52.500,00	60.000,00	57.881,25	220.381,25
1.1.1.8.01.11	0100 000000	Ordinários 60%	30.000,00	31.500,00	36.000,00	34.728,75	132.228,75
1.1.1.8.01.11	0101 000000	Educação 25%	12.500,00	13.125,00	15.000,00	14.470,31	55.095,31
1.1.1.8.01.11	0102 000000	Saúde 15%	7.500,00	7.875,00	9.000,00	8.682,19	33.057,19
1.1.1.8.01.12		IPU - MULTAS/JUROS	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.315,25	8.620,25
1.1.1.8.01.12	0100 000000	Ordinários 60%	1.200,00	1.260,00	1.323,00	1.389,15	5.172,15
1.1.1.8.01.12	0101 000000	Educação 25%	500,00	525,00	551,25	578,81	2.155,06
1.1.1.8.01.12	0102 000000	Saúde 15%	300,00	315,00	330,75	347,29	1.293,04
1.1.1.8.01.13		IPU - REC. DIV. ATIVA	4.000,00	4.200,00	12.000,00	4.630,50	24.830,50
1.1.1.8.01.13	0100 000000	Ordinários 60%	2.400,00	2.520,00	7.200,00	2.778,30	14.898,30
1.1.1.8.01.13	0101 000000	Educação 25%	1.000,00	1.050,00	3.000,00	1.157,63	6.207,63
1.1.1.8.01.13	0102 000000	Saúde 15%	600,00	630,00	1.800,00	694,58	3.724,58
1.1.1.8.01.14		IPU - MULTAS/JUROS DIV. ATIVA	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.315,25	8.620,25
1.1.1.8.01.14	0100 000000	Ordinários 60%	1.200,00	1.260,00	1.323,00	1.389,15	5.172,15
1.1.1.8.01.14	0101 000000	Educação 25%	500,00	525,00	551,25	578,81	2.155,06
1.1.1.8.01.14	0102 000000	Saúde 15%	300,00	315,00	330,75	347,29	1.293,04
1.1.1.8.01.40		ITBI	30.800,00	32.340,00	50.000,00	35.654,85	148.794,85
1.1.1.8.01.41		ITBI - RECEITA DO ITBI	30.000,00	31.500,00	50.000,00	34.728,75	146.228,75
1.1.1.8.01.41	0100 000000	Ordinários 60%	18.000,00	18.900,00	30.000,00	20.837,25	87.737,25
1.1.1.8.01.41	0101 000000	Educação 25%	7.500,00	7.875,00	12.500,00	8.682,19	36.557,19
1.1.1.8.01.41	0102 000000	Saúde 15%	4.500,00	4.725,00	7.500,00	5.209,31	21.934,31
1.1.1.8.01.42		ITBI - MULTAS/JUROS DE MORA	500,00	525,00	0,00	578,81	1.603,81
1.1.1.8.01.42	0100 000000	Ordinários 60%	315,00	315,00	0,00	347,29	962,29
1.1.1.8.01.42	0101 000000	Educação 25%	125,00	131,25	0,00	144,70	400,95
1.1.1.8.01.42	0102 000000	Saúde 15%	75,00	78,75	0,00	86,82	240,57

28/12/2017 10:58:46

Pag.: 1 de 10

FAEE Sistemas

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00
PLANEJAMENTOAnexo
IV

Relatório da Receita Consolidada

codigo	F.Recurso/Dest	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
1.1.1.8.01.43		ITBI - RECEITA DA DIVIDA ATIVA	200,00	210,00	0,00	231,53	641,53
1.1.1.8.01.43	0100 000000	Ordinários 60%	120,00	126,00	0,00	138,92	384,92
1.1.1.8.01.43	0101 000000	Educação 25%	50,00	52,50	0,00	57,88	160,38
1.1.1.8.01.43	0102 000000	Saúde 15%	30,00	31,50	0,00	34,73	96,23
1.1.1.8.01.44		ITBI - MULTAS/JUROS DIVIDA DA ATIVA	100,00	105,00	0,00	115,76	320,76
1.1.1.8.01.44	0100 000000	Ordinários 60%	60,00	63,00	0,00	69,46	192,46
1.1.1.8.01.44	0101 000000	Educação 25%	25,00	26,25	0,00	28,94	80,19
1.1.1.8.01.44	0102 000000	Saúde 15%	15,00	15,75	0,00	17,36	48,11
1.1.1.8.02.30		ISS	105.000,00	110.250,00	135.510,00	121.550,64	472.310,64
1.1.1.8.02.31		ISS - RECEITA DO ISS	100.000,00	105.000,00	130.000,00	115.762,50	450.762,50
1.1.1.8.02.31	0100 000000	Ordinários 60%	60.000,00	63.000,00	78.000,00	69.457,50	270.457,50
1.1.1.8.02.31	0101 000000	Educação 25%	25.000,00	26.250,00	32.500,00	28.940,63	112.690,63
1.1.1.8.02.31	0102 000000	Saúde 15%	15.000,00	15.750,00	19.500,00	17.364,38	67.614,38
1.1.1.8.02.32		ISS - MULTAS/JUROS DE MORA	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.315,25	8.620,25
1.1.1.8.02.32	0100 000000	Ordinários 60%	1.200,00	1.260,00	1.323,00	1.389,15	5.172,15
1.1.1.8.02.32	0101 000000	Educação 25%	500,00	525,00	551,25	578,81	2.155,06
1.1.1.8.02.32	0102 000000	Saúde 15%	300,00	315,00	330,75	347,29	1.293,04
1.1.1.8.02.33		ISS - DÍVIDA ATIVA	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.315,25	8.620,25
1.1.1.8.02.33	0100 000000	Ordinários 60%	1.200,00	1.260,00	1.323,00	1.389,15	5.172,15
1.1.1.8.02.33	0101 000000	Educação 25%	500,00	525,00	551,25	578,81	2.155,06
1.1.1.8.02.33	0102 000000	Saúde 15%	300,00	315,00	330,75	347,29	1.293,04
1.1.1.8.02.34		ISS - MULTAS/JUROS DA DIVIDA ATIVA	1.000,00	1.050,00	1.100,00	1.157,63	4.307,63
1.1.1.8.02.34	0100 000000	Ordinários 60%	600,00	630,00	660,00	694,58	2.584,58
1.1.1.8.02.34	0101 000000	Educação 25%	250,00	262,50	275,00	289,41	1.076,91
1.1.1.8.02.34	0102 000000	Saúde 15%	150,00	157,50	165,00	173,64	646,14
1.1.2.0.00.00		TAXAS	21.000,00	30.350,00	76.332,50	23.994,87	151.677,37
1.1.2.1.00.00		TAXAS EXERC. PODER POLÍCIA	13.500,00	14.125,00	14.781,25	15.470,31	57.876,56
1.1.2.1.01.11	0100 000000	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	12.000,00	12.600,00	13.230,00	13.891,50	51.721,50
1.1.2.1.01.12	0100 000000	Taxas Insp. - Multas/juros	500,00	525,00	551,25	578,81	2.155,06
1.1.2.1.01.13	0100 000000	Taxas Insp. - Rec. Div. Ativa	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
1.1.2.1.01.14	0100 000000	Taxas Insp. - Multas/Juros Div. Ativa	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
1.1.2.2.00.00		TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	7.500,00	16.225,00	61.551,25	8.524,56	93.800,81
1.1.2.2.01.11	0100 000000	Taxa Prestação Serviços - Principal	6.000,00	14.700,00	60.000,00	6.945,75	87.645,75
1.1.2.2.01.12	0100 000000	Taxa Prestação Serviços - Multas/Juros	500,00	525,00	551,25	578,81	2.155,06

FAEE Sistemas

Pag.: 2 de 10

28/12/2017 10:58:46

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00
PLANEJAMENTOAnexo
IV

Relatório da Receita Consolidada

codigo	F.Recurso/Dest	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
1.1.2.01.13	0100 000000	Taxa Prestação Serviços - Rec. Div. Ativa	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
1.1.2.01.14	0100 000000	Taxa Prest. Serv. - Multas/Juros Div. Ativa	500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
1.1.3.0.00.00		CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	13.000,00	13.650,00	153.307,50	15.049,12	195.006,62
1.1.3.0.00.11	0100 000000	Contr. Melhoria s/ Obras Públicas	10.000,00	10.500,00	150.000,00	11.576,25	182.076,25
1.1.3.0.00.12	0100 000000	Contr. Melhoria - Multas/Juros de Mora	500,00	525,00	551,25	578,81	2.155,06
1.1.3.0.00.13	0100 000000	Contr. Melhoria - Rec. Div. Ativa	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.315,25	8.620,25
1.1.3.0.00.14	0100 000000	Contr. Melhoria - Juros/Multas Div. Ativa	500,00	525,00	551,25	578,81	2.155,06
1.2.0.0.00.00		RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	384.000,00	413.200,00	412.500,00	451.935,50	1.661.635,50
1.2.1.0.00.00		CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	340.000,00	367.000,00	370.500,00	401.000,00	1.478.500,00
1.2.1.0.04.00		CONTRIB. PATRONAL PARA RPPS	340.000,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
1.2.1.0.04.21	0103 000000	Contrib. do Servidor Ativo Civil RPPS	340.000,00	0,00	0,00	0,00	340.000,00
1.2.1.5.00.00		CONTRIB. PARA OPER. PLANO SEG. SOCIAL DO SERV.	0,00	367.000,00	370.500,00	401.000,00	1.138.500,00
1.2.1.5.01.00		CPSSS - SERVIDOR CIVIL	0,00	367.000,00	370.500,00	401.000,00	1.138.500,00
1.2.1.5.01.10	0103 000000	CPSSS - SERVIDOR CIVIL "PREF."	0,00	357.000,00	360.000,00	390.000,00	1.107.000,00
1.2.1.5.01.10	0103 000000	CPSSS - SERV. CIVIL "C.M.V."	0,00	10.000,00	10.500,00	11.000,00	31.500,00
1.2.4.0.00.00		COSIP	44.000,00	46.200,00	42.000,00	50.935,50	183.135,50
1.2.4.0.00.11	0108 000000	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Pública	44.000,00	46.200,00	42.000,00	50.935,50	183.135,50
1.3.0.0.00.00		RECEITA PATRIMONIAL	943.600,00	990.980,00	970.000,50	1.086.865,50	3.991.446,00
1.3.2.1.00.00		JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA	943.600,00	990.980,00	970.000,50	1.086.865,50	3.991.446,00
1.3.2.1.00.11	0100 000000	Rend. Rec. Ordinários	100.500,00	105.525,00	80.551,25	116.341,31	402.917,56
1.3.2.1.00.11	0101 000000	Rend. Rec. Ordinários - Educação	1.000,00	1.050,00	1.102,50	1.157,63	4.310,13
1.3.2.1.00.11	0107 000000	Rend. Rec. CIDE	200,00	210,00	220,50	231,53	862,03
1.3.2.1.00.11	0108 000000	Rend. Rec. COSIP	100,00	105,00	110,25	115,76	431,01
1.3.2.1.00.11	0110 000000	Rend. Rec. Conv. Pol. Militar	300,00	315,00	330,75	347,29	1.293,04
1.3.2.1.00.11	0111 000000	Rend. Rec. Conv. Pol. Civil	300,00	315,00	330,75	347,29	1.293,04
1.3.2.1.00.11	0112 000000	Rend. Conv. Trans. Prefeitura	300,00	315,00	330,75	347,29	1.293,04
1.3.2.1.00.11	0118 000000	Rend. Rec. FUNDEB 60%	6.000,00	6.300,00	6.615,00	6.945,75	25.860,75
1.3.2.1.00.11	0119 000000	Rend. Rec. FUNDEB 40%	4.000,00	4.200,00	4.410,00	4.630,50	17.240,50
1.3.2.1.00.11	0132 000000	Rend. Rec. Conv. Educação - União	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.315,25	8.620,25
1.3.2.1.00.11	0136 000000	Rend. Rec. Salário Educação	4.000,00	4.200,00	4.410,00	4.630,50	17.240,50
1.3.2.1.00.11	0137 000027	Rend. Rec. PNAE	200,00	210,00	220,50	231,53	862,03
1.3.2.1.00.11	0137 000028	Rend. Rec. PNATE	200,00	210,00	220,50	231,53	862,03
1.3.2.1.00.11	0137 000026	Rend. Rec. PDDE	100,00	105,00	110,25	115,76	431,01
1.3.2.1.00.11	0134 000000	Rend. Conv. Outros - União	5.000,00	5.250,00	5.512,50	5.788,13	21.550,63

FAEE Sistemas

Pag.: 3 de 10

28/12/2017 10:58:46

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00
PLANEJAMENTOAnexo
IV

Relatório da Receita Consolidada

codigo	F.Recurso/Dest	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
1.3.2.1.00.11	0135 000035	Rend. Bl. PSB-SCV	500,00	525,00	551,25	578,81	2.155,06
1.3.2.1.00.11	0135 000036	Rend. Bl. PSB-PBF	500,00	525,00	551,25	578,81	2.155,06
1.3.2.1.00.11	0135 000037	Rend. Bl. GSU/AS	200,00	210,00	220,50	231,53	862,03
1.3.2.1.00.11	0135 000038	Rend. Bl. GBF	200,00	210,00	220,50	231,53	862,03
1.3.2.1.00.11	0165 000039	Rend. Benef. Eventuais - Estado	100,00	105,00	110,25	115,76	431,01
1.3.2.1.00.11	0165 000040	Rend. Prot. Social Básica - Estado	100,00	105,00	110,25	115,76	431,01
1.3.2.1.00.11	0138 000008	Rend. PAB Fixo	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.3.2.1.00.11	0138 000010	Rend. PSF	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
1.3.2.1.00.11	0138 000011	Rend. PSF Odonto	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
1.3.2.1.00.11	0138 000012	Rend. PACS	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
1.3.2.1.00.11	0138 000013	Rend. Farmácia Básica	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
1.3.2.1.00.11	0138 000015	Rend. Vig. em Saúde	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00
1.3.2.1.00.11	0138 000017	Rend. MAC	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.1.00.11	0138 000019	Rend. NASF	400,00	0,00	0,00	0,00	400,00
1.3.2.1.00.11	0138 000020	Rend. PMAQ	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.3.2.1.00.11	0167 000022	Rend. Conf. Atenção Básica - Estado	300,00	315,00	330,75	347,29	1.293,04
1.3.2.1.00.11	0167 000023	Rend. Conf. Assist. Farm. Bás. - Estado	300,00	315,00	330,75	347,29	1.293,04
1.3.2.1.00.11	0139 000000	Rend. Rec. FEP	800,00	840,00	882,00	926,10	3.448,10
1.3.2.1.00.11	0162 000000	Rend. Conv. Educação - Estado	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.315,25	8.620,25
1.3.2.1.00.11	0164 000000	Rend. Conv. Outros - Estado	5.000,00	5.250,00	5.512,50	5.788,13	21.550,63
1.3.2.1.00.11	0166 000000	Rend. Transf. Educação - Estado	500,00	525,00	551,25	578,81	2.155,06
1.3.2.1.00.11	0189 000000	Rend. Alienações de Bens - Outros	1.000,00	1.050,00	1.102,50	1.157,63	4.310,13
1.3.2.1.00.11	0102 000000	Rend. Impostos Saúde	5.000,00	5.250,00	5.512,50	5.788,13	21.550,63
1.3.2.1.00.11	0138 000000	Rend. Bl. Atenção Básica	0,00	2.520,00	2.646,00	2.778,30	7.944,30
1.3.2.1.00.11	0138 000000	Rendim. Bl. MAC	0,00	105,00	110,25	115,76	331,01
1.3.2.1.00.11	0138 000000	Rend. Bl. Vigilância em saúde	0,00	210,00	220,50	231,53	662,03
1.3.2.1.00.11	0138 000000	Rendim. Bl. Assistência Farmacêutica	0,00	210,00	220,50	231,53	662,03
1.3.2.1.00.11	0138 000000	Rend. Bl. Gestão do SUS	0,00	200,00	410,00	630,50	1.240,50
1.3.2.1.00.41	0103 000000	Rend. Rec. RPPS	800.000,00	840.000,00	846.659,00	920.000,00	3.406.659,00
1.4.0.0.00.00		RECEITA AGROPECUARIA	4.300,00	4.515,00	4.740,75	4.977,78	18.533,53
1.4.0.0.00.11	0100 000000	Outras Receitas Agropecuarias	4.000,00	4.200,00	4.410,00	4.630,50	17.240,50
1.4.0.0.00.12	0100 000000	Receita Agropecuaria - Multas/juros	100,00	105,00	110,25	115,76	431,01
1.4.0.0.00.13	0100 000000	Receita Agropecuaria - Dívida Ativa	100,00	105,00	110,25	115,76	431,01
1.4.0.0.00.14	0100 000000	Receita Agropec. - Multas/juros Dívida Ativa	100,00	105,00	110,25	115,76	431,01

FAEE Sistemas

Pag.: 4 de 10

28/12/2017 10:58:46

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANEJAMENTO

Anexo
IV

Relatório da Receita Consolidada

codigo	F.Recurso/Dest	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
1.6.0.0.00.00		RECEITA DE SERVIÇOS	20.800,00	21.830,00	22.911,50	24.047,09	89.588,59
1.6.1.0.01.11	0100 000000	Outros Serviços Administrativos	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.152,50	86.202,50
1.6.1.0.01.12	0100 000000	Serviços Administrativos - Multas/Juros	200,00	210,00	220,50	231,53	862,03
1.6.1.0.01.13	0100 000000	Serviços Administrativos - Dívida Ativa	200,00	210,00	220,50	231,53	862,03
1.6.1.0.01.14	0100 000000	Serviços Administrativos - Multas/Juros Div. Ativa	200,00	210,00	220,50	231,53	862,03
1.6.9.0.99.11	0100 000000	Outros Serviços	200,00	200,00	200,00	200,00	800,00
1.7.0.0.00.00		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.528.600,00	13.510.930,00	14.629.182,00	14.507.790,10	55.176.502,10
1.7.1.0.00.00		TRANSF. DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	7.582.600,00	8.029.030,00	8.449.192,00	8.777.176,84	32.837.998,84
1.7.1.8.01.21		FPM BRUTO	7.600.000,00	7.980.000,00	8.379.000,00	8.797.950,00	32.756.950,00
1.7.1.8.01.21	0101 000000	Deduções para o Fundeb	-1.596.000,00	-1.596.000,00	-1.675.800,00	-1.759.590,00	-6.551.390,00
1.7.1.8.01.21	0100 000000	Ordinários 42%	2.964.000,00	3.511.200,00	3.519.180,00	3.431.200,50	13.425.580,50
1.7.1.8.01.21	0101 000000	Educação 35%	3.040.000,00	2.793.000,00	2.932.650,00	3.519.180,00	12.284.830,00
1.7.1.8.01.21	0102 000000	Saúde 23%	1.596.000,00	1.675.800,00	1.927.170,00	1.847.569,50	7.046.539,50
1.7.1.8.01.31		FPM 1º - COTA DEZEMBRO	320.000,00	336.000,00	352.800,00	370.440,00	1.379.240,00
1.7.1.8.01.31	0100 000000	Ordinários 60%	192.000,00	201.600,00	211.680,00	222.264,00	827.544,00
1.7.1.8.01.31	0101 000000	Educação 25%	80.000,00	84.000,00	88.200,00	92.610,00	344.810,00
1.7.1.8.01.31	0102 000000	Saúde 15%	48.000,00	50.400,00	52.920,00	55.566,00	206.886,00
1.7.1.8.01.41		FPM 1º - COTA JULHO	220.000,00	231.000,00	300.000,00	254.677,50	1.005.677,50
1.7.1.8.01.41	0100 000000	Ordinários 60%	132.000,00	138.600,00	180.000,00	152.806,50	603.406,50
1.7.1.8.01.41	0101 000000	Educação 25%	55.000,00	57.750,00	75.000,00	63.669,38	251.419,38
1.7.1.8.01.41	0102 000000	Saúde 15%	33.000,00	34.650,00	45.000,00	38.201,63	150.851,63
1.7.1.8.01.51		ITR BRUTO	16.000,00	16.800,00	16.000,00	18.522,00	67.322,00
1.7.1.8.01.51	0101 000000	(-) Dedução para o Fundeb	-3.200,00	-3.360,00	-3.200,00	-3.704,40	-13.464,40
1.7.1.8.01.51	0100 000000	Ordinários 60%	9.600,00	10.080,00	9.600,00	11.113,20	40.393,20
1.7.1.8.01.51	0101 000000	Educação 25%	4.000,00	4.200,00	4.000,00	4.630,50	16.830,50
1.7.1.8.01.51	0102 000000	Saúde 15%	2.400,00	2.520,00	2.400,00	2.778,30	10.098,30
1.7.1.8.02.60		FEP	80.000,00	84.000,00	120.000,00	92.610,00	376.610,00
1.7.1.8.02.61	0139 000000	FEP	80.000,00	84.000,00	120.000,00	92.610,00	376.610,00
1.7.1.8.03.00		TRANSF. SUS BLOCO CUSTEIO	507.000,00	532.150,00	586.000,00	586.285,38	2.211.435,38
1.7.1.8.03.11		TRANSFERÊNCIAS DO SUS - UNIÃO	507.000,00	459.900,00	474.000,00	507.039,75	1.947.939,75
1.7.1.8.03.11	0138 000000	Transf. Recursos SUS - Atenção Básica	0,00	459.900,00	420.000,00	507.039,75	1.386.939,75
1.7.1.8.03.11	0138 000000	Transf. SUS - PAB Fixo	0,00	0,00	54.000,00	0,00	54.000,00
1.7.1.8.03.11	0138 000011	PSF Odonto	28.000,00	0,00	0,00	0,00	28.000,00
1.7.1.8.03.11	0138 000012	PACS	68.000,00	0,00	0,00	0,00	68.000,00

Pag.: 5 de 10

28/12/2017 10:58:46

FAEE Sistemas

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANEJAMENTO

Anexo
IV

Relatório da Receita Consolidada

codigo	F.Recurso/Dest	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
1.7.1.8.03.11	0138 000013	Farmácia Básica	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.1.8.03.11	0138 000015	Vigilância Sanitária	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.1.8.03.11	0138 000016	Epidemiológica e Controle de Doenças	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.1.8.03.11	0138 000020	PMAQ	98.000,00	0,00	0,00	0,00	98.000,00
1.7.1.8.03.11	0138 000019	NASF - União	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
1.7.1.8.03.11	0138 000017	MAC	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.1.8.03.11	0138 000007	BL. Gestão do SUS	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
1.7.1.8.03.11	0138 000008	Transf. Sus - PAB	54.000,00	0,00	0,00	0,00	54.000,00
1.7.1.8.03.11	0138 000010	Transf. Sus - PSF	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00
1.7.1.8.03.21	0138 000000	Transf. SUS - MAC	0,00	5.250,00	34.000,00	5.788,13	45.038,13
1.7.1.8.03.31	0138 000000	Transf. SUS - Vigilância em Saúde	0,00	42.000,00	38.000,00	46.305,00	126.305,00
1.7.1.8.03.41	0138 000000	Transf. SUS - Assist. Farmacêutica	0,00	21.000,00	36.000,00	23.152,50	80.152,50
1.7.1.8.03.51	0138 000000	Transf. SUS - Gestão do SUS	0,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	12.000,00
1.7.1.8.04.00		TRANSF. DE RECURSOS DO SUS - BLOCO	148.000,00	50.000,00	50.000,00	0,00	248.000,00
1.7.1.8.04.10	0138 000000	Transf. Recursos SUS - Invest. Atenção Básica	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	100.000,00
1.7.1.8.04.11		TRANSFERENCIAS DO FNAS	148.000,00	0,00	0,00	0,00	148.000,00
1.7.1.8.04.11	0135 000038	BL. GBF	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.1.8.04.11	0135 000037	BL GSUAS	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
1.7.1.8.04.11	0135 000035	PSB SCFV	60.000,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
1.7.1.8.04.11	0135 000036	PSB PBF	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
1.7.1.8.05.00		TRANSF. DO FNDE	202.000,00	229.600,00	247.280,00	233.840,25	912.720,25
1.7.1.8.05.11	0136 000000	Salário Educação	140.000,00	160.000,00	172.000,00	162.067,50	634.067,50
1.7.1.8.05.21	0137 000026	PDDE	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.315,25	8.620,25
1.7.1.8.05.31	0137 000027	PNAE	30.000,00	31.500,00	33.075,00	34.728,75	129.303,75
1.7.1.8.05.41	0137 000028	PNATE	30.000,00	36.000,00	40.000,00	34.728,75	140.728,75
1.7.1.8.06.11		ICMS DESONERAÇÃO LC 87/96	16.000,00	16.800,00	17.640,00	18.522,00	68.962,00
1.7.1.8.06.11	0101 000000	(-) Dedução para o Fundeb	-3.200,00	-3.360,00	-3.528,00	-3.704,40	-13.792,40
1.7.1.8.06.11	0100 000000	Ordinários 60%	9.600,00	10.080,00	10.584,00	11.113,20	41.377,20
1.7.1.8.06.11	0101 000000	Educação 25%	4.000,00	4.200,00	4.410,00	4.630,50	17.240,50
1.7.1.8.06.11	0102 000000	Saúde 15%	2.400,00	2.520,00	2.646,00	2.778,30	10.344,30
1.7.1.8.12.00		TRANSFER. DE RECURSOS DO FNAS	0,00	155.400,00	63.000,00	171.328,50	389.728,50
1.7.1.8.12.10		TRANSF. RECURSOS DO FNAS	0,00	155.400,00	63.000,00	171.328,50	389.728,50
1.7.1.8.12.10	0135 000038	IGD - PBF	0,00	10.500,00	18.000,00	11.576,25	40.076,25
1.7.1.8.12.10	0135 000037	IGD - SUAS	0,00	6.300,00	5.000,00	6.945,75	18.245,75

Pag.: 6 de 10

28/12/2017 10:58:46

FAEE Sistemas

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANEJAMENTO

Anexo
IV

Relatório da Receita Consolidada

codigo	F.Recurso/Dest	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
1.7.1.8.12.10	0135 000035	PSB - SCFV	0,00	63.000,00	20.000,00	69.457,50	152.457,50
1.7.1.8.12.10	0135 000036	PSB - PBF	0,00	75.600,00	20.000,00	83.349,00	178.949,00
1.7.2.8.01.00		PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	3.556.000,00	3.819.400,00	4.408.920,00	4.116.514,51	15.900.834,51
1.7.2.8.01.11		COTA-PARTE ICMS BRUTO	4.200.000,00	4.500.000,00	5.200.000,00	4.862.025,00	18.762.025,00
1.7.2.8.01.11	0101 000000	(-) Dedução para o Fundeb	-840.000,00	-900.000,00	-1.040.000,00	-972.405,00	-3.752.405,00
1.7.2.8.01.11	0100 000000	Ordinários 60%	2.520.000,00	2.700.000,00	3.120.000,00	2.917.215,00	11.257.215,00
1.7.2.8.01.11	0101 000000	Educação 25%	1.050.000,00	1.125.000,00	1.300.000,00	1.215.506,25	4.690.506,25
1.7.2.8.01.11	0102 000000	Saúde 15%	630.000,00	675.000,00	780.000,00	729.303,75	2.814.303,75
1.7.2.8.01.21		COTA-PARTE IPVA BRUTO	160.000,00	168.000,00	220.000,00	185.220,00	733.220,00
1.7.2.8.01.21	0101 000000	(-) Dedução para o Fundeb	-32.000,00	-33.600,00	-44.000,00	-37.044,00	-146.644,00
1.7.2.8.01.21	0100 000000	Ordinários 60%	96.000,00	100.800,00	132.000,00	111.132,00	439.932,00
1.7.2.8.01.21	0101 000000	Educação 25%	40.000,00	42.000,00	55.000,00	46.305,00	183.305,00
1.7.2.8.01.21	0102 000000	Saúde 15%	24.000,00	25.200,00	33.000,00	27.783,00	109.983,00
1.7.2.8.01.31		COTA-PARTE IPI BRUTO	60.000,00	80.000,00	66.150,00	69.457,50	275.607,50
1.7.2.8.01.31	0101 000000	(-) Dedução para o Fundeb	-12.000,00	-16.000,00	-13.230,00	-13.891,50	-55.121,50
1.7.2.8.01.31	0100 000000	Ordinários 60%	36.000,00	48.000,00	39.690,00	41.674,50	165.364,50
1.7.2.8.01.31	0101 000000	Educação 25%	15.000,00	20.000,00	16.537,50	17.364,38	68.901,88
1.7.2.8.01.31	0102 000000	Saúde 15%	9.000,00	12.000,00	9.922,50	10.418,63	41.341,13
1.7.2.8.01.40		CIDE	20.000,00	21.000,00	20.000,00	23.152,50	84.152,50
1.7.2.8.01.41	0107 000000	Cide	20.000,00	21.000,00	20.000,00	23.152,50	84.152,50
1.7.2.8.03.11		TRANSF. ESTADO - PROGR. SAÚDE	42.000,00	49.100,00	152.000,00	53.620,25	296.720,25
1.7.2.8.03.11	0167 000022	Cofin. Atenção Básica - Estado	32.000,00	38.600,00	140.000,00	42.044,00	252.644,00
1.7.2.8.03.11	0167 000023	Cofin. Assist. Fam. Básica	10.000,00	10.500,00	12.000,00	11.576,25	44.076,25
1.7.2.8.10.00		TRANSF. CONVENIOS DO ESTADO	108.000,00	113.400,00	119.070,00	125.023,50	465.493,50
1.7.2.8.10.21	0162 000000	Conv. Estado Educação - Transp. Escolar	80.000,00	84.000,00	88.200,00	92.610,00	344.810,00
1.7.2.8.10.91		OUTRAS TRANSF. CONV. ESTADO	28.000,00	29.400,00	30.870,00	32.413,50	120.683,50
1.7.2.8.10.91	0165 000039	Benefícios Eventuais - Social/Estado	8.000,00	8.400,00	8.820,00	9.261,00	34.481,00
1.7.2.8.10.91	0165 000040	Proteção Social Básica - Social/Estado	20.000,00	21.000,00	22.050,00	23.152,50	86.202,50
1.7.5.8.01.00		TRANSF. RECURSOS DO FUNDEB	1.240.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.435.455,00	5.675.455,00
1.7.5.8.01.11	0118 000000	Fundeb 60%	1.116.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.291.909,50	4.807.909,50
1.7.5.8.01.11	0119 000000	FUNDEB 40%	124.000,00	300.000,00	300.000,00	143.545,50	867.545,50
1.9.0.0.00.00		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	90.900,00	117.055,00	180.264,25	146.077,23	534.296,48
1.9.1.0.01.10		MULTAS PREVISTAS NA LEG. DE TRÂNSITO	14.000,00	19.200,00	15.435,00	16.206,76	64.841,76
1.9.1.0.01.11	0110 000000	Multas de Trans. - Polícia Militar	3.500,00	5.250,00	3.858,75	4.051,69	16.660,44

28/12/2017 10:58:46

Pag.: 7 de 10

FAEE Sistemas

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00
PLANEJAMENTOAnexo
IV

Relatório da Receita Consolidada

codigo	F.Recurso/Dest	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
1.9.1.0.01.11	0111 000000	Multas de Trans. - Polícia Civil	3.500,00	5.250,00	3.858,75	4.051,69	16.660,44
1.9.1.0.01.11	0112 000000	Multas de Trans. - Prefeitura	3.000,00	4.500,00	3.307,50	3.472,88	14.280,38
1.9.1.0.01.12	0100 000000	Outras Multas	4.000,00	4.200,00	4.410,00	4.630,50	17.240,50
1.9.1.0.01.12		MULTAS PREVISTAS LEG. ESPECIFICA	4.000,00	4.200,00	4.410,00	4.630,50	17.240,50
1.9.2.0.00.00		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	12.500,00	13.735,00	63.658,25	25.843,24	115.736,49
1.9.2.1.00.00	0100 000000	Indenizações	2.000,00	2.100,00	53.658,25	2.315,25	60.073,50
1.9.2.2.00.00	0100 000000	Restituições	10.500,00	11.635,00	10.000,00	23.527,99	55.662,99
1.9.9.0.00.00		DEMAIS RECEITAS CORRENTES	64.400,00	84.120,00	101.171,00	104.027,23	353.718,23
1.9.9.0.01.11	0103 000000	Aportes Periódicos P/amort. Déficit Atuarial RPPS	48.000,00	66.000,00	84.000,00	84.000,00	282.000,00
1.9.9.0.99.01	0100 000000	Outras Receitas Primárias	11.400,00	12.870,00	12.171,00	14.239,10	50.680,10
1.9.9.0.99.13	0100 000000	Outras Receitas - Dívida Ativa	5.000,00	5.250,00	5.000,00	5.788,13	21.038,13
1.9.9.0.99.13		OUTRAS REC. PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	5.000,00	5.250,00	5.000,00	5.788,13	21.038,13
Subtotal			14.420.000,00	15.537.000,00	16.971.159,00	16.739.762,45	63.667.921,45

28/12/2017 10:58:46

Pág.: 8 de 10

FAEE Sistemas

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANEJAMENTO

Anexo
IV

Relatório da Receita Consolidada

codigo	F.Recurso/Dest	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
2.0.0.0.00.00		REITAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
2.4.0.0.00.00		TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
2.4.1.0.00.00		TRANSF. CAPITAL - UNIÃO	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
2.4.1.8.10.11	0133 000000	Transf. Conv. SUS - União	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
2.4.1.8.10.21	0132 000000	Transf. Conv. Educação - União	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
2.4.1.8.10.91	0134 000000	Transf. Conv. Outros - União	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
2.4.2.0.00.00		TRANSF. CAPITAL - ESTADO	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
2.4.2.8.10.11	0163 000000	Transf. Conv. SUS - Estado	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
2.4.2.8.10.21	0162 000000	Transf. Conv. Educação - Estado	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
2.4.2.8.10.91	0164 000000	Transf. Conv. Outros - Estado	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
Subtotal			14.450.000,00	15.567.000,00	17.001.159,00	16.769.762,45	63.787.921,45

28/12/2017 10:58:46

Pág.: 9 de 10

FAEE Sistemas

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - 95.992.020/0001-00

PLANEJAMENTO

Anexo
IV

Relatório da Receita Consolidada

codigo	F.Recurso/Dest	Descrição	2018	2019	2020	2021	Total
7.0.0.0.00.00		RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	736.400,00	748.320,00	798.841,00	836.425,55	3.119.986,55
7.2.1.0.00.00		CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	736.400,00	748.320,00	798.841,00	836.425,55	3.119.986,55
7.2.1.0.04.00		CONTRIBUIÇÃO PARA O RPPS	736.400,00	0,00	0,00	0,00	736.400,00
7.2.1.0.04.11	0103 000000	Contribuição Patronal ao RPPS	736.400,00	0,00	0,00	0,00	736.400,00
7.2.1.5.00.00		CONTR. P. PLANO SEG. SOCIAL DO SERV. PÚBLICO	0,00	748.320,00	798.841,00	836.425,55	2.383.586,55
7.2.1.5.02.00		CPSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL	0,00	748.320,00	798.841,00	836.425,55	2.383.586,55
7.2.1.5.02.11	0103 000000	CPSS - PATRONAL SERV. CIVIL	0,00	748.320,00	724.141,00	836.425,55	2.308.886,55
7.2.1.5.02.11	0175 000000	CONTR. PATR. SERV. CIVIL - TX. ADM	0,00	0,00	60.000,00	0,00	60.000,00
7.2.1.5.02.11	0103 000000	CPSS - PATRONAL SERV. CIVIL CMV	0,00	0,00	14.700,00	0,00	14.700,00
Subtotal			15.186.400,00	16.315.320,00	17.800.000,00	17.606.188,00	66.907.908,00
Total Geral			15.186.400,00	16.315.320,00	17.800.000,00	17.606.188,00	66.907.908,00

28/12/2017 10:58:46

Pág.: 10 de 10

FAEE Sistemas

lei 986

Publicação Nº 2138418

LEI Nº 986, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Destina Veículo para transporte escolar e dá outras providências.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica autorizado uso do veículo MICRO-ONIBUS LTIN, ano modelo 2019/2020, COD. RENAVAL 1194975264, PLACAS QTK0084, destinado ao transporte escolar.

Art. 2º O Município de Macieira, em face da posse e utilização do veículo assume total e irrestrita responsabilidade pela conservação, guarda, manutenção e quaisquer ocorrências que decorram de seu uso, enquanto perdurar a cessão.

Parágrafo único. Em decorrência do uso do veículo, o Município assume a responsabilidade pelas questões de litígio penais, civis e administrativas que por ventura venham a ocorrer quando da utilização do veículo.

Art. 3º Durante o período da utilização fica autorizado ao município a realização do abastecimento necessário para uso, consertos e, da manutenção preventiva para a segurança dos passageiros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 27 de agosto de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

lei 987

Publicação Nº 2138420

LEI Nº 987, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei 953/19.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente.

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

20.37 Manutenção das Atividades da Saúde

33.72.13.67 Execução orcam. delegada a consorcio

R\$ 15.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações descritas no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:.

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

20.44 Manutenção dos Programas SUS, Estado

33.90.13.67 Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 27 de agosto de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

lei 988

Publicação Nº 2138423

LEI Nº 988, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Abre Crédito Suplementar pelo superávit financeiro 2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária do Orçamento vigente, pelo superávit financeiro de 2018.

02.00 Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito
02.06 Sec. de Infraestrutura e Desenv. Urbano
20.22 Sinalização e Manutenção vias Publicas
33.90.3 Aplicações Diretas
R\$ 6.072,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 27 de agosto de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇO N° 013/2019

Publicação N° 2139246

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO N° 013/2019

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que realizará no dia 16/09/2019 às 09h05min, na sede da Prefeitura do Município de Mafra, Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, licitação na modalidade de Tomada de Preço para a contratação de empresa especializada para revitalização da Avenida Presidente Nereu Ramos, conforme projeto, memorial descritivo, planilhas e demais documentos constantes no presente processo licitatório, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em especial pelo contido neste Edital. Poderão participar da licitação, empresas devidamente cadastradas na Prefeitura e que comprovem a circunstância mediante apresentação do respectivo certificado de Registro Cadastral, o qual deverá ser obtido até o terceiro dia anterior à data do recebimento dos envelopes. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, conforme endereço acima descrito. Último prazo para protocolo dos envelopes é dia 16/09/2019, até às 09:00horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas. Fones: (47) 3641-4009 ou (47)3641-4060.

Mafra, 28 de agosto de 2019
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

PORTARIA 121/2019

Publicação Nº 2138540

PORTARIA Nº 121 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MERCEDES NAZARIO FARIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 85 da Lei Complementar Nº 02 de 07/10/97,

RESOLVE:

- Art. 1º Conceder Licença Prêmio a servidora pública Mercedes Nazario Farias, referente ao período de 30/12/2010 à 29/12/2015.
Art. 2º A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Complementar Nº 02 de 07/10/97, é de 30 dias e iniciará em 9/9/2019 à 8/10/2019.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 26 de Agosto de 2019.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 26 de Agosto de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

PORTARIA 122/2019

Publicação Nº 2138543

PORTARIA Nº. 122 DE 26 DE AGOSTO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município o artigo 72 da Lei Complementar Nº. 02 de 07/10/97 e o artigo 142 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/2015,

RESOLVE,

- Art. 1º Conceder férias aos servidores que se relacionam:
Gilbélis Rocha Santos, ocupante do Cargo de Assistente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 8/9/2017 a 7/9/2018, com gozo em 2/9/2019 e término em 11/9/2019.
Viviani da Silva Lima Da Rolt, ocupante do Cargo de Psicólogo, referente ao período aquisitivo de 8/9/2017 a 7/9/2018, com gozo em 2/9/2019 e término em 16/9/2019.
Hugo Daniel da Silva, ocupante do Cargo de Psicólogo, referente ao período aquisitivo de 1º/4/2018 a 31/3/2019, com gozo em 2/9/2019 e término em 1º/10/2019.
André Zélio Pereira, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, referente ao período aquisitivo de 2/2/2018 a 1º/2/2019, com gozo em 2/9/2019 e término em 1º/10/2019.
Cláudia Beatriz de Medeiros, ocupante do Cargo de Nutricionista, referente ao período aquisitivo de 8/9/2017 a 7/9/2018, com gozo em 2/9/2019 e término em 1º/10/2019.
Amilton Souza da Cruz, ocupante do Cargo de Chefe da Divisão de Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 13/10/2017 a 12/10/2018, com gozo em 9/9/2019 e término em 8/10/2019.
Gisleine Rocha Estevam, ocupante do Cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, referente ao período aquisitivo de 21/3/2018 a 20/3/2019, com gozo em 11/9/2019 e término em 10/10/2019.
Alcir Dalmolim da Silva, ocupante do Cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos, referente ao período aquisitivo de 7/6/2018 a 6/6/2019, com gozo em 23/9/2019 e término em 7/10/2019.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá, em 26 de agosto de 2019.
ARLINDO ROCHA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 26 de agosto de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI
Secretária de Administração

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 118/2019

Publicação Nº 2138172

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 118/2019 - Modalidade Pregão Presencial n. 057/2019 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

RETIFICAÇÃO N. 001/2019.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, a retificação n. 001/2019 ao Edital de Pregão Presencial n. 057/2019, a qual passa a alterar o item II do anexo I do TR, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, o registro de preço para aquisição de desfibrilador e ultrassom, conforme necessidade do Município de Maravilha – SC, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 11 de setembro de 2019 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 28 de agosto de 2019. MIRIANE SARTORI – Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 3980 DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138712



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

DECRETO Nº 3980 DE 22 DE AGOSTO DE 2019**Abre crédito adicional suplementar**

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento de 2019 no valor de R\$ 12.216,03 (doze mil duzentos e dezesseis reais e três centavos) no programa discriminado do Anexo I.

Art. 2º O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º é oriundo da anulação total ou parcial de dotação orçamentária conforme artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 22 de agosto de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento

Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos

Entidade(s): 8997 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

Data Inicial: 22/08/2019 Data Final: 22/08/2019 LOA: 2019

ANEXO I

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA									
Lei: 1961/2018									
Data Lei: 12/11/2018									
Decreto: 3980/2019									
Data Decreto: 22/08/2019									
Data Lançamento: 22/08/2019									
Código da Suplementação: 49									
Crédito Adicional									
Lote	Tipo	Ref.	Descrição Vinculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento
1	Suplementar	230	09.002.0010.0302.0027.2103.3339000000000000000000	01020000	01020000	0,00	0,00	0,00	0,00
1	Suplementar	205	09.002.0010.0301.0026.2101.3319000000000000000000	01380400	01380400	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Lote				8.968,03	8.968,03	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Suplementar	205	09.002.0010.0301.0026.2101.3319000000000000000000	01380400	01380400	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Lote				3.248,00	3.248,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total				12.216,03	12.216,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral				12.216,03	12.216,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Anulação :				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excesso:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Op. de Crédito:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transposição				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incremento:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transposição				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decremento:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resumo por Vinculos									
Tipo: Vinculado									
Vinculo	Descrição Vinculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio	Valor
1020000	Receitas de Impostos - Saúde	3.825,00	3.825,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.143,03
1380400	Transf. SUS/União - PMAQ, Programa de Melhoria	8.391,03	8.391,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Total Tipo: Vinculado				12.216,03	12.216,03	0,00	0,00	0,00	3.825,00
Total Geral				12.216,03	12.216,03	0,00	0,00	0,00	3.248,00
Total				12.216,03	12.216,03	0,00	0,00	0,00	12.216,03
Anulação:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excesso:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Op. de Crédito:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transposição				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incremento:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transposição				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decremento:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA**

Planejamento e Orçamento

Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos

Entidade(s): 8997 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

Data Inicial: 22/08/2019 Data Final: 22/08/2019 LOA: 2019

Pag 3 / 3

ANEXO I

DECRETO Nº 3981 DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138722

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 3981 DE 22 DE AGOSTO DE 2019****Abre crédito adicional suplementar**

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento de 2019 no valor de R\$ 13.538,71 (treze mil quinhentos e trinta e oito reais e setenta e um centavos) no programa discriminado do Anexo I.

Art. 2º O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º é oriundo da anulação total ou parcial de dotação orçamentária conforme artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 22 de agosto de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento

Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos

Entidade(s): 8997 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

Data Inicial: 22/08/2019 Data Final: 22/08/2019 LOA: 2019

ANEXO I

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA									
Decreto: 3981/2019									
Data Lançamento: 22/08/2019									
Data Decreto: 22/08/2019									
Código da Suplementação: 50									
Data Lei: 12/11/2018									
Crédito Adicional									
Lote		Tipo		Ref.		Dotação		Vínculo	
1		Suplementar		205		09.002.0010.0301.0026.2101.33190000000000000000		01380400	
								Valor	
								13.538,71	
								Tipo	
								Excesso	
								41321001102030000000	
								Vínculo	
								01380400	
								Total	
								13.538,71	
								Excesso:	
								0,00	
								Op. de Crédito:	
								0,00	
								Convênio:	
								0,00	
Total Geral									
								13.538,71	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	
								0,00	

Pág 3 / 3

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento

Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos

Entidade(s): 8997 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

Data Inicial: 22/08/2019 Data Final: 22/08/2019 LOA: 2019



DECRETO Nº 3982 DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138730

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 3982 DE 22 DE AGOSTO DE 2019****Abre crédito adicional suplementar**

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela legislação em vigor e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento de 2019 no valor de R\$ 78.918,89 (setenta e oito mil novecentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos) no programa discriminado do Anexo I.

Art. 2º O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º é oriundo da anulação total ou parcial de dotação orçamentária conforme artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 22 de agosto de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento

Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos

Data Inicial: 22/08/2019 Data Final: 22/08/2019 LOA: 2019



ANEXO I

Entidade: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA				Data Lançamento: 22/08/2019			
Lei: 1961/2018				Código da Suplementação: 105			
Data Lei: 12/11/2018				Data Decreto: 22/08/2019			
				Crédito Adicional			
Lote	Tipo	Ref.	Valor	Vínculo	Valor	Origem de Recursos	Valor
1	Suplementar	76	07.001.0015.0452.0013.2025.3339000000000000000000	01000000	1.869,00	Dotação/Receita	1.869,00
2	Suplementar	84	07.001.0017.0512.0034.2036.3339000000000000000000	Total do Lote	1.869,00	01000000	1.869,00
3	Suplementar	116	08.001.0012.0361.0020.2039.3339000000000000000000	Total do Lote	1.398,62	01190000	1.398,62
4	Suplementar	152	08.001.0012.0361.0020.2039.3339000000000000000000	Total do Lote	26.446,00	01190000	8.374,48
5	Suplementar	261	11.001.0004.0127.0018.2070.3339000000000000000000	Total do Lote	26.446,00	01180000	18.071,52
6	Suplementar	84	07.001.0017.0512.0034.2036.3339000000000000000000	Total do Lote	45.949,98	01180000	45.949,98
				Total do Lote	2.553,49	01000000	2.553,49
				Total do Lote	701,80	01000000	701,80
				Total	78.918,89	Excesso:	0,00
						Op. de Crédito:	0,00
						Convênio:	0,00
Total Geral							
Anulação :							
Superávit:							
Excesso:							
Op. de Crédito:							
Transposição							
Incremento:							
Decremento:							
Resumo por Vínculos							
Tipo: Ordinário							
Vínculo							
Descrição Vínculo							
Recursos Ordinários							
Total Tipo: Ordinário							
Tipo: Vinculado							
Vínculo							
Descrição Vínculo							
Transf. FUNDEB (Remun. Magistério)							
Transf. FUNDEB (Outr. Desp. Ensino)							
Total Tipo: Vinculado							
Total Geral							

Identificador: WPL47101457-OZPKRH-304703646 - Emitido por: LAISA CRISTINA LOPES

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WPL v.2013.01

**MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA**

Planejamento e Orçamento

Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos

Data Inicial: 22/08/2019 Data Final: 22/08/2019 LOA: 2019

Pag 3 / 3

ANEXO I

DECRETO Nº 3983 DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138694

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 3983 DE 22 DE AGOSTO DE 2019****Abre crédito adicional suplementar**

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento de 2019 no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no programa discriminado do Anexo I.

Art. 2º O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, é oriundo da anulação parcial ou total de dotação orçamentária conforme artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, em 22 de agosto de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



MUNICIPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos
Entidade(s): 77

Pág 2 / 2

ANEXO I

Entidade: MUNICIPIO DE MASSARANDUBA					
Decreto: 3983/2019			Data Lançamento: 22/08/2019		
Lei: 1961/2018			Código da Suplementação: 106		
Data Lei: 12/11/2018					
Crédito Adicional					
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor
1	Suplementar	399	06.002.0004.0129.0010.2013.3449000000000000000000	030000000	6.000,00
				Total do Lote	6.000,00
				Total	6.000,00
			Anulação:	Excesso:	Total
			Superávlt:	Op. de Crédito:	0,00
			Convênio:		0,00
Total Geral					
Anulação :			Excesso:	0,00	Transposição Convênio:
			Incremento:	0,00	
Superávlt:			Op. de Crédito:	0,00	
			Decremento:		
Resumo por Vínculos					
 Tipo: Ordinário					
Vínculo	Descrição	Vínculo	Anulação	Superávlt	Excesso
3000000	Recursos Ordinários		6.000,00	0,00	0,00
Total Tipo: Ordinário			6.000,00	0,00	0,00
Total Geral			6.000,00	0,00	0,00

IPM Sistemas Ltda

Emitido por: ALEXANDRO HENRIQUE MARTINS

Matos Costa**PREFEITURA****DECRETO 80/2019**

Publicação Nº 2138963

DECRETO N.º 080/2019 – de 26 de agosto de 2019.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável a área de terra que especifica, e dá outras providências.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal: e

CONSIDERANDO, a necessidade do alargamento da Rua José Antonio Carneiro;

CONSIDERANDO, o procedimento administrativo de confirmação do alargamento da Rua José Antonio Carneiro;

CONSIDERANDO, que não é lícito a Administração pública agredir patrimônio privado sem a devida compensação;

CONSIDERANDO, que o Desapropriado concorda com o recebimento do valor estipulado pelo Município, quanto a área a ser indenizada;

CONSIDERANDO, o direito a propriedade prescrito no art. 5º, XXII e quanto a sua desapropriação no inciso XXIV, do mesmo artigo, ambos da Constituição da República; e

CONSIDERANDO as tratativas realizadas com os proprietários do imóvel abaixo relacionado, e, a avaliação levada a efeito pela comissão nomeada através do Decreto n. 016/2019 de 08/03/2019:

DECRETA:

Art. 1º.Fica Desapropriado, por utilidade pública, sob forma amigável, a área de 97,68 m² (noventa e sete metros quadrados e sessenta e oito), a qual faz parte de uma área maior, (1.108,00 m²), representada pelo imóvel cadastrado junto ao Registro de Imóveis de Porto União sob o nº 1.379.

Parágrafo Único - Considera-se de utilidade pública, abertura, conservação e melhoramento de rua.

Art. 2º A área descrita no art. 1º deste Decreto, correspondente a 97,68.m², e destina-se ao alargamento da Rua Jose Antonio Carneiro, conforme planta de interferências, em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art. 3º Conforme avaliação administrativa, efetuada pela Comissão de Avaliações do Município, instituída através do Decreto 016/2019, a avaliação do Imóvel foi efetuada no valor venal do município de Matos Costa, que prevê o valor de R\$ 103,50/m², a justa indenização a ser paga corresponde ao valor de R\$ 10.109,88 (dez mil, cento e nove reais e oitenta e oito centavos), para que seja atendido o preceito constitucional da justa indenização.

Parágrafo Único. O valor correspondente a indenização, descrito no caput, será pago em parcela única.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução deste Decreto correrão por conta das Dotações Orçamentárias do corrente exercício.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Matos Costa, 26 de agosto de 2019

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Dirceu Joanim de Freitas
Assistente Administrativo I

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Oderlaine N S Moraes
Assistente Administrativo I

DECRETO 81/2019

Publicação Nº 2138973

DECRETO N.º 081/2019 – DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002219/2018 de 07 de novembro de 2018:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 6.140,02 (Seis mil, cento e quarenta reais e dois centavos), no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, do Fundo Municipal de Saúde, que especifica:

ORGÃO	14.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
UNIDADE	14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
ATIVIDADE	2.023	MANUT. BLOCO ATENÇÃO BÁSICA VARIÁVEL	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1338	Aplicações Diretas - 43	6.140,02

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado pelo superávit financeiro.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 26 de agosto de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

Meleiro

PREFEITURA

LEI Nº 1814-2019

Publicação Nº 2138071

LEI Nº 1.814 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

TRATA DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE OBRA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Morro Grande/SC a realizar obra de construção da ponte de concreto armado sobre o Rio do Meio, na comunidade de Rio do Meio, onde faz divisa territorial com o Município de Meleiro.

Art. 2º. As despesas com a execução da obra serão de responsabilidade do município de Morro Grande/SC.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Meleiro/SC, 28 de agosto de 2019.

Eder Mattos

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 330-2019

Publicação Nº 2138478

PORTARIA nº 330/2019

TRATA DA DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1349/2009, de 09 de Março de 2009 e suas alterações, resolve:

DESIGNAR

Art. 1º Sem ônus para o município, o Senhor ANDERSON SCARDUELI, ocupante do cargo de Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano, para responder pela Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de Agosto de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 0200/2019

Publicação Nº 2138417

DECRETO Nº 0200/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MATHEUS KNORST SANTIN, A PEDIDO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.397/2019, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pelo Servidor,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido, a partir de 21 de setembro de 2019, o Servidor MATHEUS KNORST SANTIN, do cargo comissionado de Coordenador Geral de Serviços de Engenharia e Arquitetura, relativo à nomeação pelo Decreto nº 106/2018, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Parágrafo Único: O servidor manterá suas atividades no cargo até 20 de setembro de 2019, afastando-se a partir de 21 de setembro de 2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 28 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

MATHEUS KNORST SANTIN

Registrado e Publicado na Data Supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 0201/2019

Publicação Nº 2138983

DECRETO Nº 0201/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADILSON CESAR BRAUN, A PEDIDO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.397/2019, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pelo Servidor,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido, a partir de 11 de setembro de 2019, o Servidor ADILSON CESAR BRAUN, do cargo comissionado de Diretor Municipal de Finanças, relativo à nomeação pelo Decreto nº 258/2016, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Parágrafo Único: O servidor manterá suas atividades no cargo até 10 de setembro de 2019, afastando-se a partir de 11 de setembro de 2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 28 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPALADILSON CESAR BRAUN

Registrado e Publicado na Data Supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 0172/2019

Publicação Nº 2138527

PORTARIA Nº 0172/2019 DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES PARA CUMPRIMENTO DE ESCALA DE TRABALHO E SOBREAVISO NO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO/SC, RELATIVO AO MÊS DE SETEMBRO DE 2019, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, em especial as de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 971/90 e em especial as disposições da Lei Municipal 2.229/2015 e Portarias Municipais nºs 0110/2018 e 0193/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovada a escala de trabalho dos servidores ocupantes do cargo de Motorista, no Departamento Municipal de Saúde, para desempenho das atividades da jornada normal e de sobreaviso.

Parágrafo Único: A jornada de trabalho conforme dispõe a Portaria nº 0193/2018 será cumprida pelos servidores mencionados no Art. 1º, atribuída de acordo com o mencionado na escala de trabalho na forma do Anexo I, sendo representada pelas legendas:

I – VE: Jornada 02

II – SMO: Jornada 01

III – CCO: Jornada 01

IV – SA: Sobreaviso: Jornada 02

Art. 2º - Ficam convocados os Servidores Públicos Municipais ocupantes do cargo de Motorista do Departamento Municipal de Saúde, para cumprirem a Escala de Trabalho relativo ao mês de setembro de 2019, constante no Anexo I integrante desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2019.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 27 de agosto de 2019.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

MARCIA TERESINHA JACOBY
Diretor Municipal de Saúde

Registrada e publicada na data supra: JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Adm. e Fazenda

ANEXO I ESCALA DE TRABALHO – MÊS DE SETEMBRO/2019 – PORT. 0172/2019

LEGENDAS: VE: Jornada 02; SMO: Jornada 01; CCO: Jornada 01; SA: Sobreaviso – Jornada 02

CIENTES E DE ACORDO:

ERI EVALDO SIMÃO: _____ MAURICIO RAUBER: _____

GILSON HISTER: _____ GELSON SIMÃO: _____

GLEISON DONIDA: _____ MÁRCIA TERESINHA JACOBY
Diretora Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 0173/2019

Publicação Nº 2138612

PORTARIA Nº 0173/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

SUSPENDE FÉRIAS DE SERVIDOR MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.296/2017 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, Considerando a imperiosa necessidade de retorno às atividades neste dia, solicitado pela Secretaria, Considerando ainda a anuência do referido servidor para retorno e posterior compensação do dia,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam suspensas as férias da Servidora Pública Municipal ALIDIANE ZAMPROGNA, concedidas pela Portaria nº 0160/2019, no dia 29/08/2019.

Art. 2º - O saldo das férias que corresponde a 01 (um) dia lhe será concedido no dia 18/10/2019 de acordo com o requerido pela servidora e a programação do Departamento Municipal de Saúde.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 28 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 0174/2019

Publicação Nº 2138640

PORTARIA Nº 0174/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO E ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALBIO SCHILD FILHO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal, Título IV Capítulo I da Lei Municipal nº 1.513/2002, Portaria Municipal nº 0193/2018 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, em especial considerando o interesse público e a necessidade do serviço,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica atribuído ao Servidor Público Municipal ALBIO SCHILD FILHO, matrícula nº 154-6, a partir de 02 de setembro de 2019, o exercício das funções do cargo efetivo de Odontólogo, para atendimento no Centro Municipal de Saúde e na Rede Municipal de ensino, com carga horária de 20 horas semanais, que será desempenhado no horário conforme abaixo especificado:

Turno	2º Feira	3º Feira	4º Feira	5º Feira	6º Feira
Manhã	Posto de Saúde / Atividades 01		Escola RMPGMM/ Atividades 02;		Escola RMPGMM/ Atividades 02;
Tarde		Escola RMPGMM/ Atividades 02;		Escola RMPGMM/ Atividades 02;	

01- Planejamento das Ações para aplicação no Público alvo; Visitas domiciliares; Atividades em Grupos de Atenção especializada quando solicitado e ações curativas previstas no atendimento básico.

02- Palestras de Saúde Bucal; Atividades educativas em grupos; Ações Coletivas: ATF, Bochecho Flurado, escovação dental Supervisionada, CPOD.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 28 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra: JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Adm. e Faz.

MARCIA TERESINHA JACOBY ALBIO SCHILD FILHO
Diretor Mun. De Saúde Servidor

PORTARIA Nº 0175/2019

Publicação Nº 2138705

PORTARIA Nº 0175/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO E PRÊMIO ASSIDUIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PATRICIA JOMERTZ MACHADO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com os Artigos 93 e 112 da Lei Municipal nº 1.513/2002, e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal PATRICIA JOMERTZ MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga Geral e Cras, conforme Decreto de nomeação nº 051/2012 de 02.03.2012, 30 (trinta) dias de LICENÇA PRÊMIO e 30 (trinta) dias de PRÊMIO ASSIDUIDADE, conforme requerido e a que faz jus, de conformidade com o disposto nos artigos 93 e 112 da Lei Municipal 1.513/2002, a ser usufruído conforme abaixo:

· Licença Prêmio: Período Aquisitivo: 03/2012 a 03/2017
Período de Gozo: 21.10.2019 a 19.11.2019 (30 dias)

· Prêmio Assiduidade: Período Aquisitivo: 03/2012 a 03/2017
Período de Gozo: 20.11.2019 a 19.12.2019 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 28 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MÜLLER
Secretária de Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 0176/2019

Publicação Nº 2138959

PORTARIA Nº 0176/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.356/2018, 2.370/2018, 2.397/2019 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e o requerimento do Servidor,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Erivane Daniela Pirovano	02.05.2018 a 01.05.2019	11.09.2019 a 20.09.2019 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), aos 28 de agosto de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER
Secretária de Administração e Fazenda

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO N° 039.2019 PMM

Publicação N° 2138276

PROCESSO LICITATÓRIO N° 064/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2019

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial n° 039/2019. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de toner e cartucho de tinta para suprir a necessidade das diversas Secretarias da Administração Municipal de Mondaí/SC, com entrega parcelada, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I, e mediante as demais condições estabelecidas no Edital e seus Anexos. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 11 de Setembro de 2019. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 11 de Setembro de 2019. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 25 de Julho de 2019.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO N° 046.2019 PMM

Publicação N° 2138537

PROCESSO LICITATÓRIO N° 073/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 046/2019

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial n° 046/2019. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de lixeiras monobloco (em plástico vazado, capacidade 80 litros) e tubo galvanizado a fogo (1,25 m de altura, com suporte para fixar 02 (duas) lixeiras), que serão utilizados para colocação e substituição em ruas e avenidas do Município de Mondaí, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I e mediante as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 12 de Setembro de 2019. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 12 de Setembro de 2019. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br.

Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 21 de Agosto de 2019

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 144/2019

Publicação Nº 2138378

Morro da Fumaça. Errata do Pregão Presencial 144/2019. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE COMPLEMENTAR, conforme anexo. Altera-se o item 2, onde se lê 1 L passa-se a ler: 200mL. Data 02/09/2019 as 08:30 Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

EXTRATO - ADITIVO DE CONTRATO Nº 10-2019 - PMMG

Publicação Nº 2138225

Aditivo nº:	10/2019
Contrato Principal nº:	40/2017
Natureza:	Aditivo de Prazo
Contratante:	GENTE SEGURADORA S/A
Contratado:	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Valor Acrescido:	R\$ 0,00
Data da Assinatura:	26/08/2019
Vigência Inicial:	26/08/2019
Vigência Final:	13/09/2020
Dotações:	(50) 0402.2042.33903969; (67) 0602.2018. 33903969; (91) 0702.2005. 33903969; (132) 1201.2050.33903969
Licitação:	Edital de Tomada de Preços nº 25/2017
Objeto Resumido:	Estender a vigência do contrato principal até "13/09/2020" e consequentemente, estender as vigências das apólices veiculares até "25/09/2020".
Espécie:	Prestação de Serviços
Observação:	A íntegra do termo está disponível no site www.morrogrande.sc.gov.br

EXTRATO - ADITIVO DE CONTRATO Nº 8-2019 - PMMG

Publicação Nº 2138222

Aditivo nº:	8/2019
Contrato Principal nº:	18/2019
Natureza:	Aditivo de Valor
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratado:	CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Valor Acrescido:	R\$ 10.111,49
Valor Suprimido:	R\$ 14.514,62
Data da Assinatura:	14/08/2019
Vigência Inicial:	14/08/2019
Vigência Final:	31/12/2019
Dotações:	(78) 0603.2021.44905198
Licitação:	Edital de Tomada de Preços nº 1/2019
Objeto Resumido:	Contratação de obra de drenagem e de revitalização da pavimentação asfáltica na rua João Manoel Rocha, localizada no centro da cidade de Morro Grande/SC.
Espécie:	Execução de Obra
Observação:	A íntegra do termo está disponível no site www.morrogrande.sc.gov.br

EXTRATO - ADITIVO DE CONTRATO Nº 9-2019 - PMMG

Publicação Nº 2138223

Aditivo nº:	9/2019
Contrato Principal nº:	41/2017
Natureza:	Aditivo de Prazo
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE
Contratado:	MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Valor Acrescido:	R\$ 0,00
Data da Assinatura:	26/08/2019
Vigência Inicial:	26/08/2019
Vigência Final:	13/09/2020
Dotações:	(50) 0403.2007.33903969; (67) 0602.2018. 33903969; (02) 0201.2002. 33903969
Licitação:	Edital de Tomada de Preços nº 25/2017

Objeto Resumido:	Estender a vigência do contrato principal até "13/09/2020" e consequentemente, estender as vigências das apólices veiculares até "13/09/2020".
Espécie:	Prestação de Serviços
Observação:	A íntegra do termo está disponível no site www.morrogrande.sc.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO N° 27-2019 - PMMG

Publicação N° 2138046

Contrato n°:	27/2019
Contratante:	MUNICIPIO DE MORRO GRANDE
Contratado:	Kolina Araranguense Veículos LTDA
Valor:	R\$ 58.400,00
Data da Assinatura:	27/08/2019
Vigência Inicial:	27/08/2019
Vigência Final:	31/12/2019
Dotações:	(78) 0603.2021.44905248
Licitação:	Edital de Pregão Presencial n° 17/2019
Objeto Resumido:	Aquisição de um veículo novo tipo caminhonete para uso da secretaria de viação, obras e urbanismo do município de Morro Grande.
Espécie:	Fornecimento de bem Permanente

Navegantes

PREFEITURA

ADITIVOS COLETIVOS 746 A 757/2019

Publicação Nº 2138008

ADITIVO DE CONTRATO 746/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO COLETIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, os contratados como Agente de Educação 20 horas semanais :

Contrato:	CPF:	Matricula:	Contratado:
192/2019	09098025994	6291904	ANDRE FELIPE DA COSTA
193/2019	09955825995	63432801	BIANCA CORREA
196/2019	09787994969	63432701	DANIELI RENATA TAVARES
194/2019	07687912942	63362803	DARLINE NUNES DE SOUZA
195/2019	44434090925	63424902	DIVA MARIA ALVES
435-2019	56059639968	143409	ELIANE BORBA COUTO
191/2019	09352484711	63432301	FABIANA LUIZ EGIDIO PAULO
684-2019	02930555998	63461401	FABIO DOS PASSOS
434/2019	36687968823	63447701	GABRIELLY VIVIAN RODRIGUES MOURA
200/2019	06280985962	63388002	JULIA SINEIA PEREIRA RINGENBERG
201/2019	07068655963	63335702	LUCIANA BRETZKE
203/2019	09823579903	63424802	RENATA LARISSA RAMOS
204/2019	05189894967	63432501	SIMONE ALVES TRINDADE
205/2019	04781931901	63432601	THAIS TOLEDO EGEA

doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições. E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/08/2019 até 13/12/2019, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
--	---

Secretária de Educação

ADITIVO DE CONTRATO 747/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO COLETIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, os contratados como Agente de Educação 30 horas semanais :

Contrato:	CPF:	Matricula:	Contratado:
472-2019	90091744920	63346703	ALESSANDRA GERALDO PEREIRA
454-2019	01341020967	63402402	ANA CAROLINA DA SILVA
448-2019	10332786960	63448201	CAMILA DA SILVA KAULE
188/2019	07585084927	63433301	CAMILA GOMES COUTO VIANNA
453-2019	76382060968	63348303	DORILDE INEZ CHIAMULERA TAVARES
680-2019	07170547996	63373002	DRIELI CRISTINA LEBKUCHEN FERRAZ
470-2019	64082563920	63386303	DULCINEIA DOS SANTOS ALVES
523/2019	38302891894	6299602	GABRIELA MARQUES BATISTA
186/2019	04817561912	63433101	GRASIELE SCHNEIDER
522-2019	06386215931	63454501	JANINE MOHR
449-2019	20104527803	63348903	JOSEANE RIBEIRO DE CASTRO
452-2019	62081306972	63425202	JUCELIA APARECIDA KIERAS TEIXEIRA
447-2019	61349155306	63298204	KEYLA SILVANO MEMORIA SOUTO
456-2019	08133372917	63448801	LETICIA ANA ARAGAO
444-2019	01483423964	63447401	MARISTELA LISBOA
471-2019	09810801971	63295604	PALOMA REGIANE CUNHA
189/2019	07698875970	63433201	REGILAINE LUCAS SILVA
445-2019	00457796944	63447501	REGINA MARIA GONCALVES
455-2019	07466075983	63448601	ROSEMARI REGIANE DA SILVA FERREIRA
446-2019	04678294970	63424702	SELMA APARECIDA DELUCA SANTHIAGO
443-2019	79300480715	106723	SUELI MARIA TRIMMER S CUNHA
190-2019	01303398060	63366203	TATIANE DA SILVA PEREIRA CAVALCANTE

doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições.

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.2 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/08/2019 até 13/12/2019, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
--	---

Secretária de Educação

ADITIVO DE CONTRATO 748/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO COLETIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALINEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, os contratados como Agente de Educação 40 horas semanais :

CONTRATO	CPF:	MATRÍCULA:	CONTRATADO:
437-2019	08178114941	63447901	ANDRESSA RAFAELLA VIEIRA BONATO
442-2019	08579558964	63448301	ANY CAROLINI DIMAS PEREIRA
476-2019	01649076371	63452801	BRUNO MORAES SILVA
473-2019	11230035990	63452601	CAMILA VICTORIA SANTANA COELHO
523-2019	12022428986	63454401	DEBORA GARCIA DA SILVA
438-2019	06486012935	63448001	DOUGLAS ALVES SERPA
544-2019	26061118856	63454901	ISIS RIBEIRO ALVES DA SILVA
436-2019	10126426821	63448101	JACILENE RIBEIRO DE CASTRO
475-2019	00591813971	63452501	JAQUELINE MUCHALOWSKI RIBEIRO
450-2019	01797614045	63447801	JOSELAINE FURTADO DOS SANTOS
185/2019	05837860908	63433401	JOSIANE APARECIDA DE CAMPOS PINTO SILVA
451-2019	44458851934	63448401	JUCARA TEIXEIRA
439-2019	09720404981	63448501	KELLEN CECILIA BARG
556-2019	10699277914	63455701	OHANA SARA PICKERT DA SILVA
441-2019	02148965956	63448701	RITA DE CASSIA DA LUZ

Doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições.

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.3 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/08/2019 até 13/12/2019, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
--	---

Secretária de Educação
ADITIVO DE CONTRATO 749/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO COLETIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, os contratados como Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais :

CONTRATO	CPF:	MATRÍCULA:	CONTRATADO:
267-2019	52826155920	63353502	ADELINDA ALTMANN ARAUJO
367-2019	08430967990	63450701	ADRIELLI APARECIDA NUNES SOUZA
270-2019	08385977937	63292703	ALESSANDRA DE CARVALHO SILVA
378-2019	07704555901	63445101	ALINE DA SILVA CRISTOVAO PINTO
382-2019	08876882413	63442201	ALINE LISBOA DA LUZ
268-2019	03819912967	63445001	ALINE SANABIA PEREIRA
269-2019	08575160940	63387102	ANDREIA WESSLER
682-2019	12097201911	63460501	ANDRESSA PADILHA DELFINO
486-2019	00399186964	63453601	ANTONIO DA SILVA
388-2019	39786510259	63418902	ARLETE SOUZA MARTINS
420-2019	10183722965	63446401	BIANCA DE OLIVEIRA SCHNEIDER
266-2019	81940483972	6193703	BIBIANA BERNARDO MARTINS CORDEIRO
489-2019	40123901049	6295302	CARMEN LUISA SANTOS MULLER
261-2019	09539578965	63386902	CAROLINE KINAL
083-2019	04820634917	63440101	CHARLLENE NEVES
421-2019	05741094988	63446201	CINTIA CONCEICAO PINTO
366-2019	03973596913	63441101	CLAUDECIR BRUINSMA
372-2019	04740545942	63292303	CLAUDIA APARECIDA REIS MAXIMIANO DA CUNHA
274/2019	06148385929	63444901	CRISLAINE MARIA DA CONCEICAO SILVA
365-2019	16051237739	63444801	CRISLAINE NASCIMENTO ROMAO CORDEIRO
277-2019	04168951901	414403	DAIANE RODRIGUES PEREIRA
278-2019	93962932968	63396602	DEBORA REGINA MUELLER PEREIRA
276-2019	10287014975	63331103	DENISE FERNANDA COSTA ANTUNES
654-2019	01991257759	63460801	DEUSIMAR ESPERANDIL NUNES ALONSO
275-2019	06925322933	63289204	DUNIA FERNANDA ANTUNES GONZAGA
379-2019	50548549915	184706	EDI MARIA HANK
245-2019	07030979974	6322404	EDICLEIA VEIGA DA SILVA
376-2019	00354854933	63441401	EDILENE APARECIDA DOMINGOS VIEIRA
375-2019	03401997173	63440901	EDNEIA ALVES ANTUNES PEREIRA
418-2019	05864105970	6295103	ELIANE DOS SANTOS
342-2019	74672126900	63354202	ELIANE TERESINHA DIAS TERLAN
423-2019	02874432806	63330603	ELIETE ALVES DA SILVA BEZERRA
264-2019	04163994955	63331203	ELISANGELA DE ALMEIDA VIEIRA

265-2019	08425508959	63409102	ELUARA CAMILA MILANI
482-2019	43123473015	63452101	EMERSON DE SOUZA PODOLANO
244-2019	78078253915	1739806	ENELICE MILANI
344-2019	04315508918	63444601	ETTORE JOSE DE CASTRO
243-2019	11639542922	63440401	EZEQUIAS PEREIRA
242-2019	04687623964	63440701	FERNANDA FRANCISCO
661-2019	07975418960	63460601	FERNANDA GODIN DE OLIVEIRA
364-2019	00968135986	6297902	FLAVIA CRISTIANE BITELBRUN
655-2019	05513887908	63299403	FRANCIELE DE SOUZA GABRIEL
488-2019	27080525861	63451901	FRANCISCA DAS CHAGAS GOMES MARQUES
241-2019	06399083907	63442601	GEOVANI PEDRO DE BORBA
393-2019	79859054991	63442501	GERSON DE SOUZA
416-2019	56576510063	63422902	GIONE MARIA MISTURA VOLTAN
387-2019	03361987954	63444401	GISLENY GUETTEN DOS SANTOS
343-2019	08407467928	63396902	INDIARA LENIR VELOSO
240-2019	02622652577	63444101	IRAIDE DA SILVA RAMOS
345-2019	04830142901	63421602	IRINEIA MARIA DE OLIVEIRA FIGLESKI
386-2019	87196778472	63444201	IVANILTON BEZERRA NUNES
237-2019	09548962977	63417802	JEANICE JUCELANDIA LAURINDO
491-2019	17092167272	63364502	JOANA COSTA CAMARAO
236-2019	05492089927	63440201	JOICE APARECIDA SAO NASCIMENTO
238-2019	06708547945	6220003	JOSIANE APARECIDA KINAL NOGUEIRA
149-2019	05801838902	63360902	JOSILENE ANDRESSA BERNARDES BORGES
239-2019	06569867946	63440801	JULIANA FIDGLESKI
381-2019	10753570475	63398402	KAROLAINE LESBOA DA LUZ
837-2018	03523070996	63428101	KASSIANE HERECLITA BECKER
248-2019	02271454298	63443801	LARISSA CRISTINE ALEXANDRE DA COSTA
419-2019	11155585950	63446101	LEANDRA RIBEIRO DE OLIVEIRA DOS SANTOS
374-2019	06030993941	63420702	LEONILCE MARIA DE LIMA
371-2019	01249001943	6311102	LETICIA SILVA CONCEIÇÃO
457-2019	01853582417	63447001	LIGIA LIMA FERREIRA DA HORA
259-2017	23607505004	63350401	LILIAN MARIA BARBOSA DE LIMA
391-2019	12443461874	1794807	LUCIENE BENATTI
247-2019	05719743928	63291003	LUCIENE LOPES BARROSO DE OLIVEIRA
383-2019	07417265995	63417602	MARA LIGIA FELICIO
368-2019	03211776907	63442801	MARCIA REGINA SANTANA DE SOUZA
384-2019	05835856989	63441201	MARIA ELIETE DA SILVA OLIVEIRA
660-2019	88195368972	63460701	MARIA MADALENA DA SILVA OSWALD
233-2019	89426258353	63440601	MARIA ZULEIDE PEREIRA DA SILVA
417-2019	00700638938	63392402	MARINES LOUREIRA GRUK
485-2019	05740505909	63452001	MARLETE MARCONDES DE RAMOS
656-2019	06134657921	63463201	MARLUCE DAIANI DE MOURA
458-2019	07947503974	63426802	MARTA CRISTINA DA SILVA
235-2019	05209264980	63352302	MEIBEL DAIANA GOSINHO GODOI
234-2019	10826363474	63327303	MIKAELLY DE AMORIM GUILHERMINO
394-2019	52341950906	63443601	NASIR POLICARPO BENTO
703-2019	03955970213	63464301	NATALIA CARDOSO ARAUJO
246-2019	03428439902	63443501	NEIVA ZINI DOS SANTOS LOPES
369-2019	06628173976	63441301	PATRICIA BARBOSA VERLINDO
650-2019	01984843990	235502	PATRICIA RUZZA

487-2019	03014595250	63452301	PAULO THIAGO LEITE LEAO
260-2019	22610059892	63443301	REGINA ANTONIA DE OLIVEIRA
259-2019	05146271909	63443201	RITA MARISTELA DOS SANTOS
702-2019	88919781753	63464401	ROSILENE TEODORO DE SIQUEIRA
385-2019	09841640902	63335902	SCHIRLEI PRESTES RIBEIRO
380-2019	01295808480	63295103	SILEIDE NASCIMENTO DE FREITAS SILVA
250-2019	02236225911	63443101	SILVIA ANTUNES MUNIZ SOARES
249-2019	00820112062	63443001	SUELEN EREIAS SOUZA
377-2019	09981759945	6323505	TAINA ARANHA SILVA
253-2019	07854041989	63409202	TAINARA DUGGEN FERRETTI
251-2019	09233845966	63440501	TAIS FARIA
252-2019	09987211909	63336002	THALYTA DE CASSIA MARCELINO
704-2019	82691223949	175906	VANDERLEI RODRIGUES DA SILVA
256-2019	07898793951	63440301	VANDERLEIA DO PRADO DA SILVA
390-2019	04159847935	63297404	VANESSA FRANCISCO RAMOS DE OLIVEIRA
255-2019	07420918996	63409402	VATUSI GRASIELA DA CONCEICAO
370-2019	78578272900	63441001	VERENA MARIA DOS SANTOS

Doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições.

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.4 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/08/2019 até 13/12/2019, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
--	---

Secretária de Educação

ADITIVO DE CONTRATO 750/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO COLETIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALINEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, os contratados como Instrutor de Informática 40 horas semanais :

CONTRATO	CPF:	MATRÍCULA:	CONTRATADO:
137-2019	05000082990	510005	BRUNO SOUZA DE BORBA
339-2019	07735757905	63425802	FERNANDO RODRIGUES ORLOSKI
138-2019	08373403906	6291602	GABRIEL DE SOUZA VALÉRIO
136-2019	03195667908	63445601	JAKSON CRISTIANO PETZOLD
425-2019	04685846923	63353703	JULIANA DA COSTA DOS SANTOS.
424-2019	09268378930	6292305	MARCOS DIAS MENEGHEL

Doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições.

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.5 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/08/2019 até 13/12/2019, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
--	---

Secretária de Educação

ADITIVO DE CONTRATO 757/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO COLETIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALINEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, os contratados como Instrutor de Informática 20 horas semanais :

CONTRATO	CPF:	MATRÍCULA:	CONTRATADO:
527-2019	08101789901	63399602	ANDRE RAEDER MORFIM
130-2019	01726027260	63450501	ERIK MONTEIRO RODRIGUES
132-2019	10109701941	63450401	IGOR LUIZ VAZ CORREIA
129-2019	03788791110	63450601	JHONATAS OLIVEIRA PEIXOTO
133-2019	07130303999	63267203	LUIZ FELIPE APOLINARIO
134/2019	10532883950	63450201	MATHEUS GUILHERME WITZKE

Doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições.

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.6 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/08/2019 até 13/12/2019, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMÍLIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
--	---

Secretária de Educação

ADITIVO DE CONTRATO 751/2019**PRIMEIRO TERMO ADITIVO COLETIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO**

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. EMÍLIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, os contratados como Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais :

CONTRATO	CPF:	MATRÍCULA:	CONTRATADO:
152-2019	27680909806	63434501	ADRIANA MARIA DA SILVA
147-2019	06138126971	63442301	ADRIANA PAULA MORAES BAHR
696-2019	02324048957	63463601	ADRIANA TEREZINHA DA SILVA
687-2019	06001472904	6270403	ADRIANE MENEGHELLI
690-2019	10254238955	63462901	ADRIELLE CAROLAINE DE CASTRO
291/2019	09043782920	63372302	ALESSANDRA BOAVENTURA PEREIRA
665-2019	07332108992	63325903	ALINE CRISTINA DE BORBA
640-2019	09530390998	63400802	ALINE FATIMA RONCALIO
361/2019	04966983975	479906	ALINE TATIANE ROSA
353/2019	10039704947	63403802	AMANDA LOPES DOS SANTOS
351/2019	10258918993	63416702	AMANDA QUEIROZ
667-2019	10443158908	63461201	ANA CAROLINA ESTEVAO DE JESUS
150/2019	81731612915	6208907	ANA CRISTINA BARBOSA GUERRA
145-2019	09232579936	63438901	ANA FLÁVIA OLIVEIRA DALL AGNOL
288-2019	10152386963	63436601	ANA FLAVIA SANTOS DE SOUZA
668-2019	11236494997	63459901	ANA LUISA ROCHA
144-2019	05372390905	63344303	ANA PAULA FAGUNDES MENDES
359/2019	06182514990	63414002	ANA PAULA MASSIROLLI
148/2019	09028948970	63330303	ANGELA DE ARAZAO DA CUNHA
287-2019	08822335996	63439701	ANGELICA MORAES DE OLIVEIRA

143-2019	04735286900	63438301	AREANE BREY GOMES
363-2019	05905135916	1625406	ARIANE APARECIDA DA SILVA
151-2019	10496983989	63437001	ATHINI FERNANDA FELICIO MALAQUIAS
80-2019	14179573792	63439601	BEATRIZ ALVES
084/2019	08775127954	6226403	CARINA PACHECO DOS SANTOS
663-2019	09870870961	63459801	CARINE GONCALVES
395-2019	72458127568	63437101	CARLOS ALEXANDRE SANTOS SILVA
082-2019	01011305976	63438401	CAROLINA PAIM BERGAMO
290/2019	01049150996	63290504	CAROLINA PAMPLONA MACIEL
081-2019	87091909291	63437601	CATRINNE OLIVEIRA VIANA
641-2019	08380487907	63415202	CRISLAINE DE SOUZA BATISTA
371/2018	06451346942	63409601	CRISTIANE DE SOUZA E SILVA
087-2019	09346860928	63437401	DAIANI ODORIZZI NUNES
086-2019	04759771905	63439001	DAIANI OLEGARIO PEREIRA
088/2019	04262970914	63286104	DANIELA CRISTINA URBANO MOURA
282-2019	07227297900	63413902	DIANA JULIA SANTIN ALVES
281-2019	83817310030	63438501	EDIANE DE OLIVEIRA VIANNA LAPA
236/2018	10539673900	63400401	EDUANA FONSECA WHITE
142-2019	00716369940	63347802	EDUARDA PONTALDI
140/2019	05852216933	63330803	ELAINE SLONGO PAGANI
280-2019	81131100972	63435701	ELIANE MENDES DE CARVALHO
286/2019	88687490925	63401702	ELIS REGINA NOGUEIRA
581-2019	08591498976	63335203	ELISA SUELI CALDEIRA
139-2019	03633516980	6270204	ELISANDRA MACHADO DE BORBA COSTA
664-2019	82111537934	63461001	ELISIANE VEIGA
352-2019	10419427961	63441801	ESTER MIKAELA REGIS DE OLIVEIRA
089-2019	10356621910	63435401	ESTER PEZZINI VITORINO
090/2019	31866435892	6208205	EVELYN GOMES VIANA DE MACEDO SILVA
059-2019	07678900945	63442401	FABIANA APARECIDA CARDOSO FISC
060-2019	07333646912	63405202	FABIANE DO NASCIMENTO
058-2019	10580088979	63436301	FRANCIELE VIERA PRUCHE
227-2019	09636585903	63437201	GABRIELA SOUZA RODRIGUES
228-2019	10861761979	63436501	GABRIELE FERNANDA NEUMANN
231-2019	05039008937	63435001	GISELE JORGE
478-2019	06795464997	63452201	GISELLE RONCHI
226/2019	06603213940	6300705	GISLAINE FERNANDA ANTUNES
230/2019	73669733949	6304302	GLAUCIA ELAINE AGUSTINHO
225/2019	33741755893	63324703	GLEICE KELLY DE SOUZA BEZERRA BERLANDA
229/2019	08208261971	63413702	GRAZIELE WALT BIRCK
350-2019	08111203926	63439301	GREICE LIMA TABORDA MIGUEL
689-2019	08960015989	63364002	HELOISA EDUARDA BORGES
157-2019	51586495615	63435301	INES MARTINS DINIZ PIMENTA
158-2019	02539716245	63441701	ISA PAULA DOS ANJOS GOMES
695-2019	09538683978	63463501	ISABELA DE SOUZA LAMOGIA
292-2019	06240169943	63441901	JANAINA ILDMIRA PINNOV BRAATZ
156/2019	60045802360	63366502	JAQUELINE PEREIRA TORRES
354-2019	08619465961	63441501	JAQUELINE DE OLIVEIRA MOTA
155-2019	04088326903	63436201	JAQUELINE MARIA MENDES
147/2019	09066379960	63325103	JAQUELINE VIEIRA ALBINO
150-2019	01023418932	63439401	JESICA CRISTINA PADILHA MIRANDA

153-2019	09452884924	63442001	JESSICA CAROLINE DOS SANTOS LEITE
148-2019	09569106450	63438001	JESSICA DE MACEDO TORRES NUNES
154-2019	11364833905	63328703	JESSICA SCHN Vingel DE SOUZA
578-2019	06791483962	63403702	JESSICA SUELEN DA SILVA
480-2019	05397516937	308002	JOELMA CARDOSO
360-2019	05547363901	63442101	JOSILENE DA SILVA RODRIGUES
582-2019	07361711936	63456101	JOYCE CAROLINE FRANZ
151-2019	02290720119	63439901	JOZIANE DE BRITO SOUZA
644-2019	01002640938	63403502	JULIANA CABRAL GONCALVES
153/2019	10164674942	63415302	JULIANA MULLER EGER TRENTINI
289/2019	05560695955	63325302	KALINDE RIBEIRO DOS SANTOS
040-2019	10714275980	63436701	KARLA DAYANE BENDLIN
477-2019	07083946981	63427502	KETELYN MORAIS VAILATI
078-2019	08119559908	63295403	LAIS SCARLET COLEHO GALVEZ
074-2019	04775085964	63439801	LARISSA DAS NEVES LEME
072/2019	09496093906	63330503	LAYS MEIRE JACO
071-2019	90293177953	63434301	LEILA REGINA DOS SANTOS
076/2019	01722974273	63366602	LEILIANE MONTEIRO LOURENCO
077-2019	05925427181	63435201	LETICIA RIBEIRO CUPERTINO
075-2019	32589666802	63438801	LILIAN COSTA DOS SANTOS
073/2019	03517591904	63404402	LILIAN ELEUTERIO MACHADO BUSSMANN
070-2019	10801670993	63438101	LUANA DE ANDRADE
688-2019	06868095996	63462801	LUANNA VANZUITA
694-2019	07370722880	63463401	LUCIA HELENA FERREIRA DA SILVA
079-2019	05881774906	63437901	LUCIANA DA SILVA
356/2019	06146358967	63451701	LUCIANE REGINA PATRICIO
067/2019	04626433952	63404802	MARCELLA SILVA BIANCHI ROVERI
062-2019	10726482960	63438601	MARIA EDUARDA RODRIGUES
068/2019	59433213068	63433801	MARIA LUCIA BASTOS DE ARAUJO
066-2019	06572289907	63437501	MARILIA MARTINS FABRICIO
479-2019	02055391909	63451801	MARINEZ CASAGRANDE CERUTTI
065-2019	03402237903	6330405	MARISE MOSER
614-2019	14334839711	63335103	MARIZANGELA LOPES DEMORE
284/2019	08362448938	63401302	MAYARA CRISTINE LOPES DOS SANTOS
357/2019	05932090952	509402	MAYRA CRISTINA GARCIA COSTA
643-2019	03544137917	63460101	MERI TERESINHA DA SILVA GASPAR DE OLIVEIRA
063-2019	03640301277	63438701	MESSIAS SOUSA VIEIRA
068-2019	35449571836	63438201	MICHELE HUIDA DA SILVA
708-2019	00893172200	63464201	MICHELY DAMASCENO DE SOUZA
700-2019	09907772941	63463701	MONICA SILVA WOUTER VERHAERT
348-2019	09044004921	63450101	MONIQUE FRANCI COUTO
358-2019	11249010942	63436801	PAMELA SUELI ALEXANDRINA
662-2019	07411654906	63460901	PATRICIA FARIAS RIVA
285/2019	17433173870	63401802	PRISCILA APARECIDA DE QUEIROZ
349/2019	09394251901	63294403	PRISCILA ODETE DA SILVA
061-2019	10146485998	63439501	PRISCILA ZUCATELLI DE MENEZES
056-2019	10342108905	63434401	RAFAELA ALESSANDRA PAULINA
363/2019	08042887981	63402802	REGINA FACHINI DOS SANTOS
642-2019	09215717986	63460201	RITA DE CASSIA DE SOUZA

057-2019	03946678912	63435901	ROSANE MARIA FRANCISCO FERNANDES
402/2019	03948464944	63411602	ROSELEI DE ARAUJO
666-2019	04661624998	63461101	SABRINA STEDILE
054-2019	04962110993	63439201	SILVIA RENATA PEREIRA MEDEIROS.
055-2018	03951155906	63321602	SONIA MARIA BRUNHERA DE ARAUJO
047-2019	05191606906	63407602	TAINA BRASIL
044-2019	09093015907	63435801	TAINARA HOLMANN DE ALMEIDA
658-2019	00974375063	63461301	TAIS GRACIELE DA SILVA MOREIRA GOULARTE
046/2019	08362850930	63400602	TAISE DOS SANTOS ANTUNES
051/2019	07778258994	63409802	TAMIRES MILANI VICENTE
048-2019	01200743032	63437801	TATHIANA FLORES SPECK
050-2019	02066906905	63400202	TATIANA DA LUZ CARDOSO
279/2019	09437982996	63348502	TATIANE CARINA CAVICHIOLI
052/2019	09907078905	63362502	TAYNA RAYSSA CHAVES
045-2019	10013696963	63436101	THAINARA CAETANO DE CAMARGO
524-2019	05868636996	63454001	THAINARA MARIA ANACLETO
401/2019	09517331924	63405402	THALITA MORENO SOUZA
049-2019	10729333906	63436901	THAMIRE CAROLINA COSTA BUSCHMANN
053/2019	14481408707	63396502	THAYNARA COIMBRA ROCHA
293-2019	00910569932	63436001	VANESSA CRISTIANA ESTEVAO DA LUZ
041/2019	09251053766	1800702	VANESSA MEDEIROS COSTA
043-2019	03290551946	63439101	VIRGINIA LANE DA CRUZ SILVA CARDOSO
580-2019	05435830907	6242408	VIVIANE BENTA DA CRUZ
526-2019	08020595970	63402002	YARA ELIZETE DOS SANTOS

Doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições.

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.7 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/08/2019 até 13/12/2019, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
--	---

Secretária de Educação

ADITIVO DE CONTRATO 752/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO COLETIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, os contratados como Professor :

CONTRATO	CPF:	MATRÍCULA:	CONTRATADO:
625/2019	00862658900	63462001	ADRIANA DOS SANTOS
175-2019	88668207920	70211	ADRIANA NASCIMENTO DOS SANTOS DE SOUZA
304/2019	79840710982	6272706	ADRIANA SIMOES DE SOUZA COELHO
459-2019	10028349962	63446601	ALANA CAROLINE DE SOUZA
520-2019	02975672926	63406602	ALBERTO ALAGO ADRIANO ROMAO
118/2018	00147138027	6206405	ALESSANDRA ALVES CESARES
347/2019	04964089924	63431801	ALEX MIGUEL DOS SANTOS
097/2019	06818913431	63361902	ALISON RICARDO FERREIRA LOPES
670-2019	06415710974	6261006	AMANDA BORBA COUTO
469-2019	09246847989	63363402	AMANDA JULIANA SCHAEFER
334/2019	67666507372	1682907	ANA ALICE TEIXEIRA
408-2019	03474891928	6284904	ANA CANDIDA NOCETTI CASTRO RODRIGUES
131/2018	07341646969	63286605	ANA CAROLINA ALBINO
512-2019	07476123905	6224214	ANA CAROLINE RAUE
180-2019	06079109921	63393802	ANA CLAUDIA RITTER
169-2019	08086360903	6263704	ANA CRISTINA SERPA
325-2019	05598794900	6260007	ANA PAULA DE OLIVEIRA
514-2019	02733885928	185218	ANDREIA GERALDO
513/2019	02333480939	63355303	ANDREZA KARLA DE SOUZA SCHLOGL
559-2019	02748604903	1997709	ANGELA RIBEIRO MACHADO LOPES
119-2019	07803008666	63395102	ARIADNA COSTA GONCALVES
333/2019	04160594905	6195604	ARIANE FERREIRA PEREIRA DE JESUS
309-2019	06381810971	63262504	ARIANE VIEGAS LUIZA
034/2019	04050429810	63433701	AUGUSTO LOYOLLA NETO
172-2019	05311283939	431322	BEATRIZ APARECIDA DE SOUZA
102/2019	06825839950	6281504	BIANCA KAROLINE LOPES GOOSSEN
218-2019	06597792939	6294806	BRUNA REGINA ALVES DE OLIVEIRA
631-2019	10736178740	63382803	BRUNO DE SOUSA ABREU
433-2019	00772632006	63429002	CARLOS EDUARDO MELLO
674-2019	53976380997	1984203	CARMEN LUCIA DOS SANTOS
516-2019	07799947950	6183314	CAROLINE MENDES BORTOLATO
534/2017	89342194915	63419601	CELIANE JOMARA BAUMGAERTNER
533-2019	96292296091	1679713	CHARLENE OLIVEIRA BRAZ
692-2019	04920998988	6191107	CLAUDEMIRIA NOVAIS ALVES
513-2019	06474819952	457513	CLAUDIA RUTH DA SILVA
212-2019	38565994287	63449301	CLENILDA GOMES DA SILVA
113-2019	03393473921	273013	CRISTIANA DE SOUZA D OLIVEIRA
672-2019	05840321966	451105	CRISTIANE RAQUEL DE QUEVEDO FERNANDES
608-2019	96664584972	63328602	CRISTIANO BUBLITZ
532-2019	18763272865	263917	CRISTINA PAULO MONTEIRO
100/2019	00676326021	63407002	DAIANA DIAS SOUZA
511-2019	07582163940	1730705	DAIANE SIQUEIRA FERREIRA
414-2019	10925316962	63446001	DAIANE ZIMMERMANN
565-2019	00785910905	245713	DANIELA BARON KOELHER

303-2019	05424226973	63426602	DANIELA RHENIUS DE SOUZA
637-2019	05946539914	426819	DANIELE CAROLINA DE OLIVEIRA ROSA
124-2019	04172399983	344905	DANUBIA BORBA
415-2019	36823943890	63319402	DENIS PORTELA PEREIRA
467-2019	58364471015	63425302	DENISE DE AZEVEDO DA SILVA
317-2018	91465320997	63362302	DENISE ISABEL SAGAS GONCALVES
311-2019	26662178845	238614	DENISE REGINA COSTA DA SILVA
208-2019	02027095900	1706211	DINACIR KOSCIANSKI DOS SANTOS
673-2019	49549634949	63460401	DIONE AUGUSTINHO
108/2019	79282822915	63433601	DORIEDSON GARCIA PEREIRA
406-2019	95348239968	63425602	EDMARA DE SOUZA DOS SANTOS
123-2019	26456718880	375314	EDNALVA SILVA FRANCA
173-2019	81736517520	63285004	ELAINE SANTOS DA CRUZ SILVA
564/2019	91574099949	6333207	ELEINE LEA BAADER
541-2019	07375017905	63427702	ELIADA NOGUEIRA GOMES
322-2019	39311171972	63446501	ELIANA LOPES TARESZKIEWICZ
313-2019	02048879926	1683613	ELIANE DA SILVA UESLER
099/2019	82866813987	160505	ELIANE GOMES MAFRA
328-2019	16695909415	63447101	ELISA BETH GRANJA BARRETO
126-2019	05723056999	6292104	ELISANE ANGIOLETT ALTINI
335/2019	04806434906	63356202	ELISANGELA ROLOFF MENDEZ
691-2019	04575808954	63461601	ELIZANDRA ZEFERINO
528-2019	07079538980	6183008	ELIZIANE CRISTINA DE OLIVEIRA
183-2019	07000783982	63447601	ERICA LEITE DE ARAUJO MATEUS
671-2019	77701577572	6239413	ERIKA MICHELLE GRANJA BARRETO
432-2019	08903863909	63449801	EVANDRO FELIPE NUNES DA SILVA
307-2019	09047481976	6208304	EVELYN ALVES CUSTODIO
122-2019	00364780916	244129	FABIANA DE QUEIROZ BORGES RODRIGUES
107/2019	00961100907	63433501	FABIO JUNIOR RISTOFF
346-2019	01832043959	450308	FLAVIA MARQUES DA SILVA
609-2019	05518092997	63351803	FRANSUELEN PEREIRA XAVIER
105/2019	06341722982	6222407	GABRIEL LUIZ TAMANINI
651-2019	07571090989	1987510	GABRIELA DOS SANTOS DE SOUZA
066/2018	06401974931	6202208	GEISA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS
116-2019	05657763980	6061309	GENECI COLLA
101/2019	06087234950	63432201	GIOVANNA MELATTI MOREIRA DE BRITO
214-2019	04361810966	1510611	GISELE PRESTES DE SENA
669-2019	06962953771	63427602	GLAUCIA BENEVENUTO DE OLIVEIRA
653-2019	02625842989	63460301	GRAZIELA FERNANDES MANENTI
535-2019	05271625907	1510912	GRAZIELE LOURENCO FERREIRA
531-2019	09888704796	63454101	HELEN MENEZES E SILVA
037/2019	00088822079	63349804	HENRIQUE PITT
426-2019	08886366957	63329803	IARA ALINE DE SOUZA
567-2019	09910391902	63386402	IARA MACHADO EMILIO
028/2019	08874657900	63397602	IARA MOURA RODRIGUES
686-2019	05023412970	373009	INDIANARA DOS SANTOS
409-2019	08614919980	6266303	INDIANARA SOLANGE RODRIGUES CRISPIM
497-2019	95802673087	63454301	INDIARA FERREIRA DA MOTTA
612-2019	04404889909	63376703	INES PIRES DOS SANTOS
323-2019	73371912949	63446701	ISIDORO LUNARDELLI

332-2019	53721934920	63446901	IZOLETE SCHLEMPER AMARANTE
529-2019	05189786994	6305104	JANAINA CORREA BORNHAUSEN
563-2019	03942187957	384222	JANAINA FORLIM DE SOUZA
127-2019	08829199974	6258306	JANISLEY MARIA DA CUNHA
412-2019	05182364989	63449601	JEAN FRANCISCO GONCALVES DE ARAUJO
685-2019	08819816997	63395202	JEFERSON LOPES
213-2019	07316847964	6322006	JENIFFER PEREIRA
118-2019	05610229928	63325602	JOANA DE OLIVEIRA
708/2018	39036959802	63378202	JOECIARA BARBOSA DE SENA CRUZ
462-2019	31683466837	63407802	JOSE RICARDO PERDIGAO TECIONI
705-2019	81916817300	63420003	JOSELENE DE OLIVEIRA LIMA
093/2019	68517912934	6332604	JOSELITO LINHARES
038/2019	67633617934	63399802	JOSIANE MARIA DA SILVA ROSA
634-2019	45992886915	63364202	JOSIAS MIGUEL DA SILVA
626-2019	09691446952	63462201	JOYCE MACHADO
326-2019	06681221963	6187410	JUCELIA PEREIRA DA SILVA SCHULLER
111-2019	04317492997	405314	JULIANA APARECIDA MICHALACK
114-2019	02214101047	63328803	JULIANA SILVA DOMINGOS
316-2019	61317888987	63394702	JULITA JUNKES KOTELAK
321-2019	67095941734	6286105	JUSCELINO OLIVEIRA
091/2019	08158621996	63354002	KATHRYN KLOPPPEL MARTINS
635-2019	05268083902	1680403	KATIANE REGINA MARA DA ROSA HERBERTS
211-2019	07661168910	63449201	KAUANA KLAUMANN FRANCISCO
632-2019	43902695854	63460001	KELISON VENICIO BRITO ALVES
182-2019	02612660984	6211005	KELLY LUCIA DE LIMA CABRAL
319-2019	05960610990	63394403	LAIS DA SILVA ARRUDA
146/2017	01816564001	63354801	LEO JUSSAN DE OLIVEIRA BENITTES
428-2019	11214359981	63408002	LEONARDO RODRIGUES BARBOSA
184-2019	04186032947	63448901	LETICIA IVANI JORGE
679-2019	07035602984	417505	LIA CARINE HENRIQUE DOS SANTOS
510-2019	33761901860	6237307	LILIAN GOMES RIBEIRO DA SILVA
566/2019	71138749168	6203512	LILIANNE RIBEIRO BURLIER DA SILVEIRA
4072019	01726026299	63446301	LORENA MONTEIRO RODRIGUES FERREIRA
652-2019	07113542948	6224008	LUANA LACERDA
331-2019	07405203930	6254206	LUANA LAIS DA COSTA CAMPOS
678-2019	06502924999	63419002	LUCAS DIEGO MOROZINI
568-2019	00443232989	1866809	LUCIA DINIZ
036/2019	00446030961	321615	LUIZ FERNANDO SOARES
613-2019	09423282997	63456701	MAINDRA SESTREM
128-2019	04502028959	63262307	MARCIA BARBARA SCHIZZI RIBEIRO DE DEUS
633-2019	02649404906	63462701	MARCIO RICARDO PEREIRA
411-2019	31989039987	63449701	MARCOS ANTONIO CRUZ TARESZKIEWICZ
620-2019	24958794034	226016	MARGARETE ELSA GOSS REINKE
639-2019	26417349829	63427402	MARIA ANGELICA PESTANA
629-2019	86558030900	63392802	MARIA APARECIDA DA SILVA SEREIA
465-2019	00485236583	63357402	MARIA CRISTINA DA CRUZ DA FONSECA
327-2019	04379351912	63445901	MARIA DA LUZ DE QUADROS
330-2019	94410160982	6244314	MARIA ELENA GUBERTT
697-2019	45305650097	98805	MARIA GORETTI DE SOUZA MARTINS
645-2019	37765306855	63462601	MARIA VERONICA DA SILVA CHAGAS

542-2019	03190459940	215914	MARIANA MAZILDA ANACLETO DA GRAÇA
638-2019	90818903953	1494413	MARISE LINDOMAR COUTO
630-2019	03735527930	1561614	MARLI DE SOUZA
676-2019	88676331987	1706413	MARLI DOMINGUES DE ARAUJO MARTINS
577-2019	17239641821	63354502	MARTHA AGNES CALDERARO
586/2018	84938218968	494413	MAURICIO VALPIR DA SILVA
177-2019	09252408932	63357203	MAYARA LOURDES FRANCISCO
095/2019	08136156905	63398102	MICAELLY DE OLIVEIRA MESQUITA
431-2019	03858943924	314516	MILTON VALENTIM DOS SANTOS JUNIOR
206-2019	06279575950	63393902	MONICA FUCKS DE OLIVEIRA
092/2019	04158054907	6190302	MORGANA APARECIDA GONCALVES
675-2019	04278343922	63326402	MURIEL SAIBEL NERES CORDEIRO
179/2019	05612905980	1976906	NAIARA REIS
033/2019	06022996910	63322803	NAYARA CAROLINE LEACHENSKI
039/2019	01103390708	6239708	OSVALDO CORREA DE MELO JUNIOR
320-2019	05840322938	410313	OSVALDO OSMUNDO ISENSEE FILHO
035/2019	05840327905	63417202	PAMELA ARRUIZ LIMA
621-2019	01515138992	286807	PATRICIA ALVES DE OLIVEIRA DA LUZ
607-2019	03332916971	63326103	PATRICIA BATISTA GONCALVES
610-2019	05868261909	6206908	PATRICIA DE SOUZA
110-2019	01920388931	93229	PATRICIA HERING DOS SANTOS
221-2019	66652715953	63347202	PATRICIA HINSCHING ALVES BARBOSA
318-2019	81660804949	63359005	PATRICIA SIMONE SILVA GONÇALVES
176-2019	05973012980	6204108	PAULA PRICILA DA SILVA KORB
427-2019	08344231973	63263906	RAFAEL NOLASCO SGNAOLIN
636-2019	03119678929	1737819	RAQUEL PALOMA DA SILVA
315-2019	03677030927	228209	REGIANE FERNANDA CALDONHO
336/2019	07463011976	63431901	RENAN BATSCHAUER
405-2019	81782128972	324013	RENATA LUIZ
410-2019	30517779862	63363502	RENATA SILVA DE SOUSA
217-2019	01843814951	1976811	RENATALU MAFRA MIANES
171-2019	02149216973	435212	ROSANGELA NATALINA CURSEL OURIQUES
120-2019	61644196034	6290403	ROSANGELA ROSA DA SILVA
223-2019	92080260944	63357302	ROSELI VALTRICH PONICK
310-2019	01974142906	421712	ROSILENE IGNACIO
413-2019	52061086934	63449501	ROSLI RITA FINGER MICHEL
430-2019	47947128987	6338603	RUDY MÁRIO LEHMANN JUNIOR
030/2019	46854215900	6261902	SALMA MARIA DE SOUZA
308-2019	00356076962	485621	SAMIA HASSAN RESLAN
220-2019	89869834949	63449401	SANDRA RENZETTI ESPINDOLA
540-2019	95325379968	63377604	SERGIANA MICHELLE JANSEN
098/2019	05446558936	450821	SHEILA BEATRIZ DE OLIVEIRA BISSOLI
115-2019	91461405904	1689006	SILVANA DA SILVA CAMARGO DE SOUZA
121-2019	04349826955	1981914	SILVANA LETICIA DUMKE
624-2019	95507752672	63426402	SILVIA BATISTA SANTOS DAS CHAGAS
112-2019	00499362985	63419702	SIRLEI BALBINA SILVA MARTINS
207-2019	80647286904	63287106	SIRLENE FRANCISCO VIEIRA
324-2019	01488355037	63447301	TAIANA FERNANDA MARTINS SEVERO
181-2019	03777770990	6220507	TANIA LILIANE PEREIRA
094/2019	21865237876	299806	TATIANA NERI SIMOES

117-2019	04992772951	6321306	TATIANY REGINA FABENI
219-2019	74761072920	171405	TELMA SUSETE FERNANDES DOS SANTOS
468-2019	02570043940	155825	TEREZA DOS SANTOS INACIO
125-2019	00721448909	224416	TEREZINHA DE JESUS VALENTIM DE OLIVEIRA
096/2019	05771777536	63431701	THABATTA AISLAINE OLIVEIRA CEDRAZ APOLINARIO
216-2019	04358480977	6205109	THAIS COSTA DE MAGALHAES
031-2019	12616651718	63355503	THAIS GONCALVES DANTAS
174-2019	08971759992	6240106	THAIS MEDEIROS
623-2019	09229815900	63462501	THAYANA NASCIMENTO
515-2019	72970618087	433309	VALDELIRIA MIOTTO
530-2019	10109837762	1592208	VALDILEA DOS SANTOS COIMBRA
103/2019	77947924104	63328103	VANIA APARECIDA SILVA DOS SANTOS
627-2019	90341457949	63462401	VERA LUCIA CASTANHERA
178-2019	04912146935	1699213	VISANGELA SAGAS MACHADO
209-2019	01936545985	63261103	VIVIANE BATHEKE INOCÊNCIO
557-2019	57808716120	63455601	YOMARA FEITOSA CAETANO DE OLIVEIRA FAGIONATO

Doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições.

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.8 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/08/2019 até 13/12/2019, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
--	---

Secretária de Educação

ADITIVO DE CONTRATO 753/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO COLETIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, os contratados como Professor de sala de Recurso Multifuncional:

CONTRATO	CPF:	MATRÍCULA:	CONTRATADO:
338-2019	28197498873	63445301	AMANDA DA COSTA ASSUNCAO MOREIRA
162-2019	75235692934	63445501	APARECIDA DONIZETE RODRIGUES

461-2019	10173574807	63428202	MEIRE CRISTIANE DE ASSIS DA SILVA
262-2019	05873431922	63269207	RAFAELA KERTICHKA FERREIRA
160-2019	00484449958	63445401	SCHEYLA CRISTINA ROMAO

Doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições.

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.9 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/08/2019 até 13/12/2019, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
--	---

Secretária de Educação

ADITIVO DE CONTRATO 754/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO COLETIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALINEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, os contratados como Secretario Escolar:

CONTRATO	CPF:	MATRÍCULA:	CONTRATADO:
341/2019	05945270903	63432901	CAMILA VIEIRA DE CASTRO ARAZAO
681-2019	00290096006	63461501	DAIANE DE OLIVEIRA MALAQUIAS
340/2019	09828287994	63433001	FRANCIELI DA SILVA WANDERSEE
590-2019	08760456973	63456401	GILLIAN JEFFERSON COLZANI
490-2018	10823021980	63453701	INDIANARA LENIR VELOSO
380/2018	06332860952	63412301	JULIANA CASSIA DE OLIVEIRA
591-2019	36952554807	63456301	KATRIN ARIADNES SILVA DOS SANTOS
589-2019	05370076952	63456501	MARIA MANOELA VINCI
599-2019	05171600996	63456801	PRISCILA CARRARO DOS SANTOS

Doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições.

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.10 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/08/2019 até 13/12/2019, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
--	---

Secretária de Educação

ADITIVO DE CONTRATO 755/2019**PRIMEIRO TERMO ADITIVO COLETIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO**

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, os contratados como Supervisor Escolar:

CONTRATO	CPF:	MATRÍCULA:	CONTRATADO:
163-2019	02284780903	63385403	DANIELA COELHO FERREIRA DA ROSA
503-2019	92427120944	80622	LAURA CRISTINA DE SOUZA RODRIGUES
337/2019	02190509963	386416	TATHIANY SHARON ROCHA FACCIO

Doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições.

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.11 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/08/2019 até 13/12/2019, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
--	---

Secretária de Educação

ADITIVO DE CONTRATO 756/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Mediante autorização governamental, firmam o presente instrumento para PRORROGAÇÃO de prestação de trabalho por tempo determinado, celebrado na forma da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010, INCISO IX, PARAGRAFO § 3º, ALÍNEA e, que DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, neste ato, representado pela Prefeitura Municipal de Navegantes na pessoa do Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado, os contratados como Interprete de Libras:

CONTRATO	CPF:	MATRÍCULA:	CONTRATADO:
164-2019	78555140072	63445701	Cristiane Villanova De Lima

Doravante designados CONTRATANTE e CONTRATADO, respectivamente, mediante as seguintes cláusulas e condições.

E assim sendo, firmam o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.12 O presente Termo Aditivo tem por objeto, promover a prorrogação do prazo de vigência contratual pactuada no contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA

2.1 O presente Termo Aditivo terá vigência de 01/08/2019 até 13/12/2019, em conformidade com a Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTARIOS

3.1 Recursos para pagamento – Dotação Orçamentária abaixo descrita:

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLAUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

4.1 O presente termo aditivo do contrato será na forma de extrato, nos termos da Lei 2384 de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
--	---

Secretária de Educação

ATA DA SESSÃO 72-/2019 PMN -- ABERTURA DE PROPOSTA

Publicação Nº 2137929

ATA TOMADA DE PREÇO Nº 72/2019 PMN

Aberto o certame as nove horas do dia vinte e três de agosto de 2019, com a presença da Comissão de Licitação, sem a presença das empresas licitantes. Foram abertos os envelopes das propostas das empresas LF Empreiteira de Mão de Obra, CR Artefatos de Cimento, L.C Empreiteira de Mão de Obra, e Engebv Construtora. A empresa LF Empreiteira de mão de Obra apresentou proposta no valor de R\$ 302.295,97 (trezentos e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos), a LC Empreiteira de Mão de Obras apresentou proposta no valor de R\$ 302.993,76 (trezentos e dois mil, novecentos e noventa e três reais e setenta e seis centavos), Engebv apresentou proposta no valor de R\$ 320.220,27 (trezentos e vinte mil, duzentos e vinte reais e vinte e sete centavos) e a empresa CR Artefatos de Cimento apresentou proposta no valor de R\$ 335.853,14 (trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos). Sagrou - se vencedora a empresa LF Empreiteira de mão de Obra. Abre - se prazo para recurso. Momento em que encerra a sessão.

ATA DA SESSÃO 83/2019 PMN -- HABILITAÇÃO

Publicação Nº 2139160

Ata 83/2019 PMN

Aberto o certame as nove horas do dia vinte e oito de agosto de dois mil e dezenove, no auditório do Paço Municipal, com a presença da Comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº 474 de oito de fevereiro de dois mil e dezenove para abertura dos envelopes da Concorrência 83/2019, com a participação das empresas: Baltt Empreiteira Transportes e Terraplenagem Ltda representada por Katiuscia de Bida De Sant'anna, Infrasul Infraestrutura e Empreendimentos Ltda representada por Lucas Medeiros, NAJ Empreiteira Ltda representada por Fabricio Vilmar Bambinetti, Engeplan Terraplenagem, Saneamento e Urbanismo Ltda representada por Jair Osvaldo Galvão Filho e a empresa Empreiteira e Mão de Obra Adrimar Eireli representada por Marcelo Benvenuto. Após o credenciamento das empresas, a comissão procedeu com a abertura dos envelopes de habilitação. Após a abertura dos envelopes de habilitação, verificou - se que apenas a empresa NAJ Empreiteira se enquadra como EPP. Foi solicitado a Secretaria de Governo um técnico para que conferir os atestados de capacidade técnica apresentados pelas empresas. Os atestados foram analisados pelo senhor Rodrigo Meirinho Morimoto. A empresa Empreiteira e Mão de Obra Adrimar Eireli e a NAJ Empreiteira Ltda se ausentaram da sessão. O senhor Rodrigo assim como as empresas Engeplan Terraplenagem, Baltt Empreiteira Transportes e Terraplenagem e Infrasul Infraestrutura e Empreendimentos Ltda verificaram que a empresa Adrimar não apresentou o quantitativo mínimo de sinalização vertical e horizontal e não apresentou atestado de passeio em pavimento intertravado e apresentou de calçada em revestimento de concreto, porém não atingiu o quantitativo de 50%. A empresa NAJ não apresentou o quantitativo mínimo para pavimentação asfáltica, sinalização horizontal e vertical, e passeio intertravado. A empresa Baltt verificou também que a empresa Adrimar apresentou Carta de fiança, porém não apresentou o item 5.3.12.2 (Renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Código Civil brasileiro). A comissão verificou que a empresa NAJ empreiteira apresentou a CND Federal vencida, tendo o benefício da Lei ME/EPP. Foram inabilitadas as empresas Adrimar e NAJ. Abre-se prazo para recurso. Momento em que encerra a sessão.

AVISO DE SUSPENSÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 82/2019 PMN -- REPUBLICADO E RETIFICADO

Publicação Nº 2139156

**PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 82/2019 PMN –
RETIFICADO E REPUBLICADO**

Comunicamos na forma da lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de Preços visando a aquisição de equipamentos que compõem as lousas digitais (quadro digital, suporte de fixação, projetor multimídia, computador compacto tipo "nettop") devidamente montados e instalados, para composição/instalação de salas interativas nas Unidades de Ensino Fundamental do Município de Navegantes/SC, através da Secretaria Municipal de Educação. Entrega/envelopes: 11/09/2019 até às 13h50. Abertura/envelopes: 11/09/2019 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

CONTRATOS 760 A 770, 772 A 779 E 782/2019

Publicação Nº 2138013

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA****CONTRATO Nº 760/2019.****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ISACK WELINGTON SILVA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 087.822.579-06, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **INSTRUTOR DE INFORMÁTICA**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.834,37 (mil oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período INTEGRAL, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 761/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado SUZANA PECHARKA, inscrito no CPF sob o nº 063.325.859-86, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **INSTRUTOR DE INFORMÁTICA**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.834,37 (mil oitocentos e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período INTEGRAL, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 762/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado CAMILA CAROLL BENTO, inscrito no CPF sob o nº 084.596.889-09, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,00 (Um mil quinhentos noventa e oito reais), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período VESPERTINO, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Emilio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues
Secretaria de Educação

Márcio da Rosa
Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 763/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ELAINE TEODORO DE JESUS, inscrito no CPF sob o nº 010.317.926-78, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,00 (Um mil quinhentos noventa e oito reais), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período MATUTINO, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Emilio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues
Secretaria de Educação

Márcio da Rosa
Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 764/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado **KARLA RAFAELI**, inscrito no CPF sob o nº 053.900.749-80, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 20/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.197,92 (Três mil centavos noventa e sete reais e noventa e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período INTEGRAL, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Emílio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa
Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 765/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado Mayara Cristine Cardoso, inscrito no CPF sob o nº 070.736.729-86, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **PROFESSOR ANOS INICIAIS**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,00 (Um mil quinhentos noventa e oito reais), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período MATUTINO, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 766/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado ANELISE CORREIA, inscrito no CPF sob o nº 084.731.739-02, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **PROFESSOR ANOS FINAIS – GEOGRAFIA - NH**, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 2.046,62 (Dois mil, quarenta e seis reais e sessenta e dois centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período integral, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Emílio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues
Secretaria de Educação

Márcio da Rosa
Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 767/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado GUILHERME CEZAR SOUSA VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº 018.688.792-24, doravante denominada CONTRATADO, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **PROFESSOR ANOS FINAIS - GEOGRAFIA**, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,00 (Um mil quinhentos noventa e oito reais), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 20 (vinte) horas semanais no período NOTURNO, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Emílio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues
Secretaria de Educação

Márcio da Rosa
Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 768/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado DAMARIS CORREA, inscrito no CPF sob o nº 512.009.960-20, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **PROFESSOR ANOS FINAIS – MATEMÁTICA - NH**, comprometendo-se o(a) CONTRATADO(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 511,65 (Quinhentos e onze reais e sessenta e cinco centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 10 (dez) horas semanais no período noturno, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Emilio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues
Secretaria de Educação

Márcio da Rosa
Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 769/2019.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado **MARILUCIA DA LUZ TORMEN CRIVELETTO**, inscrito no CPF sob o nº **790.125.829-20**, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **SUPERVISOR ESCOLAR**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 19/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 3.453,78 (três mil quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 40 (quarenta) horas semanais no período integral, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 770/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado **ANA CAROLINA DA LUZ PONTES, inscrito no CPF sob o nº 008.435.949-23**, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período **MATUTINO**, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 772/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado **ARYANE ELIZE JANEZIC LOPES, inscrito no CPF sob o nº 112.276.339-55**, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período **VESPERTINO**, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 16 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 773/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado **HULDA REGINA DA CONCEIÇÃO, inscrito no CPF sob o nº 049.233.649-04**, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período **VESPERTINO**, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 16 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 774/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado **JOIANI SILVA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 056.200.009-74**, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período **VESPERTINO**, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 16 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 775/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado **JANAÍNA BERALDO GREGÓRIO, inscrito no CPF sob o nº 083.513.129-75**, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período **VESPERTINO**, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 16 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 776/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado **EDUARDA NUNES SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 111.536.089-28**, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período **VESPERTINO**, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 16 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 777/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado **JOSIANE MACHADO DE LIZ, inscrito no CPF sob o nº 075.708.719-10**, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período **VESPERTINO**, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 16 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 778/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado **ÉLIDA BENDER GARCIA, inscrito no CPF sob o nº 025.445.760-65**, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período **VESPERTINO**, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 16 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 779/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado **EUZICE SANTOS DA COSTA VIEIRA**, inscrito no CPF sob o nº 023.748.845-03, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 15/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.199,56 (mil cento e noventa e nove reais com cinquenta e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período **VESPERTINO**, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 16 de agosto de 2019.

Emilio Vieira

Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues

Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

Contratado



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CONTRATO Nº 782/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Emílio, 100, Centro, representada pelo Prefeito Sr. EMILIO VIEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 716.701.659-49, por meio da Secretário de Administração de Logística, representado pelo Sr. MARCIO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº. 708.096.669-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE; e de outro lado **GRACIERICA APARECIDA ROSA GAUTO**, inscrito no CPF sob o nº **064.801.869-58**, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento para prestação de serviço por tempo determinado, que se regerá pelos dispostos deste contrato e pela Lei nº. 2.384/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por finalidade atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, na prestação de serviços na função de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, comprometendo-se o(a) CONTRATADA(A) a desempenhar com zelo, dedicação e assiduidade as atividades e tarefas pertinentes à função, segundo as necessidades da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VÍNCULO

2.1. Os serviços prestados, objeto do presente contrato, pelo(a) CONTRATADO(A), não geram nenhum vínculo de trabalho subordinado de regência trabalhista ou administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

3.1. Os recursos que cobrirão este contrato correrão à conta de dotação própria de orçamento vigente.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá início na data de 21/08/2019, e término na data de 13/12/2019, de acordo com a vaga vinculada, portanto, respeitando-se a data de retorno do servidor efetivo, podendo ser prorrogado o prazo, desde que não exceda a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO

5.1. O(A) CONTRATADO(A) receberá da CONTRATANTE, em moeda corrente do País, como retribuição pelos serviços prestados, a quantia de R\$ 1.598,96 (mil quinhentos e noventa e oito reais com noventa e seis centavos), condizente à formação profissional comprovada, nos moldes delimitados na Lei nº. 72/2010. Comprovada a necessidade de pagamento de diferenças salariais, deverá ser formalizado processo para posterior encaminhamento ao setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Logística.

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO

6.1. A carga horária do(a) CONTRATADO(A) será de 30 (trinta) horas semanais no período **MATUTINO**, de segunda a sexta-feira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DECLARAÇÕES INICIAIS

7.1. O(A) CONTRATADO(A) declarará se é ou não detentor de cargo, emprego ou função pública, e, também se é ou não aposentado por invalidez.

Parágrafo Único – Caso seja, DECLARARÁ o cargo, o emprego ou a função pública que exerce, devendo especificar o órgão ou a entidade, a lotação e o respectivo horário de trabalho, para fins de aferição da legalidade da acumulação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME DISCIPLINAR

8.1. O(A) CONTRATADO(A) se obriga a cumprir com disciplina, zelo, dedicação, competência, as determinações do CONTRATANTE respondendo civil, penal e administrativamente por ações dolosas, ou que configurem negligência.

Parágrafo Único – Constatada a falta e a lesão ao interesse público, o contrato será rescindido, assegurando-se, contudo, ao(a) CONTRATADO(A) o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

9.1. Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de rescindir o presente contrato, mesmo durante o período de sua vigência, se o(a) CONTRATADO(A) não cumprir com as obrigações fixadas neste contrato, bastando apenas a notificação com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, ficando a CONTRATANTE desobrigada de qualquer pagamento ou indenização ao(a) CONTRATADO(A) pelo tempo que restar para a expiração do prazo previsto na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGISTRO

10.1. O presente contrato deverá ser submetido à apreciação do RH, para fins de registro, nos termos da Lei nº. 2.384/2010.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Navegantes/SC será competente para dirimir as controvérsias oriundas do presente contrato.

E por estarem assim acordados, as partes firmam este instrumento de Contrato, assinado em 2 (duas) vias.

Navegantes, 20 de agosto de 2019.

Emilio Vieira
Prefeito Municipal de Navegantes

Gislene Rodrigues
Secretaria de Educação Interina

Márcio da Rosa
Secretário de Administração

Contratado

CONVOCAÇÃO CONCURSO 01/2015

Publicação N° 2138018

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 27 de agosto de 2019.

Ilmo Sr.
MARCOS LEANDRO MACIEL (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 01/2015.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 01/2015, para o cargo de PROCURADOR MUNICIPAL. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Diretora de RH	Kamila Brustolin Gerente de Rh
-----------------------------------	-----------------------------------

CONVOCAÇÃO CONCURSO 01/2015

Publicação N° 2138015

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 27 de agosto de 2019.

Ilmo Sr.
ROGER DE OLIVEIRA FRANCO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 01/2015.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 01/2015, para o cargo de AGENTE JURÍDICO. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Diretora de RH	Kamila Brustolin Gerente de Rh
-----------------------------------	-----------------------------------

CONVOCAÇÃO SELETIVO 02/2017

Publicação Nº 2138019

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 27 de agosto de 2019.

Ilmo Sr.
PEDRO TEIXEIRA MOTTA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO 002/2017.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 002/2017, para o cargo de ARTE-EDUCADOR DE ARTES PLÁSTICAS 40 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Diretora de RH	Kamila Brustolin Gerente de RH
-----------------------------------	-----------------------------------

DISTRATOS 732 A 739, 741, 743 A 745, 757 A 759, 771, 783 A 785/2019

Publicação Nº 2138007

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 732/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, CÍNTIA DA CONCEIÇÃO PINTO, portadora do CPF: 057.410.949-88, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 421/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística CÍNTIA DA CONCEIÇÃO PINTO Contratada
--	---

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 733/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ELISA SUELI CALDEIRA, portadora do CPF: 085.914.989-76, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 581/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística ELISA SUELI CALDEIRA Contratada
--	---

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 734/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ANDRÉIA CRISTINA DAS NEVES, portadora do CPF: 024.103.129-00, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 558/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística ANDRÉIA CRISTINA DAS NEVES Contratada
--	---

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 735/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, NAYARA CAROLINE LEACHENSKI, portadora do CPF: 060.229.969-10, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 033/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística NAYARA CAROLINE LEACHENSKI Contratada
--	---

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 736/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa

jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, MARCELO KLIMKE BENTO, portadora do CPF: 064.828.549-90, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 202/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
		MARCELO KLIMKE BENTO Contratada

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 737/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, CIBELE FIAMONCINI, portadora do CPF: 989.165.729-91, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 611/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
		CIBELE FIAMONCINI Contratada

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 738/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, JOSIAS MIGUEL DA SILVA, portadora do CPF: 459.928.869-15, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 634/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 01 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
		JOSIAS MIGUEL DA SILVA Contratada

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 739/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, BARTOLOMEU HENRIQUE DOS REIS, portadora do CPF: 890.361.076-87, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_ - _DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO CONFORME OFICIO 484/2019/SME, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 302/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 02 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística BARTOLOMEU HENRIQUE DOS REIS Contratada
--	---

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 741/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, IVANILTON BEZERRA NUNES, portadora do CPF: 871.967.784-72, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_ - _DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 386/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 02 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística IVANILTON BEZERRA NUNES Contratada
--	--

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 743/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, EDUANA FONSECA WHITE, portadora do CPF: 105.396.739-00, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_ - _DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 236/2018, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 05/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 05 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística EDUANA FONSECA WHITE Contratada
--	---

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 744/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, GEISA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS, portadora do CPF: 064.019.749-31, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 066/2018, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 10/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
		GEISA CARLA RODRIGUES DOS SANTOS Contratada

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 745/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, JOECIARA BARBOSA DE SENA, portadora do CPF: 390.369.598-02, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 708/2018, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 17/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 02 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes		MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística
		JOECIARA BARBOSA DE SENA Contratada

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 757/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, GABRIELA SOUZA RODRIGUES, portadora do CPF: 096.365.859-03, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 227/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 05/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística GABRIELA SOUZA RODRIGUES Contratada
--	---

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 758/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, LUIZ FERNANDO SOARES, portadora do CPF: 004.460.309-61, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 036/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 06/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística LUIZ FERNANDO SOARES Contratada
--	---

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 759/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ALINI FERNANDES DA SILVA MASSACOTI, portadora do CPF: 043.893.069-01, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO POR TERMINO DE CONTRATO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 170/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 01/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 08 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística ALINI FERNANDES DA SILVA MASSACOTI Contratada
--	---

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 771/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, AMANDA LOPES DOS SANTOS, portadora do CPF: 100.397.049-47, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 353/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 13/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 14 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística AMANDA LOPES DOS SANTOS Contratada
--	--

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 783/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, ANELISE CORREIA, portadora do CPF: 084.731.739-02, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 766/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 19/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 20 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística ANELISE CORREIA Contratada
--	--

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 784/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, JULIANA SILVA DOMINGOS, portadora do CPF: 022.141.010-47, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA_-DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 144/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 27/08/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 23 de agosto de 2019.

EMILIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística JULIANA SILVA DOMINGOS Contratada
--	---

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 785/2019

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. EMILIO

VIEIRA, e também Secretário Municipal de Administração e Logística, Sr. Márcio da Rosa, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, CARLOS ALEXANDRE SANTOS SILVA, portadora do CPF: 724.581.275-68, doravante denominado de CONTRATADO, com fundamento na LEI nº 2384 de 13 de Dezembro de 2010, têm entre si como justo e acordado o presente DISTRATO conforme segue:

CLÁUSULA ÚNICA - DO DISTRATO

Constitui objeto do presente DISTRATO A PEDIDO, conforme inciso II art. 10º da Lei 2384/2010 da Secretaria de Administração e Logística, a oficialização do rompimento contratual espelhado no Contrato nº 395/2019 e aditivo coletivo 751/2019, os quais as partes concordam amigavelmente entre si, sem ônus para quaisquer das partes, a partir da data de 02/09/2019.

E por estarem as partes, MUNICÍPIO e CONTRATADO, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença de duas testemunhas em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Navegantes, 27 de agosto de 2019.

EMÍLIO VIEIRA Prefeito do Município de Navegantes	MÁRCIO DA ROSA Secretário de Administração e Logística CARLOS ALEXANDRE SANTOS SILVA Contratada
--	--

LAUDO ANALISE PROCESSO 32/2019 FMS 2 CHAMADA

Publicação Nº 2138514

Navegantes, 27 de agosto de 2019.

C.I. Nº 12-2019

De: Almoxarifado da Saúde

Para: Prefeitura Municipal de Navegantes / Setor de Licitação

Assunto: Análise dos registros da Licitação 32/2019 – Medicamentos REMUME

Prezados,

Venho por meio desta emitir parecer sobre a análise da documentação do pregão 32/2019, visando a aquisição de medicamentos que compõem a REMUME – Relação Municipal de Medicamentos.

Participante 1183 – SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
7	ÁCIDO ACETILSALÍCICO 100MG	REPROVADO
12	PARACETAMOL 200MG/ML – 15ML	APROVADO

Item 7 reprovado e item 12 aprovado.

Item 7 – Registro vencido.

Sem mais, agradeço.

Vivian Berkenbroch Ramos Bento
Farmacêutica
Secretaria Municipal de Saúde

PORTARIA 2387/2019

Publicação Nº 2137949

PORTARIA N º 2387 DE 27 DE AGOSTO DE 2019
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, da função de confiança de SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, MARCOS ANTONIO MULLER NETO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE AGOSTO DE 2019

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL - Nº 01-2019

Publicação Nº 2138655

ATO DE PROMULGAÇÃO Nº 07/2019

"Promulga proposição Legislativa, de Emenda à Lei Orgânica nos termos do artigo 29 da Constituição Federal"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, ESTADO DE SANTA CATARINA, Sr. JEFFERSON MACHADO MACARINI, no uso de suas atribuições legais, definidas pelo Artigo 29 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO que o Projeto de Emenda à Lei Orgânica foi aprovado em conformidade a Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a prerrogativa da promulgação da Emenda Lei Orgânica é do Presidente do Legislativo;

Art. 1º. PROMULGAR O Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº1/2019 de autoria do Poder Legislativo Municipal através do presente ato de Promulgação.

Art. 2º. Publique-se e registre-se.

Câmara de Vereadores de Navegantes-SC, 28 de agosto de 2019.

JEFFERSON MACHADO MACARINI
Presidente da Câmara

EMENDA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL(LOM) 01/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA OU INDIRETA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES PELOS VEREADORES E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara de vereadores de Navegantes-SC, no uso de suas atribuições, Promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica.

"Art. 1º- Acresce ao artigo 34, inciso II, a alínea "d" da Lei Orgânica do Municipal de Navegantes, que terá a seguinte redação

" art. 34- É vedado ao vereador:

(...)

II- desde a posse:

d) Ocupar cargo, função ou emprego na administração direta e indireta do município, Presidente de Empresa Pública, ou superintendência de autarquia e/ou Fundação.

Art. 2º- Revoga todas as disposições em contrário.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos na próxima legislatura.

Registra-se, publique-se, cumpra-se.

Câmara Municipal de Navegantes-SC, 28 de agosto de 2019.

JEFFERSON MACHADO MACARINI
Presidente da Câmara

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO 186/2019 EXONERAÇÃO CATIA HOLLAS SKIERZYNSKI

Publicação Nº 2139305

DECRETO Nº 186, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a Exoneração da Servidora Municipal Catia Hollas Skierzynski.

O Prefeito de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei nº 885 de 19 de dezembro de 1997, combinada com a Lei Complementar 109 de 23 de junho de 2015, e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a partir do dia 30 de agosto de 2019, a Srta. CATIA HOLLAS SKIERZYNSKI, ocupante do Cargo de PROFESSOR MAG 2 EDUCAÇÃO FÍSICA, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº 149, de 25 de julho de 2019.

Nova Erechim (SC), em 27 de agosto de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 187/2019 NOMEAÇÃO DRIELI LAIZA MATOZO

Publicação Nº 2139312

DECRETO Nº 187, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2019 e dá outras providências.

O Prefeito de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019, combinada com a Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Srta. DRIELI LAIZA MATOZO, para ocupar o cargo de SECRETÁRIA DA ESCOLA, aprovada no Concurso Público nº 001/2019, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada em R\$ 2.008,66 – Serviços Operacionais (SOP), do Anexo I da Lei Complementar nº 126 de 2019.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 28 de agosto de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 188/2019 ADICIONAL DE TITULAÇÃO MESTRADO DRIELI LAIZA MATOZO

Publicação Nº 2139314

DECRETO Nº 188, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 25 da Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Adicional de Titulação – Mestrado, na ordem de 10% (dez por cento), para a Servidora Municipal DRIELI LAIZA MATOZZO, ocupante do cargo de Secretária da Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 28 de agosto de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 189/2019 ADICIONAL DE TITULAÇÃO GRADUAÇÃO DRIELI LAIZA MATOZO

Publicação Nº 2139316

DECRETO Nº 189, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Titulação.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 25 da Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Adicional de Titulação – Graduação, na ordem de 10% (dez por cento), para a Servidora Municipal DRIELI LAIZA MATOZZO, ocupante do cargo de Secretária da Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 28 de agosto de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 229/2019 DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139277

DECRETO Nº. 229/2019 DE 26 DE AGOSTO DE 2019
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.217/2018, de 27 novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2019, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), no Projeto Atividade 2.032 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e no Projeto Atividade 2.026 Manutenção das Atividades do Departamento de Transportes e Obras, na modalidade de aplicação 3.3.90 Aplicação Direta – na fonte 03.00 – Superávit - Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 08 SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 01 Depto de Agricultura

Função: 20 Agricultura

Sub-Função: 606 Extensão Rural

Programa: 0009 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto/Atividade: 2.032 Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 03.00 – Superávit - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 10.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA MUN. URBANISMO E TRANSPORTES

Unidade Orçamentária: 03 Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 Transporte

Sub-Função: 782 Transporte Rodoviário

Programa: 0010 TRANSPORTES E OBRAS

Projeto/Atividade: 2.026 MANUTENÇÃO DAS ATIV. DO DEPTO DE TRANSP.E OBRAS

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 03.00 – Superávit - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.217/2018 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2018, no valor de R\$ 60.000.00 (Sessenta mil reais).

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 26 DE AGOSTO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 230/2019 DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139280

DECRETO Nº. 230/2019 DE 26 DE AGOSTO DE 2019
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.217/2018, de 27 novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2019, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), no Projeto Atividade 2.032 – Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, na modalidade de aplicação 3.3.90 Aplicação Direta – na fonte 01.00 - Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 08 SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 01 Depto de Agricultura

Função: 20 Agricultura

Sub-Função: 606 Extensão Rural

Programa: 0009 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto/Atividade: 2.032 Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 — Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) provenientes da anulação de dotação da Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 08 SECRETARIA MUN. AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 01 Depto de Agricultura

Função: 20 Agricultura

Sub-Função: 606 Extensão Rural

Programa: 0009 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Projeto/Atividade: 2.032 Manutenção das Atividades da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Modalidade de Aplicação 3.3.50 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 — Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 10.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 26 DE AGOSTO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

DECRETO Nº. 233/2019 DE 26 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139281

DECRETO Nº. 233/2019 DE 26 DE AGOSTO DE 2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.217/2018, de 27 novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Município de Nova Itaberaba no exercício 2019, no valor de R\$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais), no Projeto Atividade 2.016 – Manutenção das Atividades Desportivas, na modalidade de aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta – na Fonte 0.1.00 – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

Unidade Orçamentária: 03 Departamento de Esportes

Função: 27 Desporto e Lazer

Sub-Função: 812 Desporto Comunitário

Programa: 0006 DESPORTO MUNICIPAL

Projeto/Atividade: 2.016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos R\$ 9.300,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 9.300,00 (Nove mil e trezentos reais) provenientes da anulação de dotação da Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
Unidade Orçamentária: 03 Departamento de Esportes
Função: 27 Desporto e Lazer
Sub-Função: 812 Desporto Comunitário
Programa: 0006 DESPORTO MUNICIPAL
Projeto/Atividade: 2.016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS
Modalidade de Aplicação 3.3.50 – Aplicação Direta R\$ 5.000,00
Modalidade de Aplicação 4.4.90 – Aplicação Direta R\$ 4.300,00
Fonte: 0.1.00 – Recursos Ordinários
Detalhamento: 0000 – Sem detalhamento da Destinação de Recursos

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 26 DE AGOSTO DE 2019.
MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretario Municipal de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO 151/2019

Publicação Nº 2138183

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 151/2019

convoca aprovadoS no PROCESSO SELETIVO Nº 006/2018, HOMOLOGADO EM 02/01/2019 que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, MAXILIANO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETAM: Art. 1º – Fica convocado o candidato classificado nominado no Anexo I, do presente Decreto para comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 29 e 30 de agosto 2019 e 02 de setembro de 2019, no período compreendido entre 07horas e 13horas, munidos da documentação abaixo relacionada (original e cópia):

I – 01 (uma) foto 3/4;

II – Carteira de Identidade;

III – CPF;

IV – CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida (se for o caso);

V – Título Eleitoral;

VI – Carteira de Trabalho e Previdência Social;

VII – Inscrição no PIS/PASEP;

VIII – Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito (se for o caso);

IX – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

X – Comprovante de Residência atualizado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

XI – Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral, custeado pelo convocado;

XII – Certidão negativa da Justiça Eleitoral comprovando sua regularidade;

XIII – Comprovante da quitação com o Serviço Militar Obrigatório, (se for o caso);

XIV – Diploma ou Histórico Escolar (Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico, Graduação/Pós-Graduação/Mestrado) em conformidade com a área que irá atuar (vide Edital);

XV – Comprovante de Registro do Órgão de Classe (se for o caso);

XVI – Certidão negativa de antecedentes criminais, expedida, há no máximo 6 (seis) meses, ou dentro do prazo de validade do documento;

XVII – Declaração de bens; Declaração de acúmulos ou não de cargos; Declaração de penalidade disciplinar; Declaração de ausência de parentesco (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 28 de agosto de 2019.

MAXILIANO DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL E NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I

(Decreto nº 151/2019)

CARGO: CIRURGIÃO DENTISTA

Classificação	Nome completo
3º	MARINA GASPARIN NOGUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

GABINETE DO PREFEITO

(Decreto nº 151/2019)

Exmo. Senhor
Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do
RG nº e CPF nº , Candidato(a) naª posição do Processo Seletivo - Edital
nº , inscrição nº , para o cargo de , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento,
venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº ,
publicado no Diário Oficial dos Municípios de/ /..... .

Nova Trento, de de 2019.

Assinatura

DECRETO Nº 152/2019

Publicação Nº 2139284

DECRETO MUNICIPAL Nº 152, de 29 de Agosto de 2019

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a 8ª Conferência Municipal de Assistência Social com o fim ampliar a participação, sobretudo de usuários e usuárias do SUAS; fazer um balanço real da implementação do SUAS no município com base em informações e experiências dos diferentes sujeitos; e traçar coletivamente o horizonte de futuro: o SUAS que construiremos até 2026.

Art. 2º A 8ª Conferência Municipal de Assistência Social realizar-se-á dia 19 de Setembro às 13 h até às 18 h no Auditório da Casa da Cidadania.

Art. 3º A 8ª Conferência Municipal de Assistência Social terá Como Tema "Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social, e subtemas:

Eixo 1 - A Assistência Social como Direito do Povo

Eixo 2 - Financiamento Público

Eixo 3 - Participação Social

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da 8ª Conferência Municipal, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 29 de Agosto de 2019

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

LEI Nº 2.723/2019

Publicação Nº 2138030

LEI Nº 2.723, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA O REFORÇO DE DOTAÇÃO DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL ABERTO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2019.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reforçar em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a dotação do crédito adicional especial aberto na Lei Orçamentária Anual de 2019, utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação apurado até o mês de julho de 2019 na fonte 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários, conforme abaixo identificado:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria de Transp., Obras, Serv. Urbanos e Planej.	60.000,00
0801.15.451.0008.1026	Construção de Praças Públicas	60.000,00
4.4.00.00	Investimentos	60.000,00
4.4.90.00	Aplicação Direta	60.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários – Excesso de Arrecadação	60.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento, 28 de agosto de 2019.
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI
Secretário Municipal Administração e Finanças

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios, em 29 de setembro de 2019.

PORTARIA Nº 680/2019 "A"

Publicação Nº 2139274

PORTARIA Nº 680/2019 "A"
Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de abril de 2018, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença Tratamento Saúde à Servidora Pública Municipal, VERONICA B. WISINTAINER BOTTAMELI, matrícula nº 946, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento pelo período de 90(noventa) dias, a contar de 15 de agosto de 2019 a 12 de novembro de 2019, conforme resultado pericial datado de 23/08/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 23 de agosto de 2019.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 688/2019

Publicação Nº 2139278

PORTARIA Nº 688/2019
Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de abril de 2018, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

Conceder Licença Tratamento Saúde ao Servidor Público Municipal, ROMOACIR ROMALINO DE SOUZA, matrícula nº 7545, concursado no cargo de Motorista de Transporte Escolar, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Educação, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento pelo período de 30(trinta) dias, a contar de 21 de agosto de 2019 a 19 de setembro de 2019, conforme resultado pericial datado de 27/08/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 27 de agosto de 2019.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N° 689/2019

Publicação N° 2139288

PORTARIA N° 689, 29 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza a averbação da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS, sob o nº 20021020.1.00113/17-8, aos assentamentos funcionais da servidora GENESIA CATARINA CECCATO CADORIN, detentora da matrícula nº 1050 e do cargo de Professor, Nível I, Referência N - 40 horas, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º - Autorizar a averbação aos assentamentos funcionais da servidora GENESIA CATARINA CECCATO CADORIN, detentora da matrícula nº 1050 e do cargo de Professor, Nível I, Referência N - 40 horas, os períodos de 01/06/1999 a 01/02/2000 e de 18/04/2000 a 02/01/2001, correspondentes a 01 anos, 04 meses 16 dias (501 dias), constantes na Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS, sob o nº 20021020.1.00113/17-8, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 29 de agosto de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Nova Veneza

PREFEITURA

PORTARIA N.º 264, DE 23 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138607

PORTARIA N.º 264, DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

“REGULAMENTA O CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 53 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias trabalham, como regra, fora da Unidade Básica de Saúde, realizando ações domiciliares ou comunitárias, nos termos da Lei Federal n.º 11.350, de 5 de outubro de 2006;

CONSIDERANDO a existência de posicionamentos do Ministério Público Federal sobre a inaplicabilidade do registro biométrico de frequência aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias (Procedimento n.º 1.24.002.000222/2014-29),

RESOLVE:

Art. 1º - Esta Portaria regulamenta o controle de jornada de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

Art. 2º - Os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias ficam dispensados do registro biométrico de frequência relativo ao intervalo intrajornada.

Parágrafo único – A dispensa de que trata o caput não se aplica ao primeiro e último registro do dia, os quais deverão ser realizados no registro biométrico de frequência instalado na Unidade Básica de Saúde mais próxima à área geográfica de atuação do Agente.

Art. 3º - Compete ao enfermeiro chefe da Equipe da Saúde da Família – ESF a fiscalização do cumprimento da jornada de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, por intermédio do relatório de produção e outros documentos.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 23 de agosto de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada em 23 de agosto de 2019.

MARISTELA REGINA VITALI CÚNICO

Secretária Municipal de Saúde

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL PM Nº 042/2019

Publicação Nº 2138760

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 042/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: COOPERAL – COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE
Valor : R\$ 28.080,46 (vinte e oito mil, oitenta reais e quarenta e seis centavos)
Vigência : Início: 29/07/2019 Término: 31/12/2019
Recursos : 24 - 40.01-10.306.0005-2.009.3.3.90.00.00.00.00-109 – Manutenção Programa Merenda Escolar PNAE
25 – 40.01-10.306.0005-2.009.3.3.90.00.00.00.00-115 - Manutenção Programa Merenda Escolar PNAE
27 - 40.01-10.306.0005-2.009.3.3.90.00.00.00.00- 109 - Manutenção Programa Merenda Escolar PNAP
28 – 40.01-10.306.005-2.035.3.390.00.00.00.00.00 – 115 Manutenção Programa Merenda Escolar PNAP
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Novo Horizonte/SC, em 29 de julho de 2019 - Vanderlei Sanagiotto – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 020/2019

Publicação Nº 2137963

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2019
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 27.08.2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS, DESTINADOS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVOHORIZONTE/SC

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

CONTRATANTE: LENOIR MOSCHEN ME
DESPEÇA: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais)

DATA: 27.08.2019 - VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 029/2019

Publicação Nº 2138744

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2019
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 28.08.2019
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada.: NACIONAL PNEUS EIRELI
Valor : R\$ 2.038,00 (dois mil e trinta e oito reais)

DATA: 28/08/2019 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 030/2019

Publicação Nº 2138748

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0230/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 28/08/2019

OBJETO: SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC,

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada....: RECAPADORA MARREAS LTDA - EPP

Valor : R\$. 3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais)

DATA:28/08/2019 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DE RESULTADO DO PREGÃO Nº 026/2019

Publicação Nº 2138089

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE
AVISO DE RESULTADO DO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial nº 026/2019 – Aquisição de Material de expediente para uso no Centro Administrativo Municipal de Novo Horizonte. Que na data de sua realização: Dia 28/08/2019 que teve como empresa participantes a saber J DOS PASSOS XAVIER DA SILVA EIRELI (3012), PREMIER COMERCIO LTDA (3665). Sendo que a empresa J DOS PASSOS XAVIER DA SILVA EIRELI (3012), foi vencedora dos itens 1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-22-23-24-25-26-27-28-32-33-34-35-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49-51- e 52 com o valor global estimado de R\$ 7.631,11 (sete mil, seiscentos e trinta e um reais e onze centavos). E a empresa PREMIER COMERCIO LTDA (3665), foi vencedora dos itens 17-18-19-20-29-30-31-36 e 50 com o valor global estimado de R\$ 12.001,53 (doze mil e um reais e cinquenta e três centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem às exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se a rigor habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial Nº 026/2019, e adjudico os itens as empresas vencedoras. Os autos seguirão para análise, para posterior homologação pela autoridade competente.

Novo Horizonte/SC, em 28 de agosto de 2019.

IDINARA CRISTINA MASSUCCO

Pregoeira

Homologo o resultado da licitação

DE ACORDO

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

EXTRATO TA 001 AO CT Nº 031/2019 -CONCISA

Publicação Nº 2138927

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 031/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

Contratada...: CONCISA PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA

Vigência : Início: 29/08/2019 Término: 30/10/2019

Licitação : Tomada de Preços Nº 003/2019

Objeto : consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS, item 3.1, consistindo na prorrogação do prazo para mais 60 (sessenta) dias e consequentemente a CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA , item 11.1 e que passa a vigorar com a seguinte redação: CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PRAZOS

... 3.1. O objeto do presente contrato deverá ser executado na sua totalidade em até 90 (noventa) dias, contados da data da emissão da

Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por interesse público, devidamente justificado.

Fundamento Legal: art. 57 I, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 031/2019

Novo Horizonte, 29 de agosto de 2019 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

EXTRATO TA 003 AO CT Nº 033/2019 - OESTE SUL

Publicação Nº 2138914

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 003 ao Contrato Administrativo Nº: 033/2019

Contratante...: MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE

Contratada...: OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS

Vigência : Início: 29/08/2019 Término: 30/10/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS, item 2.1.1, consistindo na prorrogação do prazo para mais 60 (sessenta) dias e consequentemente a CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA, item 5.1 e que passa a vigorar com a seguinte redação: CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS 3.1. O objeto do presente contrato deverá ser executado na sua totalidade em até 120 (cento e vinte) dias, contados da data da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por interesse público, devidamente justificado.

CLÁUSULA QUINTA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 11.1. O presente contrato tem sua vigência, iniciando-se na data de sua assinatura até 30/08/2019, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública.

Fundamento Legal: art. 57 I, § 1º, Inciso II, da Lei 8.666/93 e suas alterações, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 033/2019

Novo Horizonte, 29 de agosto de 2019 – VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO 08/2019 CRAS

Publicação Nº 2138010

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua José Fabro, 10 – Centro – Novo Horizonte – SC

Fone: (49) 3362-0206

E-mail – cras@novohorizonte.sc.gov.br

RESOLUÇÃO n. 08/2019 de 27 de agosto de 2019.

Cria Comissão Organizadora da IV Conferência Municipal de Assistência Social.

Considerando a convocação da IV Conferência Municipal de Assistência Social, a realizar-se em Novo Horizonte, Santa Catarina, no dia 17 de setembro de 2019, tendo como Tema Central "Assistência social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação social".

A Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Horizonte/SC, no uso de suas competências e nas atribuições, em reunião ordinária do dia 26 de agosto de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Assistência Social, composta por quatro representantes em composição paritária:

a) Dois representantes Governamentais
b) Titular: Marcia Nicola Franchini
Suplente: Melania Fabia Sandrini Henrique
Titular: Fernanda de Lima Velozo da Rosa
Suplente: Laércio Domingos Trento

c) Dois representantes da Sociedade Civil
Titular: Ildo Adão da Rosa
Suplente: Lourdes de Macedo
Titular: Zuleiga Ines Schmainiski
Suplente: Jonas Muraro

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Novo Horizonte/SC, 26 de agosto de 2019.

Ildo Adão da Rosa
Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO 09/2019 CRAS

Publicação Nº 2138011

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua José Fabro, 10 – Centro – Novo Horizonte – SC

Fone: (49) 3362-0206

E-mail – cras@novohorizonte.sc.gov.br

RESOLUÇÃO Nº 09/2019

Dispõe sobre a convocação da IV Conferência Democrática de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal do município de Novo Horizonte/SC, juntamente com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DEMOCRÁTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL, com o fim de avaliar os avanços na consolidação da Política Municipal De Assistência Social, na gestão e na qualificação da gestão dos programas, projetos e ações;

§ 1º - A IV Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa, realizar-se em Novo Horizonte, Santa Catarina, no dia 17 de setembro de 2019, às 13h30min, no Centro de Múltiplo uso, situado na Avenida Castelo Branco, centro de Novo Horizonte/SC.

§ 2º - A IV Conferência Municipal dos direitos da pessoa idosa terá como Tema Central: TEMA: "Assistência social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação social".

EIXO 1: A Assistência Social como direito do povo;

EIXO 2: Financiamento Público;

EIXO 3: Participação Social.

Art.2º – Instituir a Comissão Organizadora com composição paritária dos representantes Governamentais e Não-Governamentais, a ser definida em Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social para a organização da IV Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte/SC, 26 de agosto de 2019.

Vanderlei Sanagiotto

Ildo Adão da Rosa

Prefeito Municipal

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO 10/2019 CRAS

Publicação Nº 2138012

CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Rua José Fabro, 10 – Centro – Novo Horizonte – SC

Fone: (49) 3362-0206

E-mail – cras@novohorizonte.sc.gov.br

RESOLUÇÃO N.10 /2019.**DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA CAPACITAÇÃO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

O Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Horizonte - SC, em Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 26 de agosto de 2019, no uso das competências que lhes são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar capacitação para o conselho de assistência social, utilizando os recursos do G-SUAS FNAS.

Art. 2º: Esta resolução entra vigor na data de sua publicação.

Novo Horizonte, 26 de agosto de 2019.

Ildo Adão da Rosa

Presidente Conselho Municipal de Assistência Social

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019

Publicação Nº 2138154

Página: 1/10

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 12/2019

Número do Registro de Preços: 12/2019 Data do Registro: 28/08/2019 Válido até: 28/08/2020
Objeto da Compra: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, MEDINDO 48MMX50M, LARGA (10870)	UN	J DOS PASSOS XAVIER DA SILVA EIRELI (3012)	ADELBRAS	0	3,4500	1
2			PREMIER COMERCIO LTDA (3665)	FSP	0	3,4600	2
2	GRAMPO PARA GRAMPEADOR, COBREADO, TAMANHO 266, CX COM 5000 UNIDADES (11921)	CX	J DOS PASSOS XAVIER DA SILVA EIRELI (3012)	MASTERPRIN	0	6,0000	1
2			PREMIER COMERCIO LTDA (3665)	MASTERPRIN	0	6,0300	2
3	CAIXA DE ARQUIVO MORTO, EM PAPELÃO, MEDINDO NO MÍNIMO 350X135X240mm (4746)	UN	J DOS PASSOS XAVIER DA SILVA EIRELI (3012)	VEDAN	0	2,6500	1
2			PREMIER COMERCIO LTDA (3665)	FRAMA	0	2,7400	2
4	COLA EM BASTÃO 20GR (6897)	UN	J DOS PASSOS XAVIER DA SILVA EIRELI (3012)	MASTERPRIN	0	4,5000	1
2			PREMIER COMERCIO LTDA (3665)	LEONORA	0	4,5400	2
5	Elastico Super, Amarelo nº18, pacote de 50g, com no mínimo 100 unidades, 8.5 x 1.2mm. (8895)	PCT	J DOS PASSOS XAVIER DA SILVA EIRELI (3012)	MERCUR	0	4,4500	1
2			PREMIER COMERCIO LTDA (3665)	MERCUR	0	4,5700	2
6	CANETA PARA RETRO-PROJETOR, NA COR VERMELHA, PONTA DE 2,0MM, COM TINTA A BASE DE ALCOOL (31176)	UN	J DOS PASSOS XAVIER DA SILVA EIRELI (3012)	BRW	0	3,4500	1
2			PREMIER COMERCIO LTDA (3665)	JOCAR	0	3,5000	2
7	Pen drive 8 gb, interface USB 2,0 (18225)	UN	J DOS PASSOS XAVIER DA SILVA EIRELI (3012)	MASTERPRIN	0	22,9000	1

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2019**

Publicação Nº 2139101

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2019

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte

CONTRATADO : EZ TURISMO - FOLLMANN E MENEZES AGENCIA DE VIAGENS LTDA - EPP

VALOR: R\$ 10.395,00 (dez mil trezentos e noventa e cinco reais)

DOTAÇÃO: 01.031.0001.2.036.3.3.90

OBJETO: Aquisição de pacote de serviços incluindo: passagens aéreas, transfer's, hospedagem em hotel e alimentação para os nove vereadores mirins para participação no Encontro Estadual de Câmaras Mirins nos dias 17 a 19 de setembro de 2019, na cidade de Florianópolis - SC, conforme cronograma constante no Anexo Único do presente Contrato.

Novo Horizonte-SC, 19 de agosto de 2019

Sergio Sanagiotto

Presidente

Orleans

PREFEITURA

ADITIVO AO CONTRATO Nº 3/2019-2 PREFEITURA

Publicação Nº 2138282

ADITIVO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 3/2019-2 - Contrato Nº: 3/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: EDITORA POSITIVO LTDA

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2019

Objeto : MATERIAIS DIDÁTICOS QUE COMPÕEM O SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL, COMPOSTO POR LIVROS DIDÁTICOS INTEGRADOS; AMBIENTE DIGITAL COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS; ACOMPANHAMENTO E ASSESSORAMENTO PEDAGÓGICO; AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM NAS ÁREAS DE LÍNGUA PORTUGUESA, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS, EXCLUSIVAMENTE PARA OS ALUNOS DO 4º E 8º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL; E, SISTEMA DE GESTÃO DAS INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS."

Fica alterado o nome da empresa de EDITORA POSITIVO LTDA., para EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.. O presente aditivo não implica em alteração de valores, prazos e demais cominações contratuais.

Orleans, 28 de Agosto de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 69/2019-1 PREFEITURA

Publicação Nº 2138530

ADITIVO DE PRAZO

Aditivo Nº : 69/2019-1 - Contrato Nº: 69/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: EDILANE ROCHA NICOLEITE

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/08/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 8/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO E LICENCIAMENTO NOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS RESPONSÁVEIS DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA, CONFORME IN-23 FATMA, PARA ABERTURA E IMPLANTAÇÃO DE VIA PÚBLICA.

Orleans, 28 de Agosto de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 70/2018-4 PREFEITURA

Publicação Nº 2138305

ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 70/2018

Aditivo Nº : 70/2018-4 - Contrato Nº: 70/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: MACRO ARQUITETURA LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 02/09/2019 Término: 02/10/2019

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engª Nº.: 10/2018

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE READAPTAÇÃO DO CENTREVENTOS GALIANO ZOMER.

Orleans, 28 de Agosto de 2019

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº 18/2019 FMS

Publicação Nº 2139120

Contrato Nº.: 18/2019
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
Contratada...: FABIO DE SOUZA MACHADO ME
Valor : 5.900,00 (cinco mil e novecentos reais)
Vigência : Início: 28/08/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2019
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00 (9) Saldo: 20.508,37
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE GESTÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO, COM ENFOQUE NO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS, NAS ÁREAS FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL, PATRIMONIAL AOS SERVIDORES E RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL, QUE INCLUI, DENTRE OUTROS, SUPORTE AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE CONTROLE E COMPRAS, E-SFINGE, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Orleans, 28 de Agosto de 2019
LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DA SAÚDE

CONTRATO Nº 90/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2139118

Contrato Nº.: 90/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: FABIO DE SOUZA MACHADO ME
Valor : 11.800,00 (onze mil oitocentos reais)
Vigência : Início: 28/08/2019 Término: 31/12/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2019
Recursos : Dotação: 2.005.3.3.90.00.00.00.00 (17) Saldo: 228.840,55
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE GESTÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO, COM ENFOQUE NO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS, NAS ÁREAS FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL, PATRIMONIAL AOS SERVIDORES E RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA PREFEITURA MUNICIPAL, QUE INCLUI, DENTRE OUTROS, SUPORTE AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE CONTROLE E COMPRAS, E-SFINGE, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Orleans, 28 de Agosto de 2019
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 167/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2138917

PROCESSO Nº 167/2019
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 85/2019
REGISTRO DE PREÇO
Tipo: Menor Preço por item
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A RESTAURAÇÃO DE CADEIRAS E MACAS (PROCESSO MULTIENTIDADES)
Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 11/09/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 12/09/2019, às 08h15min.
Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 28 de Agosto de 2019.
Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 168/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2139128

PROCESSO Nº 168/2019

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 86/2019

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR AULAS DE ESPORTES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS PELA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA. AS ATIVIDADES SERÃO PLANEJADAS, ESTIMULANDO E ORIENTANDO OS USUARIOS NA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DAS VIVÊNCIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS, NA FAMÍLIA E NO TERRITÓRIO.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 11/09/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 12/09/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 28 de Agosto de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

Otacílio Costa**PREFEITURA****DEC 2.767/2019**

Publicação Nº 2138239

DECRETO Nº 2.767/2019

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 86, incisos V e VIII, e 113, inciso I, letra "a", da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 6º e 16, da Lei nº 2.634, de 01 de abril de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados como membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na conformidade com o art. 19 da Lei nº 1.982/2011, as seguintes pessoas:

I – representantes governamentais:

a) representantes da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte: Cléa Meurer Koerich (titular) e Sandra Derli da Costa Souza (suplente);

b) representantes da Secretaria Municipal de Saúde: Gelyana Carvalho Bernardino (titular) e Patrícia Kaiser (suplente);

c) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, Desenvolvimento Comunitário e Habitação: Ana Maria Campos Machado (titular) e Marly Tristão da Cruz (suplente);

d) representantes da Secretaria Municipal de Finanças: Rosane Kaiser Spindola (titular) e João Carlos Cruz do Prado (suplente);

e) representantes do Gabinete do Prefeito: Antenor Alvim Matias (titular) e Scheila Regina Pereira (suplente).

II- representantes não governamentais:

a) representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL: Rogério Antunes Vargas (titular) e Paulo Roberto da Silva (suplente);

b) representantes da Cáritas Comunitária Criança Feliz: Vera Aparecida da Silva (titular) e Lucilene Maria de Oliveira (suplente);

c) representantes da Pastoral da Criança: Gilberto Silva Júnior (titular) e Mara Maria Garcia da Silva (suplente);

d) representantes da Pastoral Familiar: Elaine de Fátima Antunes Barbosa (titular) e Nelson Kucki (suplente);

e) representantes da APP da Escola de E.B. Pedro Álvares Cabral: Moacir Roberto de Farias (titular) e Altair Xavier (suplente).

Art. 2º. O mandato dos conselheiros indicados no art. 1º é de dois anos, facultada a recondução ou reeleição, nos termos da Lei Municipal nº 1.982/2011.

Art. 3º. A Direção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composta e eleita de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 1.982/2011.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial os Decretos nº 1.135, de 16 de abril de 2010 e nº 1.298, de 29 de agosto de 2011 e suas eventuais alterações posteriores.

Otacílio Costa (SC), 02 de julho de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 02 de julho de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

DEC 2.768/2019

Publicação Nº 2138240

DECRETO Nº 2.768/2019

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos V e VIII, 113, inciso I, letra “a” da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 3º, da Lei Municipal nº 1.254, de 03 de outubro de 2001, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas como membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMDEMA, na conformidade com o art. 3º, da Lei Municipal nº 1254 de 2001, e alterações posteriores, as seguintes pessoas:

I – CHARLES ALEXANDRE CHAVES como titular e MARIA SIRLENE ESPÍNDULA como suplente, representantes da Secretaria do Meio Ambiente;

II – ACÍLIO TRISTÃO SPINDOLA como titular e CLEONICE DA SILVA como suplente, representantes da Secretaria de Agricultura;

III – DANIELA POLEZA LEMOS BIANCHINI como titular e NOÉSIO DE BRITO como suplente, representantes da Secretaria de Saúde;

IV – MARIA ISOLETE GARCIA DE SOUZA como titular e WALDIRENE VALIN como suplente, representantes da Secretaria de Educação;

V – GILBERTO CARLOS RODRIGUES como titular e JULIANA APARECIDA COELHO DE LIZ DE SOUZA como suplente, representantes do Instituto de Previdência Municipal – IPAM;

VI – SILVIO JOEL DA ROSA como titular e LENI CRISTINA DE SOUZA como suplente, representantes da Polícia Militar;

VII – MARCELINO CAMPAGNARO como titular e MURILO PEREIRA DA SILVA NUNES como suplente, representantes da EPAGRI;

VIII – CHARLES MOYSES HAMPEL VIEIRA como titular e RENATO JOSÉ DE MACEDO como suplente, representantes da CASAN, respectivamente;

IX – KARIANA COSTA ANDRADE como titular e AMADEUS BOAVENTURA PEREIRA como suplente, representantes da Câmara de Vereadores;

X – ELI TEREZINHA LINS como titular e MARIZA ESTOELE DEBOITE como suplente, representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

XI – FRANCIELLI MARIOTI SUTIL LOPES como titular e ROGÉRIO ANTUNES VARGAS como suplente, representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;

XII – ELIZETE DE JESUS como titular e LINDONES DA LUZ como suplente, representantes da Associação de Moradores do Bairro Santa Catarina;

XIII – ALCIONE FARIA DE SOUZA como titular e ALINE DANIELE S. DE OLIVEIRA como suplente, representantes da Associação de Moradores do Bairro Poço Rico;

XIV – CARLOS ROBERTO CORREA como titular e DYEINES CARLOS CORREIA como suplente, representantes dos CTG 'S - (Centro de Tradições Gaúchas);

XV – GUSTAVO MURILO MATIAS WESTPLAL como titular e EDSON PASOLD como suplente, representantes do Rotary;

XVI – OTACÍLIO JUNIOR DE SOUZA como titular e CAMILA BANDIERA DE SOUZA como suplente, representantes do Sindicato Rural de Otacílio Costa;

XVII – CLAUDIR ANTONIO ACCADROLLI como titular e ROBSON O. MEDEIROS como suplente, representantes do Hospital Santa Clara;

XVIII – LOURIVAL PAULO PAULO como titular e ALTAIR XAVIER como suplente, representantes da ONG Gralha Azul.

Art. 2º. Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial os decretos nº 1.669/2013 e nº 2.159/2015 e suas eventuais alterações posteriores.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa (SC), 02 de julho de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 02 de julho de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

DEC 2.769/2019

Publicação Nº 2138241

DECRETO Nº 2.769/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa e autorização contida na Lei Municipal nº 2.675 de 16 de julho de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado dotações orçamentárias por excesso de arrecadação na FR. 0702 no valor R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil

reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Unidade: 01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

Proj/Ativ - 2.100– Manutenção das Atividades de Trânsito

130 – 33900000000000.0700 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

131 – 33900000000000.0701 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

132 – 33900000000000.0702 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Soma R\$ 45.000,00

Art. 2º. Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, por conta de excesso de arrecadação na Fonte de Recurso 0702, no valor de R\$ 45.000,00 conforme preceitua artigo 12 da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2605 de 07 de Janeiro de 2019.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 16 de julho de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 16 de julho de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

DEC 2.770/2019

Publicação Nº 2138243

DECRETO N. 2.770/2019

APROVA INSTITUIÇÃO DE CONDOMÍNIO RESIDENCIAL DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO 'CONDOMÍNIO JOSÉ CAMPOS'.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, inc. VIII e XXII, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que consta do Protocolo n. 1624.0181271/2019, Processo Secretaria de Planejamento n. 14962/19,

DECRETA:

Art. 1o. Fica aprovada a instituição de condomínio residencial do empreendimento imobiliário denominado de 'Condomínio José Campos', constituído por duas unidades residenciais em um (01) lote urbano com a área superficial de 760,00m² (SETECENTOS E SESSENTA METROS QUADRADOS) inclusive duas casas residências de alvenaria, com portas e janelas, cobertas com telhas de barro e as benfeitorias existentes, sendo uma com a área construída de 182,73m² (CENTO E OITENTA E DOIS METROS E SETENTA E TRÊS DECÍMETROS QUADRADOS) e outra com a área construída de 109,05m² (CENTO E NOVE METROS E CINCO DECÍMETROS QUADRADOS) ambas em alvenaria, e situadas na Rua Luiz Fernando de Sá nºs. 304-A e 304-B, Bairro Poço Rico, nesta cidade e comarca de Otacílio Costa, neste Estado; o qual dá as confrontações constantes da matrícula cuja certidão faz parte integrante do presente instrumento. Imóvel este devidamente cadastrado no setor de cadastramento técnico da Prefeitura Municipal (SECAT) como sendo nº 01.02.035.535.001, setor 002, quadra 035, lote 535 e unidade 001. Referido imóvel encontra-se registrado no Livro 02 de Registro Geral sob nº 3.498 do Ofício de Registros de Imóveis da comarca de Otacílio Costa/SC, possuem vagas de garagem e estacionamento individuais, ou seja, cada unidade possui a sua vaga.

§ 1º Referido imóvel encontra-se registrado no Livro 02 de Registro Geral sob nº 3.498 do Ofício de Registros de Imóveis da comarca de Otacílio Costa/SC e possui as seguintes características;

I - Casa Residencial em alvenaria com a área de 182,73m², possui a numeração nº 304-A;

II - Casa Residencial em alvenaria com a área de 109,05m², possui a numeração nº 304-B;

§ 2º. Atualmente, de acordo com o Memorial que instrui o Processo, o terreno indicado no caput deste artigo tem as seguintes características:

I - "Uma casa Residencial em alvenaria denominada de Nº 304-A, Localiza-se na frente do terreno com a Rua Luiz Fernando de Sá do lado esquerdo, para quem olha da Rua Luiz Fernando de Sá, possui área construída privativa de 182,73m², a qual corresponde a 80,24m² nas áreas de uso comum, e a fração ideal de 0,642825656 do terreno e das coisas comuns. À esta casa corresponde o uso exclusivo do terreno onde está assentada que mede 408,31m² o qual possui as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 14,00m com a Rua Luiz Fernando de Sá; ao Sul, na extensão de 4,00m com terras da empresa Klabin S.A., e com mais 7,06m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304-B, e ainda com mais 2,94m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304; ao Leste, na extensão de 38,00m

com terras de Pedro Luiz Feldhaus; e ao Oeste, na extensão de 21,17m com área de uso comum do Condomínio Campos, e ainda por 6,00m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304-B e por mais 10,83m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304-B. E, Uma casa Residencial em alvenaria denominada de Nº 304-B. Localiza-se nos fundos do terreno com a Rua Luiz Fernando de Sá do lado direito, para quem olha da Rua Luiz Fernando de Sá, possui área construída privativa de 109,05m², a qual corresponde a 44,58m² nas áreas de uso comum, e a fração ideal de 0,357174344 do terreno e das coisas comuns. À esta casa corresponde o uso exclusivo do terreno onde está assentada que mede 226,87m² o qual possui as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 8,94m com área de uso comum do Condomínio Campos, e com mais 7,06m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304-A; ao Sul, na extensão de 16,00m com terras da firma Klabin S.A.; ao Leste, na extensão de 10,83m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304-A, e com mais 6,00m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304-A; e ao Oeste, na extensão de 16,83m com terras de Humberto Carlos Lavinik

Art. 2º. Sobre o imóvel indicado no art. 1º e descrito, com dados atuais, e denominado com suas individualizações em seu § 2º, fica instituído o condomínio de empreendimento imobiliário denominado ' Condomínio José Campos ', constituído por duas unidades residenciais e áreas de propriedade comum e de uso comum, assim definidos:

I - Casa residencial em alvenaria nº 304-A

Localiza-se na frente do terreno com a Rua Luiz Fernando de Sá do lado esquerdo, para quem olha da Rua Luiz Fernando de Sá, possui área construída privativa de 182,73m², a qual corresponde a 80,24m² nas áreas de uso comum, e a fração ideal de 0,642825656 do terreno e das coisas comuns. À esta casa corresponde o uso exclusivo do terreno onde está assentada que mede 408,31m² o qual possui as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 14,00m com a Rua Luiz Fernando de Sá; ao Sul, na extensão de 4,00m com terras da empresa Klabin S.A., e com mais 7,06m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304-B, e ainda com mais 2,94m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304; ao Leste, na extensão de 38,00m com terras de Pedro Luiz Feldhaus; e ao Oeste, na extensão de 21,17m com área de uso comum do Condomínio Campos, e ainda por 6,00m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304-B e por mais 10,83m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304-B.

II - Casa residencial em alvenaria nº 304-B

Localiza-se nos fundos do terreno com a Rua Luiz Fernando de Sá do lado direito, para quem olha da Rua Luiz Fernando de Sá, possui área construída privativa de 109,05m², a qual corresponde a 44,58m² nas áreas de uso comum, e a fração ideal de 0,357174344 do terreno e das coisas comuns. À esta casa corresponde o uso exclusivo do terreno onde está assentada que mede 226,87m² o qual possui as seguintes confrontações: Ao Norte, na extensão de 8,94m com área de uso comum do Condomínio Campos, e com mais 7,06m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304-A; ao Sul, na extensão de 16,00m com terras da firma Klabin S.A.; ao Leste, na extensão de 10,83m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304-A, e com mais 6,00m com área de uso exclusivo da Casa Residencial nº. 304-A; e ao Oeste, na extensão de 16,83m com terras de Humberto Carlos Lavinik.

Art. 3º. Os proprietários do imóvel têm o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da vigência deste Decreto, para submetê-lo ao cartório de registro imobiliário, nos termos do art. 18, da Lei Federal nº 6.766, de 19.12.1979, observadas ainda as disposições da Lei Estadual nº 6.063, de 24.05.82.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 22 de julho de 2019.
LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 22 de julho de 2019.
JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

DEC 2.771/2019

Publicação Nº 2138244

DECRETO No 2.771/2019

ALTERA DISPOSITIVOS DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA APROVADO PELO DECRETO 1.679/2013.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 86, inciso VIII, e113, inciso I, alínea 'd', da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no art. 10, da Lei 1.254, de 03.10.2001,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam aprovadas as alterações do Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, aprovado pelo Decreto n. 1.679/2003, que passa a vigorar nos termos seguintes do anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 22 de julho de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 22 de julho de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

1º ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA - OTACÍLIO COSTA - SC

Art. 1º. Altera a redação do caput do artigo 1º Regimento Interno do Conselho Municipal Do Meio Ambiente – COMDEMA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. O Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, criado pela Lei nº 1.254, de 03 de outubro de 2001, é um organismo colegiado de caráter normativo, deliberativo, fiscalizador, consultivo e de assessoramento do Poder Executivo em suas diretrizes referentes à política ambiental do Município de Otacílio Costa, deliberar, no âmbito de sua competência, sobre as normas e padrões de proteção e melhoria do meio ambiente, bem como decidir e julgar, em última instância, recursos administrativos referentes à aplicação, pela Secretaria do Meio Ambiente, de multas, embargos e outras sanções.

Art. 2º. Altera a redação do inciso IX do artigo 2º Regimento Interno do Conselho Municipal Do Meio Ambiente – COMDEMA, que passa a vigorar com a seguinte redação

Art. 2º. ...

...

IX - analisar, aprovar ou indeferir pedidos de instalação de atividade econômica potencialmente poluidora, através do Estudo de Impacto Ambiental, encaminhados obrigatoriamente pelo órgão ambiental competente ao COMDEMA, nos termos da Política Nacional de Meio Ambiente - Lei Federal nº 6.938, de 21 de agosto de 1981, e sua alteração – Lei Federal nº 7.804, de 18 de agosto de 1989;

...

Art. 3º. Altera a redação do caput do artigo 3º Regimento Interno do Conselho Municipal Do Meio Ambiente – COMDEMA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. O Conselho Municipal do Meio Ambiente será paritário, composto por 18 (dezoito) entidades, sendo 9 (nove) governamentais e 9 (nove) não governamentais, cujos membros serão indicados pelos respectivos órgãos ou entidades de origem e designados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 4º. Acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao artigo 4º Regimento Interno do Conselho Municipal Do Meio Ambiente – COMDEMA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. O COMDEMA terá uma Diretoria com mandato de 2 (dois) anos, composta por um Presidente, um Vice-Presidente, eleitos entre seus membros, por maioria qualificada, e um Secretário Executivo escolhido pelo Conselho levando-se em consideração a capacitação, sensibilidade e engajamento, disponibilidade e motivação para o expediente.

§ 1º. É vedada a participação do Secretário Municipal de Meio Ambiente nos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário do COMDEMA.

§ 2º. Na ausência injustificada do conselheiro em duas reuniões consecutivas ou três alternadas, a entidade será notificada e em caso de reincidência a entidade será substituída.

§ 3º. Os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 5º. As alterações entram em vigor na data de publicação do decreto de aprovação.

Otacílio Costa, 19 de julho de 2019.

DEC 2.772/2019

Publicação Nº 2138246

DECRETO Nº 2.772/2019

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 86, incisos VIII e XXXI, artigos 12, inciso XII, art. 123 do mesmo diploma legal e art. 121, II da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas como membros da Comissão Especial de Avaliação de bens móveis inservíveis; equipamentos, veículos e sucatas, para fins de desafetação e alienação pela Municipalidade, as seguintes pessoas:

I - Presidente: WALDIR MUNIZ GALINDO, servidor público municipal, CPF nº 521.816.509-34;

II - Secretário: ORIVAL ORTIZ PIRES, servidor público municipal, CPF nº 216.446.919-49;

III - Membro: ERES BARBOZA DE SOUZA, servidor público municipal, CPF nº 347.328.459-91;

IV - Membro: AILTON CÉSAR OLIVEIRA, chapeador, CPF nº 476.716.969-00;

V - Membro: GERRI ADRIANI SIMPLICIO, mecânico, CPF nº 743.934.999-72.

Art. 2º. Por se tratar de serviços públicos relevantes, os trabalhos da Comissão Especial de Avaliação não serão remunerados, nem representarão quaisquer ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial o Decreto nº 2.706 de 20 de novembro de 2018.

Otacílio Costa (SC), 31 de julho de 2019

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 31 de julho de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

DEC 2.773/2019

Publicação Nº 2138248

DECRETO Nº 2.773/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO INGRESSO DE RECURSOS DA RF 0064 NAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, NO ORÇAMENTO DE 2019 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa e autorização contida na Lei Municipal nº 2.679 de 13 de agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar para FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no orçamento de 2019, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 2.026– Manutenção do Programa Atenção Básica - PAB

16 – 4490000000000000000.0064 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Unidade 2.028– Manutenção do Programa Saúde Bucal

23 – 4490000000000000000.0064 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Total R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para atendimento da abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, por conta do ingresso de receita Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde – RF. 0064 no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), conforme preceitua o artigo 12 da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2605 de 07 de Janeiro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 13 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 13 de agosto de 2019.
ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

DEC 2.774/2019

Publicação Nº 2138249

DECRETO Nº 2.774/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa e autorização contida na Lei Municipal nº 2.680 de 13 de agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado dotações orçamentárias por anulações de dotações orçamentárias no valor R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Proj/Ativ – 0.072 – Encargos Gerais do Município

09 – 33900000000000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade: 01 – SECRETARIA DE FINANÇAS

Proj/Ativ – 2.013 – Manutenção das Atividades da Sec. Mun. de Finanças

18 – 33900000000000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj/Ativ – 2.052 – Manutenção do Programa Salário Educação

40 – 33900000000000.0058 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Proj/Ativ – 1.054 – Manutenção da Educação Infantil

53 – 33900000000000.0001 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Total R\$ 900.000,00

Art. 2º. (Para atendimento de parte da abertura do Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º, fica anulado dotações orçamentárias no valor de R\$ 400.000, 00 (Quatrocentos mil reais), e, R\$ 500.000,00 por conta de provável excesso de arrecadação, conforme preceitua o artigo 12 da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2605 de 07 de Janeiro de 2019, a saber:

Órgão: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj/Ativ – 1.026 – Construção, Ampliação e Reforma das Unidades de Ensino

53 – 33900000000000.0001 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Proj/Ativ – 1.052 – Manutenção do Programa Salário Educação

41 – 44900000000000.0058 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Total R\$ 400.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 13 de agosto de 2019.
LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 13 de agosto de 2019.
ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

DEC 2.775/2019

Publicação Nº 2138250

DECRETO Nº 2.775/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE TENDÊNCIA DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2019 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa e autorização contida na Lei Municipal nº 2.681 de 13 de agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar para FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no orçamento de 2019, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 2.026– Manutenção do Programa de Atenção Básica

13 – 3390000000000000000.0064 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Total R\$ 300.000,00

Art. 2º. Para atendimento da abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º, no valor de R\$ 300.000,00, por conta de provável tendência de excesso de arrecadação, conforme preceitua o artigo 12 da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2605 de 07 de Janeiro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 13 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 13 de agosto de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

DEC 2.776/2019

Publicação Nº 2138251

DECRETO Nº 2.776/2019

SUSPENDE AS AULAS NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA MARLENE LUIZ ANTUNES

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos II, VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o incêndio ocorrido no CEI Professora Marlene Luiz Antunes no dia 15 de agosto de 2019,

CONSIDERANDO a lavratura de auto de interdição pela perícia do Corpo de Bombeiros,

CONSIDERANDO a necessidade de reparos na estrutura e na rede elétrica da unidade escolar,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suspensas as aulas no Centro de Educação Infantil Professora Marlene Luiz Antunes entre os dias 16 e 23 de agosto de 2019.

Parágrafo único. A suspensão do atendimento poderá ser prorrogado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 16 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 16 de agosto de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

DEC 2.777/2019

Publicação Nº 2138252

DECRETO Nº 2.777/2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO FUNDEB, NO ORÇAMENTO DE 2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa e autorização contida na Lei Municipal nº 2.685 de 20 de agosto de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito especial no orçamento de 2019, o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade: 03 – FUNDEB

Proj/Ativ. 2.093– Manutenção do FUNDEB - Infantil

174 – 44900000000.0136 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Total R\$ 200.000,00

Art. 2º. Para atendimento da abertura do Crédito Especial de que trata o artigo 1º, por conta de provável excesso de arrecadação do FUNDEB, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme preceitua o artigo 12 da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2605 de 07 de Janeiro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 20 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa (SC), 20 de agosto de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

DEC 2.778/2019

Publicação Nº 2138254

DECRETO Nº 2.778/2019

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO VEREADOR WANDERLEI DE LIZ

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 86, inciso VIII, e 113, inciso I, alínea 'i', da Lei Orgânica Municipal, e considerando o falecimento do Vereador Wanderlei de Liz,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado luto oficial de três dias no município de Otacílio Costa em homenagem póstuma do Poder Público Municipal e demonstração de pesar pelo falecimento do Vereador Wanderlei de Liz.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa/SC, 23 de agosto de 2019

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

O presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal.

Otacílio Costa/SC, 23 de agosto de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicado em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2677/2019

Publicação Nº 2138119

LEI Nº 2.677/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A SOCIEDADE BENEFICENTE DOM DANIEL HOSTIN, PELO QUAL PODERÁ REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO E DISPONIBILIZAR SERVIDORES PARA O APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO HOSPITAL SANTA CLARA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos. 53 e 86, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Colaboração com a Sociedade Beneficente Dom Daniel Hosten, entidade civil sem fins lucrativos e econômicos inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.012.617/0001-54, sediada nesta cidade e mantenedora do Hospital Santa Clara, com vistas a viabilizar e aperfeiçoar o atendimento médico-hospitalar à comunidade otaciliense, de acordo com a Lei nº 13.019 de 2014, alterada pela Lei nº 13.204 de 2015.

Parágrafo único. Pelo termo de colaboração, o Município repassará recursos financeiros e poderá colocar servidores públicos municipais das áreas médica, ambulatorial, administrativa e de serviços gerais à disposição da Sociedade Beneficente Dom Daniel Hosten, conforme indicado nos artigos 2º e 3º desta lei.

Art. 2º. O auxílio financeiro de que trata esta Lei será de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), a ser repassado durante o mês de agosto de 2019.

§ 1º. O auxílio financeiro servirá para cobrir despesas específicas de folha de pagamento dos médicos, servidores e encargos sociais da folha de pagamento dos profissionais do Hospital Santa Clara, cujos procedimentos e obrigações para o atendimento à comunidade ficarão consignados no termo de convênio,

§ 2º. A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas sobre os recursos recebidos, indicando em relatório específico em que o auxílio foi aplicado, encaminhando cópia da prestação de contas mensal à Câmara de Vereadores e a disponibilizando para consulta pública, sob pena de cancelamento do convênio.

Art. 3º. Não haverá qualquer vinculação ou relação de subordinação entre o Município de Otacílio Costa e o pessoal, de qualquer nível técnico ou profissional, que a Sociedade Beneficente Dom Daniel Hosten venha a empregar para a prestação dos serviços à comunidade, ainda que, no todo ou em parte, custeados com o auxílio financeiro previsto nesta Lei, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra a entidade mantenedora do Hospital Santa Clara no caso de, por qualquer meio legal, vir a ser compelido a pagar quaisquer indenizações em decorrência da prestação dos serviços objeto do convênio.

Art. 4º. A cessão de servidores para a Sociedade Beneficente Dom Daniel Hosten, indicada no parágrafo único do art. 1º, fica restrita ao quadro de pessoal efetivo da Prefeitura e limitada ao número máximo de dez funcionários, de acordo com necessidade demonstrada e justificada pela entidade beneficiada.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta lei serão cobertas com recursos consignados no orçamento municipal corrente, assegurados por suplementações, se necessário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa, 06 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110 da Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 06 de agosto de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2678/2019

Publicação Nº 2138123

LEI Nº 2.678/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO E CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos. 53 e 86, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, de Otacílio Costa, entidade beneficente inscrita no CNPJ sob o nº 00.719.998/0001-89, e declarada de utilidade pública pela Lei nº 858, de 02 de agosto de 1995, e a repassar auxílio financeiro para a mesma entidade, no valor de R\$ 10.150,00 (dez mil cento e cinquenta reais) durante o mês de agosto de 2019, de acordo com a Lei nº 13.019 de 2014, alterada pela Lei nº 13.204 de 2015.

§ 1º. O auxílio financeiro referido neste artigo será aplicado pela APAE na manutenção de suas atividades assistenciais em favor de pessoas portadoras de necessidades especiais, de acordo com o Plano de Aplicação e o cronograma financeiro estabelecido no convênio a ser firmado com o Município.

§ 2º. A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas sobre os recursos recebidos, indicando em relatório específico em que o auxílio foi aplicado, encaminhando cópia da prestação de contas também à Câmara de Vereadores, sob pena de cancelamento do convênio.

Art. 2º. Não haverá qualquer vinculação ou relação de subordinação entre o Município de Otacílio Costa e o pessoal, de qualquer nível técnico ou profissional, que a APAE venha a empregar na realização de suas atividades assistenciais, ainda que, no todo ou em parte, custeados com o auxílio financeiro previsto nesta Lei, ficando assegurado ao Município o direito de regresso contra a entidade beneficiada no caso de, por qualquer meio legal, vir a ser compelido a pagar quaisquer indenizações em decorrência dos serviços prestados pela APAE a qualquer título.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, e a manter a cedência, de servidores públicos municipais das áreas de educação e administração à entidade, observadas as disposições do artigo 2º desta lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta lei serão cobertas com recursos consignados no orçamento municipal corrente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa, 06 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110 da Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 06 de agosto de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2679/2019

Publicação Nº 2138127

LEI Nº 2.679/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO INGRESSO DE RECURSOS DA RF 0064 NAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, NO ORÇAMENTO DE 2019 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos. 53 e 86, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar para FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no orçamento de 2019, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 2.026– Manutenção do Programa Atenção Básica - PAB

16 – 4490000000000000000.0064 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Unidade 2.028– Manutenção do Programa Saúde Bucal
 23 – 4490000000000000.0064 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 Total R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para atendimento da abertura do Crédito Acional Suplementar de que trata o artigo 1º, por conta do ingresso de receita Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde – RF. 0064 no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), conforme preceitua o artigo 12 da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2605 de 07 de Janeiro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrario.

Otacílio Costa, 13 de agosto de 2019.
 LUIZ CARLOS XAVIER
 Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110 da Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 13 de agosto de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
 Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
 Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2680/2019

Publicação Nº 2138129

LEI Nº 2.680/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, E POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2019 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos. 53 e 86, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica suplementado dotações orçamentárias por anulações de dotações orçamentárias no valor R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) para as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Proj/Ativ – 0.072 – Encargos Gerais do Município

09 – 3390000000000000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade: 01 – SECRETARIA DE FINANÇAS

Proj/Ativ – 2.013 – Manutenção das Atividades da Sec. Mun. de Finanças

18 – 3390000000000000.0000 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj/Ativ – 2.052 – Manutenção do Programa Salário Educação

40 – 3390000000000000.0058 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Proj/Ativ – 1.054 – Manutenção da Educação Infantil

53 – 3390000000000000.0001 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Total R\$ 900.000,00

Art. 2º. (Para atendimento de parte da abertura do Crédito Adicional suplementar de que trata o artigo 1º, fica anulado dotações orçamentárias no valor de R\$ 400.000, 00 (Quatrocentos mil reais), e, R\$ 500.000,00 por conta de provável excesso de arrecadação, conforme preceitua o artigo 12 da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2605 de 07 de Janeiro de 2019, a saber:

Órgão: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Proj/Ativ – 1.026 – Construção, Ampliação e Reforma das Unidades de Ensino

53 – 3390000000000000.0001 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Proj/Ativ – 1.052 – Manutenção do Programa Salário Educação

41 – 4490000000000000.0058 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Total R\$ 400.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrario.

Otacílio Costa, 13 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110 da Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 13 de agosto de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2681/2019

Publicação Nº 2138132

LEI Nº 2.681/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE TENDÊNCIA DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2019 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos. 53 e 86, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica aberto credito adicional suplementar para FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, no orçamento de 2019, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), para as seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 2.026– Manutenção do Programa de Atenção Básica

13 – 3390000000000000000.0064 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Total R\$ 300.000,00

Art. 2º. Para atendimento da abertura do Crédito Acional Suplementar de que trata o artigo 1º, no valor de R\$ 300.000,00, por conta de provável tendência de excesso de arrecadação, conforme preceitua o artigo 12 da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2605 de 07 de Janeiro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 13 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110 da Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 13 de agosto de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2682/2019

Publicação Nº 2138133

LEI Nº 2.682/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CESSÃO DE USO DE VEÍCULO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE OTACÍLIO COSTA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos. 53 e 86, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Otacílio Costa, entidade beneficente, inscrita no CNPJ sob nº 00.719.998/0001-89, declarada de utilidade pública pela Lei nº 858, de 02 de agosto de 1995, objetivando a Cessão de Uso de um veículo de propriedade da Prefeitura Municipal de Otacílio Costa, marca/modelo VW/NEOBUS TH 0 ano/modelo 2019/2020, de placa PBQ4364, Código Renavam 01186062174, combustível diesel, na cor branca, chassi 9532M52PXL001205.

§ 1º O veículo objeto da cessão a que se refere este artigo será utilizado exclusivamente pela associação para as finalidades previstas em seu estatuto.

§ 2º As despesas com a manutenção e uso do veículo objeto desta Lei, correrão por conta da entidade cessionária, inclusive DETER e Seguro.

§ 3º A não observação ao disposto no § 1º acarretará a imediata revogação do Termo de Cessão de Uso.

Art. 2º. O prazo da Cessão de Uso de que trata esta Lei, será por tempo indeterminado, podendo ser revogado a qualquer momento a critério das partes.

Art. 3º. No Termo de Cessão de Uso deverá constar as condições e obrigações da entidade cessionária quanto ao uso do veículo cedido.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Otacílio Costa, 13 de agosto de 2019.
LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110 da Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 13 de agosto de 2019.
ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

LEI 2683/2019

Publicação Nº 2138135

LEI Nº 2.683/2019
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR ACORDO EM PROCESSOS JUDICIAIS

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos. 53 e 86, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou, pelo que sanciona a presente

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar acordo nos processos judiciais n. 0300463-97.2016.824.0086, 0300469-07.2016.824.0086, 0300472-59.2016.824.0086, 0300481-21.2016.824.0086 e 0300477-81.2016.824.0086, em trâmite na Vara Única da Comarca de Otacílio Costa para concessão de adicionais de progressão funcional aos servidores públicos requerentes, na forma do que dispõe o Anexo V da Lei Complementar n. 44/2003.

Art. 2º. Os procuradores do Município ficam autorizados a fazer o acordo limitado a concessão das progressões funcionais requeridas.

Parágrafo único. O valor do acordo fica limitado a diferença salarial decorrente da implementação dos adicionais de progressão funcional, apurados em R\$ 800,00 de aumento no vencimento de cada um dos requerentes.

Art. 3º. A autorização de que trata esta lei é destinada à transação nos processos judiciais expressamente indicados e nos limites fixados.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Otacílio Costa, 13 de agosto de 2019.
LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*), na forma do art. 110 da Lei Orgânica do Município de Otacílio Costa.

Otacílio Costa, 13 de agosto de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 137/2019

Publicação Nº 2138145

PORTARIA Nº 137/2019
EXONERA GERENTE DE PROJETOS, SrA. THAYLA ROBERTA FERREIRA CHAVES

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a Sra. THAYLA ROBERTA FERREIRA CHAVES, exonerada do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PROJETOS, a que se refere a alínea " b ", do inciso VI, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial a portaria nº 131/2019.

Otacílio Costa (SC), 09 de julho de 2019.
LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 09 de julho de 2019.
JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 138/2019

Publicação Nº 2138147

PORTARIA Nº 138/2019

Nomeia COORDENADORA DE ENGENHARIA E PROJETOS, SrA. THAYLA ROBERTA FERREIRA CHAVES

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a Sra. THAYLA ROBERTA FERREIRA CHAVES, nomeada para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADORA DE ENGENHARIA E PROJETOS, a que se refere a alínea " b ", do inciso VI, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 10 de julho de 2019.
LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 10 de julho de 2019.
JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 139/2019

Publicação Nº 2138148

PORTARIA Nº 139/2019

Nomeia COORDENADORA DE ENGENHARIA E PROJETOS, SrA. ISADORA DE SOUZA GOMES

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a Sra. ISADORA DE SOUZA GOMES, nomeada para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADORA DE ENGENHARIA E PROJETOS, a que se refere a alínea " b ", do inciso VI, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 10 de julho de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 10 de julho de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 140/2019

Publicação Nº 2138150

PORTARIA Nº 140/2019

Nomeia GERENTE DE PROJETOS, SrA. CAROLINE COELHO COSTA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a Sra. CAROLINE COELHO COSTA, nomeada para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE PROJETOS, a que se refere a alínea " c ", do inciso VI, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 10 de julho de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 10 de julho de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 141/2019

Publicação Nº 2138151

PORTARIA Nº 141/2019

Atribui função gratificada A servidorA PÚBLICA MUNICIPAL, SRA. SIRLEI PEREIRA CORDOVA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica atribuída a servidora pública municipal, Sra. SIRLEI PEREIRA CORDOVA, a função gratificada denominada "FG-1", com a respectiva remuneração prevista no art. 1º, da Lei Complementar nº 105/08, em virtude do exercício da atividade relacionada abaixo, sem prejuízo de suas funções originais.

Parágrafo único. A função gratificada que se refere este artigo justifica-se por exercer a função de responsável pela recepção e organização da Unidade de Saúde do Bairro Novo Mundo, evitando a admissão de outro servidor, em conformidade com o art. 2º, da Lei Complementar nº 105/08.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de junho de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 10 de julho de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 10 de julho de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 142/2019

Publicação Nº 2138155

PORTARIA Nº 142/2019

Atribui função gratificada AO servidor PÚBLICO MUNICIPAL, SR. PAULO CESAR ACHCAR JUNIOR

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica atribuída ao servidor PAULO CESAR ACHCAR JUNIOR, a função gratificada denominada "FG-5", com a respectiva remuneração prevista no art. 1º, da Lei Complementar nº 105/08, em virtude do exercício da atividade relacionada abaixo, sem prejuízo de suas funções originais.

Parágrafo único. A função gratificada que se refere este artigo justifica-se por exercer a função de responsável pelo atendimento domiciliar em fisioterapia em pacientes acamados no interior do Município, evitando a admissão de outro servidor, em conformidade com o art. 2º, da Lei Complementar nº 105/08.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de junho de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 10 de julho de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 10 de julho de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 143/2019

Publicação Nº 2138156

PORTARIA Nº 143/2019
EXONERA DIRETOR DE ENGENHARIA E PROJETOS, SR. MAYKE ALVES COELHO

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Sr. MAYKE ALVES COELHO, exonerado do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE ENGENHARIA E PROJETOS, a que se referia a alínea "b", do inciso VI, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 14 de junho de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 10 de julho de 2019.
LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 10 de julho de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 144/2019

Publicação Nº 2138159

PORTARIA Nº 144/2019

REVOGA PORTARIA Nº 112-A/2018 que Designava o chefe de gabinete do prefeito, Sr. João Guilherme do Nascimento, para acumular o CARGO DE COORDENADOR DE DEFESA CIVIL

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a portaria nº 112-A/2018 que designava o Chefe de Gabinete do Prefeito, Sr. JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO, para acumular o cargo de Coordenador da Defesa Civil.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 31 de julho de 2019.
LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 31 de julho de 2019.
JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 145/2019

Publicação Nº 2138161

PORTARIA Nº 145/2019

Nomeia COORDENADOR DA DEFESA CIVIL, sr. JULIO CESAR ROSA DIAS

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Sr. JULIO CESAR ROSA DIAS, nomeado para exercer o cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DA DEFESA CIVIL, a que se refere a alínea " f ", do inciso VII, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 01 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 01 de agosto de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 146/2019

Publicação Nº 2138164

PORTARIA Nº 146/2019

EXONERA POR APOSENTADORIA A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL SRA. LUIZA PASSOLD DA SILVA E DECLARA VACÂNCIA DO RESPECTIVO CARGO.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, IX e X, da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto nos artigos 29, inciso IV e 30 da Lei Complementar 45, de 18/06/03,

RESOLVE:

Art. 1º. Exonera por Aposentadoria a servidora pública municipal Sra. LUIZA PASSOLD DA SILVA, matrícula nº 948, 20 horas semanais, ocupante do cargo de PROFESSOR I, Ensino Fundamental Séries Iniciais, lotada na EBM Pedro Álvares Cabral, Secretaria de Educação.

Art. 2º. Fica declarada a vacância do cargo de PROFESSOR I - Ensino Fundamental Séries Iniciais, carga horária de 20 horas semanais, da Lotação na EBM Pedro Álvares Cabral, de acordo com o inciso IV do artigo 29 da Lei Complementar 45/03.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 01 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 01 de agosto de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 147/2019

Publicação Nº 2138166

PORTARIA Nº 147/2019

CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO PROPORCIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, LUIZA PASSOLD DA SILVA.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e X, da Lei Orgânica Municipal, pela Lei nº 194 de 26 de novembro de 1985, tendo em vista a solicitação da servidora e a proporcionalidade prevista no art. 139 da Lei Complementar 45/2003,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder LICENÇA-PRÊMIO PROPORCIONAL, na forma do Art. 150 da Lei nº 194/85, e art. 139 da Lei Complementar nº 45/2003 a Servidora Pública Municipal, Sra. LUIZA PASSOLD DA SILVA, ocupante do cargo de PROFESSOR I, com lotação na EBM Pedro Álvares Cabral, Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. A licença prêmio que trata o art. 1º será de 126 (cento e vinte e seis) dias referente a matrícula 948, com carga horária de 20 horas semanais.

Parágrafo único. Em decorrência da exoneração por aposentadoria da servidora, a presente licença-prêmio será convertida em dinheiro na forma da legislação vigente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 06 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 06 de agosto de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>

Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 148/2019

Publicação Nº 2138167

PORTARIA Nº 148/2019

CONCEDE PROMOÇÃO DA REFERÊNCIA "B" PARA REFERÊNCIA "C", À SERVIDORA DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO, MAGALI TEREZINHA ANSELMO DE FARIAS.

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e 113, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 8º, §1º e § 2º, da Lei Complementar nº 49/03, com redação dada pela Lei Complementar nº 65/05,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora da carreira do magistério MAGALI TEREZINHA ANSELMO DE FARIAS, promoção da referência "B" para referência "C".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 06 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa, 06 de agosto de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 149/2019

Publicação Nº 2138170

PORTARIA Nº 149/2019
EXONERA ANALISTA JURÍDICO sr. ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Sr. ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS, exonerado do cargo de provimento em comissão de ANALISTA JURÍDICO, a que se refere a alínea "f", do inciso I, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário em especial a portaria nº 014/2019.

Otacílio Costa (SC), 08 de agosto de 2019.
LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 08 de agosto de 2019

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 150/2019

Publicação Nº 2138173

PORTARIA Nº 150/2019
EXONERA ASSESSORA DO PREFEITO, SRA. ANGELA CRISTINA ARAÚJO PEDROSA BORGHEZAN

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a Sra. ANGELA CRISTINA ARAÚJO PEDROSA BORGHEZAN, exonerada do cargo de provimento em comissão de ASSESSORA DO PREFEITO, a que se refere a alínea "b", do inciso I, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário em especial a portaria nº 106/2018

Otacílio Costa (SC), 08 de agosto de 2019.
LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 08 de agosto de 2019.

JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 151/2019

Publicação Nº 2138178

PORTARIA Nº 151/2019

EXONERA CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, sr. JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Sr. JOÃO GUILHERME DO NASCIMENTO, exonerado do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, a que se refere a alínea "a", do inciso I, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário em especial a portaria nº 006/2018.

Otacílio Costa (SC), 09 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 152/2019

Publicação Nº 2138182

PORTARIA Nº 152/2019

Nomeia CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, sr. ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Sr. ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS, nomeado para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO, a que se refere a alínea "a", do inciso I, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa, 09 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 153/2019

Publicação Nº 2138184

PORTARIA Nº 153/2019

nomeia ANALISTA JURÍDICO sra. ANGELA CRISTINA ARAUJO PEDROSA BORGHEZAN

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica a Sra. ANGELA CRISTINA ARAUJO PEDROSA BORGHEZAN, nomeada para exercer o cargo de provimento em comissão de ANALISTA JURÍDICO, a que se refere a alínea "f", do inciso I, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 09 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 09 de agosto de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 154/2019

Publicação Nº 2138187

PORTARIA Nº 154/2019

NOMEIA ASSESSOR DO PREFEITO, SR. NELSON FARIAS VALIM

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos I e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica o Sr. NELSON FARIAS VALIM, nomeado para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DO PREFEITO, a que se refere a alínea " b ", do inciso I, do art. 2º, da Lei Complementar nº 153/13.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 13 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 13 de agosto de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 155/2019

Publicação Nº 2138190

PORTARIA Nº 155/2019

CANCELA A função gratificada ATRIBUÍDA A servidorA PÚBLICA MUNICIPAL, SRA. ROSANGELA VALENTE

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica cancelada a função gratificada atribuída à servidora pública municipal, Sra. ROSANGELA VALENTE, retornando esta a exercer suas funções normais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de julho de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário, em especial a portaria nº 123/2019.

Otacílio Costa (SC), 13 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER

Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 13 de agosto de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

PORTARIA 156/2019

Publicação Nº 2138193

PORTARIA Nº 156/2019

Atribui função gratificada A servidorA PÚBLICA MUNICIPAL, SRA. EDINA MUNIZ BOAVENTURA

O PREFEITO DE OTACÍLIO COSTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 86, incisos VIII e IX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica atribuída a servidora pública municipal, Sra. EDINA MUNIZ BOAVENTURA, a função gratificada denominada "FG-5", com a respectiva remuneração prevista no art. 1º, da Lei Complementar nº 105/08, em virtude do exercício da atividade relacionada abaixo, sem prejuízo de suas funções originais.

Parágrafo único. A função gratificada que se refere este artigo justifica-se por exercer a função de responsável pela coordenação da Atenção Básica do Município, evitando a admissão de outro servidor, em conformidade com o art. 2º, da Lei Complementar nº 105/08.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de agosto de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Otacílio Costa (SC), 13 de agosto de 2019.

LUIZ CARLOS XAVIER
Prefeito

A presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (*) na forma do art. 110, da Lei Orgânica Municipal. Dou fé.

Otacílio Costa (SC), 13 de agosto de 2019.

ANDRÉ FELIPE FERREIRA CAMPOS
Chefe de Gabinete do Prefeito

(*) Publicada em <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>
Disponível para consulta no site www.leismunicipais.com.br

Ouro

PREFEITURA

DECRETO Nº 603

Publicação Nº 2138961

DECRETO Nº 603, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de setembro de 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica, e com fundamento no disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, relativo ao mês de julho de 2019, de 0,40% (quarenta centésimos por cento);

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 3,7901 (três inteiros e sete mil novecentas e uma dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de setembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de setembro de 2019.

Ouro, 26 de agosto de 2019.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

DECRETO Nº 604

Publicação Nº 2138966

DECRETO Nº 604, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a reversão de imóvel da municipalidade, doado à empresa Laticínios Campo Dourado Ltda.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica, e tendo em vista o disposto nos arts. 9º e 11 da Lei nº 2.117, de 31 de maio de 2007, e

Considerando a documentação contida no Processo Licitatório nº 0016/2009, em especial o pedido apresentado pela empresa solicitando a reversão do imóvel ao patrimônio público municipal, o qual foi deferido adotando-se as razões contidas no parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico conforme Ata nº 003/2019;

Considerando que o pedido de devolução do imóvel foi feito após aprovação da decisão em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de maio de 2019, conforme Ata que seguiu anexa ao pedido protocolado sob nº 134/2019, donde se verifica que o documento se reveste das formalidades legais necessárias à validade do ato, porquanto assinado por todos os sócios da empresa e mediante deliberação por assembleia;

Considerando que o Tabelionato de Registro Civil, responsável pelo ato de reversão, solicita decreto municipal para finalização da referida escritura pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica deferido o pedido de reversão ao patrimônio público municipal, do imóvel da matrícula nº 6.653, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal, apresentado pela empresa Cooperativa de Produtores de Leite de Ouro - Cooperouro, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.591.320/0001-87, atualmente denominada Laticínios Campo Dourado Ltda., conforme averbação constante no Registro do Imóvel sob nº AV.13-6.653.

Art. 2º A presente reversão funda-se no contrato nº 050/2009, pelo qual o imóvel reverte ao patrimônio municipal no caso de o donatário suspender as atividades ou não manter os encargos aos quais se subordinou a doação, sem direito a qualquer tipo de indenização.

Art. 3º Fica fixado o prazo de 6 (seis) meses, contados do registro da escritura pública de reversão, para que o beneficiado efetue a retirada de todos os investimentos efetuados sobre o imóvel objeto da doação, de acordo com o art. 11 da Lei nº 2.117, de 31 de maio de 2007; não ocorrendo a retirada, automaticamente, os mesmos passam a integrar o patrimônio do Município de Ouro.

Art. 4º Fica a assessoria jurídica do Município incumbida e autorizada a adotar as providências necessárias para a efetivação da reversão do imóvel de que trata o presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 27 de agosto de 2019.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

LEI Nº 2.536

Publicação Nº 2138971

LEI Nº 2.536, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio cooperação técnica com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio cooperação técnica com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, tendo por objeto a conjugação de esforços e cooperação, visando dar suporte à execução das ações de Defesa Sanitária Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, no âmbito do Município, proporcionando a coletividade uma garantia de controle e sanidade animal, resguardando a saúde pública, bem como propiciando aos produtores rurais do Município o acesso aos serviços prestados pela CIDASC.

Art. 2º Com o objeto de promover as ações de Defesa Sanitária Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal, fica o Poder Executivo autorizado a ceder servidor público efetivo, com formação em medicina veterinária, para a CIDASC, com o fim de exercer a função de médico veterinário.

§ 1º A cessão de que trata o caput, dar-se-á para o fim específico de atuar na defesa sanitária animal e inspeção de produtos de origem animal no âmbito do Município de Ouro, nos seguintes termos:

I - o servidor desenvolverá suas atividades no escritório local da CIDASC de Ouro;

II - o servidor cumprirá jornada de trabalho de até 30 (trinta) horas semanais nas ações de Defesa Sanitária Animal e de Inspeção de Produtos de Origem Animal promovidas pela CIDASC;

III - a CIDASC fiscalizará a frequência, faltas e sanções disciplinares do servidor cedido e mensalmente informará à Prefeitura;

IV - o servidor colocado à disposição da CIDASC, ao final de cada mês, elaborará relatórios das atividades desenvolvidas, os quais serão remetidos a CIDASC e à Prefeitura.

§ 2º A cessão do servidor será em caráter transitório, pelo mesmo prazo de vigência estabelecida no termo de convênio firmado entre o Município e a CIDASC.

§ 3º Fica ao encargo do Município o ônus da remuneração do servidor cedido.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 28 de agosto de 2019.

NERI LUIZ MIQUELOTO
Prefeito

ALEX SANDRO SILVA
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

LEI Nº 2.537

Publicação Nº 2138980

LEI Nº 2.537, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a criação da Semana Municipal de Conscientização e Combate ao Feminicídio e Violência contra a Mulher no âmbito do Município de Ouro e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a "Semana Municipal de Conscientização e Combate ao Feminicídio e Violência contra a Mulher" no Município de Ouro, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 01 e 08 do mês de março.

Parágrafo único. A presente Lei tem como objetivo conscientizar a população sobre os direitos humanos das mulheres, combater o Feminicídio e outros tipos de violências contra a mulher.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a celebrar parcerias com instituições de iniciativa privada, órgãos municipais, estaduais, federais e instituições de ensino, culturais e religiosas, a fim de organizar atividades como seminários, intercâmbios, cursos, palestras relacionadas a esta Lei, visando promover a campanha educativa e ações de reflexão sobre a importância do tema, no intuito de auxiliar e fortalecer o evento.

Art. 3º Durante toda a semana de conscientização, o Executivo acrescentará em suas campanhas publicitárias, nos espaços públicos e de publicidade, tais como escolas, cmeis, ginásios, postos de saúde, veículos e outros de município de Ouro, campanhas educativas de combate a atos de violência contra a mulher.

Art. 4º A confecção dos materiais e a divulgação da campanha poderá ser debatida nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social e no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 5º As atividades referentes à Semana Municipal de Conscientização e Combate ao Feminicídio e Violência contra a Mulher passam a integrar o Calendário Oficial do Município – Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 28 de agosto de 2019.

NERI LUIZ MIQUELOTO

Prefeito

ALEX SANDRO SILVA

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº3260

Publicação Nº 2138908

DECRETO N. 3260/2019

"DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Mun. 1080/2019.

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado remanejar crédito Suplementar no valor de R\$ 52.203,00 (Cinquenta e dois mil, duzentos e três reais), para as seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão Orçament.	4000	SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
Unidade Orçam.	4001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
Função	12	Educação	
Subfunção	365	Educação Infantil	
Programa	1204	Criança na Escola	
Ação	2.16	Manutenção do Ensino Fundamental	
Fonte	0101	Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	
Valor	R\$	30.000,00	
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 27	
Ação	2.23	Manutenção da Educação Infantil	
Fonte	0101	Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	
Valor	R\$	22.203,00	
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 39	
Total	R\$	52.203,00	

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta de anulação parcial e/ou total da seguinte dotação:

Órgão Orçament.	4000	SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
Unidade Orçam.	4002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	
Função	27	Desporto e Lazer	
Subfunção	695	Turismo	
Programa	2302	Desenvolvimento do Turismo	
Ação	2.80	Desenvolvimento de Ações e Proj. Voltados ao Turismo	
Fonte	0100	Recursos Ordinários	
Valor	R\$	10.000,00	
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 118	
Órgão Orçament.	20000	SECRETARIA/COORD. DE ADM, PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Unidade Orçam.	20001	SECRETARIA/COORD. DE ADM, PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Função	4	Administração	
Subfunção	122	Administração Geral	
Programa	402	Administração Geral	
Ação	1.77	Reestruturação da Rede de Internet do Centro Administrativo	
Fonte	0100	Recursos Ordinários	
Valor	R\$	20.000,00	
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 7	
Valor	R\$	22.203,00	
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 8	
Total	R\$	52.203,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 27 de Agosto de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

LEI Nº1080

Publicação Nº 2138929

Lei N.º 1080/2019

"DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado remanejar crédito Suplementar no valor de R\$ 52.203,00 (Cinquenta e dois mil, duzentos e três reais), para as seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão Orçament.	4000	SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
Unidade Orçam.	4001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
Função	12	Educação	
Subfunção	365	Educação Infantil	
Programa	1204	Criança na Escola	
Ação	2.16	Manutenção do Ensino Fundamental	
Fonte	0101	Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	
Valor	R\$	30.000,00	
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 27	
Ação	2.23	Manutenção da Educação Infantil	
Fonte	0101	Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Educação	
Valor	R\$	22.203,00	
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 39	
Total	R\$	52.203,00	

Art. 2º - O Crédito aberto por esta Lei ocorreu por conta de anulação parcial e/ou total da seguinte dotação:

Órgão Orçament.	4000	SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES	
Unidade Orçam.	4002	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO	
Função	27	Desporto e Lazer	
Subfunção	695	Turismo	
Programa	2302	Desenvolvimento do Turismo	
Ação	2.80	Desenvolvimento de Ações e Proj. Voltados ao Turismo	
Fonte	0100	Recursos Ordinários	
Valor	R\$	10.000,00	
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 118	
Órgão Orçament.	20000	SECRETARIA/COORD. DE ADM, PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Unidade Orçam.	20001	SECRETARIA/COORD. DE ADM, PLANEJAMENTO E GESTÃO	
Função	4	Administração	
Subfunção	122	Administração Geral	
Programa	402	Administração Geral	
Ação	1.77	Reestruturação da Rede de Internet do Centro Administrativo	
Fonte	0100	Recursos Ordinários	
Valor	R\$	20.000,00	
Elemento	3390	Aplicações Diretas – Despesa 7	
Valor	R\$	22.203,00	
Elemento	4490	Aplicações Diretas – Despesa 8	
Total	R\$	52.203,00	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde, em 27 de Agosto de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

A presente Lei foi registrada e publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0100

Publicação Nº 2138925

PORTARIA N.º 100/2019
"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011.

RESOLVE:

1 – Conceder Licença Prêmio por tempo de Serviço, a servidora pública Municipal Sra. Lea Cristina Cavalli Marques, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Agrônomo, correspondente aos períodos aquisitivos de 22 de novembro de 2011 à 01 de setembro de 2015, de 05 de outubro de 2015 a 30 de junho de 2016 e de 04 outubro de 2016 a 28 de março de 2017, que serão gozadas no período de 01 de setembro de 2019 a 31 de outubro de 2019, retornando aos seus trabalhos no dia 01 de novembro de 2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de agosto de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº093

Publicação Nº 2138910

PORTARIA N.º 093/2019
"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE FAZEM PARTE DO CONSELHO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Amelio Remor Junior, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

1 - Nomear os membros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão:
Membro Efetivo: Cleusa Mendes;
Membro Suplente: Osmar Faccio.

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo:
Membro Efetivo: Wagner Chiot;
Membro Suplente: Manoela Benedetti Catapan.

Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:
Membro Efetivo: Edivani Santin Massoni;
Membro Suplente: Lidiane Vitória Bolzan.

Secretaria Municipal de Agricultura:
Membro Efetivo: Alcione Selig;
Membro Suplente: Lea Cristina Cavalli Marques.

Colégio Estadual Celestino do Nascimento:
Membro Efetivo: Lucileia Arboit;
Membro Suplente: Terezinha Dalbem.

Representante da Associação de Idosos de Ouro Verde:
Membro Efetivo: Dular Rodrigues dos Santos;
Membro Suplente: Anair Pasini Lazarotto.

Representante do Clube de Mães:
Membro Efetivo: Gislaine Tacca;
Membro Suplente: Adriana Delci Pasini.

Representante do Centro de Ensino Especial:
Membro Efetivo: Arlindo Pasini;
Membro Suplente: Pedro Alves de Quadra;

Representante da Associação de Veteranos de Ouro Verde:

Membro Efetivo: Paulo Cesar dos Santos;

Membro Suplente: Ronival Plazdo dos Santos.

Representante do Fórum de Combate a Violência e Exploração Infância Juvenil:

Membro Efetivo: Daiane Oliveira da Silva;

Membro Suplente: Simone Lemos Polatto.

2 - O trabalho desenvolvido por este conselho não será remunerado, sendo considerado serviço Público relevante.

3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de agosto de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOL KOSINSKI

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº094

Publicação Nº 2138913

PORTARIA N.º 094/2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR A DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

Resolve:

1 - Nomear os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, composta pelos seguintes membros:

Presidente: Edvani Santin Massoni

Vice- Presidente: Cleusa Mendes

Primeiro Secretário: Wagner Chiot

Segundo Secretário: Lucileia Arboit

Primeiro Tesoureiro: Gislaine Tacca;

Segundo Tesoureiro: Daiane Oliveira da Silva.

2 - O trabalho desenvolvido por este conselho não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de agosto de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº095

Publicação Nº 2138916

PORTARIA N.º 095/2019

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Cultura do Município de Ouro Verde- SC.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei 858/2013:

Resolve:

1 - Nomear membros para compor o Conselho Municipal de Cultura do município de Ouro Verde, conforme especifica:

I – Um representante de Departamento de Cultura do Município de Ouro Verde como membro nato:

Célio Antoninho Somavila (titular)
Luciana Ferreira (suplente)

II – Um representante da Administração Pública Municipal indicado pelo prefeito municipal
Douglas Costacurta (titular)
Claudete Dartora (Suplente)

III- Um representante da Câmara Municipal
Cleci Mendes (Titular)
Denoir Quichinin Biotto (Suplente)

IV – Um representante da Secretaria de Educação e Cultura
Eliane Aparecida Ramos (titular)
Roseli Terezinha Bernardi (suplente)

V - Representantes dos professores da rede Municipal de Ensino
Rejane Grando Conte (titular)
Eliane Leda Conci (suplente)

VI – Um representantes dos professores da rede Estadual de Ensino
Janaina Pinheiro (titular)
Debora Cristina Rebeschini (Suplente)

VII- Um representante dos Produtores Artesanais
Nilva Maria Tacca (titular)
Evandro dos Santos (suplente)

VIII- Um representante da de Entidades da Sociedade Civil;
Janete Borba Kosinski (titular)
Karine Spezia Remor (suplente)

IX- Um representante de Entidades Estudantis
Taysmara Bombana (titular)
Eduardo Gabriel Freitas Cardoso (Suplente)

X –Um representante de associações de mães/mulheres
Aline Cristina Finatto (titular)
Edina Pasini (suplente)

XI – Um representante do centro de tradições gauchescas
Valmir Siqueira (titular)
Pedro Francisco Alves de Quadra (suplente)

XII – Um representante de Associações Esportivas
Casemiro José Miri Bernardi (titular)
Cleomar Plazdo dos Santos (suplente)

XIII – Um representante de programas Assistenciais
Edivani Santin Massoni (titular)
Gracile de Sá (Suplente).

2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de agosto de 2019.
AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº096

Publicação Nº 2138918

PORTARIA N.º 096/2019

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela lei complementar 022/05.

RESOLVE:

1 – Conceder licença Maternidade a Servidora Pública Municipal Sra. EMANEOLA BENEDTTI CATAPAM, por período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 15 de Agosto de 2019, conforme atestado médico.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 26 de agosto de 2019.

AMELIO REMOR JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSISNSKI

VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº097

Publicação Nº 2138919

PORTARIA N.º 097/2019

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao servidor público municipal Sr. Belmiro Bonetta dos Santos, Lotado junto a Secretaria de Municipal de Meio Ambiente, correspondente ao período aquisitivo de 10/08/2018 a 09/08/2019, que serão gozadas no período de 01 de setembro de 2019 a 30 de setembro de 2019, retornando aos seus trabalhos no dia 01/10/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de agosto de 2019.

AMELIO REMOR JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº098

Publicação Nº 2138921

PORTARIA N.º 098/2019

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao servidor público municipal Sr. José Antonio Guedes, Lotado junto a Secretaria de Municipal de Infraestrutura, correspondente ao período aquisitivo de 06/07/2017 a 05/07/2018, que serão gozadas no período de 01 de setembro de 2019 a 30 de setembro de 2019, retornando aos seus trabalhos no dia 01/10/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de agosto de 2019.

AMELIO REMOR JÚNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº099

Publicação Nº 2138923

PORTARIA N.º 099/2019
"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JÚNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a servidora pública municipal Sra. Clarice Cechin Canton, Lotado junto a Secretaria de Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 04/02/2018 a 03/02/2019, que serão gozadas no período de 01 de setembro de 2019 a 30 de setembro de 2019, retornando aos seus trabalhos no dia 01/10/2019.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 27 de agosto de 2019.
AMELIO REMOR JÚNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº 049/2018

Publicação Nº 2138424

III TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0049/2018

CONSIDERANDO, a necessidade de adequações e procedimentos junto a FUNASA, ainda em andamento;
CONSIDERANDO, que os procedimentos e adequações demandam tempo;
CONSIDERANDO, a necessidade de prorrogação/evolução do convênio junto a FUNASA a fim de possibilitar a prorrogação contratual;
CONSIDERANDO, vistoria e levantamentos realizados pela FUNASA recentemente;
CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção do contrato da obra até seu término;
CONSIDERANDO, a necessidade de preservação do interesse público;

O MUNICÍPIO DE OURO VERDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua João Maria Conrado, n. 425, Centro, Município de Ouro Verde, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 80.913.031/0001-72, representado pelo Prefeito Municipal,
RESOLVE, estender por mais 60 (sessenta dias) o prazo de suspensão anteriormente fixado do contrato firmado com a Empresa VITAL ENGENHARIA LTDA – EPP, com sede na Av. Nereu Ramos, 75D, sala 1207-A, 12º andar, centro, Chapecó/SC, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 05.194.635/0001-90;

Regularizada a questão junto a FUNASA e ajustada a questão com a contratada antes do prazo de suspensão estabelecido o contrato poderá ser retomado.

Comunique-se, publique-se.

Ouro Verde (SC), 27 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE OURO VERDE AMÉLIO REMOR JUNIOR Prefeito Municipal	
--	--

TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO Nº007/2015

Publicação Nº 2138431

III TERMO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0007/2015

CONSIDERANDO, a necessidade de adequações e procedimentos junto a FUNASA, ainda em andamento;
CONSIDERANDO, que os procedimentos e adequações demandam tempo;
CONSIDERANDO, a necessidade de prorrogação/evolução do convênio junto a FUNASA a fim de possibilitar a prorrogação contratual;
CONSIDERANDO, vistoria e levantamentos realizados pela FUNASA recentemente;
CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção do contrato da obra até seu término;
CONSIDERANDO, a necessidade de preservação do interesse público;

O MUNICÍPIO DE OURO VERDE, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua João Maria Conrado, n. 425, Centro, Município de Ouro Verde, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 80.913.031/0001-72, representado pelo Prefeito Municipal, RESOLVE, estender por mais 60 (sessenta dias) o prazo de suspensão anteriormente fixado do contrato firmado com a Empresa DALBA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, com sede na Rodovia PR 566, km 5,5, Bairro São Miguel, CEP. 85609-350, Francisco Beltrão/PR, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 03.222.465/0001-85;

Regularizada a questão junto a FUNASA e ajustada a questão com a contratada antes do prazo de suspensão estabelecido o contrato poderá ser retomado.

Comunique-se, publique-se.

Ouro Verde (SC), 27 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE OURO VERDE AMÉLIO REMOR JUNIOR Prefeito Municipal	
--	--

Paial

PREFEITURA

LEI Nº 724/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138425

CONTATO "AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NEVIO ANOTNIO MORTARI, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo aprova, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito suplementar para reforçar valores de dotações orçamentárias do orçamento vigente e atualização de seus anexos, conforme discriminação a seguir:

ORGAO	DESCRIÇÃO	VALOR
2.009	MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3190	Aplicação Direta 34(fonte 18)	15.000,00
3190	Aplicação Direta 33(fonte 01)	80.000,00
04.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO , CULTURA E ESPORTES	
04.02	Diretoria de Esportes	
3000	Despesas Correntes	
2.014	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	
3390	Aplicação Direta 57 (fonte 00)	50.000,00
05.00	SEC. DE DESENV. SOCIAL E DA FAMILIA	
05.01	Fundo Munic Assistência Social	
3000	Despesas Correntes	
2.016	MANUTENÇÃO DO BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	
3190	Aplicação Direta 73(fonte 00)	80.000,00
2.036	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3190	Aplicação Direta 89(fonte 00)	80.000,00
05.03	Fundo dos Idosos	
2021	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS IDOSOS	
3390	Aplicação Direta 196(fonte 1890)	8.955,00
07.00	SEC. MUNICIPAL INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
07.01	Diretoria de Agricultura	
3000	Despesas Correntes	
2.027	MANUT. ATIVIDADES FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPEC	
3390	Aplicação Direta 113 (fonte 00)	30.000,00
2.028	PROG INCENTIVO A PRODUÇÃO AGROPECUARIA	
3390	Aplicação Direta 116 (fonte 00)	30.000,00
07.03	Gerencia de Transportes e Serviços	
3000	Despesas Correntes	
2.032	MANUT ATIVIDADES GERENCIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS	
3390	Aplicação Direta 159 (fonte 00)	100.000,00
4000	Despesas de Capital	
1.026	CONSTRUÇÃO DE VIA DE PEDESTRE/CICLOVIA	
4490	Aplicação Direta 195 (fonte 1139)	50.000,00
1.027	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	
4490	Aplicação Direta 137(fonte 1139)	100.000,00
TOTAL		638.955,00

Art. 2.º - A abertura de Crédito Suplementar de que trata o Artigo 1.º correrá por conta da anulação de dotação por fonte de recurso:

ORGAO	DESCRIÇÃO	VALOR
02.00	GABINETE DO PREFEITO	
02.01	Gabinete do Prefeito	



3000	Despesas Correntes	
2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	
3390	Aplicação Direta 3(fonte 00)	10.000,00
2.003	EVENTOS COMEMORATIVOS AO ANIVERSARIO DO MUNICIPIO	
3390	Aplicação Direta 4 (fonte 00)	7.000,00
03.00	SEC. DE ADM. PLANEJAMENTO E FINANÇAS	
03.01	Sec. Adm Planejamento e Finanças	
4000	Despesas de Capital	
1.004	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO ADMINISTRATIVO	
4490	Aplicação Direta 12(fonte 00)	10.000,00
3000	Despesas Correntes	
2.006	MANUTENÇÃO CONVENIO SEGURANÇA PUBLICA	
3390	Aplicação Direta 18(fonte 00)	15.000,00
0.003	PRECATORIOS E AÇÕES DE PEQUENO VALOR	
3390	Aplicação Direta 10(fonte 00)	40.000,00
2.005	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	
3350	Aplicação Direta 15(fonte 00)	20.000,00
04.00	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO , CULTURA E ESPORTES	
04.01	Diretoria de Ensino	
4000	Despesas de Capital	
1.009	CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO UNIDADES ESCOLARES	
4490	Aplicação Direta 169(fonte 300)	50.000,00
3000	Despesas Correntes	
2.008	MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	
3190	Aplicação Direta 44(fonte 01)	80.000,00
3190	Aplicação Direta 45(fonte 18)	15.000,00
3390	Aplicação Direta 46(fonte 01)	15.000,00
2.009	MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3390	Aplicação Direta 35(fonte 01)	15.000,00
2.012	PROGRAMA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
3390	Aplicação Direta 47(fonte 00)	9.000,00
04.02	Diretoria de Esportes	
3000	Despesas Correntes	
2.014	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS	
3190	Aplicação Direta 56 (fonte 00)	20.000,00
05.00	SEC. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMILIA	
05.01	Fundo Municipal de Assistência Social	
3000	Despesas Correntes	
2.017	MANUTENÇÃO DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA	
3390	Aplicação Direta 80(fonte 00)	20.000,00
2.018	MANUTENÇÃO DO BLOCO IGD-SUAS	
3390	Aplicação Direta 47(fonte 00)	20.000,00
2.036	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
3190	Aplicação Direta 87(fonte 00)	20.000,00
4000	Despesas de Capital	
1.044	CONSTRUÇÃO DO CRAS	
4490	Aplicação Direta 71(fonte 1139)	100.000,00
05.03	FUNDO DO IDOSO	
4000	Despesas de Capital	
1.016	AQUISIÇÃO DE BENS MOVEIS-IDOSOS	
4490	Aplicação Direta 94(fonte 00)	20.000,00
4490	Aplicação Direta 182(fonte 1890)	7.902,00
1.010	AMPLIAÇÃO E REFORMA DE IMOVEIS DO SOCIAL	
4490	Aplicação Direta 181(fonte 1890)	1.053,00
07.00	SEC. MUNICIPAL INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	
07.03	Gerencia de Transportes e Serviços	
4000	Despesas de Capital	
1035	AMPLIAÇÃO DA REDE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA	

4490	Aplicação Direta 193 (fonte 1139)	50.000,00
07.01	Diretoria de Agricultura	
3000	Despesas Correntes	
2.027	MANUT. ATVID. FUNDO DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO	
3171	Aplicação Direta 110 (fonte 00)	9.000,00
3190	Aplicação Direta 111 (fonte 00)	60.000,00
2.038	PROG INCENTIVO PSICULTURA/APICULTURA/VINICULTURA	
3350	Aplicação Direta 118(fonte 00)	10.000,00
TOTAL		638.955,00

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, aos 28 dias do mês de Agosto do ano de 2019.
NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

LEI Nº 725/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138430

“Institui o Programa de Controle de Brucelose e Tuberculose Bovina e, Mormo e Anemia Infecciosa Equina, dá outras providências”.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Controle de Brucelose e Tuberculose Bovina e, Mormo e Anemia Infecciosa Equina no Município de Paial/SC, nos termos da presente Lei.

Art. 2º O Programa de Controle de Brucelose e Tuberculose Bovina e, Mormo e Anemia Infecciosa Equina visa incentivar os produtores a realizarem exames de Tuberculose e Brucelose em seus rebanhos e, exames de Mormo e Anemia Infecciosa Equina, com o fim de controle e erradicação das referidas doenças do Município de Paial.

Art. 3º O produtor que realizar exames da Brucelose e Tuberculose Bovina nos rebanhos e, Mormo e Anemia Infecciosa Equina, fará jus a um auxílio financeiro no valor de R\$ 12,00 (doze reais) por exame realizado.

Parágrafo único. O ressarcimento das despesas com os exames realizados se dará mediante a apresentação de laudo emitido por profissional competente e comprovante de gastos em nome do beneficiado.

Art. 4º No caso de constatação da Tuberculose e Brucelose Bovina com consequente interdição da propriedade será repassado ao produtor o auxílio de 10% (dez por cento) do salário mínimo por animal sacrificado, até o teto máximo de 1 (um) salário mínimo, pelo período de 2 (dois) meses.

Parágrafo único. O auxílio de que trata o caput deste artigo somente será repassado mediante apresentação do laudo de interdição da propriedade emitido pela CIDASC.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, aos 28 dias do mês de Agosto do ano de 2019.
NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

LEI Nº 726/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138434

“Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções consubstanciado no Contrato de Consórcio Público da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências”.

NEVIO ANTONIO MORTARI, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial, com fundamento nos art. 69, Inciso I, da Lei Orgânica Municipal, Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), firmado entre este Município

e o Consórcio Público ARIS, mediante autorização da Lei Municipal nº 516/2012, alterada pela Lei Municipal nº 651/2017.

Art. 2º O texto consolidado do Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público está publicado nas páginas 1544/1627 da edição nº 2771 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 08 de março de 2019, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503_edicao_2771_assinada.pdf).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, aos 28 dias do mês de Agosto do ano de 2019.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 067-2019 PP 36-2019 - TIPO MENOR PREÇO GLOBAL (CONSIDERANDO A MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)

Publicação Nº 2138780

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, TORNA PÚBLICO que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

PROCESSO N.º 067/2019	
MODALIDADE:	
PREGAO PRESENCIAL 036/2019	
OBJETO: Contratação de empresa especializada em fornecimento e gerenciamento de Auxílio-Alimentação, através de Cartão Eletrônico/Magnético com senha.	
FORMA DE JULGAMENTO: tipo MENOR PREÇO GLOBAL (CONSIDERANDO A MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO)	
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES	
O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até 08 H 30 horas do dia 10 DE SETEMBRO DE 2019 no Setor de Protocolo desta Prefeitura Sala de Licitações da Prefeitura de Paial, sito a Rua Goiás, 400, centro – Paial – SC.	
JULGAMENTO DA PROPOSTAS DE PREÇOS HABILITAÇÃO	
A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS dar-se-á a partir das 08 H 30 MIN 10 DE SETEMBRO DE 2019 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Prefeitura de Paial e da PROPOSTA DE PREÇOS no mesmo local e horário, desde que atendido o disposto no inciso III, art. 43 de Lei 8.666/93 em caso contrário a abertura das Propostas se dará após o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei 8.666/93.	
LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES	
Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3451-0045, ou diretamente no Setor Administrativo (LICITACOES) da Prefeitura Municipal de PAIAL, Rua Goiás nº 400, Centro e ainda no site: www.paial.sc.gov.br	
Declaro que a presente Licitação foi disponibilizada no Site: www.paial.sc.gov.br Em 29/08/2019 MIRIAN DARGAS PREGOEIRA DESIGNADA PELO DECRETO 05/2019	Declaro que a presente Licitação foi Publicada no Mural Público desta Prefeitura Municipal Em 29/08/2019 Protocolo N. 67/2019 FABIANE CAPELESSO ASSESSORA ADMINISTRATIVA

Paial – SC, 29/08/2019

NEVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

CADERNO DE PROVA

Publicação Nº 2139241

Palhoça (SC), 27 de Agosto de 2019.

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE PALHOÇA PARA O QUADRIÊNIO 2020-2023

Edital Nº 01/2019 CMDCA PALHOÇA

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS

Caro(a) Candidato(a):

Leia com o máximo de atenção e cumpra, RIGOROSAMENTE, as instruções que seguem, pois elas são parte integrante da prova e normas que regem este Processo de Escolha Unificada.

1. Confira atentamente o material (Folha de Gabarito e Caderno de Prova) que lhe foi entregue; se houver falhas, solicite ao Fiscal a entrega do material que falta.
2. O presente Caderno de Prova contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha e 1 (uma) questão discursiva, relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente, à política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente e ao Conselho Tutelar. Verifique se o Caderno está completo e sem falha na impressão; caso contrário, solicite ao Fiscal a entrega de novo Caderno para substituição.
3. Cada questão de múltipla escolha terá como pontuação o valor de 2 (dois) pontos, perfazendo o total de 80 (oitenta) pontos, e a questão discursiva terá como pontuação o valor de 20 (vinte) pontos.
4. É parte integrante desta prova a Folha de Gabarito que deve ser preenchida com cuidado pelo(a) candidato(a) com as respostas de sua prova.
5. Cada questão oferece 05 (cinco) opções de respostas, representada pelas letras: A, B, C, D e E. Somente uma das opções pode ser considerada correta em relação ao seu enunciado.
6. A Folha de Gabarito deverá ser assinalada ou preenchida com caneta esferográfica azul ou preta.
7. Serão anuladas as questões que contiverem emendas, rasuras, borraduras ou qualquer assinalação diferente. O quadro relativo à resposta escolhida deve ser completamente preenchido conforme o exemplo
8. No caderno de provas, você poderá rabiscar, riscar, etc. Ao final da prova, entregue o CADERNO DE PROVA E A FOLHA DE GABARITO aos Fiscais da Sala, devidamente assinados.
9. Não é permitido fumar na sala, usar boné e permanecer com celulares ligados ou qualquer outro aparelho eletrônico.
10. Não é permitido nenhum tipo de consultas.
11. Durante a prova, o(a) candidato(a) NÃO pode fazer perguntas sobre o conteúdo das questões que são parte integrante da prova.
12. Para chamar o(a) Fiscal, basta levantar o braço.
13. A prova tem duração de 04 (quatro) horas e avisaremos quando faltar meia hora para o término da mesma.
14. Somente será permitida a saída do(a) candidato(a) a partir da 1ª hora de realização da prova.
15. Os(as) três últimos(as) candidatos(as) deverão permanecer na sala até a conclusão da prova do(a) último(a) candidato(a).
16. Esta prova faz parte do EDITAL Nº 01/2019 – CMDCA de Palhoça/SC.

BOA SORTE!

NOME DO(A) CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____

CADERNO DE PROVA

01) Aprovada no dia 13 de julho de 1990, a norma que inovou sobre a regulamentação da área da infância e da adolescência dispondo sobre a proteção integral para essa faixa etária foi:

- a) A Lei Federal Nº 8.666.
- b) O Decreto Lei Nº 8.621.
- c) A Lei Nacional Nº 9.096.
- d) A Lei Federal Nº 8.069.
- e) Nenhuma das alternativas está correta.

02) Uma das determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no artigo 11 parágrafo 3º sobre os profissionais que atuam nas linhas de cuidados voltadas à saúde, no cuidado diário ou frequente de crianças na primeira infância é:

- a) Que recebam formação específica e permanente para a detecção de sinais de risco para o desenvolvimento psíquico, bem como para o acompanhamento que se fizer necessário.
- b) Que não acolham as crianças sem a presença do pai e da mãe.
- c) Apenas orientem pais e responsáveis para que levem seus filhos em hospitais gerais.

- d) Trabalhem apenas seis horas por dia.
- e) As alternativas "a" e "c" estão corretas.

03) Assinale nas alternativa abaixo aquela diretriz que NÃO se configura enquanto uma diretriz da política de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes citada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Manutenção do fundo nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.
- b) Criação dos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente.
- c) Centralização das ações através da Federalização do atendimento.
- d) Integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e políticas sociais básicas, para efeito de agilização do atendimento de crianças e adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, visando a rápida reintegração à família de origem, ou se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta.
- e) Mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

04) Mariana tem 08 anos e não frequenta a escola que está matriculada há 15 dias, pois a mãe não consegue acordá-la antes do horário de início das aulas. Diante de tal situação, indique, respectivamente, qual é o direito fundamental da criança que está sendo violado, quem é o agente violador desse direito e qual é a medida mais apropriada a ser aplicada nessa situação pelo Conselho Tutelar:

- a) Direito à educação, a própria criança, inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.
- b) Direito à profissionalização, as políticas públicas de educação, orientação e acompanhamento temporários.
- c) Direito à educação, pais ou responsáveis, matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.
- d) Direito à convivência familiar e comunitária, pais ou responsáveis, inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.
- e) Direito à educação, políticas públicas de educação, inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

05) Com a aprovação do ECA ocorreu profunda mudança nos princípios da doutrina de proteção integral que deve ser adotada nas políticas com essa faixa etária específica. Assim, a atual doutrina faz contraponto à doutrina anterior que considerava a criança e o adolescente em situação irregular. Qual das alternativas abaixo se aplica à doutrina em vigor, ou seja, após aprovação do ECA:

- a) Aplica-se apenas ao universo de adolescentes.
- b) Se refere apenas aos adolescentes em conflito com a lei.
- c) É válida exclusivamente com as crianças em situação de rua e risco social.
- d) Pode ser aplicada apenas para crianças matriculadas regularmente nas escolas públicas.
- e) Para todas as crianças e adolescentes brasileiros.

06) Quando fatos envolverem crianças e adolescentes, a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes:

- a) Poderá ser identificado apenas o nome da criança ou adolescente.
- b) Não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.
- c) Não há problema em identificar o apelido da criança ou adolescente.
- d) As restrições de divulgação de dados não são válidas em casos de ato infracional.
- e) A notícia poderá mostrar as imagens caso a criança autorize.

07) A garantia da prioridade absoluta na efetivação dos direitos à criança e ao adolescente, conferida pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, compreende:

- a) Prioridade em receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- b) Precedência no atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas públicas.
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção integral à criança e ao adolescente.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

08) É dever do Estado assegurar à criança a educação infantil em estabelecimentos de ensino, mantidos pelo setor público:

- a) Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.
- b) Atendimento em creche apenas a partir de 3 (três) anos de idade.
- c) Para criança antes de cinco anos de idade somente com determinação judicial.
- d) Somente 2 (dois) dias por semana quando os pais trabalham fora.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

09) A Lei Federal Nº 12.696 de 25 de julho de 2012, garante aos Conselheiros Tutelares, por aprovação em lei municipal:

- a) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- b) Licença interesse sem remuneração, FGTS e Anuênio.
- c) Cobertura previdenciária, férias anuais remuneradas acrescidas de 1/3, licença maternidade e paternidade e gratificação natalina.
- d) Apenas as licenças maternidade e paternidade.
- e) Nenhum outro direito além de ajuda de custo.

10) Nos casos em que se suspeitam ocorrências de maus tratos contra crianças, deve ser feita comunicação:

- a) Ao Conselho da Comunidade.
- b) Às Casas de Passagem.
- c) Ao Patronato.
- d) Ao Conselho Tutelar.

e)Ao Centro Comunitário.

11)É dever da _____, da _____, da _____ e do _____ assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à _____, à saúde, à alimentação, à educação, ao _____, ao _____, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao _____, à _____ e à convivência familiar e comunitária.

Complete as lacunas com a alternativa correta:

- a)Associação de Moradores / Igreja / Escola / Policial Militar / beleza / sorriso / afeto / amor / felicidade.
- b)Igreja / Escola / Associação de Moradores / Grupo de Jovens / beleza / sorriso / afeto / amor / felicidade.
- c)Família / Escola / Associação de Moradores / Grupo de Jovens / aparência / sorriso / afeto / amor / felicidade.
- d)Família / Comunidade / Sociedade em Geral / Poder Público / vida / esporte / lazer / respeito / liberdade.
- e)Comunidade / Família / Escola / Poder Público / vida / esporte / lazer / respeito / liberdade.

12)Conforme determina o ECA, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- a) Conflitos entre os alunos da escola.
- b) Maus-tratos envolvendo seus alunos.
- c) Conflitos entre os professores e alunos da escola.
- d) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- e) As alternativas "b" e "d" estão corretas.

13)O inciso IX do art. 136 do ECA, diz que é função do Conselho Tutelar auxiliar o Poder Executivo quando da elaboração da proposta orçamentária do município. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito a essa atribuição do Conselho Tutelar:

- a)O Conselho Tutelar deverá indicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente as deficiências (não-oferta ou oferta irregular) dos serviços públicos de proteção, promoção, defesa e atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, oferecendo subsídios para a implantação desses serviços ou para seu aperfeiçoamento, garantindo, dessa forma, a prioridade absoluta no investimento de recursos públicos para a criança e o adolescente.
- b)Não é atribuição do Conselho Tutelar tal propositura e apenas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, enquanto instância de formulação e deliberação da política de direitos.
- c)É mais uma questão política e, portanto, o Conselho Tutelar deve se manter distanciado, isento do processo.
- d)Nenhuma das alternativas é correta.
- e)As alternativas "b" e "c" são corretas.

14)Serão aplicadas as medidas de proteção à criança e ao adolescente sempre que os direitos garantidos no ECA forem ameaçados ou violados por:

- a)Somente quando a criança não quiser cumprir alguma determinação do adulto.
- b)Apenas pelo excesso de liberdade dos pais.
- c)Somente quando a criança ou adolescente não acompanharem as atividades da sua turma na escola.
- d)Apenas quando a família não responder a uma solicitação da escola.
- e)Todas as alternativas estão incorretas.

15)Quais dos direitos citados abaixo NÃO fazem parte dos direitos fundamentais da criança e do adolescente regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a)Proteção à vida e à saúde, permitindo o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- b)Direito de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- c)Direito de ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta.
- d)Direito ao trabalho e à profissionalização em qualquer idade da infância e adolescência.
- e)Ensino fundamental, obrigatório e gratuito.

16)Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de _____ e _____.

Complete as lacunas com a alternativa correta:

- a)Trabalho / formação.
- b>Sangue / biológicos.
- c)Afinidade / afetividade.
- d)Amizade / artísticos.
- e)Saúde / competição.

17)Em procedimento de adoção, havendo conflito entre direitos e interesses do adotando e de outras pessoas, inclusive seus pais biológicos, devem prevalecer os direitos e os interesses:

- a)Do juiz.
- b)Do adotando.
- c)Da equipe técnica do abrigo.
- d)Do Conselheiro Tutelar.
- e)De nenhuma das partes e o procedimento deve ser interrompido.

18)Para qual idade é proibido qualquer trabalho, inclusive na condição de jovem aprendiz:

- a)Mais de 14 anos.
- b)Menos de 14 anos.
- c)Menos de 16 anos.
- d)Entre 10 e 14 anos.

e) Não há limitações de idade para trabalhar.

19) São atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:

- a) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- b) Aplicar às crianças e aos adolescentes medidas socioeducativas.
- c) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- d) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência social, trabalho e segurança.
- e) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

20) Na política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, dentre as linhas de ação estão:

- a) Segregação de informações sobre a população usuária.
- b) Estímulo à competição para atingir metas.
- c) Trabalho como forma de corrigir e orientar condutas inadequadas de adolescentes.
- d) Inserção na escola em horário alternado ao turno de trabalho de crianças.
- e) Políticas sociais básicas.

21) Acerca do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, nos termos do disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.
- b) A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados, podendo os pais ou responsáveis fazerem uso de castigo físico como forma de correção, disciplina ou educação.
- c) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente.
- d) A criança tem o direito de brincar, praticar esportes e divertir-se.
- e) A criança e o adolescente tem direito de participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.

22) O pai comparece ao Conselho Tutelar informando que seu filho de 05 anos necessita fazer um exame médico emergencial de alta complexidade e que o referido exame não está sendo liberado pela Secretaria Municipal de Saúde, mesmo depois de repetidas tentativas pela família da criança junto a Secretaria. Se tal exame não for liberado com brevidade, o menino corre risco de morte. Diante do exposto, identifique qual é o direito da criança que está sendo violado ou ameaçado, quem é o agente violador e qual a medida de proteção mais apropriada a ser aplicada pelo Conselho Tutelar nessa situação:

- a) Direito à vida e à saúde, pais ou responsáveis, requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
- b) Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, própria criança, inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.
- c) Direito à vida e à saúde, Estado (políticas públicas de saúde), encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.
- d) Direito à vida e à saúde, pais ou responsáveis, encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.
- e) Direito à vida e à saúde, Estado (políticas públicas de saúde), requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

23) A Constituição Federal veda o trabalho ao menor de 16 anos. Porém, permite que a pessoa maior de 14 anos de idade exerça o trabalho na condição de jovem aprendiz. O jovem aprendiz:

- a) Pode realizar qualquer tipo de trabalho, desde que seja até às 24 horas.
- b) Pode realizar trabalho em local insalubre, desde que devidamente autorizado pelos pais ou responsável.
- c) Não pode trabalhar em horários e locais que não permitam sua frequência na escola.
- d) Pode realizar qualquer tipo de trabalho, mesmo que prejudique seu desenvolvimento biopsicossocial.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

24) O abrigo é medida e não implicando em privação de liberdade da criança ou adolescente. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Permanente e excepcional.
- b) Provisória e excepcional.
- c) Excepcional e obrigatória.
- d) Obrigatória e provisória.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

25) O Conselho Tutelar é órgão, e, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Eca.

- a) Dependente, jurisdicional, autônomo.
- b) Permanente, autônomo, jurisdicional.
- c) Permanente, autônomo, não jurisdicional.
- d) Policial, vinculante, jurisdicional.
- e) Todas as alternativas são incorretas.

26) Dentre as medidas de proteção abaixo assinale aquela que NÃO pode ser aplicada diretamente pelo Conselho Tutelar à criança e ao adolescente:

- a)Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
- b)Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- c)Orientação, apoio e acompanhamento temporários.
- d)Colocação em família substituta.
- e)Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.

27)Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual imposto por um dos pais ou responsáveis com quem mora a criança ou adolescente, o juiz poderá determinar, como medida cautelar:

- a)Inclusão do agressor em programa oficial ou comunitário de auxílio.
- b)Encaminhamento do agressor a tratamento psiquiátrico.
- c)Advertência.
- d)Afastamento do agressor da moradia comum.
- e)Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.

28)O Estatuto da Criança e do Adolescente disciplina acerca da implantação dos Conselhos Tutelares e estabelece:

- a)Em cada município com mais de 30 (trinta) mil habitantes haverá, no mínimo, dois Conselhos Tutelares.
- b)Os Conselhos Tutelares serão compostos por cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de quatro anos, permitida recondução por novos processos de escolha.
- c)Em municípios com mais de 100 (cem) mil habitantes, os Conselhos Tutelares serão compostos de sete membros, com mandato de dois anos, permitida a recondução.
- d)Os Conselhos Tutelares serão compostos por sete membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- e)O Município pode analisar a partir de suas demandas se há a necessidade de implementação de um Conselho Tutelar.

29)Sobre o que o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe em relação ao Conselho Tutelar é CORRETO afirmar:

- a)Para candidatar-se ao Conselho Tutelar, o único requisito exigido é ter idade superior a 21 (vinte e um) anos.
- b)Cada município terá a liberdade de regulamentar em Lei Municipal quantos membros irão compor um Conselho Tutelar e o tempo de mandato para cada gestão de um novo colegiado do Conselho Tutelar.
- c)São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado.
- d)O Conselho Tutelar é um órgão auxiliar e vinculado administrativamente ao Sistema de Justiça.
- e)É de competência do Conselho Tutelar de Palhoça (SC) zelar pelo cumprimento dos direitos de todas as crianças e adolescentes que residem no Estado de Santa Catarina.

30)Maria (fictício) é integrante do Conselho Tutelar do município de Palhoça (SC). As decisões são tomadas pelo colegiado de conselheiros. Contudo, houve uma situação em que, no plantão, Maria teve que tomar uma decisão para a qual não tinha procedimento anteriormente definido. Assinale a alternativa CORRETA:

- a)Maria pode e tem competência para tomar qualquer tipo de decisão sem ter que passar pelo colegiado do Conselho Tutelar de Palhoça.
- b)No cotidiano do trabalho de conselheiro tutelar é assim que funciona, pois cada conselheiro tutelar trabalha em horários e dias da semana que achar mais adequado e, portanto, as decisões não precisam ser tomadas pelo colegiado.
- c)Tomar decisões no colegiado demonstra fraqueza e incompetência de seus membros, afinal, foram eleitos para tomar decisões.
- d)As decisões do Conselho Tutelar, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, devem ser tomadas no colegiado e em momentos de impedimento, precisam ser submetidas na primeira oportunidade, junto ao colegiado.
- e)Todas as alternativas são corretas.

31)Pode-se dizer que, além de outras, a criação dos Conselhos Tutelares pela Lei nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) atende a finalidade de:

- a)Profissionalizar a atividade do comissário de menores, até então exercida de forma amadora e voluntária.
- b)Retirar do Judiciário a atividade fiscalizatória, transferindo para a esfera administrativa a aplicação das multas decorrentes do descumprimento de normas de proteção à criança e ao adolescente.
- c)Desjudicializar o atendimento das situações em que ocorra ameaça ou violação a direitos de crianças e adolescentes;
- d)Garantir participação popular nas instâncias deliberativas e controladoras das ações da política de atendimento em todos os níveis;
- e)Democratizar o exercício do patronato, até então restrito aos financiadores da assistência filantrópica aos menores;

32)Acerca da família substituta, assinale a alternativa CORRETA.

- a)A adoção não atribui a condição de filho ao adotado.
- b)A guarda é medida excepcional e irrevogável.
- c)A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente.
- d)A morte dos adotantes restabelece o poder familiar dos pais naturais se estes ainda estiverem vivos.
- e)A colocação em família substituta será feita apenas mediante adoção.

33)Acerca da prevenção especial, assinale a alternativa INCORRETA.

- a)Nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside sem expressa autorização do Conselho Tutelar.
- b)É proibida a venda à criança ou ao adolescente de bebidas alcoólicas.
- c)As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com a advertência de seu conteúdo.
- d)Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária.
- e)Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

34) Sobre o entendimento de família, a partir das diretrizes do ECA, é INCORRETO afirmar:

- a) Entende-se por família natural aquela formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- b) A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção.
- c) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível.
- d) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta.
- e) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.

35) É permitida a venda à criança ou ao adolescente de:

- a) Armas, munições e explosivos.
- b) Bebidas alcoólicas e produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
- c) Bombinhas que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.
- d) Bilhetes lotéricos e equivalentes.
- e) Produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.

36) Em relação às medidas socioeducativas para adolescentes que praticam ato infracional, cabe ao Conselho Tutelar:

- a) Advertir o adolescente.
- b) Aplicar a medida de prestação de serviços à comunidade.
- c) Aplicar as medidas de proteção previstas no artigo 101 do ECA, I a VI, conforme solicitação da autoridade competente.
- d) Encaminhar o adolescente para internação em estabelecimento educacional.
- e) Obrigar o adolescente e sua família a reparar o dano causado pelo ato infracional praticado.

37) De quem é o dever de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária:

- a) Exclusivamente do poder judiciário.
- b) Da administração pública Municipal, somente.
- c) Somente da administração pública Estadual.
- d) Da família e da comunidade, excepcionalmente.
- e) Da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.

38) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas:

- a) Ao Poder Público.
- b) Ao Ministério Público.
- c) Ao serviço de acolhimento institucional.
- d) À Justiça da Infância e da Juventude.
- e) Nenhuma das alternativas.

39) São alguns dos princípios que regem as medidas de proteção aplicáveis às crianças e aos adolescentes:

- I – prevalência da família.
- II – interesse superior da criança e do adolescente.
- III – obrigatoriedade da informação.
- IV – oitiva obrigatória e participação.
- V – condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Estão corretas as alternativas I e V.
- c) Estão corretas as alternativas III, IV e V.
- d) Nenhuma alternativa está correta.
- e) Estão corretas as alternativas I, III, IV e V.

40) São atribuições do Conselho Tutelar previstas no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, EXCETO:

- a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- b) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- c) Fiscalizar bares, festas, motéis, shows e congêneres, onde eventualmente possam se fazer presentes adolescentes desacompanhados dos pais ou dos responsáveis.
- d) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
- e) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

QUESTÃO DISSERTATIVA:

O Conselho Tutelar é acionado para atender uma família. Ao realizar a primeira abordagem, o Conselheiro verifica que essa família é composta pelo Sr. João e pela esposa Sra. Maria, mais 05 filhos – uma filha de 15 anos e 04 filhos, os quais tem idades decrescentes de 13, 11, 07 e 04 anos. A família mora em uma casa de madeira que possui 04 cômodos – cozinha, sala e 02 quartos. A família sobrevive com uma renda mensal em torno de um salário mínimo com a coleta de materiais recicláveis.

A filha e o filho mais velho do casal estão em evasão escolar há aproximadamente 06 meses. O filho de 04 anos está em atraso com as vacinas e encontra-se descuidado em relação a sua higiene corporal. O filho adolescente está cometendo pequenos furtos pela região onde vivem e há suspeitas fortes de que está fazendo uso indevido de substâncias psicoativas.

A mãe é vítima de violência física, sexual e psicológica pelo marido e relata não trabalhar para cuidar dos filhos. No entanto, em muitas situações, demonstra-se negligente e omissa com os mesmos, "não tendo controle sobre eles" (sic). Maria já tentou fugir do marido, indo morar em uma cidade no oeste do Estado, no entanto, João foi atrás e os dois acabaram retomando a relação marital.

Além da mãe, os filhos também sofrem violência física e psicológica do pai, o qual com frequência deixa marcas corporais nos filhos em virtude das agressões.

A filha adolescente está sendo aliciada para a exploração sexual e, recentemente, descobriu que está grávida de 02 meses.

A partir da análise da situação, descreva quais são os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes que estão sendo violados e quais seriam as medidas de proteção e os encaminhamentos que poderiam ser realizados pelo Conselho Tutelar.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/18-A

Publicação Nº 2138000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº010/2018 do PREGÃO Nº131/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresa - ICOFA IND E COM DE FRALDAS E ABSORVENTES LTDA EPP OBJETO: Aquisição de fraldas descartáveis para atender as crianças do Serviço de acolhimento Institucional (Abrigo em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$6.800,00 (seis mil e oitocentos reais). DATA: 22/11/2018 A 21/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/18-A

Publicação Nº 2138002

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITUA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº011/2018 do PREGÃO Nº131/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresa - MAYCON WILL EIRELI EPP OBJETO: Aquisição de fraldas descartáveis para atender as crianças do Serviço de acolhimento Institucional (Abrigo em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$6.000,00 (seis mil reais). DATA: 22/11/2018 A 21/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/18-A

Publicação Nº 2138003

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITUA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº012/2018 do PREGÃO Nº131/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresa - BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA OBJETO: Aquisição de fraldas descartáveis para atender as crianças do Serviço de acolhimento Institucional (Abrigo em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais). DATA: 22/11/2018 A 21/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/18-P

Publicação Nº 2137918

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITUA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº161/2018 do PREGÃO Nº130/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresa ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) destinados aos funcionários da limpeza urbana e do setor de obras da Secretaria de Infraestrutura., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preço. VALOR: R\$506,00 (quinhentos e seis reais).DATA: 30/10/2018 A 29/10/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/18-P

Publicação Nº 2137919

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITUA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº162/2018 do PREGÃO Nº126/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresa TRACTON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP OBJETO: Aquisição de uniformes especializados, destinados aos funcionários da limpeza urbana e do setor de obras., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preço. VALOR: R\$79.495,00 (setenta e nove mil e quatrocentos e noventa e cinco reais). DATA: 31/10/2018 A 30/10/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/18-SESP

Publicação Nº 2137930

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº163/2018 do PREGÃO Nº137/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA - EPP. OBJETO: Aquisição do material Bica Corrida para utilização na manutenção periódica de ruas não pavimentadas em diversos locais do município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: \$831.600,00 (oitocentos e trinta e um mil e seiscentos reais). DATA: 13/11/2018 A 12/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 164/18-P

Publicação Nº 2137932

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº164/2018 do PREGÃO Nº134/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PALAVRA EDIÇÃO DE JORNAIS EIRELI - ME. OBJETO: Contratação de empresa para serviços de publicidade em jornal de circulação local (Município de Palhoça), com prioridade semanal e de distribuição gratuita para publicação de atos institucionais, tais como: editais, convocações e informativos. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais). DATA: 13/11/2018 A 12/11/2019.

Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 165/18-SESP

Publicação Nº 2137933

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº165/2018 do PREGÃO Nº136/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa TRATOR PEÇAS COM. DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP. OBJETO: Aquisição de peças para reposição em máquinas pesadas pertencentes a Secretaria de Serviços Públicos - SESP e Secretaria de Infraestrutura e Saneamento., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$64.761,00 (sessenta e quatro mil e setecentos e sessenta e um reais). DATA: 19/11/2018 A 18/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/18-SESP

Publicação Nº 2137935

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº166/2018 do PREGÃO Nº136/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JULIO SILVESTRI FILHO ME. OBJETO: Aquisição de peças para reposição em máquinas pesadas pertencentes a Secretaria de Serviços Públicos - SESP e Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$2.465,00 (dois mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais), DATA: 20/11/2018 A 19/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/18-SESP

Publicação Nº 2137937

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº167/2018 do PREGÃO Nº136/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA ME. OBJETO: Aquisição de peças para reposição em máquinas pesadas pertencentes a Secretaria de Serviços Públicos - SESP e Secretaria de Infraestrutura e Saneamento, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$129.302,50 (cento e vinte e nove mil, trezentos e dois reais e cinquenta centavos). DATA: 20/11/2018 A 19/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/18-EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2137940

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº168/2018 do PREGÃO Nº143/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FLAME COMERCIO DE GAS LTDA.. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de vasilhames e carga de gás P13 e P45 para as cozinhas das unidades escolares deste município para o ano de 2019, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$330.000,00 (trezentos e trinta mil reais). DATA: 22/11/2018 A 21/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/18-INFRA

Publicação Nº 2137942

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº169/2018 do PREGÃO Nº147/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SOLIDA SERVIÇOS DE MAO DE OBRAS EIRELI - ME OBJETO: Aquisição de Artefatos de Cimento; Tubos de Concreto para utilização na construção de redes pluviais, obras de sistemas de drenagens em diversas obras realizadas pelo município, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$563.300,00 (quinhentos e sessenta e três mil e trezentos reais). DATA: 23/11/2018 A 22/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/18-P

Publicação Nº 2137944

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº170/2018 do PREGÃO Nº104/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI - ME OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$28.334,30 (vinte e oito mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta centavos). DATA: 29/11/2018 A 28/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/18-P

Publicação Nº 2137946

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº171/2018 do PREGÃO Nº104/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - DGW BRASIL EIRELI ME OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$12.888,00 (doze mil e oitocentos e oitenta e oito reais). DATA: 29/11/2018 A 28/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/18-P

Publicação Nº 2137950

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº172/2018 do PREGÃO Nº104/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI EPP OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$26.430,70 (vinte e seis mil quatrocentos e trinta reais e setenta centavos). DATA: 29/11/2018 A 28/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/18-P

Publicação Nº 2137953

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº173/2018 do PREGÃO Nº104/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - FGH DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS PARA DEPARTAMENTOS EIRELI OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$28.113,00 (vinte e oito mil e cento e treze reais). DATA: 29/11/2018 A 28/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/18-P

Publicação Nº 2137955

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº174/2018 do PREGÃO Nº104/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - LUGRAF GRAFICA E PAPELARIA EIRELI EPP OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$165.099,00 (cento e sessenta e cinco mil e noventa e nove reais). DATA: 29/11/2018 A 28/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/18-P

Publicação Nº 2137956

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº175/2018 do PREGÃO Nº104/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - PERFORMACE COMERCIO E SERVIÇOS OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$9.034,50 (nove mil, trinta e quatro reais e cinquenta centavos). DATA: 29/11/2018 A 28/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/18-P

Publicação Nº 2137960

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº177/2018 do PREGÃO Nº104/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - PUBLICITI DISTRIBUIDORA LTDA-EPP OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$3.450,00 (três mil e quatrocentos e cinquenta reais). DATA: 29/11/2018 A 28/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/18-P

Publicação Nº 2137964

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº178/2018 do PREGÃO Nº104/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - RAFAEL DA SILVA PAPELARIA ME OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$10.820,00 (dez mil e oitocentos e vinte reais), DATA: 29/11/2018 A 28/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/18-P

Publicação Nº 2137967

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº179/2018 do PREGÃO Nº142/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - CME CENTRAL DE MANUTENÇÃO DE EQUIP. LTDA ME OBJETO: Abertura de processo licitatório para aquisição de mão de obra (CHAMADA TÉCNICA) para conserto e manutenção de geladeiras, freezers, fornos industriais a gás, fornos elétricos, fogões industriais, liquidificadores industriais, e extratores de sucos para as cozinhas das unidades escolares deste Município., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através

do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$326.090,00 (trezentos e vinte e seis mil e noventa reais). DATA: 06/12/2018 A 05/12/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº176/18-P

Publicação Nº 2137957

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº176/2018 do PREGÃO Nº104/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa - PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA
EPP OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.
VALOR: R\$7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais). DATA: 29/11/2018 A 28/11/2019. Mantêm-se os preços inalterados.

GABARITO OFICIAL

Publicação Nº 2139242

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE PALHOÇA PARA O QUADRIÊNIO 2020-2023

Edital Nº 01/2019 CMDCA PALHOÇA

GABARITO OFICIAL

QUESTÃO	RESPOSTA
01	D
02	A
03	C
04	C
05	E
06	B
07	E
08	A
09	C
10	D
11	D
12	E
13	A
14	E
15	D
16	C
17	B
18	B
19	B
20	E
21	B
22	E
23	C
24	B
25	C
26	D
27	D
28	B
29	C

30	D
31	C
32	C
33	A
34	A
35	C
36	C
37	E
38	D
39	A
40	C

PORTARIA 72/2019

Publicação Nº 2138387

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Palhoça
Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar

Portaria 72/2019

CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar n. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar n. 218696/2010.

RESOLVE:

Art.1º - NOMEAR a servidora MARGARETE JOAQUINA DA ROSA, matrícula 129244, como DEFENSORA DATIVA para Processo Administrativo Disciplinar n. 14844/2019 em desfavor do (a) servidor (a) J.C.M.S., sob Portaria n. 65/2019.

Art. 2º - A portaria entra em vigor a partir da presente data.

Palhoça 08 de Julho de 2019.
CRISTINA SCWINDEN SCHMIDT
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 3151/2019.

Publicação Nº 2138939

PORTARIA Nº. 3151/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora MARIA JOELMA DIAS, matrícula nº. 801743-12, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Pelo período de 60 (sessenta dias) dias, a contar de 12/07/2019, de acordo com às folhas 38.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3152/2019.

Publicação Nº 2138940

PORTARIA Nº. 3152/2019.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Serviços Públicos designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ANDRÉ LUIZ CUNHA FILHO, matrícula nº. 501135-1, titular do cargo de Artífice, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 03/09/2012 a 17/12/2017, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 15/07/2019 a 15/08/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Serviços Públicos designado

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3153/2019.

Publicação Nº 2138941

PORTARIA Nº. 3153/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO DANIELY MONTERIO CRUZ, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3761852-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/08/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3154/2019.

Publicação Nº 2138944

PORTARIA Nº. 3154/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO CAROLINA STELLE SILVEIRA, titular do cargo de Enfermeiro, Matrícula nº. 3761007-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/08/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3155/2019.

Publicação Nº 2138946

PORTARIA Nº. 3155/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2818 de 10 junho de 2019, que Contratou por Tempo Determinado a servidora GRAZIELA MAY PEREIRA, no cargo de Professor (ACT), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 22/07/2019 a 09/09/2019, face ao impedimento da titular Maria Joelma Dias, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3156/2019.

Publicação Nº 2138948

PORTARIA Nº. 3156/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR TANIA MARA NICOLEIT, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ciranda Colorida, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/07/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3157/2019.

Publicação Nº 2138951

PORTARIA Nº. 3157/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR NATASHA LOPES, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Maria José de Medeiros, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 07/06/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3158/2019.

Publicação Nº 2138953

PORTARIA Nº. 3158/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA APARECIDA DE JESUS DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CEI Snoopy, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 19/06/2019 a 14/07/2019, face ao impedimento da titular Eduardo Silveira, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3159/2019.

Publicação Nº 2138954

PORTARIA Nº. 3159/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA LIPKA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 001/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Prefeito Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/07/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Ana Carla Mees e Tatiana de Espindola, que se encontra em HA.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3160/2019.

Publicação Nº 2138956

PORTARIA Nº. 3160/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR FABIANA MATOS, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Romeu e Julieta, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/06/2019 a 30/07/2019, face ao impedimento da titular Janice Maria Martins, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3161/2019.

Publicação Nº 2138958

PORTARIA Nº. 3161/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR JEHNIFFER DEMETRIO CATARINA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vida Melhor, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/07/2019 a 25/07/2019, face ao impedimento da titular Maria Carmolina dos Santos, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3162/2019.

Publicação Nº 2138960

PORTARIA Nº. 3162/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR KAROLINE CATARINA DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 003/SME/2019, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/07/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Valquiria Macedo, que se encontra em direção adjunta.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3163/2019.

Publicação Nº 2138972

PORTARIA Nº. 3163/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CAMILA ANDRADE GOMES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Roda Viva, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 25/06/2019 a 10/09/2019, face ao impedimento da titular Lucia Pereira Fernandes Kolet, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3164/2019.

Publicação Nº 2138974

PORTARIA Nº. 3164/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLEIDE MOREIRA ELISIO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Maria José de Medeiros, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 28/06/2019 a 25/07/2019, face ao impedimento da titular Nazaré Knaul A. Schurhaus, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3165/2019.

Publicação Nº 2138976

PORTARIA Nº. 3165/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANAINA LOURENÇO MANETTI, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 16/05/2019 a 13/12/2019, face ao impedimento da titular Giucelli Lucimara Furtado, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3166/2019.

Publicação Nº 2138977

PORTARIA Nº. 3166/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA IZABEL FELIX DOMINGOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 3.335, de 23 de agosto de 2010 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Processo Seletivo Edital nº. 016/SME/2018, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Ciranda Colorida, da Secretaria de Educação da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/07/2019 a 13/12/2019. Vaga Transitória.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3167/2019.

Publicação Nº 2138981

PORTARIA Nº. 3167/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA LUCIA SILVEIRA DE SOUZA, matrícula nº. 800801-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 29/07/2012 a 10/06/2019, por 03 (três) meses, com efeitos a contar 05/08/2019 a 05/11/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3168/2019.

Publicação Nº 2138982

PORTARIA Nº. 3168/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ARACI DE BRITO, matrícula nº. 120028-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 08/03/2004 a 08/03/2009, por 01 (um) mês, com efeitos a contar 05/08/2019 a 05/09/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3169/2019.

Publicação Nº 2138984

PORTARIA Nº. 3169/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GEORGE EMANUEL AURINO DE SOUZA, matrícula nº. 800915-1, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 21/03/2013 a 21/03/2018, por 01 (um) mês, a contar de 05/08/2019 a 05/09/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.
SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3170/2019.

Publicação Nº 2138985

PORTARIA Nº. 3170/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para JANE MARCAL JUSTINO, matrícula nº. 802425-3, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 04/02/2013 a 04/02/2018, por 01 (um) mês, a contar de 05/08/2019 a 05/09/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3171/2019.

Publicação Nº 2138987

PORTARIA Nº. 3171/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LAURECI FILOMENA COELHO, matrícula nº. 800564-1, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 07/02/2007 a 07/02/2012, por 01 (um) mês, a contar de 05/08/2019 a 05/09/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3172/2019.

Publicação Nº 2138992

PORTARIA Nº. 3172/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIS REGINA HEINZEN GARCIA, matrícula nº. 801436-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 13/04/2010 a 13/04/2015, por 01 (um) mês, a contar de 05/08/2019 a 05/09/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3173/2019.

Publicação Nº 2138998

PORTARIA Nº. 3173/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LAURA DI NALLO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Pinheira da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/07/2019 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3174/2019.

Publicação Nº 2139001

PORTARIA Nº. 3174/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANIELA LIMA GOTIJO, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Setor de Controle, Avaliação e Regulação da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 08/07/2019 a 08/07/2020.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3175/2019.

Publicação Nº 2139004

PORTARIA Nº. 3175/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MATHYAS MEDEIROS SOMMER, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UPA – Unidade de Pronto Atendimento da Bela Vista da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 19/07/2019 a 19/07/2020.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3176/2019.

Publicação Nº 2139007

PORTARIA Nº. 3176/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CAMILA RACTZ, de acordo com a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2019, para ocupar o cargo de Médico Clínico Geral, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da UBS Frei Damião da Secretaria de Saúde, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 22/07/2019 a 22/07/2020.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3178/2019.

Publicação Nº 2139014

PORTARIA Nº. 3178/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO JOEL DA SILVA RODRIGUES, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, Matrícula nº. 3760911-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 12/07/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3179/2019.

Publicação Nº 2139018

PORTARIA Nº. 3179/2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora TEREZINHA DE JESUS GARCIA, matrícula nº. 800112-1, titular do cargo de ASO, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com efeitos a contar de 01/07/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3180/2019.

Publicação Nº 2139021

PORTARIA Nº. 3180/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO GRAZIELLE MARGARIDA SANTOS, titular do cargo de Farmacêutico, Matrícula nº. 3761132-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/07/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3181/2019.

Publicação Nº 2139025

PORTARIA Nº. 3181/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARIO HENRIQUE ANTUNES COSTA, titular do cargo de Motorista, Matrícula nº. 3763344-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 15/07/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3182/2019.

Publicação Nº 2139027

PORTARIA Nº. 3182/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALESSANDRA SOCAS, matrícula nº. 401630-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/03/2012 a 31/01/2019, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/07/2019 a 15/08/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO

Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3183/2019.

Publicação Nº 2139030

PORTARIA Nº. 3183/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALESSANDRO VIEIRA, matrícula nº. 401855-1, titular do cargo de Técnico de Enfermagem, do Quadro

de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 22/10/2012 a 22/10/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2019 a 01/09/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.
ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3184/2019.

Publicação Nº 2139032

PORTARIA Nº. 3184/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALEX CRISTIANO KEGLER, matrícula nº. 401107-1, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 08/11/2010 a 07/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/07/2019 a 15/08/2019.

Palhoça, SC, em 08 de julho de 2019.
ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3185/2019.

Publicação Nº 2139036

PORTARIA Nº. 3185/2019.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

RESOLVE:

SUSPENDER por 60 (sessenta) dias, de acordo com processo Administrativo nº. 24294/2014, e de acordo com o Artigo 212, inciso III, alínea "c", da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, a servidora PERLA CAMARGO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Municipal de Segurança Pública, da Administração Direta deste Município, a contar de 11/07/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3186/2019.

Publicação Nº 2139042

PORTARIA Nº. 3186/2019.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CONJUGE para a servidora FABIOLA PIRES FERMINO, matrícula nº. 100400-1, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 168

da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 01/07/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.
ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3187/2019.

Publicação Nº 2139044

PORTARIA Nº. 3187/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALIPIO LUCIO CRUZ E PRADO, matrícula nº. 400076-1, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 06/01/2010 a 06/01/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 06/08/2019 a 06/09/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.
ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3188/2019.

Publicação Nº 2139047

PORTARIA Nº. 3188/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para AUDA MARIA RIBEIRO DA CRUZ VARELA, matrícula nº. 401869-2, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 02/11/2012 a 19/01/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 22/07/2019 a 22/08/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.
ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3189/2019.

Publicação Nº 2139049

PORTARIA Nº. 3189/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIA BONOTTO TOLEDO DOS SANTOS SANTANA, matrícula nº. 401610-1, titular do cargo de Cirurgião Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/02/2012 a 01/02/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 10/07/2019 a 10/08/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.
ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3190/2019.

Publicação Nº 2139052

PORTARIA Nº. 3190/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIO CESAR DE SOUZA, matrícula nº. 400212-2, titular do cargo de Médico, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 12/02/2003 a 12/02/2008, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/07/2019 a 15/08/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3191/2019.

Publicação Nº 2139056

PORTARIA Nº. 3191/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DENISE DUARTE, matrícula nº. 401113-1, titular do cargo de Técnico de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 08/11/2010 a 08/11/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/07/2019 a 05/08/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3192/2019.

Publicação Nº 2139057

PORTARIA Nº. 3192/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para EDENILSON NERI DA ROSA, matrícula nº. 400072-1, titular do cargo de Agente de Saúde Pública, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/03/2008 a 01/03/2013, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/08/2019 a 05/09/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3193/2019.

Publicação Nº 2139059

PORTARIA Nº. 3193/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FERNANDA CRISTINA MACHADO, matrícula nº. 401606-5, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/02/2012 a 05/10/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/07/2019 a 08/08/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3194/2019.

Publicação Nº 2139063

PORTARIA Nº. 3194/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para FRANCIELLE LEITE SERAPIAO, matrícula nº. 402003-1, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 16/01/2013 a 16/01/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/08/2019 a 01/09/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3195/2019.

Publicação Nº 2139065

PORTARIA Nº. 3195/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUCINEIA DALILA DA ROSA, matrícula nº. 402158-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/07/2013 a 01/07/2018, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/07/2019 a 15/08/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3196/2019.

Publicação Nº 2139066

PORTARIA Nº. 3196/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA EUNICE DAMASCENO DA ROSA, matrícula nº. 401012-1, titular do cargo de Técnico de Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/09/2010 a 12/05/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/08/2019 a 05/09/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3197/2019.

Publicação Nº 2139069

PORTARIA Nº. 3197/2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE IVONE SUMAR, matrícula nº. 100010-2, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 30/12/2011 a 30/12/2016, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 15/07/2019 a 15/08/2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.

ROSINEI DE SOUZA HORACIO
Secretário de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3198/2019.

Publicação Nº 2139070

PORTARIA Nº. 3198/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor RODOLPHO PAGANI MARTINS, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 087007-5 para atuar no contrato oriundo do processo licitatório – Concorrência Pública nº 26/2019. Objeto: "Contratação de empresa para execução de pavimentação em blocos de concreto intertravado e sinalização viária da Servidão Moreira, Guarda do Cubatão no município de Palhoça/SC (LOTE 01)".

Esta Portaria entre em vigor em 15 de julho de 2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3199/2019.

Publicação Nº 2139073

PORTARIA Nº. 3199/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

NOMEAR COMO FISCAIS DE CONTRATO, o servidor RIVELINO DA SILVEIRA, Engenheiro Civil – Prefeitura Municipal de Palhoça, CREA/SC 057706-3, para atuar no contrato oriundo do processo licitatório – Concorrência Pública n.º 26/2019. Objeto: “Contratação de empresa para execução de pavimentação a paver e sinalização viária da Rua José Linhares, Brejaru, no município de Palhoça/SC (LOTE 01)”.

Esta Portaria entre em vigor em 15 de julho de 2019.

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 3200/2019.

Publicação Nº 2139075

PORTARIA Nº. 3200/2019.

ANTONIO VIDAL PAGANI, Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Wander Luiz da Silva	1837427965

Palhoça, SC, em 11 de julho de 2019.

ANTONIO VIDAL PAGANI
Secretário de Habitação e Regularização Fundiária

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NA PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTOS

Publicação Nº 2139243

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PALHOÇA/SC

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE PALHOÇA PARA O QUADRIÊNIO 2020-2023

EDITAL 01/2019 CDMDCA PALHOÇA

RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NA PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTOS

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	PONTUAÇÃO NAS QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA	PONTUAÇÃO NA QUESTÃO DISSERTATIVA	PONTUAÇÃO FINAL	RESULTADO
01	DJONATTAN PALHANO DA SILVA BLASIUS	74	20	94	APROVADO
02	ELESOMIR APARECIDA DOS SANTOS HEINZ	74	15	89	APROVADA
03	TAINÁ SILVA DIONISIO	74	18	92	APROVADA
04	VITÓRIA RODRIGUES DO MONTE	78	16	94	APROVADA
06	VANESSA NUNES SILVA	72	16	88	APROVADA
07	FABIANA MARIA DOS REIS	70	20	90	APROVADA
08	EMMANUELA NADIR FELIPE DA SILVA	78	20	98	APROVADA
09	VALMOR JOÃO DA SILVA JÚNIOR	66	06	72	APROVADO
10	MARIA MADALENA CASTILHO DE SOUZA	74	18	92	APROVADA
11	CÉLIA REGINA MORAIS BETIOLO	72	17	89	APROVADA

12	ODILIA MARIA MARQUES STEINMETZ	60	16	76	APROVADA
13	JOSIANE MADEIRA ESPÍNDOLA	80	20	100	APROVADA
16	SHARA MARINA DA ROSA	68	16	84	APROVADA

Palhoça (SC), 28 de agosto de 2019.

RESULTADO DO PREGÃO 143/2019

Publicação Nº 2139268

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 143/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento e instalação de divisórias e vidros, confecção de tapetes tipo capachos, colocação e remoção de películas, para as Unidades da Rede Municipal de Saúde deste Município e demais setores da secretaria de Saúde, através de Registro de Preços, conforme especificação e quantidades contidas no Anexo I, parte integrante do Edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

DIVIFORROS EIRELI ficou classificada em 1º lugar nos lotes 04 e 05 totalizando R\$36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais).

Palhoça, 28 de agosto de 2019.

RESULTADO NT + NP = NOTA FINAL CC 69/2019

Publicação Nº 2139255

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO ENVELOPE Nº4 (PROPOSTA DE PREÇOS) APRESENTADA PARA O EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 69/2019

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações a partir das 16h00min, reuniu-se a Comissão Especial de Licitações – CEL. Sob a Presidência o Deyvid Albino da Silva, convocando a Sra Jane das Dores da Silva para secretariar os trabalhos, a fim de realizar a abertura e julgamento do envelope nº4 (proposta de preços) apresentada para a CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº69/2019, que se destina à seleção e contratação de Agência de Propaganda visando à prestação de serviços de publicidade para a PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA, de acordo as especificações e demais condições constantes no Edital e seus anexos, tendo como critério de julgamento, a conformidade das propostas com o edital e TÉCNICA E PREÇO. Presentes a sessão, os membros da Comissão Especial de Licitações e os representantes das licitantes participantes:

EMPRESA	REPRESENTANTE	Nº DE CPF
DECISÃO PROPAGANDA LTDA	VANDERLEI PERETTI	543.493.119-04
JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	MAURICIO ZANELA	924.603.990-49

Ressaltamos que, de acordo com o resultado dos recursos anteriormente analisados pela Comissão Especial de Licitações, Subcomissão Técnica, Procuradoria Geral do Município de Palhoça e Superior hierárquico designado, as licitantes DECISÃO PROPAGANDA LTDA e JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA permanecem habilitadas para continuidade do certame e a licitante FOCO PROPAGANDA LTDA está desabilitada por ter sido considerada como desclassificada conforme o resultados dos recursos mencionados. Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes nº4 contendo a PROPOSTA DE PREÇOS das licitantes supracitadas, envelopes estes já devidamente rubricados e que novamente circularam para confirmação dos representantes. A documentação constante desses envelopes circulou entre os presentes para análise e rubrica. Nada foi alegado. Foi verificado por todos que as propostas das Licitantes DECISÃO PROPAGANDA LTDA, JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA e ONEWG MULTICOMUNICAÇÕES LTDA cumpriram com todas as exigências editalícias. Passou-se, então, para o julgamento das propostas de preços, atribuindo-lhes as notas conforme estabelece o Anexo I do referido edital. Diante do julgamento realizado, obteve-se o seguinte resultado do JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:

EMPRESA	NOTA DE PREÇOS (NP)	SITUAÇÃO
DECISÃO PROPAGANDA LTDA	100	CLASSIFICADA
JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	100	CLASSIFICADA
ONEWG MULTICOMUNICAÇÕES LTDA	100	CLASSIFICADA

LICITANTES CLASSIFICADAS: DECISÃO PROPAGANDA LTDA, JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA e ONEWG MULTICOMUNICAÇÕES LTDA. Diante dos julgamentos realizados pela Comissão Permanente de Licitações, obteve-se a planilha de classificação geral com as pontuações compostas pelas notas técnicas e de preços, conforme documento em anexo. Diante do julgamento e de acordo com item 13 do edital, obteve-se a seguinte Nota Final (NF):

EMPRESA	NOTA TÉCNICA X 0,8	NOTA DE PREÇO X 0,2
DECISÃO PROPAGANDA LTDA	95,50	100
JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	64,33	100
ONEWG MULTICOMUNICAÇÕES LTDA	63,66	100

EMPRESA	NOTA FINAL (NF) NF= NT x 0,8 + NP x 0,2	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
DECISÃO PROPAGANDA LTDA	96,40	1º
JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	71,46	2º
ONEWG MULTICOMUNICAÇÕES LTDA	70,93	3º

LICITANTES CLASSIFICADAS: ONEWG MULTICOMUNICAÇÕES LTDA, com a Nota Final de 70,93 PONTOS, FICANDO EM 3º LUGAR; JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, com a Nota Final de 71,46, FICANDO EM 2º LUGAR; DECISÃO PROPAGANDA LTDA, com a Nota Final de 96,40, FICANDO EM 1º LUGAR. O Presidente da CEL esclareceu a todos que será publicado o resultado do Julgamento das Propostas no Diário Oficial com a indicação das licitantes classificadas, abrindo-se, então, prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme disposto na alínea "b", do inciso I do art. 109 da Lei nº8.666/93. Ficou definido, também, que as licitantes, ao interpirem recursos, também o trarão em uma via digital (formato PDF) para que a CEL possa remetê-los às demais licitantes para contra-razões. O Presidente indagou a todos os presentes se havia alguma observação a ser feita, sendo de todos recebidas respostas negativas. Nada mais a registrar em Ata, o Presidente encerrou a sessão, na qual se lavrou a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos membros da comissão e representantes credenciados presentes.

Palhoça, 28 de agosto de 2019.

DEYVID ALBINO DA SILVA PRESIDENTE DA COMISSÃO
JOSIANE DE OLIVEIRA MEMBRO DA COMISSÃO
JANE DAS DORES DA SILVA MEMBRO DA COMISSÃO
JSMAX PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA MAURICIO ZANELA CPF Nº 924.603.990-49
DECISÃO PROPAGANDA LTDA EPP VANDERLEI PERETTI CPF Nº 543.493.119-04

Palma Sola

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 091/2019 - REUNIDAS TRANSPORTES S/A

Publicação Nº 2138144

1º (primeiro) TERMO ADITIVO
AO CONTRATO Nº. 091/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA, pessoa jurídica de direito público interno, escrito no CNPJ sob o n. 83.028.639/0001-02, com sede à rua FRANCISCO ZANOTTO, 600 na cidade de PALMA SOLA - SC, neste ato representado PR seu gestor Sr. CLEOMAR JOSE MANTELLI, Portador do RG de nº. 2941379, CPF nº. 760.741.889-04, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa REUNIDAS TRANSPORTES S/A. – Transportes Coletivos, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 04.176.082/0001-80, com sede à rua Dr. Herculano Coelho de Souza, n. 555, bairro reunidas, na cidade de Caçador – SC, neste ato representado por seu representante legal Vinicius Marins, Brasileiro, Solteiro, advogado, portador do RG de n. 2.973.381 SSP/SC e do CPF n. 022.094.279-08, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo e com amparo na Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, bem como no Processo Licitatório nº. 61/2019 na modalidade Inexigibilidade de Licitação nº. 14/2019 e contrato nº. 91/2019, firmam o presente e de acordo com o que se segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO

O presente termo é firmado com o objetivo de evitar problemas de solução de continuidade dos serviços que compõem o objeto, o que acarretaria relevantes prejuízos à comunidade do Município, tendo fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, no certame licitatório que lhe deu origem e nas Cláusulas quinta do Contrato nº. 91/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Este termo Aditivo tem por objeto alterar valores do Contrato nº. 91/2019, firmado em 11 de abril de 2019, que trata da aquisição de passagens para transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual de passageiros, através de linhas regulares e autorizadas pelo poder concedente competente, para atender a necessidade de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do município de PALMA SOLA/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será a partir de 28/08/2019 e se dará da seguinte forma/valores

ITEN	TRAJETO	VALOR R\$/UNT	QTDE	TOTAL
03	Palma Sola/SC à Lages/SC	191,44	27	5.168,88
04	Lages/SC à Palma Sola/SC	192,14	27	5.187,78
05	Dionísio Cerqueira/SC à Francisco Beltrão/PR	18,21	09	163,89
	(Embarque em Flor da Serra do Sul/PR)			
06	Francisco Beltrão/PR à Blumenau/SC	139,09	04	556,36
07	Blumenau/SC à Francisco Beltrão/PR	143,44	04	573,76
08	Francisco Beltrão/PR à Dionísio Cerqueira/SC	19,21	10	192,10
	(Desembarque em Flor da Serra do Sul/PR)			
09	Francisco Beltrão/PR à Joinville/SC	134,95	05	674,75
10	Joinville/SC à Francisco Beltrão/PR	135,95	06	815,70

TOTAL GERAL: 13.333,22 (Treze mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e dois centavos)

Os valores citados na coluna "Quantidade" são estimativos, não sendo obrigatória a aquisição integral, pela contratante, do quantitativo total previsto.

O pagamento referente às requisições de passagens será efetuado pelo Fundo municipal de saúde, mensalmente, em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da(s) nota(s) fiscal(is) e fatura das passagens fornecidas no mês anterior.

Eventual (ais) atraso(s) nos pagamento previstos no item acima, a serem efetuados pela Municipalidade ou seus órgãos, serão remunerados a título de mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do Município, com os mesmos critérios.

A(s) despesa(s) decorrente(s) do fornecimento dos itens, objeto da presente licitação, correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação (ões)

orçamentária(s), prevista na Lei orçamentária do exercício de 2019:

253 - 05.003 – 2020 – 33390000 – 333.903.301.000.000

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato nº. 91, de 11 de abril de 2019, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Palma Sola – SC, 28 de agosto de 2019.

.....

Prefeito Municipal
Cleomar José Mantelli
Contratante

-

REUNIDAS TRANSPORTES S.A

CNPJ: 04.176.082/0001-80

Vinicius Marins, Brasileiro

CPF: 022.094.279-08

Contratado

TESTEMUNHAS

NOME: Suelen P. S. Bianqueto

CPF: 050.278.279-03

NOME: Marcos Alberto Viviam

CPF: 075.370.369-69

Palmeira

PREFEITURA

DECRETO N.º 1583_2019_DESIGNA SERVIDORA EFETIVA PARA EXERCER ATRIBUIÇÕES DE GESTORA DO FIA

Publicação Nº 2139251

DECRETO Nº 1.583/2019

DESIGNA SERVIDORA EFETIVA PARA EXERCER ATRIBUIÇÕES DE GESTORA DO FIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Fernanda de Souza Cordova, Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Considerando os princípios que regem a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial dos recursos públicos;

Considerando que o gestor é responsável pelos atos praticados com os recursos públicos e, portanto, tem o dever de prestar contas;

Considerando a distribuição e o escalonamento das funções nos órgãos públicos municipais e as atribuições dos gestores públicos;

Considerando o disciplinado pelo parágrafo único do art. 23 da Lei n.º 651/2015, que disciplina que o Secretário Municipal de Assistência Social é o gestor do FIA.

DECRETA:

Art. 1º Fica a servidora Viviane Matteucci Zanqueta, brasileira, casada, inscrita no RG sob nº 30410363 e no CPF sob nº 949.071.299-04, efetiva no cargo de professor III, matrícula 4245, ocupante do cargo comissionado de Secretária Municipal de Assistência e Promoção Social, nomeada pelo Decreto Municipal n.º 1.474/19, DESIGNADA a exercer as atribuições de "GESTORA" do FIA – Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07/01/2019.

Art. 3º As atribuições referentes a este Decreto não exime o servidor de suas demais responsabilidades atribuídas no cargo do qual foi nomeado.

Art. 4º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Palmeira, 28 de agosto de 2019.

Fernanda de Souza Cordova

Prefeita Municipal

Certifico que o presente Decreto foi encaminhado para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 28 de Agosto de 2019.

RESOLUÇÃO Nº 009 CMDCA

Publicação Nº 2139249

Resolução nº 009/2019

Dispõe sobre a alteração do item 12 "do calendário", do edital 001/2019, que estabelece a data de apresentação dos candidatos habilitados do processo de escolha do Conselho Tutelar do Município de Palmeira/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Palmeira/SC, no uso das atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal nº 16/97, na Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considerando a unificação do processo de escolha do Conselho Tutelar;

Considerando a lei Municipal nº 651 de 05 de agosto de 2015, que dispõe sobre a política do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Fundo Especial para Infância e Adolescência (FIA) e do Conselho Tutelar e dá outras providências;

Considerando a Resolução nº 170 do CONANDA, de 10 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar;

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das suas atribuições legais e, em conformidade com a reunião ordinária, do dia 23 de agosto de 2019.

Resolve:

Art. 1º Alterar a data de apresentação dos candidatos habilitados, que aconteceria no dia 05 de setembro de 2019, para 03 de setembro de 2019 na sessão da Câmara de Vereadores de Palmeira/SC.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palmeira, 11 de abril de 2019.

Sueli Paim da Silva

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 18/2019 SAÚDE

Publicação N° 2138497

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 18/2019. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 06/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CÂMARA PARA CONSERVAÇÃO DE VACINAS, MEDICAMENTOS, ONCOLÓGICOS, TERMOLÁBEIS. Data limite para entrega dos envelopes: 10/09/2019 até as 08:30 horas. Data para o início da disputa: 10/09/2019 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 28 de Agosto de 2019. Adriane Terezinha Erkmann Augustin – Gestora do Fundo.

PROCESSO 95/2019

Publicação N° 2138494

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 95/2019. Modalidade: Pregão Presencial n° 62/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÃO E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE TELEFONIA DIGITAL IP (IP PABX), BASEADO EM SERVIDOR/CENTRAL IP, CONTENDO SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DA PLATAFORMA IP, COMUNICAÇÃO E GATEWAYS DE VOZ SOBRE IP PARA COMPOR A SOLUÇÃO. Data da entrega dos envelopes: 12/09/2019 até as 08:30 horas. Data da abertura: 12/09/2019 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 28 de Agosto de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

PROCESSO 96/2019

Publicação N° 2138495

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório n° 96/2019. Modalidade: Pregão Presencial n° 63/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO E HIDRÁULICO PARA OS SERVIÇOS DAS SECRETARIAS DIVERSAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAIS. Data da entrega dos envelopes: 11/09/2019 até as 08:30 horas. Data da abertura: 11/09/2019 às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura ou site www.palmitos.sc.gov.br. Palmitos, 28 de Agosto de 2019. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO DE AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2019

Publicação Nº 2138022

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

AVISO DE CREDENCIAMENTO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2018 – CHAMADA PÚBLICA Nº 005/2019

Objeto: O presente Chamamento Público tem por objeto o credenciamento PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA, A FIM DE REALIZAR REPAROS E ADEQUAÇÕES NAS EDIFICAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. Papanduva, 28 de Agosto de 2019. Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal.

Passos Maia

PREFEITURA

057-2019 RECURSO ESTADUAL DE 20-08-2019

Publicação Nº 2138384

Notificação de recebimento de recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o dispositivo no art. 2º da Lei nº 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual

Valor: R\$ 28.066,66

Destinação: 6ª Parcela Transporte Escolar Estadual

Data de liberação: 20/08/2019

Passos Maia – SC, 28 de agosto de 2019

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 348, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138625

PORTARIA Nº 348, de 19 de agosto de 2019.

“EXONERA SERVIDORA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o pedido de exoneração por motivos particulares formulado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1

º EXONERAR a servidora pública municipal BRUNA COMUNELLO, ocupante do cargo de Monitor de Creche, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes a partir do dia 16 de agosto de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 19 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 349, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138626

PORTARIA Nº 349, de 21 de agosto de 2019.

“AMPLIA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015,

Considerando o requerimento da Secretária Municipal da Educação e Esportes, solicitando a ampliação da carga horária da servidora Diely de Souza Marins;

Considerando a necessidade de realizar a ampliação da carga horária da referida servidora, haja vista o aumento de alunos matriculados

no maternal no CEI Branca de Neve;

Considerando o disposto no § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015, que autoriza o poder público municipal a realizar redução e/ou ampliação de carga horária semanal do servidor, visando atender interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º **AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL** da servidora **DIELY DE SOUZA MARINS**, ocupante do cargo de Monitor de Creche, Grupo Ocupacional Técnico, Símbolo TC-18, Lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais no período de 21 de agosto de 2019 a 19 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 21 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 350, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138628

PORTARIA Nº 350, de 26 de agosto de 2019.

"CONCEDE FÉRIAS, CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;
Considerando a solicitação da servidora, protocolada em 15 de agosto de 2019 sob nº 2767 e 2768/2019;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS**, nos termos do Art.72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora **MARIA RITA NOGUEIRA**, matrícula nº 10523, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico, código TC-6, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 20/06/2018 a 19/06/2019, para serem gozadas do dia 02/09/2019 a 16/09/2019.

Art. 2º **CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS**, nos termos do Art.72, § 3º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora **MARIA RITA NOGUEIRA**, referentes ao período aquisitivo de 20/06/2018 a 19/06/2019, para serem convertidas na competência de agosto de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 351, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138629

PORTARIA Nº 351, de 26 de agosto de 2019.

"CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora MARIANA ADELE SIVIERO, matrícula nº 10396, ocupante do cargo público de Odontólogo, Grupo Ocupacional Profissional, símbolo PF-10, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 01/09/2017 a 31/08/2018, para serem gozadas do dia 16/09/2019 a 05/10/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 352, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138631

PORTARIA Nº 352, de 26 de agosto de 2019.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora GIOVANA LILIAN DA ROSA, matrícula nº 8042, ocupante do cargo público de Técnico de Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico, símbolo TC-6, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 23/02/2017 a 22/02/2018, para serem gozadas do dia 03/09/2019 a 17/09/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 353, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138634

PORTARIA Nº 353, de 26 de agosto de 2019.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito da servidora ao gozo de férias e o pedido da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora IZABELLA TOZZO

FALCHETTI, matrícula nº 10387, ocupante do cargo público de Nutricionista, Grupo Ocupacional Profissional, carga horária semanal de 20 (vinte) horas, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 03/08/2017 a 02/08/2018, para serem gozadas do dia 03/09/2019 a 17/09/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 354, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138635

PORTARIA Nº 354, de 26 de agosto de 2019.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o direito do servidor ao gozo de férias e o pedido do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor ANTONIO CASTIGLIONI PEREIRA DE QUEIROZ, matrícula nº 370, ocupante do emprego público de Médico PSF, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, referentes ao período aquisitivo de 01/02/2018 a 31/01/2019, para serem gozadas do dia 03/09/2019 a 17/09/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 26 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

PORTARIA Nº 355, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138638

PORTARIA Nº 355, de 27 de agosto de 2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o atestado médico emitido pelo Dr. Cleverson Lara Martins – CRM 7754 – datado de 21/08/2019, entregue ao setor de recursos humanos no dia 27/08/2019, que sugere o afastamento do servidor Claudio Sergio Bertotto de suas atividades laborais por um período de 60 (sessenta) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor CLAUDIO SERGIO BERTOTTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, Símbolo SG-4, pelo período de 21 de agosto de 2019 a

19 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 21 de agosto de 2019.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 27 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 356, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138641

PORTARIA Nº 356, de 27 de agosto de 2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o atestado médico emitido pela Dra. Fernanda Favero – CRM 10721 – em 26 de agosto de 2019, que sugere o afastamento da servidora Daiana Dallelaste de suas atividades laborais por um período de 07 (sete) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a servidora DAIANA DALLELASTE, matrícula nº 187, ocupante do Emprego Público de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 26 de agosto de 2019 a 1º de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 27 de agosto de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

Paulo Lopes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CC N° 01/2019 - PL N° 44/2019

Publicação N° 2136715

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 44/2019
CONCORRÊNCIA N°01/2019

O Município de Paulo Lopes torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob regime de empreitada por preço global do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando Contratação de empresa especializada para executar obra de drenagem, pavimentação asfáltica e sinalização de parte da Rua Acácio Antônio Soares no Bairro Ribeirão Grande – (Estaca 0 = PP à estaca 9 + 0,00m) com extensão aproximada de 180 metros, localizada no bairro Ribeirão Grande. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes n°. 1 – “PROPOSTA” e n°. 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser apresentados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, sito a Rua José Pereira da Silva, Centro, Paulo Lopes/SC, até as 08h55min do dia 30/09/2019. A sessão se dará a partir das 09h00min do dia 30/09/2019, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.paulolopes.sc.gov.br

Paulo Lopes, 26 de agosto de 2019
LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

DECRETO N°41/2019

Publicação N° 2138029

DECRETO N° 41/2019
Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.795 de 12 de dezembro de 2018, aprova o seguinte Decreto,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1001 – SECRETARIA DE AGRICULTURA R\$ 50.000,00
20.606.0010.1.081 – Construção de Galpão R\$ 50.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.90.000024 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0.1.90.000024 – Operação de Crédito - no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 29 de agosto de 2019.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

2º ADITIVO 041/2019 - FMEDUC

Publicação Nº 2139089

2º TERMO ADITIVO Nº 041/2019-FMEDUC
AO CONTRATO Nº 167/2018-PMP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2018-PMP- MULTIENTIDADE
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2018-PMP
HOMOLOGADO EM 18/12/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DEDETIZAÇÃO (CONTROLE DE VETORES E PRAGAS), LIMPEZA DAS CAIXAS D'ÁGUA, LIMPEZA EXTERNA AÉREA, AJARDINAMENTO E PEQUENOS REPAROS NAS UNIDADES DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC

Pelo presente instrumento de 2º Termo Aditivo nº 013/2019-PMP, o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. SUSELLI BERENISSE ANACLETO BATISTA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 004.941.099-71, residente e domiciliada à Rua Arlecio de Souza Flor, 138, AP 202 – Res Salvador Dali, Centro de Itajaí/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA com sede em Joinville, na Rua Dona Leopoldina, nº 26, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 79.283.065/0001-41, neste ato representada por seu bastante procurador Senhor Ronaldo Benkendorf, CPF nº 751.256.849-53, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor previsto na Cláusula Primeira do Contrato principal nº 167/2018 com o Aditivo nº 071/2019-PMP, é de R\$ 471.968,45 (Quatrocentos e Setenta e Um Mil Novecentos e Sessenta e Oito Reais e Quarenta e Cinco Centavos) mensal; com o acréscimo deste presente aditivo a despesa mensal aumentará R\$ 9.909,98 (Nove Mil Novecentos e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos) mensal, conforme solicitação via memorando nº 2.676/2019 e Parecer Jurídico nº 140/2019, um montante de R\$ 59.459,88 (Cinquenta e Nove Mil, Quatrocentos e Cinquenta e Nove Reais e Oitenta e Oito Centavos), para os próximos 6 (Meses) contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA

Conforme parecer Jurídico nº 140/2019 PMP, fica o termo de referência do processo nº 63/2018 alterado e acrescido 2(dois) Serventes com carga horária de 8 horas para período diurno com lotação para a Unidade de Educação CEI Júlio Corrêa de Mello para os próximos 6 (Seis) meses contratados.

CLAUSULA TERCEIRA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 2.122 - Funcionamento e manutenção de Creches

Elemento: 80.01.2.122.3.3.90.39.78.00.00.00 (29)

CLAUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

E por estarem contratados assinam o presente em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 24 de Julho de 2019.

SUSELLI BERENISSE ANACLETO BATISTA
Gestora do Fundo Municipal de Educação
Contratante

ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Ronaldo Benkendorf
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração
ORDENADOR DE DESPESAS
Portaria nº1230/2018

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle interno
Portaria nº 739/2019

CONTRATO 019/2019 - FMAS

Publicação Nº 2138875

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E O SR. JOSÉ NELMO PINTO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL.

CONTRATO Nº 019/2019 de 28/08/2019-FMAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2019-FMAS
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2019-FMAS
HOMOLOGADO EM 28/08/2019

Através do presente instrumento de Contrato de locação firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, doravante denominado LOCATÁRIO e, de outro lado JOSÉ NELMO PINTO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob n.º 304.074.439-91, residente e domiciliado na Rua Artur Silvino dos Reis, nº 47, bairro Centro, CEP 88.375-000, Município de Penha, Estado de Santa Catarina, denominado LOCADOR, submetendo-se as partes, LOCADOR e LOCATÁRIO, às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O segundo nomeado, aqui chamado LOCADOR, loca ao primeiro, aqui designado LOCATÁRIO um imóvel localizado na Avenida Eugênio Krause, nº 152, sala 05, Bairro Centro, neste Município, com aproximadamente 98,00m² de área construída, Inscrição Imobiliária nº 01.02.057.0073.001, cadastro imobiliário 1504, para funcionamento das atividades da Secretaria de Assistência Social do Município de Penha.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDADE	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Locação de imóvel localizado na Avenida Eugênio Krause, nº 152 sala 5 Centro/ Inscrição Imobiliária 01.02.057.0073.001	Mês	12	R\$ 3.212,91	R\$ 38.554,92
TOTAL R\$ 38.554,92					

CLÁUSULA SEGUNDA

O período de locação do imóvel será de 12 (doze) meses, iniciando-se em 28 de Agosto de 2019 com término em 27 de Agosto de 2020. Parágrafo Primeiro: As partes poderão convencionar, através de Termo aditivo, a prorrogação do prazo da locação, mediante notificação por escrito com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias do término do prazo de locação.

CLAUSULA TERCEIRA

O valor mensal da locação será de R\$ 3.212,91 (Três mil duzentos e doze reais e noventa e um centavos) mensais, compreendendo para o período da locação de 12 (doze) meses o valor total de R\$ 38.554,92 (trinta e oito mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e noventa e dois centavos), valores estes que o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO se compromete a pagar, até o dia 10 (dez) de cada mês subsequente ao vencido. Parágrafo Primeiro: As despesas referentes as faturas de energia elétrica, água, IPTU e coleta de lixo serão de responsabilidade exclusiva do MUNICÍPIO/LOCATÁRIO.

CLAUSULA QUARTA

As despesas correspondentes a este contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento: 40.01.2.068.3.3.90.36.15.00.00.00

CLAUSULA QUINTA

O MUNICÍPIO/LOCATÁRIO, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se por todas as outras, devendo trazer o imóvel locado em boas condições de conservação e funcionamento como pinturas, aparelhos sanitários, portas, fechaduras, trincos, vidraças, instalações elétricas, torneiras, portões e quaisquer outros componentes do imóvel, conforme vistoria, para assim, restituí-los quando findo ou rescindido este contrato sem direito a retenção ou indenização por quaisquer benfeitorias, as quais ficarão desde logo incorporadas ao imóvel.

Parágrafo Primeiro: Caso o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO não realize a prorrogação da locação, fica estabelecido que a devolução das chaves será precedida de vistoria do imóvel, obrigando-se a devolução do mesmo com os devidos reparos/reformas que se fizerem necessários, bem como limpeza, a qual será realizada pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo Segundo: Caso o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO não restitua o imóvel no prazo contratual ou enquanto perdurar a realização dos reparos/reformas, pagará enquanto estiver na posse do mesmo, o aluguel mensal até a efetiva desocupação do imóvel objeto deste instrumento, sem prejuízo de quaisquer multas.

CLAUSULA SÉXTA

O MUNICÍPIO/LOCATÁRIO desde já faculta ao LOCADOR ou seu representante examinar ou vistoriar o imóvel locado comunicando sempre com antecedência de 5 (cinco) dias.

CLAUSULA SÉTIMA

O MUNICÍPIO/LOCATÁRIO não poderá sublocar nem emprestar o imóvel no todo ou em parte, sem consentimento por escrito do LOCADOR.

CLÁUSULA OITAVA

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

CLAUSULA NONA

Em caso de falecimento de qualquer parte Contratante, os herdeiros ou representante da parte falecida serão obrigados ao cumprimento integral deste contrato, até o seu término.

CLAUSULA DÉCIMA

Estabelecem as partes que, para renovação deste contrato, as partes interessadas se notificarão mutuamente, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, findo este prazo, considera-se como desinteressante para o MUNICÍPIO/LOCATÁRIO, a sua continuação no imóvel ora locado, devendo o mesmo entregar as suas chaves ao LOCADOR, impreterivelmente no dia do vencimento do contrato.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Na hipótese de ocorrer a prorrogação desta locação, o aluguel mensal (a partir do 13º décimo terceiro mês) poderá ser reajustado de acordo com o índice oficial do Governo. O MUNICÍPIO/LOCATÁRIO concorda desde já, com este sistema de reajustamento da locação ou outro índice que seja considerado oficial para o governo, de acordo com a legislação em vigor na época da eventual prorrogação deste contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O presente Contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Primeiro: A rescisão contratual seja por qualquer das partes correrá de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93 e demais alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Balneário Piçarras, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas para um só efeito.

Penha (SC), 28 de Agosto de 2019.

SÉRGIO DE MELLO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Contratante/Locatário

JOSÉ NELMO PINTO
Contratado/Locador

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

TERMO DE DOAÇÃO DE 315 MEIO FIO PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA /SC

Publicação Nº 2138800

TERMO DE DOAÇÃO DE 315 MEIO FIO
Prefeitura Municipal de Penha /SC

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado SELMA CRISANTO MATEUS, brasileira, casada, funcionária pública, portadora do CPF sob o nº 557.522.179-20, residente e domiciliada à Rua Salvador Mateus, nº 80, Bairro de Armação, Município de Penha/SC - CEP: 88.385-000, doravante denominada DOADORA, e do outro lado MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com endereço na Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, neste ato representado pelo Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, do município de Penha, doravante denominada DONATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato de doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 538 e seguintes, do Código Civil e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

É objeto deste instrumento a doação pela DOADORA a DONATÁRIA de 315 meio fio para execução de pavimentação da Rua Salvador Mateus, Bairro Armação, no Município de Penha/SC.

§1º - O material doado será depositado pela DOADORA na Rua Salvador Mateus, Bairro Armação, no Município de Penha/SC, Rua esta que será realizado as obras de pavimentação.

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

Este Termo de Doação terá o prazo de 60 dias a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA 3ª – OBRIGAÇÕES DA DONATÁRIA

Como condição da presente doação, a DONATÁRIA deverá cumprir as seguintes instruções:

- a) O material não pode ser depositado em áreas não pactuadas por ambas as partes;
- b) A destinação final do material doado é de inteira responsabilidade da DONATÁRIA, que deve utilizar-se de meios próprios (caminhões, pá-carregadeira etc.) para tal;

§1º - O descumprimento de quaisquer itens descritos neste TERMO DE DOAÇÃO, implicará na rescisão do presente termo de doação.

CLÁUSULA 4ª – OBRIGAÇÕES DA DOADORA

A DOADORA deverá portar cópia deste documento;

§1º - A DOADORA não poderá depositar os 315 meio fio em outro local no trecho compreendido neste TERMO DE DOAÇÃO.

CLÁUSULA 5ª – DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOAÇÃO

O objeto da presente doação é de propriedade da DOADORA, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquiná-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

§1º - A DOADORA, por sua livre e espontânea vontade, sem influência de quaisquer fatores exógenos ou endógenos sobre sua manifestação volitiva, doa ao DONATÁRIO, sem nenhum encargo, o bem descrito na cláusula primeira, transferindo sua titularidade, posse, uso, gozo e fruição, bem como todos os direitos e deveres inerentes, a partir da entrega no local já informado;

§2º - A DONATÁRIA aceita a doação expressa neste instrumento, e suas condições.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem, tudo para que possa este produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Penha/SC, 04 de abril de 2019.

SELMA CRISANTO MATEUS

CPF: 577.522.179-20

Jaylon Jander Cordeiro da Silva

Secretário de Administração

Portaria nº 1230/2018

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA /SC

Publicação Nº 2138807

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL

Prefeitura Municipal de Penha /SC

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado RENATO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR, brasileiro, empresário, portador do CPF nº 617.191.379-00 e portador da cédula de identidade – RG nº 1.996.013-1 – SSPSC, casado sob o regime da comunhão parcial de bens com CLAUDINE CAROLINA TEIXEIRA CESÁRIO PEREIRA, brasileira, comerciante, portadora do CPF nº 025.930.329-10 e portadora da cédula de identidade – RG nº 3.642.673 - 3 – SSP/SC, ambos residentes e domiciliados na Rua João Carlos Alves, nº 385, Bairro Centro, Cidade de Penha/SC, doravante denominado DOADOR, e do outro lado MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com endereço na Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, neste ato representado pelo Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409, Bairro Centro, Penha/SC, do Município de Penha, doravante denominada DONATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato de doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 538 e seguintes, do Código Civil e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

É objeto deste instrumento a doação pelo DOADOR a DONATÁRIA, de livre e espontânea vontade, sem coação ou influência de quem quer que seja, de um terreno, sem benfeitorias, situado no local "ARMAÇÃO", zona urbana da sede do município de Penha, matrícula nº 35.922



desta comarca de Piçarras - SC, com área total de 14.283,80 m², no qual será fracionado e doado área remanescente 04 com 3.449,567 m², com as seguintes medidas e confrontações: compreendido por faixa de terra de 12 metros de largura e 162,68 metros de comprimento, a compreender a pista norte da terceira avenida, mais área de 12 metros de largura e 60,50 metros de comprimento a compreender continuação da faixa oeste do projeto da Terceira Avenida, e mais área de 12 metros de largura e 60,50 metros de comprimento a compreender continuação da faixa Leste do projeto da Terceira. Área de geometria e confrontações conforme mapa e planta de implantação.

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

Este Termo de Doação terá prazo indeterminado e começa a produzir seus efeitos na data de sua assinatura.

CLÁUSULA 3ª – DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOAÇÃO

O objeto da presente doação é de propriedade do DOADOR, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquiná-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

§1º O DOADOR, por sua livre e espontânea vontade, sem influência de quaisquer fatores exógenos ou endógenos sobre sua manifestação volitiva, doa ao DONATÁRIA, sem nenhum encargo, o bem descrito na cláusula primeira, transferindo sua titularidade, posse, uso, gozo e fruição, bem como todos os direitos e deveres inerentes, a partir da assinatura do presente instrumento.

§2º A DONATÁRIA aceita a doação expressa neste instrumento, e suas condições.

§3º O DOADOR e a DONATÁRIA deverão portar cópia deste documento.

§4º O objeto da presente doação deverá ser incorporado ao Patrimônio Público do Município de Penha, devendo a Secretaria Municipal de Planejamento providenciar desmembramento da área remanescente 04 conforme memorial descritivo anexo juntamente com layout de implantação da terceira avenida.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem, tudo para que possa este produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Penha/SC, 08 de Julho de 2019.

RENATO CESÁRIO PEREIRA JÚNIOR

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 1230/2018

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome: _____
RG: _____

2. _____
Nome: _____
RG: _____

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA /SC

Publicação Nº 2138815

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL
Prefeitura Municipal de Penha /SC

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado JOSÉ JOÃO AMARO, brasileiro, comerciante, casado, inscrito no CPF nº 309.437.799-87 e portador do RG nº 106.393.SSP-SC e sua esposa SABINA SOUZA AMARO, brasileira, do lar, inscrita no CPF nº 016.279.549-10 e portadora do RG nº 4/C-3.404.631-SSP-SC, ambos residentes e domiciliados na Estrada Geral Santa Lídia, nº 6088, Bairro Santa Lídia, Cidade de Penha/SC, representado por seu PROCURADOR Sr. ANTÔNIO ADILSON AMARO, brasileiro, solteiro, professor, inscrito no CPF nº 593.226.759-34 e portador do RG nº 1.408.356-6, conforme Procuração anexa, doravante denominado DOADOR, e do outro lado MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com endereço na Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, neste ato representado pelo Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, do Município de Penha, doravante denominada DONATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato de doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 538 e seguintes, do Código Civil e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

É objeto deste instrumento a doação pelo DOADOR a DONATÁRIA, de livre e espontânea vontade, sem coação ou influência de quem quer que seja, de um terreno, situado no local SANTA LÍDIA, Matrícula nº 59.043 da comarca de Itajaí, estado de Santa Catarina, com área de 67.488,00 m², no qual será fracionado e doado área com 717,39 m², com as seguintes medidas, confrontações e coordenadas:

I - Um terreno, coma a área de 67.488,00 m², situado no lugar Santa Lídia, no município de Penha, então desta Comarca de Itajaí-SC,

medindo 144,00 metros, a leste, na estrada Itajaí-Joinville, onde faz frente com 202,00 metros de largura nos fundos, em terras de Manoel Domingos Tomás, estremando ao norte, com o Ribeirão Grande, numa distância de 240,00 metros e 132,00 metros em terras de Antonio Ramos, mede 354,00 metros ao sul, na estrada das Cabras. Terreno este, sem benfeitorias, Inscrição Imobiliária nº 01.07.004.1968.001 e cadastro 27.692 no Município de Penha-SC.

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 12, de coordenadas N 7.031.643,12 m. e E 733.249,11 m., situado no limite com, Rua Vereador Arno Reinaldo da Silva, (Lei nº 1509/97), deste, segue com azimute de 325°45'32" e distância de 6,82 m., confrontando neste trecho com a Rua Vereador Arno Reinaldo da Silva, (Lei nº 1509/97), até o vértice 13, de coordenadas N 7.031.648,76 m. e E 733.245,27 m.; deste, segue com azimute de 27°18'22" e distância de 117,94 m., confrontando neste trecho com área remanescente de José Joao Amaro, até o vértice 13 A, de coordenadas N 7.031.753,56 m. e E 733.299,37 m. deste, segue com azimute de 117°18'22" e distância de 6,00 m., confrontando neste trecho com área nº (03) terras de José Joao Amaro, até o vértice 12 A, de coordenadas N 7.031.750,80 m. e E 733.304,70 m.; deste, segue com azimute de 207°18'22" e distância de 121,19 m., confrontando neste trecho com área nº (03) terras de José Joao Amaro, até o vértice 12, ponto inicial da descrição deste perímetro.

II - Dito imóvel esta localizado do lado direito (PAR) da Rua Vereador Arno Reinaldo da Silva, (Lei nº 1509/97), zona Urbana da Cidade de Penha- SC, onde se distancia da 247,00 (metros) da esquina com a Rua Santa Lidia, (Lei nº 1372/94).

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

Este Termo de Doação terá prazo indeterminado e começa a produzir seus efeitos na data de sua assinatura.

CLÁUSULA 3ª – DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOAÇÃO

O objeto da presente doação é de propriedade do DOADOR, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquiná-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

§1º O DOADOR, por sua livre e espontânea vontade, sem influência de quaisquer fatores exógenos ou endógenos sobre sua manifestação volitiva, doa ao DONATÁRIA, sem nenhum encargo, o bem descrito na cláusula primeira, transferindo sua titularidade, posse, uso, gozo e fruição, bem como todos os direitos e deveres inerentes, a partir da assinatura do presente instrumento.

§2º A DONATÁRIA aceita a doação expressa neste instrumento, e suas condições.

§3º O DOADOR e a DONATÁRIA deverão portar cópia deste documento.

§4º O objeto da presente doação deverá ser incorporado ao Patrimônio Público do Município de Penha, devendo a Secretaria Municipal de Planejamento providenciar desmembramento da área a ser doada.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem, tudo para que possa este produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Penha/SC, 16 de agosto de 2019.

ANTÔNIO ADILSON AMARO
PROCURADOR

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 1230/2018

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome: _____
RG: _____

2. _____
Nome: _____
RG: _____

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA /SC

Publicação Nº 2138812

TERMO DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL
Prefeitura Municipal de Penha /SC

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado SOON BEUM KWON, sul-coreano com visto permanente, casado, empresário, portador do CPF nº 009.240.389-18 e portador da cédula de identidade nº V357005Q, residente e domiciliado na Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 1536, Bairro Centro, Cidade de Penha/SC, doravante denominado DOADOR, e do outro lado MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com endereço na Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, neste ato representado pelo Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, do Município de Penha, doravante denominada DONATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato de doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 538 e seguintes, do Código Civil e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

É objeto deste instrumento a doação pelo DOADOR a DONATÁRIA, de livre e espontânea vontade, sem coação ou influência de quem quer que seja, de um terreno, situado no local "ARMAÇÃO", zona rural do município de Penha, Matrícula nº 17.651 desta comarca de Piçarras, estado de Santa Catarina, com área de 238.085,867 m², no qual será fracionado e doado Área Remanescente 02 com 11.192,799 m² e Área Remanescente 06 com 10.660,013 m², com as seguintes medidas e confrontações:

Área Remanescente 02 - Compreendido por faixa de terra de 12 metros de largura e 791 metros de comprimento, a compreender a pista oeste da terceira avenida, mais área de 12 metros de largura e 148,10 metros de comprimento a compreender rua secundária de amarração ao sistema viário existente. Área de geometria e confrontações conforme mapa e planta de implantação.

Área Remanescente 06 - Compreendido por faixa de terra de 12 metros de largura e 788,10 metros de comprimento, a compreender a pista leste da terceira avenida, mais área de 12 metros de largura e 105,86 metros de comprimento a compreender rua secundária de expansão do sistema viário. Área de geometria e confrontações conforme mapa e planta de implantação.

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

Este Termo de Doação terá prazo indeterminado e começa a produzir seus efeitos na data de sua assinatura.

CLÁUSULA 3ª – DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOAÇÃO

O objeto da presente doação é de propriedade do DOADOR, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquiná-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

§1º O DOADOR, por sua livre e espontânea vontade, sem influência de quaisquer fatores exógenos ou endógenos sobre sua manifestação volitiva, doa ao DONATÁRIA, sem nenhum encargo, o bem descrito na cláusula primeira, transferindo sua titularidade, posse, uso, gozo e fruição, bem como todos os direitos e deveres inerentes, a partir da assinatura do presente instrumento.

§2º A DONATÁRIA aceita a doação expressa neste instrumento, e suas condições.

§3º O DOADOR e a DONATÁRIA deverão portar cópia deste documento.

§4º O objeto da presente doação deverá ser incorporado ao Patrimônio Público do Município de Penha, devendo a Secretaria Municipal de Planejamento providenciar desmembramento das áreas remanescentes 02 e 06 conforme memorial descritivo anexo juntamente com layout de implantação da terceira avenida.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem, tudo para que possa este produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Penha/SC, 28 de Junho de 2019.

SOON BEUM KWON

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 1230/2018

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
RG:

2. _____
Nome:
RG:

TERMO DE DOAÇÃO DE LAJOTA SEXTAVADA E MEIO FIO PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA/SC

Publicação Nº 2138822

TERMO DE DOAÇÃO DE LAJOTA SEXTAVADA E MEIO FIO
Prefeitura Municipal de Penha/SC

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado KOCH HIPERMERCADO LTDA com sede à Av. Bayer Filho, nº 1695 - Centro, Tijucas - SC, 88200-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.831.172/0001-32, devidamente representados na forma de seu estatuto social constitutivo por seus Diretores que ao final subscrevem, doravante denominada DOADOR, e do outro lado MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com endereço na Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, neste ato representado pelo Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, do município de Penha, doravante denominada DONATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato de doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 538 e seguintes, do Código Civil e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

É objeto deste instrumento a doação pelo DOADOR a DONATÁRIA de 800,00 (oitocentos) m² de Lajota Sextavada 25x25x8cm e 300,00 (trezentas) peças de Meio Fio 80x30x12cm, conforme DANFE anexo, a fim de contribuir com a pavimentação da Rua Nivaldo Silva, bairro Centro, do município de Penha/SC.

§1º - O material doado será depositado pela DOADORA, no depósito da Prefeitura Municipal de Penha, localizado na Rua Joaquim Antonio Simão, s/nº, Centro, Penha/SC ou em local indicado pela DONATÁRIA.

§2º - Declara a DONATÁRIO que o referido depósito é de propriedade da Prefeitura Municipal de Penha.

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

Este Termo de Doação terá o prazo de 60 dias a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA 3ª – OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIO

Como condição da presente doação, a DONATÁRIA deverá cumprir as seguintes instruções:

- a) O material não pode ser depositado em áreas não pactuadas por ambas as partes;
- b) A destinação final do material doado é de inteira responsabilidade do DONATÁRIO, que deve utilizar-se de meios próprios para tal;

§1º - O descumprimento de quaisquer itens descritos neste TERMO DE DOAÇÃO, implicará na rescisão do presente termo de doação.

CLÁUSULA 4ª – DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOAÇÃO

O objeto da presente doação é de propriedade do DOADOR, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquiná-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

§1º - O DOADOR, por sua livre e espontânea vontade, sem influência de quaisquer fatores exógenos ou endógenos sobre sua manifestação volitiva, doa ao DONATÁRIO, sem nenhum encargo, o bem descrito na cláusula primeira, transferindo sua titularidade, posse, uso, gozo e fruição, bem como todos os direitos e deveres inerentes, a partir da entrega no local já informado;

§2º - A DONATÁRIA aceita a doação expressa neste instrumento, e suas condições.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem, tudo para que possa este produzir seus jurídicos e legais efeitos. Penha/SC, 23 de agosto de 2019.

KOCH HIPERMERCADO LTDA

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 1230/2018

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome: _____
RG: _____

2. _____
Nome: _____
RG: _____

TERMO DE DOAÇÃO DE MATERIAL ARGILOSO PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA /SC

Publicação Nº 2138824

TERMO DE DOAÇÃO DE MATERIAL ARGILOSO
Prefeitura Municipal de Penha /SC

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado DRISAN PARTICIPAÇÕES E ACESSORIA EMPRESARIAL LTDA com sede à Avenida Governador Adolfo Konder, nº 2.700, Cidade Nova, Itajaí/SC – CEP: 88308-692, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.921.078/0001-00, devidamente representada na forma de seu estatuto social constitutivo por seus Diretores que ao final subscrevem, doravante denominada DOADORA, e do outro lado MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com endereço na Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, neste ato representado pelo Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, do município de Penha, doravante denominada DONATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato de doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 538 e seguintes, do Código Civil e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

É objeto deste instrumento a doação pela DOADORA a DONATÁRIA de Maquinário para extração e remoção de 235 mil metros cúbicos de Material Argiloso, para aberturas e reforço de ruas do Município de Penha/SC.

§1º O material extraído e removido será depositado pela DOADORA, nos terrenos denominados 4, 5 e 6 pertencente à DOADORA, com

matrículas nº 20.176, nº 4.426 e nº s/nº, respectivamente. Todos localizados na Rua Sebastião Schmitz, próximo a Rodovia BR – 101, ficando a disposição da Prefeitura Municipal de Penha, para executar o carregamento dos materiais quando houver necessidade.

§2º Declara a DONATÁRIA que o referido depósito é de propriedade da empresa DRISAN PARTICIPAÇÕES E ACESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

Este Termo de Doação terá o prazo de 12 meses a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA 3ª – OBRIGAÇÕES DA DONATÁRIA

Como condição da presente doação, a DONATÁRIA deverá cumprir as seguintes instruções:

- a) O material extraído e removido não poderá ser depositado em áreas não pactuadas por ambas as partes;
- b) A destinação final do material extraído e removido é de inteira responsabilidade da DONATÁRIA.

§1º O descumprimento de quaisquer itens descritos neste TERMO DE DOAÇÃO, implicará na rescisão do presente termo de doação.

CLÁUSULA 4ª – OBRIGAÇÕES DA DOADORA

A DOADORA deverá portar cópia deste documento;

§1º A DOADORA não poderá depositar os Materiais Argilosos em outro local no trecho compreendido neste TERMO DE DOAÇÃO.

§2º A DOADORA deverá respeitar as diretrizes do Plano Diretor do Município de Penha, bem como o código de Obras e as Normas Ambientais Vigentes.

CLÁUSULA 5ª – DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOAÇÃO

O objeto da presente doação é de propriedade da DOADORA, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquiná-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

§1º A DOADORA, por sua livre e espontânea vontade, sem influência de quaisquer fatores exógenos ou endógenos sobre sua manifestação volitiva, doa ao DONATÁRIO, sem nenhum encargo, o bem descrito na cláusula primeira, transferindo sua titularidade, posse, uso, gozo e fruição, bem como todos os direitos e deveres inerentes, a partir da entrega no local já informado;

§2º A DONATÁRIA aceita a doação expressa neste instrumento, e suas condições.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem, tudo para que possa este produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Penha/SC, 19 de agosto de 2019.

DRISAN PARTICIPAÇÕES E ACESSORIA LTDA

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 1230/2018

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
RG:

2. _____
Nome:
RG:

TERMO DE DOAÇÃO DE PAVER E TUBULAÇÕES PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA /SC

Publicação Nº 2138827

TERMO DE DOAÇÃO DE PAVER E TUBULAÇÕES
Prefeitura Municipal de Penha /SC

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado HOLDIBERT BRANDL, brasileiro, casado, pedreiro, portador do CPF sob o nº 818.605.609-20, e sua esposa HEIDI EHRENSCHNEIDER BRANDL, alemã, casada, cozinheira, Portadora do CPF sob o nº 009.546.359-30, ambos residentes e domiciliados à Rua Espírito Santo, nº 332, Bairro de Armação, Município de Penha/SC - CEP: 88.385-000, doravante denominada DOADORA, e do outro lado MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com endereço na Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, neste ato representado pelo Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, do município de Penha, doravante denominada DONATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato de doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 538 e seguintes, do Código Civil e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

É objeto deste instrumento a doação pela DOADORA a DONATÁRIA de PAVER E TUBULAÇÕES para execução de pavimentação da Rua Nair José da Cunha, Bairro Nossa Senhora de Fátima, no Município de Penha/SC.

§1º - O material doado será depositado pela DOADORA, no depósito da Prefeitura Municipal de Penha, localizado na Rua Joaquim Antonio Simão, s/nº, Centro, Penha/SC ou em local indicado pela DONATÁRIA.

§2º - Declara a DONATÁRIA que o referido depósito é de propriedade da Prefeitura Municipal de Penha..

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

Este Termo de Doação terá o prazo de 60 dias a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA 3ª – OBRIGAÇÕES DA DONATÁRIA

Como condição da presente doação, a DONATÁRIA deverá cumprir as seguintes instruções:

- a) O material não pode ser depositado em áreas não pactuadas por ambas as partes;
- b) A destinação final do material doado é de inteira responsabilidade da DONATÁRIA, que deve utilizar-se de meios próprios (caminhões, pá-carregadeira etc.) para tal;

§1º - O descumprimento de quaisquer itens descritos neste TERMO DE DOAÇÃO, implicará na rescisão do presente termo de doação.

CLÁUSULA 4ª – OBRIGAÇÕES DA DOADORA

A DOADORA deverá portar cópia deste documento;

§1º - A DOADORA não poderá depositar os PAVER e as TUBULAÇÕES em outro local no trecho compreendido neste TERMO DE DOAÇÃO.

CLÁUSULA 5ª – DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOAÇÃO

O objeto da presente doação é de propriedade da DOADORA, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquiná-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

§1º - A DOADORA, por sua livre e espontânea vontade, sem influência de quaisquer fatores exógenos ou endógenos sobre sua manifestação volitiva, doa ao DONATÁRIO, sem nenhum encargo, o bem descrito na cláusula primeira, transferindo sua titularidade, posse, uso, gozo e fruição, bem como todos os direitos e deveres inerentes, a partir da entrega no local já informado;

§2º - A DONATÁRIA aceita a doação expressa neste instrumento, e suas condições.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem, tudo para que possa este produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Penha/SC, 08 de abril de 2019.

HOLDIBERT BRANDL HEIDI EHRENSCHNEIDER BRANDL

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 1230/2018

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome: Sidnei Mauricio de Souza Junior
RG: 6763133

2. _____
Nome: Sandor Carlos Pereira Junior
RG: 3052882

TERMO DE DOAÇÃO DE PAVER E TUBULAÇÕES PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA /SC

Publicação Nº 2138820

TERMO DE DOAÇÃO DE PAVER E TUBULAÇÕES Prefeitura Municipal de Penha /SC

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado ALCIDES KUEHL, brasileiro, casado, aposentado, portador do CPF sob o nº 290.908.149-49, residente e domiciliado à Rua Umbelino Roberto Lessa, nº 26, Bairro de Armação, Município de Penha/SC - CEP: 88.385-000, doravante denominado DOADOR, e do outro lado MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com endereço na Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, neste ato representado pelo Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, do município de Penha, doravante denominada DONATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato de doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 538 e seguintes, do Código Civil e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

É objeto deste instrumento a doação pelo DOADOR a DONATÁRIA a quantia de 128.142 (cento e vinte e oito mil, cento e quarenta e dois) LAJOTAS 0,25 x 0,25 x 0,08m.

§1º - O material doado será utilizado exclusivamente para pavimentação da Rua Umbelino Roberto Lessa, com área de 7.126,93m, localizada no Bairro Armação, Município de Penha/SC, conforme Croqui da Prefeitura Municipal de Penha, anexo.

§2º - O material doado será depositado pelo DOADOR, no depósito da Prefeitura Municipal de Penha, localizado na Rua Joaquim Antonio Simão, s/nº, Centro, Penha/SC ou em local indicado pela DONATÁRIA.

§3º - Declara a DONATÁRIA que o referido depósito é de propriedade da Prefeitura Municipal de Penha.

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

Este Termo de Doação terá o prazo de 180 dias a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA 3ª – OBRIGAÇÕES DA DONATÁRIA

Como condição da presente doação, a DONATÁRIA deverá cumprir as seguintes instruções:

- a) O material não pode ser depositado em áreas não pactuadas por ambas as partes;
- b) A destinação final do material doado é de inteira responsabilidade da DONATÁRIA, que deve utilizar-se de meios próprios (caminhões, pá-carregadeira etc.) para tal;

§1º O descumprimento de quaisquer itens descritos neste TERMO DE DOAÇÃO, implicará na rescisão do presente termo de doação.

CLÁUSULA 4ª – OBRIGAÇÕES DA DOADORA

A DOADORA deverá portar cópia deste documento;

§1º - O DOADOR não poderá depositar as Lajotas em outro local no trecho compreendido neste TERMO DE DOAÇÃO.

§2º - O DOADOR deverá depositar todo material no local indicado na Cláusula 1ª, §2º, para o início da pavimentação da Rua Umbelino Roberto Lessa.

CLÁUSULA 5ª – DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOAÇÃO

O objeto da presente doação é de propriedade do DOADOR, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquiná-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

§1º - O DOADOR, por sua livre e espontânea vontade, sem influência de quaisquer fatores exógenos ou endógenos sobre sua manifestação volitiva, doa ao DONATÁRIO, sem nenhum encargo, o bem descrito na cláusula primeira, transferindo sua titularidade, posse, uso, gozo e fruição, bem como todos os direitos e deveres inerentes, a partir da entrega no local já informado;

§2º -A DONATÁRIA aceita a doação expressa neste instrumento, e suas condições.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem, tudo para que possa este produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Penha/SC, 07 de agosto de 2019.

ALCIDES KÜHL

CPF: 290.908.149-49

Jaylon Jander Cordeiro da Silva

Secretário de Administração

Portaria nº 1230/2018

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

RG/CPF:

2. _____

Nome:

RG/CPF:

TERMO DE DOAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA /SC

Publicação Nº 2138842

TERMO DE DOAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA

Prefeitura Municipal de Penha /SC

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado SUPERMERCADOS KOCH com sede à Av. Eugênio Krauser, 4150 - Armação, Penha - SC, 88385-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.831.172/0002-13, devidamente representados na forma de seu estatuto social constitutivo por seus Diretores que ao final subscrevem, doravante denominada DOADOR, e do outro lado MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com endereço na Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, neste ato representado pelo Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, do município de Penha, doravante denominada DONATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato de doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 538 e seguintes, do Código Civil e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

É objeto deste instrumento a doação pelo DOADOR a DONATÁRIA de 42 litros de água sanitária, 50 litros de desinfetante e, 10 caixas com 12 unidades de creme dental, a fim de contribuir com a limpeza das residências, escolas e demais locais atingidos pelos estragos causados

pela chuva do último dia 17/01/2018.

§1º - O material doado será depositado pelo DOADOR e/ou pela REDE DE SUPERMERCADOS KOCH, na Secretaria de Administração, localizado na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº 03, Centro, Penha/SC ou em local indicado pela DONATÁRIA.

§2º - Declara a DONATÁRIA que o referido depósito é de propriedade da Prefeitura Municipal de Penha.

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

Este Termo de Doação terá o prazo de 60 dias a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA 3ª – OBRIGAÇÕES DO DONATÁRIO

Como condição da presente doação, a DONATÁRIA deverá cumprir as seguintes instruções:

- a) O material não pode ser depositado em áreas não pactuadas por ambas as partes;
- b) A destinação final do material doado é de inteira responsabilidade do DONATÁRIO, que deve utilizar-se de meios próprios para tal;

§1º - O descumprimento de quaisquer itens descritos neste TERMO DE DOAÇÃO, implicará na rescisão do presente termo de doação.

CLÁUSULA 4ª – DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOAÇÃO

O objeto da presente doação é de propriedade do DOADOR, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquiná-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

§1º - O DOADOR, por sua livre e espontânea vontade, sem influência de quaisquer fatores exógenos ou endógenos sobre sua manifestação volitiva, doa ao DONATÁRIO, sem nenhum encargo, o bem descrito na cláusula primeira, transferindo sua titularidade, posse, uso, gozo e fruição, bem como todos os direitos e deveres inerentes, a partir da entrega no local já informado;

§2º - A DONATÁRIA aceita a doação expressa neste instrumento, e suas condições.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem, tudo para que possa este produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Penha/SC, 18 de janeiro de 2019.

SUPERMERCADOS KOCH

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 1230/2018

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome: _____
RG: _____

2. _____
Nome: _____
RG: _____

TERMO DE DOAÇÃO DE TUBO ARMADO PA2 100CM PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA /SC

Publicação Nº 2138791

TERMO DE DOAÇÃO DE TUBO ARMADO PA2 100CM
Prefeitura Municipal de Penha /SC

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado PESQUEIRA CATARINENSE DE ALIMENTOS LTDA-EPP com sede à Avenida Nereu Ramos, nº 715, Praia Alegre, Penha/SC – CEP: 88.385-000, com seu contrato devidamente registrada na M.M. Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42203374589, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.953.775/0001-03, devidamente representada na forma de seu estatuto social constitutivo por seus Diretores que ao final subscrevem, doravante denominada DOADORA, e do outro lado MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com endereço na Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, neste ato representado pelo Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, do município de Penha, doravante denominada DONATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato de doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 538 e seguintes, do Código Civil e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

É objeto deste instrumento a doação pela DOADORA a DONATÁRIA de 31 tubos armado PA2 100 cm para execução de drenagem na Rua Arno Becker no Município de Penha/SC.

§1º - O material doado será depositado pela DOADORA e/ou pela empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPARELI - EPP, no depósito da Prefeitura Municipal de Penha, localizado na Rua Joaquim Antonio Simão, s/nº, Centro, Penha/SC ou em local indicado pela DONATÁRIA.

§2º - Declara a DONATÁRIA que o referido depósito é de propriedade da Prefeitura Municipal de Penha.

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

Este Termo de Doação terá o prazo de 60 dias a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA 3ª – OBRIGAÇÕES DA DONATÁRIA

Como condição da presente doação, a DONATÁRIA deverá cumprir as seguintes instruções:

- a) O material não pode ser depositado em áreas não pactuadas por ambas as partes;
- b) A destinação final do material doado é de inteira responsabilidade da DONATÁRIA, que deve utilizar-se de meios próprios (caminhões, pá-carregadeira etc.) para tal;

§1º -O descumprimento de quaisquer itens descritos neste TERMO DE DOAÇÃO, implicará na rescisão do presente termo de doação.

CLÁUSULA 4ª – OBRIGAÇÕES DA DOADORA

A DOADORA e a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI - EPP (contratada da PESQUEIRA CATARINENSE DE PESCADOS LTDA EPP), deverão portar cópia deste documento;

§1º - A DOADORA e a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI - EPP (contratada da PESQUEIRA CATARINENSE DE PESCADOS LTDA EPP) não poderão depositar os Tubos Armados PA2 100CM em outro local no trecho compreendido neste TERMO DE DOAÇÃO.

CLÁUSULA 5ª – DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOAÇÃO

O objeto da presente doação é de propriedade da DOADORA, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquiná-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

§1º -A DOADORA, por sua livre e espontânea vontade, sem influência de quaisquer fatores exógenos ou endógenos sobre sua manifestação volitiva, doa ao DONATÁRIO, sem nenhum encargo, o bem descrito na cláusula primeira, transferindo sua titularidade, posse, uso, gozo e fruição, bem como todos os direitos e deveres inerentes, a partir da entrega no local já informado;

§2º -A DONATÁRIA aceita a doação expressa neste instrumento, e suas condições.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem, tudo para que possa este produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Penha/SC, 21 de fevereiro de 2019.

PESQUEIRA CATARINENSE DE PESCADOS LTDA EPP

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 1230/2018

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome: _____
RG: _____

2. _____
Nome: _____
RG: _____

TERMO DE DOAÇÃO DE TUBO ARMADO PA2 100CM PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA /SC

Publicação Nº 2138832

TERMO DE DOAÇÃO DE TUBO ARMADO PA2 100CM
Prefeitura Municipal de Penha /SC

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado PESQUEIRA CATARINENSE DE ALIMENTOS LTDA-EPP com sede à Avenida Nereu Ramos, nº 715, Praia Alegre, Penha/SC – CEP: 88.385-000, com seu contrato devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE 42203374589, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.953.775/0001-03, devidamente representada na forma de seu estatuto social constitutivo por seus Diretores que ao final subscrevem, doravante denominada DOADORA, e do outro lado MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com endereço na Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, neste ato representado pelo Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, do município de Penha, doravante denominada DONATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato de doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 538 e seguintes, do Código Civil e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

É objeto deste instrumento a doação pela DOADORA a DONATÁRIA de 204 tubos armado PA2 100 cm para execução de drenagem na Rua Domingos Manoel Correa no Município de Penha/SC.

§1º - O material doado será depositado pela DOADORA e/ou pela empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI - EPP, no depósito da Prefeitura Municipal de Penha, localizado na Rua Joaquim Antonio Simão, s/nº, Centro, Penha/SC ou em local indicado pela DONATÁRIA.

§2º - Declara a DONATÁRIA que o referido depósito é de propriedade da Prefeitura Municipal de Penha.

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

Este Termo de Doação terá o prazo de 60 dias a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA 3ª – OBRIGAÇÕES DA DONATÁRIA

Como condição da presente doação, a DONATÁRIA deverá cumprir as seguintes instruções:

- a) O material não pode ser depositado em áreas não pactuadas por ambas as partes;
- b) A destinação final do material doado é de inteira responsabilidade da DONATÁRIA, que deve utilizar-se de meios próprios (caminhões, pá-carregadeira etc.) para tal;

§1º -O descumprimento de quaisquer itens descritos neste TERMO DE DOAÇÃO, implicará na rescisão do presente termo de doação.

CLÁUSULA 4ª – OBRIGAÇÕES DA DOADORA

A DOADORA e a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI - EPP (contratada da PESQUEIRA CATARINENSE DE PESCADOS LTDA EPP), deverão portar cópia deste documento;

§1º - A DOADORA e a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI - EPP (contratada da PESQUEIRA CATARINENSE DE PESCADOS LTDA EPP) não poderão depositar os Tubos Armados PA2 100CM em outro local no trecho compreendido neste TERMO DE DOAÇÃO.

CLÁUSULA 5ª – DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOAÇÃO

O objeto da presente doação é de propriedade da DOADORA, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquiná-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

§1º -A DOADORA, por sua livre e espontânea vontade, sem influência de quaisquer fatores exógenos ou endógenos sobre sua manifestação volitiva, doa ao DONATÁRIO, sem nenhum encargo, o bem descrito na cláusula primeira, transferindo sua titularidade, posse, uso, gozo e fruição, bem como todos os direitos e deveres inerentes, a partir da entrega no local já informado;

§2º -A DONATÁRIA aceita a doação expressa neste instrumento, e suas condições.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem, tudo para que possa este produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Penha/SC, 03 de janeiro de 2019.

PESQUEIRA CATARINENSE DE PESCADOS LTDA EPP

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 1230/2018

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome: _____
RG: _____

2. _____
Nome: _____
RG: _____

TERMO DE DOAÇÃO DE TUBO DE CONCRETO D=60CM PA2 PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA /SC

Publicação Nº 2138834

TERMO DE DOAÇÃO DE TUBO DE CONCRETO D=60CM PA2
Prefeitura Municipal de Penha /SC

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, de um lado KOCH HIPERMERCADO S/A – LOJA 01 MATRIZ com sede à Avenida Bayer Filho, nº 1695, Centro, Tijucas/SC – CEP: 88200-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.831.172/0001-32, IE 235.835.925 devidamente representada por ALBANO KOCH, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 3.083.325-6 (SSP/SC), inscrito no CPF sob nº 946.561.859-49, residente e domiciliado à Avenida Beira Mar, nº 1250, Apto 502, Bloco C, Edifício Vilas dos Corais, Centro, CEP 88220-000, Itapema, Santa Catarina, doravante denominada DOADORA, e do outro lado MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com endereço na Avenida Nereu Ramos, nº. 190 - Centro, Penha, SC – CEP: 88.385-000, neste ato representado pelo Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, portador do RG 5.101.530 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, do Município de Penha, doravante denominada DONATÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato de doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e subsidiariamente pelo disposto nos artigos 538 e seguintes, do Código Civil e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

É objeto deste instrumento a doação pela DOADORA a DONATÁRIA de 380 tubos de concreto D=60CM PA2 para execução de drenagem parcial de 60% na Rua Nivaldo Silva no Município de Penha/SC.

§1º O material doado será depositado pela DOADORA e/ou pela empresa M.HOLZ CONSTRUÇÕES E ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME, no depósito da Prefeitura Municipal de Penha, localizado na Rua Joaquim Antônio Simão, s/nº, Centro, Penha/SC ou em local indicado pela DONATÁRIA.

§2º Declara a DONATÁRIA que o referido depósito é de propriedade da Prefeitura Municipal de Penha.

CLÁUSULA 2ª – PRAZO

Este Termo de Doação terá o prazo de 60 dias a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA 3ª – OBRIGAÇÕES DA DONATÁRIA

Como condição da presente doação, a DONATÁRIA deverá cumprir as seguintes instruções:

- a) O material não pode ser depositado em áreas não pactuadas por ambas as partes;
- b) A destinação final do material doado é de inteira responsabilidade da DONATÁRIA, que deve utilizar-se de meios próprios (caminhões, pá-carregadeira etc.) para tal;

§1º O descumprimento de quaisquer itens descritos neste TERMO DE DOAÇÃO, implicará na rescisão do presente termo de doação.

CLÁUSULA 4ª – OBRIGAÇÕES DA DOADORA

A DOADORA e a empresa M.HOLZ CONSTRUÇÕES E ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME (contratada da KOCH HIPERMERCADO S/A – LOJA 01 MATRIZ), deverão portar cópia deste documento;

§1º - A DOADORA e a empresa M.HOLZ CONSTRUÇÕES E ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME (contratada da KOCH HIPERMERCADO S/A – LOJA 01 MATRIZ) não poderão depositar os Tubos de Concreto D=60CM PA2 em outro local no trecho compreendido neste TERMO DE DOAÇÃO.

CLÁUSULA 5ª – DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOAÇÃO

O objeto da presente doação é de propriedade da DOADORA, livre de qualquer ônus ou defeito que possam inquiná-lo de inutilidade ou viciar este negócio jurídico.

§1º A DOADORA, por sua livre e espontânea vontade, sem influência de quaisquer fatores exógenos ou endógenos sobre sua manifestação volitiva, doa ao DONATÁRIO, sem nenhum encargo, o bem descrito na cláusula primeira, transferindo sua titularidade, posse, uso, gozo e fruição, bem como todos os direitos e deveres inerentes, a partir da entrega no local já informado;

§2º A DONATÁRIA aceita a doação expressa neste instrumento, e suas condições.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente Instrumento, lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e que também o subscrevem, tudo para que possa este produzir seus jurídicos e legais efeitos.

Penha/SC, 25 de Junho de 2019.

KOCH HIPERMERCADO S/A – LOJA 01 MATRIZ

Jaylon Jander Cordeiro da Silva
Secretário de Administração
Portaria nº 1230/2018

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
RG:

2. _____
Nome:
RG:

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2019

Publicação Nº 2138104

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 53/2019, na modalidade Tomada de Preços nº 03/2019

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviço e fornecimento de materiais, sendo a melhoria da rede elétrica da Rua Frei Bonifácio, de acordo com o projeto da Celesc nº 400386922.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 119/2019.

Contratado: FABIANO FRANCHIN

CNPJ nº: 22.239.780/0001-60

Valor: 158.939,78 (Cento e cinquenta e oito mil, novecentos e trinta e nove reais e setenta e oito centavos).

Data de Vigência: 23/08/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 23 de agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2019

Publicação Nº 2138105

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 97/2019, na modalidade Chamada Pública nº 02/2019

Objeto: É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e Cooperativas da Agricultura Familiar para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino que ofertam a Educação Infantil (creche) e Ensino Fundamental no 3º quadrimestre de 2019, de acordo com as prerrogativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Quinta, todos de acordo com a chamada pública nº 02/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2019.

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PERITIBA - COPAFAPER

CNPJ nº: 08.845.351/0001-05

Valor: R\$ 11.180,50 (Onze mil, cento e oitenta reais e cinquenta centavos).

Data de Vigência: 23/08/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 23 de agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2019

Publicação Nº 2138108

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 97/2019, na modalidade Chamada Pública nº 02/2019

Objeto: É objeto desta contratação é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e Cooperativas da Agricultura Familiar para atender os alunos matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino que ofertam a Educação Infantil (creche) e Ensino Fundamental no 3º quadrimestre de 2019, de acordo com as prerrogativas do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Quinta, todos de acordo com a chamada pública nº 02/2019, o qual fica fazendo parte

integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 121/2019.

Contratado: COOPERATIVA DOS PRODUTORES AGROINDUSTRIAS DO MUNICÍPIO DE IPIRA – CPAMI

CNPJ nº: 07.224.044/0001-44

Valor: R\$ 16.059,00 (Dezesseis mil e cinquenta e nove reais).

Data de Vigência: 23/08/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 23 de agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2019

Publicação Nº 2138109

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 87/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 37/2019.

Objeto: Aditar ao contrato original nº 114/2019, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança privada, desarmada, diurna e noturna, para a Expo Peritiba que acontecerá de 15 a 18 de agosto de 2019, a quantidade dos itens descritos na planilha constante no contrato.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 122/2019.

Contratado: SOFEC SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME

CNPJ nº: 06.955.642/0001-20

Data de Vigência: 23/08/2019 a 30/10/2019.

Município de Peritiba – SC em 23 de agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2019

Publicação Nº 2138111

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 96/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 43/2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 3º quadrimestre de 2019.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 123/2019.

Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA CNPJ nº: 83.573.212/0006-08

Valor: R\$ 45.891,97 (Quarenta e cinco mil, oitocentos e noventa e um reais e noventa e sete centavos).

Data de Vigência: 27/08/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 27 de agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2019

Publicação Nº 2138112

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 96/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 43/2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 3º quadrimestre de 2019.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 124/2019.

Contratado: M. A. MERCADO LTDA

CNPJ nº: 28.407.487/0001-40

Valor: R\$ 1.910,65 (Um mil, novecentos e dez reais e sessenta e cinco centavos).

Data de Vigência: 27/08/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 27 de agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2019

Publicação Nº 2138114

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 96/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 43/2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 3º quadrimestre de 2019.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 125/2019.

Contratado: MERCADO BERVIAN LTDA

CNPJ nº: 03.536.050/0001-86

Valor: R\$ 2.222,95 (Dois mil, duzentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos).

Data de Vigência: 27/08/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 27 de agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2019

Publicação Nº 2138115

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 96/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 43/2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 3º quadrimestre de 2019.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2019.

Contratado: MERCADO POLIANE LTDA

CNPJ nº: 00.070.364/0001-48

Valor: R\$ 24.783,13 (Vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e três reais e treze centavos).

Data de Vigência: 27/08/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 27 de agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2019

Publicação Nº 2138117

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 96/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 43/2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 3º quadrimestre de 2019.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2019.

Contratado: PADARIA E LANCHERIA PERITIBA LTDA
CNPJ nº: 85.102.986/0001-63
Valor: R\$ 7.174,20 (Sete mil, cento e setenta e quatro reais e vinte centavos).
Data de Vigência: 27/08/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 27 de agosto de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2019

Publicação Nº 2138118

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 96/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 43/2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 3º quadrimestre de 2019.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 128/2019.
Contratado: PERITIBA MASSAS CASEIRAS LTDA
CNPJ nº: 20.676.420/0001-08
Valor: R\$ 1.932,00 (Um mil, novecentos e trinta e dois reais).
Data de Vigência: 27/08/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 27 de agosto de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2019

Publicação Nº 2138120

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 96/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 43/2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 3º quadrimestre de 2019.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2019.
Contratado: AIRTON SILVA DA MOTTA
CNPJ nº: 13.467.809/0001-70
Valor: R\$ 2.605,48 (Dois mil, seiscentos e cinco reais e quarenta e oito centavos).
Data de Vigência: 27/08/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 27 de agosto de 2019.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2019

Publicação Nº 2139141

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 100/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 44/2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para reforma completa da máquina Pá Carregadeira Komatsu WA 200 pertencente a Secretaria de Serviços Municipais, com fornecimento de peças.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2019.

Contratado: SCHNEIDER OFICINA AGRÍCOLA LTDA

CNPJ nº: 26.192.069/0001-58

Valor: R\$ 44.999,98 (Quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Data de Vigência: 27/08/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 27 de agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 131/2019

Publicação N° 2139144

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 101/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 45/2019.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de um parabrisa para a Motoniveladora Caterpillar 120G, aquisição de um cardan completo dianteiro e um articulador para o trator Massey e aquisição de palhetas para os caminhões placas MER 1428, MBI 4548 e MAY 7354 pertencentes a secretaria Municipal de Agricultura e de Serviços Municipais.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 131/2019.

Contratado: SCHNEIDER OFICINA AGRÍCOLA LTDA

CNPJ nº: 26.192.069/0001-58

Valor: R\$ 2.450,00 (Dois mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Data de Vigência: 27/08/2019 a 31/12/2019.

Município de Peritiba – SC em 27 de agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

PORTARIA 448/2019

Publicação N° 2138786

PORTARIA N° 448/2019

CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora DANDARA LUISA BAZZEI ocupante do cargo efetivo de TECNICO ADMINISTRATIVO, Grupo 2, Nível 3, Classe "A", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 09/09 a 08/10/2019, relativo ao período aquisitivo de 04/06/2018 a 03/06/2019, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 28 de Agosto de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
28/Agosto/2019

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECRETO Nº 471, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139273

DECRETO Nº 471, de 28 de Agosto de 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO À VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto nos termos do Inciso I do Artigo 9, Lei nº 274, de 27 de dezembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 49.000,00 (Quarenta e Nove Mil Reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5033	Transferências de Convênios – União Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	1.013	Investimentos em Ações de Melhoria da Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	02	

Valor R\$: 49.000,00 (Quarenta e Nove Mil Reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 49.000,00 (Quarenta e Nove Mil Reais), conforme Artigo 9º e Artigo 12, da Lei nº 274, de 27 de dezembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 28 de Agosto de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 09 2019 - PNEUS NOVOS

Publicação Nº 2137879

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 11/2019 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PNEUS NOVOS, PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 10/09/2019, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 29 de agosto de 2019. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 010-2019 - FMS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

Publicação Nº 2138658

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2019 - FMS

Objeto: Contratação de Serviços Médicos (clínico geral). Para atuar na estratégia da Saúde da Família no ESF VI. Com carga horária de 40 horas semanais. Conforme especificações constantes do Anexo "A" do Edital

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até as 08:30h do dia 11/09/2019.

Abertura: dia 11/09/2019, às 08:45h.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 28 de agosto de 2019.

Elmo Zanchet

Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE 3ª RETIFICAÇÃO DE PREGÃO E DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 002-2019 – CVP

Publicação Nº 2139210

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA DE VEREADORES DE PINHALZINHO

AVISO DE 3ª RETIFICAÇÃO DE PREGÃO E DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 002-2019 – CVP

CÂMARA DE VEREADORES DE PINHALZINHO – SC

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA.

Modalidade: pregão presencial

Tipo: menor preço global

Recebimento das propostas: até as 14:00 do dia 09/08/2019 14/08/2019 26/08/2019 16/09/2019

Abertura: às 14:30 dia 09/08/2019. 14/08/2019 26/08/2019 16/09/2019

Informações complementares: O Edital RETIFICADO, em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio da câmara : <http://www.camarapzo.sc.gov.br/camara/conteudo/0/licitacoes/1>, ou na Secretaria da Câmara de Vereadores de Pinhalzinho SC, situada à Av. Porto alegre, nº 2515, Pioneiro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30. Informações através do e-mail: licitacoes@camarapzo.sc.gov.br

Pinhalzinho-SC, 28 de agosto de 2019.

Claudécir José Corradi - Presidente

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.058, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138087

DECRETO Nº 5.058, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.039 de 22 de outubro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 39.664,81 (Trinta e nove mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária:4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função:8 - Assistência Social

Subfunção:244 - Assistência Comunitária

Programa:5 - Assistência Social Geral

Ação:2.26 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:300 - Recursos Ordinarios

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto de 2018, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 21 DE AGOSTO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.059, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138095

DECRETO Nº 5.059, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.039 de 22 de outubro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Município de Pinheiro Preto no valor de R\$5.000,00 (CINCO MIL REAIS) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função:4 - Administração

Subfunção:122 - Administração Geral

Programa:3 - Administração Geral

Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Despesa 19 4.4.90.00.00 R\$ 13.000,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, decorre da anulação da seguinte dotação orçamentária do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$5.000,00 (Cinco mil reais).

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS

Função:4 - Administração

Subfunção:122 - Administração Geral
Programa:3 - Administração Geral
Ação:2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Despesa 15 3.3.90.00.00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 21 DE AGOSTO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.061, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138098

DECRETO Nº 5.061, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

"INSTITUI O PONTO ELETRÔNICO, REGULAMENTA O CONTROLE DE FREQUÊNCIA, A COMPENSAÇÃO DE HORAS E BANCO DE HORA NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade ao inciso VIII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO as normas de gestão pública eficiente bem como a necessidade da normatização do banco de horas o qual era executado sem a respectiva regulamentação.

CONSIDERANDO a ata 001 inerente a reunião realizada na data 23 de agosto de 2019, na qual houve concordância expressa dos servidores, não tendo nenhum voto contrário e somente uma abstenção, à implementação do banco de horas.

CONSIDERANDO que aderiram ao respectivo sistema as secretarias de administração, educação e saúde, sendo que devido à falta de servidores, a secretaria de transportes e obras, Turismo e urbanismo e Agricultura, ficarão excluídas do presente decreto.

CONSIDERANDO que dentro das secretarias aderentes os cargos de motoristas e enfermeiros, farmacêutico, professores das escolinhas, não possuem corpo funcional suficiente para repor eventuais folgas compensatórias.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Para efeitos deste Decreto considera-se:

I - jornada de trabalho: período durante o qual o servidor deverá prestar serviço ou permanecer à disposição do órgão ou da entidade em que possui exercício, com habitual idade;

II - ponto: registro diário das entradas e saídas do servidor por meio do qual se verifica a sua frequência;

III – banco de horas: sistema de natureza compensatória que consiste no registro do quantitativo de horas individualizadas, excedentes ou insuficientes em relação ao quantitativo estabelecido para a jornada de trabalho.

§ 1º O seguinte decreto deverá ser cumprido por todas as secretarias com exceção das secretarias secretaria de transportes e obras, Turismo e urbanismo e Agricultura nas quais os servidores poderão fazer adesão individualizada se assim julgarem pertinente.

§ 2º Ficam excluídos do presente decreto, podendo posteriormente haver a sua inclusão, dentro das secretarias aderentes, os cargos de motoristas, enfermeiros e professores das escolinhas, por não possuir o município corpo funcional suficiente para repor eventuais folgas compensatórias.

CAPÍTULO II

DO PONTO ELETRÔNICO, DO CONTROLE DE FREQUÊNCIA E HORAS EXTRAS

Art. 2º O controle de frequência da jornada de trabalho do servidor efetivo, ocupante de cargo comissionado, admitido em emprego de natureza temporária, ocupante de emprego permanente, far-se-á por meio de registro eletrônico de ponto no âmbito da administração direta e indireta, do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O registro de frequência será diário no início e término do expediente, plantão ou escala de trabalho de revezamento, bem como nas saídas e entradas durante o seu transcurso, mediante identificação biométrica.

§ 1º Em caso de defeito no equipamento de marcação de ponto, o superior imediato determinará o local de marcação da frequência, e/ou outro meio de marcação.

§ 2º Em casos excepcionais por solicitação da chefia imediata junto ao setor de Recursos Humanos, a frequência em determinados horários

poderá ser automatizada, somente quando o horário não coincidir com o horário de expediente normal da repartição pública.

§ 3º Não será descontada nem computada como jornada extraordinária as variações de horário no registro ponto não excedentes a cinco minutos de cada batida;

§ 4º Somente serão computadas e pagas às horas extras que tenham sido autorizadas pela chefia Imediata de acordo com o anexo II.

§ 5º Cada secretaria deverá elaborar relatório mensal para pagamento com declaração dos serviços extraordinários realizados, de acordo com o anexo III.

§ 6º Cada secretaria deverá elaborar relatório mensal para fins de banco de horas com declaração dos serviços extraordinários realizados, de acordo com o anexo III.

§ 7º As faltas deverão ser justificadas conforme modelo do anexo I deste Decreto.

Art. 4º A folha individual de ponto eletrônico conterá todos os registros, ocorrências e abonos relativos à frequência, bem como os afastamentos.

Art. 5º Os responsáveis pelo controle, supervisão e funcionalidade do ponto eletrônico em cada repartição pública serão designados por ato próprio do Poder Executivo, competindo-lhes:

I- acompanhar, supervisionar e controlar a implementação e a funcionalidade do ponto eletrônico;

II - Encaminhar até o 23 (vigésimo terceiro) dia do mês os registros de frequência dos servidores dos setores, o qual compreenderá do 21º (vigésimo primeiro) dia do mês anterior ao dia 20º (vigésimo) dia do mês;

Art. 6º É de responsabilidade da chefia imediata do servidor acompanhar e controlar sua frequência, além de adotar as medidas cabíveis para garantir a fiel execução das normas regulamentadoras deste Decreto.

Parágrafo único: O chefe imediato ou o secretário de cada secretaria/setor deverá conferir e certificar a frequência no ponto do servidor que estiver sob sua lotação.

Art. 7º Compete ao servidor efetivo, ao ocupante de cargo comissionado, ao admitido em emprego de natureza temporária, ao ocupante de emprego permanente:

I - acompanhar o registro de sua jornada diária de trabalho, por consulta às informações eletrônicas colocadas à sua disposição;

II - conferir a folha individual do ponto até o 22 (vigésimo segundo) dia do mês, avaliando que as ocorrências, abonos e afastamentos estão corretos, assiná-la e entregá-la à chefia imediata para homologação; e

III- informar qualquer problema em relação ao controle de sua frequência.

CAPÍTULO III DO BANCO DE HORAS

Art. 8º O banco de horas para fins de compensação de horas excedentes, aplicado aos servidores efetivos, admitidos em emprego de natureza temporária e aos ocupantes de cargo em comissão, será computado a partir da 40ª hora semanal, para os servidores com jornada de 40 horas semanais e da 20ª para servidores com jornada de 20 horas semanais.

§ 1º Fica vedado ao servidor realizar banco de horas sem a autorização prévia da chefia imediata. Sendo a prestação de horas extraordinárias quando não autorizadas pelos superiores passível de sanções administrativas.

§ 2º O saldo superior a 40 (quarenta) ou 20 (vinte) horas semanais poderá ser usufruído, a critério da chefia imediata, com a dispensa do servidor em horas fracionadas, dias ou plantões de trabalho.

§ 3º A apuração do saldo de horas será realizada no último dia de cada mês ou conforme cronograma estabelecido pelo setor de recurso humanos.

§ 4º No caso de afastamento decorrente de licença, curso ou outra situação impeditiva constante da legislação em vigor, o prazo para compensação de que trata o § 6º deste artigo ficará suspenso, recomeçando a contagem a partir da data do término do afastamento ou do impedimento.

§ 5º Para fins de compensação, consideram-se os acréscimos à jornada de trabalho, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada, quando devidamente autorizadas pela chefia imediata para suprir transitoriamente eventual necessidade de serviço.

§ 6º A compensação deverá ser realizada a cada seis meses, até o final dos meses de março e agosto de cada exercício, ou desconto em folha de pagamento caso houver horas negativo no banco de horas, não sendo permitido o pagamento.

§ 7º No caso do servidor com carga horária de 20 horas semanais, ou 4 horas diárias, somente serão computadas como extraordinárias para

fins de compensação as horas prestadas sem o respectivo intervalo intrajornada.

§ 8º O excesso de horas quando realizado aos sábados, domingos e feriados, será compensado em dobro. Quando realizado após o horário normal de trabalho a compensação será acrescida de 50% (cinquenta por cento).

§ 9º Aos agentes políticos, será permitida a adesão ao sistema de banco de horas, permitindo a compensação igualitária das horas extraordinárias pelas horas de folga, ou seja, na proporção de 1(um) para 1 (um). Sendo que para controle das horas extraordinárias e uso das horas de saldo, tendo em vista a impossibilidade controle da jornada por relógio ponto, deve seguir-se o seguinte procedimento;

- A) Encaminhamento ao chefe do executivo de planilha contendo horas prestadas no mês anterior no primeiro dia útil do mês seguinte;
B) Pedido formal para utilização da horas de saldo, precedido da respectiva autorização do chefe do executivo;

Art. 10 O ocupante de cargo de provimento em comissão ou função gratificada, em razão do regime de dedicação integral, poderá ser convocado sempre que presente o interesse da Administração Pública municipal ou a necessidade do serviço.

Art. 11 Estão dispensadas de compensação as ausências relativas a:

I– incapacidade por doença pessoal ou familiar, integrando a realização de consultas ou exames médicos e odontológicos, até o limite estabelecido em legislação específica, comprovada pela apresentação de atestado ou requisição de exame no prazo máximo de dois dias úteis após a ocorrência;

I– prova escolar coincidente com o horário de trabalho, mediante comprovação;

II - direito concedido à servidora lactante, nos termos da legislação em vigor;

III – doação de sangue, comprovada por documentação;

IV – participação em Tribunal do Júri, comprovado por mandado de intimação;

V – convocação do Tribunal Regional Eleitoral;

VI – participação em eventos de capacitação, previamente autorizados, mediante apresentação de documento comprobatório;

VII – execução de serviço externo; e ,

IX – viagem a serviço.

Art. 12 As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.

Art. 13. Poderá ser adotado o regime de escala de trabalho.

Art. 14 Em casos de excepcional interesse público poderá haver alternância do horário de trabalho reservado ao intervalo de almoço.

Art. 15 Em Casos de excepcional interesse público, os serviços extraordinários não planejados deverão ser devidamente justificados e autorizados pela chefia imediata de acordo com o anexo IV no dia da realização do serviço e anexados ao cartão ponto e inseridas no banco de horas, não sendo permitindo o pagamento.

Art. 16 Os casos omissos serão resolvidos pelo responsável do Recursos Humanos.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de setembro de 2019.

PINHEIRO PRETO/SC, 27 DE AGOSTO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito

ANEXO I

JUSTIFICATIVA DE PONTO

Eu , venho por meio desta, justificar minha ausência de marcação do ponto:

Data: / / Horários: 1º (:) às (:) 2º (:) às (:)

Por motivo de:

() Descontar Horas (____:____),

() Incluir No Banco De Horas (____:____),

() Pagar Horas (____:____),

() Descontar Do Banco de Horas ____:____),

() Abonar Horas.

Data: / / Horários: 1º (:) às (:) 2º (:) às (:)

Por motivo de:

() Descontar Horas (____:____),

() Incluir No Banco De Horas (____:____),

() Pagar Horas (____:____),

() Descontar Do Banco de Horas ____:____),

() Abonar Horas.

Data: / / Horários: 1º (:) às (:) 2º (:) às (:)

Por motivo de:

- () Descontar Horas (____:____),
() Incluir No Banco De Horas (____:____),
() Pagar Horas (____:____),
() Descontar Do Banco de Horas ____:____),
() Abonar Horas.

Data: / / Horários: 1º (:) às (:) 2º (:) às (:)

Por motivo de: Solicito ao Setor de Recursos Humanos que realize os devidos ajustes conforme o descrito acima.

Por ser verdade, firmo o presente.

Pinheiro Preto /2019

Assinatura do Funcionário

Assinatura do Superior Imediato Carimbo:

Obs.: Justificativa devidamente preenchida sem rasuras.

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS

Sec/ Fundo Municipal:			
Nome do Servidor:		Função:	
Período previsto para realização das horas extras: De: a .			
Horas extras previstas (aproximadamente): : horas			
		Opção pelo banco de horas	Opção pelo pagamento
Justificativa:			
Autorização Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.			
Cargo/Assinatura do autorizador			

Ciente do servidor

HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS

Pela presente, autorizo o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

Sec. municipal

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS REALIZADAS

Declaro e atesto para os devidos fins e sob penas da lei que o servidor abaixo realizou os seguintes serviços referentes às horas extraordinárias:

Sec/ Fundo Municipal:	
Nome do Servidor:	Cargo:

	Opção pelo banco de horas	Opção pelo pagamento
Data	Relação de Serviços realizados	Horário
/ /20 .		às horas.
/ /20 .		às _horas.
/ /20 .		às horas.
/ /20 .		às horas.
/ /20 .		às horas.
/ /20 .		às horas.
/ /20 .		às horas.
/ /20 .		às horas.
/ /20 .		às horas.
TOTAL		horas

Ciente do servidor

ANEXO IV

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS NÃO PLANEJADAS

Sec/ Fundo Municipal:	
Nome do Servidor:	Função:
Período de realização das horas extras: Dia: / / .	
Horas extras previstas (aproximadamente): : horas	
Opção pelo banco de horas	
Justificativa:	

Autorização

Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.

Cargo/Assinatura do autorizador

Cargo Assinatura

Ciente do servidor

DECRETO Nº 5.062, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138257

DECRETO Nº 5.062, DE 27 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 2.039 de 22 de outubro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 78,88 (Setenta e oito reais e oitenta e oito centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função:20 - Agricultura

Subfunção:606 - Extensão Rural

Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:134- Transferências de Convênios - União/Outros

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Município de Pinheiro Preto de 2018, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta 647.156-9 Convenio Aquis. Implementos Agrícolas).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 27 DE AGOSTO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 459, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138650

PORTARIA Nº 459, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

INSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAR ESPAÇO FÍSICO (SALA) PARA SER UTILIZADO COMO SEDE DO CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o processo administrativo nº 100/2019, na qual visa locar espaço físico para ser utilizado como sede do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o espaço físico atual do Conselho Tutelar não atende as condições mínimas para fornecer aos vulneráveis, atendimento digno e sigiloso;

CONSIDERANDO a necessidade de análise de imóvel para tal finalidade;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída comissão técnica para avaliar o imóvel para sede do Conselho Tutelar, no sentido de comprovar o preenchimento dos requisitos para ser utilizada como casa mortuária, nomeando para compô-la os seguintes membros:

I – Hadriel Dalmolin, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Rendas e Tributos;

II – Robbin Alex Reues Zanotti, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Coordenação e Planejamento;

III – Ana Laine Grahl, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Agente Financeira.

Parágrafo único. Fixa o prazo de 05 (cinco) dias para que a comissão conclua os trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 28 DE AGOSTO DE 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2019

Publicação Nº 2138573

MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2019

O Prefeito Municipal torna público que ratificou o ato da Senhorita Karla Riffel da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Inciso III, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a contratação de empresa visando a prestação de serviços de show artístico durante a programação de Réveillon, em favor da empresa CREATIVE ENTERTAINMENT SERVIÇOS LTDA, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), com vigência até 31/01/2020.

Piratuba, SC, 23 de agosto de 2019.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2019

Publicação Nº 2138396

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 53/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de Processo Seletivo, conforme descrito no Anexo "D" do Edital.

Tipo: Menor Preço.

Recebimento das propostas: até as 08h20 do dia 12/09/2019.

Abertura: às 08h30 do dia 12/09/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 23 de agosto de 2019.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4927/2019

Publicação Nº 2138668

DECRETO Nº 4927/2019, de 29 de agosto de 2019.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE PARCELAMENTO DO SOLO, CAUCIONA LOTES EM GARANTIA, NA MODALIDADE DE LOTEAMENTO DENOMINADO LOTEAMENTO VILBET, NESTE MUNICÍPIO, NA FORMA E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art.1º- Fica aprovado, nas condições deste ato, o projeto de parcelamento do solo, na modalidade de loteamento, denominado "LOTEAMENTO VILBET", localizado na área urbana deste Município, com área equivalente á 45.610,00 m2 (quarenta e cinco mil, seiscentos e dez metros quadrados), objeto da Matrícula nº. 114.044, oriunda do Cartório de registro de imóveis da Comarca de Chapecó, em conformidade com projetos, plantas, memoriais descritivos, cronograma de implantação e demais elementos apresentados.

Art. 2º. O projeto de loteamento é composto por 63 (sessenta e três) lotes urbanos vendáveis definindo um total de 25.193,82 m2 (vinte e cinco mil cento e noventa e três vírgula oitenta e dois metros quadrados).

Art. 3º. Passam a constituir bens de domínio público, sem ônus para o Município, as seguintes áreas públicas:

§ 1º - Sistema Viário: área de 11.278,03 m2 (onze mil, duzentos e setenta e oito vírgula zero três metros quadrados) que correspondem respectivamente às ruas:

- Rua Hildo Chiarello: com área de 4.020,00m2 (quatro mil e vinte metros quadrados);
- Rua 09 de julho: com área de 2.603,08m2 (dois mil seiscentos e três vírgula zero oito metros quadrados);
- Rua 12 de dezembro: com área de 2.328,95m2 (dois mil trezentos e vinte e oito vírgula noventa e cinco metros quadrados);
- Rua 1 de maio: com área de 2.326,00m2 (dois mil, trezentos e vinte e seis metros quadrados).

§ 2º - Área institucional: constituída pelo lote urbano nº. 09 da Quadra nº. 61 com área de 3.277,12 m2 (três mil duzentos e setenta e sete vírgula doze metros quadrados).

§ 3º - Área Verde: constituída pelo lote urbano nº. 13 da Quadra nº. 60 com área de 2.562,49m2 (dois mil quinhentos e sessenta e dois vírgula quarenta e nove metros quadrados) e pelo lote urbano nº 10 da Quadra nº 61 com a área de 2.465,58m2 (dois mil quatrocentos e sessenta e cinco mil vírgula cinquenta e oito metros quadrados).

§ 4º - Área de APP: constituída pelo lote urbano nº 01 da quadra nº 56 com área de 484,36m2 (quatrocentos e oitenta e quatro vírgula trinta e seis metros quadrados) e pelo lote urbano nº 02 da quadra nº 58 com área de 348,60m2 (trezentos e quarenta e oito vírgula sessenta metros quadrados).

Art. 4º. O registro do projeto de loteamento deverá ser feito conjuntamente com a caução dos lotes descritos abaixo, oferecidos como garantia da execução das obras e serviços mencionados no projeto, com a ressalva de que, não cumprida a obrigação, a transferência da propriedade dos lotes caucionados passarão automaticamente para o Município, independente de anuência do proprietário atual.

I – Quadra 59: Lote nº. 01, com área total de 360,23 m2, Lote nº 02, com área de 360,00 m2, Lote nº 03, com área de 360,00m2, Lote nº 04, com área de 360,00m2.

II – Quadra 60: Lote nº. 01, com área total de 405,00 m2, Lote nº 02, com área de 360,00 m2, Lote nº 03, com área de 360,00m2, Lote nº 04, com área de 360,00m2, Lote nº 09, com área de 360,00m2, Lote nº 10, com área de 360,00m2, Lote nº 11, com área de 360,00m2 e Lote nº 12, com área de 360,23m2.

III – Quadra 61: Lote nº. 07, com área total de 384,00 m2, Lote nº 08, com área de 384,00 m2.

§ 1º - O registro das áreas institucionais em nome deste Município será de inteira responsabilidade do loteador, assim como o fornecimento ao Município de Certidão do Cartório de Registro de Imóveis em que conste o mesmo.

§ 2º - Num prazo máximo de noventa (90) dias, a contar da publicação deste Decreto, o empreendedor fica obrigado a apresentar na Prefeitura a Certidão dos lotes em que conste a caução.

§ 3º - A Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos acompanhará os demais atos pertinentes, com estrita observância às Diretrizes expedidas, no memorial descritivo do projeto de loteamento.

§ 4º - Para efeito do disposto neste Decreto, considera-se caução, a cautela/garantia que o Município utiliza para exigir do loteador a realização dos serviços pelos quais se comprometeu em Cronograma de Implantação.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto Alegre/SC, em, 29 de agosto de 2019.

JUARES BET

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 056 / 2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2139140

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 056 / 2019 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 094 / 2019.

Objeto: AQUISIÇÃO DE JANELAS, PORTAS DE VIDRO E VIDROS TEMPERADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, E EVENTUALMENTE OS DEMAIS PRÉDIOS DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS E FUNDAÇÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 11/09/2019.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 11/09/2019.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 28 de Agosto de 2019.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal de Pomerode em exercício

PREGÃO PRESENCIAL N.º 057 / 2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2139143

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 057 / 2019 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 095 / 2019.

Objeto: AQUISIÇÃO DE TRAVESSEIROS, EDREDONS, COLCHONETES, LENÇÓIS, FRONHAS E TOALHAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14h00min. do dia 11/09/2019.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 14h00min.do dia 11/09/2019.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 28 de Agosto de 2019.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal de Pomerode em exercício

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE**CHAMADA PÚBLICA REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2017 EDITAL Nº 001/2019**

Publicação Nº 2138265

CHAMADA PÚBLICA REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/2017
EDITAL Nº 001/2019

O Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Pomerode, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o processo de seleção, classificação e escolha de vagas temporárias do quadro de pessoal da Autarquia, relativas ao cargos de Auxiliar de Operações II, em que já foram esgotados os candidatos classificados no do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017, com validade até outubro de 2019, em conformidade com a Lei nº 2.819 de 17 de março de 2016, Decreto nº 3365/2018 e pelas normas estabelecidas neste edital. A coordenação técnico/administrativa desta Chamada Pública será de responsabilidade desta Autarquia Municipal.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Constitui objetivo deste Edital de Chamada Pública a contratação de pessoal por tempo determinado, pelo regime especial regulamentado pela Lei nº 2.819 de 17 de março de 2016, objeto do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017, para substituição de servidores afastados temporariamente no setor de triagem e coleta desta Autarquia, decorrente de licenças previstas na Lei Complementar n. 269, de 05 de dezembro de 2014, inclusive o afastamento por auxílio-doença e preenchimento de vagas em aberto.

1.2 As vagas publicadas nos instrumentos convocatórios, referentes a este edital de Chamada Pública, serão preenchidas no mesmo prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017, assim como aquelas surgidas durante o mesmo período.

1.3 Observado o disposto no item 1.1, os candidatos serão convocados de acordo com a necessidade do serviço público municipal.

1.4 A coordenação de todas as etapas previstas neste Edital é de responsabilidade da Autarquia.

2. DOS CARGOS E REQUISITOS

2.1 O cargo, os vencimentos, a carga horária semanal de trabalho e os requisitos para exercício das respectivas atribuições estão estabelecidos no Anexo I do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado n. 001/2017.

2.2 Os requisitos para investidura em cargo público estão estabelecidos no item 2 do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado n. 001/2017.

2.3 O candidato deverá comprovar, por ocasião do contrato, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

2.4 São atribuições do cargo em questão: efetuar operações nas tarefas de diversas áreas, efetuando escavações e aterramento de solo, removendo entulhos, limpeza em geral, carga e descarga de materiais e utensílios, transporte de materiais diversos e equipamentos de força braçal, a fim de agilizar as tarefas em suas áreas de atuação, auxiliar nos serviços de armazenagem de materiais, jardinagem, limpeza, oficinas e áreas administrativas. Auxiliar e (ou) executar atividades sob supervisão, relativas à manutenção, de redes e ramais e macromedidores, instalação e substituição de hidrômetros, vistoria hidráulica, bem como outras atividades de natureza operacional similar. Utilizar ferramentas e equipamentos diversos, necessários na execução dos serviços. Fazer limpeza em caixas de proteção e registros e pisos de cimento. Serviços gerais de coleta, descarga e triagem de resíduos sólidos no Município de Pomerode (SC). Serviços gerais de manutenção das redes adutoras e de distribuição de água e das redes de esgoto, com abertura e fechamento de valas e remoção de pavimentos. Serviços gerais de limpeza, manutenção e conservação dos bens públicos e do patrimônio do SAMAE. Serviços gerais de higienização de ambientes, limpeza de sanitários, coleta de lixo; Serviços de lavagem e manutenção de veículos em geral. Participar e executar serviços em feriados e pontos facultativos, bem como de plantões e ou sobreaviso, diurno e noturnos. Participar de comissões, sempre que designado. Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência. (Redação dada pela Lei Complementar nº 279/2015).

3. DAS CONVOCAÇÕES, DO PROCESSO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

3.1 As vagas havidas durante o prazo de vigência deste Edital de Chamada Pública serão divulgadas no endereço eletrônico www.samae-pomerode.com.br, aba Edital, pelo prazo de cinco dias, por meio de ato convocatório próprio, observada a necessidade do serviço público municipal.

3.2 O processo de seleção e classificação será presencial, em dia e horário estabelecidos no instrumento convocatório.

3.3 Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos:

- grau de escolaridade;
- quantidade de dependentes legais menores de idade no momento da seleção;
- atestado médico para comprovação de boas condições de saúde e aptidão física (Cfe. Anexo III);
- Experiência comprovada na área de atuação – certidões e ou carteira de trabalho.

3.4 O processo de seleção, classificação e escolha de vagas será presencial, em dia e horário estabelecidos no ato convocatório de que trata

o item 3.1.

3.5 No dia e horário estabelecidos no ato convocatório, o candidato deverá apresentar os documentos originais e fotocópias necessárias para participar do processo de seleção, classificação constantes no ato convocatório.

3.6 As vagas não preenchidas no dia da convocação serão divulgadas em novo ato convocatório, na forma do disposto no item 3.1

3.7 O candidato será contratado pelo regime especial regulamentado pela Lei nº 2.819 de 17 de março de 2016, mediante entrega de todos os documentos necessários para admissão, por tempo determinado e estritamente necessário para a consecução das atribuições do cargo.

3.8 O candidato deverá assumir o exercício de suas atribuições no prazo de até cinco dias úteis contados da data da seleção para a vaga.

3.9 Perderá automaticamente a vaga o candidato que não assumir o exercício de suas atribuições no prazo estabelecido.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 A participação do candidato na Chamada Pública importa no conhecimento e aceitação das condições fixadas neste Edital.

4.2 Cada candidato poderá ser contratado uma única vez por meio desta Chamada Pública, podendo seu contrato ser prorrogado por até 2 (dois) anos, dependendo da necessidade e interesse do município.

4.3 Será impedido de ingressar no serviço público municipal o candidato que, por ocasião da assinatura do contrato, exercer cargo, emprego ou função no serviço público federal, estadual ou municipal, exceto nas hipóteses de acumulação previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 19, de 04/06/1998, e 34, de 13/12/2001.

4.4 A inexistência das afirmações ou existência de irregularidades nos documentos apresentados pelo candidato, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da sua contratação, acarretarão a nulidade da participação dele na Chamada Pública, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

4.5 Este Edital poderá sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não efetivada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos, circunstância que será mencionada em errata, adendo ou aviso a ser publicado no endereço eletrônico previsto no item 3.1.

4.6 O candidato deverá declarar no ato da contratação a existência ou não de outro vínculo de trabalho no serviço público federal, estadual ou municipal, identificando, se for o caso, o cargo, o emprego ou a função exercidos, o nome e esfera do órgão, bem como a carga horária correspondente.

4.7 Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto com o auxílio, quando pertinente, da Secretaria Municipal de Administração.

4.8 Para dirimir eventuais questões oriundas deste Edital que não possam ser resolvidas pela Autarquia ou pela Secretaria Municipal de Administração, fica eleito o Foro da Comarca de Pomerode, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Pomerode, 27 de Agosto de 2019.

RICARDO CAMPESTRINI

Presidente SAMAE Pomerode

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

DECRETO- 1881/2019 - DOTAÇÃO

Publicação Nº 2138307

DECRETO Nº. 1881/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1139/18 de 06/12/2018, Art. 5º Inciso III, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas, no montante de R\$ 65.000,00 (Sessenta e Cinco Mil Reais), a saber:

02 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0401.2.003 – MANUT. DAS ATIV. DO GABINETE DO PREFEITO

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Outras despesas correntes R\$ 15.000,00

05 – SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

05.01 – SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.608.2001.2.022 – MANUT. DAS ATIV. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

3.1.90.00.00.00.00.00.0000 – Vencimentos e Salários R\$ 32.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000 – Outras despesas correntes R\$ 18.000,00

Art. 2º - Para cobertura das Suplementações acima mencionadas, ficam utilizados recursos do superávit financeiro apurados no balanço do exercício anterior por fonte e destinação de recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 29 de Agosto de 2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicada a presente portaria aos vinte e nove dias do mês de Agosto de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa

Secretaria Executiva

DECRETO- 1882/2019 - DOTAÇÃO

Publicação Nº 2138308

DECRETO Nº. 1882/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A MOVIMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DENTRO DA MESMA ATIVIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orçamentária nº. 1139/18 de 06/12/2018, Art.5º Inciso II, e pelo Art. 81º, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA

Art. 1º - Fica anulada a Dotação Orçamentária abaixo relacionada, no montante de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais), a saber:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.1001.2.035 – MANUT. BL. VIGILÂNCIA EM SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00.0138 – Outras despesas correntes R\$ 6.000,00

Art. 2º - Fica suplementada a Dotação Orçamentária abaixo relacionada, no montante de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais), a saber:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.1001.2.035 – MANUT. BL. VIGILÂNCIA EM SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.0138 – Investimentos R\$ 6.000,00

Art. 3º - Para cobertura das Suplementações acima mencionadas, ficam utilizados recursos das anulações previstas no art. 1º.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 29 de Agosto de 2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicada a presente portaria aos vinte e nove dias do mês de Agosto de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

PORTARIA -ACT- 042/2019 - EX.PRISCILA

Publicação Nº 2138309

PORTARIA N.º 042/2019 -ACT

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL EM CARGO DE CARÁTER TEMPORÁRIO MOTIVADO PELA DESISTENCIA DA MESMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 81 inciso VIII da Lei Orgânica:

RESOLVE

Art. 1º - Fica exonerada, a servidora, PRISCILA SCHEREDER DOS SANTOS, matrícula n.º 10611, do cargo de caráter temporário de Professora- Pedagogia – 20 horas, motivado pela desistência do interesse pela candidata, ocorrido antes do término do prazo de convocação, não havendo a entrega da documentação, sendo suspenso o exame admissional, portanto não ocorrendo a posse no cargo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 29 de Agosto de 2019.

Roberto Molin de Almeida

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos vinte e nove dias do mês de Agosto do ano de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

PORTARIA-152/2019 -RETORNO SERVIDOR

Publicação Nº 2138310

PORTARIA Nº 152/2019

RETORNA SERVIDOR MUNICIPAL NA FUNÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81, item VIII da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º - Fica autorizado o retorno do Servidor JOÃO MAURICIO DE SOUZA, matricula nº 319, ocupante do cargo de Servente de Obras, junto a Secretaria de Obras e Urbanismo, da Licença para Tratar de Assuntos Particulares, antes do término previsto, a contar da data de 02 de Setembro de 2019, na forma prevista pelo Artigo 71, § 1º da Lei 006/2001.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrario.

Ponte Alta do Norte, 02 de Setembro de 2019.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dois dias do mês de Setembro do ano de 2019, na Portaria da Prefeitura Municipal e Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Delfa T. W. Costa
Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019 MARMITAS

Publicação Nº 2138542

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 12(DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO TIPO: MARMITA E REFRIGERANTE, DE FORMA PARCELADA, DESTINADA A ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE TRANSPORTES E OBRAS E DE AGRICULTURA. O julgamento será por MENOR PREÇO POR ITEM. Valor R\$ 25.600,00 (Vinte e Cinco Mil e Seiscentos Reais). Recebimento dos Envelopes até as 08:00 horas e 15 minutos (horário de Brasília) do dia 11/09/2019 Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 11/09/2019. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail compras@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 34356000.

Ponte Serrada, 28 de Agosto de 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 51/2019 NBS

Publicação Nº 2138957

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 77/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2019

CONTRATO Nº 51/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI ME

CNPJ: 18.398.197/0001-24

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E DE ESTAGIÁRIOS PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA DIVERSOS CARGOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA. Valor: R\$ 9.500,00 (Nove Mil e Quinhentos Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 27 de Agosto de 2019, até 31 de Dezembro de 2019.

Ponte Serrada, 28 de Agosto de 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.203 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138792

DECRETO Nº 2.203, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 16, inciso I da Lei Municipal nº 2.700/2018".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 06 - Secretaria M. Transportes Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria M. Transportes Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 0015.0451.0005

Projeto: 1.009 - Obras de Infraestrutura Viária

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01000001 - Recursos Ordinários: Outorga Onerosa

Valor: R\$ 500.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação apurado no Exercício de 2019, por conta dos recursos Outorga Onerosa na importância de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 28 de agosto de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

ERRATA PRG 058/2019 - PMPB

Publicação Nº 2138536

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2019 – PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR a Licitação no que segue:

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para a instalação de grades para portas e janelas, estruturas para treinamento de salvamento em altura e suporte para data show para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina lotado neste Município, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Onde se-lê:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
3	GRADES PARA PORTA MODELO TIJOLINHO GRADES PARA PORTA MODELO TIJOLINHO (10 X 20 CM) COM PINTURA ELETROSTÁTICA BRANCA, FABRICADO EM FERRO CHATO DE 1/2 X 3/16 COM CANTONEIRAS 5/8 X 1/8, GALVANIZADA. INSTALAÇÃO INCLUSA	UN	01	212,50	212,50

Leia-se:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UND	QTD	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
3	SUORTE PARA VASSOURA COM PINTURA ELETROSTÁTICA BRANCA, MEDINDO 0.5 X1,20 COM 4 SUORTE DE HASTES DUPLA EM FERRO 3/16 MEDINDO 10 CM INSTALAÇÃO INCLUSA	UN	01	212,50	212,50

Ficam mantidas as demais informações do Edital de licitação PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO Nº 058/2019 - PMPB.

Fica alterada a data de abertura do certame para o dia 13 de Setembro de 2019 as 10:00hs, com a realização do protocolo dos envelopes até dia 13 de Setembro de 2019 as 09:30 hs.

Maiores informações através do telefone (47) 3369-4111, ramal 248 ou email administracao@portobelo.sc.gov.br das 08:00 às 14:00 horas de segunda à sexta-feira.

Porto Belo, 28 de Agosto de 2019.
Isabel Cristina Monteiro
Pregoeiro

Porto União

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 143/2019

Publicação Nº 2138469

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 143/2019

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 29/08/2019 a 04/09/2019, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
 - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
 - Carteira de Identidade;
 - Carteira de Trabalho;
 - Comprovante do PIS/PASEP
 - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
 - Título de Eleitor;
 - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
 - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
 - Certidões Negativas Cíveis expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
 - Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
 - Certidão Negativa Cível e Criminal pelo Poder Judiciário Federal;
 - Comprovante de residência atualizado;
 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
 - Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
 - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
 - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH*);
 - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH*);
 - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH*);
 - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH*);
 - Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;
- * Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
MICHELE LUCIANE ROSA	24º		

Porto União (SC), 28 de agosto de 2019.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 23/2019 - SAÚDE

Publicação N° 2138124

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 06/2019
CONTRATO N° 23/2019

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – AMESC
DO OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS (CONSULTAS), LABORATORIAIS (EXAMES) PROGRAMAS (ATENDIMENTO AO DST/AIDS, TRATAMENTO A HEPATITE E TUBERCULOSE) E ASSESSORIA AO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE, PRESTADOS PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS ATENDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE.

DO VALOR: R\$ 650.000,00
DA VIGENCIA: 26/08/2019 À 31/12/2019.

PRAIA GRANDE – SC, 26 DE AGOSTO DE 2019.
HENRIQUE MACIEL
PREFEITO MUNICIPAL

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2019

Publicação Nº 2139093

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

ATA DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS - 6/2019

Às nove hora(s) e quinze minuto(s), do vigésimo oitavo dia, do mês de Agosto de dois mil e dezenove na sala de licitações do(a) MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Decreto Nº 24/2019 e suas alterações. Após serem analisados os documentos, constatou-se que as empresas que apresentaram seus documentos com a devida regularidade e foram habilitadas: SETEP CONSTRUÇÃO S/A, CONSTRUCAO CIVIL MG LTDA.

Será procedida a abertura dos envelopes, contendo as propostas das licitantes habilitadas, tendo em vista renúncia expressa do prazo recursal das licitantes habilitadas

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

VALERIA EFFTING

Presidente

JOICE ERHARDT

Vice-Presidente

CILENE JOICE DIETRICH PREUSS

Secretário

ALDENEIDE APARECIDA DE SOUSA

Membro

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2019

Publicação Nº 2139095

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Tomada de Preços Nº. 6/2019

Presentes: Comissão Permanente de Licitações do(a) MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, na oportunidade integrada pelas servidoras VALERIA EFFTING, ALDENEIDE APARECIDA DE SOUSA, ANDREI IDEKER, CILENE JOICE DIETRICH PREUSS, JOICE ERHARDT, presidente e membros, respectivamente.

Pauta: Julgamento das propostas de preços modalidade Tomada de Preços nº 6/2019, que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA RICARDO STEIN - PARTE 02, BAIRRO ÍNDIOS ESQUERDO, EM PRESIDENTE GETÚLIO/SC.

Síntese dos fatos e deliberação: Participam desta fase as empresas CONSTRUCAO CIVIL MG LTDA, SETEP CONSTRUÇÃO S/A. Analisadas as propostas apresentadas e de acordo com o mapa de preços em anexo, a Comissão de Licitações decidiu:

1) Desclassificar as propostas das empresas que seguem para os respectivos itens:

Fornecedor: 143499 - SETEP CONSTRUÇÃO S/A

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA RICARDO STEIN - PARTE 02 - EXT. 2.300,00 M - ÁREA A PAVIMENTAR (ASFALTO) = 16.410,00 M²

2) Oportunizar, nos termos do subitem 7.5.2 do edital, para as empresas na condição de microempresa/pequena empresa, reapresente proposta para os item com preço inferior à 10% do melhor lance, sendo que a(s) mesma(s) exercerem este direito conforme as empresas que seguem para os respectivos itens valor de contraproposta(s):

3) Classificar, pelo critério de menor preço, em 1º lugar as empresas que seguem para os respectivos itens:
Fornecedor: 54054 - CONSTRUCAO CIVIL MG LTDA

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA RICARDO STEIN - PARTE 02 - EXT. 2.300,00 M - ÁREA A PAVIMENTAR (ASFALTO) = 16.410,00 M²

Solicitado aos participantes a interposição de recurso, não houve qualquer questionamento e ambos representantes renunciam ao prazo recursal

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, a Comissão de Licitações encerrou os trabalhos. A presente Ata vai assinada pelos membros da Comissão.

Presidente Getúlio, 28 de agosto de 2019

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

VALERIA EFFTING
Presidente

JOICE ERHARDT
Vice-Presidente

CILENE JOICE DIETRICH PREUSS
Secretário

ALDENEIDE APARECIDA DE SOUSA
Membro

Presidente Nereu

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2019 AQUISIÇÃO DE LAVA JATO E PRODUTOS DE LIMPEZA PESADA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Publicação Nº 2138283

ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 08/2019, DISPENSA de licitação nº 08/2019, para aquisição de AQUISIÇÃO DE LAVA JATO E PRODUTOS DE LIMPEZA PESADA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

P A R E C E R

Referente a Aquisição

Submete-me a parecer jurídico a proposta para realização da aquisição já alencado acima que disponibiliza a data de 16 de julho, para o Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu.

Recebida a pretensão deve o digno Diretor de Finanças e Orçamento, se manifestar no expediente para dizer se na Contabilidade, consta do Orçamento Geral do Município de 2019, dotação suficiente para a contratação.

As contratações para execução dos serviços enquadra-se na justificativa de dispensa de Licitação e não difere de demais forma de contratação.

"Artigo 24 - É Dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Ora, o representante da Empresa, apresentou proposta de preço dentro do proposto para outros municípios, previsto na Lei nº8666/93, sedo:

Com intuito a AQUISIÇÃO DE LAVA JATO E PRODUTOS DE LIMPEZA PESADA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme itens e valores abaixo.

	JBN MATERIAIS DE CONTRUÇÃO E TRANSP. LTDA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
01	AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTO BOMBA DE PISTÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTO COM PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA DE 21 A 45 KGf / 580 LBS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA: 01- MOTOR : ELÉTRICO MONOFÁSICO 2 CV - TIPO FECHADO COM GRAU DE PROTEÇÃO IP55 01- BOMBA : DE PISTÃO 3 VIAS (EM INOX DE 3 X 22 MM), CABEÇOTE EM FERRO FUNDIDO, CARTER DE OLEO EM ALUMÍNIO, MEDIDOR DE PRESSÃO DE SAÍDA, VIRABREQUIM EM FERRO FUNDIDO , CONTROLE DE PRESSÃO AJUSTÁVEL. 02- CORREIAS : POLI EM V PARA ACIONAMENTO DO CONJUNTO. 02-ADPADORES: COM ABRAÇADEIRAS. 01- BASE PRÓPRIA PARA MOTOR, FABRICADA EM AÇA E COM PINTURA PARA USO EXTERNO. 01-BICO PULVERIZADOR COM LEQUE. 03- METROS DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO REFORÇADA 1/2", MANGUEIRA RETORNO COM CONEXÕES 2 MT, CONEXÕES E FILTRO. 03-POLIAS JÁ ABERTAS E INSTALADAS NO MOTOR E BOMBA.	3.147,96
	VALOR TOTAL	3.147,96
	REGIS COM. DE EXTINTORES LTDA ME	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
100	REMOVEDOR PARA REMOÇÃO DE CERAS EMULSIONADAS À BASE DE CARNAÚBA, PARAFINA E POLÍMEROS ACRÍLICOS. TENDO NA SUA COMPOSIÇÃO: GLICÓIS, AMINAS, TENSOATIVO ANIÔNICO, ALCALINIZANTE, PERFUME E ÁGUA. EMBALAGENS DE UM LITRO.	3.240,00
50	PRODUTO CONCENTRADO PARA ASSEPSIA: CONTENDO, NONILFENOL ETOXILADO, SOLVENTE, ESPESSANTE, COADJUVANTES, COMPOSIÇÃO BIOCIDA, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA, CORANTE E VEÍCULOS ATIVOS. ATUANDO NA LIMPEZA PESADA DE SUPERFÍCIES IMPREGNADAS COM AS MAIS DIVERSAS SUJIDADES, DESODORIZA E ELIMINA ODORES DESAGRADÁVEIS DO AMBIENTE, SENDO ALTAMENTE EFICAZ CONTRA FUNGOS, LEVEDURAS, ALGAS, BACTÉRIAS ANAERÓBIAS E AERÓBIAS.	1.590,00
	VALOR TOTAL	4.830,00

Diante da realidade, a própria Lei de Licitação se preocupou prevendo a contratação sem realização de certame licitatório, já que a aquisição

compreende o valor ser abaixo do limite previsto no artigo 24 da Lei Federal nº 8666/93.

Por isso, submetido o expediente à apreciação do Diretor de Finanças e Orçamento para informação a existência de disponibilidade orçamentária, em caso positivo, pode ser efetuada a contratação com DISPENSA DE LICITAÇÃO.

É o parecer.

Presidente Nereu, 15 de julho de 2019.

MARIMAR ANTONIO CUCCHI
OAB/SC 13237

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

REQUISIÇÃO

Edineia Cátia de Melo Back, requerente pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

REQUISITA, da autoridade superior, o Prefeito Municipal, que autorize a realização de dispensa de licitação com intuito a AQUISIÇÃO DE LAVA JATO E PRODUTOS DE LIMPEZA PESADA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme itens e valores abaixo.

	JBN MATERIAIS DE CONTRUÇÃO E TRANSP. LTDA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
01	AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTO BOMBA DE PISTÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTO COM PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA DE 21 A 45 KGf / 580 LBS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA: 01- MOTOR : ELÉTRICO MONOFÁSICO 2 CV - TIPO FECHADO COM GRAU DE PROTEÇÃO IP55 01- BOMBA : DE PISTÃO 3 VIAS (EM INOX DE 3 X 22 MM), CABEÇOTE EM FERRO FUNDIDO, CARTER DE OLEO EM ALUMÍNIO, MEDIDOR DE PRESSÃO DE SAÍDA, VIRABREQUIM EM FERRO FUNDIDO , CONTROLE DE PRESSÃO AJUSTÁVEL. 02- CORREIAS : POLI EM V PARA ACIONAMENTO DO CONJUNTO. 02-ADPADORES: COM ABRAÇADEIRAS. 01- BASE PRÓPRIA PARA MOTOR, FABRICADA EM AÇA E COM PINTURA PARA USO EXTERNO. 01-BICO PULVERIZADOR COM LEQUE. 03- METROS DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO REFORÇADA 1/2", MANGUEIRA RETORNO COM CONEXÕES 2 MT, CONEXÕES E FILTRO. 03-POLIAS JÁ ABERTAS E INSTALADAS NO MOTOR E BOMBA.	3.147,96
	VALOR TOTAL	3.147,96
	REGIS COM. DE EXTINTORES LTDA ME	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
100	REMOVEDOR PARA REMOÇÃO DE CERAS EMULSIONADAS À BASE DE CARNAÚBA, PARAFINA E POLÍMEROS ACRÍLICOS. TENDO NA SUA COMPOSIÇÃO: GLICÓIS, AMINAS, TENSOATIVO ANIÔNICO, ALCALINIZANTE, PERFUME E ÁGUA. EMBALAGENS DE UM LITRO.	3.240,00
50	PRODUTO CONCENTRADO PARA ASSEPSIA: CONTENDO, NONILFENOL ETOXILADO, SOLVENTE, ESPESSANTE, COADJUVANTES, COMPOSIÇÃO BIOCIDA, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA, CORANTE E VEÍCULOS ATIVOS. ATUANDO NA LIMPEZA PESADA DE SUPERFÍCIES IMPREGNADAS COM AS MAIS DIVERSAS SUJIDADES, DESODORIZA E ELIMINA ODORES DESAGRADÁVEIS DO AMBIENTE, SENDO ALTAMENTE EFICAZ CONTRA FUNGOS, LEVEDURAS, ALGAS, BACTÉRIAS ANAERÓBIAS E AERÓBIAS.	1.590,00
	VALOR TOTAL	4.830,00

Com os valores apresentados pelos fornecedores acima, estão em melhores números para a administração, ficando com melhor proposta dos orçamentos.

Diante das justificativas peço deferimento.

Presidente Nereu, 15 de julho de 2019.

Edineia Cátia de Melo Back
SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA

INDICAÇÃO DE RECURSOS

PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Presidente Nereu, 15 de julho de 2019.

Ao

Exmo. Sr.

ISAMAR DE MELO

DD. Prefeito Municipal de

Presidente Nereu /SC.

Em atenção à consulta do Exmo. Prefeito Municipal, Sr. ISAMAR DE MELO, que determina seja informado a existência de recursos financeiros, para atender à DISPENSA de licitação nº 08/2019, para aquisição de AQUISIÇÃO DE LAVA JATO E PRODUTOS DE LIMPEZA PESADA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Levo ao conhecimento de V. Exa., que consta da Lei Orçamentário em vigor disponibilidade para efetivar citada contratação, conforme abaixo:

10.01 – F. M. SAÚDE
2022 – SAÚDE
3.3.90.3022 – aquisição
1020000 - SAÚDE

10.01 – F. M. SAÚDE
1014 – SAÚDE
3.4490.5239 - aquisição
1020000 - SAÚDE

Sendo o que me cumpria para o momento, subscrevo-me,

Atenciosamente,

ALINE LESKE TILLMANN
Contadora Municipal
CRC/SC 24474
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2019

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração pública e definir sobre a validade da contratação direta, por Dispensa de licitação, para aquisição de AQUISIÇÃO DE LAVA JATO E PRODUTOS DE LIMPEZA PESADA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme itens e valores abaixo.

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
01	AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTO BOMBA DE PISTÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTO COM PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA DE 21 A 45 KGf / 580 LBS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA: 01- MOTOR : ELÉTRICO MONOFÁSICO 2 CV - TIPO FECHADO COM GRAU DE PROTEÇÃO IP55 01- BOMBA : DE PISTÃO 3 VIAS (EM INOX DE 3 X 22 MM), CABEÇOTE EM FERRO FUNDIDO, CARTER DE ÓLEO EM ALUMÍNIO, MEDIDOR DE PRESSÃO DE SAÍDA, VIRABREQUIM EM FERRO FUNDIDO , CONTROLE DE PRESSÃO AJUSTÁVEL. 02- CORREIAS : POLI EM V PARA ACIONAMENTO DO CONJUNTO. 02-ADPADORES: COM ABRAÇADEIRAS. 01-BASE PRÓPRIA PARA MOTOR, FABRICADA EM AÇA E COM PINTURA PARA USO EXTERNO. 01-BICO PULVERIZADOR COM LEQUE. 03- METROS DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO REFORÇADA 1/2", MANGUEIRA RETORNO COM CONEXÕES 2 MT, CONEXÕES E FILTRO. 03-POLIAS JÁ ABERTAS E INSTALADAS NO MOTOR E BOMBA.	3.147,96
	VALOR TOTAL	3.147,96
	REGIS COM. DE EXTINTORES LTDA ME	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
100	REMOVEDOR PARA REMOÇÃO DE CERAS EMULSIONADAS À BASE DE CARNAÚBA, PARAFINA E POLÍMEROS ACRÍLICOS. TENDO NA SUA COMPOSIÇÃO: GLICÓIS, AMINAS, TENSOATIVO ANIÔNICO, ALCALINIZANTE, PERFUME E ÁGUA. EMBALAGENS DE UM LITRO.	3.240,00
50	PRODUTO CONCENTRADO PARA ASSEPSIA: CONTENDO, NONILFENOL ETOXILADO, SOLVENTE, ESPESANTE, COADJUVANTES, COMPOSIÇÃO BIOCIDA, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA, CORANTE E VEÍCULOS ATIVOS. ATUANDO NA LIMPEZA PESADA DE SUPERFÍCIES IMPREGNADAS COM AS MAIS DIVERSAS SUJIDADES, DESODORIZA E ELIMINA ODORES DESAGRADÁVEIS DO AMBIENTE, SENDO ALTAMENTE EFICAZ CONTRA FUNGOS, LEVEDURAS, ALGAS, BACTÉRIAS ANAERÓBIAS E AERÓBIAS.	1.590,00
	VALOR TOTAL	4.830,00

Assim informado pelo Departamento de Administração Geral, por meio de consultas prévias, aparenta encontrar-se compatível com o

interesse público.

O município em 24 de junho de 2019, realizou processo licitatório na modalidade de Pregão presencial nº 07/2019, porém o mesmo foi considerado Deserto por não haver interessados no certame.

Assim o Fundo Municipal optou na realização de compra direta por dispensa de Licitação conforme artigo 24 inciso II da lei 8666/93.

Presidente Nereu, 15 de julho de 2019.

Edineia Cátia de Melo Back

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE NEREU

PROCESSO Nº 008/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2019

AUTORIZAÇÃO DO GESTOR

Benito Brand, gestor do Fundo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no inciso II, artigo 24, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

A escolha desta secretaria para a contratação direta, conforme itens e valores abaixo.

	JBN MATERIAIS DE CONTRUÇÃO E TRANSP. LTDA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
01	AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTO BOMBA DE PISTÃO PARA A UTILIZAÇÃO DE SISTEMA DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, EQUIPAMENTO COM PRESSÃO DE TRABALHO MÁXIMA DE 21 A 45 KGF / 580 LBS. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA: 01- MOTOR : ELÉTRICO MONOFÁSICO 2 CV - TIPO FECHADO COM GRAU DE PROTEÇÃO IP55 01- BOMBA : DE PISTÃO 3 VIAS (EM INOX DE 3 X 22 MM), CABEÇOTE EM FERRO FUNDIDO, CARTER DE OLEO EM ALUMÍNIO, MEDIDOR DE PRESSÃO DE SAÍDA, VIRABREQUIM EM FERRO FUNDIDO , CONTROLE DE PRESSÃO AJUSTÁVEL. 02- CORREIAS : POLI EM V PARA ACIONAMENTO DO CONJUNTO. 02-ADPADORES: COM ABRAÇADEIRAS. 01- BASE PRÓPRIA PARA MOTOR, FABRICADA EM AÇA E COM PINTURA PARA USO EXTERNO. 01-BICO PULVERIZADOR COM LEQUE. 03- METROS DE MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO REFORÇADA 1/2", MANGUEIRA RETORNO COM CONEXÕES 2 MT, CONEXÕES E FILTRO. 03-POLIAS JÁ ABERTAS E INSTALADAS NO MOTOR E BOMBA.	3.147,96
	VALOR TOTAL	3.147,96
	REGIS COM. DE EXTINTORES LTDA ME	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
50	REMOVEDOR PARA REMOÇÃO DE CERAS EMULSIONADAS À BASE DE CARNAÚBA, PARAFINA E POLÍMEROS ACRÍLICOS. TENDO NA SUA COMPOSIÇÃO: GLICÓIS, AMINAS, TENSOATIVO ANIÔNICO, ALCALINIZANTE, PERFUME E ÁGUA. EMBALAGENS DE UM LITRO.	1.590,00
100	PRODUTO CONCENTRADO PARA ASSEPSIA: CONTENDO, NONILFENOL ETOXILADO, SOLVENTE, ESPESSANTE, COADJUVANTES, COMPOSIÇÃO BIOCIDA, COMPOSIÇÃO AROMÁTICA, CORANTE E VEÍCULOS ATIVOS. ATUANDO NA LIMPEZA PESADA DE SUPERFÍCIES IMPREGNADAS COM AS MAIS DIVERSAS SUJIDADES, DESODORIZA E ELIMINA ODORES DESAGRADÁVEIS DO AMBIENTE, SENDO ALTAMENTE EFICAZ CONTRA FUNGOS, LEVEDURAS, ALGAS, BACTÉRIAS ANAERÓBIAS E AERÓBIAS.	3.240,00
	VALOR TOTAL	4.830,00

Não paira nenhuma dúvida que o instituição possui reputação, experiência e conhecimento compatíveis com a dimensão da contratação que se propõe ao município de Presidente Nereu e região.

Assim sendo, autorizo a devida aquisição e empenho conforme os preços propostos pelos fornecedores, a fim de que se manifeste a respeito da compatibilidade desses valores com o interesse público.

Presidente Nereu, 15 de julho de 2019.

BENITO BRAND

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2019 AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS DE EUCATEX PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Publicação Nº 2138288

ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

Processo nº 35/2019, DISPENSA de licitação nº 35/2019, para aquisição de DIVISÓRIAS DE EUCATEX PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

P A R E C E R

Referente a Aquisição

Submete-me a parecer jurídico a proposta para realização da aquisição já alencado acima que disponibiliza a data de 21 de junho de 2019, para o município de Presidente Nereu.

Recebida a pretensão deve o digno Diretor de Finanças e Orçamento, se manifestar no expediente para dizer se na Contabilidade, consta do Orçamento Geral do Município de 2019, dotação suficiente para a contratação.

As contratações para execução dos serviços enquadra-se na justificativa de dispensa de Licitação e não difere de demais forma de contratação.

“Artigo 24 - É Dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)
Ora, o representante da Empresa, apresentou proposta de preço dentro do proposto para outros municípios, previsto na Lei nº 8666/93, sedo:

WANDERLEI ERNESTO FAGUNDES E CIA LTDA com intuito a aquisição de DIVISÓRIAS DE EUCATEX PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme itens e valores abaixo:

MATERIAL	VALOR
Divisórias de Eucatex 46,00 m² x 79,00	3.675,40
Portas de Eucatex padrão com fechadura 3un 2,05 X 0,90	867,00
TOTAL	4.542,40

Diante da realidade, a própria Lei de Licitação se preocupou prevendo a contratação sem realização de certame licitatório, já que a aquisição compreende o valor ser abaixo do limite previsto no artigo 24 da Lei Federal nº 8666/93.

Por isso, submetido o expediente à apreciação do Diretor de Finanças e Orçamento para informação a existência de disponibilidade orçamentária, em caso positivo, pode ser efetuada a contratação com DISPENSA DE LICITAÇÃO.

É o parecer.

Presidente Nereu, 19 de junho de 2019.

MARIMAR ANTONIO CUCCHI
OAB/SC 13237

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

REQUISIÇÃO

DINEIDE MEYER COMANDOLI, administradora escolar do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

REQUISITA, da autoridade superior, o secretário municipal de educação, que autorize a realização de dispensa de licitação com intuito a contratação de WANDERLEI ERNESTO FAGUNDES E CIA LTDA com intuito a aquisição de DIVISÓRIAS DE EUCATEX PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme itens e valores abaixo:

MATERIAL	VALOR
Divisórias de Eucatex 46,00 m² x 79,00	3.675,40
Portas de Eucatex padrão com fechadura 3un 2,05 X 0,90	867,00
TOTAL	4.542,40

Com os valores apresentados pelo fornecedor, estão em melhores números para a administração, ficando com melhor proposta dos orçamentos.

Diante das justificativas peço deferimento.

Presidente Nereu, 19 de junho de 2019.

DINEIDE MEYER COMANDOLI
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA
INDICAÇÃO DE RECURSOS

PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Presidente Nereu, 19 de junho de 2019.

Ao

Exmo. Sr.

ISAMAR DE MELO

DD. Prefeito Municipal de

Presidente Nereu /SC.

Em atenção à consulta do Exmo. Prefeito Municipal, Sr. ISAMAR DE MELO, que determina seja informado a existência de recursos financeiros, para atender à contratação de WANDERLEI ERNESTO FAGUNDES E CIA LTDA com intuito a aquisição de DIVISÓRIAS DE EUCATEX PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme itens e valores abaixo:

MATERIAL	VALOR
Divisórias de Eucatex 46,00 m² x 79,00	3.675,40
Portas de Eucatex padrão com fechadura 3un 2,05 X 0,90	867,00
TOTAL	4.542,40

Levo ao conhecimento de V. Exa., que consta da Lei Orçamentário em vigor disponibilidade para efetivar citada contratação, conforme abaixo:

05.01 - EDUCAÇÃO
2018 – Educação Fundamental
3.4.4905251 – aquisição de mobiliário
01360000- - Educação

Sendo o que me cumpria para o momento, subscrevo-me,

Atenciosamente,

ALINE LESKE TILLMANN
Contadora Municipal
CRC/SC 24474

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TERMO DE ABERTURA DE

PROCESSO DE DISPENSA Nº 35/2019

CARLOS BRAND, Presidente da Comissão de Licitação, do Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Pelo presente termo, fica aberto o Processo Administrativo nº 35/2019, referente à Dispensa de Licitação nº 35/2019, destinada a contratação de WANDERLEI ERNESTO FAGUNDES E CIA LTDA com intuito a aquisição de DIVISÓRIAS DE EUCATEX PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme itens e valores abaixo:

MATERIAL	VALOR
Divisórias de Eucatex 46,00 m² x 79,00	3.675,40
Portas de Eucatex padrão com fechadura 3un 2,05 X 0,90	867,00
TOTAL	4.542,40

O processo de dispensa será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender ao disposto no inciso II do artigo 24, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98, conforme ainda analise à solicitação do secretário de Gabinete.

Presidente Nereu, 16 de abril de 2019.

CARLOS BRAND

Presidente da Comissão de Licitação

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2019

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração pública e definir sobre a validade da contratação direta, por Dispensa de licitação, contratação de WANDERLEI ERNESTO FAGUNDES E CIA LTDA com intuito a aquisição de DIVISÓRIAS DE EUCATEX PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme itens e valores abaixo:

MATERIAL	VALOR
Divisórias de Eucatex 46,00 m² x 79,00	3.675,40
Portas de Eucatex padrão com fechadura 3un 2,05 X 0,90	867,00
TOTAL	4.542,40

Assim informado pelo Departamento de Administração Geral, por meio de consultas prévias, aparenta encontrar-se compatível com o interesse público.

Ainda assim visa-se o pronto atendimento da empresa em fazer a instalação das divisórias dando agilidade na migração da Secretaria Municipal de Educação para o ambiente da Escola Vereador Jaime Gili.

Presidente Nereu, 19 de junho de 2019.

CARLOS BRAND

Presidente

Aline Moreira

Membro

Marcos Aurélio Junior Pinto

Membro

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2019

JUSTIFICATIVA ESCOLHA FORNECEDOR

No uso das atribuições de meu cargo de Secretário Municipal de Educação, venho respeitosamente requer que vossa excelência autorize a abertura de processo licitatório na modalidade dispensa, nos termos da legislação vigente em vigor, com o seguinte objetivo de contratação. OBJETO: Contratação de WANDERLEI ERNESTO FAGUNDES E CIA LTDA com intuito a aquisição de DIVISÓRIAS DE EUCATEX PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

A presente se dá em virtude de a empresa acima, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 05.401.865/0001-83 obter o melhor orçamento do mercado de divisórias em Eucatex. A empresa citada é única que pode ofertar as divisórias em pronto atendimento.

O pronto atendimento justifica-se pela necessidade da migração da Secretaria Municipal de Educação para o ambiente da Escola Vereador Jaime Gili. Tal ação torna-se favorável por dois motivos:

A priori é a manifestação da necessidade de a Secretaria estar alocada dentro da unidade escolar, para que haja maior interação entre os corpos docente e administrativo, proporcionando um serviço educacional mais eficiente e com maior qualidade.

O segundo ponto preza pela economicidade da administração pública haja vista a diminuição do valor de aluguel pago na utilização de espaços para atendimento ao cidadão. A articulação da mudança otimizará recursos financeiros e centralizará o serviço garantindo ao cidadão nereuense um melhor atendimento.

I- DO FUNDAMENTO LEGAL:

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso XIII.

MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO
Secretário Municipal de Educação

GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO Nº 35/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2019

RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

Isamar de Melo, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no inciso II, artigo 24, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

A escolha deste Gabinete Municipal para a contratação direta da contratação de contratação de WANDERLEI ERNESTO FAGUNDES E CIA LTDA com intuito a aquisição de DIVISÓRIAS DE EUCATEX PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme itens e valores abaixo:

MATERIAL	VALOR
Divisórias de Eucatex 46,00 m² x 79,00	3.675,40
Portas de Eucatex padrão com fechadura 3un 2,05 X 0,90	867,00
TOTAL	4.542,40

Não paira nenhuma dúvida que o instituição possui reputação, experiência e conhecimento compatíveis com a dimensão da contratação que se propõe a Administração municipal realize ao município de Presidente Nereu e região.

Assim sendo, requisito da Comissão Permanente de Licitação que analise a razoabilidade do preço proposto pelo fornecedor, a fim de que se manifeste a respeito da compatibilidade desse valor com o interesse público.

Presidente Nereu, 19 de junho de 2019.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO Nº 35/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2019

RATIFICAÇÃO

Isamar de Melo, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 45, inciso IV, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

RATIFICA a Dispensa de licitação com intuito de contratação do contratação de WANDERLEI ERNESTO FAGUNDES E CIA LTDA com intuito a aquisição de DIVISÓRIAS DE EUCATEX PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, conforme itens e valores abaixo:

MATERIAL	VALOR
Divisórias de Eucatex 46,00 m² x 79,00	3.675,40
Portas de Eucatex padrão com fechadura 3un 2,05 X 0,90	867,00
TOTAL	4.542,40

Com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 24, ☐caput☐, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o empenho da despesa, para as empresa contratação, cujos pagamentos far-se-ão de acordo com disponibilidade de recurso, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Presidente Nereu, 19 de junho de 2019.

ISAMAR DE MELO Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2019 SEGURO TOTAL DO MICRO ONIBUS VOLKSVAGEN PLACAS QTM 0174.

Publicação Nº 2138285

ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

Processo nº 45/2019, DISPENSA de licitação nº 45/2019, para SEGURO TOTAL DO MICRO ONIBUS VOLKSVAGEN PLACAS QTM 0174.

P A R E C E R

Referente a Aquisição

Submete-me a parecer jurídico a proposta para realização da aquisição já alencado acima que disponibiliza a data de 16 de julho, para o Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu.

Recebida a pretensão deve o digno Diretor de Finanças e Orçamento, se manifestar no expediente para dizer se na Contabilidade, consta do Orçamento Geral do Município de 2019, dotação suficiente para a contratação.

As contratações para execução dos serviços enquadra-se na justificativa de dispensa de Licitação e não difere de demais forma de contratação.

"Artigo 24 - É Dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Ora, o representante da Empresa, apresentou proposta de preço dentro do proposto para outros municípios, previsto na Lei nº 8666/93, sedo:

Com intuito a para SEGURO TOTAL DO MICRO ONIBUS VOLKSVAGEN PLACAS QTM 0174, conforme itens e valores abaixo.

	JBN MATERIAIS DE CONTRUÇÃO E TRANSP. LTDA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
01	SEGURO TOTAL COM RCO DO MICRO ONIBUS VOLKSVAGEN PLACAS QTM 0174	1.721,63
	VALOR TOTAL	1.721,63

Diante da realidade, a própria Lei de Licitação se preocupou prevendo a contratação sem realização de certame licitatório, já que a aquisição compreende o valor ser abaixo do limite previsto no artigo 24 da Lei Federal nº 8666/93.

Por isso, submetido o expediente à apreciação do Diretor de Finanças e Orçamento para informação a existência de disponibilidade orçamentária, em caso positivo, pode ser efetuada a contratação com DISPENSA DE LICITAÇÃO.

É o parecer.

Presidente Nereu, 15 de julho de 2019.

MARIMAR ANTONIO CUCCHI
OAB/SC 13237

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

REQUISIÇÃO

Amilton Petry, Secretário Municipal de gabinete do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

REQUISITA, da autoridade superior, o Prefeito Municipal, que autorize a realização de dispensa de licitação com intuito a DISPENSA de licitação nº 45/2019, para SEGURO TOTAL DO MICRO ONIBUS VOLKSVAGEN PLACAS QTM 0174, segue itens e valores abaixo.

	JBN MATERIAIS DE CONTRUÇÃO E TRANSP. LTDA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
01	SEGURO TOTAL COM RCO DO MICRO ONIBUS VOLKSVAGEN PLACAS QTM 0174	1.721,63

Com os valores apresentados pelo fornecedor, estão em melhores números para a administração, ficando com melhor proposta dos orçamentos por mim realizados.

Diante das justificativas peço deferimento.

Presidente Nereu, 15 de julho de 2019.

AMILTON PETRY
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
GABINETE
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA

INDICAÇÃO DE RECURSOS

PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Presidente Nereu, 15 de julho de 2019.

Ao

Exmo. Sr.

ISAMAR DE MELO

DD. Prefeito Municipal de

Presidente Nereu /SC.

Em atenção à consulta do Exmo. Prefeito Municipal, Sr. ISAMAR DE MELO, que determina seja informado a existência de recursos financeiros, para atender à com intuito a DISPENSA de licitação nº 45/2019, para SEGURO TOTAL DO MICRO ONIBUS VOLKSVAGEN PLACAS QTM 0174, conforme itens e valores abaixo.

Levo ao conhecimento de V. Exa., que consta da Lei Orçamentário em vigor disponibilidade para efetivar citada contratação, conforme abaixo:

05.01 - EDUCAÇÃO
2019 – Transporte Escolar
3.3.90.39.69 – seguro em geral
1010000- Receita de Impostos - Educação

Sendo o que me cumpria para o momento, subscrevo-me,

Atenciosamente,

ALINE LESKE TILLMANN
Contadora Municipal
CRC/SC 24474

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2019

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração pública e definir sobre a validade da contratação direta, por Dispensa de licitação, com intuito a DISPENSA de licitação nº 45/2019, para SEGURO TOTAL DO MICRO ONIBUS VOLKSVAGEN PLACAS QTM 0174, conforme itens e valores abaixo.

	JBN MATERIAIS DE CONTRUÇÃO E TRANSP. LTDA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
01	SEGURO TOTAL COM RCO DO MICRO ONIBUS VOLKSVAGEN PLACAS QTM 0174	1.721,63

Assim informado pelo Departamento de Administração Geral, por meio de consultas prévias, aparenta encontrar-se compatível com o interesse público.

Respeitado a lei 8666/93 no seu artigo 24 inciso II. Sendo que o veículo em questão não pode transitar sem o devido seguro, conforme regulamento o órgão DETER.

Presidente Nereu, 15 de julho de 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROCESSO Nº 045/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2019

RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO, secretário municipal de Educação do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no inciso II, artigo 24, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

A escolha desta secretaria Municipal para a contratação direta com intuito a DISPENSA de licitação nº 45/2019, para SEGURO TOTAL DO MICRO ONIBUS VOLKSVAGEN PLACAS QTM 0174, conforme itens e valores abaixo conforme itens e valores abaixo.

	JBN MATERIAIS DE CONTRUÇÃO E TRANSP. LTDA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
01	SEGURO TOTAL COM RCO DO MICRO ONIBUS VOLKSVAGEN PLACAS QTM 0174	1.721,63

Não paira nenhuma dúvida que o instituição possui reputação, experiência e conhecimento compatíveis com a dimensão da contratação que se propõe a Administração municipal realize ao município de Presidente Nereu e região.

Assim sendo, autorizo a realização de contratação direta por dispensa e o empenho dos valores conforme analise a razoabilidade do preço

proposto pelo fornecer, a fim de que se manifeste a respeito da compatibilidade desse valor com o interesse público.

Presidente Nereu, 15 de julho de 2019.

MARCOS AURELIO JUNIOR PINTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2019 AQUISIÇÃO DE 28 M3 DE CONCRETO USINADO FCK 30 MPA SLUMP 12-14 BO-BI CONVENCIONAL PARA REPAROS E CONSTRUÇÕES NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

Publicação Nº 2138291

ASSESSORIA JURÍDICA

Processo nº 51/2019, DISPENSA de licitação nº 51/2019, para AQUISIÇÃO DE 28 M3 DE CONCRETO USINADO FCK 30 MPA SLUMP 12-14 BO-BI CONVENCIONAL PARA REPAROS E CONSTRUÇÕES NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

P A R E C E R
Referente a Aquisição

Submete-me a parecer jurídico a proposta para realização da aquisição já alencado acima que disponibiliza a data de 13 de julho, para o município de Presidente Nereu.

Recebida a pretensão deve o digno Diretor de Finanças e Orçamento, se manifestar no expediente para dizer se na Contabilidade, consta do Orçamento Geral do Município de 2019, dotação suficiente para a contratação.

As contratações para aquisição enquadra-se na justificativa de dispensa de Licitação e não difere de demais forma de contratação.

“Artigo 24 - É Dispensável a licitação:

...

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Ora, o representante da Empresa, apresentou proposta de preço dentro do proposto para outros municípios, previsto na Lei nº8666/93, sedo:

Com intuito a aquisição de 28 m3 de concreto usinado fck 30 mpa slump 12-14 bo-bi convencional para reparos e construções no município de Presidente Nereu, conforme itens e valores abaixo.

--	--	--	--	--	--

Diante da realidade, a própria Lei de Licitação se preocupou prevendo a contratação sem realização de certame licitatório, já que a aquisição compreende o valor ser abaixo do limite previsto no artigo 24 da Lei Federal nº 8666/93.

Por isso, submetido o expediente à apreciação do Diretor de Finanças e Orçamento para informação a existência de disponibilidade orçamentária, em caso positivo, pode ser efetuada a contratação com DISPENSA DE LICITAÇÃO.

É o parecer.
Presidente Nereu, 06 de agosto de 2019.

MARIMAR ANTONIO CUCCHI
OAB/SC 13237

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

REQUISIÇÃO

Edson Schutel, requerente pela Secretaria de Transportes e Obras do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

REQUISITA, da autoridade superior, o Prefeito Municipal, que autorize a realização de dispensa de licitação com intuito a aquisição de 28 m3 de concreto usinado fck 30 mpa slump 12-14 bo-bi convencional para reparos e construções no município de Presidente Nereu., conforme itens e valores abaixo.

	FORTIMIX CONCRETO E ARGAMASSA LTDA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
28 M3	CONCRETO USINADO FCK 30 MPA SLUMP 12-14 BO-BI CONVENCIONAL PARA REPAROS E CONSTRUÇÕES NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.	8.540,00

	VALOR TOTAL	8.540,00

Com os valores apresentados pelos fornecedores acima, estão em melhores números para a administração, ficando com melhor proposta dos orçamentos.

Diante das justificativas peço deferimento.

Presidente Nereu, 06 de agosto de 2019.

Edson Schutel
SECRETARIA MUNICIPAL DE
TRANSPORTES E OBRAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA

INDICAÇÃO DE RECURSOS

PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

Presidente Nereu, 06 de agosto de 2019.

Ao

Exmo. Sr.
ISAMAR DE MELO

DD. Prefeito Municipal de

Presidente Nereu /SC.

Em atenção à consulta do Exmo. Prefeito Municipal, Sr. ISAMAR DE MELO, que determina seja informado a existência de recursos financeiros, para atender à DISPENSA de licitação nº 51/2019, para AQUISIÇÃO DE 28 M3 DE CONCRETO USINADO FCK 30 MPA SLUMP 12-14 BO-BI CONVENCIONAL PARA REPAROS E CONSTRUÇÕES NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

Levo ao conhecimento de V. Exa., que consta da Lei Orçamentário em vigor disponibilidade para efetivar citada contratação, conforme abaixo:

08.01 – TRANSPORTES E OBRAS
2016 – TRANSPORTES E OBRAS
3.3.90.3051 – aquisição
1000000 - RECURSOS PROPRIOS

08.01 – TRANSPORTES E OBRAS
2016 – TRANSPORTES E OBRAS
3.3.90.3051 - aquisição
13901000 - TRANSFERÊNCIAS

Sendo o que me cumpria para o momento, subscrevo-me,

Atenciosamente,

ALINE LESKE TILLMANN
Contadora Municipal
CRC/SC 24474
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2019

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração pública e definir sobre a validade da contratação direta, por Dispensa de licitação, para AQUISIÇÃO DE 28 M3 DE CONCRETO USINADO FCK 30 MPA SLUMP 12-14 BO-BI CONVENCIONAL PARA REPAROS E CONSTRUÇÕES NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, conforme itens e valores abaixo.

	FORTIMIX CONCRETO E ARGAMASSA LTDA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
28 M3	CONCRETO USINADO FCK 30 MPA SLUMP 12-14 BO-BI CONVENCIONAL PARA REPAROS E CONSTRUÇÕES NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.	8.540,00
	VALOR TOTAL	8.540,00

Assim informado pelo Departamento de Administração Geral, por meio de consultas prévias, aparenta encontrar-se compatível com o interesse público.

O município em 13 de junho de 2019, realizou processo licitatório na modalidade de Pregão presencial nº 23/2019, porém o mesmo foi considerado Deserto por não haver interessados no certame.

Assim o Município optou na realização de compra direta por dispensa de Licitação conforme artigo 24 inciso II da lei 8666/93.

Presidente Nereu, 06 de agosto de 2019.

Edson Schutel
SECRETARIA MUNICIPAL DE
TRANSPORTES E OBRAS

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU
PROCESSO Nº 51/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 51/2019
AUTORIZAÇÃO DO PREFEITO

Isamar de Melo, prefeito municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no inciso II, artigo 24, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

A escolha desta secretaria para a contratação direta, conforme itens e valores abaixo.

	FORTIMIX CONCRETO E ARGAMASSA LTDA	
QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR TOTAL
28 M3	CONCRETO USINADO FCK 30 MPA SLUMP 12-14 BO-BI CONVENCIONAL PARA REPAROS E CONSTRUÇÕES NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.	8.540,00
	VALOR TOTAL	8.540,00

Não paira nenhuma dúvida que o instituição possui reputação, experiência e conhecimento compatíveis com a dimensão da contratação que se propõe ao município de Presidente Nereu e região.

Assim sendo, autorizo a devida aquisição e empenho conforme os preços propostos pelos fornecedores, a fim de que se manifeste a respeito da compatibilidade desses valores com o interesse público.

Presidente Nereu, 06 de agosto de 2019.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

DISPENSA Nº 03/2019 CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO DE RATEIO "SUASA" ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI

Publicação Nº 2138279



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO**ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE**

Processo nº 03/2019, INEXIGIBILIDADE de licitação nº 03/2019, para contratação de CONSÓRCIO DE RATEIO "SUASA" ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI

PARECER**Referente a Contratação**

Submete-me a parecer jurídico a proposta **para inscrição** já alencado acima que disponibiliza as datas início em 10 de maio de 2019.

Recebida a pretensão deve o digno Diretor de Finanças e Orçamento, se manifestar no expediente para dizer se na Contabilidade, consta do Orçamento Geral do Município de 2019, dotação suficiente para a contratação.

As contratações para execução dos serviços enquadra-se na justificativa de Inexigibilidade de Licitação e não difere de demais forma de contratação.

"Artigo 25 - É **Inexigível** a licitação:

...

II - para outros serviços e técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

Ora, o representante do Consorcio, apresentou proposta de preço igual proposto para o rateio entre os municípios, previsto na Lei nº8666/93, sedo:

CONSÓRCIO DE RATEIO "SUASA" ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI

Diante da realidade, a própria Lei de Licitação menciona a possibilidade de contratação com consorcio já prevendo a contratação sem realização de certame licitatório, já que a contratação leva em conta o rateio dos serviços entre os municípios da AMAVI, previsto no artigo 25 da Lei Federal nº 8666/93.

Por isso, submetido o expediente à apreciação do Diretor de Finanças e Orçamento para informação a existência de disponibilidade orçamentária, em caso positivo, pode ser efetuada a contratação com inexigibilidade de LICITAÇÃO.

É o parecer.

Presidente Nereu, 10 maio de 2019.

MARIMAR ANTONIO CUCCHI
OAB/SC 13237

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br**FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO****REQUISIÇÃO**

Geremi Leske, Gerente de informática do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

REQUISITA, da autoridade superior, o Prefeito Municipal, O município de Presidente Nereu vem por meio deste, solicitar ao Prefeito municipal que faça a Inexigibilidade para o **CONSÓRCIO DE RATEIO “SUASA” ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI**. De acordo com as legislação em vigor.

Presidente Nereu, 10 de maio de 2019.

GEREMI LESKE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu - SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br**DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO****SETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA****INDICAÇÃO DE RECURSOS
PARA CONTRATAÇÃO DIRETA**

Presidente Nereu, 10 de maio de 2019.

Ao
Exmo. Sr.
ISAMAR DE MELO
DD. Prefeito Municipal de
Presidente Nereu /SC.

Em atenção à consulta do Exmo. Prefeito Municipal, Sr. ISAMAR DE MELO, que determina seja informado a existência de recursos financeiros, para atender a **contratação de CONSÓRCIO DE RATEIO "SUASA" ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI**, levo ao conhecimento de V. Exa., que consta da Lei Orçamentário em vigor disponibilidade para efetivar citada contratação, conforme abaixo:

11.01 – FUNDO AGROPECUÁRIO
2015 – Manutenção das Atividades Agrícolas
31717000- Serviços Terceiros.
1000000 – Livre

11.01 – FUNDO AGROPECUÁRIO
2015 – Manutenção das Atividades Agrícolas
33717000- Serviços Terceiros.
1000000 – Livre

Sendo o que me cumpria para o momento, subscrevo-me,

Atenciosamente,

ALINE LESKE TILLMANN
Contadora Municipal
CRC/SC 24474



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE

CARLOS BRAND, Presidente da Comissão de Licitação, do Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Pelo presente termo, fica aberto o **Processo Administrativo nº 02/2019**, referente à **INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 02/2019**, destinada a **contratação de CONSÓRCIO DE RATEIO "SUASA" ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI**. O processo de dispensa será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender ao disposto no inciso II, do artigo 25, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

Presidente Nereu, 10 de maio de 2019.

CARLOS BRAND
Presidente da Comissão de Licitação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019****JUSTIFICATIVA ESCOLHA FORNECEDOR E DO PREÇO**

Considerando o Contrato de Programa CIM-AMAVI nº 01/2019 e a Lei Municipal que o ratifica; a Lei 11.107/2005 em seu artigo 2º, § 1º, III e seu artigo 8º; no Decreto Federal nº 6.017/2007, especialmente em seus artigos 13 e 18; assim como as demais normas de direito público aplicáveis;

O município de Presidente Nereu vem por meio deste, justificar ao setor a importância da existência no município o programa "SUASA", pois é de interesse não apenas do município de Presidente Nereu, mas também de todos os municípios que compõem a AMAVI.

Entendemos a importância do programa que beneficiará a todos os agricultores que desejam manusear alimentos de origem animal, bem como assim alavancar a economia do município. Justificamos também o custo anual de R\$2.666,72 dividido em 08 parcelas, representando um custo mensal de R\$333,34, sendo este valor decidido em reunião com os municípios que compõem a AMAVI.

Presidente Nereu, 10 de maio de 2019.

CARLOS BRAND**Presidente****Aline Moreira****Membro****Marcos Aurélio Junior Pinto****Membro**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO Nº 02/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019

RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE

Isamar de Melo, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no inciso II, artigo 25, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

A escolha deste Gabinete Municipal para a **contratação de CONSÓRCIO DE RATEIO “SUASA” ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI.**

Considerando o Contrato de Programa CIM-AMAVI nº 01/2019 e a Lei Municipal que o ratifica; a Lei 11.107/2005 em seu artigo 2º, § 1º, III e seu artigo 8º; no Decreto Federal nº 6.017/2007, especialmente em seus artigos 13 e 18; assim como as demais normas de direito público aplicáveis.

Assim sendo, requisito da Comissão Permanente de Licitação que analise a razoabilidade do preço de R\$2.666,72 (dois mil seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos) dividido em 08 parcelas, representando um custo mensal de R\$333,34 (trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) proposto pelos representantes legais dos artistas, a fim de que se manifeste a respeito da compatibilidade desse valor com o interesse público.

Presidente Nereu, 10 de maio de 2019.

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO Nº 02/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019

RATIFICAÇÃO

Isamar de Melo, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 45, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

RATIFICA a Inexigibilidade de licitação para a contratação de **CONSÓRCIO DE RATEIO "SUASA" ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI**, o valor de R\$2.666,72 (dois mil seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos), com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 25, "caput", da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o empenho da despesa, para as empresa contratação, cujos pagamentos far-se-ão de acordo com disponibilidade de recurso, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Presidente Nereu, 10 de maio de 2019.

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu - SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO

CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2019

Contrato de Rateio celebrado entre o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI – CIM-AMAVI.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, Estado de Santa Catarina – SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.699/0001-28, estabelecida na Praça Leão Dehon, 50, na cidade de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **ISAMAR DE MELO**, domiciliado na rua Teodoro de Melo s/n centro deste município, doravante denominado simplesmente de “**MUNICÍPIO**” e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI**, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos, constituída sob a forma de associação pública pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto 6.017/07, inscrita no CNPJ sob nº 14.695.989/0001-00, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Bairro Centro, CEP 89160-015, nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, simplesmente denominado “**CIM-AMAVI**”, representada neste ato pelo seu Presidente, Sr. Bento Francisco Silvy, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, portador do RG nº 838.324 e do CPF/MF nº 289.640.559-34, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 2550, Centro, Vitor Meireles/SC, firmam o presente Contrato de Rateio, conforme cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato o rateio de despesas administrativas e de pessoal do CIM-AMAVI para execução das finalidades previstas no Contrato de Programa CIM-AMAVI nº 01/2019, formalizado no Município como Contrato nº 01/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES

2.1. Constitui responsabilidade do CIM-AMAVI:

2.1.1. Disponibilizar ao MUNICÍPIO os serviços entabulados no Contrato de Programa indicado na Cláusula Primeira.

2.1.2. Receber e contabilizar os recursos recebidos de acordo com as normas de direito financeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

aplicável às entidades públicas, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Federal 11.107/2005.

2.1.3. Fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do MUNICÍPIO, todas as despesas realizadas com os recursos ora pactuados, de forma que possam ser contabilizados na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

2.1.4. Aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente nas ações previstas no Contrato de Programa indicado na Cláusula Primeira e no orçamento do CIM-AMAVI.

2.2. Constitui responsabilidade do MUNICÍPIO:

2.2.1. Fazer o repasse dos valores estabelecidos no presente Contrato de Rateio.

2.2.2. Receber a prestação de contas e consolidar nas contas do MUNICÍPIO.

2.2.3. Manter os recursos orçamentários necessários ao desempenho das ações pactuadas.

2.2.4. Notificar ao CIM-AMAVI possíveis restrições na realização da despesa, de empenhos ou de movimentação financeira, nos termos do artigo 14 do Decreto nº 6.017 de 17 de janeiro de 2007.

2.2.5. Fiscalizar e acompanhar a execução do presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E FORMA DE REPASSE

2.2.1. Para subsidiar as despesas de execução das finalidades previstas no Contrato de Programa indicado na Cláusula Primeira, o MUNICÍPIO repassará ao CIM-AMAVI a importância anual de **R\$ 2.666,72 (dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos)** a ser repassado em cotas mensais e sucessivas na proporção de 1/8 avos mês a título de rateio das despesas administrativas e de pessoal do CIM-AMAVI, o que corresponderá ao valor mensal de **R\$ 333,34 (trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos)**, sendo que o primeiro repasse deverá ocorrer até o dia **20/05/2019** e os demais até o mesmo dia dos meses subsequentes.

2.2.2. O montante previsto para as despesas administrativas e de pessoal do CIS-AMAVI está compreendido na tabela constante do Anexo II deste instrumento e serão rateadas entre os Municípios Consorciados subscritores do Contrato de Programa indicado na Cláusula Primeira, relacionados no Anexo I.

2.3. O MUNICÍPIO deverá, no ato da assinatura do presente contrato, apresentar o empenho global ao CIM-AMAVI relativo ao valor deste contrato, individualizado por modalidade de aplicação específica nos termos da proposta orçamentária do município, devidamente compatibilizado com o orçamento do CIM-AMAVI.

2.4. Eventuais saldos financeiros individualizados serão mantidos no CIM-AMAVI no final do exercício, sendo reprogramados para o exercício seguinte.

2.5. Os Municípios Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o CIM-AMAVI, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas como rateio.

2.6. Na eventual impossibilidade de Município Consorciado cumprir obrigação orçamentária e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

financeira estabelecida em rateio obrigará o CIM-AMAVI a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

CLÁUSULA QUARTA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

4.1. A despesa decorrente deste contrato de rateio correrá de acordo com a dotação orçamentária:

11.01 – FUNDO AGROPECUÁRIO
2015 – Manutenção das Atividades Agrícolas
31717000- Serviços Terceiros.
1000000 – Livre

11.01 – FUNDO AGROPECUÁRIO
2015 – Manutenção das Atividades Agrícolas
33717000- Serviços Terceiros.
1000000 – Livre

CLÁUSULA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1. O presente contrato é firmado com fulcro no Contrato de Consórcio Público do CIS-AMAVI e na Lei Municipal que o ratifica; na Lei 11.107/2005, especialmente em seu artigo 2º, § 1º, III e seu artigo 8º; no Decreto Federal nº 6.017/2007, especialmente em seus artigos 13 e 18; bem como nas demais normas de direito público aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tomada nos termos da lei e expressamente em termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. As partes poderão propor a qualquer tempo, a rescisão do presente Contrato se ocorrer comprovado inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições ou pela superveniência de eventos ou fatos jurídicos que o tornem material ou formalmente inexecutável, ou ainda por mútuo acordo entre as partes contratadas.

7.2. Em caso de rescisão conforme previsto nesta cláusula, o saldo se positivo deverá ser devidamente devolvido ao MUNICÍPIO e se negativo, terá esta a obrigação de saldar o respectivo valor no ato da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1. O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

CLÁUSULA NOVA - DO FORO

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir questões decorrentes da execução do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, as partes rubricam e firmam o presente contrato em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Presidente Nereu, 10 de maio de 2019.

ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

BENTO FRANCISCO SILVY
PRESIDENTE DO CIM-AMAVI

Testemunhas:

Nome: Valdeci José Comandoli
CPF: 018.560.459-51

Nome: Odenir Felizari
CPF: 973.300.869-91

ANEXO I **MUNICÍPIOS PARTICIPANTES**

AGROLÂNDIA
AGRÔNOMICA
ATALANTA
AURORA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

BRAÇO DO TROMBUDO
CHAPADÃO DO LAGEADO
DONA EMMA
IBIRAMA
IMBUIA
ITUPORANGA
LAURENTINO
LONTRAS
MIRIM DOCE
PETROLÂNDIA
POUSO REDONDO
PRESIDENTE NEREU
RIO DO CAMPO
RIO DO OESTE
RIO DO SUL
SALETE
SANTA TEREZINHA
TAIÓ
TROMBUDO CENTRAL
VITOR MEIRELES

ANEXO II**TABELA DE DESPESAS PREVISTAS**

DESPESA	VALOR MENSAL (R\$)*	VALOR(R\$) 05/2019 a 12/2019
Vencimentos e encargos sociais (com 13º salário e férias + 1/3)	6.700,00	53.600,00
Outras despesas administrativas	1.300,00	10.400,00
TOTAL	8.000,00	64.000,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br

Testemunhas:

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
CPF: 018.560.459-51

VALDEMAR PETRI
CPF: 025.814.679-67

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº02/2019 CONTRATAÇÃO DE "CEK8 FORMAÇÕES" COM O PALESTRANTE GUILHERME CECHELEIRO PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA À REDE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – SGDCA, E O ESTATUTO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA –ECA TOTALIZANDO 32 HORAS, EM QUATRO PALESTRAS.

Publicação Nº 2138281



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

ASSESSORIA JURÍDICA DO GABINETE

Processo nº 02/2019, INEXIGIBILIDADE de licitação nº 02/2019, para contratação de "CEK8 FORMAÇÕES" COM O PALESTRANTE GUILHERME CECHELEIRO PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA À REDE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – SGDCA, E O ESTATUTO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA –ECA TOTALIZANDO 32 HORAS, em quatro palestras.

PARECER

Referente a Contratação

Submete-me a parecer jurídico a proposta **para inscrição** já elencado acima que disponibiliza as datas início em 04 de junho 23 de agosto, 23 de outubro e 04 de dezembro de 2019, para a realização das palestras.

Recebida a pretensão deve o digno Diretor de Finanças e Orçamento, se manifestar no expediente para dizer se na Contabilidade, consta do Orçamento Geral do Município de 2019, dotação suficiente para a contratação.

As contratações para execução dos serviços enquadra-se na justificativa de Inexigibilidade de Licitação e não difere de demais forma de contratação.

"Artigo 25 - É **Inexigível** a licitação:

...

II - para outros serviços e técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação.

Ora, o representante da Empresa, apresentou proposta de preço dentro do proposto para outros municípios, previsto na Lei nº8666/93, sedo:

contratação de "CEK8 FORMAÇÕES" COM O PALESTRANTE GUILHERME CECHELEIRO PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA À REDE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – SGDCA, E O ESTATUTO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA –ECA TOTALIZANDO 32 HORAS, em quatro palestras no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

Diante da realidade, a própria Lei de Licitação se preocupou prevendo a contratação sem realização de certame licitatório, já que a contratação leva em conta o inviabilidade de competição previsto no artigo 25 da Lei Federal nº 8666/93.

Por isso, submetido o expediente à apreciação do Diretor de Finanças e Orçamento para informação a existência de disponibilidade orçamentária, em caso positivo, pode ser efetuada a contratação com INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

É o parecer.

Presidente Nereu, 27 de maio de 2019

MARIMAR ANTONIO CUCCHI
OAB/SC 13237



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

REQUISIÇÃO

IZALENE THEISS DA ROSA, Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

REQUISITA, da autoridade superior, a Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social, com intuito a **CONTRATAÇÃO DE CEK8 FORMAÇÕES COM O PALESTRANTE GUILHERME CECHELEIRO PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA À REDE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – SGDCA, E O ESTATUTO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA –ECA TOTALIZANDO 32 HORAS**, em quatro palestras no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

De acordo com as prévias pesquisas de preços de contratação e a qualificação do profissional.

Presidente Nereu, 27 de maio de 2019.

IZALENE THEISS DA ROSA
Secretaria de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA

**INDICAÇÃO DE RECURSOS
PARA CONTRATAÇÃO DIRETA**

Presidente Nereu, 27 de maio de 2019.

Ao

Exmo. Sr.

IDEMARA VENTURA VOLTOLINI

DD. Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social
Presidente Nereu /SC.

Em atenção à consulta da Sr. Gestora Municipal, Sra. IDEMARA VENTURA VOLTOLINI, que determina seja informado a existência de recursos financeiros, para a **contratação de "CEK8 FORMAÇÕES" COM O PALESTRANTE GUILHERME CECHELERO PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA À REDE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – SGDCA, E O ESTATUTO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA –ECA TOTALIZANDO 32 HORAS, em quatro palestras no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).**

Assim levo ao conhecimento de V. Exa., que consta da Lei Orçamentário em vigor disponibilidade para efetivar citada contratação, conforme abaixo:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2042 – Manutenção de assistência social

3.3.90.3999 – Serviços Pessoa Jurídica

3350500 – Recursos

Sendo o que me cumpria para o momento, subscrevo-me,

Atenciosamente,

ALINE LESKE TILLMANN
Contadora Municipal
CRC/SC 24474

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br**SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS****TERMO DE ABERTURA DE
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019**

CARLOS BRAND, Presidente da Comissão de Licitação, do Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Pelo presente termo, fica aberto o **Processo Administrativo nº 02/2019**, referente à **Inexigibilidade de Licitação nº 02/2019**, destinada a contratação de “**CEK8 FORMAÇÕES**” COM O PALESTRANTE GUILHERME CECHELEIRO PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA À REDE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – SGDCA, E O ESTATUTO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA –ECA TOTALIZANDO 32 HORAS, em quatro palestras no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

O processo de dispensa será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender ao disposto no inciso II, do artigo 25, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

Presidente Nereu, 27 de maio de 2019.

CARLOS BRAND
Presidente da Comissão de Licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Para efeito de verificar a razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração pública e definir sobre a validade da contratação direta, por Inexigibilidade de licitação, **contratação de “CEK8 FORMAÇÕES” COM O PALESTRANTE GUILHERME CECHELERO PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA À REDE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – SGDCA, E O ESTATUTO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA –ECA TOTALIZANDO 32 HORAS, em quatro palestras no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).**

Informado pelo Departamento de Administração Geral, por meio de consultas prévias, aparenta encontrar-se compatível com o interesse público.

Isto porque, a empresa **CEK8 FORMAÇÕES** apresentou proposta melhor com grande gama de qualificação e renomeado pelos municípios vizinhos e em todo o estado de Santa Catarina para a realização das atividades acima mencionadas, atendendo ao inciso II do artigo 25 da Lei Federal nº8666/93.

Presidente Nereu, 27 de maio de 2019.

CARLOS BRAND
Presidente

Aline Moreira
Membro

Marcos Aurélio Junior Pinto
Membro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2019****JUSTIFICATIVA ESCOLHA FORNECEDOR**

No uso das atribuições de meu cargo de Assistente Social, venho respeitosamente requer que vossa senhoria autorize a abertura de processo licitatório na modalidade Inexigibilidade, nos termos da legislação vigente em vigor, com o seguinte objetivo de contratação.

OBJETO: contratação de “CEK8 FORMAÇÕES” COM O PALESTRANTE GUILHERME CECHELERO PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA À REDE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – SGDCA, E O ESTATUTO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA –ECA TOTALIZANDO 32 HORAS, em quatro palestras.

JUSTIFICATIVA:

Reporta a contratação de CEK 8 FORMAÇÕES que possui em seu quadro o senhor GUILHERMO CECHELERO, pois seu nome é indicado desde o ano passado como uma referência através de seu vasto currículo e a experiência na área da infância e juventude junto a municípios vizinhos na região do médio e Alto Vale do Itajaí, citando alguns como: Rio do Sul, Petrolândia, Laurentino, Pouso Redondo, Ibirama entre outros.

Presidente Nereu / SC, 27 de maio de 2019.

IZALENE THEISS DA ROSA

Assistente Social

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br**SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****PROCESSO Nº 02/2019****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019****RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE**

Idemara Ventura Voltolini, Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no inciso II, artigo 25, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

A escolha deste Gabinete Municipal para a contratação direta da contratação de empresa **“CEK8 FORMAÇÕES” COM O PALESTRANTE GUILHERME CECHELEIRO PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA À REDE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – SGDCA, E O ESTATUTO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA –ECA TOTALIZANDO 32 HORAS, em quatro palestras no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).**

Não paira nenhuma dúvida que o instituição possui reputação, experiência e conhecimento compatíveis com a dimensão da contratação que se propõe a Administração municipal realize ao município de Presidente Nereu e região.

Assim sendo, requisito da Comissão Permanente de Licitação que analise a razoabilidade do preço de **R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais)**, proposto pelo representante legal, a fim de que se manifeste a respeito da compatibilidade desse valor com o interesse público.

Presidente Nereu, 27 de maio de 2019.

ISAMAR DE MELO**Prefeito Municipal**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO Nº 02

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2019

RATIFICAÇÃO

Idemara Ventura Voltolini, Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 45, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98,

RATIFICA a Dispensa de licitação para a contratação direta da empresa contratação de “CEK8 FORMAÇÕES” COM O PALESTRANTE GUILHERME CECHELEIRO PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA À REDE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – SGDCA, E O ESTATUTO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA –ECA TOTALIZANDO 32 HORAS, em quatro palestras no valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

Com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 25, “caput”, da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o empenho da despesa, para as empresa contratação, cujos pagamentos far-se-ão de acordo com disponibilidade de recurso, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Presidente Nereu, 27 de maio de 2019.

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

PROCESSO Nº 02/2019

DISPENSA Nº 02/2019

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2019, DE 28/05/2019.

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM
LADO A MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU E DE
OUTRO, GC FORMAÇÕES LTDA, OS TERMOS DA LEI N.º
8666 DE 21/06/1993.

Contrato que entre si celebram a MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU, com endereço na PRAÇA LEAO DEHON - - Presidente Nereu SC, através do seu Fundo municipal de Saúde, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.699/0001-28 neste ato representada pelo Gestor municipal Senhor Benito Brand, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e GC FORMAÇÕES LTDA (CEK 8 FORMAÇÕES), inscrito no CNPJ sob n.º 15.203.493/0001-34, neste ato representada por seu representante legal, Senhor João Guilherme Cechelero Bento, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência da Inexigibilidade de Licitação nº02/2019, homologado em 27/05/2019, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº 8666 de 21/06/1993 e legislação pertinente ao Edital antes citado, as propostas e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é **contratação de “CEK8 FORMAÇÕES” COM O PALESTRANTE GUILHERME CECHELERO PARA A CAPACITAÇÃO CONTINUADA À REDE DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS – SGDCA, E O ESTATUTO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA –ECA TOTALIZANDO 32 HORAS, em quatro palestras.**

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor, de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, especificações complementares, além das normas e instruções legais vigentes no País que lhe forem atinentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3 - O Objeto do presente contrato será realizado em 32 (trinta e duas) horas distribuídos nos seguintes dias e temas: dia 04 de julho serão 10 (dez) horas Fluxograma de Rede; no dia 23 de agosto 10 (dez) horas Defesa, Promoção de Direitos e Controle Social; dia 23 de outubro 08 horas Defesa, Promoção de Direitos e Controle Social; 04 de dezembro 04 horas Defesa, Promoção de Direitos e Controle Social.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o preço proposto que é de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

reais), pagos em 02 (duas) parcelas de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), uma parcela de R\$1.280,00 (um mil duzentos e oitenta reais) e uma parcela de R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais).

4.2 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução do Objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.3 - A medição contendo o quantitativo dos serviços realizados e seus respectivos preços, será realizada pela CONTRATANTE, que encaminhará a CONTRATADA, liberando-a para faturamento até o 5º (quinto) dia útil após execução dos serviços, com apresentação de doc. fiscal.

4.4 - O pagamento será efetivado na Tesouraria da Secretaria de Finanças da CONTRATANTE ou Ordem Bancária.

CLAUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5 - O custo apresentando caracterizando o preço unitário e global para a Execução dos serviços não será reajustado.

CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - Terá vigência de 28/05/2019 à 31/12/2019, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis n.º 8666/93 e 8883/94.

6.2 - O início deve se dar em 05 (cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente.

6.5 - Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

CLAUSULA SETIMA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento Fiscal Vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2042 - Manutenção de assistência social

3.3.90.3999 - Serviços Pessoa Jurídica

3350500 - Recursos

CLAUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO

8.1 - Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 - A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado.

8.3 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local do serviço, para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

representá-la na execução deste contrato.

8.4 - A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

8.5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

9.1.1 Unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei 8666/93.

9.1.2. Por acordo das partes:

a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

CLAUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10. Pela inexecução total ou parcial do contrato, caberá, conforme a gravidade da falta e garantia a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo IV da Lei N.º 8.666/93.

a) advertência por escrito;

b) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição, no caso de retardamento, sem justa causa, do início dos trabalhos contratados;

c) multa de 1% (um por cento) calculado sobre o valor da última medição por dia de paralisação, sem prejuízo das demais cominações, no caso de paralisação da execução do contrato, sem justa causa, por mais de 5 (cinco) dias úteis e no máximo de 7 (sete) dias consecutivos;

d) multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor da última medição pelo não cumprimento do prazo contratual, sem plena justificativa;

e) multa de até 1% (um por cento) calculado sobre o valor da última medição, em caso de inobservância das demais cláusulas do Contrato;

f) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a, por prazo não superior a 2(dois) anos;

g) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, consoante inciso IV, Art. 87 da Lei N 8 666/93;

h) no caso de inadimplemento que resulta em aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, o pagamento devido só poderá ser liberado se comprovada, mediante a apresentação de guia, o recolhimento da multa em questão, ou o desconto do valor da mesma sobre o total da fatura.

10.2 - O valor da multa será automaticamente descontado dos pagamentos devidos pela MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU e que a CONTRATADA vier a fazer jus.

10.3 - A CONTRATADA será notificada da aplicação da multa e à partir da notificação terá o prazo de 5 (cinco) dias para recolher a importância correspondente em nome da CONTRATANTE, assegurado a direito de defesa de que trata o parágrafo 2º, do artigo 87, da Lei N.º 8.666/93.

10.4 - Fora deste prazo a multa será cobrada em dobro e a CONTRATANTE suspenderá os pagamentos até o valor correspondente à multa seja recolhido não cabendo correção ou atualização dos valores do pagamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

suspensão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 - Rescisão deste Contrato por ato unilateral da CONTRATANTE.

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar a CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias:

- a) o não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) o cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- c) o desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) razões de interesse do serviço público;

11.1.2 - A CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir enunciados;

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação a CONTRATANTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a sessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do contrato;

11.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo a CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pela CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a CONTRATANTE;
- c) em qualquer caso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente;
- d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida;

11.2 - Rescisão deste Contrato por Acordo entre as Partes ou Judicial:

11.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte da CONTRATANTE, de obras, serviços ou fornecimento, acarretando modificação do valor inicial do Contrato, além do permitido no Regulamento de Habilitação Licitação e Contratação, seu artigo 79 da Lei Nº 8.666/93;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU
Pç. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC
CNPJ - 83.102.699/0001-28
Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115
www.presidentenereu.sc.gov.br

d) a não liberação, por parte da CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.2.2 - Nestes casos, a CONTRATANTE, deverá pagar a CONTRATADA os serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

11.2.3 - Rescisão do Contrata em Virtude de Força Maior.

11.3.1 - Tanto a CONTRATANTE como a CONTRATADA poderão rescindir este Contrato em caso de interrupção na execução dos serviços por um período maior que 30 (trinta) dias, em virtude de força maior, conforme definido no Art. 1058 do Código Civil Brasileiro, regularmente comprovado e impedido da execução deste Instrumento Contratual. Neste caso, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA os serviços que a mesma tenha realizado, de acordo com os termos deste Contrato.

11.3.2 - Sempre que uma das partes julgar necessário invocar motivo de força maior, deverá fazer imediata comunicação escrita a outra, tendo esta última um prazo até 5 (cinco) dias da data de seu recebimento para contestar, ou reconhecer os motivos constantes da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

12.1 - Concluídos os serviços objeto do Contrato, em 5 (cinco) dias após a comunicação da CONTRATANTE ou resiliado este, será efetuado pela fiscalização da CONTRATANTE o seu recebimento provisória, após, e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

13.1 - Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para-fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social e trabalhista bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza, decorrentes da celebração deste Contrato, ou da execução, correção única e exclusivamente por conta da CONTRATADA.

13.1.1 - Obriga-se a CONTRATADA a manter-se inteiramente em dia com as contribuições previdenciárias, sociais e trabalhistas verificada, em qualquer tempo, a existência de débito proveniente do não recolhimento dos mesmos, por parte da CONTRATADA, fica a CONTRATANTE desde já a suspender os pagamentos devidos a CONTRATADA, até que fique plena e total regularização de sua situação.

13.2 - Quaisquer alterações nos encargos ou obrigações de natureza fiscal e/ou para-fiscal, após a data limite de recebimento e abertura da proposta será objeto de entendimento entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

13.3 - A CONTRATADA responderá a todas as reclamações trabalhistas que possam ocorrer em consequência da execução dos serviços contratados, os quais não importam em vinculação laboral entre a CONTRATANTE envolvida, que mantém relação empregatícia com a CONTRATADA, empregadora na forma do disposto no Art. 2º da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.3.1 - Caso haja condenação da CONTRATANTE, inclusive com a responsável solidária, a CONTRATADA, reembolsar-lhe-á os valores pagos em decorrência da decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - NOVAÇÃO

14 - A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos à disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU**

Pg. Leão Dehon, 50 - Centro - CEP 89184-000 Presidente Nereu- SC

CNPJ - 83.102.699/0001-28

Fone/fax (047) 3362-1108 e 3362-1115

www.presidentenereu.sc.gov.br**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

15 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Presidente Nereu, 28 de maio de 2019.

IDEMARA VENTURA VOLTOLINI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

João Guilherme Cechelero Bento
GC FORMAÇÕES LTDA
Contratada

Testemunhas:

VALDECI JOSÉ COMANDOLI
CPF: 018.560.459-51

VALDEMAR PETRI
CPF: 025.814.679-67

RESOLUÇÃO 10/2019 - CMDCA

Publicação Nº 2139292

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

RESOLUÇÃO 10/2019 de 26 de agosto de 2019.

Dispõe sobre o processo de escolha dos candidatos que concorrerão ao processo de escolha ao cargo de conselheiros tutelares para o quadriênio 2020- 2023:

A Comissão Especial Eleitoral- CEE do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Presidente Nereu, reuniu-se na data de 26 de agosto de dois mil e dezenove, das 12h00min às 12h30, na sala de reuniões do CRAS, situada à Praça Leão Dehon – Centro, no uso de suas Competências Regimentais e Atribuições legais que lhe conferem a Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), na Resolução CONANDA n. 170/2014 e na Lei Municipal n.1.588 de 29 de março de 2019,

Resolve:

ART.1º - Conforme o Edital 01/2019 e sua Retificação 01/2019, em seu cronograma estabelece a data de 05 de setembro para a sessão de apresentação dos candidatos habilitados, com horário a partir das 18:30h na Câmara de Vereadores.

ART.2º No edital 01/2019 e sua Retificação 01/2019, do art. 8º até art. 11º encontram-se todas as orientações a respeito de conduta dos

candidatos para a realização da campanha até o dia do processo de escolha;
ART.3º Os números dos candidatos que terão nas cédulas serão em ordem alfabética

01 - ANA PAULA PRIM DA SILVA
02 - CLAUDELICE BELEGANTE
03 - ELIANE APARECIDA GILLI WEISS
04 - EMILLY CAROLINA MACEDO NUNES
05 - GREICY TAMARA HAMM
06 - RENATO MAURO RECH
07 - SANDRA TERESINHA MANNRICH

ART.4 º Segue o modelo de cédula:

CANDIDATOS/AS AO PROCESSO DE ESCOLHA AO CARGO DE CONSELHEIROS TUTELARES PARA O QUADRIÊNIO 2020- 2023:
() 01 - ANA PAULA PRIM DA SILVA
() 02 - CLAUDELICE BELEGANTE
() 03 - ELIANE APARECIDA GILLI WEISS
() 04 - EMILLY CAROLINA MACEDO NUNES
() 05 - GREICY TAMARA HAMM
() 06 - RENATO MAURO RECH
() 07 - SANDRA TERESINHA MANNRICH

ART.5º Cada eleitor PODERÁ votar EM ATÉ 05 (cinco) candidatos/as.
Observação: Caso votar em seis ou mais candidatos/as será considerado cédula anulada.

ART.6º - Esta resolução entra em vigor após sua publicação.

Presidente Nereu, 26 de agosto de 2019.
DINEIDE MEYER COMANDOLI
Presidente CMDCA e Presidente da CEE

RESULTADO DO PREGÃO Nº 09/2019 COLETA DE LIXO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (LIXO HOSPITALAR)

Publicação Nº 2138275

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 379 Ano - Minuta - Licitação: 2019 Número -
Minuta - Licitação: 9 códigoCliente: 379 anoMinuta: 2019 cotaCredenciamento: 0**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Pregão**
Para Contratação de Serviços
9/2019
Processo Administrativo: 9/2019

O senhor Isamar de Melo prefeito municipal tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela portaria nº 239/2019, decide:

Homologo

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Pregão nº. 9/2019, o(s) participante(s):

20648 - GTA GESTAO AMBIENTAL LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	COLETA DE LIXO DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE, GERADOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU, PAGO POR QUILO DE RESÍDUOS COLETADOS. COM REMOÇÃO, INCINERAÇÃO, TRATAMENTO, RECICLAGEM, SEPARAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL	KILOGRAMA		500	R\$18,50	R\$9.250,00
Total do Fornecedor:						R\$9.250,00

Presidente Nereu, 28 de agosto de 2019.

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal
CPF: 767.132.029-34

Princesa

PREFEITURA

DECRETO N. 240 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138077

DECRETO Nº 240, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA – SC, ESTABELECIDO PELO EDITAL Nº 001/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Resultado Preliminar, do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Princesa – SC, estabelecido no Edital nº 001/2019, conforme abaixo relacionado:

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
371	Angelita Maria Kraemer	08/06/1979	5,60	1,80	0,80	8,20	1º
358	William De Bona	30/12/1995	5,95	1,40	0,80	8,15	2º
180	Leandro Gomes De Lima	31/01/1988	5,25	1,40	1,00	7,65	3º
327	Daniela Corezolla Sewald	20/04/1987	4,55	1,80	0,80	7,15	4º
338	Simone Boff	18/12/1980	5,25	1,60	0,20	7,05	5º
453	Ana Flávia Dos Santos	12/03/1994	4,20	1,80	0,80	6,80	6º
340	Elisandra Rita Toffolo	14/04/1987	4,90	1,20	0,60	6,70	7º
104	Renata Catarina Grendene Dos Santos	30/01/1995	4,20	1,40	0,80	6,40	8º
289	Jones Jose Pelisser	27/05/1986	4,55	1,00	0,80	6,35	9º
323	Deise Rubert	26/05/2000	4,20	1,20	0,80	6,20	10º
188	Salete Reichert Muller	14/12/1980	3,85	1,40	0,80	6,05	11º
326	Carine Wuttke	21/01/1998	3,85	1,20	1,00	6,05	12º
276	Rosalene Maria Sasso	08/03/1984	4,20	0,80	0,80	5,80	13º
279	Alessandra Kuhn	16/05/1992	3,15	1,40	0,80	5,35	14º
403	Marlei Inês Gribler Konzen	29/06/1986	3,85	0,80	0,60	5,25	15º
496	Evandro Dos Santos Theisen	10/06/2001	2,80	1,60	0,80	5,20	16º
451	Sérgio Antonio Gheller	24/10/1967	3,15	1,20	0,80	5,15	17º
140	Luciane Liesenfeld	21/03/1998	3,85	0,80	0,40	5,05	18º
475	Jaqueline Dos Santos D´Anhaia	08/01/2000	2,80	1,40	0,80	5,00	19º
462	Neiva De Oliveira	03/08/1991	3,50	1,20	0,20	4,90	Desc.
80	Meridiana Fátima Colle	Faltante					Desc.
349	Liliane Caroline Balen	Faltante					Desc.
AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS							
Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
268	Adriano Luiz Tenroller	15/06/1999	5,25	2,00	0,60	7,85	1º
318	Edemilson Luiz Tonetti	27/07/1980	5,25	1,80	0,60	7,65	2º
244	Danieli Schneider	22/03/1994	5,60	1,20	0,60	7,40	3º
388	Érik Lucas Escher	24/02/2001	5,25	1,60	0,40	7,25	4º
283	Eduardo Severgnini	25/08/1995	5,25	1,20	0,80	7,25	5º
254	Marcos Muller	24/01/1983	5,25	1,00	0,80	7,05	6º
495	Jonas Vendruscolo	25/05/1998	4,90	1,40	0,60	6,90	7º
134	Rosana Gonçalves	06/07/1988	4,55	1,60	0,60	6,75	8º

416	Jean Rodrigo Fogiato	11/03/1988	4,90	1,20	0,40	6,50	9º
383	Jean Carlos Machado	09/09/1997	4,90	1,00	0,60	6,50	10º
350	Michael Fanton	06/05/1994	4,90	0,60	0,80	6,30	11º
382	Júnior Berwanger	20/02/1976	4,20	1,40	0,60	6,20	12º
434	Sidnei Luiz Wolfart	25/10/1984	4,55	1,00	0,60	6,15	13º
196	Gabriel Wagner	03/06/1997	4,90	0,80	0,40	6,10	14º
461	Mateus Vendruscolo	08/05/1995	4,55	1,00	0,40	5,95	15º
470	Diogo Junior De Souza Lima	20/05/1999	4,55	0,80	0,60	5,95	16º
319	Allana Thaís De Oliveira	06/08/1998	4,20	1,20	0,40	5,80	17º
426	Rafael Rodrigo Arend	31/07/1989	4,20	1,00	0,60	5,80	18º
328	Marcos Sewald	03/08/1992	3,85	1,20	0,60	5,65	19º
220	Uélinton João Da Silva	15/05/1997	3,85	1,20	0,60	5,65	20º
355	Flavio Paulo Dos Santos	07/04/1986	4,20	1,00	0,40	5,60	21º
215	Gésica Dinamara Hoesel	22/07/1992	4,20	0,80	0,40	5,40	22º
109	Valmor Maito Junior	28/09/1979	3,50	1,00	0,80	5,30	23º
477	Miguel José Philipsen	19/03/2001	3,85	0,60	0,60	5,05	24º
356	Edgar Antonio Sangalli	13/04/1997	3,85	0,60	0,40	4,85	Desc.
412	Alexander Antonio Da Silva	17/06/1982	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
379	Gilberto Leandro Hoesel	17/07/1986	2,45	0,60	0,20	3,25	Desc.
362	Narciso Luiz Sturm	Faltante					Desc.
185	Arlindo Ochôa	Faltante					Desc.
152	Luiz Ventura Da Silva	Faltante					Desc.
484	Elton Antonio Klauss	Faltante					Desc.
467	Daniel Dresch	Faltante					Desc.
123	Wiliam Cezar Dalmagro	Faltante					Desc.
442	Juliano Cavagnolli	Faltante					Desc.
377	William Luft Kalb	Faltante					Desc.
348	Cristiano Viapiana	Faltante					Desc.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
253	Marisa Cristina Almeida Arent	26/05/1994	4,20	1,40	0,60	6,20	1º
325	Renato Antonio Arnhold	30/11/1985	3,50	1,20	0,80	5,50	2º
438	Eliane Márcia Dos Santos	01/03/1989	3,85	1,00	0,60	5,45	3º
146	Silvane Ôchoa Felisberto	28/10/1996	3,15	1,60	0,60	5,35	4º
381	Jessica Fogiato	04/12/1990	3,15	1,40	0,80	5,35	5º
273	Noemi Ochoa Sewald	21/11/1978	3,50	1,20	0,60	5,30	6º
425	Tânia Regina Hofstaetter	30/07/1985	3,50	1,20	0,60	5,30	7º
335	Vantuir Marcos Mallmann	18/01/1986	3,85	0,60	0,80	5,25	8º
409	João Augusto Noll	10/03/2000	3,15	1,20	0,80	5,15	9º
347	Jéssica Lusía Noe	04/08/1997	3,50	1,00	0,60	5,10	10º
49	Soeli Ochôa De Andrade	13/02/1985	3,50	0,80	0,80	5,10	11º
48	Iliane Da Silva Klein	27/10/1983	3,85	0,60	0,40	4,85	Desc.
407	Paula Roberta Araujo De Moura	16/07/1988	2,45	1,40	1,00	4,85	Desc.
11	Marivane Collett	06/06/1991	2,80	1,20	0,60	4,60	Desc.
225	Juliana Frank Noll	22/12/1990	3,15	0,60	0,80	4,55	Desc.
230	Giovane Dickel Banfi	03/03/1999	2,80	1,00	0,60	4,40	Desc.
285	Marinalva De Moraes	24/06/1997	2,10	1,60	0,60	4,30	Desc.

19	Márcia Wagner	04/08/1985	2,45	1,20	0,60	4,25	Desc.
406	Ana Paula Klaus	07/03/2001	2,45	1,20	0,60	4,25	Desc.
256	Juniomar Jose Da Rosa	21/06/1981	2,10	1,20	0,60	3,90	Desc.
391	Cristiane Werlang Rauber	22/03/1986	2,80	0,80	0,20	3,80	Desc.
271	Raquel Vintancourt Rubert	21/09/1991	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
314	Simone Deon Banfi	20/02/1983	2,10	1,00	0,40	3,50	Desc.
448	Marlete Bueno	28/06/1987	2,45	0,60	0,40	3,45	Desc.
6	Setembrino Felisberto	13/09/1971	2,45	0,40	0,40	3,25	Desc.
336	Clenir De Souza	18/02/1989	1,40	1,00	0,60	3,00	Desc.
449	Elias Da Silva	28/01/1983	2,10	0,60	0,20	2,90	Desc.
16	Fabiano Da Silva Dias	18/11/1989	1,75	0,60	0,40	2,75	Desc.
248	Debora Sandri Da Silva	Faltante					Desc.

ENFERMEIRO DE SAÚDE PÚBLICA

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
476	Letícia Fátima Zangalli	01/05/1992	4,20	1,80	0,80	6,80	1º
39	Vanilla Eloa Franceschi	02/07/1994	4,55	1,40	0,80	6,75	2º
365	Simone Orth	27/05/1994	4,20	1,60	0,80	6,60	3º
204	Patricia Tatiane Kuttner	02/03/1990	4,20	1,40	1,00	6,60	4º
120	Cladiane Dos Santos	16/12/1987	4,55	1,20	0,80	6,55	5º
176	Francieli Luana Nielsson	11/07/1996	4,90	1,00	0,60	6,50	6º
224	Marli Lazarotto	11/03/1977	4,90	1,00	0,40	6,30	7º
102	Juliana Zanin	27/11/1983	4,20	1,60	0,40	6,20	8º
179	Andreia Cristina Epping De Lima	21/01/1992	4,20	1,40	0,60	6,20	9º
257	Katiuscia Werlang	06/01/1991	3,85	1,60	0,40	5,85	10º
24	Ana Carla Carvalho Dos Santos Krupp	24/05/1990	4,20	1,20	0,40	5,80	11º
154	Thainá Monção Gasperin	22/07/1996	3,50	1,40	0,80	5,70	12º
13	Diana Patrícia Mallmann	18/07/1991	3,50	1,20	1,00	5,70	13º
443	Andressa Martins Franco Da Silva	29/09/1998	3,85	1,40	0,40	5,65	14º
33	Greisi Carla Gromann	26/05/1986	4,20	1,00	0,40	5,60	15º
143	Bruna Anzolin	12/05/1990	3,50	1,60	0,40	5,50	16º
223	Patricia Jacoski Gaspari	11/09/1988	3,50	1,40	0,60	5,50	17º
60	Taissana Dezanetti	03/05/1991	3,85	1,40	0,20	5,45	18º
367	Luciana Gomes Pires	27/07/1986	3,15	1,60	0,60	5,35	19º
304	Emanuelly Luize Martins	14/03/1997	3,85	1,00	0,40	5,25	20º
91	Patricia Campana	30/01/1991	3,15	1,40	0,40	4,95	Desc.
195	Diana Fatima De Brazil	20/08/1992	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.
191	Charline Wartha Schuster	22/11/1988	3,50	0,80	0,40	4,70	Desc.
249	Adriane Girelli Berwanger	13/01/1981	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
405	Marcia Andrieli De Lima Lunkes	18/12/1996	3,15	1,00	0,40	4,55	Desc.
52	Joana Balbinot	03/10/1987	2,45	1,40	0,60	4,45	Desc.
322	Priscila Piroca Dalla Costa	20/07/1988	2,45	1,20	0,60	4,25	Desc.
240	Fabiane Soldi	06/04/1993	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.
70	Lidiane Klement	08/03/1991	3,15	0,60	0,20	3,95	Desc.
164	Carla Denise Sturm	26/04/1991	2,80	0,80	0,20	3,80	Desc.
28	Jaqueline Monize Ceconi	24/09/1995	2,80	0,80	0,20	3,80	Desc.
200	Eduarda Banhara Bortolotto	16/04/1998	2,45	0,80	0,40	3,65	Desc.
31	Danielly Ferrari Dos Santos	17/09/1992	2,10	1,20	0,20	3,50	Desc.

111	Silvana Brandt	Faltante					Desc.
59	Elisete Teresinha De Moura	Faltante					Desc.
396	Carla Regina Basso	Faltante					Desc.
455	Lediane Nicloti Ludwig	Faltante					Desc.

ENGENHEIRO CIVIL

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
163	Rodrigo Andrei Gaidxinski	08/11/1991	5,95	1,80	1,00	8,75	1º
264	Caroline Scheffer	09/06/1994	5,95	1,80	1,00	8,75	2º
303	Daniel Wilk Junior	06/10/1989	6,30	1,60	0,80	8,70	3º
374	Ismael Brustolin	19/02/1993	5,60	2,00	0,60	8,20	4º
258	Leocir Nardi	17/05/1983	5,60	1,80	0,80	8,20	5º
457	Olivio Soares Junior	06/03/1991	5,60	1,80	0,80	8,20	6º
142	Eduarda Spironello	23/06/1995	5,60	1,80	0,80	8,20	7º
183	Cleiton Gasperin	15/03/1994	5,60	1,60	1,00	8,20	8º
346	Sabrina Caroline Arenhart Frare	31/03/1997	5,60	1,80	0,60	8,00	9º
96	Sabrina Dal Magro Zaffonato	21/01/1991	5,60	1,40	0,80	7,80	10º
287	Maico Aléx Gambatto	20/08/1990	5,60	1,20	1,00	7,80	11º
67	Eduardo Battaglin	02/12/1985	5,60	1,20	0,80	7,60	12º
107	Angelica Maria Andreolla	23/01/1995	6,30	0,60	0,60	7,50	13º
432	Cleiton Schmidt	04/10/1995	5,25	1,60	0,60	7,45	14º
333	Wesley Alessandro Kovaleski	05/02/1996	5,25	1,60	0,60	7,45	15º
83	Alessandra Kavalek Peretto	01/02/1995	4,90	1,80	0,60	7,30	16º
445	Mickael Andrey Herbert	05/10/1995	4,90	1,60	0,80	7,30	17º
300	Rodrigo Alencar Boll	30/11/1996	5,25	1,40	0,60	7,25	18º
66	Anderson Kieling	15/10/1995	4,55	1,80	0,80	7,15	19º
408	Vitor Madureira Novo	04/04/1987	4,90	1,60	0,60	7,10	20º
456	Vitor Afonso Battaglin	21/11/1994	4,55	1,80	0,60	6,95	21º
277	Isabela Caroline Gagliotto Galvan	01/11/1994	4,20	1,40	1,00	6,60	22º
95	Fernando Pelisser	20/05/1995	4,55	1,40	0,60	6,55	23º
423	Graziely Fritzen	23/07/1996	4,55	1,40	0,60	6,55	24º
364	Mateus Wilian Aosani	25/07/1996	4,55	1,20	0,80	6,55	25º
246	Poliana Venturini Della Flora	20/12/1994	3,85	1,60	0,80	6,25	26º
29	Pâmela Angélica Cantarelli	10/11/1993	4,20	1,60	0,40	6,20	27º
252	Patrik Krzyzaniak	20/02/1995	4,20	1,40	0,60	6,20	28º
4	Carolina Gass	03/10/1991	4,20	1,60	0,20	6,00	29º
56	Andressa Flach F-hr	08/02/1996	4,20	1,20	0,60	6,00	30º
82	Fernando Jeferson Moehlecke	02/05/1997	4,20	1,00	0,80	6,00	31º
260	Alessandra Maria Tiburski	28/05/1995	3,50	1,80	0,60	5,90	32º
158	Guilherme Rigotti	15/07/1996	3,50	1,40	1,00	5,90	33º
308	Társis Da Silva Krause	27/12/1996	3,85	1,20	0,80	5,85	34º
402	Marilize Heberle	18/03/1994	3,85	1,20	0,60	5,65	35º
212	Bruna Daniela Bruggemann Borck	09/09/1991	4,20	1,00	0,40	5,60	36º
341	Raquel Amanda Schoffen	05/06/1996	3,50	1,60	0,40	5,50	37º
194	Alan Zanella	08/04/1993	4,20	0,80	0,40	5,40	38º
149	Adelar Zimmer Filho	20/08/1980	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
44	Vinicius Dalla Lana	28/04/1993	2,80	1,40	0,60	4,80	Desc.
201	Ana Paula Grando	24/06/1997	3,15	1,20	0,40	4,75	Desc.

259	Luis Henrique Nardino	21/01/1993	2,80	1,60	0,20	4,60	Desc.
468	Marcelo Jose Righes	06/04/1996	3,15	0,80	0,60	4,55	Desc.
479	Fernando Henrique Riffel	30/08/1994	2,45	1,20	0,80	4,45	Desc.
471	Marina Philipsen	30/12/1996	2,80	1,00	0,60	4,40	Desc.
395	Bruno Deotti	16/08/1993	2,80	1,00	0,40	4,20	Desc.
229	Matheus Henrique Mattuella	02/01/1994	2,80	0,80	0,60	4,20	Desc.
210	Djonatan Kober	05/03/1993	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.
376	Flavio Damin	Faltante					Desc.
214	Giovana Pelisser	Faltante					Desc.
274	Lucas Zanatta	Faltante					Desc.
86	Maria Luiza Bergamini	Faltante					Desc.
478	Wagner Roberto Nechel	Faltante					Desc.
378	Samuel Stefanello	Faltante					Desc.
46	Morgana De Giacometi	Faltante					Desc.
411	Jean Felipe Leite	Faltante					Desc.
440	Mateus Priori	Faltante					Desc.

FONOAUDIÓLOGO

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
76	Silmara Laiza Britz	12/11/1999	1,40	0,80	0,40	2,60	Desc.
486	Ludimilson Donadelli Prudenciano Do Carmo	07/07/1991	1,75	0,60	0,00	2,35	Desc.

MONITOR DE CRECHE

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
219	Iohana Eloise Weiss	03/01/1997	6,30	1,60	0,60	8,50	1º
26	Ana Carolina Righi	31/12/2000	6,30	1,60	0,60	8,50	2º
393	Maria Carolina Araujo Johnner	08/05/1994	6,65	1,40	0,40	8,45	3º
93	Hérica Todescatto Wagner	20/01/1996	5,95	1,20	1,00	8,15	4º
472	Edeli Dittrich Bolgenhagen	30/05/1984	6,30	1,20	0,60	8,10	5º
458	Cristiane Maria Finger	15/03/1997	6,30	1,20	0,60	8,10	6º
262	Catiane Piccoli	30/11/1989	5,60	1,60	0,80	8,00	7º
480	Joceli Zanetti	02/07/1975	5,95	1,40	0,60	7,95	8º
147	Yeligel Laris Delevatti	19/11/1991	5,95	1,20	0,80	7,95	9º
110	Jieza Carla Rauber Rosa	02/02/1984	6,30	1,00	0,60	7,90	10º
330	Beatriz Graetzler	15/11/1992	6,30	0,80	0,80	7,90	11º
211	Estefani Araceli Zanini	03/02/1996	5,95	1,20	0,60	7,75	12º
375	Leila Britsche	23/03/1979	5,25	1,60	0,80	7,65	13º
192	Claudiane Pauli	25/03/1990	5,60	1,40	0,60	7,60	14º
118	Luiza Helena Kuhn	14/02/1999	5,95	1,20	0,40	7,55	15º
148	Emanuelle Thaís Boniatti	29/07/1997	5,95	1,00	0,60	7,55	16º
122	Daiani Foretti	23/05/1991	6,30	0,80	0,40	7,50	17º
422	Elisângela Schneider	29/08/1986	5,60	1,20	0,60	7,40	18º
199	Adrielli Alexandre De Lima	18/06/1999	5,95	0,60	0,80	7,35	19º
466	Eliane Ana Spironello Foppa	07/05/1976	5,25	1,20	0,80	7,25	20º
372	Josi Trevisol	07/02/1982	5,60	1,20	0,40	7,20	21º
9	Ester Veronilda Nardes	08/10/1999	5,60	1,20	0,40	7,20	22º
197	Eliane Da Silva Alexandre	26/06/1980	5,60	1,00	0,60	7,20	23º

47	Leomara Furquim	14/11/1995	5,60	1,00	0,60	7,20	24º
10	Kátia Sirlene Kuhn Dallo	10/03/1981	5,25	1,20	0,60	7,05	25º
27	Ana Paula Gonçalves De Lima	04/09/1996	5,25	1,20	0,60	7,05	26º
491	Jaine Paula Schneider	01/10/1997	4,90	1,60	0,40	6,90	27º
352	Luciane Sbardelotto	01/05/1990	5,25	1,20	0,40	6,85	28º
78	Karline Elizabete Back	25/05/1984	5,25	1,00	0,60	6,85	29º
227	Juliana Barbosa Kipper	13/10/1993	5,25	1,00	0,60	6,85	30º
63	Roberta Nós	02/08/2000	5,25	1,00	0,60	6,85	31º
14	Tainara Zacarias	29/08/1997	5,25	0,80	0,80	6,85	32º
439	Edimara Aline Kroetz	27/01/1990	4,90	1,20	0,60	6,70	33º
410	Carolina Schneider	22/04/1995	4,90	1,20	0,60	6,70	34º
419	Rita De Fátima Rasche	06/11/1988	5,25	1,00	0,40	6,65	35º
55	Patrícia Steffen	09/11/1999	5,25	1,00	0,40	6,65	36º
420	Daniela Lucia Spironello Santolin	30/05/1991	5,25	0,80	0,60	6,65	37º
72	Sandra Zanotelli Martinelli	13/06/1977	4,90	1,20	0,40	6,50	38º
329	Cristiane Knob	10/10/1994	4,90	1,00	0,60	6,50	39º
343	Edineia Ribeiro	02/02/1997	4,90	1,00	0,60	6,50	40º
94	Josiane Maiara Guth	26/10/1999	4,90	1,00	0,60	6,50	41º
465	Lisete Bueno	26/04/1991	4,90	0,80	0,80	6,50	42º
414	Danielajohner Fogiato	01/09/1986	4,55	1,40	0,40	6,35	43º
459	Diane Cristina Spironello	10/05/1988	4,55	1,20	0,60	6,35	44º
280	Deisi Gralow	25/03/1988	4,90	1,00	0,40	6,30	45º
344	Veronice Fanton Pereira	16/05/1997	4,90	1,00	0,40	6,30	46º
489	Jocelia Aozani	30/06/1984	4,90	0,80	0,60	6,30	47º
15	Edione Girardi	12/06/1984	4,90	0,60	0,80	6,30	48º
292	Alini Da Silva	26/05/1988	4,55	1,20	0,40	6,15	49º
101	Karina Aparecida Kieling	30/10/1995	4,55	1,20	0,40	6,15	50º
417	Patrícia Fabiana Urbanski	10/06/1995	4,55	1,00	0,60	6,15	51º
2	Natan Luiz Reck	14/03/2000	4,90	0,60	0,60	6,10	52º
430	Rosane Dos Santos	30/09/1991	4,20	1,20	0,60	6,00	53º
250	Natália Adams	22/01/1998	4,55	1,00	0,40	5,95	54º
217	Dayse Carla Justen	12/03/1999	4,55	1,00	0,40	5,95	55º
261	Denise Tonial	21/10/1993	4,55	0,80	0,60	5,95	56º
492	Marciane Bitsch	14/07/1995	4,55	0,80	0,60	5,95	57º
235	Irenete Bedin	14/09/1985	4,90	0,60	0,40	5,90	58º
307	Liziane Fátima Pellenz	21/05/1998	4,90	0,40	0,60	5,90	59º
278	Alessandra Carol Markus	27/11/1997	4,20	1,20	0,40	5,80	60º
43	Débora Da Rosa Dias	10/12/1998	4,20	0,80	0,80	5,80	61º
298	Deise Aline Pozza	18/09/1989	4,55	0,80	0,40	5,75	62º
400	Angela Faller Vaes	12/04/1990	4,55	0,80	0,40	5,75	63º
469	Carina Bonfante	04/02/1998	4,55	0,60	0,60	5,75	64º
386	Rozeli Pinheiro Wronski	15/10/1988	4,90	0,60	0,20	5,70	65º
373	Daniela Aparecida De Lara	20/08/2000	4,20	1,00	0,40	5,60	66º
437	Andrea Graziela Dalla Costa	29/01/1989	4,20	0,80	0,60	5,60	67º
301	Aline Mallmann	07/02/1994	4,20	0,80	0,60	5,60	68º
74	Juliana Wartha	20/08/1997	4,20	0,80	0,60	5,60	69º
370	Aglimoni Alessio	26/11/1986	4,55	0,60	0,40	5,55	70º
431	Aline Andreia Spironello	25/08/1989	4,55	0,60	0,40	5,55	71º

446	Diane Roseli Sprandel	04/05/1979	4,90	0,60	0,00	5,50	72º
231	Mara Regina Budtinger	27/10/1985	3,85	1,20	0,40	5,45	73º
160	Aline Lorenzon Brixner	01/05/1998	3,85	1,20	0,40	5,45	74º
132	Patricia Carolina Mantovani	12/01/1995	3,85	1,00	0,60	5,45	75º
236	Angelica Nos	26/06/1992	4,20	0,80	0,40	5,40	76º
165	Loiva De Moraes	13/09/1982	3,50	1,40	0,40	5,30	77º
263	Ana Carolina Bolgenhagen	05/04/2002	3,85	1,20	0,20	5,25	78º
38	Luana Dallo	18/09/2001	3,15	1,40	0,60	5,15	79º
178	Cláudia Bragagnolo	17/07/2000	3,50	1,40	0,20	5,10	80º
380	Daniela Knob	10/06/2001	3,50	1,00	0,60	5,10	81º
61	Fernanda Raquel Schneider	03/11/1998	3,85	1,20	0,00	5,05	82º
245	Janete Schwerz Kober	18/07/1972	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.
427	Ivanete Bolgenhagen	03/12/1980	3,85	0,80	0,20	4,85	Desc.
36	Cristieli Karla Lauxen	03/12/1994	2,80	1,20	0,60	4,60	Desc.
187	Adriel Luís Backes	13/09/2001	3,15	0,80	0,40	4,35	Desc.
23	Sandra Pinheiro Klaus	07/08/1983	3,15	0,20	0,40	3,75	Desc.
232	Daiana Paula Wisniewski Baseggio	Faltante					Desc.
482	Mayene Granado Da Silva	Faltante					Desc.
184	Evelyn Gnoatto Machado	Faltante					Desc.
485	Rosana Marcia Reichert	Faltante					Desc.
22	Ana Paula Webler	Faltante					Desc.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
464	Karen Zanetti Bizotto	14/10/1995	6,65	1,20	0,40	8,25	1º
206	Lainara Patel	14/01/1997	5,95	1,20	0,80	7,95	2º
353	Acídio Pecos Valduga	17/07/1987	6,30	1,40	0,20	7,90	3º
295	Fábio Alex Rost	15/12/1993	6,30	1,00	0,60	7,90	4º
35	Elizandra Fontana	18/07/1996	5,95	1,00	0,40	7,35	5º
311	Geovane Staudt	21/04/1989	5,25	1,40	0,40	7,05	6º
366	Guilherme Smaniotto Toigo	13/10/1997	4,55	1,40	0,80	6,75	7º
360	Volmar Vanini	07/09/1974	5,25	0,60	0,80	6,65	8º
234	Ana Jucely De Souza	05/05/1981	5,25	0,60	0,60	6,45	9º
363	Sibeli Vettorazzi	11/03/1995	4,55	0,80	0,40	5,75	10º
421	Lucimr Isoton	Faltante					Desc.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
435	Karla Teresinha Mayer	03/10/1983	4,20	1,20	0,40	5,80	1º
50	Rodrigo Jaco Specht	22/04/1991	3,50	1,40	0,60	5,50	2º
37	Marcos Paulo Da Silva	30/04/1991	3,15	1,40	0,80	5,35	3º
209	Adriana Pelisser	09/07/1989	3,50	1,20	0,40	5,10	4º
20	Giziele Klaus	04/08/1996	3,50	1,00	0,40	4,90	Desc.
357	Andreia Fabiane Simsem Rech	20/08/1982	3,50	0,80	0,60	4,90	Desc.
429	Adriana Koch	11/04/1978	3,50	0,80	0,40	4,70	Desc.
121	Adriane Carla Donel	01/06/1996	3,50	0,80	0,20	4,50	Desc.
193	Simone Prates Dos Santos	11/10/1986	2,80	1,20	0,20	4,20	Desc.
79	Rayane Faustino Faria	01/08/1992	2,80	0,80	0,40	4,00	Desc.

218	Fabiana Delevatti	27/09/1982	1,75	0,80	0,60	3,15	Desc.
237	Solange Pinto Dos Santos	Faltante					Desc.

AGENTE DE APOIO OPERACIONAL (CNH CATEGORIA D)

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	PP	Total	Class.
226	Vantuir Da Silva Both	05/11/1981	1,40	0,28	0,24	4,35	6,27	1º
115	Jeferson Wagner	21/11/1991	1,80	0,35	0,18	3,90	6,23	2º
309	Jandrei Da Rosa	12/01/1991	1,50	0,35	0,12	4,20	6,17	3º
241	Darci José Wagner	01/06/1975	1,90	0,42	0,24	2,20	4,76	Desc.
483	Dionadas Schneider	11/03/1993	2,00	0,49	0,12	2,10	4,71	Desc.
493	Jocimar Gottardi	14/06/1986	2,00	0,28	0,12	2,20	4,60	Desc.
155	Marcos Vinícius Dos Santos	17/03/1985	1,90	0,56	0,24	1,80	4,50	Desc.
368	Jonas Da Rosa	20/01/1990	1,40	0,28	0,12	2,00	3,80	Desc.
398	Valtemir Wronski	30/11/1982	1,80	0,21	0,24	0,00	2,25	Desc.
255	Vinicius Spironello	21/05/1998	1,50	0,42	0,24	0,00	2,16	Desc.
198	Giovani Banfi	20/12/1985	1,40	0,35	0,06	0,00	1,81	Desc.
339	Alexandre Carlos Noe	20/07/1992	1,30	0,35	0,12	0,00	1,77	Desc.
316	Marcio Berwanger	03/05/1982	1,30	0,21	0,18	0,00	1,69	Desc.
151	Juliomar Zarpelon	Faltante						Desc.
397	Edemar Da Silva	Faltante						Desc.
473	Diogo Liesenfeld	Faltante						Desc.
354	Gilnei Ville	Faltante						Desc.
424	Michel Odenir Strack	Faltante						Desc.

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS (CNH CATEGORIA D)

Insc.	Nome candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	PP	Total	Class.
243	Giovani Luiz Sasso	22/06/1988	1,70	0,49	0,24	4,10	6,53	1º
53	Éderson Collett	13/01/1985	1,60	0,28	0,30	4,00	6,18	2º
390	Gilmar Dickel Banfi	14/07/1989	1,70	0,35	0,18	3,80	6,03	3º
247	Junior Cristiano Furtim	14/05/1989	1,50	0,21	0,18	3,90	5,79	4º
415	Paulo André Loch	21/11/1976	1,40	0,35	0,12	3,80	5,67	5º
418	Marcelino Fernando Schneider	27/01/1990	1,50	0,28	0,18	3,70	5,66	6º
452	Alexandro Junior Copatti	16/06/1982	1,40	0,28	0,06	3,90	5,64	7º
302	Daniel Do Nascimento	26/08/1983	0,90	0,35	0,18	0,00	1,43	Desc.
69	Rafael Rovedder Gonçalves	Faltante						Desc.

Art. 2º Conforme disposto em edital, para os cargos de Agente de Combate a Endemias, Agente Operacional de Serviço, Fonoaudiólogo, Enfermeiro de Saúde Pública, Engenheiro Civil, Técnico em Enfermagem, Professor de Educação Física, Auxiliar de Serviços Gerais e Monitor de Creche, são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima de 5,00 (cinco), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais).

Art. 3º Para os cargos de Agente de Apoio Operacional (CNH Categoria D) e Operador de Equipamentos (CNH Categoria D) somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram nota mínima de 1,00 (um) ponto no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três) pontos no total da soma da Prova Prática, consoante disposição em edital.

Art. 4º Os candidatos terão os dias 29 e 30.08.2019 para interpor recurso, somente em face da correção dos cartões de resposta, pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 5º Os desempates estão de acordo com o Item 8 do Edital.

Art. 6º O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Princesa - SC, 28 de Agosto de 2019.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 241, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138700

DECRETO Nº. 241, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 970, de 14 de Novembro de 2018, no valor de R\$ 51.728,95 (Cinquenta e um mil, setecentos e vinte e oito reais e noventa e cinco centavos), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.365.0008.1.008 – Construção, Ampliação e Conservação da Rede Física do Ensino Infantil

MODALIDADE:	(212) 4.4.90.00.0.3.0001.0000-	Aplicações Diretas	R\$	51.728,95
FONTE DE RECURSO: 03.0001 – Recurso Próprios Educação				
TOTAL			R\$	51.728,95

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 51.728,95 (Cinquenta e um mil, setecentos e vinte e oito reais e noventa e cinco centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2018 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, na fonte de recurso acima citada.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Princesa - SC, 28 de Agosto de 2019.
Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti
Contadora
CRC/SC 026787/O-2

EXTRATO CONTRATO 35.2019 E 36.2019 - SEGURANÇAS FESTIVIDADES (JOHN E VIGISOL)

Publicação Nº 2139028

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 35/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA Contratada...: JOHN RR SEGURANÇA LTDA - ME

Valor : 3.610,00 (três mil seiscentos e dez reais)

Vigência : Início: 02/09/2019 Término: 02/11/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 33/2019

Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (123) Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de segurança, para as festividades oficiais do XXIV aniversário do Município de Princesa, a realizar-se no mês de Setembro de 2019.

(JANTAR ITALIANO e BAILE KERBFEST)

Princesa, 28 de Agosto de 2019

Contrato Nº.: 36/2019

Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada...: VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI

Valor : 2.970,00 (dois mil novecentos e setenta reais)

Vigência : Início: 02/09/2019 Término: 02/11/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 34/2019 Recursos : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00.00 (123) Objeto : Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de segurança, para as festividades oficiais do XXIV aniversário

do Município de Princesa, a realizar-se no mês de Setembro de 2019.
(DOMINGO KERBFEST e COSTELÃO)
Princesa, 28 de Agosto de 2019

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 112.2019, DL 33.2019 - SEGURANÇAS (JOHN)

Publicação Nº 2138829

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/19
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/19
HOMOLOGAÇÃO: 28/08/19
CONTRATADO: JOHN RR SEGURANÇA LTDA - ME
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de segurança, para as festividades oficiais do XXIV aniversário do Município de Princesa, a realizar-se no mês de Setembro de 2019. (JANTAR ITALIANO e BAILE KERB)
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.610,00 (três mil seiscentos e dez reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 28/08/19 - EDILSON MIGUEL VOLKWEIS - Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 113.2019, DL 34.2019 - SEGURANÇAS (VIGISOL)

Publicação Nº 2138947

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/19
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/19
HOMOLOGAÇÃO: 28/08/19
CONTRATADO: VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de segurança, para as festividades oficiais do XXIV aniversário do Município de Princesa, a realizar-se no mês de Setembro de 2019.
(DOMINGO KERBFEST e COSTELÃO)
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.970,00 (dois mil novecentos e setenta reais)
FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.
DATA: 28/08/19 - EDILSON MIGUEL VOLKWEIS - Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 112.2019-PM - DISPENSA 33.2019 - SEGURANÇAS (JANTAR ITALIANO E BAILE KERB)

Publicação Nº 2138803

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.
PROCESSO LICITATÓRIO N. 112/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 33/2019-PM

OBJETO
Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de segurança, para as festividades oficiais do XXIV aniversário do Município de Princesa, a realizar-se no mês de Setembro de 2019. (JANTAR ITALIANO e BAILE KERBFEST)

JUSTIFICATIVA
A contratação de equipe de segurança se faz necessária para o Jantar Italiano, evento que será realizado no dia 28 de Setembro de 2019 na Linha Pinheirinho, e para o evento "Baile da Kerbfest", que será realizado no dia 21 de setembro de 2019 na Linha Vista Alegre, ambos fazem parte das atividades em comemoração ao XXIV aniversário do Município, garantindo assim, a boa ordem e segurança aos visitantes/participantes nas festividades, conforme disposto na Lei Municipal 884/2017.

Princesa, 28 de agosto de 2019.

Milton Mustifaga Secretário de Educação e Cultura	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Sabrina Bonfante Membro
----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 112/2019-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 33/2019-PM

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para fundamentar e justificar o presente pedido de dispensa de licitação é possível basear-se no disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/93 que dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Princesa, 28 de agosto de 2019.

Milton Mustifaga Secretário de Educação e Cultura	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Sabrina Bonfante Membro
----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 112/2019-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 33/2019-PM

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Identificada a necessidade pela Secretaria requerente, buscou-se no mercado por empresas que atuassem em área compatível. Dessa forma, encontrou-se a empresa JOHN RR SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ 14.356.881/0001-92, com sede na Avenida Catarina Seger, nº 491, centro, Palma Sola/SC.

Com relação aos preços, efetuou-se pesquisa de mercado com 3 (três) empresas distintas, sendo que o fornecedor contratado apresentou o menor valor para os eventos relacionados, conforme orçamentos e Mapa Comparativo de Preços em anexo.

Os serviços deverão ser executados conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Unidade*	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Equipe de seguranças composta por 04 vigilantes para o evento "Jantar Italiano" a ser realizado no dia 28 de setembro de 2019, na comunidade de Linha Pinheirinho no período das 20h00min às 03h00 min.	Un	01	760,00	760,00
02	Equipe de seguranças composta por 15 vigilantes, sendo 03 desses para a segurança do ambiente externo, estacionamento para o evento "Baile da KerbFest" a ser realizado no dia 21 de setembro de 2019, na comunidade de Linha Vista Alegre pelo período das 22h00min às 05h00min.	Un	01	2.850,00	2.850,00
TOTAL (R\$)					3.610,00

Os serviços deverão ser prestados nos locais, datas e horários estabelecidos para cada evento. Havendo transferência de local, data e/ou horário de qualquer dos eventos, a contratada deverá prestar os serviços no novo local, data e/ou horário estabelecido, sem qualquer custo à Administração.

A contratada deverá disponibilizar, além da equipe de vigilantes, todos os equipamentos necessários para a perfeita execução do serviço bem como disponibilizar as equipes de vigilantes, no mínimo, nos horários descritos em cada item do edital.

A contratada responderá objetivamente pelos danos causados pelos seus empregados ou prepostos a qualquer título, aos bens da contratante ou de terceiros, devendo zelar pela integridade física dos participantes do evento, fazendo as intervenções necessárias dentro do que permite a Legislação.

Caberá ao fornecedor escolhido fornecer aos profissionais integrantes da equipe de segurança/vigilância equipamentos tais como rádios comunicadores, equipamentos de proteção e segurança individual e demais equipamentos inerentes à atividade desempenhada.

O Município de Princesa se reserva o direito de solicitar, a qualquer tempo, comprovante de qualificação técnica dos profissionais integrantes da equipe de segurança/vigilância (cópia autenticada do certificado de curso de formação de vigilante dentro do prazo de validade), estando sujeita a substituição do mesmo se comprovada à arbitrariedade na prestação dos serviços.

A empresa vencedora seguirá o cronograma programático permanecendo todos os profissionais integrantes da equipe contratada dentro das intermediações do evento de acordo com os horários e dias determinados, de acordo com a necessidade de cada evento individualmente. Para custear as despesas desta dispensa de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 28 de agosto de 2019.

Milton Mustifaga Secretário de Educação e Cultura	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Sabrina Bonfante Membro
----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 112/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 33/2019-PM

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, a contratação da empresa JOHN RR SEGU-RANÇA LTDA ME, CNPJ 14.356.881/0001-92, com sede na Avenida Catarina Seger, nº 491, centro, Palma Sola/SC.

Os serviços deverão ser executados conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Unidade*	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Equipe de seguranças composta por 04 vigilantes para o evento "Jantar Italiano" a ser realizado no dia 28 de setembro de 2019, na comunidade de Linha Pinheirinho no período das 20h00min às 03h00 min.	Un	01	760,00	760,00
02	Equipe de seguranças composta por 15 vigilantes, sendo 03 desses para a segurança do ambiente externo, estacionamento para o evento "Baile da KerbFest" a ser realizado no dia 21 de setembro de 2019, na comunidade de Linha Vista Alegre pelo período das 22h00min às 05h00min.	Un	01	2.850,00	2.850,00
TOTAL (R\$)					3.610,00

Para custear as despesas desta dispensa de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 28 de agosto de 2019.

Milton Mustifaga Secretário de Educação e Cultura	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Sabrina Bonfante Membro
----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 112/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 33/2019-PM

RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso V, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 112/2019-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 33/2019-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 28 de agosto de 2019.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal de Princesa		
---	--	--

PROCESSO LICITATÓRIO 113.2019-PM - DISPENSA 34.2019 - SEGURANÇAS (DOMINGO KERBFEST E COSTELÃO)

Publicação Nº 2138943

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 113/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 34/2019-PM

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de segurança, para as festividades oficiais do XXIV aniversário do Município de Princesa, a realizar-se no mês de Setembro de 2019. (DOMINGO KERBFEST e COSTELÃO)

JUSTIFICATIVA

A contratação das equipes de segurança se faz necessária para o evento "Costelão", que será realizado no dia 15 de Setembro de 2019 na Linha Progresso, e para evento "Kerbfest", que será realizado no dia 22 de setembro de 2019 na Linha Vista Alegre, ambos fazem parte das atividades em comemoração ao XXIV aniversário do Município, garantindo assim a boa ordem e segurança aos visitantes/participantes nas festividades, conforme disposto na Lei Municipal 884/2017.

Princesa, 28 de agosto de 2019.

Milton Mustifaga Secretário de Educação e Cultura	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Sabrina Bonfante Membro
----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 113/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 34/2019-PM

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para fundamentar e justificar o presente pedido de dispensa de licitação é possível basear-se no disposto no art. 24, II, da Lei 8.666/93 que dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Princesa, 28 de agosto de 2019.

Milton Mustifaga Secretário de Educação e Cultura	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Sabrina Bonfante Membro
----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 113/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 34/2019-PM

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Identificada a necessidade pela Secretaria requerente, buscou-se no mercado por empresas que atuassem em área compatível. Dessa forma, encontrou-se a empresa VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ 79.929.774/0001-51, Rua Professor Felício Fuzinato, nº 193, Joinville/SC.

Com relação aos preços, efetuou-se pesquisa de mercado com 3 (três) empresas distintas, sendo que o fornecedor contratado apresentou o menor valor para os eventos relacionados, conforme orçamentos e Mapa Comparativo de Preços em anexo.

Os serviços deverão ser executados conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Unidade*	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Equipe de seguranças composta por 08 vigilantes para o evento "KerbFest" a ser realizado no dia 22 de setembro de 2019, na comunidade de Linha Vista Alegre pelo período de 13h00min as 18h30min.	Un	01	1.320,00	1.320,00
02	Equipe de seguranças composta por 10 vigilantes para o evento "Costelão", a ser realizado no dia 15 de setembro de 2017, na comunidade de Linha Progresso pelo período das 13h00min as 18h30 min	Un	01	1.650,00	1.650,00
TOTAL (R\$)					2.970,00

Os serviços deverão ser prestados nos locais, datas e horários estabelecidos para cada evento. Havendo transferência de local, data e/ou horário de qualquer dos eventos, a contratada deverá prestar os serviços no novo local, data e/ou horário estabelecido, sem qualquer custo à Administração.

A contratada deverá disponibilizar, além da equipe de vigilantes, todos os equipamentos necessários para a perfeita execução do serviço bem como disponibilizar as equipes de vigilantes, no mínimo, nos horários descritos em cada item do edital.

A contratada responderá objetivamente pelos danos causados pelos seus empregados ou prepostos a qualquer título, aos bens da contratante ou de terceiros, devendo zelar pela integridade física dos participantes do evento, fazendo as intervenções necessárias dentro do que permite a Legislação.

Caberá ao fornecedor escolhido fornecer aos profissionais integrantes da equipe de segurança/vigilância equipamentos tais como rádios comunicadores, equipamentos de proteção e segurança individual e demais equipamentos inerentes à atividade desempenhada.

O Município de Princesa se reserva o direito de solicitar, a qualquer tempo, comprovante de qualificação técnica dos profissionais integrantes da equipe de segurança/vigilância (cópia autenticada do certificado de curso de formação de vigilante dentro do prazo de validade), estando sujeita a substituição do mesmo se comprovada à arbitrariedade na prestação dos serviços.

A empresa vencedora seguirá o cronograma programático permanecendo todos os profissionais integrantes da equipe contratada dentro das intermediações do evento de acordo com os horários e dias determinados, de acordo com a necessidade de cada evento individualmente. Para custear as despesas desta dispensa de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 28 de agosto de 2019.

Milton Mustifaga Secretário de Educação e Cultura	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Sabrina Bonfante Membro
----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 113/2019-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 34/2019-PM

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, a contratação da empresa VIGISOL VIGILANCIA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ 79.929.774/0001-51, Rua Professor Felício Fuzinato, nº 193, Joinville/SC.

Os serviços deverão ser executados conforme abaixo discriminado:

Item	Especificação	Unidade*	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Equipe de seguranças composta por 08 vigilantes para o evento "KerbFest" a ser realizado no dia 22 de setembro de 2019, na comunidade de Linha Vista Alegre pelo período de 13h00min as 18h30min.	Un	01	1.320,00	1.320,00
02	Equipe de seguranças composta por 10 vigilantes para o evento "Costelão", a ser realizado no dia 15 de setembro de 2017, na comunidade de Linha Progresso pelo período das 13h00min as 18h30 min	Un	01	1.650,00	1.650,00
TOTAL (R\$)					2.970,00

Para custear as despesas desta dispensa de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 28 de agosto de 2019.

Milton Mustifaga Secretário de Educação e Cultura	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Luciane M. T. da Silveira Membro	Sabrina Bonfante Membro
----------------------------------	-------------------------------------	----------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 113/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 34/2019-PM

RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso V, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 113/2019-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 34/2019-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 28 de agosto de 2019.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal de Princesa		

Quilombo

PREFEITURA

AVISO 71/2019

Publicação Nº 2138646

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 71/2019
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2019
Tipo: Menor Preço/Por lote
Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS, ELETRODO, HORAS DE FRESA E TORNO, LIBRAS DE MAÇARICO E SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICIPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO/SC.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 10/09/2019.
Abertura dos Envelopes: 09:10 horas do dia 10/09/2019.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br .
QUILOMBO, 28 de Agosto de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 203/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2137923

DECRETO Nº. 203/2019 - DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, PARA ACOMPANHAR E AVALIAR AS PARCERIAS CELEBRADAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o decreto nº 252/2017 que dispõe sobre a criação da comissão de monitoramento e avaliação, para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da Sociedade Civil.

DECRETA

Art.1º Fica alterado os membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante convênios, termos de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação.

Art. 2º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta conforme expresse abaixo:

I – Presidente: Cristiane Breancini Berlanda;

II – Secretário (a): Ivanete Bison;

III – Membros: Alcione Maria Bevilacqua, Eleni Segalla Farias e Luciana Lima;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as contidas no art. 3º, do Decreto nº 252/2017.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 29/08/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

DECRETO Nº 196/2019 DE 23 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138189

DECRETO Nº 196/2019 – DE 23 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 330/2018 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001. DECRETA:

Art.1º Fica alterado o Artigo 1º do Decreto nº 330/2018 – de 11 de dezembro de 2018, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Fica concedido uma FC-3 (Função de Confiança Três), equivalente a 70% (setenta por cento) sobre o valor do Nível 11 – Grupo I, ao Servidor Público Municipal Régis Eduardo Sette, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, nomeado através do Decreto nº. 087/2012, de 01 de março de 2012, em virtude da designação para outra atividade, junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos em 01 de setembro de 2019.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 23 de agosto de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em __/08/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

ERRATA DO 1º T.A DA ATA DE RP 43-2018

Publicação Nº 2138181

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE QUILOMBO

ERRATA DE TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Quilombo, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Duque de Caxias, 165, centro, Quilombo-SC – CEP 89850000, através do Prefeito Municipal Sr. Silvano de Pariz, no uso de suas atribuições legais, vem perante o interessados, COMUNICAR que fica alterado o 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2018, nos seguintes termos:

ONDE SE LÊ: 1º TERMO ADITIVO DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2018.

LEIA-SE: 2º TERMO ADITIVO DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2018.

Quilombo, 28 de agosto de 2019

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019

Publicação Nº 2138934

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019

O MUNICÍPIO DE QUILOMBO divulga aos interessados que encontra-se aberto o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 003/2019 para seleção de proposta para celebração de PARCERIA VOLUNTÁRIA, na forma de Termo de Colaboração, com Organização de Sociedade Civil que desenvolva atividades voltadas à cultura, nos seguintes termos:

Objeto: Seleção de proposta para celebração de parceria voluntária com organização da sociedade civil, com atividades voltadas à cultura, na forma de termo de colaboração.

Local da entrega da documentação: Centro Administrativo do Município de Quilombo/SC.

Período de entrega da documentação: 29/08/2019 à 30/09/2019.

Data da Seleção: 01/10/2019.

Data da Homologação: 02/10/2019.

Edital encontra-se disponível no site: www.quilombo.sc.gov.br

Esclarecimentos: tel. (49) 3346-3242

e-mail: planejamento@quilombo.sc.gov.br

SILVANO DE PARIZ

Prefeito

REPUBLICAÇÃO DO 4º T.A. ATA RP Nº 33-2018 PP 87-2018 PMQ (ITEM 33 + ATÉ 25%)

Publicação Nº 2138174

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO

REPUBLICAÇÃO DO QUARTO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2018.

Fica republicado o QUARTO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2018, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2018.

PROCESSO Nº 103/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 103/2018

VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: 30/07/2019.

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, o Município de Quilombo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 83.021.865/0001-61, situado na Avenida Primo Alberto Bodanese nº 791, nesta cidade de Quilombo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. SILVANO DE PARIZ, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Jacob Simon nº 71, Bairro Bela Vista, nesta cidade de Quilombo - SC, portador da RG nº 2.031.348 e CPF nº 579.998.729-20, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e Decreto municipal nº 210/2009, de 20 de maio de 2009 e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 103/2018, RESOLVE: Aditar a Ata do Registro de Preços nº 43/2018, nos termos das cláusulas abaixo:

0.1 - Tem por objeto o presente Termo Aditivo, acrescer ao objeto da Ata de Registro de Preços nº 43/2018, a aquisição de (TEM 33 – Cal para pintura em sacas de 8kg) numa quantidade de mais 86 (oitenta e seis) sacas, com fundamento no Art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93 e alterações.

2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O MUNICÍPIO DE QUILOMBO, pagará à CONTRATADA, pela aquisição do produto acima descrito, objeto do presente Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 43/2018, o preço proposto que é de R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos), totalizando o valor de R\$ 851,40 (Oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta centavos).

3. DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

3.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cujas fontes de recursos têm a seguinte classificação:

Proj./Ativ	Item Orçamentário	Descrição
2.061	3.3.90.00 – DR 1000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS/SOSU

4. DA RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata do Registro de Preços nº 43/2018 de 30/07/2018.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

DANIELA M.BORTOLATTO

Advogado/OAB-SC 55924

Empresa: _____

VANDE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Rio das Antas

PREFEITURA

039 EDITAL DE NOTIFICAÇÃO - ADEHASC - RIO DAS ANTAS

Publicação Nº 2138024



ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO: Nº 039/2019

A Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina (ADEHASC), vem através de este edital notificar a todos os moradores, ocupantes internos, lindeiros e confrontantes externos e a quem interessar que a localidade denominada de **LOTEAMENTO CHÁCARA XI EM FORMATO DE REURB-S E REURB-E, ATRAVÉS DA LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA**, conforme Artigo 23, da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, sendo que este Loteamento denominado de Loteamento Chácara XI, está em fase de regularização fundiária, no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de Matrículas Individualizadas aos detentores da Posse dos lotes no Referido Loteamento bem como realização das benfeitorias necessárias para fins de Regularização Fundiária objeto da **Matrícula nº 2.988** registrada na Comarca de Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC.

Artigo 01. Descrição Sucinta da área: O Loteamento Chácara XI, conforme **Matrícula nº 2.988** com área total da matrícula de 5.887,44 m², registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Caçador/SC, **Propriedade do município de Rio das Antas**, com as seguintes configurações:

IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS	
ÁREA CONHECIDA COMO CHACARA XI MAT. 2988	
PROPRIETÁRIOS: MUNICIPIO DE RIO DAS ANTAS - SC	
MUNICÍPIO: RIO DAS ANTAS - SC	
COMARCA: CAÇADOR	
IMÓVEL: PERIMERO URBANO	
LOTES ADERENTES AO PROGRAMA: 08	

QUADRO DE ÁREAS (M ²)	
ÁREA MATRÍCULA 2988	
ÁREA DA MATRÍCULA	6.240,00
ÁREA MEDIDA	5.887,44
ÁREA SUPRIMIDA	352,56
ÁREA TOTAL DE RUAS	706,27
ÁREA TOTAL DE LOTES A REGULARIZAR	5.181,17
TOTAL (SOMATORIO DE LOTES E RUAS)	5.887,44
TOTAL DESTA REGULARIZAÇÃO	5.887,44



ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA

Com a totalidade de Área dos Lotes a regularizar de 5.181,17 m², sendo essa uma área, com uma concentração de 08 Lotes Urbanos de mais de 08 famílias ali residindo e com uma população de 32 pessoas situado no Loteamento Chácara XI, localizado no Município de Rio das Antas - SC, que são atendidos pelos seguintes logradouros: Rua das Rosas, que passará ao Domínio Público Municipal de acordo com a Tabela de metragens acima citadas.

Artigo 02. Dos equipamentos Urbanos Comunitários presentes na Referida Área: A área de intervenção, e atendida pelos seguintes equipamentos comunitários presentes e no município tais quais:

- A comunidade é atendida pela Escola de Educação Básica;
- Arruamentos com partes das vias;
- Energia Elétrica;
- Água potável;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos sendo realizados semanalmente pelo Município;
- Telefonia fixa pela concessionária OI/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel OI e VIVO;
- Transporte escolar cedido pelo município;
- Atendimentos de transporte público coletivo entre outros;
- Área a ser regularizada está totalmente integrada ao perímetro urbano municipal;
- Áreas de Lazer e institucionais presentes na localidade.

Artigo 03: Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento de Divisa e Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados no qual será alvo deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.31/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017.

Artigo 03.1: Os confinantes externos conforme matrículas abaixo, terão 30 dias para a manifestação conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017.

- **MATRICULA Nº 27.447**, propriedade de Sociedade F. Brasileira;
- **MATRICULA Nº 19.491**, propriedade de João Zarzeca;
- **TRANSCRIÇÃO Nº 7.113 e 15.337**, propriedade da Igreja E. Luterana do Brasil;

Artigo 04: As impugnações cabíveis ou contrárias ou Adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) Trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no **DOM** (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Rio das Antas/SC, endereçada ao Prefeito Municipal e a comissão Municipal de Regularização Fundiária, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, ficando a critério da Comissão Municipal, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões conforme Artigo 20 da Lei 13.465/2017.

Artigo 05: Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao loteamento conforme prevê lei Federal 13.465/2017, artigo 20 § 1º, e transcorrido o prazo legal para



ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA

manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31§ 5º e §6º da Lei 13.465/2017 e §6º da Lei 13.465/2017 e decreto 9.310/2018.

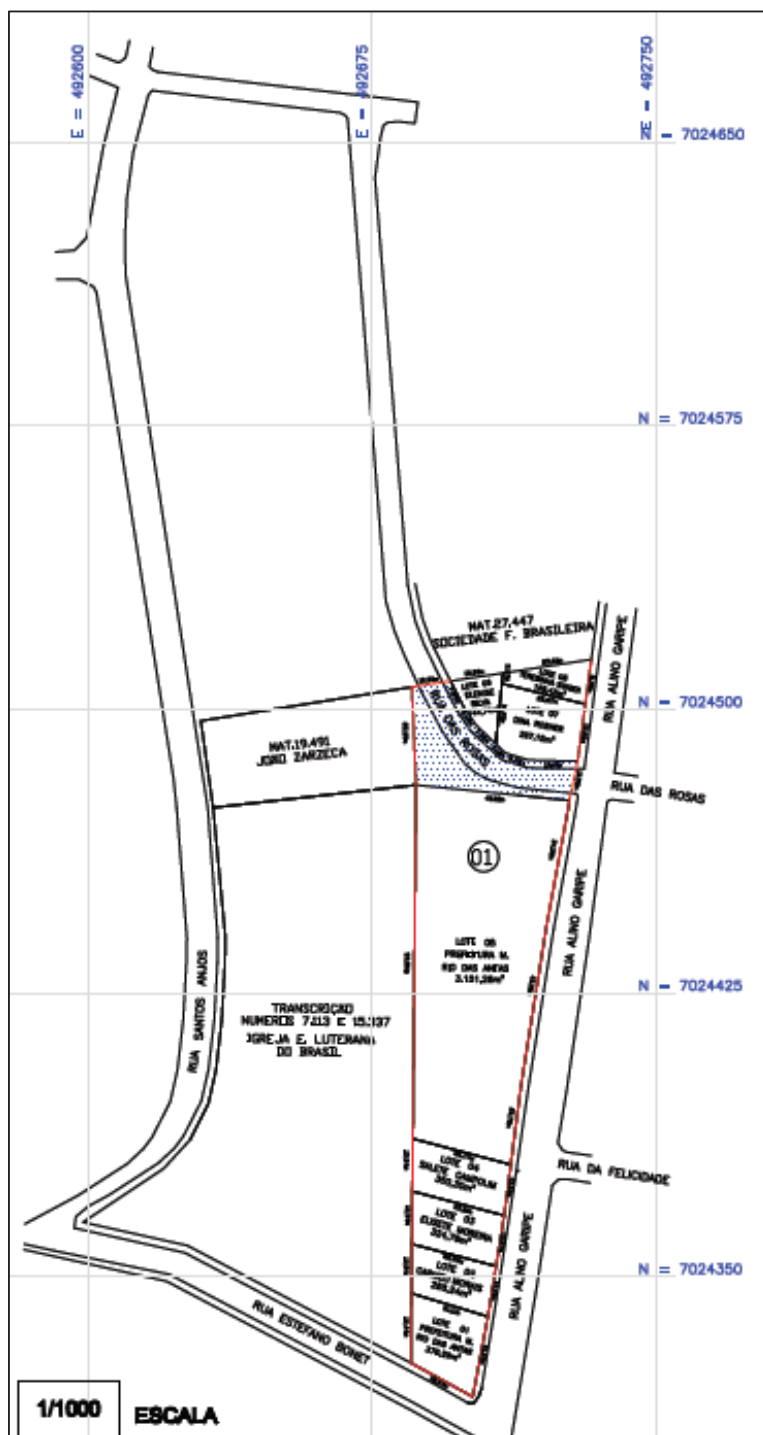
Rio das Antas -SC, 29 de agosto de 2019.

Associação Para o Desenvolvimento Habitacional
Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC
Presidente: **DJALMA MORELL**



ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA

ANEXO I- PLANTA BAIXA E MAPA DO LOTEAMENTO





ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA



Rio do Campo

PREFEITURA

309 PORTARIA Nº 309 NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 02-2019"

Publicação Nº 2138075

Portaria nº. 309 de 28 de agosto de 2019.

"NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019 PARA PROVIMENTO DE CARGO EM CARÁTER TEMPORÁRIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, considerando a existência no quadro de pessoal da Administração vaga a ser preenchida gradualmente, de acordo com as necessidades de serviço; Considerando o princípio constitucional da publicidade dos atos administrativos;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão do Processo seletivo nº 02/2019 para acompanhamento do processo de escolha de candidatos para provimento de Cargo em caráter TEMPORÁRIO – para o período do recesso escolar, na Administração Municipal, composta pelos seguintes membros:

- Alcides Moratelli - Presidente
- Tatiana da Silva - Secretaria
- Eronite Weiss - Membro

Art. 2º. Serão selecionados candidatos para o provimento dos cargos vagos, cuja nomenclatura, número de vagas, carga horária e vencimento constarão por inteiro teor do Edital do Processo Seletivo nº 02/2018, observadas as exigências e condições prescritas na Legislação Municipal e Federal pertinente.

Art. 3º. O Processo Seletivo nº 02/2019 reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, cabendo à Comissão nomeada por esta portaria decidir sobre casos eventualmente omissos.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 28 de agosto de 2019.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi

Chefe de Gabinete

Resp. pela Sec. de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO

Portaria registrada e publicada

em 29/08/2019

DOM – DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

310 PORTARIA Nº 310 NOMEIA COMISSÃO DE INSTAURAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DICIPLINAR Nº 01-2019"

Publicação Nº 2138078

Portaria nº. 310 de 28 de agosto de 2019.

"Designa membros para comissão de instaurações de Processo Administrativo Disciplinar para o exercício de 2019".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Designa os servidores abaixo listados, para comporem a Comissão de instaurações de Processos Administrativos Disciplinares da Administração Pública do Município de Rio do Campo para o exercício de 2019.

Swen Sebold – Presidente

Alexsandro Diego Sempkowski de Abreu – Secretário

Alexandre Sempkowski – Membro

Art. 2º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias e horários de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, em 28 de agosto de 2019.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi

Chefe de Gabinete

Resp. pela Sec. de Administração e Finanças

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2018

Publicação Nº 2138373

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 058/2018

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Aos 20 (vinte) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezoito (2018), o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Tuiuti Nº. 154, Centro, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001.55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preço Nº 041/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para à eventual aquisição de Fórmulas Nutricionais e Módulos, por solicitação da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes

MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA, neste ato representado por Allan Marcelo Pierin, CPF 078.948.799-32;
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, neste ato representado por Laffim Manoel Temoteo, CPF 080.063.899-93;
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por Clarice Perucchi Lopes, CPF 062.662.379-03;
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - EPP, neste ato representado por Maiele Kremer, CPF 074.418.479-74;
NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por Marcio Millnitz, CPF 505.002.019-00;
SATÉLITE COMERCIAL LTDA, neste ato representado por Marjory Menezes Da Rocha, CPF 083.170.539-62;

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO: para a eventual aquisição de FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul – SC. CONFORME DISCRIMINADO neste Termo de Referência, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

428159 - MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA				
Item	Produto	Unidade	Valor Unitário	Valor
17	56752 - Fórmula líquida nutricionalmente completa, uso oral, hipercalórica (2,0 a 2,4kcal/ml) e hiperprotéico, que forneça alto aporte de nutrientes em pequeno volume. Isento de lactose e glúten. Indicado para pessoas desnutridas ou em risco nutricional, pré e pós operatório, pacientes com restrição de volume e necessidade calórica aumentada. Sabores variados. Cotação por mililitro. Embalagem com no máximo 250 ml.	26 - Mililitro	R\$ 0,08	R\$0,08
16	56745 - Suplemento hiperprotéico líquido contendo de arginina, zinco, selênio, vitamina C, A e E. Indicado para a cicatrização de úlceras de pressão e outras situações que exijam estímulo da cicatrização. Isento de glúten. Cotação por mililitro. Embalagem com no máximo 250 ml.	26 - Mililitro	R\$ 0,08	R\$0,08

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 8.160,00 (oito mil, cento e sessenta reais).

Rio do Sul, 20 de novembro de 2018.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
Secretária
CPF: 619.127.609-59

MERCO SOLUÇÕES EM SAUDE LTDA
Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2018

Publicação Nº 2138381

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 059/2018**INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**

Aos 20 (vinte) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezoito (2018), o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Tuiuti Nº. 154, Centro, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001.55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preço Nº 041/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para à eventual aquisição de Fórmulas Nutricionais e Módulos, por solicitação da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes

MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA, neste ato representado por Allan Marcelo Pierin, CPF 078.948.799-32;
 SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, neste ato representado por Laffim Manoel Temoteo, CPF 080.063.899-93;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por Clarice Perucchi Lopes, CPF 062.662.379-03;
 LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - EPP, neste ato representado por Maiele Kremer, CPF 074.418.479-74;
 NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por Marcio Millnitz, CPF 505.002.019-00;
 SATÉLITE COMERCIAL LTDA, neste ato representado por Marjory Menezes Da Rocha, CPF 083.170.539-62;

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO: para a eventual aquisição de FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul – SC. CONFORME DISCRIMINADO neste Termo de Referência, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

436682 - SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP				
Item	Produto	Unidade	Valor Unitário	Valor
8	56737 - Fórmula infantil em pó, de partida e seguimento, especial anti-regurgitação, para lactentes desde o nascimento até 12 meses, com composição específica para condições de refluxo gastroesofágico. Lata com no mínimo 400g.	45 - LATA	R\$ 28,00	R\$28,00
7	56736 - Fórmula infantil em pó isenta de lactose, de partida e seguimento, para lactentes desde o nascimento até 12 meses. Indicada para lactentes com intolerância à lactose. Lata com no mínimo 400g.	45 - LATA	R\$ 21,50	R\$21,50
5	63683 - Fórmula infantil para recém-nascidos pré-termo e/ou em situações de alto risco, com proteínas lácteas, enriquecida com ferro e contendo DHA, ARA. Nutricionalmente completo. Lata com no mínimo 400g.	85 - Lata.	R\$ 25,00	R\$25,00
4	56734 - Fórmula infantil de seguimento em pó (6 - 12 meses) com proteínas lácteas e enriquecida com ferro. Nutricionalmente completo. Lata com no mínimo 400g...	45 - LATA	R\$ 11,25	R\$11,25
3	56733 - Fórmula infantil de partida em pó (0 - 6 meses) com proteínas lácteas e enriquecida com ferro. Nutricionalmente completo. Lata com no mínimo 400g...	45 - LATA	R\$ 13,40	R\$13,40
2	61832 - Fórmula infantil de seguimento em pó (6 - 12 meses) com proteínas lácteas e enriquecida com ferro, contendo probióticos e/ou prebióticos, DHA, ARA e nucleotídeos. Lata com 800g.	45 - LATA	R\$ 27,00	R\$27,00
1	61831 - Fórmula infantil de partida em pó (0 - 6 meses) com proteínas lácteas e enriquecida com ferro, contendo probióticos e/ou prebióticos, DHA, ARA e nucleotídeos. Lata com no mínimo 400g.	45 - LATA	R\$ 14,00	R\$14,00

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 44.314,00 (quarenta e quatro mil, trezentos e quatorze reais).

Rio do Sul, 20 de novembro de 2018.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
 Secretária
 CPF: 619.127.609-59

SULMEDIC COMÉRCIO DE
 MEDICAMENTOS LTDA EPP
 Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2018

Publicação Nº 2138383

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 060/2018**INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**

Aos 20 (vinte) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezoito (2018), o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Tuiuti Nº. 154, Centro, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001.55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preço Nº 041/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para à eventual aquisição de Fórmulas Nutricionais e Módulos, por solicitação da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes

MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA, neste ato representado por Allan Marcelo Pierin, CPF 078.948.799-32;
 SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, neste ato representado por Laffim Manoel Temoteo, CPF 080.063.899-93;
 NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por Clarice Perucchi Lopes, CPF 062.662.379-03;
 LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - EPP, neste ato representado por Maiele Kremer, CPF 074.418.479-74;
 NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por Marcio Millnitz, CPF 505.002.019-00;
 SATÉLITE COMERCIAL LTDA, neste ato representado por Marjory Menezes Da Rocha, CPF 083.170.539-62;

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO: para a eventual aquisição de FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul – SC. CONFORME DISCRIMINADO neste Termo de Referência, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

451169 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA				
Item	Produto	Unidade	Valor Unitário	Valor
14	61835 - Dieta em pó, para uso oral e enteral, nutricionalmente completa, hipercalórica, indicada para crianças de 0 a 12 meses. Conter mix de fibras prebióticas (GOS/FOS), nucleotídeos e ácidos graxos de cadeia longa - LcPufas (DHA e ARA). Isenta de sacarose. Lata com no mínimo 400g.	45 - LATA	R\$ 144,00	R\$144,00
13	61834 - Alimento para suplementação em pó, para uso oral e enteral, para crianças de 3 a 10 anos de idade, polimérico, para diluição normocalórica ou hipercalórica, nutricionalmente completo, acrescido de vitaminas e minerais. Indicado para prevenção de desnutrição e recuperação do estado nutricional, bem como em situações onde há baixa ingestão de nutrientes. Isento de lactose e glúten. Sem sabor. Lata a partir de 380g.	45 - LATA	R\$ 63,00	R\$63,00
12	56741 - Dieta elementar em pó, 100% de aminoácidos livres, 100% de maltodextrina e 100% de lipídios de origem vegetal, nutricionalmente completa, adicionada de vitaminas e minerais, e que permita o uso como nutrição exclusiva enteral. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Indicada para lactentes e crianças de a partir de um ano de idade portadoras de alergia à proteína do leite de vaca, à soja e em casos de má absorção. Lata com 400g.	45 - LATA	R\$ 198,00	R\$198,00
10	61833 - Dieta semi-elementar e hipoalergênica em pó, à base de proteína do leite extensamente hidrolisada (caseína ou soro do leite), garantindo alta eficácia nos tratamentos de alergia à proteína do leite de vaca e/ou soja com quadros diarreicos e síndromes de má absorção. Nutricionalmente completo, para uso oral e enteral, até um ano de idade. Apresentar baixa osmolaridade. Isento de lactose, sacarose, frutose e glúten. Lata com no mínimo 400g.	45 - LATA	R\$ 71,00	R\$71,00
9	56739 - Fórmula hipoalergênica em pó, com 100% de proteína do soro do leite extensamente hidrolisada (peptídeos e aminoácidos livres), com ácidos graxos de cadeia longa - LcPufas (DHA e ARA) e nucleotídeos. Isento de sacarose, frutose e glúten. Indicada para lactentes e crianças que apresentem alergia à proteína do leite de vaca e/ou de soja, com sintomas de leve a moderada sem quadros diarreicos. Fórmula que permita o uso oral e enteral. Lata com no mínimo 400g.	45 - LATA	R\$ 71,00	R\$71,00
6	56735 - Fórmula infantil em pó, de partida e seguimento, à base de proteína isolada de soja e enriquecida com ferro. Indicada para a alimentação de lactentes desde o nascimento, com intolerância à lactose ou alergia à proteína do leite de vaca; ou em situações em que for indicado retirar o leite de vaca da dieta. Lata com no mínimo 400g.	78 - Grama	R\$ 0,08	R\$0,08

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 142.230,00 (cento e quarenta e dois mil, duzentos e trinta reais).

Rio do Sul, 20 de novembro de 2018.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

Secretária

CPF: 619.127.609-59

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2018

Publicação Nº 2138385

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 061/2018

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Aos 20 (vinte) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezoito (2018), o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Tuiuti Nº. 154, Centro, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001.55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preço Nº 041/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para à eventual aquisição de Fórmulas Nutricionais e Módulos, por solicitação da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes

MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA, neste ato representado por Allan Marcelo Pierin, CPF 078.948.799-32;

SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, neste ato representado por Laffim Manoel Temoteo, CPF 080.063.899-93;

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por Clarice Perucchi Lopes, CPF 062.662.379-03;

LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - EPP, neste ato representado por Maiele Kremer, CPF 074.418.479-74;

NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por Marcio Millnitz, CPF 505.002.019-00;

SATÉLITE COMERCIAL LTDA, neste ato representado por Marjory Menezes Da Rocha, CPF 083.170.539-62;

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO: para a eventual aquisição de FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul – SC. CONFORME DISCRIMINADO neste Termo de Referência, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

2928507 - LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - EPP				
Item	Produto	Unidade	Valor Unitário	Valor
23	58118 - Módulo de carboidratos fonte de oligossacarídeos (100% maltodextrina), para nutrição oral ou enteral, sem sabor e isento de aditivos. Indicado para aumento e melhoria do aporte energético. Lata com no mínimo 400g.	45 - LATA	R\$ 21,00	R\$21,00
19	61838 - Suplemento nutricional em pó, para uso oral e enteral, polimérica, nutricionalmente completa, normocalórica, normoprotéica (com proteína de soja ou do soro do leite e/ou caseinato de potássio/cálcio) e que permita diluição hipercalórica/hiperprotéica. Com adição de vitaminas e minerais. Conter mix de fibras. Isento de glúten e sem lactose adicionada. Sem sabor e/ou sabor baunilha. Indicada para manutenção ou recuperação do estado nutricional de adultos e idosos. Lata com no mínimo 350g.	45 - LATA	R\$ 35,00	R\$35,00

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 8.050,00 (oito mil e cinquenta reais).

Rio do Sul, 20 de novembro de 2018.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

Secretária

CPF: 619.127.609-59

LFP COMÉRCIO DE PRODUTOS

PARA SAÚDE EIRELI - EPP

Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2018

Publicação Nº 2138386

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062/2018

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

Aos 20 (vinte) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezoito (2018), o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Tuiuti Nº. 154, Centro, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001.55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preço Nº 041/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para à eventual aquisição de Fórmulas Nutricionais e Módulos, por solicitação da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes

MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA, neste ato representado por Allan Marcelo Pierin, CPF 078.948.799-32;
 SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, neste ato representado por Laffim Manoel Temoteo, CPF 080.063.899-93;
 NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por Clarice Perucchi Lopes, CPF 062.662.379-03;
 LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - EPP, neste ato representado por Maiele Kremer, CPF 074.418.479-74;
 NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por Marcio Millnitz, CPF 505.002.019-00;
 SATÉLITE COMERCIAL LTDA, neste ato representado por Marjory Menezes Da Rocha, CPF 083.170.539-62;

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO: para a eventual aquisição de FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul – SC. CONFORME DISCRIMINADO neste Termo de Referência, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

31630905903 - NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA				
Item	Produto	Unidade	Valor Unitário	Valor
25	60122 - Módulo para espessar ou gelificar alimentos, frios ou quentes, a base de maltodextrina e/ou amido de milho. Pode ser adicionado de gomas e geleificantes (xantana/tara/guar). Indicado para pacientes com disfagia. Isento de glúten. Cotação por grama.	78 - Grama	R\$ 0,12	R\$0,12
22	58117 - Módulo de proteína (alto valor biológico) para dieta oral ou enteral em pó, com no mínimo 90% de caseinato de cálcio ou 100% de proteína do soro do leite. Isento de sabor, de boa solubilidade. Cotação por grama.	78 - Grama	R\$ 0,20	R\$0,20
20	58116 - Dieta em pó, composta por proteína vegetal (soja), para uso oral ou enteral, polimérica, nutricionalmente completa, para auxiliar no controle glicêmico. Normocalórica (1,0 kcal/ml); normolipídica e normoprotéica. Isenta de lactose e sacarose. Presença de fibras. Cotação por grama.	78 - Grama	R\$ 0,06	R\$0,06
18	58115 - Complemento nutricional lácteo em pó, enriquecido com vitaminas, minerais e proteína. Indicado para situações em que há aumento das necessidades desses nutrientes, tais como: crescimento, desgaste físico ou mental e má alimentação de forma geral. Preparo instantâneo. Sabores variados. Lata com no mínimo 400g.	45 - LATA	R\$ 17,05	R\$17,05
15	61836 - Alimento para suplementação em pó, para uso oral e enteral, para crianças de 3 a 10 anos de idade, para uso oral ou enteral, polimérico, para diluição normocalórica ou hipercalórica, nutricionalmente completo, acrescido de vitaminas e minerais. Indicado para prevenção de desnutrição e recuperação do estado	45 - LATA	R\$ 24,30	R\$24,30
	nutricional, bem como em situações onde há baixa ingestão de nutrientes. Isento de lactose e glúten. Sabor baunilha. Lata com no mínimo 380g.			

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 39.188,50 (trinta e nove mil, cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

Rio do Sul, 20 de novembro de 2018.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

Secretária

CPF: 619.127.609-59

NUTRIMIL COMÉRCIO DE PRODUTOS

ALIMENTÍCIOS LTDA

Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2018

Publicação Nº 2138388

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 063/2018**INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**

Aos 20 (vinte) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezoito (2018), o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Tuiuti Nº. 154, Centro, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 10.469.199/0001.55, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial de Registro de Preço Nº 041/2018, RESOLVE registrar os valores oferecidos para a eventual aquisição de Fórmulas Nutricionais e Módulos, por solicitação da Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I – Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes

MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA, neste ato representado por Allan Marcelo Pierin, CPF 078.948.799-32;
 SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, neste ato representado por Laffim Manoel Temoteo, CPF 080.063.899-93;
 NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por Clarice Perucchi Lopes, CPF 062.662.379-03;

LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI - EPP, neste ato representado por Maiele Kremer, CPF 074.418.479-74;
NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, neste ato representado por Marcio Millnitz, CPF 505.002.019-00;
SATÉLITE COMERCIAL LTDA, neste ato representado por Marjory Menezes Da Rocha, CPF 083.170.539-62;

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO: para a eventual aquisição de FÓRMULAS NUTRICIONAIS E MÓDULOS, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul – SC. CONFORME DISCRIMINADO neste Termo de Referência, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

31630908454 - SATÉLITE COMERCIAL LTDA				
Item	Produto	Unidade	Valor Unitário	Valor
24	60121 - Módulo de lipídeos contendo 100% triglicérides de cadeia média para nutrição oral ou enteral, sem sabor, inodoro. Indicado para situações de má absorção e onde o paciente não tolera ou não digere convenientemente as gorduras comuns. Cotação por mililitro. Embalagem com no mínimo 250ml.	26 - Mililitro	R\$ 0,14	R\$0,14
21	60120 - Módulo de fibras, para uso oral ou enteral, composto por mix de fibras solúveis e insolúveis. Isento de sacarose. Sem sabor. Cotação por grama.	78 - Grama	R\$ 0,14	R\$0,14
11	60118 - Dieta elementar em pó, 100% de aminoácidos livres, com no mínimo 95% de maltodextrina e 100% de lipídios de origem vegetal, nutricionalmente completa, adicionada de vitaminas e minerais, para uso oral e enteral. Isento de glúten, sacarose e sem lactose adicionada. Indicada para lactentes e crianças de primeira infância (desde o nascimento), portadoras de alergia à proteína do leite de vaca, à soja e em casos de má absorção. Lata com 400g.	45 - LATA	R\$ 134,40	R\$134,40

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$ 94.780,00 (noventa e quatro mil, setecentos e oitenta reais).

Rio do Sul, 20 de novembro de 2018.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA

Secretária

CPF: 619.127.609-59

SATÉLITE COMERCIAL LTDA

Contratada

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 031/2019

Publicação Nº 2138138

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 031/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS ÚTEIS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
88/2019	13/08/19	ALVACIR MAÇANEIRO	27.776.409/0001-50
89/2019	13/08/19	ANA PAULA CORDOVA	11.333.237/0001-00
77/2019	12/08/19	ANA PAULA DUARTE DA SILVA 04077528976	22.963.101/0001-09
79/2019	12/08/19	BRAULINO DOS SANTOS MARIA	27.270.046/0001-87
90/2019	13/08/19	CLAUDETE FINGER 02985840937	18.602.121/0001-79
91/2019	13/08/19	PETERSON CEZAR BONFIM DA LUZ 12340935962	29.950.067/0001-79
78/2019	12/08/19	SILVIA LETICIA DA SILVA 65070011553	18.406.830/0001-89
86/2019	13/08/19	VANESSA CRISTIANE PROBST 93673477900	16.849.114/0001-40

Rio do Sul, 28 de agosto de 2019.

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor do Departamento de Fiscalização

PORTARIA Nº 1276/DGP

Publicação Nº 2138663

PORTARIA Nº 1276/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora SUILENE MARIA RUDOLF RODRIGUES DE MORAES, matrícula n.84000-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, pelo período de 05/08/2019 até 03/11/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.0991/DGP, de 21/06/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 09 de julho de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1277/DGP

Publicação Nº 2138665

PORTARIA Nº 1277/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ELIZETE DE FATIMA BARBOSA, matrícula n.176575-6, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 05/08/2019 até 21/08/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1278/DGP

Publicação Nº 2138678

PORTARIA Nº 1278/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ÉMELLIN LUANA SORGATTO, matrícula n.236446-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 13/08/2019 até 01/09/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1279/DGP

Publicação Nº 2138684

PORTARIA Nº 1279/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora FRANCINI BIANCA CIPRIANI MANFREDI, matrícula n.187135-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador, pelo período de 08/08/2019 até 06/09/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.1132/DGP, de 30/07/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 05 de agosto de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1280/DGP

Publicação Nº 2138688

PORTARIA Nº 1280/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora TANIA BAASCH BREMER, matrícula n.98310-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedagogo, pelo período de 16/08/2019 até 14/10/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n.0797/DGP, de 13/05/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 31 de maio de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1281/DGP

Publicação Nº 2138691

PORTARIA Nº 1281/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARGARETE DUBIELA, matrícula n.71706-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 07/08/2019 até 05/10/2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Rf

PORTARIA Nº 1282/DGP

Publicação Nº 2138717

PORTARIA Nº 1282/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ISOLETE BORGERT, matrícula n.79553-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 07/08/2019 até 05/11/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0945/DGP, de 11/06/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 24 de junho de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1283/DGP

Publicação Nº 2138739

PORTARIA Nº 1283/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora KASSIA GISELE HACKBARTH HEINZ, matrícula n.3162999997-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 09/08/2019 até 07/09/2019, a continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 1229/DGP, de 14/08/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 22 de agosto de 2019, com fundamento no disposto nos artigos 257 ao 262, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1284/DGP

Publicação Nº 2138746

PORTARIA Nº 1284/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, à contratada temporariamente MAIARA GELDSLEICHTER REINICKE, matrícula n.162736-4, ocupante do cargo de Professor, a Licença à Gestante, no período de 20/08/2019 até 17/12/2019, com fundamento no artigo 11, inciso III, da Lei n. 3.796 de 26/06/2002 e alterações posteriores, de acordo com atestado anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1285/DGP

Publicação Nº 2138751

PORTARIA Nº 1285/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora JOANA SOTOPIETRA SEDREZ, matrícula n.150100-2, ocupante do cargo de provimento Comissionado de Assessor Jurídico de Educação, a Licença Especial à Gestante, no período de 05/09/2019 até 03/11/2019, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1286/DGP

Publicação Nº 2138752

PORTARIA Nº 1286/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora MARIANA MINATTI GIACOMINI, matrícula n.167797-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor a continuidade da READEQUAÇÃO pelo período de 17/08/2019 até 12/02/2020, que foi concedida por meio da Portaria n. 0431/DGP de 04/03/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 11 de março de 2019,e alterado pela Portaria n.1237/DGP, de 14/08/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 22 de agosto de 2019 pelo período de 18/02/2019 até 16/08/2019, com fundamento no artigo 33, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015 e, parecer exarado pela Perícia Médica que se encontra anexado na Pasta de Saúde da servidor(a) no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PORTARIA Nº 1287/DGP

Publicação Nº 2138764

PORTARIA Nº 1287/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LARISSA NAYANI BACOVICZ, matrícula n. 3162965618-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Radiologia, a Licença Especial à Gestante, no período de 24/08/2019 até 22/10/2019, com fundamento no artigo 267 e 268, da Lei Complementar n. 309/2015 e, requerimento anexado na Pasta de Saúde da Servidora no Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 22 de agosto de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Rf

PREGÃO PRESENCIAL 039/2019

Publicação Nº 2139267

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2019
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, SC, com sede na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, cidade de Rio do Sul, CEP 89.160-045, inscrito no CNPJ sob nº 10.469.199/0001-55, Telefones: (47) 3531-1456/3531-1229, torna público o presente edital para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS COFFES BREAKS DURANTE AS CAPACITAÇÕES, SEMINÁRIOS, CONFERÊNCIAS E GRUPOS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE REALIZADAS EM DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME DESCRIMINADO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 11/09/2019, às 0800h30 min, na Sala de Licitações no seguinte endereço Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Praça. 25 de Julho, nº01, Centro, Departamento de Processos Licitatórios. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio DO Sul, situada a Praça 25 de Julho, bairro Centro, Rio do Sul/SC, Departamento de Processos Licitatórios a partir 07h30min às 11h30min das 13h00 às 17h00, ou através do site www.riodosul.sc.gov.br ou e-mail maria.oliveira@riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), em 29 de agosto de 2019.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE SAÚDE MUNICIPAL DE RIO DO SUL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2019

Publicação Nº 2138816

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 165/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONTÊINERES PARA SERVIR DE DEPÓSITO PROVISÓRIO DE MATERIAIS RELACIONADOS À ILUMINAÇÃO PÚBLICA ATÉ SEU RECOLHIMENTO, SUBSTITUIÇÃO OU APLICAÇÃO.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 13h30min do dia 13/09/2019, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 23 de agosto de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALDONIR XAVIER
Secretário de Infraestrutura

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 007/2019/FMD

Publicação Nº 2138811

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2019/FMD

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS ESPORTIVOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 80/2007.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 08h00min do dia 12/09/2019, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 16 de agosto de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

JEBERTON LUIS FERMINO
Diretor Executivo de Desporto

RESUMO DO ADITIVO Nº 066/2019

Publicação Nº 2139015

1º TERMO ADITIVO Nº 066/2019 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 123/2019, REFERENTE À EXECUÇÃO DO FECHAMENTO EM ALVENARIA DA QUADRA COBERTA DO CENTRO EDUCACIONAL PREFEITO LUIZ ADELAR SOLDATELLI – BAIRRO BARRAGEM, QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA LTDA.

Aos vinte e três (23) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o Município de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Pro Eng Engenharia e Incorporadora LTDA., estabelecida à Avenida 29 de Novembro, 1559, Centro, no município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, CEP 88407-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.281.510/0001-08, ora denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. Charles Rodrigo Michels, Diretor/Engenheiro Civil, Carteira de Identidade nº 5.354.330, CPF nº 085.121.429-01, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 089/2019, o contrato original de fornecimento de material nº 123/2019, datado de 06 de junho de 2019, celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Artigo 65, inciso I, alínea b, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, o valor de R\$ 3.592,30 (três mil e quinhentos e noventa e dois reais e trinta centavos), conforme memorando nº 466/2019/SEDUC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
Contratante

PRO ENG ENGENHARIA E INCORPORADORA
Charles Rodrigo Michels
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO CONTRATO Nº 206/2019

Publicação Nº 2138613

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 206/2019

Concorrência Pública Nº 085/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Salver Construtora e Incorporadora Ltda.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais e mão de obra para a Construção da Creche Central, em Rio do Sul/ SC.

Valor: R\$ 3.333.333,33 (três milhões trezentos e trinta e três mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos);

Prazo de Entrega: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar do recebimento da ordem de serviço.

Recurso: 85.02.1056.4490.5191 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 26 de agosto de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO Nº 211/2019

Publicação Nº 2138342

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 211/2019

Pregão Presencial n.º 154/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Eletronema LTDA EPP

Objeto: Aquisição de luminárias, lâmpadas e outros materiais elétricos para modernização do sistema de iluminação das praças e parques do Município de Rio do Sul/SC, conforme quantidade especificações abaixo:

Item	Qtd.	Medida	Produto	Valor Unit.	Valor Total
1	4	Unidade	Projektor LED 30W LED24/NW 100-240V 4000K IP65 WB	R\$ 79,00	R\$ 316,00
2	1	Unidade	Projektor LED 100W LED 120/NW TANGO SWB GM 4000K 220-240V SLIM	R\$ 322,00	R\$ 322,00
3	12	Unidade	LAMPADA LED BULBO 23W 3000LM E-27	R\$ 39,00	R\$ 468,00
4	10	Unidade	LUMINARIA LED P/ ILUMINAÇÃO PUBLICA BRP220 LED 50NW 40W 220-240 DMB PS1 SRG	R\$ 530,00	R\$ 5.300,00
5	18	Unidade	LUMINARIA LED P/ILUMINAÇÃO PUBLICA LED 190/NW 144W 120-227V	1.120,00	20.160,00
6	52	Unidade	LUMINARIA LED P/ ILUM PUBLICA LED322-5S	1.565,00	81.380,00
8	5	Unidade	LAMPADA LEDBULBO 13,5W-100W 1510LM E-27 100...240V 6500K	18,00	90,00
9	2	Unidade	LAMP LED PAR20 6W VERDE 127/220V E-27	30,00	60,00
10	6	Unidade	PROJETOR LED195/NW 220-240V	560,00	3.360,00
11	4	Unidade	HOLOFOTES LED 50 W BIVOLT IP 66	127,00	508,00

Valor total: R\$111.964,00 (cento e onze mil novecentos e sessenta e quatro reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 86.03.2048.4490.3026 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 23 de agosto de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

Rio Negrinho

IPRERIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO NEGRINHO

BALANCETE FINANCEIRO JULHO 2019

Publicação Nº 2138435

Pág 1 / 2

IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO

Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Julho / 2019



BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS		
	Nota	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)		1.331.835,31
Ordinária		0,00
Vinculada		1.331.835,31
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		144.893,48
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		12.509,97
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		132.383,51
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		127.884.772,43
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.812.459,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		126.072.313,18
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		129.361.501,22

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)		1.077.179,84
Ordinária		0,00
Vinculada		1.077.179,84
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		132.356,25
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		132.356,25
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		128.151.965,13

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v.2013.01

Identificador: WPR1491103-1731-KFTO-304273710 - Emitido por: LUCIENE MARIA KWITSCHAL

23/08/2019 15:28:30 -03:00

Pág 2 / 2

IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO

Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Julho / 2019



DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.826.503,90
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		126.325.461,23
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		129.361.501,22

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO, Data Emissão 23/08/2019, Hora emissão 15:28:43

Notas:

EDGAR ANTON
Dirigente Entidade/Previdência

LUCIENE MARIA KWITSCHAL
Contador
CRC/SC 017498/O-0

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v:2013.01

Identificador: WPR1491103-1731-KFTQ-304273710 - Emitido por: LUCIENE MARIA KWITSCHAL

23/08/2019 15:28:30 -03:00

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.128/2019

Publicação Nº 2139295

DECRETO Nº 4.128/2019	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

05.01– Departamento de Assistência Social	
08.244.0009.2.025000 – Apoio a Gestão do SUAS – IGD/SUAS	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte: 135 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social	

08.02– Departamento de Urbanismo	
15.452.0019.2.046000 – Manutenção das Atividades do Departamento de Serviços Urbanos	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

08.02– Departamento de Urbanismo	
15.452.0019.2.046000 – Manutenção das Atividades do Departamento de Serviços Urbanos	
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	10.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

05.01– Departamento de Assistência Social	
08.244.0009.2.025000 – Apoio a Gestão do SUAS – IGD/SUAS	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte: 135 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social	

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), através da suplementação das seguintes dotações orçamentárias constantes no orçamento da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

06.02– Departamento de Cultura	
13.392.0013.2.037000 – Manutenção das Atividades de Apoio à Cultura	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional dispostos no artigo anterior, são provenientes do Provável Excesso de Arrecadação, a ser apurado na fonte de recursos 100 – Recursos Próprios.

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.325/2018 de 11 de dezembro de 2018.

Art. 7º- Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 29 de agosto de 2019.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia-SC

Registrado e publicado em data supra.

Milton Aimi

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2019

Publicação Nº 2138548

LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2019 DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a criação do cargo de Treinador Desportivo e dá outras providências.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica criado no Quadro do Magistério do Município de Romelândia o cargo de Treinador Desportivo que passa a integrar o Anexo I, da Lei Complementar nº 003/2009.

Parágrafo único. O vencimento, número de vagas, carga horária semanal, habilitação, e atribuições do cargo são definidos no Anexo Único, que integra esta Lei para todos e quaisquer efeitos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia (SC),

28 de agosto de 2019.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra

ANEXO ÚNICO

Código	Cargo	Carga horária semanal	Vagas	Habilitação	Vencimento
014	Treinador Desportivo	20 horas	02	Diploma de Bacharelado em Educação Física ou Licenciatura Plena em Educação Física (Resolução CFE 03/1987) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão - CREF.	R\$ 1.278,87

Descrição das Atribuições:

Promover o treinamento das equipes de diversas modalidades esportivas, ensinando e orientando tecnicamente os jogadores. Orientar as providências quanto a transporte e alojamento para as equipes. Desenvolver e aprimorar táticas esportivas de acordo com o tipo ou modalidade de esporte, visando ao aprimoramento do atleta ou equipe. Promover, desenvolver e aprimorar conhecimentos e habilidades dos atletas. Elaborar programas de atividades esportivas e recreativas, baseando-se na comprovação das necessidades e na capacidade física dos atletas ou equipes, buscando os objetivos e ordenando a sua execução. Selecionar e preparar os atletas e equipes, aprimorando seus conhecimentos e habilidades, para participarem de competições amistosas e regionais. Organizar competições esportivas entre as várias equipes e atletas existentes no município, treinando equipes de diversas modalidades, para garantir-lhes bom desempenho nas competições. - Treinar e orientar atletas quanto às várias modalidades de atletismo e esportivas, para que possam escolher uma específica de acordo com sua aptidão. Acompanhar as equipes quando em competições fora do Município de Romelândia.

LEI Nº 2.353/2019

Publicação Nº 2138554

LEI Nº 2.353/2019

AUTORIZA REALIZAR DESPESAS COM TRANSPORTE DE SOLDADOS, EQUIPAMENTOS E ALIMENTAÇÃO DO BATALHÃO DO EXÉRCITO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E BOMBEIROS DE ANCHIETA PARA O DESFILE CÍVICO DO MUNICÍPIO E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a presente Lei:

ART. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar despesas no valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com o transporte de

equipamentos e alimentação de Soldados do batalhão do Exército de São Miguel do Oeste e Bombeiros de Anchieta.

ART. 2º - Os recursos citados no Artigo anterior se destinam a custear despesas com os soldados que irão participar do desfile cívico no dia 07 de setembro de 2019, em nosso Município.

ART. 3º - As despesas decorrentes da realização da presente Lei correrão por conta do Orçamento Municipal.

ART. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia - SC, 28 de agosto de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra

ANEXO ÚNICO

Código	Cargo	Carga horária semanal	Vagas	Habilitação	Vencimento
014	Treinador Desportivo	20 horas	02	Diploma de Bacharelado em Educação Física ou Licenciatura Plena em Educação Física (Resolução CFE 03/1987) e Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão - CREF.	R\$ 1.278,87

Descrição das Atribuições:

Promover o treinamento das equipes de diversas modalidades esportivas, ensinando e orientando tecnicamente os jogadores. Orientar as providências quanto a transporte e alojamento para as equipes. Desenvolver e aprimorar táticas esportivas de acordo com o tipo ou modalidade de esporte, visando ao aprimoramento do atleta ou equipe. Promover, desenvolver e aprimorar conhecimentos e habilidades dos atletas. Elaborar programas de atividades esportivas e recreativas, baseando-se na comprovação das necessidades e na capacidade física dos atletas ou equipes, buscando os objetivos e ordenando a sua execução. Selecionar e preparar os atletas e equipes, aprimorando seus conhecimentos e habilidades, para participarem de competições amistosas e regionais. Organizar competições esportivas entre as várias equipes e atletas existentes no município, treinando equipes de diversas modalidades, para garantir-lhes bom desempenho nas competições. - Treinar e orientar atletas quanto às várias modalidades de atletismo e esportivas, para que possam escolher uma específica de acordo com sua aptidão. Acompanhar as equipes quando em competições fora do Município de Romelândia.

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 30/2019

Publicação Nº 2138096

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 30/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA E A EMPRESA W PIROCA ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA GARAGEM DO PARQUE DE MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, DE CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS LICITAÇÕES PÚBLICAS.

Pelo presente, que fazem entre si, de um lado a Município de Romelândia/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecida à Rua 12 de Outubro nº 242, inscrito no CNPJ nº 82.821.182/0001-26, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. VALDIR BUGS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, inscrito no CPF nº 304.788.399-87, RG Nº 899.689 – SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e por outro lado a empresa W PIROCA ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.046.973/0001-58, estabelecida Avenida Flor do Sertão, 426, Centro, Flor do Sertão/SC, CEP: 89878-000, neste ato representado por WILLIAM PIROCA, inscrita no CPF nº 071.911.939-13, RG nº 0, residente e domiciliada no Município de Flor do Sertão/SC, na Avenida Flor do Sertão, nº 426, Centro, CEP 89878-000, doravante denominado CONTRATADA, de acordo comum e com amparo legal na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores e Processo de Licitação Nº 616/2019, na modalidade Tomada de Preços nº 3/2019, resolvem de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E ORIGEM

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93 e suas alterações, apresentando origem na negociação entre a CONTRATANTE, e a CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA GARAGEM DO PARQUE DE MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, CFE PROJETO ART 6870755-1 E 6869231-5.

I – DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

Em decorrência de aditivos conforme consta na solicitação de aditivo efetuado pela empresa e com o aceite do Município de Romelândia conforme segue em anexo a este termo fica o presente contrato aditado no valor de R\$ 22.262,13 (vinte e dois mil duzentos e sessenta e dois reais e treze centavos).

II – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições do Contrato Original permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo, assinam este instrumento em três (3) vias iguais, com as testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Romelândia SC, 26/08/2019

VALDIR BUGS Prefeito Municipal

WILLIAM PIROCA
W PIROCA ENGENHARIA & CONSTRUÇÕES LTDA
CONTRATADO

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 056/2019

Publicação Nº 2138874

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha para servidores da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos quando a serviço no interior do município, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 13h30min do dia 10/09/2019.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 13h30min do dia 10/09/2019

Santa Cecília, 28 de Agosto de 2019.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 60/2019 - TOMADA DE PREÇO N° 04/2019

Publicação N° 2139019

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 60/2019 – TOMADA DE PREÇO N° 04/2019

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 60/2019, na Modalidade de Tomada de Preço nº 04/2019, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão de obra para execução da obra para construção de cobertura de área externa, com área de 200 m², com estrutura de pilares em concreto pré-moldado, tesouras metálicas e cobertura de telhas de aço zincado, na comunidade da Linha Aparecida. Recebimento dos envelopes até as 08h20min do dia 13 de setembro de 2019. Abertura dos envelopes as 08h30min do dia 13 de setembro de 2019, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 28 de agosto de 2019.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santa Rosa de Lima

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 0007/2019

Publicação N° 2138303

RESOLUÇÃO N.º 007/2019

"Publica local de votação e sessão de apresentação dos candidatos habilitados no Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares do Município de Santa Rosa de Lima."

A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Santa Rosa de Lima, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – A eleição e votação para a eleição de conselheiros tutelares, sera realizada na Escola de Educação Básica Professor Aldo Câmara, no dia 06 (seis) de outubro de 2019, das 8hs às 17hs.

Art. 2º – O Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente organizará sessão aberta a toda comunidade para apresentação dos candidatos habilitados, no dia 05 (cinco) de setembro de 2019, às 17h30, no Centro de Múltiplo Uso, momento que será oportunizado aos candidatos tempo de 00:05 minutos para uso da palavra.

Art. 3º – Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Santa Rosa de Lima, em 29 de agosto de 2019.

GRASIELE FERNANDES MATES

Presidente

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

ATA HABILITAÇÃO PR 036/2019 2

Publicação Nº 2139227

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO PR Nº 036/2019
CONTRATADA: ELETRO MOTORES SANTA LUZIA LTDA-ME
RESPONSÁVEL PELA EMPRESA: Albertino Cobilanski Waltrik

Objeto: Contratação de empresa para prestação de Serviços de Mão de Obra na manutenção da iluminação pública municipal e reparos nas instalações elétricas das repartições públicas, de acordo com as condições, quantidades e especificações constantes no Instrumento Convocatório do Pregão Presencial nº 036/2019 e demais Anexos.

Decisão: Transcorrido o prazo para assinatura do contrato e devido a não apresentação da CERTIDÃO DE DÉBITOS RELATIVOS A CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO E A CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL (item 5.1. letra a.) atualizada, a Pregoeira decide pela INABILITAÇÃO da empresa ELETRO MOTORES SANTA LUZIA LTDA-ME. Neste ato comunicamos o representante da empresa licitante, do prazo de 5 (cinco) dias, contados desta data, para interposição de recurso.

Santa Rosa do Sul, 26 de Agosto de 2019.
Luana de Souza Pereira
Pregoeira

Fabio de Souza Machado
Contador

Márcia Josane Silveira Velhos
Membro

DECRETO Nº 042, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2137952

DECRETO Nº 042, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

Constitui e nomeia membros da Comissão de Concurso Público para preenchimento de vagas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Concurso Público, passando a ser integrada pelos Servidores: ROSANE FERREIRA EMERIM, Agente Administrativo II; CÉLIA CAETANA PAULO DE BORBA ROXO, Agente Administrativo II; membros efetivos e o Servidor FABIO DE SOUZA MACHADO, Contador, membro suplente, para, sob a presidência do primeiro, preparar executar e julgar o concurso destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Administração Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de agosto de 2019.
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

RGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Diretor de Administração

EI Nº 1111 DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2137959

LEI Nº 1111 DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir por desapropriação amigável ou judicial duas áreas de terra contíguas que especifica e dá outras providências.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, duas (02) áreas de terra rurais, localizadas na Estrada Geral em Peroba, cidade de Santa Rosa do Sul-SC, de propriedade dos herdeiros de Enivaldo Casagrande;
Área 01: Área levantada para desapropriação de 132,00m² (cento e trinta e dois metros quadrados), objeto da Matrícula nº 11.830, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio, em condomínio na área geral de 735,00m², cuja área levantada para desapropriação possui as seguintes medidas e confrontações:

NORTE na extensão de 11,28 metros, confrontando-se com terras de Osvaldo Paulo da Cunha.

SUL na mesma extensão, confrontando-se com a Estrada Geral da Peroba.

LESTE na extensão de 11,70 metros, confrontando-se com as terras de Enivaldo Casagrande (conforme Escritura Pública de Cessão de Direitos Hereditários).

OESTE na mesma extensão, confrontando-se com a Praça da Igreja da Capela de São Pedro.

Área 02: Área com área levantada para desapropriação de 216,00m² (duzentos e dezesseis metros quadrados), em condomínio na área Geral de 797,75m², sendo que nesta área possui construção tipo comercial de alvenaria de pavimento único com área construída de 180,00m², objeto da Transcrição nº 28.909, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Sombrio, cuja área levantada objeto da Desapropriação possui as seguintes medidas e confrontações:

NORTE na extensão de 10,50 metros, confrontando-se com terras de Enedir Pereira Raupp.

SUL na mesma extensão, confrontando-se com a Estrada Geral da Peroba.

LESTE na extensão de 20,57 metros, confrontando-se com as terras de Ivo Bez.

OESTE na mesma extensão, confrontando-se com terras de Enivaldo Casagrande (conforme Escritura Pública de Cessão de Direitos Hereditários).

Art. 2º Os imóveis que se refere o artigo anterior, destinam-se as novas instalações do Posto de Saúde da comunidade de Peroba.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 27 de agosto de 2019.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Diretor de Administração

I Nº 1112 DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2137966

LEI Nº 1112 DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Altera dispositivos da Lei nº 1096 de 14 de maio de 2019 que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS 2019 e dá outras providências.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, SC, faz saber a todos habitantes do Município que o Plenário aprovou e, ele, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo primeiro do artigo segundo da Lei nº 1096 de 14 de maio de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:
§1º A opção ao REFIS /2019 deverá ser formalizada até o dia 30 de dezembro de 2019. Através de "Requerimento Administrativo".

Art. 2º Fica acrescido no artigo oitavo da Lei nº 1096 de 14 de maio de 2019 o seguinte parágrafo:

Parágrafo único: Para pagamento "a vista", não se aplica o disposto no caput deste artigo.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 27 de agosto de 2019.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer

Diretor de Administração

ATA PARECERES DIVERSOS LIC. 031/2019 PR - SEGUNDA CHAMADA

Publicação Nº 2139262

*Estado de Santa Catarina*

1

*Município de Santa Rosa do Sul***ATA DE PARECERES DIVERSOS**

Processo de Licitação nº 031/2019 – Pregão Presencial Nº 031/2019
Fase de Amostras 2

A equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Rosa do Sul realizou análise em amostras de produtos entregues pelos licitantes classificados em primeiro lugar nos itens **20, 32, 34, 35, 36, 76, 83, 85, 86, 87, 93, 94, 96, 116, 131, 132, 144, 153, 171, 188 E 234**, do edital de licitação nº 031/2019 – Pregão Presencial, conforme item 05, que tem por objeto o fornecimento de materiais de consumo hospitalar, equipamentos e medicamentos a serem adquiridos parceladamente no exercício de 2019. Conforme análise final dos produtos (anexo1) os itens abaixo foram reprovados, fica CONVOCADO as empresas classificadas em 3º colocação para apresentação das amostras e as demais classificadas querendo, as análises serão realizadas na ordem de classificação.

Santa Rosa do Sul, 26 de Agosto de 2019.

Luana de Souza Pereira
Pregoeira

ITEM REPROVADOS – CONVOCAÇÃO SUBSEQUENTES				
ITEM	EMPRESAS			
	3º Colocado	4º Colocado	5º Colocado	
20	METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA		
76	METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	
83	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA			
85	METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA			
86	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	
93	L.A. DALLA PORTA JUNIOR – EPP	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA		
94	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA		
96	METROMED COM. DE	ALTERMED MAT. MED.	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE	

Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400 – Caixa Postal 005 – Fone/Fax (48) 534-1113
CEP 88.965-000 – Santa Rosa do Sul – SC

Home page – www.santarosadosul.sc.gov.br E-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

2

Município de Santa Rosa do Sul

	MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	HOSPITALAR LTDA	MATERIAIS HOSPITALARES LTDA
132	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	
144	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA		
153	VMLX ELETRONICOS EIRELI –ME	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
171	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	
188	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	
234	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA		

Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400 – Caixa Postal 005 – Fone/Fax (48) 534-1113
CEP 88.965-000 – Santa Rosa do Sul – SC

Home page – www.santarosadosul.sc.gov.br E-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

3

Município de Santa Rosa do Sul

ANEXO I

PARECER TÉCNICO DA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS CONFORME EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/2019 E LICITAÇÃO Nº 31/2019-PR.

Itens que foram solicitados segunda apresentação de amostras: 20, 32, 34, 35, 36, 76, 83, 85, 86, 87, 93, 94, 96, 116, 131, 132, 144, 153, 171, 188 e 234.

RELAÇÃO DAS EMPRESAS COM ITENS EM SEGUNDA COLOCAÇÃO

Empresa **ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA**

Itens: 93 e 234.

Empresa **ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME**

Itens: 76, 94, 96, 144 e 153.

Empresa **LA DALLA PORTA JUNIOR - EPP**

Itens: 86, 171 e 188.

Empresa **METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Itens: 83 e 85.

Empresa **TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L**

Itens: 20, 32, 34, 35, 36, 87, 116 e 131.

RELAÇÃO DAS EMPRESAS QUE ENTREGARAM AS AMOSTRAS DE SEGUNDA CHAMADA

Empresas: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L.

RELAÇÃO DAS EMPRESAS QUE NÃO ENTREGARAM AS AMOSTRAS DE SEGUNDA CHAMADA

Empresas: **ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA, ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME, METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA e LA DALLA PORTA JUNIOR – EPP.**

Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400 – Caixa Postal 005 – Fone/Fax (48) 534-1113

CEP 88.965-000 – Santa Rosa do Sul – SC

Home page – www.santarosadosul.sc.gov.br E-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

4

Município de Santa Rosa do Sul

ANÁLISE DOS MATERIAIS

Empresa **TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L**

ITEM / DESCRIÇÃO	ANÁLISE
ITEM 20 ALGODÃO HIDRÓFILO 500GR - CONSTITUÍDO DE FIBRAS 100% ALGODÃO ALVEJADO, ISENTO DE IMPUREZAS, MACIO, COM BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO E RETENÇÃO DE LÍQUIDOS, EMBALADO EM ROLOS COM 500 GRAMAS, COM CAMADAS SOBREPOSTAS FORMANDO UMA MANTA COM ESPESSURA UNIFORME ENTRE 01 A 1,50CM E REGULARMENTE COMPACTO, ENROLADO EM PAPEL AZUL APROPRIADO EM TODA SUA EXTENSÃO, MEDINDO NO MÍNIMO 24CM DE LARGURA.	Marca Cotada: Nathalya. Marca Apresentado: Nathalya. Item não avaliado uma vez que o material apresentado é o mesmo que foi reprovado em primeira análise.
ITEM 32 ATADURA DE CREPOM MEDINDO 06 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO (VARIAÇÃO DE ATÉ 5%), COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², COM PESO DE 18G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.	ATADURA DE CREPOM: Atende MEDINDO 06 CM DE LARGURA: Atende 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO (VARIAÇÃO DE ATÉ 5%): Atende COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM²: Atende COM PESO DE 18G POR UNIDADE: Atende CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO: Atende ACRESCIDO DE ELASTANO: Atende FIOS DE ALTA TORÇÃO: Atende POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL: Atende APARÊNCIA UNIFORME: Atende BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS: Atende. ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO EMBALADAS INDIVIDUALMENTE: Atende. PACOTE COM 12 UNIDADES: Amostra individual. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056: Atende Amostra em conformidade com o solicitado. Marca Avaliada: BIO TEXTIL.
ITEM 34 ATADURA DE CREPOM MEDINDO 10 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO (VARIAÇÃO DE ATÉ 5%), COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², COM PESO DE 30G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL,	ATADURA DE CREPOM: Atende MEDINDO 10 CM DE LARGURA: Atende 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO (VARIAÇÃO DE ATÉ 5%): Atende COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM²: Atende COM PESO DE 30G POR UNIDADE: Atende CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO: Atende ACRESCIDO DE ELASTANO: Atende FIOS DE ALTA TORÇÃO: Atende

Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400 – Caixa Postal 005 – Fone/Fax (48) 534-1113

CEP 88.965-000 – Santa Rosa do Sul – SC

Home page – www.santarosadosul.sc.gov.br E-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

5

Município de Santa Rosa do Sul

<p>APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.</p>	<p>POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL: Atende APARÊNCIA UNIFORME: Atende BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS: Atende EMBALADAS INDIVIDUALMENTE: Atende O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056: Atende Amostra em conformidade com o solicitado. Marca Avaliada: BIO TEXTIL.</p>
<p>ITEM 35 ATADURA DE CREPOM MEDINDO 12 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO (VARIAÇÃO DE ATÉ 5%), COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², COM PESO DE 36G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.</p>	<p>ATADURA DE CREPOM: Atende MEDINDO 12 CM DE LARGURA: Atende 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO (VARIAÇÃO DE ATÉ 5%): Atende COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM²: Atende COM PESO DE 36G POR UNIDADE: Atende CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO: Atende ACRESCIDO DE ELASTANO: Atende FIOS DE ALTA TORÇÃO: Atende POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL: Atende APARÊNCIA UNIFORME: Atende BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS: Atende EMBALADAS INDIVIDUALMENTE: Atende O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056: Atende Amostra em conformidade com o solicitado. Marca Avaliada: BIO TEXTIL.</p>
<p>ITEM 36 ATADURA DE CREPOM MEDINDO 15 CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO (VARIAÇÃO DE ATÉ 5%), COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM², COM PESO DE 45G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO ACRESCIDO DE ELASTANO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS, ISENTA DE IMPUREZAS, RASGOS, FIAPOS, FIOS SOLTOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. APRESENTAR REGISTRO MS E AFE DO FABRICANTE NA PROPOSTA. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, PACOTE COM 12 UNIDADES. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056.</p>	<p>ATADURA DE CREPOM: Atende MEDINDO 15 CM DE LARGURA: Atende 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO (VARIAÇÃO DE ATÉ 5%): Atende COM DENSIDADE DE 18 FIOS/CM²: Atende COM PESO DE 45G POR UNIDADE: Atende CONFECCIONADA EM TECIDO MÍNIMO 90% ALGODÃO: Atende ACRESCIDO DE ELASTANO: Atende FIOS DE ALTA TORÇÃO: Atende POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL: Atende APARÊNCIA UNIFORME: Atende BORDAS DEVIDAMENTE BEM ACABADAS: Atende EMBALADAS INDIVIDUALMENTE: Atende O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA ABNT 14.056: Atende Amostra em conformidade com o solicitado. Marca Avaliada: BIO TEXTIL.</p>
<p>Item 87 EQUIPO TIPO MICROGOTAS PARA SOLUÇÃO PARENTERAL. CARACTERÍSTICAS: CÂMARA</p>	<p>CÂMARA FLEXÍVEL: Atende. GOTEJADORAS MICROGOTAS (60 GOTAS /ML): Atende. TRANSPARENTE: Atende.</p>

Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400 – Caixa Postal 005 – Fone/Fax (48) 534-1113

CEP 88.965-000 – Santa Rosa do Sul – SC

Home page – www.santarosadosul.sc.gov.br E-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

6

Município de Santa Rosa do Sul

FLEXÍVEL, GOTEJADORAS MICROGOTAS (60 GOTAS /ML) TRANSPARENTE, FILTRO DE PARTÍCULAS DE 15µ QUE RETÉM PARTÍCULAS EM SUSPENSÃO, REGULADOR DE FLUXO DE ALTA PRECISÃO QUE PERMITE RIGOROSO CONTROLE DE GOTEJAMENTO, SEM CAUSAR DANO OU DETERIORAÇÃO ENTRE O REGULAR DO FLUXO E O TUBO, ENTRADA DE AR COM FILTRO DE PARTÍCULAS, HIDRÓFOTO E BACTERIOLÓGICOS DE 0,22µ, LANCETA PERFURANTE TRIFACETADA, PADRÃO ISO, PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO COM TAMPA PROTETORA, TUBO FLEXÍVEL EM PVC, SEM EFEITO MEMÓRIA, TRANSPARENTE DE 1,5M, ATÓXICO E EPIROGÊNICO. PINÇA CLAMP QUE PROPORCIONE UMA OCLUSÃO RÁPIDA DO FLUXO SEM ROMPIMENTO DO TUBO OU EFEITO MEMÓRIA INJETOR LATERAL EM Y COM SUPORTE PARA OS DEDOS. ITEM DE SEGURANÇA CONFORME NR 32. CONEXÃO DISTAL LUER SLIP E LOCK ROTATIVO NA MESMA PEÇA, DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO, QUE ATENDA A INTEGRA A PORTARIA Nº502, DE 29/12/2011 - INMETRO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER NA ROTULAGEM DADOS COMO, EQUIPO DE USO ÚNICO, DATA DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E ESTÉRIL. EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, NÃO PERMITINDO COLAR APÓS ABERTURA. APRESENTAR JUNTO À PROPOSTA CÓPIA IMPRESSA DO REGISTRO NA ANVISA, CERTIFICADO DE CONFORMIDADE COM A PORTARIA 502/11 INMETRO E RDC 02 ANVISA.

FILTRO DE PARTÍCULAS DE 15µ QUE RETÉM PARTÍCULAS EM SUSPENSÃO: **Atende.**
REGULADOR DE FLUXO DE ALTA PRECISÃO QUE PERMITE RIGOROSO CONTROLE DE GOTEJAMENTO SEM CAUSAR DANO OU DETERIORAÇÃO ENTRE O REGULAR DO FLUXO E O TUBO: **Atende.**
ENTRADA DE AR COM FILTRO DE PARTÍCULAS HIDRÓFOTO E BACTERIOLÓGICOS DE 0,22µ: **Atende.**
LANCETA PERFURANTE TRIFACETADA: **Atende.**
PADRÃO ISO PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO COM TAMPA PROTETORA: **Atende.**
TUBO FLEXÍVEL EM PVC: **Atende.**
TRANSPARENTE DE 1,5M: **Atende.**
ATÓXICO E EPIROGÊNICO: **Atende.**
PINÇA CLAMP QUE PROPORCIONE UMA OCLUSÃO RÁPIDA DO FLUXO SEM ROMPIMENTO DO TUBO OU EFEITO MEMÓRIA: **Atende.**
INJETOR LATERAL EM Y COM SUPORTE PARA OS DEDOS: **Atende.**
CONEXÃO DISTAL LUER SLIP E LOCK ROTATIVO NA MESMA PEÇA: **Atende.**
DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO, QUE ATENDA A INTEGRA A PORTARIA Nº502, DE 29/12/2011 – INMETRO: **Atende.**
A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER NA ROTULAGEM DADOS COMO, EQUIPO DE USO ÚNICO, DATA DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E ESTÉRIL: **Atende.**
EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, NÃO PERMITINDO COLAR APÓS ABERTURA: **Atende.**

Amostra em conformidade com o solicitado.
Marca Avaliada: TKL – La Vita.

ITEM 116

COMPRESSA DE GAZE (TIPO QUEIJO) EM ROLO, MEDINDO 91CMX91M, COM 13 FIOS POR CM², NÃO ESTÉRIL, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO, 04 DOBRAS, 08 CAMADAS, MASSA POR UNIDADE “PESO” NO MÍNIMO DE 1.8KG ISENTA DE EMBALAGEM, COM TRAMA FECHADA, TEXTURA UNIFORME, ADEQUADA, ALVEJADA E HIDROFILIZADA, ISENTA DE RESÍDUOS, MANCHAS, FALHAS, DEVEM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0 APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU IGUAL HÁ 15 SEGUNDOS, SEM FILAMENTO RADIOPACO, CONFORME NORMAS ABNT 14108, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

EM ROLO: **Atende.**
MEDINDO 91CMX91M: **Atende.**
COM 13 FIOS POR CM²: **Atende.**
NÃO ESTÉRIL: **Atende.**
CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO: **Atende.**
04 DOBRAS: **Atende.**
08 CAMADAS: **Atende.**
MASSA POR UNIDADE “PESO” NO MÍNIMO DE 1.8KG: **Atende.**
ISENTO DE EMBALAGEM,: **Atende.**
COM TRAMA FECHADA: **Atende.**
TEXTURA UNIFORME: **Atende.**
ALVEJADA E HIDROFILIZADA: **Atende.**
ISENTO DE RESÍDUOS, MANCHAS, FALHAS: **Atende.**
DEVEM SER BRANQUEADAS, PURIFICADAS, ISENTA DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO: **Atende.**
POSSUIR PH COM INTERVALO ENTRE 5,0 E 8,0: **Atende.**
APRESENTAR HIDROFILIDADE MENOR OU IGUAL HÁ 15

Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400 – Caixa Postal 005 – Fone/Fax (48) 534-1113

CEP 88.965-000 – Santa Rosa do Sul – SC

Home page – www.santarosadosul.sc.gov.br E-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina

7

Município de Santa Rosa do Sul

	<p>SEGUNDOS: Atende. SEM FILAMENTO RADIOPACO, CONFORME NORMAS ABNT 14108: Atende.</p> <p>Amostra em conformidade com o solicitado. Marca Avaliada: BIO TEXTIL.</p>
<p>ITEM 131 LANCETA AUTOMÁTICA DESCARTÁVEL CONFORME NR32, AGULHA EM AÇO INOX PARA OBTENÇÃO DE SANGUE CAPILAR, RETRÁTIL, ESTÉRIL, COM AGULHA SILICONIZADA, PONTA TRIFACETADA, COM DIÂMETRO DE 25G/0,5MM, DISPARADA ATRAVÉS DE CONTATO (SEM BOTÃO DE ACIONAMENTO), COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, QUE IMPEÇA O REUSO E PROVIDA DE LACRE, COM PROFUNDIDADE DE PENETRAÇÃO DE 1,5MM. CAIXA COM 200 UNIDADES. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NUMERO DE LOTE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO/ VALIDADE E REGISTRO NO MS/ANVISA.</p>	<p>LANCETA AUTOMÁTICA DESCARTÁVEL CONFORME NR32: Atende. AGULHA EM AÇO INOX: Atende. RETRÁTIL: Atende. ESTÉRIL: Atende. COM AGULHA SILICONIZADA: Atende. PONTA TRIFACETADA: Atende. COM DIÂMETRO DE 25G/0,5MM: Atende. DISPARADA ATRAVÉS DE CONTATO (SEM BOTÃO DE ACIONAMENTO): Atende. COM DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE IMPEÇA O REUSO E PROVIDA DE LACRE, Atende. PROFUNDIDADE DE PENETRAÇÃO DE 1,5MM: Atende. CAIXA COM 200 UNIDADES. Atende.. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NUMERO DE LOTE, TIPO DE ESTERILIZAÇÃO, DATA DE FABRICAÇÃO/ VALIDADE E REGISTRO NO MS/ANVISA.: Atende.</p> <p>Amostra em conformidade com o solicitado. Marca Avaliada: TKL.</p>

Itens que **ATENDERAM** as especificações: 32, 34, 35, 36, 87, 116 e 131.

Itens que **NÃO ATENDEM** as especificações: 20.

Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400 – Caixa Postal 005 – Fone/Fax (48) 534-1113

CEP 88.965-000 – Santa Rosa do Sul – SC

Home page – www.santarosadosul.sc.gov.br E-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br

*Estado de Santa Catarina*

8

*Município de Santa Rosa do Sul***CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após análise final dos produtos e de acordo com o descritivo acima da análise de amostras, é feita as seguintes considerações.

ITENS APROVADOS	EMPRESA
32	TRADE MEDICAL
34	TRADE MEDICAL
35	TRADE MEDICAL
36	TRADE MEDICAL
87	TRADE MEDICAL
116	TRADE MEDICAL
131	TRADE MEDICAL

NÃO APROVADOS	EMPRESA
20	TRADE MEDICAL

DESCCLASSIFICADOS POR NÃO APRESENTAREM AS AMOSTRAS	EMPRESA
76	ISAMED
83	METROMED
85	METROMED
86	LA DALLA PORTA JUNIOR
93	ALTERMED
94	ISAMED
96	ISAMED
132	VMLX – ELETRONICOS
144	ISAMED
153	ISAMED
171	LA DALLA PORTA JUNIOR
188	LA DALLA PORTA JUNIOR
234	ALTERMED

Rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400 – Caixa Postal 005 – Fone/Fax (48) 534-1113

CEP 88.965-000 – Santa Rosa do Sul – SC

Home page – www.santarosadosul.sc.gov.br E-mail compras@santarosadosul.sc.gov.br

ATA PARECERES DIVERSOS LIC. 032/2019 PR 3

Publicação Nº 2138519

REF.: FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCÍCIO 2019.

ATA DE PROPOSTAS DE PREÇOS FINAL Nº 32/2019 (Sequência: 3)

Ao(s) 22 de Agosto de 2019, às 13:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 003, para análise dos resultados das fases de amostra das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 32/2019, Licitação nº 32/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Logo após, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

O Fornecedor SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP é ex-vencedor do Item 1 do Processo 32/2019, o novo vencedor é: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L, pelo motivo: CLASSIFICADO NA FASE DE AMOSTRAS.

O Fornecedor ODONTOSUL LTDA é ex-vencedor do Item 16 do Processo 32/2019, o novo vencedor é: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L, pelo motivo: CLASSIFICADO NA FASE DE AMOSTRAS.

O Fornecedor SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP é ex-vencedor do Item 79 do Processo 32/2019, o novo vencedor é: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L, pelo motivo: CLASSIFICADO NA FASE DE AMOSTRAS.

O Fornecedor SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP é ex-vencedor do Item 127 do Processo 32/2019, o novo vencedor é: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L, pelo motivo: CLASSIFICADO NA FASE DE AMOSTRAS.

O Fornecedor ODONTOSUL LTDA é ex-vencedor do Item 160 do Processo 32/2019, o novo vencedor é: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L, pelo motivo: CLASSIFICADO NA FASE DE AMOSTRAS.

O Fornecedor ODONTOSUL LTDA é ex-vencedor do Item 161 do Processo 32/2019, o novo vencedor é: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L, pelo motivo: CLASSIFICADO NA FASE DE AMOSTRAS.

O Fornecedor ODONTOSUL LTDA é ex-vencedor do Item 162 do Processo 32/2019, o novo vencedor é: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L, pelo motivo: CLASSIFICADO NA FASE DE AMOSTRAS.

O Fornecedor SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP é ex-vencedor do Item 163 do Processo 32/2019, o novo vencedor é: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L, pelo motivo: CLASSIFICADO NA FASE DE AMOSTRAS.

O Fornecedor SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP é ex-vencedor do Item 175 do Processo 32/2019, o novo vencedor é: TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L, pelo motivo: CLASSIFICADO NA FASE DE AMOSTRAS.

ABAIXO SEGUE RELAÇÃO FINAL DE CLASSIFICAÇÃO.

Participante 10090 - SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP							
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	AFASTADOR MINESSOTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	40,00	GOLGRAN	0	8,40	336,00
5	AGULHA GENGIVAL 30 G CURTA 25MM, CÂNULA FINA COM TRATAMENTO ESPECIAL, SILICONIZADA, EM AÇO INOX DE ALTA FLEXIBILIDADE, PONTA TRIBISELADA COM INDICADOR DE BISEL FACILITA A VISUALIZAÇÃO, ALTO PADRÃO DE QUALIDADE - TESTADAS UMA A UMA ELETRONICAMENTE, ESTERILIZADAS COM RAIOS GAMA-COBALTO. APRESENTAR O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CATALOGO DO PRODUTO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	50,00	INJECTA	0	31,10	1.555,00
10		CX	100,00	DFL/ALPHACAINE	0	87,70	8.770,00

	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA 2% COM EPINEFRINA INJETÁVEL, COMPOSTO DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 2% COM EPINEFRINA 1:100.000, ACONDICIONADO EM TUBETES DE CRISTAL COM ÊMBOLO SILICONADOS. CAIXAS COM 50 TUBETES DE 1,8 ML DISPOSTOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA MINIMIZANDO A CONTAMINAÇÃO EXTERNA; ISENTO DE METILPARABENO; ACONDICIONADOS EM TUBETES DE CRISTAL, QUE PERMITEM A MELHOR VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUÍNEO; MINIMIZAM A DOR DURANTE A APLICAÇÃO, PELA MAIOR SUAVIDADE DE DESLIZAMENTO DO ÊMBOLO SILICONADOS; MANTÉM A EFICIÊNCIA DO PRODUTO INALTERADA DURANTE TODO O PERÍODO DE VALIDADE, PELA AUSÊNCIA DE POROSIDADE DO CRISTAL. A EMBALAGEM DEVERÁ APRESENTAR OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO, NÚMERO DO LOTE, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA						
11	ANESTÉSICO ARTICAINA 4% 1:100.000 COM EPINEFRINA. ACONDICIONADO EM TUBETES DE CRISTAL COM ÊMBOLO SILICONADOS. CAIXAS COM 50 TUBETES DE 1,8 ML DISPOSTOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA MINIMIZANDO A CONTAMINAÇÃO EXTERNA; ISENTO DE METILPARABENO; ACONDICIONADOS EM TUBETES DE CRISTAL, QUE PERMITEM A MELHOR VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUÍNEO; MINIMIZAM A DOR DURANTE A APLICAÇÃO, PELA MAIOR SUAVIDADE DE DESLIZAMENTO DO ÊMBOLO SILICONADOS; MANTÉM A EFICIÊNCIA DO PRODUTO INALTERADA DURANTE TODO O PERÍODO DE VALIDADE, PELA AUSÊNCIA DE POROSIDADE DO CRISTAL. A EMBALAGEM DEVERÁ APRESENTAR OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO, NÚMERO DO LOTE, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	CX	100,00	DFL/ARTICAINE	0	131,82	13.182,00
12	ANESTÉSICO MEPIVACAÍNA 2% COM EPINEFRINA, COMPOSTO DE CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA A 2% COM EPINEFRINA 1:100.000, ACONDICIONADO EM TUBETES DE CRISTAL COM ÊMBOLO SILICONADOS. CAIXAS COM 50 TUBETES DE 1,8 ML DISPOSTOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA MINIMIZANDO A CONTAMINAÇÃO EXTERNA; ISENTO DE METILPARABENO; ACONDICIONADOS EM TUBETES DE CRISTAL, QUE PERMITEM A MELHOR VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUÍNEO; MINIMIZAM A DOR DURANTE A APLICAÇÃO, PELA MAIOR SUAVIDADE DE DESLIZAMENTO DO ÊMBOLO SILICONADOS; MANTÉM A EFICIÊNCIA DO PRODUTO INALTERADA DURANTE TODO O PERÍODO DE VALIDADE, PELA AUSÊNCIA DE POROSIDADE DO CRISTAL. A EMBALAGEM DEVERÁ APRESENTAR OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO, NÚMERO DO LOTE, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	CX	50,00	DFL/MEPIADRE	0	124,57	6.228,50
13		CX	50,00	DFL/MEPISV	0	124,57	6.228,50

	ANESTÉSICO MEPIVACAINA 3% SEM VASOCONSTRITOR, TUBETES COM 1,8ML, 54MG, PARA ANESTESIA PULPAR DE 20 A 40 MINUTOS E EM TECIDOS MOLES DE 2 A 3 HORAS. 54MG. CAIXAS COM 50 TUBETES DE 1,8 ML DISPOSTOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA MINIMIZANDO A CONTAMINAÇÃO EXTERNA; ISENTOS DE METILPARABENO; ACONDICIONADOS EM TUBETES DE CRISTAL, QUE PERMITEM A MELHOR VISUALIZAÇÃO DO REFLUXO SANGUÍNEO; MINIMIZAM A DOR DURANTE A APLICAÇÃO, PELA MAIOR SUAVIDADE DE DESLIZAMENTO DO ÊMBOLO SILICONADOS; MANTÉM A EFICIÊNCIA DO PRODUTO INALTERADA DURANTE TODO O PERÍODO DE VALIDADE, PELA AUSÊNCIA DE POROSIDADE DO CRISTAL. A EMBALAGEM DEVERÁ APRESENTAR OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO, NÚMERO DO LOTE, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA						
15	ARCO YONG, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	5,00	MAQUIRA	0	8,14	40,70
17	BROCA ZECRYA LONGA, TENDO A SUA PARTE ATIVA FABRICADA EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO (K20) E A PARTE INATIVA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DIN 1.4197, CONTENDO 13% DE CROMO E 0,9MM DE DIÂMETRO, NA COR DOURADA, PONTA INATIVA ARREDONDADA. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	DENTSPLY	0	39,91	1.995,50
61	DETERGENTE ENZIMÁTICO COM 1000ML. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FR	50,00	CICLOFARMA	0	26,36	1.318,00
70	ESPÁTULA LECRON. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	6,00	GOLGRAN	0	11,02	66,12
76	FIO DE SUTURA AGULHADO 4.0 NYLON COM 24 UNIDADES. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	50,00	PROCARE	0	28,80	1.440,00
80	FLUOR 0,2% SABOR TUTTI-FRUTTI 500ML. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FR	100,00	IODONTOSUL	0	8,06	806,00
81	FLUOR GEL 1,23% FRASCO COM 200ML. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FR	50,00	IODONTOSUL	0	4,11	205,50
122	MANDRIL PARA DISCO DE LIXA POP ON. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO	UN.	20,00	MICRODONT	0	45,99	919,80

LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.

144	PONTEIRAS PARA IRRIGAÇÃO (ENDODONTIA) COM 05 UNIDADES, CORPO DE PLÁSTICO COM PESCOÇO ANGULADO E UMA CÂNULA DE METAL MUITO FINA. PONTA ESTERILIZADA, A EXTREMIDADE APICAL DA PONTA É MACIA E FLEXÍVEL, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	ULTRADENT	0	35,39	1.769,50
150	RESINA ACRILICA AUTOPOLIMERIZÁVEL 220 GRAMAS PÓ - INCOLOR	UN.	30,00	TDV	0	32,63	978,90
151	RESINA ACRÍLOICA AUTOPOLIMERIZÁVEL 120 ML - LÍQUIDA	UN.	30,00	TDV	0	16,32	489,60
152	RESINA ACRILICA AUTOPOLIMERIZÁVEL 220 GRAMAS PÓ - ROSA	UN.	30,00	TDV	0	32,63	978,90
167	SELADORA ONTOLÓGICA COM GUILHOTINA PARA CORTE (AMBOS OS LADOS) 30 CM DE ÁREA LIVRE PARA SELAGEM 1 CM DE LARGURA RESISTÊNCIA BLINDADA, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PESO LÍQUIDO: 1.162 KG, PESO BRUTO: 1.291 KG, VOLTAGEM: 110V / 220V - BIVOLT AUTOMATICO FREQUÊNCIA: 50/60HZ, POTÊNCIA: 80 W, LÂMINA DA GUILHOTINA: BISTURI Nº 12, DIMENSÕES: 480MM (COMPRIMENTO) X 100 MM (LARGURA) X 113MM (ALTURA). APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	2,00	ESSENCE/SELAMA X	0	191,10	382,20
179	TAMBOREL DE ALUMINIO AUTOCLAVÁVEL. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	2,00	MAQUIRA	0	12,99	25,98
184	TRICRESOL FORMALINA 10ML. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FR	20,00	BIODINAMICA	0	4,42	88,40
185	VASELINA SÓLIDA 35 GRAMAS, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE./ANVISA.	UN.	30,00	QUIMIDROL	0	3,89	116,70

Total do Participante -

47.921,80

Participante 10091 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES L

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ÁCIDO FOSFÓRICO 37%, ESPESANTE, CORANTE AZUL E ÁGUA DEIONIZADA, EMBALEGM CONTENDO 3 SERINGAS COM 3 GRAMAS E 3 BICOS APLICADORES METÁLICOS E AUTOCLAVÁVEIS. APRESENTAR O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	100,00	BIODINAMICA	0	3,31	331,00
2		UN.	50,00	FGM	0	29,00	1.450,00

	<p>ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL 6ML PARA ESMALTE E DENTINA, RESPONSÁVEL PELA UNIÃO ENTRE A ESTRUTURA DENTAL E MATERIAIS RESTAURADORES. CONTÉM PRIMER E ADESIVO EM UM SÓ FRASCO. CONTÉM MDP EM SUA FÓRMULA, QUE FAZ A LIGAÇÃO QUÍMICA QUE SOMADA A ADESÃO MECÂNICA PRESENTE NO PRODUTO. CONTÉM NANOPARTÍCULAS DE SÍLICA TRATADA, CONFERINDO MAIOR ESTABILIDADE E RESISTÊNCIA AO FILME ADESIVO, SOLVENTE A BASE DE ETANOL, APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CATALOGO DO PRODUTO COMPROVANDO AS ESPECIFICAÇÕES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.</p>						
4	<p>AGULHA GENGIVAL 30 G EXTRA-CURTA 12MM, CÂNULA FINA COM TRATAMENTO ESPECIAL, SILICONIZADA, EM AÇO INOX DE ALTA FLEXIBILIDADE, PONTA TRIBISELADA COM INDICADOR DE BISEL FACILITA A VISUALIZAÇÃO, ALTO PADRÃO DE QUALIDADE - TESTADAS UMA A UMA ELETRONICAMENTE, ESTERILIZADAS COM RAIOS GAMA-COBALTO. APRESENTAR O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CATALOGO DO PRODUTO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.</p>	CX	50,00	JETS	0	31,11	1.555,50
6	<p>ALAVANCA SELDIN, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.</p>	UN.	30,00	ABC	0	26,39	791,70
8	<p>ALICATE Nº 139. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.</p>	UN.	10,00	ABC	0	49,99	499,90
9	<p>AMPOLAS PARA TESTE BIOLÓGICO EM AUTOCLAVE, CAIXA COM 10 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.</p>	CX	100,00	SS PLUS	0	27,08	2.708,00
16	<p>BABADOR DESCARTÁVEL, CAMADA DUPLA (UMA DE PLÁSTICO E UMA DE PAPEL), CONFECCIONADO COM FILME PLÁSTICO QUE IMPEDE VAZAMENTOS, CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, COMPOSTO DE FIBRAS VIRGENS SEM CONTAMINANTES E FILME DE POLIETILENO ATÓXICO, NÃO ESTÉRIL, RESISTENTE, IMPERMEÁVEL, SEM ADESIVO. DIMENSÕES: 33,5 X 47CM. BABADOR BRANCO COM 100 FOLHAS. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.</p>	PCT	50,00	BIODINAMICA	0	12,36	618,00

34	BROCA ENDO Z, E0152 PARA BAIXA OU ALTA ROTAÇÃO, TENDO A SUA PARTE ATIVA FABRICADA EM CARBONETO DE TUNGSTÊNIO (K20) E A PARTE INATIVA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL DIN 1.4197, CONTENDO 13% DE CROMO E 0,9MM DE DIÂMETRO, NA COR DOURADA, POSSUI PONTA INATIVA (ARREDONDADA). APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	60,00	MAILLEFER	0	41,45	2.487,00
40	CABO PARA ESPELHO, APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	COOPERFLEX	0	2,74	274,00
41	CALCADOR HOLLENBACK N. 1. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	5,00	ABC	0	6,44	32,20
42	CALCADOR HOLLENBACK N. 2. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	5,00	ABC	0	6,44	32,20
43	CALCADOR HOLLENBACK N. 3. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	5,00	ABC	0	6,44	32,20
44	CALCADOR HOLLENBACK N. 4. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	5,00	ABC	0	6,44	32,20
45	CÂMARA ESCURA PARA REVELAÇÃO DE RAIO-X. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	2,00	UNEMOL	0	130,67	261,34
47	CERA 7, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	10,00	TECHNEW	0	10,27	102,70
51	COLGADURA INDIVIDUAL PARA RADIOGRAFIA PERIAPICAL. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	20,00	PREVEN	0	2,73	54,60

53	CONE GUTA PERCHA COM 120 UNIDADES SORTIDO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	KIT	30,00	INJECTA	0	16,03	480,90
54	CONTRA ÂNGULO PARA BAIXA ROTAÇÃO (SISTEMA INTRA, PERMITE GIRO LIVRE DE 360°. DE ACORDO COM A NORMA ISO 3964; CABEÇA PEQUENA COM ROLAMENTOS, EVITANDO O SUPER AQUECIMENTO; AUTOCLAVÁVEL A 135°C.)	UN.	2,00	DENTFLEX	0	356,16	712,32
56	CURATIVO ALVEOLAR COM PRÓPOLIS, ISENTO DE EUGENOL. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FR	5,00	BIODIANIMCA	0	19,04	95,20
57	CURETA GRACEY 11/12, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	30,00	ABC	0	9,79	293,70
58	CURETA GRACEY 5/6, CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	30,00	ABC	0	9,79	293,70
59	CURETA MORSE 00, CONFECCIONADA EM AÇO AISI 420, APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	ABC	0	9,38	469,00
62	DISCOS DE LIXA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESINA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	20,00	MICRODONT	0	26,32	526,40
64	ESCAVADOR DE DENTINA N. 17 E N. 19. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	ABC	0	7,19	359,50
65	ESCALA DE COR VITA.	UN.	5,00	NILOS	0	770,00	3.850,00
66	ESCOVA DE DENTES TIPO DEDEIRA SILICONADA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	200,00	MEDFIO	0	8,19	1.638,00
67	ESCOVA DE ROBSON BRANCA PLANA, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	PREVEN	0	1,11	111,00
71		UN.	6,00	ABC	0	8,69	52,14

	ESPATULA Nº 7. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.						
73	ESPATULA PARA RESINA COMPOSTA N. 2 ANTI-ADERENTE EM TITÂNIO, AUTOCLAVAVEL ATÉ 135°. APRESENTAR O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE JUNTAMENTE COM A PROPOSTA.	UN.	25,00	PRISMA	0	43,90	1.097,50
75	ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO HIDROLIZADO LIOFILIZADA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	50,00	MAQUIRA	0	28,90	1.445,00
77	FIO DE SUTURA AGULHADO 4.0 SEDA COM 24 UNIDADES. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	40,00	TECHNEW	0	30,28	1.211,20
78	FITA PARA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE 19MM X 30M EM PAPEL CREPADO E ADESIVO A BASE DE RESINA E BORRACHA RECOBERTA COM TINTA TERMOSENSÍVEL, ISENTA DE CHUMBO. EMBALADO EM FILME POLIPROPILENO, TRANSPARENTE, IMPRESSO COM O NOME DO PRODUTO, FABRICANTE, MARCA, VALIDADE, LOTE E DATA DE FABRICAÇÃO. O PRAZO DE VALIDADE DEVE SER NO MÍNIMO DE 02 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA, LAUDO EMITIDO POR LABORATÓRIO EM ACORDO COM ISO 17025:2005, QUE COMPROVE A ISENÇÃO DE CHUMBO.	UN.	50,00	MASTERFIX	0	2,71	135,50
79	FIXADOR PARA RAO-X, FRASCO COM 475 ML. COMPOSIÇÃO: ÁGUA, TIOSSULFATO DE AMÔNIO E TIOCIANATO DE AMÔNIO. FORMA FÍSICA: LÍQUIDO. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FR	50,00	CARESTREAM	0	12,50	625,00
82	FORCEPS ADULTO Nº 150 . CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
83	FORCEPS ADULTO Nº 151. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
84		UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50

	FORCEPS ADULTO Nº 16. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.						
85	FORCEPS ADULTO Nº 17. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
86	FORCEPS ADULTO Nº 18L. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
87	FORCEPS ADULTO Nº 18R. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
88	FORCEPS ADULTO Nº 65. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
89	FORCEPS ADULTO Nº 69. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
90	FORCEPS INFANTIL Nº 101. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
91	FORCEPS INFANTIL Nº 150. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
92		UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50

	FORCEPS INFANTIL Nº 151. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.						
93	FORCEPS INFANTIL Nº 27. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
94	FORCEPS INFANTIL Nº 4. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
95	FORCEPS INFANTIL Nº 5. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
96	FORCEPS INFANTIL Nº 65. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	ABC	0	59,90	898,50
98	COMPRESSA DE GAZE 7,5 X 7,5 CONSTITUIDA DE TECIDO 100% ALGODÃO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM2, 15CM X 30CM QUANDO ABERTA, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS DE MODO A MEDIR 7,5 X 7,5CM QUANDO DOBRADA, 500 GRAMAS POR PACOTE NO MINIMO, COM BORDAS VOLTADAS PARA A PARTE INTERNA E SEM FIOS SOLTOS. NECESSÁRIO APRESENTAÇÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO DO FABRICANTE JUNTO A PROPOSTA. A COMPRESSA DEVERÁ TER BOA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, SER MACIA, ISENTA DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTES OPTICOS, COM SUBSTÂNCIAS ALERGÊNICAS. PACOTE COM 500 UNIDADES, NÃO ESTÉRIL.	PCT	50,00	BIOTEXTIL	0	22,60	1.130,00
99	GESSO PEDRA PARA USO EM ODONTOLOGIA E PRÓTESE DENTÁRIA, AMARELO PACOTE COM 1KG. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	PCT	50,00	ASFER	0	5,27	263,50
102	IONOMERO DE VIDRO AUTOPOLIMERIZÁVEL PARA CIMENTAÇÃO, KIT CONTENDO: 1 FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 15G; 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 10G; 1 DOSADOR DE PÓ; 1 BLOCO DE ESPATULAÇÃO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	KIT	80,00	MAXXION C	0	15,40	1.232,00

105	FRESAS EM TUNGSTÊNIO MAXICUT E MINICUT FORMATOS VARIADOS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	UN.	50,00	AMERICAN BURRS	0	44,50	2.225,00
108	KIT HIGIENE BUCAL INFANTIL CONTENDO: 01 SACOLINHA, 01 ESCOVA DENTAL INFANTIL, 01 CREME DENTAL 50GR E 01 FIO DENTAL 25 MT	KIT	500,00	MEDFIO	0	4,06	2.030,00
109	KIT HIGIENE BUCAL CONTENDO: 01 SACOLINHA, 01 ESCOVA DENTAL ADULTO, 01 CREME DENTAL 50GR E 01 FIO DENTAL 25 MT	KIT	500,00	MEDFIO	0	4,63	2.315,00
111	LAMINA DE BISTURI N. 15, CAIXA COM 100 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	CX	2,00	ADVANTIVE	0	22,63	45,26
114	LIMAS ENDODONTICA PRIMEIRA SÉRIE #10, #15, #20, #25, #30, #35, #40, CAICA COM 06 UNIDADES, FABRICADAS EM AÇO INOXIDÁVEL DIN 143 10 (ANSI 302) COM APROXIMADAMENTE 17% CR E 8% NI E CONFECCIONADAS POR TORÇÃO. CABO FABRICADO EM PLÁSTICO, DO TIPO POLIAMIDA MODELO PA 6.6. SERIAÇÃO ISO NOS NÚMEROS 06 A 140, TENDO SECÇÃO TRANSVERSAL EM FORMA QUADRANGULAR ATÉ O NÚMERO 40 E TRIANGULAR DE 45 EM DIANTE, COM PONTA INATIVA. COM STOPS DE SILICONE. PROMOVE INSTRUMENTAÇÃO E LIMPEZA DOS CANAIS RADICULARES ATRAVÉS DE MOVIMENTOS DE 1/4 DE VOLTA EM SENTIDO HORÁRIO E ANTI-HORÁRIO. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	KIT	50,00	MAILLEFER	0	15,57	778,50
115	LIMAS ENDODONTICA SEGUNDA SÉRIE, #45, #50, #55, #60, #70, #80, CAICA COM 06 UNIDADES, FABRICADAS EM AÇO INOXIDÁVEL DIN 143 10 (ANSI 302) COM APROXIMADAMENTE 17% CR E 8% NI E CONFECCIONADAS POR TORÇÃO. CABO FABRICADO EM PLÁSTICO, DO TIPO POLIAMIDA MODELO PA 6.6. SERIAÇÃO ISO NOS NÚMEROS 06 A 140, TENDO SECÇÃO TRANSVERSAL EM FORMA QUADRANGULAR ATÉ O NÚMERO 40 E TRIANGULAR DE 45 EM DIANTE, COM PONTA INATIVA. COM STOPS DE SILICONE. PROMOVE INSTRUMENTAÇÃO E LIMPEZA DOS CANAIS RADICULARES ATRAVÉS DE MOVIMENTOS DE 1/4 DE VOLTA EM SENTIDO HORÁRIO E ANTI-HORÁRIO. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	KIT	50,00	MAILLEFER	0	15,57	778,50
116		KIT	50,00	MAILLEFER	0	15,57	778,50

	LIMAS ENDODONTICA TERCEIRA SÉIRE, #90, #100, #120, #130, #140, CAICA COM 06 UNIDADES, FABRICADAS EM AÇO INOXIDÁVEL DIN 143 10 (ANSI 302) COM APROXIMADAMENTE 17% CR E 8% NI E CONFECCIONADAS POR TORÇÃO. CABO FABRICADO EM PLÁSTICO, DO TIPO POLIAMIDA MODELO PA 6.6. SERIAÇÃO ISO NOS NÚMEROS 06 A 140, TENDO SECÇÃO TRANSVERSAL EM FORMA QUADRANGULAR ATÉ O NÚMERO 40 E TRIANGULAR DE 45 EM DIANTE, COM PONTA INATIVA. COM STOPS DE SILICONE. PROMOVE INSTRUMENTAÇÃO E LIMPEZA DOS CANAIS RADICULARES ATRAVÉS DE MOVIMENTOS DE 1/4 DE VOLTA EM SENTIDO HORÁRIO E ANTI-HORÁRIO. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.						
117	LUVA DE PROCEDIMENTO EXTRA PEQUENA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	50,00	UNIGLOVLESS	0	16,89	844,50
118	LUVA DE PROCEDIMENTO PEQUENA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	50,00	UNIGLOVLESS	0	16,89	844,50
123	MÁSCARA COM TRIPLA PROTEÇÃO, COM EFICIÊNCIA DE FILTRAÇÃO BACTERIANA DE 99,9% COM CAMADA INTERMEDIÁRIA DE FILTRO BACTERIOLÓGICO, COM ELÁSTICO, CONTENDO 50 UNIDADES, APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	PROTDESC	0	8,73	873,00
127	MICROBRUSH PARA APLICAÇÃO DE ADESIVO, DEVE POSSUIR HASTE COM DOIS PONTOS DE DOBRA, COM ANGULAÇÃO DE 180°, CERDAS DE NYLON, HASTES INJETADAS EM POLIPROPILENO E ADESIVO. TAMANHO REGULAR. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	FGM	0	6,95	695,00
131	PAPEL CARBONO COM 12 FOLHAS. (MEDIDAS 76 X 22 MM), ESPESSURA ULTRAFINA (19µ), PELÍCULA DE POLIETILENO, PELÍCULA HIDROFÓBICA, DUPLA COR (VERMELHO E PRETO), APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE.	PCT	100,00	ANGELUS	0	5,73	573,00
134	PEÇA RETA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	3,00	DENTFLEX	0	327,00	981,00

137	PELÍCULA RADIOGRÁFICA PERIAPICAL ADULTO COM 150 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	20,00	PROGRAD	0	124,00	2.480,00
138	PELÍCULA RADIOGRÁFICA PERIAPICAL INFANTIL COM 100 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	3,00	PROGRAD	0	154,00	462,00
139	PERFURADOR PARA LENÇOL DE BORRACHA. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	1,00	ABC	0	66,90	66,90
140	PINÇA PALMER. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	1,00	ABC	0	60,42	60,42
141	PINÇA CLINICA PARA ALGODÃO 17 CM. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	ABC	0	9,49	949,00
145	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 15CM. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	ABC	0	28,19	1.409,50
153	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, MICROHÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS DE 20NM, COMPOSTA POR MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA, DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERINGA CONTENDO 4 GRAMAS, COR OA2.	UN.	30,00	3M Z250	0	54,00	1.620,00
154		UN.	50,00	3M Z250	0	44,50	2.225,00

	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, MICROHÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS DE 20NM, COMPOSTA POR MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA, DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERINGA CONTENDO 4 GRAMAS, COR A1						
155	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, MICROHÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS DE 20NM, COMPOSTA POR MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA, DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERINGA CONTENDO 4 GRAMAS, COR A2	UN.	50,00	3M Z250	0	46,00	2.300,00
156	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, MICROHÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS DE 20NM, COMPOSTA POR MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA, DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERINGA CONTENDO 4 GRAMAS, COR A3	UN.	50,00	3M Z250	0	45,90	2.295,00
157	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, MICROHÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS DE 20NM, COMPOSTA POR MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA, DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERINGA CONTENDO 4 GRAMAS, COR A4	UN.	30,00	3M Z250	0	45,90	1.377,00
158	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, MICROHÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS DE 20NM, COMPOSTA POR MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA, DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERINGA CONTENDO 4 GRAMAS, COR B1	UN.	50,00	3M Z250	0	45,90	2.295,00

159	RESINA UNIVERSAL FOTOPOLIMERIZÁVEL, PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES, MICROHÍBRIDA COM NANOPARTÍCULAS DE 20NM, COMPOSTA POR MATRIZ INORGÂNICA DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM 81,8% EM PESO E 67,8% EM VOLUME E MATRIZ ORGÂNICA, DE BIS-GMA, UDMA, BIS-EMA, PEGDMA E TEGDMA. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. SERINGA CONTENDO 4 GRAMAS, COR B2	UN.	50,00	3M Z250	0	45,90	2.295,00
160	RESINA COMPOSTA FLOW A1 COM 2 GRAMAS, COMPOSIÇÃO: MONÔMEROS METACRÍLICOS (COMO TEGDMA, BIS (EMA), BIS (GMA)), CANFORQUINONA, COINICIADORES, CONSERVANTES, PIGMENTOS E 72% DE CARGA INORGÂNICA SILANIZADA COMPOSTA DE MICROPARTÍCULAS DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO E DIÓXIDO DE SILÍCIO NANOPARTICULADO COM TAMANHO DE PARTÍCULA NA FAIXA DE 0,05, 5,0 MICRONS. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	FGM	0	15,92	796,00
161	RESINA COMPOSTA FLOW A2 COM 2 GRAMAS, COMPOSIÇÃO: MONÔMEROS METACRÍLICOS (COMO TEGDMA, BIS (EMA), BIS (GMA)), CANFORQUINONA, COINICIADORES, CONSERVANTES, PIGMENTOS E 72% DE CARGA INORGÂNICA SILANIZADA COMPOSTA DE MICROPARTÍCULAS DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO E DIÓXIDO DE SILÍCIO NANOPARTICULADO COM TAMANHO DE PARTÍCULA NA FAIXA DE 0,05, 5,0 MICRONS. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	30,00	FGM	0	15,92	477,60
162	RESINA FLOW OPACA UNIVERSAL. COM 2 GRAMAS, COMPOSIÇÃO: MONÔMEROS METACRÍLICOS (COMO TEGDMA, BIS (EMA), BIS (GMA)), CANFORQUINONA, COINICIADORES, CONSERVANTES, PIGMENTOS E 72% DE CARGA INORGÂNICA SILANIZADA COMPOSTA DE MICROPARTÍCULAS DE BÁRIO-ALUMINO SILICATO E DIÓXIDO DE SILÍCIO NANOPARTICULADO COM TAMANHO DE PARTÍCULA NA FAIXA DE 0,05, 5,0 MICRONS. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	30,00	FGM	0	15,92	477,60
163	REVELADOR PARA RADIOGRAFIA FRASCO COM 475 ML, COMPOSIÇÃO: SULFITO DE SÓDIO; PRONTO PARA USO. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	CARESTREAM	0	12,33	616,50
164		PCT	100,00	SS PLUS	0	1,58	158,00

	ROLETE DE ALGODÃO HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO EM ROLETE. COM PESO DE 25 GRAMAS, COR BRANCA, MACIO, HOMOGENEO, SEM IMPUREZAS, INDORO, BOA ABSORÇÃO, UTILIZADO PARA ISOLAMENTO ODONTOLÓGICO, PACOTE COM 100 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.						
165	ROLO PARA ESTERILIZAÇÃO 05CMX 50M. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	80,00	HOSPFLEX	0	12,58	1.006,40
168	SELANTE RESINOSO FOTOPOLIMERIZÁVEL DE FÓSSULAS E FISSURAS, SELANTE RESINOSO FOTOPOLIMERIZÁVEL DE FÓSSULAS E FISSURAS, CONTÉM MONÔMEROS METACRÍLICOS COMO BISGMA, TEGDMA E MONÔMEROS METACRÍLICOS ÁCIDOS, ESTABILIZANTE, CANFORQUINONA, COINICIADOR E CARGA DE VIDRO FLUOR-ALUMINO-SILICATO, POSSUI 01 SERINGA E 05 PONTEIRAS DE APLICAÇÃO. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	20,00	PREVEN	0	14,48	289,60
169	SERINGA DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL PARA IRRIGAÇÃO, TRANSPARENTE DE 5ML, COM ROSCA LUER LOCK PARA UMA FIXAÇÃO SEGURA DA PONTA. PACOTE COM 10 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	10,00	ULTRADONT	0	57,36	573,60
172	SINDESMÓTOMO. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	20,00	ABC	0	9,59	191,80
173	SONDA CLÍNICA Nº 5. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	ABC	0	6,53	653,00
174	SONDA EXPLORADORA RETA. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	10,00	ABC	0	6,53	65,30
175	SUGADOR CIRÚRGICO ODONTOLÓGICO COM 20 UNIDADES. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	50,00	MAQUIRA	0	20,82	1.041,00
176		PCT	50,00	SS PLUS	0	10,07	503,50

	SUGADOR ENDODONTICO COM 20 UNIDADES. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.						
177	SUGADOR ODONTOLÓGICO COM 40 UNIDADES. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	100,00	SS PLUS	0	4,31	431,00
180	TESOURA PEQUENA PARA RETIRADA DE PONTOS 12CM. CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL AISI420. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CERTIFICADOS DE QUALIDADE DO AÇO E ISO 13485 JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	ABC	0	16,46	823,00
181	TIRA DE LIXA DE ACABAMENTO PARA AMALGAMA 4 MM COM 12 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	50,00	BIODINAMCIA	0	4,24	212,00
183	TOUCA DESCARTÁVEL COM 50 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	CX	50,00	FARMATEX	0	4,85	242,50

Total do Participante -

82.916,58

----->

Participante 11157 - ODONTOSUL LTDA
:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	ALGINATO TIPO II, SABOR TUTTI-FRUTTI, IPO II, PRESA NORMAL, TEMPO DE MANIPULAÇÃO DE 1 MINUTO, TEMPO DE PRESA EM TORNO DE 1 MINUTO E 50 SEGUNDOS A 2 MINUTOS E 35 SEGUNDOS, EXCELENTE ELASTICIDADE E ÓTIMA COMPATIBILIDADE COM GESSOS, BAIXO ESCOAMENTO, EVITA ÂNSIA DE VÔMITO NOS PACIENTES. DUSTLESS, PRODUTO LIVRE DE POEIRA. 410 GRAMAS. POSSUI EM SUA COMPOSIÇÃO CLORHEXIDINA, AUMENTANDO A HIGIENE E A SEGURANÇA NOS CONSULTÓRIOS, EVITANDO CONTAMINAÇÕES CRUZADAS. APRESENTAR O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E CATALOGO DO PRODUTO JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	50,00	AVAGEL	0	13,42	671,00
14	ANESTÉSICO TÓPICO BENZOCAÍNA 20%. A EMBALAGEM DEVERÁ APRESENTAR OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTEÚDO, NÚMERO DO LOTE, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA	CX	100,00	BENZOTOP	0	6,48	648,00
18	BROCA DE AÇO PARA BAIXA ROTAÇÃO N. 1/2. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO,	UN.	50,00	MAILLEFER	0	2,80	140,00

NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E
PRAZO DE VALIDADE.

19	BROCA DE AÇO PARA BAIXA ROTAÇÃO N. 2. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	MAILLEFER	0	2,80	140,00
20	BROCA DE AÇO PARA BAIXA ROTAÇÃO N. 4. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	MAILLEFER	0	2,80	140,00
21	BROCA DE AÇO PARA BAIXA ROTAÇÃO N. 6. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	MAILLEFER	0	2,80	140,00
22	BROCA DE AÇO PARA BAIXA ROTAÇÃO N. 8. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	MAILLEFER	0	2,80	140,00
23	BROCA DIAMANTADA 1031. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	CHAMPION	0	1,60	80,00
24	BROCA DIAMANTADA 1090. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
25	BROCA DIAMANTADA 2135F. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
26	BROCA DIAMANTADA 3195 F. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
27	BROCA DIAMANTADA 3118FF. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
28	BROCA DIAMANTADA 1014HL. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
29		UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00

	BROCA DIAMANTADA FF 1190. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.						
30	BROCA DIAMANTADA 3168FF. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
31	BROCA DIAMANTADA FF 4138. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
32	BROCA DIAMANTADA Nº 1034. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
33	BROCA DIAMANTADA Nº 1035. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
35	BROCA DIAMANTADA Nº 1011. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
36	BROCA DIAMANTADA Nº 1012. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
37	BROCA DIAMANTADA Nº 1014. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
38	BROCA DIAMANTADA Nº 1016. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	100,00	CHAMPION	0	1,60	160,00
39		CX	10,00	TDK	0	45,00	450,00

	BROCA GATES GLINDEN N. 01 COM 06 UNIDADES. FABRICADAS EM AÇO INOXIDÁVEL DIN 1.4197 COM 13% DE CROMO. 32MM COM HASTE DE 19MM. O CABO APRESENTA PEQUENOS ENTALHES, INDICANDO A NUMERAÇÃO DA BROCA E PONTA AUSENTE DE CAPACIDADE DE CORTE. SÃO INDICADAS PARA ALARGAMENTO CERVICAL DE CANAIS DURANTE TRATAMENTO ENDODÔNTICO. APRESENTAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA, CATÁLOGO DO PRODUTO E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.						
46	CANETA PARA ALTA ROTAÇÃO COM SPRAY TRIPLO, ROLAMENTO DE CERÂMICA, ACOPLAMENTO BORDEN, SISTEMA DE TROCA BROCA: PRESS-BUTTON (PB), BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO, ROTAÇÃO MÁXIMA: 380.000 RPM, TORQUE: 0,13 NCM.	UN.	4,00	KAVO	0	410,00	1.640,00
49	CIMENTO OBTURADOR PROVISÓRIO 25 GRAMAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	BIODINAMICA	0	8,21	410,50
52	CONE ACESSÓRIO COM 120 UNIDADES B7. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	30,00	META	0	16,00	480,00
55	CUNHA DE MADEIRA FLEXIVEL COM TAMANHOS VARIADOS CX CONTENDO 100 UN. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	10,00	PHARMAINOX	0	5,00	50,00
60	DESCOLADOR DE MOLT 2/4. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	COOPERFLEX	0	11,10	555,00
63	ENDO ICE, SPRAY PARA TESTE DE VITALIDADE. APRESENTAR REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE JUNTAMENTE COM A PROPOSTA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	25,00	MAQUIRA	0	26,32	658,00
68	ESPÁTULA PLÁSTICA PARA ALGINATO	UN.	3,00	OGP	0	1,20	3,60
69	ESPATULA PLATICA PARA MANIPULAÇÃO DE IONOMERO DE VIDRO	UN.	40,00	AMERICANDENT	0	4,50	180,00
72	ESPATULA PARA GESSO.	UN.	3,00	OGP	0	4,50	13,50
74	ESPELHO PLANO ODONTOLÓGICO N. 5.	UN.	100,00	PHARMAINOX	0	1,60	160,00
97	FOTOPOLIMERIZADOR LED COM RADIÔMETRO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	UN.	4,00	KONDENTECH	0	675,91	2.703,64
100	GRAU DE BORRACHA MÉDIO.	UN.	6,00	OGP	0	3,00	18,00
103	IONOMERO DE VIDRO AUTOPOLIMERIZÁVEL PARA RESTAURAÇÃO, KIT CONTENDO: 1 FRASCO DE CIMENTO EM PÓ COM 10G; 1 FRASCO DE LÍQUIDO COM 8G; 1 DOSADOR DE PÓ; 1 BLOCO DE ESPATULAÇÃO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	KIT	50,00	MAXXION R	0	14,85	742,50

104	JATO DE BICARBONATO E ULTRASSOM, JATO DE BICARBONATO ACOPLADO E BOMBA PERISTÁLTICA. TENDO A BOMBA COM AMPLA VARIAÇÃO DO FLUXO DE ÁGUA OU DO LÍQUIDO IRRIGANTE PROPORCIONANDO UMA REGULAGEM PRECISA. PERMITE TRABALHOS SEM REFRIGERAÇÃO. ILUMINAÇÃO INTERNA DO RESERVATÓRIO DE BICARBONATO, FACILITANDO A VISUALIZAÇÃO DO VOLUME DE BICARBONATO SEM A NECESSIDADE DE RETIRAR A TAMPA. TRANSDUTOR DO ULTRASSOM PIEZOELÉTRICO ATRAVÉS DE PASTILHAS CERÂMICAS COM FREQUÊNCIA DE 32.000HZ ESTABILIZADO ELETRONICAMENTE. CANETA DE ULTRASSOM COM LUZ DE LED PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO CAMPO DE TRABALHO. CAPA DA CANETA DE ULTRASSOM CONFECCIONADA EM SILICONE, REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL. SEGUINDO A MAIS ALTA TECNOLOGIA, A CANETA DE ULTRASSOM POSSUI SOMENTE A SUA CAPA REMOVÍVEL E AUTOCLAVÁVEL, PROPORCIONANDO UMA LONGA VIDA ÚTIL AO TRANSDUTOR. EXCLUSIVO SELETOR AUTOMÁTICO DO MODO DE OPERAÇÃO (ULTRASSOM OU JATO DE BICARBONATO) AO RETIRAR UMA DAS CANETAS DO SUPORTE, FACILITANDO O MANUSEIO OPERACIONAL. O EQUIPAMENTO ACOMPANHA DUAS CAPAS DA CANETA. RESERVATÓRIO DE BICARBONATO COM AQUECIMENTO, SISTEMA DE AQUECIMENTO DO AMBIENTE INTERNO DO RESERVATÓRIO, ASSEGURANDO UM BAIXO ÍNDICE DE UMIDADE PARA O BICARBONATO, CONTRIBUINDO PARA UMA MELHOR EFICIÊNCIA DO JATEAMENTO E MENOR PROBABILIDADE DE OBSTRUÇÕES NAS TUBULAÇÕES INTERNAS DO EQUIPAMENTO.	UN.	2,00	SCHUSTER	0	3.200,00	6.400,00
-----	---	-----	------	----------	---	----------	----------

DISPOSITIVO PATENTEADO NO I.N.P.I. (INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL). ULTRASSOM AJUSTE NO PAINEL SENSÍVEL E PRECISO DE SUA POTÊNCIA E DO FLUXO DE REFRIGERAÇÃO. PODE EXECUTAR PROCEDIMENTOS SEM O USO DE REFRIGERAÇÃO COMO CONDENSAÇÃO DE AMÁLGAMA, CIMENTAÇÃO DE ONLAYS/INLAYS. ALTA FREQUÊNCIA NA PONTA ATIVA, FORMANDO UMA FINA NÉVOA DE ÁGUA, SEM QUE HAJA GOTEJAMENTO. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE./ANVISA.

106	JOGO DE GRAMPOS PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO (41 GRAMPOS)	UN.	2,00	COLGRAN	0	475,55	951,10
107	KIT COLEÇÃO PRÓTESE DENTÁRIA COM 12 PONTAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	KIT	10,00	CHAMPION	0	64,00	640,00
110	KIT MOLDEIRAS PRÓTESE DENTÁRIA, COMPLETO COM 8 PARES (N. 1 AO N. 8 SUPERIOR E INFERIOR) AUTOCLAVÁVEL. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	UN.	10,00	HDR ALUMINIO	0	38,00	380,00
112	LAMPARINA DE ALUMINIO	UN.	3,00	KONNEM	0	20,00	60,00
113	LENÇOL DE BORRACHA COM 26 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE	CX	70,00	MADEITEX	0	19,50	1.365,00
119	MACRO ESCOVA DENTAL. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	2,00	D EXPRESS	0	32,00	64,00
120	MACRO MODELO DE ARCADEA DENTÁRIA (SUPERIOR E INFERIOR) COM ARTICULADOR, PARA DEMONSTRAÇÃO E TREINAMENTO EM PROGRAMAS DE HIGIENE BUCAL. CONFECCIONADA EM MATERIAL EMBORRACHADO. ADULTO	UN.	2,00	D EXPRESS	0	180,00	360,00

124	MATRIZ 5MM, MATERIAL ATÓXICO E ESTERILIZÁVEL, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESPESSURA DE 0,05MM, COMPRIMENTO DE 500MM, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	30,00	PREVEN	0	1,00	30,00
125	MATRIZ 7MM, MATERIAL ATÓXICO E ESTERILIZÁVEL, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL, ESPESSURA DE 0,07MM, COMPRIMENTO DE 500MM, A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	30,00	AAF	0	1,20	36,00
126	MICRO MOTOR ODONTOLÓGICO COM AJUSTE PRECISO DE ROTAÇÃO POR MEIO DE ANEL GIRATÓRIO, DE 3.000 A 21.000 RPM; CORPO COM DIÂMETRO DE 20MM SEGUINDO NORMAS INTERNACIONAIS; REFRIGERAÇÃO EXTERNA; ACOPLAMENTO SISTEMA INTRA, PERMITE GIRO LIVRE DE 360° DE ACORDO COM A NORMA ISO 3964; BAIXO NÍVEL DE RUÍDO; LEVE; AUTOCLAVÁVEL A 135°C. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	4,00	KAVO	0	430,00	1.720,00
128	OCULOS DE PROTEÇÃO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	4,00	SSPLUS	0	3,60	14,40
129	ÓLEO PARA ALTA ROTAÇÃO 200ML COM BICO TRIPLO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	MAQUIRA	0	19,60	294,00
130	ÓLEO PARA BAIXA ROTAÇÃO 200ML COM BICO TRIPLO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	MAQUIRA	0	19,60	294,00
133	PASTA PROFILÁTICA 90 GRAMAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	ALLPLAN	0	4,00	200,00
135	PEDRA PARA AFIAR CURETAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	20,00	PRATA	0	23,50	470,00
136	PEDRA POMES EXTRA FINA 100 GRAMAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	15,00	AAF	0	3,10	46,50
142	PLACA DE VIDRO FINA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	6,00	DAUFEMBACH	0	5,10	30,60
143	PLACA DE VIDRO MÉDIA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	10,00	DAUFEMBACH	0	6,50	65,00
146	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO ADULTO AUTOCLAVÁVEL. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	3,00	MAQUIRA	0	55,00	165,00
147		UN.	3,00	MAQUIRA	0	55,00	165,00

	POSICIONADOR RADIOGRÁFICO INFANTIL AUTOCLAVÁVEL. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE						
148	POTE DAPPEN DE VIDRO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	30,00	ART	0	1,60	48,00
149	RÉGUA PARA ENDO DE ALUMINIO MILIMETRADA AUTOCLAVÁVEL. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	5,00	PERFURA	0	7,00	35,00
170	SILICONE DE CONDENSAÇÃO 60ML ENDURECEDOR PARA SILICONE POR CONDENSAÇÃO, CONTRASTE NA COR COM A MASSA Densa E FLUIDA, CATALISADOR, COR VERMELHA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	INDURENT	0	52,00	2.600,00
171	SILICONE DE CONDENSAÇÃO 140ML, MATERIAL FUIDO PARA MOLDES; PRÓTESE FIXA; PRÓTESE REMOVÍVEL; PRÓTESE PROVISÓRIA. SILICONE POR CONDENSAÇÃO. SILICONE LEVE (LIGHT) É HIDRÓFILO E ALTAMENTE FLUIDO, IDEAL PARA A TÉCNICA DE DUPLA MOLDAGEM, MASSA FLUIDA; AROMA E COR DE LARANJA, HIDROCOMPATÍVEL: PERMITINDO MOLDAGEM NA PRESENÇA DOS FLUIDOS ORAIS. CONTRASTE NA COR DA MASSA Densa COM O FLUIDO, INALTERABILIDADE APÓS A DESINFECÇÃO. 72 HORAS DE ESTABILIDADE MENSIONAL. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	ORANWASH	0	75,00	3.750,00
178	TAÇA DE BORROCHA PARA PROFILAXIA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	UN.	50,00	PREVEN	0	1,00	50,00
182	TIRA DE POLIESTER COM 50 UNIDADES. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	PCT	50,00	K-DENT	0	1,00	50,00

Total do Participante - 32.687,34

Total Geral ----- 163.525,72

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

COMISSÃO:

Luana de Souza Pereira

- - Pregoeiro(a)

MÁRCIA JOSANE SILVEIRA VELHOS

- - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

FABIO DE SOUZA MACHADO

- - CONTADOR

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 76/2019 PL 75/2019 PP 45/2019

Publicação Nº 2139282

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 76/2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

Processo Licitatório: 75/2019

Pregão Presencial: 45/2019

Contratante: Município de Santa Terezinha do Progresso – SC.

Contratado: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA.

0.1. Objeto: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA AQUISIÇÃO DE 3 (três) CAMINHÕES E 01 (uma) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS ANEXOS CONSTANTES NESTE EDITAL, obedecidas às disposições estabelecidas no Edital e anexos do Pregão nº 45/2019.

Assinatura: 23 de agosto de 2019.

Vigência: 23/08/2019 até 31/12/2019.

Valor: R\$ 298.400,00 (duzentos e noventa e oito mil, e quatrocentos reais).

DERLI FURTADO

PREFEITO MUNICIPAL

PL 11/2019 PP 06/2019 FMS

Publicação Nº 2138368

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 11/2019 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL - SRP- Nº. 06/2019 - FMS

O MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que as 08:00 horas do dia 06 de setembro de 2019, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS/HOSPITALARES PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, QUE NÃO PODEM SER REALIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, nas condições descritas neste Termo de Referência. O processo será regido pelas Leis Federais, nº. 8666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto a comissão de Licitações do Município, sito a Av. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Telefone (49) 36570001, e-mail:compras@staterezhaprogreso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezhaprogreso.sc.gov.br.

Santa Terezinha do Progresso – SC – 29 de agosto de 2019.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

PORTARIA Nº 15.069/2019

Publicação Nº 2138324

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 15.069, de 27 de Agosto de 2019.
CONCEDE LICENÇA A FUNCIONÁRIA GESTANTE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 138 da lei Complementar nº 059/09

RESOLVE :

Conceder licença com vencimento, à funcionária ALINE CUNHA CAMPOS, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, com efeitos retroativos a partir de 19.08.2019 à 16.12.2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 27 de Agosto de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 033/2019 - FMS

Publicação Nº 2138652

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 033/2019

DA ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao Contrato/Convênio nº 012/2015 firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de São Bento do Sul e a EMPRESA CASA VIDA: ESPAÇO INTERDISCIPLINAR PARA SAÚDE INTEGRAL LTDA, CNES nº 5700698, conforme já qualificado resolvem, de comum acordo, aditar as condições do referido Contrato.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na prestação de serviços de assistência à saúde, consultas/atendimentos/procedimentos médicos e de outros profissionais da área da saúde, exames complementares de diagnóstico e terapêutica especializados, para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de São Bento do Sul, conforme Edital de Chamada Pública nº 008/2014, de 02 de dezembro de 2014, e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 13/2015, de 03 de fevereiro de 2015.

DA ALTERAÇÃO: ALTERA CLÁUSULA SEXTA DO CONTRATO - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO: Fica prorrogado o período de vigência do referido Contrato por 5 (cinco) meses, a contar de 01 setembro de 2019 à 31 de janeiro 2020, com base em sua Cláusula Sexta - da vigência e rescisão dos contratos, de acordo com Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93.

O valor estimado será de R\$ 31,818,15 (trinta e um mil, oitocentos e dezoito reais e quinze centavos) para o período prorrogado, para pagamentos conforme contrato original.

As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

17.001.2.201.3.3.3.90.39.50.00.00.00 02380065 – Ações voltadas a média e alta complexidade – R\$ 27.000,00 – (vinte e sete mil reais).

17.001.2.201.3.3.3.90.39.50.00.00.00 01020002 – Ações voltadas a média e alta complexidade – R\$ 4.818,15 - (quatro mil, oitocentos e dezoito reais e quinze centavos).

As demais cláusulas e condições previstas permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 26 de Agosto de 2019.

Ass. MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

Ass. Bernadete Mecabô Hermes pela empresa contratada.

PROCESSO DE INSCRIÇÃO Nº 02/2019

Publicação Nº 2138091

PROCESSO DE INSCRIÇÃO Nº 02 /2019 – 02 de setembro de 2019.

ABERTURA DE INSCRIÇÕES

Grupo de Estudos para Revisão e Estruturação do Currículo da Rede Municipal de Ensino de São Bento do Sul - SC

ROSEMARY IVANE STRACK CÂNDIDO, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições, torna pública a abertura de inscrições do "Grupo de Estudos para Revisão e Estruturação do Currículo da Rede Municipal de Ensino de São Bento do Sul – SC", em atendimento às metas 1 e 2, das estratégias 1.18 e 2.32, da Lei Municipal nº 3.559 de 2015, do Plano Municipal de Educação; destinado aos Profissionais das Unidades Educacionais que atuam como PROFESSORES na rede municipal de ensino, em exercício de docência ou em cargo de diretor/coordenador pedagógico, todos, servidores efetivos, desde que não estejam em gozo de licença prêmio, licença gestação ou de licença de saúde.

1. Das disposições preliminares:

1.1 – O Grupo de Estudos para Revisão e Estruturação do Currículo da Rede Municipal de Ensino de São Bento do Sul – SC, tem como objetivo revisar e estruturar as elaborações do currículo educacional da rede municipal de ensino, a partir de análise, reflexões e reestruturações da BNCC – Base Nacional Comum Curricular, do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense (documento produzido a partir da BNCC com contribuições de todos os professores do Estado de Santa Catarina) e das Diretrizes Curriculares Municipais.

1.2 – Público Alvo: Professores, em exercício de docência ou em cargo de diretor/coordenador pedagógico, todos, servidores efetivos, desde que não estejam em gozo de licença prêmio, licença gestação ou de licença de saúde.

1.3 – Número de vagas disponíveis: Serão destinadas um total de 57 (cinquenta e sete) vagas, distribuídas da seguinte forma:

1.3.1 – 03 (três) vagas para Professores do segmento Educação Infantil/Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)

1.3.2 – 03 (três) vagas para Professores do segmento Educação Infantil/Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)

1.3.3 – 03 (três) vagas para Professores do segmento Educação Infantil/Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)

1.3.4 – 03 (três) vagas para Professores Alfabetizadores (1º e 2º ano)

1.3.5 – 05 (cinco) vagas para Professores dos Anos Iniciais (3º, 4º e 5º ano)

1.3.6 – 03 (três) vagas para Professores do componente curricular de Arte

1.3.7 – 03 (três) vagas para Professores do componente curricular de Língua Portuguesa

1.3.8 – 03 (três) vagas para Professores do componente curricular de Matemática

1.3.9 – 03 (três) vagas para Professores do componente curricular de Língua Inglesa

- 1.3.10 - 03 (três) vagas para Professores do componente curricular de Ciências
1.3.11 - 03 (três) vagas para Professores do componente curricular de História
1.3.12 - 03 (três) vagas para Professores do componente curricular de Geografia
1.3.13 - 03 (três) vagas para Professores do componente curricular de Educação Física
1.3.14 - 01 (uma) vaga para Professor do componente curricular de Ensino Religioso
1.3.15 - 03 (três) vagas para Professores da modalidade de Jovens e Adultos - EJA
1.3.16 - 03 (três) vagas para Coordenadores Pedagógicos das Unidades Educacionais da Educação Infantil
1.3.17 - 03 (três) vagas para Coordenadores Pedagógicos das Unidades Educacionais do Ensino Fundamental
1.3.18 - 03 (três) vagas para Diretores das Unidades Educacionais da Educação Infantil
1.3.18 - 03 (três) vagas para Diretores das Unidades Educacionais do Ensino Fundamental

1.4 - Carga Horária total: 32 (trinta e duas) horas presenciais e em serviço, divididos em encontros de 04 (quatro) horas;

1.5 - Início das Atividades: previsto para dia 03 (três) de outubro de 2019 (5ª feira) e término previsto para 30 de outubro de 2019. Os encontros presenciais acontecem seguindo cronograma:

Data	Dia da semana	Horário
03/10/19	Quinta-feira	13h às 17h
08/10/19	Terça-feira	13h às 17h
09/10/19	Quarta-feira	7h30 às 11h30
14/10/19	Segunda-feira	13h às 17h
17/10/19	Quinta-feira	7h30 às 11h30
21/10/19	Segunda-feira	7h30 às 11h30
25/10/19	Sexta-feira	13h às 17h
30/10/19	Quarta-feira	13h às 17h

2. Dos pré-requisitos:

2.1 - Serão aceitas todas as inscrições realizadas durante o período determinado neste Processo de Inscrição.

2.2 - Ter o compromisso para estudar, revisar, reorganizar e produzir textos no contexto do Currículo.

2.3 - Ter disponibilidade e assiduidade no cumprimento dos horários e datas definidas dos encontros do grupo de Estudos para Revisão e Estruturação do Currículo da Rede Municipal de Ensino de São Bento do Sul - SC

3. Dos procedimentos da inscrição:

3.1 - As inscrições serão preenchidas em formulário próprio (anexo), entregues no Departamento de Ensino, exclusivamente para TABATAH, do dia 02 a 13 de setembro de 2019, das 7h30 às 12h e das 13h30 às 17h.

4. Da Seleção:

4.1 - Caberá ao servidor interessado realizar sua inscrição e, à equipe do Departamento de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, caberá receber o documento por meio de protocolo próprio, informando numericamente a ordem de chegada da inscrição. Estarão inscritos os profissionais de cada campo de experiência ou componente curricular conforme o número de vagas, constantes no item 1.3 que trata do número de vagas. Serão observados ainda os itens:

4.1.1 - Os pré-requisitos estabelecidos neste Processo de Inscrição nos itens 2.2 e 2.3;

4.1.2 - O público-alvo definido nos itens 1.2 e 1.3;

4.1.3 - No caso de igualdade da classificação parcial será aplicado como critério de desempate, o tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino;

4.1.4 - Não havendo a quantidade de inscritos de acordo com o item 1.3, a Secretaria Municipal de Educação indicará os profissionais.

4.2 - O resultado da seleção será divulgado dia 24 de setembro de 2019 (terça-feira), por meio de Comunicação Interna às Unidades Educacionais.

5. Do Trabalho Educativo:

5.1 - Ao diretor da Unidade Educacional, compete organizar o processo de inscrição entre seus profissionais de maneira que, a quantidade de inscritos não comprometa o trabalho educativo.

6. Da Certificação:

6.1 - A certificação será concedida ao participante que cumprir com assiduidade 100% da carga horária;

6.2 - Os certificados estarão disponíveis na Secretaria Municipal de Educação, após a conclusão das atividades;

6.3 - O servidor (a) inscrito que por motivo de força maior estiver impossibilitado de participar em alguma data, deverá apresentar documento legal à Secretaria de Educação.

7. Das disposições finais:

7.1 - A inscrição do servidor(a) no Grupo de Estudos para Revisão e Estruturação do Currículo da Rede Municipal de Ensino implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

7.2 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento de Ensino da SEMED.

7.3 - Este Processo de inscrição, entra em vigor a partir da presente data.

São Bento do Sul, ____ de ____ de 2019.

Rosemari Ivane Strack Cândido

Secretária de Educação

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FICHA DE INSCRIÇÃO

“Grupo de Estudos para Revisão e Estruturação do Currículo da Rede Municipal de Ensino de São Bento do Sul – SC”

Nome Completo: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Identidade: _____

CPF: _____

Nº matrícula funcional: _____

Endereço residencial: _____

CEP: _____ Município: _____ UF: _____

Telefone: _____ Telefone celular: _____

E-mail: _____

Local de trabalho: _____

Área de atuação: () CEIM () PEM () EBM () EMEJA

Nível de escolarização: () Graduação/Licenciatura () Especialização () Mestrado

Tempo de Serviço na Rede de Ensino: _____

Segmento de atuação:

() Professor do segmento Educação Infantil/Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)

() Professores do segmento Educação Infantil/Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)

() Professores do segmento Educação Infantil/Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)

() Professor(a) Alfabetizador 1º ano

() Professor(a) Alfabetizador 2º ano

() Professor(a) Anos Iniciais 3º ano

() Professor(a) Anos Iniciais 4º ano

() Professor (a) Anos Iniciais 5º ano

() Professor(a) componente curricular Língua Portuguesa

() Professor(a) componente curricular Matemática

() Professor(a) componente curricular Língua Inglesa

() Professor(a) componente curricular Ciências

() Professor(a) componente curricular História

() Professor(a) componente curricular Geografia

() Professor(a) componente curricular Educação Física

() Professor(a) componente curricular Ensino Religioso

() Professor da modalidade de Jovens e Adultos - EJA

() Coordenador(a) Pedagógico(a)

() Diretor(a)

Assinatura do Inscrito

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 60/2019**

Publicação Nº 2138230

Pregão Presencial nº 60/2019

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 60/2019

MENOR PREÇO GLOBAL.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 10 de setembro de 2019, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de alternador síncrono para grupo gerador motor GMG001, da EAB001, Captação de Água Bruta, incluindo a substituição do equipamento atual.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 28 de agosto de 2019.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCES. 62/2019

Publicação Nº 2138053

ESTADO DE SANTA CATARINA,
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDINO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2019.

O Município de São Bernardino-SC, torna público aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, tipo menor preço por item, para aquisição de sementes certificadas de capim sudão (*sorghum sudanense*). Estará recebendo as propostas até as 09:00 hs, do dia 11/09/2019. A íntegra deste Edital estará disponível no site www.saobernardino.sc.gov.br, no menu Licitações/Pregão, no DOM/SC e junto ao setor de licitações do município, maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (49) 36540054/0014. São Bernardino-SC, aos 28/08/2019 – ADELI JOSÉ RIFFEL - Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 152/2019

Publicação Nº 2138787

DECRETO Nº 152/2019 DE 28/08/2019

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018 E NO ORÇAMENTO 2019 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei nº 1.282/2019 de 28/08/2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB
VALOR ==>>>>>>> R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção da Creche
VALOR ==>>>>>>> R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental
VALOR ==>>>>>>> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO ==>>>>>>> Apoio ao Ensino Superior
VALOR ==>>>>>>> R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes
AÇÃO ==>>>>>>> Festividades Municipais
VALOR ==>>>>>>> R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes
AÇÃO ==>>>>>>> Manutenção de Praças/Quadras de Esportes
VALOR ==>>>>>>> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art. 3º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Criança na Escola

AÇÃO =====> Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB
VALOR =====> R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO =====> Manutenção da Creche
VALOR =====> R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO =====> Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental
VALOR =====> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO =====> Apoio ao Ensino Superior
VALOR =====> R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes
AÇÃO =====> Festividades Municipais
VALOR =====> R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes
AÇÃO =====> Manutenção de Praças/Quadras de Esportes
VALOR =====> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art. 5º - Fica realizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação
12.000.0000.0.000.000 – Educação
12.361.0000.0.000.000 – Ensino Fundamental
12.361.0008.0.000.000 – Criança na Escola
12.361.0008.2.016.000 – Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1001 – Rec. do Imp. e Transf. P/ Educ. 25%. R\$ 40.000,00

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação
12.000.0000.0.000.000 – Educação
12.365.0000.0.000.000 – Educação infantil
12.365.0008.0.000.000 – Criança na Escola
12.365.0008.2.015.000 – Manutenção da Creche
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1001 – Rec. do Imp. e Transf. P/ Educ. 25%. R\$ 30.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, na ordem de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação
12.000.0000.0.000.000 – Educação
12.361.0000.0.000.000 – Ensino Fundamental
12.361.0008.0.000.000 – Criança na Escola
12.361.0008.2.017.000 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1001 – Rec. do Imp. e Transf. P/ Educ. 25%. R\$ 15.000,00
4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1001 – Rec. do Imp. e Transf. P/ Educ. 25%... R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação

12.000.0000.0.000.000 – Educação

12.364.0000.0.000.000 – Ensino Superior

12.364.0008.0.000.000 – Criança na Escola

12.364.0008.2.047.000 – Apoio ao Ensino Superior

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Próprios Ordinários R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes

13.000.0000.0.000.000 – Cultura

13.392.0000.0.000.000 – Difusão Cultural

13.392.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes

13.392.0007.2.044.000 – Festividades Municipais

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais

3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Próprios Ordinários R\$ 9.880,00

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Próprios Ordinários R\$ 15.120,00

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes

27.000.0000.0.000.000 – Desporto e Laser

27.812.0000.0.000.000 – Desporto Comunitário

27.812.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes

27.812.0007.2.010.000 – Manutenção de Praças/Quadras de Esportes

3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes

3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1000 – Recursos Próprios Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 28 de Agosto de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT

Resp. Sec. Adm. e Fazenda

EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO N. 62/2019 PP N. 43/2019

Publicação Nº 2138060

EDITAL DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 62/2019

PREGÃO No 43/2019

01. PREÂMBULO

1.1 - O Município de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela portaria n. 35/2019, n. 88/2019 e 193/2019, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de n.º 43/2019, na Modalidade Pregão, do tipo menor preço por item e Presencial, cujo setor interessado é a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme dispõe a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 17/2006 de 02 de Janeiro de 2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012, decreto n. 09/2018, decreto n. 145/2019, Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014 e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

1.2 - JUSTIFICATIVA, em atendimento ao Decreto 5.504 de 05/08/2005 Art. 1º parágrafo 2º, tendo em vista a ineficiência da estrutura do município de São Bernardino fica inviável a utilização do pregão na forma eletrônica, adotando-se assim o pregão na forma presencial.

1.3 – Os documentos referente o credenciamento, envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação deverão ser entregues ao Pregoeiro(a) do Município no ato do CREDENCIAMENTO que emitirá o respectivo Protocolo de Entrega, no Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Verônica Scheid, S/N– Centro, São Bernardino -SC, CEP 89982-000, até às 09:00 horas do dia 11/09/2019, iniciando-se a Sessão Pública às 09:15 horas do mesmo dia e local.

1.4- Os documentos referente o Credenciamento e envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação que forem entregues após o horário estabelecido neste Edital, identificados pelo protocolo de entrega não serão abertos pelo Pregoeiro(a), e se não houver requerimento solicitando a devolução, os mesmos permanecerão lacrados e arquivados no processo.

1.5 - Não havendo descrição nos envelopes que possibilite identificar com clareza o Processo Licitatório, a licitante, e se for referente à documentação ou proposta, a proponente estará automaticamente inabilitada e desclassificada.

02. OBJETO

2.1 - O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE SEMENTES CERTIFICADAS E FISCALIZADAS DE CAPIM SUDÃO (SORGHUM SUDANENSE (L.) PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PELO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL AUTORIZATIVA N. 1.253/2018 DE 01/11/2018 QUE INSTITUIU O PROGRAMA CAMPO VERDE.

ITENS E SEUS RESPECTIVOS VALORES MÁXIMOS DESTE EDITAL

Os itens são exclusivos para MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, em conformidade com o Inciso I do artigo 48 da Lei Complementar n. 123/2006 alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, somente para empresas que comprovar esta condição mediante documento hábil no ato do Credenciamento, apresentando obrigatoriamente: ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI – Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura.

Em conformidade com o Decreto Federal n. 8538 de 06/10/2015 , artigo 13, § 1º o licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 , no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	SEMENTES CERTIFICADAS E FISCALIZADAS DE CAPIM SUDÃO (SORGHUM SUDANENSE L.) COM PADRÕES MÍNIMOS DE GERMINAÇÃO MAIOR OU IGUAL À 98% DE GERMINAÇÃO E MAIOR OU IGUAL À 95% DE PUREZA. SACA DE 40 KG	KG	30.000,00	2,30	69000,00
Total					69.000,00

Os itens que ultrapassarem o valor máximo unitário e ou não apresentar a marca serão desclassificados, como também será desclassificada a proposta das empresas que não comprovar a situação MEI/ME/EPPS com documento hábil.

03. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR NA LICITAÇÃO

3.1 - A presente licitação é destinada exclusivamente à contratação de microempresa – ME, empresa de pequeno porte – EPP e micro empreendedor individual - MEI, na forma do disposto no art. 48, I, da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei 147/2014, do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

3.1.2 Estão proibidos de contratar com o município todos os agentes impedidos na forma do Artigo 77 da Lei Orgânica Municipal e no art. 9º da Lei n. 8666/93 e suas alterações posteriores.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Que estejam reunidas em consórcio, ou sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si qualquer que seja sua forma de constituição.
- Estrangeiras que não funcionem no País.

04. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o pregoeiro receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo, na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

- A) PREGÃO PRESENCIAL Nº43/2019
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 01 – Proposta
Empresa: Nome/Razão Social:
- B) PREGÃO PRESENCIAL Nº43/2019
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO
ENVELOPE N.º 02 – Documentação
Empresa: Nome/Razão Social:

4.2 - Em seguida, realizar-se-á o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

DO CREDENCIAMENTO

1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 - O documento de credenciamento nos termos da alínea "b", do item 1, poderá ser conforme modelo constante no Anexo I- Carta de Credenciamento, o qual deverá ser entregue juntamente com o respectivo documento oficial de identificação.

2.1. - Fica dispensado da apresentação do Anexo II, o representante legal com poderes para exercer direitos e assumir obrigações, nos termos do item 1."a".

3 - O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5 - A ausência do Credenciado, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, porém não é motivo para exclusão do certame, desde que atenda as exigências do Credenciamento 1 - a e 7.1).

Tal comprovação deverá ser feita através de procuração ou carta de credenciamento (modelo sugestivo no Anexo I do Edital), com firma reconhecida em Cartório, e deverá ser entregue ao Pregoeiro juntamente com os envelopes, ficando arquivada no Processo Licitatório. A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o ocorrido. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital. O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

No ato do Credenciamento, apresentar obrigatoriamente: para Micro Empresas/Empresas de pequeno Porte ME/EPP Certidão Simplificada, emitida pela Junta Comercial do Estado de domicílio da licitante, MEI - Certificado da condição de Microempreendedor Individual, ambos com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de abertura. Não feita esta comprovação no momento oportuno, a proposta será desclassificada.

05. DA PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A Proposta Comercial contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos sub-itens a seguir:

a) emitida, de preferência por computador, ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa, em todas as páginas e anexos.

b) conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

c) descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações do Edital, constando a marca que está sendo cotada, bem como o valor unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismos. Em caso de divergência entre os preços unitário e total prevalecerá o unitário. No preço cotado já deverão estar incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. Na cotação dos preços para a presente licitação, os participantes deverão observar o uso de até três casas após a vírgula, nos valores unitários e totais propostos, caso contrário o item será automaticamente desclassificado;

d) apresentar declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital; e

e) conter prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes. Se o prazo for omitido, a proposta será considerada por 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação.

Parágrafo único - Preferencialmente, para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo sugestivo constante do Anexo III do Edital.

06. HABILITAÇÃO

No envelope n.º 02 - Documentação, deverão constar os seguintes documentos:

6.1. Habilitação Jurídica:

6.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão conjunta de tributos e contribuições federais, quanto à dívida ativa da união e contribuições sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal.

c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

6.3. Qualificação Econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Considerando as alterações no sistema do TJ-SC, a certidão exigida deverá ser emitida nos dois sistemas:

- SAJ (<https://esaj.tjsc.jus.br/esaj/sco/abrirCadastro.do>) e;

- eproc (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br>)

As duas certidões deverão ser apresentadas conjuntamente, caso contrário não terão validade.

6.4 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, mediante declaração da proponente, sob as penas da Lei (conforme modelo constante do Anexo IV do Edital).

6.5 - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante (conforme modelo constante do Anexo V do Edital).

6.6 - Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de São Bernardino -SC, ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial. O Pregoeiro e a equipe de apoio se julgar necessário poderão fazer a consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante responsável pela veracidade das informações. Todas as certidões e/ou documentos em que não conste expressamente seu prazo de validade, serão consideradas como válidas por 60 (sessenta) dias, exceto àquelas previstas em lei e os atestados referentes à qualificação técnica;

6.7 – Somente serão desclassificados os participantes que apresentarem vícios insanáveis. Os participantes que apresentarem vícios sanáveis, como erros formais ou apresentação de documentos vencidos, porém passíveis de consulta imediata via internet, poderá ser consultado de forma imediata via internet durante a sessão e havendo a comprovação de estar regular poderá então ser anexado ao processo e validado.

07. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a Sessão Pública, os interessados ou seus representantes, devidamente credenciados, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo sugestivo no Anexo II do Edital), e entregarão os envelopes conforme item 04 do Edital.

7.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a adjudicação do objeto deste PREGÃO será o MENOR PREÇO POR ITEM. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, e que forem superiores aos valores máximos admitidos por item.

7.3 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço. Quando não forem verificados, no mínimo, 03(três) propostas comerciais nas condições mencionadas, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 03 (três), neste número já incluído a de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4 - No curso da Sessão Pública, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada à oferta de lance com vista ao empate, bem como a substituição da marca do produto que consta na proposta comercial, ou o uso de mais de três casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas válidas selecionadas e as não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado. O Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores máximos consignados no edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.8 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 deste Edital. Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

7.9 - Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseq-entes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva

licitante declarada vencedora. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

7.9.1 Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, respeitando o art. 43 § 1º, da Lei Complementar 123/2006 de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, as ME e EPP, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, ficando a Sessão Pública em suspenso, quando será assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, cujo término inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa. De acordo com o § 2º da mesma Lei, a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado a Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.10 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão Pública a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo, em Secretaria, o recurso se interposto, deverá ser protocolado fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigidos ao pregoeiro. A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.11 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos as licitantes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

08. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Publica do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso. As demais licitantes, já intimadas na Sessão Publica acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

8.2 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

8.3 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 – O recurso não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 – O (s) recurso (s) será (ão) dirigido(s) à Prefeitura Municipal – Departamento de Compras e Licitações, e, por intermédio do Pregoeiro, será (ão) encaminhados ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

09. CONDIÇÕES DE ENTREGA

9.1 – 9.1 – As sementes de pastagens deverão ser entregues até no máximo 15(quinze) dias úteis, diretamente na secretaria solicitante mediante autorização do responsável.

A distribuição e controle das sementes, aos agricultores do município será de responsabilidade da Secretaria de Agricultura de Meio Ambiente conforme Lei Municipal autorizativa n. 1.253/2018 de 01/11/2018 e demais normas regulamentares a serem fixadas através de ato administrativo expedido pelo Prefeito Municipal.

9.2 – A Municipalidade, se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados. Após o dia 31 de dezembro de 2019, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

10.1 O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) vencedores](s) serão efetuados em até 10(dez) dias após a entrega e efetiva apresentação da nota fiscal. Ressaltando de que é exigido emissão de nota fiscal eletrônica nas vendas destinadas às administrações públicas de acordo com o parágrafo § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense. Deverá constar no documento fiscal o numero da licitação, numero do contrato, bem como nome do Banco, nº da Conta Corrente e Agencia bancária, da empresa, sem os quais o pagamento poderá ficar retido por falta de informações. Os pagamentos serão realizados via transferência bancária online, se por ventura gerar tarifa bancária a mesma será descontada do credor.

10.2 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei n 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

11. RECURSOS FINANCEIROS E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 - Os recursos financeiros serão a cargo do orçamento vigente.

11.2 - As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019:

2.037.3390.00 - 3000 - 175/2019 - Manutenção da Agricultura

12. ADJUDICAÇÃO

12.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o Município de São Bernardino - SC, convocará o adjudicatário para assinar o Termo de Contrato em até 3 (três) dias úteis. Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar, no prazo e condições estabelecidas o Termo de Contrato, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela proposta, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

12.2- O(s) Contrato(s) decorrente(s) deste processo Licitatório poderá(ao) ser aditado(s) conforme regulamentação prevista na Seção III, Art 65, da Lei nº 8.666/93 (Brasil).

13. RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

13.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

13.2 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

14. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

14.1 - O Município ficará obrigado a:

a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

15. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

15.1 - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto no item 17, deste Edital.

15.2 - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

15.2.1 - Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

a) o atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material licitado;

b) entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

c) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

d) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

e) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada;

f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

g) a dissolução da empresa;

h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste

Contrato;

j) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

l) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

15.2.2 - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

15.2.3 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

15.3 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

16. PENALIDADES

16.1 - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor do Contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes; A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

16.2 – Ainda nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

17 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

17.1 – Além das atribuições já evidenciadas neste Edital de Licitação e as previstas em Lei, o Pregoeiro poderá ainda:

17.1.1 – Advertir os representantes das empresas proponentes, bem como qualquer pessoa presente a sessão pública, em virtude de comportamento ou expressões inadequadas para o momento.

17.1.2 – Estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

17.1.3 – Interromper o processo, para qualquer situação adversa que possa ocorrer durante a sessão pública.

17.1.4 – Baixar diligências para dirimir qualquer dúvida em relação ao processo e/ou documentação, inclusive para que havendo algum valor de lance ofertado sendo considerado inexequível, para que o autor comprove que a mesma pode ser executada.

17.1.5 – Permitir aos credenciados, contato com terceiros para formular lances.

17.1.6 – Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação.(se for o caso).

17.1.7- Tomar de forma oral do licitante credenciado presente a declaração de que o(s) objeto(s) ofertados atendem todas as especificações descritas no Edital (se for o caso)

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

18.2 - As reclamações referentes à documentação e às propostas deverão ser feitas no momento de sua abertura, respectivamente, no final de cada Sessão Pública, quando serão registradas em ata, sendo vedada a qualquer licitante observações ou reclamações posteriores, a este respeito.

18.3 - A apresentação da proposta implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste Edital, sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.4 - Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal nº 17/2006, Decreto n.19/2009, decreto n. 132/2009, decreto n. 254/2012, decreto n. 09/2018 e decreto n. 145/2019.

18.5 - No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

18.6 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

§ ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;

§ ANEXO II – Modelo de Declaração firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação;

§ ANEXO III – Modelo de Proposta

§ ANEXO IV – Modelo de Declaração firmando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

§ ANEXO V - Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a licitante

§ ANEXO VI – Minuta de Contrato.

18.7 - Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrado na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

18.8 – Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes a Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.9 - Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro (24) horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame. A impugnação deverá ser protocolada fisicamente em documento original, datado e assinado pelo proponente e/ou representante legal, no Setor de Administração e dirigido ao chefe do poder executivo.

18.10 - Recomenda-se aos licitantes que estejam no local indicado do preâmbulo deste Edital, com antecedência de quinze (15) minutos do horário previsto.

18.11 - É fundamental a presença do licitante ou de seu representante, para o exercício dos direitos de ofertar lances e manifestar intenção de recorrer.

18.12 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

18.13 - Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão preferencialmente ser dirigidas por escrito à Administração Municipal no endereço eletrônico compras@saobernardino.sc.gov.br ou, pelo telefone (49) 36540054/0014 até 72 (setenta e duas) horas antes da data de abertura da LICITAÇÃO.

18.14- Editais de Licitação, prazos recursais, recursos, contra razões, decisões, atas, adjudicações e homologações, serão publicadas no site www.saobernardino.sc.gov.br, no menu Licitações no devido processo. É de inteira responsabilidade da empresa participante estar acompanhando o andamento.

São Bernardino – SC 28/08/2019

Prefeito Municipal
Adeli José Riffel

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica
RUDIMAR BORCIONI
OAB-SC 15411
ASSESSOR(A) JURÍDICO

ANEXO I
MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 62/2019
PREGÃO No 43/2019

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de -SC, na modalidade Pregão n.º _____, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 2019.

Carimbo Nome e Assinatura do Credenciante

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO firmando o cumprimento aos requisitos de Habilitação

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 62/2019

PREGÃO No 43/2019

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO n.º do município de-SC, que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 62/2019

PREGÃO No 43/2019

A Empresa ,com sede na , inscrita no CNPJ nº ,vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº , DECLARA, sob as penas da Lei, que é MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, que atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 06 do edital convocatório, e que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

_____, em ____ de _____ 2019

Carimbo Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 62/2019

PREGÃO No 43/2019

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, objeto da presente licitação, modalidade Pregão Presencial n.º 43/2019, acatando todas as estipulações consignadas, conforme abaixo:

Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE SEMENTES CERTIFICADAS E FISCALIZADAS DE CAPIM SUDÃO (SORGHUM SUDANENSE (L.) PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA PELO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL AUTORIZATIVA N. 1.253/2018 DE 01/11/2018 QUE INSTITUIU O PROGRAMA CAMPO VERDE.

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit.	Preço Total
1	30.000,00	KG		SEMENTES CERTIFICADAS E FISCALIZADAS DE CAPIM SUDÃO (SORGHUM SUDANENSE L.) COM PADRÕES MÍNIMOS DE GERMINAÇÃO MAIOR OU IGUAL À 98% DE GERMINAÇÃO E MAIOR OU IGUAL À 95% DE PUREZA. SACA DE 40 KG		
Total						

Valor total da proposta (por extenso): R\$ _____ (_____).

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Declaramos que os itens ofertados atendem a todas as especificações descritas no edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (no mínimo, 60 - sessenta - dias da data-limite para a entrega dos envelopes).

PRAZO DE ENTREGA: IMEDIATO APÓS A EMISSÃO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA.

DATA:

NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO EM Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 62/2019

PREGÃO No 43/2019

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a)
..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º DECLARA, para fins do disposto
no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em
trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz().

data

Nome e assinatura do Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V

DECLARAÇÃO ASSEGURANDO A INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A LICITANTE

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 62/2019

PREGÃO No 43/2019

DEPARTAMENTO DE COMPRAS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC

REFERÊNCIA: DECLARAÇÃO DE INESISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da Empresa _____

Declara(m) que:

- a).- A entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Município e do Distrito Federal;
- b).- Nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública.

(local e data)

nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF

CONTRATO Nº NumContrato

O Município de SÃO BERNARDINO-SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa NomeContratado, inscrita no CNPJ nº CNPJContratado, localizada na Rua EnderecoContratado, na Cidade São Bernardino, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr. NomeRespContratado, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na Rua EnderecoContratado, na Cidade CidadeContratado, inscrito no CPF sob nº CPFContratado, neste ato contratual simplesmente denominado FORNECEDOR, resolvem celebrar o presente termo regidas pelas cláusulas e condições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ObjetoContrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O Município adquire ObjetoContrato, do aqui denominado Fornecedor, o qual foi vencedor dos itens abaixo relacionados, do Processo Licitatório 62/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, por ter apresentado a menor proposta de preços.

I – Fundamento Legal – Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 62/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

II - Do valor:

O valor dos produtos obedecerá tabela abaixo:

O valor total do contrato é de R\$ ValorContrato (ValorContratoExtenso), assim distribuído pelas Secretarias Municipais, nas seguinte dotações orçamentárias:

2.037.3390.00 - 3000 - 175/2019 - Manutenção da Agricultura

III - Da forma de pagamento:

O pagamento será efetuado avista, em moeda corrente nacional mediante a entrega dos materiais, conforme solicitação da Prefeitura Municipal, aqui denominado Município.

IV - Da vigência:

A vigência do presente contrato será de DataAssinatura até DataVencimento, ficando sua eficácia condicionada a publicação do mesmo no Mural Público Municipal conforme determina o Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, podendo o mesmo ser prorrogado através da realização de termo aditivo. O presente Contrato poderá ser aditado conforme regulamentação prevista na Seção III, Art. 65 da Lei nº 8.666/93 (Brasil 1993).

V - Do Reajustamento e atualização:

Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

VI - Das compensações financeiras:

a) - O Município poderá negociar descontos para antecipação do pagamento.

b) - O desconto não poderá ultrapassar o limite da adimplência do objeto contratado, condicionando a comprovação de ganhos reais para o Município.

c) - O Município descontará do fornecedor o percentual de 0,3 % (zero, três por cento) do valor do produto a cada dia de atraso na entrega após solicitação do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

I - Efetuar a entrega das sementes ora contratados conforme solicitação por parte do Município.

II - Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre das sementes contratadas enquanto estiverem na garantia e/ou prazo de validade.

III - Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários que coincidirem sobre das sementes contratadas.

IV - É obrigação da contratada o pagamento de tributos que incidirem sobre das sementes contratadas em qualquer esfera.

V - Cumprir todas as demais obrigações constantes do processo Licitatório nº 62/2019 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

VI - Fornecer sementes de primeira qualidade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

I - Fiscalizar e controlar os materiais contratados.

II - Esclarecer as dúvidas que forem apresentadas.

III - Cumprir as condições de pagamento, na forma como estabelecida neste contrato e Processo Licitatório nº 62/2019 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, serão utilizados recursos previstos no Orçamento de 2019 da Prefeitura Municipal de São Bernardino-SC, nos Projetos Atividades conforme consta inciso II da Cláusula Segunda deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - O presente contrato fica vinculado ao Processo Licitatório nº 62/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, da Prefeitura Municipal de São Bernardino - SC.

II - O presente contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado e em especial a Lei 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99.

III - Cabe ao Município modificar unilateralmente o presente contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.

IV - Cabe ao MUNICÍPIO rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos especificados nos incisos I do artigo 79 da Lei 8.883/94, em que o Fornecedor declara neste ato que é de seu conhecimento.

V – Fica por desde já, designado o Sr. xxxxxxxxxxxxxx, Secretário da xxxxxxxxxxxxxx, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Campo Erê - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser, exceto o que dispõe o inciso VIII do artigo 29 da Constituição Federal.

E por estarem justos e contratados assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino SC, DataExtensoAssinatura.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal
Município

NomeRespContratado
Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB/SC Nº 15.411

Testemunhas: _____

LEI Nº 1.281/2019

Publicação Nº 2138778

LEI Nº 1.281/2019 DE 28/08/2019

AUTORIZA A CAPINA QUÍMICA NAS ÁREAS QUE RELACIONA DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizada a capina química na faixa de domínio de rodovias, vias públicas, ruas, avenidas, calçadas, em áreas rurais, nas capinas amadoras em imóveis particulares devidamente protegidos do acesso público, exceto as margens de fontes d'água, córregos, açudes, sangas, rios e lagoas.

Art. 2º. Capina química é todo método de eliminação de plantas invasoras, pelo uso de herbicidas e defensivos agrícolas.

Art. 3º. Fica o executivo Municipal, autorizado a regulamentar a presente Lei no que se fizer necessário.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Município, em cada exercício.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, em 28 de Agosto de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

LEI Nº 1.282/2019

Publicação Nº 2138782

LEI Nº 1.282/2019 DE 28/08/2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, INCLUI NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO/2018 E NO ORÇAMENTO 2019 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO =====> Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB
VALOR =====> R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO =====> Manutenção da Creche
VALOR =====> R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 2º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Plano Plurianual – PPA 2018/2021, do Município de São Bernardino-SC,

aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO =====> Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental
VALOR =====> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO =====> Apoio ao Ensino Superior
VALOR =====> R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes
AÇÃO =====> Festividades Municipais
VALOR =====> R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes
AÇÃO =====> Manutenção de Praças/Quadras de Esportes
VALOR =====> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art. 3º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, conforme fica a seguir demonstrado:

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO =====> Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB
VALOR =====> R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO =====> Manutenção da Creche
VALOR =====> R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Art. 4º - Para abertura do Crédito Adicional Suplementar, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2018, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.250/2018 de 30/10/2018 e em suas alterações posteriores, no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO =====> Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental
VALOR =====> R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PROGRAMA ==> Criança na Escola
AÇÃO =====> Apoio ao Ensino Superior
VALOR =====> R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes
AÇÃO =====> Festividades Municipais
VALOR =====> R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

PROGRAMA ==> Cultura e Esportes
AÇÃO =====> Manutenção de Praças/Quadras de Esportes
VALOR =====> R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Art. 5º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, conforme fica a seguir demonstrado:

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação
12.000.0000.0.000.000 – Educação
12.361.0000.0.000.000 – Ensino Fundamental
12.361.0008.0.000.000 – Criança na Escola
12.361.0008.2.016.000 – Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1001 – Rec. do Imp. e Transf. P/ Educ. 25%. R\$ 40.000,00
ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação
12.000.0000.0.000.000 – Educação
12.365.0000.0.000.000 – Educação infantil
12.365.0008.0.000.000 – Criança na Escola

12.365.0008.2.015.000 – Manutenção da Creche
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1001 – Rec. do Imp. e Transf. P/ Educ. 25%. R\$ 30.000,00

Art. 6º - Para Abertura do Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Financeiro de 2019, do Município de São Bernardino-SC, aprovado pela Lei Municipal nº 1.258/2018 de 04/12/2018, na ordem de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), serão utilizados recursos de anulação orçamentária, do Município de São Bernardino – SC, conforme abaixo demonstrados.

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação
12.000.0000.0.000.000 – Educação
12.361.0000.0.000.000 – Ensino Fundamental
12.361.0008.0.000.000 – Criança na Escola
12.361.0008.2.017.000 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1001 – Rec. do Imp. e Transf. P/ Educ. 25%. R\$ 15.000,00
4.0.00.00.00.00.00 – Despesas de Capital
4.4.00.00.00.00.00 – Investimentos
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1001 – Rec. do Imp. e Transf. P/ Educ. 25%... R\$ 5.000,00

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.01 – Departamento da Educação
12.000.0000.0.000.000 – Educação
12.364.0000.0.000.000 – Ensino Superior
12.364.0008.0.000.000 – Criança na Escola
12.364.0008.2.047.000 – Apoio ao Ensino Superior
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Próprios Ordinários R\$ 15.000,00

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes
13.000.0000.0.000.000 – Cultura
13.392.0000.0.000.000 – Difusão Cultural
13.392.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes
13.392.0007.2.044.000 – Festividades Municipais
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.1.00.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Próprios Ordinários R\$ 9.880,00
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – F. 1000 Recursos Próprios Ordinários R\$ 15.120,00

ÓRGÃO: 04.00 – Secretaria da Educação Cultura e Esportes
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.02 – Departamento da Cultura e Esportes
27.000.0000.0.000.000 – Desporto e Laser
27.812.0000.0.000.000 – Desporto Comunitário
27.812.0007.0.000.000 – Cultura e Esportes
27.812.0007.2.010.000 – Manutenção de Praças/Quadras de Esportes
3.0.00.00.00.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas F. 1000 – Recursos Próprios Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 28 de Agosto de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

LEI Nº 1.283/2019

Publicação Nº 2138785

LEI Nº 1.283/2019 DE 28/08/2019

AUTORIZA DISPONIBILIZAR AMBULÂNCIA COM MOTORISTA, PARA ENTIDADES PROMOTORAS DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou, e eu, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizada a prestação de serviços através de disponibilização de ambulância com motorista, a entidades promotoras de eventos comunitários no Município de São Bernardino-SC, mediante o pagamento de preço público, conforme anexo único desta Lei.

§ 1º. Os serviços poderão ser prestados, desde que não prejudiquem o atendimento ao público, nem os serviços de plantão, sendo que por interesse público, o Município poderá negar a prestação dos mesmos.

§ 2º. Os serviços a serem prestado no atendimento em eventos, se resumem a traslados de emergência e urgência.

§ 3º. Os valores previstos no anexo único, desta Lei, deverão ser recolhidos aos cofres públicos antes da realização do evento.

Art. 2º. A prestação do serviço, a que se refere esta Lei, se dará por um período de até 08 (oito) horas, não podendo ser prestado além do horário da licença policial para realização do evento.

Art. 3º. A prestação do serviço se dará mediante:

- a) Solicitação formal da entidade promotora encaminha ao Secretário Municipal de Saúde e/ou ao Prefeito Municipal;
- b) Assinatura de Termo de Compromisso pelo responsável da entidade promotora;
- c) Recolhimento dos valores relativos à prestação dos serviços, conforme disposto no anexo único desta Lei;
- d) Demais exigências, conforme interesse da Municipalidade.

Art. 4º. Fica o executivo Municipal, autorizado a regulamentar a presente Lei no que se fizer necessário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, em 28 de Agosto de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

DEBORA PAULA BITTENCOURT
Resp. Sec. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO

Prestação de serviços através de disponibilização de ambulância com motorista pelo período de até 08 (oito) horas.

2,2 UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal

São Bonifácio

PREFEITURA

ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2019 - TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019 - PARECER DA COMISSÃO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO REFERENTE À ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO

Publicação Nº 2138979

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019

ATA NRº 36/2019 SEQUENCIA 02

PARECER DA COMISSÃO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO REFERENTE À ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO

AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE, ÀS QUATORZE HORAS, REUNIU-SE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2019, TOMA DA DE PREÇOS Nº 03/2019, TENDO SIDO CONSTATADO QUE NÃO FOI APRESENTADO NENHUM RECURSO CONTRA A DECISÃO QUE INABILITOU AS EMPRESAS KS CONSTRUÇÕES EIRELI E ESTRUTURAR CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA, CUJA INTIMAÇÃO OCORREU NO DIA 19/08/2019.

EM SEGUIDA, DELIBEROU-SE PELA DESIGNAÇÃO DE NOVA DATA PARA A ABERTURA DAS PROPOSTAS ENTREGUES NESTE PROCESSO, FICANDO DESDE JÁ DESIGNADO O DIA CINCO (05) DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZENOVE, ÀS 14:00 HORAS. INTIME-SE AS EMPRESAS HABILITADAS PARA CASO TENHAM INTERESSE, COMPAREÇAM NA DATA DESIGNADA. SÃO ELAS: AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, PROTENSUL PRÉ FABRICADOS LTDA E ELETRON CONSTRUÇÕES ELETRICAS.

SEM MAIS PARA O MOMENTO, FAZ-SE A LAVRATURA DA PRESENTE ATA.

PORTARIA Nº 755/2019

Publicação Nº 2139054

Portaria n º 755/2019

Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, da Lei n º 633/90, e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 5199/2019, deferido em 23/08/2019, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A DE ELVIS RAMON PREUSS, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Operador de Máquinas II, nível 6.11-C, pelo período de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia 26 de agosto de 2019, referente ao exercício 2017/2018.

São Bonifácio, 23 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 756/2019

Publicação Nº 2139060

Portaria n º 756/2019

Concede Férias.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127, combinado com o § 5º. da Lei n º 633/90 e em conformidade com o requerimento da parte interessada, protocolado sob nº 5201/2019, deferido em 26/08/2019, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS A LUIS PAULO DIRKSEN, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Operador de Máquinas II, nível 6.11-C, pelo período de 30 (trinta) dias, sendo que 10 (dez) dias para serem convertidos em numerários e os 20 (vinte) dias restantes para serem gozados a partir do dia 07 de outubro de 2019, referente ao exercício 2018/2019.

São Bonifácio, 26 de agosto de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

São Carlos

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL N. 002-2019 - FCSC

Publicação Nº 2139131

Estado de Santa Catarina	
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	008/2019 - FCSC
Contrato ADM Nº	002/2019 - FCSC
Contratante.:	FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS EIRELI ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO DA IGREJA DA COMUNIDADE DE SÃO JOSÉ, INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, CONFORME MEMORIAL DES-CRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO E PROJETOS.
Valor :	R\$ 114.224,20 (CENTO E QUATORZE MIL DUZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS)
Vigência :	31/12/2019
Licitação:	Tomada de Preços P/ Compras e Serviços nº 004/2019 - FCSC
Recursos :	DOTAÇÃO: 2.038.3390.00 - 0 - 5/2019 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FUNDAÇÃO CULTURAL.
SÃO CARLOS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

NOTA DE ANULAÇÃO PROCESSO 080/2019 - ADM

Publicação Nº 2139126

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
MUNICIPIO DE SAO CARLOSCNPJ: 82.945.718/0001-15
RUA DEMÉTRIO LORENZ, 747
C.E.P.: 89885-000 - São Carlos - SC**PREGÃO PRESENCIAL**
Nr.: 54/2019 - PRProcesso Administrativo: 80/2019
Processo de Licitação: 80/2019
Data do Processo: 18/07/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS - BRITA, PEDRISCO, PÓ DE BRITA, PEDRA RACHÃO E BRITA GRADUADA PARA MANUTENÇÃO DE ES-TRADAS VICINAIS E DEMAIS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO CARLOS/SC.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 10 / 2019

Motivo: PROCESSO ANULADO POR INTERESSE PÚBLICO.

São Carlos, 28 de Agosto de 2019

RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 099/2019, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 004/2019 III

Publicação Nº 2138162

No dia 28 de agosto de 2019, às 08:30 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE 099/2019, Modalidade Tomada de Preços PREFE n. 004/2019, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DA OBRA REFERENTE A UM ESPAÇO EDUCATIVO 12 SALAS PADRÃO FNDE ID 31175, PROVENIENTE DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 7559/2014, CONFORME PROJETO EXECUTIVO ANEXO, nos termos do que havia sido designado em ata na sessão anterior e considerando que a licitante CONSTRUTORA SENHORE LTDA., apresentou na data de 27 de agosto de 2019, nova proposta com valor R\$ 1.795.000,00 (um milhão, setecentos e noventa e cinco mil reais), inferior àquele formulado pela empresa TALLENTO CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA. A proposta foi considerada válida por cumprir com todos os requisitos do edital. Portanto, conforme dispõe o artigo 44 da Lei Complementar 123/06, atualizada pela Lei Complementar 147/14, declara-se VENCEDORA do presente certame a licitante CONSTRUTORA SENHORE LTDA., ficando ciente de que se declara aberto o prazo recursal previsto no art. 109 da Lei n. 8.666/93. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, até 04 de setembro de 2019, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e, posteriormente, à Autoridade Competente para deliberação. A presente ata será publicada no Diário Oficial do Municípios e deverá ser enviada por email aos participantes. Nada mais.

RESOLUÇÃO Nº 006/2019

Publicação Nº 2138213

RESOLUÇÃO Nº 006/2019

INSTITUI A COMISSÃO ORGANIZADORA DA IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO DOMINGOS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Domingos – SC, fundamentado nos termos da Lei Federal nº 8.742/93, na Lei Municipal nº 1790 de 18 de agosto de 2016 e as deliberações da Reunião Extraordinária Ampliada realizada no dia 27 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Criar a Comissão Organizadora da IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, composta pelas pessoas abaixo relacionadas:

- a) Cristiane Ansolin – Presidente do CMAS;
- b) Francismara Aparecida Mariani – Secretária Municipal de Assistência Social;
- c) Luana Ribeiro Ferreira – representante dos trabalhadores do SUAS;
- d) Juliane Bellé Vieira – representante dos trabalhadores do SUAS;
- e) Elizandra Wolff Tonin – Coordenadora do SCFV;
- f) Jussara Nunes – Assistente Social do CRAS;
- g) Maria Anghinoni Camargo – Responsável pelo trabalho com os grupos de idosos organizados.

Art. 2º A Comissão será coordenada pela Presidente do CMAS, e terá como competência:

- a) Orientar e acompanhar a realização e o resultado da IX Conferência Municipal de Assistência Social;
- b) Preparar e acompanhar a operacionalização da IX Conferência Municipal de Assistência Social;
- c) Propor e encaminhar para aprovação do colegiado, regimento interno, metodologia, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante a IX Conferência Municipal de Assistência Social;
- d) Organizar e coordenar a IX Conferência Municipal de Assistência Social;
- e) Dar suporte técnico-operacional durante o evento.

Art. 3º Para a operacionalização da IX Conferência Municipal de Assistência Social, a Comissão Organizadora contará com apoio dos seguintes setores:

- a) Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS);
- b) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;
- c) Assessoria de Comunicação.

Art. 4º A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na realização da IX Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços da Assistência Social, bem como consultores e convidados.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Domingos/SC, 28 de agosto de 2019.

Cristiane Ansolin
Presidente do Conselho
Municipal Assistência Social

São Francisco do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.185/2019

Publicação Nº 2138280

DECRETO Nº 3.185, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÚBLICA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR EROSÃO COSTEIRA/MARINHA 1.1.4.1.0 CONFORME IN/MI 02/2016.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e pelo inciso VI, do artigo 8º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, e

CONSIDERANDO que em decorrência de maré astronômica e ressacas que ocasionaram ao longo costa do município, entre às 02h30 do dia 15 de agosto e às 22h00 do dia 16 de agosto, erosão costeira marítima, tendo como principais áreas afetadas a Praia de Itaguaçu, Praia da Saudade e Praia Grande;

CONSIDERANDO que em decorrência dos seguintes danos, Erosão Costeira Marinha gerou o colapso de aproximadamente escadarias de acesso do calçadão da Av. Brasília na Praia da Saudade e nesta área com a especial observância da potencialidade ao risco em virtude dos dutos da empresa TRANSPETRO estarem sob esta área. A Erosão Costeira Marinha ocasionou danos na praia do Itaguaçu na Av. Tripolli, inclusive com exposição da rede elétrica subterrânea. A Erosão Costeira Marinha ocasionou risco eminente de danos no posto de Salva Vidas nº 12 na Praia Grande, Av. das Dunas;

CONSIDERANDO que o parecer Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de situação de emergência pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência pública nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Erosão Costeira/Marinha 1.1.4.1.0 IN/MI.

Art. 2º Fica autorizada a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

DECRETO Nº 3.185, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 28 de agosto de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicado em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

LEI Nº 2.234/2019

Publicação Nº 2138261

LEI Nº 2.234, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

INSTITUI O DIA 24 DE OUTUBRO COMO O DIA MUNICIPAL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Município o Dia Municipal do Bombeiro Voluntário, a ser comemorado anualmente no dia 24 de Outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 28 de agosto de 2019.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Governo.
Visto. Publique-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.914/2019

Publicação Nº 2137958

PORTARIA nº 15.914, de 27 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 59, incisos VI e IX, 60, e 84, inciso II, e seu parágrafo único, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o Artigo 149, da Lei Complementar nº 008/2003, e considerando o Processo instaurado em virtude das informações do Ofício 30/2019, da 2ª Delegacia Regional de Polícia/Delegacia de Polícia de São Francisco do Sul,

RESOLVE:

Art. 1º - DETERMINAR à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, a Instauração do Processo de Sindicância Investigativa, para apurar o ato de servidor público na condução do Processo Administrativo nº 4735/2018, que trata de desafetação de área, havendo indício de irregularidade e/ou vícios no procedimento que causaram prejuízo ao interesse público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 27 de agosto de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA

Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.915/2019

Publicação Nº 2137961

PORTARIA nº 15.915, de 27 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com a Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, e com o Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 569, de 23 de agosto de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - EFETUAR LOTAÇÃO do servidor MÁRCIO JOÃO DA SILVA, matrícula nº 222887, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental II – História, na EBM Dr. Franklin de Oliveira, com carga horária de 20 horas semanais.

Parágrafo único. O servidor possui, também, lotação na EBM Waldemar da Costa, com carga horária de 20 horas semanais, conforme disposto na Portaria nº 13.552, de 19 de dezembro de 2016, totalizando a carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 27 de agosto de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.916/2019

Publicação Nº 2137965

PORTARIA nº 15.916, de 27 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 567, de 22 de agosto de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - EFETUAR REMOÇÃO, ex officio, da servidora MARIANGELA MATTAR, matrícula nº 230065, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental II – Artes, para a EBM Waldemar da Costa, com carga horária de 40 horas semanais, sendo 20h no período diurno e 20h no período noturno, a partir de 3 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos a partir de 3 de fevereiro de 2019.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 27 de agosto de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 15.917/2019

Publicação Nº 2138348

PORTARIA nº 15.917, de 28 de agosto de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores abaixo relacionados, para comporem a Comissão Técnica, para avaliar a amostra do Software de Geoprocessamento, como "serviço (software as a service – saas) na web, para as necessidades de gestão municipal da base de dados cadastral multifinalitária, revisão da planta de valores genéricos e serviços necessários para a modernização administrativa tributária do município de São Francisco do Sul", a ser fornecido pela empresa contratada através do Pregão Presencial nº 128/2019, conforme segue:

I – Membros Titulares:

- a) DANIEL PEREIRA;
- b) DAYSE LUANA BIANCHINI;
- c) FERNANDA TRUPPEL SCHMIDT;
- d) LUAN CARLO TERNUS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 28 de agosto de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PP 055/2019 - FMS

Publicação Nº 2138269

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL LICITAÇÃO Nº 055/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, mediante o (a) Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 15.686 de 02 de abril de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09:00H horas do dia 12 de setembro de 2019, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme descrito neste Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Aquisição de material odontológico para as Unidades Básicas de Saúde do Município para o período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital

2.2. As empresas interessadas em participar do certame, deverão juntamente com a proposta escrita, cadastrar proposta e marca no site saofranciscodosul.atende.net, afim de agilizar o lançamento das propostas, bem como cadastrar a empresa e seu representante no site, preenchendo todos os dados solicitados, atentando principalmente para o preenchimento correto dos dados bancários da empresa, contatos e endereço.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se a via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 08:30h do dia 12 de setembro de 2019.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09h do dia 12 de setembro de 2019, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial – Por item

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por Item, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I deste edital.

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI – Recibo de Retirada de Edital

Anexo VII – Minuta de Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, www.diariomunicipal.sc.gov.br/site no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de

24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail: licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br; licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail: licitacao.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br ou devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;

e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;

f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;

g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de

17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de entrega, conforme parâmetro máximo do Termo de Referência.

10.5. Prazo de garantia do produto, conforme parâmetro mínimo do Termo de Referência.

10.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.7. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.8. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

10.9. Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (LEGIVEL). (Dispostos na mesma ordem da listagem de itens do Anexo I do edital, identificando em seu cabeçalho o número do item, destacando as informações preferencialmente com caneta marca texto).

· Proposta de itens com: marcas, valor unitário, valor total e número de certificação da ANVISA para todos os itens certificados.

- Aos itens que são isentos de certificação deverá ser apresentada a documentação inerente a sua isenção.
- Certificação da ANVISA, conforme número impresso na proposta, em ordem crescente dos itens impressos.

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;

b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúvida interpretação, que dificultem o seu julgamento;

c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1 SICAF;

14.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

14.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

Nota explicativa: A consulta aos dois cadastros - CEIS e CNJ -, além do tradicional SICAF, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 - Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação.

14.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

Nota explicativa: O SICAF informa a composição do quadro societário das empresas, inclusive quanto ao percentual de participação de cada sócio.

Conforme o Manual do SICAF, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, o preenchimento desses dados é exigido já no Nível I - Credenciamento, de sorte que, a princípio, o pregoeiro disporá das informações dos sócios de todas as empresas que participarem do pregão eletrônico, inclusive aquelas eventualmente não cadastradas nos demais níveis do SICAF.

De todo modo, caso tais informações não estejam disponíveis no SICAF, cabe ao pregoeiro solicitar a apresentação do contrato social da empresa - o qual, aliás, já é documento de apresentação obrigatória na habilitação jurídica.

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014

- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante, juntamente com a certidão emitida pelo <https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>, com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
 - b.2) As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD;
 - b.3) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
 - b.4) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades mínimas fornecidas de 50% (cinquenta por cento) e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de 01 (um) atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- b. Alvará de localização/funcionamento devidamente autenticado

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3. A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.11.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fac-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 13.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensão a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Para fins de avaliação e análise dos produtos a serem entregues e de sua consonância com as especificações contidas no Termo de Referência as empresas vencedoras deverão apresentar amostras dos produtos, conforme condições a seguir:

19.2.1. As amostras deverão ser entregues até 05 (cinco) dias úteis após a conclusão das fases classificatória e habilitatória no lote 01;

19.2.2. As amostras, em plena validade, deverão ser entregues identificadas com etiquetas autocolantes, constando o nome da empresa e o número do item a que se referem;

19.2.3. A unidade competente fará a análise dos produtos, verificando a sua compatibilidade com o Termo de Referência e as propostas comerciais, e emitirá um parecer devidamente fundamentado aprovando ou contraindicando o(s) item (ns) cotado(s);

19.2.4. Caso a(s) amostra(s), da(s) empresa(s) que ofertou(ram) o menor preço não seja(m) compatível(is) com o objeto da licitação, será(ão) convocada(s) a(s) empresa(s) subsequente(s), na ordem de classificação, para apresentação de amostra(s), se for o caso, cujo o prazo será de 05 (cinco) dias úteis, após convocação, sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao licitante desclassificado por incompatibilidade do produto ofertado com as especificações do edital;

19.2.5. As amostras aceitas ficarão sob guarda Secretaria Municipal de Saúde para aferição com os produtos entregues, sendo devolvidas aos fornecedores após a constatação de sua adequabilidade no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de publicação da homologação, sendo que a Secretaria Municipal de Saúde não se responsabilizará por qualquer dano causado aos materiais durante o período de análise ou por eventual demora no recolhimento dos mesmos;

19.2.6. No caso de incompatibilidade das amostras com os requisitos editalícios, as mesmas ficarão à disposição da Secretaria de Educação até a conclusão do processo administrativo instaurado que vise aplicação das sanções previstas neste edital ao licitante faltoso. Concluído o processo, as amostras deverão ser retiradas na Secretaria Municipal de Saúde no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos. Após este período a Secretaria de Educação providenciará o descarte das amostras.

19.3. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.4. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.5. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VI, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento dos produtos será realizado mensalmente em até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal, a qual deverá ser entregue no Setor de Administração da Secretaria Municipal de Saúde;

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade fornecida.

21.4. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.5. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescentar ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 28 de agosto de 2019

Nádia Moreira Raposo
Secretária Municipal de Saúde
Port. Nº 15.192/2018

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 OBJETIVO

Aquisição de material odontológico, e mochos para as Unidades Básicas de Saúde do Município para o período de 12 meses.

2.0 JUSTIFICATIVA

A realização deste certame objetiva suprir às necessidades do Município, tendo em vista que os materiais são utilizados por todos os consultórios odontológicos existente nas Unidades de Saúde que prestam atendimento a todos os usuários do SUS. A Aquisição dos mochos trata-se de valor residual da verba, recebida através da Portaria MS nº 3.389 de 12 de dezembro de 2017 e Lei 13.528, de 29 de novembro de 2017, em que o município foi contemplado com recursos destinados à este fim.

3.0 ESPECIFICAÇÃO
TIPO DE COMPARAÇÃO - POR ITEM,

ITEM	PRODUTO	Und.	Quant.	Valor Unt Médio	Valor Total Médio
1	Broca alta rotação diamantada 1011	UNID.	300	R\$ 5,74	R\$1.722,00
2	Broca alta rotação diamantada 1012	UNID.	300	R\$ 5,74	R\$1.722,00
3	Broca alta rotação diamantada 1012 HL	UNID.	300	R\$ 5,74	R\$1.722,00
4	Broca alta rotação diamantada 1013	UNID.	300	R\$ 5,74	R\$1.722,00
5	Broca alta rotação diamantada 1014	UNID.	300	R\$ 5,74	R\$1.722,00
6	Broca alta rotação diamantada 1014 HL	UNID.	300	R\$ 8,90	R\$2.670,00
7	Broca alta rotação diamantada 1015	UNID.	300	R\$ 5,74	R\$1.722,00
8	Broca alta rotação diamantada 1016	UNID.	300	R\$ 5,74	R\$1.722,00
9	Broca alta rotação diamantada 1016 HL	UNID.	300	R\$ 5,74	R\$1.722,00
10	Broca alta rotação diamantada 1019	UNID.	300	R\$ 5,74	R\$1.722,00
11	Broca alta rotação diamantada 1026	UNID.	200	R\$ 8,90	R\$1.780,00
12	Broca alta rotação diamantada 1027	UNID.	200	R\$ 8,90	R\$1.780,00
13	Broca alta rotação diamantada 1028	UNID.	200	R\$ 8,90	R\$1.780,00
14	Broca alta rotação diamantada 1029	UNID.	200	R\$ 8,90	R\$1.780,00
15	Broca alta rotação diamantada 1031	UNID.	200	R\$ 6,30	R\$1.260,00
16	Broca alta rotação diamantada 1032	UNID.	200	R\$ 10,91	R\$2.182,00
17	Broca alta rotação diamantada 1033	UNID.	200	R\$ 11,72	R\$2.344,00
18	Broca alta rotação diamantada 1034	UNID.	200	R\$ 10,91	R\$2.182,00
19	Broca alta rotação diamantada 1035	UNID.	200	R\$ 10,91	R\$2.182,00
20	Broca alta rotação diamantada 1036	UNID.	200	R\$ 10,91	R\$2.182,00
21	Broca alta rotação diamantada 1090	UNID.	100	R\$ 10,26	R\$1.026,00
22	Broca alta rotação diamantada 1092	UNID.	100	R\$ 5,74	R\$574,00
23	Broca alta rotação diamantada chama 1111	UNID.	300	R\$ 6,30	R\$1.890,00
24	Broca alta rotação diamantada chama 1111 F	UNID.	300	R\$ 5,20	R\$1.560,00
25	Broca alta rotação diamantada chama 1111 FF	UNID.	300	R\$ 6,30	R\$1.890,00
26	Broca alta rotação diamantada chama 1112	UNID.	300	R\$ 6,30	R\$1.890,00
27	Broca alta rotação diamantada chama 1112 F	UNID.	200	R\$ 8,15	R\$1.630,00
28	Broca alta rotação diamantada chama 1112 FF	UNID.	200	R\$ 10,73	R\$2.146,00

29	Broca alta rotação diamantada chama 1190	UNID.	300	R\$ 10,73	R\$3.219,00
30	Broca alta rotação diamantada chama 1190 F	UNID.	300	R\$ 10,73	R\$3.219,00
31	Broca alta rotação diamantada chama 1190 FF	UNID.	300	R\$ 10,73	R\$3.219,00
32	Broca alta rotação diamantada chama 2082	UNID.	300	R\$ 7,42	R\$2.226,00
33	Broca alta rotação diamantada chama 2134 F	UNID.	300	R\$ 11,72	R\$3.516,00
34	Broca alta rotação diamantada chama 2134 FF	UNID.	300	R\$ 8,90	R\$2.670,00
35	Broca alta rotação diamantada chama 2136	UNID.	300	R\$ 11,72	R\$3.516,00
36	Broca alta rotação diamantada chama 2136 F	UNID.	200	R\$ 8,90	R\$1.780,00
37	Broca alta rotação diamantada chama 2136 FF	UNID.	200	R\$ 8,90	R\$1.780,00
38	Broca alta rotação diamantada chama 2200	UNID.	300	R\$ 12,38	R\$3.714,00
39	Broca alta rotação diamantada chama 2200 F	UNID.	300	R\$ 10,73	R\$3.219,00
40	Broca alta rotação diamantada chama 2200 FF	UNID.	300	R\$ 5,74	R\$1.722,00
41	Broca alta rotação diamantada chama 3113	UNID.	300	R\$ 6,30	R\$1.890,00
42	Broca alta rotação diamantada chama 3113 F	UNID.	300	R\$ 11,72	R\$3.516,00
43	Broca alta rotação diamantada chama 3113 FF	UNID.	300	R\$ 11,72	R\$3.516,00
44	Broca alta rotação diamantada chama 3118	UNID.	300	R\$ 5,74	R\$1.722,00
45	Broca alta rotação diamantada chama 3118 F	UNID.	300	R\$ 4,83	R\$1.449,00
46	Broca alta rotação diamantada chama 3118 FF	UNID.	300	R\$ 5,74	R\$1.722,00
47	Broca alta rotação diamantada chama 3168 F	UNID.	300	R\$ 6,34	R\$1.902,00
48	Broca alta rotação diamantada chama 3168 FF	UNID.	300	R\$ 5,20	R\$1.560,00
49	Broca carbide 1/2	UNID.	200	R\$ 8,68	R\$1.736,00
50	Broca carbide 01	UNID.	200	R\$ 8,31	R\$1.662,00
51	Broca carbide 02	UNID.	200	R\$ 8,31	R\$1.662,00
52	Broca carbide 04	UNID.	200	R\$ 8,68	R\$1.736,00
53	Broca carbide 06	UNID.	200	R\$ 9,08	R\$1.816,00
54	Broca carbide 08	UNID.	200	R\$ 8,84	R\$1.768,00
55	Broca carbide 1/4	UNID.	200	R\$ 9,00	R\$1.800,00
56	Broca carbide 02 hl	UNID.	100	R\$ 9,00	R\$900,00
57	Broca carbide 04 hl	UNID.	100	R\$ 9,00	R\$900,00
58	Broca carbide 06 hl	UNID.	100	R\$ 9,45	R\$945,00
59	Broca Baixa Rotação Esférica nº 1	UNID.	300	R\$ 9,00	R\$2.700,00
60	Broca Baixa Rotação Esférica nº 1/2	UNID.	300	R\$ 9,00	R\$2.700,00
61	Broca Baixa Rotação Esférica nº 2	UNID.	300	R\$ 9,00	R\$2.700,00
62	Broca Baixa Rotação Esférica nº 2HL	UNID.	300	R\$ 9,00	R\$2.700,00
63	Broca Baixa Rotação Esférica nº 3	UNID.	300	R\$ 9,00	R\$2.700,00
64	Broca Baixa Rotação Esférica nº 4	UNID.	300	R\$ 9,00	R\$2.700,00
65	Broca Baixa Rotação Esférica nº 4HL	UNID.	300	R\$ 9,00	R\$2.700,00
66	Broca Baixa Rotação Esférica nº 5	UNID.	300	R\$ 9,00	R\$2.700,00
67	Broca Baixa Rotação Esférica nº 6	UNID.	300	R\$ 9,00	R\$2.700,00
68	Broca Baixa Rotação Esférica nº 6HL	UNID.	300	R\$ 9,00	R\$2.700,00
69	Broca Baixa Rotação Esférica nº 7	UNID.	300	R\$ 9,00	R\$2.700,00
70	Broca Baixa Rotação Esférica nº 8	UNID.	300	R\$ 9,00	R\$2.700,00
71	Broca Zecrya 151 z	UNID.	100	R\$ 36,25	R\$3.625,00
72	Broca Zecrya 151 lz	UNID.	100	R\$ 36,25	R\$3.625,00
73	PONTA ULTRASSOM PARA APARELHO DABI ATLANTE PROFI NEO US D700 SUPRA GENGIVAL	UNID.	12	R\$ 198,00	R\$2.376,00
74	PONTA ULTRASSOM PARA APARELHO DABI ATLANTE PROFI NEO US D700 SUB GENGIVAL	UNID.	12	R\$ 198,00	R\$2.376,00
75	Adesivo Monocomponente, solvente à base de álcool e água, tampa flip-top, partícula de carga de 5nm	UND	45	R\$ 294,00	R\$13.230,00
76	Agulha Gengival Curta 30G, trifacetada, siliconizada, indicador de bisel, embalagem com 100unidades	CX	180	R\$ 51,61	R\$9.289,80
77	Agulha Gengival Extra-Curta 30G, trifacetada, siliconizada, indicador de bisel, embalagem com 100unidades	CX	180	R\$ 55,97	R\$10.074,60
78	Agulha Gengival Longa 27G, trifacetada, siliconizada, indicador de bisel, embalagem com 100unidades	CX	30	R\$ 51,67	R\$1.550,10
79	Cápsulas de Amálgama, sem fase gama 2, 56% Prata 27,9% Estanho 15,4% Cobre e 47,9% Mercúrio, 1 porção, embalagem com 500capsulas	UND	2	R\$ 2.207,44	R\$4.414,88
80	Cápsulas de Amálgama, sem fase gama 2, 56% Prata 27,9% Estanho 15,4% Cobre e 47,9% Mercúrio, 2 porções, embalagem com 500capsulas	UND	2	R\$ 1.716,98	R\$3.433,96
81	Condicionador de ácido fosfórico 37% embalagem com 3 seringas	PCT	270	R\$ 6,56	R\$1.771,20

82	Curativo alveolar com própolis, embalagem com 2 seringas	UND	30	R\$ 43,42	R\$1.302,60
83	Anestésico Mepivacaína 2%, Epinefrina 1:100.000, tubetes de cristal e siliconados, caixa com 50 tubetes 1,8ml	CX	540	R\$ 166,54	R\$89.931,60
84	Anestésico Mepivacaína 3%, tubetes de cristal e siliconados, caixa com 50 tubetes 1,8ml	CX	180	R\$ 166,53	R\$29.975,40
85	Anestésico tópico Benzocaína 200mg	UND	180	R\$ 7,16	R\$1.288,80
86	Babeiro Descartável 2 camadas, 30x40cm, embalagem com 100	PCT	200	R\$ 14,17	R\$2.834,00
87	Papel Carbono para articulação, dupla cor, embalagem com 12 tiras	BLOCO	120	R\$ 3,92	R\$470,40
88	Restaurador provisório à base de óxido de zinco	UND	45	R\$ 18,75	R\$843,75
89	Cimento forrador de Hidróxido de Cálcio Kit	UND	45	R\$ 55,60	R\$2.502,00
90	Colete de Chumbo Plumbífero com protetor de tireóide CINZA 110CMX60CM 0,25mmpb	UND	5	R\$ 396,87	R\$1.984,35
91	Cunha de madeira anatômica sortida, embalagem com 100	PCT	60	R\$ 26,76	R\$1.605,60
92	Dedeira de borracha	UND	15	R\$ 5,60	R\$84,00
93	Disco de Feltro	UND	30	R\$ 38,66	R\$1.159,80
94	Disco de Lixa e mandril com encaixe rápido, sem centro metálico, poliéster, kit com granações grossa, média, fina e extrafina	UND	30	R\$ 325,50	R\$9.765,00
95	Disco de lixa sistema de polimento e acabamento dental tamanho ½ série azul nacional – cx c/ 50 unidades sortidas -	CX	2	R\$ 177,01	R\$354,02
96	Teste de vitalidade spray à base de água -50°C	UND	30	R\$ 46,06	R\$1.381,80
97	Escova de Aço	UND	30	R\$ 9,60	R\$288,00
98	Escova de Robinson Reta	UND	1000	R\$ 2,16	R\$2.160,00
99	Fio de Sutura Agulhado Nylon 4-0 45cm ½ 15mm caixa com 24	CX	90	R\$ 42,15	R\$3.793,50
100	Fio de Sutura Agulhado Nylon 6-0 45cm ½ 15mm caixa com 24	CX	90	R\$ 36,74	R\$3.306,60
101	Fio Dental Encerado 500m	UND	30	R\$ 9,72	R\$291,60
102	Fixador de película de RX – frasco c/ 475 ml	FRASCO	200	R\$ 20,26	R\$4.052,00
103	Flúor em Gel Acidulado 1,23% sem corante	UND	160	R\$ 8,13	R\$1.300,80
104	Broca maxicut carboneto de tungstenio	UND	15	R\$ 67,61	R\$1.014,15
105	Gluconato de Clorexidina 0,12% litro	UND	60	R\$ 51,57	R\$3.094,20
106	Hemostático líquido (solução hemostática à base de cloreto de alumínio) - frasco c/ 10 ml	FRASCO	15	R\$ 22,62	R\$339,30
107	Hidróxido de cálcio PA capeador pulpar – frasco c/ 10 gramas	FRASCO	30	R\$ 5,69	R\$170,70
108	Cimento de Ionomero de Vidro para restauração, alta viscosidade, nanopartículas de até 2µm	UND	150	R\$ 39,28	R\$5.892,00
109	Material restaurador intermediário à base de óxido de zinco e eugenol reforçado, kit pó/líquido.	UND	30	R\$ 5,64	R\$169,20
110	Jacaré	UND	30	R\$ 9,12	R\$273,60
111	Kit de Silicone para polimento de resina	UND	30	R\$ 35,77	R\$1.073,10
112	Laminas Bisturi 12 embalagem com 100	CX	40	R\$ 38,08	R\$1.523,20
113	Laminas Bisturi 15 embalagem com 100	CX	30	R\$ 38,38	R\$1.151,40
114	Laminas Bisturi 15 C 15 embalagem com 100	CX	30	R\$ 38,08	R\$1.142,40
115	Lençol de Borracha caixa com 26	CX	60	R\$ 26,23	R\$1.573,80
116	Mandril de encaixe rápido, para o encaixe dos discos de polimento ao contra-ângulo	UND	15	R\$ 20,02	R\$300,30
117	Máscara com elástico tripla camada, caixa com 50	CX	360	R\$ 9,21	R\$3.315,60
118	Fita banda matriz metálica 0,05X7	UND	180	R\$ 2,91	R\$523,80
119	Fita banda matriz metálica 0,05X5	UND	360	R\$ 2,77	R\$997,20
120	Aplicador descartável com dois pontos de dobra extra fino embalagem com 100	UND	300	R\$ 13,60	R\$4.080,00
121	Óculos de proteção Lentes em policarbonato e Incolores	UND	30	R\$ 6,20	R\$186,00
122	Óleo lubrificante para instrumentos de alta e baixa rotação, c/ óleo mineral de baixa viscosidade, não tóxico- frasco c/ 200 ml com bico	FRASCO	15	R\$ 38,49	R\$577,35
123	Pasta Maísto	UND	30	R\$ 40,16	R\$1.204,80
124	Pasta para polimento granulação extra fina	UND	15	R\$ 41,58	R\$623,70
125	Pasta Profilática contendo pedra pomes microgranulada	UND	45	R\$ 13,13	R\$590,85
126	Pedra Pomes pó extra fina	UND	15	R\$ 11,02	R\$165,30
127	Sugador Cirúrgico Descartável caixa com 40	CX	60	R\$ 28,49	R\$1.709,40
128	Resina Flow cor A2 seringa	UND	30	R\$ 21,30	R\$639,00
129	Resina Composta Micro-híbrida partículas de vidro de bário, com tamanho médio de 0,7µm e tamanho máximo inferior à 2µm. Cor A1	UND	15	R\$ 58,30	R\$874,50
130	Resina Composta Micro-híbrida partículas de vidro de bário, com tamanho médio de 0,7µm e tamanho máximo inferior à 2µm. Cor A2	UND	45	R\$ 58,30	R\$2.623,50

131	Resina Composta Micro-híbrida partículas de vidro de bário, com tamanho médio de 0,7µm e tamanho máximo inferior à 2µm. Cor A3	UND	45	R\$ 58,30	R\$2.623,50
132	Resina Composta Micro-híbrida partículas de vidro de bário, com tamanho médio de 0,7µm e tamanho máximo inferior à 2µm. Cor A3,5	UND	30	R\$ 58,30	R\$1.749,00
133	Resina Composta Micro-híbrida partículas de vidro de bário, com tamanho médio de 0,7µm e tamanho máximo inferior à 2µm. Cor A4	UND	15	R\$ 58,30	R\$874,50
134	Resina Composta Micro-híbrida partículas de vidro de bário, com tamanho médio de 0,7µm e tamanho máximo inferior à 2µm. Cor B1	UND	15	R\$ 54,44	R\$816,60
135	Resina Composta Micro-híbrida partículas de vidro de bário, com tamanho médio de 0,7µm e tamanho máximo inferior à 2µm. Cor B2	UND	15	R\$ 54,44	R\$816,60
136	Resina Composta Micro-híbrida partículas de vidro de bário, com tamanho médio de 0,7µm e tamanho máximo inferior à 2µm. Cor C2	UND	15	R\$ 54,44	R\$816,60
137	Resina Composta Micro-híbrida partículas de vidro de bário, com tamanho médio de 0,7µm e tamanho máximo inferior à 2µm. Cor B0,5	UND	15	R\$ 24,17	R\$362,55
138	Resina Composta Nanohíbrida Cor DA2	UND	15	R\$ 20,10	R\$301,50
139	Resina Composta Nanohíbrida Cor DA3	UND	15	R\$ 20,10	R\$301,50
140	Resina Composta Nanohíbrida Cor EA1	UND	15	R\$ 20,10	R\$301,50
141	Resina Composta Nanohíbrida Cor EA2	UND	30	R\$ 20,10	R\$603,00
142	Resina Composta Nanohíbrida Cor EA3	UND	30	R\$ 20,10	R\$603,00
143	Resina Composta Nanohíbrida Cor EA3,5	UND	15	R\$ 20,10	R\$301,50
144	Revelador de RX manual, composição: sulfito de sódio - frasco c/ 475 ml	FRASCO	200	R\$ 18,82	R\$3.764,00
145	Revelador de Placa blister com 120 pastilhas	UND	15	R\$ 32,06	R\$480,90
146	Rolo Dental nº 1 isento de amido e cloro pacote com 100	PCT	360	R\$ 2,80	R\$1.008,00
147	Rolo Dental nº 2 isento de amido e cloro pacote com 100	PCT	720	R\$ 2,84	R\$2.044,80
148	Selante Foto polimerizável, com flúor, com 50% em peso de cargas inorgânicas.	UND	30	R\$ 33,84	R\$1.015,20
149	Sugador descartável com 40 unidades	PCT	1200	R\$ 5,69	R\$6.828,00
150	Taça de Borracha	UND	500	R\$ 4,58	R\$2.290,00
151	Tira de lixa de aço, 12 unidades.	PCT	180	R\$ 11,08	R\$1.994,40
152	Tira de lixa de poliéster caixa com 150	CX	30	R\$ 8,18	R\$245,40
153	Tira de Poliéster embalagem com 50 unidades	CX	30	R\$ 5,11	R\$153,30
154	Tricresol Formalina	UND	20	R\$ 7,58	R\$151,60
155	Verniz de fluoreto de sódio a 5%	UND	30	R\$ 199,00	R\$5.970,00
156	Escova Dental Adulto	UND	10000	R\$ 1,74	R\$17.400,00
157	Escova Dental Infantil	UND	30000	R\$ 1,62	R\$48.600,00
158	Creme Dental	UND	15000	R\$ 2,04	R\$30.600,00
159	Arcada Inquebrável Grande	UND	12	R\$ 238,00	R\$2.856,00
160	Macro Escova	UND	12	R\$ 50,40	R\$604,80
161	Anestésico Articaina 4%, Epinefrina 1: 1 000.000, tubetes de cristal, siliconados com 1,8 ml cada. Emabalgem com 80 tubetes.	PCT	180	R\$ 224,05	R\$40.329,00
162	Aplicador para Ionomero de vidro encapsulado: Possui uma trava que controla a extrusão de material, autoclavável, fácil de limpar, material em aço em inox, econômico de longa duração mais cimento de ionomero de vidro autopolimerizável, radiopaco, altaviscosidade. Apresentação em cápsulas, cor A 1. Material restaurativo.	UNID	15	R\$ 195,62	R\$2.934,30
163	Cimento de ionomero de vidro autopolimerizável, radiopaco, altaviscosidade. Apresentação em cápsulas, cor A 1. Material restaurativo.	CX	45	R\$ 325,55	R\$14.649,75
164	Ionômero de vidro com alta liberação de flúor, usado para proteção de superfície, selamento de dentes ou cariado. Cápsula, cor branca.	CX	45	R\$ 325,55	R\$14.649,75
165	Material restaurador a base de ionômero de vidro, radiopaco e reforçado com resina fotopolimerizável. Apresentação em Cápsulas cor A 2. Caixa com 50 cápsulas	CX	45	R\$ 100,18	R\$4.508,10
166	Material restaurador a base de ionômero de vidro, radiopaco e reforçado com resina fotopolimerizadora. Apresentação em Cápsulas cor A . Caixa com 50 cápsulas	CX	45	R\$ 100,18	R\$4.508,10

167	Removedor, químico-mecânico da carie - Fórmula e Ação - embalagem com 1 seringa com 1ml. Gel, composto por papaína, cloramina, azul de toluidina, sais e espessante. Os componentes ativos, a papaína e a cloramina, possuem propriedades bacteriostáticas, bactericidas e anti-inflamatórias, indicados para remoção química - mecânica da cárie sem a necessidade de anestesia e equipamentos rotatórios. Indicado para todas as idades, indispensável para pacientes com necessidades especiais: bebês, crianças, adolescentes e idosos. Em cavidades profundas reduz o risco de exposição pulpar	UM	45	R\$ 87,38	R\$3.932,10
168	Filme radiológico periapical, medindo 3 cm x 4 cm, simples, plano, com uma camada de proteção e outra de suporte, que ofereça imagem de boa qualidade. Revestimento externo impermeável, com cantos arredondados formando um conjunto flexível. Embalado em caixas com 150 películas. Contendo data de fabricação, validade, nº de lote e número de registro no MS	CX	45	R\$ 230,16	R\$10.357,20
169	Filme radiológico infantil periapical, medindo 22mmx35mm, simples, plano, com uma camada de proteção e outra de suporte, que ofereça imagem de boa qualidade. Revestimento externo impermeável, com cantos arredondados formando um conjunto flexível. Embalado em caixas com 100 películas. Contendo data de fabricação, validade, nº de lote e número de registro no MS	CX	15	R\$ 317,17	R\$4.757,55
170	Mocho: Material de confecção: aço ferro pintado; Encosto: possui; Regulagem de altura: a gás	UNID	6	R\$ 530,00	R\$3.180,00

3.1 JUNTO COM A PROPOSTA AS EMPRESAS DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE CERTIFICADOS IMPRESSOS:

3.1.1 – Certificado de Registro de Produtos emitidos pela Agência Nacional de Vigilância do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (LEGIVEL). (Dispostos na mesma ordem da listagem de itens do Anexo I do edital, identificando em seu cabeçalho o número do item, destacando as informações preferencialmente com caneta marca texto).

3.1.2 – As propostas deverão estar em conformidade prevista neste edital, com páginas numeradas, fixadas com espirais ou presilhas para fácil manuseio seguindo a sequência abaixo:

- Proposta de itens com: marcas, valor unitário, valor total e número de certificação da ANVISA para todos os itens certificados.
- Aos itens que são isentos de certificação deverá ser apresentada a documentação inerente a sua isenção.
- Certificação da ANVISA, conforme número impresso na proposta, em ordem crescente dos itens impressos.

4.0 – PRAZO DE ENTREGA

4.1 - A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com os pedidos solicitados pelo setor de Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde, sendo que a entrega deverá ser feita na totalidade do pedido dentro prazo máximo de até 10 (dez) dias contados da data de solicitação.

4.2 - A entrega fora do prazo estabelecido acima acarretará automaticamente em advertência a empresa, ficando intimada a efetuar a entrega no prazo estendido de 05 (cinco) dias corridos, sendo que novo descumprimento de prazo acarretará sanções, conforme preconiza este edital.

4.3 - Na contagem dos prazos previstos neste documento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis e de expediente no almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde.

4.4 - O pedido de prorrogação do prazo de entrega, concedido em caráter excepcional e sem efeito suspensivo, deverá ser encaminhado por escrito, com antecedência mínima de 01 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada, em conformidade com o Art. 57, §1, da Lei nº 8.666/93.

5.0. – FISCALIZAÇÃO

5.1 A fiscalização do fornecimento dos materiais será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC, por meio do servidor designado conforme segue:

Coordenadoria do Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde
Gerência da Atenção Básica

5.2 A fiscalização reserva-se ao direito de recusar os produtos e materiais que não atenderem as marcas constantes da proposta ofertada, bem como, as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.

6.0 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

A(s) empresa(s) vencedora(s) se obriga(ão) a:

- a) executar os serviços em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços;
- b) responsabilizar-se pela qualidade dos serviços executados, sob pena de responder pelos danos causados a Administração;
- c) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação;
- a) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;
- b) manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação;
- c) cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- d) Fornecer amostras solicitadas dos materiais para análise e aprovação. Nenhum produto ou material será aceito sem que estejam de acordo com as especificações estabelecidas no presente Termo de Referência.
- c) É de responsabilidade da(s) vencedora(s) a apresentação dos documentos para comprovação de isenção fiscal, nos termos dos Arts. 3 e 4 da Instrução Normativa 480/2004 da Secretaria da Receita Federal.

7.0 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul obriga-se a:

://www.saofranciscodosul.sc.gov.br

- a) efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;
- b) comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na entrega do objeto;

8.0 - DO REAJUSTE

8.1 Os preços contratuais resultante do objeto da presente licitação serão fixos e Irreajustáveis.

9.0 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 – Em razão de irregularidades no cumprimento das obrigações, o Município poderá aplicar as seguintes sanções administrativas:

- a) advertência, em virtude do descumprimento de obrigações de pequena monta, podendo a Administração, no caso de haver o cometimento reiterado das faltas ensejadoras desta sanção, aplicar outras mais severas;
- b) multa de mora de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor total empenhado, em virtude de atraso no cumprimento das obrigações estabelecidas, aplicada até o limite de cinco dias;
- c) multa de 2% (dois por cento), sobre o valor integral do empenho, em razão de inexecução total, ou sobre o valor remanescente, no caso de inexecução parcial;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

9.2 – Poderá a Administração considerar inexecução total ou parcial do empenho global, para imposição da penalidade pertinente, o atraso superior a 02 (dois) dias do indicado para entrega do objeto.

9.3 – A sanção prevista na alínea “d”, do subitem 8.1, poderá ser imposta cumulativamente com as demais.

9.4 – A Administração, para imposição das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas pelo fornecedor, sendo-lhe assegurada a ampla defesa e o contraditório.

9.5 - As multas poderão ser cumuladas e serão descontadas dos valores devidos ao fornecedor, se houver, ou cobradas judicialmente.

10.0 – ACEITAÇÃO DO OBJETO

a) Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, mediante recibo, o objeto destas licitação será recebida:
I – provisoriamente, imediatamente depois de efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;

II – definitivamente, em até 15 (quinze) dias úteis.

b) Após o recebimento provisório, a fiscalização avaliará as características de cada item, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

c) Independentemente da aceitação, o fornecedor garantirá a qualidade de cada unidade do produto/material fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva garantia pelo produtor ou fabricante, obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito no prazo estabelecido.

11.0 – PROBLEMAS NA ACEITAÇÃO DO OBJETO.

Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado ou com a proposta, com defeito ou incompleto, a Fiscalização Notificará por escrito a empresa, interrompendo-se os prazos de recebimento, e ficando suspenso o pagamento até que sanada a situação.

12.0 – MATERIAL ENTREGUE EM DESCONFORMIDADE OU COM DEFEITO

Em caso de material entregue em desconformidade com o especificado, ou com defeito, será determinado um prazo pela fiscalização para que a empresa substitua o mesmo, que terá início a partir da data do Termo de Recusa de Material. O Fornecedor ficará obrigado a trocar, às suas expensas, o material que vier a ser recusado.

Serão recusados apenas os itens que se encontrar em desacordo. Quando a recusa for parcial, será estabelecido o prazo de 1 a 3 dias úteis para a substituição da nota fiscal por outra contendo apenas os itens aprovados pela fiscalização.

13.0 – MATERIAL INCOMPLETO

a) O Fornecedor deverá entregar todo o material solicitado através de pedido, em caso de entrega parcial será enviada Notificação, informando o ocorrido, e considerar-se-á como inadimplemento contratual, tendo em vista a não entrega de todos os itens solicitados.

b) Se a nota fiscal não estiver de acordo com os produtos e materiais entregues, será estabelecido o prazo de até 03 dias úteis para a substituição da mesma por outra contendo apenas os itens recebidos.

14.0 – NOTA FISCAL EM DESCONFORMIDADE COM O EMPENHO

Os valores das notas fiscais deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho. Em caso de divergência, será estabelecido o prazo de até 03 dias úteis para o fornecedor fazer a substituição, sendo que deverá ser justificada formalmente qualquer ocorrência que a leve a descumprir os deveres estabelecidos neste Termo. A aceitação da justificativa ficará a critério e responsabilidade do Fiscal.

15.0. – FORMA DE EXECUÇÃO

//www.saofranciscodosul.sc.gov.br

Os produtos e materiais serão solicitados pelo Fundo Municipal de Saúde conforme necessidade, através do setor de Almoxarifado, no período de 12 (doze) meses.

16.0 – LOCAL PARA ENTREGA

Setor de Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde
Rua: Aldo Possamai (lateral da subida para o Hospital de Caridade)
Bairro: Centro Cidade: São Francisco do Sul – SC
Horário de entrega: De 2ª à 6ª feira, das 08:00h às 13:00h

17.0. – LOCAL DE ENTREGA DA NOTA FISCAL

Fundo Municipal de Saúde de São Francisco do Sul – SC / Setor Compras
Rua: Manoel A. Bueno, 387 (fundos do Hospital Nossa Senhora da Graça)
Bairro: Rocio Grande Cidade: São Francisco do Sul - SC

18.0.- PAGAMENTO

a) O pagamento dar-se-á ao Fornecedor no prazo de 30 (trinta dias) após a entrega do pedido, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente vista pelo Fiscal do Contrato, atestando o recebimento dos materiais pelo Fundo Municipal de Saúde.

Nádia Moreira Raposo
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 15.192/2018

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócio(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº

....., nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por _____.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial Nº 055/2019

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa _____ (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019, cujo objeto é a _____), de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 055/2019

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial, acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC

A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 055/2019

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 055/2019 que a Proponente
..... (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de
....., Estado , na Rua/Av (endereço completo), não
mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos
ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz,
a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de ____ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

Pregão Presencial nº 055/2019

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e
remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem
como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura

MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO Nº 055/2019

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO FRANCISCO DO SUL E A EMPRESA _____.

Instrumento Particular de Contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE
SAÚDE, entidade de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF. Sob nº 03.264.792/0001-08, neste ato representado por sua Gestora do
Fundo Municipal de Saúde, -----, e de outro lado a empresa _____, pessoa
jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ. sob nº _____, estabelecida na _____
_____, Nº _____, bairro _____, neste ato representada por _____, inscrita
no CPF. sob nº _____, residente e domiciliada na _____, Nº _____, bairro
_____, na cidade _____, doravante denominados respectivamente CONTRATANTE e CONTRATADA, em
decorrência do processo licitatório Nº 055/2019 – Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, homologado em ____/____/____, de conformidade
com a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de
Pregão, bem como, subsidiariamente as normas constantes das Leis 8.666/93, 9.784/99 e suas modificações, têm entre si justo e acertado
o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Aquisição de material odontológico para as Unidades Básicas de Saúde do Município para o período de 12 (doze) meses, conforme
quantidades e especificações constantes do Anexo I, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado
no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição

1.2. Discriminação do objeto:



Item	DESCRIÇÃO	UND	QTD	Valor Unitário	Valor Total Estimado

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de sua assinatura pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária	1901 – Fundo Municipal de Saude
Projeto Atividade	2117 – Manutenção de Saúde Bucal
Elemento de Despesa	333903010 – Material Odontológico 44905208 – Aparelhos, Equip. e utensílios médicos odontológicos
Vínculo do Recurso	33804 – Atenção Básica Saude Bucal

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 XX (XXXX) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato de fornecimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 O material será recebido:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega do material em desacordo com as especificações técnicas exigidas

CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do material recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos materiais, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990). Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, o material com avarias ou defeitos;
- c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.
- d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- h). Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.
- III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia

da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO

11.1 O presente Contrato poderá ser rescindido amigável ou judicialmente, nos casos previstos no Capítulo III – Seção V, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Francisco do Sul, 00 de ----- de 2019.

NADIA MOREIRA RAPOSO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE CONTRATANTE		
TESTEMUNHAS:		CONTRATADA
CPF:		
CPF:		

PROCESSO Nº 15341/2019 – DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA EMPRESA ALZELI DE MORAES – ME.

Publicação Nº 2138610

PROCESSO Nº 15341/2019 – DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA EMPRESA ALZELI DE MORAES – ME.

DECISÃO

Vistos etc.

Tendo como fundamento a orientação jurídica acerca da manifestação da Secretaria Municipal de Governo e Fiscalização do Contrato, através do Comando do 2º Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, referente ao processo nº 15341/2019, instaurado para apuração de possíveis irregularidades quanto à execução, do contrato que celebram a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul – PMSFS e a empresa ALZELI DE MORAES - ME, que tem por objeto a “aquisição de materiais de limpeza e higiene para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, em São Francisco do Sul...”, para aplicação das penalidades, conforme previsto no contrato, DETERMINO que sejam aplicadas as Sanções Administrativas, em função da inexecução total do contrato, previstas na Cláusula Décima, do contrato, 10.1, incisos II. multa e III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a contratante e Rescisão, prevista na Cláusula Décima Primeira, 11.1 e 11.2 do contrato:

“II. multa equivalente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;”

“11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.”
Determino que seja formalizado à empresa ALZELI DE MORAES - ME, para que tome conhecimento da presente decisão.

Publique-se. Cumpra-se.

São Francisco do Sul, 21 de agosto de 2019.

Marcos José da Silva Arzua

Secretário Municipal de Governo

Gustavo Cardoso – 1º TEM BM

Comandante do 2º Pelotão Bombeiro Militar de São Francisco do Sul

PROCESSO Nº 15342/2019 – DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA EMPRESA ALZELI DE MORAES – ME.

Publicação Nº 2138606

PROCESSO Nº 15342/2019 – DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FACE DA EMPRESA ALZELI DE MORAES – ME.

DECISÃO

Vistos etc.

Tendo como fundamento a orientação jurídica acerca da manifestação da Secretaria Municipal de Governo e Fiscalização do Contrato, através do Comando do 2º Pelotão do Corpo de Bombeiros Militar de São Francisco do Sul, referente ao processo nº 15342/2019, instaurado para apuração de possíveis irregularidades quanto à execução, do contrato que celebram a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul – PMSFS e a empresa ALZELI DE MORAES - ME, que tem por objeto a “aquisição de gêneros alimentícios para consumo no ano de 2019, para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, em São Francisco do Sul...”, para aplicação das penalidades, conforme previsto no contrato, DETERMINO que sejam aplicadas as Sanções Administrativas, em função da inexecução total do contrato, previstas na Cláusula Décima, do contrato, 10.1, incisos II. multa e III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a contratante e Rescisão, prevista na Cláusula Décima Primeira, 11.1 e 11.2 do contrato:

“II. multa equivalente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;”

“11.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.”
Determino que seja formalizado à empresa ALZELI DE MORAES - ME, para que tome conhecimento da presente decisão.

Publique-se. Cumpra-se.

São Francisco do Sul, 21 de agosto de 2019.

Marcos José da Silva Arzua

Secretário Municipal de Governo

Gustavo Cardoso – 1º TEM BM

Comandante do 2º Pelotão Bombeiro Militar de São Francisco do Sul

São João Batista

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO N.º 008/FUNREBOM/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/FUNREBOM/2019

Publicação Nº 2138851

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOÃO BATISTA
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 008/FUNREBOM/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/FUNREBOM/2019

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, comunica que o Processo Licitatório 008/FUNREBOM/2019 - Pregão Presencial 008/FUNREBOM/2019, tendo como objeto registro de preços para contratação de empresa especializada para o serviço de funilaria e pintura, com fornecimento de peças, num raio de 8 km da sede do CBM, conforme a necessidade (prejulgado 803/99), para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Reequipamentos do Corpo de Bombeiros de São João Batista, SC, foi considerado DESERTO.

São João Batista, 27 de agosto de 2019.
Juliano Grime
Diretor de Licitação

JUSTIFICATIVA ECUABRAS

Publicação Nº 2139132

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA
Departamento de Apoio Administrativo
CNPJ: 08.361.788/0001-73
PCA. DEP. WALTER VICENTE GOMES 89
C.E.P.: 88240-000 – São João Batista
E-mail dirstaude@sjbatista.sc.gov.br Fone: (48) 3380-7500

São João Batista dia 28 de agosto de 2019

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 11.739.278/0001-00

ECUABRAS COM. IMP. E EXP. DE PROD. OPTICOS EIRE

NOTA FISCAL	VALOR
1821	R\$ 3.220,00

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 1821, NO VALOR TOTAL DE R\$ 3.220,00 DA EMPRESA ECUABRAS COM. IMP. E EXP. DE PROD. OPTICOS EIRE, REFERENTE AO FORNECIMENTO DE ÓCULOS DE GRAU DESTINADOS AOS PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento, sendo que a mesma solicita regularização das notas acima citadas, para dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo prestados ao Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, considerando que o fornecimento desses materiais é de suma importância para a saúde dos munícipes atendidos.

Desde já agradecemos sua compreensão,

KARIN CRISTINE GELLER LEOPOLDO
Secretária Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA FUBE

Publicação Nº 2137993

Fundação Batistense de Esportes
Criada pela Lei Complementar Municipal 005, de 15/12/2005.
Rua Marechal Floriano Peixoto, 253, Centro, São João Batista/SC.
CEP: 88240-000 CNPJ 07.825.719/0001-00
48 3265 4227 – contato@fube.sc.gov.br

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**JUSTIFICATIVA**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;
CNPJ: 29.297.557/0001-18
Associação Catarinense de Arbitragem
Recibo/NF Nº00046 - R\$ 12.600,00

Valor Total: R\$ 12.600,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido à falta de pagamento, uma vez que a empresa é a única e exclusiva responsável pela arbitragem para os jogos do Campeonato Municipal De Futsal, competição em que a Fundação Batistense de Esporte é responsável em organizar e corre o risco de suas rodadas serem canceladas por falta de pagamento. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Marcelo Miranda Machado
Diretor Executivo

São João Batista, 28 de agosto de 2019.

JUSTIFICATIVA FUBE

Publicação Nº 2137992

Fundação Batistense de Esportes
Criada pela Lei Complementar Municipal 005, de 15/12/2005.
Rua Marechal Floriano Peixoto, 253, Centro, São João Batista/SC.
CEP: 88240-000 CNPJ 07.825.719/0001-00
48 3265 4227 – contato@fube.sc.gov.br

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**JUSTIFICATIVA**

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;
CNPJ: 12.970.750/0001-75
SUPER COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.

Recibo/NF 000.002.018 - R\$ 649,95
Recibo/NF 000.002.054 - R\$ 667,46

Valor Total: R\$ 1.317,41

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, sendo que o mesmo solicita a regularização da nota acima citada pois os materiais adquiridos já foram entregues e estão em pleno uso na Fundação Batistense de Esportes.

Marcelo Miranda Machado
Diretor Executivo

São João Batista, 28 de agosto de 2019.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/FUNREBOM/2019

Publicação Nº 2138706

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/6

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 7/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 3/2019**

No dia 28 do mês de Agosto do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA GILSON GERALDO SARTORI 440, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 7/2019, Processo Licitatório nº. 7/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO DE MECÂNICA PARA MOTORES ESTACIONÁRIOS E MOTORES DE POPA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
75	ZUNINO & CIA LTDA ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ZUNINO & CIA LTDA ME	01.185.106/0001-70	HERCULES ARISTOTELES ZUNINO	008.684.299-45

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO DE MECÂNICA PARA MOTORES ESTACIONÁRIOS E MOTORES DE POPA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 75 - ZUNINO & CIA LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE MECÂNICA PARA MOTORES ESTACIONÁRIOS E MOTORES DE POPA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS. OS MOTORES PODERÃO SER DE 2 OU DE 4 TEMPOS, À GASOLINA OU À DIESEL.	hr		120,000	76,0000	9.120,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA**

Página: 2/6

Processo Nº.: 7/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/6

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 7/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019****CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/6

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 7/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA

Página: 5/6
Processo Nº.: 7/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA

Página: 6/6
Processo Nº.: 7/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 28 de Agosto de 2019.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

ZUNINO & CIA LTDA ME

CNPJ: 01.185.106/0001-70 _____

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 04/2019**

Publicação Nº 2139116

Portaria Nº 04/2019

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL.

ÉDER VARGAS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º. Fica constituída Comissão Especial de Avaliação de Desempenho para fins das Progressões Funcionais correntes e extemporâneas dos servidores efetivos do Poder Legislativo Municipal, conforme Art. 7º, Inciso I, da Resolução n.º 01/2014.

Art. 2º . Integrarão a Comissão as servidoras efetivas estáveis: Luciana Martini Feler (matrícula 3), e Tatiana Aragão Melzi (matrícula 70).

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 27 de agosto de 2019.

Art. 4º . Revogam-se as disposições em contrário.

São João Batista, 27 de Agosto de 2019.

Éder Vargas

Presidente

RESOLUÇÃO 05/2019

Publicação Nº 2139129

Resolução Nº 05/2019

ALTERA OS ARTIGOS 2º, 4º E 6º DA RESOLUÇÃO N.º 01/2019, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2019.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele Promulga a presente:

RESOLUÇÃO

Art. 1º. Os Artigos 2º. 4º e 6º da Resolução n.º 01/2019, de 05 de Fevereiro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º . Fica criada a Comissão de Constituição, Legislação e Redação, composta de 04 (quatro) Vereadores, assim formada:

I- Presidente : Juliano Peixer - PATRI

II- Relator: Leoncio Paulo Cypriani - PMDB

III- Secretário: Milson da Silva - PMDB

IV- Suplente: Nataniel de Oliveira Valença – PP

Art. 4º . Fica criada a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, composta de 04 (quatro) Vereadores, assim formada:

I- Presidente : Milson da Silva - PMDB

II- Relator: Juliano Peixer - PATRI

III- Secretário: Almir Peixer - PSD

IV- Suplente: Tarciso Soares - PP

Art. 6º . Fica criada a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira composta de 04 (quatro) Vereadores, assim formada:

I- Presidente : Leoncio Paulo Cypriani - PMDB

II- Relator: Ademir José Rover - PRB

III- Secretário: Heriberto Eurides de Souza - PPS

IV- Suplente: Nataniel de Oliveira Valença – PP"

Art. 2º . Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º . Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de Agosto de 2019.

Éder Vargas

Presidente

RESOLUÇÃO 06/2019

Publicação Nº 2139123

Resolução Nº 06/2019

CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR HERIBERTO EURIDES DE SOUZA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele Promulga a presente:

RESOLUÇÃO

Art. 1º . Fica concedido ao Vereador Heriberto Eurides de Souza, licença por 30 (trinta) dias, do dia 01 até 30 de setembro de 2019, para tratar sem remuneração, de interesse particular, nos termos do que estabelece o artigo 21, Inciso III, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 2º . Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de Agosto de 2019.

Éder Vargas
Presidente

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 119/2019

Publicação Nº 2137968

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2019****PARTES:** Município de São João do Oeste e Peças Ltda**ORIGEM:** Pregão Presencial nº 78/2018**OBJETO:** "Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos em geral para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".**VALOR:** R\$ 10.580,00**PRAZO:** 28.08.2019 até 28.08.2020

São João do Oeste – 28 de agosto de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2019****PARTES:** Município de São João do Oeste e D&G Consultoria, Comércio em Serviços Eireli**ORIGEM:** Pregão Presencial nº 78/2018**OBJETO:** "Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos em geral para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".**VALOR:** R\$ 4.589,00**PRAZO:** 28.08.2019 até 28.08.2020

São João do Oeste – 28 de agosto de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2019****PARTES:** Município de São João do Oeste e JP Equipamentos Ltda ME**ORIGEM:** Pregão Presencial nº 78/2018**OBJETO:** "Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos em geral para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".**VALOR:** R\$ 4.843,45**PRAZO:** 28.08.2019 até 28.08.2020

São João do Oeste – 28 de agosto de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2019****PARTES:** Município de São João do Oeste e JV Itch Informática Tecnol. Impressão Ltda**ORIGEM:** Pregão Presencial nº 78/2018**OBJETO:** "Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos em geral para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".**VALOR:** R\$ 5.999,00**PRAZO:** 28.08.2019 até 28.08.2020

São João do Oeste – 28 de agosto de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2019****PARTES:** Município de São João do Oeste e LMV Informatica Ltda**ORIGEM:** Pregão Presencial nº 78/2018**OBJETO:** "Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos em geral para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".**VALOR:** R\$ 6.400,00**PRAZO:** 28.08.2019 até 28.08.2020

São João do Oeste – 28 de agosto de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2019****PARTES:** Município de São João do Oeste e NCR Equipamentos Ltda ME**ORIGEM:** Pregão Presencial nº 78/2018**OBJETO:** "Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos em geral para as diversas secretarias do município de São João do Oeste".

João do Oeste”.

VALOR: R\$ 10.114,00

PRAZO: 28.08.2019 até 28.08.2020

São João do Oeste – 28 de agosto de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2019

PARTES: Município de São João do Oeste e Potência Som e Informatica Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 78/2018

OBJETO: “Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos em geral para as diversas secretarias do município de São João do Oeste”.

VALOR: R\$ 4.615,00

PRAZO: 28.08.2019 até 28.08.2020

São João do Oeste – 28 de agosto de 2019

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

PP 06.19 MERENDA ESCOLAR FMED

Publicação Nº 2139081

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2019 – Exclusivo para empresas MPes

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços para eventual aquisição conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:00 horas do dia 17 de setembro de 2019 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail compras@saojoao.sc.gov.br e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 29 de agosto de 2019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

São Joaquim

PREFEITURA

DECRETO Nº 351/2019

Publicação Nº 2138359

DECRETO Nº 351/2019

“QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.602/2018, DE 13/12/2018”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.14 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

(34) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.007-5031 Transferências de Convênios SUAS 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na fonte de Recursos Ordinários (5031).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de agosto de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 352/2019

Publicação Nº 2138360

DECRETO Nº 352/2019

“QUE ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.602/2018, DE 13/12/2018”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:

02 – PODER EXECUTIVO

02.07 – SECRETARIA DE TURISMO, IND, COM E SERVIÇOS

(89) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.004-5434 Convênio União – Outros 125.903,62

(88) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.004-5334 Conv. União – Outros Exerc. Ant 48.586,50

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 174.490,12

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na fonte de Recursos Convênio União - Outros(5334) e o Saldo do Superávit Financeiro do Exercício Anterior da fonte Convênio União - Outros (5434).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de agosto de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 353/2019

Publicação Nº 2138361

DECRET O Nº 353/2019

"QUE ALTERA O DECRETO Nº 349/2019"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica ALTERADO o Decreto Nº 349/2019, de 23/08/2019, onde se refere a GRATIFICAÇÃO da servidora VALÉRIA SILVA RODRIGUES, onde se lê a mesma está substituindo o Diretor de Administração Financeira e Contabilidade Geral, leia-se a mesma está substituindo o Diretor de Orçamento e Finanças.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 01 de agosto de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de agosto de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

DECRETO Nº 354/2019

Publicação Nº 2138362

DECRET O Nº 354/2019

"QUE NOMEIA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor: – ALVARO PEREIRA DO AMARAL, para ocupar o Cargo Comissionado de CHEFE DA SECRETARIA PARTICULAR DE ASSISTENCIA SOCIAL – CC-1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de agosto de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

LEI Nº 4.633/2019

Publicação Nº 2138367

LEI Nº 4.633/2019

"DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E REVOGA OS DISPOSITIVOS NA LEI MUNICIPAL Nº 2.407/2001"

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim - SC, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores "APROVOU" e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Esta Lei regulamenta o Conselho de Alimentação Escolar, do ensino público municipal de São Joaquim, nos termos da Resolução do FNDE nº 38 de 2009, com a finalidade de atualizar a Lei Municipal nº 2.407/2001 e assessorar o Governo Municipal na execução do programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Art. 2º - Os beneficiários do PNAE são alunos do Pré-Escolar e/ou do ensino fundamental, matriculados em escolas públicas do Estado e Município, ou estabelecimentos mantidos pela união, constantes no censo escolar realizado pelo Ministério da Educação – MEC no ano anterior ao do atendimento. E entidades filantrópicas, devidamente registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

TÍTULO II
DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Art. 3º - O Conselho de Alimentação Escolar - CAE terá a seguinte composição:

I - 02 (dois) representantes do Poder Executivo (um Titular e um Suplente), indicado pelo Prefeito Municipal por meio de Ofício;

II – 04 (quatro) representantes dos Docentes, Discentes e Trabalhadores na área da Educação (dois Titulares e dois Suplentes), registrado em ATA nº 1 :

a) O (s) órgão (s) representativo (s) tais como: Sindicato, Associação, Federação, deverá (ão) escolher em assembleia específica para fim representar Professores, Alunos ou Trabalhadores na Área de Educação,

b) Não havendo órgão (s) representativo (s) se fará uma reunião envolvendo os profissionais e Alunos da rede municipal de ensino sendo que no mínimo um Professor deverá está entre os eleitos e, ainda, os Alunos só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados.

III – 04 (quatro) representantes de Pais e Alunos APP (dois Titulares e dois Suplentes), registrado em ATA nº 02:

a) O (s) órgão (s) representativo(s) dos Pais de Alunos, tais como: Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres, ou entidades similares, deverá (ão) reunir em assembleia os “Pais” que tenham filhos matriculados na rede municipal de ensino e escolher entre “estes” representantes para compor o CAE – (a reunião deverá ser específica para tal fim e devidamente registrada em ata).

IIII - 04 (quatro) representantes da Sociedade Civil (dois Titulares e dois Suplentes), registrado em ATA nº03:

a) Os órgãos representativos das entidades civis organizadas, tais como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Associação Comercial, Igrejas, APAE's, Clube das Mães, Rotary Clube, Maçonaria, Associação de Pescadores, ONGS, entre outros, deverá (ão) escolher através de assembleia convocada especificamente para este fim dois representantes da Sociedade Civil Local para representá-los junto ao Conselho de Alimentação Escolar.

Parágrafo Primeiro - Reunir os eleitos em reunião específica para a posse e eleição do Presidente e Vice-presidente do Conselho, escolhidos dentre os Titulares eleitos dos segmentos: profissionais da educação e/ou alunos, pais de alunos e sociedade civil.

Parágrafo Segundo - Os membros do CAE terão mandato de 04 (quatro) anos.

Parágrafo Terceiro – O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Parágrafo Quarto – A nomeação dos conselheiros do CAE deverá ser feita por ato legal, de acordo com a lei orgânica do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios.

TÍTULO III

DA COMPETENCIA DO CAE

Art. 4º - É competência do CAE:

I – Acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta PNAE;

II – Zelar pela qualidade dos produtos em todos os níveis, desde a sua aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

III- Receber e analisar a prestação de contas do PNAE enviada pela Entidade Executora à remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, apenas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico – Financeira;

IV – Orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios nos depósitos e/ou escolas;

V – Comunicar a Entidade Executora a ocorrência de irregularidade com os gêneros alimentícios (tais como: vencimento do prazo de validade, deterioração, desvio e furto) para que sejam tomadas providências;

VI – Apreciar e votar, anualmente, o plano de ação do PNAE a ser apresentado pela Entidade Executora;

VII – Divulgar em locais públicos os recursos financeiros do PNAE transferidos à Entidade Executora;

VIII – Apresentar relatório de atividade ao FNDE, quando solicitado;

IX – Comunicar ao FNDE o descumprimento das disposições previstas no regimento.

TÍTULO IV

DO CONTROLE DE QUALIDADE DO PROGRAMA

Art. 5º - Os produtos a serem adquiridos para a clientela do PNAE deverão ser previamente submetidos à Secretaria de Saúde do município para avaliação e deliberação quanto ao padrão de identidade e qualidade do alimento, nos termos estabelecidos na Portaria nº 1428, de 26 de Novembro de 1993, do Ministério da Saúde.

TÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 6º - O Presidente será eleito e destituído pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros do CAE presentes em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim.

Art. 7º - São atribuições do Presidente:

I – Coordenar as atividades do Conselho;

II – Convocar e encaminhar as reuniões do Conselho, dando ciência aos seus membros;

III – Organizar a ordem do dia das reuniões;

IV – Determinação e verificação da presença;

V – Determinar a leitura da ata e das comunicações que entender convenientes, a assina-la juntamente com os membros;

VI – Colocar as matérias em discussão e votação, e proclamar as decisões;

VII – Propor normas para o bom andamento dos trabalhos do Conselho;

VIII – Agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais deve ter relações;

IX – Representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros para que façam essa representação;

X – Propor ao Conselho as revisões do Regimento Interno quando julgadas necessárias.

Art. 8º - O Vice – Presidente do Conselho será escolhido por seus pares.

Parágrafo Único – O substituto do presidente em exercício da presidência do Conselho terá as mesmas atribuições do titular.

TÍTULO VI DAS REUNIÕES

Art. 9º - As reuniões do CAE serão realizadas normalmente na sede do órgão de educação, podendo, entretanto, por decisão de seu Presidente ou do Plenário, realizar-se em outro local.

Art. 10- O convite do Presidente por indicação de qualquer membro poderá tomar parte nas reuniões, com direito à voz, mas sem voto, representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como, outras cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimento e informação.

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 - O Programa de Alimentação Escolar será executado com:

I – Recursos transferidos pela União

II – Recursos próprios do Município, consignados no orçamento anual.

Art. 12 - O Regimento Interno do Conselho será baixado pelo Prefeito Municipal no prazo de 30 (trinta) dias após a entrada em vigência da presente Lei.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 2.407/2001.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de agosto de 2019.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 4.634/2019

Publicação Nº 2138369

LEI Nº 4.634/2019

“DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LDO 2019 E ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA LOA 2019 PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC., faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à inclusão de metas financeiras na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2019, Lei 4.601/2018, de 13 de dezembro de 2018, como segue:

ORGÃO	02	PODER EXECUTIVO
UNIDADE	06	SEC. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
PROGRAMA	1	GESTÃO SÃO JOAQUIM
AÇÃO	2.013	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO COM A POLÍCIA MILITAR
ELEMENTO/FONTE:	(87) 4.4.90.00.00.00.5110 – CONVÊNIO TRÂNSITO POLÍCIA MILITAR	

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.252,81 (Dez mil e duzentos e cinquenta e dois reais e oitenta e um centavos), no orçamento (LOA) 2019, conforme Lei nº 4.602/2018, de 13 de dezembro de 2018, para o item orçamentário, como segue:

ORGÃO	02	PODER EXECUTIVO
UNIDADE	06	SEC. DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS
PROGRAMA	1	GESTÃO SÃO JOAQUIM
AÇÃO	2.013	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO COM A POLÍCIA MILITAR
ELEMENTO/FONTE:	(87) 4.4.90.00.00.00.5110 – CONVÊNIO TRÂNSITO POLÍCIA MILITAR	
 10.252,81	
Total		10.252,81

Art. 3º - O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do cálculo do superávit financeiro apurado no exercício anterior da fonte 5100 – Convênio de Trânsito Polícia Militar.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de agosto de 2019.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 574/2019

Publicação Nº 2138350

PORTARIANº 574/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam EXONERADAS por Términos de Contratos as senhoras: – LAURA MARISTELA ROCHA MORAES, ocupante da Função de Professora Substituta no C.E.I. Boa Vista, Bairro Substação, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 528/2019, de 06/08/2019. – CRISTIANI RIBEIRO SOUZA FLORES, ocupante da Função de Professora Substituta na E.B.M. Atília Cechinel Nezi, localidade de Despraia-do, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 302/2019, de 09/04/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de agosto de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 575/2019

Publicação Nº 2138351

PORTARIANº 575/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido FÉRIAS ao servidor: - FABIO MATOS GOULART, ocupante do Cargo de Advogado, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 27/08/2019 à 05/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de agosto de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 576/2019

Publicação Nº 2138354

PORTARIANº 576/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07 (sete) dias, por Falecimento de sua mãe, conforme apresentação de Certidão de óbito a servidora: - BENTA DE FATIMA FURTADO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, a contar do dia 25/08/2019 até o dia 31/08/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 25 de agosto de 2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 27 de agosto de 2019.
GIOVANI NUNES
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 577/2019

Publicação Nº 2138355

PORTARIANº 577/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 022/2019, de 26/08/2019, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016 e Decreto Nº 390/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - LAURA MARISTELA ROCHA MORAES, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. José Diomar Rodrigues Padilha, Bairro Nossa Senhora Aparecida, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Arte, com 10 horas semanais, a contar do dia 28/08/2019, vaga excedente. – MARCILEIA APARECIDA ANDRADE, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Jurema Hugem Palma, bairro Santa Paulina, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 28/08/2019, vaga vinculada á professora Adriana Andrade Fausto, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS. – SUZANA RAMOS NUNES RIBEIRO, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Jurema Hugem Palma, bairro Santa Paulina, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 28/08/2019, vaga vinculada á professora Adriana Andrade Fausto, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de agosto de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 578/2019

Publicação Nº 2138356

PORTARIANº 578/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo Simplificado Emergencial Nº 002/2019, homologado em 29/05/2019, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.398/2016; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora VANESSA IZIDORA RIBEIRO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais no C.E.I. Direito Humanos, bairro Centro, períodos matutino/vespertino, com 40 horas semanais, a contar do dia 28/08/2019, vaga vinculada a agente Vera Aparecida Bittencourt, que encontra-se em licença para tratamento de saúde pelo INSS.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de agosto de 2019.

GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 579/2019

Publicação Nº 2138358

PORTARIANº 579/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública nº 005/2019 de 23/08/2019, Leis Nº 4.589/2018, Lei Nº 4.323/2015 e Lei Nº 4.324/2015; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA ao senhor NICOLAS ANTOINE VERGETIS, para exercer a função de Médico, na Secretaria Municipal da Saúde, bairro Centro, período matutino, com 20 horas semanais, a contar do dia 28/08/2019, vaga excedente.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo o mesmo ser exonerado em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 28 de agosto de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

TP 03/2019 FME

Publicação Nº 2138090

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Alteração de Data de abertura

PROCESSO Nº 39/2019
Tomada de Preços 03/2019

OBJETO:
Contratação de empresa especializada para execução de reforma, construção e ampliação das Unidades Escolares Municipais, CEI Anibal Nezi da localidade de Despraiado, CEI Pericó da localidade de Pericó, e EBM CAIC Fúlvio Amarante Ferreira no Bairro Jardim Minuano.

A data de abertura fica transferida do dia 10/09/2019 para o dia 17/09/2019 mantendo o mesmo horário 09:30 horas.

Motivo: Equipe da Comissão de Licitação estará em curso.

São Joaquim, 28 de agosto de 2019

Departamento de Compras e Licitações

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA FASE DE PROPOSTAS - CONCORRÊNCIA Nº 009/2019

Publicação Nº 2139172

ABERTURA DA FASE DE PROPOSTAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5723/2019
PROCESSO DE COMPRAS Nº 332/2019
CONCORRÊNCIA Nº 009/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS FRANCISCO SEVERINO DE SOUZA, GOV. JOSÉ BOABAID, GOV. ADERBAL RAMOS DA SILVA, PEDRO MAIVORNE, POSSIBIO SILVA DO VALE E VALDIR JOÃO SELL NO BAIRRO FAZENDA SANTO ANTÔNIO E DISTRITO INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) no uso de suas atribuições INFORMA que todas as empresas participantes do certame abriram mão do prazo recursal após a publicação do resultado do julgamento de habitação deste certame.

Por fim para dar celeridade ao processo COMUNICA a todos os participantes do certame que a sessão pública para abertura dos envelopes da fase de propostas ocorrerá no dia 30/08/2019, às 09h00min, no Centro Administrativo do Município de São José.

EMPRESAS HABILITADAS

- QUALIDADE CONSTRUÇÕES & PAVIMENTAÇÕES LTDA;
- BRITAGEM VOGELSANGER LTDA;
- MJRE CONSTRUTORA LTDA;
- SETEP CONSTRUÇÕES S.A;
- GMC CONSTRUÇÕES LTDA;
- PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA.

São José, 28 de agosto de 2019.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra				
Presidente da CPL	Membro da CPL				
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior				
Membro da CPL	Membro da CPL				

ACÓRDÃO Nº 025/2019

Publicação Nº 2138560

1. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo em que se litiga a concessão de cancelamento do IPTU, período 2019, referente ao imóvel de inscrição municipal nº 04.02.166.0254.0.000, (fls. 02).

A Requerente alega em sua defesa, com base no artigo 141 do Código Tributário do Município de São José - SC, que o referido imóvel se encontra em área inviável para construção ou edificação, de qualquer modalidade, uma vez, o imóvel estar em área de sistema viário e que conforme artigo 243 do Código Tributário de São José, o tributo do imóvel em questão, deverá ser suspensa a exigibilidade do crédito tributário total ou parcial, por existir projeto de obra do sistema viário, (fls. 03 e 04).

A Sra. Ana Steinback, junta ao processo, cópias de viabilidade, referente períodos de 2013 e 2015, conforme (fls. 08 e 09) e solicita cancelamento do IPTU do período de 2019.

A fls. 11, a Secretaria da Receita, representada pela Sra. Tatiana D. G. Mallniann, constata que as viabilidades anexadas ao processo, não são atuais, uma vez, serem dos períodos de 2013/2015 e assim sendo, encaminha ao protocolo para cientificar a requerente à apresentar consulta de viabilidade atualizada, a fim de elucidar a matéria meritória e que após, devolva o processo ao Setor Jurídico da Receita Municipal, para dar continuidade ao tramite do processo.

A Requerente, junta ao processo em epigrafe, consulta de viabilidade datada, do período de 2018, conforme (fls. 12).

As fls. 13, 14, 15, 16 e 17 são juntadas ao processo, relatório dos nomes de todos os contribuintes municipais, atingidos pela desapropriação das áreas, onde passará o contorno viário que integram o município de São José, solicitando a retificação dos cadastros dos referidos imóveis a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), referente às frações desapropriadas, conforme constam nos Memoriais Descritos, Plantas e Sentenças.

De acordo com o parecer do Secretário Adjunto de Receita, Sr. João Paulo Mosena, o pedido da Requerente é improcedente, uma vez, que o imóvel em questão não é alvo do sistema viário alegado pela mesma e conforme ausência de seu nome no relatório enviado pela autopista Litoral Sul, sendo assim, não cabe agasalhamento pelo artigo 243, do CTM. Diante disso encaminhem-se os autos para informar ao solicitante o indeferimento do seu pedido, (fls.18).

Em 15/03/2019, a requerente solicita revisão do parecer do Secretário Adjunto de Receita, alegando que já foi concedida isenção do referido tributo (IPTU) nos períodos de 2015, 2016, 2017 e 2018, reclama ainda, quanto ao projeto de lei de 1985, que não foi renovado para então proceder a troca de viabilidade, liberando do sistema viário o imóvel para construção sobre o mesmo, (fls. 19). Diante do pedido de revisão por parte da Requerente, o Presidente do CMCSJ, remete os autos ao representante da Fazenda Municipal, para a manifestação. Após distribuição ao Conselho Municipal de Contribuintes, para decisão de segunda instancia, (fls. 20).

Este é o relatório.

2- FUNDAMENTOS E VOTO:

A solicitação manifestada pela recorrente, iniciada em 29 de janeiro de 2019, e recorrida em 15 de março de 2019, tem seus fundamentos e alicerce no Código Tributário Municipal de São José, em conformidade com:

Art. 141 É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal, reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado.

A Requerente, com base no Código Tributário Municipal, pleiteia recurso, solicitando suspensão do IPTU em seu imóvel por considerar de acordo com a consulta de viabilidade de 2013 e 2018, inviável para a construção ou edificação, de qualquer modalidade, uma vez, estar o referido imóvel em área de sistema viário, de acordo com o dispositivo:

Art. 243º Fica suspensa a exigência do imposto:

II - relativo à imóvel atingido, total ou parcialmente por projeto de obra do sistema viário, que inviabilize ou venha a inviabilizar a construção de edificações ou a melhoria das já existentes.

Quanto ao recurso impetrado, torna difícil de analisar, pois a recorrente não junta documentos que comprovam a isenção ou cancelamento do IPTU de anos anteriores conforme afirmados pela mesma, cujos períodos 2015, 2016, 2017 e 2018, bem como não anexa no processo a consulta de viabilidade atualizada e também, conforme informado pela empresa Litoral Sul, responsável pelas desapropriações na região onde se encontra o imóvel da Requerente, o nome da mesma não consta no rol dos desapropriados ou atingido por projeto de obra do sistema viário.

De acordo com o parecer (fls. 18), onde o Secretário Sr. João P. Mosena opta pelo indeferimento do pedido, alegando que o nome da Requerente não consta no rol do sistema viário, sendo, portanto, o imóvel passível de incidência de IPTU. Diante desta decisão a solicitante vem com pedido de revisão alegando que não é justo ter seu imóvel, sem ter autorização para construção e que nos anos anteriores teve a devida suspensão do referido imposto. Embora reconheço e solidarizo com a colocação descrita e narrada nos autos pela recorrente, entendendo que o município, diante desta situação, não pode e não deve distanciar-se à aplicação do Princípio da Legalidade em sentido estrito, mesmo que venha se confirmar a isenção de anos anteriores, situação essa alegada pela recorrente sem a devida prova.

O Princípio da Legalidade baseia-se nos art. 227, inciso II, da LC nº 007/1997 e art. 243 do CTM do Município de São José/SC, onde pode ocorrer situação em que a suspensão de IPTU exista por ocasião de um projeto de obra viária, e comprovando a existência de imóveis na área de ocupação. O contribuinte, seja pessoa física ou jurídica, tem direito ao pedido de suspensão dos tributos, desde que, atendam à situação prevista no disposto acima, para a concessão de tal benefício.

Isto posto, é impossível a recorrente arguir que em anos anteriores obteve a suspensão do IPTU, sem a prova documental anexada nos autos. Outro motivo, pelo qual não cabe amparo pelo artigo 243 da CTM é a falta de consulta de viabilidade atualizada. E por fim, o nome da recorrente não consta no rol do relatório de desapropriação da empresa Autopista Litoral Sul, enviada a Prefeita do Município de São José, Sra. Adeliara Dal Pont e juntada nos autos conforme (fls. 13 a 17). Diante disso, este Conselheiro não pode ser contrário ao que consta em norma municipal, conforme já acima argumentado e acerca do apresentado pelo corpo fiscalizatório municipal, bem como, na decisão de primeira instância administrativa que, perante esses princípios e fundamentos, deve ser mantida.

3- CONCLUSÃO:

DIANTE DO EXPOSTO E ASSIM SENDO, VOTO POR CONHECER DO RECURSO, POR NEGAR-LHE PROVIMENTO A FIM DE QUE SEJA MANTIDA A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTANCIA E EXIGIDA DO RECORRENTE A COBRANÇA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) REFERENTE AO ANO DE 2019, POR FALTA DE PROVA EM QUE SEU IMÓVEL, SE ENCONTRA ATINGIDO, TOTAL OU PARCIALMENTE POR PROJETO DE OBRA DO SISTEMA VIÁRIO.

São José, 15 de agosto de 2019.

SÉRGIO DA SILVA
Conselheiro Relator

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 025/2019

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 1505/2019.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 371ª Sessão, decidiu, por unanimidade dos

conselheiros aptos a votarem por RECEBER O RECURSO NEGAR-LHE PROVIMENTO a fim de que seja mantida a decisão de primeira instância e exigida do recorrente a cobrança do imposto predial e territorial urbano (IPTU) referente ao ano de 2019, por falta de prova em que seu imóvel, se encontra atingido, total ou parcialmente por projeto de obra do sistema viário.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Conselheiro Relator Sr. Sérgio da Silva, os Conselheiros Sr. Mário Antônio Vieira, Sra. Lânea Aparecida Madeira e o Sr. Rodrigo Koerich da Silva.

Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda.

São José, 15 de agosto de 2019.

JUNIOR SPIES

Presidente

SÉRGIO DA SILVA Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

ACÓRDÃO Nº 026/2019

Publicação Nº 2138632

1. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo, referente à solicitação de reconsideração à exclusão do simples nacional.

O interessado apresentou Recurso Voluntário antecipado (às fls. 39), datado de 08 de abril de 2019, requerendo a reconsideração da opção do Simples Nacional.

A Secretaria da Receita Municipal, ao se manifestar a respeito da solicitação do interessado e, inclusive, em resposta ao Recurso Voluntário antecipado, em parecer datado de 27 de maio de 2019 (às fls. 40 e 41), manifestou-se pelo indeferimento do pedido de enquadramento no Simples Nacional, por entender que o interessado não cumpriu com as formalidades exigidas para comprovação de sua regularidade fiscal e cadastral perante o município.

Este é o breve relatório.

2. PRELIMINARES

Afastam-se quaisquer irregularidades processuais considerando o teor do Despacho nº 029/2019 (às fls. 42) expedido pelo Sr. Presidente deste Conselho Municipal de Contribuintes, qual tem por finalidade o exercício do juízo de admissibilidade processual, e este o faz declarando a tempestividade recursal e a abertura de vistas ao representante da Fazenda Municipal.

O representante da Fazenda Municipal apresenta sua manifestação (às fls. 43 e 44) que por sua vez nega provimento ao recurso voluntário interposto pelo interessado, ora recorrente, mantendo integralmente a decisão proferida em primeira instância.

Por fim, após distribuídos os autos, estes são recepcionados para considerações e voto.

3. CONSIDERAÇÕES E VOTO

O recorrente alega em suas considerações que a empresa Tasso Contabilidade, inscrita no CNPJ sob nº 12.255.804/0001-10, está estabelecida em São José desde 30/11/2017 e que os valores recolhidos a título de ISS vêm sendo destinados à Prefeitura de São José, motivos pelos quais pede reconsideração quanto à permanência da empresa como optante pelo Simples Nacional a partir de 01/01/2019.

As alegações do recorrente passam a ser analisadas, valendo-se dos documentos apresentados aos autos e dos dispositivos legais aplicáveis relacionados ao tema.

Em primeira manifestação, merece ser destacada a incontroversa descrição do pedido do recorrente. O que se demonstra do teor do pedido e dos documentos apresentados aos autos é um pedido de "reconsideração quanto ao indeferimento de nova opção ao simples nacional para o exercício de 2019" e não a "reconsideração da exclusão do simples nacional" conforme requerido pelo recorrente.

Tal manifestação se fundamenta, pois, a empresa foi excluída do regime de tributação do Simples Nacional por Ato Administrativo praticado pela Receita Federal do Brasil, com base no Termo de Exclusão do Simples Nacional nº 003544311, datado de 31/08/2018 e publicado em 12/09/2018, tendo como data efeito da exclusão do Simples Nacional, a data final de 31/12/2018. Ou seja, no que se refere ao exercício de 2018 a empresa esteve e permaneceu como optante pelo Simples Nacional, logo, não há o que se discutir neste sentido, nem tampouco, analisar os motivadores de tal exclusão.

O que deve e merece ser analisado e que, de fato, é o que o interessado requer por meio deste processo, é a "reconsideração quanto ao indeferimento de nova opção ao Simples Nacional para o exercício de 2019".

Observa-se, por meio do documento acostado às fls. 32, que o recorrente solicitou nova opção e inclusão ao regime de tributação do Simples Nacional para o exercício de 2019, na data de 07 de janeiro de 2019.

O recorrente, por estar na condição de optante pelo regime de tributação do Simples Nacional desde a data inicial de 20/07/2010 (data de início de suas atividades como empresa) é sabedor, ao menos o deveria ser, que está vinculado a um regime tributário optativo e que, em sendo optante de tal regime, deve cumprir com os requisitos, exigências e formalidades de permanência estabelecidos na normatização que rege tal regime, qual seja a Lei Complementar nº 123/2006 (que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e as resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional, sendo a Resolução CGSN nº 140/2018 (que dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional) a norma vigente aplicável.

A Resolução CGSN nº 140/2018, em seu art. 6º, versa de maneira direta e objetiva sobre os procedimentos inerentes à opção pelo regime de tributação do Simples Nacional, os quais merecem destaque:

Art. 6º A opção pelo Simples Nacional deverá ser formalizada por meio do Portal do Simples Nacional na internet, e será irretratável para todo o ano-calendário.

§ 1º A opção de que trata o caput será formalizada até o último dia útil do mês de janeiro e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção (...). (grifo meu)

§ 2º Enquanto não vencido o prazo para formalização da opção o contribuinte poderá:

I - regularizar eventuais pendências impeditivas do ingresso no Simples Nacional, e, caso não o faça até o término do prazo a que se refere o § 1º, o ingresso no Regime será indeferido; (grifo meu)

II - cancelar o pedido de formalização da opção, salvo se este já houver sido deferido.

§ 4º No momento da opção, o contribuinte deverá declarar expressamente que não se enquadra nas vedações previstas no art. 15, independentemente das verificações realizadas pelos entes federados. (grifo meu)

Conforme dispõe o §1º supra citado, a opção ao regime de tributação do Simples Nacional deverá ser formalizada até o último dia útil do mês de janeiro (31/01/2019) e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção (01/01/2019). Requisito este cumprido pelo recorrente, tendo em vista a solicitação de nova opção formalizada na data de 07/01/2019.

No momento da opção, conforme dispõe o §4º supra citado, o contribuinte deverá declarar expressamente que não se enquadra nas vedações previstas no art. 15, do qual merece destaque especial à redação do inciso XXIV:

Art. 15. Não poderá recolher os tributos pelo Simples Nacional a pessoa jurídica ou entidade equiparada:

XXIV - que não tenha feito inscrição em cadastro fiscal federal, municipal ou estadual, quando exigível, ou cujo cadastro esteja em situação irregular, observadas as disposições específicas relativas ao MEI. (grifo meu)

Ainda que o recorrente, quando da opção, estivesse em condição impeditiva de ingresso ao regime de tributação do Simples Nacional, a este estava facultada a regularização de eventuais pendências impeditivas até o término do prazo a que se refere o § 1º.

Ou seja, se o recorrente possuía débitos poderia e os deveria ter pago ou parcelado até a data de 31/01/2019; se o recorrente possuía pendências ou irregularidades cadastrais as poderia e deveria ter regularizado - ou ao menos ter protocolizado os correspondentes pedidos de regularização - até a data de 31/01/2019, sob pena de indeferimento da opção.

Observa-se dos autos que o recorrente tomou providências quanto à regularização de sua situação cadastral perante o município de São José, tão somente, na data de 15/02/2019, quando requereu a inscrição municipal e a emissão de alvará de funcionamento para o regular exercício de suas atividades, qual se deu por meio do Processo nº 0002794/2019.

Por fim, tendo em vista que o recorrente não foi diligente no cumprimento de prazos e formalidades legais, não há e não restam demonstradas nos autos - com base nos motivos e documentos apresentados pelo recorrente - condições que possam motivar e justificar a reconsideração quanto ao indeferimento de nova opção ao simples nacional para o exercício de 2019.

ASSIM SENDO, DIANTE DO EXPOSTO, VOTO PELO RECEBIMENTO DO RECURSO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO PARA O FIM DE QUE SEJA MANTIDA A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA E MANTIDO O INDEFERIMENTO DA OPÇÃO AO SIMPLES NACIONAL PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

São José, 22 de agosto de 2019.

THIAGO BUSS COELHO
Conselheiro Relatora

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 026/2019

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 3671/2019.

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 372ª Sessão, decidiu, por unanimidade dos conselheiros aptos a votarem pelo RECEBIMENTO DO RECURSO, NEGANDO-LHE PROVIMENTO PARA O FIM DE QUE SEJA MANTIDA A DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA E MANTIDO O INDEFERIMENTO DA OPÇÃO AO SIMPLES NACIONAL PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Sr. Júnior Spies, sem voto, e dele participaram, além do Conselheiro Relator Sr. Thiago Buss Coelho, os Conselheiros Sr. Mário Antônio Vieira, Sra. Lânea Aparecida Madeira e o Sr. Valdecir Sagaz.

Esteve presente à sessão de julgamento e fez uso da palavra o Sr. Rodrigo João Machado, na qualidade de representante da Fazenda.

São José, 22 de agosto de 2019.

JÚNIOR SPIES
Presidente

THIAGO BUSS COELHO Conselheiro Relator	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária-Geral
RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador Municipal Representante da Fazenda Pública	

CONTRATO CT Nº 122/2019

Publicação Nº 2138398

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 122/2019 – DL 154/2019 – Processo 258/2019 – Proc. Adm. 4520/2019 - Contratado: NOVA FROTA EQUIPAMENTOS S.A. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DO IMPLEMENTO BOBCAT MOWER72" (CORTADOR DE GRAMA) – EXCLUSIVO PARA USO EM MINICARREGADEIRA BOBCAT PERTENCENTE A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, EM RAZÃO DE O CERTAME RELATIVO AO PROCESSO DE COMPRAS Nº 095/2019, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2019, TER RESTADO DESERTO POR 02 (DUAS) VEZES. Valor do Contrato: R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais). Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias, contados a partir da assinatura do contrato, sem possibilidade de prorrogação. Data da Assinatura do Contrato: 16 de agosto de 2019.

DECISÃO SOBRE RECURSO REFERENTE A NOTA DA PROVA DE CONHECIMENTOS

Publicação Nº 2138568

DECISÃO SOBRE RECURSO REFERENTE A NOTA DA PROVA DE CONHECIMENTOS O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE vem por meio deste, apresentar decisão sobre recurso referente a publicação da nota da prova de conhecimentos, realizada pela candidata de inscrição nº 116, comunicando o indeferimento do recurso considerando que no dia 20 de agosto de 2019 foi publicada errata no site da Prefeitura, página inicial, cujo conteúdo corresponde ao mesmo conteúdo publicado no site da "NBS Serviços Especializados Eirelli".

Informamos ainda que o resultado da prova de conhecimentos foi divulgado conforme o Edital nº 001/2019/CMDCA. Sem mais para o momento.

São José, 26 de Agosto de 2019.
Cleidiomar Aparecida Furlanetto
Presidente do CMDCA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE JULGAMENTO

Publicação Nº 2138575

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO DE JULGAMENTO

A Junta Administrativa de Recurso de Infração - JARIA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto Municipal nº 22.344/2006, que regulamenta a competência, funcionamento, organização e atribuições da JARIA, vem a público NOTIFICAR os recorrentes citados nos processos administrativos ambientais decorrentes de Auto de Infração Ambiental listados abaixo e CONVOCAR os membros da Junta, para realizarem o julgamento dos recursos interpostos nos processos abaixo relacionados no dia 20 de setembro do corrente, às 14:00 h, no auditório da sede do Jardim Botânico de São José, localizado na Rua Cauassú, s/n, Loteamento Jardim Botânico, Potecas, neste Município:

PROCESSO	AI	RECORRENTE	RELATOR
9982/2015	22256	Manoel José Dal Pra	Jonny A. de Souza
14954/2012	20610	Comércio e Transportes de Sucatas Jr Ltda Me	Jonny A. de Souza
9883/2013	20582	Maria Santilha de Andrade Siqueira Me	Jonny A. de Souza
1091/2014	21741	Rumotos Comércio de Peças	Jonny A. de Souza
18827/2014	20672	Rumotos Comércio de Peças	Jonny A. de Souza
6428/2014	023174	Proserv Assessoria e Consultoria de Pessoal Ltda	Luis Fernando K. Stramari
24135/2014	022098	Clayton Silva	Luis Fernando K. Stramari
24419/2014	22154	Nereu Capistrano Filho	Luis Fernando K. Stramari
8097/2014	21833	Cristal Concreto Ltda	Dra. Suzi Baby
1574/2016	2442	Iraci Streit Ciasen	Dra. Suzi Baby
7741/2015	022302	Roseli da Silva (Nelço Soares)	Dra. Suzi Baby

Dessa forma, distribuídos os processos aos seus respectivos relatores, intimem-se os interessados para que tenham ciência da presente convocação, bem como do dia e hora da sessão de julgamento.

Fica designado, desde já, ao Senhor Jeferson Medeiros da Silva, pertencente ao quadro de servidores desta Fundação como secretário da sessão.

São José, 19 de agosto de 2019

Jonny Andrade de Souza

Presidente da JARIA

Decreto 9946/2018 e Portaria 002/2018

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2019/FUNESJ

Publicação Nº 2138570

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2019/FUNESJ

Aos dez dias do mês de agosto do ano de 2019, o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER DE SÃO JOSÉ, na pessoa de seu Superintendente, Sr. João David Garcia, celebra o 2º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 01/2019/FUNESJ de acordo com os dados do extrato abaixo:

Espécie: Termo de Colaboração nº 01/2019/FUNESJ

Edital: 08/2018/FUNESJ

Número: 01/2019/FUNESJ

Valor do Aditivo: R\$ 16.284,00 (dezesesseis mil, duzentos oitocentos e quatro reais)

Concedente: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, CEP 88.101-175, Bairro Campinas, São José (SC), inscrita no CNPJ nº 02.361.033/0001-92.

Entidade: UNIÃO CATARINENSE DE ATLETISMO, entidade sem fins lucrativos inscrita no CNPJ nº 18.991.412/0001-04, com sede na Rua Frederico Afonso, nº 5764, Bloco B, Apartamento 304, Bairro Ponta de Baixo, São José (SC), CEP 88.104-205

Resumo do Objeto: Manutenção do Programa de Desporto de RENDIMENTO da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José, mediante custeio dos trabalhos do Projeto de ATLETISMO, nos termos do Plano de Trabalho.

Dotação Orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária: 18.01

Projeto/Atividade: 2.511

Elemento de despesas: 3.3.50.41.00.80

Prazo de Vigência do termo: Início a partir do dia 15/02/2019 e término em 15/12/2019.

A minuta na íntegra, bem como o plano de trabalho, podem ser solicitados digitalmente através do e-mail: convenios.esporte@pmsj.sc.gov.br

São José, 10 de agosto de 2019.

JOÃO DAVID GARCIA

Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer

JAIRO VIERA

Presidente Da União Catarinense de Atletismo

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 010/2019

Publicação Nº 2139261

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 010/2019

Ante a frustração de tentativa de intimação pessoal, encontrando-se o autuado em local incerto e não sabido, em Processo Administrativo nº 2805/2011, instaurado para apuração de infração ambiental, junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, situada na Rua Cauassú, s/nº, loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, NOTIFIQUE-SE o autuado LWM COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 14.790.564/0001-80 para que tome conhecimento da Decisão Administrativa prolatada no referido Processo Administrativo Ambiental, qual seja:

- Julgamento de procedência do Auto de Infração nº 22735 com a aplicação da penalidade de multa simples no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais), eis que aplicada em consonância com a legislação ambiental vigente (Decreto Federal 6.514/2008, artigos 3º, II e 66).

Salienta-se que da referida decisão cabe recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da ciência desta, conforme preceitua o artigo 113, do Decreto Federal 6.514/228.

São José, 28 de agosto de 2019

Fernanda Vieira Diniz Farias

Superintendente da FMADS/ SJ

Decreto Municipal nº 6214/2016

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 011/2019

Publicação Nº 2139260

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 011/2019

Ante a frustração de tentativa de intimação pessoal, encontrando-se o autuado em local incerto e não sabido, em Processo Administrativo nº 3170/2016, instaurado para apuração de infração ambiental, junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, situada na Rua Cauassú, s/nº, loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, NOTIFIQUE-SE o autuado JULIE CARDOSO ME., inscrito no CNPJ sob o nº 11.900.607/0001-44, para que tome conhecimento da Decisão Administrativa prolatada no referido Processo Administrativo Ambiental, qual seja:

- Julgamento de procedência do Auto de Infração nº 2358 em virtude de desenvolvimento de Atividade de Marmoraria sem a devida Autorização Ambiental, com a aplicação da penalidade de multa simples no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), eis que aplicada em consonância com a legislação ambiental vigente (Decreto Federal 6.514/2008, artigos 3º, II e 66).
- para garantir o resultado prático do processo administrativo e impedir a continuidade de atividade em desacordo com a legislação ambiental, aconselho seja aplicado a penalidade de Suspensão de Atividades, até emissão da Autorização Ambiental, conforme preconiza o art. 3º IX do Decreto Federal 6.514/2008.

Salienta-se que da referida decisão cabe recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da ciência desta, conforme preceitua o artigo 113, do Decreto Federal 6.514/2008.

São José, 28 de agosto de 2019

Fernanda Vieira Diniz Farias
Superintendente da FMADS/ SJ
Decreto Municipal nº 6214/2016

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA PUBLICA A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APTOS A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Publicação Nº 2138567

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA publica a relação dos candidatos aptos a Avaliação Psicológica a ser realizada no dia 28 de Agosto de 2019, às 09 horas, no Centro de Atenção à Terceira Idade – CATI, sito a Av. Acioni Souza Filho, s/n - Praia Comprida (Beira-mar de São José), São José - SC, 88103-600.

I – Candidatos aptos a avaliação psicológica:

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Data de Nascimento
122	JULIANA IZELDA DA SILVA DE OLIVEIRA	21/06/1986
114	FERNANDA PÉRES	09/12/1980
105	CAROLINE NIENCHOTTER GOEDERT GEBAUER	09/06/1986
124	OZANA MATZEMBACHER DA SILVA	16/09/1971
123	JULIANA SILVEIRA DA SILVA LÉFFER DE JESUS	26/11/1983
108	DANIELLE SILVA CASTRO	18/02/1986
125	PATRÍCIA GOMES COSTA GAISSLER	12/10/1968
110	DIOGO LUIZ FILIPPI	01/07/1983
107	DAIANA VERA SOUZA	08/02/1986
115	GILSON CRISTOVÃO	10/10/1987
128	RODRIGO ALMEIDA DE FREITAS	25/12/1973
103	ANA LÚCIA TEIXEIRA	28/08/1977
118	JEFFERSON MARCOS FÉLIX	28/01/1984
135	VIVIANE NUNES SANTOS	21/05/1985
116	IRIA LOCKS	30/09/1963
129	SAYONARA FERREIRA PINTO	28/05/1974
134	THAIS MONIQUE DA SILVA	27/06/1993
102	ANA CAROLINA PEREIRA DA CRUZ	01/07/1994
106	CINTHIA DOMINGUES	13/07/1973
132	SILVIA REGINA HEIDERSCHIEDT	07/09/1974
104	ANDRÉA DA COSTA SANTOS	06/07/1976

São José, 26 de Agosto de 2019.
Cleidiomar Aparecida Furlanetto
Conselheira Presidente do CMDCA/SJ

PORTARIA SA 1188/2019

Publicação Nº 2138126

PORTARIA- SA – Nº 1188/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias, a começar de 03.07.2019 a 30.09.2019, referente ao período aquisitivo compreendido entre os anos de 2009/2014, ao (a) servidor (a) Sr. (a) ELIZETE PORCIA MEIRA VIEIRA, matrícula nº 13786-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03.07.2019.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

IV – Revoga-se a portaria 1080/2019.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA SA 1189/2019

Publicação Nº 2138242

PORTARIA- SA – Nº 1189/2019

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença prêmio por 90 (noventa) dias, a começar de 29.07.2019 a 26.10.2019, referente ao período aquisitivo compreendido entre os anos de 2009/2014, ao (a) servidor (a) Sr. (a) VERGINIA GOMES DA SILVA, matrícula nº 21661-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29.07.2019.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

IV – Revoga-se a portaria 1081/2019.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de Agosto de 2019.

VERA SUELY DE ANDRADE

Secretária de Administração

PORTARIA SA 1190/2019

Publicação Nº 2138125

P O R T A R I A- SA - N.º 1190/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARCOS CESAR BRINHOSA, matrícula n.º 23146-0, lotado (a) na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no cargo de Agente Operacional, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 20.08.2019 à 18.09.2019.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 26 de agosto de 2019.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SA 1191/2019

Publicação Nº 2138121

P O R T A R I A- SA - N.º 1191/2019

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sr. (a) CLAUDIA HELENA HEIDEMANN, matrícula n.º 37231-5 lotada na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Agente Administrativo, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 21.08.2019 a 16.02.2020.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de agosto de 2019.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de agosto de 2019.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA SMI/PMSJ Nº 033/2019

Publicação Nº 2138406

PORTARIA SMI/PMSJ nº 033, de 16 de Agosto de 2019.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar o Servidor Valdenir Vitor de Souza – Matrícula n. 1227, para efetuar a fiscalização do Contrato 122/2019 decorrente da Dispensa de Licitação 154/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Jailton Hames – Matrícula n. 33154-6, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Milton Bley Junior
Secretário Municipal de Infraestrutura

PREGÃO ELETRÔNICO 088/2019

Publicação Nº 2139148

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO 088/2019 – Processo nº 351/2019 – Proc. Adm. 5748/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MUDAS, INSUMOS AGRÍCOLAS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DAS PRAÇAS, ÁREAS PÚBLICAS, JARDIM BOTÂNICO E PARQUE AMBIENTAL DOS SABIÁS/HORTO FLORESTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 29 de agosto de 2019 às 18h00min até dia 12 de setembro de 2019, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 12 de setembro de 2019. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810399.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 057/2019

Publicação Nº 2139076

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 057/2019 – Processo nº 207/2019 – Proc. Adm. 2996/2019. Fornecedor: SUPRIMOVEIS EIRELI - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MÓVEIS SOB MEDIDA E GRANITOS, INCLUINDO SERVIÇOS DE CONFEÇÃO, ENTREGA E INSTALAÇÃO, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE SERRARIA, REAL PARQUE E GOIABAL VINCULADAS À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor: R\$ 196.635,00 – cento e noventa e seis mil, seiscentos e trinta e cinco reais. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 217/2019**

Publicação Nº 2138544

PORTARIA Nº 217/2019

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de licença prêmio à servidora Cristiane Pereira, referente à sua 3ª licença, a partir de 02 de setembro de 2019.

Câmara Municipal de São José, SC, 27 de agosto 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
PRESIDENTE

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

São José do Cedro

PREFEITURA

PORTARIA Nº 523/2019

Publicação Nº 2137977

PORTARIA Nº 523/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o contrato temporário da servidora pública municipal Nadir Salete Schultz, admitida para exercer o cargo de Professor com Magistério, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol - CEMEG, neste município, no período de 30 de agosto a 28 de outubro de 2019, em substituição a professora titular da vaga, Olga da Silva Martins Ferrari, que se encontra em licença prêmio assiduidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 30 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 23 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 524/2019

Publicação Nº 2137978

PORTARIA Nº 524/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à servidora pública municipal Juliana Paula Demarco, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos, Grupo ATM, Nível 02, matrícula nº 3270, sendo 15 (quinze) dias referente ao período aquisitivo de 03/11/2016 a 02/11/2017, e 15(quinze) dias referente ao período aquisitivo de 03/11/2017 a 02/11/2018 para serem gozadas no período de 26 de agosto a 24 de setembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 26 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 23 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

VERA REGINA CERIOLO COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 525/2019

Publicação Nº 2137980

PORTARIA Nº 525/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 002/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o contrato temporário da servidora pública municipal Kalinka Suelyn Casanova, admitida para exercer o cargo de Fiscal de Tributos, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal da Fazenda, neste Município, no período de 26 de agosto a 24 de setembro de 2019, em substituição a titular da vaga, Juliana Paula Demarco, que encontra-se em férias.

Art. 2º. Em caso de retorno da titular da vaga o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 26 de agosto de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 23 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

VERA REGINA CERIOLI COSTA,
Secretária Municipal da Fazenda.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 526/2019

Publicação Nº 2137981

PORTARIA Nº 526/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor público municipal Marlon Kasper Vidal, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitário, Grupo ATM, Nível 07, matrícula nº 1910, referente ao período aquisitivo de 17/01/2018 a 16/01/2019, para serem gozadas no período de 26 de agosto a 04 de setembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 26 de agosto de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 26 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 527/2019

Publicação Nº 2137983

PORTARIA Nº 527/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso XI, do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 140 da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 26 de agosto de 2019, o prazo para conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instaurado através da Portaria nº 397/2019 para apuração de infrações administrativas, previstas nos artigos 102 e 103, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993 - Estatuto dos Servidores, em face do servidor público municipal Joel Prestes, ocupante do cargo efeito de Pedreiro, matrícula nº 3109.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 26 de agosto de 2019.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 26 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PORTARIA Nº 528/2019

Publicação Nº 2137984

PORTARIA Nº 528/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Incisos I e VIII, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Sueli Zamboni, para exercer o cargo de Professor com Magistério, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol – CEMEG, neste Município, no período de 26 de agosto a 20 de dezembro de 2019, para atender a necessidades de alunos especiais, na condição de segundo professor, em substituição a professora temporária Ediane Mara Siebeneichler, que se encontra em licença maternidade.

Art.2º. Em caso de transferência dos alunos com condições especiais o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 26 de agosto de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 26 de agosto de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 529/2019

Publicação Nº 2137985

PORTARIA Nº 529/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Incisos I e VIII, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Rozeli Pinheiro Wronski, para exercer o cargo de Professor com Magistério, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol – CEMEG, neste Município, no período de 27 de agosto a 20 de dezembro de 2019, para atender a necessidades de alunos especiais, na condição de segundo professor, em substituição a professora temporária Ediane Mara Siebeneichler, que se encontra em licença maternidade.

Art. 2º. Em caso de transferência dos alunos com condições especiais o contrato temporário será automaticamente rescindido.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 27 de agosto de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 27 de agosto de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA Nº 001/2019

Publicação Nº 2137920

Processo Administrativo nº 001/2019/SF/SJC

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 001/2019

O MINICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, representado neste ato pelo Sr. Antônio Plínio de Castro Silva, Prefeito, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado COMPROMITENTE e de outro JL SCAPINI MÓVEIS LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 10.555.725/0001-08, com sede na Rua dos Lírios, 130, Bairro Isol, Loteamento Acesmo II, em São José do Cedro/SC, neste ato representado por seu Proprietário Sr. JAIR SCAPINI, brasileiro, solteiro, marceneiro, inscrito no RG sob nº 4.084.799 e no CPF sob nº 025.702.049-78, residente e domiciliado na Rua dos Lírios, 130, Bairro Isol, Loteamento Acesmo II, em São José do Cedro/SC, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, insculpidas no artigo 37 da Constituição Federal, incumbindo-lhe agir de acordo com esses preceitos fundamentais;

CONSIDERANDO ser a política de desenvolvimento urbano de competência municipal, cujas diretrizes gerais são fixadas em leis específicas, devendo ter por objetivo principal a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes (art. 182, CF);

CONSIDERANDO que a lei deve garantir tratamento igualitário para todos os cidadãos, sendo que todos são obrigados a cumprir as mesmas regras e condições dela decorrentes, conforme art. 5º da CF;

CONSIDERANDO a legitimidade da Administração Pública Municipal para a defesa do interesse público, e na promoção do Termo de Ajuste de Condutas conforme previsto no artigo 5º, §6º da lei 7347 de 24 de Julho de 1985(Ação Civil Pública);

CONSIDERANDO a edição da Lei Municipal nº 4.767 de 27 de novembro de 2018, que autoriza o Município de São José do Cedro a firmar Termo de Ajuste de Condutas, com o objetivo de solucionar situações irregulares das mais variadas formas e que desatendem a legislação municipal e impedem a concessão de alvarás de funcionamento para empresas locais;

CONSIDERANDO que a concessão de alvará de funcionamento por longos anos seguidos sem a observância da regularidade de obras e edificações não confere ao proprietário de empresa o direito adquirido de permanecer com as irregularidades existentes e que é dever do administrador público, a qualquer tempo, rever seus atos e fazer sanar as irregularidades existentes, sob pena de responsabilidade, conforme descrito na Lei 8.429/92 – “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;”

CONSIDERANDO que o COMPROMISSÁRIO, realizou obras de ampliação em sua residência, em montante aproximado de 167,68m², atualmente utilizados como sede para sua empresa que atua na Fabricação de Móveis com Predominância em Madeira, sem apresentação do respectivo projeto de ampliação, sem obtenção de alvará de construção e sem habite-se para utilização do imóvel, e que impedem a concessão de Alvará de Funcionamento par o Exercício de 2019,

CONSIDERANDO que o COMPROMISSÁRIO atende ao requisito estabelecido no art. 4º da Lei 7.767/18 e está em dia com o fisco municipal, conforme certidão negativa de débitos nº 2386/2019 com validade até 09/09/2019.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – na melhor forma do direito, nos moldes do art. 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, Lei Municipal 4.767/2018 e nos termos abaixo especificados, consubstanciados em obrigação de fazer e não fazer.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, tendo em vista a inexistência de Projeto de ampliação residencial/comercial/industrial devidamente aprovado pelo setor de engenharia do município, deverá apresentá-lo ao setor competente para análise prévia no prazo de 30(trinta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA: O COMPROMISSÁRIO deverá apresentar projeto definitivo, com ART e devidamente assinado por profissional técnico

responsável, acompanhado da aprovação do Corpo de Bombeiros Militar, Instituto do Meio Ambiente – IMA, e demais setores responsáveis, para aprovação definitiva do setor competente da Prefeitura de São José do Cedro, no prazo de 270(duzentos e setenta) dias a contar do término do prazo descrito na cláusula primeira;

CLÁUSULA TERCEIRA: Realizar as obras de readequação necessárias para atendimento da acessibilidade e normas técnicas de segurança no prazo de 150(cento e cinquenta) dias a contar do término do prazo previsto na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUARTA: Proceder devidamente para a obtenção do Alvará de Construção e posterior Habite-se, imediatamente após o prazo previsto na cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA: Proceder devidamente para a obtenção do Alvará de Construção e posterior Habite-se, imediatamente após o prazo previsto na cláusula segunda.

CLÁUSULA SEXTA: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a não realizar nenhuma nova alteração física no local de seu empreendimento até que todas as irregularidades apresentadas pelo presente termo estejam sanadas, bem como não executar futuras obras em desacordo com a legislação municipal;

CLÁUSULA SÉTIMA: O não cumprimento parcial ou total das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta pelo COMPROMISSÁRIO, na forma e nos prazos fixados, implicará, independentemente de notificação, o pagamento de multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R\$5.000,00(cinco mil reais), sem prejuízo da suspensão do alvará de funcionamento e fechamento/interdição das atividades de sua empresa;

§ 1º Os valores decorrentes do caput desta Cláusula serão depositados em conta específica e revertidos e obras de investimento para regularização de acessibilidade em obras e locais de acesso público;

§ 2º A aplicação das penalidades previstas no caput desta Cláusula se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA: Este acordo não inibe ou restringe as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do poder de polícia, independentemente do presente termo de ajustamento de conduta.

CLÁUSULA NONA: O pedido de renovação de Alvará deve ser efetuado normalmente a cada ano independentemente das condições estabelecidas neste termo, momento em que será verificado o cumprimento das condições e prazos estabelecidos no presente ajuste bem como a existência/inexistência de situação nova a ensejar a possibilidade/impossibilidade da renovação do respectivo alvará.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente termo não exclui outras penalidades, responsabilidade civil e/ou ações e atos administrativos aplicados pelos órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Este Termo de Ajustamento de Conduta produzirá efeitos legais a partir de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, implicando na concessão de alvará de funcionamento provisório até que se comprovem as condições aqui estabelecidas, momento em que haverá sua conversão para alvará de funcionamento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Fica eleito o foro da Comarca de São José do Cedro/SC para solução de qualquer conflito decorrente do presente termo de ajustamento de conduta.

CLÁUSULA DÉCIMA terceira: O presente termo foi lavrado em 4 (quatro) vias.

São José do Cedro/SC, 28 de Agosto de 2019.

JL Scapini Móveis Ltda

Compromissário

Antônio Plínio de Castro Silva

Compromitente

Vera Ceriulli da Costa

Secretária Municipal da Fazenda

Cassiano Schneider

Responsável pelo Dpto de Tributação e Fiscalização

Douglas Cesar Patel

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Leandro Pedro Machado

Responsável pelo Dpto de Projetos e Edificações

Carine Kaiser Wolfart

Assessor Jurídico

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA Nº 005/2019

Publicação Nº 2137922

Processo Administrativo nº 005/2019/SF/SJC

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 005/2019

O MINICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, representado neste ato pelo Sr. Antônio Plínio de Castro Silva, Prefeito, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado COMPROMITENTE e de outro DEOCLÉCIO LUIZ CIGOLINI, inscrito no CNPJ sob nº 02.041.012/0001-90, com sede na Avenida Rio Grande do Sul, 1125, Centro, em São José do Cedro/SC, neste ato representado por seu proprietário Sr. DEOCLÉCIO LUIZ CIGOLINI, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG sob nº 9.905.598 e no CPF sob nº 425.203.129-04, residente e domiciliado na Rua Odilo Antônio Link, Centro, em São José do Cedro/SC, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, incumbindo-lhe agir de acordo com esses preceitos fundamentais;

CONSIDERANDO ser a política de desenvolvimento urbano de competência municipal, cujas diretrizes gerais são fixadas em leis específicas, devendo ter por objetivo principal a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes (art. 182, CF);

CONSIDERANDO que a lei deve garantir tratamento igualitário para todos os cidadãos, sendo que todos são obrigados a cumprir as mesmas regras e condições dela decorrentes, conforme art. 5º da CF;

CONSIDERANDO a legitimidade da Administração Pública Municipal para a defesa do interesse público, e na promoção do Termo de Ajuste de Condutas conforme previsto no artigo 5º, §6º da lei 7347 de 24 de Julho de 1985(Ação Civil Pública);

CONSIDERANDO a edição da Lei Municipal nº 4.767 de 27 de novembro de 2018, que autoriza o Município de São José do Cedro a firmar Termo de Ajuste de Condutas, com o objetivo de solucionar situações irregulares das mais variadas formas e que desatendem a legislação municipal e impedem a concessão de alvarás de funcionamento para empresas locais;

CONSIDERANDO que a concessão de alvará de funcionamento por longos anos seguidos sem a observância da regularidade de obras e edificações não confere ao proprietário de empresa o direito adquirido de permanecer com as irregularidades existentes e que é dever do administrador público, a qualquer tempo, rever seus atos e fazer sanar as irregularidades existentes, sob pena de responsabilidade, conforme descrito na Lei 8.429/92 – “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;”

CONSIDERANDO que o COMPROMISSÁRIO, realizou obras de construção, em montante aproximado de 1.504,69m², atualmente utilizados como sede para sua empresa que atua, principalmente, na Fabricação de esquadrias de metal sem apresentação do respectivo projeto de construção, sem obtenção de alvará e sem habite-se para utilização do imóvel, e que impedem a concessão de Alvará de Funcionamento para o Exercício de 2019;

CONSIDERANDO que o COMPROMISSÁRIO, é proprietário dos lotes urbanos nº 04 e 05, com sede na Av. Rio Grande do Sul, Centro, inscrito nas matrículas nº 6.708 e 6.709, contendo as construções que são sede da empresa DEOCLÉCIO LUIZ CIGOLINI, sendo que o mesmo edificou construções que abrangem 100% do lote nº 05, sem observância de parte de área não edificante, havendo portanto, necessidade de remembramento com o lote nº 04 de forma que seja respeitada a Lei 670/82 e alterações posteriores que estabelece taxa de ocupação do solo de 85% por lote.

CONSIDERANDO que o COMPROMISSÁRIO atende ao requisito estabelecido no art. 4º da Lei 7.767/18 e está em dia com o fisco municipal, conforme certidão negativa de débitos nº 373 com validade até 14/11/2019.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – na melhor forma do direito, nos moldes do art. 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, Lei Municipal 4.767/2018 e nos termos abaixo especificados, consubstanciados em obrigação de fazer e não fazer.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, tendo em vista a necessidade de desmembramento/remembramento de lotes urbanos, e apresentação de projeto devidamente aprovado por meio do Decreto nº 6.504 de 02 de maio de 2019, deverá comprovar o registro, mediante apresentação de matrícula atualizada do lote unificado no prazo de 60(sessenta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA: O COMPROMISSÁRIO, tendo em vista a inexistência de projeto de construção comercial/industrial devidamente aprovado pelo setor de engenharia do município, deverá apresentá-lo ao setor competente para análise prévia no prazo de 30(trinta) dias a contar do término do prazo descrito na cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA: O COMPROMISSÁRIO deverá apresentar projeto definitivo, com ART e devidamente assinado por profissional técnico responsável, acompanhado da aprovação do Corpo de Bombeiros Militar, Instituto do Meio Ambiente – IMA, vigilância sanitária e demais setores responsáveis, para aprovação definitiva do setor competente da Prefeitura de São José do Cedro, no prazo de 180(cento e oitenta) dias a contar do término do prazo descrito na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUARTA: Proceder devidamente para a obtenção do Alvará de Construção e posterior Habite-se, imediatamente após o prazo previsto na cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a não realizar nenhuma nova alteração física no local de seu empreendimento até que todas as irregularidades apresentadas pelo presente termo estejam sanadas, bem como não executar futuras obras em desacordo com a legislação municipal;

CLÁUSULA SEXTA: O não cumprimento parcial ou total das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta pelo COMPROMISSÁRIO, na forma e nos prazos fixados, implicará, independentemente de notificação, o pagamento de multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R\$5.000,00(cinco mil reais), sem prejuízo da suspensão do alvará de funcionamento e fechamento/interdição das atividades de sua empresa;

§ 1º Os valores decorrentes do caput desta Cláusula serão depositados em conta específica e revertidos e obras de investimento para regularização de acessibilidade em obras e locais de acesso público;

§ 2º A aplicação das penalidades previstas no caput desta Cláusula se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA SETIMA: Este acordo não inibe ou restringe as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial a aplicação de sanções administrativas

decorrentes do exercício do poder de polícia, independentemente do presente termo de ajustamento de conduta.

CLÁUSULA OITAVA: O pedido de renovação de Alvará deve ser efetuado normalmente a cada ano independentemente das condições estabelecidas neste termo, momento em que será verificado o cumprimento das condições e prazos estabelecidos no presente ajuste bem como a existência/inexistência de situação nova a ensejar a possibilidade/impossibilidade da renovação do respectivo alvará.

CLÁUSULA NONA: O presente termo não exclui outras penalidades, responsabilidade civil e/ou ações e atos administrativos aplicados pelos órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: Este Termo de Ajustamento de Conduta produzirá efeitos legais a partir de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, implicando na concessão de alvará de funcionamento provisório até que se comprovem as condições aqui estabelecidas, momento em que haverá sua conversão para alvará de funcionamento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de São José do Cedro/SC para solução de qualquer conflito decorrente do presente termo de ajustamento de conduta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O presente termo foi lavrado em 4 (quatro) vias.

São José do Cedro/SC, 23 de Agosto de 2019.

Deoclécio Luiz Cogolini
Compromissário

Antônio Plínio de Castro Silva
Compromitente

Vera Ceriulli da Costa
Secretária Municipal da Fazenda

Cassiano Schneider
Responsável pelo Dpto de Tributação e Fiscalização

Douglas Cesar Patel
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Leandro Pedro Machado
Responsável pelo Dpto de Projetos e Edificações

Carine Kaiser Wolfart
Assessor Jurídico

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA Nº 007/2019

Publicação Nº 2137924

Processo Administrativo nº 007/2019/SF/SJC

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 007/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, representado neste ato pelo Sr. Antônio Plínio de Castro Silva, Prefeito, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado COMPROMITENTE e de outro PRESULPRE-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 07.431.898/0001-00, com sede na Rua Prefeito Seno Weber, 600, Parque Industrial Dr. Neme, em São José do Cedro/SC, neste ato representado por seu sócio administrador Sr. PAULO ROGERIO LINCK, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG sob nº 3.456.681 e no CPF sob nº 271.054.310-91, residente e domiciliado na Rua Santo Antônio, 40, Apto 101, Centro, em São José do Cedro/SC, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, insculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, incumbindo-lhe agir de acordo com esses preceitos fundamentais;

CONSIDERANDO ser a política de desenvolvimento urbano de competência municipal, cujas diretrizes gerais são fixadas em leis específicas, devendo ter por objetivo principal a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes (art. 182, CF);

CONSIDERANDO que a lei deve garantir tratamento igualitário para todos os cidadãos, sendo que todos são obrigados a cumprir as mesmas regras e condições dela decorrentes, conforme art. 5º da CF;

CONSIDERANDO a legitimidade da Administração Pública Municipal para a defesa do interesse público, e na promoção do Termo de Ajuste de Condutas conforme previsto no artigo 5º, §6º da lei 7347 de 24 de Julho de 1985(Ação Civil Pública);

CONSIDERANDO a edição da Lei Municipal nº 4.767 de 27 de novembro de 2018, que autoriza o Município de São José do Cedro a firmar Termo de Ajuste de Condutas, com o objetivo de solucionar situações irregulares das mais variadas formas e que desatendem a legislação municipal e impedem a concessão de alvarás de funcionamento para empresas locais;

CONSIDERANDO que a concessão de alvará de funcionamento por longos anos seguidos sem a observância da regularidade de obras e edificações não confere ao proprietário de empresa o direito adquirido de permanecer com as irregularidades existentes e que é dever do administrador público, a qualquer tempo, rever seus atos e fazer sanar as irregularidades existentes, sob pena de responsabilidade, conforme descrito na Lei 8.429/92 – “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;”

CONSIDERANDO que o COMPROMISSÁRIO, realizou obras de ampliação, em montante aproximado de 2.302,23m², atualmente utilizados

como sede para sua empresa que atua, principalmente, na Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda sem apresentação do respectivo projeto de construção, sem obtenção de alvará e sem habite-se para utilização do imóvel, e que impedem a concessão de Alvará de Funcionamento para o Exercício de 2019;

CONSIDERANDO que o COMPROMISSÁRIO, é proprietário dos lotes urbanos nº 20, 24, 25 e 26, com sede na Rua Prefeito Seno Weber e Rua Professora Ester Scholl, inscrito nas matrículas nº 9.499, 9.503, 9.504 e 9.505, contendo as construções que são sede da empresa PRESUL PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA, sendo que o mesmo edificou construções que abrangem área de todos os lotes, havendo portanto, necessidade de remembramento.

CONSIDERANDO que o COMPROMISSÁRIO atende ao requisito estabelecido no art. 4º da Lei 7.767/18 e está em dia com o fisco municipal, conforme certidão negativa de débitos nº 232 com validade até 29/10/2019.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – na melhor forma do direito, nos moldes do art. 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, Lei Municipal 4.767/2018 e nos termos abaixo especificados, consubstanciados em obrigação de fazer e não fazer.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, tendo em vista a necessidade de desmembramento/remembramento de lotes urbanos, deverá apresentar projeto para aprovação do município no prazo de 45(quarenta e cinco) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA: O COMPROMISSÁRIO deverá comprovar o registro DO remembramento, mediante apresentação de matrícula atualizada do lote unificado no prazo de 90(noventa) dias a contar do prazo previsto na cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA: O COMPROMISSÁRIO, tendo em vista a inexistência de projeto de ampliação de construção comercial/industrial devidamente aprovado pelo setor de engenharia do município, deverá apresentá-lo ao setor competente para análise prévia no prazo de 30(trinta) dias a contar do término do prazo descrito na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUARTA: O COMPROMISSÁRIO deverá apresentar projeto definitivo, com ART e devidamente assinado por profissional técnico responsável, acompanhado da aprovação do Corpo de Bombeiros Militar, Instituto do Meio Ambiente – IMA, vigilância sanitária e demais setores responsáveis, para aprovação definitiva do setor competente da Prefeitura de São José do Cedro, no prazo de 90(noventa) dias a contar do término do prazo descrito na cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA: Proceder devidamente para a obtenção do Alvará de Construção e posterior Habite-se, imediatamente após o prazo previsto na cláusula quarta.

CLÁUSULA SEXTA: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a não realizar nenhuma nova alteração física no local de seu empreendimento até que todas as irregularidades apresentadas pelo presente termo estejam sanadas, bem como não executar futuras obras em desacordo com a legislação municipal;

CLÁUSULA SETIMA: O não cumprimento parcial ou total das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta pelo COMPROMISSÁRIO, na forma e nos prazos fixados, implicará, independentemente de notificação, o pagamento de multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R\$5.000,00(cinco mil reais), sem prejuízo da suspensão do alvará de funcionamento e fechamento/interdição das atividades de sua empresa;

§ 1º Os valores decorrentes do caput desta Cláusula serão depositados em conta específica e revertidos e obras de investimento para regularização de acessibilidade em obras e locais de acesso público;

§ 2º A aplicação das penalidades previstas no caput desta Cláusula se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA: Este acordo não inibe ou restringe as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do poder de polícia, independentemente do presente termo de ajustamento de conduta.

CLÁUSULA NONA: O pedido de renovação de Alvará deve ser efetuado normalmente a cada ano independentemente das condições estabelecidas neste termo, momento em que será verificado o cumprimento das condições e prazos estabelecidos no presente ajuste bem como a existência/inexistência de situação nova a ensejar a possibilidade/impossibilidade da renovação do respectivo alvará.

CLÁUSULA DÉCIMA: O presente termo não exclui outras penalidades, responsabilidade civil e/ou ações e atos administrativos aplicados pelos órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Este Termo de Ajustamento de Conduta produzirá efeitos legais a partir de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, implicando na concessão de alvará de funcionamento provisório até que se comprovem as condições aqui estabelecidas, momento em que haverá sua conversão para alvará de funcionamento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Fica eleito o foro da Comarca de São José do Cedro/SC para solução de qualquer conflito decorrente do presente termo de ajustamento de conduta.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente termo foi lavrado em 4 (quatro) vias.

São José do Cedro/SC, 21 de Agosto de 2019.

Presul Pré-Moldados de Concreto Ltda

Compromissário

Antônio Plínio de Castro Silva

Compromitente

Vera Ceriulli da Costa

Secretária Municipal da Fazenda

Cassiano Schneider

Responsável pelo Dpto de Tributação e Fiscalização

Douglas Cesar Patel

Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Leandro Pedro Machado

Responsável pelo Dpto de Projetos e Edificações

Carine Kaiser Wolfart
Assessora Jurídica

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA Nº 008/2019

Publicação Nº 2137925

Processo Administrativo nº 008/2019/SF/SJC

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 008/2019

O MINICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, representado neste ato pelo Sr. Antônio Plínio de Castro Silva, Prefeito, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado COMPROMITENTE e de outro INCOBEL INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS EIRELI, inscrito no CNPJ sob nº 83.120.154/0001-44, com sede na Rua Maranhão, 1482, Centro, em São José do Cedro/SC, neste ato representado por seu proprietário Sr. MARCIANO CARLOS BARATO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no RG sob nº 2.459.951 e no CPF sob nº 896.373.309-25, residente e domiciliado na Rua das Hortências, Centro, em São José do Cedro/SC, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, têm entre si justo e acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência insculpidas no artigo 37 da Constituição Federal, incumbindo-lhe agir de acordo com esses preceitos fundamentais;

CONSIDERANDO ser a política de desenvolvimento urbano de competência municipal, cujas diretrizes gerais são fixadas em leis específicas, devendo ter por objetivo principal a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes (art. 182, CF);

CONSIDERANDO que a lei deve garantir tratamento igualitário para todos os cidadãos, sendo que todos são obrigados a cumprir as mesmas regras e condições dela decorrentes, conforme art. 5º da CF;

CONSIDERANDO a legitimidade da Administração Pública Municipal para a defesa do interesse público, e na promoção do Termo de Ajuste de Condutas conforme previsto no artigo 5º, §6º da lei 7347 de 24 de Julho de 1985(Ação Civil Pública);

CONSIDERANDO a edição da Lei Municipal nº 4.767 de 27 de novembro de 2018, que autoriza o Município de São José do Cedro a firmar Termo de Ajuste de Condutas, com o objetivo de solucionar situações irregulares das mais variadas formas e que desatendem a legislação municipal e impedem a concessão de alvarás de funcionamento para empresas locais;

CONSIDERANDO que a concessão de alvará de funcionamento por longos anos seguidos sem a observância da regularidade de obras e edificações não confere ao proprietário de empresa o direito adquirido de permanecer com as irregularidades existentes e que é dever do administrador público, a qualquer tempo, rever seus atos e fazer sanar as irregularidades existentes, sob pena de responsabilidade, conforme descrito na Lei 8.429/92 – “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;”

CONSIDERANDO que o COMPROMISSÁRIO, realizou obras de construção, em montante aproximado de 2.847,49², atualmente utilizados como sede para sua empresa que atua, principalmente, na Fabricação de móveis com predominância em madeira sem apresentação do respectivo projeto de construção, sem obtenção de alvará e sem habite-se para utilização do imóvel, e que impedem a concessão de Alvará de Funcionamento para o Exercício de 2019;

CONSIDERANDO que o COMPROMISSÁRIO, é proprietário dos lotes urbanos nº 01, 02, 04, 05, 13 e 14 e 05, com sede na Rua Odilo Antônio Link, Ruas das Hortências e Rua Maranhão, Centro, totalizando uma área total de 3.934,89m², atualmente inscritos na matrículas nº 14.454 oriundo de projeto de remembramento, aprovado pelo município por meio do Decreto nº 6.407 de 11 de dezembro de 2018.

CONSIDERANDO que o COMPROMISSÁRIO atende ao requisito estabelecido no art. 4º da Lei 7.767/18 e está em dia com o fisco municipal, conforme certidão negativa de débitos nº 240 com validade até 29/10/2019.

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta – TAC – na melhor forma do direito, nos moldes do art. 5º, § 6º, da Lei Federal n. 7.347/1985, Lei Municipal 4.767/2018 e nos termos abaixo especificados, consubstanciados em obrigação de fazer e não fazer.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, tendo em vista a inexistência de projeto de construção comercial/industrial devidamente aprovado pelo setor de engenharia do município, deverá apresentá-lo ao setor competente para análise prévia no prazo de 30(trinta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA: O COMPROMISSÁRIO deverá apresentar projeto definitivo, com ART e devidamente assinado por profissional técnico responsável, acompanhado da aprovação do Corpo de Bombeiros Militar, Instituto do Meio Ambiente – IMA, vigilância sanitária e demais setores responsáveis, para aprovação definitiva do setor competente da Prefeitura de São José do Cedro, no prazo de 365(trezentos e sessenta e cinco dias) dias a contar do termino do prazo descrito na cláusula primeira.

CLÁUSULA TERCEIRA: Realizar as obras de readequação necessárias para atendimento da acessibilidade e normas técnicas de segurança no prazo de 90(noventa) dias a contar do termino do prazo previsto na cláusula segunda.

CLÁUSULA QUARTA: Proceder devidamente para a obtenção do Alvará de Construção e posterior Habite-se, imediatamente após o prazo previsto na cláusula terceira.

CLÁUSULA QUINTA: O COMPROMISSÁRIO compromete-se a não realizar nenhuma nova alteração física no local de seu empreendimento até que todas as irregularidades apresentadas pelo presente termo estejam sanadas, bem como não executar futuras obras em desacordo com a legislação municipal;

CLÁUSULA SEXTA: O não cumprimento parcial ou total das obrigações assumidas no presente Termo de Ajustamento de Conduta pelo COMPROMISSÁRIO, na forma e nos prazos fixados, implicará, independentemente de notificação, o pagamento de multa diária no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) até o limite de R\$5.000,00(cinco mil reais), sem prejuízo da suspensão do alvará de funcionamento e fechamento/interdição das atividades de sua empresa;

§ 1º Os valores decorrentes do caput desta Cláusula serão depositados em conta específica e revertidos e obras de investimento para regularização de acessibilidade em obras e locais de acesso público;

§ 2º A aplicação das penalidades previstas no caput desta Cláusula se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA SETIMA: Este acordo não inibe ou restringe as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão, nem limita ou

impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares, em especial a aplicação de sanções administrativas decorrentes do exercício do poder de polícia, independentemente do presente termo de ajustamento de conduta.

CLÁUSULA OITAVA: O pedido de renovação de Alvará deve ser efetuado normalmente a cada ano independentemente das condições estabelecidas neste termo, momento em que será verificado o cumprimento das condições e prazos estabelecidos no presente ajuste bem como a existência/inexistência de situação nova a ensejar a possibilidade/impossibilidade da renovação do respectivo alvará.

CLÁUSULA NONA: O presente termo não exclui outras penalidades, responsabilidade civil e/ou ações e atos administrativos aplicados pelos órgãos competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: Este Termo de Ajustamento de Conduta produzirá efeitos legais a partir de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, implicando na concessão de alvará de funcionamento provisório até que se comprovem as condições aqui estabelecidas, momento em que haverá sua conversão para alvará de funcionamento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o foro da Comarca de São José do Cedro/SC para solução de qualquer conflito decorrente do presente termo de ajustamento de conduta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O presente termo foi lavrado em 4 (quatro) vias.

São José do Cedro/SC, 16 de Agosto de 2019.

Incobel Indústria e Comércio de Móveis Eireli
Compromissário

Antônio Plínio de Castro Silva
Compromitente

Vera Ceriulli da Costa
Secretária Municipal da Fazenda

Cassiano Schneider
Responsável pelo Dpto de Tributação e Fiscalização

Douglas Cesar Patel
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Leandro Pedro Machado
Responsável pelo Dpto de Projetos e Edificações

Carine Kaiser Wolfart
Assessor Jurídico

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.363, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138579

DECRETO Nº 6.363, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Regulamenta a aplicação, dos dispositivos presentes na Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para exploração de atividade econômica privada, de transporte individual remunerado de passageiros, por meio de aplicativo de transporte que permite a busca por motoristas, baseada na localização via internet, e dá outras providências.

OPREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa

Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 75, inciso I, alínea 'g', da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Federal nº 12.587/2012 e alterações posteriores, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, especialmente o que prevê o inciso I, do art. 18;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.640, de 26 de março de 2018, altera a Lei 12.587, de 03 de janeiro de 2012, e, que o transporte remunerado privado individual de passageiros;

DECRETA:

Art. 1º A exploração do serviço de transporte privado individual e remunerado

de passageiros, por aplicativo de transporte, dependerá de autorização do Município de São Lourenço do Oeste, concedida pela Diretoria de Fazenda, às pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, operadoras de plataforma tecnológica, juntamente com o a licença para localização e funcionamento prevista nos artigos 77 a 83-L, da Lei nº 298/1979 - Código Tributário Municipal.

Parágrafo único: A condição de aplicativo de transporte é restrita às operadoras de tecnologia credenciadas, que sejam responsáveis pela intermediação entre os motoristas prestadores de serviço e seus usuários.

Art. 2º Os responsáveis pelo aplicativo de transporte, credenciados para este tipo de serviço, ficam obrigados a abrir e compartilhar seus dados, com esta Administração Municipal, disponibilizando no mínimo, sempre que requerido, as seguintes informações:

I - itens do preço pago;

II - avaliação do serviço prestado;

III - identificação do condutor e do veículo utilizado; e

IV - outros dados solicitados pela Administração Municipal, quando esta entender pertinente.

Art. 3º Compete ao responsável pelo aplicativo de transporte credenciado para operar o serviço:

I - organizar a atividade e o serviço prestado pelos motoristas cadastrados;

II - cadastrar os veículos e motoristas prestadores dos serviços, atendidos os requisitos mínimos de segurança, conforto, higiene e qualidade;

III - intermediar a conexão entre os usuários e os motoristas cadastrados;

IV - fixar a tarifa;

V - intermediar o pagamento entre o usuário e o motorista, disponibilizando meios eletrônicos para pagamento;

VI - pagar tributos municipais devidos pela prestação do serviço;

VII - disponibilização eletrônica, ao usuário da identificação do motorista com foto, do modelo e, do número da placa de identificação do veículo; e

VIII - emissão de recibo eletrônico para o usuário.

Art. 4º Aos motoristas de aplicativos de transporte compete comparecer a Diretoria de Fazenda do Município a fim de requerer o alvará para o exercício da atividade, munido dos seguintes documentos:

I - cópia dos documentos pessoais (CPF e RG);

II - cópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), compatível com a categoria do veículo conduzido, com autorização para exercer atividade remunerada (EAR);

III - conduzir veículo que atenda aos requisitos de idade máxima e às características exigidas pela autoridade remunerada;

IV - emitir e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV)

V - apresentar certidão negativa de antecedentes criminais.

Parágrafo único: Os documentos elencados nesse artigo devem ser apresentados anualmente, junto ao requerimento expedição de licença para localização e funcionamento, para o exercício da atividade econômica, encaminhado à Diretoria de Fazenda.

Art. 5º Será considerado transporte clandestino, sujeitando-se as sanções previstas no Código de Trânsito Brasileiro, aquele que explorar atividade econômica de transporte individual privado remunerado de passageiros, realizado por meio de aplicativo de transporte, sem o prévio cadastro e alvará de funcionamento emitido pela Diretoria de Fazenda.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.364, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138582

DECRETO Nº 6.364, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

10.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA			
10.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA			
10.01.20.606.4507.1.097 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	105	Aplicação Direta	R\$ 32.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.365, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138588

DECRETO Nº 6.365, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

10.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA			
10.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA			
20.606.4507.2.025 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	109	Aplicação Direta	R\$ 130.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

10.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA				
10.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA				
20.606.4507.2.025 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	107	Aplicação Direta	R\$ 100.000,00		
10.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA				
10.01	SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA				
20.606.4507.2.025 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000	110	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.366, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138609

DECRETO Nº 6.366, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo que lhe confere o art. 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 1.660, de 08 de maio de 2007, com a alteração dada pela Lei nº 1.766, de 15 de outubro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os seguintes membros, para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB do Município de São Lourenço do Oeste:

I - representantes do poder executivo municipal:

- a) Antonio Jocenei Waiss dos Santos, servidor público municipal, ocupante do cargo de Contador, matrícula nº 3205/01 - titular;
- b) Solange Bauer da Rosa Cenci, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Gerente de Apoio Administrativo e Operacional, matrícula nº 346/02 - suplente;
- c) Poliane de Oliveira Bernardo, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3445/01 - titular;
- d) Elizangela Calegari, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1929/01 - suplente.

II - representantes dos professores das escolas públicas municipais:

- a) Pâmela Bonkevitch, servidora pública municipal ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental, Anos Iniciais, matrícula nº 3599/03 - titular;
- b) Fernanda Patricia Schoeninger, servidora pública municipal ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, matrícula nº 3657/01 - suplente.

III - representantes dos diretores das escolas públicas municipais:

- a) Michele Luzzatto, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Diretora do CEIM Monteiro Lobato, matrícula nº 1836/02 - titular;
- b) Lays Mayara Milan, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Diretora do CEIM Cora Coralina, matrícula nº 1965/02 - suplente.

IV - representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais:

- a) Cristine Tochetto, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1774/01 - titular;
- b) Rozinéia dos Santos, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3442/01 - suplente.

V - representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais:

- a) Ruti Pavan Brusso, inscrito no CPF sob o nº 871.418.179-72 - titular;
- b) Genilse da Silva Costa, inscrita no CPF sob o nº 025.850.489-77 - suplente;
- c) Ivania Bortoli Calegari, inscrita no CPF sob o nº 015.575.509-99 - titular;
- d) Idalice Andreoli, inscrita no CPF sob o nº 966.653.609-97 - suplente.

VI - representantes dos estudantes da educação básica pública:

- a) Danieli Ebone, inscrita no CPF sob o nº 115.307.299-80 - titular;
- b) Larissa Minozzo, inscrita no CPF sob o nº 118.600.539.47 - suplente;
- c) Analice Florencio, inscrita no CPF sob o nº 075.080.889-64 - titular;
- d) Bianca Esper da Rocha, inscrita no CPF sob o nº 102.096.129-59 - suplente.

VII - representantes do Conselho Municipal de Educação:

- a) Juceliane Colla, servidora pública municipal ocupante do cargo de Diretora de escola, matrícula nº 3032/01 - titular;
- b) Angela Maria Giroto, servidora pública municipal ocupante do cargo de Professora de Arte, matrícula nº 3052/06 - suplente.

VIII - representantes do Conselho Tutelar:

- a) Selvina Wesolowski, inscrita no CPF sob o nº 694.449.199-00 - titular;
- b) Vanderléia Goulart Rambo, inscrita no CPF sob o nº 019.155.459-60 - suplente.

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho ora nomeado será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente.

Art. 3º Por se tratar de serviços de relevante interesse social, os membros do Conselho do FUNDEB, nomeados por este Decreto, não serão remunerados.

Art. 4º O Conselho deverá cumprir com as disposições previstas na Lei nº 1.660, de 08 de maio de 2007, alterada pela Lei nº 1.766, de 15 de outubro de 2008, e demais normas vigentes.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 5.714, de 25 de agosto de 2017.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 28 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO DE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO Nº 01/2019

Publicação Nº 2138836

EDITAL DE PROCESSO DE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO Nº 01/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e de acordo com o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 10, da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007, RESOLVE baixar normas aos interessados na realização do PROCESSO DE PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO devido à participação em cursos de aperfeiçoamento na área educacional, aos membros do Magistério Público Municipal.

1. Do período e local de entrega dos requerimentos:

1.1. Os requerimentos de progressão por cursos de aperfeiçoamento deverão ser entregues nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2019, no horário das 8 às 11 horas, e das 14 às 17 horas, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 703, Centro, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC.

2. Dos requisitos:

- 2.1. Ser membro efetivo do quadro do Magistério Público Municipal;
- 2.2. Ter habilitação correlata;
- 2.3. Ter concluído o estágio probatório.

3. Da documentação:

- 3.1. Requerimento devidamente assinado pelo candidato, acompanhado de cópias e originais dos certificados de cursos com carga horária mínima de 20 (vinte) horas cada, devidamente registrados, que deverão acumular no mínimo 80 (oitenta) horas, frequentadas após 13 de outubro de 2016.
- 3.2. Serão aceitos certificados digitais que contenham a possibilidade da autenticação eletrônica.
- 3.3. Somente serão aceitos os certificados regularizados por suas respectivas instituições, não sendo permitido qualquer outro tipo de documento.
- 3.4. O requerimento e os certificados dos cursos de aperfeiçoamento deverão ser protocolizados junto a Gerência de Apoio Administrativo e Operacional da Secretaria Municipal de Educação.

4. Da análise:

- 4.1. A análise da solicitação para a Progressão Funcional Horizontal por Participação em Cursos de Aperfeiçoamento será feita no período de 30/09/2019 a 04/10/2019, pela Secretaria Municipal de Educação, a qual encaminhará a documentação à Procuradoria Geral do Município, que dará o parecer final, até o dia 09 de outubro de 2019.
- 4.2. A solicitação será indeferida quando não atender às disposições da legislação vigente e normas deste Edital.

5. Da publicação e divulgação do Edital:

5.1. A Secretaria Municipal de Educação fará divulgação da relação dos membros do Magistério Público Municipal com requerimentos deferidos ou indeferidos, a partir do dia 10 de outubro de 2019, no site www.saolourenco.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br e, a título meramente informativo, no mural do Centro Administrativo Municipal.

6. Da reconsideração:

6.1. A contar da data de publicação da listagem das solicitações indeferidas, o membro do magistério interessado terá o prazo de 01 (um) dia, para solicitar reconsideração do indeferimento, junto à Secretaria Municipal de Educação, por meio de requerimento, cuja resposta será emitida após 24 (vinte e quatro) horas, por meio de comunicação oficial.

7. Das disposições finais:

7.1. Os casos omissos serão dirimidos com base na Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro 2007 e suas alterações posteriores, pela Secretaria Municipal de Educação, responsável pelo Processo de Progressão Funcional Horizontal por Participação em Cursos de Aperfeiçoamento, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas neste Edital.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 06/2019

Publicação Nº 2138932

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 06/2019

Abre inscrições e baixa normas do Processo Seletivo Simplificado para admissão em caráter voluntariado, para atuação como Assistente de Alfabetização do 1º ou 2º anos da 1ª fase do Ensino Fundamental do Programa Mais Alfabetização.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, inciso IX da Lei Orgânica do Município, de acordo a Portaria nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, do Ministério da Educação, publicada no DOU de 23/02/2018 (nº 37, seção 1, pág. 54) torna público, através do presente Edital, as normas e procedimentos que nortearão o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS para atuação junto à Secretaria Municipal de Educação, para o ano letivo de 2019, prorrogável para o ano letivo de 2020, conforme interesse da Administração, com o intuito de admitir pessoal em caráter voluntariado, para atuação como Assistente de Alfabetização do Programa Mais Alfabetização.

1. DAS INSCRIÇÕES

1.1. As inscrições serão realizadas gratuitamente, mediante o preenchimento da ficha de inscrição, constante do Anexo Único deste Edital, que deverá ser entregue na sede administrativa da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 703, Centro, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, juntamente com os demais documentos exigidos neste Edital, no período de 09 a 10 de setembro de 2019, nos seguintes horários: das 08 às 11 horas e das 14 às 17 horas.

1.2. O candidato atuará como Assistente de Alfabetização do 1º ou 2º anos da 1ª fase do Ensino Fundamental.

1.3. O candidato, ao realizar o preenchimento de sua ficha de inscrição, deve verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se responsável pelas mesmas.

1.4. A validação da inscrição será realizada pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo, após analisados os documentos.

1.5. Em hipótese alguma se admitirá a validação da inscrição condicional ou por correspondência, aceitando-se, no entanto, por procuração, onde conste obrigatoriamente a menção a este Edital, que deverá ser apresentada juntamente com a documentação.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

2.1. Quanto à apresentação dos documentos, o candidato deverá comparecer na Secretaria Municipal de Educação munido obrigatoriamente das seguintes cópias (para arquivo) e originais:

a) Ficha de Inscrição;

b) Carteira de Identidade;

c) CPF;

d) Comprovante de conclusão do curso de Ensino Médio no Magistério ou ter concluído ou estar cursando curso superior em Pedagogia, Letras ou Pós-Graduação com foco na alfabetização;

e) Comprovante de endereço atualizado.

3. DAS VAGAS, LOCAL E CARGA HORÁRIA

3.1. As vagas surgirão e serão preenchidas conforme a necessidade, nos casos especificados no preâmbulo deste Edital, após conferência pela Secretaria Municipal de Educação e confirmação da adesão das turmas das unidades escolares no Programa Mais Alfabetização.

3.2. Os candidatos serão convocados pela sequência classificatória na presente seleção, obedecido ao somatório de pontos e aos critérios de desempate discriminados neste Edital.

3.3. A carga horária será de 05 (cinco) horas semanais, distribuídas em 02 (dois) dias de duas horas e trinta minutos por turma, passível de alteração no curso do programa, conforme conveniência e interesse público da Administração.

3.4. A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado dar-se-á para o ano letivo de 2019, prorrogável para o ano letivo de 2020, não sendo caracterizado nenhum vínculo empregatício, tendo em vista o caráter voluntariado do Programa.

3.5. Será oferecida ao selecionado uma ajuda de custo, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais por turma, não havendo pagamento no mês de férias e em recessos escolares.

4. DAS ATRIBUIÇÕES

4.1. São atribuições do Assistente de Alfabetização do Programa Mais Alfabetização:

a) apoiar o professor alfabetizador;

b) participar de todos os processos formativos, mesmo que ocorram além de sua carga horária semanal, de forma voluntária;

c) atuar na garantia dos direitos de aprendizagem dos alunos e no cumprimento das metas do PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa);

d) participar dos processos avaliativos, sejam eles Nacionais ou Municipais, de Educação.

5. DA FORMA DE SELEÇÃO

5.1. A seleção dos candidatos será efetuada através de análise documental, sendo a pontuação máxima de 20 (vinte) pontos e o critério de antiguidade utilizado para o desempate em todos os itens.

TÍTULO	PONTUAÇÃO
Graduação em Pedagogia ou Letras.	03 pontos.
Graduação em disciplinas da Base Nacional Comum.	02 pontos.
Pós Graduação (ou cursando), com ênfase em alfabetização.	03 pontos.
Experiência em alfabetização, comprovada por declaração original assinada e em papel timbrado, sendo computado 01 ponto por ano trabalhado.	Totalizando o máximo de 05 pontos.

Experiência como Monitor do Programa Mais Educação, comprovada por declaração original assinada e em papel timbrado, sendo computados 02 pontos por ano de trabalho.	Totalizando o máximo de 06 pontos.
Formação em nível médio no Magistério.	01 ponto.

5.2. Persistindo o empate, serão adotados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente:

- candidato com maior idade;
- candidato com maior número de filhos;
- sorteio público.

6. LOCAL E DATA DE DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. A classificação deste Processo Seletivo Simplificado, com a relação dos candidatos por ordem de pontuação, será publicada no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br e, a título meramente informativo, no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro de São Lourenço do Oeste/SC, a partir do dia 13 de setembro 2019, assim determinando a ordem a ser seguida para a seleção dos candidatos.

7. DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

7.1. A partir da divulgação da classificação, o candidato poderá apresentar pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, até às 11 horas do dia 17 de setembro de 2019, junto à Comissão do Processo Seletivo, na sede administrativa da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 703, Centro, neste Município de São Lourenço do Oeste/SC, por meio de requerimento.

7.2. Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será divulgado, a partir do dia 19 de setembro de 2019, por meio de Edital, publicado no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br, no Diário Oficial dos Municípios: www.diariomunicipal.sc.gov.br e, a título meramente informativo, no Mural do Centro Administrativo Municipal, sito a Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro de São Lourenço do Oeste/SC.

8. ACEITAÇÃO DAS NORMAS DESTE EDITAL

8.1. A entrega da documentação e o recebimento do protocolo caracterizarão o conhecimento e a aceitação, pelo candidato, de todos os prazos e normas estabelecidos pelo presente Edital.

8.2. O candidato que fizer declaração falsa ou inexata ou que não satisfizer às condições exigidas será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

8.3. A habilitação e/ou a classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura ao candidato o direito de ser convocado, pois a convocação será realizada dentro do interesse e necessidade da Administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

8.4. A convocação se formalizará através de instrumento próprio, de acordo com as normas do Programa Mais Alfabetização.

8.5. A não aceitação, pelo candidato classificado, da vaga disposta ou a não disponibilidade para a vaga apresentada, resultará na sua recusa ao Programa, e conseqüentemente, sua exclusão da relação de classificados e a convocação imediata do candidato subsequente.

8.6. O candidato classificado prestará serviço voluntário, sendo ressarcido apenas com ajuda de custo prevista no item 3.4 deste Edital, devendo assinar termo de adesão e compromisso de voluntário no ato da aceitação da vaga.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 06/2019)

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER VOLUNTARIADO DE ASSISTENTE DE ALFABETIZAÇÃO DO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 06/2019

Número Inscrição: (uso da Secretaria de Educação)	
Nome:	
CPF:	
RG:	
Data de Nascimento:	
Nome do pai:	
Nome da Mãe:	
Nacionalidade:	
Estado Civil:	
Grau de Instrução:	
Observação:	Ensino Médio: Graduação: Pós-Graduação:
E-mail:	
Endereço:	
Bairro:	
Cidade:	
Telefone1:	
Telefone 2:	

Declaro conhecer as disposições do Edital de Processo Seletivo nº 06/2019
São Lourenço do Oeste – SC ____/_____/2019.

Assinatura do candidato Assinatura do funcionário

PORTARIA Nº 1.073, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138037

PORTARIA Nº 1.073, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal e com base no artigo 8º da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, Progressão por nova titulação, ao servidor público municipal MARCIO PIACESKI, ocupante do cargo efetivo de Professor de Geografia, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, matrícula nº 3659/01, passando o mesmo do nível de graduação (1A-1) para o nível de Pós-Graduação (2A-1), a partir de 02 de setembro de 2019.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em:
____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1.075, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138345

PORTARIA Nº 1.075, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Designa servidores públicos municipais para análise de viabilidade da implantação do serviço de guincho no município de São Lourenço do Oeste.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e, nos termos da Lei Complementar nº 208, de 20 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para comporem a Comissão para Análise de Viabilidade da Implantação do Serviço de Guincho no município de São Lourenço do Oeste/SC:

I - Zonir Rampanelli Júnior, servidor público municipal, ocupante do cargo de Diretor de Administração Urbana, matrícula nº 3443/02.

II - Ângela Beux, servidora pública municipal, ocupante do cargo de Engenheira Civil, matrícula nº 1810/02;

III - Diogo Suttilli, servidor público municipal, ocupante do cargo de Gerente de Serviços Urbanos e Meio Ambiente, matrícula nº 3005/01;

IV - Jair Carlos dos Santos, servidor público municipal, ocupante do cargo de Diretor de Trânsito, matrícula nº 3640/01;

V - Edson Ari Piletti, servidor público municipal, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 1943/01;

Parágrafo único. Os membros da Comissão para Análise de Viabilidade da Implantação do Serviço de Guincho no município de São Lourenço do Oeste/SC nomearão entre seus representantes, um Presidente e um Secretário, visando a melhor organização dos trabalhos.

Art. 2º Por se tratar de serviço relevante ao Município, os servidores públicos municipais designados no art. 1º desta Portaria não receberão remuneração pelos serviços realizados.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 856, de 17 de setembro de 2018.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1.076, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138428

PORTARIA Nº 1.076, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX, do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º Revogar, Portaria nº 859 de 02 de julho de 2019, que instituiu Regime Individual de trabalho a Servidora Pública Municipal IVONETE DA SILVA FREITAS.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 1074, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138437

PORTARIA Nº 1074, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Altera a Portaria nº 958 de 24 de julho de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º da Portaria nº 958 de 24 de julho de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Prorrogar a Portaria nº 699 de 24 de maio de 2019, que concedeu licença maternidade a servidora municipal, ERITA INÊS BECK, ocupante do cargo de Professor Habilitado - ACT, matrícula nº 1876/11, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 18 de setembro a 16 de novembro de 2019.”

Art. 2º As demais disposições da Portaria nº 958 de 24 de julho de 2019, permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de agosto de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

RESOLUÇÃO Nº 002/2019, DE 22 DE AGOSTO DE 2019 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2138456

RESOLUÇÃO Nº 002/2019 – DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Aprova o “Relatório Trimestral de Gestão”, do Município de São Lourenço do Oeste.

O Conselho Municipal de Saúde de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei 8080/90, e Lei Municipal nº 1.320 de 13 de maio de 2001, através de seu Presidente eleito Jivago Albuquerque,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o “Relatório Trimestral de Gestão – Período de março a maio de 2019” o qual apresenta demonstrativos orçamentário e despesas com saúde, conforme ATA 005/2019 deliberado em reunião extraordinária, juntamente com os membros do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 22 de Agosto de 2019.

JIVAGO ALBUQUERQUE
Presidente do Conselho Municipal de Saúde – CMS

CÂMARA MUNICIPAL**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019**

Publicação Nº 2138656

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 001/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 001/2019

01. PREÂMBULO

1.1 - A CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ sob o n. 01.679.363/0001-68, com sede na Rua Duque de Caxias, 522, centro, na cidade de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. Alexandro Ferrari, portador do CPF n. 085.793.449-05, brasileiro, solteiro, residente na cidade e município de São Lourenço do Oeste, (SC), comunica que está promovendo o Processo Licitatório n. 001/2019, na Modalidade Dispensa de Licitação 002/2019, conforme dispõe a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação vigente pertinente à matéria.

02. OBJETO

02.1 - Contratação de pacote de serviços incluindo: passagens aéreas, transfer's, hospedagem em hotel e alimentação para as nove vereadoras mirins para participação no X Encontro Estadual de Câmaras Mirins nos dias 18 de setembro, na cidade de Florianópolis - SC, conforme cronograma Anexo.

03. CAUSA ENSEJADORA E FUNDAMENTO LEGAL

03.1 - Em razão de levantamento orçamentário feito junto a empresas (agências de viagens) onde se apurou valores dos serviços que se pretendem contratar, constatou-se que o orçamento apresentado pela proponente abaixo descrita está dentro dos parâmetros de preços de mercado, e ainda, que a mesma já prestou tais serviços a Câmara Municipal atendendo plenamente as necessidades, e que, os valores se encontram dentro daqueles que ensejam a dispensa de procedimento licitatório nos termos expostos na Lei Federal 8.666/93, caracterizando assim dispensa da realização de procedimento licitatório, em especial pelo valor ora a ser contratado.

04. RAZÃO DA ESCOLHA

04.1 - A empresa possui larga experiência na realização de tais serviços, tendo sido já contratada em outras oportunidades, e os valores propostos estão dentro dos parâmetros de mercado, ou seja, praticados por outras empresas do gênero, inclusive com preços menores, mantendo-se a qualidade na execução dos serviços.

05. JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO

05.1 - Os valores apresentados seguem os preços praticados pelo mercado, conforme levantamento apurado junto a empresas do gênero, bem como com aqueles anteriormente contratados pela Câmara Municipal de Vereadores.

06. EMPRESAS CONTRATADAS E VALORES

06.1 - Objeto: pacote de serviços incluindo: passagens aéreas, transfer's, hospedagem em hotel e alimentação para os nove vereadores mirins para participação no X Encontro Estadual de Câmaras Mirins no dia 18 de setembro, na cidade de Florianópolis - SC, conforme cronograma Anexo.

Contratada: ZENILDA FÁTIMA MENEZES FOLLMANN, com endereço na Av. Brasil, nº 607, centro, município de São Lourenço do Oeste, Estado de SC, inscrita no CNPJ sob nº 27.078.267/0001-58, inscrição estadual isenta.

Valor: R\$ 9.315,00 (nove mil e trezentos e quinze reais).

07. VIGÊNCIA

07.1 - O contrato celebrado terá vigência de 27/08/2019 a 31/12/2019.

08. EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

08.1 - Para a contratação são exigidos os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de quitação de tributos e contribuições federais administrados pela Secretaria da Receita Federal);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente; ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de regularidade relativa a débitos trabalhistas (CNDT);
- h) Declaração de que a contratada não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666, de 21 de junho de 1993.

09. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

09.1 - As despesas decorrentes dos contratos celebrados correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 01.031.4501.2.001 - elemento de despesas 3.3.3.90.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de agosto de 2019.

Alexandro Ferrari

Presidente da Câmara de Vereadores

ANEXO ÚNICO

Processo Licitatório n. 001/2019

Dispensa de Licitação n. 001/2019

Cronograma de viagem/eventos

No dia 17 de setembro de 2019, transferir pela manhã até o aeroporto de Chapecó para embarque em voo à tarde com destino a Florianópolis;

- almoço;
- check in no hotel final da tarde;
- noite livre;
- jantar.

No dia 18 de setembro de 2019:

- das 08h às 17h participação no X Encontro Estadual de Câmaras Mirins, na Assembleia Legislativa (por conta da comitiva);
- noite livre;
- jantar.

No dia 19 de setembro de 2019:

- 08h check out no hotel;
- citytur/cultural (programação a ser organizada/confirmada), com cerca de 70 km, estendendo-se até às 11h;
- almoço;
- transfer até o aeroporto;
- logo início da tarde embarque em voo para Chapecó e na sequência transfer até São Lourenço do Oeste.

São Lourenço do Oeste, SC, 27 de agosto de 2019.

Alexandro Ferrari

Presidente da Câmara de Vereadores

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

07/2019 FMAS CONTRATO ADM

Publicação Nº 2138523

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 07/2019 FMAS

Contrato de Prestação de Serviço.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa TAINAN PICCININ PIRAN, pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº.770, sala, Centro, no Município de Romelândia - SC, inscrito no CNPJ sob nº. 23.561.403/0001-05, neste ato representado pelo seu proprietário Tainan Piccinin Piran, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Romelândia - SC, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital do Processo Licitatório nº. 03/2019 FMAS, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - Contratação de profissionais para ministrar oficinas de tecnologias, informática, celular, caixa eletrônico e aplicativos diversos, dentre outros, fornecidas pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos conforme quantidade e especificações a seguir.

Item	Qnt	Und	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
01	04	Mês	INSTRUTOR DE INFORMÁTICA – Profissional oficineiro de tecnologias, informática, celular, caixa eletrônico e aplicativos diversos, dentre outros. Com carga horária de 10 horas semanais, com certificado de Técnico em informática, com habilitações para trabalhar com todas as faixas etárias, com facilidade e experiência para discorrer os temas centrais do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), com experiência comprovada através de atestado de capacidade técnica emitida por pessoa jurídica de personalidade pública ou privada, na área de informática. Com disponibilidade de horário de acordo com a necessidade do CRAS e Assistência Social do Município de São Miguel da Boa Vista/SC.	R\$ 1.000,00	RS 4.000,00

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS-FINANCEIRAS

DO PREÇO

I - O preço total do(s) item(ns) adjudicado(s) é de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), perfazendo um valor mensal de R\$ 1.000,00 (Mil reais) incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

DA FORMA DE PAGAMENTO

I - O pagamento será feito pela Prefeitura, em moeda nacional, Mediante Depósito Bancário, até o 5º dia útil após a liquidação, mediante apresentação do cartão ponto e apresentação de planilha com relação e assinatura dos alunos, data, horário e tipo de serviços executados, emissão nota fiscal/fatura emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ/CPF apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CPF/CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz, notas estas atestadas pelo fiscal do contrato.

II - É obrigatório a apresentação do cartão ponto e planilha, assinada pelo fiscal do contrato, onde conste o(s) dia(s) e/ou hora(s) que o(a) contratada faltou no trabalho e/ou chegou atrasado(a), para fins de desconto, conforme cláusula Sexta deste Contrato/Ata.

DO REAJUSTAMENTO

I - Os preços apresentados não sofrerão nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio para o ano de 2019, salvo em caso de renovação onde poderão ser aplicados ao final de 12 meses, os índices médios dos últimos 12 meses do INPC.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação, correrão por conta do elemento orçamentário:

Proj/Atividade	Modalidade de aplicação.	Descrição
2.045 - Manutenção das atividades do CRAS.	33900000000000	Aplicações diretas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

I - O prazo de vigência deste Instrumento tem início em 02/09/2019 até dia 31/12/2019, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, se for do interesse de ambas as partes, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - realizar a prestação dos serviços, objeto do presente contrato, nos prazos e condições previstos conforme Edital;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III - cumprir fielmente os horários e chamados estipulados no objeto;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento do que se refere o objeto do presente contrato.

VII - Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços.

VIII - Cumprir todas as demais obrigações constantes no edital do Processo Licitatório nº. 03/2019 FMAS e neste contrato.

IX - Assumir a responsabilidade pôr todos os encargos trabalhistas, sociais, previdenciários entre outros.

X - O presente contrato não será, de nenhuma forma, fundamento para a Constituição de vínculo trabalhista com a(o) contratada(o), seus colaboradores, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

XI - Assumir todas as despesas com que se refere ao meio de transporte, estadia, e outras despesas que se fizerem necessárias para a realização dos serviços contratados.

XII - É da contratada a responsabilidade pelos danos que possam afetar o Município ou terceiros em qualquer caso, durante a execução do objeto contratado, bem como custos para reparação dos mesmos.

XIII - Se pessoa jurídica, fazer-se representar manter durante a vigência contratual, profissional habilitado, para o bom andamento do objeto do presente contrato.

XIV - Cumprir os horários de expediente, mediante certificação no relógio ponto biométrica (cartão ponto), sendo que a(s) hora(s)/o(s) dia(s) que o relógio ponto não registrar a presença do profissional será descontado dos valores, mensais, a serem pagos.

XV - Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, alimentação, hospedagem, ... e demais custos que se fizerem necessários para a execução do serviço.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

I - Fiscalizar por intermédio do Secretário da Pasta, ora nominado fiscal do contrato, conforme Decreto 031/2017, os trabalhos do(a) Contratado(a), bem como exigir, antes do pagamento, o cartão ponto e apresentação de planilha com relação e assinatura dos alunos, data, horário e tipo de serviços executados, emissão nota fiscal/fatura, atestando sobre os mesmos e as notas fiscais/faturas a comprovação dos serviços, além de aplicar as sanções cabíveis por não cumprimento total ou parcial cláusulas do Edital e do Contrato por parte do(a) Contratado(a).

II - efetuar os pagamentos à Contratada.

III - aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

IV - descontar, no pagamento do mês em curso, os dias e as horas não trabalhadas.

CLAUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

I - A contratada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

II - Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

II.I - advertência;

II.II - multas:

a) Desconto, proporcional, das horas e/ou dias não trabalhados, que deverão ser descontados no final do mês em curso;

b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) Multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor total do contrato pela recusa injustificada em assinar o termo contratual, ou por rescisão unilateral por interesse ou culpa da contratada.

d) No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

e) No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

f) O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

g) As sanções previstas inciso II.I da cláusula sexta poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.II.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSICOES GERAIS

I - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

II - Constituem motivo para rescisão do Contrato:

a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

e) A falta ao trabalho por mais de 3 dias durante o período contratual e/ou paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;

i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;

k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;

l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;

o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

III - Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.
- d) Fica fazendo parte integrante a este termo contratual o edital do processo licitatório 03/2019 FMAS.

CLAUSULA OITAVA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 27 de agosto de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	TAINAN PICCININ PIRAN CNPJ sob nº. 23.561.403/0001-05 Representante Legal	
--	---	--

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME: _____
CPF: _____ CPF: _____

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 07/2019 FMAS
Contrato de Prestação de Serviço

EXTRATO DE RESULTADO FINAL 47/2019

Publicação Nº 2138236

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 47/2019
Modalidade: Pregão Presencial
Registro de Preço

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedor para AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO, DE CONSTRUÇÃO E TELEFONIA, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DE FORMA FRACIONADA E NAS QUANTIDADES REQUERIDAS E ESTIMADAS, TENDO COMO VALIDADE 12 (DOZE) MESES A PARTIR DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO, a empresa ELTON LUIZ MADEIRA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27.666.061/0001-49, no valor total de R\$ 4.150,00, a empresa EVANDRO LUIS TRENTIN ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.947.944/0001-94 no valor total de R\$ 92.556,50, e a empresa ROQUE IGNACIO MARSCHBACHER, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.784.415/0001-10, no valor total de R\$ 76.738,00.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 28 de agosto de 2019.
VILMAR SCHMAEDECKE
Prefeito Municipal

TERMO DE CREDENCIAMENTO 05/2019 FMS -

Publicação Nº 2138438

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº05/2019 FMS
CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE LENTES E ARMAÇÕES PARA ÓCULOS DE GRAU PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC.

O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Luiz, 210, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.912.124/0001-82 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa JURANDIR WALTER HEYDT ME (RELOJOARIA E ÓTICA MINERVA), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na A.V Sul Brasil, 215, Centro, na cidade de Maravilha. - SC, inscrita no CNPJ sob nº 78.217.858/0001-08, neste ato representado por seu Proprietário, Sr. Jurandir Walter Heydt, brasileiro, do comércio, inscrito no

CPF nº 425.083.989-34, portador da Cédula de Identidade nº 1014923, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e processo de credenciamento 02/2019 FMS, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Termo de Credenciamento tem por objeto o Credenciamento de Pessoas Jurídicas para serviços de FORNECIMENTO DE LENTES E ARMAÇÕES PARA ÓCULOS DE GRAU PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC, para municípios Miguel Boa-Vistenses, conforme descrição e valores máximos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
01	ARMAÇÃO PARA ÓCULOS DE GRAU	R\$ 80,00
02	LENTE VISÃO SIMPLES	R\$80,00
03	LENTE VISÃO MULTIFOCALIS	R\$ 140,00

Parágrafo primeiro: Somente serão fornecidas lentes e armações para óculos de grau para pacientes com prescrição médica de profissional oftalmologista, a qual deverá ser anexada uma cópia junto da nota fiscal para pagamento, do contrário não serão pagos os objetos.

Parágrafo segundo: A secretaria de saúde fornecerá ao paciente que possui a prescrição médica, óculos padrão com armação e lentes nos modelos e valores indicados acima, sendo que o pagamento será efetuado diretamente a credenciada mediante a apresentação dos documentos exigidos no edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Os valores máximos que serão pagos pelo Município ao Credenciado(a) por serviço realizado, conforme informado no objeto deste termo de credenciamento, conforme disponibilidade dos recursos financeiros, sendo que estes deverão ser consultados pelo secretário da Saúde antes do encaminhamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

Os Serviços/objetos serão prestados/entregues em sede própria da Empresa Credenciada, conforme necessidade do município, e mediante Autorização da Secretaria Municipal de Saúde, sendo que para isso a empresa deverá disponibilizar de um ambiente estruturado, além de profissionais, equipamentos e materiais adequados para o fim que se destina. A credenciada deverá mensalmente emitir nota fiscal e relatório com o nome, CPF, indicação dos itens entregues, data e assinatura dos pacientes que foram beneficiados, além de prescrição médica de profissional oftalmologista que comprove que o paciente necessita de óculos de grau.

Além da documentação exigida, os credenciados poderão ser vistoriados a qualquer tempo, pela equipe designada pela administração municipal, a qual analisará e avaliará a documentação e realizará vistoria.

Fica reservada, ao município a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, prorrogar ou anular o presente Credenciamento, de acordo com seus interesses sem direito, às entidades, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação, recebendo tão somente o valor dos serviços já prestados.

CLÁUSULA QUARTA DA VIGÊNCIA:

O presente objetivo é a celebração de termo de credenciamento de natureza continuada, para realização dos serviços citados no objeto deste termo de credenciamento, tendo como vigência, da assinatura do termo de credenciamento até 31/12/2019, podendo ser renovado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes, podendo ser corrigido ao final de 12 meses pelo índice médio acumulado do INPC dos últimos 12 meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

Os valores máximos que serão pagos pelo Município ao Credenciado(a) por item, será aquele informado no objeto deste termo de credenciamento, conforme disponibilidade dos recursos financeiros, sendo que este deverão ser consultados pelo secretário da pasta antes da utilização dos serviços.

As autorizações para os fornecimentos e seus respectivos pagamentos somente serão realizados conforme disponibilidade dos recursos financeiros, sob responsabilidade do Secretário(a) Municipal de Saúde do Município de São Miguel da Boa Vista mediante:

a) Para que seja realizado o pagamento dos objetos, a Credenciada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, o relatório com documento de identificação do usuário, nome, assinatura e descritivo dos itens entregues ao paciente.

b) Emissão de Nota Fiscal;

c) - Os valores serão pagos a CREDENCIADA mensalmente até o 5º dia útil após a liquidação mediante emissão da nota fiscal, atestada pelo secretário da pasta juntamente com relatório com o nome, CPF, tipo de objeto entregue, data e assinatura do paciente, bem como a prescrição médica de profissional oftalmologista que comprove que o paciente necessita de óculos de grau. O pagamento será realizado em conta corrente em nome do Credenciado, conforme a realização dos serviços, sendo que a emissão da nota fiscal deve ser efetuada até o último dia útil do mês em curso;

d) - O preço dos serviços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 meses após o credenciamento, portanto durante a vigência do termo de credenciamento não haverá nenhum tipo de reajuste ou reequilíbrio, podendo ser prorrogado por até 60 meses quando do comum acordo entre as partes e ser corrigido ao final de 12 meses pelo índice médio acumulado do INPC dos últimos 12 meses.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA E CREDENCIANTE

I - O credenciamento caracteriza uma relação de credenciamento com expectativa/possibilidade de aquisição;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

a) O credenciamento de empresa que possua em seu quadro social ou de empregados, prestador de serviços ou servidor público contratado sob qualquer título no município CREDENCIANTE, além de pessoa(s) ocupante(s) de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargos políticos no município CREDENCIANTE sob pena de rescisão do termo de credenciamento;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

c) O fornecimento através do credenciamento de óculos/ lentes fora da especificação e valores contidos no edital, sendo que caso a empresa fornecer o município não se responsabilizará pelo pagamento.

Incumbe a administração municipal por intermédio do Secretário(a) Municipal de Saúde, ora nominado fiscal do contrato:

I – Fiscalizar o fornecimento do objeto contratado e o estabelecimento comercial, bem como atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste contrato.

II – efetuar os pagamentos à Contratada.

III – aplicar à Contratada as penalidades regulamentares em caso de necessidade.

IV – Realizar o controle do fornecimento dos óculos (armações e lentes) via sistema de regulação de acesso – SISREG ambulatorial.

Incumbe à Contratada, além de outras incluídas neste contrato:

I - realizar a prestação dos serviços, objeto do presente contrato, nos prazos e condições previstos conforme edital de credenciamento 02/2019 FMS;

II - pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

III – franquear a entrada de servidores do Município para verificação/fiscalização do estabelecimento e, principalmente, a de regularização junto aos órgãos competentes do estabelecimento;

IV - atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto do credenciamento;

V - manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI - assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o fornecimento do objeto lícito.

VII – Emitir certificado de garantia com identificação completa do paciente e da empresa executora.

VIII – Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação;

IX – Assumir todos os gastos e despesas que fizer, para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação, tais como: transportes, materiais, embalagens e demais custos que se fizerem necessários para a entrega do bem.

X – Entregar, juntamente com a nota fiscal, a prescrição médica para o uso de óculos de grau emitida por oftalmologista, relatório individualizado do paciente beneficiado com o fornecimento de armações para óculo, lentes, com nome, CPF, data inicial do pedido e final de entrega, sobre o qual deverá constar, obrigatoriamente, a assinatura do paciente.

XI- Os materiais devem ser de primeira linha e ótima qualidade.

XII – substituir sem custo para o município e o paciente, no prazo máximo de até 5 dias úteis armações/lentes que apresentar qualquer tipo de problema quando da entrega ao paciente.

XIII – juntamente com a nota fiscal, entregar termo de garantia de maneira individualizada de no mínimo 180 dias contra defeitos de fabricação para cada armação/lente fornecida.

XV – Entregar no prazo máximo de 5 dias, as armações/lentes a partir da solicitação do município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS

A fiscalização e controle de termos de credenciamento ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, ora nominado fiscal do credenciamento, a qual deve aferir as quantidades executadas, qualidade dos serviços prestados e a existência de recurso antes do encaminhamento dos usuários.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias.

2.035 – Manutenção das Atividades da Saúde Pública.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES

A credenciada que deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar/credenciar com a Administração Pública, pelo prazo de até dois anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste e das demais cominações legais.

Em caso de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento infração a qualquer cláusula deste termo de credenciamento, ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II- Multas:

II .I. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 25% (vinte e cinco por cento), por dia de atraso, sobre o valor do(s) produto(s) que não forem entregues no prazo fixado neste contrato e/ou por dia de atraso para substituição dos produtos recusados, com defeito de fabricação e/ou no atraso para fazer os reparos, consertos, ... ;

b) rescisão unilateral do contrato após o 5 dia de atraso na execução, entrega, substituição, reparos, consertos,

III- descredenciamento;

No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

As sanções previstas no inciso I da cláusula nona poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

CLÁUSULA DECIMA – DO DESCREDECIMENTO

O descredenciamento poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termo final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, por conveniência administrativa, ou após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

São Miguel da Boa Vista (SC), 23 de agosto de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

Representante Legal

JURANDIR WALTER HEYDT ME

EMPRESA CREDENCIADA

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 9.167 DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL, RECEBIMENTO EM DOAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UMA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO

Publicação Nº 2139111

DECRETO Nº 9.167/2019

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL PARA FINS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Art. 3º, inciso VIII, alínea "b" da Lei Federal 12.651/2012, Art. 124 - B, II e IV da Lei Federal 14.675/09 e,

CONSIDERANDO a necessidade de se executar uma Estação de Tratamento de Esgoto no bairro São Sebastião, na localidade conhecida como Vila Maria;

CONSIDERANDO que é de interesse público e indispensável aos moradores da localidade a feitura de uma Estação de Tratamento de Esgoto;

CONSIDERANDO o termo de doação firmado por parte do proprietário do imóvel matriculado sob o nº 35.711 junto ao CRISMO.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente, recebimento em doação e implantação de uma Estação de Tratamento de Esgoto, o seguinte imóvel:

I - A área de 200,00m², em formato aproximadamente retangular de 10,00 x 20,00 metros, dentro da área ideal de 89.851,33m² do imóvel objeto da Matrícula do Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, n. 35.711, denominada de Parte do Lote Rural Nº 61, de propriedade de Roberto Mezzomo.

Art. 2º Ficam os órgãos competentes da Administração Pública Municipal autorizados a tomar as medidas administrativas necessárias para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Passa a fazer parte do presente Decreto de Declaração de Utilidade Pública o mapa anexo.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 27 de agosto de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA

Secretária Municipal de Urbanismo

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

DECRETO 9.168 APROVA DESMEMBRAMENTO DE PROPRIEDADE DE SERGIO GILBERTO CONRAD E OUTROS

Publicação Nº 2139130

DECRETO Nº 9.168/2019

APROVA O DESMEMBRAMENTO DE PARTE DO LOTE RURAL Nº 08 E DA GLEBA Nº 02, MATRICULADOS NO CRISMO SOB Nº 37.928 E 39.709, RESPECTIVAMENTE, SITUADOS NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE SERGIO GILBERTO CONRAD E OUTROS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, e com base no Art. 3º, inciso II, alínea "b" e Art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (Lei do Parcelamento do Solo Urbano).

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de Parte do Lote Rural nº 08, com área de 60.000,00m², matriculado no CRISMO sob nº 37.928, e da Gleba nº 02, com área de 25.825,00m², matriculada no CRISMO sob nº 39.709, situados na Seção Guamerim, perímetro urbano do Município, totalizando a área de 85.825,00m², de propriedade de Gerssi Terezinha de Godoy, Neusa Juraci Tonetti, Sergio Gilberto Conrad, Cleoci Maria Neumann, Antônio Lima de Godoy, Orilho Tonetti, Ortenila Ivete Pires da Silva Conrad, Joraci Moreira da Silva Conrad, Neuri Darci Conrad e Iraci Conrad, passando de ora em diante a ter as seguintes confrontações:

I – Desmembramento

a) Gleba-A de Parte da Gleba n.º 02 e de Parte do Lote Rural n.º 08, com as respectivas áreas de 10.888,55m² e 6.276,45m² totalizando a área de 17.165,00 m², sendo 16.648,04m² edificável e 516,96m² não edificável (destinada ao alargamento da Estrada Geral para a Linha Emboaba), confrontando-se em conjunto: ao Norte em 152,47 metros, com a Gleba-B e parte Gleba-C, por linha seca; ao Leste em 121,85 metros, com a Gleba n.º 03, por linha seca; ao Sudeste em 44,31 metros, com o eixo da estrada vicinal; ao Oeste em 62,13 metros, com a gleba n.º 10, por linha seca; ao Sul em 90,78 metros; com a Gleba n.º 10 e com a Gleba n.º 01, por linha seca; Novamente ao Oeste em 98,00 metros, com a Gleba-E (de parte do mesmo Lote Rural n.º 08), por linha seca.

b) Gleba-B de Parte da Gleba n.º 02 e de Parte do Lote Rural n.º 08, com as respectivas áreas de 14.929,73m² e 2.235,27m² totalizando a área de 17.165,00 m², sendo 16.407,59m² edificável e 757,41m² não edificável (destinada ao alargamento da Estrada Geral para a Linha Emboaba), confrontando-se em conjunto: ao Norte em 112,02 metros, com parte da Gleba n.º 08-E e parte da Gleba n.º 08-F, pelo eixo da estrada vicinal; ao Leste em 147,69 metros, com a Gleba n.º 03, por linha seca; ao Sul em 10,00 metros, com a Gleba n.º 03, por linha seca; Novamente ao Leste em 4,31 metros, com a Gleba n.º 03, por linha seca; Novamente ao Sul em 131,47 metros, com parte da Gleba-A, por linha seca; ao Noroeste em 103,73 metros, com a Gleba-C, por linha seca; ao Oeste em 62,05 metros, com a Gleba-C, por linha seca.

c) Gleba-C de Parte da Gleba n.º 02 e de Parte do Lote Rural n.º 08, com as respectivas áreas de 6,72m² e 17.158,28m² totalizando a área de 17.165,00m², sendo 15.624,08m² edificável e 1.540,92m² não edificável (destinada ao alargamento da Estrada Geral para a Linha Emboaba), confrontando-se em conjunto: ao Norte em 112,02 metros, com parte da Gleba n.º 08-C, com a Gleba n.º 08-D e com parte da Gleba n.º 08-E, pelo eixo da estrada vicinal; ao Leste em 62,05 metros, com a Gleba-B, por linha seca; ao Sudeste em 103,73 metros, com a Gleba-B (de parte da mesma Gleba n.º 02 e de parte do mesmo Lote Rural n.º 08), por linha seca; ao Sul em 82,76 metros, com parte da Gleba-A e da Gleba-E, (de parte do mesmo Lote Rural n.º 08), por linha seca; ao Oeste em 152,00 metros, com a Gleba-D (de parte do mesmo Lote Rural n.º 08), por linha seca.

d) Gleba-D de Parte do Lote Rural n.º 08, com a área de 17.165,00 m², sendo 14.349,33m² edificável e 2.815,67m² não edificável (destinada ao alargamento da Estrada Geral para a Linha Emboaba), confrontando-se: ao Norte em 112,02 metros, com parte da Gleba n.º 08-C, pelo eixo da estrada vicinal; ao Leste em 152,00 metros, com a Gleba-C (de parte da Gleba n.º 02 e de parte do mesmo Lote Rural n.º 08), por linha seca; ao Sul em 111,83 metros, com a Gleba-E (de parte do mesmo Lote Rural n.º 08), por linha seca; ao Oeste em 152,00 metros, com parte do Lote Rural n.º 61, por linha seca.

e) Gleba-E de Parte do Lote Rural n.º 08, com a área de 17.165,00 m², sendo 16.183,63m² edificável e 981,37m² não edificável (destinada ao alargamento da Estrada Geral para a Linha Emboaba), confrontando-se: ao Norte em 173,59 metros, com a Gleba-D e parte da Gleba-C de parte do mesmo Lote Rural n.º 08, por linha seca; ao Leste em 98,00 metros, com a Gleba-A (de parte da Gleba n.º 02 e de parte do mesmo Lote Rural n.º 08), por linha seca; ao Sul em 173,59 metros, com a Gleba n.º 01, por linha seca; ao Oeste em 98,00 metros, com parte do Lote Rural n.º 61, por linha seca.

Art. 2º Fica a cargo dos proprietários a execução de eventuais obras para o fornecimento de água, rede de energia elétrica e outras que se fizerem necessárias e o registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 27 de agosto de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA

Secretária Municipal de Urbanismo

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

DECRETO 9.169 DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO

Publicação Nº 2139135

DECRETO Nº 9.169/2019

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARTE DO IMÓVEL MATRICULADO NO CRISMO SOB Nº 8.529, LOCALIZADO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, PARA AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES RINEU GRANSOTTO E REVOGA O DECRETO 9.164/2019, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, c/c os art. 5º, alíneas 'e' e 'h' e art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941 e,

CONSIDERANDO a necessidade de se ampliar o Parque de Exposições Rineu Granzotto.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, o seguinte imóvel:

I – Parte do Lote colonial Nº 19-A, matriculado no CRISMO sob nº 8.529, com área de 37.818,56 m², confrontando: Ao Norte: com Parte do Lote Colonial nº 28-A, e Parte do Lote Rural nº 21, do Município de São Miguel do Oeste, por linha seca; Ao Leste: com Parte do Lote Colonial nº 19, do Esporte Clube Piratini, Pedro Erlo e o Município de São Miguel do Oeste, por linha seca; Ao Sul: com Parte do Lote Rural Nº 19, de Delmir Schwambach e outros, por linha seca; Ao Oeste: com Parte do Lote Rural nº 19, de Delmir Schwambach e outros, por linha seca.

Art. 2º A declaração de Utilidade Pública objetiva a ampliação do Parque de Exposições Rineu Granzotto.

Art. 3º Ficam os órgãos competentes da Administração Pública Municipal autorizados a tomar as medidas administrativas necessárias para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 9.164/2019, de 26 de agosto de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC.

Em, 28 de agosto de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

MARLI DA ROSA

Secretária Municipal de Urbanismo

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Este Decreto foi publicado no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORTARIA 0146 FIXA O PAGAMENTO DE DIÁRIA

Publicação Nº 2139136

PORTARIA Nº 0146/2019

FIXA DIÁRIAS DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N. 6.155 DE 20 DE MAIO DE 2009.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e considerando a Lei Municipal nº 6.155/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o pagamento de meia (0,5) diária ao Senhor EVERALDO LUIZ XAVIER, em conformidade com a Lei nº 6.155 de 20 de maio de 2009, de acordo com o Roteiro de Viagem n. 0013/2019, à cidade de Frederico Westphalen - RS, tendo como partida às 06h30min do dia 26 de agosto de 2019, para tratar de assuntos do interesse do município

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 27 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0147 NOMEAÇÃO AVALIADOR STRAPASSON IMÓVEIS

Publicação Nº 2139145

PORTARIA Nº 0147/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MERCADO IMOBILIÁRIO PARA FINS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Municipal nº 7.084/2014 e Lei Municipal nº 7.099/2015, e,

CONSIDERANDO o memorando interno nº 129 do Setor de Patrimônio protocolado sob nº 7042/2019, solicitando avaliação dos imóveis matriculados no CRISMO sob nº 2.056 e 47.907;

CONSIDERANDO o memorando interno n. 019/2019 da Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, o qual solicita nomeação de avaliador representante do mercado imobiliário para compor a Comissão.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear como Perito avaliador representante do Mercado Imobiliário, para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Bens Imóveis, a empresa STRAPASSON IMÓVEIS LTDA, CRECI n. 26.293, para aferição do valor de mercado para fins de possível permuta dos seguintes imóveis:

I – Parte da Chácara nº 30-A, com área de 502,59m², já absorvida pela Rua Willy Barth, bairro São Sebastião, matriculada no CRISMO sob nº 2.056, de propriedade de Julio César Zanatta;

II – O Lote Urbano nº 12, com área de 491,11m², situado na Rua Projetada A, Loteamento Nova Casa, bairro São Sebastião, matriculado no CRISMO sob nº 47.907, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste.

Parágrafo único. Ao final dos trabalhos a empresa ora nomeada deverá emitir laudo técnico da avaliação.

Art. 2º O trabalho desempenhado pela empresa ora nomeada, será remunerado mediante pagamento do valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC
Em, 27 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess
Técnico Administrativo

PORTARIA 0148 FIXA O PAGAMENTO DE DIÁRIA

Publicação Nº 2139146

PORTARIA Nº 0148/2019

FIXA DIÁRIAS DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N. 6.155 DE 20 DE MAIO DE 2009.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e considerando a Lei Municipal nº 6.155/2009.

RESOLVE:

Art. 1º Fixar o pagamento de duas e meia (2,5) diárias ao Senhor, LUCIANO KUNTZ ENCARNAÇÃO, em conformidade com a Lei nº 6.155 de 20 de maio de 2009, de acordo com o Roteiro de Viagem n. 0014/2019, à Capital Estadual Florianópolis - SC, tendo como partida às 12h00min do dia 27 de agosto de 2019, para tratar de assuntos do interesse do município

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 27 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Mônica Spiess

Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1197/2019

Publicação Nº 2139162

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1197/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que a Constituição da República Federativa do Brasil em seu art. 40, §19 e o art. 3º da Emenda Constitucional n. 47/2005 prevê o pagamento do abono permanência ao servidor público que continuar na ativa e que tenha preenchido os requisitos para a sua aposentadoria.

CONSIDERANDO que o parecer jurídico n. 77/2014, opinou pela concessão de abono permanência ao servidor público que preencher os requisitos da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido o abono permanência, no valor equivalente ao valor da contribuição previdenciária ao Sr. FLAVIO JOSÉ DE RAMOS, servidor público municipal, com o cargo de Professor, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de agosto de 2019.

Art. 2º O presente abono permanência não se incorpora a seu vencimento.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, serão consignadas no Orçamento Municipal, em rubrica apropriada para tal fim.

Art. 4º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de agosto de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 27 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1198/2019

Publicação Nº 2139165

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1198/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º DESIGNAR, o senhor NELSON RAMOS RODRIGUES, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Esportes Comunitário, para responder pela Secretaria Municipal de Esportes, no período em que o Secretário Juliano Mauricio Siebel, estiver em gozo de férias, de 26 de agosto de 2019 até 14 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 26 de agosto de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 28 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PROC 211/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2138220

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 211/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 34/2019

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Contratação de empresa para aquisição de drone para a Polícia Militar Ambiental para fiscalização por meio de levantamentos aéreos e confecção de mapas georreferenciados, fiscalização do uso de áreas de preservação permanente, de combate a poluição, conforme Ata nº 25 do Conselho do Fundo Municipal para Reconstituição dos Bens Lesados do Município de São Miguel do Oeste/SC. Contratado: FABRICIO MEDEIROS ELETRONICA. Valor Total de R\$ 9.400,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 28 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Administração e Finanças

REVOGAR

Publicação Nº 2137976

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL
DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 44/2019

Edital Pregão Presencial nº 19/2019

O Senhor Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando que não houve participantes no referido processo licitatório, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 28 de agosto de 2019.

LEOCIR CARON
Secretário de Municipal de Saúde

SUSPENDER

Publicação Nº 2139048

EDITAL DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
Processo Licitatório nº 205/2019
Pregão Presencial nº 139/2019

CONSIDERANDO que as empresas LUQUIPS EQUIPAMENTOS E PEÇAS LTDA, W DE OLIVEIRA JÚNIOR EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS e MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA apresentaram IMPUGNAÇÕES ao Instrumento Convocatório do processo supracitado;
CONSIDERANDO a complexidade do objeto licitado, porquanto composto de diversas especificações técnicas, necessitando, assim, de análise dos pedidos pelo setor competente pela confecção do Termo de Referência;
CONSIDERANDO o prazo exíguo da Administração para a resposta dos questionamentos, porquanto a sessão pública está marcada para a data de 02/09/2019;
O Senhor Secretário Municipal de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, decide SUSPENDER o Processo licitatório, para a análise das impugnações apresentadas.

São Miguel do Oeste/SC, 28 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 009/2019

Publicação Nº 2139161



**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EDITAL Nº 009/2019**

CONSIDERANDO a necessidade temporária de contratação de pessoal e do excepcional interesse público previsto no Art. 37, inciso IX da Constituição Federal, regulamentada no âmbito municipal pela Lei nº 6.616/2012;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal no Art. 6º assevera, dentre outros, que a educação é um direito social, sendo competência comum aos municípios proporcionar seus meios de acesso;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência na educação, que não admite que as aulas sejam interrompidas por falta de educadores;

CONSIDERANDO o Art. 3º, §1º, da Lei Municipal n.6.616/2012, alterada pela lei n. 7.650/2019, o qual dispõe que na hipótese de restar frustrado o processo seletivo por ausência de interessados ou por falta de aprovados em número suficiente para atender a demanda, poderá ser realizada seleção simplificada dos candidatos por meio da análise de títulos, respeitado o prazo mínimo de inscrição de 10 (dez) dias;

CONSIDERANDO o Art. 59, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o qual dispõe que o auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

CONSIDERANDO que há servidor ocupante do cargo de Professor de Língua Inglesa em gozo de auxílio-doença;

CONSIDERANDO que não há candidatos classificados ao cargo de Professor de Língua Inglesa para serem chamados no Processo Seletivo 003/2018 e PSS 004/2019;

CONSIDERANDO que há em andamento processo seletivo n. 9/2019, na modalidade objetiva e títulos, junto à AMEOSC, com previsão de homologação em novembro de 2019;

CONSIDERANDO que até a data da homologação do processo seletivo n. 9/2019 poderão ocorrer novos afastamentos decorrentes de licenças ou afastamentos de concessão obrigatória previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais ou em Norma Federal;

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – Rua Marcílio Dias, 1199 – Centro – São Miguel do Oeste – SC – CEP: 89.900-000 – Tel: (49) 3631-2000



O Município de São Miguel do Oeste – SC realizará Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de Professor de Língua Inglesa para atuar no Município de São Miguel do Oeste.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será acompanhado pela Comissão legalmente constituída, formada pelas servidoras efetivas e estáveis: Marialice Brassiani, Técnico Administrativo, Janaine Graziela dos Santos Tiepo, Técnico Administrativo; e Inês Carla Persch Theobald, Técnico em Segurança do Trabalho. A Comissão supervisionará todas as etapas do Processo, desde a Elaboração ao Julgamento do Certame, concluindo com Relatório que apresentará ao Secretário Interino de Gestão de Pessoas e Transparência para a devida homologação após a Publicação do Resultado Final.

1.2 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito.

1.3 Os candidatos que atenderem a todas as condições exigidas neste Edital serão contratados conforme o número de vagas ou ficarão em “Cadastro de Reserva” na expectativa de abertura de novas vagas.

2. DOS CARGOS

2.1- Professor de Língua Inglesa

Cargo	Vagas	Horas	Habilitação	Remuneração
Professor de Língua Inglesa	01	40/20 h/sem	Licenciatura em Letras – Inglês.	R\$ 2.630,52 40h

2.2- Professor de Língua Inglesa não Habilitado

Cargo	Vagas	Horas	Habilitação	Remuneração
Professor de Língua Inglesa	CR	40/20	Cursando Letras – Inglês. A partir do 5º Semestre do	R\$



		h/sem	Curso	2.557,73
				40h

CR: Cadastro de Reserva

3.0 DO PROCESSO SELETIVO

3.1 REQUISITOS

3.1.1- Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, 18/04/1972;

3.1.2- Gozo dos direitos políticos;

3.1.3- Estar quite com as obrigações do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;

3.1.4- Nível de escolaridade exigido para o cargo;

3.1.5- Aptidão física e mental, salvo nos casos em que a lei determine situação adversa;

3.1.6- Não se enquadrar na vedação de acúmulo de cargos públicos (art. 37 inciso XVI da CF);

3.1.7- Não possuir condenação criminal transitada em julgado, nem responder a processo penal por crime que o incompatibilize a exercer a função pública.

4.0 DA INSCRIÇÃO

4.1- As inscrições serão gratuitas e realizadas em formulário padrão na Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência, situada na Rua Marcílio Dias, 1199 - Centro, Centro de São Miguel do Oeste.

4.2- As inscrições serão realizadas do dia 29/08/2019 ao dia 09/09/2019, das **08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min.**

4.3- A inscrição deverá ser efetuada pelo candidato ou por procurador devidamente constituído por instrumento de Procuração Pública ou Particular.

4.4- O candidato ou seu procurador deverá comparecer ao local da inscrição munidos dos documentos exigidos no item 4.5;

4.5- No ato da inscrição o candidato deverá preencher formulário padrão, com letra legível, não podendo haver rasuras e/ou emendas, nem omissão de dados nele solicitado e entregar **cópias simples** dos seguintes documentos.

- a) Documento de Identidade;
- b) CPF;
- c) Título de Eleitor;
- d) Certidão de quitação eleitoral;



- e) Alistamento militar, no caso de candidatos do sexo masculino;
- f) Inscrição no PIS/PASEP;
- g) Comprovante de residência;
- h) *Curriculum Vitae*, devidamente documentado;
- i) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;

4.7- Deverão constar no *Curriculum Vitae*, as informações relativas a dados pessoais, documentação, escolaridade, experiência profissional, qualificação profissional e exigências inerentes do cargo. As informações prestadas no *Curriculum Vitae* serão de inteira responsabilidade do candidato que deverá fazê-las de forma correta e legível com a comprovação das informações prestadas através de documento comprobatório

4.8 – Nenhum documento poderá ser apresentado após a inscrição;

4.9- Os documentos apresentados deverão estar no vernáculo;

4.10- A inscrição obriga o candidato a aceitar plena e integralmente as condições determinadas neste edital e legislação vigente;

4.11- Feita a inscrição não será permitida, em hipótese alguma, a sua alteração.

4.12- Será automaticamente eliminado do processo seletivo simplificado o candidato que não apresentar, na inscrição, os documentos exigidos para o cargo.

5.0 DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

5.1- O Processo Seletivo será constituído da análise da qualificação profissional e tempo de experiência, realizada por Comissão constituída para este fim.

5.2-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS HABILITADOS

5.2.1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

I- Doutorado; 3,0 (três pontos);

II- Mestrado; 2,5 (dois pontos e meio);

III- Pós Graduação; 2,0 (dois pontos);

IV- Graduação; 1,5 (um ponto e meio).

Paragrafo Único- Será utilizado para critérios de qualificação profissional a maior titulação no caso dos incisos I, II, III e IV.

5.2.2- TEMPO DE EXPERIÊNCIA

5.2.2.1 - Será considerado para fins de pontuação o efetivo exercício na área de educação, atuando como Professor de Matemática. Valendo 1,0 (um ponto) a cada seis meses de efetivo exercício limitado a 5,0 (cinco pontos), devendo ser comprovado documentalmente o período apresentado.



Paragrafo Único- Os candidatos serão classificados pela ordem da soma da qualificação profissional e tempo de experiência.

5.3-CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS NÃO HABILITADOS

5.3.1 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

I- Graduação; 2,0 (dois pontos);

II- Ensino Médio; 1,0 (um ponto).

Paragrafo Único- Será utilizado para critérios de qualificação profissional a maior titulação no caso dos incisos I, II.

5.3.2- TEMPO DE EXPERIÊNCIA

5.3.3.1 - Será considerado para fins de pontuação o efetivo exercício na área de educação, atuando como Professor de Matemática. Valendo 1,0 (um ponto) a cada seis meses de efetivo exercício limitado a 5,0 (cinco pontos), devendo ser comprovado documentalmente o período apresentado.

Paragrafo Único- Os candidatos serão classificados pela ordem da soma da qualificação profissional e tempo de experiência.

6.0 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1- O resultado provisório deste Processo Seletivo Simplificado será Publicado no dia 10 de setembro de 2019 no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.saomiguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.

6.2- Após o julgamento dos recursos interpostos contra o resultado provisório, deste Processo Seletivo Simplificado, será divulgado o resultado final, na data de 13 de setembro de 2019.

6.3- A pontuação total do candidato, utilizada para fins de classificação será o somatório da pontuação obtida na qualificação profissional e tempo de experiência, ocorrendo empate, será considerado como critério de desempate o maior tempo de atuação na área, persistindo o empate o critério para desempate será o de maior idade.

6.4- O candidato deve comprovar a qualquer tempo, quando solicitado, o atendimento a todos os requisitos e condições estabelecidos neste Edital. O candidato que não atender a este item terá sua inscrição CANCELADA, sendo ELIMINADO do Processo Seletivo Simplificado.

7.0 DO RECURSO CONTRA O RESULTADO PROVISÓRIO

7.1 - O candidato que desejar interpor recursos contra o resultado das avaliações disporá de dois dias para fazê-lo, a contar do dia subsequente ao da divulgação do resultado, e deverá



protocolar na recepção da prefeitura ou encaminhar por correio eletrônico, utilizado na inscrição do candidato, para o endereço; gestao1@saomiguel.sc.gov.br, no horário das 8 horas do primeiro dia às 17h45min do último dia.

8. DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATO

8.1- A chamada dos candidatos classificados para ocuparem as vagas, será feita pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência.

8.2- O candidato terá prazo de 48 horas, subsequente à convocação, para comparecer a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência no setor de Recursos Humanos com toda a documentação necessária à investidura do seu cargo. A não manifestação do candidato classificado no período implicará na sua eliminação do Processo Seletivo.

9. DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

9.1- Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções e exigências contidas neste Edital.

9.2- Todas as publicações oficiais referentes ao presente Processo Seletivo serão feitas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e no site www.saomiguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.

9.3- O profissional contratado terá avaliado o seu desempenho pela chefia imediata, durante o período de vigência do contrato.

9.4- A aprovação do candidato neste Processo Seletivo Simplificado não assegura a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado seguindo rigorosamente a ordem de classificação e o preenchimento das vagas disponíveis.

9.5- É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este edital que sejam publicados nos locais referidos no item 8.2 deste edital.

9.6- O prazo de validade do Processo Seletivo será de 6 (seis) meses, contado da publicação de sua homologação.

10. CRONOGRAMA DE REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	28/08/2019	Diário Oficial dos Municípios e no site www.saomiguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.



Inscrições	29/08/2019 a 09/09/2019	Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência.
Publicação do Resultado Provisório	10/09/2019	Diário Oficial dos Municípios e no site www.saomiguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
Prazo de interposição de recurso, somente em face do Resultado Preliminar	11/09/2019 a 12/09/2019	Por Correio Eletrônico gestao1@saomiguel.sc.gov.br ou protocolado na Recepção da Prefeitura.
Publicação do Resultado Final	13/09/2019	Diário Oficial dos Municípios e no site www.saomiguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.
Homologação	13/09/2019	Diário Oficial dos Municípios e no site www.saomiguel.sc.gov.br da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste.

São Miguel do Oeste, 27 de agosto de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Interino de Gestão de Pessoas e Transparência

INES CARLA PERSCH THEOBALD

Membro da Comissão

JANAINE GRAZIELA DOS SANTOS TIEPO

Membro da Comissão

MARIALICE BRASSIANI

Membro da Comissão

Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – Rua Marcílio Dias, 1199 – Centro – São Miguel do Oeste – SC – CEP: 89.900-000 – Tel: (49) 3631-2000

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 20/2019 - AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS**

Publicação Nº 2138754

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS DESTINADOS À CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME A DESCRIÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 10 de setembro de 2019.

ABERTURA: às 14h10min do mesmo dia.

Mais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, nº 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:
www.saomigueldoeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 28 de agosto de 2019.
EVERALDO DI BERTI
Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

EDITAL 01.2019 LEILÃO - CORRIGIDO

Publicação Nº 2138006

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/PMSPA/2019

O Município de São Pedro de Alcântara- SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.101/0001-09 com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01 — Centro – 88125-000 - São Pedro de Alcântara/SC, telefone (48) 3277-0122, de acordo com a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e as disposições contidas no Decreto nº 21.981/32, bem como no presente Edital e seu(s) anexo(s), sob a coordenação e condução do LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL, Enéas Carrilho de Vasconcelos Neto, registrado na JUCESC sob nº AARC — 143, CPF nº 840.612.949-20, estabelecido em Itajaí/SC, na Rua Conceição, 263 – Bairro São João - 88304-220, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade LEILÃO, tipo MAIOR LANCE, nas MODALIDADES PRESENCIAL E ON-LINE SIMULTANEAMENTE, para alienação de bens móveis inservíveis ao Município, distribuídos em lotes conforme ANEXO I do edital, mediante as seguintes condições:

PREÂMBULO

A nenhum participante do leilão é dado direito de não conhecer os termos do Edital ou da Lei 8.666/93 e alterações. "Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que a não conhece". (Decreto, Lei 4.657/42, LICCB);

A participação no certame implica na expressa aceitação do participante das disposições e condições do presente Caderno Editalício e, se vier a ofertar o maior lance, lhe impõe a obrigação de arrematar o lote no estado que se encontra, independentemente de ter exercido, ou não, o direito de vistoria prévia.

1) DATA, LOCAL E HORÁRIO

1.1) O LEILÃO SERÁ DIA 26/09/2019

1.2) HORÁRIO ÀS 10:00hs DA MANHÃ

DATA DA VISITAÇÃO: 10/09/2019 NO HORARIO DAS 08 AS 12:00 E DAS 13:00 AS 16:00 HORAS

A PLATAFORMA ELETRONICA WWW.VASCONCELOSLEILÕES.COM.BR COMEÇARÁ A RECEBER LANCES À PARTIR DO DIA 01/09/2019, PARA QUEM ESTIVER DEVIDAMENTE CADASTRADO NO SITE WWW.VASCONCELOSLEILÕES.COM.BR E CUMPRIR AS EXIGÊNCIAS DO CADASTRO. LOCAL DO LEILÃO: NO AUDITÓRIO DA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, À PRAÇA LEOPOLDO FRANCISCO KRETZER, 01.

1.3) Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização deste evento na data marcada, o leilão ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente mesmo local e horário, ou outra data conveniente a ser definida entre o Leiloeiro Público Oficial e o Comitente.

2 - DO OBJETO

2.1) O objeto do presente certame é a alienação de bens móveis considerados inservíveis, obsoletos ou anti-econômicos com as seguintes características descritas no anexo I.

3 - FORMA DO CERTAME: SIMULTÂNEO

3.1) O presente certame dar-se-á pelo Sistema Simultâneo - PRESENCIAL & ON-LINE.

3.2) Os interessados na modalidade PRESENCIAL devem se apresentar na data, local e horário, indicados no item 01 (um), supra.

3.3) Os interessados na modalidade ON LINE (internet) deverão estar devidamente habilitados e na data e horário, logados, por meio de LOGIN E SENHA, previamente disponibilizados.

3.4) A habilitação na modalidade ON-LINE dar-se-á mediante procedimentos de cadastramento no Sistema ON-LINE de lances através do site: www.arrematebem.com.br com antecedência mínima de 48h00 (Quarenta e oito horas), para exigências dos documentos para participar ON-LINE, anteriores à data e horário do leilão, mediante apresentação da documentação e atendimento aos quesitos legais.

4 - MODALIDADE ON-LINE

4.1) Dar-se-á através do site: WWW.VASCONCELOSLEILÕES.COM.BR - plataforma eletrônica baseada na rede mundial de computadores - Internet, a realizar com data e hora, todos fixados no item 01 (um).

4.2) Os lances ofertados na modalidade ON-LINE serão apresentados simultaneamente aos da modalidade PRESENCIAL, no ato do pregão, não conferindo ao proponente de lances on-line, quaisquer direitos nas seguintes hipóteses, sejam quais forem os motivos: eventual recusa do lance pelo leiloeiro oficial; quedas ou falhas no sistema; na conexão de internet; linha telefônica ou outras ocorrências, tendo em vista que tais meios são apenas facilitadores de oferta, com os riscos inerentes à ocorrência de eventuais falhas ou impossibilidades técnicas, imprevistos e intempéries.

5 - VISITAÇÃO PÚBLICA

5.1) Será permitida a visitação aos bens/lotas para avaliação e exame visual afim de que o interessado tenha pleno conhecimento e avaliação do estado atual em que o bem se encontra, sendo vedados quaisquer outros procedimentos tais como, exemplificadamente: acionamentos, retirada de peças e ou amostras.

5.2) VISITAÇÃO: Os bens objetos deste leilão estão divididos em lotes, podendo ser vistoriados e examinados pelos interessados no período compreendido: dia 10 de setembro de 2019 no horário das 08 às 12:00 e das 13:00 as 16:00 horas a 26/09/2019 até 30 (trinta) minutos antes do início do leilão, ou seja, até as 9h30min.

5.3) Os Bens encontram-se expostos no seguinte local: Garagem (Pátio) da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Pedro de Alcântara, na Rua Nossa Senhora de Fátima, s/nº – Bairro Boa Parada.

5.4) A visitação tem por objetivo a avaliação e exame visual dos lotes e será obrigatoriamente, acompanhada por servidor municipal especialmente designado pelo Município de São Pedro de Alcântara/SC, Sr. VALERIO, que pode ser contatado através do Telefone: (48) 3277-0358 ou no horário de expediente, de segunda à sexta-feira das 08:00 h às 11:30 horas e das 13:00 as 16:00 horas.

5.5) É requisito indispensável à aludida visita e vistoria prévia que o interessado apresente ao servidor designado documento de identificação pessoal oficial com foto.

5.6) A visita pública não é obrigatória, porém o interessado ao ofertar lances em determinado lote, assume integralmente o risco do ato, não podendo alegar, a qualquer tempo, desconhecimento, falta de esclarecimento ou falha no descritivo do lote sobre o estado e condições do bem ou bens que o compõem.

6 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1) Poderão participar do leilão pessoas físicas absolutamente capazes para os atos da vida civil, inscritas no Cadastro de Pessoa Física - CPF, e pessoas jurídicas de direito privado inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica — CNPJ, desde que não estejam cumprindo sanção administrativa, nos termos do art. 87, inciso II e IV da Lei de Licitações.

6.2) É expressamente vedada a participação direta ou indireta de servidores públicos do Município e da administração municipal direta e indireta.

6.3) Os interessados em participarem do presente certame poderão extrair gratuitamente cópia integral do Edital, no endereço eletrônico/link: www.vasconcelosleiloes.com.br ou na sede Municipal, ou solicitar pelo e-mail: leiloeiroeneasvasconcelos@gmail.com

6.4) Não poderão participar e, especialmente, arrematar em leilão pessoas físicas e ou jurídicas que se encontrem sob: falência; recuperação judicial ou extrajudicial, liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores; dissolução, bem como, as que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou que estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação ou impedidas de contratar, inclusive emitentes de cheques sem provisão de fundos repassados ao Leiloeiro.

6.5) Qualquer cidadão poderá acompanhar o desenvolvimento do leilão, vedada interferências de modo a perturbar ou mesmo impedir a realização dos trabalhos sob pena das sanções previstas na Lei.

6.6) Na modalidade ON-LINE, os interessados deverão ofertar lances através da internet, devendo neste caso efetuar o cadastro no site www.vasconcelosleiloes.com.br — donde se dará aceite nas condições descritas no Termo de Adesão, bem como, deverá enviar a documentação exigida em até 24 horas antes da data do Leilão. As normas para o cadastro, bem como, relação de documentos para envio, estão apresentadas no site supracitado.

6.7) Após análise do cadastro e documentação em sendo considerado o interessado apto a participar do leilão ON-LINE, o mesmo receberá via e-mail, o Login e Senha específico para este leilão, afim de que efetue e homologue seus lances nos lotes de seu interesse.

6.8) A não apresentação da documentação de HABILITAÇÃO, dentro do prazo acima estipulado impedirá o interessado de participar do leilão ficando, portanto, INABILITADO para participar nessa modalidade ON-LINE.

7 - DAS GARANTIAS: ARRAS OU SINAL

7.1) Ao arrematar um lote, o arrematante PRESENCIAL vencedor deverá, após à batida do martelo do leiloeiro, assinar o COMPROVANTE DE ARREMATACÃO, juntando a este documento de identificação oficial com foto a Ficha Cadastral dois cheques “caução” garantindo a promessa de compra, sendo um para pagamento no valor integral do lote, nominal ao Município de São Pedro de Alcântara – SC e o segundo, para pagamento da taxa de comissão, nominal ao Leiloeiro Público ou outro documento que venha a exigir o Leiloeiro Oficial.

7.2) O arrematante ON-LINE, no ato da realização de seu cadastro no sistema de lances On-line, faz e confirma sua adesão ao CONTRATO DE ADESÃO DIGITAL, bem como se submete à totalidade dos termos do edital do certame.

7.3) O lance ofertado pelo sistema ON-LINE, sendo vencedor, automaticamente confirma e consagra o arremate do lote, tornando o lance e o ato de arrematação irrevogável e irretratável e, impõe expressamente, ao arrematante a obrigação de pagar e de cumprir integralmente todo o regramento contido no caderno editalício.

7.4) O Comitente, declara ser responsável pelos bens objeto do leilão, possuindo-os livres e desembaraçados de quaisquer ônus, assumindo total responsabilidade quanto à procedência e regular situação jurídica dos bens.

8 - DO LANCE INICIAL, PREÇO MÍNIMO DE VENDA E PREÇO DE RESERVA

8.1) O lance inicial é o valor mínimo aceitável pelo Comitente para à venda do Lote.

8.2) O valor atribuído para o lance inicial está exibido no site do Leiloeiro À PARTIR DO DIA 01/09/2019.

8.3) O “valor reservado” ou “preço de reserva” não será revelado aos eventuais interessados, em nenhuma hipótese.

9 - LANCE CONDICIONAL

9.1) Quando o maior lance ofertado não atingir o “preço de reserva”, a critério do Leiloeiro Público Oficial, poderão ser aceitos lances condicionais, os quais ficarão sujeitos a posterior aprovação do Comitente.

9.2) Os lances condicionais serão válidos pelo prazo de até 02 (dois) dias úteis após a data do leilão.

9.3) Aprovado o lance condicional pelo Comitente dentro desse prazo, o arrematante estará obrigado ao pagamento do preço ofertado pelo bem, acrescido da comissão do Leiloeiro Público Oficial, tudo no prazo de 24 horas (vinte e quatro horas) subsequentes.

9.4) Caso o Comitente não aprove o valor ofertado ou não se manifeste neste prazo, o lance será desconsiderado, não sendo devido qualquer direito ou valor ao proponente/arrematante.

10 - DOS LANCES

10.1) Os participantes do Leilão PRESENCIAL deverão proferir seus lances verbalmente, a partir do valor mínimo de avaliação estabelecido no ANEXO I deste edital, considerando-se vencedor o licitante que houver feito o maior lance aceito pelo LEILOEIRO, concomitantemente com o Leilão ON-LINE.

10.2) Os participantes do Leilão ON-LINE deverão proferir seus lances através do site www.vasconcelosleiloes.com.br, a partir do valor mínimo de avaliação estabelecido no ANEXO I deste edital, obedecendo à sequência previamente descrita no ANEXO I do Edital, a qual, também, estará disponível sua ordem no site/sistema e simultaneamente com o Leilão PRESENCIAL.

10.3) O leilão acontecerá simultaneamente nas modalidades PRESENCIAL e ON-LINE, na data e horário descrito no item 01 (um), sendo concedido tempo suficiente para os lances das duas modalidades, os quais serão rigorosamente controlados pelo cronômetro gerenciador de tempo do sistema do site, de modo a possibilitar aos interessados habilitados no leilão ON-LINE a efetuarem seus lances em igualdade de condições com os participantes presenciais.

10.4) Os lances dados e confirmados serão, sempre, irrevogáveis e irretratáveis.

10.5) Assim, por nenhuma hipótese ou pretexto serão cancelados, e se vencedores, geram obrigação contratual de pagar e cumprir as demais disposições editalícias.

10.6) Sendo vencedor o arrematante ON-LINE, este automaticamente receberá via e-mail a FICHA DE ARREMATACÃO, donde estará

descrito o lote, o valor integral do bem arrematado, valor da comissão do leiloeiro e dados bancários do Comitente e do leiloeiro para depósito ou transferência bancária dos valores.

10.7) Sendo vencedor o arrematante PRESENCIAL este deverá cumprir as disposições contidas no item 6.1, supra.

10.8) O leiloeiro, afim de racionalizar os trabalhos, estabelece diferença mínima, entre um lance e outro no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para sucessão dos lances. Podendo ainda o Leiloeiro definir outros valores durante o pregão, afim de ampliar a competição e estimular os lances.

10.9) Poderá o Leiloeiro por necessidade de ocasião ou afim de ampliar a competição e estimular os lances, alternar a sequência dos lotes, agrupamento de lotes, exclusão total ou parcial, realizando a notificação aos arrematantes ON-LINE via mensagens do sistema, e verbalmente aos arrematantes PRESENCIAIS, sem que caiba qualquer reclamação ou interpelação judicial contra o Leiloeiro.

10.10) Na sucessão de lances, a diferença não poderá ser inferior ao que for determinado pelo Leiloeiro antes do início do leilão.

10.11) O lance que não for sucedido de outro de maior valor, será considerado vencedor, cabendo ao leiloeiro oficial, assim declará-lo.

10.12) A manutenção e o intervalo dos lances ficarão a critério do Leiloeiro Oficial.

10.13) Após a arrematação consumada com a batida do martelo ao zerar do cronômetro gerenciador de tempo do sistema/site, sob nenhuma hipótese ou pretexto será aceita a desistência dos arrematantes quanto aos lotes arrematados e confirmados.

10.14) Não havendo ofertas aos bens apregoados, por serem estes considerados preços acima dos praticados no mercado, ou supervalorização dos bens, a Comissão de Leilão do Município de São Pedro de Alcântara - SC poderá, ao final do leilão, estudar a possibilidade de aceitar ofertas dos arrematantes aos bens que não obtiveram lances após serem apregoados por duas vezes, desde já fica autorizado o descarte daquelas consideradas preço vil. Nestes casos, deverá ser obtida, também, a anuência do Município de São Pedro de Alcântara - SC, que se reserva no direito de aceitar ou rejeitar total ou parcialmente as propostas apresentadas, ou ainda revogar esta licitação, de acordo com o Artigo 49 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

11 - DAS CONDIÇÕES DE ARREMATAÇÃO E PAGAMENTO

11.1) Os bens serão vendidos à VISTA nos moldes do item 11.13, no estado físico e nas condições de funcionamento em que se encontram, não cabendo ao Município de São Pedro de Alcântara - SC, nem ao LEILOEIRO, nem a qualquer outro que não seja o ARREMATANTE, quaisquer responsabilidades quanto a consertos, reparos, remoção ou providências referentes a eventuais defeitos, correndo única e exclusivamente às expensas do arrematante todo o ônus daí decorrente.

11.2) No ato da arrematação, o participante do leilão presencial deverá apresentar obrigatoriamente, os seguintes documentos:

a) Pessoa Física: RG, CPF, comprovante de residência e, quando for o caso, procuração com firma reconhecida por verdadeira ou Instrumento Público de Procuração outorgada pela Pessoa Física/Licitante.

b) Pessoa Jurídica: Contrato Social e alterações, CNPJ, Inscrição Estadual, RG e CPF do(s) representante(s), juntamente, conforme o caso, com procuração outorgada na forma do contrato/estatuto social, com firma reconhecida por verdadeira ou Instrumento Público de Procuração ou cópia do ato de designação autenticado em cartório.

11.3) Os documentos explicitados no item anterior poderão ser exibidos no original ou mediante cópia integral, legível em boa forma, autenticada em cartório.

11.4) Os valores de lances vencedores são para pagamento à VISTA e não são passíveis de devolução, portanto, não se aceita desistência da compra, questionamento sobre os termos do edital ou outras da espécie que visem o desfazimento do negócio jurídico, sendo que o arrematante ao participar deste leilão, já aceita implicitamente as NORMAS DESTA EDITAL.

11.5) As formas de pagamento referente ao VALOR INTEGRAL DA ARREMATAÇÃO dos lotes dar-se-á em moeda corrente nacional por meio de depósito bancário ou via DOC/TED MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Banco do Brasil Agência 1992-5 Conta Corrente: 551700-1 (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE), OS VEICULOS SPRINTER 2008, PLACA MET 9294, E, CHERY CELER 1.5, PLACA: MLU-1859, DEVERÃO SEUS VALORES SEREM DEPOSITADOS NESTA CONTA, ou boleto bancário ao favorecido Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara - SC CNPJ 08.971.900/0001-98.

OS VEICULOS PAMPA, PLACA: LWY-6637, FORD RANGER, PLACA: MBN-1242, HONDA TITAN, PLACA: MAC-3772 E A PATROLA CATERPILAR 120 H DIESEL DEVERÃO SER DEPOSITADOS NESTA CONTA: Banco do Brasil, agência: 1992-5 Conta Corrente: 7346-6. MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA – CNPJ 01.613.101/0001-09.

OS VEICULOS HYUNDAI H100, DIESEL, PLACA: MEG-4702 E HYUNDAI H100, DIESEL, PLACA: MEG-2072, DEVERÃO OS LANCES SEREM DEPOSITADAS NESTA CONTA. BANCO DO BRASIL – AGÊNCIA: 1992-5 – CONTA CORRENTE: 10295-4 MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - CNPJ 01.613.101/0001-09.

11.6) Sobre os valores de cada lote arrematado incidirão 5% (cinco por cento), referente à comissão do leiloeiro (decreto-lei nº 21.981/32 e decreto nº 22 427/33), a qual será creditada em nome do favorecido Enéas Carrilho de Vasconcelos Neto, CPF nº 840.612.949-20, que deverá ser pago em dinheiro ou como o Leiloeiro determinar, após o leilão, que deverá, se necessário for, enviar comprovante para o email: leiloeiroeneasvasconcelos@gmail.com

11.7) Os arrematantes vencedores tanto PRESENCIAIS quanto ON-LINE, devem remeter cópia do comprovante de depósito ou transferência bancária para os e-mails leiloeiroeneasvasconcelos@gmail.com; contabilidade@pmspa.sc.gov.br ou administracao@pmspa.sc.gov.br, sendo em todos os casos sujeitos a verificação e confirmação do pagamento.

11.8) Caso o arrematante não honre e não cumpra com os pagamentos supra referidos na forma e no prazo fixado, ficará sujeito as sanções previstas nos artigos 81, 93 e 95 da Lei 8.666/93 e 335 do Decreto-Lei 2.848/40, e as Leis Penais e suas respectivas multas penais e processo cabível.

11.9) Os lotes somente serão liberados para os arrematantes após a compensação dos créditos em nome do COMITENTE e do LEILOEIRO OFICIAL.

11.10) Não serão aceitos cheques em nenhuma hipótese.

11.11) As alíquotas do ICMS são determinadas segundo a essencialidade dos produtos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, art. 155, 8º, I, Assim, nas operações internas e nas interestaduais para destinatário não contribuinte do imposto, aplicam-se as alíquotas, de acordo com o produto, fixadas pelo RICMS-SC/2001. Entretanto, no caso de operações interestaduais destinadas a contribuintes, aplicam-se as alíquotas de acordo com o Estado de destino das mercadorias. (Constituição Federal de 1988, art. 155, 8º, III; RICMS-SC/2001, arts. 26 e 27), as expensas do ARREMATANTE.

11.12) O Município de São Pedro de Alcântara - SC, nada pagará ao LEILOEIRO OFICIAL.

11.13) Os bens objeto do presente leilão, serão arrematados pelo MAIOR LANCE oferecido à vista, assim sendo, não são admitidos quaisquer parcelamentos, sempre pagamento à vista.

11.14) Para julgamento das propostas será adotado o critério do MAIOR LANCE.

11.15) Os lances ofertados ON-LINE serão apresentados simultaneamente em leilão, no ato do pregão, não conferindo ao proponente de lances on-line, quaisquer direitos nas seguintes hipóteses, sejam quais forem os motivos: eventual recusa do lance pelo Leiloeiro Oficial; quedas ou falhas no sistema, na conexão de internet, linha telefônica ou outras ocorrências, tendo em vista que tais meios são apenas facilitadores de oferta, com os riscos inerentes à ocorrência de eventuais falhas ou impossibilidades técnicas, imprevisões e intempéries.

11.16) Após a arrematação consumada com a batida do martelo, ao zerar do cronômetro gerenciador de tempo do sistema site, sob nenhuma hipótese ou pretexto será aceita a desistência dos arrematantes quanto aos lotes arrematados, previstas no art. 171 do CPP e caracteriza o ato como fraude em licitação pública, nos moldes do art. 93 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.17) A devolução do cheque do emitente, pelo banco sacado, seja por falta de fundos, divergência nas assinaturas, contra ordem de pagamento, rasura, ou quaisquer alíneas passíveis de devolução bancária, configura falta de pagamento e sujeitará o ARREMATANTE às penalidades previstas no art. 171 do CPP e caracteriza o ato como fraude em licitação pública, nos moldes do art. 93 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.18) Poderá o Município de São Pedro de Alcântara, se achar necessário inserir ou excluir lotes até 5 (cinco) dias corridos antes do LEILÃO, que será no dia 26/09/2019.

12) DA ENTREGA DOS BENS

12.1) A retirada do bem, desde que devidamente comprovada sua quitação, por parte do COMITENTE e do LEILOEIRO, será realizada em data previamente, acertadas (agendamento) entre o Município de São Pedro de Alcântara por meio do Departamento de Patrimônio com Isolene Bernadete Hoffmann, (48) 3277-0122 ou e-mail administracao@pmspa.sc.gov.br e o ARREMATANTE, na forma estabelecida no Edital.

12.2) Confirmado o agendamento o arrematante deverá comparecer no local indicado onde encontra-se o lote, munido(s): da Nota de Venda em Leilão; comprovantes de pagamentos, documentos de identificação pessoal com foto e; procuração pública, quando for o caso, para retirar a Ordem de Liberação para a retirada do bem/lote arrematado.

12.3) Não cabe ao Leiloeiro Público Oficial nenhuma responsabilidade e ou quaisquer ação, informação ou aviso, relacionado com agendamento, retirada ou entrega de bens.

12.4) Os lotes de veículos somente serão liberados após a emissão do protocolo de transferência de propriedade junto ao DETRAN-SC. Não se aceitará em hipótese nenhuma, carregar ou levar o veículo sem transferir o veículo para o nome do Arrematante.

12.5) O Comitente não tem qualquer responsabilidade ou autonomia quanto a questões pertinentes às informações documentais de registro dos lotes de automotores, portanto, mudanças de categorias/espécie tipo dos veículos deverão seguir as normas e regulamentações da Lei nº 9.503/97 (CTB), sendo a consulta e regularização de inteira responsabilidade do arrematante.

12.6) É vedada a entrega de bens arrematados a terceiros, salvo com apresentação de instrumento procuratório lavrado em Tabelionato de Notas com poderes específicos.

12.7) Os serviços necessários à retirada dos lotes arrematados serão realizados pelos arrematantes, sob a fiscalização do Município de São Pedro de Alcântara - SC, ou servidor por ele designado e correrão todos por conta e risco dos arrematantes.

12.8) É proibido ao arrematante ceder, permutar, vender, ou de qualquer forma negociar o(s) lote(s) que houver arrematado, antes do pagamento e emissão da(s) nota(s) de venda, de modo que não haverá, em hipótese alguma, substituição dessas notas.

12.9) Os arrematantes devem providenciar a retirada dos bens em seu local de guarda no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da emissão da Nota de Venda em Leilão.

12.10) Findo esse prazo, o arrematante incorrerá em multa diária no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor do bem arrematado, até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

12.11) Ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias, permanecendo os bens no local de guarda, a arrematação será cancelada e o bem reverterá ao patrimônio do Comitente, sem que caiba ao arrematante direito à restituição dos valores pagos ao Comitente e ao Leiloeiro.

12.13) Ao não retirar o bem nos prazos estipulados ocasionará além da perda dos valores pagos (Comitente e Leiloeiro) sujeitará o arrematante às penalidades previstas nos arts. 335 e 345 do CPP e; arts. 93 e 95 da Lei 8.666/93.

12.14) No ato da retirada, o Arrematante deverá providenciar as suas despesas os meios e a mão-de-obra própria ou de terceiros, bem como, fornecer-lhes os equipamentos de proteção e segurança individuais (EPI's) necessários e exigidos na forma da lei, para este carregamento, cabendo em todos os casos unicamente ao arrematante a responsabilidade civil e criminal quanto à integridade física, segurança e por todos os atos dos envolvidos neste procedimento, dentro da área de armazenamento ou do perímetro do imóvel do Comitente.

12.15) Não serão permitidos desmontes, reparos, transformações ou retiradas parciais de componentes dos bens que compõem os lotes arrematados, enquanto os mesmos ainda estiverem no local de armazenamento do Município de São Pedro de Alcântara - SC, devendo os mesmos ser removidos totalmente no estado em que se encontram.

12.16) Os veículos cuja documentação se encontre irregular ou que não reúnam condições de transitar, deverão ser removidos através de veículo próprio para transporte ou rebocador a expensas do arrematante e não poderão ser utilizados até regularização, auferindo-se a mesma regra para veículos sucateados.

12.17) O transporte dos bens arrematados, assim como as despesas com a retirada, carregamento, frete, seguro, etc., correrão por conta e risco do arrematante. O Município de São Pedro de Alcântara- SC e o LEILOEIRO OFICIAL não se responsabilizam por acidentes no ato da retirada dos bens arrematados.

13 - DAS PROVIDÊNCIAS JUNTO AO DETRAN

13.1) Caberá ao Município de São Pedro de Alcântara - SC encaminhar ao DETRAN, cópias autenticadas dos comprovantes de transferência de propriedade, devidamente assinados e datados, com vistas ao atendimento do disposto no art. 134 da Lei nº 9.503/97.

13.1) Caberá ao Município de São Pedro de Alcântara - SC, realizar a comunicação de venda junto ao DETRAN - SC.

13.2) Obriga-se O ARREMATANTE as suas expensas, proceder à transferência de propriedade junto ao DETRAN, no prazo máximo de 30 dias a contar da data de assinatura do recibo de compra e venda do veículo.

13.3) Antes da retirada do veículo é de integral responsabilidade do ARREMATANTE remover qualquer elemento, logomarca, adesivos, pinturas ou numeração de patrimônio que identifique o veículo ou bem como propriedade do Município de São Pedro de Alcântara - SC.

14 - DAS PENALIDADES

14.1) Todo aquele que impedir, perturbar, fraudar, afastar ou procurar afastar arrematantes por oferecimentos de vantagens ou qualquer outro meio ilícito, estará sujeito às sanções previstas nos arts. 93 a 95 da Lei nº 8.666/93.

14.2) Em nenhuma hipótese e sob qualquer alegação serão aceitos cancelamentos, desistências ou devoluções dos lotes arrematados, seja pelo LEILÃO ON LINE seja pelo LEILÃO PRESENCIAL.

14.3) Se após a arrematação na hasta pública o ARREMATANTE não efetivar o pagamento, arcará com uma multa penitencial no valor de 30% (trinta por cento) do valor de sua oferta.

14.4) A falta de pagamento do valor de arrematação sujeita o arrematante, além da multa estabelecida, às sanções administrativas, indicadas nos incisos III e IV, do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a saber:

1. Suspensão temporária de participação em Licitação, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

1. Declaração de inidoneidade para licitar enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir ao Município de São Pedro de Alcântara - SC ou ao LEILOEIRO pelos prejuízos resultantes, e outras penalidades.

14.5) A participação no certame com o oferecimento de lances, seja na modalidade PRESENCIAL, seja na modalidade ON LINE, o participante reconhece e aceita a íntegra deste Edital, dá por boa, firme e valiosa a oferta apresentada e ciência expressa das demais despesas, eventuais multas penitenciais, tudo como líquido, certo e exigível, autorizando expressamente a emissão de boleto bancário e ordem para eventual protesto, independentemente de acionamento extrajudicial ou judicial.

14.6) As sanções previstas no subitem 13.3 são, também, aplicáveis aos licitantes que se envolvam na prática de atos ilícitos, nocivos ao Leilão, conforme art. 335 da Lei nº 2.848/40 (CPP).

15 - DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

15.1) Quaisquer pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações ao presente Edital poderão ser interpostos, por escrito, junto ao Setor de Licitações do Município de São Pedro de Alcântara - SC, devendo ser protocolados no mesmo setor, dirigidos ao Presidente da Comissão de Licitações, com cópia para o LEILOEIRO OFICIAL.

15.2) Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido, junto ao Município de São Pedro de Alcântara - SC, até 05(cinco) dias úteis antes da data fixada para o evento, conforme previsto no §1º, art. 41, da Lei 8.666/93.

15.3) Observado o disposto no artigo 109 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, o licitante poderá apresentar recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de julgamento das propostas/lances, anulação ou revogação do Leilão objetivado pelo presente edital.

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1) Em razão de conveniência o Município de São Pedro de Alcântara - SC poderá adiar ou revogar o presente Edital, no todo ou em parte, modificar as condições nele estabelecidas ou mesmo, por motivos justificados, retirar do leilão qualquer um dos bens ou lotes descritos neste Edital, sem que aos interessados caiba indenização ou reclamação de qualquer natureza.

16.2) A participação no leilão implica no conhecimento e aceitação tácita, por parte dos participantes das exigências e condições estabelecidas no presente edital.

16.3) Informações adicionais relativas ao Pregão serão prestadas pelo Leiloeiro Oficial Enéas Carrilho de Vasconcelos Neto, em horário comercial através dos telefones (47) 99621-4430 inclusive whatsapp ou pelo e-mail: leiloeiroeneasvasconcelos@gmail.com

16.4) Faz parte integrante deste edital o memorial descritivo dos lotes e dos bens a serem leiloados — ANEXO I.

16.5) Os arrematantes receberão os bens no estado físico e de conservação em que se encontram, sendo por conta dos mesmos toda e qualquer despesa inerente à remoção, à formalização da transferência de propriedade e demais despesas inerentes à espécie como empacotamento, fretes e outras julgadas necessárias e pertinentes.

16.6) Os bens descritos nesse Edital são alienados no estado e condições de funcionamento em que se encontram, pressupondo-se, de forma absoluta, que foram visitados, examinados e vistoriados previamente pelos licitantes, que não poderão alegar desconhecimento quanto ao estado de conservação dos mesmos, não cabendo quaisquer reclamações posteriores à arrematação, quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, nem tampouco abatimento de preço, pedido de restituição de valores ou pretender a devolução dos bens.

16.7) As características dos bens e, não obstante, o estado em que se encontram, estão descritos no ANEXO I deste edital, devendo o participante conferir e vistoriar, vedando-se a apresentação reclamações posteriores ao leilão.

16.8) A descrição dos lotes se sujeita às correções, apregoadas no momento do leilão, para cobertura de omissões ou eliminação de distorções acaso verificadas.

16.9) Encerrado o Leilão, será lavrado os relatórios no qual constarão os lotes vendidos com a correspondente identificação dos arrematantes, servindo como documento hábil à prestação de contas junto ao Comitente.

16.10) Após a comprovação do pagamento, o Comitente efetuará a transferência efetiva ao arrematante, entregando a este toda a documentação necessária e pertinente ao lote adquirido, não cabendo ao Leiloeiro Público Oficial quaisquer responsabilidades sobre estas ações.

16.11) Os atos de adjudicação e homologação serão praticados nos termos da Lei nº 8.666/93, cabendo ao Comitente efetivar a adjudicação de cada lote ao respectivo arrematante.

16.12) O oferecimento de lances nas modalidades PRESENCIAL ou ON-LINE, para aquisição dos bens implica no conhecimento e total aceitação de toda às condições previstas neste edital.

16.13) Onde este Edital for omissivo, prevalecerão os termos da Lei nº 8.666/93, com as alterações posteriores, independentemente de menção expressa.

16.14) O presente Edital será publicado oficialmente em mídias cabíveis de publicação e divulgação, podendo também ser visualizado e retirado no site www.vasconcelosleiloes.com.br, como também no mural de editais e site do Município de São Pedro de Alcântara - SC. www.pmspa.sc.gov.br

16.15) Demais informações poderão ser obtidas através dos telefones (47) 99621-4430, inclusive Whatsapp, do Leiloeiro), ou através do e-mail: leiloeiroeneasvasconcelos@gmail.com

16.16) Em nenhuma hipótese serão aceitas desistências dos arrematantes ou alegações de desconhecimento das condições deste Edital, bem como, do estado de conservação do objeto arrematado para eximir-se da obrigação gerada e assumida.

17 - DA ELEIÇÃO DO FORO

17.1) Para dirimir dúvidas, controvérsias, ou quaisquer questões oriundas do presente Edital de Leilão Público Nº 001/2019, seja pelo Município de São Pedro de Alcântara - SC, seja pelo LEILOEIRO OFICIAL ENÉAS CARRILHO DE VASCONCELOS NETO, seja pelos LICITANTES HABILITADOS, estes elegem e aceitam, expressamente, como forma de resolução, a MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM, conforme Lei 9.307/96, indicando, desde logo, na qualidade de órgão auxiliar da justiça a MEDIAR Câmara de Conciliação Mediação e Arbitragem S/S Ltda. - ME, órgão auxiliar da justiça de natureza privada, independente e imparcial, especializada na solução de conflitos individuais e coletivos, em todas as áreas de direito disponível, podendo ainda, atuar em todo território nacional e internacional, inscrita no CNPJ sob nº 24.958.784/0001-23, estabelecida em na Rua Paraná nº 360 - conjunto. 03 - 1º andar - Centro - 88390-000 – Barra Velha - SC, e-mail: contato@merdiararbitragem.com.br, telefone (47) 3456-0727, para dirimir toda e qualquer controvérsia que houver, desistindo de qualquer outra forma de resolução de conflitos, por mais privilegiado que seja, ou possa vir a ser, não permitindo qualquer modificação, conforme preceituam os artigos 62 e 63, do CPC.

17.2) Por estarem às partes nominadas, todos os partícipes e todos que tomaram conhecimento do presente certame licitatório bem cientes, tendo sido lidas as cláusulas e demais termos do presente Edital de Leilão Público, sendo pessoas esclarecidas, inteligentes, e a redação lançada de forma a não haver dúvida, concordaram, e da concordância, expressam a aquiescência do todo inserido no presente edital, têm como verdade real, seguindo-se aos ensinamentos da autonomia da vontade, exercida de forma plena, para afastar qualquer entendimento futuro, em sentido diverso, bem ainda, como este Edital está publicado oficialmente nas mídias cabíveis de publicação e divulgação, bem como pode ser visualizado e extraídas suas cópias no site www.arrematebem.com.br ou na sede do Município de São Pedro de Alcântara - SC, especialmente, com a participação neste certame, todos se declaram plenamente cientes da eleição da via da mediação e arbitragem na solução de todo e qualquer conflito oriundo do presente certame licitatório.

São Pedro de Alcântara, SC, 27 de agosto de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito de São Pedro de Alcântara

ANEXO I

LOTE 01 – SUCATA EM RAZOAVEL ESTADO DE CONSERVAÇÃO: AR CONDICIONADOS, BEBEDOUROS, GELADEIRAS, AUTOCLAVES, CADEIRA DE DENTISTA, MÁQUINA DE LAVAR, ENTRE OUTROS.

LANCE INICIAL: R\$ 2.500,00

LOTE 02 – PEÇAS AUTOMOTIVAS EM GERAL (SEM DENOMINAÇÃO)

LANCE INICIAL: R\$ 2.000,00

LOTE 03 – MOVEIS, ARMARIOS, CADEIRAS ESCOLARES, CADEIRAS EM GERAL)

LANCE INICIAL: R\$ 2.000,00

LOTE 04 – ARADO

LANCE INICIAL: R\$ 2.000,00

LOTE 05: PAMPA ANO 1995 – PLACA: LWY-6637 – DOCUMENTAÇÃO OK

LANCE INICIAL R: 2.500,00

LOTE 06: HONDA TITAN 125 – PLACA: MAC-3772 – DOCUMENTAÇÃO OK

LANCE INICIAL: 1.000,00

LOTE 07: PATROLA CATERPILLAR DIESEL 120 H

LANCE INICIAL: R\$ 12.000,00

LOTE 08: HYUNDAI H100 – DIESEL, ANO: 2003/2003. PLACA: MEG 4702 (FALTA RECIBO DE COMPRA E VENDA).

LANCE INICIAL: R\$ 8.000,00

LOTE 09: HYUNDAI H100 – DIESEL, ANO: 2000/2001, PLACA: MCH 2072 (DOCUMENTOS OK).

LANCE INICIAL: R\$ 7.000,00

LOTE 10: CHERY CELER 2014/2015, 1.5, PLACA: ML 1859, 5 PORTAS, COMPLETO, FLEX. (DOCUMENTOS OK), EM BOM ESTADO.

LANCE INICIAL 14.500,00

LOTE 11: CAMIONETE CABINE DUPLA FORD RANGER, ANO: 2001/2001, PLACA: MBN 1242, (DOCUMENTAÇÃO OK), EM BOM ESTADO.

LANCE INICIAL R\$ 17.000,00

LOTE 12: SPRINTER MERCEDEZ BENZ, DIESEL, ANO 2008/2008, PLACA: ME 9294 (DOCUMENTAÇÃO OK) EM BOM ESTADO.

LANCE INICIAL: 17.500,00

Ord	Ano/modelo	Placa	Veiculo	Documentação
1	2008/2008	MET 9294	SPRINTER M. BENZ	OK
2	1995/1995	LWY 6637	PAMPA	OK
3	2003/2003	MEG 4702	HYUNDAI H100	Falta recibo compra e venda
4	2000/2001	MCH 2072	HYUNDAI H100	Ok
5	2001/2001	MBN 1242	FORD RANGER	OK
6	1998/1998	MAC 3772	HONDA TITAN 125	OK
7	2014/2015	MLU 1859	CHERY CELER 1.5 FLEX	OK

As formas de pagamento referente ao VALOR INTEGRAL DA ARREMATACÃO dos lotes dar-se-á em moeda corrente nacional por meio de depósito bancário ou via DOC/TED Banco do Brasil Agência 1992-5 Conta Corrente: 551700-1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. OS VEICULOS SPRINTER 2008, PLACA MET 9294, E, CHERY CELER 1.5, PLACA MLU 1859, DEVERÃO SEUS VALORES SEREM DEPOSITADOS NESTA CONTA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA CNPJ: 08.971.900/0001-98.

OS VEICULOS PAMPA, PLACA: LWY 6637; FORD RANGER, PLACA: MBN 1242; HONDA TITAN, PLACA: MA 3772; E A PATROLA CATERPILLAR 120 H DIESEL DEVERÃO OS LANCES SEREM DEPOSITADOS NESTA CONTA: BANCO DO BRASIL, AGÊNCIA: 1992-5 CONTA CORRENTE: 7346-6. MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. CNPJ: 01.613.101/0001-09.

OS VEICULOS HYUNDAI H100, DIESEL, PLACA: MEG 4702 E HYUNDAI H100, DIESEL, PLACA: MEG 2072, DEVERÃO OS LANCES SEREM DEPOSITADAS NESTA CONTA. BANCO DO BRASIL – AGÊNCIA: 1992-5 – CONTA CORRENTE: 10295-4 MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA CNPJ 01.613.101/0001-09.

São Pedro de Alcântara, SC, 27 de agosto de 2019.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito de São Pedro de Alcântara

PORTARIA N.º 263/2019

Publicação Nº 2138374

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 263/2019

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL, ocupante do cargo de Agente de Saúde _ ESF, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde à servidora JANETE APARECIDA DA SILVA DO AMARAL, pelo período de 09 (nove) dias a contar da data de 20/08/2019, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20/08/2019.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 28 de agosto de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

Saudades

PREFEITURA

EDITAL 01.2019 DEFINITIVO COM A RELAÇÃO FINAL E OFICIAL DOS CANDIDATOS HABILITADOS À MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 2138258

EDITAL DEFINITIVO COM A RELAÇÃO FINAL E OFICIAL DOS CANDIDATOS HABILITADOS À MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR (ELEIÇÕES UNIFICADAS 2019) - EDITAL 005/2019/CMDCA

JULHA DRESCH, Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, DIVULGA através do presente a relação final e oficial dos candidatos habilitados à membro do Conselho Tutelar Edital n. 005/2019/CMDCA, cuja relação segue abaixo:

Considerando que não houveram impugnações ao resultado final das notas da prova escrita;

Art. 1º. Divulga a relação final e oficial dos candidatos habilitados à membro do Conselho Tutelar no Município de Saudades, referente ao Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar - Edital n. 005/2019/CMDCA:

NÚMERO DE REGISTRO	CANDIDATO (A)	IDADE	NÚMERO DE TELEFONE	E-MAIL
01	Liane W. Bieger	40	049 9 8828 3633	lianewbieger@gmail.com
02	João Aloisio Pritsch	61	49 9 8842 6341	joapritsch@gmail.com
03	Cleonice Donhauser	33	49 9 8923 1803	Cleonice1231969@hotmail.com
04	Soraia Beatriz Lara	45	49 9 8812 8401	soraialara@gmail.com
05	Rejane Fischer	28	49 9 8823 1964	rejane.fischer@hotmail.com
07	Letícia Engler	22	49 9 8843 3114	leticia.engler@hotmail.com
08	Marlene Konzen	61	49 9 8894 4503	marlenerkonzen@hotmail.com
09	Jamile Muller	31	49 9 8909 9324	Jamile_muller@yahoo.com.br
10	Marli Caprini Gralow	51	49 9 8826 6115	marligralow@gmail.com
11	Zeno Miguel Mahle	56	49 9 8839 4700	zeno155@hotmail.com
13	Andressa Cristina Kerkoff	23	49 9 8819 7043	andressakerkhoff@hotmail.com
14	Cintia Raquel Hansen	28	49 9 8823 6128	jonesmohrtc@gmail.com
15	Márcia Neumann Hoss	35	49 9 9972 7915	neumann16marcia@gmail.com
16	Bruna C. H. M. de Oliveira	25	49 9 8882 7616	bruna21carol@gmail.com
18	Sílvia F. dos Santos	33	49 9 9805 4338	paulo-rafaelbogorni@hotmail.com
19	Aline Cristina Linke	28	49 9 9948 1236	alincristinalinke@hotmail.com
22	Gerson Alberto Frohlich	42	49 9 8858 0561	advgafeliz@gmail.com

Art. 2º. A apresentação dos candidatos pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente ocorrerá no dia 02/09/2019, às 19h:00min, na Câmara Municipal de Vereadores, durante a sessão plenária.

Art. 3º. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Saudades (SC), em 19 de Agosto de 2019.

JULHA DRESCH

Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

EDITAL N. 08/2019 – CHAMADA PÚBLICA

Publicação Nº 2138056

EDITAL N. 08/2019 – CHAMADA PÚBLICA

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissionais habilitados para Professor de Letras (Língua Portuguesa) e Professor de Educação Ambiental e formação de cadastro reserva para a EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental até o final do ano letivo de 2019 (13.12.2019);

O Governo Municipal de Saudades –SC, através da Secretaria Municipal de Educação, nos uso de suas atribuições legais, torna público, pelo presente Edital, as normas para a CHAMADA PÚBLICA, em obediência aos princípios constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, que reger-se-á pelas seguintes regras:

1. DAS VAGAS

0.1 As vagas disponíveis para escolha serão as seguintes:

a) Professor de Letras (Língua Portuguesa)

LOCAL	VAGAS	HORAS	TURNO
EMEF	01	10h	MATUTINO, VESPERTINO E NO-TURNO

b) Professor de Educação Ambiental

LOCAL	VAGAS	HORAS	TURNO
EMEF	01	30h	MATUTINO E VESPERTINO

0.2 Esta Chamada Pública formará cadastro reserva para eventuais vagas nos cargos de respectivos.

0.3 A contratação dos selecionados e início das atividades será imediata.

2. DO CRONOGRAMA

2.2 A escolha das vagas obedecerá o seguinte cronograma:

02/09/2019	08h:00min	Professor de Educação Ambiental
02/09/2019	08h:30min	Professor de Letras (Língua Portuguesa)

3. DO LOCAL

3.1 A Chamada Pública ocorrerá na Secretaria de Educação, com endereço na Rua Venâncio Aires, n. 350, Centro, município de Saudades/SC.

4. CRITÉRIOS PARA CLASSIFICAÇÃO

4.1 Os critérios para classificação serão os seguintes:

4.1.1 Qualquer interessado, com os seguintes títulos:

a) Graduação nas áreas respectivas;

4.2 Serão observados os seguintes critérios para desempate:

1º) Maior tempo de atuação no cargo (mediante apresentação da respectiva Certidão de Tempo de Serviço);

2º) Maior tempo de serviço no Município de Saudades (mediante apresentação do respectivo comprovante);

3º) Maior idade.

4.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Assessoria Jurídica.

Saudades – SC, 27 de Agosto de 2019.

Alison Ivonei Hoss

Secretário de Educação

Eliamar Corradi

Diretora da Educação

LEI ORDINÁRIA N. 2.330, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138901

LEI ORDINÁRIA N. 2.330, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

DANIEL KOTHE, Prefeito em Exercício do Município de Saudades, estado de Santa Catarina, Faz Saber, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º. Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2020, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais; e

VII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º. Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação

de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º. O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterá, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 3º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º. A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações e manuais do STN, com o seguinte desdobramento:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º. Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º. Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN.

Art. 5º. O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Autarquia SAMAE, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (centralizado);

- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (centralizado);

- Fundo Municipal de Habitação (centralizado);

- Fundo de Desenvolvimento Agropecuário (centralizado);

- Fundo de Reequipamento dos Bombeiros (centralizado);

- Fundo Municipal do Idoso (centralizado).

Art. 6º. A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2017 a 2018, fixada para 2019 e projetada para 2020 a 2022;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2018 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2020 a 2022;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2016 a 2018;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2020;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2016 a 2018, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º. O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2020 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º. Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2020, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.

Art. 9º. Se a receita estimada para o exercício de 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11. A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá comprometer a normalidade dos serviços públicos, principalmente nas áreas da educação e saúde.

Art. 12. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei. § 1º. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2019.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13. O Orçamento para o exercício de 2020, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15. Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º. Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º. A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2020, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18. A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19. Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em

de 02 exercícios 2018/2019 e funcionamento regular exercício de 2020, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20. As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22. Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2020, a preços correntes.

Art. 24. O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25. Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26. O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27. Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2020, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29. A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30. O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecidos os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33. O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34. Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único. Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40. Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º. Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º. O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41. O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42. Até o dia 30 de Outubro de 2019, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2020.

§ 1º. A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º. Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2019, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43. O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46. Revogam-se as disposições em contrário.

Saudades (SC) em, 28 de Agosto de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI ORDINÁRIA N. 2.331, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138935

LEI ORDINÁRIA N. 2.331, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL 2018/2021, INSTITUÍDO PELA LEI Nº 2.288/2017, DO MUNICÍPIO DE SAUDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL KOTHE, Prefeito em Exercício do Município de Saudades, estado de Santa Catarina, Faz Saber, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para os exercícios de 2020, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamento de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I.

Art. 2º Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento das destinações de recursos.

Art. 3º Foram atualizados os valores para o exercício de 2020, de maneira a adequar os programas e fontes de recursos, e manter o equilíbrio entre as receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Saudades (SC), 28 de Agosto 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019 - PMS

Publicação Nº 2137928

MUNICÍPIO DE SAUDADES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1999/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0021/2019

OBJETO: Aquisição de um painel completo, novo, original para escavadeira hidráulica marca Doosan modelo DX140LC, série DHKCEBA-ASB0005793, da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 28 de agosto de 2019, no site: www.saudades.sc.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saudades, sito à Rua Castro Alves, 279, Saudades - SC. Informações fone: (49) 3334-0127.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de proposta de preço e documentos de habilitação até dia 11 de setembro de 2019, das 07:30 às 09:00 horas para credenciamento e à partir das 09:00 horas, para abertura das propostas, na sala do Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Castro Alves, 279, centro de Saudades - SC.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93.

Saudades, SC, 28 de agosto de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2019 - PMS

Publicação N° 2138970

MUNICÍPIO DE SAUDADES

PROCESSO LICITATÓRIO N° 2007/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2019

OBJETO: Aquisição de um veículo furgão novo 0 km, para atender a Secretaria Municipal de Educação.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 29 de agosto de 2019, no site: www.saudades.sc.gov.br ou no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saudades, sito à Rua Castro Alves, 279, Saudades - SC. Informações fone: (49) 3334-0127.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de proposta de preço e documentos de habilitação até dia 13 de setembro de 2019, das 7:30 às 09:00 horas para credenciamento e à partir das 09:00 horas, para abertura das propostas, na sala do Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Castro Alves, 279, centro de Saudades - SC.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93.

Saudades, SC, 29 de agosto de 2019.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.837/2019, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139290

DECRETO Nº 4.837/2019, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 209.763,76 (duzentos e nove mil setecentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.05 - DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

02.05.04.182.0002.2.014 - Manutenção da Defesa Civil

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxilio-Alimentacao R\$ 2.700,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0003.2.024 - Manutenção Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 100.000,00

05.04.12.365.0003.2.016 - Manutenção dos Centros de Educação Infantil

3.1.90.04.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Contratacao por Tempo Determinado R\$ 20.000,00

05.07 - FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA

05.07.13.392.0011.2.047 - Manutenção das Ações de Cultura

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 24.090,00

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO

06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.93.00.00.00.00 - 00.03.0034 - Indenizacoes e Restituicoes R\$ 62.973,76

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.05 - DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

02.05.04.182.0002.2.014 - Manutenção da Defesa Civil

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 2.700,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0003.2.024 - Manutenção Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 100.000,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.365.0003.2.016 - Manutenção dos Centros de Educação Infantil

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de Agosto de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito MunicipalELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.838/2019, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139291

DECRETO Nº 4.838/2019, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 988,76 (novecentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.065 - Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 500,00

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0232 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 488,76

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 22 de Agosto de 2019.

OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

LEI Nº 2.434/2019, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2139285

LEI Nº. 2.434/2019, DE 28 DE AGOSTO DE 2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER NO VALOR DE ATÉ R\$ 133.000,00 (CENTO E TRINTA E TRÊS MIL REAIS).

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Município de Schroeder, para exercício 2019, no valor de até R\$ 133.000,00 (cento e trinta e três mil reais), como segue:

09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
08.244.0015.2.065 – Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS			
3.1.90.11.00.00	00.01.0001	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	52.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0001	Obrigações Patronais	15.000,00
3.3.90.30.00.00	00.01.0001	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0001	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	8.000,00
3.3.90.46.00.00	00.01.0001	Auxílio Alimentação	3.000,00
4.4.90.52.00.00	00.01.001	Equipamentos e Material Permanente	15.500,00
08.244.0015.2.066 – Proteção Social Básica - CRAS			
3.3.90.30.00.00	00.01.0001	Material de Consumo	5.000,00
3.3.90.39.00.00	00.01.0001	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	18.000,00
04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
02 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
10.301.0013.2.071 – Contribuição ao Consórcio Municipal de Saúde e SAMU			
3.1.71.70.00.00	00.01.0002	Rateio pela Participação em Consórcio Público	1.200,00
3.3.71.70.00.00	00.01.0002	Rateio pela Participação em Consórcio Público	10.300,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes dos cancelamentos parciais e ou totais das dotações do orçamento vigente, como segue:

09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
01 – DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.0015.1.037 – Construção do CRAS			
4.4.90.51.00.00	00.01.0001	Obras e Instalações	12.000,00
09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
02 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA			
08.244.0015.2.067 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade			
3.3.90.11.00.00	00.01.0001	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	46.000,00
3.1.90.13.00.00	00.01.0001	Obrigações Patronais	13.500,00
3.3.50.43.00.00	00.01.0001	Subvenções Sociais	50.000,00
04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
05 – SETOR DE SAÚDE			
10.302.0013.2.053 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
3.3.90.39.00.00	00.01.0002	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	11.500,00

Art. 3º O Executivo está autorizado, nos termos do art. 9º da Lei Municipal nº 2.393/2018 – LOA, a abrir créditos adicionais, aos elementos criados por esta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 28 de agosto de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

TERMO ADITIVO Nº. A22/ 2019 – PMS

Publicação Nº 2139310

TERMO ADITIVO Nº. A22/ 2019 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 81/2018– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 81/2018-PMS, celebrado em 09 de agosto de 2018, Modalidade Tomada de Preços nº. 09/2018-MS, Processo nº. 105/2018-PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Antonio Zoz – Trecho 01- Est OPP-Est 11, no bairro Centro, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 220,00m e área total de 2.110,00m², de acordo com recursos próprios e Contrato de Repasse nº. 844551/2017/MCIDADES/CAIXA, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório, que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra no artigo 65, I, B da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, frente a supressão no valor de R\$ 4.766,98 (quatro mil setecentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos), conforme parecer da engenharia.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entre as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta “do valor do contrato” no item 4.1, suprimindo o valor de R\$ 4.766,98 (quatro mil setecentos

e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 229.921,00 (duzentos e vinte e nove mil novecentos e vinte e um reais).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 81/2018-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente CONTRATO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Schroeder (SC), 29 de agosto de 2019.
CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA
Mauricio Vogelsanger
CPF sob o nº 638.924.309-00
CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____
Nome: Guilherme Sandmann da Silva Vianna
CPF nº. 085.168.389-43

ATA PREGÃO PRESENCIAL 14/2019-FMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 2138023

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2019 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 35/2019 Data do Processo: 15/07/2019

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 27/2019 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para construção, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, de sala para profissionais do setor Saúde, através da união de módulos, totalizando a área mínima construída de 28,8m², para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa ATLÂNTICO SUL ESPAÇOS MODULARES LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinados no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa ATLÂNTICO SUL ESPAÇOS MODULARES LTDA. - EPP está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi abertos o envelope da proposta comercial da empresa ATLÂNTICO SUL ESPAÇOS MODULARES LTDA. - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa ATLÂNTICO SUL ESPAÇOS MODULARES LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa ATLÂNTICO SUL ESPAÇOS MODULARES LTDA. - EPP apresentou Certidão de Falência e Concordata entretanto não apresentou a Certidão Complementar que o próprio documento exige para que o mesmo seja válido, no Documento apresentado consta:

"ATENÇÃO: A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>" sendo assim o documento não foi apresentado de acordo com a exigência do edital, este documento é exigido no edital o item 7.1.13, a empresa ATLÂNTICO SUL ESPAÇOS MODULARES LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, de acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 09 de setembro de 2019, às 16h30min, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. A empresa participante declina do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2019 - PR
		Processo Administrativo: 35/2019 Processo de Licitação: 15/07/2019 Data do Processo:
		Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 27/2019 (Sequência: 1)

Schroeder, 28 de Agosto de 2019

COMISSÃO:

- | | | |
|------------------------------------|---------|-------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Pregoeiro(a) |
| Ivandra de Souza | - | - Equipe de Apoio |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - | - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Equipe de Apoio |
| Natália Kersten Brumuller | - | - Equipe de Apoio |

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- | | | |
|-------------------------------|---------|---------------------|
| ANDRÉ STOINSKI | - | - Representante |
| NÁDIA CRISTINA HEFTER TAMBOSI | - | - Setor Solicitante |

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 56/2019-PMS

Publicação Nº 2138601

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2019

Número do Registro de Preços: 47/2019		Data do Registro: 28/08/2019		Válido até: 28/08/2020			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de veículo para atender as necessidades do destacamento da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Veículo zero quilômetro, tipo automotor, ano/modelo 2019/2019, modelo SUV com 05 lugares, na cor branca, platinado e preparado no padrão da PMSC (conforme termo de referência), 04 portas, com freios ABS, EBD, AIRBAGS frontais, assoalho em carpete, tapetes de borracha para proteção do carpete, rodas de Liga Leve tamanho mínimo 16 polegadas, bancos dianteiros reclináveis com apoio de cabeça e revestidos em tecido, cintos de segurança dianteiros retráteis de 3 pontos, cintos de segurança laterais traseiros retráteis de 3 pontos e central fixo de 2 pontos, indicadores de nível do combustível e temperatura do veículo, carroceria monobloco com distância entre eixo de no mínimo 2.589 mm, altura mínima do solo de 181 mm, volume do porta malas de no mínimo 400 litros, tanque de combustível de no mínimo 50 litros, de motorização a partir 1.990 cilindradas, no mínimo 8 válvulas, motor 4 tempos, 4 cilindros em linha, refrigeração por circuito de água sob pressão, flex (álcool e gasolina), ar-condicionado, vidros, travas e retrovisores com acionamento elétrico, direção assistida (hidráulica, elétrica ou eletro hidráulica), com desembaçador, lavador e limpador do vidro traseiro, protetor de câter, antena interna ou externa para captação de sinais AM-FM, central multimídia. Licenciamento e emplacamento inclusos.	UN	LIBERTE VEICULOS LTDA (12945)		0	98.500,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 47/2019

Número do Registro de Preços: 47/2019		Data do Registro: 28/08/2019		Válido até: 28/08/2020	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de veículo para atender as necessidades do destacamento da Polícia Militar do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019
PROCESSO Nº 90/2019
(12945) - LIBERTE VEICULOS LTDA

Schroeder, 28 de Agosto de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE CONTRATO N. 019/2019**

Publicação Nº 2138584

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 019/2019

Dispensa de licitação nº. 071/2019

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº 83.539.676/0001-85, com endereço na Avenida dos Imigrantes, nº 2520, Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIETER CESAR BRUNS 04255594910 MEI, inscrita no CNPJ sob o nº 28.742786/0001-31, estabelecida na Rua Walter Bartel, nº 517, Bairro João Pessoa, na cidade de Jaraguá do Sul/SC.

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviços para lavagem completa do paver, gradil e portões da sede da Câmara Municipal;

Valor do contrato: R\$ 1.650,00 (um mil seiscentos e cinquenta reais)

Data da Assinatura: 20/08/2019

Signatários:

Claudimir Lindner – Presidente

Dieter Cesar Bruns - Proprietário

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.074/19

Publicação Nº 2138097

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER CNPJ: 83.539.676/0001-85 Avenida dos Imigrantes C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 74/2019 - DL
	Processo Nr.: 76/2019 Data: 23/08/2019
Folha: 1/2	

Fornecedor: CLARO S.A.	Código: 296
Endereço: RUA FLORIDA, 1.970	
Cidade: SÃO PAULO - SP	
CNPJ: 40.432.544/0001-47	Inscrição Estadual: 114.814.878.119
Objeto da Compra: SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.	

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	192,00	SV	ASSINATURA
2	192,00	SV	INTRA-REDE NACIONAL
3	192,00	SV	GESTÃO
4	192,00	SV	PACOTE DE DADOS 3GB
5	900,00	SV	SMS
7	6.000,00	MIN	VC1 OUTRAS OPERADORAS
8	6.000,00	MIN	VC1 MÓVEL FIXO
10	900,00	MIN	VC2 OUTRAS OPERADORAS
11	900,00	MIN	VC2 MÓVEL FIXO
13	900,00	MIN	VC3 OUTRAS OPERADORAS
14	900,00	MIN	VC3 MÓVEL FIXO

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELEFONIA MÓVEL FOI NECESSÁRIO ESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PELA MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRA E SERVIÇOS.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O CRITÉRIO DE JULGAMENTO FOI POR MENOR PREÇO GLOBAL DOS SERVIÇOS OFERTADOS, RESTOU VENCEDORA A EMPRESA "CLARO S.A."
OBS.: A EMPRESA TIM S.A. INFORMOU QUE APENAS CONTRATA/PARTICIPA EM PROCEDIMENTOS QUE ENVOLVAM NO MÍNIMO 50 ACESSOS.
- EMPRESA CLARO S.A. APRESENTOU O VALOR DE R\$ 16.845,06;
- EMPRESA TELEFONICA BRASIL SA APRESENTOU O VALOR DE R\$ 17.246,88;

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 74/2019 - DL****Processo Nr.: 76/2019
Data: 23/08/2019**

Folha: 2/2

Schroeder, 23 de Agosto de 2019

MIRIÁ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES
Responsável pelo Setor Compras

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

SÉRGIO ROHDEN
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Valor da Despesa:

16.845,06 (dezesseis mil oitocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos)

Pagamento.....:

A PRAZO

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 083/2019-- PL 185/2019 – BASE

Publicação Nº 2138204

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 053/2019
Pregão Presencial nº 083/2019
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Base Comércio de Gás Ltda, CNPJ n.º 04.731.470/0001-86, estabelecida na rua 31 de Março, 727, Vila Militar, Herval do Oeste, SC, neste ato representada pelo Sr. Francisco Sachett Colla, brasileiro, RG nº 4100983, CPF nº 065.297.749-98, residente e domiciliado na rua Tancredo Neves, 152, Concórdia, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 083/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e proposta para aquisição de cargas de gás, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 14.549,80, são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 28/08/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 27/08/2020.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 083/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 28/08/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Francisco Sachett Colla,
Base Comércio de Gás Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 083/2019-- PL 185/2019 – TOCHETTO

Publicação Nº 2138199

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 053/2019
Pregão Presencial nº 083/2019
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n. 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, 201, apto. 03, centro, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Tochetto Tele Gás Ltda, CNPJ nº 07.433.185/0001-77, estabelecida na rua João Biondo, 20, bairro industrial, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Neuro Tochetto, brasileiro, casado, empresário, RG nº 2690530, CPF nº 743.474.979-20, residente e domiciliado na rua João Biondo, 20, bairro industrial, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 083/2019, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e proposta para aquisição de cargas de gás, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 13.617,00, são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar do dia 28/08/2019, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 27/08/2020.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 083/2019, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 28/08/2019.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Neuro Tochetto
Tochetto Tele Gás Ltda
Contratada

INEXIGIBILIDADE Nº 029/2019

Publicação Nº 2138370

Processo Licitatório nº 195/2019 – Inexigibilidade de Licitação nº 029/2019.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: O Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público nº 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, o Sr. Celso José Hartmann, comprovou capacidade para tal fornecimento, ficando o mesmo habilitado.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 28 de agosto de 2019.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 196/2019

Publicação Nº 2138796

Processo Licitatório nº 196/2019
Edital de Pregão Presencial nº 086/2019

O Município de Seara, comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo impreterivelmente até às 08h30min do dia 11/09/2019, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à contratação de empresa especializada para agenciamento de viagem de estudos para professores, auxiliares de ensino, auxiliares de creche, diretores e secretárias das escolas municipais de gestão compartilhada, incluindo transporte, ingressos, almoço e lanches. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 28 de agosto de 2019.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2017 - FMS

Publicação Nº 2138403

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 025/2017 – FMS

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Seara, Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SEARA – FMS, no uso de suas atribuições, consoante as disposições da Lei 8.666/1.993, em especial o art. 25, TORNA PÚBLICO, que estará realizando alteração do ANEXO "C" do Processo Licitatório nº 025/2017 – Edital de Chamamento para Credenciamento nº 002/2017 – FMS, para Credenciamento de Profissionais de Serviços Especializados na Área de Saúde Pública.

2. TERMO DE REFERÊNCIA

2.1. Modalidade da Licitação – Inexigibilidade**2.2. Tipo de Licitação – Credenciamento de profissionais de serviços especializados na área de saúde pública e Unidades Hospitalares.**

2.3. Legislação Aplicável – O presente edital rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e demais alterações posteriores vigentes, do Edital de Chamamento Público nº 02/2017, de 28 de julho de 2017 e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

3. DO OBJETO

3.1. Modifica valor de item nos Serviços de Serviços de Consultas Médicas e Similares do Anexo “C” do Processo Licitatório nº 025/2017 – Edital de Chamamento para Credenciamento – n.º 002/2017– FMS para Credenciamento de Profissionais de Serviços Especializados na Área de Saúde Pública.

4. DAS DEMAS CLÁUSULAS:

4.1. Ficam inalteradas as demais Cláusulas e ANEXOS do Edital de Chamamento Público nº 02/2017, de 28 de julho de 2017.

Seara/SC, 28 de agosto de 2019

Flávio Zolet
Secretário Municipal de Saúde

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2017 – FMS

ANEXO “C”

TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS CREDENCIADOS

SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS E SIMILARES	
Serviços Credenciados	Valor Do Serviço (R\$)
Consulta médica na área de Ginecologia	68,23

Seara/SC, 28 de agosto de 2019

Flávio Zolet
Secretário Municipal de Saúde

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 083/2019-- PL 185/2019 – BASE

Publicação Nº 2138209

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 185/2019			Licitação: 83/2019 - PR			Data da Homologação: 28/08/2019			
Fornecedor: 12880			- BASE COMÉRCIO DE GÁS LTDA EPP						
1	13026	GÁS DE COZINHA, CARGAS DE 13KG, COM TELE-ENTREGA, PARA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS SITUADOS NO PERÍMETRO URBANO E ESCOLA NÚCLEO DEOLINDO ZÍLIO.	SUPERGASBRAS	UN	230,000	0,0000	63,2600	14.549,80	Venceu
Total do Fornecedor ----->					230,000			14.549,80	

Seara, 28 de Agosto de 2019.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 083/2019-- PL 185/2019 – TOCHETTO

Publicação Nº 2138207

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 185/2019 Licitação: 83/2019 - PR Data da Homologação: 28/08/2019 Fornecedor: 9129 - TOCHETTO TELE GAS LTDA									
2	72916	GÁS DE COZINHA, CARGAS DE 13KG, COM TELE-ENTREGA, PARA OS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS SITUADOS NO DISTRITO DE CARAÍBA, NOVA TEUTÔNIA, LINHA GRAMADO, LINHA PINHAL E LINHA SÃO RAFAEL.	LIQUIGÁS	UN	80,000	0,0000	69,9000	5.592,00	Venceu
3	3391615	GÁS DE COZINHA, CARGAS DE 45 KG COM TELE ENTREGA PARA OS ESTABELECIMENTOS PUBLICOS SITUADOS NO PRIMEIRO URBANO	LIQUIGÁS	UN	30,000	0,0000	267,5000	8.025,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->	110,000			

Seara, 28 de Agosto de 2019.

Sombrio

PREFEITURA

LEI Nº. 2446/2019

Publicação Nº 2139134

LEI Nº 2446, DE 26 DE AGOSTO DE 2019

DISPÕE SOBRE INSTALAÇÃO DE FRALDÁRIOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NO MUNICÍPIO DE SOMBRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Os estabelecimentos comerciais com área construída no pavimento térreo igual ou superior a 1.000 m² (um mil metros quadrados) deverão dispor, pelo menos, de um fraldário acessível, que possa ser utilizado por crianças acompanhadas dos pais ou responsáveis.

§ 1º. Entende-se por fraldário, o ambiente reservado que disponha de bancada para troca de fraldas, devendo ser instalado em condições suficientes para a realização higiênica e segura da troca de fraldas.

§ 2º. A instalação dos fraldários nos estabelecimentos comerciais não poderá ser realizada dentro de banheiros femininos ou masculinos, devendo ser feita em espaço adequado e suficiente, com metragem mínima de 2 m² (dois metros quadrados), contendo divisória para proteger a exposição das crianças, pais ou responsáveis.

Art. 2º. Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados à adequação do disposto nesta Lei dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação da mesma.

Art. 3º. A fiscalização do disposto na presente Lei ficará a cargo da Vigilância de Obras e Posturas da Prefeitura Municipal de Sombrio.

Art. 4º. O descumprimento desta Lei acarretará ao infrator as seguintes sanções:

I – Advertência, quando da primeira infração;

II – Multa de 2 (dois) salários mínimos, para cada reincidência infracional.

§ 1º. As sanções de que trata este artigo serão aplicadas quando a fiscalização da Prefeitura comprovar denúncia recebida ou em decorrência de fiscalização própria.

Art. 5º. Esta Lei será regulamentada, no que couber, pelo Poder Executivo municipal.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 26 de agosto de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

LEI Nº. 2447/2019

Publicação Nº 2138724

LEI Nº 2447, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1465 DE 23 DE ABRIL DE 2004, QUE CRIA O ADICIONAL DE ALIMENTAÇÃO AOS MOTORISTAS DE AMBULÂNCIA OU MOTORISTA DE VEÍCULO UTILIZADO NO TRANSPORTE DE PESSOAS, EQUIPARADO A AMBULÂNCIA, LIGADO À SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º O valor do adicional de alimentação fixado no artigo 1º da Lei nº 1465 de 23 de abril de 2004, que "Cria o adicional de alimentação aos motoristas de ambulância, ou motorista de veículo utilizado no transporte de pessoas, equiparado a ambulância, ligado à saúde, e dá outras providências", fica majorado de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), para R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 27 de agosto de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

TERMO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA - TP 83/2019

Publicação Nº 2139105

TERMO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

Processo Licitatório nº 83/2019

Tomada de Preços p/ Obras e Serv. de Engenharia nº 83/2019

O Município de Sombrio/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Av. Nereu Ramos, nº 186, Centro, no município de Sombrio - SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.963.216/0001-17, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Zênio Cardoso, inscrito no CPF/MF sob o nº 018.387.259-26, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que a partir da presente data, fica determinada a SUSPENSÃO SINE DIE de todos os prazos do certame em epígrafe, o qual tem por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para futura execução da primeira etapa da cobertura sobre o calçadão da Av. Nereu Ramos, no Centro do município de Sombrio/SC. Conforme detalhamento do objeto constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico anexo ao edital. Tal suspensão se faz necessária para a realização de ajustes técnicos no projeto básico. A continuidade do procedimento licitatório, será feita mediante publicação na imprensa oficial do município e todos os demais meios de publicação em que se deu a publicação de abertura do presente certame. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal de Sombrio/SC, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, pelo telefone: (48) 3533-5225 e/ou e-mail: licita.sombrio@gmail.com/licita@sombrio.sc.gov.br. Sombrio/SC, 28 de agosto de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO Nº 0241-2019 LEI Nº 1.207-2019 DE 26-08-2019 PL 019-2019

Publicação Nº 2137945

DECRETO Nº 0241/2019 DE 26/08/2019

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.191 de 20 de dezembro de 2018 e Lei nº 1.207 de 26 de agosto de 2019.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

03.001.0004.0122.003.2.005- Gerenciamento Geral do Município

3.2.90.00.00 (304)	0.3.00.003000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (3000)	R\$ 40.000,00
--------------------	---------------	---	---------------

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2018.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 26 de agosto de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO Nº 0242-2019 27-08-2019 RETICAÇÃO DA PUCIFICAÇÃO

Publicação Nº 2137938

DECRETO Nº 0242/2019 DE 27/08/2019

“DISPÕE SOBRE A UNIFICAÇÃO DE CADASTRO DE FORNECEDORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, que até o exercício de 2018, as Notas de Empenhos dos Setores, quanto a folha de pagamento dos servidores, eram emitidos em nome do Setor da Lotação, juntamente com o CPF de um servidor pertencente a tal;

CONSIDERANDO, que a partir do exercício de 2018, por orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e por modificação do Sistema Esfinge possibilitou a menção de CNPJ nos empenhos e não mais CPF quanto a folha de pagamento de servidores;

CONSIDERANDO, a necessidade de dar mais transparências aos atos da municipalidade;

CONSIDERANDO, que houve equívoco na unificação dos cadastros de fornecedores quando a conversão de dados do Sistema Betha para o sistema IPM;

CONSIDERANDO, que houve equívoco na unificação dos cadastros de fornecedores quando a conversão de dados do Sistema Betha para o sistema IPM, referente as Notas de Empenho relacionadas no Artigo 2º;

Artigo 1º – FICA o Setor de Contabilidade autorizado a efetuar a Transferência das Notas de Empenhos relacionadas no Artigo 2º. Do Fornecedor: nº 59986 - ANTÔNIO KVIATKOSKI, CPF Nº 573.441.329-15. Para o Fornecedor: nº 72222 - FOLHA DE PAGTO SETOR DO DMER, CNPJ nº 95.990.107/0001-30. Por se tratarem de Notas de Empenhos referentes a Folha de Pagamento no período.

Artigo 2o – Transferência da Notas de Empenhos referentes aos exercício de 2013 a 2017. Sendo:

Exercício de 2013	Exercício de 2014	Exercício de 2015	Exercício de 2016	Exercício de 2017
Notas de Empenhos	Notas de Empenhos	Notas de Empenhos	Notas de Empenhos	Notas de Empenhos
192/2013	110/2014	270/2015	240/2016	264/2017
417/2013	207/2014	569/2015	560/2016	279/2017
600/2013	473/2014	888/2015	883/2016	650/2017
898/2013	491/2014	894/2015	947/2016	749/2017
1138/2013	847/2014	1141/2015	948/2016	984/2017
1376/2013	1055/2014	1477/2015	1177/2016	1219/2017
1497/2013	1463/2014	1741/2015	1535/2016	1510/2017
1621/2013	1660/2014	1964/2015	1782/2016	1815/2017
1835/2013	1719/2014	2295/2015	2045/2016	2091/2017
2046/2013	1955/2014	2518/2015	2307/2016	2384/2017
2301/2013	2250/2014	2762/2015	2638/2016	
2483/2013	2503/2014	2977/2015	2765/2016	
2675/2013	2780/2014	3255/2015	2839/2016	
2781/2013	2807/2014	3396/2015	3059/2016	
	2995/2014		3059/2016	
	3168/2014		3348/2016	
	3301/2014		3487/2016	
			3526/2016	

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e está vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 27 de agosto de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 1.207-2019 DE 26-08-2019 PL 019-2019

Publicação Nº 2137943

LEI MUNICIPAL Nº 1.207/2019 DE 26/08/2019

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

03.001.0004.0122.003.2.005- Gerenciamento Geral do Município

3.2.90.00.00 (304)	0.3.00.003000	Outras Despesas Correntes – Aplic. Diretas (3000)	R\$ 40.000,00
--------------------	---------------	---	---------------

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2018.

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 26 de agosto de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

DECRETO N.º 091, DE 26 DE AGOSTO DE 2019. "CONVOCADA A XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 2138887

DECRETO N.º 091, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

"CONVOCADA A XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a necessidade de avaliação da situação atual e avanços na Política e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assim como a propositura de diretrizes visando o aperfeiçoamento do Sistema, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a "XII Conferência Municipal de Assistência Social", a ser realizada no dia 18 de setembro de 2019, das 13h00min às 17h00min, na sala de sessões da Câmara Municipal de Vereadores, tendo como tema central: "Assistência Social: Direito do Povo, com financiamento Público e participação Social".

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º. A Comissão Organizadora coordenada pelo Presidente e pelo Vice-Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, será responsável pela organização da 12ª Conferência Municipal de Assistência Social.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 26 DE AGOSTO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIANE REGINA BORGES CORREA
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TANGARÁ

DECRETO Nº 066, DE 09 DE JULHO DE 2019. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

Publicação Nº 2138823

DECRETO Nº 066, DE 09 DE JULHO DE 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.423/18.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 150.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 150.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 09 DE JULHO DE 2019.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 070, DE 16 DE JULHO DE 2019. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 2138825

DECRETO Nº 070, DE 16 DE JULHO DE 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com as Leis nº 2.423 de 20/11/2018 e 2.459/2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 99.687,17 (Noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos) nas seguintes dotações do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Tangará, com a utilização de recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

09-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TANGARÁ

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.03.3038 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.03.3458 Aplicações Diretas R\$ 49.687,17

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 16 DE JULHO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 071, DE 16 DE JULHO DE 2019. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 2138826

DECRETO Nº 071, DE 16 DE JULHO DE 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com as Leis nº 2.423 de 20/11/2018 e 2.459/2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Tangará, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

09-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TANGARÁ

Atividade 2009

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0528 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 16 DE JULHO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 072, DE 16 DE JULHO DE 2019. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

Publicação Nº 2138828

DECRETO Nº 072, DE 16 DE JULHO DE 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº. 2.423/18 e 2.459/19.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 76.275,09 (Setenta e seis mil, duzentos e setenta e cinco reais e nove centavos) nas seguintes dotações orçamentárias do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0467 – Aplicações Diretas...R\$ 11.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0438 – Aplicações Diretas...R\$ 65.275,09

Art. 2º. Com o produto das anulações acima fica suplementada a importância de R\$ 76.275,09 (Setenta e seis mil, duzentos e setenta e cinco reais e nove centavos) nas seguintes dotações do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0467 – Aplicações Diretas...R\$ 11.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0438 – Aplicações Diretas...R\$ 65.275,09

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 16 DE JULHO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 073, DE 16 DE JULHO DE 2019. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

Publicação Nº 2138830

DECRETO Nº 073, DE 16 DE JULHO DE 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº. 2.423/18 e 2459/19.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 17.943,84 (Dezessete mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TANGARÁ

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.3461 – Aplicações Diretas...R\$ 17.943,84

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 17.943,84 (Dezessete mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TANGARÁ

Atividade 1005

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.3461 – Aplicações Diretas...R\$ 17.943,84

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 16 DE JULHO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 074, DE 16 DE JULHO DE 2019. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

Publicação Nº 2138833

DECRETO Nº 074, DE 16 DE JULHO DE 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº. 2.423/18 e 2459/19.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2029

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.3149 – Aplicações Diretas...R\$ 250.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Atividade 2030

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.3149 – Aplicações Diretas...R\$ 250.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 16 DE JULHO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 075, DE 16 DE JULHO DE 2019. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 2138835

DECRETO Nº 075, DE 16 DE JULHO DE 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº 2.423/18 e 2459/19.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2019

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.3401 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 16 DE JULHO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 076, DE 16 DE JULHO DE 2019. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 2138837

DECRETO Nº 076, DE 16 DE JULHO DE 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº 2.423/18 e 2459/19.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado na atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2019

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0401 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

06-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade 2027

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 16 DE JULHO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 078, DE 30 DE JULHO DE 2019. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

Publicação Nº 2138838

DECRETO Nº 078, DE 30 DE JULHO DE 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.423/18.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais) nas seguintes dotações orçamentárias do atual orçamento do Município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Atividade 2022

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.0149 – Transf. à Instituições

Privadas s/ Fins Lucrativos R\$ 10.000,00

Atividade 2024

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 5.500,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 15.500,00 (Quinze mil e quinhentos reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Atividade 2022

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 10.000,00

Atividade 2024

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.0149 – Transf. à Instituições

Privadas s/ Fins Lucrativos R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 30 DE JULHO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 080, DE 08 DE AGOSTO DE 2019. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

Publicação Nº 2138840

DECRETO Nº 080, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.423/18.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 100.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do município.

03 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0149 – Aplicações Diretas...R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 08 DE AGOSTO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 081, DE 08 DE AGOSTO DE 2019. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 2138841

DECRETO Nº 081, DE 08 DE AGOSTO DE 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.423 de 20/11/2018.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Tangará, com a utilização de recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

09-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TANGARÁ

Atividade 2005

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.03.3402 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Atividade 2006

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.03.3038 Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 08 DE AGOSTO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 083, DE 12 DE AGOSTO DE 2019. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 2138843

DECRETO Nº 083, DE 12 DE AGOSTO DE 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.423/18.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 8.260,33 (Oito mil, duzentos e sessenta reais e trinta e três centavos) na seguinte dotação do atual orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Tangará, com a utilização de recursos do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

11-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TANGARÁ

Atividade 2014

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.0.3435 Aplicações Diretas R\$ 8.260,33

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 12 DE AGOSTO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 085, DE 16 DE AGOSTO DE 2019. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 2138844

DECRETO Nº 085, DE 16 DE AGOSTO DE 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 2.423/18.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado no atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Atividade 2025

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 16 DE AGOSTO DE 2019.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 086, DE 19 DE AGOSTO DE 2019. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

Publicação Nº 2138846

DECRETO Nº 086, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº. 2.423/18.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Atividade 2020

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas...R\$ 25.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do município.

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER

Atividade 2020

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0401 – Aplicações Diretas...R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 19 DE AGOSTO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 087, DE 20 DE AGOSTO DE 2019. "ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

Publicação Nº 2138848

DECRETO Nº 087, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº. 2.423/18 e 2.462/19.

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento do Hospital Municipal Frei Rogério.

10 – HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Atividade 2013

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0402 – Aplicações Diretas...R\$ 200.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica suplementada a importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) na seguinte dotação do atual orçamento do Hospital Municipal Frei Rogério.

10 – HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Projeto 1004

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0402 – Aplicações Diretas...R\$ 200.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 20 DE AGOSTO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 088, DE 20 DE AGOSTO DE 2019. "SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

Publicação Nº 2138850

DECRETO Nº 088, DE 20 DE AGOSTO DE 2019.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com as Leis nº 2.423/18 e 2459/19.

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a importância de R\$ 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil reais) nas seguintes dotações do atual orçamento do Município, com a utilização de recursos do excesso de arrecadação apurado na atual exercício.

05-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER**Projeto 1007**

Modalidade de Aplicação 4.4.90.00.00.0401 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Atividade 2022

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Atividade 2025

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

06-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**Atividade 2027**

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

07-SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO**Atividade 2030**

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

08-SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**Atividade 2026**

Modalidade de Aplicação 3.3.90.00.00.0149 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 20 DE AGOSTO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR N.º 105, 27 DE AGOSTO DE 2019 "AMPLIA O PERÍMETRO URBANO DE TANGARÁ EM ÁREA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 2138892

LEI COMPLEMENTAR N.º 105, 27 DE AGOSTO DE 2019***"AMPLIA O PERÍMETRO URBANO DE TANGARÁ EM ÁREA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"***

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, I, da Lei Orgânica do Município de Tangará c/c as disposições da LC n.º 048/09, faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. A presente Lei Complementar amplia e dá nova delimitação ao perímetro urbano do Município de Tangará, alterando nessa parte, a Lei Complementar n.º 048, de 27 de agosto de 2009.

Art. 2º. O perímetro urbano do Município de Tangará é ampliado segundo descrevem os parâmetros de confrontações seguintes, inserindo-se nesse contexto a seguinte área que será considerada urbana para todos os fins:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **M01** de coordenadas **E=474.571,457 m e N= 7.002.946,278 m**; deste segue confrontando com a Área Urbana com o azimuth de 135°11'06" e a distância de 57,17 m, até o vértice **M02** de coordenadas **E=474.611,750 m e N=7.002.905,725 m**; deste segue confrontando com a Área Urbana com o azimuth de 136°03'39" e a distância de 71,94 m, até o vértice **M03** de coordenadas **E=474.661,668 m e N=7.002.853,923 m**; deste segue confrontando com a Área Urbana com o azimuth de 247°38'45" e a distância de 204,20 m, até o vértice **M04** de coordenadas **E=474.472,811 m e N=7.002.776,258 m**; deste segue confrontando com a Área Urbana com o azimuth de 149°46'10" e a distância de 67,72 m, até o vértice **M05** de coordenadas **E=474.506,907 m e N=7.002.717,745 m**; deste segue confrontando com Um Terreno Rural de propriedade de Artemio Fritzen e Lucia Maria Fritzen, matrícula nº 0237, com o azimuth de 276°25'37" e a distância de 63,61 m, até o vértice **P16** de coordenadas **E=474.443,694 m e N=7.002.724,866 m**; deste segue confrontando com Um Terreno Rural de propriedade de Sopasta S.A Indústria e Comércio, matrícula nº 6.476 com o azimuth de 354°57'40" e a distância de 132,41 m, até o vértice **P17** de coordenadas **E=474.432,065 m e N=7.002.856,763 m**; deste segue confrontando Um Terreno Rural de propriedade de Sopasta S.A Indústria e Comércio, matrícula nº 6.476 com o azimuth de 355°02'17" e a distância de 71,84 m, até o vértice **P01** de coordenadas **E=474.425,852 m e N=7.002.928,330 m**; deste segue confrontando com Um terreno urbano de propriedade de Orivaldo Kochhann, Marlene Ceron

Kochhann e Fabiano Ceron Kochhann, matrícula nº 6.294, com o azimuth de 82°58'22" e a distância de 146,71 m, até o vértice **M01** de coordenadas **E=474.571,457 m e N=7.002.946,278 m**; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao **Meridiano Central 51°WGr/EGr**, tendo como o DATUM - Sirgas2000. Todos os azimuths e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 3º. Considerando as diretrizes para o uso e ocupação do solo estabelecidas pelo Plano Diretor no que se refere aos zoneamentos da cidade, tendo como referência as características dos ambientes naturais e construídos, em concordância com a política do desenvolvimento físico-territorial, fica estabelecido que a ampliação do perímetro urbano do Município de Tangará nessa área delimitada e configurada no art. 2º, será restrita ao uso residencial, classificado como ZRP3 (Zona Residencial Predominante 3), nos termos do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei Complementar n.º 048/09 (Plano Diretor do Município de Tangará).

Art. 4º. Constará do mapeamento oficial do perímetro urbano do Município de Tangará para efeito de caracterização e individualização da área ampliada, sua nova delimitação nos parâmetros descritos no art. 2º desta Lei Complementar.

Art. 5º. No que couber, e em casos omissos, a presente Lei Complementar será subsidiada pelo Plano Diretor Municipal vigente.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 27 DE AGOSTO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº 104, DE 27 DE AGOSTO 2019. "INSTITUI O CÓDIGO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 2138889

LEI COMPLEMENTAR Nº 104, DE 27 DE AGOSTO 2019.***"INSTITUI O CÓDIGO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."***

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais vigentes, faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º - Fica instituído o Código Sanitário do Município de Tangará, fundamentado nos princípios expressos na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, na Constituição do Estado de Santa Catarina, nas Leis Orgânicas da Saúde - Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no Código de Saúde do Estado de Santa Catarina, e na Lei Orgânica do Município de Tangará.

Art. 2º - Todos os assuntos relacionados com as ações de vigilância sanitária serão regidos pelas disposições contidas nesta Lei, nas normas técnicas especiais, portarias e resoluções, a serem determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde, respeitadas, no que couber, a Legislação Federal e Estadual.

Art. 3º - Sujeitam-se a presente Lei, todos os estabelecimentos de saúde e de interesse à saúde, sejam de caráter privado, público ou filantrópico, assim como outros locais que ofereçam riscos à saúde.

**CAPÍTULO II
COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES**

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por vigilância sanitária o conjunto de ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e

II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

Art. 5º - Consideram-se como controle sanitário as ações desenvolvidas pelas autoridades sanitárias com vistas à aprovação de projetos arquitetônicos, ao monitoramento da qualidade dos produtos para saúde e de interesse à saúde e a verificação das condições para o licenciamento e funcionamento dos estabelecimentos de saúde e de interesse à saúde, abrangendo:

I - a inspeção e orientação;

II - a fiscalização;

III - a lavratura de termos e autos;

IV - a aplicação de sanções.

Art. 6º - São sujeitos ao controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias:

I. Drogas, medicamentos, imunobiológicos, insumos farmacêuticos e produtos para saúde;

II. Sangue, hemocomponentes e hemoderivados;

III. Produtos de higiene pessoal, cosméticos, perfumes e saneantes;

IV. Alimentos, águas envasadas, matérias-primas alimentares, artigos e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos;

V. Produtos tóxicos e radioativos;

VI. Estabelecimentos de saúde, de interesse à saúde e outros ambientes que ofereçam riscos à saúde, de natureza pública e privada;

VII. Resíduos sólidos gerados pelos serviços de saúde e de interesse à saúde;

VIII. Veiculação de propaganda de produtos farmacêuticos e outros produtos que possam comprometer a saúde, de acordo com as normas federais;

IX. Outros produtos, substâncias, aparelhos e equipamentos que possam provocar danos à saúde.

§ 1º - Os responsáveis por imóveis, domicílios e estabelecimentos comerciais e industriais deverão impedir o acúmulo de lixo, entulho, restos de alimentos, água

empoçada ou qualquer outra condição que propicie alimentação, criatório ou abrigo de animais sinantrópicos.

§ 2º - É vedada a criação de animais, no perímetro urbano, que pela sua natureza ou quantidade, sejam considerados causa de insalubridade, incômodo ou riscos à saúde pública.

§ 3º - É vedada a construção de qualquer edificação, seja nova ou antiga em processo de regularização, sem apresentação por parte do interessado, de Projeto hidrossanitário, seja de tratamento individual ou rede pública de coleta de esgoto, que atenda a NBR 7229/1993 e NBR 13969/97, elaborado por profissional habilitado junto ao CREA/SC, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), para fins de análise e aprovação quanto a disposição final do esgoto da edificação.

Art. 7º - As ações de vigilância sanitária serão executadas pelas autoridades sanitárias municipais, que terão livre acesso, mediante identificação por meio de credencial de fiscal sanitário, aos estabelecimentos e ambientes sujeitos ao controle sanitário.

§ 1º - São consideradas autoridades sanitárias para os efeitos desta Lei:

I - os profissionais da equipe municipal de vigilância sanitária investidos na função fiscalizadora;

II - o responsável pelo Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

§ 2º - Os estabelecimentos, por seus dirigentes ou prepostos, são obrigados a prestar os esclarecimentos necessários referentes ao desempenho de suas atribuições legais e a exibir, quando exigidos, quaisquer documentos que digam respeito ao fiel cumprimento das normas de prevenção à saúde.

Art. 8º - Os profissionais das equipes de vigilância sanitária, investidos das suas funções fiscalizadoras, serão competentes para fazer cumprir as leis e regulamentos sanitários, expedindo termos e autos, referentes à prevenção e controle de bens e serviços sujeitos à vigilância sanitária.

Parágrafo único - O Secretário Municipal de Saúde, excepcionalmente, poderá desempenhar funções de fiscalização, com as mesmas prerrogativas e atribuições conferidas pela presente Lei às autoridades sanitárias.

Art. 9º - Compete à Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo de outras atribuições:

I – promover e participar de todos os meios de educação, orientação, controle e execução das ações de vigilância e fiscalização sanitária, em todo o território do município;

II – planejar, organizar e executar as ações de promoção e proteção à saúde individual e coletiva, por meio dos serviços de vigilância sanitária, tendo como base o perfil epidemiológico do município;

III – garantir infraestrutura e recursos humanos adequados à execução de ações de vigilância sanitária;

IV – promover capacitação e valorização dos recursos humanos existentes na vigilância sanitária, visando aumentar a eficiência das ações e serviços;

V – promover, coordenar, orientar e custear estudos de interesse da saúde pública;

VI – assegurar condições adequadas de qualidade na produção, comercialização e consumo de bens e serviços de interesse à saúde, incluídos procedimentos, métodos e técnicas que as afetam;

VII – assegurar condições adequadas de qualidade para prestação de serviços de saúde;

VIII – promover ações visando o controle de fatores de risco à saúde;

IX – promover a participação da comunidade nas ações da vigilância sanitária;

X – organizar atendimento de reclamações e denúncias;

XI – notificar e investigar eventos adversos à saúde, de que tomar conhecimento ou for cientificada por usuários ou profissionais de saúde, decorrentes do uso ou emprego de: medicamentos e drogas; produtos para saúde; cosméticos e perfumes; saneantes; agrotóxicos; alimentos industrializados; e outros produtos definidos por legislação sanitária.

CAPÍTULO III

DA LICENÇA SANITÁRIA

Art. 10 - Os estabelecimentos sujeitos ao controle e à fiscalização sanitária somente funcionarão mediante licença sanitária expedida pelo órgão de vigilância sanitária, com validade por um ano, renovável por períodos iguais e sucessivos.

§ 1º - A concessão ou renovação da Licença Sanitária será condicionada ao cumprimento de requisitos técnicos referentes às instalações, aos produtos, máquinas,

equipamentos, normas e rotinas do estabelecimento, comprovados pela autoridade sanitária competente.

§ 2º - A Licença Sanitária poderá, a qualquer tempo, ser suspensa, cassada ou cancelada, no interesse da saúde pública, sendo assegurado ao proprietário do estabelecimento o exercício do direito de defesa e do contraditório, em processo administrativo instaurado pelo órgão sanitário competente.

§ 3º - A Secretaria Municipal de Saúde, através de Regulamentos Técnicos específicos, e tendo em vista o ramo de atividades desenvolvidas, poderá exigir a Licença Sanitária para o funcionamento de outros estabelecimentos não previstos nesta Lei.

§ 4º - Todo estabelecimento deve comunicar formalmente ao órgão que emitiu a respectiva licença sanitária qualquer alteração e/ou encerramento de suas atividades.

§ 5º - A Licença Sanitária será emitida, específica e independente, para:

- I – cada estabelecimento, de acordo com à atividade e/ou serviço exercido, ainda que exista mais de uma unidade na mesma localidade;
- II – cada atividade e/ou serviço desenvolvido na unidade do estabelecimento, de acordo com a legislação;
- III – cada atividade e/ou serviço terceirizado existente na unidade do estabelecimento, de acordo com a legislação.

CAPÍTULO IV DAS TAXAS

Art. 11 – As ações de vigilância sanitária executadas pelo órgão correspondente da Secretaria Municipal da Saúde ensejarão a cobrança de Taxas de Vigilância Sanitária, as quais estão descritas na Tabela XI da Lei Complementar Municipal n.º 013/02 – Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 12 – Os valores da Taxa de Vigilância Sanitária e das multas em virtude do exercício das ações de vigilância sanitária serão recolhidos aos cofres públicos do Município.

Art. 13 – Os valores recolhidos, mencionados no artigo anterior, serão destinados ao custeio e à manutenção da estrutura do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

Art. 14 - São isentos da Taxa de Vigilância Sanitária:

I - órgãos da administração direta, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; e

II - associações, fundações, entidades de caráter beneficente, filantrópico, caritativo ou religioso que não remunerem seus dirigentes, não distribuam lucros a qualquer título e apliquem seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais;

Parágrafo único - A isenção da Taxa de Vigilância Sanitária não dispensa a obrigatoriedade do cumprimento das exigências contidas nas normas legais e regulamentares.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

Seção I

Fiscalização dos Estabelecimentos de Saúde

Art. 15 – Sujeitam-se ao controle e à fiscalização sanitária os estabelecimentos de saúde.

Art. 16 - Para os efeitos desta Lei, consideram-se estabelecimentos de saúde:

I – serviços médicos;

II – serviços odontológicos;

III – serviços de diagnósticos e terapêuticos;

IV – outros serviços de saúde definidos por legislação específica.

Parágrafo único - Os estabelecimentos a que se refere o artigo anterior deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibilitar à existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo e deverão ser objeto de desratização, desinsetização e manutenções periódicas.

Art. 17 - Os estabelecimentos de saúde deverão adotar normas e procedimentos visando o controle de infecção relacionada à assistência à saúde.

Parágrafo único. É responsabilidade pessoal dos profissionais de saúde o controle de infecção em seus ambientes de trabalho.

Art. 18 - Os estabelecimentos de saúde e os veículos para transporte de pacientes deverão ser mantidos em rigorosas condições de higiene, devendo ser observadas as normas de controle de infecção estipuladas na legislação sanitária.

Art. 19 - Os estabelecimentos de saúde deverão adotar procedimentos adequados na geração, acondicionamento, fluxo, transporte, armazenamento, destino final, e demais questões relacionadas a resíduos de serviços de saúde, conforme legislação sanitária e ambiental vigente.

Art. 20 - Os estabelecimentos de saúde deverão possuir condições adequadas para o exercício da atividade profissional na prática de ações que visem à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde.

Parágrafo único - Estes estabelecimentos deverão possuir instalações, equipamentos, instrumentais, utensílios e materiais de consumo, indispensáveis e condizentes com suas finalidades e em perfeito estado de conservação e funcionamento, de acordo com normas técnicas específicas.

Art. 21 - Os estabelecimentos de saúde deverão possuir quadro de recursos humanos legalmente habilitados, em número adequado à demanda e às atividades desenvolvidas.

Seção II

Fiscalização dos Estabelecimentos de Interesse à Saúde

Art. 22 - Para os efeitos desta Lei, consideram-se estabelecimentos de interesse à saúde:

I – barbearias, salões de beleza, pedicures, manicures, massagens, estabelecimentos esportivos (ginástica, natação, academias de artes marciais e outros), creches, tatuagens, piercings, cemitérios, necrotérios, funerárias, piscinas de uso coletivo, hotéis, motéis, pousadas, instituições de longa permanência para idosos e outros;

II – os que extraem, produzem, fabricam, transformam, preparam, manipulam, purificam, fracionam, embalam, reembalam, importam, exportam, armazenam, expedem, transportam, compram, vendem, dispensam, cedem ou usam os produtos

mencionados no art. 6º;

III – os laboratórios de pesquisa, de análise de produtos alimentícios, água, medicamentos e produtos para saúde e de controle de qualidade de produtos, equipamentos e utensílios de interesse à saúde;

IV – os que prestam serviços de desratização e desinsetização de ambientes domiciliares, públicos e coletivos;

V – os que degradam o meio ambiente por meio de resíduos contaminantes e os que contribuem para criar ambiente insalubre ao ser humano ou propício ao desenvolvimento de animais sinantrópicos;

VI - outros estabelecimentos cuja atividade possa, direta ou indiretamente, provocar danos ou agravos à saúde individual ou coletiva.

Parágrafo único - Os estabelecimentos referidos neste artigo deverão ser mantidos em perfeitas condições de higiene e limpeza, organizados de modo a não possibilitar a existência de focos de insalubridade em seu ambiente interno e externo e deverão ser objeto de desratização, desinsetização e manutenções periódicas.

Seção III

Fiscalização de Produtos

Art. 23 – Todo produto destinado ao consumo humano comercializado e/ou produzido no município, estará sujeito à fiscalização sanitária municipal, respeitando os termos desta Lei e a legislação federal e estadual, no que couber.

Parágrafo único - A produção de alimentos de origem animal, como carnes, leite, ovos, mel e seus derivados, bem como bebidas alcoólicas ou não, líquida ou em pó com exceção da bebida energética e polpa de frutas é atribuição e competência dos órgãos da Agricultura (SIF/SIE/SIM).

Art. 24 – O controle sanitário a que estão sujeitos os produtos de interesse da saúde compreende todas as etapas e processos, desde a sua produção até sua utilização e/ou consumo.

Art. 25 – No controle e fiscalização dos produtos de interesse da saúde serão observados os padrões de identidade, qualidade e segurança definidos por legislação específica.

§ 1º - A autoridade sanitária fará, sempre que considerar necessário, coleta de amostras do produto, para efeito de análise.

§ 2º - Os procedimentos para coleta e análise de amostras serão definidos em normas técnicas específicas.

§ 3º - A amostra do produto considerado suspeito deverá ser encaminhada ao laboratório oficial, para análise fiscal.

Art. 26 – É proibido qualquer procedimento de manipulação, beneficiamento ou fabricação de produtos que concorram para adulteração, falsificação, alteração, fraude ou perda de qualidade dos produtos de interesse da saúde.

CAPÍTULO VI

NOTIFICAÇÃO

Art. 27 - Fica a critério da autoridade sanitária a lavratura e expedição de um Relatório de Inspeção, bem como Auto de Intimação ao estabelecimento para que faça ou deixe de fazer alguma coisa, com indicação da disposição legal ou regulamentar pertinente, devendo conter a identificação completa do inspecionado.

§ 1º - Quando lavrado e expedido a referida Intimação, o prazo concedido para o cumprimento das exigências nele contidas será de até 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por no máximo mais 90 (noventa) dias, a critério da autoridade sanitária, caso seja requerido pelo interessado, até 10 (dez) dias antes do término do prazo inicialmente concedido e desde que devidamente fundamentado.

§ 2º - Decorrido o prazo concedido e não sendo atendida a notificação, será lavrado auto de infração e instaurado processo administrativo sanitário.

CAPÍTULO VII

PENALIDADESE INFRAÇÕES SANITÁRIAS

Seção I

Normas Gerais

Art. 28 - Considera-se infração sanitária a desobediência ao disposto nesta Lei, nas leis federais, estaduais e nas demais normas legais e regulamentares, que de qualquer forma, destinem-se à proteção, promoção, preservação e recuperação da saúde.

Art. 29 - Responderá pela infração sanitária a pessoa física e/ou jurídica que, por ação ou omissão, lhe deu causa, concorreu para sua prática ou dela se beneficiou.

§ 1º - Para fins deste artigo, considera-se causa a ação ou omissão sem a qual à infração sanitária não teria ocorrido.

§ 2º - Exclui a imputação de infração a causa decorrente de força maior ou proveniente de eventos naturais ou circunstâncias imprevisíveis, que vier a determinar avarias, deterioração ou alteração de equipamentos, produtos e serviços de interesse à saúde.

Art. 30 - Os fabricantes e fornecedores de equipamentos, produtos e serviços de interesse à saúde respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados para o consumo e/ou utilização.

Art. 31 - Na apuração das infrações sanitárias, à autoridade sanitária comunicará o fato:

I - à autoridade policial e ao Ministério Público, nos casos que possam configurar ilícitos penais;

II - aos conselhos profissionais, nos casos que possam configurar violação aos códigos de ética profissional.

Seção II

Das Penalidades

Art. 32 - As infrações sanitárias, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas;

IV - apreensão de animais;

V - suspensão de venda e/ou fabricação de produtos, equipamentos, utensílios e recipientes;

VI - inutilização de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes, matérias-primas e insumos;

VII - interdição parcial ou total de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, máquinas, produtos e equipamentos;

VIII - suspensão e/ou proibição de propaganda e/ou publicidade;

IX – cancelamento da Licença Sanitária Municipal;

X - imposição de mensagem retificadora;

XI - cancelamento da notificação de produto alimentício.

§ 1º – Aplicada a penalidade de inutilização, o infrator deverá cumpri-la, arcando com seus custos, no prazo determinado pela autoridade sanitária, respeitando a legislação e apresentando o respectivo comprovante.

§ 2º – Aplicada a penalidade de interdição, essa vigorá até que o infrator cumpra as medidas exigidas pela legislação sanitária, solicite a realização de nova inspeção sanitária e que à autoridade julgadora se manifeste sobre o pleito de desinterdição de maneira fundamentada.

Art. 33 - A pena de multa consiste no pagamento em moeda corrente no país, variável segundo a classificação das infrações constantes do art. 37, conforme os seguintes limites:

I - nas infrações leves, de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 1.000,00 (mil reais);

II - nas infrações graves, de R\$ 1.001,00 (mil e um reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

III - nas infrações gravíssimas, de R\$ 2.001,00 (dois mil e um reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Parágrafo único - As multas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro em caso de reincidência e reincidência específica.

Art. 34 - Para imposição da pena e a sua graduação, à autoridade sanitária levará em conta:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;

III - os antecedentes do autuado quanto ao descumprimento da legislação sanitária;

IV - a capacidade econômica do autuado;

V - os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Parágrafo único - Havendo concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, à autoridade sanitária levará em consideração as que sejam preponderantes.

Art. 35 - São circunstâncias atenuantes:

I – ser primário o autuado;

II – não ter sido a ação do autuado fundamental para a ocorrência do evento;

III – procurar o autuado, espontaneamente, durante o processo administrativo sanitário, reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe foi imputado.

Parágrafo único - Considera-se, para efeito desta Lei, infrator primário a pessoa física ou jurídica que não tiver sido condenada em processo administrativo sanitário nos 5 (cinco) anos anteriores à prática da infração em julgamento.

Art. 36 - São circunstâncias agravantes:

I - ser o autuado reincidente;

II - ter o autuado cometido à infração para obter vantagem pecuniária decorrente de ação ou omissão em desrespeito à legislação sanitária;

III - ter o autuado coagido outrem para à execução material da infração;

IV - ter à infração consequências calamitosas à saúde pública;

V - ter o autuado deixado de adotar providências de sua responsabilidade para evitar ou sanar a situação que caracterizou à infração;

VI - ter o autuado agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má-fé;

VII - ter o autuado praticado à infração que envolva a produção em larga escala.

Art. 37 - As infrações sanitárias classificam-se em:

I - leves, quando o autuado for beneficiado por circunstância atenuante;

II - graves, quando for verificada uma circunstância agravante;

III - gravíssimas:

a) quando existirem duas ou mais circunstâncias agravantes;

b) quando à infração tiver consequências danosas à saúde pública;

c) quando ocorrer reincidência específica.

Parágrafo único - Considera-se reincidência específica a repetição pelo autuado da mesma infração pela qual já foi condenado.

Art. 38 - Na aplicação da penalidade de multa, a capacidade econômica do infrator será observada dentro dos limites de natureza financeira correspondente à classificação da infração sanitária prevista no artigo 33.

Art. 39 - As multas impostas em razão da infração sanitária sofrerão redução de 20% (vinte por cento), caso o pagamento seja efetuado no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data em que o infrator for notificado da decisão que lhe imputou a referida penalidade.

Art. 40 - O pagamento da multa, em qualquer circunstância, implicará a desistência tácita de recurso em relação à sua aplicação, permanecendo o processo administrativo em relação às demais penalidades eventualmente aplicadas cumulativamente.

Art. 41 - Quando aplicada pena de multa e não ocorrer o seu pagamento ou interposição de recurso, a decisão será publicada nos meios oficiais e em seguida o infrator será notificado para recolhê-la no prazo de 30 (trinta) dias, na forma da alínea a do inciso I do artigo 105, sob pena de cobrança judicial.

Art. 42 - Nos casos de risco sanitário iminente, a autoridade sanitária poderá determinar de imediato, sem a necessidade de prévia manifestação do interessado, a apreensão e interdição de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes, matérias-primas, insumos, estabelecimentos, seções, dependências, obras, veículos, máquinas, assim como a suspensão de vendas, atividades e outras providências acauteladoras, as quais não configurarão aplicação de penalidade sanitária, mas sim o regular exercício das prerrogativas da administração pública.

§ 1º - Concomitante às medidas acauteladoras previstas no caput deste artigo, à autoridade sanitária deverá lavrar auto de infração.

§ 2º - As medidas acauteladoras previstas neste artigo durarão no máximo 90 (noventa) dias.

Seção III

Das Infrações Sanitárias

Art. 43 - Construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território municipal, laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, produtos para a saúde, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes:

Pena – advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 44 - Construir, instalar ou fazer funcionar hospitais, postos ou unidades de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena – advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 45 - Instalar ou manter em funcionamento consultórios médicos, odontológicos e estabelecimentos de pesquisas clínicas, clínicas de hemodiálise, serviços hemoterápicos, bancos de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termais, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios X, substâncias radioativas, ou radiações ionizantes e outras, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, sem licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena – advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 46 - Explorar atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas relacionadas à saúde, com ou sem a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença sanitária, autorização do

órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena – advertência, apreensão de produtos, equipamentos, utensílios, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 47 - Extrair, produzir, fabricar, transformar, reutilizar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, produtos para a saúde, embalagens, recipientes, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença sanitária, autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena – advertência, apreensão e inutilização de produtos, equipamentos, utensílios, embalagens, recipientes e matérias-primas ou interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 48 - Fazer veicular propaganda de produtos e serviços sujeitos à vigilância sanitária contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e multa.

Art. 49 - Deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes:

Pena – advertência e/ou multa.

Art. 50 - Impedir ou dificultar à aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis, zoonoses e quaisquer outras, além do sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias:

Pena – advertência e/ou multa.

Art. 51 - Reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção de doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde:

Pena – advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, utensílios, recipientes, produtos e equipamentos, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 52 - Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções:

Pena – advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, obras, veículos, utensílios, recipientes, máquinas, produtos e equipamentos ou cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 53 - Aviar receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa em lei e normas regulamentares:

Pena – advertência, interdição de estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 54 - Fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e produtos para a saúde cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares:

Pena – advertência, interdição de estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 55 - Retirar ou aplicar sangue, hemocomponentes, hemoderivados, proceder à operações de plasmaferese, ou desenvolver outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares:

Pena – advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, veículos, equipamentos e produtos, inutilização, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 56 - Exportar sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utilizá-los contrariando as disposições legais e regulamentares:

Pena – advertência, interdição de estabelecimento, seções, dependências, veículos, equipamentos e produtos, inutilização, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 57 - Rotular alimentos, produtos alimentícios, bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, produtos para saúde, saneantes, de correção estética e quaisquer outros de interesse à saúde, contrariando as normas legais e regulamentares:

Pena – advertência, interdição, apreensão e inutilização e/ou multa.

Art. 58 - Alterar o processo de fabricação de produtos sujeitos à vigilância sanitária, modificar os seus componentes básicos, nome, e demais elementos objeto do registro, sem a necessária autorização do órgão sanitário competente:

Pena – advertência, interdição, apreensão e inutilização, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 59 - Reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos, perfumes e quaisquer outros de interesse à saúde:

Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 60 - Importar ou exportar, expor à venda ou entregar ao consumo produtos de interesse da saúde cujo prazo de validade tenha se expirado, ou apor-lhes novas datas, depois de expirado o prazo:

Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 61 - Produzir, comercializar, embalar, manipular, fracionar produtos sujeitos à vigilância sanitária sem à assistência de responsável técnico, legalmente habilitado.

Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 62 - Construir, reformar ou adequar estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária sem a prévia aprovação do projeto pelo órgão sanitário competente.

Pena – advertência, interdição e/ou multa.

Art. 63 - Utilizar, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados:

Pena – advertência, apreensão e inutilização, suspensão de vendas, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 64 - Comercializar produtos biológicos, imunoterápicos e outros de interesse à saúde que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem observância das condições necessárias à sua preservação:

Pena – advertência, apreensão e inutilização, suspensão de vendas, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 65 - Executar serviços de desratização, desinsetização, desinfestação e imunização de ambientes e produtos e/ou aplicar métodos contrariando as normas legais e regulamentares.

Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição de estabelecimento, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 66 - Descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias relativas ao transporte de produtos sujeitos à vigilância sanitária e de pacientes.

Pena – advertência, interdição e/ou multa.

Art. 67 - Descumprir normas legais e regulamentares relativas à imóveis e/ou manter condições que contribuam para a proliferação de roedores, vetores e animais sinantrópicos que possam configurar risco sanitário:

Pena – advertência, interdição, cancelamento de licença sanitária e/ou multa.

Art. 68 - Exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal:

Pena – interdição, apreensão, e/ou multa.

Art. 69 - Atribuir encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal:

Pena – interdição, apreensão, e/ou multa.

Art. 70 - Proceder à cremação de cadáveres, ou utilizá-los, contrariando as normas sanitárias pertinentes:

Pena – advertência, interdição e/ou multa.

Art. 71 - Fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos para a saúde, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública:

Pena – advertência, apreensão e inutilização, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 72 - Transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária, proibição de propaganda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e/ou multa.

Art. 73 - Produzir, comercializar ou entregar ao consumo humano sal refinado, moído ou granulado, que não contenha iodo na proporção estabelecida pelo órgão competente:

Pena – advertência, apreensão e interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 74 - Descumprir atos emanados das autoridades sanitárias competentes, visando à aplicação das normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária, proibição de propaganda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e/ou multa.

Art. 75 - Descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas à importação ou exportação de matérias-primas ou produtos sujeitos à vigilância sanitária:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária, e/ou multa.

Art. 76 - Descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas à estabelecimentos e boas práticas de fabricação de matérias-primas e de produtos sujeitos à vigilância sanitária:

Pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 77 - Proceder a qualquer mudança de estabelecimento de armazenagem de produtos, matérias-primas, insumos, equipamentos, produtos para a saúde e quaisquer outros sob interdição, sem autorização do órgão sanitário competente:

Pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 78 - Proceder à comercialização de produtos, matérias-primas, insumos, equipamentos, produtos para a saúde e quaisquer outros sob interdição:

Pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 79 - Deixar de garantir, em estabelecimentos destinados à armazenagem e/ou distribuição de produtos sujeitos à vigilância sanitária, a manutenção dos padrões de identidade e qualidade de produtos, matérias-primas, insumos, equipamentos, produtos para a saúde e quaisquer outros sob interdição, aguardando inspeção física ou a realização de diligências requeridas pelas autoridades sanitárias competentes:

Pena – advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 80 - Deixar de comunicar ao órgão de vigilância sanitária competente à interrupção, suspensão ou redução da fabricação ou da distribuição dos medicamentos de tarja vermelha, de uso continuado ou essencial à saúde do indivíduo, ou de tarja preta, provocando o desabastecimento do mercado:

Pena – advertência, interdição total ou parcial do estabelecimento, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 81 - Contribuir para que a poluição da água e do ar atinja níveis ou categorias de qualidade inferior aos previstos nas normas legais e regulamentares:

Pena – advertência, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 82 - Emitir ou despejar efluente ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido em normas legais e regulamentares:

Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 83 - Causar poluição hídrica que leve à interrupção do abastecimento público de água, em razão de atividade sujeita à vigilância sanitária:

Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 84 - Causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, de habitantes, em razão de atividade sujeita à vigilância sanitária:

Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 85 - Causar poluição do solo, tornando área urbana ou rural imprópria para ocupação, em razão de atividade sujeita à vigilância sanitária:

Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento da licença sanitária e/ou multa.

Art. 86 - Utilizar ou aplicar defensivos agrícolas ou agrotóxicos, contrariando as normas legais e regulamentares e/ou as restrições constantes do registro do produto:

Pena – advertência, apreensão e inutilização, interdição e/ou multa.

Art. 87 – As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária prescrevem em 05 (cinco) anos.

Parágrafo único – a prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente, que objetive a sua apuração e consequente imposição de pena.

CAPÍTULO VIII
PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO
Seção I
Normas Gerais

Art. 88 - O processo administrativo sanitário é destinado a apurar a responsabilidade por infrações das disposições desta Lei e demais normas legais e regulamentares destinadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, sendo iniciado com a lavratura de auto de infração, assegurando-se ao autuado o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, observado o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei.

Art. 89 - Constatada a infração sanitária, à autoridade sanitária, no exercício da ação fiscalizadora, lavrará, no local em que essa for verificada ou na sede da vigilância sanitária, o auto de infração sanitária, o qual deverá conter:

I - nome do autuado ou responsável, seu domicílio e residência, bem como outros elementos necessários a sua qualificação e identidade civil;

II - local, data e hora da verificação da infração;

III - descrição da infração e menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV - penalidade a que está sujeito o autuado e o respectivo preceito legal que autoriza sua imposição;

V - ciência, pelo autuado, de que responderá pelo fato constatado em processo administrativo sanitário;

VI - assinatura do servidor autuante;

VII - assinatura do autuado, ou na sua ausência ou recusa, menção pelo servidor autuante, e à assinatura de duas testemunhas, quando possível;

VIII - prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de defesa ou de impugnação do auto de infração.

§ 1º - Ao autuado é facultada vista ao processo a qualquer tempo, no órgão sanitário, podendo requerer, a suas expensas, cópias das peças que instruem o feito.

§ 2º - Quando, apesar da lavratura do auto de infração, subsistir, ainda, para o autuado, obrigação a cumprir, deverá o mesmo ser notificado para cumprimento no prazo de até 30 (trinta) dias.

§ 3º - O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado, em casos excepcionais, por no máximo mais 90 (noventa) dias, a critério da autoridade sanitária, considerado o risco sanitário, caso seja requerido pelo interessado, até 10 (dez) dias antes do término do prazo inicialmente concedido e desde que devidamente fundamentado.

§ 4º - O servidor autuante é responsável pelas declarações e informações lançadas no auto de infração e no termo de notificação, sujeitando-se a sanções disciplinares em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 90 – A ciência da lavratura de auto de infração, de decisões prolatadas e/ou de qualquer comunicação a respeito de processo administrativo sanitário dar-se-á por uma das seguintes formas:

I - ciência direta ao inspecionado, autuado, mandatário, empregado ou preposto, provada com sua assinatura ou, no caso de recusa, sua menção pela autoridade sanitária que efetuou o ato;

II - carta registrada com aviso de recebimento;

III - edital publicado na imprensa oficial.

Parágrafo único - Na impossibilidade de ser dado conhecimento diretamente ao interessado, e frustrado o seu conhecimento por carta registrada, este deverá ser cientificado por meio de edital, publicado uma vez na imprensa oficial, considerando-se efetiva a ciência após 5 (cinco) dias da sua publicação.

Art. 91 – Para os fins desta Lei contar-se-ão os prazos excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento.

§ 1º - Os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil após a ciência do autuado.

§ 2º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia não útil, devendo ser observado pelo autuado o horário de funcionamento do órgão competente.

Seção II

Da Análise Fiscal

Art. 92 - Compete à autoridade sanitária realizar de forma programada ou, quando necessária, a coleta de amostra de insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos de interesse da saúde, para efeito de análise fiscal.

Parágrafo único - Sempre que houver suspeita de risco à saúde, a coleta de amostra para análise fiscal deverá ser procedida com interdição cautelar do lote ou partida encontrada.

Art. 93 - A coleta de amostra para fins de análise fiscal deverá ser realizada mediante a lavratura do termo de coleta de amostra e do termo de interdição, quando for o caso, dividida em três invólucros, invioláveis, conservados adequadamente, de forma à assegurar a sua autenticidade e características originais, sendo uma delas entregue ao detentor ou responsável, a fim de servir como contraprova e as duas outras imediatamente encaminhadas ao laboratório oficial para realização das análises.

§ 1º - Se a natureza ou quantidade não permitir a coleta de amostra em triplicata, deverá ser colhida amostra única e encaminhada ao laboratório oficial para a realização de análise fiscal na presença do detentor ou fabricante do insumo, matéria prima, aditivo, coadjuvante, recipiente, equipamento, utensílio, embalagem, substância ou produto de interesse à saúde, não cabendo, neste caso, perícia de contraprova.

§ 2º - Na hipótese prevista no parágrafo anterior, se estiverem ausentes as pessoas ali mencionadas, deverão ser convocadas duas testemunhas para presenciar à análise.

§ 3º - Em produtos destinados ao uso ou consumo humanos, quando forem constatadas pela autoridade sanitária irregularidades ou falhas no acondicionamento ou embalagem, armazenamento, transporte, rótulo, registro, prazo de validade, venda ou exposição à venda que não atenderem às normas legais regulamentares e demais normas sanitárias, manifestamente deteriorados ou alterados, de tal forma que se justifique considerá-los, desde logo, impróprios para o consumo, fica dispensada a coleta de amostras, lavrando-se o auto de infração e termos respectivos.

§ 4º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior, às embalagens, aos equipamentos e utensílios, quando não passíveis de correção imediata e eficaz contra os danos que possam causar à saúde pública.

§ 5º - A coleta de amostras para análise fiscal se fará sem a remuneração do comerciante ou produtor pelo produto ou substância coletada.

Art. 94 - Quando a análise fiscal concluir pela condenação dos insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos de interesse da saúde, à autoridade sanitária deverá notificar o responsável para apresentar ao órgão de vigilância sanitária, defesa escrita ou requerer perícia de contraprova, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação acerca do resultado do laudo da análise fiscal inicial.

§ 1º - O laudo analítico condenatório será considerado definitivo quando não houver apresentação da defesa ou solicitação de perícia de contraprova, pelo responsável ou detentor, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - No caso de requerimento de perícia de contraprova o responsável deverá apresentar à amostra em seu poder e indicar o seu próprio perito, devidamente habilitado e com conhecimento técnico na área respectiva.

§ 3º - A perícia de contraprova não será efetuada se houver indícios de alteração e/ou violação da amostra em poder do detentor, prevalecendo, nesta hipótese, o laudo da análise fiscal inicial como definitivo.

§ 4º - Da perícia de contraprova será lavrada ata circunstanciada, datada e assinada por todos os participantes, cuja 1ª via integrará o processo de análise fiscal, e conterà os quesitos formulados pelos peritos.

§ 5º - Havendo divergência entre os resultados da análise fiscal inicial e da perícia de contraprova o responsável poderá apresentar recurso à autoridade superior, no prazo de 10 (dez) dias, o qual determinará novo exame pericial a ser realizado na segunda amostra em poder do laboratório oficial, cujo resultado será definitivo.

Art. 95 - Não sendo comprovada a infração objeto de apuração, por meio de análise fiscal ou contraprova, e sendo a substância ou produto, equipamentos ou utensílios considerados não prejudiciais à saúde pública, à autoridade sanitária lavrará notificação liberando-o e determinando o arquivamento do processo.

Art. 96 - O resultado definitivo da análise condenatória de substâncias ou produtos de interesse da saúde, oriundos de unidade federativa diversa, será obrigatoriamente comunicado aos órgãos de vigilância sanitária federal, estadual e municipal correspondente.

Art. 97 - Quando resultar da análise fiscal que substância, produto, equipamento, utensílios, embalagem são impróprios para o consumo, serão obrigatórias a sua apreensão e inutilização, bem como a interdição do estabelecimento, se necessária, lavrando-se os autos e termos respectivos.

Seção III

Do Procedimento

Art. 98 – Adotar-se-á o rito previsto nesta seção às infrações sanitárias previstas nesta Lei.

Art. 99 – O autuado terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar defesa ou impugnação, contados da ciência do auto de infração.

Parágrafo único - Apresentada defesa ou impugnação, os autos do processo administrativo sanitário serão remetidos ao servidor autuante, o qual terá o prazo de 10 (dez) dias para se manifestar, seguindo os autos conclusos para decisão do superior imediato.

Art. 100 - Após analisar a defesa, a manifestação do servidor autuante e os documentos que dos autos constam, o superior imediato decidirá fundamentadamente no prazo de 10 (dez) dias, do recebimento do processo administrativo sanitário.

§ 1º - A decisão de primeira instância será fundamentada em relatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária.

§ 2º - A decisão que não confirmar a existência da infração sanitária implicará no arquivamento do respectivo processo administrativo sanitário, devendo essa decisão obrigatoriamente ser publicada nos meios oficiais.

§ 3º - A decisão que confirmar a existência da infração sanitária fixará a penalidade aplicada ao autuado.

§ 4º - As eventuais inexatidões materiais que se encontrem na decisão, ocasionadas por erros de grafia ou de cálculo, poderão ser corrigidas por parte da autoridade julgadora.

Art. 101 - Decidida a aplicação da penalidade, o autuado poderá interpor recurso, em face da decisão de primeira instância, à mesma autoridade prolatora.

§ 1º - O recurso previsto no caput deverá ser interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da decisão de primeira instância.

§ 2º - O recurso terá efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária eventualmente aplicada, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 89 desta Lei.

Art. 102 - Após analisar o recurso interposto e os demais elementos constantes no respectivo processo administrativo sanitário, a autoridade superior decidirá fundamentadamente no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - A decisão de segunda instância será fundamentada em relatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária.

§ 2º - A decisão que não confirmar a existência da infração sanitária implicará no arquivamento do respectivo processo administrativo sanitário, devendo essa decisão obrigatoriamente ser publicada nos meios oficiais.

§ 3º - A decisão de segunda instância que confirmar a existência da infração sanitária fixará a penalidade aplicada ao autuado.

§ 4º - As eventuais inexactidões materiais que se encontrem na decisão, ocasionadas por erros de grafia ou de cálculo, poderão ser corrigidas por parte da autoridade julgadora.

Art. 103 - Decidida a aplicação da penalidade, o autuado poderá interpor recurso, em face da decisão de segunda instância, à autoridade superior dentro da mesma esfera governamental do órgão de vigilância sanitária.

§ 1º - O recurso previsto no caput deverá ser interposto no prazo de 20 (vinte) dias, contados da ciência da decisão de segunda instância.

§ 2º - O recurso terá efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária eventualmente aplicada, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 89 desta Lei.

Art. 104 – Após analisar o recurso interposto e os demais elementos constantes no respectivo processo administrativo sanitário, a autoridade superior decidirá fundamentadamente no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - A decisão de terceira instância é irrecorrível e será fundamentada em relatório circunstanciado, à vista dos elementos contidos nos autos, podendo confirmar ou não a existência da infração sanitária.

§ 2º - A decisão que não confirmar a existência da infração sanitária implicará no arquivamento do respectivo processo administrativo sanitário, devendo a mesma obrigatoriamente ser publicada nos meios oficiais.

§ 3º - A decisão que confirmar a existência da infração sanitária ensejará o cumprimento da penalidade aplicada ao infrator pela decisão de 2ª instância.

§ 4º - As eventuais inexatidões materiais que se encontrem na decisão ocasionadas por erros de escrita ou de cálculo poderão ser corrigidas por parte da autoridade julgadora.

Seção IV

Do cumprimento das decisões

Art. 105 – As decisões não passíveis de recurso serão obrigatoriamente publicadas nos meios oficiais para fins de publicidade e de eficácia, sendo cumpridas na forma abaixo:

I - penalidade de multa:

a) o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, sendo o valor arrecadado creditado aos cofres públicos.

b) o não recolhimento da multa, dentro do prazo fixado na alínea anterior, implicará na sua inscrição na dívida ativa do município, para fins de cobrança judicial, na forma da legislação pertinente, sendo o valor obtido utilizado exclusivamente nas ações de vigilância sanitária.

II - penalidade de apreensão e inutilização:

a) os insumos, matérias primas, aditivos, coadjuvantes, recipientes, equipamentos, utensílios, embalagens, substâncias e produtos de interesse da saúde serão apreendidos e inutilizados em todo o município, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

III - penalidade de suspensão de venda:

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinando a suspensão da venda do produto, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância

sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

IV - penalidade de cancelamento da licença sanitária:

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinando o cancelamento da licença sanitária e cancelamento da notificação de produto alimentício, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

V - penalidade de cancelamento da notificação de produto alimentício:

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinando o cancelamento da notificação de produto alimentício, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

VI - outras penalidades previstas nesta Lei:

a) o dirigente de vigilância sanitária publicará portaria determinando o cumprimento da penalidade, comunicando, quando necessário, ao órgão estadual de vigilância sanitária e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 106 - É competência exclusiva das autoridades sanitárias, em efetivo exercício de ação fiscalizadora, lavrar autos de infração, expedir termos de notificação, termos de interdição, termos de apreensão, de interdição cautelar e depósito, de inutilização, bem como outros documentos necessários ao cumprimento de sua função.

Art. 107 - Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, no que couber.

Art. 108 - A Secretaria Municipal de Saúde, por seus órgãos e autoridades competentes, publicará portarias, resoluções, normas técnicas, atos administrativos cabíveis e normas complementares de vigilância sanitária no âmbito deste código.

Art. 109 - A autoridade sanitária poderá solicitar à intervenção da autoridade policial ou judicial nos casos de oposição à inspeção, quando forem vítimas de embaraços, desacatos, ou quando necessário à efetivação de medidas previstas na legislação, ainda que não configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 110 - Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 27 DE AGOSTO DE 2019.

**NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**

LEI COMPLEMENTAR Nº 106, DE 27 DE AGOSTO 2019. "INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SMHIS E DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS, O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS, O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTER

Publicação Nº 2138893

LEI COMPLEMENTAR Nº 106, DE 27 DE AGOSTO 2019.

"INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - SMHIS E DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PMHIS, O FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS, O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS E O CONSELHO GESTOR DO FMHIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais vigentes, faço saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º- Esta Lei Complementar institui o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS e dispõe sobre a Política Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS e o Conselho Gestor do FMHIS.

Art. 2º- A Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal de Habitação e o Conselho Municipal de Habitação, anteriormente regulados pela Lei nº 1.704/2005 e Lei nº 1.834/2007 e suas alterações, passam a se reger pelo disposto nesta Lei.

Capítulo II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SEÇÃO I

OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 3º - O Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS tem por objetivo:

- I. Viabilizar, para a população de menor renda, o acesso a áreas urbanizadas e à habitação digna;
- II. Implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação para a população de menor renda;
- III. Articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor de habitação e regularização fundiária.

Art. 4º- O Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS compreenderá todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, inclusive os das áreas de regularização fundiária, observada a legislação aplicável.

Art. 5º- Na estruturação, na organização e na atuação do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS deve-se observar o seguinte:

I. Princípios:

- a) Compatibilizar e integrar as políticas habitacionais locais em consonância com o disposto nas esferas federal e estadual, bem como nas demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais, geológicas e de inclusão social;
- b) Produzir moradias dignas como um direito cidadão e fator de inclusão social;
- c) Democratizar e descentralizar o acesso aos programas e ao controle social como forma de dar visibilidade e transparência aos procedimentos decisórios;
- d) Observar a função social da propriedade urbana visando garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária, permitindo o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade;

II. Diretrizes:

- a) Prioridade aos planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda, não somente na esfera municipal, quanto também em articulação com as esferas federal e estadual;
- b) Utilização prioritária de incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infraestrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana;

- c) Utilização prioritária de terrenos de propriedade do poder público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;
- d) Viabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados;
- e) Incentivo à utilização dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia e à regularização fundiária de interesse social;
- f) Incentivo à pesquisa, à incorporação e ao desenvolvimento tecnológico de uso de materiais e técnicas de construção alternativas para a produção de unidades habitacionais;
- g) Adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas;
- h) Estabelecimento de mecanismos para reserva de quotas para idosos, deficientes, moradores de áreas de muito alto risco, alto risco e famílias chefiadas por mulheres, dentre o grupo identificado como o de menor renda da alínea "a" deste inciso.

SEÇÃO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º - Integram o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS, os seguintes órgãos e entidades:

- I. Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, órgão central do SMHIS;
- II. Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS;
- III. Conselho Gestor do FMHIS;
- IV. Outros Conselhos no âmbito do Município com atribuições específicas relativas às questões urbanas e/ou habitacionais;

- V.** Órgãos integrantes da Administração Pública Municipal e instituições locais de caráter regional que desempenham funções complementares ou afins com a política habitacional e ou de regularização fundiária de interesse social;
- VI.** Fundações, sociedades civis, sindicatos, associações comunitárias, cooperativas habitacionais e quaisquer outras entidades privadas que desempenhem atividades na área habitacional, afins ou complementares, como agentes promotores das ações no âmbito do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS.

Art. 7º - O fórum apropriado para discussão entre os membros que integram o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS é a Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social, que está regulado pelo disposto no Capítulo VII desta Lei.

Capítulo III

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 8º - A Política Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS compreende a produção, a requalificação de habitações de interesse social e a regularização fundiária de áreas de ocupação irregular de interesse social.

Art. 9º - São diretrizes da Política Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, relativamente à produção e à requalificação de habitações de interesse social:

- I.** O pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, conforme diretrizes gerais fixadas pela legislação vigente no país;
- II.** A produção de lotes urbanizados e de unidades habitacionais, bem como a requalificação de um ou outro, voltadas ao atendimento de famílias com menor poder aquisitivo;
- III.** A formalização de parcerias público/privadas;
- IV.** O uso de materiais alternativos e de novas tecnologias na área da construção civil, reduzindo custos e otimizando recursos, atendendo aos requisitos mínimos de qualidade técnica;
- V.** O fomento ao uso de processos e de materiais alternativos de produção para baratear e criar mecanismos para agilizar, avaliar, aprovar e liberar projetos arquitetônicos pelos órgãos competentes para a população de baixa renda;

- VI.** A identificação e cadastramento de zonas especiais de interesse social, de suas necessidades de programas e/ou projetos para qualificação urbana e social;
- VII.** A identificação e cadastramento de imóveis não edificadas, não utilizados e/ou subutilizados, criando legislação que estabeleça parâmetros necessários que definirão os imóveis considerados de interesse social;
- VIII.** A integração a consórcios intermunicipais da área habitacional, quando de interesse público.

Art. 10 - São diretrizes da Política Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS, relativamente à regularização fundiária:

- I.** A identificação e classificação dos assentamentos precários no que diz respeito à sua regularização e situação fundiária, ambiental e geológica;
- II.** A integração das áreas irregulares à cidade e a adoção de medidas de regularização desses assentamentos;
- III.** A proposição e/ou participação em parcerias público/privadas;
- IV.** A adoção de ações multidisciplinares e intersetoriais, criando mecanismos e parcerias público/privadas para melhorias de sub-habitações como forma de promover cidadania e a efetiva regularização fundiária de áreas consideradas de interesse social, na forma da lei;
- V.** A implantação do cadastro municipal de assentamentos precários, identificando seus loteadores, moradores e condições socioeconômicas dos mesmos;
- VI.** A fiscalização rigorosa do uso e ocupação do solo urbano, especialmente nas áreas decretadas como zonas especiais de interesse social para fins de regularização ou que tenham condições de, doravante, virem a ser assim declaradas;
- VII.** A agilização, desburocratização e simplificação dos processos de legalização das edificações existentes em áreas de interesse social objeto da política de regularização fundiária das situações consolidadas;
- VIII.** A proposição, encaminhamento, orientação e emissão de pareceres sobre intervenções em edificações existentes em áreas decretadas como zonas especiais de interesse social;

- IX.** A agilização de procedimentos de demolição de edificações situadas em área de elevado risco geológico ou de preservação ambiental.

Art. 11- Os recursos a serem utilizados para o financiamento do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PLMHIS são provenientes do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, regulado por esta Lei Complementar.

Capítulo IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 12 - O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, de natureza contábil, tem por objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os projetos e programas destinados a implementar políticas habitacionais e de regularização fundiária de interesse social direcionados à população de menor renda, em conformidade com os princípios instituídos pelo Plano Diretor do Município e por esta Lei Complementar.

Art. 13 - Constituem receitas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS:

- I.** Dotações orçamentárias próprias;
- II.** Recursos provenientes de outros fundos ou programas governamentais que vierem a ser incorporados ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;
- III.** Recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação e/ou de regularização fundiária;
- IV.** Contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;
- V.** Receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;
- VI.** Outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Parágrafo Único - Os recursos líquidos provenientes das alienações efetuadas em Programas Habitacionais, serão utilizados para incremento e implantação de novos Programas Habitacionais e demais finalidades do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS.

Art. 14- Constituem ativos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS:

- I. Disponibilidades monetárias em bancos oriundas das receitas especificadas;
- II. Direitos que por ventura vier a constituir;
- III. Bem móveis e imóveis adquiridos e doados, com ou sem ônus, destinados a Programas Habitacionais.

Art. 15- As alienações de imóveis do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS aos beneficiários de Programas Habitacionais de Interesse Social serão efetuadas independentemente de licitação, em conformidade com o art. 17, I, "f", da Lei 8.666/93, observados os requisitos estipulados pelo Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS.

Art. 16 - Os recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS serão destinados a ações vinculadas aos programas de habitação e de regularização fundiária de interesse social que contemplem:

- I. Aquisição de terrenos, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;
- II. Produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
- III. Urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;
- IV. Implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos complementares aos programas habitacionais de interesse social;
- V. Aquisição de materiais de construção, ampliação e reforma de moradias;
- VI. Pagamento de pessoal vinculado a área habitacional do Município;
- VII. Serviços de assessoria técnica e jurídica para implementação das ações previstas no PLMHIS;
- VIII. Serviços de apoio a organizações comunitárias para ações vinculadas ao PLMHIS;
- IX. Outros programas e intervenções vinculadas aos programas de habitação e de regularização fundiária de interesse social, na forma aprovada pelo

Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS.

- X. Pagamento de despesas de custeio e investimento ligadas ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS.

Capítulo V

DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

SEÇÃO I

DOS OBJETIVOS

Art. 17 - O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS é órgão de caráter permanente, de natureza deliberativa, consultiva, fiscalizadora e normativa, integrante da estrutura administrativa municipal e será composto por representantes de entidades governamentais e não governamentais, bem como de segmentos da sociedade civil organizada, observado o princípio democrático de escolha na proporção de, pelo menos, um quarto das vagas aos representantes de movimentos populares.

Art. 18 - A Presidência do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS será exercida pelo titular do Órgão Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

§ 1º- O Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 2º- Competirá ao Poder Público, através do Órgão Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, proporcionar ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS os meios necessários ao exercício de suas competências.

SEÇÃO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 19 - Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS:

- I. Cumprir e fazer cumprir a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como toda a legislação pertinente;

- II. Fixar critérios e definir diretrizes e estratégias para a implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social e do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PLMHIS, observada a legislação que rege as matérias;
- III. Aprovar os Planos Urbanísticos Específicos - PUE das Zonas De Especial De Interesse Social - ZEIS, acompanhando sua execução e recomendar ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS a suspensão do desembolso de recursos, caso sejam constatadas irregularidades na aplicação dos mesmos;
- IV. Deliberar sobre a divulgação das formas e critérios de acesso à Política Municipal de Habitação de Interesse Social, bem como as ações a serem realizadas;
- V. Promover e articular, quando necessário, reuniões com os demais Conselhos existentes no Município que tiverem relação com os temas pertinentes à habitação e à regularização fundiária;
- VI. Propor a realização de audiências públicas e seminários pertinentes à Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
- VII. Realizar estudos sobre a definição de convênios na área de habitação e ou regularização fundiária junto a organismos nacionais ou internacionais, públicos e ou privados;
- VIII. Propor programas, instrumentos e normas a bem dos interesses da Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
- IX. Acompanhar e avaliar a implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, em especial os programas previstos no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PLMHIS e recomendar as providências necessárias para o cumprimento de seus objetivos;
- X. Propor a edição de Normas Relativas à Habitação ou Regularização Fundiária de Interesse Social, em sintonia com o Plano Diretor do Município;
- XI. Encaminhar manifestação sobre propostas de alteração da legislação municipal afeta à Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
- XII. Estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, visando fortalecer o desenvolvimento sustentável;

- XIII.** Editar Resoluções das deliberações tomadas em reuniões plenárias;
- XIV.** Convocar e organizar, conjuntamente com o Órgão Gestor da política habitacional do Município, a Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social;
- XV.** Propor e aprovar seu Regimento Interno;
- XVI.** Eleger um Vice-Presidente e um Secretário Geral que, juntamente com o Presidente, exercido na forma do art. 16 desta Lei Complementar, comporão a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS;
- XVII.** Constituir Comissões Temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões Especiais;
- XVIII.** Promover a formação continuada dos Conselheiros sobre temas afins à Política Municipal de Habitação de Interesse Social;
- XIX.** Propor a criação de mecanismos de informações para subsidiar a formulação, implementação, acompanhamento e controle das ações no âmbito do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS.

SEÇÃO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 20 - O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS é formado por 08 (oito) Conselheiros, representando órgãos governamentais, não governamentais e movimentos populares, a saber:

- I.** 04 (quatro) Conselheiros governamentais vinculados ao Poder Público Municipal, das seguintes áreas:
 - a)** um representante da política de habitação;
 - b)** um representante da política de assistência social;
 - c)** um representante da política de planejamento urbano;
 - d)** um representante da política de obras públicas;

II. 02 (dois) Conselheiros não governamentais, dos seguintes segmentos:

- a)** um representante de entidade que atue no desenvolvimento econômico;
- b)** um representante de entidades de trabalhadores.

III. 02 (dois) representantes de movimentos populares.

§ 1º- Cada membro titular do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS terá um suplente, indicado pelo mesmo segmento a que o titular represente.

§ 2º- Os Conselheiros não governamentais e os representantes de movimentos populares serão eleitos em fórum próprio, em conformidade com o disposto nesta Lei Complementar.

§ 3º- Entendem-se como movimentos populares: associações comunitárias e/ou de moradores, movimentos por moradia, movimentos de luta por terra e demais entidades voltadas à questão do desenvolvimento urbano.

§ 4º- Fica proibida a representação de entidades não governamentais e de movimentos populares por servidores públicos exercentes de cargos comissionados e ou de confiança vinculados, direta ou indiretamente, ao Município de Tangará e suas entidades.

§ 5º- Os representantes que compõem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS serão nomeados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 21 - O mandato dos Conselheiros, considerado de relevante interesse público, será exercido gratuitamente pelo período de 02 (dois) anos, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária, exceto o recebimento de diárias e adiantamentos para viagem.

Art. 22 - As reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS serão iniciadas com a presença mínima de 50% mais um de seus membros, em primeira chamada; não havendo quórum, 15 minutos após, com um terço de seus membros e as suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes.

Parágrafo Único - Poderão ser admitidos a participar das Plenárias e das reuniões das Comissões e Grupos de Trabalho do Conselho Municipal De Habitação De Interesse Social - CMHIS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta tenham interesse ou que sejam previamente convidados.

Capítulo VI

DO CONSELHO GESTOR DO FMHIS

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 23 - O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS será gerido por um Conselho Gestor, cuja composição é idêntica à do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS.

Art. 24 - O Conselho Gestor é órgão de caráter propositivo e deliberativo de análise de todas as operações financeiras e contábeis do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS.

Art. 25- A Presidência do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS será exercida pelo titular do Órgão Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária.

§ 1º - O Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal De Habitação De Interesse Social - FMHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 2º- Competirá ao Poder Público, através do Órgão Gestor da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

SEÇÃO II

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 26 - Ao **CONSELHO GESTOR** do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS compete:

- I. Estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação na alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais e de regularização fundiária, observado o disposto nesta Lei, a Política Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PLMHIS;
- II. Analisar e aprovar as propostas de orçamentos e planos de aplicação, metas anuais e plurianuais dos recursos do Fundo Municipal de Habitação

de Interesse Social - FMHIS que serão submetidos à Câmara de Vereadores;

III. Fixar critérios de inscrição e de acesso a benefícios sociais da área habitacional;

IV. Deliberar e emitir pareceres sobre as contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;

V. Dirimir dúvidas e deliberar quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, nas matérias de sua competência;

VI. Propor, aprovar e alterar seu Regimento Interno.

§ 1º- As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, nos casos em que o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS vier a receber recursos federais.

§ 2º- O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS proverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas passíveis de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

Capítulo VII

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 27 - A Conferência Municipal de Habitação de Interesse Social é a instância deliberativa que tem como atribuição avaliar a situação habitacional do Município e definir políticas públicas em resposta às demandas constatadas, estabelecendo diretrizes à Política Municipal de Habitação de Interesse Social - PMHIS.

Art. 28 - O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS convocará a Conferência ordinariamente a cada 4 (quatro) anos.

§ 1º - Ao convocar a Conferência, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS deverá:

- I. Elaborar as normas de seu funcionamento;
- II. Constituir a comissão organizadora;
- III. Encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes após a sua realização;
- IV. Desenvolver metodologia de acompanhamento das deliberações das conferências;
- V. Adotar estratégias e mecanismos que favoreçam a mais ampla inserção dos usuários, por meio de linguagem acessível e do uso de metodologias e dinâmicas que permitam a sua participação e manifestação.

§ 2º - O fórum de eleição dos Conselheiros não governamentais e dos representantes de movimentos populares poderá ocorrer durante a realização da Conferência.

Capítulo VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 - Os Regimentos Internos do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS e do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS complementarão a estruturação, o funcionamento e as atribuições definidas nesta Lei Complementar, devendo ser submetidos à Plenária.

Art. 30 - Os membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS e do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS deverão, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei Complementar, aprovar os Regimentos Internos dos mesmos, que serão baixados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 31 - Em atendimento à nova composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, deverá ser convocado processo eleitoral para escolha dos Conselheiros não governamentais e de movimentos populares, num prazo máximo de 180 (cento e oitenta dias), a contar da publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo Único - Com a realização da escolha mencionada no caput, ter-se-ão por antecipadamente findados os mandatos dos atuais Conselheiros, inclusive dos governamentais, na data de posse efetiva dos seus novos integrantes.

Art. 32 - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, em especial a Lei n.º 1.704 de 14 de abril de 2005, Lei n.º 1.834, de 08 de novembro de 2007 e alterações.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 27 DE AGOSTO DE 2019.

**NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**

PR 002/2019 HMFR

Publicação Nº 2139035

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 03/2019 Pregão Presencial n. 02/2019

Objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE RESTAURAÇÃO (LIXAÇÃO, PINTURA, TROCA DE PUXADORES E VIDROS), DE MÓVEIS EM METAL DO HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 10h00min do dia 10/09/2019. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 28 de Agosto de 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

PR 003/2019 HMFR

Publicação Nº 2139046

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 04/2019 Pregão Presencial n. 03/2019

Objeto a AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHO DE RAIO
X COM TREINAMENTO DE USO, PARA O HOSPITAL
MUNICIPAL FREI ROGÉRIO. Os envelopes contendo a
documentação e propostas de preços serão recebidos até às 10h00min
do dia 11/09/2019. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede
Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49
35327450.

Tangará, 28 de Agosto de 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

PR 069/2019

Publicação Nº 2139038

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 129/2019 Pregão Presencial n. 69/2019

Objeto o registro de preço a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, C/ APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS E MÃO DE OBRA (HORA/HOMEM) P/ A MANUTENÇÃO DOS IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 10/09/2019. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 28 de Agosto de 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

PR 070/2019

Publicação Nº 2139040

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 130/2019 Pregão Presencial n. 70/2019

Objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR DE
SERVIÇO PARA AFERIÇÃO DE CRONOTACÓGRAFO

AUTORIZADO PELO INMETRO E PARA AQUISIÇÃO DE
DISCOS E BOBINA PARA CRONOTACÓGRAFO, ATRAVÉS DA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO. Os envelopes
contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às
14h00min do dia 11/09/2019. O edital e seus anexos podem ser
obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267,
Fone 49 35327450.

Tangará, 28 de Agosto de 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 072/2019

Publicação Nº 2139276

DECRETO Nº 72 DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PELO REMANEJAMENTO E TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSTANTES DO ORÇAMENTO ANUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Lei nº 954 de 28 de agosto de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 131.510,00 (Cento e trinta e um mil quinhentos e dez reais), através do REFORÇO de dotações orçamentárias constantes no orçamento do Fundo Municipal de Saúde conforme segue:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 2.062 – PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

MODALIDADE: 3.1.90.000002 – Aplicações Diretas (17) R\$ 103.510,00

FONTE DE RECURSO: 0002– Recursos Impostos 15%

PROJ./ATIV.: 2.069 – ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA

MODALIDADE: 3.3.90.000002 – Aplicações Diretas (38) R\$ 28.000,00

FONTE DE RECURSO: 0002– Recursos Impostos 15%

Art. 2º Para dar cobertura ao valor de R\$ 131.510,00 (Cento e trinta e um mil quinhentos e dez reais), de que trata o artigo 1º do presente Decreto ficam utilizados os recursos das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 2.057 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

MODALIDADE: 3.3.90.000002 – Aplicações Diretas (5) R\$ 40.000,00

FONTE DE RECURSO: 0002– Recursos Impostos 15%

PROJ./ATIV.: 2.060 – ATENÇÃO BÁSICA

MODALIDADE: 3.3.90.000002 – Aplicações Diretas (12) R\$ 3.000,00

FONTE DE RECURSO: 0002– Recursos Impostos 15%

PROJ./ATIV.: 2.061 – AGENTES DE SAÚDE

MODALIDADE: 3.3.90.000002 – Aplicações Diretas (16) R\$ 18.000,00

FONTE DE RECURSO: 0002– Recursos Impostos 15%

PROJ./ATIV.: 2.064 – PROGRAMA DE MELHORIA E ACESSO A QUALIDADE - PMAQ

MODALIDADE: 3.3.90.000002 – Aplicações Diretas (23) R\$ 28.710,00

FONTE DE RECURSO: 0002– Recursos Impostos 15%

PROJ./ATIV.: 2.065 – MANUTENÇÃO MAC

MODALIDADE: 3.3.90.000002 – Aplicações Diretas (41) R\$ 41.800,00

FONTE DE RECURSO: 0002– Recursos Impostos 15%

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos municípios de Santa Catarina.

Tigrinhos SC, 29 de agosto de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 062/2019

Publicação Nº 2139279

LEI COMPLEMENTAR Nº. 062 DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DE TIGRINHOS – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

TÍTULO I INTRODUÇÃO

Art. 1º Esta Lei determina o Plano de Cargos e Carreiras, estabelece as normas de direito administrativo e cria quadro de pessoal do Magistério Público Municipal, do Município de Tigrinhos, que compõem o grupo Magistério.

Parágrafo Único – As tabelas e os demais anexos fazem parte desta lei.

Art. 2º Os cargos do Magistério Público Municipal, do Município de Tigrinhos, são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos estabelecidos em Lei e nos Regulamentos.

Art. 3º O regime jurídico é estatutário e o regime previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social, a partir da Lei Complementar Municipal nº 005/1997, de 06 de janeiro de 1997.

TÍTULO II DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS Dos grupos e categorias funcionais

Art. 4º Para efeitos da aplicação desta lei considera-se:

I – Plano de Carreira: o conjunto de diretrizes e normas que estabelecem a estrutura e procedimentos de cargos, remuneração e vencimentos dos profissionais do Magistério;

II – Carreira: o agrupamento de cargos integrantes do Plano de Cargos e Vencimentos, observada a natureza e complexidade das atribuições e habilitação profissional;

III – Cargo: o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades do profissional do magistério, previstas no Plano de Carreira e Vencimentos, de acordo com área de atuação e formação profissional.

IV – Categoria Funcional: o conjunto de cargos reunidos em segmentos distintos, de acordo com a área de atuação e habilitação profissional.

V – Profissional em Educação: o conjunto de profissionais descrito no artigo 6º nesta lei.

VI – Vencimento: é a expressão pecuniária do cargo, consoante nível próprio, fixado em Lei. O vencimento do profissional da educação será fixado de acordo com a sua habilitação e qualificação.

VII – Remuneração: é a retribuição mensal paga ao profissional da educação pelo exercício do cargo correspondente ao vencimento e vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias, estabelecidos em lei.

VIII – Grupo Ocupacional: conjunto de cargos reunidos segundo formação, qualificação, atribuição, grau de complexidade e responsabilidade, especificados nesta lei.

IV – Quadro de Pessoal: conjunto de cargos de provimentos efetivos dos profissionais da educação.

V – Lotação: é o local de atuação dos membros do Magistério, de acordo o número necessário ao desenvolvimento das atividades específicas do quadro de cada unidade escolar e do órgão central.

VI - Alteração Temporária Transitória: procedimento destinado a suprir falta de profissionais efetivos na rede, com os já efetivos, habilitados para a vaga, com disponibilidade de carga horária, sem efetivação definitiva decorrente da alteração.

VII - Tempo de serviço: é contado em dias, transformado em anos, contados com 365 dias, serve para efeitos de progressão na carreira e período aquisitivo para aposentadoria.

Art. 5º Os cargos do Magistério Público Municipal, do Município de Tigrinhos são classificados como de provimento efetivo e provimento em comissão.

Art. 6º Fica criado o quadro de pessoal do Magistério Público Municipal, do Município de Tigrinhos, composto pelos seguintes cargos de carreira, que compõem o grupo do magistério.

§1º Profissionais do Magistério Público Municipal que desempenham as atividades de docência, atuante na educação básica, com as seguintes atribuições:

I - Professor II, com formação superior de licenciatura plena, atuante na Educação Infantil e demais atividades pedagógicas, determinados nesta Lei.

II – Professor III, com formação superior de licenciatura plena, para atuação nas séries iniciais do Ensino Fundamental e demais atividades pedagógicas, determinados nesta Lei.

III - Professor IV, com formação superior de licenciatura plena, para atuação na Educação Básica, nas disciplinas específicas, na Educação de Jovens e Adultos e demais atividades pedagógicas, determinados nesta Lei.

IV – Segundo Professor de Turma, com formação em nível de Licenciatura e aperfeiçoamento ou pós-graduação em Educação Especial, para atuação na Educação Especial e acompanhamento de alunos com limitações na forma da Lei.

V – Professor Anos Iniciais, com formação superior de licenciatura plena, para atuação nas séries iniciais do Ensino Fundamental e demais atividades pedagógicas, determinados nesta Lei.

VI – Professor Educação Infantil, com formação superior de licenciatura plena, atuante na Educação Infantil e demais atividades pedagógicas, determinados nesta Lei.

VII – Professor Educação Física, com formação superior de licenciatura plena, para atuação na Educação Básica e registro do CREF, determinados nesta Lei.

VIII – Professor de Artes, com formação superior de licenciatura plena, para atuação na área de Artes, determinados nesta Lei.

IX – Professor de Informática, com formação superior de licenciatura plena, para atuação na área de Informática, determinados nesta Lei.

X – Treinador/Educador Físico, com formação superior de licenciatura plena, para atuação na Educação Básica e registro do CREF, determinados nesta Lei.

§2º Equipe de suporte pedagógico à docência, direção, administração, planejamento, supervisão, orientação e coordenação educacional:

I – Assistente Técnico Pedagógico;

II – Secretário de escola; e

III – Técnico Administrativo Educacional.

§3º Profissionais auxiliares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, de Nível Médio.

I - Agente de Biblioteca Escolar;

II - Auxiliar de Ensino.

§4º Profissionais do Magistério Público Municipal que desempenham as atividades de caráter técnico nas unidades escolares e Secretaria Municipal da Educação:

- I – Nutricionista;
- II – Psicólogo; e
- III – Psicopedagogo.

§5º Profissionais para atuação em projetos específicos de origem municipal ou convênios com os demais entes federados:

- I - Coordenador de projeto; e
- II - Monitor de projeto.

§7º Profissionais para atuação nos cargos em comissão ou de função gratificada, sem vínculo efetivo na carreira do Magistério, no desempenho de funções de confiança do governo municipal:

- I - Assessor em Planejamento Educacional;
- II - Diretor do Departamento de Cultura; e
- III - Diretor do Departamento de Esporte e Lazer.

§8º Profissionais para atuação nos cargos em comissão ou de função gratificada, com formação superior na área de educação, no desempenho de funções de confiança do governo municipal:

- I - Coordenador Geral de Educação Infantil;
- II - Coordenador Geral do Ensino Fundamental;
- III - Diretor Geral de Escola.

§9º Os vencimentos iniciais, número de vagas disponíveis e ocupadas e o local principal de atuação estão previstas detalhadamente nos anexos I a IX desta Lei.

Art. 7º Os cargos em provimento efetivo de que trata este artigo são classificados em níveis e referências e tem as respectivas atribuições e habilitações profissionais estabelecidas na forma constante dos anexos I a V e IX desta Lei.

Art. 8º Os cargos de provimento em comissão se destinam a atender as atividades de Direção das Unidades Escolares e assessoramento na Secretaria Municipal de Educação.

§1º As direções das Unidades Escolares e dos Centros de Educação Infantil do Município serão ocupadas por profissionais com habilitação em uma das Licenciaturas, com a devida nomeação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, desde que tenha 2 anos (dois) de atuação na rede municipal de ensino.

TÍTULO III

DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA

Capítulo I

Do provimento

Art. 9º A primeira investidura em cargo do Magistério Público Municipal, do Município de Tigrinhos depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração (artigo 37, II da Constituição Federal).

Art. 10 Para que ocorra o provimento é necessário que:

- I – Exista vaga;
- II – Preencha o candidato, todos os requisitos inerentes ao cargo; e
- III – Tenha sido prevista lotação numérica específica para o cargo.

Art. 11 As formas de provimento dos cargos efetivos previstos nesta lei são os seguintes:

- I – Nomeação;
- II – Progressão funcional vertical;
- III – Progressão funcional horizontal;
- IV – Reintegração; e
- V – Reabilitação.

Art. 12 Compete ao Chefe do Poder Executivo Municipal prover os cargos públicos de Magistério.

§1º Às pessoas com deficiências, é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo efetivo, cujas atribuições lhes sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservados até 5,0% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§2º Não havendo inscrito ou aprovados no concurso, como determina o parágrafo anterior, as vagas serão ocupadas por profissionais em caráter temporário.

Seção I

Da Qualificação Mínima para Ingresso

Art. 13 Os cargos do Magistério Público Municipal, do Município de Tigrinhos, são acessíveis a todos os brasileiros e aos estrangeiros naturalizados, nos termos da Constituição Federal, preenchidos os requisitos estabelecidos em Lei e nos Regulamentos.

Art. 14 são requisitos mínimos para o exercício da docência na carreira do Magistério Público Municipal:

- I – Na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental graduação em Pedagogia, com habilitação específica para cada área;
- II – Para a atuação nos Anos Finais do Ensino Fundamental exige-se curso de nível superior, com licenciatura nas disciplinas específicas de atuação com qualificação mínima para o ingresso através de concurso público.

Art. 15 Entende-se como curso de nível superior.

- I - Ensino superior em curso de graduação em Licenciatura Plena, com habilitação específica na disciplina de atuação, para a docência nos componentes curriculares das séries finais do Ensino Fundamental e Médio;
- II - Formação superior em Pedagogia para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil e complementação nos termos da legislação vigente, para a docência na Educação Básica.

Art. 16 Para o exercício da atividade de Assessor em Planejamento Educacional, Coordenador Geral de Educação Infantil, Coordenador Geral do Ensino Fundamental, Assistente Técnico Pedagógico e Secretário de Escola é exigida a habilitação mínima de Licenciatura

Plena nas áreas da Educação.

Parágrafo Único - Quando no exercício de coordenação de projetos específicos, o Assessor em Planejamento Educacional, deve ser portador de habilitação e condições profissionais adequadas ao cargo.

Art. 17 Para o ingresso no cargo de Psicólogo de que trata esta Lei, exige como qualificação mínima a Graduação em Psicologia.

Art. 18 Para o ingresso no cargo de Nutricionista de que trata esta Lei, exige como qualificação mínima a graduação em Nutrição.

Art. 19 Para o ingresso no cargo de Bibliotecário será exigida a habilitação superior em Biblioteconomia.

Art. 20 O cargo de professor IV, de Informática, será ocupado por profissional habilitado em Informática ou qualquer uma das licenciaturas, com ênfase em Informática.

Art. 21 O cargo de Auxiliar de Ensino e Secretário de Escola, exige a habilitação de Ensino Médio.

§1º O portador de habilitação em Nível Superior na área de Pedagogia pode suprir a vaga de Auxiliar de Ensino e Secretário de Escola, desde que preservada sua remuneração.

Subseção I

Da qualificação e especificidades dos cargos transitórios

Art. 22 Para o exercício do cargo de Coordenador de projeto e Monitor de projeto a habilitação será definida no projeto que estiver vinculado.

§1º Os cargos previstos neste artigo são de caráter transitório, vinculados a situações especiais de projetos estratégicos ao desenvolvimento municipal de interesse social ou emergencial.

§2º As contratações para o preenchimento dos cargos previstos neste artigo serão em caráter temporário, regido por lei específica e dispositivos constitucionais.

§3º O ocupante dos cargos do presente artigo deve possuir habilidade adequada e habilitação compatível com a função a ser desempenhada.

Subseção II

Da qualificação e especificidades dos cargos em Comissão

Art. 23 Os ocupantes dos cargos de Assessor em Planejamento Educacional; Diretor do Departamento de Cultura; e Diretor do Departamento de Esporte e Lazer, são de caráter comissionado e receberão os valores previstos no anexo VII e VIII desta Lei.

§1º A escolha dos ocupantes dos cargos previstos neste artigo é de exclusiva opção do Chefe do Poder Executivo, de sua livre nomeação e exoneração.

Seção II

Da nomeação

Art. 24 A nomeação para os cargos de provimento efetivo obedece à ordem de classificação do candidato habilitado em concurso público.

§1º A nomeação para cargo de provimento em comissão ou com função gratificada prescinde de concurso e a nomeação e exoneração será feita pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§2º A nomeação do membro do Magistério Público Municipal para cargo de provimento em comissão determina, no ato de posse, o seu afastamento do cargo efetivo de que for titular, salvo os casos de acumulação lícita.

§3º Durante o exercício do cargo em comissão o membro efetivo do Magistério receberá uma gratificação pelo exercício das funções, cujo percentual está estabelecido no artigo 69.

§4º Os docentes e/ou especialistas do quadro do Magistério Público Municipal de Tigrinhos, durante o exercício do cargo comissionado, terão direito aos benefícios do plano de cargos e carreira, com as progressões como se no exercício do cargo estivesse.

§5º Quando da nomeação para cargos comissionados o membro do Magistério impossibilitado de desempenhar suas funções originais, terá direito a Licença Especial, com remuneração do cargo em que estiver atuando ou de seu cargo de origem, de acordo com sua opção.

Subseção I

Dos Concursos

Art. 25 O concurso público de ingresso a que se refere o artigo anterior, realizar-se-á em âmbito municipal, com ampla divulgação.

Art. 26 São requisitos básicos para inscrição em concursos, além dos constantes das inscrições especiais a comprovação relativa a:

I – Nacionalidade brasileira ou ser naturalizado;

II – O gozo dos direitos políticos;

III – A quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; e

V – Idade mínima de 18 anos.

Art. 27 O concurso público será de provas e títulos.

§1º O concurso público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§2º Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

§3º Nos concursos de provas e títulos, a nota final será obtida mediante média ponderada, sendo que as provas terão maior peso que os títulos e cuja pontuação será definida pela Comissão Especial de Concurso, instituída para esse fim e constará obrigatoriamente do Edital.

§4º O candidato que não comparecer para escolher sua vaga no horário e local indicado, passará a ser classificado no final da lista classificatória.

§5º O candidato que escolher vaga e não assumir o cargo ou desistir será excluído da lista classificatória.

Subseção II

Da Posse e do Exercício

Art. 28 A posse é o ato que completa a investidura no cargo.

Art. 29 Tem-se por empossado o membro do Magistério Público Municipal após assinatura do termo de compromisso contendo as atribuições,

deveres e responsabilidades, os direitos inerentes ao cargo ocupado, devendo ser precedido de prova de capacidade física e mental para o exercício do magistério realizado por órgão médico oficial.

Art. 30 São autoridades competentes para dar posse, segundo grau de subordinação:

I – Chefe do Poder Executivo Municipal;

II - Secretário Municipal de Educação.

Art. 31 A posse ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de publicação do ato de nomeação, no Mural Público do Município e em jornal de circulação regional, momento este que se iniciará o exercício;

§1º A requerimento do interessado, dirigido às autoridades competentes para dar posse, esse prazo pode ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, ou, em caso de doença, pelo período que perdurar o impedimento.

§2º Se a posse não se der no prazo inicial ou no da prorrogação permitida, a nomeação é tornada sem efeito não gerando nenhum direito ao nomeado.

§3º É obrigatória a apresentação da declaração de bens e rendimentos, no ato em que o servidor for tomar posse, em conformidade com a Lei Federal nº. 8.730 de 10/11/1993.

Art. 32 A escolha de vagas precederá o ato da posse.

Parágrafo Único – O quadro de vagas por área, disciplinas, carga horária e os locais de exercício será disponibilizado aos candidatos aprovados em 05 (cinco) dias úteis antes da escolha de vagas.

Art. 33 O início do exercício, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias sob pena de exoneração, e as alterações nele ocorridas serão comunicadas pela autoridade escolar ao órgão competente do Município e registradas em assentamento individual.

Art. 34 Respeitados os casos previstos neste plano de cargos e carreira, o membro do Magistério Público Municipal que interromper o exercício da função num período de 12 (doze) meses, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 45 (quarenta e cinco) dias alternados, está sujeito a demissão por abandono de cargo, apurado em competente processo disciplinar, assegurado o amplo direito de defesa.

Art. 35 Nenhum membro do Magistério Público Municipal, em horário de trabalho, poderá se ausentar do Município para estudos ou missão de qualquer natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem a prévia autorização ou designação do Secretário Municipal de Educação, exceto quando estiver em gozo de férias.

Art. 36 O afastamento do exercício do cargo poderá ser permitido para:

I – Exercer cargo de provimento em comissão na Administração Municipal e respectivas autarquias observado o disposto no art. 37 da CF;

II – Candidatar-se a exercer mandato eletivo;

III – Atender convocação do serviço militar;

IV – Exercer função de direção de unidade escolar;

V – Exercer outras atividades específicas do magistério, devidamente regulamentadas;

VI – Atender imperativo de convênio relacionado com a educação.

§1º O candidato a cargo eletivo é afastado do exercício pelo prazo e na forma estabelecida pela legislação eleitoral.

§2º No caso do inciso II, deste artigo, somente será concedido afastamento para o exercício do mandato eletivo se o mesmo for incompatível com o desempenho das funções do cargo.

Subseção III

Do Estágio Probatório

Art. 37 O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, durante o qual são apurados os requisitos necessários e indispensáveis ao exercício do cargo.

§1º Os requisitos de que trata este artigo são:

- a) assiduidade;
- b) disciplina e urbanidade;
- c) responsabilidade;
- d) produtividade;
- e) eficiência;
- f) dedicação às atividades educacionais;
- g) iniciativa e liderança;
- h) idoneidade
- i) participação em cursos de formação continuada na área da educação, na conformidade com a presente Lei e demais regulamentos.

§2º A verificação dos requisitos mencionados no §1º deste artigo será efetuada por uma comissão constituída de 05 (cinco) membros, sendo todos nomeados pelo Executivo, assim distribuídos:

a) um (01) indicado pelo Conselho Municipal de Educação;

b) um (01) indicados por seus pares;

c) um (01) indicado pela Secretaria da Administração; e

d) dois (02) indicados pela Secretaria Municipal de Educação do quadro efetivo do Magistério.

§3º Ao membro do Magistério Público Municipal em estágio probatório será dada ciência semestralmente do processo de acompanhamento do seu desempenho, concedendo-lhes vistas, a cada avaliação, e na hipótese de conclusão para fim de exoneração, o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação da defesa em caso de resultado considerado insatisfatório.

§4º Três meses após o término do período do estágio probatório, será submetida a homologação da avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispõem as alíneas "a" a "h" do presente artigo à autoridade competente para julgamento do mérito.

§5º A avaliação do estágio probatório será feita semestralmente e registrados em instrumentos específicos.

§6º O membro do Magistério Público Municipal que não satisfizer os requisitos exigidos por este artigo, não estável, será exonerado do cargo que ocupa, após competente processo administrativo.

§7º Ao membro do Magistério Público Municipal é assegurada a mesma comissão de avaliação, do início ao final da avaliação do estágio probatório, salvo impedimento ou desistência voluntária de seus membros.

§8º A avaliação do estágio probatório deve ser exclusivamente na função do cargo para qual realizou a escolha no concurso.

Art. 38 Durante o período do estágio probatório, o membro do Magistério Público Municipal não terá direito aos benefícios do progresso funcional.

Seção III

Progressão Salarial

Art. 39 O membro do Magistério Municipal ocupante de cargo previsto no artigo 6º § 1º, especificamente Professor II, Professor III, Professor IV, Técnico Administrativo Educacional, Secretária de Escola, Segundo Professor de Turma, Professor Anos Iniciais, Professor Educação Infantil, Professor Educação Física, Professor de Artes. Educador/Treinador Física e Professor de Informática, fará jus às seguintes progressões salarial podendo conquistá-la, alternadamente:

- a) Pela comprovação de frequência e ministração de cursos de aperfeiçoamento,
- b) Por avaliação de desempenho e
- c) Por tempo de serviço nos termos desta Lei.

§ 1º As progressões previstas no presente artigo, começam a ser aplicadas após a última avaliação positiva no estágio probatório, podendo ser cumulativas apenas as decorrentes do tempo de serviço no Município de Tigrinhos.

§ 2º A progressão salarial prevista no presente artigo será concedida, uma por ano, alternadamente, iniciando pela progressão decorrente da comprovação de frequência e ministração de cursos de aperfeiçoamento, seguindo-se da progressão pela avaliação de desempenho e por último, da progressão por tempo de serviço.

§ 3º As Progressões concedidas anualmente, no percentual 1,5%, serão especificadas separadamente no demonstrativo de pagamento, através de uma variável, calculando sobre o vencimento base do servidor.

§ 4º fica fixado o percentual máximo de progressões em 30% (trinta por cento).

§ 5º Para avaliação das progressões será constituída comissão com a seguinte composição:

- I – 01 (um) representante do Departamento de Recursos Humanos;
- II – 01 (um) representante da Secretaria da Educação;
- III – 01 (um) representante dos profissionais da educação escolhidos por seus pares.

§6º A Comissão prevista no parágrafo anterior terá prazo de duração de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzida uma única vez, sendo sempre nomeada por ato do Chefe do Poder Executivo ou da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 40 Não será concedida a progressão de que trata este artigo, se no período aquisitivo correspondente o servidor sofrer qualquer uma das seguintes punições ou afastamentos:

- I – Qualquer penalidade, prevista no Estatuto do Servidor Público ou nesta Lei;
- II – Ter 03 (três) faltas injustificadas ao serviço, no período aquisitivo;
- III – Ter 15 (quinze) chegadas tardias ou saídas antecipadas, sem justificativa ou autorização e devidamente documentadas.
- IV – Afastar-se do cargo em virtude de:

- a) Licença para tratar de interesses particulares;
- b) Condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva, superior a 02 (dois) anos de detenção ou reclusão;
- c) Outras faltas não justificadas ou permitidas por este estatuto.

Parágrafo único. As penalidades de que trata este artigo somente serão consideradas mediante prévio e formal registro nos controles da administração, obedecida a legislação.

Art. 41 Progressão por cursos de aperfeiçoamento, concedida após a realização ou ministração de, pelo menos 80 (oitenta) horas de aperfeiçoamento em cursos na respectiva área de atuação, com interstício mínimo de 03 (três) anos entre uma promoção e outra, que corresponderão ao equivalente de 1,5% (um inteiro e cinco décimos), sobre o valor base do vencimento.

§1º A progressão por cursos de aperfeiçoamento se dará no mês de maio do ano correspondente, sendo a primeira no ano subsequente a sua aprovação.

§2º O membro do Magistério Público Municipal deverá entregar as fotocópias dos certificados correspondentes aos cursos de aperfeiçoamento, juntamente com o original, que servirá para validação de cada certificado a ser apresentado no protocolo geral do Município de Tigrinhos.

§3º Os cursos serão admitidos para a progressão respeitados os seguintes critérios:

- I – A carga horária por curso apresentado deverá ser no mínimo de 08 (oito) horas aula.
- II – O mesmo curso, para efeitos de progressão por cursos de aperfeiçoamento, somente será computado uma vez.
- III – Os cursos contados deverão ter sido feitos no máximo em três anos anteriores a data da contagem.
- IV – As horas restantes de um certificado em ano anterior não podem ser reapresentadas para uma próxima progressão por cursos.
- V – Serão aceitos cursos presenciais, semipresenciais ou à distância oferecidos pela Administração Municipal de Tigrinhos, indicado pela mesma ou oferecidos por instituição oficial de ensino, determinados por portaria da Secretaria Municipal de Educação.

§4º Em caso de não publicação da portaria constante no inciso IV, do parágrafo anterior, valerá para todos os efeitos a portaria imediatamente anterior.

§5º Tendo o membro do Magistério do Município de Tigrinhos realizado a segunda especialização, poderá contar o computo de horas, uma vez, seguinte a sua conclusão, respeitado o período da anterioridade no limite de até 03 (três) anos.

Art. 42 Progressão pelo alcance de desempenho satisfatório no exercício do cargo, a cada 03 (três) anos, no qual será considerada também a ministração de aulas em cursos de aperfeiçoamento e atualização, participação em projetos educativos na unidade escolar ou publicação de artigo em periódico, ou trabalhos completos publicados em anais reconhecidos pelos órgãos oficiais e Secretaria Municipal de Educação, no valor de 1,5% (um inteiro e cinco décimos), sobre o valor do vencimento base:

§1º A progressão por “avaliação por desempenho” se dará no mês de maio de cada ano correspondente ao direito, sendo a primeira no segundo ano após a aprovação da presente Lei, com as seguintes possibilidades.

§2º O membro do Magistério Público Municipal poderá ser avaliado pela ministração de aulas em cursos de aperfeiçoamento e atualização, com o mínimo 40 (quarenta) horas.

§3º O membro do Magistério Público Municipal deverá apresentar as cópias dos certificados correspondentes aos cursos proferidos/ministrados, juntamente com o original de cada certificado a ser apresentado no protocolo geral do Município de Tigrinhos, obedecidos os seguintes critérios:

I – A carga horária por curso realizado e apresentado deverá ser no mínimo de 02 (duas) horas.

II – O mesmo curso, para efeitos de progressão, somente será computado uma vez.

§4º O membro do Magistério Público Municipal poderá ser avaliado pela participação em projetos escolares educativos ou pesquisa, individual ou coletivo, assim considerados:

I – A comprovação dos projetos previstos no inciso anterior será com a apresentação da cópia escrita e do relatório da pesquisa.

II – O projeto desenvolvido pode ser utilizado uma única vez para a progressão.

§5º O membro do Magistério Público Municipal poderá ser avaliado pela publicação de artigo relacionado com a educação, em revista própria da Secretaria Municipal de Educação, outro periódico ou anais de eventos oficiais e reconhecidos pela Secretaria Municipal, com a apresentação das cópias das publicações, juntamente com o original para o Secretário Municipal de Educação.

I – Os textos publicados devem ser de no mínimo 10 (dez) páginas, segundo as normas vigentes da ABNT.

II – O texto publicado poderá ser utilizado somente uma vez.

§6º Para a progressão prevista no presente artigo a Secretaria da Educação emitirá normatização no início de cada período aquisitivo, especificando os referidos critérios.

Art. 43 A progressão por tempo de serviço, concedida a cada 03 (três) anos de efetivo exercício, equivalente a 1,5% (um inteiro e cinco décimos), sobre o vencimento base.

§1º A progressão por tempo de serviço se dará no mês de maio de cada ano correspondente ao direito, com as seguintes possibilidades.

I – A progressão por tempo de serviço se dará assim que o membro do Magistério Público Municipal cumprir os três anos de serviço previstos no presente artigo.

II – A progressão do inciso anterior será automática, quando não atendida pode ser requerida por escrito para o Secretário Municipal de Educação.

III - Para efeito da concessão da progressão por tempo de serviço, somente poderá ser computado aquele prestado ao Serviço Público Municipal de Ensino de Tigrinhos.

IV – A primeira progressão que trata este artigo se dará ano seguinte da progressão por avaliação de desempenho.

Seção IV

GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO

Art. 44 A gratificação por especialização será concedida mediante a apresentação de certificado de conclusão do curso na área de atuação.
§1º A gratificação por grau de instrução será concedida a partir da data de apresentação e protocolo do certificado, que comprove a nova titulação do membro do Magistério Público Municipal, na repartição competente.

Art. 45 O membro do Magistério Público Municipal fará jus a gratificação por grau de instrução, a ser calculada sobre o vencimento base e será especificada separadamente no demonstrativo de pagamento do servidor Municipal.

§1º Pela obtenção da titulação de pós-graduação em nível de Especialização, na área específica de atuação, sobre vencimento base, do enquadramento funcional que se encontra, no percentual de 10% (dez por cento).

§2º Pela obtenção da titulação de pós-graduação em nível de Mestrado, na área específica de atuação, sobre vencimento base, do enquadramento funcional que se encontra, no percentual de 10% (dez por cento).

§3º Pela obtenção da titulação de pós-graduação em nível de Doutorado, na área específica de atuação, sobre vencimento base, do enquadramento funcional que se encontra, no percentual de 10% (dez por cento).

§5º Para fins desta lei aceitar-se-ão como cursos de pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu:

a) na área de Educação;

b) na área específica de atuação; e

c) em áreas correlatas à área de atuação.

§7º Os adicionais previstos neste artigo serão concedidos ao membro do Magistério interessado, mediante a apresentação dos documentos necessários, desde que devidamente reconhecidos pelo MEC.

§8º Os adicionais previstos neste artigo serão acrescidos à remuneração do mês subsequente a apresentação dos documentos necessários.

§9º Para fins de concessão das adicionais previstas neste artigo serão consideradas todas as titulações obtidas pelo servidor em todos os graus de escolaridade, não sendo, no entanto, cumulativas titulações de mesmo grau.

Seção V

Da Reintegração

Art. 46 A reintegração decorre de decisão administrativa ou judicial, transitada em julgado, com o ressarcimento dos vencimentos, direitos e vantagens do cargo, em conformidade com a decisão.

§1º Transformado o cargo em que se deva verificar a reintegração, está se dá no cargo transformado e, se extinto, em outro do mesmo nível, respeitada a habilitação profissional.

§2º O reintegrado é submetido à inspeção médica, e se verificada a sua incapacidade física, mental ou de outra ordem, para o exercício do cargo, é aposentado segundo critérios do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

§3º O reintegrado deverá assumir o exercício no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação do ato no Mural Público do Município e em jornal de circulação regional, sob pena de exoneração.

Seção VI

Da Reabilitação

Art. 47 Dar-se-á a reabilitação funcional quando, ocorrer modificação do estado físico ou das condições de saúde do membro do Magistério Público Municipal, que aconselhe o seu reaproveitamento em atribuições diferentes compatíveis com a sua condição e habilitação, após parecer do INSS.

§1º A reabilitação não implica em mudança de cargo e terá prazo certo de duração, conforme recomendação de perícia médica, com atestado médico de especialista no problema apresentado.

§2º Inspirado o prazo de que trata o parágrafo anterior e, se o membro do Magistério Público Municipal não tiver readquirido as condições

normais de saúde a reabilitação será prorrogada.

§3º Se julgado incapaz para o serviço público, o reabilitado será aposentado conforme o Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Capítulo II

Da Vacância

Art. 48 A vacância de cargo decorre de:

- I – Exoneração;
- II – Demissão;
- III – Reabilitação;
- IV – Aposentadoria; e
- V – Falecimento.

Art. 49 Ocorre a exoneração:

- I – A pedido;
 - II – “Ex-offício”, quando:
 - a) se tratar de cargo de provimento em comissão;
 - b) não satisfeitas as condições do estágio probatório;
 - c) o membro do Magistério Público Municipal não tomar posse dentro do prazo legal;
 - d) o membro do Magistério Público Municipal que tomar posse em outro cargo público, emprego ou função da administração direta ou indireta instituídos pelo poder público municipal, salvo as hipóteses da acumulação legal; e
 - e) nos demais casos previstos em lei.
- Parágrafo Único - A demissão depende de processo disciplinar/administrativo, assegurada a ampla defesa ou decisão judicial definitiva.

TÍTULO IV

DA FIXAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL

Capítulo I

Da Lotação

Art. 50 A lotação dos membros do Magistério Público Municipal será sempre na Secretaria Municipal de Educação.

§1º Conforme a necessidade, a partir da abertura e fechamento de vagas haverá a destinação dos profissionais para as unidades escolares.

§2º A escolha das vagas ocorre de acordo com o tempo de efetivação de cada profissional, quando da necessidade de distribuição de vagas, será feito por decreto fixando as mesmas e, a escolha é efetuada e registrada em ata com a ciência de cada profissional.

§3º Os critérios para escolha e desempate da unidade escolar são os seguintes:

- a) maior tempo de Serviço efetivo no Serviço Público Municipal de Tigrinhos;
- b) maior tempo na unidade escolar da vaga;
- c) maior idade; e
- d) número de filhos.

§4º Para o preenchimento da vaga que trata o parágrafo anterior será exigida a comprovação da habilitação compatível, nos termos da legislação em vigor.

§5º A escolha de vagas ocorre anualmente, antes do início do ano letivo, caso houver alteração no quadro de vagas para o ano letivo que iniciará.

Art. 51 O membro do Magistério não perde a sua vaga na unidade escolar nos seguintes casos:

- I – Por afastamento para exercer cargo de provimento em comissão na rede municipal de ensino de Tigrinhos;
- II – Para realizar pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) na área do magistério;
- III – Para atender imperativo de convênio relacionado com a educação;
- IV – Para atender convocação do serviço militar;
- V – Para exercer mandato eletivo;
- VI – Nos casos de tratamento de saúde devidamente comprovado mediante atestado médico aprovado pela junta médica, aceito pelo INSS ou decorrente de decisão judicial;
- VII – Nos casos de licença para repouso a gestante; e
- VIII – Nos casos de licença prêmio.

Art. 52 O membro do Magistério que se afastar por motivos diversos dos constantes no artigo 36, perde sua vaga na unidade escolar, quando retornar ao exercício ocupará vaga em estabelecimento de ensino que tiver disponibilidade, respeitando o cargo e a habilitação, até que seja efetuada nova escolha.

Capítulo II

Da Alteração de Carga Horária

Art. 53 É possibilitado ao membro efetivo do Magistério Público Municipal a alteração temporária de carga horária semanal (ampliação ou redução), até o limite de 40 (quarenta) horas, observados o interesse público, a necessidade do serviço e mediante edital específico para este fim.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura divulgará edital de convocação de alteração de carga horária e o interessado deverá, no prazo fixado, apresentar requerimento comprovando sua condição de servidor e sua titulação.

Art. 54 Havendo mais de um interessado na vaga os critérios para preenchimento da carga horária serão, respectivamente, pelo desempate, os seguintes:

- a) habilitação compatível, nos termos dessa legislação;

- b) maior tempo de serviço no Magistério;
- c) maior tempo na unidade escolar da vaga;
- d) maior idade;

Art. 55 A vaga transitória não será disponibilizada para concurso público e atende aos seguintes requisitos:

§1º Ultrapassada a jornada de trabalho do profissional e permanecendo a necessidade de carga horária, esta será considerada aula excedente transitória, para a qual pode ser alterada temporariamente a carga horária.

§2º No caso do parágrafo anterior, não havendo número de aulas suficientes para o direito à Regência de Classe, o pagamento, referente a alteração, será pelo valor do vencimento.

§3º O tempo restante da carga horária alterada nas condições do parágrafo anterior deverá ser complementado com dedicação a atividades pedagógicas a critério da Secretaria de Educação.

§4º As atividades previstas no parágrafo anterior devem estar de acordo as atribuições previstas no anexo da presente Lei.

Art. 56 A alteração prevista nesta lei, limita-se ao tempo da existência da vaga, desaparecendo a necessidade será imediatamente reduzida a carga horária do profissional que a ocupava não gerando direito adquirido.

Parágrafo Único - A remuneração para a Alteração Temporária Transitória será na mesma proporção do cargo efetivo do profissional, respeitando a carga horária.

Art. 57 Para os detentores de carga horária de 10 (dez); 20 (vinte); e 30 (trinta) horas semanais poderá ser alterada a carga horária até o limite de 40 (quarenta) horas, pelo tempo que perdurar a necessidade.

§1º Ultrapassada a carga horária da carreira e sendo alterada será aplicado o parcelamento da Regência de Classe.

§2º Quando do parcelamento da Regência de Classe será assegurada o pagamento integral na carga horária que atingir o limite estabelecido no artigo 114.

§3º Quando da alteração da carga horária, comprovada a necessidade e não tendo aulas suficientes para a referida alteração o profissional será aproveitando em atividades pedagógicas complementares.

TÍTULO V

DOS DIREITOS E VANTAGENS

Capítulo I

Dos direitos

Seção I

Da remuneração

Art. 58 A remuneração é a retribuição mensal paga ao membro do Magistério Público Municipal pelo exercício de cargo correspondente ao vencimento e vantagens pecuniárias.

Art. 59 Vencimento é a retribuição pecuniária do cargo, consoante nível próprio, fixado nesta Lei e anexos.

Art. 60 É vedada a prestação de serviços permanentes de forma gratuita ao Magistério Público do Município de Tigrinhos, salvo em situações de calamidade.

Art. 61 O membro do Magistério Público Municipal perderá a remuneração:

I – Dos dias que faltar ao serviço sem justificativa; e

II – A meio dia, quando sair antecipado ou chegar atrasado, sem justificativa.

Art. 62 Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo Único - Mediante autorização do membro do Magistério, ou de decisão judicial, poderá haver consignação em folha de pagamentos em favor de terceiros, observada a legalidade do desconto.

Art. 63 O vencimento do cargo efetivo, acrescido as vantagens de caráter permanente, é irredutível e observará o princípio da isonomia, quando couber, observada a carga horária e habilitação.

Seção II

Da Regência de Classe

Art. 64 Apenas os cargos do parágrafo 1º do artigo 6º, terão direito ao estímulo de Regência de Classe, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o vencimento base, exclusivamente enquanto estiver em sala de aula.

§1º A Regência de Classe será paga em evento específico no demonstrativo de pagamento, sem incidência na tabela salarial, não sendo cumulativa para nenhum efeito.

§2º Para fazer jus ao direito da Gratificação de Regência de Classe o professor deverá atingir o mínimo de 90% do número de aulas estabelecidos no artigo 114.

§3º A redução prevista no parágrafo anterior será admitida apenas quando não houver aulas disponíveis na rede.

§4º Para profissionais da Educação enquadrados no parágrafo 1º do art. 6º desta Lei que vierem a desempenhar outras atividades pedagógicas será concedida Gratificação de Função, com valor equivalente ao da Regência de Classe.

§5º Para profissionais da Educação enquadrados no parágrafo 2º do art. 6º desta Lei que desempenharem outras atividades pedagógicas será concedida Gratificação de Função equivalente a Regência de Classe.

Art. 65 Em caso de não disponibilidade de aula para compor a carga horária prevista para a Regência de Classe através de uma variável na folha de pagamento, a mesma poderá ser paga proporcional a carga horária em sala de aula.

§1º O cálculo para pagamento da Regência de Classe proporcional será correspondente a 10; 20; ou 30 horas semanais, sobre o vencimento base.

§2º Ocorrendo a situação de o profissional ter o número de aulas abaixo do que lhe confere o estabelecido para a Regência de Classe, receberá a mesma sobre a parte que atende ao requisito, mesmo que realize atividades complementares.

Seção III

Do reajuste do valor do Piso Salarial

Art. 66 No mês janeiro de cada ano o valor do Piso será reajustado conforme revisão geral anual concedido por ato do Poder Executivo, assegurado o piso nacional de que trata a Lei Federal nº 11.738/2008.

Seção IV Das vantagens

Art. 67 Vantagens pecuniárias são acréscimos ao vencimento constituídas em caráter definitivo ou em caráter transitório ou eventual, a título de gratificação e adicionais.

Art. 68 São concedidas ao membro do Magistério as seguintes gratificações fixadas em lei.

I – Gratificação pelos cargos em comissão;

II – Gratificação por desempenho; e

III – Gratificação por atividade docente em sala de aula ou apoio pedagógico.

Subseção I Da gratificação Pelo Exercício de Cargo em Comissão

Art. 69 O membro do Magistério efetivo investido em cargo de direção de unidade escolar terá direito a receber gratificação na seguinte proporção:

a) diretor Escola até 100 alunos – 30% (trinta por cento);

b) diretor Escola acima de 101 alunos – 40% (quarenta por cento);

§1º O percentual que trata este artigo incide sobre o vencimento de professor com graduação – (quarenta horas semanais), correspondente ao nível “4 A”.

§2º Ao Diretor de Unidade Escolar serão asseguradas as vantagens de caráter definitivo conquistadas na carreira.

§3º Para o exercício do cargo de direção será assegurada a carga horária de 40 horas semanais, mesmo que efetivo em carga horária inferior.

§4º No caso de alteração prevista no parágrafo terceiro, a mesma terá validade apenas enquanto perdurar o exercício do cargo.

§5º O Assessor em Planejamento Educacional pode ser efetivo ou não na rede municipal, recebendo, quando efetivo, gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) nos moldes deste artigo.

Art. 70 A função de secretaria na Unidade Escolar será exercida por profissional com domínio e amplo conhecimento na área, nos termos da legislação em vigor, sendo denominado cargo de Secretário de Escola, com habilitação em Nível Superior.

Art. 71 No desempenho da função de Secretário de Escola o membro do Magistério, receberá a gratificação de acordo com os índices a seguir:

a) Secretário de Escola até 100 alunos – 20% (vinte por cento);

b) Secretário de Escola de com mais de 101 alunos – 30% (trinta por cento);

§1º O cargo de Secretário de Escola é de caráter efetivo, com a gratificação prevista neste artigo.

§2º A gratificação prevista no caput substitui a progressão na carreira para este cargo.

Art. 72 A gratificação pelo exercício do cargo em comissão não se incorpora aos vencimentos para nenhum efeito.

Parágrafo único. O pagamento da gratificação será suspenso no caso do membro do magistério afastar-se das atividades inerentes ao seu cargo por qualquer motivo, e o vencimento pago será proporcional aos dias de efetivo exercício em sala de aula.

Subseção II Das férias

Art. 73 O membro do Magistério Público Municipal terá direito a 30 (trinta) dias de férias por ano, devendo coincidir este período com o do recesso escolar.

§1º No período de recesso poderá ser concedido um período de 15 (quinze) dias, a título de repouso para os profissionais atuantes nas salas de aula.

§2º Quando da posse durante o ano letivo, no início do recesso escolar será calculado o valor do 1/3 constitucional proporcional das férias, na proporção de 1/12 por mês trabalhado.

§3º Durante o gozo do repouso o membro do Magistério pode ser convocado para participar de atividades relacionadas com sua função, especialmente de aperfeiçoamento e formação continuada.

Art. 74 Durante as férias o membro do Magistério não sofrerá redução salarial.

Art. 75 Independente da solicitação será pago ao membro do Magistério, uma única complementação pecuniária no valor correspondente a 1/3 (um terço) a mais de sua remuneração mensal, para gozo de suas férias anuais, na forma do artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 76 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de interesse público.

Art. 77 É proibida a acumulação de férias.

Seção V Das Licenças

Art. 78 Ao membro do Magistério Público Municipal será concedida licença:

I – Para tratamento de saúde;

II – Por motivo de doença de pessoa da família;

III – Para repouso a gestante;

IV – Para serviço militar obrigatório;

V – Para casamento;

VI – Para trato de interesses particulares;

VII – Prêmio; e

VIII – Por motivo de falecimento de membro da família (pai, mãe, filhos e cônjuges).

Subseção I

Da Licença Para Tratamento de Saúde

Art. 79 A licença para tratamento de saúde é concedida a pedido do membro do magistério ou de seu representante legalmente constituído, quando impossibilitado de fazê-lo.

Parágrafo Único – Em ambos os casos, é indispensável a inspeção médica oficial realizada, sempre que possível, no próprio Município.

Art. 80 A licença é concedida pelo prazo indicado no laudo ou atestado médico oficial.

Art. 81 Findo o prazo da licença, o membro do Magistério deve retornar ao trabalho ou reapresentar-se à nova inspeção para prorrogação do afastamento, aposentadoria ou reabilitação.

Parágrafo Único - Considerado apto, o membro do Magistério reassume o exercício, sob pena de serem considerados os dias de ausência como faltas injustificadas.

Art. 82 Para licença de até 15 (quinze) dias, o pagamento será efetuado pelo Município, o que exceder a este prazo é encaminhada a documentação ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Art. 83 No caso de licença para tratamento de saúde o membro do Magistério deve se abster de outras atividades remuneradas sob pena de interrupção da licença, com perda total do vencimento ou remuneração, até que reassuma o cargo.

Art. 84 A inspeção médica não pode ser recusada, sob pena de suspensão de pagamento da remuneração, até que se realize a referida inspeção.

Parágrafo Único – Ultrapassados os 30 dias de negativa, será instaurado o devido processo disciplinar para os encaminhamentos da demissão.

Art. 85 No curso da licença, pode o membro do Magistério requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício ou com direito a aposentadoria por tempo de serviço.

Art. 86 É integral a remuneração do membro do Magistério licenciado para tratamento de saúde, no período que for de responsabilidade do Município.

Subseção II

Por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 87 Poderá ser concedida licença ao servidor ocupante de cargo efetivo, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, do pai, da mãe e do filho, mediante comprovação médica.

§ 1º. A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo;

§ 2º. A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de 12 (doze) meses nas seguintes condições:

I – Por até 15 (quinze) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e

II – Por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

§ 3º. O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida.

§ 4º A concessão do benefício carece de parecer social, elaborado por Assistente Social do Município.

Subseção III

Licença Maternidade

Art. 88 À gestante é concedida, mediante atestado médico, licença com vencimento ou remuneração integral pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

I – A licença pode ser concedida a partir do oitavo mês de gestação;

II – Até o oitavo mês, se houver impossibilidade ao trabalho, à gestante é assegurada a antecipação da licença de que trata esta Lei.

Art. 89 Pelo nascimento ou adoção de filhos, o membro do Magistério homem, terá direito à licença paternidade de 07 (sete) dias consecutivos.

Art. 90 O membro do Magistério Público Municipal, mulher que adotar ou obtiver guarda judicial de criança, terá o mesmo direito a Licença Maternidade, na forma determinada pela Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Subseção IV

Para Serviço Militar Obrigatório

Art. 91 Ao membro do Magistério, convocado para serviço militar ou outros encargos de Segurança Nacional, é concedida licença com garantia do emprego.

I – A licença é concedida à vista de documento oficial que comprove a incorporação;

II – Os valores do recolhimento da contribuição respeitarão os aumentos da remuneração previstos na carreira.

Subseção V

Para Casamento

Art. 92 Sem qualquer prejuízo poderá o servidor ausentar-se do serviço por 07 (sete) dias consecutivos em razão do casamento.

Art. 93 O membro do Magistério deverá encaminhar ao Setor Pessoal do Município solicitação do benefício acompanhado de documento que comprove a realização do casamento.

Subseção VI**Para Tratar de Interesses Particulares**

Art. 94 A critério da administração, poderá ser concedida ao membro do Magistério Público Municipal, que já tenha cumprido e sido aprovado no estágio probatório, licença para tratar de interesses particulares, pelo prazo de 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração.

I – A licença poderá ser interrompida ao final de 01 (um) ano, a pedido do membro do Magistério ou no interesse do serviço público;

II – Não será concedida licença prevista neste artigo ao membro do Magistério que esteja respondendo processo disciplinar.

Subseção VII**Licença Prêmio**

Art. 95 Após cada 05 (cinco) anos de exercício público prestado exclusivamente como servidor efetivo municipal, conceder-se-á licença a título de prêmio, com remuneração, pelo período de 60 (sessenta) dias, devendo ser gozada na sua totalidade.

§ 1º O servidor deverá aguardar em exercício a concessão da licença, que deverá ser deferida pelo Chefe do Poder Público dentro dos 12 (doze) meses posteriores ao requerimento.

§ 2º É vedado o acúmulo de licença-prêmio, podendo a mesma ser convertida em abono pecuniário até o percentual de 50% (cinquenta por cento), desde que o servidor apresente requerimento e seja deferido pelo Prefeito Municipal.

§ 3º Em caso de excepcional necessidade de continuidade do serviço público desenvolvido pelo servidor municipal, devidamente justificada e comprovado que o afastamento implicaria em contratação de substituto, e que inexistia no quadro de funcionários profissional que possa substituí-lo, poderá ser convertida a licença prêmio em abono pecuniário em percentual equivalente a 100% (cem por cento).

§ 4º Perderá o direito à licença o membro do magistério que tiver mais do que três faltas injustificadas por ano ou 15 faltas no período aquisitivo de licença.

Art. 96 Para efeito de concessão de licença prêmio, somente será computado o tempo de serviço prestado ao Município de Tigrinhos após a efetivação.

Art. 97 Para os afastamentos autorizados pela administração pública municipal o período aquisitivo será apenas suspenso, retomando sua contagem normal do ponto da interrupção, sem prejuízos ao profissional.

Art. 98 Suspendem o curso do prazo do período aquisitivo da licença prêmio, para efeitos do artigo anterior, as seguintes ocorrências:

I - Penalidade disciplinar de suspensão;

II - Afastamento do cargo em virtude de:

a) licença para tratar de interesses particulares;

b) licença para tratamento de pessoa da família quando não remunerada;

c) condenação à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

d) desempenho de mandato classista; e

e) licença para atividade política.

Parágrafo único. As faltas não justificadas ao serviço retardarão a concessão do prêmio previsto neste artigo.

Art. 99 O número de funcionários em gozo simultâneo de licença-prêmio não poderá ser superior a um terço da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Subseção VIII**Por Motivo de Falecimento de Membro da Família**

Art. 100 Ao membro do Magistério Público Municipal é assegurada licença por motivo de falecimento de membro da família por 07 (sete) dias consecutivos quando do falecimento de cônjuge, companheiro, pai, mãe ou filhos.

Seção VI**Do Tempo de Serviço**

Art. 101 A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 102 Serão computados como tempo de serviço ausências previstas no art. 78, além dos seguintes.

I – Férias;

II – Exercício de cargo em comissão; e

III – Desempenho de mandato eletivo.

Parágrafo Único - É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo, de órgão ou entidade dos poderes da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, salvo o caso de acumulação legal.

Seção VII**Da Aposentadoria**

Art. 103 O membro do Magistério é aposentado nos casos previstos no Regime Geral de Previdência Social - INSS.

TÍTULO VI**DOS DEVERES E DAS RESPONSABILIDADES****Capítulo I****Dos Deveres**

Art. 104 São deveres dos membros do Magistério Público Municipal.

I – Preservar os princípios e fins da educação;

II – Empenhar-se pela educação do educando, desenvolvendo o espírito de solidariedade, justiça, cooperação e o respeito às autoridades

constituídas;

III – Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade;

IV – Cumprir ordens superiores, exceto quando ilegais;

V – Comunicar ao chefe imediato as irregularidades que tiver ciência, no local de trabalho;

VI – Manter com os colegas, espírito de cooperação e solidariedade;

VII – Guardar sigilo profissional;

VIII – Zelar pela economia do material e patrimônio público;

IX – Manter conduta compatível com a profissão; e

X – Cumprir o que estabelece o art. 13 da LDB Lei Nº 9394/96 de 26 de dezembro de 1.996.

XI – Não fazer uso de redes sociais para fins particulares durante o horário de expediente;

XII – Zelar pela honra da instituição;

Art. 105 O membro do Magistério Público Municipal é responsável por todos os prejuízos que causar ao patrimônio público por ação ou omissão dolosa ou culposa.

Parágrafo Único – A apuração dos deveres e responsabilidades, do regime disciplinar e demais assuntos inerentes observarão o disposto no Estatuto do Servidor Público do Município de Tigrinhos.

Capítulo II

Das responsabilidades

Art. 106 O membro do Magistério Público Municipal responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 107 A responsabilidade civil decorre de ato doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao tesouro público ou a terceiros.

Art. 108 A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao membro do magistério, nessa qualidade.

Art. 109 A responsabilidade civil administrativa decorre do ato praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 110 As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular-se, sendo independentes entre si.

TÍTULO VII

DO REGIME DE TRABALHO

Art. 111 A carga horária para o ingresso no Quadro do Magistério Público Municipal será distribuída da seguinte maneira.

I – De 10, 20, 30 ou 40 horas semanais para o cargo de professor nas disciplinas específicas do currículo (atuação nas séries finais do Ensino Fundamental ou disciplinas específicas das séries iniciais);

II – De 20 ou 40 horas semanais para os demais cargos.

Seção I

Da Aula Excedente

Art. 112 Havendo necessidade na escola o professor(a) das séries finais do Ensino Fundamental ou das disciplinas específicas das séries iniciais pode ter (02) duas aulas acrescidas à sua carga horária de efetivo trabalho em sala de aula, essa hora aula chamar-se-á aula excedente.

§1º Para cada aula excedente o professor da disciplina receberá remuneração específica no mesmo valor corresponde ao da hora de aula normal.

§2º A aula excedente destina-se apenas quando a carga horária for compatível, não pode ultrapassar a mesma.

Seção II

Da Hora-Atividade

Art. 113 Na jornada de trabalho dos profissionais da educação se observará a proporção máxima de 2/3 (dois terços) da carga horária para as atividades de interação com os educandos e 1/3 (um terço) como hora-atividade, que devem ser cumpridas na forma dessa lei.

§ 1º As aulas correspondentes à hora-atividade serão cumpridas da seguinte forma:

I – Na unidade escolar ou em local indicado pela direção da unidade ou pela Secretaria Municipal de Educação 100% (cem por cento), para todos os membros do Magistério Público de Tigrinhos, com as atividades a seguir descritas:

a) preparação do trabalho didático, planejamento individual ou coletivo;

b) para o aperfeiçoamento;

c) para formação continuada; e

d) para preparação de aulas e demais atividades inerentes ao ensino de sala de aula;

e) elaboração e execução de projetos didáticos da unidade escolar e interação com a comunidade escolar.

§ 2º A unidade escolar e a Secretaria da Educação de Tigrinhos podem aglutinar o tempo correspondente a cada tarefa, concentrando as referidas atividades em dias específicos.

§ 3º A hora-atividade sempre será cumprida na contagem da hora-relógio.

§ 4º No período destinado à hora-atividade dos professores de 1ª a 5ª série/ano do Ensino Fundamental, poderá ser oferecido ao aluno, as disciplinas de: Educação Física; Artes; Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol); Informática; Ecologia; Recreação; e/ou outras, ministradas por professores habilitados do quadro de pessoal do Magistério ou por profissional legalmente habilitado na forma desta legislação.

§5º É considerado acúmulo ilegal de cargo a contratação do membro do Magistério para o exercício de qualquer atividade remunerada durante o tempo destinado ao cumprimento da hora-atividade, na unidade escolar ou fora dela.

Seção III

Da Carga Horária em Sala de Aula

Art. 114 Para contagem da carga horária será contada a hora relógio, caso as aulas sejam com tempo de duração menor, devem ser compensadas pelo número de aulas.

§ 1º A carga horária, em desempenho das atividades de interação com o aluno na sala de aula será assim distribuída:

- a) contrato de 10 horas semanais, atividades em sala de aula, 6,6 (seis vírgula seis) horas semanais, sendo aulas de 45 minutos, o máximo será de 08 (oito) aulas;
- b) contrato de 20 horas semanais, atividades em sala de aula, 13,3 (treze vírgula três) horas semanais, sendo aulas de 45 minutos, o máximo será de 17 (dezesete) aulas;
- c) contrato de 30 horas semanais, atividades em sala de aula, 19,9 (dezenove vírgula nove) horas semanais, sendo aulas de 45 minutos, o máximo será de 26 (vinte e seis) aulas;
- d) contrato de 40 horas semanais, atividades em sala de aula, 26,6 (vinte e seis vírgula seis) horas semanais, sendo aulas de 45 minutos, o máximo será de 35 (trinta e cinco) aulas.

§ 2º O docente do currículo por disciplinas, cujo número de horas lecionadas for inferior a carga horária normal, estabelecidas neste artigo, terá de completar a jornada em outras atividades constantes das atribuições do cargo de professor.

TÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS e TRANSITÓRIAS

Art. 115 Este Plano de Cargos, Carreira e Salários não prejudica direito adquirido sob a vigência da legislação anterior.

Art. 116 Fica o chefe do Poder Executivo municipal autorizado a proceder, por ato próprio o reenquadramento dos membros do Magistério público municipal, na forma prevista na presente lei.

Parágrafo Único: O reenquadramento será feito por portaria ou decreto do Chefe do Poder Executivo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 117 Será assegurado a ocupante do cargo de Secretário de Escola a manutenção das suas funções, com a habilitação de Ensino Médio, até a vacância do mesmo.

Art. 118 Para suprir as necessidades de substituição ou casos emergenciais nos termos do art. 37 da Constituição Federal, serão contratados profissionais temporariamente (ACT's), na forma de legislação municipal específica.

Art. 119 As vantagens pecuniárias decorrentes da carreira dos planos anteriores ficam incorporadas ao vencimento da tabela salarial do anexo desta Lei, sendo que, a partir da publicação da presente lei, os adicionais e gratificações passarão a ser identificados com rubricas específicas na folha de pagamento.

Art. 120 Para fazer face as despesas decorrentes com a execução da presente Lei serão usadas Dotações Orçamentárias Próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 121 No interesse público pode o Chefe do Poder Executivo promover o remanejamento e adequação dos profissionais vinculados a Secretaria de Educação do Município.

§1º A adequação se dará em caso de ajuste da oferta do Ensino Fundamental nas séries finais.

§2º Nas adequações será assegurada remuneração equivalente ao da função de cada profissional, inclusive o equivalente à Regência de Classe.

§3º Preferencialmente as novas atividades devem ser na Educação ou em função assemelhada, compatível com sua habilitação, respeitando a dignidade do profissional.

Art. 122 Aplica-se subsidiariamente no que for omissa a presente Lei, o Estatuto dos servidores Públicos do Município de Tigrinhos e a Legislação Federal que couber ao caso.

Art. 123 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2020.

Art. 124 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a lei Municipal complementar 014/2010 de 14 de dezembro de 2010, lei complementar nº 045/2017 de 31 de março de 2017, Lei complementar nº 051/2017 de 22 de agosto de 2017 e a lei complementar nº 053/2017 de 31 de agosto de 2017.

Tigrinhos SC, 29 de agosto de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I (CARGOS EFETIVOS EXISTENTES)

QUADRO GERAL DE CARGOS E VAGAS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TIGRINHOS

CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO R\$
Professor II	03	20 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 1.677,27
Professor III	03	20 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 1.677,27

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO E DA HABILITAÇÃO

A seguir a descrição das atribuições que cada cargo deve cumprir e a exigência da habilitação para acesso ao mesmo.

CARGOS: PROFESSOR II E III

Funções:

- Cumprir com o que estabelece o artigo 13 da lei 9394/96;
- Possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas;
- Demonstrar profissionalismo e comprometimento;
- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento;

- Seguir as diretrizes educacionais do Estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se em integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos;
- Ministrar aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e o projeto político-pedagógico da Unidade Escolar;
- Executar o trabalho diário, de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente;
- Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis a eficácia da ação educativa;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração;
- Promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme a exigência dos diagnósticos de avaliação;
- Comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação;
- Cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;
- Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais;
- Encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após sua própria advertência;
- Prestar apoio aos alunos com limitações;
- Acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, comunicando ocorrências à direção e ao serviço de orientação educacional; e
- Executar as normas estabelecidas no regime escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação vigente.

Habilitação Profissional

Professor II - formação Superior em nível de graduação de licenciatura plena atuante na Educação Infantil e demais atividades pedagógicas, determinados nesta Lei.

Professor III - formação superior em nível de graduação de licenciatura plena atuante nas séries iniciais do Ensino Fundamental e demais atividades pedagógicas, determinados nesta Lei.

ANEXO II (CARGOS EFETIVOS EXISTENTES)

FUNÇÕES DOS CARGOS DO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TIGRINHOS

CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO R\$
Professor IV Ciências	01	10 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 838,64
Professor IV Ed. Física	01 01	10 H 20 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 838,64 R\$ 1.677,27
Professor IV Geografia	01	10 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 838,64
Professor IV História	01	10 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 838,64
Professor IV Inglês	01	10 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 838,64
Professor IV Matemática	01	20 H	Ensino superior completo na área de atuação	1.677,27
Professor IV Português	01	20 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 838,64

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO E DA HABILITAÇÃO

A seguir a descrição das atribuições que cada cargo deve cumprir e a exigência da habilitação para acesso ao mesmo.

CARGO: PROFESSOR IV

Funções:

- Cumprir com o que estabelece o artigo 13 da lei 9394/96;
- Possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas;
- Demonstrar profissionalismo e comprometimento;
- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento;
- Seguir as diretrizes educacionais do Estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se em integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos;
- Ministrar aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e o projeto político-pedagógico da Unidade Escolar;
- Executar o trabalho diário, de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente;

- Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade na eficácia da ação educativa;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração;
- Promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme a exigência dos diagnósticos de avaliação;
- Comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação;
- Cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;
- Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais;
- Encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após sua própria advertência;
- Acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, comunicando ocorrências à direção e ao serviço de orientação educacional; e
- Executar as normas estabelecidas no regime escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação vigente.

Habilitação Profissional

Formação superior em nível de graduação de Licenciatura Plena nas áreas específicas das séries finais do Ensino Fundamental.

ANEXO III

FUNÇÕES DOS CARGOS DO QUADRO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TIGRINHOS

CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO R\$
Assistente Técnico Pedagógico	01	20 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 1.600,00
Secretário de Escola	01	40 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 3.479,40
Técnico Administrativo Educacional	01	20 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 2.154,02

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO E DA HABILITAÇÃO

A seguir a descrição das atribuições que cada cargo deve cumprir e a exigência da habilitação para acesso ao mesmo.

CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

Funções:

- Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica, sob orientação;
- Participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e normas específicas, bem como métodos e técnicas de trabalho;
- Realizar programação de trabalho, tendo em vista alterações de normas legais, regulamentares ou recursos;
- Participar na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal;
- Selecionar, classificar e arquivar documentação;
- Participar na execução de programas e projetos educacionais;
- Prestar auxílio no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;
- Participar e auxiliar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- Realizar um planejamento de atividades voltadas à concretização dos princípios básicos da proposta pedagógica e do plano da unidade escolar;
- Possibilitar aos alunos maiores condições de adaptação, solução de seus problemas, proporcionando-lhes a melhor orientação quanto às suas necessidades, interesses, qualidades e responsabilidades sociais;
- Orientar os professores quanto às atividades a serem desenvolvidas com os alunos, em função da problemática individual ou coletiva;
- Transmitir ao corpo técnico administrativo e docente, as informações e dados colhidos sobre os educandos, bem como receber deles informações necessárias para o melhor aconselhamento dos discentes, ressaltando a ética profissional;
- Chamar à escola os pais de alunos ou responsáveis, sempre que necessário, visando a maior eficiência na ação educativa, integrando a família à escola;
- Promover pesquisa e levantamento de dados específicos para o tratamento psicossocial do educando, encaminhando-o a profissionais competentes a fim de um diagnóstico específico, com vistas a tratamento e solução de problemas;
- Promover encontros e palestras com os pais, professores e alunos para uma maior integração escolar e comunitária;
- Comparecer a todas as reuniões interdisciplinares para verificar o andamento do aluno em todas as áreas de sua atuação;
- Opinar na organização de classes e promoção de alunos;
- Trabalhar integralmente com todos os segmentos, a fim de atingir os objetivos da educação;
- Comprometer-se com o encaminhamento de alunos para acompanhamento da saúde física, mental e audiovisual; e
- Exercer as demais funções próprias de seu cargo e as que lhe forem atribuídas.

Habilitação Profissional

Graduação com Licenciatura Plena em uma das áreas específicas da Educação com diploma devidamente registrado.

CARGO: SECRETÁRIO DE ESCOLA**Funções:**

- Organizar todas as atividades e controle da vida escolar dos alunos;
- Emitir diários de classe, listas de alunos, transferência e horários de aula, sempre que necessário de forma legível e correta;
- Organizar pastas individuais contendo informações da vida escolar de cada aluno, mantendo-os em dia;
- Efetuar a matrícula observando os preceitos legais, documentação necessária e prazos estipulados pelo sistema municipal de educação;
- Registrar as notas dos alunos sem alterações e observando os padrões e exigências estabelecidas pelo Sistema Municipal de Ensino;
- Coordenar o processo de normatização do funcionamento da secretaria, prevendo datas e documentos necessários para controle e funcionamento da secretaria e como forma de garantir a preservação de informações e documentações necessárias a vida escolar do aluno e a história da escola;
- Manter em dia as correspondências da escola;
- Redigir atas, colher as assinaturas dos presentes após a aprovação;
- Assinar e emitir documentos da escola, juntamente com a direção;
- Participar de todas as atividades, planejamento e discussões que são desencadeadas na escola;
- Manter atualizado arquivo sobre legislação de ensino, legislação de pessoal, correspondência recebida, correspondência emitida, horários de aula, arquivos passivos, arquivos ativos, documentos referentes a merenda escolar, transporte escolar, prestações de conta, controle de material permanente que fazem parte do patrimônio da escola, livros de ata e outros que o ambiente de trabalho e exigências posteriores venham a exigir;
- Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente a fim de garantir a eficácia da escolarização do educando;
- Comparecer ao local de trabalho de forma assídua;
- Respeitar e fazer respeitar-se no local de trabalho e fora dele;
- Manter a escola em clima de normalidade e entendimento;
- Tratar a todos com igualdade, honestidade, respeito e objetividade; e
- Outras atividades consideradas importantes pelo regimento interno da escola e sistema municipal de educação.

Habilitação Profissional

Portador de certificado de conclusão de curso de Nível Superior, com diploma devidamente registrado.

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL**Funções:**

- Organizar o funcionamento da estrutura física da rede municipal de ensino;
- Manter escrituração dos imóveis da rede municipal de ensino;
- Acompanhar e fiscalizar as aquisições de materiais de uso didático e civil relacionados à educação;
- Manter atualizado o cadastro de mobiliário, sua qualidade e disponibilidade de acordo com as necessidades de cada unidade escolar;
- Assegurar a disponibilidade do suporte técnico pedagógico na rede municipal de ensino;
- Contribuir no planejamento articulando a administração com as atividades pedagógicas;
- Assessorar o Secretário na opção de aquisição de mobiliário adequado aos diferentes estágios do ensino;
- Fiscalizar o correto registro da escrituração dos estudantes da rede, zelando por sua lisura e integridade;
- Articular as diversas unidades escolares para otimizar os recursos da rede municipal; e
- Exercer as demais funções próprias de seu cargo e as que lhe forem atribuídas.

Habilitação Profissional

Graduação com Licenciatura Plena em uma das áreas da educação – Aperfeiçoamento na área da Educação, com diploma devidamente registrado.

ANEXO IV**FUNÇÕES DOS CARGOS DO QUADRO DE CARREIRA DO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO R\$
Agente de Biblioteca Escolar	01	20 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 1.600,00
Auxiliar de Ensino	02	20 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 1.600,00

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO E DA HABILITAÇÃO

A seguir a descrição das atribuições que cada cargo deve cumprir e a exigência da habilitação para acesso ao mesmo.

CARGO: AGENTE DE BIBLIOTECA ESCOLAR**Funções:**

- Receber, fazer registro e cadastrar livros, folhetos, revistas, periódicas e outros;
- Controlar o fichário de requisição bibliográfica, acompanhando o seu andamento;
- Preparar o acervo bibliográfico a ser colocado à disposição dos alunos e professores;
- Atender aos usuários da biblioteca, informando-os sobre o uso de acervo bibliográfico e disposição dos mesmos nas estantes;
- Prestar informações a respeito do acervo da biblioteca da unidade escolar;
- Retirar e recolocar o acervo bibliográfico nas estantes;
- Distribuir os livros, folhetos ou periódicos e outras publicações aos alunos ou outros interessados;

- Estipular o prazo do empréstimo dos livros e outras publicações, através de controle em fichário próprio;
- Zelar pela conservação do acervo bibliográfico e demais pertencentes da biblioteca;
- Receber, ordenar e controlar correspondências;
- Manter em dia e em ordem os arquivos da biblioteca;
- Fornecer os elementos para relatórios dos dados referentes à biblioteca, relativos à catalogação, classificação, movimentação, etc; e
- Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

Habilitação Profissional

Portador de certificado de conclusão de curso de Nível Superior, com diploma devidamente registrado.

CARGO: AUXILIAR DE ENSINO**Funções:**

- Auxiliar os professores titulares, cumprido as orientações destes;
- Monitorar as crianças, a fim de zelar pela segurança, ordem e higiene destas e seus pertences;
- Suprir temporariamente o horário do professor no momento dos seus intervalos para refeições;
- Cumprir as rotinas operacionais do estabelecimento em relação às crianças como: trocar fraldas, levar ao banheiro, dar banho, servir alimentação, recepcionar e encaminhar as crianças em horários de chegada e saída do estabelecimento e outras assemelhadas;
- Auxiliar o professor e, sob orientação deste, na execução de atividades recreativas, educativas e psicomotoras das crianças;
- Contribuir na higienização do ambiente e de cada criança;
- Nas unidades escolares, contribuir na recuperação de alunos e desenvolver projetos, orientando alunos e promovendo o intercâmbio com a comunidade; e
- Desempenhar tarefas compatíveis ao cargo e determinadas pela Secretaria da Educação.

Habilitação Profissional

Habilitação em Graduação com Licenciatura Plena em Pedagogia, com a remuneração da carreira de nível Médio.

ANEXO V**FUNÇÕES DOS CARGOS DO QUADRO DE CARREIRA DO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO R\$
Nutricionista	01	40 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 4.621,51
Psicólogo	01	20 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 1.600,00
Psicopedagogo	01	20 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 1.600,00

OBSERVAÇÃO: Para estes cargos incide os benefícios da carreira específica, com as habilitações descritas neste anexo.

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO E DA HABILITAÇÃO

A seguir a descrição das atribuições que cada cargo deve cumprir e a exigência da habilitação para acesso ao mesmo.

CARGO: NUTRICIONISTA**Funções:**

- Oferecer suporte pedagógico, destinado à elaboração do cardápio de alimentação escolar;
- Acompanhar a execução do projeto de alimentação da aquisição, preparo e consumo da alimentação;
- Desenvolver o planejamento, fiscalização, inspeção, supervisão e outras atividades inerentes à profissão; e
- Desenvolver outras atividades inerentes à profissão.

Habilitação Profissional

Habilitação em Curso de nível Superior na área de Nutrição.

CARGO: PSICÓLOGO**Funções:**

- Contribuir no suporte pedagógico do corpo docente;
- Auxiliar no acompanhamento do corpo discente em atividades que contribuam o rendimento escolar e socialização;
- Prestar serviços na Secretaria Municipal de Educação e suas unidades escolares; e
- Desenvolver outras atividades inerentes à profissão.

Habilitação Profissional

Habilitação em Curso de nível Superior na área de Psicologia.

CARGO: PSICOPEDAGOGO**Funções:**

- Contribuir na organização do suporte pedagógico ao corpo docente;
- Acompanhamento do corpo discente em atividades que contribuam com o rendimento escolar;
- Organizar atividades que melhorem o desempenho das atividades pedagógicas;

- Preparar e desenvolver projetos de integração e superação de conflitos;
- Oferecer atividades que desenvolvam a solidariedade e colaboração entre os discentes; e
- Desenvolver outras atividades inerentes à profissão.

Habilitação Profissional

Habilitação em Curso de nível Superior na área de Psicopedagogia ou com Graduação em Pedagogia com especialização em Psicopedagogia.

ANEXO VI
**FUNÇÕES DOS CARGOS TRANSITÓRIOS DO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO R\$
Coordenador de projeto	01	20 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 1.600,00
Monitor de projeto	01	20 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 1.600,00

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO E DA HABILITAÇÃO

A seguir a descrição das atribuições que cada cargo deve cumprir e a exigência da habilitação para acesso ao mesmo.

CARGO: COORDENADOR DE PROJETO**Funções:**

- Organizar, desenvolver, assessorar e fiscalizar o desenvolvimento de projeto em qualquer área de abrangência da Secretaria;
- Representar os interesses da administração pública junto aos beneficiários e participantes dos projetos e na comunidade em geral;
- Prestar informações sobre o andamento dos projetos à chefia imediata ou a quem de direito;
- Manter atualizados cadastros e demais informações necessárias ao desenvolvimento do projeto;
- Zelar pelo patrimônio e interesse público; e
- Desenvolver atividades solicitadas pela administração, nos limites da legislação, da moralidade pública e das condições inerentes ao cargo.

Habilitação Profissional

Graduação em Licenciatura Plena em uma das áreas da educação, com diploma devidamente registrado.

CARGO: MONITOR DE PROJETO**Funções:**

- Desenvolver atividades didáticas, pedagógicas, culturais ou esportivas junto aos beneficiários e participantes dos projetos;
- Colaborar no desenvolvimento do projeto a que fizer parte;
- Prestar informações sobre o andamento dos projetos à chefia imediata ou a quem de direito;
- Manter atualizados cadastros e demais informações necessárias ao desenvolvimento do projeto;
- Zelar pelo patrimônio e interesse público; e
- Desenvolver atividades solicitadas pela administração, nos limites da legislação, da moralidade pública e das condições inerentes ao cargo.

Habilitação Profissional

Graduação em Licenciatura Plena em uma das áreas da educação, com diploma devidamente registrado.

ANEXO VII
**FUNÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS DO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

Cargos do §7º do art. 6º

CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO R\$
Assessor em Planejamento Educacional	01	40 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 2.800,00
Diretor do Departamento de Cultura	01	40 H	Ensino Médio completo	R\$ 2.250,00
Diretor do Departamento de Esporte e Lazer	01	40 H	Ensino Médio completo	R\$ 3.600,00

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO E DA HABILITAÇÃO

A seguir a descrição das atribuições que cada cargo deve cumprir e a exigência da habilitação para acesso ao mesmo.

CARGO: ASSESSOR EM PLANEJAMENTO EDUCACIONAL**Funções:**

- Efetuar o planejamento anual e/ou mensal da secretaria de educação. Desenvolver todas as atividades que servem de meio entre as políticas e diretrizes do sistema municipal de Educação e o fazer pedagógico da escola;
- Desencadear todas as ações que venham ao encontro da consolidação das políticas educacionais definidas pelo sistema municipal de educação do município, tais como:
 - * Coordenar grupos, cursos, encontros para estudar e melhor compreender as abordagens pedagógicas, os critérios de avaliação, a forma de recuperação dos alunos de baixo rendimento, utilização de novas metodologias, novos instrumentos pedagógicos que venham ao encontro da eficiência do processo de ensinar e aprender.
 - * Coordenar propostas pedagógicas, voltadas ao resgate do conhecimento popular das pessoas da comunidade em que a escola está inserida a fim de organizar a rede temática do trabalho pedagógico a ser desenvolvido na escola;
- Manter-se atualizado/a quanto às novas propostas pedagógicas, tecnologias e metodologias educacionais;
- Manter-se persistente quanto ao incentivo aos profissionais da educação e ao comprometimento e busca constante de aperfeiçoamento, atualização e participação no processo educacional;
- Acompanhar a elaboração do projeto político pedagógico das unidades escolares;
- Orientar e acompanhar os docentes no planejamento das atividades escolares;
- Acompanhar e orientar a direção das escolas nas atividades de planejamento;
- Promover estudos, pesquisas, cursos e reuniões de caráter pedagógico e administrativo, destinados ao aperfeiçoamento e à avaliação do desempenho administrativo, docente e discente;
- Elaborar relatórios sobre o andamento da questão pedagógica da Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- Colaborar na condução dos trabalhos da Secretária Municipal de Educação;
- Coordenar projetos de interesse estratégico para a administração municipal;
- Exercer as demais funções próprias de seu cargo e as que lhe forem atribuídas.

Habilitação Profissional

Graduação em Licenciatura Plena em uma das áreas da educação, com diploma devidamente registrado.

CARGO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CULTURA**ATRIBUIÇÕES:**

- Administrar a Biblioteca Pública Municipal;
- Administrar o Museu e Centro Cultural, bem como outros organismos que venham ser criados volta para a difusão cultural e recuperação da memória história do Município;
- Coordenar os trabalhos dos servidores lotados nestes órgãos municipais;
- Promover o acesso da população aos organismos locais de difusão cultural e de recuperação da memória histórica do Município; organizar mostras culturais;
- Realizar outras atividades que lhe forem cometidas pelas autoridades superiores.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral.

CARGO: DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER**ATRIBUIÇÕES:**

- Colaborar na supervisionar as atividades do Departamento;
- Colaborar na supervisionar a elaboração e a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer;
- Orientar e acompanhar os programas e projetos, observadas as diretrizes da Política Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer;
- Promover a geração de programas e projetos integrados com outras áreas que tenham como objeto o desenvolvimento social;
- Fomentar o desenvolvimento de programas e projetos, prioritariamente, com os segmentos mais carentes da população;
- Buscar a valorização dos atletas, mediante apoio e incentivos;
- Incentivar o desenvolvimento da do esporte e do lazer no município, como meio de transformação;
- Formalizar parcerias e atuação, em conjunto com as instituições de ensino, viabilizando os projetos e programas constantes da Política Municipal de Desenvolvimento do Esporte e Lazer;
- Incentivar a criação de associações de atletas, técnicos, árbitros e dirigentes esportivos;
- Contribuir com o Diretor da pasta para o bom desempenho do setor de Esporte e Lazer;
- Realizar de outras atividades que lhe forem cometidas pelas autoridades superiores;
- Excepcionalmente, poderá conduzir veículos da Administração Pública.

REGIME DE TRABALHO: dedicação integral.

ANEXO VIII**FUNÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS DO
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO R\$
-------	----------	---------------	-------------	----------------

Coordenador Geral de Educação Infantil	01	40 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 3.000,00
Coordenador Geral do Ensino Fundamental	01	40 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 3.000,00
Diretor Geral de Escola	02	40 H	Ensino superior completo na área de atuação	R\$ 3.800,00

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO E DA HABILITAÇÃO

A seguir a descrição das atribuições que cada cargo deve cumprir e a exigência da habilitação para acesso ao mesmo.

CARGO: COORDENADOR GERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**Função:**

- Contribuição na elaboração e atualização do projeto político-pedagógico da rede municipal;
- Compor e coordenar a equipe de avaliação da qualidade dos diversos serviços prestados pela rede municipal de ensino;
- Oferecer suporte técnico-pedagógico às unidades escolares;
- Participar da elaboração, acompanhamento, controle e avaliação do planejamento das escolas de Educação Infantil.

Habilitação Profissional

Graduação com Licenciatura Plena em uma das áreas da Educação, com diploma registrado.

CARGO: COORDENADOR GERAL DO ENSINO FUNDAMENTAL**Funções:**

- Responder pelas atividades pedagógicas e burocráticas do Ensino Fundamental;
- Convocar e coordenar reuniões com professores e pais nas unidades;
- Coordenar o processo pedagógico do Ensino Fundamental;
- Manter o controle sobre a merenda e transporte escolar; recursos financeiros, recursos didáticos, recursos humanos, recursos físicos e materiais de consumo necessários para o funcionamento do Ensino Fundamental;
- Manter-se atualizado quanto à legislação de ensino e de pessoal inerente ao magistério;
- Comparecer ao local de trabalho de forma assídua;
- Respeitar e fazer respeitar-se no local de trabalho e fora dele;
- Tratar a todos com igualdade, honestidade, respeito e objetividade;
- Promover a integração entre a Rede Municipal de Ensino, as instituições e a comunidade;
- Participar das discussões do processo de ensinar e aprender com conhecimento tanto do sistema escolar quanto das unidades;
- Manter-se atualizado quanto às inovações e novas abordagens pedagógicas;
- Socializar com a comunidade a proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação para o Ensino Fundamental.

Habilitação Profissional

Graduação com Licenciatura Plena em uma das áreas da educação, com diploma devidamente registrado.

CARGO: DIRETOR GERAL DE ESCOLA**Funções:**

- Representar a escola interna e externamente;
- Responder pelas atividades pedagógicas e burocráticas da escola;
- Convocar e coordenar reuniões com professores, pais e alunos;
- Assinar e emitir documentos da escola;
- Coordenar o processo pedagógico da escola ou delegar estas atividades aos especialistas em assuntos educacionais lotados e em atividade na escola;
- Acompanhar todas as atividades desenvolvidas na escola;
- Coordenar os conselhos de classe na inexistência do orientador educacional;
- Manter o controle sobre a merenda e transporte escolar; recursos financeiros, recursos didáticos, recursos humanos, recursos físicos e materiais de consumo necessários para o funcionamento da escola;
- Manter-se atualizado quanto à legislação de ensino e de pessoal inerente ao magistério;
- Manter em dia o controle da vida escolar dos alunos e vida profissional dos funcionários;
- Cumprir e fazer cumprir a legislação vigente a fim de garantir a eficácia da escolarização do educando;
- Comparecer ao local de trabalho de forma assídua;
- Respeitar e fazer respeitar-se no local de trabalho e fora dele;
- Manter a escola em clima de normalidade e entendimento;
- Tratar a todos com igualdade, honestidade, respeito e objetividade;
- Promover a integração entre a escola e a comunidade;
- Manter atualizados e em dia correspondências, arquivos documentais e informações necessárias ao andamento do processo educativo e sistema educacional;
- Participar das discussões do processo de ensinar e aprender com conhecimento tanto do sistema escolar quanto da unidade escolar;
- Manter-se atualizado quanto às inovações e novas abordagens pedagógicas;
- Socializar com a comunidade a proposta pedagógica da escola;
- Informar aos pais e responsáveis os resultados do aproveitamento e assiduidade dos alunos; e
- Outras atividades consideradas importantes pelo regimento interno da escola e sistema municipal de educação.

Habilitação Profissional

Graduação com Licenciatura Plena em uma das áreas da educação, com diploma devidamente registrado.

ANEXO IX (CARGOS NOVOS)
QUADRO GERAL DE CARGOS E VAGAS DO MAGISTÉRIO
PÚBLICO MUNICIPAL DE TIGRINHOS

CARGO	Nº VAGAS	CARGA HORÁRIA	HABILITAÇÃO	VENCIMENTO R\$
PROFESSOR ANOS INICIAIS	10	20 H	Ensino superior completo na área de atuação.	R\$ 1.600,00
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL	10	20 H	Ensino superior completo na área de atuação.	R\$ 1.600,00
PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA	02	20 H	Ensino superior completo na área de atuação. (Educação Física com Registro no CREF)	R\$ 1.600,00
PROFESSOR ARTES	01	20 H	Ensino superior completo na área de atuação.	R\$ 1.600,00
SEGUNDO PROFESSOR	06	20 H	Ensino superior completo na área de atuação.	R\$ 1.600,00
PROFESSOR INFORMÁTICA	01	20 H	Ensino superior completo na área de atuação.	R\$ 1.600,00
TREINADOR/EDUCADOR FÍSICO	02	20 H	Ensino superior completo na área de atuação (Educação Física com Registro no CREF)	R\$ 1.600,00

DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO E DA HABILITAÇÃO

A seguir a descrição das atribuições que cada cargo deve cumprir e a exigência da habilitação para acesso ao mesmo.

CARGOS: PROFESSOR ANOS INICIAIS, EDUCAÇÃO INFANTIL, PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR ARTES, SEGUNDO PROFESSOR E PROFESSOR INFORMÁTICA.

Funções:

- Cumprir com o que estabelece o artigo 13 da lei 9394/96;
- Possuir formação de educador, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas;
- Demonstrar profissionalismo e comprometimento;
- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento;
- Seguir as diretrizes educacionais do Estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se em integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos;
- Ministras aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e o projeto político-pedagógico da Unidade Escolar;
- Executar o trabalho diário, de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente;
- Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis a eficácia da ação educativa;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração;
- Promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme a exigência dos diagnósticos de avaliação;
- Comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação;
- Cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar;
- Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais;
- Encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após sua própria advertência;
- Prestar apoio aos alunos com limitações;
- Acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, comunicando ocorrências à direção e ao serviço de orientação educacional; e
- Executar as normas estabelecidas no regime escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação vigente.

Habilitação Profissional:

Professor Anos Iniciais: com formação superior de licenciatura plena, para atuação nas séries iniciais do Ensino Fundamental e demais atividades pedagógicas, determinados nesta Lei.

Professor Educação Infantil: com formação superior de licenciatura plena, atuante na Educação Infantil e demais atividades pedagógicas, determinados nesta Lei.

Professor Educação Física: com formação superior de licenciatura plena, para atuação e registro do CREF, determinados nesta Lei.

Professor de Artes: com formação superior de licenciatura plena, para atuação na área de Artes, determinados nesta Lei.

Segundo Professor: formação em nível de Licenciatura e aperfeiçoamento ou pós-graduação em Educação Especial, para atuação na

Educação Especial e acompanhamento de alunos com limitações na forma da Lei.

Professor Informática: com formação superior de licenciatura plena, para atuação na área de Informática, determinados nesta Lei.

CARGO: TREINADOR/EDUCADOR FÍSICO

Funções:

- Treinar as categorias de base das modalidades esportivas disponibilizadas no setor de Educação e Esporte do município;
- Aplicar Ginástica Laboral;
- Cumprir com o que estabelece o artigo 13 da lei 9394/96;
- Possuir formação de Profissional de Educação de Física, com registro junto ao CREF, conhecimento do conteúdo, capacidade de trabalho e habilidades metodológicas e didáticas;
- Demonstrar profissionalismo e comprometimento;
- Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento;
- Seguir as diretrizes educacionais do Estabelecimento e da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se em integrar a ação pedagógica na consecução dos fins e objetivos;
- Ministras aulas, garantindo a efetivação do processo ensino-aprendizagem e o projeto político-pedagógico da Unidade Escolar;
- Executar o trabalho diário, de forma a se vivenciar um clima de respeito mútuo e de relações que conduzam à aprendizagem;
- Elaborar programas, planos de curso e planos de aula no que for de sua competência, de conformidade com as diretrizes metodológicas da escola e com a legislação vigente;
- Avaliar o desempenho dos alunos, atribuindo-lhes notas ou conceitos nos prazos fixados;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração e solidariedade indispensáveis à eficácia da ação educativa;
- Manter com os colegas o espírito de colaboração;
- Promover recuperações preventivas e paralelas e/ou atividades de complementação, aperfeiçoamento e aprofundamento, conforme a exigência dos diagnósticos de avaliação;
- Comparecer pontualmente às aulas, festividades, reuniões pedagógicas, conselhos de classe, palestras e outras promoções convocadas pela direção da escola ou pela secretaria municipal de educação;
- Cumprir o horários estabelecido;
- Zelar pela disciplina dentro e fora da sala de aula, tratando os alunos com dignidade;
- Realizar com clareza, precisão e presteza, toda escrituração referente à execução da programação, frequência e aproveitamento dos alunos;
- Zelar pela conservação, limpeza e o bom nome da escola, bem como a conservação dos bens materiais;
- Encaminhar aos serviços competentes os casos de indisciplina ocorridos, após sua própria advertência;
- Prestar apoio aos alunos com limitações;
- Acompanhar o desenvolvimento de seus alunos, comunicando ocorrências à direção e ao serviço de orientação educacional; e
- Executar as normas estabelecidas no regime escolar, nas diretrizes emanadas dos órgãos superiores e na legislação vigente.

Habilitação Profissional:

Com formação superior de licenciatura plena em Educação Física e com registro junto ao CREF, determinados nesta Lei.

PORTARIA 211/2019

Publicação Nº 2138509

PORTARIA Nº. 211/2019.

CONCEDE COMPLEMENTAÇÃO DE DIÁRIAS PARA A FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal Nº. 928/2018 de 28 de Novembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Complementação de diárias, a Fiscal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, Sra. ALINE CRISTIANE DOS SANTOS CERVENSKI BACH, referente a Portaria 209/2019, o equivalente a 02 (duas) diárias, no valor de R\$ 450,00 cada, totalizando o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), para sua viagem à Blumenau/SC, no período de 25 a 30 de Agosto de 2019, com objetivo de participar do curso de Gestão de Ações Básicas em Vigilância Sanitária 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE AGOSTO DE 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e oito de agosto de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/SAMAE/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/SAMAE/2019

Publicação Nº 2138014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

O Município de Tijucas SC, inscrito sob o CNPJ n. 82.577.636/0001-65, com sede na Rua Cel. B-chelle, 01, centro, Tijucas SC, de conformidade com a Lei n. 8.666/93, alterada pela Lei n. 8.883/94, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - CPL comunica que dispensou o Processo Licitatório conforme:

Processo Licitatório nº 042/SAMAE/2019

Dispensa de Licitação nº 022/SAMAE/19

Objeto: Aquisição de material para a confecção de estruturas em madeiras (prateleiras) para acondicionamento de tubos, conexões e demais peças do setor de almoxarifado da nova sede do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do município de Tijucas/SC. Contratado: FRANCISCO DE A. PEREIRA.

Valor: R\$. 14.296,84 (Quatorze mil, duzentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos).

Amparo Legal: Art. 24 inciso II, Art. 23 inciso I e II, "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 337/2019/PGM.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 1447-2019

Publicação Nº 2138341

DECRETO Nº 1447, 28 DE AGOSTO DE 2019.

Recebe o uso de bem Imóvel em comodato sem encargo.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 e na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, todos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO o disposto no Prejulgado nº 0088 (item 1) do E. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que no âmbito da Administração Pública permite-se o contrato de comodato, quando esta figura na relação contratual como comodatária, sendo desnecessária a autorização legislativa;

CONSIDERANDO a proposta de comodato sem encargos, de bem imóvel de particular ao Município de Tijucas;

CONSIDERANDO que o imóvel recebido em comodato sem encargos é conveniente e de interesse do Poder Público, cujo bem recebido em comodato destina-se exclusivamente para receber material fresado e material composto (fresa, solo e pedrisco) que venham a ser retirado de obras de pavimentação e micro revestimento da BR-101, para posterior aplicação e utilização na retificação e melhoria das vias públicas do Município.

DECRETA:

Art. 1º Recebe pelo período de 12 (doze) meses, o uso de bem imóvel (parte), em comodato sem encargo, de propriedade de PAULO ROBERTO TERNES, brasileiro, divorciado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.054.891 (SSP/SC), inscrito no CPF/MF sob nº 501.368.529-04, registrado sob a matrícula nº 30.728, no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Tijucas, com área de 5.995,96m², situado na Rua Francisco Laus Baixo e Orlando Eccel, as margens da BR-101, Centro, na Cidade de Tijucas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O comodato sem encargo deverá ser firmado através de contrato nos termos dos artigos 579 a 585 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro) e na forma da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no qual deverão constar prazos, encargos, direitos e obrigações do Comodante e Comodatário.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 28 de agosto de 2019.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

DECRETO Nº 1446-2019

Publicação Nº 2138340

DECRETO Nº 1446, 28 DE AGOSTO DE 2019.

Recebe bens Móveis em doação pura e simples sem encargo.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82 e na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, todos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO o disposto no Prejulgado nº 1566 do E. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a Administração Pública para receber bens móveis por doação, sem encargos, não necessita de lei autorizativa;

CONSIDERANDO a proposta de doação feita sem encargos, de bens móveis por particulares ao Município de Tijucas;

CONSIDERANDO que as doações são convenientes e de interesse do Poder Público, cujos bens recebidos destinam-se para aplicação e utilização na retificação e melhoria das vias públicas do Município.

DECRETA:

Art. 1º Ficam recebidos em doação, pura e simples, sem encargos, 120 (cento e vinte) toneladas de material fresado e/ou material composto (fresa, solo e pedrisco), doados pela empresa Arteris S.A., companhia aberta de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.919.555/0001-67, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.455, 9º andar, Bairro Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, através da sua Concessionária Litoral Sul.

Parágrafo único. O material, objeto de doação (material fresado e/ou material composto), extraído do leito da Rodovia BR-101 de obras de pavimentação e micro revestimento, no trecho administrado pela Concessionária Litoral Sul, será retirado mensalmente pelo Município de Tijucas numa quantidade de aproximadamente 10 (dez) toneladas, pelo um período de 12 (doze) meses.

Art. 2º A partir da publicação do presente Decreto fica o Município de Tijucas, autorizado a efetuar o registro do material no controle de estoques do Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 28 de agosto de 2019.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 044/SAMAE/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/SAMAE/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/SAMAE/2019

Publicação Nº 2138088

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 044/SAMAE/19 - DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/SAMAE/19 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/SAMAE/19

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

CONTRATADA: SULZER PUMPS WASTEWATER BRASIL LTDA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO MOTOBOMBA PARA RECALQUE DE ÁGUA BRUTA DO RIO TIJUCAS PARA A ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA ITINGA DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 68.000,00 (SESSENTA E OITO MIL REAIS).

TIJUCAS/SC, 28 DE AGOSTO DE 2019.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 163/PMT/2019

Publicação Nº 2138158

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 163/PMT/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 152/PMT/19 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/PMT/19
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA VALE DO ITAJAÍ

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 TRITURADOR PARA RESÍDUOS ORGÂNICOS PARA O VIVEIRO DE MUDAS DA HORTA ESCOLAR DA E.E.F. SANTA TEREZINHA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC.

VALOR: R\$. 1.270,00 (Um mil, duzentos e setenta reais).

AMPARO LEGAL: Art. 24, inciso I e II, Art. 23. Inciso I e II "a" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores c/c Parecer Jurídico Favorável nº 336/2019/PGM.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº043/SAMAE/2019 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/SAMAE/2019 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/SAMAE/2019

Publicação Nº 2138026

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 043/SAMAE/19 - DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/SAMAE/19 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/SAMAE/19

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

CONTRATADA: FRANCISCO DE A. PEREIRA.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA A CONFECÇÃO DE ESTRUTURAS EM MADEIRAS (PRATELEIRAS) PARA ACONDICIONAMENTO DE TUBOS, CONEXÕES E DEMAIS PEÇAS DO SETOR DE ALMOXARIFADO DA NOVA SEDE DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$. 14.296,84 (Quatorze mil, duzentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos).
TIJUCAS/SC, 27 DE AGOSTO DE 2019.

PORTARIA 983/2019

Publicação Nº 2139308

PORTARIA Nº 983, 01 DE ABRIL DE 2019

PAULA REGINA DA SILVA, Secretária Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos Tijucas Santa Catarina, no uso das atribuições legais, que lhe confere o § 1º do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas, c/c Decreto Municipal nº 81 de Outubro de 2005, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a, Licença Maternidade a servidora Sra, GEISIANE NUNES SANTOS, Chefe de Departamento de Direitos Humanos, matrículas nº 9643, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos (SCJDH), no período de 01/04/2019 a 06/07/2019.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrario.

PAULA REGINA DA SILVA
Secretária de Cultura, Juventude e Direitos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 47/2019

Publicação Nº 2138337

PORTARIA N.º47/2019/CMT, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei, e conforme Portaria 44/2019,

RESOLVE:

NOMEAR, nesta data os servidores a seguir nominados para atuarem na Audiência Pública, que realizar-se-á no dia 29/08/2019, no Plenário da Câmara de Vereadores de Tijucas, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 67/19, que trata de mudanças do Plano Diretor:

- a) Relator: Rafael Spricigo;
- b) Mediadora: Daiane Priscila Voltolini;
- c) Auxiliar da mediadora: Loysiane dos Santos;
- d) Secretarias: Janaina Rosa Brostolin e Venina Rodrigues;
- e) Equipe de apoio: Camila Feller; Rafael Envall Dias; Thaís Regina Umbelino; Katia Rosa Costa; Andre Ferreira da Silva; Lucas Régis; Ricardo Alexandre Vieira; Gilvane Soares e Norberto Lima.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATALIO SILVINO
Presidente

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 131/2019 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL

Publicação Nº 2138408

DECRETO Nº 131, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.932/2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 358.500,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais) nas seguintes dotações do orçamento vigente:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**2.003 – Gestão da Administração Geral**

8-3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 162.000,00

04.02 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**2.012 – Manutenção e Desenvolvimento do Turismo**

21-3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

05.01 – SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTES**2.018 – Manutenção das Rodovias Municipais**

44-3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

07.03 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES/DEPTO DE ESPORTES**2.011 – Manutenção do Esporte Amador e Estudantil**

93-3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

94-3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

09.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/ DEPTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**2.030 – Benefícios Eventuais**

95 -3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

09.02 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO/ FMAS**2.024 – Gestão da Assistência Social**

106 -3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 72.000,00

107 -3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

2.028 – Apoio as Famílias

114 -3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes do excesso de arrecadação verificado na Fonte de Recursos 0080; Recursos Ordinários.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 22 de agosto de 2019.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 132/2019 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2019 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

Publicação Nº 2138411

DECRETO Nº. 132, DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2019 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.932/2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) nas dotações abaixo especificadas:

08.01 – SECRETARIA DE SAÚDE /FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.013 – Atendimento da Saúde Básica

52 – 3.3.90.00.00.00.00.0013 – Aplicações Diretas R\$ 37.500,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes do excesso de arrecadação verificado na Fonte de Recursos 0013 – Transferências de Recursos do SUS – Saúde Básica Custeio, no valor de R\$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 22 de Agosto de 2019.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 133/2019 DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

Publicação Nº 2138413

DECRETO Nº. 133, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

DEMITE SERVIDOR TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida a pedido, a servidora MARIA PELISSARI MAFFIOLETTE, matrícula nº 3579, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Geras I, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 26 de agosto de 2019.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 134/2019 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL

Publicação Nº 2138470

DECRETO Nº 134, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA CÂMARA DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.932/2018;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento da Câmara de Vereadores de Timbé do Sul, no valor de R\$ 1.000,00(um mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

01.01 – Câmara de Vereadores

2.001 – Gestão da Câmara de Vereadores

4 – 4.4.90.00.00.00.00.0080; Aplicações DiretasR\$ 1.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que tratam o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial das dotações abaixo descritas:

01.01 – Câmara de Vereadores

2.001 – Gestão da Câmara de Vereadores

3 – 3.3.90.00.00.00.00.0080; Aplicações DiretasR\$ 1.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, em 27 de Agosto de 2019.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.967/2019 AUTORIZA O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO JUNTO AO INSS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2138404

LEI Nº 1.967, DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

AUTORIZA O PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO JUNTO AO INSS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder parcelamento de débito junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, proveniente das Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos constantes no Anexo I, no montante de R\$ 53.673,57 (cinquenta e três mil, seiscentos e setenta e três reais e cinquenta e sete centavos), em 60(sessenta) parcelas mensais acrescidas dos encargos legais incidentes

Art. 2º. O montante da dívida será escriturado e controlado como débito consolidado ao passivo permanente.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul – SC, 27 de Agosto de 2019.

Roberto Biava
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I
(Lei nº 1.967/2019)

Débitos Previdenciários (Lançamento de Débitos Confessados – LDC):

DÉBITO Nº	PERÍODO	SALDO DEVEDOR ATUALIZADO PARA 07/2019
37.540.011-7	05/2010 A 13/2012	2.284,95
37.540.024-9	03/2010 A 13/2012	2.606,75
37.540.025-7	04/2010 A 13/2012	2.384,23
37.540.030-3	04/2010 A 13/2012	1.540,98
37.540.036-2	03/2010 A 13/2010	819,28
37.540.051-6	04/2010 A 13/2012	5.277,47
37.540.059-1	04/2010 A 13/2012	2.078,64
37.540.066-4	05/2010 A 13/2012	3.791,08
37.540.074-5	05/2010 A 13/2012	2.362,43
37.540.096-6	04/2010 A 13/2010	297,04
37.540.117-2	04/2010 A 13/2012	3.466,67
37.540.120-2	05/2010 A 13/2012	2.284,94
37.540.124-5	05/2010 A 12/2012	2.284,86
37.540.130-0	05/2010 A 03/2012	2.285,60
37.540.133-4	04/2010 A 12/2012	2.384,15
37.540.135-0	05/2010 A 13/2012	2.284,94
37.540.137-7	04/2010 A 13/2012	2.362,21
37.540.139-3	03/2010 A 13/2012	2.467,63
37.540.196-2	05/2010 A 13/2012	2.284,94
37.540.202-0	04/2010 A 13/2012	2.384,23
37.540.214-4	03/2010 A 13/2012	5.740,55
TOTAL(21)		R\$ 53.673,57

Timbó**PREFEITURA****ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 17 2019 - FMDE**

Publicação Nº 2138915

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº. 17/2019 – FMDE

INTERESSADAS: POLI CONSTRUÇÕES LTDA. EIRELI – EPP EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. – EPP
J.J.R.CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI
CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP

Às quinze horas do vigésimo oitavo dia, do mês de agosto de dois mil e dezenove (28/08/2019), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº. 1083, de 02 de janeiro de 2019, para Julgamento dos documentos da Habilitação do processo licitatório Tomada de Preço n.º 17/2019 - FMDE.

Analisada a documentação juntada aos autos, aliada aos pareceres técnicos e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decide-se pela habilitação das seguintes empresas: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. – EPP, J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI e CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP para Reforma e Ampliação do NEI Sonho da Criança, e, pela inabilitação da empresa POLI CONSTRUÇÕES LTDA. EIRELI – EPP, por não atender todos os requisitos da interessada na Qualificação Econômica-Financeira conforme o Edital.

Ficam intimados os interessados do inteiro teor desta ata, para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Os envelopes da Proposta de Preço deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para a sua abertura.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

LOURDES MOSER Presidente	ANGELA PREUSS Membro	DAVI BERRI Membro
-----------------------------	-------------------------	----------------------

AVISO DE TOMADA DE PREÇO N.º 55 2019 PMT - DRENAGEM DAS ÁGUAS PLUVIAIS DAS RUAS ALASCA, INGLATERRA E GROENLÂNDIA

Publicação Nº 2138886

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 55/2019 PMT

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução e fornecimento de materiais para a drenagem de águas pluviais das Ruas Alasca, Inglaterra e Groenlândia, em conformidade com memorial descritivo, projetos, orçamento e cronograma físico financeiro. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 16 de setembro de 2019. ABER-TURA: dia 16 de setembro de 2019 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br, e telefone (47) 3380-7000, ramal 7035.

Timbó (SC), 28/08/2019
ADILSON MESCH
Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

AVISO PREGAO PRESENCIAL 54-2019 PMT

Publicação Nº 2138697

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2019 PMT

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TELECOMUNICAÇÕES, QUE POSSUA OUTORGA DA ANATEL - AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL - SMP, PELO SISTEMA DIGITAL PÓS-PAGO, MEDIANTE O FORNECIMENTO DE ACESSOS MÓVEIS, TODOS COM ÁREA DE REGISTRO 47, NA CIDADE DE TIMBÓ/SC, E

APARELHOS EM REGIME DE COMODATO, OFERECENDO O SERVIÇO DE LIGAÇÕES INTRA-GRUPO, SERVIÇOS DE LIGAÇÕES LOCAIS VC1 E LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN) - "VC2" E "VC3" E SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA (SCM) PARA TRANSMISSÃO DE DADOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 12 de setembro de 2019. ABERTURA: dia 12 de setembro de 2019 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br, ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br e telefone (47) 3380-7000.

Timbó (SC), 28/08/2019
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 52.2019 PMT

Publicação Nº 2138074

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 52/2019 PMT

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DE PAREDE "TIPO JANELA" E SISTEMA "SPLIT", E CORTINA DE AR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó, informa aos interessados que, considerando o recebimento e deferimento de questionamentos, retifica e adiciona informações ao edital devendo ser consideradas as abaixo relacionadas:

No subitem 7.3.4 do instrumento convocatório e subitem 5.1 do Termo de Referência – Anexo I do instrumento convocatório, passa a vigorar a seguinte redação:

a) – Deverá apresentar na fase de habilitação o Registro da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s), Engenheiro Mecânico, Técnico Mecânico ou Técnico em Refrigeração, no conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

Justifica-se a com base na Lei Federal nº 13.639 de 26 de março de 2018 e a resolução do CFT nº 068 de 24 de maio de 2019 que estabelece a Criação do Conselho Federal do Técnicos Industriais – CFT e as suas atribuições.

Em atenção às alterações, a entrega dos documentos fica agendada para a data de 11/09/2019 as 09:00hs e a abertura da sessão ocorre as 09h05min da mesma data.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 28 de agosto de 2019.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e
Administração

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 185 DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

Publicação Nº 2138235

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 185
DE 27 DE AGOSTO DE 2019.

O Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "YAIBAN REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA", situado do lado par da Rua Marechal Floriano Peixoto esquina formada com o lado par da Rua Paraná, nesta Cidade de Timbó e Comarca, contendo a área de 7.570,14m² (Sete mil, quinhentos e setenta metros e quatorze decímetros quadrados), processo D-004 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente YAIBAN REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 7.045, datado de 20 de maio de 2019 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional, Klaus Roeder, Engenheiro Agrônomo, CREA/SC 047.481-2, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 28.440, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.08.020.0173.001 constituído de 01 (um) lote e mais área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar nº. 335/2007 e do Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei

nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 27 de agosto de 2019.

MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR

Secretário de Planejamento, Trânsito,

Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.

Município de Timbó.

Vivian Luciane Maas Barbosa

Arquiteta e Urbanista

CAU A41829-3

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 10 2019 SAMAE

Publicação Nº 2138890

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019 - SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, os representantes legais das empresas, PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, CNPJ nº 80.696.479/0001-81 e QUIMISA S/A, CNPJ nº 43.683.069/0001-70 a comparecerem para assinatura das respectivas atas de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 04/09/2019.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Necessário trazer carimbo comercial da empresa para validação da assinatura.

Timbó, 28 de agosto 2019.

RAFAELA DOS SANTOS GUEDES

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 129.2019 PMT

Publicação Nº 2138699

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2019 PMT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2019

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, TORDO ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL EIRELLI, CNPJ nº. 09.374.966/0001-63, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 04/09/2019.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 28 de agosto de 2019.

RAFAELA DOS SANTOS GUEDES

Central de Licitações

DECRETO Nº 5288, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138302

DECRETO Nº 5288, DE 19 DE AGOSTO DE 2019

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 3013, de 06/12/2018,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2019, à conta de anulação no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 23.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

25.01.017.512.0391.2722	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0391.2722	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0391.2722	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DA ETA.	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	23.500,00
	TOTAL	23.500,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

25.01.017.512.0391.2722	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0391.2722	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0391.2722	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DA ETA.	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	23.500,00
	TOTAL	23.500,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 6.500,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

25.01.017.512.0391.2724	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0391.2724	TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA	
25.01.017.512.0391.2724	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
3319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	6.500,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

25.01.017.512.0391.2724	TRATAMENTO E DISTRIBUICAO DE AGUA	
25.01.017.512.0391.2724	MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
3300000.00	DESPESAS CORRENTES	
3310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	

3319100.00	APLICAÇÕES ENTRE ORGAOS RPPS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	6.500,00
	TOTAL	6.500,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – NOTIFICAÇÕES DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 2138094

PUBLICAÇÕES LEGAIS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO – NOTIFICAÇÕES de construção

A Secretaria de Planejamento, Transito, Meio Ambiente, Indústria Comercio e Serviços de Timbó, faz saber aos contribuintes inscritos no Cadastro Imobiliário, abaixo relacionado, que a Prefeitura de Timbó, com base na Lei Complementar nº 363, de 17/12/2008, efetuou o lançamento De Notificações de construção.

Desta forma, fica notificado o contribuinte abaixo relacionado a retirar a guia para regularização das devidas pendencias junto a esta Secretaria, na sede da municipalidade, situada na Av. Getúlio Vargas, nº 700.

Nome do Contribuinte	Responsável Tributário	Inscrição Imobiliária	CPF
RUBENS SCHMIDT	RUBENS SCHMIDT	01.04.016.0276	351.468.009-44
JOSE ODORIZI	JOSE ODORIZZI	01.09.039.1353	068.966.009-00
IRMA SCHMIDT	IRMA SCHMIDT	01.07.016.0495	498.475.709-49
IRMA SCHMIDT	IRMA SCHMIDT	01.07.016.0508	498.475.709-49
RAFAEL RODRIGUES PIAI	RAFAEL RODRIGUES PIAI	01.03.332.2447	362.709.018-71
RAFAEL RODRIGUES PIAI	RAFAEL RODRIGUES PIAI	01.03.332.2432	362.709.018-71

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento, Transito, Meio Ambiente, Indústria, Comercio e Serviços – Divisão de Fiscalização de Obras da Prefeitura Municipal de Timbó.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ 28 de Agosto de 2019.

Moacyr Cristofolini Junior
Secretário de Planejamento, Transito, Meio Ambiente, Indústria, Comercio e Serviços

PORTARIA NO 1530, DE 26 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2138292

PORTARIA No 1530, DE 26 DE JULHO DE 2019

Altera a carga horária de servidoras ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor-Educação Infantil.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR A CARGA HORÁRIA de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação (Fundo Municipal de Educação), ocupantes do cargo de provimento efetivo de Professor-Educação Infantil, conforme demonstrativos abaixo:

a) Para o período de 15/07/2019 a 18/12/2019:

NOME	CARGA HORÁRIA EFETIVA	CARGA HORÁRIA SUBSTITUIÇÃO	CARGA HORÁRIA TOTAL
Caroline Bona	20h/a	09h/a	29h/a

b) Para o período de 29/07/2019 a 18/12/2019:

NOME	CARGA HORÁRIA EFETIVA	CARGA HORÁRIA SUBSTITUIÇÃO	CARGA HORÁRIA TOTAL
Adriane Bisewski	20h/a	20h/a	40h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 26 de julho de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1537, DE 31 DE JULHO DE 2019

Publicação Nº 2138294

PORTARIA No 1537, DE 31 DE JULHO DE 2019

Concede exoneração aos Servidores Públicos Municipais, de cargo de provimento temporário, lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Fundo Municipal de Educação)			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Janiele Cristofolletti	Professor A10	Nº 1127, de 28/01/2019	01/08/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Leandro Sant Ana	Operador de Máquinas	Nº 725, de 16/04/2018	01/08/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
NOME	CARGO (Contratação Temporária)	PORT.DE CONTRATAÇÃO	A CONTAR DE
Carla Maysa Wenderlich Wessling	Auxiliar de Enfermagem	Nº 307, de 01/06/2017	01/08/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de julho de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1544, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138297

PORTARIA No 1544, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 c/c Decreto nº 5212, de 29 de maio do corrente (que diante dos números obtidos nos concursos e processos seletivos em trâmite declarou situação de emergência para contratação temporária em caráter excepcional) e considerando que:

- Até o momento o processo seletivo para contratação temporária ainda não foi homologado;

- Diante deste contexto e do relevante interesse público-coletivo envolvido, a contratação temporária é a medida que se impõe, o que além de encontrar plena previsão nos dispositivos normativos pertinentes (Lei nº 2045/98 e outros), não prejudica a assunção dos profissionais aprovados nos concursos e processos seletivos, pois poderão ser convocados em até 2 anos (prorrogável por igual período), o que encontra previsão no art. 37, III da CF e art. 15 da LC nº. 01/93, edital e outros,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (Fundo Municipal de Educação)

Cargo: Auxiliar de Recreação Infantil (SG-16)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
JAKELINE MARA DIAS (vacância)	404134875	1	25/10/1997	105.288.319-25	40h	05/08/2019 a 30/09/2019
MIRELI NAIARA GIBOWSKI (vacância)	404134915	1	18/04/1999	110.849.709-88	40h	05/08/2019 a 30/09/2019

Cargo: Professor C10

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
NILZA KIPFER BERRI (Aumento do número de alunos)	1072862	4	02/10/1963	690.545.849-04	20h	05/08/2019 a 02/09/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-11)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ADRIANO TIBES DE SOUZA (vacância em Concurso Público)	404135014	0	04/12/1999	117.801.569-60	44h	05/08/2019 a 30/08/2019
CELSON MARIA PEREIRA (vacância em Concurso Público)	404135016	0	08/09/1970	802.104.659-72	44h	05/08/2019 a 30/08/2019
IVO BARTEL (vacância em Concurso Público)	404135015	0	09/08/1968	649.815.099-87	44h	05/08/2019 a 30/08/2019

Cargo: Pedreiro (SG-24)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
WALDECY FERREIRA DA SILVA (vacância em Concurso Público)	404135017	0	17/09/1977	077.690.877-40	44h	05/08/2019 a 30/08/2019

Cargo: Soldador (SG-26)

Nome	Código Func.	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
VILIMAR RUPRECHT (vacância em Concurso Público)	4041109	1	24/01/1967	592.498.629-20	44h	06/08/2019 a 30/08/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.
JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1581, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138300

PORTARIA No 1581, DE 22 DE AGOSTO DE 2019

Designa Comissão para Avaliação de Documentos constantes dos Arquivos Intermediários da Secretaria da Fazenda e Administração (alusivos ao Setor de Contabilidade) para eliminação dos destituídos de valor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no artigo 9º da Lei Federal nº 8.159, de 08/01/1991, e alterações, bem como o art.7º, §2º c/c art. 8º ambos da Lei Complementar nº 182 de 13 de setembro de 2000,

Considerando a necessidade de avaliar os documentos constantes dos arquivos Intermediários da Secretaria da Fazenda e Administração – alusivos ao Setor de Contabilidade, de modo a viabilizar a proteção daqueles providos de valor informativo e/ou probatório e eliminação dos de valor eventual ou desprovidos de qualquer valor;

Considerando que para avaliação da relevância ou não dos documentos públicos constantes dos arquivos do poder executivo municipal para envio ao Arquivo Público Municipal, é necessária uma equipe composta por servidores do Arquivo Público Municipal e do órgão de onde provém os documentos a serem avaliados,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR COMISSÃO para avaliação de documentos constantes dos arquivos da Secretaria da Fazenda e Administração – alusivos ao Setor de Contabilidade, com data de produção e arquivo anteriores ao ano de 2007, composta dos seguintes servidores:

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO
CARLA MOSER	SEMFA-Contabilidade	PRESIDENTE
JULIANA CORDEIRO CAMPODONIO ELOY	SEMFA-Contabilidade	MEMBRO
KÁTHIA ELISA GUMZ HOWE	SEMFA-Contabilidade	MEMBRO
RODRIGO DALL'ONDER SPANIOL	SEMFA-Contabilidade	MEMBRO
ELMIR BERTRAM	Arquivo Público	MEMBRO

Art.2º A comissão fica encarregada de analisar, com supedâneo nas normas estabelecidas pelo CONARQ, a relevância e emitir parecer sobre o valor informativo ou probatório dos documentos avaliados, sugerindo o envio ao arquivo público municipal e/ou a eliminação daqueles documentos desprovidos de valor.

§1º Os documentos considerados relevantes e com valor informativo e/ou probatório a ser protegido, deverão ser encaminhados ao arquivo público municipal professor Gelindo Sebastião Buzzi, nos termos da Lei Complementar nº 182, de 13 de setembro de 2000.

§2º Os documentos desprovidos de valor ou de valor eventual, serão eliminados, cabendo a comissão sugerir o método adequado para tanto.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1543, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138295

PORTARIA Nº 1543, DE 05 DE AGOSTO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 4425, de 02 de janeiro do corrente, alterado pelos Decretos nº 4456, de 01/03/2017, 4681, de 30/11/2017, nº 4772, de 01/03/2018, nº 4976, de 31/10/2018, nº 5148, de 06/03/2019 e nº 5212, de 29/05/2019, (que diante dos números obtidos nos concursos e processos seletivos em trâmite declarou situação de emergência para contratação temporária em caráter excepcional), e considerando que:

- A quantidade de aprovados no concurso público, bem como de inscritos no processo seletivo não supre a quantidade de vagas disponíveis e necessárias para anteder a demanda do poder executivo municipal;

- Ainda está em curso o processo seletivo para contratação temporária de cargos do poder executivo municipal;

- A prorrogação das contratações temporárias nas formas abaixo definidas é a medida que se impõe, o que encontra previsão nos dispositivos normativos pertinentes (Lei nº 2045/98 e outros) e em nenhum momento prejudica a assunção dos profissionais aprovados nos concursos e processos seletivos, pois poderão ser convocados em até 2 anos (prorrogável por igual período), o que encontra previsão no art. 37, III da CF e art. 15 da LC nº. 01/93, edital e outros,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
ALCIONE MULLER	404134665	0	30/09/2019
AMANDA MARTINS CAMARGO	404134836	0	30/09/2019
ANA PAULA DE OLIVEIRA	40408498	0	30/09/2019
ANA REGINA IASCHOMBEK	576735	1	30/09/2019
ANTONIO CARLOS RICARDO	4041209	10	30/09/2019
BÁRBARA LETÍCIA DIAS NITSCHÉ	404134890	0	30/09/2019
BRUNA POLIANA LAZZAROTTO DE ALCANTARA	40408435	1	30/09/2019
CAMILA HILTRUDES NAU	40408507	1	30/09/2019
CARLA CASTRO BARBOSA	404134898	0	30/09/2019
CARLOS ALBERTO ZILSE	4041324	3	30/09/2019
CHARLES DE OLIVEIRA	404134713	0	30/09/2019
DANIELA NOTARI DE OLIVEIRA	40408545	2	30/09/2019
DANIELE GUTZ	40408518	1	30/09/2019
DANIELLE MORENO PARREIRA	40408489	0	30/09/2019
EDUARDO ANASTASIO	404134911	0	30/09/2019
EVELYN BARBOSA	404134835	0	30/09/2019
EVERTON JOACIR RIBEIRO	258814	3	30/09/2019
FABIA LUIZA SESTREM	404134984	0	30/09/2019
FERNANDA LOSEKANN	40408569	0	29/10/2019
FLAVIA DE ABREU LOURENÇO	404134837	0	30/09/2019
GISELI ALVES FAVELA	404134567	0	30/09/2019
JANAINA DE FATIMA DA CRUZ GOMES DE CAMARGO	404134905	0	30/09/2019
JANAINA TAPPARO BRAIER	404134884	0	30/09/2019
JANES OSS EMER	1068652	6	30/09/2019
KATHIA SALETE PICININI BENDOTTI	404134509	1	30/09/2019
LARISSA CARLA PIUNKOWSKI	40408433	1	30/09/2019
LUIZA SCHULZE	404134474	2	30/09/2019
MAISA PRUBE VIEIRA	40408562	0	30/09/2019
MARCELA OBERZINER	404134833	0	30/09/2019
MARE-STELA ZUMACH	404134838	0	30/09/2019
MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA	404134754	0	30/09/2019
MARIA EDUARDA MENESTRINA VIEIRA NEGRI	40408455	1	30/09/2019
MARIA ISABEL SCHUTZ	404134983	0	30/09/2019
PAMELA REGINA MARTINELLI MARCHI	4040946	1	30/09/2019
PRICYLLA HAGEMANN	40408490	1	30/09/2019
PRISCILA TUANE BATISTA	404134561	0	30/09/2019
QUEREN HAPUQUE GOMES SILVA	365378	4	30/09/2019
ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA	40408559	0	30/09/2019
ROSELI APARECIDA MONTEIRO DA SILVA	251151	6	30/09/2019
SUZANA BEDIN DE SOUZA	204030	2	30/09/2019
TATIANE SCHUHLI	404134834	0	30/09/2019
VALDIR MANFRINI	40408422	1	30/09/2019
VERA MARCIA DE LIZ	4004787	2	30/09/2019

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
CARINA RENATA DAL CORTIVO DUARTE	345830	4	30/09/2019
PATRICIA FAES	212032	5	30/09/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1575, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Publicação Nº 2138299

PORTARIA Nº 1575, DE 21 DE AGOSTO DE 2019

Instaura Sindicância Administrativa nº 02/2019, para apurar fatos relatados no Memorando Setor Patrimônio nº 049/2019.

A Secretária Municipal da Fazenda e Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar nº 01/1993, alterada pela Lei Complementar nº 139/1998,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 02/2019, para apurar fatos relatados no Memorando Setor Patrimônio nº 049/2019, relacionado a não localização do veículo C-26, placa LZD-7986.

Art.2º Designar, a Comissão Permanente de Sindicância, constituída pela Portaria nº 1492, de 10 de julho de 2019, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de agosto de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Trombudo Central

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PMTC Nº 1/2019

Publicação Nº 2139139

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
CONCORRÊNCIA PMTC Nº 1/2019

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr^a. Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PMTC Nº 1/2019, tipo de licitação MAIOR OFERTA, visando a Permissão para execução de serviços públicos de remoção e guarda de veículos sinistrados, retidos ou de veículos e objetos apreendidos em decorrência de infração à legislação de trânsito, ocorridas no Município de Trombudo Central/SC, em conformidade com as especificações contidas no edital. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 9h, do dia 03 de outubro de 2019, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central/SC, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 8h às 17h via protocolo, ou pelo endereço eletrônico: www.trombudocentral.sc.gov.br.

Trombudo Central, 29 de Agosto de 2019.

Geovana Gessner
Prefeita Municipal

PORTARIA 280/19

Publicação Nº 2138556

PORTARIA 280/19 DE 22 DE AGOSTO DE 2019.

REDUZ A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base no Art. 32, § 2º da Lei complementar nº 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o retorno as atividades laborais da servidora pública titular, Sra. SILVANA APARECIDA CORREA DA COSTA FREITAS.

RESOLVE:

Art. 1º- REDUZIR a carga horária da servidora Pública Municipal Sra. ALINE DA SILVA, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora ACT, em 20:00 horas semanais, a partir de 15 de agosto de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 15 de agosto de 2019, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de agosto de 2019.

GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 07/2019

Publicação Nº 2138558

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 07/2019

O Município de Tunápolis - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir a partir do dia 29 de Agosto de 2019 até o dia 31 de dezembro de 2019, o processo de credenciamento de pessoas jurídicas na área de saúde, para prestação de serviços em exames laboratoriais de acordo com a tabela do SUS, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal 1872/2017 de 17 de janeiro de 2017, cujo procedimento obedecerá às seguintes condições regulamentares:

O objeto do presente edital é o de credenciar empresas prestadoras de serviços, para exames laboratoriais de acordo com a tabela do SUS, no atendimento a pacientes do Município de Tunápolis, conforme segue:

ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Análise de Caracteres Físicos, elementos e sedimentos na urina (EQU) (0202050017)	UNID.	800	3,70	2.960,00
2	Determinação de Velocidade de Hemossedimentação (VHS) (0202020150)	UNID.	50	2,73	136,50
3	determinação direta e reversa de grupo ABO (0202120023)	UNID.	50	1,37	68,50
4	Pesquisa de Anticorpos IGG Antitoxo-plasma (0202030768)	UNID.	50	16,97	848,50
5	Pesquisa de Anticorpos IGM Antitoxo-plasma (0202030873)	UNID.	50	18,55	927,50
6	Determinação de curva Glicêmica Clássica 5 dosagens(0202010074)	UNID.	100	10,00	1.000,00
7	Pesquisa de Sangue Oculto nas Fezes (0202040143)	UNID.	100	1,65	165,00
8	DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4(0202110052)	UNID.	100	12,10	1.210,00
	Total geral			7.316,00	

Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis – SC., na Rua João Castilho, 111, no setor de compras e licitação, no horário das 07:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:15 hrs às 17:15 hrs, de segunda a sexta-feira a partir do dia 29 de Agosto de 2019 até o dia 31 de dezembro de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

AQUILES BAMBERG
GESTOR DO FUNDO

Urubici

PREFEITURA

DECRETO Nº 2421/2019

Publicação Nº 2138484

DECRETO Nº 2421/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2028/2018, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2070 – FARMACIA BASICA ESTADO - COFINANCIAMENTO

3390.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0102, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0102 R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 23 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2422/2019

Publicação Nº 2138485

DECRETO Nº 2422/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2090/2019, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0501 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

2111 – FUNCIONAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA AGRICULTURA

3390.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

0501 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

2112 – MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO PARQUE DE EXPOSIÇÕES

3390.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2423/2019

Publicação Nº 2138487

DECRETO Nº 2423/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2091/2019, resolve

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0301 – Secretaria da Fazenda e Administração
2004 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
2007 – PREVENÇÃO DE SINISTROS – BOMBEIROS
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00
2010 – ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 52.600,00

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico
2110 – CISAMA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SANEAMENTO BÁSICO
3171.00.00.00.00.00.0080 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 8.000,00
3371.00.00.00.00.00.0080 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 5.000,00

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto
2118 – CONTRIBUIÇÃO PARA APAE – EDUCAÇÃO ESPECIAL
3350.00.00.00.00.00.0118 – Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 32.000,00

0901 – Secretaria da Indústria Comércio e Turismo
2049 – OPERACIONALIZAÇÃO, MANUT. SEC. INDUSTRIA COMÉRCIO E TURISMO
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 210.600,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação e Excesso do Recurso 0080, sendo:

0301 – Secretaria da Fazenda e Administração
2009 – CONTRIBUIÇÃO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
2010 – ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
4490.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00
2079 – CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SERVIDORES
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico
1008 – CIDADÃO SEGUROS – CICLOVIAS, CICLOFAIXAS, PASSARELAS
4490.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

0501 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
1003 – PROTEÇÃO DAS NASCENTES
4490.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto
2023 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
3390.00.00.00.00.00.0118 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

0901 – Secretaria da Indústria Comércio e Turismo
2119 – REALIZAÇÃO DA FENAHORT

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 11.000,00
3390.00.00.00.00.00.0229 – Aplicações Diretas R\$ 58.600,00
3390.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 210.600,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2424/2019

Publicação Nº 2138490

DECRETO Nº 2424/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2093/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici
2057 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE/SMS
3390.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
2061 – ASSIST. MÉDICA AMBULATORIAL EMERGENCIAL HOSPITALAR
3390.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas R\$ 480.000,00
2070 – FARMACIA BÁSICA ESTADO-COFINANCIAMENTO
3390.00.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 550.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso dos Recursos 0102 e 0120 – Transferências Financeiras, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0102 R\$ 40.000,00
TOTAL EXCESSO RECURSO 0120 R\$ 510.000,00
TOTAL R\$ 550.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2425/2019

Publicação Nº 2138491

DECRETO Nº 2425/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2096/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2041 – RESGATE E PRESERVAÇÃO DA CULTURA

3350.00.00.00.00.00.0080 – Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 60.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 R\$ 60.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2426/2019

Publicação Nº 2138504

DECRETO Nº 2426/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2097/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2064 – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - SF

3190.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0101, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0101 R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2427/2019

Publicação Nº 2138507

DECRETO Nº 2427/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2098/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico

2013 – SERVIÇOS E MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

3393.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas R\$ 91.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 91.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0107 – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0107 R\$ 91.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2428/2019

Publicação Nº 2138511

DECRETO Nº 2428/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2091/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico

2012 – SISTEMA COLETA DE LIXO SELETIVA – RECICLAGEM

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 156.400,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 156.400,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 R\$ 156.400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

LEI Nº 2090/2019

Publicação Nº 2138516

LEI Nº 2090/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0501 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

2111 – FUNCIONAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA AGRICULTURA

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 40.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

0501 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

2112 – MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO PARQUE DE EXPOSIÇÕES

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO R\$ 40.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 27 de agosto de 2019.

LEI Nº 2091/2019

Publicação Nº 2138517

LEI Nº 2091/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0301 – Secretaria da Fazenda e Administração

2004 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

2007 – PREVENÇÃO DE SINISTROS – BOMBEIROS

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

2010 – ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 53.000,00

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico

2012 – SISTEMA COLETA DE LIXO SELETIVA – RECICLAGEM

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 187.000,00

2110 – CISAMA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SANEAMENTO BÁSICO

3171.00.00.00.00.00.0080 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 8.000,00

3371.00.00.00.00.00.0080 – Transf. a Consórcios Públicos R\$ 5.000,00

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2118 – CONTRIBUIÇÃO PARA APAE – EDUCAÇÃO ESPECIAL

3350.00.00.00.00.00.0118 – Transf. a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 32.000,00

0901 – Secretaria da Indústria Comércio e Turismo

2049 – OPERACIONALIZAÇÃO, MANUT. SEC. INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 398.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação e Excesso do Recurso 0080, sendo:

0301 – Secretaria da Fazenda e Administração

2009 – CONTRIBUIÇÃO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

2010 – ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

4490.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

2079 – CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SERVIDORES

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico	
1008 – CIDADÃO SEGUROS – CICLOVIAS, CICLOFAIXAS, PASSARELAS	
4490.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
0501 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	
1003 – PROTEÇÃO DAS NASCENTES	
4490.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas	R\$ 9.000,00
2112 – MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO PARQUE DE EXPOSIÇÕES	
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto	
2023 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3390.00.00.00.00.00.0118 – Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
0901 – Secretaria da Indústria Comércio e Turismo	
2119 – REALIZAÇÃO DA FENAHORT	
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 11.000,00
3390.00.00.00.00.00.0229 – Aplicações Diretas	R\$ 58.600,00
3390.00.00.00.00.00.0123 – Aplicações Diretas	R\$ 1.000,00
TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	R\$ 241.600,00
TOTAL EXCESSO RECURSO 0080	R\$ 156.400,00
TOTAL	R\$ 398.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 27 de agosto de 2019.

LEI Nº 2092/2019

Publicação Nº 2138518

LEI Nº 2092/2019

ALTERA A LEI nº 1865/2015 QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALTERAR O SENTIDO DE VIAS PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Antônio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici-SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º O caput do art. 1º da Lei nº 1865/2015 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Fica alterado o sentido da via pública denominada Rua Nereu Ramos, localizada no Bairro Centro e da via pública denominada Rua Ricardo Kruger, localizada no Bairro Santa Catarina, conforme mapa anexo.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Urubici, 27 de Agosto de 2019.

Antônio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 27 de agosto de 2019.

LEI Nº 2093/2019

Publicação Nº 2138520

LEI Nº 2093/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici	
2057 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNDO MUNICIPAL SAÚDE/SMS	
3390.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
2061 – ASSIST. MÉDICA AMBULATORIAL EMERGENCIAL HOSPITALAR	
3390.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas	R\$ 480.000,00
2070 – FARMACIA BÁSICA ESTADO-COFINANCIAMENTO	
3390.00.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	R\$ 550.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso dos Recursos 0102 e 0120 – Transferências Financeiras, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0102	R\$ 40.000,00
TOTAL EXCESSO RECURSO 0120	R\$ 510.000,00
TOTAL	R\$ 550.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 27 de agosto de 2019.

LEI Nº 2094/2019

Publicação Nº 2138522

LEI Nº 2094/2019

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS ATRAVÉS DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE URUBICI E O FUNDO DE MELHORIAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FUMPOM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Antônio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici-SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recurso financeiro por meio de convênio com o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Militar de Santa Catarina - PMSC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51, com sede na Rua Visconde de Ouro Preto, nº 549, Centro, Florianópolis/SC, para custear a manutenção do motor e suspensão do veículo de placa MLG9638, RENAVAM 590929569, marca/modelo FIAT/PALIO WK TREKK 1.6 a ser utilizado exclusivamente pelo 3º Grupamento do 1º Pelotão 2ª Companhia do 6º Batalhão da Polícia Militar, com sede no Município de Urubici.

§1º A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será realizada em parcela única, para o Fundo de Melhoria da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina - FUMPOM, inscrito no CNPJ sob o nº 13.925.994/0001-07, no valor de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

§ 2º O Repasse se dará através de depósito identificado, a ser feito no Banco do Brasil, Agência nº 03582-3, conta corrente nº 940.400-7, com nome da conta Arrecadação FUMPOM DA PM/SC.

Art. 2º A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á no prazo de 12 (doze) meses, na forma da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Urubici, 27 de agosto de 2019.

Antônio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 27 de agosto de 2019.

LEI Nº 2095/2019

Publicação Nº 2138524

LEI Nº 2095/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR TERMO DE FOMENTO COM O CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS CAMPESTRE CATARINENSE PARA REALIZAÇÃO DO 48º RODEIO CRIOULO INTERESTADUAL

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros por meio de Termo de Fomento para:

I - CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS CAMPESTRE CATARINENSE, CNPJ nº 78.490.778/0001-13, com sede na SC 110, Bairro Águas Brancas, Urubici – SC.

Art. 2º - O valor do Convênio a ser celebrado com a parte conveniada para o repasse do recurso financeiro será de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) em parcela única a ser financiado pelo Tesouro Municipal.

Art. 3º - Para atender as despesas de que trata o Artigo 2º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da seguinte dotação:

0801 Secretaria de Educação Cultura e Desporto

Proj/Ativ 2.041 Resgate e Preservação da Cultura

3.3.50.00.00.00.00.0080 – Transferências a Instituição Privada sem Fins Lucrativos

Art. 4º - A favorecida deverá apresentar o Plano de Trabalho, destacando a aplicação dos recursos recebidos e prestará contas até 30 dias após a liberação da cada parcela.

§ 1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, nos prazos previstos e de acordo com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, capítulo IV e:

- a) Ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a Prestação de Conta;
- b) Xerocópias dos documentos suportes de despesa;

§ 2º - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 27 de Agosto de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.
Urubici, 27 de agosto de 2019.

LEI Nº 2096/2019

Publicação Nº 2138533

LEI Nº 2096/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0801 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

2041 – RESGATE E PRESERVAÇÃO DA CULTURA

3350.00.00.00.00.00.0080 – Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 60.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 R\$ 60.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 27 de agosto de 2019.

LEI Nº 2097/2019

Publicação Nº 2138526

LEI Nº 2097/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE URUBICI.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Fundo Municipal de Saúde de Urubici:

1601 – Fundo Municipal de Saúde de Urubici

2064 – PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - SF

3190.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0101, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0101 R\$ 200.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 27 de agosto de 2019.

LEI Nº 2098/2019

Publicação Nº 2138528

LEI Nº 2098/2019

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A SUPLEMENTAR DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici, SC no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico

2013 – SERVIÇOS E MANUTENÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

3393.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas R\$ 91.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 91.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0107 – aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0107 R\$ 91.000,00

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 27 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Urubici, 27 de agosto de 2019.

PORTARIA Nº 542/2019

Publicação Nº 2138535

PORTARIA Nº 542/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Senhor Fernando Fraga Rodrigues, do cargo de Médico da Saúde da Família, a partir de 23/08/2019, nomeado através da Portaria nº 304/2019 de 02/05/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 23 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 543/2019

Publicação Nº 2138539

PORTARIA Nº 543/2019

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Vidanei Steffen, exercendo o cargo de Agente de Limpeza Pública, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 26/08/2019, referente ao período aquisitivo 2014/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 26 de Agosto de 2019.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 544/2019

Publicação Nº 2138541

PORTARIA Nº 544/2019

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Turismo de Urubici, os cidadãos abaixo indicados:

1. REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
Simone Vieira Oliveira Rodrigues

2. REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DESPORTO
Maria Willemann Warmling

3. REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS
Elvio Antunes de Souza

4. REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS
Lea Feldmann Ambonatti

5. REPRESENTANTE DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM
Deive Luis Almeida

6. REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA
Dilmo Israel

7. REPRESENTANTE DE BARES, RESTAURANTES E SIMILARES
Marcelo Lemos

8. REPRESENTANTE DE AGÊNCIAS, OPERADORAS E GUIAS DE TURISMO
Débora Berlatto Moura

9. REPRESENTANTE DE PROPRIETÁRIOS DE ATRATIVOS TURÍSTICOS
Adilson Jorge da Costa

10. REPRESENTANTE DE ÓRGÃO OFICIAL DE MEIO AMBIENTE
Paulo Santi Cardoso da Silva

11. REPRESENTANTE DE ARTESÃOS
Álvaro Luiz Costa

12. REPRESENTANTE DA CÂMARA DE VEREADORES
Guilherme Oberlaender de Almeida

13. REPRESENTANTE DO SINDICATO RURAL DE URUBICI
Claudia Maria Schmitz

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 26 de Agosto de 2019.
Antonio Zilli
Prefeito Municipal

Urussanga

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 108/2019

Publicação Nº 2138259

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2019

(Referente Pregão Presencial nº 44/2019 e Processo de Licitação nº 64/2019)

1. Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA, com sede na Praça da Bandeira, nº 12, Centro, Urussanga/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 82.930.181/0001-10, neste ato representado pelo Senhor Luis Gustavo Cancellier, Prefeito Municipal, brasileiro, CPF n.º 717.386.069-53 e Cédula de Identidade n. 1.528.502.

2. Contratada: MW RM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, CNPJ/MF n.º 01.669.321/0001-46. Valor Global da Ata: R\$ 140.700,00.

3. Fundamento Legal: Lei 10.520/02, LC 123/2006, subsidiariamente pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Processo Licitatório de PREGÃO Nº 44/2019/PMU, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente ata de registro tem por finalidade Registro de Preços para aquisição parcelada de artefatos de cimento, de boa qualidade, de acordo com o edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS E DO PRAZO DE ENTREGA

2.1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo fiscal do Município, deverá atender às seguintes exigências:

2.1.1. A solicitação dos produtos será emitida pelo fiscal, sendo deste a responsabilidade pela fiscalização do acompanhamento dos prazos e dos produtos entregues.

2.1.2. Recebendo a CONTRATADA a autorização de fornecimento do (s) produto (s), a mesma deverá providenciar a entrega em até 03 (três) dias a contar da data de recebimento da referida autorização.

2.1.2.1. As solicitações serão feitas para o endereço de 01 (um) e-mail a ser informado pela CONTRATADA no momento da celebração da Ata de Registro de Preços.

2.1.2.2. Os e-mails trocados entre CONTRATANTE e CONTRATADA farão parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, podendo ser usados como prova pelo município de Urussanga em caso de descumprimento de qualquer prazo ou determinação descrito no(s) mesmo(s), pela CONTRATANTE.

2.1.2.3. O não atendimento aos chamados caracterizará recusa em executar a Ata de Registro de Preços firmada e recairá sobre a CONTRATADA as penalidades previstas conforme definido na minuta contratual.

2.1.3. O prazo de entrega e o local deverão ser rigorosamente cumpridos.

2.1.4. O prazo de entrega estabelecido é fixo e improrrogável, salvo motivo considerado de "força maior", previsto em lei, comunicado pela CONTRATADA, por escrito, antes do vencimento do prazo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

3.1. Os produtos a serem entregues deverão passar pela conferência do setor de recebimento localizado à rua João Maria Cancellier, nº 85, bairro da Estação, sendo que após esta verificação deverão ser entregues no Parque Municipal Ado Cassetari Vieira, localizado a rua Minas, nº 378, bairro Centro.

3.2. O horário de recebimento do(s) produto(s) e/ou serviços deverá estar compreendido entre 08h às 11h30 e 13h às 16h30.

3.3. Obriga-se o CONTRATADO a informar ao fiscal deste contrato, com antecedência mínima de 24hs, o dia e horário da referida entrega do produto/serviços solicitado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE ENTREGA

4.1. Recebendo a CONTRATADA a autorização de fornecimento do (s) produto (s) e/ou serviços a mesma deverá providenciar a entrega em até 03 (três) dias úteis a contar da data de recebimento da referida autorização.

CLÁUSULA QUINTA – DA ACEITAÇÃO DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

5.1. Os produtos somente serão devidamente aceitos se cumpridos no prazo e condições determinados pelo fiscal da execução do contrato.

5.2. Todos os produtos entregues deverão ser faturados contra a Prefeitura Municipal de Urussanga, sob o CNPJ 82.930.181/0001-10, devendo o documento fiscal ser encaminhado à Secretaria de demandante da contratação.

5.3. O documento fiscal e demais exigidos no edital e seus anexos, deverão ser entregues à fiscalização do contrato para análise do cumprimento das obrigações da contratada.

5.4.. Qualquer defeito no produto entregue, este deverá ser substituído em até 24h do fato apurado, sem ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A execução da Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelo servidor abaixo relacionado:

Secretaria/Diretoria	Fiscal	Telefone
Secretaria de Infraestrutura	Sr. Emerson Jeremias	(48) 3465-0530

6.2. A fiscalização será exercida no interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6.3. Estando os produtos em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização da Ata de Registro de Preços e enviados ao Departamento Financeiro, para o devido empenho e posterior pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO, DA REVISÃO DOS PREÇOS

7.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo efetivo fornecimento da totalidade dos produtos.

7.2. O preço acima proposto é considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), seguro, lucros, frete/transporte, carga e descarga e demais encargos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta Ata de Registro de Preços, inclusive a assistência técnica durante o período de vigência da garantia.

7.3. É vedada a CONTRATADA pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas, e acordo com o Parágrafo 1º, do Artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

7.4. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas na Lei nº. 8.666/93.

7.5. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de ato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO FATURAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após recebimento e aceite da nota fiscal, obedecendo-se a ordem cronológica por fonte de recurso.

8.1.1. Os depósitos serão feitos através de depósito bancário em nome da empresa contratada.

8.1.2. A aprovação da Nota fiscal/fatura se dará mediante o "CERTIFICADO" pelos responsáveis por cada recebimento, autorizados para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferida a quantidade e valor.

8.1.3. O prazo de pagamento previsto no item 1, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Urussanga-SC, postergando-se em caso negativo, para o primeiro dia útil.

8.2. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

8.3. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a entregas com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes desta Ata de Registro de Preços.

8.4. Mediante o pagamento do valor total dos produtos e/ou serviços, a CONTRATADA, dará total, geral e irrevogável quitação ao CONTRATANTE, nada devendo a qualquer título.

8.5. O contratante somente fará o pagamento por transferência bancária on line, em nome do fornecedor pessoa jurídica ou física, de acordo com o documento fiscal apresentado. Para isso, o mesmo deverá apresentar os dados conta bancária no momento da contratação e manter o seu cadastro em dia junto ao setor de compras.

8.6. Fica vedada a negociação de faturas ou títulos de crédito com instituições financeiras, não sendo aceitos boletos bancários ou duplicatas.

8.7. É obrigatória a apresentação da conta bancária em nome do fornecedor.

8.8. Nenhum pagamento será feito à contratada caso o produto e/ou serviço entregue apresentar defeitos e esta não o solucionar dentro do prazo dado para pagamento descrito nesta cláusula.

8.9. Para o faturamento das quantidades solicitadas pela fiscalização deverá ser levada em consideração, as determinações descritas na Lei Municipal nº 2.871/2018.

CLÁUSULA NONA - DA VALIDADE DA ATA

9.1. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA - ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA ALÉM DAS JÁ DETERMINADAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS

10.1 Além das obrigações constantes do edital e em outras cláusulas deste termo, do disposto na Lei nº 8.666/1993 são ainda obrigações da CONTRATADA:

a) Manter inalterados os preços e condições propostas;

b) A CONTRATADA está obrigada a executar o objeto da Ata de Registro de Preços através de pessoas idôneas com capacidade profissional comprovado e qualificado, assumindo a total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que seus empregados, prepostos ou mandatários, no desempenho de suas funções causem à CONTRATANTE, podendo a mesma solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente, ou cuja capacidade técnica seja insuficiente;

c) A CONTRATADA está obrigada a assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em decorrência da espécie forem vítimas, seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridas em dependência da CONTRATANTE;

d) A CONTRATADA está obrigada a assumir e arcar com os encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais, bem como, os tributos resultantes do cumprimento desse termo respectivo;

e) A CONTRATADA está obrigada a cumprir e fazer cumprir, seus prepostos ou convenientes; as leis, regulamentos e posturas, bem como, qualquer determinação emanada das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto desse termo, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade pelas consequências de qualquer transgressão de seus prepostos ou convenientes;

f) A CONTRATADA está obrigada a comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto deste termo;

g) A CONTRATADA está obrigada a manter um representante para tratar com a CONTRATANTE;

h) A CONTRATADA está obrigada a se responsabilizar com despesas como, profissional técnico, transporte, combustível, mão de obra para carga, descarga, seguros, diárias de alimentação, dentre outras despesas advindas da execução deste termo respectivo;

i) Providenciar a imediata reparação, correção ou substituição, total ou parcial, às suas expensas, diante de qualquer defeito nos produtos entregues, este deverá ser substituído em até 24 (vinte e quatro) horas do ocorrido.

j) Entregar os produtos de acordo com o determinado em cláusula da Ata de Registro de Preços.

k) Cumprir o disposto no inciso V do art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93.

l) São Expressamente vedadas à CONTRATADA:

1) A veiculação de publicidade acerca da Ata de Registro de Preços, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE.

2) A subcontratação para a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

3) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

m) A contratada deverá assumir como sua responsabilidade o fornecimento de todos os necessários equipamentos (Equipamento de Proteção Individual e Equipamento de Proteção Coletiva) em atendimento ao estabelecido nas respectivas normas de segurança do trabalho, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

n) Manter os salários dos seus empregados rigorosamente em dia.

o) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da contratação de pessoal, tais como: salários, acidentes em que sejam vítimas seus empregados quando em serviço e por tudo quanto as Leis Trabalhistas lhe assegurem inclusive férias, aviso prévio, indenizações, etc.

p) Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra o CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA, esta deve comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir o CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa com o término ou rescisão deste Contrato.

q) Caso a Justiça Trabalhista condene financeiramente o CONTRATANTE, este descontará os valores correspondentes das faturas a serem pagas, mesmo que não se refiram aos produtos abrangidos por este Instrumento Contratual.

r) Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA CONTRATANTE

11.1 Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993 são obrigações da CONTRATANTE:

a) A CONTRATANTE está obrigada a efetuar os pagamentos devidos;

b) A CONTRATANTE está obrigada a proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os compromissos assumidos;

c) A CONTRATANTE exigirá o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com as cláusulas contratuais;

d) A CONTRATANTE exercerá o acompanhamento, execução e a fiscalização da Ata de Registro de Preços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando o dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

e) A CONTRATANTE está obrigada a notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do uso do objeto no período da garantia fixando prazo para providências cabíveis;

f) A CONTRATANTE está obrigada a rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com a Ata de Registro de Preços;

g) A CONTRATANTE está obrigada a comunicar, em tempo hábil, à CONTRATADA, as entregas dos produtos a serem entregues tais como: os horários, os locais e a quantidade a ser entregue.

h) Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto na autorização de fornecimento recebida, de acordo com esta da Ata de Registro de Preços.

i) Assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso dos funcionários da empresa contratada ao local de entrega dos produtos e/ou serviços.

j) Prestar as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela empresa contratada, e que digam respeito à natureza do objeto deste Termo.

k) Notificar o licitante vencedor, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

l) Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na licitação.

m) Proceder à conferência da Nota fiscal/fatura, atestando no corpo da mesma, pelo fornecimento dos produtos e/ou serviços.

n) Convocar o contratado para que o mesmo encaminhe em até 02 (dois) dias da convocação um técnico ou responsável legal que tenha conhecimento dos produtos entregues, quando apresentarem defeito, para fins de verificação do fato e promover a substituição, quando for o caso.

o) Manter os salários dos seus empregados rigorosamente em dia.

p) Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da contratação de pessoal, tais como: salários, acidentes em que sejam vítimas seus empregados quando em serviço e por tudo quanto as Leis Trabalhistas lhe assegurem inclusive férias, aviso prévio, indenizações, etc.

q) Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista, intentada contra o CONTRATANTE por empregados da CONTRATADA, esta deve comparecer espontaneamente em Juízo, reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir o CONTRATANTE no processo, até o final do julgamento, respondendo pelos ônus diretos e indiretos de eventual condenação. Esta responsabilidade não cessa com o término ou rescisão deste Contrato.

r) Caso a Justiça Trabalhista condene financeiramente o CONTRATANTE, este descontará os valores correspondentes das faturas a serem pagas, mesmo que não se refiram aos produtos abrangidos por este Instrumento Contratual.

s) Encaminhar ao CONTRATADO as informações necessárias ao cumprimento da lei Municipal nº 2.871/2018, antes do início do fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXECUÇÃO

12.1. Esta Ata de Registro de Preço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

13.1. De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações subsequentes, a CONTRATADA que descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços, poderá o órgão competente do CONTRATANTE, garantida a previa defesa, aplicar as seguintes penalidades:

13.1.1. No caso de atraso ou negligência na entrega do (s) serviço (s) no local e prazo determinados, será aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) calculado sobre o valor global desta Ata de Registro de Preços, até o limite de 5% (cinco por cento), independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas em lei, reconhecido os direitos do CONTRATANTE estabelecidos no art. 77 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

13.1.2. Multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor desta Ata de Registro de Preços, em caso de rescisão motivada pela CONTRATADA ou por iniciativa da mesma (sem justo motivo).

13.2. Pela inexecução parcial ou total desta Ata de Registro de Preços, o órgão competente do CONTRATANTE poderá, garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo:

13.2.1. Advertência verbal ou escrita, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula desta Ata de Registro de Preços e/ou nas faltas leves não acarretarem prejuízos de monta a execução desta Ata de Registro de Preços, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

13.2.2. Multa na ordem de 5% (cinco por cento) sobre o valor total desta Ata de Registro de Preços pela inexecução parcial e na ordem

10% (dez por cento) sobre o valor desta Ata de Registro de Preços pela inexecução total;

13.2.3. Suspensão por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município de Urussanga-SC, no caso de inexecução parcial ou total desta Ata de Registro de Preços, sendo aplicada segundo a gravidade e se a inexecução decorrer de violação culposa da CONTRATADA;

13.2.4. Declaração de inidoneidade para participar de licitação e contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais e Municipais, quando a inexecução decorrer de violação dolosa da CONTRATADA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação na forma da legislação em vigor.

13.2.5. Rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços.

13.3. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei.

13.4. A aplicação das penalidades estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços é de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal.

13.5. Não serão aplicadas as multas decorrentes de "casos fortuitos" ou "força maior", devidamente comprovados.

13.6. Sem prejuízo da aplicação ao inadimplemento das sanções que lhe couberem, o órgão competente do CONTRATANTE, recorrerá às garantias constituídas, se houverem, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a CONTRATADA, podendo ainda reter créditos decorrentes desta Ata de Registro de Preços e promover a cobrança judicial, por perdas e danos.

13.7. Da aplicação das multas, a CONTRATADA terá o direito ao prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da notificação, para recolhimento dos valores junto à tesouraria da Secretaria da Fazenda do Município.

13.8. Nenhum pagamento será feito a CONTRATADA, que tenha sido multada, antes de paga ou relevada a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, a autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços terá vigência para 01 (um) ano a contar da data de expedição da mesma ou enquanto perdurarem as quantidades contratadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

16.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

16.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

16.1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

16.1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

16.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

16.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

16.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

16.5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PARTES INTEGRANTES

17.1. Fazem parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, a Proposta da CONTRATADA e todos os elementos apresentados que tenham servido de base para julgamento do Edital de Pregão nº 44/2019/PMU, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, se houver, independentemente de transcrição.

17.2. Ficam, também fazendo parte desta Ata de Registro de Preços, as Normas vigentes, Instruções, Ordens de Serviço e mediante Termo de Aditamento, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1. As dúvidas e/ou divergências contratuais, desde que não previstas expressamente na respectiva Ata de Registro de Preços e que não extrapolem os limites da Lei, poderão ser solucionados amigavelmente.

18.2. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Urussanga, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas desta Ata de Registro de Preços, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Urussanga/SC, 27 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2019/PMU - RP

Publicação Nº 2138991

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2019/PMU

Objeto: contratação de empresa ao qual tem por objeto o registro de preços para aquisição parcelada de serviços de desmonte de rochas com o uso de massa expansiva e rompedor pneumático, com qualidade e pontualidade conforme edital e seus anexos. Recebimento dos envelopes: até 08h30 dia 12/09/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura



dos envelopes: às 09h dia 12/09/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal

LEI Nº 2.902/2019

Publicação Nº 2138602

LEI Nº 2.902, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Ratifica o protocolo de intenções e autoriza o ingresso do Município de Urussanga em Consórcio Intermunicipal e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica ratificado o Protocolo de Intenções de instituição do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC – CIM-AMREC, com a finalidade estabelecer relações de cooperação federativa entre Municípios consorciados, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, propiciando a gestão associada de serviços públicos, visando a melhoria da infraestrutura, da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico e social dos municípios consorciados, mediante a implementação de políticas públicas de interesse comum.

Parágrafo único. O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 5 (cinco) dos municípios que o subscrevem, converter-se-á no contrato de consórcio público.

Art. 2º Fica autorizado o ingresso do Município de Urussanga no CIM-AMREC, nos termos do Protocolo de Intenções ora ratificado.

Art. 3º O CIM-AMREC, será constituído sob a forma de consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica.

Art. 4º Fica autorizado o ingresso do Município de Urussanga a firmar contrato de rateio com o CIM-AMREC, de acordo com cada programa de atendimento, visando atender as finalidades do consórcio, conforme estabelecido no protocolo de intenções e Assembleia Geral.

Art. 5º Fica aplicada, para reger as relações jurídicas entre os Municípios consorciados e o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC, a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Lydio de Brida, 26 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2019 e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

LEI Nº 2.903/2019

Publicação Nº 2138605

LEI Nº 2.903, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

Ratifica as alterações do estatuto do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul – CIRSURES.

PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica ratificado o Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul - CIRSURES - parte integrante desta lei, com as alterações aprovadas em Assembleia Geral dos Prefeitos, realizada no dia 2 de julho do corrente ano.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio de Brida, 26 de agosto de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2019 e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

MARIANA BONETTI

Agente Administrativo

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 047/2019 DL 006/2019

Publicação Nº 2138773

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019

Objeto: Prestação de Serviços de criação de 5 (cinco) VÍDEOS TYPE (VTs) com duração de até 2 (dois) minutos (cada), contendo publicidade e propaganda governamental de caráter institucional do Município de Vargem Bonita – SC, em conformidade com a PROPOSTA efetuada pela Contratada.

Da Fundação Legal: Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pelas Leis nº 8.883 de 08 de junho de 1994 e Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998, bem como pelas disposições desta Consulta e demais Normas Jurídicas aplicáveis à espécie.

Contratada: VALE VISARE EDITORA GRÁFICA E PROPAGANDA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.158.413/0001-38, com sede à Rua Felipe Schmidt, 709 – Térreo – Edifício Alfa – Joaçaba – SC.

Valor da Contratação: R\$ 17.250,00 (Dezessete mil duzentos e cinquenta reais).

Vargem Bonita, 27 de Agosto de 2019.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 16.912/19

Publicação Nº 2138617

DECRETO Nº 16.912/19, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secret Munic Desenv Urbano, Agric e Meio Ambiente	
01 – Desenvolvimento Urbano	
2.044 – Iluminação Pública	
3.3.93.00.00.00.00.0.3.0014 – Aplicações Diretas	241.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	241.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta do Superávit Financeiro oriundo do recurso da COSIP de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 28 de agosto de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 1024/19

Publicação Nº 2138661

PORTARIA nº 1024/19

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21869/2019;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar a colocação e exibição de uma faixa na Avenida Antônio Nico Fávero (travessa do antigo "Vinhos Tupy"), pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, para divulgação do "XV Bingão da APAE", a ser realizado no dia 14 de setembro de 2019, no salão Paroquial da Igreja Matriz.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o texto e/ou imagens da referida faixa, ficando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 28 de agosto de 2019.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de agosto de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

TERMO ADITIVO Nº 133/2019 - PMV

Publicação Nº 2138004

Termo Aditivo nº 133/2019

Contrato/CT nº 182/2018

Processo: TP 19/2018-PMV

Contratado: NIVELTER TERRAPLENAGENS E OBRAS EIRELI

Objeto: adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão de R\$ 16.038,25 (dezesesseis mil trinta e oito reais e vinte e cinco centavos).

Data: 28/08/2019.

TERMO ADITIVO Nº 134/2019 - PMV

Publicação Nº 2138561

Termo Aditivo nº 134/2019

Contrato/CT nº 58/2019

Processo: TP 13/2019-PMV

Contratado: ENGENHARIA E OBRAS EIRELI

Objeto: adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão de R\$ 2.031,16 (dois mil e trinta e um reais e dezesseis centavos), estando o aditivo dentro do permitido em Lei.

Data: 28/08/2019.

TERMO ADITIVO Nº 135/2019 - PMV

Publicação Nº 2139011

Termo Aditivo nº 135/2019

Contrato/CT nº 05/2019

Processo: DL 01/2019-PMV

Contratado: FELIPE BRUSCHI ENGENHARIA LTDA ME

Objeto: adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão de R\$ 16.860,19 (dezesesseis mil oitocentos e sessenta reais e dezenove centavos), estando o aditivo dentro do permitido em Lei..

Data: 22/04/2019.

TERMO ADITIVO Nº 136/2019 - PMV

Publicação Nº 2139157

Termo Aditivo nº 136/2019

Contrato/CT nº 22/2019

Processo: TP 01/2019-PMV

Contratado: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Objeto: adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão no valor de R\$ 2.601,15 (dois mil seiscentos e um reais e quinze centavos), estando o aditivo dentro do permitido em Lei.

Data: 21/08/2019.

Vitor Meireles**PREFEITURA****Decreto n.º 055/2019**

Publicação Nº 2138298

DECRETO N.º 055/2019

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DE SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 1030, de 05/12/2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada, por conta da anulação dos Restos a Pagar não Processados n.º 4776 e 4777, a seguinte dotação orçamentária, pelo Superávit do Exercício Anterior:

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.1007 – AMPLIAÇÃO E MAN. SERVIÇOS ENSINO FUNDAMENTAL

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.3.0100 – Receita de Impostos - Educação R\$ 82.920,67

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 23 de Agosto de 2019.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Witmarsum

PREFEITURA

EXTRATO 32/2019 - MATERIAL HOSPITALAR

Publicação Nº 2138211

PMUNICÍPIO DE WITMARSUM-SC
PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019

O Prefeito Municipal de Witmarsum – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, no dia 17/09/2019, às 08:15 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de Witmarsum, sito a Rua 7 de setembro, nº 1520, Centro, PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISICAO PARCELADA DE MATERIAL HOSPITALAR PARA MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WITMARSUM. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Licitações da Prefeitura, no endereço acima, no site www.witmarsum.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3358-1304.

Witmarsum/SC, em 28 de agosto de 2019.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

CHAMAMENTO PARA CADASTRAMENTO - PRODUTORES DE VINHO EM ESCALA COMERCIAL - SECRETARIA DE AGRICULTURA E POLÍTICAS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE XANXERÊ

Publicação Nº 2138025

Xanxerê, 28 de agosto de 2019.

CHAMAMENTO PARA CADASTRAMENTO – PRODUTORES DE VINHO EM ESCALA COMERCIAL

A Secretaria de Agricultura e Políticas Ambientais, solicita que os produtores de vinho em escala comercial do Município de Xanxerê façam o seu cadastramento junto a Secretaria, que fica localizada na Rua José de Miranda Ramos, 458, Centro, a partir do dia 30/08/2019 até o dia 13/09/2019, das 7h00 às 12h00, tendo como finalidade a implementação de políticas públicas para o setor.

Trazer os seguintes documentos: RG, CPF, Comprovante de Endereço e Bloco de Produtor (caso tenha).

Secretaria de Agricultura e Políticas Ambientais

CONVOCAÇÃO CONCURSO 06/2019

Publicação Nº 2137962

CONCURSO PUBLICO Nº 06/2019

CONVOCAÇÃO

O Município de Xanxerê, vem por meio deste, realizar a convocação para o cargo em caráter efetivo, na ordem de chamada dos candidatos classificados nos termos do Edital 06/2019.

Data: 29/08/2019

Local: Prefeitura Municipal de Xanxerê/SC, Departamento de Recursos Humanos, situada na Rua José de Miranda Ramos, nº 455, Centro, Xanxerê/SC.

Convocados: Candidato aprovado no Concurso Público 06/2019

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	ÁREA	NOME
1º	OPERADOR DE MÁQUINAS	Evandro Jose Granoski
2º	OPERADOR DE MÁQUINAS	Sideni bergamin
3º	OPERADOR DE MÁQUINAS	Eder Morgenstern

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ACIMA RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após análise de documentação e aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Xanxerê, 28 de agosto de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0020/2019

Publicação Nº 2138142

Extrato 1º Aditivo Ata de Registro de Preços nº 0020/2019

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: Sobradinho Incorporadora e Construtora Eireli ME.

Objeto: Registro de Preços para Serviços futuros e parcelados de Horas Máquinas de Rolo Compactador, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Fica aditado o valor de R\$ 33.250,00 (trinta e três mil e duzentos e cinquenta reais) que corresponde na quantidade do item abaixo relacionado, conforme Ofício da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços, e Pareceres do Comitê Gestor nº 320/2019 e nº 368/2019, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	QTD	25%	PREÇO UNIT.	VALOR ADITIVO
01	Serviços de Horas de Rolo Compactador tipo liso ou com capa, com Compactação Mínima de no mínimo 30 Ton, ano de fabricação mínima 2010, em bom estado de conservação, incluindo o Operador e manutenção do equipamento, e também o Combustível, destinados a Manutenção das Vias Urbanas e Rurais do Município de Xanxerê.	Horas	700	175	R\$ 190,00	R\$ 33.250,00

Xanxerê-SC, em 28 de agosto de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 513/2019

Publicação Nº 2138414

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 513/2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, e Decreto nº AJG nº 186/2016.

RESOLVE:

CONCEDE férias a Servidores Públicos Municipais nos seguintes termos:

A Sra. CLACIANE MULLER pelo período de 16.09.2019 a 15.10.2019, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 07.02.2018 a 06.02.2019 ;

A Sra. MARIVONE MORESCO pelo período de 25.09.2019 a 24.10.2019, totalizando 30 (trinta) dias, referente ao período de: 02.05.2018 a 01.05.2019.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 28 de Agosto de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 510/2019

Publicação Nº 2138262

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 510/2019

ESTABELECEER COMPENSAÇÃO DE HORAS DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Art. 94, parágrafo único.

RESOLVE

ESTABELECEER compensação de horas da Servidora Pública Municipal a Sra. LUANA AGNOLETTI, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do CPF nº 042.050.679-92, RG nº 3.839.677 e COEN Nº 230177/SC, nomeada conforme Decreto nº BLB 011/2012, no cargo de ENFERMEIRA, com 40(quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Determinar a compensação de horas da Servidora conforme cronograma abaixo discriminado:

27,28, e 29 de Agosto: das 18:00 às 22:00 horas;

03,04,05,10,11,12,18,19,25 e 26 de Setembro: das 18:00 às 22:00 horas;

07,15,22 e 28 de Setembro: das 13:00 às 23:00 horas.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 27 de Agosto de 2019.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 511/2019

Publicação Nº 2138082

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 511/2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 02.12.2019 a 31.12.2019 a Servidora Pública Municipal, Sra. SILVIA REGINA BARALDI BANDEIRA, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 2.429.376-8 e CPF nº 736.397.539-68, nomeada conforme Decreto nº LJV 015/10, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desempenhando suas atividades profissionais no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003844/2019 datado de 28.08.2019.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:
11.01.2010 a 10.01.2013 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 28 de Agosto de 2019.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 512/2019

Publicação Nº 2138143

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 512/2019

REVOGAR PORTARIA Nº RH- AM 578/2018 E
ATRIBUIR FUNÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAUL HARRIS.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê/SC,
No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, e a Lei Complementar nº BLB 3.375/11 Artigo 11.
RESOLVE

REVOGAR PORTARIA Nº RH- AM 578/2018
ATRIBUIR função na Escola Municipal de Educação Básica Paul Harris, a Servidora Pública Municipal a Sra. PRISCILLA CANTONI, brasileira, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 4.757.384-8 e CPF nº 072.777.139-66, nomeada conforme Decreto nº BLB 058/10 no cargo de PROFESSORA MAGISTÉRIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Determinar que esta atribuição vigore a partir de 28.08.2019, conforme ofício SME nº 234/2019 da Secretaria Municipal de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 28 de Agosto de 2019.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 348/2019

Publicação Nº 2138027

DECRETO Nº 348, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, com fundamento nas Leis Municipais nº 1.669 de 23 de Novembro de 2018 e 1.701 de 29 de Agosto de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07– SEC. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – (CR 124) 60.000,00

Art. 2º Para atender a(s) suplementação(ões) do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro oriundo do exercício anterior na fonte de recursos ordinários – 03.0000.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 29 de Agosto de 2019.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1.700/2019

Publicação Nº 2138016

LEI Nº 1.700, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

Ratifica as alterações realizadas no Protocolo de Intenções consubstanciado no Contrato de Consórcio Público da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), firmado entre o Município de Xavantina e o Consórcio Público ARIS, mediante autorização da Lei Municipal nº 1.100 de 05 de Novembro de 2016.

Art. 2º O texto consolidado do Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público está publicado nas páginas 1544/1627 da edição nº 2771 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 08 de março de 2019).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 29 de Agosto de 2019.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

LEI 1.701/2019

Publicação Nº 2138020

LEI Nº 1.701, DE 29 DE AGOSTO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei Municipal n. 1.669 de 23 de Novembro de 2018, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar até o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão: 07– SEC. MUN. TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Urbanismo e Obras
Projeto Atividade: 1.009 – Investimentos no Urbanismo e Saneamento
Elem. Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – (CR 124) 60.000,00

Art. 2º Para atender a(s) suplementação(ões) do artigo primeiro, serão utilizados recursos provenientes da subtração do superávit financeiro oriundo do exercício anterior na fonte de recursos ordinários – 03.0000.

Xavantina/SC, 29 de Agosto de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 097/2019 - PREGÃO 054/2019

Publicação Nº 2139138

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 097/2019

EDITAL: Pregão Presencial para compras e serviços nº 054/2019

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Contratação de empresa no ramo de transporte coletivo de passageiros/transporte escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos das Redes Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 10 de setembro de 2019.

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 10 de setembro de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 28 de agosto de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0026/2019

Publicação Nº 2138895

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0026/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE XAXIM

CONTRATADO: GM INSTALADORA LTDA – ME

Objeto: Contratação de empresa para contratação emergencial de empresa terceirizada para prestação dos serviços de merendeiras para atuarem nas unidades escolares do município, em virtude do cancelamento de processo de licitação n. Pregão 001/2019 e necessidade de elaboração de novo processo, conforme publicação anexada.

Aditivo: 3º termo aditivo de prazo com fundamentação legal no art. 57, da Lei 8.666/93, bem como cláusula segunda do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também, prejudgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Ainda, no presente contrato na cláusula décima primeira.

Vigência: 17 de agosto de 2019 até 31 de agosto de 2019.

Processo Licitatório: Processo de Licitação nº 0051/2019, Dispensa de Licitação Nº. 0020/2019

Xaxim-SC, 14 de agosto de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

Associações

AMAI

CONTRATO N. 11/2019 - ASSESSORIA EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Publicação Nº 2138587

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 011/2019

CONTRATANTE: A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Floriano Peixoto, Nº100, Centro de Xanxerê/SC, CEP 89820-000, inscrita no CNPJ Nº 83.678.086.0001/33, neste ato representada pela Presidente, Senhora ELIEZE COMACHIO, Prefeita municipal de São Domingos, SC, brasileira, casada, portador de Cédula de Identidade nº 2.874.243, emitida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 824.323.259-15 e, N&K CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 32.878.211/0001-33, com sede na Rua Maura Helodya Bartolomei, nº 22, São Lucas, Chapecó/SC, Cep89812-100, neste ato representada pela sócia Karen Bissani, advogada, inscrita no CPF nº 785.385.309-25, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, celebram o presente contrato de prestação de serviços mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. O Objetivo do presente instrumento é a prestação de serviços de consultoria em Regularização Fundiária para oferecer suporte técnico aos 14 municípios que compõem a AMAI, no âmbito do Projeto "AMAI REGULARIZA", anexo ao contrato.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 2ª. A CONTRATADA se compromete:

- a) Prestar assistência local de no mínimo (08) oito horas semanais, durante a vigência contratual;
- b) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no SISTEMA da ASSOCIAÇÃO, guardando total sigilo em relação a terceiros;
- c) Arcar com todas as despesas com encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais;
- d) Responsabilizar-se perante terceiros por atos praticados pela sua empresa e colaborador designado, englobando danos materiais, morais, trabalhistas, criminais e indenizatórios.

Cláusula 3ª. O CONTRANTE obriga-se a:

- a) Pagar no prazo fixado os valores estabelecidos na Cláusula Quarta do presente contrato;
- b) Fornecer os equipamentos e sistemas necessários a realização do trabalho;
- c) Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

DA REMUNERAÇÃO

Cláusula 4ª. Em decorrência da Prestação dos serviços ora contratados a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA a quantia de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais) mensais, por 8 (oito) horas de trabalho semanais, com valor total de R\$ 16.100,00 (dezesseis mil e cem reais).

Parágrafo Primeiro. O pagamento à CONTRATADA será efetuado por meio de depósito em conta na Conta Corrente nº 172-4, agência 7643-0, no Banco do Brasil.

Parágrafo Segundo. O Pagamento ocorrerá preferencialmente em até 10 (dez) dias após a apresentação da nota Fiscal pela contratada.

DA RESCISÃO

Cláusula 5ª. O presente contratado poderá ser rescindido a qualquer momento por mútuo acordo entre as partes ou por meio de manifestação unilateral de qualquer um dos contratantes, mediante comunicação por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sendo que, os valores pagos serão aqueles correspondentes aos serviços prestados até a data da rescisão, não cabendo nenhum tipo de indenização a qualquer uma das partes.

DA VIGÊNCIA

Cláusula 6ª. A vigência do presente Contrato tem início na data de 22/08/2019 e término em 22/03/2020.

Parágrafo Primeiro - O presente contrato poderá ser prorrogado havendo livre acordo entre as partes, sempre por meio de termo aditivo contratual, numerado em ordem crescente.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 7ª. A CONTRATANTE fica desobrigada a fornecer quaisquer tipos de ajuda de custo para a CONTRATADA.

Cláusula 8ª. Fica compactuada entre as partes a total inexistência de vínculo trabalhista, excluindo as obrigações previdenciárias e os encargos sociais, não havendo entre CONTRATADA e CONTRATANTE qualquer tipo de relação de subordinação.

DO FORO

Cláusula 9ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Xanxerê – SC.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Xanxerê, SC, 22 de agosto de 2019.

AMAI Contratante	N&K CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA Contratado
---------------------	--

TESTEMUNHAS

PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CIM- AMAI

Publicação Nº 2138600

PROTOCOLO DE INTENÇÕES PARA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMAI – CIM AMAI

PREÂMBULO

Os Municípios catarinenses de Abelardo Luz, Bom Jesus, Entre Rios, Faxinal dos Guedes, Ipuacu, Lajeado Grande, Marema, Ouro Verde, Ponte Serrada, Passos Maia, São Domingos, Vargeão, Xanxerê e Xaxim, representados por seus Prefeitos Municipais, reunidos em Assembleia Geral na Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), com sede na Rua Floriano Peixoto, nº 100, Centro, Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no dia 06 de maio de 2019, reconhecendo a importância da adoção de política integrada voltada para a melhoria da qualidade de vida de seus munícipes e do desenvolvimento sustentável regional, resolvem formalizar o presente

PROTOCOLO DE INTENÇÕES

Com o objetivo de constituir consórcio público, sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público, sem fins econômicos, nos termos da Lei Federal nº 11.107/05, do Decreto Federal nº 6.017/07 e da legislação pertinente, para consecução das finalidades descritas neste instrumento.

CLÁUSULA 1 – DA DENOMINAÇÃO E CONSTITUIÇÃO

1.1. O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região da AMAI – CIM-AMAI é constituído sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, devendo reger-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, pela Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, pelo Decreto Federal n. 6.017, de 17 de janeiro de 2007, pela legislação pertinente, pelo Contrato de Consórcio Público e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos competentes.

1.2. O CIM-AMAI, cuja representação se dará através do Prefeito Municipal, é constituído pelos Municípios de:

MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ/MG 83.009.886/0001-61, com sede na Rua Padre Joao Smedt, 1605, centro. Abelardo Luz, neste ato representado por seu Prefeito o SENHOR VILAMIR CAVASSINI, brasileiro, casado, Prefeito de Abelardo Luz, natural de Faxinal dos Guedes, portador da Cédula de Identidade Nº 843.024, SSP/SC, em data de 05/10/2017, inscrito no CPF sob o Nº 422.859.689-49, residente e domiciliado na Rua Adelar Begnini, 1262, Apto 401 A, Centro, Abelardo Luz, Santa Catarina, 89830-000.

MUNICÍPIO DE BOM JESUS, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº 01.551.148/0001-87, com sede na Rua Pedro Bortoluzzi, 435, centro, Bom Jesus, SC, neste ato representado por seu Prefeito o SENHOR RAFAEL CALZA, brasileiro, casado, natural de Xanxerê, portador da Cédula de Identidade Nº 4.165.040 SSP/SC, em data de 227/05/2010, inscrito no CPF sob o Nº 052.915.469-21, residente e domiciliado na Linha Passo Ferraz, s/n, interior, Bom Jesus, 89824000.

MUNICÍPIO DE ENTRE RIOS, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº 01.612.698/0001-69, situada a rua Rua Pergentino Alberici, 150, centro de Entre Rios, SC, representada neste ato por seu Prefeito o SENHOR JURANDI DELL OSBEL, brasileiro, casado, natural de Ponte Serrada, Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade nº 763.489, SSP/SC, expedida em data de 26/06/2006, inscrito no CPF sob o Nº 065.875.939.68, residente e domiciliado na Rua Dimas dos Santos, s/n, Centro, Entre Rios, Santa Catarina, 89862000.

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, pessoa jurídica de direito público interno inscrito, no CNPJ nº 83.009.910/0001-62, situada a Av. Rio Grande do Sul, 500, centro, Faxinal dos Guedes, neste ato representado por seu prefeito GILBERTO ANGELO LAZZARI, brasileiro, casado, natural de Faxinal dos Guedes, portador da cédula de identidade Nº 695.640-8, SSP/SC, em data de 18/11/1999, inscrito no CPF sob o número 251.194.519-34, Linha São José das Tabuas, S/N, Interior, Faxinal dos Guedes, SC, 89694000.

MUNICÍPIO DE IPUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº 95.993.028/0001-83, situada a rua Rua Zanella, 818, centro de Ipuacu, neste ato representada por sua Prefeita SENHORA CLORI PEROSA, brasileira, casada, Prefeita Municipal de Ipuacu, natural de Xanxerê, Santa Catarina, portadora da cédula de identidade número 1.785.723, SSP/SC, expedida em 11/01/2017, inscrita no CPF sob o Nº 722.175.709-78, residente e domiciliada na Linha Sambura, s/n, Ipuacu, SC, 89832000.

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº 95.993.077/0001-16, situada a rua Rua Vitória, 503, Centro de Lajeado Grande, neste ato representada por seu Prefeito O SENHOR NOELI DAL JOSÉ MAGRO, brasileiro, solteiro, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, natural de Lajeado Grande, portador da Cédula de Identidade Nº 696.536, SSP/SC, em data de 08/07/11, inscrito no CPF sob o Nº 251.046.089-72, residente e domiciliado na Linha Nova, Interior, Lajeado Grande, SC, 89828000.

MUNICÍPIO DE MAREMA, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº 78.509.072/0001-56, situada a Rua Dom Vidal Ramos, 357, centro de Marema neste ato representada por seu Prefeito o SENHOR ADILSON BARELLA, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Marema, natural de Águas de Chapecó, Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade nº 2431.664, SSP/SC, expedida em data de

23/03/1993, inscrito no CPF sob o Nº 773.907.339-34, residente e domiciliado na Rua Diácono Duz Nº 182, centro, Marema, SC, 89860000.

MUNICÍPIO DE OURO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº 80.913.031/0001-72, situada a Rua João Maria Conrado, 425, centro de Ouro Verde, neste ato representada por seu Prefeito o SENHOR AMÉLIO REMOR JÚNIOR, brasileiro, casado, natural de Xanxerê, portador da cédula de identidade Nº 3.670.160, SSP/SC, em data 10/11/2016, inscrito no CPF sob o Nº 043.920.479-89, residente e domiciliado na Rua Iraci Dos Santos, 533, Centro, Ouro Verde, SC, 89834000.

MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº 95.993.085/0001-62, situada a Rua Madre Maria Theodora, 264, centro de Ponte Serrada, neste ato representada por seu Prefeito o SENHOR ALCEU ALBERTO WRUBEL, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, natural de Erval Velho, SC, portador da Cédula de Identidade Nº 1.306.106, SSP/SC, em data de 14/01/2014, inscrito no CPF sob o Nº 469.966.309, residente e domiciliado na Av. XV de novembro, nº 477, Apto 202, Centro, Ponte Serrada, SC, 89683000.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº 82.777.236.0001-01, situada a Rua Padre Joao Botero S/N, centro de Passos Maia, neste ato representada por seu Prefeito o SENHOR LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito de Passos Maia, brasileiro, casado, natural de Ouro Verde, SC, portador da cédula de Identidade Nº 2.074.422, SSP/SC, em data de 28/02/2018, inscrito no CPF sob o número Nº 630.458.199.20, residente e domiciliado a Avenida Ângelo Tireli, 242. Centro, Passos Maia, SC, 89687000.

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº 83.009.894/0001-08, situada a Rua Getulio Vargas, 750, centro de São Domingos, neste ato representada por sua Prefeita SENHORA ELIÉZE COMACHIO, brasileira, solteira, Prefeita Municipal de São Domingos, natural de São Domingos, SC, portadora da Cédula de Identidade Nº 2.874.243, SSP/SC, inscrito no CPF sob o Nº 824.323.259.15, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, 530, Bairro Nossa Senhora de Aparecida, São Domingos, SC, 8983500.

MUNICÍPIO DE VARGEÃO, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº 83.009.928/0001-64, situada a Rua 7 De Setembro, 477, centro de Passos Maia, neste ato representado por seu Prefeito SENHOR VOLMIR FELLIPE, Prefeito de Vargeão, brasileiro, casado, natural de Xanxerê, portador da cédula de identidade Nº 1.510.083-3, SSP/SC, em data de 22/08/2002, inscrito no CPF sob o número 550.948.139-00, residente e domiciliado na Rua Sete de Setembro, número 647, centro de Vargeão, SC, 898690000.

MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, situada a Rua Jose De Miranda Ramos, 455, centro de Xanxerê, neste ato representada por seu Prefeito SENHOR AVELINO MENEGOLLA, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Xanxerê, natural de Erechim, Rio Grande do Sul, portador da Cédula de Identidade Nº 1690862, SSP/SC, em data de 19/04/2005, inscrito no CPF sob o Nº 145.268.160/00, residente e domiciliado a Rua Cel Passos Maia, 875, apto 601, Cento, Xanxerê, SC, 89820000.

MUNICÍPIO DE XAXIM, pessoa jurídica de direito público interno inscrito no CNPJ nº 82.854.670/0001-3, situada a Rua Rui Barbosa, 347, centro de Xaxim, neste ato representada por seu Prefeito o SENHOR LÍRIO DAGORT, brasileiro, casado, Prefeito Municipal de Xaxim, natural de Severiano de Almeida, RS, portador da Cédula de Identidade nº 561.464, SSP/SC, em data de 15/05/2012, inscrito no CPF sob o Nº 194.872.669-68, residente e domiciliado na Rua Rio Grande, Nº 800, Apto 201, Condomínio Itália, Centro, Xaxim, SC, 89825000.

CLÁUSULA 2 – RATIFICAÇÃO

2.1. Este Protocolo de Intenções se converterá em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do CIM-AMAI, com a entrada em vigor da lei ratificadora de no mínimo 04 (quatro) dos Municípios que o subscrevem.

2.2. Somente será considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções que o ratificar por meio de lei.

2.3. Será automaticamente admitido como consorciado o Município que efetue a ratificação no prazo de até dois anos da data da subscrição deste Protocolo de Intenções.

2.4. - Ultrapassado o prazo para ratificação estipulado no item 2.3 ou no caso de a ratificação conter reservas, a admissão do Município no contrato de consórcio público dependerá da aprovação pela Assembleia Geral.

2.5. É facultado o ingresso de novos Municípios no Consórcio a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal ao Presidente do CIM-AMAI, o qual, uma vez atendidos os requisitos legais e do contrato do consórcio, encaminhará à Assembleia Geral para aceitação do novo consorciado.

2.5.1. - Aprovado o novo consorciado pela Assembleia Geral, este providenciará a Lei de Ratificação do Protocolo de Intenções, a inclusão da dotação orçamentária para destinação de recursos financeiros ao Consórcio, a celebração do Contrato de Programa e do Contrato de Rateio.

CLÁUSULA 3 – DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E PRAZO DE DURAÇÃO

3.1. O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região do Alto Irani tem sua sede e Foro na comarca na Comarca de Xanxerê, na Rua Floriano Peixoto Nº 100, Centro, no Edifício da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), CEP 89820-000, Estado De Santa Catarina.

3.1.1. O local da sede poderá ser alterado mediante decisão de 2/3 da Assembleia Geral, dispensada a ratificação por lei dos Municípios consorciados.

3.2. A área de atuação do CIM-AMAI corresponde ao somatório das áreas territoriais dos Municípios consorciados.

3.3. O CIM-AMAI terá tempo de duração indeterminado, e, em caso de dissolução os cargos existentes serão extintos e seus titulares demitidos ou exonerados sem direito à estabilidade, fazendo jus as verbas rescisórias de acordo com estabelecido na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

CLÁUSULA 4 – DO OBJETO E FINALIDADES

4.1. Constitui objeto do CIM-AMAI, além de outros que vierem a ser definidos posteriormente pela Assembleia Geral, a promoção de licitações compartilhadas e a gestão associada de serviços e de políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento sustentável nos Municípios que o integram, em especial nas áreas de agricultura, produção de carnes e derivados, pesca, infraestrutura e mobilidade urbana, saneamento básico, segurança pública, educação, inovação tecnológica, meio ambiente, esporte, turismo, cultura e administração tributária.

4.2. O CIM-AMAI tem por finalidades:

4.2.1. A gestão associada de serviços públicos, inclusive mediante a realização de licitações compartilhadas e a celebração de contratos de concessão e parcerias público-privadas, desde que sejam contratantes dois ou mais Municípios consorciados, especialmente nas seguintes áreas, nos termos do §1º do art. 112 da Lei nº 8.666/93 e do art. 19 do Decreto nº 6.017/17:

a) agricultura, inclusive com a realização de estudos agrários e desenvolvimento rural, reordenamento agrário, desenvolvimento territorial, desenvolvimento rural sustentável, apoio, assessoramento e acompanhamento da agricultura familiar e Participação ativa no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A atenção à sanidade dos produtos de origem agropecuária, a proteção da saúde dos animais e sanidade dos vegetais, a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores, possibilitando a sua regularização sanitária, ambiental, fiscal e tributária através da assessoria e prestação de serviços próprios e/ ou contratados/conveniados e do fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados e destes para com o Consórcio.

b) mobilidade urbana e infraestrutura;

c) educação;

d) saneamento, com a produção de informações, estudos técnicos, políticas e/ou planos básicos regionais, integrados ou não, de saneamento básico e/ou de manejo e gestão de resíduos sólidos, contemplando a coleta, reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação e disposição final ambientalmente adequada, bem como a operação, total ou parcial, dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e/ou manejo de resíduos sólidos, de análises para o controle da qualidade da água e monitoramento de esgoto e de resíduos sólidos, assistência técnica e assessoria;

e) segurança pública;

f) tecnologia da informação;

g) trânsito e transporte público;

h) iluminação pública;

i) habitação e controle migratório;

j) meio ambiente, através da prestação dos serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados

k) desenvolvimento econômico;

l) esporte;

m) cultura;

n) turismo;

o) Otimização da administração tributária;

p) recursos humanos, com a instituição de escolas de governo ou realização de cursos, inclusive através de convênios, nas áreas de interesse dos consorciados;

q) treinamento, pesquisa e extensão, com a realização de eventos diversos como palestras, congressos científicos, educacionais, socioculturais e econômicos, entre outros.

4.2.2. Representar o conjunto ou parte dos municípios que o integram em matéria referente à sua finalidade ou de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais e internacionais.

4.2.5. Exercer as competências dos entes da federação, nos termos do ato de autorização ou delegação;

4.2.6. Promover de forma coordenada e articulada o planejamento do desenvolvimento regional;

4.2.7. Fomentar o intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;

4.2.8. Viabilizar ações conjuntas em áreas específicas, como educação, segurança pública e mobilidade urbana, mediante a celebração de contratos de programa e rateio específicos;

4.2.9. Estabelecer relações cooperativas com outros consórcios que por sua localização e peculiaridades possibilitem o desenvolvimento de ações conjuntas em defesa dos consorciados;

4.2.10. Planejar e executar ações, programas e projetos destinados a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico e cultural;

4.2.11. Promover, estimular e realizar, em conjunto com as instituições públicas responsáveis, medidas destinadas à recuperação, conservação e preservação do meio ambiente;

4.2.12. Promover a integração de ações, programas e projetos desenvolvidos por organismos governamentais, não governamentais e empresas privadas visando ao fomento da infraestrutura e desenvolvimento sustentável;

4.2.13. Promover a revitalização do patrimônio cultural como elemento estratégico para apoiar o processo de desenvolvimento, incluindo todo o processo de valorização da cultura popular;

4.2.14. Promover o aperfeiçoamento institucional, regulatório e da gestão no setor;

4.2.15. Promover a cidadania e a inclusão social por meio da universalização do acesso aos serviços públicos de transporte coletivo e do aumento da infraestrutura urbana;

4.2.16. Promover, em todos os níveis, a participação da sociedade civil organizada no planejamento das ações, programas e projetos que forem outorgadas ao CIM-AMAI;

4.2.17. Planejar, adotar, executar as funções de gerenciamento e executar programas e medidas destinadas a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico da região compreendida no território dos municípios consorciados;

4.2.18. Promover ações que contribuam para a universalização do acesso à educação de qualidade em todos os municípios consorciados; e

4.2.19. Promover campanhas educativas e mobilizar a sociedade civil para a gestão participativa.

4.3 Viabilizar o fornecimento de bens à administração direta e indireta dos entes consorciados, o compartilhamento e/ou o uso conjunto de infraestrutura, instrumentos, máquinas, veículos e equipamentos, inclusive de gestão e execução, manutenção, informática, procedimento de licitação e de admissão de pessoal.

4.4 Prestar aos Municípios consorciados serviços de planejamento, Infraestrutura, construção e conservação do sistema viário urbano e rural, no âmbito territorial dos municípios que o Compõem.

4.5. Estruturação em âmbito regional de equipamentos, máquinas e instalações para pavimentação asfáltica (Usinas de Asfalto), Usina de Pré-misturado a frio, britador para fornecimento de brita, equipe de execução com pessoal treinado, caminhões, máquinas, rolos compressores, etc.

- 4.5.1. Pavimentação de vias urbanas, por diferentes processos – pavimentação asfáltica, elementos-pré-moldados de concreto ou outros, serviços de tapa-buracos da pavimentação, recapeamento de vias, execução meio fio e sarjeta, seixos rolados, britas, etc.
- 4.5.2. Apoiar as estruturas municipais de manutenção de pavimentação com capacidade de treinamento, controle de qualidade, manutenção de máquinas e veículos, etc.
- 4.5.3. Redes de drenagem (galerias pluviais) e outras;
- 4.5.4. Perenizar as vias de escoamento da produção agrícola e otimizar a malha viária dos Municípios integrantes do Consórcio.
- 4.5.5. Conter os processos de erosão e de assoreamentos dos recursos hídricos em áreas urbanas e rurais.
- 4.5.6. Outras atividades correlatas.

CLÁUSULA 5 – DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

- 5.1: Para o cumprimento de seus objetivos, o CIM-AMAI poderá valer-se dos seguintes instrumentos, mediante decisão da Assembleia Geral:
 - 5.1.1. Firmar acordos, ajustes, termos de parcerias, convênios, contratos e/ou instrumentos congêneres, de qualquer natureza, compatíveis com os Contratos de Programa, as finalidades e os objetivos do CIM-AMAI, com a administração pública, municipal, estadual, distrital e federal, consórcios públicos, iniciativa privada, entidades do terceiro setor e organismos internacionais, conforme legislação vigente e aplicável;
 - 5.1.2. Receber transferências voluntárias, auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos de governo ou da iniciativa privada, visando à melhoria da qualidade do serviço prestado, sua expansão e modicidade;
 - 5.1.3. Promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público;
 - 5.1.4. Ser contratado pela Administração direta ou indireta dos consorciados, inclusive por entes da federação, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93;
 - 5.1.5. Emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por eles administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado;
 - 5.1.6. Outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, previstos nos Contratos de Programa, programas governamentais, projetos afins e relativos às áreas de sua atuação, observada a legislação de normas gerais em vigor
 - 5.1.7. Administrar direta ou indiretamente, por concessão, permissão, parceria público privada, contrato de gestão, termo de parceria ou instrumentos congêneres, os serviços previstos nos Contratos de Programa, programas governamentais, projetos afins e relativos às áreas de sua atuação, de forma suplementar ou complementar, desde que disponível pelos municípios associados, mediante Contrato de Gestão e pagamento de preço público, nos termos da Lei Federal nº. 11.107/05;
 - 5.1.8. Planejar, contratar, executar, manter, gerir, fiscalizar e/ou viabilizar a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços, diretamente ou mediante licitação, bem como celebrar contratos administrativos, inclusive de concessão, permissão e parcerias público privadas;
 - 5.1.9. Contratar operação de crédito, observados os limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 52, inciso VII, da Constituição.
 - 5.1.10. Definir preços e tarifas, bem como seu reajuste, revisão e reequilíbrio financeiro, levando em conta, além dos custos operacionais, os critérios definidos pela legislação vigente de cada ente consorciado pela oferta do serviço público, respeitando as regras de rateio estabelecidas nos instrumentos contratuais;
 - 5.1.11. Realizar licitação própria ou compartilhada para objetos pertinentes e cujo edital preveja contratos a serem celebrados pelo CIM-AMAI ou pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993;
 - 5.1.12. Receber, por delegação de competência, a gestão e/ou exploração de serviços públicos de competência da União Federal, Estado e Municípios;
 - 5.1.13. Exercer poder de polícia administrativo;
 - 5.1.14. Realizar a gestão associada dos serviços e das políticas públicas especificadas nos contratos de programa;
 - 5.1.15. Unir-se a outros consórcios públicos, com personalidade jurídica de direito público e/ou privado, para a realização de objetivos de interesse comum;
 - 5.1.16. Formular, implantar, operar e manter sistemas de informações articulados com os sistemas estadual e nacional correspondentes;
 - 5.1.17. Elaborar e publicar revistas ou outros periódicos, cartilhas, manuais e quaisquer materiais técnicos ou informativos, impressos ou em meio eletrônico, bem como promover a divulgação e suporte das ações do CIM-AMAI por qualquer espécie de mídia;
 - 5.1.18. Prestar apoio financeiro e operacional para a estruturação e para o funcionamento de fundos e conselhos;
 - 5.1.19. Adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão o seu patrimônio;
 - 5.1.20. Requisitar servidores dos entes públicos, dos consorciados e das associações microrregionais de Municípios, para integrarem o quadro de profissionais na prestação dos serviços ao CIM-AMAI;
 - 5.1.21. Realizar eventos e ações compartilhadas ou cooperadas de divulgação, formação, capacitação e treinamento;
 - 5.1.22. Realizar estudos técnicos e pesquisa, elaborar e monitorar planos, projetos e programas, inclusive para obtenção de recursos estaduais, federais ou internacionais;
 - 5.1.23. Celebrar contrato de gestão, na forma do art. 51 da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998;
 - 5.1.24. Regular e fiscalizar a prestação de serviços públicos, diretamente ou mediante convênio;
 - 5.1.25. Assessorar e prestar assistência técnica e gerencial aos Municípios consorciados, no âmbito dos contratos de programas específicos de suas câmaras temáticas;
 - 5.1.26. Capacitar cidadãos e lideranças dos Municípios consorciados, servidores do Consórcio ou dos entes da Federação consorciados, no âmbito dos contratos de programas específicos de suas câmaras temáticas;
 - 5.1.27. Exercer outras competências necessárias à fiel execução de suas finalidades e que sejam compatíveis com o seu regime jurídico.

CLÁUSULA 6 – DOS DIREITOS DOS CONSORCIADOS

- 6.1. Participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;
- 6.2. Votar e ser votado para os cargos da Presidência e do Conselho Fiscal;
- 6.3. Propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do CIM-AMAI;
- 6.4. Exigir o pleno cumprimento das cláusulas do contrato de consórcio público, dos contratos de programas e dos contratos de rateio, quando adimplente com suas obrigações;
- 6.5. Compor o Conselho Fiscal do CIM-AMAI, nas condições estabelecidas no contrato de consórcio público;

6.6. Retirar-se do CIM-AMAI, nos termos da Cláusula 25, com a ressalva de que sua retirada não prejudicará as obrigações já constituídas pelo consorciado.

CLÁUSULA 7 – DOS DEVERES DOS CONSORCIADOS

- 7.1. Cumprir e fazer cumprir o presente o contrato de consórcio público, dos contratos de programas e os contratos de rateio;
- 7.2. Incluir, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do CIM-AMAI, devam ser assumidas por meio de Contrato de Rateio e Contrato de Programa, conforme for o caso;
- 7.3. Cooperar para o desenvolvimento das atividades do CIM-AMAI, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;
- 7.4. Participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do CIM-AMAI, por meio de proposições, debates e deliberações através do voto, sempre que convocados;
- 7.5. Compartilhar recursos e pessoal para a execução de serviços, programas, projetos, atividades e ações no âmbito do CIM-AMAI, nos termos de Contrato de Programa e de Rateio;
- 7.6. Acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do CIM-AMAI, em especial ao que determina o “Contrato de Programa” e o “Contrato de Rateio”;
- 7.7. Cooperar para o desenvolvimento das atividades do CIM-AMAI, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;
- 7.8. No caso de extinção do CIM-AMAI, responder solidária e proporcionalmente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação, até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação; e
- 7.9. Assinar e encaminhar para o CIM-AMAI o Contrato de Rateio, no prazo de até 30 (trinta) dias do seu recebimento.

CLÁUSULA 8 – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

8.1. A estrutura organizacional do CIM-AMAI será estabelecida em quatro níveis, conforme abaixo:

I – Nível Deliberativo

- a) Assembleia Geral
- b) Conselho Fiscal

II – Nível Executivo

- a) Diretoria Executiva

8.2. O CIM-AMAI será organizado por Estatuto, cujas disposições deverão atender às cláusulas deste Protocolo de Intenções, sob pena de nulidade;

8.3. O Estatuto disporá sobre:

- 8.3.1. A criação e o provimento dos empregos públicos, em nível técnico, serão criados em assembleia do CIM-AMAI e regulamentadas as atribuições e vencimentos em estatuto.
- 8.3.2. O exercício do poder disciplinar e regulamentar, as atribuições administrativas, hierarquia, avaliação de eficiência, lotação, jornada de trabalho e denominação dos cargos.

CLÁUSULA 9 – DA ASSEMBLEIA GERAL

- 9.1. A Assembleia Geral é o órgão máximo do CIM-AMAI, composto exclusivamente pelos Chefes do Poder Executivo.
 - 9.1.1. Os suplentes serão, obrigatoriamente, seus substitutos legais, nos termos das respectivas Leis Orgânicas.
 - 9.1.2. Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral, com direito a voz.
 - 9.1.3. Mediante Ofício do Chefe do Poder Executivo, poderá o mesmo ser representado por servidor de carreira ou por ocupante de cargo de provimento em comissão do município consorciado.
 - 9.1.4. Nenhum servidor do Consórcio poderá representar qualquer ente consorciado na Assembleia Geral e nenhum servidor de ente consorciado poderá representar outro ente consorciado, salvo as exceções previstas no estatuto.
 - 9.1.5. Ninguém poderá representar dois ou mais consorciados na mesma Assembleia Geral.
- 9.2. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, para proceder às eleições e apreciar o Orçamento, o Plano de Trabalho e a prestação de contas, e extraordinariamente quando convocada pela Diretoria Executiva, por um terço de seus membros ou pelo Conselho Fiscal, para outras finalidades.
 - 9.2.1. A forma de convocação das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias será definida no Estatuto;
 - 9.2.2. A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros do CIM-AMAI em dia com suas obrigações operacionais e financeiras e em segunda e última convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação, com a presença de qualquer número de consorciados adimplentes, deliberando por maioria simples de votos, ressalvadas as matérias que exigirem maioria qualificada ou absoluta nos termos deste instrumento e de disposições do Estatuto do Consórcio.
- 9.3. Na Assembleia Geral, cada um dos entes consorciados terá direito a 01 (um) voto, votando os suplentes ou seus representantes legalmente constituídos, apenas na ausência ou impedimento do respectivo titular:
 - 9.3.1. O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidades a ente consorciado e na aprovação de moção de censura;
 - 9.3.2. o Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas para desempatar, não tendo direito a voto nas deliberações referentes à prestação de contas e outros atos de sua responsabilidade.
- 9.4. Compete à Assembleia Geral, sem prejuízo de outras reconhecidas pelo Estatuto:
 - 9.4.1. eleger e destituir o Presidente, o Vice-Presidente e os membros do Conselho Fiscal;
 - 9.4.2. aprovar o Estatuto do Consórcio e suas alterações;
 - 9.4.3. deliberar sobre o ingresso no Consórcio de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;
 - 9.4.4. homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 2 (dois) anos de sua

subscrição;

9.4.5. deliberar sobre as contribuições mensais dos Municípios consorciados, estabelecidas em "Contrato de Rateio", de acordo com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005;

9.4.6. deliberar sobre a alienação de bens imóveis "livres" do Consórcio, bem como o seu oferecimento como garantia em operações de crédito, de acordo com o item 20.2, deste Protocolo de Intenções;

9.4.7. deliberar sobre a retirada ou exclusão de membros consorciados para os casos previstos nas cláusulas 25 e 26 deste Protocolo de Intenções;

9.4.8. apreciar e deliberar sobre o Orçamento Anual e o Plano de Trabalho, o Relatório Físico e a Prestação de Contas do CIM-AMAI;

9.4.9. deliberar sobre a mudança da sede;

9.4.10. deliberar sobre a alteração do Plano de Cargos, Empregos e Salários do CIM-AMAI e a remuneração de seus empregados, inclusive do Diretor Executivo e dos demais cargos comissionados;

9.4.11. deliberar sobre a alteração e a dissolução do Contrato de Consórcio Público, de acordo com o previsto nas cláusulas 27 e 28 deste Protocolo de Intenções;

9.4.12. deliberar sobre as decisões do Conselho Fiscal;

9.4.13. deliberar sobre a necessidade de contratação e ampliação do quadro de pessoal, e preenchimento das vagas existentes;

9.4.14. nomear e exonerar o Diretor Executivo, e demais ocupantes de emprego público e cargos de provimento em comissão;

9.4.15. aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

9.4.16. apreciar e sugerir medidas sobre:

a. a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;

b. o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

9.4.17. deliberar, em caráter excepcional, sobre as matérias relevantes ou urgentes que lhe sejam apresentadas pelo Diretor Executivo;

9.4.18. aprovar cessão de servidores e empregados públicos por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

9.4.19. deliberar e dispor sobre os casos omissos e em última instância sobre os assuntos gerais do CIM-AMAI.

9.5. Para as deliberações constantes dos itens 9.4.1 a 9.4.11 e 9.4.14 é necessário o voto da maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do CIM-AMAI, em dia com suas obrigações operacionais e financeiras, em Assembleia Geral extraordinária convocada especificamente para tais fins.

9.6. Os votos de cada prefeito dos Municípios consorciados serão singulares, independentemente dos investimentos feitos no CIM-AMAI.

CLÁUSULA 10 – DA PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA

10.1. A Presidência do CIM-AMAI é composta pelos cargos de Presidente e Vice-Presidente eleitos dentre os Chefes do Poder Executivo pela Assembleia Geral, competindo ao Presidente do CIM-AMAI, sem prejuízo do que prever o Estatuto do Consórcio:

10.1.1. promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

10.1.2. autorizar o Consórcio a ingressar em juízo;

10.1.3. convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral;

10.1.4. representar judicial e extrajudicialmente o CIM-AMAI;

10.1.5. movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e recursos do CIM-AMAI;

10.1.6. Dar posse aos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;

10.1.7. Ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

10.1.8. Convocar reuniões com a Diretoria Executiva;

10.1.9. homologar e adjudicar as licitações realizadas pelo Consórcio;

10.1.10. Expedir resoluções da Assembleia Geral para dar força normativa às decisões estabelecidas nesses colegiados;

10.1.11. Expedir portarias para dar força normativa às decisões monocráticas de competência do Presidente do CIM-AMAI;

10.1.12. Delegar atribuições e designar tarefas para os órgãos de gerência e de execução;

10.1.13. Julgar, em primeira instância, recursos relativos à:

a. homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b. impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;

c. aplicação de penalidades a funcionários do Consórcio.

10.1.14. zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo de Intenções ou pelo Estatuto a outro órgão do Consórcio.

10.2. Em assuntos de interesse comum ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, o Estatuto poderá autorizar o Presidente a representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de contratar operações de crédito, celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, defender as causas municipalistas e/ou regionais, dentre outros assuntos.

10.3. Com exceção da competência prevista nos itens 10.1.2, 10.1.3, 10.1.4, 10.1.10, 10.1.11, 10.1.13, alíneas "a" e "b", todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

10.3.1. As competências previstas nos itens 10.1.5 e 10.1.7 poderão ser delegadas por procuração para que as contas bancárias e a ordenação de despesas ocorram pela assinatura conjunta do Diretor Executivo e do Diretor Financeiro.

10.4. Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá praticar atos ad referendum do Presidente.

10.5. Compete ao Vice-Presidente do CIM-AMAI:

10.5.1. substituir e representar o Presidente em todas suas ausências e impedimentos;

10.5.2. assessorar o Presidente e exercer as funções que lhe forem delegadas;

10.5.3. assumir interinamente a Presidência do CIM-AMAI, no caso de vacância, quando esta ocorrer na segunda metade do mandato, exercendo-a até seu término;

10.5.4. convocar Assembleia Extraordinária em 15 (quinze) dias para eleição de novo Presidente do CIM-AMAI, no caso de a vacância ocorrer na primeira metade do mandato, quando o eleito presidirá o Consórcio até fim do mandato original, podendo, se reeleito, ser conduzido ao mandato seguinte.

10.6. Em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente será realizada a eleição para o seu preenchimento, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias.

- 10.6.1. Enquanto não realizada a eleição à Presidência e Vice-Presidência serão exercidas pelos Prefeitos mais idosos sucessivamente.
- 10.7. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembleia ordinária realizada entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira quinzena do mês de janeiro do ano subsequente, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras:
- 10.7.1. o Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal ou por aclamação, para mandato de um ano, com início no primeiro dia mês de fevereiro, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante reeleição;
- 10.7.2. será considerado eleito o candidato que obtiver a metade mais um dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados;
- 10.7.3. caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á, após quinze minutos de intervalo, segundo turno de eleição, sendo considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos;
- 10.7.4. O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembleia Geral.
- 10.8. Em Assembleia Geral especificamente convocada poderá ser destituído o Presidente do Consórcio, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos Consorciados:
- 10.8.1. apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta;
- 10.8.2. a votação da moção de censura será efetuada após facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente que se pretenda destituir. Admitir-se-á o voto secreto somente se a Assembleia Geral, por maioria simples dos votos, presente a maioria absoluta, assim decidir, caso contrário a votação será pública e nominal.
- 10.8.3. será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros em Assembleia Geral, em dia com suas obrigações operacionais e financeiras, presente a maioria absoluta dos entes consorciados;
- 10.8.4. caso aprovada a moção de censura em desfavor do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato;
- 10.8.5. na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias;
- 10.8.6. rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 (sessenta) dias seguintes, em relação ao mesmo fato.

CLÁUSULA 11 – DO CONSELHO FISCAL

- 11.1. O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador do Consórcio, responsável por exercer, além do disposto no Estatuto, o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do CIM-AMAI, manifestando-se na forma de parecer, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.
- 11.2. O Conselho Fiscal é composto por três membros, escolhidos pela Assembleia Geral dentre os Chefes dos Poderes Executivos.
- 11.2.1. Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembleia Geral, com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros do CIM-AMAI em dia com suas obrigações operacionais e financeiras, para o mandato de um ano, permitida a reeleição.
- 11.2.2. Ocorrendo empate considerar-se-á eleito o prefeito concorrente mais idoso.
- 11.2.3. A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática do mandato de membro do Conselho Fiscal, hipótese em que assumirá a função aquele que assumir a Chefia do Poder Executivo.
- 11.2.4. Poderão concorrer à eleição para o Conselho Fiscal, os prefeitos dos Municípios consorciados e em dia com suas obrigações, até 90 (noventa) dias antes da eleição, em chapas completas para os dois órgãos.
- 11.2.5. A eleição do Conselho Fiscal acontecerá nos entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira quinzena do mês de janeiro do ano subsequente, mediante votação por maioria absoluta de seus membros.
- 11.2.6. Os membros serão eleitos para mandato de um ano, com início no primeiro dia mês de fevereiro, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante reeleição
- 11.3. Sem prejuízo do previsto no Estatuto do Consórcio, incumbe ao Conselho Fiscal:
- 11.3.1. Reunir-se bimestralmente, na sede do consórcio, para fiscalizar a contabilidade do CIM-AMAI;
- 11.3.2. acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Diretor Executivo a contratação de auditorias ou, na omissão deste, diretamente à Assembleia Geral;
- 11.3.3. emitir parecer, sempre que requisitado pelo Presidente, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Diretor Executivo;
- 11.3.4. eleger entre seus pares o Presidente do Conselho Fiscal;
- 11.3.5. julgar, em segunda instância, recursos relativos à:
- a. homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b. impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c. aplicação de penalidades a funcionários do Consórcio.
- 11.4. As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral, excetuando-se as provenientes do item 11.3.5 deste protocolo.
- 11.5. Em caso de vacância dos cargos do Conselho Fiscal, será realizada a eleição para o seu preenchimento, no prazo de até 60 (sessenta) dias.
- 11.5.1. Enquanto não realizada a eleição os cargos serão exercidos pelos Prefeitos mais idosos sucessivamente.

CLÁUSULA 12 – DA DIRETORIA EXECUTIVA

- 12.1. A Diretoria Executiva é o órgão executivo do CIM-AMAI e será administrada por um Diretor Executivo escolhido pela Assembleia Geral, com prazo de gestão de quatro anos, sendo permitidas reconduções consecutivas;
- 12.1.1. O Diretor Executivo fará parte do Plano de Cargos, Empregos e Salários do CIM-AMAI e deverá obrigatoriamente ter formação superior, com no mínimo experiência no setor público de 2 (dois) anos, ser de ílibada conduta, não possuir condenação criminal transitada em julgado e não possuir filiação partidária.
- 12.1.2. O Diretor Executivo será escolhido pela Assembleia Geral na reunião ordinária realizada no mês de fevereiro do terceiro ano do mandato eletivo dos chefes dos poderes executivos constituintes da Assembleia Geral, tendo seu mandato início no dia 01 do mês subsequente

à sua escolha.

12.2. Compete ao Diretor Executivo:

12.2.1. promover a execução das atividades do CIM-AMAI;

12.2.2. propor alterações na Estrutura Administrativa e no Plano de Cargos, Empregos e Salários a serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral;

12.2.3. dar provimento aos empregos públicos – Anexo III, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo;

12.2.4. submeter à apreciação da Assembleia Geral do CIM-AMAI os Planos de Trabalho do CIM-AMAI e suas Câmaras Temáticas;

12.2.5. executar a gestão administrativa e financeira do CIM-AMAI dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, e observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;

12.2.6. designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do CIM-AMAI;

12.2.7. providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal;

12.2.8. providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal;

12.2.9. expedir certidões, declarações, passar recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matérias administrativas do CIM-AMAI;

12.2.10. propor à Assembleia Geral a requisição de servidores públicos para servir ao CIM-AMAI.

12.2.11. realizar as atividades de relações públicas do CIM-AMAI, constituindo o elo do Consórcio com a sociedade civil e os meios de comunicação, segundo diretrizes e supervisão do Presidente;

12.2.12. contratar, punir, dispensar ou exonerar empregados, inclusive os comissionados cuja competência não for exclusiva da Assembleia Geral, bem como praticar todos os atos relativos a gestão dos recursos humanos;

12.2.13. fornecer as informações necessárias para o cumprimento do § 4.º do art. 8.º da Lei Federal 11.107, às respectivas contabilidades dos Entes Associados.

12.2.14. representar o Presidente do CIM-AMAI perante os órgãos públicos Federais, Estaduais e Municipais, incluindo as Administrações Diretas e Indiretas, bem como ainda, representá-lo junto a instituições financeiras, cartórios de registros públicos de pessoas físicas, jurídicas, títulos e documentos e de imóveis, e demais outros órgãos para o fiel cumprimento de suas obrigações.

12.2.15. apresentar os assuntos relacionados à Estrutura Administrativa e Recursos Humanos a serem submetidos à aprovação da Assembleia Geral;

12.2.16. promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;

12.2.17. instaurar sindicâncias e processos disciplinares nos termos do Estatuto;

12.2.18. constituir comissão de licitações do Consórcio nos termos do Estatuto;

12.2.19. providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral e Conselho Fiscal;

12.2.20. participar, sem direito a voto, das reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, e coordenar a lavratura das atas em livros próprios, os quais deverão conter o registro cronológico de todas as reuniões realizadas, com indicação da data, local e hora, pauta, nome e cargo dos presentes, e todas as deliberações adotadas em cada reunião;

12.2.21. elaborar o Relatório de Atividades Anual;

12.2.22. submeter ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do CIM-AMAI a Prestação de Contas anual, o Relatório de Atividades e o Balanço Anual;

12.2.23. celebrar e assinar contratos com terceiros para a execução de ações e manutenção das atividades do consórcio.

12.3. Além das atribuições previstas no item 12.2 e no Estatuto Social, o Diretor Executivo poderá exercer, por delegação, atribuições de competência do Presidente do CIM-AMAI.

12.4 Assinar em conjunto com o contador a Prestação de Contas mensal e o Balanço Anual a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do CIM-AMAI;

12.5 Auxiliar a elaborar a Proposta Orçamentária Anual e o Plano de Negócios;

12.6 Acompanhar a programação dos compromissos financeiros a pagar e a receber do CIM-AMAI;

12.7 Supervisionar o fluxo de caixa, salários, orçamentos e investimentos;

12.8 Supervisionar a estrutura de capital do CIM-AMAI, determinando a melhor combinação de empréstimos, capital próprio e financiamento interno;

12.9 Manter registros financeiros precisos e informar sobre a situação financeira do CIM-AMAI;

12.10 Controlar e supervisionar relatórios financeiros mensais e anuais;

12.11 Apresentar e comunicar as informações financeiras a todas as partes interessadas, incluindo os órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA 13 – DA CRIAÇÃO DE CÂMARAS TEMÁTICAS

13.1. Para cumprir com suas múltiplas finalidades, poderão ser instituídas Câmaras Temáticas, de acordo com a necessidade do consórcio, sempre que aprovadas em Assembleia Geral, por maioria simples dos votos,

13.2 Para o desempenho das atribuições das Câmaras Temáticas fica a Assembleia Geral autorizada a determinar o provimento dos empregos públicos elencados no anexo III.

CLÁUSULA 14 – DO REGIME JURÍDICO FUNCIONAL

14.1. O regime jurídico funcional do CIM-AMAI é o celetista, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, de acordo com o art. 6º, § 2º, da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

14.2. Os empregos públicos serão providos mediante contratação celebrada após concurso público de provas ou de provas e títulos, e os cargos de confiança mediante livre nomeação e exoneração.

14.2.1. O edital de concurso para investidura nos empregos públicos, definirá a forma da posse, validade do concurso, exigências, cargo, atribuições, vencimento, tipo de prova (escrita, prática e prático-orais), podendo utilizar-se das três, bem como todos os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos, tanto para inscrição como para o eventual exercício do cargo.

14.3. As atribuições dos empregos e cargos comissionados, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, serão definidas no Estatuto do Consórcio ou no Contrato de Programa, conforme o caso.

14.4. Os agentes públicos incumbidos da gestão do Consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo Consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei ou com as disposições dos estatutos do consórcio.

14.5. Aos empregados públicos e aos ocupantes de cargos de provimento em comissão aplicam-se as vedações e exceções previstas na

Constituição Federal relativas ao acúmulo de empregos e cargos públicos.

14.6. Os empregados públicos não podem ser cedidos, inclusive para consorciados.

14.7. A dispensa de empregados públicos dependerá de motivação prévia e dar-se-á nos termos do Estatuto do Consórcio.

14.8. O Estatuto poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, as atribuições administrativas, hierarquia, avaliação de eficiência, lotação, jornada de trabalho e denominação dos cargos.

14.9. A participação na Presidência, na Vice-Presidência e no Conselho Fiscal, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral não será remunerada, vedado o recebimento de qualquer espécie remuneratória ou mesmo de indenização, sendo considerado trabalho público relevante

14.11. O Estatuto preverá as formas de concessão de vantagens a ser concedidas aos empregados públicos do CIM - AMAI, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

14.12. Para os servidores ou empregados públicos cedidos ao Consórcio pelos Municípios consorciados, ou os com eles conveniados, na forma e condições da legislação de cada um, bem como da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e deste instrumento, será observado o seguinte:

14.12.1. os servidores ou empregados públicos recebidos em cessão manterão a percepção de remuneração do ente cedente, permanecendo no seu regime jurídico e previdenciário originário;

14.13. Observado o orçamento anual do Consórcio, os vencimentos previstos para o quadro de pessoal serão revistos anualmente, sempre no mês de fevereiro, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

14.14. Somente poderão ocorrer contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nas seguintes hipóteses:

14.14.1. preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento por meio de concurso público;

14.14.2. assistência a situações de calamidade pública ou de situação declaradas emergenciais;

14.14.3. combate a surtos endêmicos;

14.14.4. Nos casos de licença e/ou afastamento do exercício do cargo.

14.14.5. para atender demandas de programas temporários e convênios;

14.14.6. realização de levantamentos cadastrais e socioeconômicos, declarados urgentes e inadiáveis;

14.14.7. implantação e execução de programas e ações do CIM-AMAI em fase inicial ou em período experimental por até dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos mediante justificativa de necessidade e relevante interesse público.

14.15. As contratações temporárias terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogadas até atingir o prazo máximo total de dois anos, vinculando-se os contratados a regime jurídico-administrativo especial, garantidos os direitos assegurados no § 3º do artigo 39 da Constituição Federal, ressalvado o disposto no item 18.14.7 deste protocolo.

14.16. O recrutamento do pessoal a ser contratado nas hipóteses previstas acima, com exceção dos subitens 18.14.2 e 18.14.3, dar-se-á mediante processo seletivo público simplificado, cujos critérios de seleção e requisitos da função serão estabelecidos em Edital.

14.17. Na contratação por tempo determinado a remuneração corresponderá a vencimento que não exceda o fixado para o nível inicial de carreira em cargo equivalente estabelecido pelo município sede do CIM-AMAI.

14.18. O Diretor Executivo poderá efetuar a contratação de estagiários nos termos da lei.

14.19. Os casos omissos serão decididos pelo Diretor Executivo, salvo se matéria de competência da Assembleia Geral.

14.20. O quadro de pessoal do Consórcio consta do Anexo III deste Protocolo de Intenções. Os cargos exercidos com jornada de trabalho inferior a 40 horas, poderão ter a carga horária aumentada ou diminuída por ato do Presidente do Consórcio.

CLÁUSULA 15 – DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

15.1. A execução das receitas e das despesas do CIM-AMAI obedecerá ao disposto nas normas de contabilidade aplicáveis à Administração Pública.

15.1.1. Constituem recursos financeiros do CIM-AMAI:

a) as contribuições mensais dos Municípios consorciados aprovadas pela Assembleia Geral, expressas em “Contrato de Rateio”, de acordo com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005;

b) a remuneração de outros serviços prestados pelo CIM-AMAI aos consorciados ou para terceiros;

c) as transferências voluntárias, os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

d) os saldos do exercício;

e) as doações e legados;

f) o produto de alienação de seus bens livres;

g) o produto de operações de crédito;

h) as premiações e rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

i) os créditos e ações;

j) as taxas e tarifas provenientes dos serviços prestados e os preços públicos decorrentes do uso de bens do Consórcio;

k) os valores decorrentes da emissão de documentos de cobrança e exercício de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrados ou, mediante autorização específica, pelo ente consorciado;

l) as receitas provenientes de imposto de renda em conformidade com as normas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil;

m) outros rendimentos que lhe caibam por disposição legal ou contratual ou por decisão judicial;

n) as receitas decorrentes de contribuição de melhorias, mediante previsão no contrato de programa e de rateio, vinculadas a programa desenvolvido pelo CIM-AMAI.

15.2. O saldo financeiro no final de cada exercício deverá ser redistribuído no exercício seguinte em forma de superávit financeiro fortalecendo as ações previstas ou complementando ações em andamento do exercício anterior incluídas no exercício seguinte.

15.3. Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

15.3.1. para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Protocolo de Intenções, devidamente especificados;

15.3.2. quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste;

15.3.3. na forma do respectivo Contrato de Rateio;

15.4. Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

15.5. O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

15.6. A contabilidade do Consórcio será realizada, sobretudo, de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000, ou as que vierem a substituí-las.

15.7. No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares:

15.7.1. anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

a) o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

b) a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

15.8. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000 o Consórcio fornecerá as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas nas contas dos entes consorciados, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

15.9. Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores – internet.

15.10. Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

CLÁUSULA 16 – DO PATRIMÔNIO

16.1. O patrimônio do CIM-AMAI será constituído:

16.1.1. pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título ou recebido por doações;

16.1.2. pelos bens e direitos que lhe forem transferidos por entidades públicas ou privadas.

16.2. A alienação dos bens imóveis que integram o patrimônio do CIM-AMAI será submetida à apreciação da Assembleia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos Municípios consorciados presentes na Assembleia Geral especialmente convocada para este fim.

CLÁUSULA 17 – DO REGIME JURÍDICO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

17.1. As contratações de bens, obras e serviços realizados pelo Consórcio observarão as normas gerais de licitações públicas, contratos públicos e demais leis que tratam da matéria.

17.1.1. O CIM-AMAI adotará a legislação federal, inclusive os Decretos expedidos pelo Poder Executivo Federal sobre licitações e contratos, salvo para o Sistema de Registro de Preços.

17.1.2. O CIM-AMAI adotará a regulamentação do Estado de Santa Catarina para processar o Sistema de Registro de Preços e, na sua ausência, a regulamentação federal.

17.2. As concessões e parcerias público-privadas observarão as normas gerais sobre o tema.

17.2.1. O CIM-AMAI adotará a legislação federal, inclusive os Decretos expedidos pelo Poder Executivo Federal, para regulamentar suas concessões de serviço público e as parcerias público-privadas.

17.2.2. O CIM-AMAI adotará o Decreto Federal nº 8.428, de 2 de abril de 2016, ou outro que venha a substituí-lo, como regulamento do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para realizar chamamento público para a apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

17.2.3. O Conselho Gestor de Concessões e Parcerias Público-Privadas do CIM-AMAI será disciplinado no Estatuto e aprovado em Assembleia Geral.

CLÁUSULA 18 – DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

18.1. Fica autorizada a gestão associada com o CIM-AMAI dos serviços públicos que constituem os objetivos previstos na Cláusula 4, bem como sua delegação ao Consórcio.

18.2. A delegação dos serviços públicos que constituem os objetivos previstos na Cláusula 4 ao Consórcio será formalizada mediante a celebração de Contrato de Programa, nos termos deste Protocolo de Intenções.

18.3. Fica o Consórcio autorizado a licitar e contratar concessão, permissão ou autorizar a prestação dos serviços públicos objeto de gestão associada ou de delegação de competência.

18.4. A instituição e cobrança de tarifas, preços públicos e taxas, bem como as metas de desempenho observarão, conforme a natureza do serviço e sem prejuízo daqueles definidos na correspondente lei de regência, os seguintes critérios:

a) definição de investimentos necessários e as correspondentes taxas de depreciação anual;

b) remuneração do custo de oportunidade, operacional, ambiental e administrativo;

c) tributos incidentes e encargos financeiros;

d) fundo de melhoramento, ampliação e modernização para melhoria do processo;

e) prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

f) ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

g) geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

h) inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos naturais;

i) recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

j) remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

k) estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, compatíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

l) incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

18.5. A revisão das tarifas, taxas e dos preços públicos compreenderá a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas ou taxas praticadas e poderá ser:

- 18.5.1. periódica, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado;
- 18.5.2. extraordinária, quando se verificar a ocorrência de fatos não previstos no contrato, fora do controle do prestador dos serviços, que alterem o seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 18.5.3. os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.
- 18.5. Os reajustes de tarifas e taxas de serviços públicos serão realizados observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

CLÁUSULA 19 – DO CONTRATO DE PROGRAMA

- 19.1. Ao Consórcio é permitido celebrar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou por meio de terceiros, sob sua gestão administrativa ou contratual.
- 19.2. Os contratos de programa serão firmados em conformidade com a Lei nº 11.107/2005 e com Decreto Federal nº 6.107/2007 e celebrados mediante dispensa de licitação, nos termos do Inciso XXVI do art. 24 da Lei nº 8.666/93.
- 19.3. Nos contratos de programas celebrados pelo consórcio é possível que se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários a continuidade dos serviços contratados.
- 19.4. São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público as que estabeleçam:
- 19.4.1. o objeto, a área e o prazo da delegação dos serviços públicos contratados, inclusive, com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais a continuidade dos serviços;
- 19.4.2. as condições da prestação de serviços;
- 19.4.3. os critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;
- 19.4.4. os direitos, garantias e obrigações do contratante e do prestador, inclusive os relacionados as previsíveis necessidades de futuras alterações e expansões dos serviços;
- 19.4.5. as penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita o prestador dos serviços, inclusive, quanto ao Consórcio Público, e sua forma de aplicação;
- 19.4.6. os casos de extinção;
- 19.4.7. os bens reversíveis;
- 19.4.8. a obrigatoriedade, a forma e a periodicidade da prestação de contas do Consórcio Público ou de outro prestador dos serviços, no que se refere à prestação dos serviços por gestão associada de serviço público;
- 19.4.9. a competência e a periodicidade da fiscalização dos serviços;
- 19.4.10. o foro competente para solução das controvérsias contratuais.
- 19.4.11: No caso do item '19.3' também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:
- i. os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;
- ii. as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;
- iii. o momento de transferência dos serviços e deveres relativos à sua continuidade;
- iv. a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;
- v. a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado; e
- vi. o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas de tarifas ou outras emergentes da prestação dos serviços.
- 19.5. O contrato de programa deverá:
- 19.5.1. atender à legislação de concessões e permissões de serviços públicos;
- 19.5.2. promover procedimentos que garantam a transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.
- 19.6. O Consórcio poderá celebrar Contrato de Programa com autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista integrante da administração indireta de um dos entes consorciados, dispensada a licitação pública nos termos do art. 24, inciso XXVI da Lei nº 8.666/1993.
- 19.7. O consórcio público pode realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA 20 – DO CONTRATO DE RATEIO

- 20.1. Os Municípios consorciados destinarão recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio, com previsão dos programas e projetos a serem desenvolvidos em cada área de atuação.
- 20.2. Os contratos de rateio serão firmados por cada ente consorciado com o CIM - AMAI, e terão por objeto a disciplina da entrega de recursos ao Consórcio, podendo este contrato ser cumulado com o Contrato de Programa.
- 20.3. O Contrato de Rateio será formalizado em cada exercício e o prazo de vigência será o da respectiva dotação orçamentária, exceto os contratos de rateio que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados em plano plurianual.
- 20.4. É vedada a aplicação de recursos entregues por meio de Contrato de Rateio para o atendimento de despesas genéricas.
- 20.5. Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no Contrato de Rateio.
- 20.6. Os contratos de rateio poderão incluir dotações que extrapolem o respectivo exercício financeiro, desde que tenham por objeto projetos integrantes de plano plurianual dos entes consorciados.
- 20.7. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, o consórcio público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA 21 – DA RETIRADA DE ENTE CONSORCIADO

- 21.1. Cada consorciado poderá se retirar a qualquer momento do CIM-AMAI, dependendo de ato formal da sua decisão com prazo nunca inferior a 60 (sessenta dias), sem prejuízo da liquidação das contribuições previstas no "Contrato de Rateio" e dos serviços a que tenha direito, até sua efetiva retirada.
- 21.2. O os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

- a) decisão unânime dos entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral;
 - b) expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;
 - c) reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.
- 21.3. A retirada não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o CIM-AMAI.
- 21.3.1. A retirada do ente consorciado deve ser precedida da apresentação de um plano de ação, a ser aprovado pela Assembleia Geral, para que as obrigações de longo prazo já constituídas não sejam prejudicadas.
- 21.4. Eventuais débitos do consorciado que se retira, caso não sejam quitados em até 90 (noventa) dias, serão inscritos em dívida ativa.

CLÁUSULA 22 – DA EXCLUSÃO DE ENTE CONSORCIADO

- 22.1. Será excluído do CIM-AMAI o consorciado que tenha deixado de incluir no Orçamento Municipal do ano em curso a dotação orçamentária definida e aprovada pela Assembleia Geral e que integra o “Contrato de Rateio”.
- 22.2. Em conformidade com o § 5º, do art. 8º da Lei 11.107/2005 c/c § 2º, do art. 26 do Decreto Federal 6.017/2007 antes de o município ser excluído, sofrerá suspensão por até 120 (cento e vinte) dias, para que possa se reabilitar a participar do consórcio, sob pena de sofrer a sanção prevista no caput deste artigo.
- 22.3. A exclusão dar-se-á no primeiro dia útil do início do ano fiscal que estiver o consorciado descoberto de dotação orçamentária.
- 22.4. Será igualmente excluído do CIM-AMAI o participante que deixar de efetuar o pagamento das parcelas mensais devidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias, após deliberação da Assembleia Geral.
- 22.4.1. A exclusão prevista neste item não exime o participante do pagamento de débitos decorrentes referente ao período em que permaneceu inadimplente e como ativo participante, devendo o CIM-AMAI proceder à execução dos direitos.
- 22.4.2. Eventuais débitos do consorciado excluído, caso não sejam quitados em até 90 (noventa) dias da data da exclusão, serão inscritos em dívida ativa.
- 22.5. O Estatuto poderá prever outras hipóteses de exclusão.
- 22.6. O Estatuto estabelecerá o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório:
- 22.6.1. a aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral;
- 22.6.2. nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria;
- 22.6.3. da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.
- 22.7. Eventuais débitos pendentes de ente consorciado excluído e não pagos no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de exclusão serão objeto de ação de execução que terá por título extrajudicial o Contrato de Rateio ou outro que houver sido descumprido.
- 22.8. A exclusão não prejudicará as obrigações já constituídas, entre o consorciado excluído e o Consórcio e/ou os demais consorciados.
- 22.8.1. Será apresentado um plano de ação pela Câmara Técnica responsável, elaborado em conjunto com a Diretoria Financeira, a ser aprovado pela Assembleia Geral e posteriormente submetido ao consorciado, para que as obrigações de longo prazo já constituídas não sejam prejudicadas.

CLÁUSULA 23 – DA ALTERAÇÃO

- 23.1. A alteração do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.

CLÁUSULA 24 – DA DISSOLUÇÃO

- 24.1. O CIM-AMAI somente será dissolvido por decisão da Assembleia Geral, em reunião extraordinária especialmente convocada para esse fim, pelo voto unânime dos prefeitos da totalidade dos Municípios consorciados.
- 24.2. Com a dissolução do consórcio, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio conforme previsão do §2º, do art. 29 do Decreto Federal 6.017/2007.
- 24.3. No caso de dissolução do consórcio, os bens próprios e recursos do CIMAMAI reverterão ao patrimônio dos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos na entidade, apurados conforme “Contrato de Rateio”.

CLÁUSULA 25 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. Ressalvadas as exceções expressamente previstas no presente Protocolo de Intenções, todas as demais deliberações serão tomadas pelo voto de maioria dos consorciados presentes.
- 25.1.1. Havendo consenso entre seus membros, com as exceções previstas no presente Protocolo de Intenções, as deliberações poderão ser efetivadas através de aclamação.
- 25.2. As suplementações orçamentárias por conta de aditivos ou transposição de dotações existentes ficarão a cargo do Diretor Executivo do consórcio mediante Resolução e de acordo com os limites estabelecidos pelas normas de contabilidade pública.
- 25.3. Os Municípios consorciados ao CIM-AMAI respondem solidariamente pelo Consórcio.
- 25.3.1. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, observado os contratos de Programa e de Rateio, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.
- 25.3.2. Os membros das Diretorias do CIM-AMAI não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome do Consórcio, mas assumirão as responsabilidades pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Protocolo de Intenções.
- 25.4. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de atendimento às normas de contabilização do CIM-AMAI.
- 25.4.1. No mês de fevereiro de cada ano deverão ser apresentados pelo Diretor Executivo ao Presidente do Conselho Fiscal e à Assembleia Geral, para deliberação, o Relatório de Atividades e o Balanço do Exercício anterior com o Parecer do Conselho Fiscal.
- 25.4.2. O Plano de Trabalho e o Orçamento das Receitas e Despesas deverão ser apresentados pelo Diretor Executivo à Assembleia Geral até o final do mês de julho do ano anterior ao da constituição das despesas.
- 25.5. O CIM-AMAI terá competência para representar o conjunto dos entes consorciados judicialmente e perante a administração direta ou

indireta de outros entes federados, organizações governamentais ou não-governamentais, nacionais ou estrangeiras, quando o objeto de interesse referir-se às suas finalidades, na forma do art. 4º, V, da Lei Federal nº 11.107/07.

25.6. As normas do presente Protocolo entrarão em vigor a partir da respectiva ratificação de cada ente consorciado, mediante aprovação de Lei específica.

25.7. Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções, fica eleito o foro da Comarca de Xanxerê/SC, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA 26 – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

26.1. No período compreendido entre o término do mandato do Presidente, do Vice presidente e dos membros do Conselho Fiscal, coincidente com o término do mandato dos prefeitos municipais e a data da eleição, o CIM-AMAI será administrado por uma diretoria provisória composta, respectivamente, pelos prefeitos sucessores daqueles que exerciam os cargos diretivos, ficando automaticamente empossados no cargo no dia em que assumirem a chefia do Poder Executivo Municipal.

26.1.1. Os membros do Conselho Fiscal da gestão anterior, caso convocados, ficam obrigados a apresentar os relatórios e documentos citados e dar as explicações devidas sobre seus atos.

26.2. O CIM-AMAI utilizará, em regime de cooperação, mediante termo de cooperação técnica, sem ônus para o Consórcio, a estrutura administrativa da Associação dos Municípios do Alto Irani – AMAI, e respectivo corpo técnico, enquanto não dispuser das condições financeira, operacional e estrutural mínima para efetivação de seu funcionamento como forma de garantir a execução de seus objetivos.

26.3. A Assembleia Geral de instalação do Consórcio será convocada pelo Presidente da AMAI, por designação ad hoc dos entes subscritores, no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir de sua constituição, na forma definida no presente instrumento.

26.3.1. A Assembleia Geral de Instalação será presidida pelo Prefeito Municipal mais idoso a ela presente, e, caso decline, pelo aprovado por aclamação.

26.3.2. Instalada a Assembleia, proceder-se-á eleição do Presidente e Vice-Presidente e dos membros do Conselho Fiscal, observadas as disposições do presente Protocolo de Intenções.

26.3.3. O mandato dos eleitos na Assembleia de instalação vigorará até o último dia do mês de fevereiro do ano subsequente.

26.4. Este Protocolo de Intenções será subscrito em uma única via pelos Prefeitos Municipais abaixo assinados, ficando aos cuidados da CIM AMAI até a constituição do Consórcio.

26.4.1. Para fins de ratificação do presente pelas Câmaras Municipais, este será reproduzido por meio de cópia eletrônica a servir de anexo aos respectivos Projetos de Leis.

27. O Presente de Intenções deverá ser publicado na imprensa oficial e, posteriormente, mediante lei, ser ratificado para a celebração do Contrato de Consórcio Público.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES em uma via, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Xanxerê, SC, 06 de maio de 2019.

WILAMIR DOMINGOS CAVASSINI Município de Abelardo Luz		RAFAEL CALZA Município de Bom Jesus
JURANDI DELL OSBEL Município de Entre Rios		GILBERTO ANGELO LAZZARI Município de Faxinal Dos Guedes
CLORI PEROSA Município de Ipuçu		NOELI JOSÉ DAL MAGRO Município de Lajeado Grande
ADILSON BARELLA Município de Marema		AMÉLIO REMOR JÚNIOR Município de Ouro Verde

ALCEU ALBERTO WRUBEL Município de Ponte Serrada		LEOMAR ROBERTO LISTONI Município de Passos Maia
SENHORA ELIÉZE COMACHIO Município De São Domingos		VOLMIR FELLIPE Município de Vargeão
AVELINO MENEGOLLA Município de Xanxerê		MUNICÍPIO DE XAXIM Senhor Lúcio Dagort

ANEXO I - GLOSSÁRIO

AREA DE ATUAÇÃO – delimitação territorial da atuação do CIM-AMAI, correspondente à somados territórios dos municípios consorciados.

CÂMARA TEMÁTICA – órgão técnico da estrutura organizacional, ocupado por especialista no tema, cujo objetivo é estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do órgão colegiado, bem como coordenar as ações, inclusive o contrato de programa, do tema de sua responsabilidade.

CONCESSÃO - a delegação da prestação de serviços públicos precedida ou não de obra, feita pelo CIM-AMAI, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado, nos termos da Lei federal nº 8.987/95.

CONTRATO DE GESTÃO: instrumento firmado entre a administração pública e autarquia ou fundação qualificada como Agência Executiva, na forma do art. 51 da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, por meio do qual se estabelecem objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento.

CONTRATO DE PROGRAMA: instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa.

CONTRATO DE RATEIO: contrato por meio do qual os entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público.

FISCALIZAÇÃO: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público.

GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS: exercício das atividades de planejamento, regulação ou fiscalização de serviços públicos por meio de consórcio público ou de convênio de cooperação entre entes federados, acompanhadas ou não da prestação de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA - contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, sendo a (i) concessão patrocinada a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado; e a (ii) concessão administrativa o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

PLANEJAMENTO: as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO EM REGIME DE GESTÃO ASSOCIADA: execução, por meio de cooperação federativa, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela regulação ou pelo contrato de programa, inclusive quando operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

RATIFICAÇÃO: aprovação pelo Município, mediante lei, do protocolo de intenções ou do ato de retirada do consórcio público.

REGULAÇÃO: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos.

RESERVA: ato pelo qual o Município não ratifica, ou condiciona a ratificação, de determinado dispositivo de protocolo de intenções.

RETIRADA: saída do Município do consórcio público, por ato formal de sua vontade.

SERVIÇO PÚBLICO: atividade ou comodidade material fruível diretamente pelo usuário, que possa ser remunerado por meio de taxa ou preço público, inclusive tarifa.

TERMO DE PARCERIA: instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

TITULAR DE SERVIÇO PÚBLICO: ente da Federação a quem compete prover o serviço público, especialmente por meio de planejamento, regulação, fiscalização e prestação direta ou indireta.

ANEXO II – ORGANOGRAMA

ANEXO III – QUADRO DE EMPREGOS E SALÁRIOS

Diretoria Executiva – Diex						
Cargo	Código	Vagas	Salários	Jornada	Provimento	Nível de Escolaridade
Diretor Executivo	DIEX-DIRE	01	R\$ 3.800,00	20h	Em comissão	Superior
Advogado	DIEX-TEC1	01	R\$ 2.300,00	10h	Em comissão	Superior
Contador	DIEX-TEC2	01	R\$ 2.100,00	10h	Em comissão	Superior
Técnico Nível 1	DIEX – TCT1	05	R\$ 2.000,00	20h	Emprego Público	Superior

AMESC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 010/2019

Publicação Nº 2139088

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 010/2019

O Presidente da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), Prefeito de Maracajá, Arlindo Rocha, convoca os Senhores Prefeitos, na forma do art. 11, §2º do Estatuto, para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se na sala de reuniões da AMESC, Avenida XV de Novembro, 911, Centro Cívico, Araranguá - SC, com início impreterivelmente às 8h30min (oito horas e trinta minutos) do dia 30 de agosto de 2019 (sexta-feira), tendo a seguinte ordem do dia:

a) Discussão e deliberação de cessão de uso de uma sala, até 31 de dezembro de 2020, pela Agência Regional do Trabalho e Emprego em Araranguá/SC – Superintendência Regional do Trabalho no Estado de Santa Catarina – Ministério da Economia.

Araranguá (SC), 28 de agosto de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito de Maracajá

Presidente da AMESC

AMREC

ATA DE FUNDAÇÃO CIM-AMREC 19 08 2019 RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2138933

ATA RETIFICAÇÃO DA ATA DE FUNDAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC – CIM-AMREC, EM 19 DE AGOSTO DE 2019. Aos dezoito dias do mês de agosto de 2019, às 09h00, reuniram-se na sede do CIM-AMREC, localizada na Avenida Santos Dumont, n. 855, bairro Pinheirinho, Criciúma/SC, CEP 88804-490, os representantes dos municípios que ratificaram o Protocolo de Intenções celebrado em 03 de julho de 2019, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: retificação da Ata da Assembleia Geral para Fundação do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC – CIM-AMREC, realizada no dia 12 de agosto de 2019. Iniciando o assunto da pauta, o Presidente Hélio Roberto Cesa abre a reunião agradecendo a participação dos presentes e em seguida apresenta a proposta de retificação na ata, justificando tal necessidade em razão da não inclusão na Ata da Assembleia realizada no dia 12 de agosto de 2019 da deliberação acerca da aprovação do Estatuto Social do CIM-AMREC. Após a leitura da proposta, o Presidente colocou a matéria em discussão a fim de que se manifestassem os interessados. Com a decorrência do tempo necessário e como os presentes não

desejaram fazer uso da palavra no tocante ao assunto em tela, submeteu-se a mesma à votação, tendo sido aprovada, sem restrições, por unanimidade. Sendo assim, foi retificada a Ata da Assembleia Geral para Fundação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC – CIM-AMREC, onde a nova redação passa a valer: “Aos doze dias do mês de agosto de 2019, às dezesseis horas, os prefeitos que integram a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) se reuniram no Plenarinho da sede da entidade, com o intuito de eleger e dar posse aos Conselho de Administração e Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC (CIM-AMREC). Participaram da Assembleia Geral o presidente da AMREC e prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro; de Forquilha, Dimas Kammer; de Balneário Rincão, Jairo Celoy Custódio; de Cocal do Sul, Ademir Magagnin, de Siderópolis, Hélio Roberto Cesa; de Içara, Murialdo Canto Gastaldon; de Lauro Muller, Valdir Fontanella; de Morro da Fumaça, Agenor Coral; de Nova Veneza, Rogério José Frigo; de Orleans, Jorge Luiz Koch e de Treviso, Jaimir Comin. Também estavam presentes, Giovanni Dagostin Marchi, Assessor Jurídico da AMREC; Jacimar Alexandre Torres, consultor contábil da AMREC e Vanderlei Alexandre, Diretor Executivo da AMREC. Para presidir os trabalhos, foi indicado, por aclamação, o presidente da AMREC, Sr. Clésio Salvaro que escolheu a mim, Hélio Roberto Cesa, Prefeito do Município de Siderópolis, para secretariá-lo. O Sr. Presidente abriu a reunião, agradecendo a presença de todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos, funcionários da entidade e da imprensa em geral. Em seguida, o Presidente apresentou a pauta de reunião, contendo os seguintes assuntos: (i) constituição do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC – CIM-AMREC; (ii) apresentação e votação do Estatuto do CIM-AMREC; e (iii) eleição e posse do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para o exercício 2019. Passando ao “item i” da ordem do dia, o Presidente informou que 8 (oito) municípios haviam ratificados por Lei o Protocolo de Intenções, sendo eles Criciúma, Siderópolis, Nova Veneza, Treviso, Orleans, Forquilha, Balneário Rincão e Lauro Muller, restando preenchido, portanto, o requisito disposto na Cláusula 2ª do Protocolo de Intenções. Ato contínuo, o Sr. Presidente declarou constituído e fundado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC – CIM-AMREC. Na sequência, o Sr. Presidente distribuiu aos presentes cópias do Estatuto Social a ser discutido, já de conhecimento geral, o qual, após ser integralmente lido e debatido, restou aprovado, por unanimidade, e segue anexo, como parte inseparável da presente ata, para todos os fins de direito. Em ato contínuo, o Sr. Presidente deu início ao processo eletivo, visando compor os cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do CIM-AMREC. Após breve discussão, passaram à votação que acusou o seguinte resultado: Conselho de administração, Presidente: Hélio Roberto Cesa - CPF 415.499.109-49 Prefeito de Siderópolis; Vice-Presidente: Rogério José Frigo, CPF:417.227.879-53 - Prefeito de Nova Veneza; Conselheiro: Jairo Celoy Custódio, CPF: 582.405.869-53 – Prefeito de Balneário Rincão; Conselheiro: Clésio Salvaro - CPF:530.959.019-68, Prefeito de Criciúma; Conselheiro: Dimas Kammer, CPF: 500.962.909-78 – Prefeito de Forquilha. Conselho Fiscal: Membro: Valdir Fontanella, CPF: 341.394.009-00 – Prefeito de Lauro Muller, Membro: Jorge Luiz Koch, CPF: 342.332.539-91 - Prefeito de Orleans; Membro: Jaimir Comin, CPF: 513.694.869-87, Prefeito de Treviso. A coordenação do Conselho Fiscal ficou a cargo do Prefeito de Orleans, Jorge Luiz Koch. O Sr. Presidente, após apurados os eleitos, deu-lhes imediata posse, para as suas funções e atribuições que se iniciam nesta data. Em seguida, o Presidente propôs e teve aprovação por unanimidade para a realização de Termo de Cooperação com a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) para a operacionalização do Consórcio. Na sequência, foi designado o Senhor Vanderlei Alexandre, CPF 705.686.189-04, para desempenhar as funções inerentes ao cargo de Diretor Executivo do CIM-AMREC, a qual ocorrerá sem ônus para o consórcio. Para a realização dos processos licitatórios teve aprovação de todos à realização de Termo de Cooperação com município de Criciúma, também sem ônus para o consórcio. Os serviços que serão desenvolvidos pelo CIM-AMREC que venham a necessitar de apoio técnico de servidores dos municípios também obtiveram autorização mediante a realização de Termo de Colaboração. Nada mais foi tratado, encerrando-se a presente Assembleia, e eu, Jacimar Alexandre Torres, lavrei a presente ata.”

Hélio Roberto Cesa CPF 415.499.109-49 Prefeito de Siderópolis Presidente do CIM-AMREC	Rogério José Frigo 417.227.879-53 Prefeito de Nova Veneza Vice-Presidente do CIM-AMREC
Jairo Celoy Custodio CPF 582.405.869-53 Prefeito de Balneário Rincão Conselho de Administração	Clésio Salvaro CPF 530.959.019-68 Prefeito de Criciúma Conselho de Administração
Dimas Kammer CPF 500.962.909-78 Prefeito de Forquilha Conselho de Administração	Valdir Fontanella CPF 341.394.009-00 Prefeito de Lauro Muller Conselho Fiscal
Jorge Luiz Koch CPF 342.332.539-91 Prefeito de Orleans Conselho Fiscal	Jaimir Comin CPF 513.694.869-87 Prefeito de Treviso Conselho Fiscal

Ademir Magagnin CPF 343.081.649-15 Prefeito de Cocal do Sul	Murialdo Canto Gastaldon CPF 564.881.739-87 Prefeito de Içara
Agenor Coral 590.026.389-49 Prefeito de Morro da Fumaça	Vanderlei Alexandre CPF 705.686.189-04 Diretor Executivo
Giovanni Dagostin Marchi Advogado-OAB/SC 13.844	Jacimar Alexandre Torres CRC/SC 16.971 Consultor Contábil

ESTATUTO DO CONSÓRCIO MULTIFINALITÁRIO_2019

Publicação Nº 2138937

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA AMREC
CIM – AMREC

ESTATUTO SOCIAL

Agosto de 2019.

E S T A T U T O S O C I A L

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA E CONSTITUIÇÃO

Art. 1º O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da AMREC, com denominação de fantasia e doravante chamado CIM-AMREC, constitui-se sob a forma de associação pública de direito público, integrando a administração indireta de todos os entes consorciados.

Parágrafo único. O CIM-AMREC será constituído pelos municípios que ratificaram ou que vierem a ratificar o Protocolo de Intenções.

CAPÍTULO II

DA SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 2º O CIM-AMREC terá sede na Avenida Santos Dumont, nº 855, bairro Pinheirinho, CEP 88804-490, na cidade de Criciúma-SC.

Parágrafo único. A Assembleia Geral poderá deliberar pela mudança da sede, desde que venha a se estabelecer dentro da área de atuação do consórcio

Art. 3º A área de atuação do consórcio será formada pelos territórios dos municípios que o integram, constituindo-se numa unidade territorial sem limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe.

Art. 4º O CIM-AMREC terá duração indeterminada.

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 5º Constituem direitos dos consorciados:

- I - participar ativamente das sessões da Assembleia Geral e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados, através de proposições, debates e deliberações através do voto, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;
- II - exigir dos demais consorciados e do próprio CIM-AMREC o pleno cumprimento das regras estipuladas no Contrato de Consórcio, no seu Estatuto, Contratos de Programa e Contratos de Rateio, desde que adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras;
- III - operar compensação de pagamentos de salários a servidor cedido ao CIM-AMREC, quando for o caso, com as obrigações previstas no Contrato de Rateio;
- IV - votar e ser votado para os cargos da Presidência, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- V - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do CIM-AMREC.

Art. 6º Quando adimplente com suas obrigações, qualquer ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das disposições previstas neste Estatuto ou no Contrato de Consórcio.

Art. 7º Constituem deveres dos consorciados:

- I - cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no Contrato de Rateio;
- II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações para com o CIM-AMREC, em especial

ao que determina o Contrato de Programa e o Contrato de Rateio;

- III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do CIM-AMREC, bem como contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados ecolaboradores;
- IV - participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do CIM-AMREC, através de proposições, debates e deliberações através do voto, sempre que convocados;
- V - cumprir com suas obrigações operacionais e financeiras assumidas com o CIM-AMREC, sob pena de suspensão e posterior exclusão na forma do Contrato de Consórcio;
- VI - ceder, se necessário, servidores para o CIM-AMREC na forma do Contrato de Consórcio;
- VII - incluir, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, dotações suficientes para suportar as despesas que, nos termos do orçamento do CIM-AMREC, devam ser assumidas por meio de Contrato de Rateio e Contrato de Programa, conforme for o caso;
- VIII - compartilhar recursos e pessoal para a execução de serviços, programas, projetos, atividades e ações no âmbito do CIM-AMREC, nos termos de Contrato de Programa.

CAPÍTULO IV

DOS CRITÉRIOS DE REPRESENTAÇÃO

Art. 8º O CIM-AMREC poderá representar seus integrantes perante a União, os Estados e outros Municípios, bem como seus respectivos órgãos da administração direta e indireta, para tratar de assuntos relacionados com seu objetivo e suas finalidades previstas no Contrato de Consórcio, com poderes amplos e irrestritos, nas seguintes ocasiões:

- I – firmar protocolo de intenções;
- II – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas;
- III – prestar contas relacionadas com os contratos, termos, ajustes e convênios firmados;
- IV – outras situações de interesse comum dos consorciados, desde que devidamente autorizados pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO V

DO OBJETIVO GERAL E DAS FINALIDADES

Art. 9º O CIM-AMREC tem por objetivos a união dos municípios para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal integradas, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

§ 1º São finalidades do CIM-AMREC:

- I - proporcionar assessoramento na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com os setores administrativos, sociais, institucionais e de infraestrutura, notadamente: seleção e gestão de pessoal, educação, saúde, esportes, cultura, trabalho e ação social, habitação, indústria, comércio, turismo, abastecimento, saneamento básico, mobilidade urbana, transporte, comunicação e segurança;
- II - realizar licitação compartilhada cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados;
- III - realizar ações compartilhadas ou cooperadas de defesa civil seja de capacitação de técnicos, elaboração de planos de ação de prevenção e ou de resposta a desastres;
- IV - realizar ações compartilhadas de exploração de minerais para fins de execução e recuperação de obras e serviços públicos;
- V - disponibilizar assessoria técnica na área de engenharia de minas e geologia, visando o desenvolvimento de atividades de mineração como forma de suprimir as necessidades de matérias-primas para a realização de obras civis, como a construção de pontes, construções e manutenções de estradas entre outros, assim como promover melhorias nas condições de bem estar econômico e social e à segurança da população dos municípios;
- VI - elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública;
- VII - proporcionar infraestrutura e desenvolvimento da região, buscando a realização de serviços regionalizados nas mais diversas áreas de atuação;
- VIII - auxiliar e orientar na formação de cursos e treinamentos aos servidores municipais;
- IX - integração em níveis executivos das diversas ações relacionadas com o meio ambiente e desenvolvimento de ações conjuntas de vigilância sanitária, epidemiológica e infraestrutura;
- X - promoção de estudos, projetos e serviços técnicos de engenharia, arquitetura, topografia e correlatos;
- XI - promoção de estudos e serviços de assessoria administrativa, jurídica e contábil;
- XII - aquisição e administração de bens e serviços para compartilhamento;
- XIII - criar mecanismos de controle, acompanhamento e avaliação de serviços prestados pelos entes consorciados ou pelo Consórcio à população;
- XIV - proporcionar definição de políticas regionalizadas de incentivos fiscais;
- XV - prestação de serviços públicos em regime de gestão associada;
- XVI - gerenciar, planejar, regular, fiscalizar e executar serviços de transporte escolar e coletivo, de construção, conservação e manutenção de vias públicas municipais e de obras públicas;
- XVII - a prestação de serviços, inclusive de assistência técnica, execução de obras, realização de concurso público, e o fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados;
- XVIII - o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;
- XIX - a produção de informações ou de estudos técnicos;
- XX - a instituição e o funcionamento de escolas de governo ou de estabelecimentos congêneres;
- XX - a promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção do meio-ambiente;
- XXI - o exercício de funções no sistema de gerenciamento de recursos hídricos que lhe tenham sido delegadas ou autorizadas;
- XXII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados;

- XXIII - a gestão e a proteção de patrimônio urbanístico, paisagístico ou turístico comum;
- XXIV - o fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano, rural e agrário;
- XXV - as ações e políticas de desenvolvimento urbano, sócio-econômico local e regional;
- XXVI - o exercício de competências pertencentes aos Municípios consorciados, nos termos de autorização ou delegação;
- XXVII - o estabelecimento de relações cooperativas com outros consórcios através do Colegiado de Consórcios Públicos da Federação Catarinense de Municípios – FECAM e de outros fóruns do gênero que por ventura venham surgir;
- XXVIII - delegação do poder de polícia administrativa dos Municípios, dentro das áreas específicas da administração pública, mediante determinação expressa do Chefe do Executivo do ente consorciado, que especificará as atribuições, as condições e o prazo da delegação mediante Decreto;
- XXIX - prestar aos municípios consorciados serviços de planejamento, infraestrutura, construção e conservação do sistema viário urbano e rural, no âmbito territorial dos Municípios que o compõem;
- XXX - desenvolver serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados, de acordo com programas de trabalho aprovados em Conselho de Prefeitos;
- XXXI - estruturação em âmbito regional de equipamentos, máquinas e instalações para pavimentação asfáltica - usinas de asfalto, usina de pré-misturado a frio, britador para fornecimento de brita, equipe de execução com pessoal treinado, caminhões, máquinas, rolos compressores etc.;
- XXXII - a prestação direta ou indireta e integrada de serviços e obras de pavimentação de vias urbanas, por diferentes processos – pavimentação asfáltica, elementos pré-moldados de concreto ou outros, serviços de tapa-buracos da pavimentação, recapeamento de vias, execução meio-fio e sarjeta, seixos rolados, britas e etc.; redes de drenagem (galerias pluviais) e outras; contenção de erosão e de assoreamento dos recursos hídricos em áreas urbanas e rurais; perenização de vias de escoamento da produção agrícola e otimizar a malha viária dos Municípios integrantes do Consórcio;
- XXXIII - apoiar as estruturas municipais de manutenção de pavimentação com capacidade de treinamento, controle de qualidade, manutenção de máquinas e veículos etc.;
- XXXIV - viabilizar os serviços de inspeção animal de acordo com os princípios e definições da sanidade agropecuária, nos municípios consorciados, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, incluindo, mas não se limitando a:
- assegurar a prestação de serviços de inspeção animal e vegetal, para a população e empresas em território dos municípios consorciados e que aderirem ao SUASA, assegurando um sistema eficiente e eficaz;
 - gerenciar os recursos técnicos e financeiros conforme pactuados em contrato de rateio, prestando serviço de acordo com os parâmetros aceitos pela Secretaria de Estado da Agricultura e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA princípios, diretrizes e normas que regulam o SUASA;
 - criar instrumento de vigilância e defesa sanitária animal e vegetal, com a respectiva inspeção e classificação de produtos destas origens, bem como de seus subprodutos e resíduos de valor econômico, mantendo controle, avaliação e acompanhamento dos serviços prestados às empresas cadastradas e aos municípios consorciados;
 - fiscalizar os insumos e os serviços usados nas atividades agropecuárias;
 - realizar estudos de caráter permanente sobre as condições sanitárias, animal e vegetal, da região oferecendo alternativas de ações que melhorem tais condições;
 - viabilizar ações conjuntas na área da produção, compra e venda de materiais e outros insumos;
 - adequar o controle oficial em toda a cadeia produtiva animal e vegetal;
 - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços de sanidade animal e vegetal nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento de inspeção e de auxílio a diagnóstico para a correta aplicação das normas do SUASA;
 - nos assuntos atinentes às finalidades do Consórcio e/ou de interesse comum, representar os municípios que o integram, perante quaisquer autoridades ou instituições;
 - prestar assessoria e treinamento aos técnicos dos municípios consorciados, na implantação de programas e medidas destinadas à inspeção e controles oficiais do SUASA;
 - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios que venham a ser criados e que por sua localização, no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;
 - viabilizar a existência de infraestrutura de serviços de inspeção de produtos de origem animal e vegetal na área territorial do consórcio;
 - notificar às autoridades competentes, dos eventos relativos à sanidade agropecuária;
 - fomentar o fortalecimento das agroindústrias existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;
 - implantar, contratar ou conveniar serviços de laboratório.
- XXXV - representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de governo e quaisquer entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, incluindo, mas não se limitando a:
- assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar aos cidadãos dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS, de maneira eficiente e eficaz;
 - fomentar o estabelecimento de novas especialidades de saúde nos municípios consorciados e a manutenção das existentes;
 - estimular a integração das diversas instituições públicas e privadas para melhor operacionalização das atividades de saúde;
 - criar instrumentos de controle, acompanhamento e avaliação dos serviços de saúde prestados à população;
 - planejar, adotar e executar programas e medidas destinados à promoção da saúde dos habitantes dos municípios consorciados, em especial apoiar serviços e campanhas do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde;
 - desenvolver e executar serviços e atividades de interesse dos municípios consorciados de acordo com os projetos e programas de trabalho aprovados pelo CIM-AMREC;
 - realizar ações conjuntas de vigilância em saúde, em especial a vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e saúde do trabalhador;
 - elaborar estudos acerca das condições epidemiológicas da região, oferecendo alternativas de ações conjuntas e de monitoramento;
 - realizar compras compartilhadas de materiais, medicamentos e outros insumos da área da saúde;
 - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a uniformidade de atendimento médico e a utilização adequada dos serviços oferecidos por meio do consórcio;
 - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios

consorciados;

I) estabelecer relações de parceria com outros consórcios públicos de saúde que, por sua localização no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas.

XXXVI - outras atividades correlatas.

§ 2º Para cumprir as suas finalidades o CIM-AMREC poderá:

I - adquirir ou receber em doação ou cessão de uso bens e direitos relevantes ao exercício de suas atribuições;

II - firmar convênios, contratos, acordos, e receber doações, auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades e órgãos governamentais ou da iniciativa privada;

III - prestar a seus consorciados os serviços previstos neste artigo, de maneira direta ou mediante terceirização;

IV - realizar licitações em nome dos municípios consorciados das quais decorrerão contratos firmados por cada um deles;

V - efetuar licitação pública para contratação de serviços e bens a serem empregados na prestação de serviços aos municípios consorciados;

VI - contratar e ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes consorciados, dispensada a licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93;

VII - prestar serviços a instituições privadas, mediante cobrança de preços públicos, desde que, comprovadamente, a prestação de tais serviços não afete a execução das atividades precípua do consórcio.

CAPÍTULO VI

DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 10. Os Municípios autorizam a gestão associada de serviços públicos nos termos do inciso XI, do artigo 4º da Lei Federal nº 11.107/2005, abrangendo o território daqueles que efetivamente se consorciarem.

Parágrafo único. Para a consecução da gestão associada, os Municípios delegam ao consórcio o exercício das competências que ensejem o cumprimento dos objetivos e finalidades do consórcio.

Art. 11. Para o cumprimento de suas finalidades deverá o CIM-AMREC realizar, obrigatoriamente, licitações para as obras, serviços, compras e alienações, na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas legais atinentes à espécie, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade permitidos por essas normas.

§ 1º Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

§ 2º Sob pena de nulidade do contrato e de responsabilidade de quem deu causa à contratação, as licitações observarão estritamente os procedimentos estabelecidos na legislação federal respectiva, sendo instauradas pelo Presidente.

§ 3º Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

§ 4º Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo consórcio.

§ 5º O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos sobre a execução do contrato.

Art. 12. O CIM-AMREC poderá aprovar e cobrar tarifas dos serviços pertinentes as suas finalidades, observados os seguintes critérios:

I - elaboração de planilha detalhada mediante cálculo dos componentes de custo de cada serviço, inclusive de cobrança do mesmo, usando as metodologias e técnicas de apuração de custos praticados no mercado;

II - submeter a análise e aprovação da Assembleia Geral.

Parágrafo único. As tarifas previstas neste artigo poderão ser atualizadas anualmente, mediante revisão do custeio e dos cálculos e aplicação do índice de atualização anual do INPC ou outro índice que vier a substituí-lo, após prévia aprovação da Assembleia Geral.

Art. 13. O consórcio fica autorizado a emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de bens públicos por ele administrados.

Art. 14. O consórcio fica autorizado a ser contratado pela administração direta e indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Art. 15. O patrimônio do consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Parágrafo único. Os bens do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e somente serão alienados por apreciação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII

DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 16. Ao CIM-AMREC é permitido firmar Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º O consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as autarquias, fundações e demais órgãos da administração indireta dos entes consorciados.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não prejudica que nos contratos de programa celebrados pelo consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

§ 3º São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo consórcio público, observando-se necessariamente a legislação em vigor, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais a continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares;

IV - os direitos, garantias e obrigações do titular e do consórcio, inclusive os relacionados as previsíveis necessidades de futura

- alteração e expansão dos serviços e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;
- V - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;
- VI - as penalidades e sua forma de aplicação;
- VII - os casos de extinção;
- VIII - os bens reversíveis;
- IX - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;
- X - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do consórcio ao titular dos serviços;
- XI - a periodicidade em que o consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;
- XII - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais;
- XIII - demais cláusulas previstas na Lei nº 11.107/2005 e seu regulamento.

§ 4º No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

- I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;
- II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;
- III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;
- IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;
- V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;
- VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 5º Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

§ 6º Nas operações de crédito contratadas pelo consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 7º Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 8º A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo consórcio, por razões de economia.

§ 9º O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

- I - o titular se retirar do consórcio ou da gestão associada;
- II - extinção do consórcio.

§ 10. Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao município contratante obedecer fielmente às condições e procedimentos previstos em lei.

§ 11. No caso de desempenho de serviços públicos pelo consórcio, a regulação e fiscalização não poderá ser exercida por ele mesmo.

CAPÍTULO VIII

DO CONTRATO DE RATEIO

Art. 17. O CIM-AMREC, elaborará e firmará com os entes consorciados contrato de rateio, como forma de garantir a transparência da gestão econômica e financeira, bem como assegurar a execução dos serviços.

Parágrafo único. São cláusulas obrigatórias do contrato de rateio:

- I - a qualificação do consórcio e do ente consorciado;
- II - o objeto e a finalidade do rateio;
- III - a previsão de forma discriminada e detalhada das despesas de custeio de cada serviço, vedada a inclusão de despesas genéricas;
- IV - a forma, as condições e a data de desembolso de cada parcela do custeio pelo Ente consorciado;
- V - as penalidades pelo descumprimento do contrato de rateio pelas partes;
- VI - a vigência do contrato de rateio, que deverá coincidir com o exercício financeiro do consorciado, com exceção dos contratos que tenham por objeto exclusivamente projetos consistentes em programas e ações contemplados no plano plurianual ou a gestão associada de serviços públicos custeados por tarifas ou outros preços públicos;
- VII - a indicação das dotações orçamentárias do ente consorciado que garante o cumprimento do contrato de rateio;
- VIII - o direito e obrigações das partes;
- IX - a garantia do direito do exercício de fiscalização da execução do contrato de rateio pelas partes, pelos entes consorciados pelos órgãos de controle interno e externo e pela sociedade civil;
- X - o direito do consórcio e dos entes consorciados, isolados ou conjuntamente, como partes legítimas, de exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio;
- XI - demais condições previstas na Lei Federal nº 11.107/2005 e no Decreto nº 6.017/2007.

CAPÍTULO IX

DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Art. 18. O consórcio poderá ser contratado por ente consorciado ou por entidade que integre a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei nº 11.107/05.

Parágrafo único. Preferencialmente, deverá ser celebrado contrato de prestação de serviços sempre que o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

CAPÍTULO X

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

Art. 19. O CIM-AMREC será organizado por Contrato de Consórcio Público, decorrente da homologação, por Lei, pelo Contrato de Consórcio Público, pelo Estatuto do Consórcio e Regimento Interno.

Parágrafo único. O CIM-AMREC regulamentará em Regimento Interno, aprovado em Assembleia Geral, as demais situações não previstas no Contrato de Consórcio Público e Estatuto do Consórcio.

CAPÍTULO XI DOS ÓRGÃOS

Art. 20. O CIM-AMREC é constituído pelos seguintes órgãos:

I - Nível de Gerência;

- a) Assembleia Geral;
- b) Presidência;
- c) Conselho de Administração;
- d) Conselho Fiscal.

II - Nível de Gerência:

- a) Diretoria Executiva;

III - Nível de Execução Programática:

- a) Departamentos Setoriais e Gerências.

CAPÍTULO XII DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 21. A Assembleia Geral é a instância deliberativa máxima do CIM-AMREC, sendo constituída, exclusivamente, pelos Chefes dos Poderes Executivos dos entes consorciados, sendo que os respectivos suplentes serão, obrigatoriamente, seus substitutos legais, nos termos das respectivas Leis Orgânicas.

§ 1º Os vice-prefeitos poderão participar de todas as reuniões da Assembleia Geral como ouvintes.

§ 2º Ninguém poderá representar dois entes consorciados na mesma Assembleia Geral.

§ 3º Cada ente consorciado possuirá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, votando os suplentes apenas na ausência ou impedimento do respectivo titular:

I - o voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidades a ente consorciado e na aprovação de moção decensura;

II - o Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas para desempatar, não tendo direito a voto nas deliberações referentes à prestação de contas e outros atos de sua responsabilidade.

§ 4º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, três vezes por ano, cujas datas poderão ser definidas no Estatuto do Consórcio, para examinar e deliberar sobre matérias de sua competência e, extraordinariamente, quando convocada, sempre que possível coincidindo com as Assembleias da Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, na forma deste instrumento e do Estatuto.

§ 5º A forma de convocação das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias será definida no Estatuto.

§ 6º Compete à Assembleia Geral:

I - eleger e destituir o Presidente, o Vice-Presidente, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

II - aprovar o Estatuto do Consórcio e suas alterações;

III - deliberar sobre a suspensão e exclusão de ente consorciado;

IV - deliberar sobre o ingresso no Consórcio de ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

V - homologar o ingresso no Consórcio de ente federativo que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após 2 (dois) anos de sua subscrição;

VI - aprovar:

a) Plano Plurianual de Investimentos, até o final da segunda quinzena de julho do exercício em que se iniciar o mandato dos representantes legais dos entes consorciados;

b) Diretrizes Orçamentárias do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de setembro do exercício em curso;

c) Orçamento Anual do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de outubro do exercício em curso, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contrato de Rateio;

d) a fixação do valor e a forma de rateio entre os entes das despesas para o exercício seguinte, tomando por base a referida peça orçamentária, bem como a revisão e o reajuste de valores devidos ao Consórcio pelos consorciados;

e) a realização de operações de crédito, de conformidade com os limites e condições próprios estabelecidos pelo Senado Federal;

f) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos;

g) a aquisição, exceto de material de expediente, alienação e oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de Contrato de Programa, tenham-lhe sido outorgados os direitos de exploração;

h) as contas referentes ao exercício anterior até a segunda quinzena de março do exercício subsequente.

VII - deliberar sobre mudança de sede;

VIII - deliberar sobre a extinção do CIM-AMREC;

IX - deliberar sobre as decisões do Conselho Fiscal;

X - deliberar sobre a necessidade de contratação e ampliação do quadro de pessoal, e preenchimento das vagas existentes;

XI - nomear e exonerar os membros da Diretoria Executiva;

XII - aprovar o Plano de Carreira dos funcionários do Consórcio;

XIII - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

XIV - apreciar e sugerir medidas sobre:

a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;

b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

XV - deliberar, em caráter excepcional, sobre as matérias relevantes ou urgentes que lhe sejam declinadas pelo Conselho de Administração;

XVI - aprovar cessão de servidores e empregados públicos por ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

XVII - deliberar e dispor em última instância sobre os casos omissos tidos por relevantes.

§ 7º As competências arroladas neste artigo não prejudicam outras reconhecidas pelo Estatuto do Consórcio.

§ 8º A Assembleia Geral extraordinária será presidida e convocada pelo Presidente do CIM-AMREC ou seu substituto legal, através de comunicação inequívoca que garanta a ciência de todos os seus membros quanto ao dia, hora, local e pauta do dia, respeitado o prazo mínimo de 04 (quatro) dias úteis entre a convocação e a data da reunião.

§ 9º A Assembleia Geral extraordinária também poderá ser convocada por um quinto de seus membros, quando o Presidente do CIM-AMREC ou seu substituto legal não atender no prazo de 10 (dez) dias a pedido fundamentado de ente consorciado para convocação extraordinária.

§ 10. A Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros do CIM-AMREC em dia com suas obrigações operacionais e financeiras e em segunda e última convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação, com a presença de qualquer número de consorciados adimplentes, deliberando por maioria simples de votos, ressalvadas as matérias que exigirem maioria qualificada ou absoluta nos termos deste instrumento e de disposições do Estatuto do Consórcio.

§ 11. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos na última Assembleia ordinária do ano em curso, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de ente consorciado adimplente com suas obrigações operacionais e financeiras:

I - o Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal ou por aclamação, para mandato de um ano, com início no primeiro dia útil do exercício financeiro subsequente, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante reeleição;

II - será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados;

III - caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 (dois terços) dos votos, realizar-se-á, após quinze minutos de intervalo, segundo turno de eleição, sendo considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos;

IV - não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente e do Vice-Presidente em exercício.

§ 12. O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do ente consorciado que representa na Assembleia Geral.

§ 13. Em Assembleia Geral especificamente convocada, poderá ser destituído o Presidente do Consórcio, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos Consorciados:

I - apresentada moção de censura, as discussões serão interrompidas e será ela imediatamente apreciada, sobrestando-se os demais itens da pauta;

II - a votação da moção de censura será efetuada após facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao Presidente que se pretenda destituir. Admitir-se-á o voto secreto somente se a Assembleia Geral, por maioria simples dos votos, presente a maioria absoluta, assim decidir, caso contrário a votação será pública e nominal.

III - será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros em Assembleia Geral, em dia com suas obrigações operacionais e financeiras, presente a maioria absoluta dos entes consorciados;

IV - caso aprovada a moção de censura em desfavor do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembleia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato;

V - na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembleia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias;

VI - rejeitada moção de censura, nenhuma outra poderá ser apreciada na mesma Assembleia e nos 60 (sessenta) dias seguintes, em relação ao mesmo fato.

§ 14. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão escolhidos dentre os Chefes dos Poderes Executivos dos entes consorciados.

§ 15. Na última Assembleia Geral ordinária do ano em curso, reunir-se-ão os entes consorciados para eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados:

I - nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos três membros que integrarão os respectivos Conselhos;

II - a eleição realizar-se-á mediante voto público e nominal ou por aclamação, sendo que cada ente consorciado somente poderá votar em um candidato;

III - consideram-se eleitos para cada Conselho os três candidatos com maior número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maioridade;

§ 16. Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal serão eleitos para mandato de um ano, com início no primeiro dia útil do exercício financeiro subsequente, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante reeleição.

§ 17. Os membros dos Conselho de Administração e Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura apresentada com apoio de pelo menos 2/3 (dois terços) dos Consorciados, aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 de entes consorciados, observado, no que couber, o disposto neste instrumento quanto à moção de censura em face do Presidente.

§ 18. A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática da condição de membro da Assembleia Geral, quando houver substituição automática por quem lhe suceder no mandato do ente consorciado.

§ 19. Para as deliberações constantes dos incisos III, IV, VI, VII, VIII, XI do § 6º desta artigo, é necessário o voto da maioria de 2/3 (dois terços) dos membros do CIM-AMREC, em dia com suas obrigações operacionais e financeiras, em Assembleia Geral extraordinária convocada especificamente para tais fins.

§ 20. O Estatuto preverá as formalidades para a alteração de seus dispositivos, cuja aprovação dar-se-á por maioria absoluta dos membros consorciados e entrará em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

§ 21. A Assembleia Geral ordinária quadrimestral será presidida e convocada pelo Presidente do CIM-AMREC ou seu substituto legal através de comunicação que garanta a ciência de todos os seus membros quanto ao dia, hora, local e pauta do dia, respeitado o prazo mínimo de 07 (sete) dias entre a convocação e a data da reunião.

§ 22. O ente consorciado que não estiver em dia com suas obrigações operacionais e financeiras não poderá votar e nem ser votado.

§ 23. Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

- I - por meio de lista de presença, todos os entes federativos representados na Assembleia Geral;
- II - de forma resumida, quando possível, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;
- III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.
- IV - no caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 24. Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo, cuja decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes.

§ 25. A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembleia Geral.

§ 26. Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até 10 (dez) dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores – internet.

§ 27. Mediante o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata e demais documentos, salvo os considerados de caráter sigiloso, serão fornecidos para qualquer do povo.

CAPÍTULO XIII

DO PRESIDENTE E DO VICE-PRESIDENTE

Art. 22. A Presidência do CIM-AMREC é composta pelos cargos de Presidente e Vice-Presidente eleitos dentre os Chefes do Poder Executivo pela Assembleia Geral.

§ 1º Compete ao Presidente do CIM-AMREC, sem prejuízo do que prever o Estatuto do Consórcio:

- I - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
- II - autorizar o Consórcio a ingressar em juízo;
- III - convocar e presidir as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- IV - representar judicial e extrajudicialmente o CIM-AMREC, cabendo ao Vice-Presidente, substituí-lo em seus impedimentos;
- V - movimentar em conjunto com o Diretor Executivo as contas bancárias e recursos do CIM-AMREC;
- VI - dar posse aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- VII - ordenar as despesas do Consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;
- VIII - convocar reuniões com a Diretoria Executiva;
- IX - homologar e adjudicar as licitações realizadas pelo Consórcio;
- X - expedir resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Administração para dar força normativa às decisões estabelecidas nessas colegiados;
- XI - expedir portarias para dar força normativa às decisões monocráticas de competência do Presidente do CIM-AMREC;
- XII - delegar atribuições e designar tarefas para os órgãos de gerência e de execução;
- XIII - julgar, em primeira instância, recursos relativos à:
 - a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
 - b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
 - c) aplicação de penalidades a funcionários do Consórcio.
- XIV - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Estatuto a outro órgão do Consórcio.

§ 2º Em assuntos de interesse comum ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, o Estatuto poderá autorizar o Presidente a representar os entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, defender as causas municipalistas e/ou regionais, dentre outros assuntos.

§ 3º Com exceção da competência prevista nos incisos II, III, IV, V, IX, X, XI, XIII, alíneas "a" e "b", todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

§ 4º Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá praticar atos ad referendum do Presidente.

§ 5º Compete ao Vice-Presidente do CIM-AMREC:

- I - substituir e representar o Presidente em todas suas ausências e impedimentos;
- II - assessorar o Presidente e exercer as funções que lhe forem delegadas;
- III - assumir interinamente a Presidência do CIM-AMREC, no caso de vacância, quando esta ocorrer na segunda metade do mandato, exercendo-a até seu término;
- IV - convocar Assembleia Extraordinária em 15 (quinze) dias para eleição de novo Presidente do CIM-AMREC, no caso da vacância ocorrer na primeira metade do mandato, quando o eleito presidirá o Consórcio até fim do mandato original, podendo, se reeleito, ser conduzido ao mandato seguinte.

§ 6º Em caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente será realizada a eleição para o seu preenchimento, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias.

§ 7º Enquanto não realizada a eleição a Presidência e Vice-Presidência serão exercidas pelos Prefeitos mais idosos sucessivamente.

CAPÍTULO XIV

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 23. O Conselho de Administração é o órgão de administração do Consórcio, constituído pelo Presidente e Vice-Presidente do CIM-AMREC, e por outros três Conselheiros eleitos pela Assembleia Geral, e suas deliberações serão executadas pela Presidência e pela Diretoria Executiva.

§ 1º Os membros do Conselho de Administração serão eleitos dentre os Chefes dos Poderes Executivos.

§ 2º A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática do mandato de membro do Conselho de Administração, hipótese em que assumirá a função aquele que assumir a Chefia do Poder Executivo, exceto o Presidente.

§ 3º Compete ao Conselho de Administração:

I - aprovar para posterior deliberação da Assembleia Geral:

a) Plano Plurianual de Investimentos, até o final da segunda quinzena de junho do exercício em que se iniciar o mandato dos representantes legais dos entes consorciados;

b) Diretrizes Orçamentárias do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de agosto do exercício em curso;

c) Orçamento Anual do exercício seguinte, até o final da segunda quinzena de setembro do exercício em curso, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de Contrato de Rateio;

II - planejar todas as ações de natureza administrativa do CIM-AMREC, fiscalizando a Diretoria Executiva na sua execução;

III - elaborar e propor a Assembleia Geral alterações no quadro de pessoal do CIM-AMREC;

IV - aprovar o reajuste de salário dos funcionários;

V - propor o Plano de Carreira dos funcionários do Consórcio;

VI - aprovar previamente a contratação de pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos previsto neste instrumento e no Estatuto;

VII - elaborar o Estatuto do CIM-AMREC, com auxílio da Diretoria Executiva, submetendo tal proposição à aprovação da Assembleia Geral;

VIII - requisitar a cedência de servidores dos entes consorciados;

IX - propor à Assembleia Geral a alteração deste instrumento e do Estatuto do Consórcio;

X - prestar contas ao órgão concessor dos auxílios e subvenções que o CIM-AMREC venha a receber;

XI - definir e acompanhar a execução da política patrimonial e financeira e os programas de investimento do CIM-AMREC;

XII - propor a nomeação e a exoneração dos membros da Diretoria Executiva;

XIII - autorizar o Diretor Executivo a contratar estagiários;

XIV - aprovar a celebração dos instrumentos de gestão previstos no art. 7º deste Estatuto;

XV - deliberar sobre outras matérias de natureza administrativa do CIM-AMREC não atribuídas à competência da Assembleia Geral e não elencadas neste artigo.

§ 4º Em caso de vacância dos cargos do Conselho de Administração, será realizada a eleição para o seu preenchimento, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias.

§ 5º Enquanto não realizada a eleição os cargos serão exercidos pelos Prefeitos mais idosos sucessivamente.

CAPÍTULO XV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 24. O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizatório do Consórcio, responsável por exercer, além do disposto no Estatuto, o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do CIM-AMREC, manifestando-se na forma de parecer, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

§ 1º O Conselho Fiscal é composto por três membros, escolhidos pela Assembleia Geral dentre os Chefes dos Poderes Executivos, coordenado por um deles.

§ 2º O previsto neste artigo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada ente consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

§ 3º A perda do mandato eletivo é causa de extinção automática do mandato de membro do Conselho Fiscal, hipótese em que assumirá a função aquele que assumir a Chefia do Poder Executivo.

§ 4º O Estatuto deliberará sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

§ 5º Sem prejuízo do previsto no Estatuto do Consórcio, incumbe ao Conselho Fiscal:

I - fiscalizar trimestralmente a contabilidade do CIM-AMREC;

II - acompanhar e fiscalizar, sempre que considerar oportuno e conveniente, as operações econômicas ou financeiras da entidade e propor ao Conselho de Administração a contratação de auditorias ou, na omissão deste, diretamente à Assembleia Geral;

III - emitir parecer, sempre que requisitado, sobre contratos, convênios, credenciamentos, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Executivo;

IV - eleger entre seus pares o Presidente do Conselho Fiscal;

V - julgar, em segunda instância, recursos relativos à:

a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;

b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;

c) aplicação de penalidades a funcionários do Consórcio.

§ 6º O Conselho Fiscal por seu Presidente e por decisão da maioria de seus membros, poderá convocar o Conselho de Administração e o Diretor Executivo para prestar informações e tomar as devidas providências quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou ainda inobservância de normas legais, estatutárias ou regimentais.

§ 7º As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembleia Geral.

§ 8º Em caso de vacância dos cargos do Conselho Fiscal, será realizada a eleição para o seu preenchimento, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias.

§ 9º Enquanto não realizada a eleição os cargos serão exercidos pelos Prefeitos mais idosos sucessivamente.

CAPÍTULO XVI

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 25. A Diretoria Executiva é o órgão executivo do CIM-AMREC.

§ 1º A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Executivo.

§ 2º Compete ao Diretor Executivo:

I - receber e expedir documentos e correspondências do Consórcio, mantendo em ordem toda a documentação administrativa e financeira do CIM-AMREC, bem assim zelando e responsabilizando-se pelo seu controle, organização e arquivo;

- II - realizar programação dos compromissos financeiros a pagar e a receber do CIM-AMREC;
- III - executar a gestão administrativa e financeira do CIM-AMREC dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;
- IV - elaborar Plano Plurianual de Investimentos, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual;
- V - elaborar a Prestação de Contas mensal, o Relatório de Atividades e os Balanços Anuais a serem submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral do CIM-AMREC;
- VI - elaborar a prestação de contas de projetos, convênios, contratos e congêneres dos auxílios e subvenções concedidos e/ou recebidos pelo Consórcio;
- VII - controlar o fluxo de caixa;
- VIII - elaborar e analisar projetos sob a ótica da viabilidade econômica, financeira e dos impactos, a fim de subsidiar processo decisório;
- IX - acompanhar e avaliar projetos;
- X - avaliar a execução e os resultados alcançados pelos programas e ações implementados;
- XI - elaborar relatórios de acompanhamento dos projetos/convênios para os órgãos superiores;
- XII - movimentar em conjunto com o Presidente do CIM-AMREC ou com quem este delegar as contas bancárias e os recursos financeiros do Consórcio;
- XIII - providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelos órgãos colegiados do Consórcio, Presidência e Tribunal de Contas do Estado;
- XIV - realizar as atividades de relações públicas do CIM-AMREC, constituindo o elo de ligação do Consórcio com a sociedade civil e os meios de comunicação, segundo diretrizes e supervisão do Presidente;
- XV - contratar, punir, dispensar ou exonerar empregados, bem como praticar todos os atos relativos a gestão dos recursos humanos, após autorização do Conselho de Administração;
- XVI - contratar, após prévia aprovação do Conselho de Administração, pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos previsto neste instrumento e no Estatuto;

- XVII - apresentar os assuntos relacionados à Estrutura Administrativa e Recursos Humanos a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração;
 - XVIII - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
 - XIX - instaurar sindicâncias e processos disciplinares nos termos do Estatuto;
 - XX - constituir comissão de licitações do Consórcio nos termos do Estatuto;
 - XXI - providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
 - XXII - participar, sem direito a voto, das reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, e coordenar a lavratura das atas em livros próprios, os quais deverão conter o registro cronológico de todas as reuniões realizadas, com indicação da data, local e hora, pauta, nome e cargo dos presentes, e todas as deliberações adotadas em cada reunião;
 - XXIII - elaborar os processos de licitação para contratação de bens, materiais ou prestadores de serviços e a celebração de convênios de credenciamento com entidades;
 - XXIV - propor melhorias nas rotinas administrativas do Consórcio ao Conselho de Administração, visando à contínua redução de custos, aumento da eficácia das ações consorciais no atingimento de suas metas e objetivos e ao emprego racional dos recursos disponíveis;
 - XXV - requisitar à Presidência seu substituto em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do CIM-AMREC;
 - XXVI - propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao CIM-AMREC;
 - XXVII - expedir certidões, declarações, passar recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matérias administrativas do CIM-AMREC;
 - XXVIII - responder pela execução das compras e de fornecimentos, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral;
 - XXIX - autenticar o livro de atas das reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração.
- § 3º O emprego público de Diretor Executivo deverá ser ocupado por profissional com comprovada experiência na área da Administração Pública, com formação mínima de nível médio, e seu provimento se dará por livre nomeação e exoneração observado o disposto neste Estatuto.
- § 4º Outras atribuições, direitos, e deveres da Diretoria Executiva poderão ser definidos no Estatuto do Consórcio.

CAPÍTULO XVII DOS DEPARTAMENTOS SETORIAIS E GERÊNCIAS

Art. 26. Os departamentos setoriais e gerências exercem as funções de execução e apoio administrativo aos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional do CIM-AMREC e consistem em:

- I - Nível de Diretoria:
 - a) Departamento de Contabilidade e Recursos Humanos;
 - b) Departamento de Compras e Licitações, Almoxarifado e Patrimônio, e Serviços de Informática.
- II - Nível de Gerência:
 - a) Gerência de Engenharia e Infraestrutura;
 - b) Gerência de Produção Médica e Promoção à Saúde;
 - c) Gerência de Inspeção Sanitária, Sanidade Agropecuária e Segurança Alimentar.

§ 1º Para o desempenho das atribuições dos Departamentos Setoriais e das Gerências, fica a Assembleia Geral autorizada a determinar o provimento dos empregos públicos elencados no Anexo I.

§ 2º A descrição das atribuições dos Departamentos e das Gerências deverá constar do Estatuto do Consórcio.

CAPÍTULO XVIII DO REGIME JURÍDICO FUNCIONAL

Art. 27. O CIM-AMREC terá como regime jurídico funcional o celetista, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, e submeter-se-á ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º Os empregos públicos do CIM-AMREC serão providos mediante contratação celebrada após concurso público de provas ou de provas e títulos, e os cargos de confiança mediante livre nomeação e exoneração.

§ 2º O Estatuto disporá sobre os procedimentos relacionados ao concurso público.

§ 3º O exercício das funções de competência da Diretoria Executiva se dará na forma do art. 25 deste Estatuto, ficando a cargo do Conselho de Administração, com autorização da Assembleia Geral, a nomeação para os Empregos Públicos em Comissão.

§ 4º Aos empregados públicos e aos ocupantes de cargos de confiança aplicam-se as vedações e exceções previstas na Constituição Federal relativas ao acúmulo de empregos e cargos públicos.

§ 5º Os empregados públicos não podem ser cedidos, inclusive para Entes consorciados.

§ 6º A dispensa de empregados públicos dependerá de motivação prévia e dar-se-á nos termos do Estatuto do Consórcio.

§ 7º O Estatuto poderá dispor sobre o exercício do poder disciplinar e regulamentar, as atribuições administrativas, hierarquia, avaliação de eficiência, lotação, jornada de trabalho e denominação dos cargos.

§ 8º A participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembleia Geral não será remunerada, vedado o recebimento de qualquer espécie remuneratória ou mesmo de indenização, sendo considerado trabalho público relevante, inclusive na função de Presidente do Consórcio.

§ 9º Os empregados incumbidos da gestão do Consórcio não respondem pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo Consórcio, salvo pelos atos cometidos em desacordo com a lei e disposições deste Estatuto.

§ 10. A execução das funções de competência dos Departamentos Setoriais instituídos neste instrumento, poderá ocorrer por meio de cessão de servidores ou empregados públicos pelos Municípios consorciados ou os com ele conveniados.

§ 11. O Estatuto preverá as formas de concessão de vantagens a ser concedidas aos empregados públicos, sejam indenizações ou auxílios pecuniários.

§ 12. O Conselho de Administração poderá autorizar o pagamento de gratificação de função aos empregados públicos, conforme previsão no Estatuto.

§ 13. Para os servidores ou empregados públicos cedidos ao Consórcio pelos Municípios consorciados, ou os com eles conveniados, na forma e condições da legislação de cada um, bem como da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007 e deste instrumento, será observado:

I - os servidores ou empregados públicos recebidos em cessão manterão a percepção de remuneração do ente cedente, permanecendo no seu regime jurídico e previdenciário originário;

II - o Conselho de Administração, levando em conta o valor da remuneração recebida no município de origem, poderá autorizar, para fins de adequação ao salário do emprego a ser ocupado no Consórcio, o pagamento de gratificação aos servidores cedidos pelos entes da Federação que o compõem; e gratificação para ressarcimento de despesas, limitada a média mensal de gastos com alimentação e estadia ou deslocamento, devidamente comprovadas através de documento idôneo;

III - o pagamento de adicionais ou gratificações, não configura vínculo novo do servidor ou empregado público cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária;

IV - o ente da Federação consorciado que assumiu o ônus da cessão do servidor poderá contabilizar os pagamentos de remuneração como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio.

§ 14. O Diretor Executivo, após autorização do Conselho de Administração, poderá efetuar a contratação de estagiários nos termos da lei.

§ 15. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO XIX

DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 28. O quadro de pessoal do CIM-AMREC e a respectiva remuneração e carga horária encontram-se previstos no Anexo I deste Estatuto.

§ 1º Os empregos públicos do Consórcio serão contratados mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os empregos em comissão, que serão de livre nomeação e exoneração, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 2º No prazo de 5 (cinco) anos constados da nomeação da subscrição dos contratos de rateio por todos os municípios integrantes do Consórcio, deverá ser realizado concurso público para preenchimento das vagas de seu quadro de pessoal, conforme necessidade e disponibilidade orçamentária.

§ 3º As atribuições dos empregos públicos são as definidas no Anexo II deste Estatuto.

§ 4º Observado o orçamento anual do Consórcio, a remuneração dos empregados públicos que compõem o quadro de pessoal do Consórcio serão revistos anualmente, sempre no mês de abril, nos termos da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, cabendo à Assembleia Geral a aprovação da referida revisão geral anual.

§ 5º Não poderá haver recebimento de remuneração inferior ao salário mínimo vigente no país.

§ 6º Incide a revisão geral anual prevista no parágrafo 4º deste artigo na gratificação estabelecida no § 12, do art. 27 do presente Estatuto, bem como, de forma uniforme, em todas as referências constantes da Tabela de Unidades de Remuneração constante no Anexo I deste Estatuto.

§ 7º Nenhum empregado público, mesmo que ingresso por concurso público, adquirirá o direito de estabilidade no serviço público (art. 41 da CRFB), de modo que, caso extinto o respectivo emprego público, haverá a imediata e completa demissão e desvinculação do empregado com o Consórcio ou qualquer Ente componente do mesmo.

§ 8º Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente, mediante parecer jurídico e análise da Diretoria Executiva.

§ 9º Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas de até igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§ 10. O recrutamento de candidatas para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito diretamente pelo CIM-AMREC através de processo seletivo simplificado, de títulos, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas.

§ 11. A carga horária de estágio ficará estabelecida em 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 6 (seis) horas diárias e

30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I – 1 (um) salário mínimo mensal, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

II – 67% (sessenta e sete) por cento do salário mínimo mensal, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

III – 35 (trinta e cinco) por cento do salário mínimo mensal, no caso de estudantes do ensino médio, para jornada de 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

§ 12. Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o item anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte para uso de transporte público e coletivo de passageiros, para deslocamento ao local de estágio, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais;

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§ 13. O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não obrigatório.

§ 14. O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta, no interesse do serviço e de comum acordo com o empregado, poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 15. As atribuições dos empregos públicos é a definida no Anexo II deste Estatuto.

§ 16. As atribuições dos empregos públicos, sempre que necessário e de interesse do consórcio, poderão ser alteradas ou adequadas, após aprovação pela Assembleia Geral.

Art. 29. Admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, da Constituição Federal, através de processo seletivo simplificado de provas ou títulos, mediante disponibilidade orçamentária, nas seguintes situações:

IV - até que se realize concurso público previsto no § 2º, da Clausula 30ª, deste Estatuto;

V - até que se realize concurso público para provimento dos empregos que não foram preenchidos ou que vierem a vagar;

VI - na vigência do gozo de férias regulamentares e das licenças legais concedidas aos empregados públicos;

VII - para atender demandas de serviço temporários e por tempo determinado, com programas, convênios e serviços excepcionais;

VIII - assistência a situações de calamidade pública ou de situações declaradas emergenciais;

IX - realização de levantamentos declarados urgentes e inadiáveis;

X - execução de serviço determinado ou de obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta.

§ 1º Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado ou do emprego público vago, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 2º As contratações temporárias terão prazo de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, conforme previsão no Edital do processo seletivo simplificado.

Art. 30. Além do salário e das demais vantagens previstas na legislação e neste Estatuto, serão pagos, quando devidos, aos empregados públicos do consórcio os seguintes adicionais:

I - décimo terceiro salário;

II – férias e adicional de férias;

III - adicional por serviço extraordinário, quando previamente autorizado;

IV - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso;

V - adicional noturno;

VI - auxílio alimentação.

§ 1º Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, sendo que o Estatuto preverá os valores e as formas de concessão das vantagens concedidas aos empregados públicos, bem como as questões relacionadas ao pagamento de diária e outras formas de indenização.

§ 2º Será concedido auxílio-transporte mensal ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais, no caso de utilização de transporte coletivo público.

§ 3º Será concedido adiantamento de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana, sendo que na hipótese do empregado receber adiantamento de viagem e não realizar o deslocamento, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-lo integralmente, no prazo de até 5 (cinco) dias, e na hipótese de o empregado retornar em prazo menor que o previsto, restituirá os valores recebidos em excesso, no mesmo prazo.

§ 4º Os adiantamentos de viagem serão requeridos em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento do adiantamento observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

CAPÍTULO XX

DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Art. 31. O consórcio obedecerá, relativamente à execução das receitas e das despesas, ao disposto na Constituição da República, às normas gerais de direito financeiro e ao disposto neste Estatuto, devendo programar suas atividades financeiras por meio de orçamento anual, aprovado em Assembleia Geral e expedido por meio de resolução, abrangendo:

I - orçamento anual, fixando as despesas e estimando as receitas, efetivas e potenciais;

II - as diretrizes orçamentárias, política patrimonial e financeira e os programas de investimento do consórcio;

III - as orientações a serem repassadas aos municípios consorciados para fazer constar em seus respectivos orçamentos a transferência de recursos financeiros mediante contrato de rateio e contrato de prestação de serviços.

Art. 32. Constituem patrimônio do consórcio os bens materiais e imateriais.

§ 1º Os bens materiais do consórcio são indisponíveis, imprescritíveis, impenhoráveis e inalienáveis, salvo, neste último caso, os bens objeto de desafetação.

§ 2º Os bens imateriais do consórcio são protegidos por lei, mediante registro nos órgãos competentes.

Art. 33. Constituem recursos financeiros do consórcio:

I - a entrega mensal de recursos financeiros, de acordo com o contrato de rateio;

II - a remuneração dos serviços prestados aos consorciados, de acordo com os contratos de prestação de serviços;

III - a receita da cobrança de preços públicos pela prestação de serviços a terceiros;

IV - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

V - os saldos do exercício;

VI - as doações e legados;

VII - o produto de alienação de seus bens livres;

VIII - o produto de operações de crédito;

IX - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira.

X - os créditos e ações;

XI - o produto da arrecadação do imposto de renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles;

XII - os recursos voluntários recebidos em razão de convênios, contrato de repasse, ajustes, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres.

§ 1º Os entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste instrumento, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços na forma deste Estatuto;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

§ 2º Os entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

§ 3º Os agentes públicos incumbidos da gestão do Consórcio não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público, mas responderão pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições do estatuto.

§ 4º O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do Consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os entes consorciados vierem a celebrar com o consórcio.

§ 5º Todas as demonstrações financeiras serão publicadas, conforme disposto no art. 45.

§ 6º Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 7º Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

Art. 34. A contabilidade do Consórcio será realizada de acordo com as normas de contabilidade pública, em especial a Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/00.

Art. 35. No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

Parágrafo único. Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e o arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

CAPÍTULO XXI

DO USO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Art. 36. Os entes consorciados terão acesso aos bens adquiridos pelos consórcios e aos serviços prestados nos termos definidos em contrato de programa, mediante entrega de recursos disciplinada no contrato de rateio.

Art. 37. Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do consórcio os bens e serviços de sua própria administração para uso comum, nos termos definidos em contrato de programa e no contrato de rateio.

CAPÍTULO XXII

DA RETIRADA

Art. 38. A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, ratificado por lei.

Art. 39. A retirada do membro não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio, inclusive os contratos de Programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Protocolo de Intenções ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

CAPÍTULO XXIII

DA EXCLUSÃO

Art. 40. Serão excluídos do consórcio os entes consorciados que:

- I - tenham deixado de incluir em suas leis orçamentárias as dotações devidas ao consórcio assumidas em contrato de rateio.
 - II - incorram em situação de inadimplência com suas obrigações assumidas em contrato de rateio ou em contrato de prestação de serviços.
 - III - deixem de ratificar as possíveis alterações ao Contrato de Consórcio Público aprovadas em Assembleia Geral.
- § 1º A exclusão somente ocorrerá após prévia suspensão pelo prazo de sessenta dias, período em que o consorciado poderá se reabilitar.
- § 2º A exclusão prevista neste artigo não exime o consorciado do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente.

CAPÍTULO XXIV DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO

- Art. 41. A alteração e a extinção de Contrato de Consórcio Público dependerão de instrumento aprovado pela Assembleia Geral.
- § 1º Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos reverterão aos consorciados proporcionalmente aos investimentos feitos ao consórcio.
- § 2º Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.
- § 3º Com a extinção, os servidores públicos cedidos ao consórcio público retornarão aos seus órgãos de origem.
- § 4º A destinação do patrimônio do consórcio, em caso de extinção, será decidida em Assembleia Geral.
- § 5º A retirada ou a extinção do consórcio não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programa, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas.
- § 6º A alteração do contrato de Consórcio Público observará o mesmo procedimento previsto no caput.

CAPÍTULO XXV DOS ATOS NORMATIVOS

- Art. 42. Serão expedidas por meio de Resolução do Presidente, sem prejuízo das demais atribuições previstas no Estatuto:
- I - as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Executivo e do Conselho Fiscal;
 - II - as normas específicas de regulamentação do consórcio em que se tenha delegado a competência ao Presidente.
- Art. 43. As decisões de competência do Diretor Executivo serão expedidas por meio de Portaria.
- Art. 44. É condição de validade dos atos normativos expedidos por qualquer órgão ou agente do consórcio a respectiva publicação no órgão oficial de publicação.

CAPÍTULO XXVI DAS PUBLICAÇÕES

- Art. 45. O órgão oficial de publicações dos atos expedidos pelos órgãos do CIM-AMREC, será o Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, expedido e mantido pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA/FECAM.

CAPÍTULO XXVII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

- Art. 46. As funções do Diretor Executivo do Consórcio poderão, a critério da Diretoria, serem exercidas, temporariamente, de forma cumulativa, pelo Diretor Executivo da AMREC, desde que atendidos os critérios para investidura, observando-se o disposto no art. 25 e na descrição do emprego constante no Anexo I deste Estatuto.
- Art. 47. O exercício fiscal coincidirá com o ano civil, para efeitos de execução do orçamento e prestação de contas.
- Art. 48. A interpretação do disposto neste Estatuto deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, aos seguintes princípios:
- I - respeito à autonomia dos entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada ente federativo;
 - II - solidariedade, em razão da qual os entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a execução dos objetivos do consórcio;
 - III - transparência, pelo que não se poderá negar ao Poder Executivo ou Legislativo de ente consorciado o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;
 - IV - eficiência, assentada na qualidade dos serviços prestados, agilidade e custo reduzido.
 - V - respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
 - VI - respeito aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde.
- Art. 49. O Regimento Interno do Consórcio Público deverá dispor no mínimo sobre:
- I - procedimentos sobre eleição e posse dos membros da Diretoria e Conselho Fiscal;
 - II - procedimentos a serem observados quando houver vacância de cargos da diretoria;
 - III - registro das atas das Assembleias Gerais;
 - IV - criação do site oficial do consórcio na rede mundial de computadores – Internet;
 - V - publicações dos documentos do consórcio e dos atos praticados pelos seus gestores;
 - VI - normas sobre processo administrativo, observados os princípios constantes na Lei nº 9.784/99;
 - VII - os critérios de reajuste da remuneração dos empregados públicos;
 - VIII - o exercício do poder disciplinar e regulamentar, as atribuições administrativas, hierarquia, avaliação de eficiência, lotação e jornada de trabalho dos empregados públicos;
 - IX - forma de expedição dos atos dos órgãos do Consórcio, observado o disposto no art. 42.
- Art. 50. Os casos omissos ao presente Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e pelas normas aplicáveis aos consórcios públicos.
- Art. 51. As normas do presente Estatuto entrarão em vigor a partir da data da sua publicação na imprensa oficial.
- Art. 52. Para dirimir eventuais controvérsias deste Estatuto, do Contrato de Consórcio Público, dos Contratos de Programa e Contratos de Rateio, fica eleito o foro da Comarca de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Criciúma, 12 de agosto de 2019.

Clésio Salvaro CPF 530.959.019-68	Jairo Celoy Custodio CPF 582.405.869-53
Presidente da AMREC	Prefeito de Balneário Rincão
Ademir Magagnin CPF 343.081.649-15	Dimas Kammer CPF 500.962.909-78
Prefeito de Cocal do Sul	Prefeito de Forquilha
Murialdo Canto Gastaldon CPF 564.881.739-87	Valdir Fontanella CPF 341.394.009-00
Prefeito de Içara	Prefeito de Lauro Muller
Agenor Coral 590.026.389-49	Rogério José Frigo 417.227.879-53
Prefeito de Morro da Fumaça	Prefeito de Nova Veneza
Jorge Luiz Koch CPF 342.332.539-91	Hélio Roberto Cesa CPF 415.499.109-49
Prefeito de Orleans	Prefeito de Siderópolis
Jaimir Comin CPF 513.694.869-87	Luis Gustavo Cancellier CPF 717.386.069-53
Prefeito de Treviso	Prefeito de Urussanga
Vanderlei Alexandre Diretor Executivo da AMREC CPF 705.686.189-04	Giovanni Dagostin Marchi Advogado-OAB/SC 13.844 CPF 998.824.349-91

ANEXO I

EMPREGOS PÚBLICOS

Emprego	Vagas	Provimento	Remuneração	Carga Horária	Requisito
Diretor Executivo	1	Livre nomeação e exoneração/ou cedência	R\$ 8.000,00	40h	Ensino superior
Assessor Jurídico	1	Livre nomeação e exoneração/ou cedência/ Licitação	R\$ 2.500,00	20h	Ensino superior e habilitação junto ao órgão de classe
Diretor de Departamento	2	Livre nomeação e exoneração/ou cedência	R\$ 6.000,00	40h	Conforme previsão do Estatuto do Consórcio.

Gerente	3	Livre nomeação e exoneração/ou cedência	R\$ 7.000,00	40h	Conforme previsão do Estatuto do Consórcio.
Contador	2	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária/Licitação	R\$ 4.500,00	40h	Ensino superior e habilitação junto ao órgão de classe
Engenheiro Civil	1	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária/Licitação	R\$ 4.500,00	20h	Ensino superior e habilitação junto ao órgão de classe
Controlador Interno	1	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária	R\$ 3.500,00	40h	Curso de nível superior, na área de Ciências Contábeis, Administração, Economia, Direito
Médico Veterinário	1	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária/Licitação	R\$ 4.500,00	20h	Ensino superior e habilitação junto ao órgão de classe
Farmacêutico	4	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária	R\$ 4.400,00	40h	Ensino superior e habilitação junto ao órgão de classe
Assistente de Logística	6	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária	R\$ 1.700,00	40h	Ensino médio
Auxiliar Administrativo	5	Cedência/Concurso público/Contratação Temporária	R\$ 1.700,00	40h	Ensino médio

ANEXO II**Atribuições dos empregos públicos**

Diretor Executivo: promover a execução das atividades e a gestão do consórcio, realizar concursos públicos e promover a contratação, demissão e aplicação de sanções aos empregados públicos, bem como praticar todos os atos relativos à gestão dos recursos humanos, elaborar as normas orçamentárias e realizar o planejamento das atividades do consórcio a serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral; responsabilizar-se pela prestação de contas e pelo relatório de atividades a serem submetidos ao Presidente do consórcio, ao Conselho Fiscal e à Assembleia Geral; elaborar as prestações de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao consórcio para ser apresentada pelo Presidente ao órgão concedente; movimentar, quando a este delegado, as contas bancárias e os recursos financeiros do consórcio; executar a gestão administrativa e financeira do consórcio dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública; designar seu substituto, em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do consórcio; providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho Executivo e Conselho Fiscal; providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelo Conselho Fiscal; autorizar as compras e elaborar os processos de licitação para contratação de bens e serviços; propor ao Conselho Executivo a requisição de servidores públicos para servir ao consórcio.

Assessor Jurídico: elaborar projetos de documentos normativos do consórcio, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do consórcio.

Diretor de Departamento: Coordenar os trabalhos do respectivo Departamento no desempenho de suas atividades.

Gerente: Gerenciar o desenvolvimento dos programas a que estão responsáveis.

Contador: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; examinar e elaborar processos de prestação de contas; auxiliar na elaboração da proposta orçamentária; examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio, elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais e financeiros; executar outras tarefas afins.

Engenheiro civil: Atividades de nível superior, de grande complexidade, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos, sistemas de transportes, abastecimento de água e de saneamento, canais, barragens, drenagem e irrigação, pontes e demais atividades afins e correlatas. Atividades que exigem o domínio de softwares específicos da área.

Controlador Interno: Realizar a fiscalização e auditoria dos atos do consórcio, elaborar relatórios de controle interno, prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão do consórcio, instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis aos consórcios, e demais serviços inerentes à atividade de controladoria interna.

Médico veterinário: Prestar serviços de inspeção e fiscalização sanitária, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA. Promover ações relacionadas à prevenção, erradicação e combate às doenças bem como acompanhamento técnico na área agrícola. Executar os objetivos do CIM-AMREC relativos aos serviços de inspeção e fiscalização sanitária.

Farmacêutico: Responsável pelos serviços de coordenação e gerência em farmácia, dispensação de medicamentos e correlatos, de acordo com as normas de assistência e atenção farmacêutica

Assistente de Logística: Auxiliar os Gerentes do consórcio e o Diretor Executivo em suas atribuições, responsabilizar-se pelo almoxarifado, patrimônio, arquivo morto, correspondências, secretaria geral do consórcio, participar nos processos de licitação, auxiliar no controle de documentos de pessoal do consórcio, executar atividades administrativas diversas.

Auxiliar Administrativo: Executar os serviços de suporte operacional nas áreas de recursos humanos, administração, contabilidade, serviços de saúde, devendo, para tanto, elaborar relatórios, planilhas e demais ações de expediente, bem como executar as ações requeridas pelos superiores hierárquicos.

Consórcios

AGIR

CONTRATO Nº 001/2019 - AGIR E MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Publicação Nº 2139119

CONTRATO Nº 001/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO PÚBLICO DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR, E O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, OBJETIVANDO O REPASSE DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DAS FINALIDADES DA AGIR NO EXERCÍCIO DE 2019.

Pelo presente contrato, de um lado a AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob no 11.762.843/0001-41, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, aqui representado por seu presidente MARILDO DOMINGOS FELIPPI, brasileiro, casado, administrador, RG nº 1.481.611 e CPF nº 460.680.829-20, domiciliado e residente na Rua Duque de Caxias, nº 239, bairro Cruzeiro, na cidade de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado o Município de o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.459/0001-23, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 1.111, Barra do Rio Molha, Município de Jaraguá do Sul/SC, CEP nº 89.259-565, representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, brasileiro, empresário, RG nº 1.000.852 e CPF nº 438.634.429-20, Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina. Doravante denominado simplesmente CONSORCIADO, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, e no Novo Protocolo de Intenções da AGIR ratificado pelos Municípios, tem justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem como objeto o repasse dos recursos necessários à manutenção das finalidades da AGIR no exercício de 2019, visando a Regulação do Transporte Público Coletivo no município de Jaraguá do Sul, nos termos do § 6º da Cláusula 15 do Protocolo de Intenções da AGIR, c/c o § 2º do art. 1º da Lei Municipal nº 8.016, de 24 de agosto de 2019, de acordo com a Resolução nº 132/2019, que reconhece a adesão do município de Jaraguá do Sul e estabelece os valores dos recursos devidos à AGIR para o exercício de 2019 e a Resolução nº 105/2018 que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2019 da AGIR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 O repasse dos recursos do Município CONSORCIADO se dará pelo critério da proporcionalidade populacional, tendo como base a variação percentual apontada do crescimento populacional de 2017 para 2018 aplicada à população do ano de 2018 (última estimativa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) para obter-se a projeção populacional ao ano de 2019 com arredondamento para baixo, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do dia 10 de julho de 2018 e Assembleia Geral Ordinária (AGO) do dia 22 de novembro de 2018.

2.2 O valor correspondente ao município de Jaraguá do Sul, ente novo CONSORCIADO da AGIR será dividido em 05 (cinco) parcelas, resultando na "Cota Mensal", que será repassada mensalmente sob a forma de depósito na conta corrente de titularidade da AGIR, que fornecerá o recibo e/ou documento fiscal hábil, correspondente datado no dia do depósito.

2.3 Os pagamentos relativos ao repasse para Regulação de Transporte Público serão realizados por meio de depósito bancário na Conta Corrente do Consórcio Público: Banco do Brasil, Agência 95-7, Conta Corrente 24.345-0.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 Para o objeto deste Contrato considerar-se-á para o exercício de 2019 o valor total de R\$ 46.854,12 (quarenta e seis mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e doze centavos), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros etc.

3.2 O valor total para o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, observado o critério da proporcionalidade populacional, resulta nos seguintes valores, em reais:

Município:	Habitantes:	Pro rata die (agosto/2019) R\$	Cota Mensal (setembro a dezembro/2019) R\$	Cota Anual R\$	TRTC – Taxa do Transporte Coletivo de Passageiros (R\$/habitante)
JARAGUÁ DO SUL	174.158*	5.056,20	10.449,48	46.854,12	0,06

* Conforme item 2.1 deste Contrato.

3.3 Os depósitos na conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o 10º (décimo) dia de cada mês.

3.4 A cota devida referente ao mês de agosto de 2019 poderá ser quitada juntamente com a cota do mês de setembro.

3.5 Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento ficam condicionadas a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao presente Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 O presente contrato terá seu início em 15 agosto de 2019 e término em 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no orçamento do município de JARAGUÁ DO SUL, município CONSORCIADO DA AGIR, vigente para o exercício financeiro de 2019.

5.2 Os repasses mensais feitos pelo MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL à AGIR serão incorporados como receita orçamentária, conforme Orçamento-Programa Anual 2019.

5.3 Na eventualidade da não observância dos prazos para repasse pelo município CONSORCIADO, este deverá inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo a AGIR contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 Fica desde já a AGIR responsável por:

a) promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento de suas finalidades;

b) contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste Contrato, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelos CONSORCIADOS AGIR;

c) aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;

d) facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;

e) fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da lei.

6.2 Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da legislação, deste instrumento, do Estatuto e do Contrato de Consócio Público, fica o município CONSORCIADO desde já responsáveis por:

a) efetuar o pagamento mensal, nos termos estipulados na cláusula terceira;

b) inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados, na eventualidade da não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e o correto demonstrativo contábil do débito;

c) fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

6.3 O não repasse dos valores devidos ora acordados ensejará a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei ou no Novo Protocolo de Intenções da AGIR.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos da CLÁUSULA 99 do Novo Protocolo de Intenções da AGIR, com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme e local do fato gerador do tributo.

7.2 No caso de rescisão sem justo motivo incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

7.3 A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá 03 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança das penalidades citados nos incisos anteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

8.2 Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o município CONSORCIADO, mediante notificação escrita, deverá informá-la à AGIR, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

8.3 A eventual impossibilidade de o município CONSORCIADO cumprir obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga a AGIR a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

8.4 Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, a AGIR deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do município CONSORCIADO, todas as receitas e despesas realizadas, para que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9.1 As partes elegem o Foro da Comarca de Blumenau/SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, e, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Blumenau (SC) em 15 de agosto de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI Prefeito do Município de RIO DOS CEDROS e Presidente da AGIR.	ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI Município de JARAGUÁ DO SUL Prefeito Municipal.
---	--

Testemunhas:

ANA CLAUDIA HAFEMANN Diretora Administrativa e Institucional da AGIR. CPF nº 071.611.199-36	THAYANA LETICIA SEIBT Assessora de Diretoria da AGIR. CPF nº 076.135.239-26
---	---

RESOLUÇÃO Nº 133-2019 - AGIR

Publicação Nº 2138093

RESOLUÇÃO Nº 133/2019

REGULAMENTA A CONCESSÃO DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PREVISTA NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DA AGIR.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 054/2019, pela Cláusula 45, Incisos I, X e XII do Protocolo de Intenções da AGIR, devidamente ratificado pelos entes consorciados, e em especial as disposições constantes na Cláusula 75 deste instrumento c/c com o art. 42 do Estatuto dos Servidores da AGIR, e

Considerando que o Protocolo de Intenções no seu § 3º da Cláusula 75, estabeleceu que o regramento para concessão da gratificação especial ficaria a cargo do Regimento Interno da AGIR;

Considerando que o Regimento Interno está em fase de elaboração, contudo, devido a insegurança jurídica no cenário da regulação com as edições de medidas provisórias e Projetos de Leis propondo alteração substanciais nesta área;

Considerando que a Diretoria Executiva consensou por editar o Regimento Interno com as atualizações devidas;

Considerando que trata-se de política de valorização dos servidores públicos da AGIR.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ad referendum pela Assembleia Geral da AGIR, gratificação especial prevista na Cláusula 75 do Protocolo de Intenções da AGIR, c/c o artigo 42, do Estatuto dos servidores da AGIR, na importância de no máximo R\$ 500,00 (quinhentos reais) por mês, ao servidor que desempenhar atividade de natureza especial, caracterizada como além das funções estatutárias, nos termos estabelecido nesta Resolução.

§ 1º - A gratificação especial prevista no caput deste artigo, compreende o exercício de uma ou mais das atividades abaixo elencadas com a respectiva importância:

- a) R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o servidor que exercer a atividade de pregoeiro;
- b) R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o servidor que exercer a atividade de membro da comissão de avaliação de desempenho em estágio probatório;
- c) R\$ 200,00 (duzentos reais) para o servidor que exercer a atividade de membro da comissão permanente e/ou especial de licitação;
- d) R\$ 200,00 (duzentos reais) para o servidor que exercer a atividade de membro de comissão de monitoramento de progressão na carreira;
- e) R\$ 500,00 (quinhentos reais) para o servidor que exercer a atividade de membro de comissão de sindicância ou processo administrativo;
- f) R\$ 300,00 (duzentos reais) para o servidor que exercer a atividade membro comissão especial para elaboração de concurso e/ou processo seletivo;
- g) R\$ 300,00 (duzentos reais) para o servidor que exercer a atividade de membro de quaisquer outras comissões criadas no interesse da AGIR;
- h) R\$ 300,00 (duzentos reais) para o servidor que exercer a atividade fiscal de contratos administrativos.

§ 2º. O valor constante do caput será atualizado no mesmo índice e data da revisão geral anual.

§ 3º. Não fará jus o servidor que estiver exercendo cargo em comissão, constantes do quadro geral, exceto quando optar pela remuneração do cargo efetivo e quando ainda o exercício permita atividades externas.

§ 4º. O servidor poderá participar de quantas comissões for convidado, porém perceberá somente o valor da maior comissão exercida por ele.

Art. 3º O pagamento do adicional será imediata e automaticamente suspenso quando cessadas as condições que geraram a sua atribuição, ficando o titular da Gerência de lotação desse servidor responsável por informar a Diretoria Administrativa e Institucional a mudança de situação, para a adoção das medidas necessárias.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 28 de agosto de 2019.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR.

SEGUNDO ADITIVO PI AGIR - AUTORIZA FIRMAR PRIMEIRO ADITIVO PI - INCLUSÃO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Publicação Nº 2139127

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DA AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AGIR.

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrita no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, aqui representado por seu presidente MARILDO DOMINGOS FELIPPI, brasileiro, casado, administrador, RG nº 1.481.611 e CPF nº 460.680.829-20, domiciliado e residente na Rua Duque de Caxias, nº 239, bairro Cruzeiro, na cidade de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina e o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.459/0001-23, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 1.111, Barra do Rio Molha, Município de Jaraguá do Sul/SC, CEP nº 89.259-565, representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ANTÍDIO

ALEIXO LUNELLI, brasileiro, empresário, RG nº 1.000.852 e CPF nº 438.634.429-20, Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, de acordo com a Resolução nº 132/2019 e nos termos da Lei 11.107, de 06 de abril de 2005, bem como das Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e demais legislações pertinentes, além de outros de interesses dos consorciados que venham a ser aprovados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo a adesão do MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 83.102.459/0001-23, com sede na Rua Walter Marquardt, nº 1.111, Barra do Rio Molha, Município de Jaraguá do Sul/SC, CEP nº 89.259-565, representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI, brasileiro, empresário, RG nº 1.000.852 e CPF nº 438.634.429-20, Rua Piçarras, Nº 60, Apto. 1001, Condomínio Residencial Vernon, Centro, Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, como ente consorciado da AGIR.

Parágrafo Único: A adesão que trata o caput deste artigo, delega à AGIR, a competência da regulação, controle e fiscalização da prestação dos serviços públicos de transporte coletivo de passageiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo fundamenta-se nos dispositivos constantes nos §§ 2º e 4º do Art. 5º da Lei 11.107/2005 c/c os §§ 5º; 7º; 8º e 9º da Cláusula 2ª do Protocolo de Intenções da AGIR, nos termos da Resolução nº 132/2019, e em conformidade com a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 e demais legislações pertinentes, além de outros de interesses dos consorciados que venham a ser aprovados.

CLÁUSULA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

A publicação deste termo aditivo no veículo legal das partes é condição indispensável para sua eficácia.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e disposições do Novo Protocolo de Intenções originário que não são modificados pelo presente Segundo Termo Aditivo, no que diz respeito ao serviço de regulação delegado.

E assim estarem assim justas e acordadas, as partes firma o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surta todos os efeitos em Direito previsto.

Blumenau, 15, de agosto de 2019.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito do Município de RIO DOS CEDROS e Presidente da AGIR.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Município de JARAGUÁ DO SUL

Prefeito Municipal.

CIMVI

EDITAL DE PUBLICIDADE 2019 - DANC

Publicação Nº 2138818

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 570/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 751/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDIAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor WE CONFECÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 10.903.521/0001-02, para a atividade de Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 2150, bairro Estrada das Areias, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Indaial, 21 de agosto de 2019.

Paulo Roberto Ledra

Município de Indaial

Decreto nº 907/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 569/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 752/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDIAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor TEREZINHA MEDEIROS BLUNK (GATE CONFECÇÕES), pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 09.485.579/0001-02, para a atividade de Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, que será exercida no imóvel de Rua Minas Gerais, nº 1315, bairro Tapajós, sendo que o processo de licenciamento encontra-se

disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 21 de agosto de 2019.

Paulo Roberto Ledra
Município de Indaial
Decreto nº 907/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 568/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 693/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor DENIZE DE PAULA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 16.632.991/0001-65, para a atividade de Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, que será exercida no imóvel de Rua Botuverá, nº 748, bairro Rio Morto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 15 de agosto de 2019.

Paulo Roberto Ledra
Município de Indaial
Decreto nº 907/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 571/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 789/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ASCURRA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, para a atividade de Tubulação de faixa sanitária, que será exercida no imóvel de Rua Tibúrcio Mori, s/nº, bairro Nossa Senhora de Lurdes, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Ascurra, 21 de agosto de 2019.

Odirlei Fistarol
Município de Ascurra
Portaria nº 5758/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 567/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 771/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RODEIO o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor VAMILA FACÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 34.145.130/0001-34, para a atividade de Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, que será exercida no imóvel de Avenida Presidente Kenedy, nº 860, bairro Centro, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Rodeio, 15 de agosto de 2019.

Marcos Roberto Tomelin
Município de Rodeio
Portaria nº 7756/2017

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 572/2019

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 775/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE TIMBÓ o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor D & G TÊXTIL EIRELI ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 28.466.448/0001-14, para a atividade de Fação de roupas íntimas, que será exercida no imóvel de Rua Birmânia, nº 101, bairro Nações, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, 1070 - Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó, 22 de agosto de 2019.

Ricardo Longo Orsi
Município de Timbó
Decreto nº 4817/2018

CIS/AMARP**ADITIVO 01 2019 FETUS**

Publicação Nº 2137989

1º TERMO ADITIVO 2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 116/2019 – CLÍNICA DE IMAGEM FONTINELE E FONTOURA LTDA.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque nº 99 Térreo, Alvorada, Videira/ SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Moises Diersmann e de outro lado a CLÍNICA DE IMAGEM FONTINELE E FONTOURA LTDA., CNPJ 27.723.856/0001-41 situada na Rua José Domingos Frâncio s/nº, Edifício Andreola Sala 03, Santa Tereza, Videira/SC, neste ato representado pelo seu representante legal Rodrigo Borsatti Neves da Fontoura, RG 1058363837 e CPF 703.691.510-20, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 116/2019, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES	10.80.30.130-6	62,37

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 116/2019, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 19 de agosto de 2019.

Moises Diersmann Rodrigo Borsatti Neves da Fontoura
Presidente CISAMARP Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Monalisa Giazsoni Marcelo José Borsatti Visto: _____
061.058.249-63 425.790.239-68 Assessoria Jurídica

ADITIVO 04 2019 MINHA ESSENCIA

Publicação Nº 2137991

4º TERMO ADITIVO 2019 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 137/2019 – MINHA ESSÊNCIA EMPREENDIMENTOS DE SAÚDE LTDA - ME.

Pelo presente instrumento de Aditivo, de um lado o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 11.023.771/0001-10, com sede à Rua Manoel Roque, 99, Alvorada, Videira S/C, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Moises Diersmann e de outro lado a MINHA ESSÊNCIA EMPREENDIMENTOS DE SAÚDE LTDA - ME., CNPJ 26.864.221/0001-00 situada na Rua Nereu Ramos nº 452, andar 2 e 3, Centro, Campos Novos/SC, neste ato representado pelo seu representante legal Bruno de Medeiros da Silva, RG 5.418.896 e CPF 068.176.719-73, considerando a concordância e o interesse das partes, resolvem, de comum acordo, alterar o Contrato de Prestação de Serviço 137/2019, conforme as Cláusulas a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A lista de procedimentos da CLÁUSULA TERCEIRA do Contrato de Prestação de Serviço, passa a conter em sua relação os seguintes procedimentos:

PROCEDIMENTO	CODIGO SUS	VALOR CIS
PNEUMOLOGIA (CONSULTA)	03.01.01.007-2	70,00

CLÁUSULA SEGUNDA

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para todos os fins de direito, excetuada a modificação constante da condição acima aditada, ficam ratificadas todas as demais disposições do Contrato de prestação de serviços 137/2019, firmado entre as partes.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente em duas (02) vias de igual teor.

Videira, 09 de agosto de 2019.

Moises Diersmann
Presidente CISAMARP

Bruno de Medeiros da Silva
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Monalisa Giazsoni
061.058.249-63

Marcélio José Borsatti Visto: _____
425.790.239-68 Assessoria Jurídica

CIS/AMURES

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 41 / 2019 CIS/AMURES

Publicação Nº 2138221

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 41/2019.

Extrato de Compra Direta nº 41/2019. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratado: EYETEC. CNPJ: 69.163.970/0001-04. Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente (oftalmológicos), para atender às necessidades de exames e consultas aos pacientes dos municípios consorciados. Data: 06/08/2019. Valor: R\$ 6.200,00 (Seis mil e duzentos reais). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Thiago Costa, Presidente CIS/AMURES.

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 45 / 2019 CIS/AMURES

Publicação Nº 2138224

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 45/2019.

Extrato de Compra Direta nº 45/2019. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratado: OPTIVISION. CNPJ: 04.601.018/0001-08. Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente (oftalmológicos), para atender às necessidades de exames e consultas aos pacientes dos municípios consorciados. Data: 08/08/2019. Valor: R\$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Thiago Costa, Presidente CIS/AMURES.

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 46 / 2019 CIS/AMURES

Publicação Nº 2138226

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 46/2019.

Extrato de Compra Direta nº 46/2019. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratado: APRAMED INDUSTRIA E COMERCIO DE APARELHOS MEDICO. CNPJ: 09.289.762/0001-24. Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente (oftalmológicos), para atender às necessidades de exames e consultas aos pacientes dos municípios consorciados. Data: 08/08/2019. Valor: R\$ 14.218,00 (Quatorze mil, duzentos e dezoito reais). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Thiago Costa, Presidente CIS/AMURES.

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 47 / 2019 CIS/AMURES

Publicação Nº 2138228

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 47/2019.

Extrato de Compra Direta nº 47/2019. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratado: 1DOC TECNOLOGIA S.A.. CNPJ: 19.625.833/0001-76. Objeto: Locação de Equipamentos e Softwares. Data: 12/08/2019. Valor: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Thiago Costa, Presidente CIS/AMURES.

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 49 / 2019 CIS/AMURES

Publicação Nº 2138232

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 49/2019.

Extrato de Compra Direta nº 49/2019. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratado: TEC LAGES INFORMATICA LTDA ME. CNPJ: 20.038.737/0001-00. Objeto: Aquisição de Prestação de serviços para instalação de cabeamento de ponto de rede para comunicação dos aparelhos de ultrassonografia. Data: 14/08/2019. Valor: R\$ 407,80 (Quatrocentos e sete reais e oitenta centavos). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Thiago Costa, Presidente CIS/AMURES.

EXTRATO DE COMPRA Nº 38 / 2019 CIS/AMURES

Publicação Nº 2138212

EXTRATO DE COMPRA Nº 38/2019.

Extrato de Compra nº 38/2019. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratado: DUCA MÓVEIS LTDA. CNPJ: 85.354.306/0003-60. Objeto: Aquisição de Material Permanente, realizado através de Pregão eletrônico 03/2019, Ata de Registro de Preço nº 24/2019, para atender as necessidades do Consórcio Intermunicipal de Saúde. Data: 11/07/2019. Valor: R\$ 1.707,96 (Um mil, setecentos e sete reais e noventa e seis centavos). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Thiago Costa, Presidente CIS/AMURES.

OF. Nº 193/2019 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 - CIS/AMURES

Publicação Nº 2138899

Of. Nº 193 / 2019

Lages, 26 de Julho de 2019.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através deste, comunicar que após divulgação do resultado final do Processo Seletivo Edital nº 01/2019, para contratação de pessoal para desempenhar função de Auxiliar Administrativo, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, conforme relação divulgada no último dia 08 (oito) de Junho de 2019, V.Sª, foi classificada em 2º (primeiro) lugar.

Assim sendo, solicitamos vossa manifestação de interesse em ocupar a vaga no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento deste, através de ofício assinado e endereçado ao Presidente do CIS/AMURES, Sr. Thiago Costa, no seguinte endereço: Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62 – Centro – CEP 88.502-230, Lages-S/C, preferencialmente que seja entregue em mãos para a Diretora Executiva, Nalú Terezinha Júlio, no mesmo endereço acima mencionado.

Na oportunidade, solicitamos informar a disponibilidade de data para assumir o cargo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Para assumir o cargo, V.Sª, deverá apresentar a documentação que consta no anexo I, deste ofício, para agendarmos horário com o médico do trabalho.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,

NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Diret. Exec. CIS/AMURES

Ilma Sra.
LUANA DOS SANTOS LOPES
Rua Estevam de Almeida, nº 482
Bairro Vila Nova
CEP: 88503-270
Lages - SC

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE EM EMPREGO PÚBLICO:

Todos os documentos deverão ser entregues em cópia simples, legíveis, sem rasuras e em folha de papel tamanho A4. Deverão ser apresentados, além de cópia simples, os originais dos comprovantes de escolaridade.

- 1)- Carteira de trabalho.
- 2)- Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou Certidão de quitação das obrigações eleitorais, que pode ser obtida no site do TSE no endereço eletrônico : <http://www.tse.gov.br>; caso não seja possível emitir a Certidão de Quitação Eleitoral pela Internet, procure qualquer cartório eleitoral para solicitar a emissão.

- 3)- Certificado de reservista.
 - 4)- Comprovante de Inscrição e de situação Cadastral no CPF e cópia de Identidade.
 - 5)- Comprovante de PIS/PASEP.
 - 6)- Certidão de registro civil de nascimento ou casamento.
 - 7)- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos e carteira de vacinação atualizada de filhos menores de 06 (seis) anos.
 - 8)- Comprovante de endereço.
 - 9)- Comprovante de escolaridade, conforme Edital (original e cópia simples)
 - 10)- Registro no conselho de classe competente.
 - 11)- Número de conta corrente no Banco do Brasil.
 - 12)- Para pessoas que possuem outro emprego público, devem apresentar declaração dos órgãos com carga horária, horários e dias da semana que desenvolvem as atividades.
 - 13)- 2 (duas) fotos 3X4.
 - 14)- Avaliação médica. Os exames laboratoriais exigidos quando da avaliação médica são: hemograma; contagem de plaquetas, exame qualitativo de urina; TGO e TGP; radiografia de campos pulmonares P e AP (com interpretação); eletrocardiograma em repouso com interpretação; dosagem de colesterol total e frações; triglicerídeos; dosagem de glicose; creatinina, Na⁺; K⁺; citologia oncótica (para mulheres).
 - 15)- Exame oftalmológico: acuidade visual declarado por médico oftalmologista.
 - 16)- Exame de saúde mental: apto de saúde mental- declarado por médico psiquiatra.
 - 17)- Para ingressantes com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos será exigido ainda: Avaliação cardiológica – declarado por médico cardiologista; para homens PSA; e para mulheres Mamografia.
 - 18)- Certidão de antecedentes criminais que se encontra em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.
- OBS: Após todos os exames em mãos e documentação entrar em contato no CIS/AMURES com Neiva, fone (49) 32513700, para agendar avaliação com o médico do trabalho.
- Ao médico do Trabalho cabe, quando necessário, solicitar exames complementares. O prazo de validação dos exames solicitados é de 03 (três) meses.

OF. Nº 194/2019 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 - CIS/AMURES

Publicação Nº 2138902

Of. Nº 194 / 2019

Lages, 26 de Julho de 2019.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através deste, comunicar que após divulgação do resultado final do Processo Seletivo Edital nº 01/2019, para contratação de pessoal para desempenhar função de Digitador, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, conforme relação divulgada no último dia 08 (oito) de Junho de 2019, V.S^a, foi classificada em 1º (primeiro) lugar.

Assim sendo, solicitamos vossa manifestação de interesse em ocupar a vaga no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento deste, através de ofício assinado e endereçado ao Presidente do CIS/AMURES, Sr. Thiago Costa, no seguinte endereço: Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62 – Centro – CEP 88.502-230, Lages-S/C, preferencialmente que seja entregue em mãos para a Diretora Executiva, Nalú Terezinha Júlio, no mesmo endereço acima mencionado.

Na oportunidade, solicitamos informar a disponibilidade de data para assumir o cargo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Para assumir o cargo, V.S^a, deverá apresentar a documentação que consta no anexo I, deste ofício, para agendarmos horário com o médico do trabalho.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,

NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Diret. Exec. CIS/AMURES

Ilma Sra.
CRISTINA DE OLIVEIRA
Rua Engenheiro Paulo Ribeiro, nº 806
Bairro Bela Vista
CEP: 88514-010
Lages - SC

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE EM EMPREGO PÚBLICO:

Todos os documentos deverão ser entregues em cópia simples, legíveis, sem rasuras e em folha de papel tamanho A4. Deverão ser apresentados, além de cópia simples, os originais dos comprovantes de escolaridade.

- 1)- Carteira de trabalho.
- 2)- Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou Certidão de quitação das obrigações eleitorais, que pode ser obtida no

site do TSE no endereço eletrônico : <http://www.tse.gov.br>; caso não seja possível emitir a Certidão de Quitação Eleitoral pela Internet, procure qualquer cartório eleitoral para solicitar a emissão.

3)- Certificado de reservista.

4)- Comprovante de Inscrição e de situação Cadastral no CPF e cópia de Identidade.

5)- Comprovante de PIS/PASEP.

6)- Certidão de registro civil de nascimento ou casamento.

7)- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos e carteira de vacinação atualizada de filhos menores de 06 (seis) anos.

8)- Comprovante de endereço.

9)- Comprovante de escolaridade, conforme Edital (original e cópia simples)

10)- Registro no conselho de classe competente.

11)- Número de conta corrente no Banco do Brasil.

12)- Para pessoas que possuem outro emprego público, devem apresentar declaração dos órgãos com carga horária, horários e dias da semana que desenvolvem as atividades.

13)- 2 (duas) fotos 3X4.

14)- Avaliação médica. Os exames laboratoriais exigidos quando da avaliação médica são: hemograma; contagem de plaquetas, exame qualitativo de urina; TGO e TGP; radiografia de campos pulmonares P e AP (com interpretação); eletrocardiograma em repouso com interpretação; dosagem de colesterol total e frações; triglicerídeos; dosagem de glicose; creatinina, Na⁺; K⁺; citologia oncológica (para mulheres).

15)- Exame oftalmológico: acuidade visual declarado por médico oftalmologista.

16)- Exame de saúde mental: apto de saúde mental- declarado por médico psiquiatra.

17)- Para ingressantes com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos será exigido ainda: Avaliação cardiológica – declarado por médico cardiologista; para homens PSA; e para mulheres Mamografia.

18)- Certidão de antecedentes criminais que se encontra em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

OBS: Após todos os exames em mãos e documentação entrar em contato no CIS/AMURES com Neiva, fone (49) 32513700, para agendar avaliação com o médico do trabalho.

Ao médico do Trabalho cabe, quando necessário, solicitar exames complementares. O prazo de validação dos exames solicitados é de 03 (três) meses.

OF. Nº 254/2019 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 - CIS/AMURES

Publicação Nº 2138869

Of. Nº 254 / 2019

Lages, 07 de Agosto de 2019.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos através deste, comunicar que após divulgação do resultado final do Processo Seletivo Edital nº 01/2019, para contratação de pessoal para desempenhar função de Técnico em Enfermagem, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, conforme relação divulgada no último dia 08 (oito) de Junho de 2019, V.S^a, foi classificada em 1º (primeiro) lugar.

Assim sendo, solicitamos vossa manifestação de interesse em ocupar a vaga no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento deste, através de ofício assinado e endereçado ao Presidente do CIS/AMURES, Sr. Thiago Costa, no seguinte endereço: Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62 – Centro – CEP 88.502-230, Lages-S/C, preferencialmente que seja entregue em mãos para a Diretora Executiva, Nalú Terezinha Júlio, no mesmo endereço acima mencionado.

Na oportunidade, solicitamos informar a disponibilidade de data para assumir o cargo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Para assumir o cargo, V.S^a, deverá apresentar a documentação que consta no anexo I, deste ofício, para agendarmos horário com o médico do trabalho.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,

NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Diret. Exec. CIS/AMURES

Ilmo Sr.
RAY GLOY ALVES ANDRADE
Av. Luiz de Camões, nº 1561
Bairro Coral
CEP: 88523-000
Lages - SC

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE EM EMPREGO PÚBLICO:

Todos os documentos deverão ser entregues em cópia simples, legíveis, sem rasuras e em folha de papel tamanho A4. Deverão ser apresentados, além de cópia simples, os originais dos comprovantes de escolaridade.

- 1)- Carteira de trabalho.
 - 2)- Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou Certidão de quitação das obrigações eleitorais, que pode ser obtida no site do TSE no endereço eletrônico : <http://www.tse.gov.br>; caso não seja possível emitir a Certidão de Quitação Eleitoral pela Internet, procure qualquer cartório eleitoral para solicitar a emissão.
 - 3)- Certificado de reservista.
 - 4)- Comprovante de Inscrição e de situação Cadastral no CPF e cópia de Identidade.
 - 5)- Comprovante de PIS/PASEP.
 - 6)- Certidão de registro civil de nascimento ou casamento.
 - 7)- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos e carteira de vacinação atualizada de filhos menores de 06 (seis) anos.
 - 8)- Comprovante de endereço.
 - 9)- Comprovante de escolaridade, conforme Edital (original e cópia simples)
 - 10)- Registro no conselho de classe competente.
 - 11)- Número de conta corrente no Banco do Brasil.
 - 12)- Para pessoas que possuem outro emprego público, devem apresentar declaração dos órgãos com carga horária, horários e dias da semana que desenvolvem as atividades.
 - 13)- 2 (duas) fotos 3X4.
 - 14)- Avaliação médica. Os exames laboratoriais exigidos quando da avaliação médica são: hemograma; contagem de plaquetas, exame qualitativo de urina; TGO e TGP; radiografia de campos pulmonares P e AP (com interpretação); eletrocardiograma em repouso com interpretação; dosagem de colesterol total e frações; triglicerídeos; dosagem de glicose; creatinina, Na+; K+; citologia oncológica (para mulheres).
 - 15)- Exame oftalmológico: acuidade visual declarado por médico oftalmologista.
 - 16)- Exame de saúde mental: apto de saúde mental- declarado por médico psiquiatra.
 - 17)- Para ingressantes com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos será exigido ainda: Avaliação cardiológica – declarado por médico cardiologista; para homens PSA; e para mulheres Mamografia.
 - 18)- Certidão de antecedentes criminais que se encontra em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.
- OBS: Após todos os exames em mãos e documentação entrar em contato no CIS/AMURES com Neiva, fone (49) 32513700, para agendar avaliação com o médico do trabalho.
- Ao médico do Trabalho cabe, quando necessário, solicitar exames complementares. O prazo de validação dos exames solicitados é de 03 (três) meses.

OF. Nº 279/2019 - CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019 - CIS/AMURES

Publicação Nº 2138873

Of. Nº 279 / 2019

Lages, 26 de Agosto de 2019.

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos através deste, comunicar que após divulgação do resultado final do Processo Seletivo Edital nº 01/2019, para contratação de pessoal para desempenhar função de Auxiliar Administrativo, junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, conforme relação divulgada no último dia 08 (oito) de Junho de 2019, V.Sª, foi classificada em 3º (primeiro) lugar.

Assim sendo, solicitamos vossa manifestação de interesse em ocupar a vaga no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento deste, através de ofício assinado e endereçado ao Presidente do CIS/AMURES, Sr. Thiago Costa, no seguinte endereço: Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62 – Centro – CEP 88.502-230, Lages-S/C, preferencialmente que seja entregue em mãos para a Diretora Executiva, Nalú Terezi-nha Júlio, no mesmo endereço acima mencionado.

Na oportunidade, solicitamos informar a disponibilidade de data para assumir o cargo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data.

Para assumir o cargo, V.Sª, deverá apresentar a documentação que consta no anexo I, deste ofício, para agendarmos horário com o médico do trabalho.

Sendo o que tínhamos para o momento,

Atenciosamente,

NALÚ TEREZINHA JÚLIO
Diret. Exec. CIS/AMURES

Ilma Sra.
LILIAN LIZ OLIVEIRA
Rua Waldemar Hetterich
Bairro Centro
CEP: 89.194-000
Mirim Doce - SC

ANEXO I

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE EM EMPREGO PÚBLICO:

Todos os documentos deverão ser entregues em cópia simples, legíveis, sem rasuras e em folha de papel tamanho A4. Deverão ser apresentados, além de cópia simples, os originais dos comprovantes de escolaridade.

- 1)- Carteira de trabalho.
- 2)- Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição ou Certidão de quitação das obrigações eleitorais, que pode ser obtida no site do TSE no endereço eletrônico : <http://www.tse.gov.br>; caso não seja possível emitir a Certidão de Quitação Eleitoral pela Internet, procure qualquer cartório eleitoral para solicitar a emissão.
- 3)- Certificado de reservista.
- 4)- Comprovante de Inscrição e de situação Cadastral no CPF e cópia de Identidade.
- 5)- Comprovante de PIS/PASEP.
- 6)- Certidão de registro civil de nascimento ou casamento.
- 7)- Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos e carteira de vacinação atualizada de filhos menores de 06 (seis) anos.
- 8)- Comprovante de endereço.
- 9)- Comprovante de escolaridade, conforme Edital (original e cópia simples)
- 10)- Registro no conselho de classe competente.
- 11)- Número de conta corrente no Banco do Brasil.
- 12)- Para pessoas que possuem outro emprego público, devem apresentar declaração dos órgãos com carga horária, horários e dias da semana que desenvolvem as atividades.
- 13)- 2 (duas) fotos 3X4.
- 14)- Avaliação médica. Os exames laboratoriais exigidos quando da avaliação médica são: hemograma; contagem de plaquetas, exame qualitativo de urina; TGO e TGP; radiografia de campos pulmonares P e AP (com interpretação); eletrocardiograma em repouso com interpretação; dosagem de colesterol total e frações; triglicerídeos; dosagem de glicose; creatinina, Na+; K+; citologia oncótica (para mulheres).
- 15)- Exame oftalmológico: acuidade visual declarado por médico oftalmologista.
- 16)- Exame de saúde mental: apto de saúde mental- declarado por médico psiquiatra.
- 17)- Para ingressantes com idade igual ou superior a 45 (quarenta e cinco) anos será exigido ainda: Avaliação cardiológica – declarado por médico cardiologista; para homens PSA; e para mulheres Mamografia.
- 18)- Certidão de antecedentes criminais que se encontra em pleno exercício de seus direitos civis e políticos.

OBS: Após todos os exames em mãos e documentação entrar em contato no CIS/AMURES com Neiva, fone (49) 32513700, para agendar avaliação com o médico do trabalho.

Ao médico do Trabalho cabe, quando necessário, solicitar exames complementares. O prazo de validação dos exames solicitados é de 03 (três) meses.

CISAM

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL CISAM MO Nº 09/2019

Publicação Nº 2138906

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-MEIO OESTE, com sede no Município de Capinzal/SC, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará licitação compartilhada na modalidade Pregão Presencial, do tipo Registro de Preço de proposta de menor preço por Lote, no dia 10/09/2019, com credenciamento das 13:30 às 13:45 horas e abertura da sessão às 14:00 horas, no escritório do CISAM-MO, situado na Rua Lourenço Coas Neto, 140, Bairro Universitário, Capinzal/SC, objetivando a contratação de empresa especializada para EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE POÇOS PROFUNDOS NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS, ÀS EXPENSAS DE CADA PRESTADOR, conforme descrição no Anexo I e especificações constantes no termo de referência do Edital, de acordo com as normas da Lei Federal nº 10.520/02, subsidiária à Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como da Lei Complementar nº 123/2006.

O referido edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário de expediente, bem como no site do CISAM-MO www.cisam.sc.gov.br.

Outros esclarecimentos, pelo telefone (49) 3555-6972 ou contabilidade@cisam.sc.gov.br.

Capinzal/SC, 28 de agosto de 2019.

LEOMAR EGGERS

Presidente da Comissão de Licitação